



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2977

Terça-feira - 12 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Dionísio Cerqueira .....	522	Luzerna .....	887
Agronômica .....	5	Doutor Pedrinho .....	523	Maíra .....	899
Água Doce .....	8	Entre Rios .....	524	Major Vieira .....	906
Águas de Chapecó .....	15	Formosa do Sul .....	525	Maracajá .....	910
Águas Frias .....	38	Forquilha .....	526	Maravilha .....	916
Águas Mornas .....	65	Fraiburgo .....	535	Marema .....	928
Alfredo Wagner .....	74	Galvão .....	540	Massaranduba .....	930
Anchieta .....	75	Garopaba .....	541	Meleiro .....	939
Antônio Carlos .....	145	Garuva .....	545	Modelo .....	940
Apiuna .....	159	Gaspar .....	558	Morro da Fumaça .....	941
Arabutã .....	168	Governador Celso Ramos .....	559	Navegantes .....	942
Arroio Trinta .....	169	Grão Pará .....	567	Nova Erechim .....	946
Ascurra .....	172	Gravatal .....	569	Nova Itaberaba .....	949
Balneário Arroio do Silva .....	176	Guaraciaba .....	573	Nova Trento .....	953
Balneário Gaivota .....	178	Guaramirim .....	614	Nova Veneza .....	955
Balneário Piçarras .....	179	Guarujá do Sul .....	634	Novo Horizonte .....	959
Balneário Rincão .....	182	Guatambú .....	635	Orleans .....	967
Bandeirante .....	183	Herval d'Oeste .....	644	Otaclio Costa .....	971
Barra Bonita .....	186	Ibiam .....	649	Palhoça .....	972
Barra Velha .....	187	Ibirama .....	652	Palmeira .....	987
Bela Vista do Toldo .....	197	Ilhota .....	686	Papanduva .....	988
Benedito Novo .....	204	Imarui .....	688	Paraíso .....	990
Biguaçu .....	211	Imbituba .....	689	Passos Maia .....	991
Blumenau .....	219	Indaial .....	699	Paulo Lopes .....	993
Bom Jardim da Serra .....	236	Iomerê .....	712	Penha .....	994
Bom Jesus do Oeste .....	237	Ipira .....	713	Peritiba .....	1027
Bom Retiro .....	249	Iporã do Oeste .....	714	Pescaria Brava .....	1029
Botuvera .....	255	Ipumirim .....	715	Pinhalzinho .....	1038
Braço do Trombudo .....	260	Iraceminha .....	716	Pinheiro Preto .....	1039
Brunópolis .....	262	Irani .....	720	Piratuba .....	1045
Brusque .....	263	Iratí .....	740	Pomerode .....	1046
Caçador .....	272	Irineópolis .....	741	Ponte Serrada .....	1057
Caibi .....	282	Itá .....	743	Porto Belo .....	1058
Camboriú .....	285	Itaiópolis .....	747	Porto União .....	1062
Campo Alegre .....	288	Itapema .....	748	Pouso Redondo .....	1077
Canoinhas .....	361	Itapiranga .....	749	Presidente Castello Branco .....	1078
Capão Alto .....	373	Itapoá .....	755	Presidente Getúlio .....	1080
Capinzal .....	398	Ituporanga .....	760	Presidente Nereu .....	1085
Catandubas .....	400	Jaborá .....	764	Princesa .....	1086
Caxambu do Sul .....	414	Jacinto Machado .....	765	Quilombo .....	1094
Cerro Negro .....	423	Jaraguá do Sul .....	768	Rancho Queimado .....	1095
Cocal do Sul .....	424	Joaçaba .....	821	Rio do Campo .....	1096
Concórdia .....	425	Lages .....	863	Rio do Sul .....	1098
Cordilheira Alta .....	442	Laguna .....	865	Rio Negrinho .....	1128
Coronel Freitas .....	474	Lajeado Grande .....	876	Rodeio .....	1158
Correia Pinto .....	475	Lauro Muller .....	879	Romelândia .....	1159
Corupá .....	486	Lebon Regis .....	884	Santa Cecília .....	1160
Cunhataí .....	492	Leoberto Leal .....	885	Santa Helena .....	1162
Curitibanos .....	495	Lontras .....	886	Santa Terezinha do Progresso .....	1164

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2977

Terça-feira - 12 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

Santiago do Sul.....	1187	São Lourenço do Oeste.....	1520	Trombudo Central.....	1589
Santo Amaro da Imperatriz .....	1196	São Miguel do Oeste.....	1526	Tunápolis .....	1592
São Bento do Sul.....	1202	São Pedro de Alcântara.....	1539	Turvo .....	1593
São Bernardino .....	1413	Schroeder .....	1542	União do Oeste .....	1594
São Bonifácio .....	1459	Seara .....	1571	Urussanga .....	1603
São Carlos .....	1460	Serra Alta .....	1572	Vargem .....	1604
São Cristóvão do Sul.....	1462	Sombrio.....	1573	Vargem Bonita .....	1606
São Domingos.....	1463	Tangará .....	1574	Videira.....	1636
São Francisco do Sul.....	1465	Tijucas .....	1575	Vitor Meireles.....	1650
São João Batista.....	1490	Timbó .....	1577	Xanxerê.....	1651
São João do Sul .....	1504	Timbó Grande.....	1583	Xavantina .....	1654
São Joaquim .....	1507	Três Barras .....	1585	Xaxim.....	1655
São José.....	1513	Treviso .....	1586		
São José do Cedro.....	1519	Trze Tílias .....	1588		

## Associações

AMREC .....	1656	EGEM .....	1657
-------------	------	------------	------

## Consórcios

AGIR .....	1658
CIGA .....	1659
CIMVI.....	1660
CINCATARINA .....	1668
CIS/AMAUC.....	1669
CIS/AMVI .....	1671
CISAM .....	1673
CISAMREC .....	1689
CISNORDESTE .....	1689
CITMAR.....	1693
Quiriri.....	1693
CIGAMERIOS .....	1694



# Abdon Batista

## PREFEITURA

### PORTARIA 338 DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2223303

Portaria nº 348/2019

Concede Férias à Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405/2001.

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: Gilberto Martendal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Operador de Maquinas, referente ao período aquisitivo de 16.02.2018 a 15.02.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 à 30 de novembro de 2019.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de novembro de 2019.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### PORTARIA 339 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2223279

Portaria nº 339/2019

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 420/2001.

Considerando Requerimento protocolado no departamento de Recursos Humanos em anexo.

Resolve:

Art.1º - Exonerar à Pedido: Mauricio Mocelin, nomeado no cargo em provimento em Comissão de Capataz de Turma I, pela portaria nº 189/2018.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 18 de outubro de 2019.

000

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

### PORTARIA 340 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2223039

Portaria nº 340/2019

Concede Licença Prêmio a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 70 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a: Vanderlei Bortoli, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, referente

ao quinquênio de 12.09.2014 à 12.09.2019.

Art. 2º - O período de gozo da licença Prêmio será de 90 (noventa) dias, compreendidos entre: 31 de outubro de 2019 à 28 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria tem efeitos retroativos 31 de outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 25 de outubro de 2019.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra mencionada

## **PORTARIA 341 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223041

Portaria nº 341/2019

Concede Férias à Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405/2001 e,  
Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: Sergio Ceregatti, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 02.11.2017 a 01.11.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 à 30 de outubro de 2019.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 01.10.2019

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 25 de outubro de 2019.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

## **PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 82/2019**

Publicação Nº 2223034

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA  
PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 82/2019

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços na realização de processo seletivo

Prorroga-se o prazo do dia 21/11/2019 para 27/11/2019 as 14:00 horas.

Abdon Batista, 11 de novembro de 2019.



# Agronômica

## PREFEITURA

**Nº 084/2019**

Publicação Nº 2222942

DECRETO N.º 084/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Abre crédito adicional suplementar no orçamento do município”

O Prefeito do Município de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

**CONSIDERANDO:**

-O disposto no Art. 10º da Lei nº. 1.136/2018 de 06 de dezembro de 2018, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, obedecido o disposto no Art. 43º desta mesma Lei;

- Que o Inciso I do Artigo 10º da Lei nº. 1.136/2018, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

-Que a dotação nº. 71 do Departamento Municipal de Obras, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2019.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 26.000,00 (Vinte e Seis Mil Reais), na seguinte modalidade de aplicação e dotação abaixo especificada:

Órgão ..... :	6000	Departamento Municipal de Obras
Unidade.....:	6001	Departamento Municipal de Obras
Atividade:	26.782.0039.2.26	Manutenção do Departamento Geral de Obras
Recursos ..... :	239	Fundo Especial do Petróleo
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (71) ..... : 26.000,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação verificado até o final do exercício financeiro de 2019, na importância de R\$ 26.000,00, fonte de recursos 0.1.39 – Fundo Especial do Petróleo - Transferências Decorrentes de Compensação Financeiras (239).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 12 de Novembro de 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Departamento de Administração e Finanças

**Nº 480/2019**

Publicação Nº 2223358

PORTARIA Nº 480/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agronômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. TALITA APARECIDA MAZZINI, matrícula n.º 1005, ocupante do cargo de provimento temporário, PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - 40hs, do quadro do município e



lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções a partir de 11/11/2019, (onze de novembro de dois mil e dezenove), para a servidora municipal Sra. TALITA APARECIDA MAZZINI, matrícula n.º 1005, ocupante do cargo de provimento temporário, PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - 40hs, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Nº 481/2019**

Publicação Nº 2223382

PORTARIA Nº 481/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. MARLEI MARCILIO SOUZA, matrícula n.º 796 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA – TSA 3.09 e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica remunerada pelo período de 01 (UM) dia, em 08/11/2019, à servidora municipal Sra. MARLEI MARCILIO SOUZA, matrícula n.º 796 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA – TSA 3.09 e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Nº 482/2019**

Publicação Nº 2223400

PORTARIA Nº 482/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. ROSELI PRIES DE MELO, matrícula n.º 997 ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSORA – ANOS INICIAIS e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

**RESOLVE:**

1-) Concede licença médica remunerada pelo período de 01 (UM) dia, em 07/11/2019, à servidora municipal Sra. ROSELI PRIES DE MELO, matrícula n.º 997 ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSORA – ANOS INICIAIS e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Nº 483/2019**

Publicação Nº 2223422

PORTARIA Nº 483/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. MARCIA WEINRICH, matrícula n.º 1041 ocupante do cargo de provimento comissionado de CHEFE DE SETOR – DAS 05 e lotação no Departamento de Administração,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

**RESOLVE:**

1-) Concede licença médica remunerada pelo período de 01 (UM) dia, em 07/11/2019, à servidora municipal Sra. MARCIA WEINRICH, matrícula n.º 1041 ocupante do cargo de provimento comissionado de CHEFE DE SETOR – DAS 05 e lotação no Departamento de Administração.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº8/2018 FMS

Publicação Nº 2222591

TERCEIRO TERMO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 8/2018 DE 07/11/2019

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE E O CONSÓRCIO INTER-MUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de serviço que celebram entre si o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. Presidente, Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominado CONSÓRCIO/CONTRATADO, e o Município de Água Doce, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.430.533/0001-20 com sede administrativa na Praça João Macagnan, nº 322, CEP 89.654-000, neste ato representado por sua Gestora Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, doravante denominado CONSORCIADO/CONTRATANTE..

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando o aumento expressivo na demanda por consultas e procedimentos, surge a necessidade de aditar o presente contrato em 25%, havendo um acréscimo de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), suficientes para suportar o atendimento que contemple as necessidades da população do município de Água Doce.

CLÁUSULA SEGUNDA: As despesas que decorrem da aplicação deste termo de Contrato de Rateio, correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do CONSORCIADO / CONTRATANTE.

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

2.074 – Manutenção dos programas de média e alta complexidade

3.3.93.00.00.00.00.00 0087/32 – Aplicação direta decorrente de Op. Entre Órgãos

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas

Água Doce, SC, 07 de novembro de 2019

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO	MOISÉS DIERSMANN
Gestora do FMS	Presidente do CISAMARP
Contratante	Contratado

#### Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT  
OAB/SC 28339

**BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO -2019 FMAS**

Publicação Nº 2224201

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas  
Exercício de 2019  
Período: Outubro  
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>23.665,75</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>21.386,86</b>
Receita Patrimonial	429,40	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>21.225,59</b>
Transferências Correntes	16.749,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.539,29
Transferências de Capital	6.487,18	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.686,30
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>161,27</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	161,27
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>10.500,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	10.500,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>43.661,26</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>41.919,57</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.747,95	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.747,95
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	21.737,65	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	20.526,45
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	20.175,66	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	19.645,17
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>183.607,39</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>198.127,97</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	183.607,39	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	198.127,97
<b>TOTAL</b>	<b>261.434,40</b>	<b>TOTAL</b>	<b>261.434,40</b>

AGUA DOCE, 31/10/2019

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO :

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO 2019 -FMS**

Publicação Nº 2224198

Betha Sistemas  
Exercício de 2019  
Período: Outubro  
Página: 1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>395.360,69</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>631.019,23</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.018,12	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>624.906,98</b>
Receita Patrimonial	4.883,42	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	356.309,09
Transferências Correntes	203.425,60	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	266.729,89
Outras Receitas Correntes	5.093,55	INVESTIMENTOS	1.868,00
Transferências de Capital	179.940,00	<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>6.112,25</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.112,25
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>624.833,11</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	624.833,11		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.470.062,39</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.560.473,55</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	98.518,36	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	98.080,53
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	653.446,71	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	717.990,56
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	3.980,44	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	5.255,44
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	714.116,88	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	739.147,02
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>2.204.749,85</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>2.503.513,26</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.204.709,85	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.503.454,46
BANCO C/ MOVIMENTO	40,00	BANCO C/ MOVIMENTO	58,80
<b>TOTAL</b>	<b>4.695.006,04</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.695.006,04</b>

AGUA DOCE, 31/10/2019

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO  
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO ;

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO 2019 SIMA**

Publicação Nº 2224204

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas  
Exercício de 2019  
Período: Outubro  
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>86.428,68</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>90.050,23</b>
Contribuições	42.807,05	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	<b>90.050,23</b>
Outras Receitas Correntes	21.364,78	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	90.050,23
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	22.256,85		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>173.987,28</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>168.730,30</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	58,17	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	58,17
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	90.050,23	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	83.878,88
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	83.878,88	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	84.793,25
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>2.263.014,55</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>2.264.649,98</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.263.014,55	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.264.649,98
<b>TOTAL</b>	<b>2.523.430,51</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.523.430,51</b>

AGUA DOCE, 31/10/2019

EDNA FATIMA L. VIEIRA BISSANI  
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA OUTUBRO 2019-FMAS**

Publicação Nº 2224206

Betha Sistemas  
Exercício de 2019  
5º bimestre

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**  
 Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)  
 Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2019	Bimestre Set/Out/2019	Total até Out/2019
<b>RECEITAS</b>				
Receita Patrimonial	6.315,00	3.705,22	746,99	4.452,21
Transferências Correntes	185.578,00	12.716,80	18.179,17	30.895,97
Outras Receitas Correntes	200,00	310,95	0,00	310,95
Alienação de Bens	0,00	0,00	50,00	50,00
Transferências de Capital	115.980,00	0,00	6.487,18	6.487,18
<b>TOTAL DA RECEITA :</b>	<b>308.073,00</b>	<b>16.732,97</b>	<b>25.463,34</b>	<b>42.196,31</b>
<b>DESPESAS</b>				
Entidade: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE				
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	434.073,00	157.306,11	39.152,84	196.458,95
Total da Entidade:	434.073,00	157.306,11	39.152,84	196.458,95
<b>TOTAL DA DESPESA :</b>	<b>434.073,00</b>	<b>157.306,11</b>	<b>39.152,84</b>	<b>196.458,95</b>

AGUA DOCE , 31/10/2019

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO  
 SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO S

NEUSAM. C. S. BISSANI  
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0



## RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA OUTUBRO 2019-FMS

Publicação Nº 2224205

Betha Sistemas  
Exercício de 2019  
5º bimestre

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)  
Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2019	Bimestre Set/Out/2019	Total até Out/2019
<b>RECEITAS</b>				
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	54.900,00	47.618,11	3.530,49	51.148,60
Receita Patrimonial	50.340,00	27.575,96	7.757,54	35.333,50
Transferências Correntes	2.020.205,00	1.575.617,63	507.231,27	2.082.848,90
Outras Receitas Correntes	17.990,00	10.405,46	6.487,78	16.893,24
Alienação de Bens	20.000,00	0,00	19.150,00	19.150,00
Transferências de Capital	51.000,00	0,00	179.940,00	179.940,00
<b>TOTAL DA RECEITA :</b>	<b>2.214.435,00</b>	<b>1.661.217,16</b>	<b>724.097,08</b>	<b>2.385.314,24</b>
<b>DESPESAS</b>				
Entidade: FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE				
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.863.354,75	5.527.306,46	2.046.592,31	7.573.898,77
Total da Entidade:	5.863.354,75	5.527.306,46	2.046.592,31	7.573.898,77
<b>TOTAL DA DESPESA :</b>	<b>5.863.354,75</b>	<b>5.527.306,46</b>	<b>2.046.592,31</b>	<b>7.573.898,77</b>

AGUA DOCE , 31/10/2019

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO  
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO S

NEUSAM. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

## RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA OUTUBRO 2019-SIMA

Publicação Nº 2224209

Betha Sistemas  
Exercício de 2019  
5º bimestre

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**  
Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)  
Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2019	Bimestre Set/Out/2019	Total até Out/2019
<b>RECEITAS</b>				
Contribuições	455.577,00	337.810,59	85.486,93	423.297,52
Receita Patrimonial	115.000,00	75.148,88	8.336,97	83.485,85
Outras Receitas Correntes	100.000,00	95.999,43	33.269,87	129.269,30
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	260.090,00	172.309,16	44.480,62	216.789,78
<b>TOTAL DA RECEITA :</b>	930.667,00	681.268,06	171.574,39	852.842,45
<b>DESPESAS</b>				
Entidade: FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE				
FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA	930.667,00	695.701,39	174.843,48	870.544,87
Total da Entidade:	930.667,00	695.701,39	174.843,48	870.544,87
<b>TOTAL DA DESPESA :</b>	930.667,00	695.701,39	174.843,48	870.544,87

AGUA DOCE , 31/10/2019

EDNA FATIMA L. VIEIRA BISSANI  
Presidente do SIMA

NEUSAM. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 124, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223373

DECRETO Nº 124/2019 De 11 de novembro de 2019	DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e de acordo com o inciso VII do Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Edital de Processo Seletivo nº 001/2018, e demais disposições legais vigentes;
--	---

#### DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o item 1.7 das Disposições Preliminares do Edital do Processo Seletivo nº 001/2018, onde prevê a prorrogação da validade do Processo Seletivo e Decreto nº 108/2018, fica Prorrogado o Edital do Processo Seletivo nº 001/2018, pelo prazo de 01 (um) ano, contados a partir de 12 de novembro de 2019, as admissões de servidores para o quadro de cargos em provimento temporário.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, 11 de Novembro de 2019.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**ERRATA DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019**

Publicação Nº 2222856

**Alterado Conforme Errata n.º 01****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2019**

O Prefeito Municipal de **Águas de Chapecó**, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antonio Hentges, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** que se encontra aberto **Processo Seletivo** destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

**1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O **Processo Seletivo** destina-se a seleção de servidor, em caráter temporário, para preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do **Município de Águas de Chapecó (SC)**, de acordo com as necessidades e interesses da Administração, mediante as condições estabelecidas neste Edital, legislação municipal e demais regras pertinentes.

1.2 - O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, IX, da Constituição Federal, **Lei Orgânica Municipal**, **Lei Complementar Municipal n.º 003/2001** (DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS), **Lei Complementar Municipal n.º 026/2011** (ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2001, DE 27 DE JUNHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS), **Lei Complementar Municipal n.º 055/2018** (DISPÕE SOBRE PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS), **Lei Complementar Municipal n.º 058/2018** (DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS ANEXOS I, III E VII DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 055/2018 QUE TRATA DO PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS), e demais Legislações relacionadas.

1.3 - É de responsabilidade do candidato o conhecimento da legislação mencionada no item anterior e outras determinações referentes ao **Processo Seletivo** para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo/função por ocasião da contratação se aprovado e convocado.

1.4 - A inscrição no **Processo Seletivo** implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

1.5 - Os documentos exigidos pelas normas do presente Edital, requerimentos e recursos administrativos, deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições Editalícias.

Página 1 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de

**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

1.6 - O **Processo Seletivo** será regido por este Edital, supervisionado por Comissão de Acompanhamento designada pela Administração Municipal, nomeada pelo **DECRETO N.º 110/2019**, e executado em todas as suas fases pela **Alternative Concursos**.

1.7 - A divulgação oficial das informações referentes a este **Processo Seletivo** dar-se-á pela publicação de editais no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM e site do **Município de Águas de Chapecó (SC)** [www.aguasdechapeco.sc.gov.br](http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br), bem como no site da empresa contratada [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

1.8 - O prazo de validade do **Processo Seletivo** será de 1 ano, contando da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal, através de Decreto Municipal.

## 2 - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E VENCIMENTO

2.1 - As vagas destinam-se aos cargos/funções abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e habilitação mínima exigidos no presente Edital, de acordo com o cargo/função a que pretendem concorrer.

2.2 - As atribuições dos cargos/funções são as constantes do **Anexo II** deste Edital, conforme Lei Municipal.

2.3 - Os candidatos poderão inscrever-se em apenas um dos seguintes cargos/funções:

### IDENTIFICAÇÃO DOS CARGOS/FUNÇÕES

ALFABETIZADO	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
	Auxiliar de Serviços Gerais	01 + CR <sup>1</sup>	20 h. 40 h.	Alfabetizado	634,16 1.268,32	Escrita Objetiva

ENSINO FUNDAMENTAL	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
	Agente de Manutenção e Conservação	01 + CR <sup>1</sup>	40 h.	Ensino Fundamental	1.421,14	Escrita Objetiva
	Motorista	01 + CR <sup>1</sup>	40 h.	Ensino Fundamental Incompleto e portador da Carteira Nacional de Habilitação Categoria "C"-"D"	1.778,16	Escrita Objetiva e Prática
	Operador de Máquinas	01 + CR <sup>1</sup>	40 h.	Ensino Fundamental Incompleto e portador da Carteira Nacional de Habilitação Categoria "C"	2.198,42	Escrita Objetiva e Prática

Página 2 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de

**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
<b>ENSINO MÉDIO</b>	Agente Bibliotecário	01 + CR¹	40 h.	Ensino Médio	1.289,46	Escrita Objetiva
	Agente de Combate às Endemias	01 + CR¹	40 h.	Ensino médio completo	1.268,32	Escrita Objetiva
	Secretário da Junta de Serviço Militar e Identificação	01 + CR¹	40 h.	Ensino médio completo	1.778,16	Escrita Objetiva
	Técnico em Enfermagem	CR¹	40 h.	Ensino Médio – Técnico em Enfermagem	1.886,59	Escrita Objetiva

	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	Farmacêutico	CR¹	20 h. 40 h.	Portador de Diploma de Farmacêutico, com registro no respectivo órgão da profissão	2.383,20 4.766,41	Escrita Objetiva
	Médico (Clínico Geral)	01 + CR¹	20 h. 40 h.	Portador de Diploma de Médico, com registro no respectivo órgão da profissão	6.938,52 13.877,04	Escrita Objetiva

**Nota¹:**

*Cadastro de Reserva: Cadastro reserva é a seleção de candidatos para vagas que surgirem dentro do prazo de validade deste processo seletivo para substituições de servidores em licença legalmente concedidas, programas, convênios e demais situações que objetivem a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, previsto no art. 37, IX da Constituição Federal e legislação própria municipal.*

**3 - DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA**

3.1 - Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei n.º 7.853/1989 e Decreto n.º 3.298/99, são reservadas aos candidatos portadores de deficiência 5% do número total de vagas, arredondando para o próximo número inteiro seguinte caso fracionário, desde que a deficiência de que são portadores não seja incompatível com as atribuições do cargo a ser preenchido.

3.2 - Para concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência, o candidato deverá:

- a) Assinalar o campo destinado aos portadores de deficiência no Formulário de Inscrição;
- b) Preencher o requerimento contido no **Anexo III** do presente Edital;
- c) Anexar Laudo Médico (original ou cópia legível autenticada), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, cuja data de expedição não seja superior a 90 dias.

Página 3 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de

**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

[www.aguasdechapeco.sc.gov.br](http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br)

3.2.1 - Os documentos acima descritos deverão ser enviados, via SEDEX, até o dia **28 de novembro de 2019**, para Empresa responsável pelo Processo Seletivo, **Alternative Concursos**, no seguinte endereço: **Avenida Anita Garibaldi, n.º 301, Sala 01 - Centro, Maravilha (SC), CEP 89874-000.**

3.3 - A não-observância do disposto no item anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.4 - O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá informar no Formulário de Inscrição, bem como no requerimento constante no **Anexo III** deste Edital.

3.4.1 - Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM e site do **Município de Águas de Chapecó (SC)** [www.aguasdechapeco.sc.gov.br](http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br), bem como no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br), no dia **06 de dezembro de 2019**.

3.5 - Os portadores de deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, local, horário de provas e à nota mínima exigida.

3.6 - Os candidatos portadores de deficiência não estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição, salvo no caso previsto no item 5.1 do presente Edital.

3.7 - O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.8 - Os candidatos que concorrerem às vagas destinadas aos portadores de deficiência terão seus nomes publicados na lista geral de classificação, bem como em lista de classificação especial.

3.9 - Respeitada a ordem classificatória, os candidatos portadores de deficiência aprovados neste Processo Seletivo, por ocasião da admissão, serão submetidos à Avaliação Médica pelo **Município de Águas de Chapecó (SC)**, o qual avaliará a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo e a deficiência de que o candidato é portador, emitindo Laudo de parecer, nos termos deste Edital.

3.10 - Será eliminado da lista de vagas reservadas o candidato cuja deficiência não seja constatada ou se mostre incompatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral, caso em que se convocará o candidato imediatamente seguinte, de mesma condição, com a estrita observância da ordem classificatória.

3.11 - Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos.

Página 4 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: [adm@aguasdechapeco.sc.gov.br](mailto:adm@aguasdechapeco.sc.gov.br)





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de

**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

[www.aguasdechapeco.sc.gov.br](http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br)

#### 4 - DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão realizadas no período de **11 a 28 de novembro de 2019**, exclusivamente via internet, através do endereço eletrônico [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

4.2 - Para inscrever-se via internet o candidato deverá:

4.2.1 - Acessar o site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br) e no link “**Concursos e Seletivos**”, “**Inscrições Abertas**” selecionar o **Processo Seletivo do Município de Águas de Chapecó (SC)**;

4.2.2 - Baixar e Ler atentamente o Edital, inteirando-se das condições do certame, certificando-se de que preenche todos os requisitos exigidos;

4.2.3 - Acessar o link “**Realizar inscrição**”, cadastrando-se com CPF, criando uma senha de acesso para a área do candidato (**guarde essa senha pois será necessária para acessos futuros**);

4.2.4 - Preencher o Formulário de Inscrição, conferindo os dados informados e transmiti-lo pela internet, **imprimindo o Comprovante de Inscrição que deve ficar em seu poder (guarde esse comprovante pois será necessário apresentá-lo no dia da prova)**;

4.2.5 - Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário referente a taxa de inscrição até o dia do vencimento.

4.3 - Os candidatos que desejarem se inscrever como doadores de sangue/medula deverão realizar suas inscrições, conforme item 5.2 do presente Edital, até o dia **18 de novembro de 2019**.

**4.4 - O candidato deverá manter o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO) em seu poder e, necessariamente, apresentá-lo no dia da prova juntamente com um DOCUMENTO DE IDENTIDADE ORIGINAL COM FOTO.**

4.4.1 - São considerados documentos de identidade a **Carteira Nacional de Habilitação com foto, a Carteira de Trabalho e Previdência Social e as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, Polícia Militar e Ordens ou Conselhos de Classe.**

4.4.2 - Não serão aceitos documentos danificados, não-identificáveis e/ou ilegíveis, nem reproduzidos por aparelhos de fax ou scanner.

4.4.3 - Em caso de perda do Comprovante de Inscrição, o candidato deverá reimprimi-lo no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br), na Área do Candidato.

**4.4.4 - O BOLETO BANCÁRIO NÃO SERVE COMO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO.**

4.5 - A taxa de inscrição será paga em qualquer banco até o vencimento e somente através de boleto bancário, não sendo aceito depósitos em conta e transferências bancárias.

4.5.1 - Em caso de perda ou extravio do boleto bancário o candidato deverá imprimir uma segunda via no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br), na Área do Candidato.

4.6 - A empresa **Alternative Concursos** e o **Município de Águas de Chapecó (SC)** não se responsabilizarão por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivo de

Página 5 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: [adm@aguasdechapeco.sc.gov.br](mailto:adm@aguasdechapeco.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas, bem como quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.6.1 - A empresa **Alternative Concursos** não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato.

4.7 - Somente serão acatadas as inscrições após o pagamento da taxa de inscrição.

4.7.1 - O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem elementos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8 - Somente será admitida uma inscrição por candidato.

4.9 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, fax, ou por qualquer outra via não editalícia.

4.10 - Aos interessados que não possuem internet, o **Município de Águas de Chapecó (SC)** disponibilizará terminais de acesso e assistência durante o período das inscrições, em dias úteis, em sua sede, sito à Rua Porto União, n.º 968 - Centro, no **Município de Águas de Chapecó (SC)**.

4.11 - O valor da taxa de inscrição será de:

ESCOLARIDADE	VALOR
Alfabetizado	R\$ 80,00 (oitenta) reais
Ensino Fundamental	R\$ 80,00 (oitenta) reais
Ensino Médio	R\$ 100,00 (cem) reais
Ensino Superior	R\$ 140,00 (cento e quarenta reais)

4.12 - O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, fraudes e/ou omissões, bem como pela apresentação de documentos fora dos prazos e critérios estabelecidos por este edital.

4.13 - As inscrições serão homologadas no dia **06 de dezembro de 2019**, sendo divulgadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM e no site do **Município de Águas de Chapecó (SC)**, bem como no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

4.14 - Os candidatos que não tiverem as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo **Processo Seletivo, Alternative Concursos**, exclusivamente através do e-mail [recursos@alternativeconcursos.com.br](mailto:recursos@alternativeconcursos.com.br), no prazo de **09 e 10 de dezembro de 2019**, conforme Formulário de Recurso constante em **Anexo V**, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 9 do presente Edital.

4.14.1 - A publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos interpostos será realizada no dia **12 de dezembro de 2019**.

4.15 - O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso de cancelamento do certame.

Página 6 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de

**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

4.16 - Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização da prova deverão assinalar esta condição no Formulário de Inscrição, em campo específico para esta finalidade.

4.16.1 - A candidata que tiver necessidade de amamentar, além de assinalar a condição prevista no item anterior, deverá levar acompanhante maior de 18 anos, o qual permanecerá em sala reservada para essa finalidade. O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal de realização da prova.

4.16.2 - Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM e site do **Município de Águas de Chapecó (SC)**, bem como no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br) no dia **06 de dezembro de 2019**.

4.17 - Estão impedidos de participar deste **Processo Seletivo** os membros da Comissão de Acompanhamento do **Processo Seletivo**, os funcionários da empresa responsável pelo certame, bem como terceirizados desta, diretamente relacionados com a atividade de execução deste Certame.

4.17.1 - A vedação constante do item anterior se estende aos seus cônjuges, conviventes, pais, irmãos e filhos;

4.17.2 - Constatada, em qualquer fase do **Processo Seletivo**, inscrição de pessoas que tratam o item e subitem anteriores, esta será indeferida e o candidato será eliminado do certame.

## 5 - DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 - Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, salvo no caso de candidato doador de sangue e de medula, nos termos da Lei Estadual n.º 10.567, de 7 de novembro de 1997, alterada pela Lei n.º 17.457/18.

5.2 - Os candidatos doadores de sangue e de medula deverão realizar sua inscrição para o Processo Seletivo até o dia **18 de novembro de 2019**, procedendo da seguinte forma:

5.2.1 - Assinalar esta condição no Formulário de Inscrição;

5.2.2 - Preencher o **Anexo IV** do presente Edital (digitado ou manuscrito);

5.2.3 - Anexar o comprovante das doações;

5.2.4 - Providenciar fotocópia simples do **Comprovante de Inscrição**.

5.2.5 - O **Anexo IV** devidamente preenchido, acompanhado do **Comprovante de Doação**, bem como da **fotocópia do Comprovante de Inscrição**, deverão ser enviados, **VIA SEDEX, até o dia 19 de novembro de 2019 (data do protocolo ou carimbo dos Correios)**, para a empresa responsável pelo Processo Seletivo, **Alternative Concursos**, no seguinte endereço: **Avenida Anita Garibaldi, n.º 301, Sala 01 - Centro, Maravilha (SC), CEP 89874-000**.

5.2.6 - O comprovante de doação exigido deverá ser fornecido por entidade coletora oficial ou credenciada e discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações pelo interessado, não podendo ser inferior a 03 doações anuais, considerando-se os 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital.

Página 7 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: [adm@aguasdechapeco.sc.gov.br](mailto:adm@aguasdechapeco.sc.gov.br)

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

5.2.7 - Para enquadramento ao benefício de isenção, considera-se somente a doação de sangue e medula promovida a órgão oficial ou à entidade credenciada pela União, Estado ou Município.

5.3 - O resultado da homologação das isenções da taxa de inscrição será divulgado no dia **26 de novembro de 2019**.

5.3.1 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos seguirão todas as etapas do certame da mesma forma que os demais candidatos, estando unicamente isentos do pagamento da taxa de inscrição.

5.3.2 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento da taxa de inscrição **até o dia 29 de novembro de 2019, sob pena de indeferimento da inscrição**.

5.4 - Não haverá recurso do indeferimento de isenção da taxa de inscrição para candidatos doadores de sangue e de medula.

## 6 - DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA

6.1 - A prova escrita/objetiva será realizada no dia **15 de dezembro de 2019 das 09h00min às 12h00min** na Escola de Educação Básica Estadual Irineu Bornhausen, sito à Rua Pedro Guilherme Simon, n.º 70, Centro, no **Município de Águas de Chapecó (SC)**.

6.2 - A prova escrita/objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, conterá **30 questões** do tipo múltipla escolha, sendo subdivida em **cinco alternativas, A, B, C, D e E**, das quais somente uma deverá ser assinalada como correta.

6.3 - A prova escrita/objetiva será composta de questões inéditas, cujo grau de dificuldade seja compatível com o nível de escolaridade mínima exigida para cada cargo/função, de acordo com o Conteúdo Programático constante no **Anexo I** do presente Edital, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

PROVAS	ÁREAS DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS
Prova de Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	10	0,30	3,00
	Matemática	05	0,20	1,00
	Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Prova de Conhecimentos Específicos	Conteúdos de Conhecimentos Específicos	10	0,50	5,00
<b>TOTAL</b>		<b>30</b>	<b>-</b>	<b>10,00</b>

6.4 - O Caderno de Questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha.

6.5 - O candidato deverá comparecer ao local de prova com **antecedência mínima de 30 minutos**, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

Página 8 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de

**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

6.5.1 - **ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS** e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, **excluído do certame.**

6.5.2 - Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital.

6.6 - O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar **DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO).**

6.6.1 - Em caso de perda, furto ou roubo do documento original de identidade, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 dias da data de realização da prova.

6.6.2 - O candidato que não apresentar documento de identidade original com fotografia ou o registro de ocorrência em órgão policial, estará automaticamente excluído do **Processo Seletivo.**

**6.6.3 - O Boleto Bancário não serve como Comprovante de Inscrição.**

**6.7 - Para realizar a prova é indicado ao candidato portar 2 canetas esferográficas de tinta azul ou preta. Não serão fornecidas canetas no local.**

6.8 - Durante a realização das provas é vedada toda e qualquer consulta a materiais, sejam estes equipamentos eletrônicos ou didáticos.

6.9 - A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e do Cartão Resposta, somente será permitida depois de transcorrido **30 minutos do início da mesma.**

6.9.1 - O candidato poderá ausentar-se da sala de prova, momentaneamente, desde que acompanhado por um fiscal;

6.9.2 - Não será permitida a saída da sala com qualquer material referente à prova;

6.9.3 - Não haverá prorrogação do tempo normal de prova por motivo de afastamento do candidato.

6.10 - Na prova escrita/objetiva será realizado processo de desidentificação de provas.

6.10.1 - Não haverá identificação do candidato no Caderno de Questões.

6.11 - Os fiscais da equipe de aplicação de prova e da Comissão de Acompanhamento do **Processo Seletivo** não fornecerão informações acerca do conteúdo da prova escrita/objetiva.

6.12 - Em caso de anulação de questões da prova escrita/objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

**6.13 - Os três últimos candidatos ao entregar a prova deverão permanecer juntos na sala para, juntamente com os fiscais de sala:**

a) conferir os Cartões Resposta, identificar questões em branco e proceder a anulação das mesmas com um marca texto, assinando como testemunhas nos Cartões;

Página 9 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de

**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

- b) assinar a folha ata;
- c) assinar e lacrar os envelopes que guardarão os Cadernos de Questões e os Cartões Resposta.

6.14 - Os Cadernos de Questões estarão disponíveis, no dia **16 de dezembro de 2019**, no site do **Município de Águas de Chapecó (SC)**, bem como no da empresa contratada [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

6.14.1 - Será facultado ao candidato interpor recurso contra as questões da prova escrita/objetiva à empresa responsável pelo **Processo Seletivo, Alternative Concursos**, exclusivamente através do e-mail [recursos@alternativeconcursos.com.br](mailto:recursos@alternativeconcursos.com.br), no prazo de **17 e 18 de dezembro de 2019**, conforme Formulário de Recurso constante em **Anexo V**, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 9 do presente Edital, em especial ao item 9.2.

6.15 - O ensalamento dos candidatos será divulgado no dia **12 de dezembro de 2019**.

6.16 - Será automaticamente excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) **chegar após o horário previsto para o fechamento dos portões;**
- b) **não apresentar o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO) e DOCUMENTO DE IDENTIDADE ORIGINAL COM FOTOGRAFIA no dia de realização das provas;**
- c) tratar com descortesia os fiscais de sala ou membros da Comissão de Acompanhamento do **Processo Seletivo**;
- d) for surpreendido fazendo qualquer tipo de consulta ou uso de equipamento eletrônico;
- e) for flagrado em comunicação com os demais candidatos;
- f) não devolver o Caderno de Questões;
- g) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento de um fiscal;
- h) utilizar-se de meios ilícitos para execução da prova;
- i) perturbar de qualquer modo a ordem e execução dos trabalhos;
- j) não comparecer para realização da prova;
- k) nos demais casos previstos neste Edital.

## 7 - DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO RESPOSTA

7.1 - O candidato receberá juntamente com o Caderno de Questões o Cartão Resposta.

7.2 - O Cartão Resposta deverá ser preenchido cuidadosamente pelo candidato com seu **Nome, Assinatura, N.º da Identidade e as respostas do Caderno de Questões**.

7.2.1 - O candidato deverá transcrever no **Cartão Resposta** suas respostas por questão, na ordem de **01 à 30**, marcando de acordo com as instruções contidas no Caderno de Questões, conforme exemplo abaixo:

01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

7.2.2 - O candidato deverá preencher o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não serão válidas as marcações feitas a lápis ou caneta de ponta porosa ou de cor diferente das anteriormente mencionadas.

7.2.3 - **O preenchimento do Cartão Resposta é de inteira responsabilidade do candidato**, devendo ser realizado de acordo com as instruções especificadas anteriormente, sendo que os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, tais como dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido ou preenchido parcialmente, acarretarão a perda da pontuação da questão pelo candidato.

7.3 - Somente serão válidas as marcações contidas no Cartão Resposta que estiverem de acordo com as instruções da capa do Caderno de Questões.

**7.4 - Nos Cartões Resposta que forem constatadas questões em branco será realizada a anulação das mesmas, nos termos do item 6.13 do presente Edital.**

7.5 - **NÃO** será fornecido, em hipótese alguma, novo Cartão Resposta, salvo no caso de erro de impressão.

7.6 - O Cartão Resposta é o único documento válido para a correção, devendo ser preenchido com atenção. A não entrega do Cartão Resposta implicará na automática eliminação do candidato do certame.

7.7 - Em nenhuma hipótese será considerado o Caderno de Questões para fins de correção e atribuição da respectiva pontuação.

7.8 - O Gabarito Preliminar da prova escrita/objetiva estará disponível no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM e site do **Município de Águas de Chapecó (SC)**, [www.aguasdechapeco.sc.gov.br](http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br), bem como no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br), no dia **16 de dezembro de 2019**.

## 8 - DA PROVA PRÁTICA

8.1 - A prova prática será aplicada aos cargos/funções de **Motorista e Operador de Máquinas** no dia **15 de dezembro de 2019**, na sequência da prova escrita/objetiva, tendo como local de encontro a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Garagem), sito à Rua Salete Caneppele, n.º 91 - Centro, no **Município de Águas de Chapecó (SC)**.

8.2 - Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar, obrigatoriamente, o **Comprovante de Inscrição** e a **Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria exigida**, conforme item 2.3 do presente Edital, de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro.



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de

**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

8.3 - O candidato que não apresentar a Carteira Nacional de Habilitação, conforme a categoria exigida neste Edital, não poderá realizar a prova prática, estando, automaticamente eliminado do certame.

**8.4 - O candidato que faltar a prova prática estará automaticamente eliminado do certame.**

8.5 - Os candidatos serão avaliados por ordem de chegada, devendo assinar a lista de presença.

8.6 - A prova prática consistirá em tarefa a ser determinada pelo instrutor no momento da prova, através de avaliação desenvolvida para tal finalidade, com duração máxima de 15 minutos, onde serão avaliados os seguintes itens:

- a) Verificação das condições do veículo/máquina;
- b) Utilização dos itens e procedimentos de segurança;
- c) Partida e parada;
- d) Habilidades, técnicas e aptidões na condução do veículo/operação da máquina;
- e) Obediência às situações do trajeto.

8.7 - À prova prática será atribuída nota de 0 a 10, sendo a avaliação realizada da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova com 10 pontos, sendo-lhe subtraído os pontos perdidos relativos às faltas cometidas durante a realização da prova. A pontuação final da prova prática será calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Pontuação da Prova Prática} = (10 - \sum PP)$$

sendo " $\sum PP$ " a somatória dos pontos perdidos.

8.8 - Para cada falta cometida pelo candidato, serão descontados os pontos conforme descrito a seguir:

- a) falta eliminatória: reprovação;
- b) falta grave: 3 pontos;
- c) falta média: 2 pontos; e
- d) falta leve: 1 ponto.

**8.9 - Serão considerados classificados, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova prática.**

## 9 - DOS RECURSOS

9.1 - É assegurado aos candidatos a interposição de recursos nos seguintes casos e prazos:

9.1.1 - Quanto ao indeferimento das inscrições, exceto no caso de doadores de sangue/medula: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação da Homologação das Inscrições;

Página 12 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de

**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

9.1.2 - Quanto às questões da prova escrita/objetiva: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação das provas;

9.1.3 - Quanto ao Gabarito Preliminar das questões objetivas: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação do mesmo;

9.1.4 - Quanto à Ata de Classificação Preliminar do **Processo Seletivo**: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação da mesma;

9.1.5 - Com relação às incorreções ou irregularidades constatadas na execução do Certame: no prazo de 2 dias úteis, a contar da ocorrência das mesmas.

9.1.6 - Não haverá recurso da avaliação da Prova Prática.

9.2 - A interposição dos recursos acima delineados deverá ocorrer mediante preenchimento do Formulário de Recurso previsto no **Anexo V** deste Edital, sendo:

9.2.1 - Encaminhado à empresa responsável pelo **Processo Seletivo, Alternative Concursos**, exclusivamente através do e-mail [recursos@alternativeconcursos.com.br](mailto:recursos@alternativeconcursos.com.br), nos prazos editalícios;

9.2.2 - Obrigatoriamente individual, fazendo-se constar nome completo do candidato, número da identidade e cargo para o qual se inscreveu;

9.2.3 - **Os recursos contra questões da prova escrita/objetiva** deverão ser apresentados em uma folha (Formulário) para cada questão recorrida, com fundamentação clara e ampla, comprovando-se as alegações mediante citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, entre outros, juntando cópia dos comprovantes.

9.3 - Caso da análise dos recursos interpostos decorra a anulação de questões da prova escrita/objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

9.3.1 - Se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com o novo gabarito.

9.4 - Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como aqueles que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

9.5 - Não serão aceitos recursos encaminhados por meio que não seja o previsto neste Edital, bem como sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

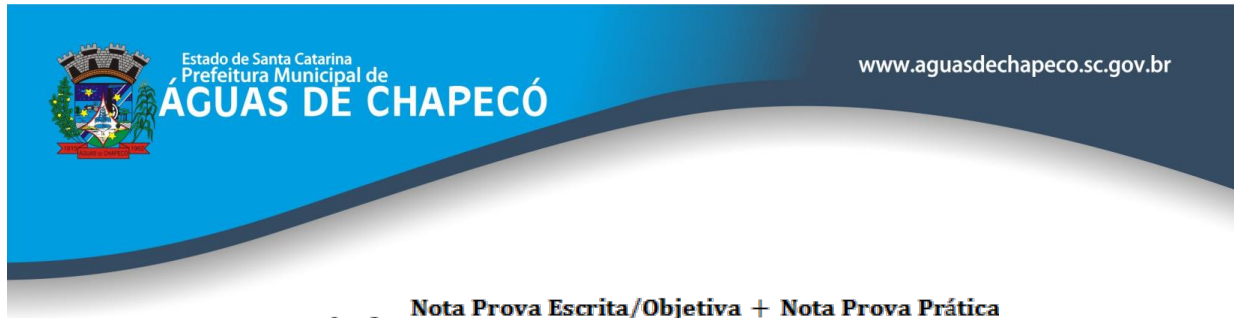
## 10 - DO RESULTADO FINAL

10.1 - Para atribuição da nota final aos cargos/funções de **Motorista e Operador de Máquinas**, o resultado da prova escrita/objetiva será somado a prova prática e dividido por dois, conforme fórmula abaixo:

Página 13 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: [adm@aguasdechapeco.sc.gov.br](mailto:adm@aguasdechapeco.sc.gov.br)





$$\text{Nota Final} = \frac{\text{Nota Prova Escrita/Objetiva} + \text{Nota Prova Prática}}{2}$$

**10.1.1 – Serão considerados classificados nos cargos previstos no item 10.1 os candidatos que não obtiverem nota igual a 0,00 (zero) na prova escrita/objetiva e obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova prática.**

10.2 - Para atribuição da nota final aos demais cargos/funções, o resultado da prova escrita/objetiva será computado conforme fórmula abaixo:

$$\text{Nota Final} = \text{Questões Corretas} \times \text{Valor de Cada Questão}$$

**10.2.1 - Serão considerados classificados nos cargos previstos no item 10.2 os candidatos que não obtiverem nota igual a 0,00 (zero) na prova escrita/objetiva.**

10.3 - Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) obtiver maior número de acertos na prova de conhecimentos específicos;
- b) obtiver maior número de acertos na prova de língua portuguesa;
- c) tiver maior idade;
- d) sorteio público.

10.3.1 - Havendo candidatos com idade igual ou superior a 60 anos, estes terão preferência na classificação sobre os demais em caso de empate, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.741, de 12 de outubro de 2003.

**10.4 - A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente de notas obtidas.**

## 11 - DAS COMPETÊNCIAS

11.1 - À Empresa **Alternative Concursos** compete, através de seus departamentos, a confecção de editais; recebimento das inscrições; conferência de documentos; elaboração, aplicação, fiscalização, coordenação, correção e demais atos pertinentes as provas; emissão de atas e listagens diversas; recebimento e apreciação de recursos interpostos; divulgação das informações em site próprio; elaboração de dossiê sobre o **Processo Seletivo** com todos os atos decorrentes de sua aplicação para arquivamento pela contratante; prestação de informações sobre o certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do **Processo Seletivo**.

11.2 - Ao **Município de Águas de Chapecó (SC)** compete, através do Prefeito Municipal e da Comissão de Acompanhamento do **Processo Seletivo**, disponibilização de Leis e demais informações; homologação das inscrições; divulgação dos atos pertinentes ao certame; informação acerca de impugnações contra este Edital; assinatura dos editais e demais atos; acompanhamento de todas as fases do certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do **Processo Seletivo**.



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de

**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

## 12 - DO PROVIMENTO

12.1 - São requisitos básicos para provimento ao cargo/função:

12.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

12.1.2 - Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

12.1.3 - Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

12.1.4 - Ter nível de escolaridade, capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;

12.1.5 - Idade mínima de 18 anos;

12.1.6 - Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo, expedido pela junta médica designada pela administração municipal;

12.1.7 - Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador da Profissão;

12.1.8 - Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não-recebimento de proventos decorrentes de inatividade em cargos não-cumuláveis;

12.1.9 - Certidão negativa de antecedentes cíveis e criminais expedida pelos Foros das Justiças Federal e Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 5 anos;

12.1.10 - Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato nos últimos 5 anos;

12.1.11 - Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

12.1.12 - Outros documentos exigidos pelo Setor de Recursos Humanos do **Município de Águas de Chapecó (SC)**.

12.2 - Todos os requisitos acima, no que couber, deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado, para a contratação no cargo.

12.3 - O candidato deverá manter seus dados atualizados no **Município de Águas de Chapecó (SC)**.

12.4 - A convocação dos candidatos classificados, para escolha de vaga que vier a ser aberta no prazo de validade do Processo Seletivo, será feita obedecendo à estrita ordem de classificação.

12.5 - O candidato classificado que no momento da escolha não aceitar a vaga disponível assinará termo de desistência e passará automaticamente para o último lugar da listagem em que está classificado.

12.6 - O não comparecimento do candidato convocado para escolha de vaga implicará na sua exclusão da classificação e não poderá ser chamado novamente neste Processo Seletivo.

12.7 - É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Processo Seletivo, para viabilizar os

Página 15 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



contatos necessários, sob pena de quando for convocado, perder o prazo para tomar posse, caso não seja localizado.

12.8 - Os atos relacionados à convocação, contratação e posse dos candidatos classificados são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó e serão regulados por edital de convocação publicado de acordo com a legislação em vigor.

### 13 - CRONOGRAMA

13.1 - O **Processo Seletivo** seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PERÍODO
<b>1. Período de Inscrição</b>	<b>11 a 28 de novembro de 2019</b>
2. Último dia para efetuar o pagamento do boleto bancário	29 de novembro de 2019
3. Período de inscrição com isenção da taxa de inscrição (doadores de sangue/medula)	11 a 18 de novembro de 2019
4. Publicação da relação dos candidatos com pedidos de isenção da taxa de inscrição	26 de novembro de 2019
5. Período de pagamento do valor da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram o pedido de isenção indeferido	26 a 29 de novembro de 2019
6. Publicação da homologação das inscrições	06 de dezembro de 2019
7. Divulgação dos pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva	06 de dezembro de 2019
8. Prazo para interposição de recurso quanto a não homologação das inscrições	09 e 10 de dezembro de 2019
9. Publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos	12 de dezembro de 2019
10. Divulgação do Ensalamento dos Candidatos	12 de dezembro de 2019
<b>11. Prova escrita/objetiva</b>	<b>15 de dezembro de 2019</b>
<b>12. Prova prática</b>	<b>15 de dezembro de 2019</b>
13. Divulgação do Gabarito Preliminar e das provas escritas/objetivas	16 de dezembro de 2019
14. Prazo para interposição de recurso contra o Gabarito Preliminar e questões das provas escritas/objetivas	17 e 18 de dezembro de 2019
15. Divulgação do Gabarito Definitivo	20 de dezembro de 2019
16. Divulgação da Ata de Classificação Preliminar	20 de dezembro de 2019
17. Prazo para interposição de recurso contra a Ata de Classificação Preliminar	23 e 24 de dezembro de 2019
<b>18. Divulgação da Ata de Classificação Final</b>	<b>27 de dezembro de 2019</b>

Página 16 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

13.2 - O cronograma acima poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Acompanhamento do **Processo Seletivo** e da empresa **Alternative Concursos**.

#### **14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do **Processo Seletivo**, com auxílio da Procuradoria Jurídica do Município.

14.2 - Fica eleito o foro da Comarca de São Carlos (SC) para dirimir quaisquer questões em relação ao presente certame.

14.3 - Após a divulgação da Ata de Classificação Final do **Processo Seletivo**, a empresa Contratada encaminhará ao **Município de Águas de Chapecó (SC)** todos os registros escritos originais gerados no certame.

14.4 - Fazem parte deste Edital:

14.4.1 - **Anexo I - Conteúdo Programático;**

14.4.2 - **Anexo II - Atribuições dos Cargos/Funções;**

14.4.3 - **Anexo III - Formulário de Requerimento de Vaga para Candidatos Portadores de Deficiência;**

14.4.4 - **Anexo IV - Formulário para Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição;**

14.4.5 - **Anexo V - Formulário de Recurso;**

14.4.6 - **Anexo VI - Cronograma.**

14.5 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

**Município de Águas de Chapecó (SC), 11 de novembro de 2019.**

**LEONIR ANTONIO HENTGES**  
Prefeito Municipal

**SÔNIA BERNARDETE MARRA GALANTE**  
**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

*Este Edital se encontra examinado e  
aprovado por esta Assessoria Jurídica.*

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assessor Jurídico

Página 17 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

**ERRATA DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019**

Publicação Nº 2222849

**PROCESSO SELETIVO N.º 002/2019****ERRATA N.º 01**

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antonio Hentges, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, a **Errata n.º 01 ao Edital de Processo Seletivo n.º 002/2019**, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município.

1. O quadro de cargos previsto no Capítulo 2 – **DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E VENCIMENTO** do Edital de Processo Seletivo passa a vigorar com a seguinte redação:

- a) Fica alterada a habilitação do cargo/função de Motorista para: Ensino Fundamental Incompleto e portador da Carteira Nacional de Habilitação Categoria “D”;
- b) Fica suprimido do cargo/função de Médico (Clínico Geral) a carga horária e vencimento de 20 horas semanais.

**IDENTIFICAÇÃO DOS CARGOS/FUNÇÕES**

<b>ALFABETIZADO</b>	<b>Cargo/Função</b>	<b>N.º Vagas</b>	<b>Carga Horária Semanal</b>	<b>Habilitação</b>	<b>Vencimento (R\$)</b>	<b>Tipo de Prova</b>
	Auxiliar de Serviços Gerais	01 + CR <sup>1</sup>	20 h. 40 h.	Alfabetizado	634,16 1.268,32	Escrita Objetiva

<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>Cargo/Função</b>	<b>N.º Vagas</b>	<b>Carga Horária Semanal</b>	<b>Habilitação</b>	<b>Vencimento (R\$)</b>	<b>Tipo de Prova</b>
	Agente de Manutenção e Conservação	01 + CR <sup>1</sup>	40 h.	Ensino Fundamental	1.421,14	Escrita Objetiva
	Motorista	01 + CR <sup>1</sup>	40 h.	Ensino Fundamental Incompleto e portador da Carteira Nacional de Habilitação Categoria “C” “D”	1.778,16	Escrita Objetiva e Prática
	Operador de Máquinas	01 + CR <sup>1</sup>	40 h.	Ensino Fundamental Incompleto e portador da Carteira Nacional de Habilitação Categoria “C”	2.198,42	Escrita Objetiva e Prática

Página 1 de 2

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de

**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
<b>ENSINO MÉDIO</b>	Agente Bibliotecário	01 + CR <sup>1</sup>	40 h.	Ensino Médio	1.289,46	Escrita Objetiva
	Agente de Combate às Endemias	01 + CR <sup>1</sup>	40 h.	Ensino médio completo	1.268,32	Escrita Objetiva
	Secretário da Junta de Serviço Militar e Identificação	01 + CR <sup>1</sup>	40 h.	Ensino médio completo	1.778,16	Escrita Objetiva
	Técnico em Enfermagem	CR <sup>1</sup>	40 h.	Ensino Médio – Técnico em Enfermagem	1.886,59	Escrita Objetiva

	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	Farmacêutico	CR <sup>1</sup>	20 h. 40 h.	Portador de Diploma de Farmacêutico, com registro no respectivo órgão da profissão	2.383,20 4.766,41	Escrita Objetiva
	Médico (Clínico Geral)	01 + CR <sup>1</sup>	20 h. 40 h.	Portador de Diploma de Médico, com registro no respectivo órgão da profissão	6.938,52 13.877,04	Escrita Objetiva

2. Os demais itens do Edital permanecem inalterados.

3. O Edital de Processo Seletivo será republicado de acordo com a alteração prevista na presente e divulgado no Diário Oficial dos Municípios (DOM) e site do **Município de Águas de Chapecó (SC)** [www.aguasdechapeco.sc.gov.br](http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br), bem como no site da empresa contratada [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

4. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

5. Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Município de Águas de Chapecó (SC)**, 11 de novembro de 2019.

**LEONIR ANTONIO HENTGES**  
Prefeito Municipal

*Este Edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.*

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assessor Jurídico

**SÔNIA BERNARDETE MARRA GALANTE**  
Comissão de Acompanhamento

Página 2 de 2

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



**EXTRATO DE CONTRATO Nº54/2019-VITOR YAGO GONÇALVES PRODUÇÕES -ME**

Publicação Nº 2222986

Estado de Santa Catarina		
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC		
EXTRATO CONTRATUAL		
Contrato Nº:		54/2019
CONTRATANTE:		MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
CONTRATADO:		VITOR YAGO GONÇALVES PRODUÇÕES -ME
Objeto:	Contratação de empresas para animação “show da Virada” em Festividades Alusivas ao 57º Aniversário de emancipação política Administrativa, com a Dupla Brenno e Matheus, Conforme Lei Municipal nº.1.973/2019 de 27 de agosto de 2019.	
Valor:	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)	
Vigência		Início: 07/11/2019 Término:04/01/2020.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº80/2019 – INEXIGIBILIDAD DE LICITAÇÃO Nº02/2019		
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 02 de novembro de 2019.		
LEONIR ANTÔNIO HENTGES		
PREFEITO MUNICIPAL		

**PORTARIA M. Nº 334-2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223030

PORTARIA Nº 334/2019 De 11 de novembro de 2019	PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o que estabelece a legislação vigente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão da Tomada de Contas Especial, instaurada por meio da Portaria nº 140, de 14 de fevereiro de 2019, alterado por meio da Portaria nº 266, de 18 de julho de 2019, que prevê a data fim em 11 de novembro de 2019, por mais 30 (trinta) dias.

Art. 2º Essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de  
Águas de Chapecó/SC, em 11 de novembro de 2019.  
LEONIR ANTONIO HENTGES  
Prefeito Municipal  
Registre e Publique-se.

**PORTARIA Nº 333, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223377

PORTARIA Nº 333/2019 De 11 de Novembro de 2019	CONTRATA, NOS TERMOS DA LEI, LEONIR ANTONIO DAMIÃO, PARA EXERCER O CARGO DE VIGIA, 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, Art. 2º, inciso VI da Lei Municipal nº 1.586/2007 e Processo Seletivo nº 001/2019, demais disposições legais vigentes, e justificativa da Secretaria;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica contratado o Sr. LEONIR ANTONIO DAMIÃO, para o cargo de Vigia, 40 (quarenta) horas semanais noturnas – jornada de trabalho especial de 12 (doze) horas ininterruptas, com intervalo para repouso de 36 (trinta e seis) horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo suas funções na Unidade de Saúde 24 h.

Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 12 de Novembro 2019 a 11 de Novembro de 2020.

Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 11 de Novembro de 2019.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Contrata servidora para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal n.º 1.586/2007, Edital do Processo Seletivo Nº 001/2019, e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, LEONIR ANTÔNIO HENTGES, doravante denominado CONTRATANTE e LEONIR ANTONIO DAMIÃO, brasileiro, casado, portador do RG 3.341.332 SSP/SC e do CPF 938.375.189-49, residente na Rua Itajaí, 159, Águas de Chapecó/SC doravante denominado CONTRATADO, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

##### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, do servidor acima qualificado, aprovado em Processo Seletivo, para desempenhar as atribuições do cargo de Vigia, 40 (quarenta) horas semanais noturnas – jornada de trabalho especial de 12 (doze) horas ininterruptas, com intervalo para repouso de 36 (trinta e seis) horas, para atuar junto a Unidade de Saúde 24 h.

##### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:

A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas de Chapecó e Lei Municipal Nº 1.586/2007, Decreto nº 115/2019 e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.

##### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:

A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.

##### CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:

O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais noturnas.

##### CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.

##### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O presente Contrato terá a duração de 12 de Novembro de 2019 até 11 de Novembro de 2020, podendo ser renovado conforme os dispositivos da Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais legislação pertinente.

##### CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:

A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

##### CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:

Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

Parágrafo Único – A rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada pelo mesmo com a antecedência mínima de trinta dias.

##### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo, autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

##### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

##### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 11 de Novembro de 2019.



LEONIR ANTONIO DAMIÃO LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Servidor Prefeito Municipal

Testemunhas:

# Águas Frias

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 279/2019

Publicação Nº 2223319

DECRETO Nº 279/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Frias, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, ao servidor público Municipal Pedro Dal Piva, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 11/11/2019.

Art. 2º - A Licença-Prêmio concedida tem por base o período aquisitivo de 14/12/2018 a 14/12/2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 11 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

### DECRETO Nº 280/2019

Publicação Nº 2223327

DECRETO Nº 280/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Frias, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, a servidora pública Municipal Andréia Toazza, ocupante do cargo de Odontóloga, a partir de 01/12/2019.

Art. 2º - A Licença-Prêmio concedida tem por base o período aquisitivo de 14/12/2018 a 14/12/2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 11 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

### DECRETO Nº 281/2019

Publicação Nº 2223331

DECRETO Nº 281/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos

do Município de Águas Frias, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, a servidora pública Municipal Beatriz Moro, ocupante do cargo de Atendente de Saúde Pública, a partir de 01/12/2019.

Art. 2º - A Licença-Prêmio concedida tem por base o período aquisitivo de 14/12/2018 a 14/12/2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 11 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

## **DECRETO Nº 282/2019**

Publicação Nº 2223333

DECRETO Nº 282/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Frias, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, ao servidor público Municipal Bernardo André Barbieri, ocupante do cargo de Medico, a partir de 15/12/2019.

Art. 2º - A Licença-Prêmio concedida tem por base o período aquisitivo de 14/12/2018 a 14/12/2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 11 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

## **DECRETO Nº 283/2019**

Publicação Nº 2223336

DECRETO Nº 283/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Frias, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, a servidora pública Municipal Claudete Teresinha Zandonai, ocupante do cargo de Atendente de Saúde Pública, a partir de 01/12/2019.

Art. 2º - A Licença-Prêmio concedida tem por base o período aquisitivo de 14/12/2018 a 14/12/2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 11 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

**DECRETO Nº 284/2019**

Publicação Nº 2223340

DECRETO Nº 284/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Frias, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, a servidora pública Municipal Lirdes Galão, ocupante do cargo de Atendente de Saúde Pública, a partir de 01/12/2019.

Art. 2º - A Licença-Prêmio concedida tem por base o período aquisitivo de 14/12/2018 a 14/12/2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 11 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

**DECRETO Nº 285/2019**

Publicação Nº 2223341

DECRETO Nº 285/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Frias, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, a servidora pública Municipal Paulina Zimbruski, ocupante do cargo de Agente de Manutenção e Conservação, a partir de 01/12/2019.

Art. 2º - A Licença-Prêmio concedida tem por base o período aquisitivo de 14/12/2018 a 14/12/2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 11 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

**DECRETO Nº 286/2019**

Publicação Nº 2223343

DECRETO Nº 286/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Frias, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, a servidora pública Municipal Rafaela Perim Rafaeli, ocupante do cargo de Psicóloga, a partir de 01/12/2019.

Art. 2º - A Licença-Prêmio concedida tem por base o período aquisitivo de 14/12/2018 a 14/12/2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 11 de novembro de 2019  
RICARDO ROLIM DE MOURA  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO  
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

## DECRETO Nº 287/2019

Publicação Nº 2223348

DECRETO Nº 287/2019  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Frias, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, a servidora pública Municipal Ruchele Mara Isoton, ocupante do cargo de Enfermeira, a partir de 01/12/2019.

Art. 2º - A Licença-Prêmio concedida tem por base o período aquisitivo de 14/12/2018 a 14/12/2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 11 de novembro de 2019  
RICARDO ROLIM DE MOURA  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO  
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

## EXTRATO CONTRATUAL Nº115/2019

Publicação Nº 2223066

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS  
Estado de Santa Catarina

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº ..... : 115/2019

Contratante ..... : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada ..... : COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI

Objeto ..... : Aquisição de Sementes de Pastagens, Insumos Agrícolas e Ferramentas Agrícolas, em conformidade com a Lei Municipal nº1.255/2019 e Edital de Credenciamento nº2/2019

Valor ..... : R\$ 2.366,40(dois mil trezentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos)

Vigência ..... : Início :12/11/2019 Término : 31/12/19

Licitação ..... : Inexigibilidade Nº.: 22/2019

Processo ..... : 88/2019

Águas Frias - SC, 11 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA  
PREFEITO

## EXTRATO CONTRATUAL Nº116/2019

Publicação Nº 2223068

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS  
Estado de Santa Catarina

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº ..... : 116/2019

Contratante ..... : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada ..... : COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA

Objeto ..... : Aquisição de Sementes de Pastagens, Insumos Agrícolas e Ferramentas Agrícolas, em conformidade com a Lei Municipal nº1.255/2019 e Edital de Credenciamento nº2/2019

Valor ..... : R\$ 605,85(seiscentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início :12/11/2019 Término : 31/12/19  
Licitação ..... : Inexigibilidade Nº.: 22/2019  
Processo ..... : 88/2019  
Aguas Frias -SC, 11 de novembro de 2019  
RICARDO ROLIM DE MOURA  
PREFEITO

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº36/2019**

Publicação Nº 2224309

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS  
Estado de Santa Catarina

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Adm. Nº.: 90/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2019

Tipo : Menor preço - Unitário

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO (SOFTWARE) PARA A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Entrega dos Envelopes : Até às 08:00 horas do dia 27 de novembro de 2019.

Abertura dos Envelopes : 08:30 horas do dia 27 de novembro de 2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3332-0019.

Águas Frias -SC, 11 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

PREFEITO

## RREO - ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Publicação Nº 2223277

R\$ 1,00

Município de Aguas Frias-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanço Orçamentário**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.655.900,00	20.655.900,00	2.360.984,22	11,43	13.928.781,55	67,43
Recitas Correntes	18.918.400,00	18.918.400,00	2.340.278,79	12,37	13.023.535,25	68,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.224.000,00	1.224.000,00	115.865,53	9,47	685.591,72	56,01
Impostos	961.000,00	961.000,00	100.375,20	10,44	593.317,91	61,74
Taxas	109.500,00	109.500,00	7.418,15	6,77	74.961,81	68,46
Contribuição de Melhoria	153.500,00	153.500,00	8.072,18	5,26	17.312,00	11,28
Contribuições	175.000,00	175.000,00	16.880,34	9,65	81.498,84	46,57
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	175.000,00	175.000,00	16.880,34	9,65	81.498,84	46,57
Recita Patrimonial	127.500,00	127.500,00	3.371,56	2,64	31.009,39	24,32
Valores Mobiliários	127.500,00	127.500,00	3.371,56	2,64	31.009,39	24,32
Recita Agropecuária	6.500,00	6.500,00	-	-	-	-
Recita de Serviços	113.500,00	113.500,00	14.043,09	12,37	51.878,47	45,71
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	65.250,00	65.250,00	7.675,63	11,76	27.749,55	42,53
Serviços e Atividades referentes à Navegação e ao Transporte	9.750,00	9.750,00	6.367,46	65,31	24.128,92	247,48
Outros Serviços	38.500,00	38.500,00	-	-	-	-
Transferências Correntes	17.237.900,00	17.237.900,00	2.164.180,65	12,55	12.129.051,48	70,36
Transferências da União e de suas Entidades	9.807.900,00	9.807.900,00	981.382,35	10,01	6.379.590,60	65,05
Transf. dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.968.000,00	5.968.000,00	965.152,85	16,17	4.663.576,20	78,14
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.462.000,00	1.462.000,00	217.665,45	14,89	1.085.884,68	74,27
Outras Recitas Correntes	34.000,00	34.000,00	25.937,62	76,29	44.505,35	130,90
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	10.000,00	10.000,00	5.681,94	56,82	8.731,93	87,32
Demais Recitas Correntes	24.000,00	24.000,00	20.255,68	84,40	35.773,42	149,06
Recitas de Capital	1.737.500,00	1.737.500,00	20.685,43	1,19	905.246,30	52,10
Operações de Crédito	1.500.000,00	1.500.000,00	-	-	457.769,31	30,52
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.500.000,00	1.500.000,00	-	-	457.769,31	30,52
Alienação de Bens	154.500,00	154.500,00	9.215,62	5,96	82.808,06	53,60
Alienação de Bens Móveis	114.500,00	114.500,00	-	-	49.050,00	42,84
Alienação de Bens Imóveis	40.000,00	40.000,00	9.215,62	23,04	33.758,06	84,40
Amortização de Empréstimos	55.000,00	55.000,00	4.982,63	9,06	15.716,00	28,57
Transferências de Capital	11.000,00	11.000,00	6.487,18	58,97	348.952,93	3.172,30
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	-	-	342.465,75	-
Transf. dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	11.000,00	11.000,00	6.487,18	58,97	6.487,18	58,97
Outras Recitas de Capital	17.000,00	17.000,00	-	-	-	-
Demais Recitas de Capital	17.000,00	17.000,00	-	-	-	-
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.655.900,00	20.655.900,00	2.360.984,22	11,43	13.928.781,55	67,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-



Município de Aguas Frias-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

R\$ 1,00

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.655.900,00	20.655.900,00	2.360.964,22	11,43	13.928.781,55	67,43
DÉFICIT (VI)*	-	-	-	-	666.249,44	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.655.900,00	20.655.900,00	2.360.964,22	11,43	14.595.030,99	70,66
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	458.217,30	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	458.217,30	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)	RESCATOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.655.900,00	21.407.802,69	2.153.612,75	16.684.040,62	4.723.762,07	3.015.752,35	14.595.030,99	6.812.771,70	14.022.706,28	-
DESPESAS CORRENTES	16.233.900,00	16.788.869,58	2.039.448,38	12.926.735,68	3.862.133,90	2.526.195,92	12.203.881,94	4.578.987,64	11.847.032,57	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.324.000,00	8.116.034,57	1.207.432,56	5.998.653,87	2.117.180,70	1.219.590,60	5.988.195,83	2.127.838,74	5.988.195,83	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	125.000,00	85.000,00	8.293,37	30.158,02	54.841,98	8.293,37	30.158,02	54.841,98	30.158,02	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.784.900,00	8.587.835,01	823.722,45	6.897.723,79	1.690.111,22	1.296.311,95	6.191.528,09	2.396.306,92	5.828.678,72	-
DESPESAS DE CAPITAL	4.402.000,00	4.598.933,11	114.164,37	3.757.304,94	841.628,17	489.556,43	2.385.149,05	2.213.784,08	2.175.673,71	-
INVESTIMENTOS	4.132.000,00	4.428.933,11	58.446,72	3.628.247,90	800.685,21	433.838,78	2.256.092,01	2.172.841,10	2.046.616,67	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	20.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.000,00	170.000,00	55.717,65	129.057,04	40.942,96	55.717,65	129.057,04	40.942,96	129.057,04	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	-	-	20.000,00	-	-	20.000,00	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.655.900,00	21.407.802,69	2.153.612,75	16.684.040,62	4.723.762,07	3.015.752,35	14.595.030,99	6.812.771,70	14.022.706,28	-
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL CI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.655.900,00	21.407.802,69	2.153.612,75	16.684.040,62	4.723.762,07	3.015.752,35	14.595.030,99	6.812.771,70	14.022.706,28	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.655.900,00	21.407.802,69	2.153.612,75	16.684.040,62	4.723.762,07	3.015.752,35	14.595.030,99	6.812.771,70	14.022.706,28	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Município de Aguas Frias-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (h)	SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)					
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 06/Nov/2019, 17h e 05m.

1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

RICARDO ROLIM DE MOURA  
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO DAGA  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

DIRCEU CASSOL  
CONTADOR - CRC - 023541/O-9

RREO - ANEXO 11 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Publicação Nº 2223296

Página: 1 de 1  
11/11/2019 14:25

MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

Em Reais						
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO (c)=(a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	154.500,00	83.783,04			70.716,96	
Alienação de Bens Móveis	114.500,00	50.024,98			64.475,02	
Alienação de Bens Imóveis	40.000,00	33.758,06			6.241,94	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	SALDO (h)=(d-e)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	-	-	-	-	-	
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-	-	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2018 (i)	2019 (j) = (Ib - (If + Ilg))			SALDO ATUAL (k) = (Iii + Iij)	
VALOR (III)	29.486,72	83.783,04			113.269,76	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 05/Nov/2019, 08h e 55m.

RICARDO ROLIM DE MOURA  
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO DAGA  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

DIRCEU CASSOL  
CONTADOR - CRC - 023541/O-9

**RREO - ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

Publicação Nº 2223299

Página: 1 de 2

11/11/2019 14:25

Município de Aguas Frias-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Meses Janeiro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	961.000,00	961.000,00	593.317,91	61,74
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	128.000,00	128.000,00	101.737,95	79,48
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	72.000,00	72.000,00	62.092,18	86,24
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	400.000,00	400.000,00	199.723,98	49,93
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	310.000,00	310.000,00	201.030,89	64,85
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	11.000,00	11.000,00	4.129,58	37,54
Dívida Ativa dos Impostos	23.000,00	23.000,00	20.966,67	91,16
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	17.000,00	17.000,00	3.636,66	21,39
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.798.000,00	15.798.000,00	11.582.694,07	73,32
Cota-Parte FPM	8.870.000,00	8.870.000,00	6.005.844,50	67,71
Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	3.036,86	60,74
Cota-Parte IPVA	585.000,00	585.000,00	430.146,02	73,53
Cota-Parte ICMS	6.200.000,00	6.200.000,00	5.078.369,56	81,91
Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	65.297,13	59,36
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	28.000,00	28.000,00	-	-
Desoneração ICMS (LC 87/96)	28.000,00	28.000,00	-	-
Outras	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>16.759.000,00</b>	<b>16.759.000,00</b>	<b>12.176.011,98</b>	<b>72,65</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.417.000,00	1.417.000,00	990.099,73	69,87
Provenientes da União	1.284.000,00	1.284.000,00	899.592,02	70,06
Provenientes dos Estados	133.000,00	133.000,00	90.507,71	68,05
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	24.500,00	24.500,00	3.291,33	13,43
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>1.441.500,00</b>	<b>1.441.500,00</b>	<b>993.391,06</b>	<b>68,91</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	3.689.000,00	3.869.000,00	2.970.143,03	76,77	2.743.373,27	70,91
Pessoal e Encargos Sociais	1.765.000,00	1.665.000,00	1.250.184,26	75,09	1.248.078,26	74,96
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.924.000,00	2.204.000,00	1.719.958,77	78,04	1.495.295,01	67,84
DESPESAS DE CAPITAL	138.500,00	58.500,00	16.351,20	27,95	14.265,20	24,38
Investimentos	138.500,00	58.500,00	16.351,20	27,95	14.265,20	24,38
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>3.827.500,00</b>	<b>3.927.500,00</b>	<b>2.986.494,23</b>	<b>76,04</b>	<b>2.757.638,47</b>	<b>70,21</b>

Página: 2 de 2  
11/11/2019 14:25

Município de Aguas Frias-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Meses Janeiro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.441.500,00	1.441.500,00	943.506,53	31,59	882.435,35	32,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.441.500,00	1.441.500,00	943.506,53	31,59	882.435,35	32,00
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	1.441.500,00	1.441.500,00	943.506,53	31,59	882.435,35	32,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.386.000,00	2.486.000,00	2.042.987,70	68,41	1.875.203,12	68,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100)⁵ - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴ e ⁵					15,40	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb) / 100]⁶					48.801,32	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS		CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	-		-	-	-	-
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)			Saldo Final (Não Aplicado)	
Total (VIII)	-	-			-	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)			Saldo Final (Não Aplicado)	
Total (IX)	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
(Por Subfunção)			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	3.522.500,00	3.622.500,00	2.914.926,56	97,60	2.693.425,92	97,67
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	227.500,00	227.500,00	31.361,00	1,05	28.063,24	1,02
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	25.000,00	25.000,00	17.346,04	0,58	14.425,64	0,52
Vigilância Epidemiológica	52.500,00	52.500,00	22.860,63	0,77	21.723,67	0,79
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.827.500,00	3.927.500,00	2.986.494,23	100,00	2.757.638,47	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 04/Nov/2019, 08h e 48m.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total K".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

RICARDO ROLIM DE MOURA  
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO DAGA  
TÉCNICO EM CONTROLE INTRERNO

DIRCEU CASSOL  
CONTADOR - CRC - 023541/O-9

**RREO - ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 Publicação Nº 2223300

 Página: 1 de 2  
 11/11/2019 14:26

 Município de Aguas Frias - SC  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)		Em Reais			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		20.655.900,00			
Previsão Atualizada		20.655.900,00			
Receitas Realizadas		13.928.781,55			
Déficit Orçamentário		666.249,44			
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		458.217,30			
DESPESAS					
Dotação Inicial		20.655.900,00			
Créditos Adicionais		751.902,69			
Dotação Atualizada		21.407.802,69			
Despesas Empenhadas		16.684.040,62			
Despesas Liquidadas		14.595.030,99			
Despesas Pagas		14.022.706,28			
Superávit Orçamentário		-			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o bimestre			
Despesas Empenhadas		16.684.040,62			
Despesas Liquidadas		14.595.030,99			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o bimestre			
Receita Corrente Líquida		16.220.449,65			
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o bimestre			
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO					
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00			
Resultado Previdenciário		0,00			
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores - PLANO FINANCEIRO					
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00			
Resultado Previdenciário		0,00			
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre	% em Relação à Meta	
		(a)	(b)	(b/a)	
Resultado Primário		-1.462.000,00	-861.460,07	58,92	
Resultado Nominal		1.032.414,00	-860.608,70	-83,36	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		421.100,06	0,00	421.100,06	0,00
Poder Executivo		421.100,06	0,00	421.100,06	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		421.100,06	0,00	421.100,06	0,00

Página: 2 de 2  
11/11/2019 14:26

Município de Aguas Frias - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.314.500,85	25%	26,53
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundament	974.878,68	60%	89,54

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.875.203,12	15%	15,40

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 07/Nov/2019, 07h e 53m.

RICARDO ROLIM DE MOURA  
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO DAGA  
TÉCNICO EM CONTROLE INTRERNO

DIRCEU CASSOL  
CONTADOR - CRC - 023541/O-9



**RREO - ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

Publicação Nº 2223282

Página: 1 de 2  
11/11/2019 14:21

Município de Aguas Frias - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	20.655.900,00	21.407.802,69	2.153.612,75	16.684.040,62	100,00	4.723.762,07	3.015.764,18	14.595.042,82	100,00	6.812.759,87
Legislativa	900.000,00	900.000,00	85.083,27	537.275,80	3,22	362.724,20	96.528,93	522.748,47	3,58	377.251,53
Ação Legislativa	900.000,00	900.000,00	85.083,27	537.275,80	3,22	362.724,20	96.528,93	522.748,47	3,58	377.251,53
Administração	4.163.900,00	4.229.648,61	242.900,41	3.582.312,75	21,47	647.335,86	358.302,04	2.273.000,76	15,57	1.956.647,85
Administração Geral	4.163.900,00	4.229.648,61	242.900,41	3.582.312,75	21,47	647.335,86	358.302,04	2.273.000,76	15,57	1.956.647,85
Segurança Pública	42.000,00	42.000,00	1.681,90	11.886,03	0,07	30.113,97	1.690,90	11.807,38	0,08	30.192,62
Policimento	42.000,00	42.000,00	1.681,90	11.886,03	0,07	30.113,97	1.690,90	11.807,38	0,08	30.192,62
Assistência Social	1.366.000,00	997.300,00	122.898,86	647.968,86	3,88	349.331,14	135.005,52	606.220,30	4,15	391.079,70
Assistência à Criança e ao Adolescente	70.000,00	10.000,00	0,00	4.154,00	0,02	5.846,00	0,00	4.154,00	0,03	5.846,00
Assistência Comunitária	1.296.000,00	987.300,00	122.898,86	643.814,86	3,86	343.485,14	135.005,52	602.066,30	4,13	385.233,70
Saúde	3.827.500,00	3.927.500,00	401.057,58	2.986.494,23	17,90	941.005,77	611.642,00	2.757.638,47	18,89	1.169.861,53
Atenção Básica	3.522.500,00	3.622.500,00	393.213,70	2.914.926,56	17,47	707.573,44	607.515,48	2.693.425,92	18,45	929.074,08
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	227.500,00	227.500,00	161,00	31.361,00	0,19	196.139,00	161,00	28.063,24	0,19	199.436,76
Vigilância Sanitária	25.000,00	25.000,00	3.017,04	17.346,04	0,10	7.653,96	96,64	14.425,64	0,10	10.574,36
Vigilância Epidemiológica	52.500,00	52.500,00	4.665,84	22.860,63	0,14	29.639,37	3.868,88	21.723,67	0,15	30.776,33
Educação	3.502.000,00	3.619.920,58	576.512,91	2.532.711,30	15,18	1.087.209,28	608.334,59	2.473.175,26	16,95	1.146.745,32
Alimentação e Nutrição	167.500,00	107.500,00	17.374,50	75.873,42	0,45	31.626,58	17.342,32	75.841,24	0,52	31.658,76
Ensino Fundamental	2.467.700,00	2.666.180,16	446.028,71	1.909.418,70	11,44	756.761,46	481.315,25	1.861.596,93	12,75	804.583,23
Ensino Médio	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	40.000,00	15.000,00	0,00	5.269,44	0,03	9.730,56	0,00	5.269,44	0,04	9.730,56
Educação Infantil	806.800,00	831.240,42	113.109,70	542.149,74	3,25	289.090,68	109.677,02	530.467,65	3,63	300.772,77
Cultura	210.000,00	192.500,00	22.543,20	107.095,12	0,64	85.404,88	22.543,20	107.095,12	0,73	85.404,88
Difusão Cultural	210.000,00	192.500,00	22.543,20	107.095,12	0,64	85.404,88	22.543,20	107.095,12	0,73	85.404,88
Urbanismo	1.375.000,00	1.800.281,04	225.101,42	1.642.136,56	9,84	158.144,48	284.851,65	1.459.967,54	10,00	340.313,50
Infra-estrutura Urbana	590.000,00	845.781,04	64.213,58	819.817,88	4,91	25.963,16	109.513,32	753.071,04	5,16	92.710,00
Serviços Urbanos	785.000,00	954.500,00	160.887,84	822.318,68	4,93	132.181,32	175.338,33	706.896,50	4,84	247.603,50
Habitação	227.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00
Habitação Rural	110.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00

RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

Página: 2 de 2  
11/11/2019 14:21

Município de Aguas Frias - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')		R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO	Despesas Liquidadas		%	Saldo		
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre				
		(a)	(b)	(b/total b)	(c)=(a-b)		(d)	(d/Total d)	(e)=(a-d)		
Habitação Urbana	117.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00		
Agricultura	1.448.000,00	1.778.642,07	131.733,85	1.535.249,39	243.392,68	387.604,85	1.508.828,87	10,34	269.813,20		
Abastecimento	20.000,00	10.000,00	0,00	9.187,43	812,57	0,00	9.187,43	0,06	812,57		
Extensão Rural	828.000,00	1.058.142,07	89.267,02	865.081,59	193.060,48	296.081,61	846.611,79	5,80	211.530,28		
Promoção da Produção Agropecuária	600.000,00	710.500,00	42.466,83	660.980,37	49.519,63	91.523,24	653.029,65	4,47	57.470,35		
Indústria	165.000,00	123.250,00	2.768,50	107.787,82	15.462,18	71.495,36	107.787,82	0,74	15.462,18		
Promoção Industrial	165.000,00	123.250,00	2.768,50	107.787,82	15.462,18	71.495,36	107.787,82	0,74	15.462,18		
Comércio e Serviços	125.000,00	26.251,39	0,00	143,00	26.108,39	0,00	143,00	0,00	26.108,39		
Turismo	125.000,00	26.251,39	0,00	143,00	26.108,39	0,00	143,00	0,00	26.108,39		
Transporte	2.336.500,00	2.805.500,00	228.852,77	2.257.388,16	548.111,84	302.139,87	2.098.925,42	14,38	706.574,58		
Transporte Rodoviário	2.336.500,00	2.805.500,00	228.852,77	2.257.388,16	548.111,84	302.139,87	2.098.925,42	14,38	706.574,58		
Desporto e Lazer	255.000,00	379.009,00	31.706,38	323.540,10	55.468,90	32.444,98	302.187,30	2,07	76.821,70		
Desporto Comunitário	255.000,00	379.009,00	31.706,38	323.540,10	55.468,90	32.444,98	302.187,30	2,07	76.821,70		
Encargos Especiais	693.000,00	538.000,00	80.771,70	412.051,50	125.948,50	103.180,29	365.517,11	2,50	172.482,89		
Serviço da Dívida Interna	375.000,00	255.000,00	64.011,02	159.215,06	95.784,94	64.011,02	159.215,06	1,09	95.784,94		
Outros Encargos Especiais	318.000,00	283.000,00	16.760,68	252.836,44	30.163,56	39.169,27	206.302,05	1,41	76.697,95		
Reservas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00		
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00		
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>20.655.900,00</b>	<b>21.407.802,69</b>	<b>2.153.612,75</b>	<b>16.684.040,62</b>	<b>4.723.762,07</b>	<b>3.015.764,18</b>	<b>14.595.042,82</b>	<b>100,00</b>	<b>6.812.759,87</b>		

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 05/Nov/2019, 07h e 24m.

RICARDO ROLIM DE MOURA Prefeito Municipal	CARLOS ALBERTO DAGA TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO	DIRCEU CASSOL CONTADOR - CRC - 023541/O-9
--	--	--

## RREO - ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Publicação Nº 2223284

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
		ESPECIFICAÇÃO													
		Novembro/2018	Dezembro/2018	Janeiro/2019	Fevereiro/2019	Março/2019	Abril/2019	Total Últimos 12 Meses							Previsão Atualizada 2019
		Maio/2019	Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019	Setembro/2019	Outubro/2019								
RECEITAS CORRENTES (I)		1.687.387,03	1.983.481,25	1.502.841,07	1.647.799,18	1.464.091,86	1.521.759,43	19.010.940,27						22.078.000,00	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.574.670,42	1.440.652,51	2.024.515,55	1.398.011,15	1.376.102,89	1.388.627,93	824.077,85						1.224.000,00	
		56.170,81	82.315,32	32.616,24	44.811,64	80.522,52	152.585,24								
IPTU		48.976,66	93.547,12	61.825,44	54.841,33	47.456,32	68.409,21	127.201,87						149.000,00	
		1.944,15	4.501,28	757,43	7.185,08	22.764,79	59.326,36								
ISS		5.612,97	5.902,64	1.789,64	6.461,93	3.057,61	7.897,99	255.306,72						427.000,00	
		26.909,66	18.958,66	15.835,04	8.801,75	17.537,51	24.646,14								
ITBI		13.020,05	53.830,24	28.148,44	18.131,65	13.504,92	15.982,66	70.607,71						75.000,00	
		5.220,68	3.294,85	-	3.923,64	1.180,00	13.826,65								
IRRF		5.570,05	8.057,65	9.648,00	2.900,12	3.874,85	13.111,22	310.000,00						310.000,00	
		19.050,02	38.501,92	15.185,31	18.466,26	19.785,97	20.845,23	259.582,83						263.000,00	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		21.947,27	21.118,05	18.755,94	21.980,91	22.050,13	20.895,82	112.378,72							
		3.046,30	17.058,61	838,46	6.434,91	19.254,25	33.940,86								
Contribuições		2.826,32	4.638,54	3.483,42	5.366,72	4.968,81	10.521,52	95.845,15						175.000,00	
		5.448,25	8.898,06	8.480,99	7.938,90	8.916,25	8.053,47								
Recetta Patrimonial		7.610,81	8.370,59	7.676,25	7.571,24	7.903,54	8.976,80	40.841,95						127.500,00	
		7.723,98	2.108,58	3.027,22	5.996,32	3.735,19	4.331,26								
Rendimentos de Aplicação Financeira		4.249,03	3.049,47	528,67	2.720,67	1.857,47	1.514,09	127.500,00						127.500,00	
		7.723,98	2.108,58	3.027,22	5.996,32	3.735,19	4.331,26								
Outras Receitas Patrimoniais		4.249,03	3.049,47	528,67	2.720,67	1.857,47	1.514,09	-						-	
		-	-	-	-	-	-	-						-	
Recetta Agropecuária		-	-	-	-	-	-	6.500,00						6.500,00	
		-	-	-	-	-	-								
Recetta Industrial		-	-	-	-	-	-	-						-	
		-	-	-	-	-	-								
Recetta de Serviços		3.988,54	12.316,38	1.865,17	182,82	7.810,18	1.104,95	113.500,00						113.500,00	
		1.738,67	5.005,61	13.215,52	6.912,46	4.139,26	9.903,83								
Transferências Correntes		1.611.785,50	1.860.387,02	1.454.833,09	1.584.024,11	1.362.483,98	1.353.532,20	20.397.500,00						20.397.500,00	
		1.512.063,59	1.326.642,00	1.940.322,40	1.323.054,17	1.296.973,14	1.291.659,54								
Cota-Parte do FPM		576.972,19	1.009.705,25	712.854,55	783.028,06	586.286,84	571.987,33	9.555.000,00						9.555.000,00	
		734.046,07	578.206,50	790.695,22	577.153,58	513.751,82	472.975,26								
Cota-Parte do ICMS		503.249,42	543.204,20	540.748,18	525.408,33	493.787,53	506.491,99	6.200.000,00						6.200.000,00	
		498.536,53	486.843,37	492.736,50	496.182,62	516.732,56	520.901,95								
Cota-Parte do IPVA		14.805,76	6.605,18	31.481,23	61.987,84	56.870,09	48.096,07	585.000,00						585.000,00	
		43.665,64	37.468,32	35.742,39	33.464,42	47.099,56	34.270,46								

Município de Aguas Frias-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Novembro/2018 a Outubro/2019

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Previsão Atualizada 2019
	Novembro/2018		Dezembro/2018		Janeiro/2019		Fevereiro/2019		Março/2019		Abril/2019		Total Últimos 12 Meses
	Maior/2019		Junho/2019		Julho/2019		Agosto/2019		Setembro/2019		Outubro/2019		
Cota-Parte do ITR	162,58	41,89	6,44	74,57	17,74	84,45							3.241,33
Transferências da LC 87/1986	-	90,63	14,99	57,58	1.250,63	1.439,83							2.993,88
Transferências da LC 61/1989	6.910,58	8.326,99	-	-	6.246,03	6.611,79	6.611,79	6.385,55	6.473,73				80.534,70
Transferências do FUNDEB	6.338,99	6.647,81	6.729,73	6.023,17	95.641,93	134.375,46	105.529,19	107.570,53	107.570,53				1.308.461,10
Outras Transferências Correntes	103.844,17	116.732,25	103.040,11	103.445,69	103.445,69	105.766,21	110.322,39	110.322,39	107.343,06				1.462.000,00
Outras Receitas Correntes	112.850,11	402.343,86	174.274,32	67.854,73	510.957,88	104.406,59	112.828,10	112.828,10	112.828,10				2.452.500,00
DEDUÇÕES (II)	2.299,95	17.455,89	2.018,36	4.845,39	623,74	2.152,31	64.261,19						34.000,00
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	31,66	4.037,72	947,27	3.911,28	17.773,16	8.164,46							
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	220.719,29	253.234,59	258.267,11	275.421,89	228.669,38	226.626,50	2.790.490,62						3.159.600,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	256.517,25	221.851,15	202.155,42	222.576,01	217.235,18								
Outras Deduções criadas pela Entidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)</b>	<b>1.466.667,74</b>	<b>1.730.246,66</b>	<b>1.244.573,86</b>	<b>1.372.377,29</b>	<b>1.235.422,48</b>	<b>1.295.132,93</b>	<b>1.181.411,08</b>	<b>1.158.867,71</b>	<b>1.235.422,48</b>	<b>1.295.132,93</b>	<b>1.181.411,08</b>	<b>16.220.449,65</b>	<b>18.916.400,00</b>

PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 06/Nov/2019, 17h e 10m.

RICARDO ROLIM DE MOURA  
Prefeito MunicipalCARLOS ALBERTO DAGA  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNODIRCEU CASSOL  
CONTADOR - CRC - 023541/0-9

**RREO - ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**

Publicação Nº 2223288

Município de Aguas Frias-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

		ACIMA DA LINHA	
RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre/2019	
		Receitas Realizadas (a)	
RECEITAS CORRENTES(I)	18.918.400,00		13.023.535,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.224.000,00		685.591,72
IPTU	149.000,00		120.756,44
ISS	427.000,00		209.438,40
ITBI	75.000,00		62.092,18
IRRF	310.000,00		201.030,89
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	263.000,00		92.273,81
Contribuições	175.000,00		81.498,84
Receita Patrimonial	127.500,00		31.009,39
Aplicações Financeiras (II)	127.500,00		31.009,39
Outras Receitas Patrimoniais	-		-
Transferências Correntes	17.237.900,00		12.129.051,48
Cota-Parte do FPM	7.781.000,00		5.119.816,61
Cota-Parte do ICMS	4.960.000,00		4.062.696,57
Cota-Parte do IPVA	468.000,00		344.117,61
Cota-Parte do ITR	4.000,00		2.429,56
Transferências da LC 87/1996	22.400,00		-
Transferências da LC 61/1989	88.000,00		52.237,71
Transferências do FUNDEB	1.462.000,00		1.085.884,68
Outras Transferências Correntes	2.452.500,00		1.461.868,74
Demais Receitas Correntes	154.000,00		96.383,82
Outras Receitas Financeiras (III)	-		1.155,64
Receitas Correntes Restantes	154.000,00		95.228,18
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	18.790.900,00		12.991.370,22
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.737.500,00		905.246,30
Operações de Crédito (VI)	1.500.000,00		457.769,31
Amortização de Empréstimos (VII)	55.000,00		15.716,00
Alienação de Bens	154.500,00		82.808,06
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-		-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-		-
Outras Alienações de Bens	154.500,00		82.808,06
Transferências de Capital	11.000,00		348.952,93
Convênios	-		342.465,75
Outras Transferências de Capital	11.000,00		6.487,18
Outras Receitas de Capital	17.000,00		-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-		-
Outras Receitas de Capital Primárias	17.000,00		-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	182.500,00		431.760,99
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	18.973.400,00		13.423.131,21

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre/2019					
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar não Processados	
						Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	16.788.869,58	12.926.735,68	12.209.881,94	11.847.032,57	7.100,06	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	8.116.034,57	5.998.853,87	5.988.195,83	5.988.195,83	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	85.000,00	30.158,02	30.158,02	30.158,02	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.587.835,01	6.897.723,79	6.191.528,09	5.828.678,72	7.100,06	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	16.703.869,58	12.896.577,66	12.179.723,92	11.816.874,55	7.100,06	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	4.598.933,11	3.757.304,94	2.385.149,05	2.175.673,71	414.000,00	-	-
Investimentos	4.428.933,11	3.628.247,90	2.256.092,01	2.046.616,67	414.000,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	170.000,00	129.057,04	129.057,04	129.057,04	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	4.428.933,11	3.628.247,90	2.256.092,01	2.046.616,67	414.000,00	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	20.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	21.152.802,69	16.524.825,56	14.435.815,93	13.863.491,22	421.100,06	-	-

Município de Aguas Frias-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]			-861.460,07
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(1.462.000,00)		
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2019		
	VALOR INCORRIDO		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	31.009,39		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	30.158,02		
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	-860.608,70		
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.032.414,00		
ABAIXO DA LINHA			
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO		
	Em 31/Dez/2018 (a)	Até o 5º Bimestre (b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	500.000,00	828.712,27	
DEDUÇÕES (XXIX)	1.355.405,06	1.264.207,19	
Disponibilidade de Caixa	1.159.504,42	1.065.794,18	
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.580.604,48	1.065.794,18	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	421.100,06	0,00	
Demais Haveres Financeiros	195.900,64	198.413,01	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-855.405,06	(435.494,92)	
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	-419.910,14		
AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019		
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	421.100,06		
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	-		
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	-		
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	-		
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	-		
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	-		
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	-841.010,20		
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-841.861,57		
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	458.217,30		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-		
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	458.217,30		
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	-		

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 07/Nov/2019, 07h e 39m.

RICARDO ROLIM DE MOURA  
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO DAGA  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

DIRCEU CASSOL  
CONTADOR - CRC - 023541/0-9

RREO - ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Publicação Nº 2223290

Página: 1 de 1  
11/11/2019 14:22

Município de Aguas Frias - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art.53, inciso V)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES							RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							R\$ 1,00
	Inscritos				Pagos	Cancelados	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo k=(f+g)-(i+h)	Saldo Total L=(e+k)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2018						Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2018						
		(a)	(b)	(c)											
PODER/ÓRGÃO															
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	421.100,06	421.100,06	421.100,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PODER EXECUTIVO	-	421.100,06	421.100,06	421.100,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I+II)	-	421.100,06	421.100,06	421.100,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 05/Nov/2019, 08h e 42m.															

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 05/Nov/2019, 08h e 42m.

RICARDO ROLIM DE MOURA Prefeito Municipal	CARLOS ALBERTO DAGA TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO	DIRCEU CASSOL CONTADOR - CRC - 023541/O-9
--	--	--



# RREO - ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

Publicação Nº 2223292

Página: 1 de 6  
11/11/2019 14:22

Município de Aguas Frias - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)										R\$ 1,00
RECEITAS DO ENSINO					PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)					PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre		%	
							(b)			
1-RECEITA DE IMPOSTOS					961.000,00	961.000,00	593.317,91	61,74		
1.1-Receita Resultante do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU					149.000,00	149.000,00	120.756,44	81,04		
1.1.1-IPTU					128.000,00	128.000,00	101.737,95	79,48		
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU					21.000,00	21.000,00	19.018,49	90,56		
1.2-Receita Resultante do imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI					75.000,00	75.000,00	62.092,18	82,79		
1.2.1-ITBI					72.000,00	72.000,00	62.092,18	86,24		
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI					3.000,00	3.000,00	-	-		
1.3-Receita Resultante do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS					427.000,00	427.000,00	209.438,40	49,05		
1.3.1-ISS					400.000,00	400.000,00	199.723,98	49,93		
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS					27.000,00	27.000,00	9.714,42	35,98		
1.4-Receita Resultante do imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF					310.000,00	310.000,00	201.030,89	64,85		
2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					16.483.000,00	16.483.000,00	11.897.834,80	72,18		
2.1-Cota-Parte FPM					9.555.000,00	9.555.000,00	6.320.985,23	66,15		
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b					8.870.000,00	8.870.000,00	6.005.844,50	67,71		
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d					405.000,00	405.000,00	-	-		
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e					280.000,00	280.000,00	315.140,73	112,55		
2.2-Cota-Parte ICMS					6.200.000,00	6.200.000,00	5.078.369,56	81,91		
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996					28.000,00	28.000,00	-	-		
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação					110.000,00	110.000,00	65.297,13	59,36		
2.5-Cota-Parte ITR					5.000,00	5.000,00	3.036,86	60,74		
2.6-Cota-Parte IPVA					585.000,00	585.000,00	430.146,02	73,53		
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro					-	-	-	-		
TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)					17.444.000,00	17.444.000,00	12.491.152,71	71,61		

Página: 2 de 6  
11/11/2019 14:22

Município de Aguas Frias - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)				R\$ 1,00	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100	
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	3.500,00	3.500,00	-	-	-
5.1 - Transferências do Salário-Educação	256.500,00	256.500,00	165.853,48	64,66	64,66
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	146.000,00	146.000,00	109.087,97	74,72	74,72
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	-	-	-	-	-
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	44.000,00	44.000,00	27.270,00	61,98	61,98
5.5 - Outras Transferências do FNDE	50.000,00	50.000,00	27.620,72	55,24	55,24
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	16.500,00	16.500,00	1.874,79	11,36	11,36
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-	-
6.1 - Transferências de Convênios	-	-	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	155.000,00	155.000,00	86.496,00	55,80	55,80
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	415.000,00	415.000,00	252.349,48	60,81	60,81
<b>FUNDEB</b>					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100	
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.159.600,00	3.159.600,00	2.316.536,74	73,32	73,32
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.774.000,00	1.774.000,00	1.201.168,62	67,71	67,71
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.240.000,00	1.240.000,00	1.015.672,99	81,91	81,91
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	5.600,00	5.600,00	-	-	-
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	22.000,00	22.000,00	13.059,42	59,36	59,36
10.5 - Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB-(20% de 2.5)	1.000,00	1.000,00	607,30	60,73	60,73
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.6)	117.000,00	117.000,00	86.028,41	73,53	73,53
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.471.000,00	1.471.000,00	1.088.728,63	74,01	74,01
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	1.462.000,00	1.462.000,00	1.085.884,68	74,27	74,27
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	9.000,00	9.000,00	2.843,95	31,60	31,60
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)	-1.697.600,00	-1.697.600,00	-1.230.652,06	72,49	72,49

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Página: 3 de 6  
11/11/2019 14:22

Município de Aguas Frias - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

DESPESAS DO FUNDEB		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			(d)	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		1.300.000,00	1.338.183,06	1.013.061,74	75,70	1.013.061,74	75,70
13.1-Com Educação Infantil		500.000,00	500.000,00	369.403,92	73,88	369.403,92	73,88
13.2-Com Ensino Fundamental		800.000,00	838.183,06	643.657,82	76,79	643.657,82	76,79
14-OUTRAS DESPESAS		171.000,00	171.000,00	-	-	-	-
14.1-Com Educação Infantil		84.800,00	84.800,00	-	-	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental		86.200,00	86.200,00	-	-	-	-
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)		1.471.000,00	1.509.183,06	1.013.061,74	67,13	1.013.061,74	67,13
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							
16.1 - FUNDEB 60%							
16.2 - FUNDEB 40%							
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							
17.1 - FUNDEB 60%							
17.2 - FUNDEB 40%							
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)							
INDICADORES DO FUNDEB							
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							
19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							
19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %							

Município de Aguas Frias - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		R\$ 1,00
		VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		38.183,06
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019 <sup>2</sup>		38.183,06

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	771.800,00	771.800,00	503.069,32	65,18	496.547,83	64,34
22.1-Creche	-	-	-	-	-	-
22.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-
22.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	-	-
22.2-Pré-Escola	-	-	-	-	-	-
22.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	771.800,00	771.800,00	503.069,32	65,18	496.547,83	64,34
22.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	584.800,00	584.800,00	369.403,92	63,17	369.403,92	63,17
23-ENSINO FUNDAMENTAL	187.000,00	187.000,00	133.665,40	71,48	127.143,91	67,99
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.133.200,00	2.273.383,06	1.643.885,79	72,31	1.625.484,02	71,50
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	886.200,00	924.383,06	643.657,82	69,63	643.657,82	69,63
24-ENSINO MÉDIO	1.247.000,00	1.349.000,00	1.000.227,97	74,15	981.826,20	72,78
25-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	-
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-
27-OUTRAS	-	-	-	-	-	-
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	2.905.000,00	3.045.183,06	2.146.955,11	70,50	2.122.031,85	69,68

Município de Aguas Frias - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)						R\$ 1,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.230.652,06	
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					-	
31-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					38.183,06	
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					-	
33-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>					-	
34-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44))					-	
35-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34) <sup>5</sup>					-1.192.469,00	
36-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23) - (35)) <sup>6</sup>					3.314.500,85	
37-PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36)/((3)x100))% - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% <sup>3</sup>					26,53	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-
39-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	159.500,00	219.500,00	158.180,94	72,06	126.763,34	57,75
40-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	377.500,00	340.237,52	222.305,81	65,34	219.110,63	64,40
42-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+39+40+41)	537.000,00	559.737,52	380.486,75	67,98	345.873,97	61,79
43-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28+42)	3.442.000,00	3.604.920,58	2.527.441,86	70,11	2.467.905,82	68,46
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (j)			
44-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-	-
44.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	-	-	-	-	-	-
44.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-

Município de Aguas Frias - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)			R\$ 1,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO	
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	38.183,06	73.486,59	
46-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.085.884,68	109.087,97	
47-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.013.061,74	116.048,22	
47.1 Orçamento do Exercício	1.013.061,74	116.048,22	
47.2 Restos a Pagar	-	-	
48-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.843,95	1.616,56	
49-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	113.849,95	68.142,90	
50- (+) AJUSTES	-	-	
50.1 (+) Retenções	-	-	
50.2 (-) Valores a recuperar	-	-	
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	-	-	
50.4 (+) Conciliação Bancária	-	-	
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	113.849,95	68.142,90	

FONTE: PRONIM RF – Responsabilidade Fiscal, 07/Nov/2019, 07h e 45m.

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do artigo 212 da CF/1988.

<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada

RICARDO ROLIM DE MOURA	CARLOS ALBERTO DAGA	DIRCEU CASSOL
Prefeito Municipal	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO	CONTADOR - CRC - 023541/O-9

RREO - ANEXO 9 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

Publicação Nº 2223294

Página: 1 de 1  
11/11/2019 14:23

Município de Aguas Frias - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)						R\$ 1,00
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		SALDO NÃO REALIZADO	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		(a)	(b)		(c)=(a-b)	
		1.500.000,00	457.769,31		1.042.230,69	
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO
		(d)	(e)			(f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL		4.598.933,11	3.757.304,94	2.385.149,05		841.628,17
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte						
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras						
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)		4.598.933,11	3.757.304,94	2.385.149,05		841.628,17
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)		-3.098.933,11	-3.299.535,63	-1.927.379,74	-	200.602,52

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 05/Nov/2019, 08h e 49m.

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III;

RICARDO ROLIM DE MOURA Prefeito Municipal	CARLOS ALBERTO DAGA TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO	DIRCEU CASSOL CONTADOR - CRC - 023541/O-9
--	--	--



# Águas Mornas

## PREFEITURA

### LEI Nº 957/2019 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE RECURSOS DA ANULAÇÃO DE SALDOS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Publicação Nº 2224312

LEI Nº 957/2019

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE RECURSOS DA ANULAÇÃO DE SALDOS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar de até R\$ 405.540,00 (quatrocentos e cinco mil, quinhentos e quarenta reais), conforme abaixo identificado:

#### 03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0301.04.122.0001.2004	Manutenção do Departamento de Pessoal, Patrimonial e Serviços Gerais	75.000,00
3.1.90/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Gerais	60.000,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	15.000,00
0301.04.123.0001.2003	Manutenção do Departamento de Contabilidade e Finanças	20.000,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00

#### 04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0401.12.365.0002.2015	Manutenção do Ensino Infantil	25.000,00
3.1.90/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Gerais	25.000,00

#### 05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0501.10.304.0004.2029	Manutenção Ações da Vigilância Sanitária	12.000,00
3.1.90/0.1.03.000000	Pessoal e Encargos Gerais	12.000,00
0501.10.305.0004.2030	Manutenção Ações da Vigilância Epidemiológica	12.000,00
3.1.90/0.1.03.000000	Pessoal e Encargos Gerais	12.000,00
0503.08.244.0005.2035	Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social	30.000,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	30.000,00
0503.12.367.0005.2037	Apoio à APAE	4.800,00
3.3.50/0.1.00.000000	Transferência à Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	4.800,00

#### 06. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0601.15.452.0006.2045	Serviços de Coleta e Destinação Final de Lixo	20.000,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00
0601.15.451.0006.1043	Acompanhamento do Plano Diretor da Cidade	30.000,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	30.000,00

#### 08. ENCARGOS GERAIS

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0801.28.845.0000.0059	Contribuição ao PASEP	30.000,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	30.000,00

#### 11. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS - IPAM

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1111.09.272.0000.0057	Pagamento de Inativos e Pensionistas a Cargo do Tesouro	106.740,00

3.1.90/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	106.740,00
----------------------	----------------------------	------------

**12. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1201.23.695.0007.2051	Apoio à Ações Voltadas para Turismo	10.000,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	10.000,00

**13. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1301.20.606.0007.2048	Assistência aos Pequenos Produtores Rurais	30.000,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	30.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito Adicional Suplementar autorizado pelo artigo 1º desta Lei correrá por conta da anulação das dotações abaixo identificadas:

**04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0401.12.361.0002.2158	Manutenção do Ensino Infantil - FUNDEB	164.790,00
3.1.90/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Gerais	164.790,00
0401.12.306.0002.2008	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	10.000,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	10.000,00
0401.12.306.0002.2016	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	15.000,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	15.000,00
0401.12.364.0002.2014	Apoio a Estudantes de Ensino Superior	29.500,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	29.500,00
0401.12.361.0002.1009	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	1.000,00
4.4.90/0.1.01.000000	Investimentos	1.000,00

**05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0502.08.243.0005.2034	Manutenção do FIA	2.000,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.000,00
4.4.90/0.1.00.000000	Investimentos	1.000,00

**06. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0601.15.452.0006.2046	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	65.000,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	65.000,00
0601.26.782.0007.2052	Manutenção das Estradas Vicinais	80.000,00
3.1.90/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	80.000,00
0601.06.181.0006.2040	Manutenção dos Serviços de Trânsito	3.950,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	2.950,00
4.4.90/0.1.00.000000	Investimentos	1.000,00
0601.15.451.0006.1042	Construção e Remodelação de Praças	1.500,00
3.3.90/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.500,00
0601.15.451.0006.1043	Pavimentação de Ruas e Passeios	16.000,00
4.4.90/0.1.00.000000	Investimentos	16.000,00
0601.15.453.0006.1047	Construção de Abrigos de Passageiros	5.300,00
4.4.90/0.1.00.000000	Investimentos	5.300,00
0601.26.782.0007.1054	Construção de Bueiros	4.000,00
4.4.90/0.1.00.000000	Investimentos	4.000,00

**08. ENCARGOS GERAIS**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0801.28.843.000.0058	Amortização de Dívidas	2.000,00
3.2.90/0.1.00.000000	Juros e Encargos da Dívida	1.000,00
4.6.90/0.1.00.000000	Amortização da Dívida	1.000,00

**12. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
--------	-----------------------	-------

1201.27.812.0003.1018	Reforma e Adaptação de Equipamentos Esportivos	5.500,00
4.4.90/0.1.00.000000	Investimentos	5.500,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Águas Mornas, 12 de novembro de 2019.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

Toni Vidal Jochem  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **LEI Nº 956/2019 DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DE NOMEAÇÃO PARA CARGOS EM COMISSÃO DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELA LEI MARIA DA PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2224310

LEI Nº 956/2019

DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DE NOMEAÇÃO PARA CARGOS EM COMISSÃO DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELA LEI MARIA DA PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Omero Prim, Prefeito Municipal de Águas Mornas, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedada a nomeação, no âmbito da administração pública direta e indireta de Águas Mornas, para todos os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas nas condições previstas na Lei Federal nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha.

Parágrafo único. A vedação inicia após a condenação com decisão transitada em julgado, cessando-se com o comprovado cumprimento total da sanção.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2019.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

Toni Vidal Jochem  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA 179/2019 DE 17 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222640

PORTARIA Nº. 179/2019

Concede Exoneração, a pedido, a Servidor Público Municipal.

Omero Prim, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR do serviço público municipal de Águas Mornas, a pedido, a Senhora Juçara Aparecida Laia, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº. 1305, a partir do dia 31.10.2019.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 17 de outubro de 2019.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

CRISTIANE WURZLER  
RESPONSÁVEL

**PORTARIA Nº 180/2019 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222645

PORTARIA Nº. 180/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 21.11.2019, a Servidora Pública Municipal, Senhora Nilsa Maria Beppler de Chaves, matrícula nº. 548, referente ao quinquênio de 02.05.2012 à 01.05.2017, ficando 02 (dois) meses pendente referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 18 de outubro de 2019.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

Cristiane Wurzler  
Responsável

**PORTARIA Nº 192/2019 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222883

PORTARIA Nº. 192/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Senhora Maria Leonida de Souza, matrícula nº 094, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 04.11.2019, conforme resultado de perícia médica oficial e o disposto no artigo 200 da Lei Complementar nº.017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 06 de novembro de 2019.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

CRISTIANE WURZLER  
RESPONSÁVEL

**PORTARIA Nº 181/2019 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222648

PORTARIA Nº. 181/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Senhora Edite Steinbach Kuhn, matrícula nº 359, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 16.10.2019, conforme resultado de perícia médica oficial e o disposto no artigo 200 da Lei Complementar nº.017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 21 de outubro de 2019.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

CRISTIANE WURZLER  
RESPONSÁVEL

**PORTARIA Nº 182/2019 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222652

PORTARIA Nº. 182/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei nº. 639/2003, de 20.06.2003, e considerando a Justificativa nº.030/2019, de 21.10.2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º. – CONTRATAR o abaixo relacionado no cargo e padrão identificado, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – PADRÃO 1-A**

. Rosiane Farias Meinchein - Escola Municipal de Santa Cruz da Figueira - período de 23.10.2019 à 20.12.2019 – 40 horas semanais.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 21 de outubro de 2019.

OMERO PRIM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

CRISTIANE WURZLER

RESPONSÁVEL

**PORTARIA Nº 183/2019 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222794

PORTARIA nº. 183/2019

Autoriza a averbação de Certidões de Tempo de Serviço/Contribuição expedidas pelo INSS-Instituto Nacional Seguro Social e pelo IPREV-Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, nos assentos funcionais da servidora Márcia Regina Cardoso Fernandes, detentora da matrícula nº. 512 e do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art.1º - Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora Márcia Regina Cardoso Fernandes, detentora da matrícula nº. 512 e do cargo de provimento efetivo de Professora, dos períodos constantes em Parecer Jurídico nº. 208/2019, de 22.10.2019, extraídos das certidões emitidas pelo INSS-Instituto Nacional do Seguro Social em 04.02.2019, protocolo nº. 20001080.1.00039/19-4, assim especificados:

De 22.08.1984 à 28.02.1987, 01.07.1989 à 01.12.1991, 29.08.1994 à 31.12.1994, 07.03.1997 à 30.12.1997, 14.09.1998 à 14.12.1998, 05.02.1999 à 31.12.1999, 15.02.2001 à 31.12.2001, totalizando o tempo de contribuição de 2.969 (dois mil, novecentos e sessenta e nove) dias, correspondendo a 08 anos, 01 mês e 19 dias.

E da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo IPREV-Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, em sob nº. 01509/2018, em 10.10.2018, dos períodos de 14.09.1987 à 12.12.1987 e 22.02.1988 à 31.12.1988, totalizando o tempo de contribuição de 404 (quatrocentos e quatro) dias, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Águas Mornas-SC, 23 de outubro de 2019

OMERO PRIM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

Marivone Steinbach Carvalho

Responsável

**PORTARIA Nº 184/2019 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222844

PORTARIA Nº. 184/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei nº. 639/2003, de 20.06.2003, e considerando a Justificativa nº. 031/2019, de 25.10.2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º. – PRORROGAR o contrato de trabalho do abaixo relacionado no cargo e padrão identificado, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PADRÃO 1-A**

. Luciane Hillesheim Rassweiler - Escola Municipal Santa Isabel - período de 25.10.2019 à 20.12.2019, 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25.10.2019.

Águas Mornas-SC, 29 de outubro de 2019.

OMERO PRIM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO

RESPONSÁVEL

**PORTARIA Nº 185/2019 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222852

PORTARIA Nº. 185/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, convertido em dinheiro, a Servidora Pública Municipal aposentada, Senhora Zeli Meurer Schurhaus, matrícula nº. 026, referente ao quinquênio de 01.03.2013 à 28.02.2018, ficando 02 (dois) meses pendentes referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 29 de outubro de 2019.

OMERO PRIM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

Marivone Steinbach Carvalho

Responsável

**PORTARIA Nº 186/2019 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222861

PORTARIA Nº. 186/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, convertido em dinheiro, a Servidora Pública Municipal aposentada, Senhora Marivone Steinbach Carvalho, matrícula nº. 053, referente ao quinquênio de 07.05.2000 à 06.05.2005, ficando 01 (um) mês pendente referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 29 de outubro de 2019.

OMERO PRIM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

Marivone Steinbach Carvalho  
Responsável

### **PORTARIA Nº 187/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222864

PORTARIA Nº.187/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 194, da Lei Complementar nº. 017/2015, de 21.12.2015

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, a Servidora Pública Municipal, Senhora Márcia Hausmann Bourdot, matrícula nº. 354, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 01.11.2019 à 20.12.2019.

Art. 2º. – Fica estabelecido a aplicação do artigo 7º., da Lei nº. 579/2000, de 18.02.2000, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 30 de outubro de 2019.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO  
RESPONSÁVEL

### **PORTARIA Nº 188/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222866

PORTARIA Nº. 188/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, convertido em dinheiro, a Servidor Público Municipal, Senhor Luiz José da Silva, matrícula nº. 252, referente ao quinquênio de 01.06.2008 à 31.05.2013, ficando 02 (dois) meses pendentes referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 30 de outubro de 2019.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

Marivone Steinbach Carvalho  
Responsável

### **PORTARIA Nº 189/2019 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222867

PORTARIA Nº. 189/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 04.11.2019, a Servidora Pública Municipal, Senhora Sandra Kirchner Hilleshein, matrícula nº. 1053, referente ao quinquênio de 01.04.2014 à 31.03.2019, ficando 02 (dois) meses pendentes referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.



Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 01 de novembro de 2019.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

Marivone Steinbach Carvalho  
Responsável

### **PORTARIA Nº 190/2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222870

PORTARIA Nº. 190/2019

Concede Exoneração, a pedido, a Servidora Pública Municipal.

Omero Prim, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR do serviço público municipal de Águas Mornas, a pedido, a Senhora Lilian Cristina Severo dos Santos, ocupante do cargo temporário de Médica, matrícula nº. 1297, a partir do dia 01.11.2019.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 04 de novembro de 2019.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO  
RESPONSÁVEL

### **PORTARIA Nº 191/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222875

PORTARIA Nº. 191/2019

Concede Exoneração, a pedido, a Servidora Pública Municipal.

Omero Prim, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR do serviço público municipal de Águas Mornas, a pedido, a Senhora Jill Souza Mendes, ocupante do cargo temporário de Professora, matrícula nº. 1282, a partir do dia 01.11.2019.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 05 de novembro de 2019.

OMERO PRIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO  
RESPONSÁVEL

**PORTARIA Nº 193/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2222889

PORTARIA Nº. 193/2019

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei nº. 639/2003, de 20.06.2003, e considerando a Justificativa nº. 032/2019, de 04.11.2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º. – PRORROGAR o contrato de trabalho do abaixo relacionado no cargo e nível identificado, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

PROFESSOR – NÍVEL 8709-2A

. Joice Fraga – Escola Municipal Santa Cruz da Figueira - período de 08 de novembro à 20 de dezembro de 2019 - 20 horas semanais.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 07 de novembro de 2019.

OMERO PRIM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

MARIVONE STEINBACH CARVALHO

RESPONSÁVEL

# Alfredo Wagner

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº18/2019

Publicação Nº 2223938

Aviso de Resultado do Pregão Presencial nº18/2019  
Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

O Município de Alfredo Wagner HOMOLOGA o Pregão Presencial nº18/2019, no dia 23 de Outubro de 2019.

Referente aquisição de Materiais Elétricos para Iluminação Pública, Materiais para Manutenção de Bens Imóveis e Materiais para Conservação e Manutenção de Bens de Uso Comum do Povo de Alfredo Wagner, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante do Edital.

O valor do certame, menor preço por Item foi de R\$395.543,53 (Trezentos e noventa e cinco mil quinhentos e quarenta e três reais e cinquenta e três centavos). Informações pelo site: [alfredowagner.sc.gov.br](http://alfredowagner.sc.gov.br).

Alfredo Wagner, em 11 de Novembro de 2019.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

### TOMADA DE PREÇO Nº01/2019

Publicação Nº 2224089

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor preço Global

Data de Abertura: 27 de Novembro de 2019.

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Contratação de empresa para execução dos serviços continuados de engenharia sanitária de tratamento e destinação final, tecnicamente adequada, dos resíduos sólidos urbanos; coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde gerados no município de Alfredo Wagner.

Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: [www.alfredowagner.sc.gov.br](http://www.alfredowagner.sc.gov.br), dúvidas pelo telefone (48) 3276-1211 Setor de Licitações.

Alfredo Wagner, em 11 de Novembro de 2019.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

### 1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019

Publicação Nº 2223425

(\*) 1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019

O PREFEITO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. IVAN JOSÉ CANCI, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 031/2011, Lei Complementar nº 032/2011, Lei Complementar nº 033/2011 e Lei Complementar nº 038/2012, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que o Edital de Processo Seletivo nº 002/2019 sofreu alteração, no que pertine ao número de questões por disciplina constantes no quadro do item 6.3, a saber:

ONDE SE LIA:

6.3. DA PROVA OBJETIVA E PRÁTICA (Modalidade B) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais para os cargos de Motorista (CNH Categoria D) e Operador II (CNH Categoria C), conforme tabela abaixo:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota mínima do conjunto provas 1, 2 e 3.
1► Conhecimentos Específicos	10	0,20	2,00	1,00
2► Língua Portuguesa	05	0,10	0,50	
3► Conhecimentos Gerais	05	0,10	0,50	
TOTAL	20	-	3,00	-

PASSA-SE A LER:

6.3. DA PROVA OBJETIVA E PRÁTICA (Modalidade B) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais para os cargos de Motorista (CNH Categoria D) e Operador II (CNH Categoria C), conforme tabela abaixo:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota mínima do conjunto provas 1, 2 e 3.
1► Conhecimentos Específicos	12	0,19	2,28	1,00
2► Língua Portuguesa	05	0,09	0,45	
3► Conhecimentos Gerais	03	0,09	0,27	
TOTAL	20	-	3,00	-

As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

Anchieta - SC, 11 de novembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2017-FMS**

Publicação Nº 2223369

	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 011/2017 DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A EMPRESA PEDRO ROBERTO WEBER EIRELI - ME E O HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE.
--	--

O HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE através do Prefeito Municipal e a empresa PEDRO ROBERTO WEBER EIRELI - ME, já qualificada no contrato 011/2017, com fundamento da Lei Federal Nº 8.666/93 de 21/06/93 considerando o previsto na Cláusula Quarta e Sétima do referido contrato, celebram o presente termo aditivo, com base nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS VALORES AVENÇADOS**

O valor mensal previsto na Cláusula Quarta, do contrato 011/2017, será mantido para os próximos 30 dias.

**CLÁUSULA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do Contrato ora aditado, previsto na Cláusula Sétima, fica prorrogado até 30 de novembro de 2019.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros para fazer frente às despesas correrão a conta da seguinte dotação:

Projeto/Atividade	Recurso/Elemento	Despesa/Ano	Descrição	Valor Bloqueado
09.01 – 10.301.0023.2.101	335/3.3.90	18/2019	ADM.GERAL.BENS E SERV. DA ATENÇÃO BÁSICA	8.960,00

Obs: O presente contrato será executado pelo Fundo Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Anchieta – SC, 15 de outubro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI Prefeito Municipal CPF 625.835.909-44	PEDRO ROBERTO WEBER Médico/Contratado CPF 067.884.461-56
---	--

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 013/2017-FMS**

Publicação Nº 2223371

	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 013/2017 DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A EMPRESA PEDRO ROBERTO WEBER EIRELI - ME E O HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE.
--	--

O HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE através do Prefeito Municipal e a empresa PEDRO ROBERTO WEBER EIRELI - ME, já qualificada no contrato 013/2017, com fundamento da Lei Federal Nº 8.666/93 de 21/06/93 considerando o previsto na Cláusula Quarta e Sétima do referido contrato, celebram o presente termo aditivo, com base nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS VALORES AVENÇADOS**

O valor mensal previsto na Cláusula Quarta, do contrato 013/2017, será mantido para os próximos 30 dias.

**CLÁUSULA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do Contrato ora aditado, previsto na Cláusula Sétima, fica prorrogado até 30 de novembro de 2019.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros para fazer frente às despesas correrão a conta da seguinte dotação:

Projeto/Atividade	Recurso/Elemento	Despesa/Ano	Descrição	Valor Bloqueado
09.01 – 10.301.0023.2.101	335/3.3.90	18/2019	ADM.GERAL.BENS E SERV. DA ATENÇÃO BÁSICA	20.880,00

Obs: O presente contrato será executado pelo Fundo Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Anchieta – SC, 15 de outubro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI Prefeito Municipal CPF 625.835.909-44	PEDRO ROBERTO WEBER Médico/Contratado CPF 067.884.461-56
---	--

#### CONTRATO 043/2019-PM

Publicação Nº 2223594

CONTRATO 043/2019  
Prestação de Serviços

O MUNICIPIO DE ANCHIETA/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.024.687/0001-22, com sede na Avenida Anchieta 838, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor IVAN JOSÉ CANCI, brasileiro casado, residente neste município, portador do CPF: 625.835.909-44, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa NAJASOM - FOTO & SOM LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Minas Gérias, 230 - Centro, cidade de Anchieta/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.705.286/0001-75, neste ato representada por seu Responsável Legal Sr. CARLOS ALBERTO ANNATER, brasileiro, casado, residente neste município, portador do CPF nº 799.786.499-72, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente, nos termos da do Processo Licitatório 087/2019 – Pregão Presencial 056/2019 e seus anexos e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresa para prestação de serviço de sonorização e estrutura de palco com técnico responsável para o 11º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, a realizar-se de 15, 16 e 17 de Novembro de 2019, no município de Anchieta/SC. Conforme quantitativos, prazo, forma e condições estabelecidas no presente ato convocatório e seus anexos, bem como na proposta declarada vencedora do certame e nas demais cláusulas deste contrato.

Sendo os seguintes locais, datas e materiais/equipamentos necessários:

- Local: Sonorização no espaço do (Salão Paroquial) / PALCO CENTRAL DO EVENTO na data: 15 a 17 de novembro de 2019)
- Montagem de um sistema de som compatível com o local e a quantidade de público com equipamentos de ótima qualidade;
  - Periféricos e potências de ótimas marcas
  - Mesa de Som X 32 (32 canais)
  - Microfones sem fio;
  - Sonorização Artistas Locais com microfones, pedestais e cabos necessários;
  - Equipe técnica com conhecimento e domínio do equipamento;
  - 01 Projetor de alta Definição para projetar palestras
  - 01 painel de LED com no mínimo 5mtx3mt
  - 01 Tela de quatro metros por três metros

Local: CMEIF (Data 16/11/2019)

Atividade: Seminário

- Sistema de som com caixas de som em pedestais
- Periféricos e potências de ótimas marcas
- 01 Microfone sem Fio
- 02 Microfones com cabo
- 01 Projetor de alta Definição
- 01 Tela de dois metros e oitenta por dois metros

Local: ESCOLA POPS (Data 16/11/2019)

Atividade: Seminário

- Sistema de som com caixas de som em pedestais
- Periféricos e potências de ótimas marcas
- 01 Microfone sem Fio
- 02 Microfones com cabo
- 01 Projetor de alta Definição
- 01 Tela de dois metros e oitenta por dois metros

Local: IDOSOS (Data 16/11/2019)

Atividade: Seminário

- Sistema de som com caixas de som em pedestais
- Periféricos e potências de ótimas marcas

- 01 Microfone sem Fio  
- 02 Microfones com cabo  
- 01 Projetor de alta Definição  
- 01 Tela de dois metros e oitenta por dois metros  
Local: CÂMARA DE VEREADORES (Data 16/11/2019)

Atividade: Seminário

- O local já dispõe de estrutura de som, é necessário somente Apoio Técnico.

ESTRUTURA DE PALCO

Local: Palco Salão Paroquial, data, 15, 16 e 17 de novembro de 2019

- Montagem um palco de 8,80 cm de comprimento e 4,40 cm de largura e 70 centímetros de altura, com duas escadas de acesso lateral;  
- Com fornecimento de ART Técnico de engenheiro para apresentação aos bombeiros do palco.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – Prestar os serviços de SONORIZAÇÃO/PALCO, nos locais solicitados pelo Setor Responsável, conforme objeto e descrição do Item apresentados na Proposta Vencedora e condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial 056/2019 – Processo Licitatório 087/2019, sendo os dias 15, 16 e 17 de Novembro de 2019.

2.2 – A licitante vencedora deverá ainda dispor de um responsável (técnico), presente durante todo período da contratação do item solicitado.

2.3 – O responsável (técnico), deverá reparar, corrigir ou substituir imediatamente qualquer problema ou equipamento que apresentar defeito ou falha durante o evento.

2.4 – O transporte dos equipamentos, materiais e as despesas com alimentação e hospedagem dos funcionários envolvidos na prestação de serviços objetos deste certame serão de responsabilidade da contratada.

2.5 – Atender rigorosamente o solicitado, conforme regras definidas no Edital de Pregão Presencial 056/2019 – Processo Licitatório 087/2019 e demais Cláusulas do Contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O preço a ser pago pelo objeto deste contrato será aquele proposto pela proposta declarada vencedora do presente certame, no valor Total Global de R\$: 6.100,00 (Seis Mil e Cem Reais).

3.2. O índice aplicável caso ocorra atrasos no pagamento é aquela utilizada pelo município URFM, para a sua atualização.

3.3. Nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, encargos, obrigações tributárias, bem como todas as despesas e custos da prestação dos serviços.

3.4. Os preços contratados não serão reajustados.

#### CLÁUSULA QUARTA - FORMAS DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será em até 30 dias, após a prestação dos serviços objeto licitado, mediante a autorização de fornecimento solicitado pelo setor. O pagamento será em moeda corrente nacional, mediante apresentação da nota fiscal correspondente.

4.2. Caso as datas estipuladas nesta Cláusula, ocorram em dia sem expediente na Prefeitura o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

4.3 O índice aplicável caso ocorra atrasos no pagamento é aquela utilizada pelo município URFM, para a sua atualização.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. No caso de autorização para subcontratação, não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais subcontratadas e o Contratante, perante o qual a única responsável pelo cumprimento deste Contrato será sempre a Contratada.

5.2. Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados a Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto do contrato.

5.3. Manter durante toda vigência do presente contrato todas as condições exigidas na Licitação para o regular cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. Atrasos injustificados na execução do objeto do presente Contrato sujeitará a Contratada, independentemente de outras cominações, ao pagamento de multa na ordem 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Contrato.

6.2. A inexecução total ou parcial do Contrato importará a Contratada a suspensão do direito de licitar e contratar com qualquer ente da Administração Direta ou Indireta Municipal de Anchieta, pelo prazo desde já fixado em 02 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva, bem como multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

6.3. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos que a Contratada tiver direito ou cobrados judicialmente.

6.4. Será proporcionada defesa a Contratada, antes da imposição das penalidades elencados nesta Cláusula.

#### CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO

7.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

- a) por acordo entre as partes;
- b) unilateralmente pelo Contratante se assim o exigir o interesse público;
- c) pela inexecução total ou parcial do objeto do presente Contrato ou por descumprimento de qualquer de suas cláusulas;

#### CLAUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORCAMENTARIA

8.1. Os recursos financeiros para fazer frente às despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão à conta das seguintes dotações de 2019:

Despesa: 106 - INCENTIVO À AGROECOLOGIA

Órgão: 6 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade: 1 - AGRICULTURA

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 14 - PRESERV.DO MEIO AMBIENTE/INCENT.À AGROECOLOGIA E P

Projeto/Atividade: 2.045 - INCENTIVO À AGROECOLOGIA

Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 131 - Recursos Ordinarios - Orçamentos Municipais R\$: 6.100,00 CLAUSULA NONA - DA VIGENCIA DO CONTRATO

9.1. O presente contrato terá vigência a partir da sua assinatura até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado se o interesse público assim o exigir.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO COMPETENTE

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anchieta/SC, 11 de Novembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CARLOS ALBERTO ANNATER

Representante Legal da Empresa

CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA

CPF: 034.116.669-35

NERI WILBRANTZ

CPF: 853.985.199-72

## CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO

Publicação Nº 2223690

### CONVOCAÇÃO

Com o presente, comunicamos que de acordo com o Concurso Público Edital nº 001/2019, Vossa Senhoria foi aprovado e consequentemente classificado para a vaga na qual concorreu, onde a respectiva nomeação se deu na data de 11/11/2019, ficando assim Convocado para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Anchieta (SC) no Setor de Recursos Humanos.

Para assinatura do Termo de Posse é necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia do RG;
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
- Fotocópia do Título de Eleitor;
- Comprovante de residência;
- Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
- Uma fotografia 3x4 atual;
- CPF e Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
- Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos;
- Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo descrito no Edital, com Registro no órgão competente;
- Certidão Negativa de Débito Municipal;
- Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- Comprovação relativa à habilitação exigida;
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
- No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
- Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- Declaração de bens;
- Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Efetuar a Qualificação cadastral para o eSocial junto a Receita Federal no portal <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>

Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,



Ivan José Canci,  
 Prefeito Municipal  
 Ilmo. Senhor  
 Lucas Marques da Silva  
 Barracão – SC.

## DECRETO Nº 202/2019

Publicação Nº 2223003

DECRETO Nº 202/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES (APÓS OS RECURSOS) RELATIVAS AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições (Após os recursos), dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Concurso Público nº 002/2019 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

EDUCADOR FÍSICO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	12	André Kohls Schaedler	Homologada
2	31	Carlos De Castro	Homologada
3	17	Catiana Marta Pessetto	Homologada
4	52	Emanuela Laura Razia Scantamburlo	Homologada
5	35	Francieli Bispo Ribeiro	Homologada
6	61	Gustavo Andrioli	Homologada
7	21	Itamar Berte	Homologada
8	65	Janaine Possa Strapazzon	Homologada
9	44	Mattias Mattioli	Homologada
10	50	Taise Vanessa Sampaio	Homologada
FISIOTERAPEUTA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	47	Carine Corso	Homologada
2	43	Daniela Aline Vidori	Homologada
3	22	Joana Gabriella Bianchi	Homologada
4	30	Luana Patel	Homologada
5	11	Lucas Sampietro Schaker	Homologada
6	15	Sabrina Schneider	Homologada
7	45	Tatiane De Fatima Oliveira Moreira	Homologada
NUTRICIONISTA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	38	Gabriela Bagio Luz	Homologada
2	14	Gabriela Regina Pinto	Homologada
3	49	Jordânia Guimarães De Lima	Homologada
4	42	Jorge Luiz Varnier Junior	Homologada
5	32	Liziane Maria Paetzold	Homologada
6	19	Shauana Costa Peron	Homologada
7	63	Viviane Neusa Scheid	Homologada

PSICÓLOGO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	56	Amanda Cristina Favaretto	Homologada
2	55	Carine Bruneto	Homologada
3	57	Carolini Baruffi	Homologada
4	46	Daniely Lunardi	Homologada
5	28	Edinara Da Costa Mittmann	Homologada
6	39	Eduardo Piccoli Meotti	Homologada
7	29	Francieli Cristina Wingert	Homologada
8	60	Gabriana Maldaner	Homologada
9	58	Greici Zanella	Homologada
10	23	Indiane Camila Ghisleri	Homologada
11	54	Jackline Appio	Homologada
12	53	Kaline Carla Marcon	Homologada
13	7	Keli Cristina Barth	Homologada
14	20	Vanessa Slaviero	Homologada

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 002/2019 do Município de Anchieta - SC, as seguintes inscrições:

EDUCADOR FÍSICO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	16	Alisson Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	34	Elisandro Schlindwein	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	2	Fernando Cavalli	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	25	Fernando Pópi Bernardi	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato(a).
5	51	Juliano Wartha	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	36	Nanci Maria Guth Vidori	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	40	Nicholas Rossini Rohenkohl	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

8	6	Rodolpho Augusto Souza Wirgues	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	59	Rodrigo Schanne	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	26	Ronaldo Pohlmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	48	Thaysa De Melo Assumpção Moreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

FISIOTERAPEUTA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	8	Alisson Pandolfo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	62	Andressa Dos Santos Galvan	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	5	Beatriz Juliana Klein	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	27	Fabiane Rech Micheilof	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	10	Layana Manfredi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	24	Priscila Roman	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

NUTRICIONISTA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	37	Andressa Scopel	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	66	Cátia Lolato	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	13	Sara De Novais	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

## PSICÓLOGO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	64	Alcione Seghetto	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	4	Bruna Manuela Parmegiani	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	18	Eduarda Caroline Cerioli	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato(a).
4	33	Laura Schmidt	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	41	Luiz Felipe Marques Santana	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	9	Maiara Carvalho Trentin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	3	Valquiria Jung Rosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	1	Vanessa Bruneto	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato(a).

Art. 3º - Foram homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 002/2019 do Município de Anchieta – SC.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 11 de Novembro de 2019.

Ivan José Canci

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

## DECRETO Nº 203/2019

Publicação Nº 2223004



## Estado de Santa Catarina

## Prefeitura Municipal de Anchieta

DECRETO Nº 203/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

**HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES (APÓS OS RECURSOS)  
RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019 E DA  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º.** Ficam homologadas as inscrições (Após os recursos), dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Processo Seletivo nº 003/2019 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 10 (ÁREA DE  
ABRANGÊNCIA: BAIRRO CANTU | ESF II)**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	135	Jardel Santa Catarina Cozer	Homologada
2	108	Rodrigo Bonamigo De Oliveira	Homologada

**AGENTE DE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 03 (ÁREA DE  
ABRANGÊNCIA: JOÃO CAFÉ FILHO | ESF III)**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	49	Rosimeri Otto	Homologada

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	126	Adrejane De Souza Machado	Homologada
2	40	Cristiane Fátima Gasparetto Canalle	Homologada
3	69	Danimar Ercego	Homologada
4	24	Elaine Cristina Da Silva	Homologada
5	138	Estela Carteri De Souza	Homologada
6	139	Evandro Reus Scopel	Homologada
7	145	Fernanda Rosa	Homologada
8	125	Locelia Pereira Da Silva Junges	Homologada
9	8	Maiara Lucia Schmitt	Homologada
10	105	Pierina Da Conceição Scwirke	Homologada
11	25	Roselaine Buratti	Homologada
12	114	Sueli De Oliveira Machado	Homologada
13	128	Vanessa Cristina Teles Guerini	Homologada

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

#### FARMACÊUTICO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	56	Poliana Lubachevski	Homologada

#### MONITOR DE CRECHE

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	144	Christine Suzin	Homologada
2	44	Diana Alves Rei	Homologada
3	35	Fádua Regina Alnoch	Homologada
4	19	Kerli Cassol	Homologada
5	16	Lourdes Geremias	Homologada
6	29	Maria Beatriz Baronio	Homologada
7	39	Neusa Meira Sagas	Homologada
8	84	Patricia Lucian	Homologada
9	113	Rosane Sissgler	Homologada
10	80	Tatiana Carine Langhini	Homologada
11	95	Vanessa Gromovski Severo	Homologada

#### MOTORISTA (CNH CATEGORIA D)

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	68	Allan Diego Vidori	Homologada
2	37	Daniel Alves Da Cruz	Homologada
3	41	Jacir Fernando Canalle	Homologada
4	45	João Adilson Pessoa Da Silva	Homologada
5	21	Maurício Camara Bonamigo	Homologada

#### OPERADOR II (CNH CATEGORIA C)

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	72	Eroni Becker	Homologada
2	129	Mauricio Pandolfo	Homologada
3	42	Ubiratan Carlos Pereira	Homologada

#### PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	136	Ana Carolina Werner Da Rosa	Homologada
2	77	Ana Caroline Hensel	Homologada
3	20	Larissa Lago Bonamigo	Homologada
4	71	Rosmari Lisboa Duarte	Homologada

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
 e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

#### PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	116	Caroline Somavilla	Homologada
2	91	Veraci Grandi	Homologada

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	106	Caroline Da Costa	Homologada
2	87	Eliziane Buganti	Homologada
3	74	Mateus Pedretti Delai	Homologada
4	92	Nanci Maria Guth Vidori	Homologada

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA\*\* - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	62	Caroline Gorczeski	Homologada
2	112	Matttias Mattioli	Homologada

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	120	Andréia Paula Fernandes	Homologada
2	66	Angélica Do Amaral	Homologada
3	15	Bárbara Regina Pressotto Lolato	Homologada
4	122	Bruna Manfrin	Homologada
5	27	Clarisse Bohrer	Homologada
6	137	Claudia Feil	Homologada
7	34	Dalilaaparecida Izoton	Homologada
8	14	Daniela Meurer	Homologada
9	103	Elizandra Dos Santos	Homologada
10	61	Fabiana Nunes Da Silva	Homologada
11	130	Gabrieli Büttner	Homologada
12	109	Gladis De Souza	Homologada
13	43	Idianara Cavagnoli	Homologada
14	131	Ivanete Maria Gubert	Homologada
15	46	Juciani Cambuzzi	Homologada
16	78	Juliana De Souza Machado Mantovani	Homologada
17	143	Kely Cristina Carminatti	Homologada
18	63	Marciane Pech Pessetto	Homologada
19	123	Margarete Lourdes Garlet Bertolin	Homologada
20	2	Mari Facin Rodrigues De Freitas	Homologada
21	58	Marisane Dos Santos	Homologada

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC

e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

22	97	Marquilha Sinara Tonel	<b>Homologada</b>
23	64	Renata De Assis Borgheti	<b>Homologada</b>
24	48	Sandra Rodrigues França Ferreira	<b>Homologada</b>

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	146	Cátia Lolato	<b>Homologada</b>
2	55	Jussara Fagundes Giongo	<b>Homologada</b>

#### PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	102	Carine Willinghoefer	<b>Homologada</b>
2	47	Celandra Machado Veni	<b>Homologada</b>
3	88	Cleci Da Silva Martins	<b>Homologada</b>
4	22	Cleusa Dominga Prior Didomenico	<b>Homologada</b>
5	96	Edineia Aparecida Carneiro	<b>Homologada</b>
6	36	Elisangela Contini	<b>Homologada</b>
7	104	Fátima Maria Ambrozi Cervinski	<b>Homologada</b>
8	75	Luciane Paula Gavinescki Scopel	<b>Homologada</b>
9	57	Marcia Back	<b>Homologada</b>
10	90	Maria Vânia De Sousa Santa Catarina	<b>Homologada</b>
11	118	Mariclér Da Rosa	<b>Homologada</b>
12	93	Roseli Maria Rech Brauner	<b>Homologada</b>
13	53	Selma Antonia Giongo	<b>Homologada</b>
14	33	Tatiane Cristina De Souza	<b>Homologada</b>

#### PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	142	Adriane Fátima Tonetti	<b>Homologada</b>
2	26	Fernanda Fruhauf Vieira Dos Santos	<b>Homologada</b>
3	117	Juliani Caroline Webber	<b>Homologada</b>

#### PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	133	Ingridi Dos Anjos Mossini	<b>Homologada</b>
2	32	Silvano De Oliveira	<b>Homologada</b>

#### PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
----	-------	-----------	-----------------------

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC

e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

1	50	Jessica Sabrina Pedroso Brizola	<b>Homologada</b>
---	----	---------------------------------	-------------------

#### PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	121	Jordana Perin	<b>Homologada</b>

#### PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	127	Paulo Cesar Junges	<b>Homologada</b>

#### PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	70	Jucimara Ercego	<b>Homologada</b>

#### PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	51	Laura Ariotti Scortegagna	<b>Homologada</b>

**Art. 2º** - Por este instrumento ficam **indeferidas**, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 003/2019 do Município de Anchieta - SC, as seguintes inscrições:

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 10 (ÁREA DE ABRANGÊNCIA: BAIRRO CANTU | ESF II)

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	60	Priscila Silva Salvador	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição cancelada pelo candidato(a).

#### AGENTE DE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 03 (ÁREA DE ABRANGÊNCIA: JOÃO CAFÉ FILHO | ESF III)

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	7	Vitoria Camargo Da Silva	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	101	Ivanete Regina Frank	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	140	Ivanir Gomes	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	81	Zenilda Chaves Perin	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

#### MONITOR DE CRECHE

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	99	Ana Julia Provin	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

2	107	Francieli Martins De Lara	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	85	Larissa Dal Ponte Suffredini	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição cancelada pelo candidato(a).
4	79	Larissa Zibetti	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	73	Leticia Moraes Avila Putton	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	98	Noimi Da Silva Carvalho	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	13	Patricia Lucian	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição cancelada pelo candidato(a).

#### MOTORISTA (CNH CATEGORIA D)

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	23	Joel Assis Brasil	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	3	Juliomar Zarpelon	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição cancelada pelo candidato(a).

#### PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	11	Nadio Diogo Reolon	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

#### PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	30	Janaína Dos Santos Dalsotto	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

#### PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	9	Debora Julia Forgiarini	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA\*\* - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	59	Fernando Pópi Bernardi	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	38	Ivandra Salette Franca	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	134	Laura Conceição Trevisan	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	94	Raquel Baroni	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	5	Ana Claudia De Lara	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	124	Daiane De Oliveira	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	17	Gladis De Souza	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição cancelada pelo candidato(a).

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

4	6	Marciane Frare	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição cancelada pelo candidato(a).
5	18	Patricia Zander	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	83	Roserlice De Oliveira	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	132	Sarajane Canova	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	1	Vanessa Lucia Mantovani Brustolin	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	86	Larissa Dal Ponte Suffredini	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

#### PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	76	Claudia Maria De Souza	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	115	Fernanda Giongo Cavasin	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	31	Marciane Frare	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	89	Sirlei De Fatima Sales Cavasin	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

#### PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	141	Adriane Fátima Tonetti	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição cancelada pelo candidato(a).
2	67	Dilvete Brancher Garlet	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	100	Taciane Dos Anjos	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

#### PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	54	Jaqueline Da Silva Souza	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

#### PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	111	Danieli Heinrichs	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	65	Lucimar Biazus	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

#### PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	4	Ana Claudia De Lara	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição cancelada pelo candidato(a).

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL - HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	52	Edson Xavier Da Silva	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	110	Danieli Heinrichs	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição cancelada pelo candidato(a).

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - NÃO HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	119	Bruna Do Amaral Crestani	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	10	Mariana Ullmann Piovezan	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição cancelada pelo candidato(a).

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	28	Ana Balensiefer	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição cancelada pelo candidato(a).
2	82	Wagner Roberto Degaraes	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

**PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	12	Mariana Ullmann Piovezan	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição cancelada pelo candidato(a).

**Art. 3º** - Foram Homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 003/2019 do Município de Anchieta – SC.

**Art. 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 11 de Novembro de 2019.

**Ivan José Canci**

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
*Camila Baronio* - Secretária de Administração e Gestão

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**DESISTENCIA CONCURSO PUBLICO**

Publicação Nº 2222807

Ilmo. Senhor  
Ivan José Canci  
DD. Prefeito Municipal  
Anchieta – Sc.

Eu Gustavo Fattori Ferreira, aprovado no Concurso Público nº. 001/2019 para o cargo de CONTADOR, ao qual fui convocado para assumir a vaga, venho por meio deste declarar a minha desistência referente ao cargo a qual fui convocado na data de 07/11/2019, em virtude de ainda estar cursando o Ensino Superior de Ciências Contábeis, não tendo assim a formação exigida para assumir o cargo de Contador.

São Miguel do Oeste (SC) 07 de novembro de 2019.

Gustavo Fattori Ferreira.

**EDITAL\_PROCESSO\_SELETIVO\_003\_2019\_RETIFICADO<sup>1</sup>**

Publicação Nº 2223437



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019****(\*) Retificado - Retificação nº 01 – Texto Compilado****ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES HABILITADOS, PROFESSORES NÃO HABILITADOS, MONITORES E MOTORISTA DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA PARA COMPOR CADASTRO DE RESERVA.**

O PREFEITO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. IVAN JOSÉ CANCI, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 031/2011, Lei Complementar nº 032/2011, Lei Complementar nº 033/2011 e Lei Complementar nº 038/2012, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo destinado a contratação para admissão temporária, de servidores para o quadro da administração direta do município de Anchieta, a seguir relacionada, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS****1.1. Disposições preliminares:**

1.1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, IX, da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 031/2011, Lei Complementar nº 032/2011, Lei Complementar nº 033/2011 e Lei Complementar nº 038/2012 e demais legislação vigente.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo do Município de Anchieta - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Osvaldo Cruz, nº 167, Centro, São Miguel do Oeste - SC, Fone-Fax (49) 3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital, sendo de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.4.1 A legislação Municipal a que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

**1.1.5. O presente Processo Seletivo para os cargos da área da educação, será válido para o ano letivo de 2020, podendo ser prorrogado por igual período conforme conveniência da Administração Pública Municipal e para os demais cargos terá validade de 01 (um) ano a partir da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período conforme conveniência da Administração Pública Municipal.**

1.1.6. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º);
- b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital;
- d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;
- e) Possuir aptidão física e mental para o exercício funcional respectivo.

1.1.7. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.8. As provas serão realizadas nas modalidades **Objetiva, Prática, Títulos e Tempo de Experiência**.

**1.2. Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:**

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

<b>QUADRO I - PROFESSORES HABILITADOS (MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL)</b>					
<b>Cargo/ Função</b>	<b>Nº Vagas</b>	<b>Vencimento 40h/sem</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Habilitação</b>	<b>Tipo de Prova</b>
Professor de Artes	CR*	Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Licenciatura Plena na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Ciências	CR*	Piso Nacional do Magistério	10h/sem	Licenciatura Plena na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

Professor de Educação Física**	CR*	Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Licenciatura Plena na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Educação Infantil	CR*	Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Curso Superior com licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano	CR*	Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Curso Superior com licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Anos Iniciais.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Geografia	CR*	Piso Nacional do Magistério	10h/sem	Licenciatura Plena na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de História	CR*	Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Licenciatura Plena na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Língua Estrangeira Espanhol	CR*	Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Licenciatura Plena na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Língua Estrangeira Inglês	CR*	Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Licenciatura Plena na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Matemática	CR*	Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Licenciatura Plena na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Português	CR*	Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Licenciatura Plena na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência

\*CR: Cadastro de Reserva.

\*\*Para exercer funções no MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA, obrigatoriamente, o Profissional de Educação Física deverá possuir: Curso de Licenciatura em Educação Física: (Resoluções nº 1 e 2/2002/CNE) ou (Resolução nº 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

\*\*Para exercer funções nas ATIVIDADES FÍSICAS E/OU DESPORTIVAS, que não estejam vinculadas a disciplina Educação Física, como componente curricular da Educação Básica, deverá obrigatoriamente, o Profissional de Educação Física deve possuir: Curso de Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.





Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

<b>QUADRO II - PROFESSORES NÃO HABILITADOS (MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL)</b>					
<b>Cargo/ Função</b>	<b>Nº Vagas</b>	<b>Vencimento 40h/sem</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Habilitação</b>	<b>Tipo de Prova</b>
Professor de Artes	CR*	80% Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Cursando nível superior na área específica.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Ciências	CR*	80% Piso Nacional do Magistério	10h/sem	Cursando nível superior na área específica.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Educação Física	CR*	80% Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Cursando nível superior na área específica.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Educação Infantil	CR*	80% Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Cursando nível superior em Pedagogia.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano	CR*	80% Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Cursando nível superior em Pedagogia.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Geografia	CR*	80% Piso Nacional do Magistério	10h/sem	Cursando nível superior na área específica.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de História	CR*	80% Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Cursando nível superior na área específica.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Língua Estrangeira Espanhol	CR*	80% Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Cursando nível superior na área específica.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Língua Estrangeira Inglês	CR*	80% Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Cursando nível superior na área específica.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Matemática	CR*	80% Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Cursando nível superior na área específica.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência
Professor de Português	CR*	80% Piso Nacional do Magistério	20h/sem	Cursando nível superior na área específica.	Objetiva, Títulos e Tempo Experiência

\*CR: Cadastro de Reserva.





Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)**QUADRO III - DEMAIS CARGOS**

<b>Cargo/ Função</b>	<b>Nº Vagas</b>	<b>Vencimento 40h/sem</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Habilitação</b>	<b>Tipo de Prova</b>
Monitor Desportivo**	CR*	R\$ 2.209,28	40h/sem	Curso Superior em Educação Física e Registro no CREFI.	Objetiva e Tempo Experiência
Farmacêutico	CR*	R\$ 2.945,71	40h/sem	Habilitação legal para o exercício da profissão de Farmacêutico, com registro no CRF.	Objetiva
Monitor de Creche	CR*	R\$ 986,81	40h/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva e Tempo Experiência
Auxiliar de Serviços Gerais	CR*	R\$ 986,81	40h/sem	Ensino Fundamental Incompleto.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 10 (Área de abrangência: Bairro Cantu / ESF II)	CR*	R\$ 1.250,00	40h/sem	Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e haver concluído o ensino fundamental.	Objetiva
Agente de Comunitário de Saúde - Micro Área 03 (Área de abrangência: João Café Filho / ESF III)	CR*	R\$ 1.250,00	40h/sem	Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e haver concluído o ensino fundamental.	Objetiva
Operador II (CNH Categoria C)	CR*	R\$ 1.546,48		Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".	Objetiva e Prática



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

Motorista (CNH Categoria D)	CR*	R\$ 1.325,55	40h/sem	Ensino Fundamental incompleto e CNH da categoria "C" para veículos em geral e da categoria "D" para veículos de transporte de escolares e de carga.	Objetiva e Prática
--------------------------------	-----	--------------	---------	---	--------------------

\*CR: Cadastro de Reserva.

**\*\*Para exercer funções nas ATIVIDADES FÍSICAS E/OU DESPORTIVAS, que não estejam vinculadas a disciplina Educação Física, como componente curricular da Educação Básica, deverá obrigatoriamente, o Profissional de Educação Física deve possuir: Curso de Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.**

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições para o Processo Seletivo poderão ser efetuadas pela *Internet* ou Presencial – *on-line*, no período das **08h00min do dia 02/10/2019 às 23h59min do dia 31/10/2019**.

**2.1.1. Das inscrições pela internet:**

2.1.1.2. Para a inscrição pela *internet* o candidato deverá acessar o site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

- a) Acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos Públicos;
- b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o *login* para inscrição;
- c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via *internet*, seguindo as instruções;
- d) Imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até às 23h59min do dia 01/11/2019;** pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor.

**2.1.2. Das inscrições presencial – on-line:**

2.1.2.1. Os candidatos que não dispuserem de acesso à *internet*, poderão realizar à sua inscrição presencial - *on-line* sendo que para tanto deverão se dirigir à Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta – SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Prefeitura.

2.1.2.2. Para a efetivação das inscrições presencial - *on-line* o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições presencial - *on-line* apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

lhe forem repassados pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.2.3. Na oportunidade de realização da inscrição presencial – *on-line* o candidato é responsável pela impressão do comprovante, bem como o Boleto Bancário referente a sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia **01/11/2019**.

2.1.2.4. Só serão efetivadas as inscrições presencial - *on-line* dos candidatos que se dirigirem à Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta – SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Prefeitura.

2.2. As inscrições somente serão deferidas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição que se dará pela baixa dos boletos, após o envio dos respectivos arquivos bancários ao sistema de gestão, pelo órgão executor do certame, sendo que este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no Cronograma do edital (Anexo I); ou pelo deferimento de solicitação de isenção da taxa de inscrição, nos termos do item 2.6 e seguintes deste edital.

2.3. O Município de Anchieta – SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado, assim como não se responsabilizarão por inscrições indeferidas que não acusarem pagamento de boleto por vírus “malware” ou outros vírus que alterem o código de barras do boleto bancário, encaminhando o pagamento da inscrição para outras contas ou até mesmo impedindo a leitura do código de barra pela instituição bancária.

**2.4. O candidato poderá inscrever-se para apenas 01 (um) cargo que trata o edital. Verificandose mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais recente.**

2.5. O valor da taxa de inscrição é fixado de acordo com o nível de escolaridade exigido para o respectivo cargo, nos seguintes valores:

Escolaridade	Valor R\$
Nível Superior	<b>R\$ 75,00</b>
Nível Médio	<b>R\$ 55,00</b>
Nível Fundamental	<b>R\$ 35,00</b>

2.5.1. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo.

2.5.2. Não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

2.5.3. O pagamento da taxa de inscrição após o período determinado neste edital, à realização de qualquer modalidade de pagamento que não seja a quitação do boleto gerado e/ou o pagamento de valor distinto do estipulado neste edital implicam o cancelamento da inscrição.

2.5.4. Em caso de inscrições erradas e pagamento das mesmas, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é responsabilidade do candidato efetuar a sua inscrição para o cargo a qual pretende concorrer corretamente.

**2.6. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE E/OU DE MEDULA:**

2.6.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567 de 07 de novembro de 1997 com as alterações trazidas pela Lei Estadual nº 17.457 de 10 de janeiro de 2018 e pela Lei Federal nº 13.656 de 30 de abril de 2018 poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

2.6.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para Doadores de Sangue e/ou de Medula (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão Organizadora do Processo Seletivo do Município de Anchieta - SC, sito à Avenida Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta - SC, sendo que a entrega deverá ocorrer nos dias **02/10/2019 a 21/10/2019**, período este designado para as inscrições, juntamente com os seguintes documentos:

a) Cópia do documento de identidade;

b) Cópia do requerimento de inscrição;

c) **No caso de candidato doador de sangue:** documento comprobatório da condição de doador regular, em papel timbrado, com data, assinatura e carimbo da entidade coletora, expedido por banco de sangue público ou privado (autorizado pelo Poder Público) em que o candidato realizou a doação, constando, pelo menos, 03 (três) doações nos últimos 12 (doze) meses anteriores a data de publicação deste Edital. A declaração com a comprovação da condição de doador deverá ser expedida por entidade coletora oficial ou credenciada, discriminando a quantidade de doações e as datas em que foram realizadas. O candidato de outra unidade da federação, além de apresentar a declaração acima referida, deverá apresentar declaração e/ou certidão que comprove o credenciamento da entidade coletora como órgão oficial do estado de origem.

d) **No caso de candidato doador de medula:** comprovante específico expedido por entidade coletora reconhecida pelo Ministério da Saúde, declarando que o mesmo se enquadra como beneficiário da Lei Estadual nº 10.567/97 com as alterações previstas na Lei Estadual nº 17.457/18 e na Lei Federal nº 13.656 de 30 de abril de 2018, informando a data em que a doação foi realizada, sendo que o candidato deverá ter realizado pelo menos 01 (uma) doação.

2.6.3. A entrega dos documentos referidos no item 2.6.2 também poderá ser feita por meio postal (SEDEX), com cópia autenticada em cartório a ser encaminhado à Comissão Organizadora do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, nº 838, Centro, CEP: 89.970-000, Anchieta - SC, devendo estar entregues no endereço citado **até o dia 22/10/2019**.

8



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

2.6.4. O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de taxa de inscrição e seu encaminhamento não garante o benefício ao interessado, o qual estará sujeito à apreciação da Comissão Organizadora.

2.6.5. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão nos sites [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br) no dia **23/10/2019**, não sendo encaminhada resposta individual ao candidato.

2.6.6. O candidato cujo requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição for indeferido poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, a serem contados do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, por meio do endereço eletrônico [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br).

2.6.7. A relação dos pedidos de isenção deferidos, após recurso, será divulgada no dia **29/10/2019**, a partir das 17h00min, no endereço eletrônico [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

2.6.8. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar do presente Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia **01/11/2019** às 23h59min, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br).

2.6.9. O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior estará automaticamente excluído do certame.

2.6.10. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do certame, independentemente da fase em que se encontrar, aplicando-se ainda o disposto no Decreto Federal nº 83.936/79, art. 10, parágrafo único.

### **3. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

3.1. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários, bem como comprovar a necessidade de atendimento diferenciado, juntando documentos que atestem a necessidade do atendimento solicitado.

3.1.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para fazer as provas deverá:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente ao recursos especiais necessários;

b) enviar, via *upload*, imagem legível do Documento de Identificação original;



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

c) enviar, via *upload*, a imagem legível do laudo médico, emitido nos últimos 12 meses, que ateste a espécie e grau ou o nível de sua deficiência, doença ou limitação física, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), que justifique o atendimento especial solicitado. O laudo deve conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

3.1.2. A solicitação de atendimento diferenciado será analisada pela Comissão Organizadora do certame e deferida desde que requerida no momento oportuno e devidamente comprovada, observando os critérios de viabilidade e razoabilidade, sendo os candidatos comunicados da decisão através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br) conforme cronograma.

3.1.3. Para utilização de aparelho auditivo durante a realização da prova o candidato deverá, ao ingressar na sala, entregar ao fiscal atestado médico comprovando a necessidade de seu uso.

3.1.4. Não haverá prova em braile; o candidato com deficiência visual deverá requerer prova ampliada ou um fiscal leitor.

3.1.5. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá informar tal situação no momento de sua inscrição e, no dia de aplicação das provas deverá providenciar acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários, a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

#### **4. DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

4.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII, do art. 37, da Constituição Federal, na Lei Nº 7.853/89, no Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes, que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do Processo Seletivo.

4.2. O candidato com deficiência, amparado pela legislação vigente e sob sua inteira responsabilidade, concorre em igualdade de condições com todos os candidatos, resguardadas as ressalvas legais vigentes e, ainda, o percentual aqui estabelecido.

4.2.1. O candidato com deficiência será inicialmente classificado de acordo com as vagas de ampla concorrência para o cargo que concorre. Caso não esteja situado dentro dessas vagas, será classificado em relação à parte, disputando as vagas reservadas a pessoa com deficiência no cargo que concorre, caso existam.

4.3. Somente será considerada pessoa com deficiência aquele que se enquadre nas categorias constantes do art. 4º, do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2005.



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

- 4.4. A deficiência do candidato, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, deve permitir o desempenho adequado das atribuições e exigências especificadas para a função, de acordo com o exposto nos subitens.
- 4.5. A pessoa com deficiência somente poderá disputar cargos e funções cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência.
- 4.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.
- 4.7. A pessoa com deficiência NÃO está isenta do recolhimento da taxa de inscrição.
- 4.8. O candidato com deficiência que não realizar sua inscrição de acordo com as regras deste Capítulo do Edital não poderá alegar esta condição em seu benefício, não sendo cabível qualquer recurso de sua condição neste caso.
- 4.9. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição, deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser pessoa com deficiência.
- 4.10. Durante o prazo de inscrição, o candidato inscrito como pessoa com deficiência deverá encaminhar à Prefeitura de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta – SC, aos cuidados da Comissão Organizadora do Processo Seletivo em horário de expediente, laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, juntamente com as cópias, sendo que ficarão retidos somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência.
- 4.11. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feita por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Prefeitura de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, nº 838, Centro, CEP: 89.970-000, Anchieta – SC, aos cuidados da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, por meio de cópia autenticada em cartório. Neste caso, os documentos devem estar na Prefeitura de Anchieta até o último dia de inscrição.
- 4.12. Se aprovado no presente Processo Seletivo, o candidato deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Anchieta – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.
- 4.13. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.
- 4.14. A pessoa com deficiência participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.





Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

4.15. O candidato que, no dia da prova, necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar conforme dispõe o item 3 e seus subitens.

## 5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas, sendo expedido documento constando a relação das inscrições deferidas e daquelas indeferidas, o qual será publicado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

5.2. Da divulgação das inscrições indeferidas, os candidatos poderão interpor recursos no prazo estabelecido no cronograma do edital, via *on-line*, através do site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) expondo as razões da discordância do indeferimento de sua inscrição, bem como comprovando a inexistência da razão apontada para o indeferimento.

## 6. DAS PROVAS

### 6.1. Da Prova Objetiva

6.1.1. **A prova objetiva é obrigatória para todos os cargos previstos neste edital e será aplicada no dia 17/11/2019**, nas dependências da **Escola Estadual Professor Osni Paulino da Silva (E.E.B.P.O.P.S.), sito na rua R. Ver. Geraldo Garlet, nº 82, Anchieta - SC**. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

6.1.1.1. **A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h00min.**

6.1.1.2. **O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.**

6.1.1.3. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

6.1.1.4. Após o fechamento dos portões, os candidatos terão 10 (dez) minutos para ingressar na sala de aplicação das provas, sendo que após as 08h50min não mais será permitida a entrada de candidatos nas salas de prova.

6.1.1.5. **A prova objetiva terá início às 09h00min e término às 11h30min.**

6.1.1.6. **Não será permitido o uso do banheiro após o encerramento e entrega da prova.**

6.1.2. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

6.1.3. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, e terá a duração de **2h30min** incluído o tempo para preenchimento do Cartão Resposta, e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser





Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

preenchida conforme instruções que constarão no Cartão Resposta e na 1ª página do Caderno de Provas.

6.1.3.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais.

**6.1.3.2. A prova será composta de 20 (vinte) questões.**

6.1.3.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

**6.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A)** – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais para os cargos de **Farmacêutico, Auxiliar de Serviços Gerais e Agente Comunitário de Saúde**, conforme tabela a seguir:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota mínima do conjunto provas 1, 2 e 3.
1► Conhecimentos Específicos	12	0,60	7,20	<b>4,00</b>
2► Língua Portuguesa	05	0,35	1,75	
3► Conhecimentos Gerais	03	0,35	1,05	
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>10,00</b>	<b>-</b>

6.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme tabela acima.

**6.3. DA PROVA OBJETIVA E PRÁTICA (Modalidade B)** – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais para os cargos de **Motorista (CNH Categoria D) e Operador II (CNH Categoria C)**, conforme tabela abaixo:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota mínima do conjunto provas 1, 2 e 3.
1► Conhecimentos Específicos	12*	0,19*	2,28*	<b>1,00</b>
2► Língua Portuguesa	05*	0,09*	0,45*	
3► Conhecimentos Gerais	03*	0,09*	0,27*	
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>3,00</b>	<b>-</b>

*\*(Alterado conforme 1ª retificação de 11.11.2019)*

6.3.1. Para o cargo acima descrito, somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 1,00 (um ponto) no conjunto/soma das provas 1, 2 e 3 (Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais).

**6.3.2. Da Prova Prática:**



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

6.3.2.1. Será aplicada Prova Prática para os cargos de **Motorista (CNH Categoria D) e Operador II (CNH Categoria C)**, conforme tabela abaixo:

Prova Prática	Total de Pontos (Nota)	Nota Mínima da Prova Prática
Prova Prática	7,00	3,00
<b>TOTAL</b>	<b>7,00</b>	<b>3,00</b>

6.3.2.2. À nota da prova prática será atribuída pontuação/nota escala **0 (zero) a 7,00 (sete)**.

6.3.2.3. Para efeitos de atribuição de notas, será eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo 3,00 (três) pontos no total da prova prática e também o que não atingir a nota mínima de 1,00 (um) ponto na prova objetiva.

6.3.2.4. A média final será: Nota da Prova Objetiva somada com a Nota da Prova Prática.

**6.4. DA PROVA OBJETIVA, DE TÍTULOS E DE TEMPO DE EXPERIÊNCIA (Modalidade C)** – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais para os cargos de **Professores Habilitados, Professores Não Habilitados e Monitores**, conforme quadro abaixo:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina
1► Conhecimentos Específicos	12	0,45	5,40
2► Língua Portuguesa	05	0,20	1,00
3► Conhecimentos Gerais	03	0,20	0,60
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>7,00</b>

6.4.1. Serão considerados classificados todos os candidatos que não zerarem na prova objetiva (Modalidade C).

**6.4.2. Da Prova de Títulos:**

6.4.2.1. Para os cargos de **Professores Habilitados e Professores Não Habilitados**. Valendo **2,00 (dois)** pontos, sendo considerado título:

Títulos	Nº de Títulos	Valor do Título	Total
Magistério Nível médio.	01	0,25	0,25
Comprovante de conclusão de Graduação ou Declaração do período que está cursando (Especifica na área de atuação).	01	0,05 pontos por período cursado ou 0,50 para graduação	0,50
Curso completo de Pós-Graduação na Área de Educação de atuação.	01	0,35 pontos	0,35
Curso de aperfeiçoamento na área de Educação, com carga horária igual ou Superior a 16 horas (cursos a <b>partir de 2016 até 31/08/2019</b> ).	10	0,05 pontos	0,50



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

Ter feito o Curso do SISPACTO de no mínimo 100 horas.	04	0,10 pontos	0,40
<b>Total de títulos</b>	<b>17</b>		<b>2,00</b>

6.4.2.2. A prova de títulos somente será somada à média obtida pelos candidatos que não zerarem na prova objetiva (Modalidade C).

6.4.2.3. Para a prova de títulos a nota máxima será de 2,00 (dois) pontos, sendo que o quadro acima somente faz uma distinção entre quais são os títulos a cada categoria específica. Cada candidato deve observar qual a modalidade que se adapta e agrupar os títulos, e entregar no respectivo local de entrega.

6.4.2.4. Os pontos destinados às especializações de Pós-Graduação e cursos de aperfeiçoamento, somente serão válidos com apresentação de diploma ou Certificado de Conclusão da Instituição de Ensino.

6.4.2.5. As cópias e originais dos documentos para a prova de títulos (Professores), juntamente com o formulário de prova de títulos preenchido e assinado, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, nº 838, em horário de expediente da Prefeitura, sendo que ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência.

6.4.2.6. A entrega dos documentos acima referidos, juntamente com o formulário de prova de títulos preenchido e assinado, também poderá ser feita por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, nº 838, CEP 89.970-000, Centro, Anchieta – SC, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

6.4.2.7. Os títulos serão relacionados em formulário próprio com assinatura do candidato e do responsável pelo recebimento, sendo que o candidato é responsável por conferir sua pontuação antes de assinar o formulário.

6.4.2.8. Os cursos de Pós-Graduação incompletos não tem validade como curso de aperfeiçoamento para este Processo Seletivo.

6.4.2.9. Para os Professores Não Habilitados será considerada a pontuação de acordo com o período concluído, mediante apresentação de comprovante de conclusão do respectivo período.

6.4.2.10. A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na prova de títulos implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais.

**6.4.3. Da Prova de Tempo de Experiência (Professores Habilitados e Não Habilitados):**



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

6.4.3.1. Para os cargos de **Professores Habilitados** e **Professores Não Habilitados**. Valendo **1,00 (um)** ponto, sendo considerado tempo de serviço:

Tempo de Experiência Profissional	Nº máx. de mês	Valor do Mês	Total
<b>Professores habilitados:</b> o valor de 0,01 (zero vírgula zero um) pontos para cada mês de <b>efetivo exercício de docência no magistério</b> seja na rede de ensino municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições de ensino.	100	0,01 ponto	1
<b>Professores não habilitados:</b> o valor de 0,01 (zero vírgula zero um) pontos para cada mês de <b>efetivo exercício da função</b> seja na rede de ensino municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições de ensino.			
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>		<b>1,00</b>

6.4.3.2. A prova de tempo de experiência somente será somada à média obtida pelos candidatos que não zerarem na prova objetiva (Modalidade C).

6.4.3.3. Computar-se-á o valor de 0,01 (zero vírgula zero um) ponto para cada mês de efetivo exercício de docência no magistério, seja na rede de ensino municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições de ensino.

6.4.3.4. A data de contagem do tempo de experiência será considerada como data fim **31 de agosto de 2019**.

6.4.3.5. No cálculo de pontos por tempo de experiência computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias ou mais, como 1 (um) mês.

6.4.3.6. A comprovação de tempo de experiência, será avaliada mediante apresentação de Certidão específica, emitida pelo órgão correspondente ou Carteira de trabalho.

6.4.3.7. Entende-se por tempo de experiência o tempo que o candidato exerceu atribuições em função que tenha relação direta com a função para o qual se inscreveu.

6.4.3.8. Havendo apresentação de mais de uma certidão específica, que tenha tempo de experiência na função concomitante em um determinado período, será totalizado o tempo de experiência de apenas uma certidão.

6.4.3.9. A certidão não poderá conter rasuras.

6.4.3.10. Não será computado, para efeito de pontuação de tempo de experiência no magistério, o tempo de experiência do servidor aposentado.

6.4.3.11. As cópias e originais dos documentos para a prova de tempo de experiência (Professores), juntamente com o formulário de prova de tempo de experiência preenchido e assinado, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta – SC, até o ultimo dia de inscrição, em horário de expediente da Prefeitura, qual seja das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, sendo que ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência.

6.4.3.12. A entrega dos documentos acima referidos, juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado, também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta – SC, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

**6.4.4. Da Prova de Tempo de Experiência (Monitores)**

6.4.4.1. Para os cargos de **Monitores**. Valendo **3,00 (três)** pontos, sendo considerado tempo de serviço:

Tempo de Experiência Profissional	Nº máx. de mês	Valor do Mês	Total
<b>Monitores:</b> O valor de 0,03 (zero vírgula zero um) pontos para cada mês de <b>efetivo exercício da função a que se propôs nesse processo seletivo</b> seja na rede de ensino municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições de ensino.	100	0,03 pontos	3,00
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>3,00</b>

6.4.4.2. A prova de tempo de experiência somente será somada à média obtida pelos candidatos que não zerarem na prova objetiva (Modalidade C).

6.4.4.3. Computar-se-á a o valor de 0,03 (zero vírgula zero três) ponto para cada mês de efetivo exercício da função a que se propôs nesse Processo Seletivo, seja na rede de ensino municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições de ensino.

6.4.4.4. A data de contagem do tempo de experiência será considerada como data fim **31 de agosto de 2019**.

6.4.4.5. No cálculo de pontos por tempo de experiência computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias ou mais, como 1 (um) mês.

6.4.4.6. A comprovação de tempo de experiência, será avaliada mediante apresentação de Certidão específica, emitida pelo órgão correspondente ou Carteira de trabalho.

6.4.4.7. Entende-se por tempo de experiência o tempo que o candidato exerceu atribuições em função que tenha relação direta com a função para o qual se inscreveu.



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

6.4.4.8. Havendo apresentação de mais de uma certidão específica, que tenha tempo de experiência na função concomitante em um determinado período, será totalizado o tempo de experiência de apenas uma certidão.

6.4.4.9. A certidão não poderá conter rasuras.

6.4.4.10. Não será computado, para efeito de pontuação de tempo de experiência no magistério, o tempo de experiência do servidor aposentado.

6.4.4.11. As cópias e originais dos documentos para a prova de tempo de experiência (Monitor), juntamente com o formulário de prova de tempo de experiência preenchido e assinado, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta – SC, até o ultimo dia de inscrição, em horário de expediente da Prefeitura, qual seja das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, sendo que ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência.

6.4.4.12. A entrega dos documentos acima referidos, juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado, também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta – SC, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

**6.5. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:**

6.5.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia), sob pena de não ser permitida sua entrada à sala de aplicação das provas.

6.5.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 6.1.1.2, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

6.5.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

6.5.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

6.5.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

6.5.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um Cartão Resposta.

6.5.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à alternativa que julgar correta, de acordo com as instruções constantes no próprio Cartão Resposta e na primeira folha do Caderno de Provas.

6.5.4.2. No **Cartão Resposta de todos os candidatos constarão as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.**

6.5.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo para que se inscreveu, se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova e se esta corretamente numerado.

**6.5.6. O candidato deverá conferir no seu Cartão Resposta se o tipo de prova destacado, correspondente ao mesmo tipo de prova constante no caderno de prova que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a conferência do tipo de prova constante no cartão resposta e no caderno de prova.**

6.5.6.1. Forma correta de preencher o **Cartão Resposta:** 

6.5.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica com a tinta nas cores azul ou preta.

6.5.8. O Cartão Resposta é insubstituível.

6.5.9. O preenchimento do Cartão Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

6.5.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão Resposta.

6.5.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o Cartão Resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver preenchida no Cartão Resposta.

19





Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

**6.5.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no Cartão Resposta, através de leitura digital, e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.**

6.5.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o Cartão Resposta.

6.5.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

6.5.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

6.5.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas.

6.5.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala deverão apor suas assinaturas no local indicado nos Cartões Resposta de todos os candidatos da sala.

6.5.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão Organizadora da AMEOSC deverão invalidar o Cartão Resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

6.5.17.2. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, Cartões Resposta com questões deixadas em branco, Cartões Resposta deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

6.5.17.3. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão Organizadora da AMEOSC, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os Cartões Resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

6.5.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

6.5.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

6.5.20. O Município de Anchieta - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

**6.6. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:**

6.6.1. Para a realização da prova o candidato deverá ter consigo:





Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

a) Documento de identificação;

b) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, feita de material transparente.

6.6.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

6.6.3. O Município de Anchieta - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

**6.7. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:**

a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água que deverá estar acondicionada em embalagem de material transparente, sem qualquer etiqueta ou rótulo;

b) Fumar;

c) Comunicação entre os candidatos;

d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);

e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, *tablet*, *notebook*, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre outros.

**6.8. SERÁ EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:**

a) Apresentar-se após o horário estabelecido;

b) Apresentar-se em local diferente;

c) Não comparecer às provas;

d) Não apresentar documento de identificação;

e) Ausentar-se da sala de provas sem o Fiscal da Comissão Organizadora;

f) Ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;

g) Ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos;

h) Estiver portando armas;

i) Lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

j) For surpreendido em comunicação com outras pessoas, utilizando-se de livro, anotação e impressos ou fazendo uso de qualquer tipo de aparelho (calculadora, bip, telefone celular, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, *smartphone* ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

l) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6.8.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.

**6.9. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA:**

6.9.1. A prova prática será realizada no dia **17/11/2019**, com início às **13 horas**, tendo como local a **Secretaria de Infraestrutura, sito à Avenida Anchieta, s/n**, Anchieta – SC.

6.9.2. O candidato que não estiver presente no **dia e horário** determinado para a realização da prova prática será considerado desistente e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo, sendo que a partir das **13 horas** não será mais permitido o acesso de candidatos ao local de realização das provas, sob qualquer alegação.

6.9.3. Na prova prática, para as funções de **Motorista (CNH Categoria D)** e **Operador II (CNH Categoria C)** o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina ou veículo, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,70 pontos), Muito Bom (0,60 pontos); Bom (0,50 pontos); Satisfatório (0,40 pontos), Regular (0,30 ponto) e Péssimo (0,00 ponto).

6.9.4. Para a função que se exigir o emprego de veículos, pertencentes ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, poderá ser excluído o candidato que demonstrar não possuir a necessária capacidade de manejo.

6.9.5. Para a realização da **Prova Prática** o candidato deve apresentar, **obrigatoriamente**, a Carteira Nacional de Habilitação para os cargos de **Motorista (CNH Categoria D)** e **Operador II (CNH Categoria C)**.

6.9.6. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas alterar a data e o local das provas práticas, comunicando essas alterações aos candidatos.

6.9.7. Em caso de impossibilidade de realização de todas as provas praticas na data prevista, a continuidade das mesmas fica automaticamente definida para o dia seguinte, a partir das **08h00min** até o horário necessário para finalização das mesmas.



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

## 7. DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em Sessão Pública a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Osvaldo Cruz, nº 167, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às **10h30min do dia 10/12/2019**, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

7.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares e poderão sofrer alterações.

7.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme cronograma do edital, na qual já constarão os critérios de desempate.

7.4. A sessão pública será integralmente filmada e acompanhada pelos membros da comissão organizadora do certame do município de Anchieta – SC, da comissão organizadora da Ameosc e por todos os candidatos e interessados que terão acesso no local, devendo assinar lista de presença.

## 8. DO EMPATE NA NOTA FINAL

8.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

8.1.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10. 741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

8.1.2. Maior Nota na Prova Prática (Motorista e Operador);

8.1.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

8.1.4. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

8.1.5. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

8.1.6. O candidato de maior idade;

8.1.7. Sorteio Público.

## 9. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

9.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17h00min do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br), enquanto o gabarito definitivo será publicado, conforme cronograma do edital, nos mesmos endereços.

9.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

## 10. DOS RECURSOS

10.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) No indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição (Doadores de sangue e/ou de medula) **(No período de 24 e 25/10/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição (Doadores de sangue e/ou de medula);**
- b) Na não homologação ou indeferimento da inscrição **(No período de 07 e 08/11/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face do Indeferimento de inscrição);**
- c) Na pontuação da prova de títulos e tempo de experiência **(No período de 14 a 18/11/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face da pontuação da prova de títulos e tempo de experiência);**
- d) Na formulação das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar divulgado **(No período de 19 e 20/11/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar);**
- e) No resultado da Prova Prática **(No período de 19 e 20/11/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face do resultado da Prova Prática);**
- f) Na correção dos Cartões Resposta **(No período de 12 e 13/12/2019 - Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da correção dos Cartões Resposta).**

10.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

10.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

10.4. Os recursos deverão ser interpostos via *on-line* – pelo sistema.

10.4.1. Para a interposição de recurso via *on-line* o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) Acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos Públicos;
- b) Acessar a “Área do Candidato”;
- c) Clicar em “Recursos”;
- d) Preencher *on-line* o formulário de recursos e enviá-lo via *internet*, seguindo as instruções nele contidas;



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário o mesmo NÃO será apreciado;

f) Não serão apreciados recursos referentes às questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar fora do prazo estipulado por esse edital, qual seja, **19 e 20/11/2019**.

10.4.2. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

10.4.3. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independentemente de terem recorrido.

10.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

10.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

10.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

10.5.3. Se houver alteração do gabarito preliminar, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

10.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independentemente de vigência de prazo.

10.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

10.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo edital de resultado final será publicado.

## **11. DO PROVIMENTO DO CARGO**

11.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

11.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

a) Cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

- b) Atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) Alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- d) Declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- e) Demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

11.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário, e demais determinações legais.

11.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC.

11.5. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Anchieta – SC e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

12.2. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

12.3. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme a legislação vigente.

12.4. O Prefeito do Município de Anchieta – SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

12.5. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Anchieta – SC.

12.6. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Requerimento de Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue e/ou de Medula;

ANEXO V – Requerimento de Pessoas com Deficiência;

ANEXO VI – Formulário de Prova de Título (Professores);

ANEXO VII – Formulário de Tempo de Experiência (Professores);

ANEXO VIII – Formulário de Tempo de Experiência (Monitores);

ANEXO IX – Decreto que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO X – Resolução que institui Comissão Organizadora de Concursos da AMEOSC.

12.7. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 02 de outubro de 2019.

**IVAN JOSÉ CANCI**

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei

**Rudimar Borcioni – OAB/SC 15.411**

Assessor Jurídico do Município de Anchieta



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)**ANEXO I****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019****CRONOGRAMA**

**OBS: O presente cronograma é provisório, estando sujeito a alterações que, se ocorrerem, serão publicadas nos sites do município e da Ameosc.**

<b>CRONOGRAMA</b>	<b>DATA</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Publicação do Edital	02/10/2019	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Anchieta – SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, até o dia <u>21/10/2019</u> .
Inscrições	02/10/2019 a 31/10/2019	Pela <i>internet</i> , no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Apresentação dos documentos para candidatos considerados Pessoa com Deficiência	02/10/2019 a 31/10/2019	Durante o prazo de inscrição, encaminhar à Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta – SC, em horário de expediente da Prefeitura.
Apresentação dos documentos para a Prova de Títulos e Tempo de Experiência ( <i>Professores e Monitores</i> )	02/10/2019 a 31/10/2019	Junto à Secretária Municipal de Educação do Município de Anchieta – SC, em horário de expediente.
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição ( <i>Doador de Sangue e/ou de Medula</i> )	02/10/2019 a 21/10/2019	Pela <i>internet</i> , no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição ( <i>Doador de Sangue e/ou de Medula</i> ) – <i>Antes dos recursos</i>	23/10/2019	A partir das 17h00min, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Prazo de recursos em face do indeferimento do pedido de isenção de taxa de inscrição ( <i>Doador de Sangue e/ou de Medula</i> )	24 e 25/10/2019	Pela <i>internet</i> , no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição ( <i>Doador de Sangue e/ou de Medula</i> ) – <i>Após os recursos</i>	29/10/2019	A partir das 17h00min, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>





Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa <b>indeferida</b> ( <i>Doador de Sangue e/ou de Medula</i> )	30/10/2019 a 01/11/2019	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Último prazo para pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos	01/11/2019	O boleto para impressão e pagamento deverá ser acessado junto ao site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação das inscrições <b>Deferidas e Indeferidas</b>	06/11/2019	A partir das 17h00min, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Prazo de recursos das inscrições <b>Indeferidas</b>	07 e 08/11/2019	Pela <i>internet</i> , no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação dos pareceres dos recursos das inscrições indeferidas e publicação da <b>Homologação</b> das inscrições	11/11/2019	A partir das 17h00min, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação do deferimento ou indeferimento dos pedidos de condição especial para realização da prova objetiva	13/11/2019	A partir das 17h00min, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Publicação do Ensalamento	13/11/2019	A partir das 17h00min, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Publicação do Decreto que regulamenta a prova prática	13/11/2019	A partir das 17h00min, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Publicação da pontuação da Prova de Títulos e Tempo de Experiência	13/11/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Prazo de recursos referente a pontuação da Prova de Títulos e Tempo de Experiência	14 a 18/11/2019	Pela <i>internet</i> , no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
<b>Prova Objetiva</b>	<b>17/11/2019</b>	A prova objetiva será realizada nas dependências da Escola Estadual Professor Osni Paulino da Silva (E.E.B.P.O.P.S.), sito na Rua Vereador Geraldo Garlet, nº 82, Anchieta – SC
<b>Prova Prática</b>	<b>17/11/2019</b>	A prova prática será realizada nas dependências da Secretaria de Infraestrutura, sito à Avenida Anchieta, s/n, Anchieta – SC.



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva	18/11/2019	A partir das 17h00min, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Resultado Preliminar da Prova Prática	18/11/2019	A partir das 17h00min, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Prazo destinado a interposição de recursos em face das questões da Prova Objetiva, da Prova Prática e do Gabarito Preliminar	19 e 20/11/2019	Pela internet, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação da pontuação da Prova de Títulos e Tempo de Experiência após os recursos e parecer dos recursos	20/11/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Publicação do julgamento dos recursos interpostos em face das questões da Prova Objetiva, da Prova Prática e do Gabarito Preliminar	05/12/2019	A partir das 17h00min, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Divulgação do Gabarito Final	09/12/2019	A partir das 17h00min, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Resultado Final da Prova Prática	09/12/2019	A partir das 17h00min, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Sessão Pública para correção dos cartões resposta e identificação dos candidatos por cargo	10/12/2019	Às 10h30min, na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Osvaldo Cruz, nº 167, Centro de São Miguel do Oeste – SC.
Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva	11/12/2019	A partir das 17h00min, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Prazo de interposição de recurso, somente em face do Resultado Preliminar	12 e 13/12/2019	Pela internet, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Parecer dos recursos interpostos em face do Resultado Preliminar	17/12/2019	A partir das 17h00min, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Publicação do Resultado Final	18/12/2019	O Resultado Final por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a> e também no Mural Público da Prefeitura de Anchieta – SC.



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)**ANEXO II****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PROFESSORES HABILITADOS E NÃO HABILITADOS, MONITOR DESPORTIVO E FARMACÊUTICO****LÍNGUA PORTUGUESA**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Lei Orgânica do Município; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****FARMACÊUTICO:**

Farmacologia clínica e terapêutica: Farmacocinética, Farmacodinâmica e Mecanismos de ação das drogas. Grupos farmacológicos das drogas que atuam nos diversos órgãos e sistemas. Toxicologia. Interações medicamentosas. Farmacotécnica e tecnologia farmacêutica. Química farmacêutica. Farmacognosia. Controle de Qualidade de medicamentos. Boas práticas de fabricação de produtos farmacêuticos. Padronização, seleção, programação e estimativas de necessidade, aquisição, prescrição e dispensação de medicamentos. Uso racional de medicamentos. Material médico-hospitalar. Política Nacional de Medicamentos – legislação farmacêutica específica. Assistência Farmacêutica (Gerenciamento farmacêutico e atenção farmacêutica). Ética Profissional. Legislação Sanitária e Farmacêutica específica para farmácias, drogarias, distribuidoras de medicamentos, saneantes e produtos para a saúde (Portarias e Resoluções da Vigilância Sanitária). Serviços/centros de informação de medicamentos. Farmacovigilância e farmacoepidemiologia. Indicadores de Saúde Gerais e Específicos. Doenças de Notificação Compulsória (Fisiopatologia, características e tratamento). Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. SUS – Princípios, diretrizes e



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90, Política Nacional de Atenção Básica). Programa Saúde da Família (PSF). Programas de assistência farmacêutica no SUS. Legislação/ assistência farmacêutica no SUS: Política Nacional de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica; Assistência farmacêutica na atenção primária à saúde; Atenção Farmacêutica; Ciclo da Assistência Farmacêutica e suas etapas: Seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos em serviços de saúde públicos; Farmácia social e legislação: Código de ética da profissão farmacêutica; Medicamentos genéricos e medicamentos sujeitos a controle especial; Promoção do uso racional de medicamentos; Cuidados farmacêuticos na atenção à saúde. Atenção primária a saúde e a farmácia básica; Farmácia Hospitalar e controle de infecções hospitalares; Farmacovigilância; Comissão de farmácia e terapêutica, suas competências e atribuições; Utilização de medicamentos e as interfaces da assistência farmacêutica com os outros setores do sistema de saúde.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:**

LDB. Leis nº 5692/71 e 9.394/96. Alfabetização. Lei Federal nº 11.274/2006. Lei Municipal nº 2.175/2015 (Plano Municipal de Educação). Metodologia de ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Psicomotricidade. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Projeto Político Pedagógico do Município. Estatuto da Criança e do Adolescente. FUNDEB.

**PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO:**

LDB. Leis nº 5692/71 e 9.394/96. Alfabetização. Lei Federal nº 11.274/2006. Lei Municipal nº 2.175/2015 (Plano Municipal de Educação). Metodologia de ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Psicomotricidade. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Projeto Político Pedagógico do Município. Estatuto da Criança e do Adolescente. FUNDEB.

**PROFESSOR DE PORTUGUÊS:**

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Lei Municipal nº 2.175/2015 (Plano Municipal de Educação). Metodologia de Ensino: português e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. FUNDEB.

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA:**

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Lei Municipal nº 2.175/2015 (Plano Municipal de Educação). Metodologia de Ensino: matemática e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. FUNDEB.

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA:**

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Lei Municipal nº 2.175/2015 (Plano Municipal de Educação). Metodologia de Ensino: geografia e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. FUNDEB.

**PROFESSOR DE HISTÓRIA:**

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Lei Municipal nº 2.175/2015 (Plano Municipal de Educação). Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. FUNDEB.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E MONITOR DESPORTIVO:**

Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Piaget, Vygotsky. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Lei Municipal nº 2.175/2015 (Plano Municipal de Educação). Metodologia de Ensino: ciências e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Conceitos, princípios, finalidades e objetivos da Educação Física. Condicionamento físico, legislação, metodologia. Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Conceitos: anatomia, biometria, biomecânica. Fisiologia do esforço e socorros de urgência. Efeitos fisiológicos dos exercícios, regulação hormonal durante o exercício, controle cardiovascular durante o exercício, termorregulação e relação entre atividade física e doenças cardiovasculares e respiratórias. Recreação, ginástica e dança. Atividade gímnica e atividade lúdica. Jogos e técnicas de jogos infantis organizados. Desenvolvimento infantil. Psicomotricidade e atividades psicomotoras. Pedagogia do movimento na escola da primeira e da segunda infância. Práticas desportivas, modalidades e regramentos. FUNDEB.

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS:**

Interpretação de textos e palavras em inglês. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Lei Municipal nº 2.175/2015 (Plano Municipal de Educação). Metodologia de Ensino: Metodologia de Ensino: inglês e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. FUNDEB.

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL:**

Interpretação de textos e palavras em inglês. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Lei Municipal nº 2.175/2015 (Plano Municipal de Educação). Metodologia de Ensino: Metodologia de Ensino: espanhol e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. FUNDEB.

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS:**

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação





Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Lei Municipal nº 2.175/2015 (Plano Municipal de Educação). Metodologia de Ensino: ciências e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. FUNDEB.

**PROFESSOR DE ARTES:**

Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Lei Municipal nº 2.175/2015 (Plano Municipal de Educação). Metodologia de Ensino: artes e conteúdo específico. O significado da arte no processo de transformação do homem com os outros homens e com a natureza através do trabalho; Arte-educação como representação e organização do real; Educação Artística na formação da percepção e da sensibilidade do aluno. Pressupostos Metodológicos - Alfabetização Estética: leitura, conhecimento e trabalho artístico. Música: Elemento formal da expressão musical. Música: popular, erudita, folclórica. Teatro - O teatro na Educação. Elementos formais da representação cênica, texto, corpo e espaço cênico. FUNDEB.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – NÍVEL MÉDIO****LÍNGUA PORTUGUESA**

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Lei Orgânica do Município; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****MONITOR DE CRECHE:**

Constituição Federal. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20. Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Meio ambiente. Ações sobre



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

desenvolvimento da criança, os principais cuidados que deve se ter com as crianças e sua alimentação, pirâmide de alimentos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – NÍVEL FUNDAMENTAL****LÍNGUA PORTUGUESA**

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

Aspectos socioeconômicos, geográficos, históricos e político do mundo e do Brasil, de Santa Catarina e de Anchieta. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural. Informações atuais de ampla divulgação na imprensa sobre esses aspectos no Estado de Santa Catarina e no Brasil. Cidadania, direitos humanos, meio-ambiente e saúde. Lei Orgânica do Município de Anchieta.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:**

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo. Organização do local de trabalho; Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral; Serviços de capina em geral; Limpeza de vias públicas e praças municipais; Noções sobre ajardinamento e poda de árvores; Tarefas de construção; Instrumentos agrícolas; Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação; Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral; Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios; Técnicas de desinfecção de ambientes. Destinação do lixo. Lixo Orgânico e Reciclagem. Cuidados e práticas no preparo de refeições e lanches. Seleção de ingredientes do cardápio diário. Métodos de preparo e cozimento dos alimentos e padrões de qualidade. Práticas de conservação de alimentos e organização de copa e cozinha. Controle de estoque de material de limpeza e de cozinha. Relatório de pedidos de material de consumo, limpeza e gêneros alimentícios. Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Regras de hierarquias no serviço público. Boas Maneiras; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público. Ética e cidadania. Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio. Noções de primeiros socorros.

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:**

Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria nº 2.488/2011 – Revisão das Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica para a Estratégia

36





Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

Saúde da Família (ESF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB). Vigilância em saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental). Política Nacional de Promoção Da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da criança, adolescente, adultos e idoso. Aleitamento materno. Doenças transmissíveis: vetores, vias de transmissão, sintomas, cuidados e tratamento. O Agente comunitário inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: Tuberculose, Hipertensão, Diabetes, DST/AIDS. Atenção à saúde da mulher, da criança e do recém-nascido (RN), do adolescente, do homem e do idoso. Pré-Natal. Parto e Nascimento Humanizado, Puerpério. Aleitamento materno Normas de biossegurança. Humanização e ética na atenção à saúde. Doenças de notificação compulsória. Educação em saúde e acolhimento na Estratégia Saúde da Família. Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde. Noções Básicas de informática.

**MOTORISTA:**

Legislação e Sinalização de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Normas gerais de circulação e conduta. Conceitos e definições sobre segurança no trânsito. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica. Princípios de manutenção de veículos. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Manobras. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando e manutenção do veículo. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público. Transporte de escolares.

**OPERADOR II:**

Legislação e Sinalização de Trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Sinalização de Trânsito. Direção defensiva e preventiva. Noções de mecânica básica. Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Condução de veículos da espécie. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando. Manutenção de equipamentos rodoviários. Direção e operação veicular de máquinas motorizadas e não motorizadas. Conservação e manutenção de máquinas rodoviárias. Noções básicas dos sistemas de alimentação, arrefecimento, ignição, elétrico, suspensão, freios, direção e transmissão. Sistemas hidráulicos. Óleos e graxas: tipos e especificações. Ferramentas de mecânico: conhecimento e aplicação. Manobras. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando e manutenção do veículo. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Noções de Primeiros Socorros. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público.



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)**ANEXO III****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

<b>CARGO: Monitor de Creche</b>
<b>CÓDIGO: 21.07</b>
ATRIBUIÇÕES: executar atividades diárias de recreação com crianças e trabalhos educacionais de artes diversas; acompanhar crianças em passeios, visitas e festividades sociais; proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere a higiene pessoal; auxiliar as crianças na alimentação; servir refeições e auxiliar crianças menores a se alimentarem; auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora; observar a saúde e o bem estar das crianças, levando-as quando necessário, para atendimento médico e ambulatorial; ministrar medicamentos conforme prescrição médica; prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência; orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhe os acontecimentos do dia; levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer incidente ou dificuldade ocorridas; vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento; apurar a frequência diária e mensal dos menores; auxiliar no recolhimento e entrega das crianças que fazem uso do transporte escolar, acompanhando-as na entrada e saída do mesmo, zelando assim pela sua segurança; executar tarefas afins;
<b>REGIME DE TRABALHO: Estatutário</b>
<b>CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais</b>
<b>CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos</b>
<b>HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Médio</b>

<b>CARGO: Monitor Desportivo</b>
<b>CÓDIGO: 61.09</b>
ATRIBUIÇÕES: Planejar o processo de ensino/treino das modalidades específicas da sua formação, no âmbito das atividades físicas e/ou desportivas; explicar e demonstrar as técnicas da modalidade desportiva e observar a repetição feita pelos atletas ou jogadores e corrigi-los; organizar os treinos para reforçar a aprendizagem das regras e técnicas específicas da modalidade; analisar os sistemas táticos de atletas e equipes adversárias e elaborar planos de atuação adequados para suplantá-los, dando as respectivas orientações aos atletas ou jogadores; promover nos desportistas o sentido de responsabilidade pelo cumprimento das regras da modalidade e das regras de disciplina; diagnosticar as necessidades individuais relativamente à melhoria da condição física; conceber planos de atividades individuais ou de grupo de promoção da condição física; implementar atividades individuais ou de grupo de promoção da condição física; conceber e implementar programas de atividades de animação desportiva e lazer em contextos diversificados (designadamente educativo, atividades de tempos livres, férias, turismo, população sénior, populações com necessidades especiais).



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

REGIME DE TRABALHO: Estatutário
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais
CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Curso superior em Educação Física e Registro no CREFI

**CARGO: Professores Habilitados (Artes, Ciências, História, Geografia, Matemática, Educação Física, Português, Língua Estrangeira – Espanhol, Língua Estrangeira – Inglês, Educação Infantil, Ensino Fundamental – 1º ao 5º Ano)**

ATRIBUIÇÕES: Cumprir com o que estabelece o artigo 13 da Lei 9394/96; possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas; Demonstrar profissionalismo e comprometimento; Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento; Seguir as diretrizes educacionais do Estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se em integrar a ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; Ministrar aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e o projeto político-pedagógico da Unidade Escolar. Executar o trabalho diário, de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem; Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e com a legislação vigente; Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis a eficácia da ação educativa; Manter com os colegas o espírito de colaboração; Promover recuperações preventivas e paralelas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme a exigência dos diagnósticos de avaliação; Comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras e outras promoções convocadas pela direção da escola ou pela secretaria municipal de educação; Cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar; Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com dignidade; Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais; Encaminhar aos serviços competentes os casos de indisciplina ocorridos, após sua própria advertência; Acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, comunicando ocorrências à direção e ao serviço de orientação educacional; Executar as normas estabelecidas no regime escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação vigente.

REGIME DE TRABALHO: Estatutário
CARGA HORÁRIA: 10/20/30/40 horas semanais
CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas e Títulos
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.

**CARGO: Professores Não Habilitados (Artes, Ciências, História, Geografia, Matemática, Educação Física, Português, Língua Estrangeira – Espanhol, Língua Estrangeira – Inglês, Educação Infantil, Ensino Fundamental – 1º ao 5º Ano)**



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

**ATRIBUIÇÕES:** Cumprir com o que estabelece o artigo 13 da Lei 9394/96; possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas; Demonstrar profissionalismo e comprometimento; Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento; Seguir as diretrizes educacionais do Estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se em integrar a ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; Ministras aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e o projeto político-pedagógico da Unidade Escolar. Executar o trabalho diário, de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem; Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e com a legislação vigente; Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis a eficácia da ação educativa; Manter com os colegas o espírito de colaboração; Promover recuperações preventivas e paralelas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme a exigência dos diagnósticos de avaliação; Comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras e outras promoções convocadas pela direção da escola ou pela secretaria municipal de educação; Cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar; Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com dignidade; Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais; Encaminhar aos serviços competentes os casos de indisciplina ocorridos, após sua própria advertência; Acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, comunicando ocorrências à direção e ao serviço de orientação educacional; Executar as normas estabelecidas no regime escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação vigente.

**REGIME DE TRABALHO:** Estatutário**CARGA HORÁRIA:** 10/20/30/40 horas semanais**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas e Títulos**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** cursando graduação com Licenciatura plena na área de atuação.**CARGO: Motorista****CÓDIGO:** 21.03

**ATRIBUIÇÕES:** Dirigir veículos oficiais, transportando materiais ou equipamentos; zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo do consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder ao mapeamento de viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação do veículo; atender as necessidades de deslocamento a serviço segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins; Dirigir veículos carga pesada, transportando materiais e equipamentos; zelar pelo abastecimento conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos no veículo, sob sua responsabilidade; comunicar



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; proceder o controle contínuo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder o mapeamento de viagens, identificação de usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; auxiliar na carga e descarga do matéria ou equipamento; manter atualizada a documentação da habilitação profissional;

**REGIME DE TRABALHO:** Estatutário**CARGA HORÁRIA:** 40 horas semanais**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria “C” para veículos em geral e da categoria “D” para veículos de transporte de escolares e de carga.**CARGO: Farmacêutico****CÓDIGO:** 81.03

**ATRIBUIÇÕES:** desempenhar funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas; fiscalização profissional sanitária; participar da elaboração e ou fazer cumprir normas e disposições gerais relativas ao armazenamento, controle de estoque e distribuição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa; participar de discussões técnicas para seleção e aquisição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa; elaborar manuais de procedimentos, manuais técnicos, formulários e lista de medicamentos, buscando normatizar e operacionalizar o funcionamento da assistência farmacêutica, criando padrões técnicos e sanitários de acordo com a legislação; gerir racionalmente recursos materiais e humanos, de forma a dar garantia de qualidade aos serviços prestados na área de medicamentos; atender os receituários médicos, observando a legalidade da receita, avaliando a compatibilidade física e química, bem como averiguando a dose, via de administração, duração do tratamento e dose cumulativa dos medicamentos prescritos; informar de forma clara e compreensiva, sobre o modo correto de administração dos medicamentos, alertando sobre reações adversas e interações medicamentos ou com alimentos c/ ou produtos ingeridos concomitantemente; atuar na promoção da educação dos profissionais de saúde e de pacientes; atuar como fonte de informação sobre medicamentos aos outros profissionais de saúde; participar de equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração, execução e avaliação de programas de saúde pública; executar funções como: reconstituirão de medicamentos, preparo de misturas intravenenosas e nutrição parenteral, fracionamento de doses, produção de medicamentos, e outras atividades passíveis de serem realizadas e atribuições do farmacêutico; atuar junto a central de esterilização na orientação de processos de desinfecção e esterilização de materiais; atuar em farmácia clínica; participar como membro de comissões de sua competência como: comissão de farmácia e terapêutica, padronização de medicamentos, comissão de controle de infecção hospitalar, licitações e pareceres técnicos; atuar no controle de qualidade de águas de consumo humano, residuárias e controle de operações de estação de tratamento de águas e esgotos domésticos e industriais de piscinas, praias e balneários, desde a coleta de amostras, análises físico químicas e microbiológicas, até emissão e assinatura de laudos e pareceres técnicos; executar e ou supervisionar análises físico-químicos, sensoriais, microscópicas, toxicológicas, microbiológicas, fotoquímicas, ensaios biológicos e outras, fazendo uso



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

de metodologias e equipamentos necessários; atuar em farmácia homeopática, desde que devidamente habilitado; programar, supervisionar, inspecionar, bem como responder tecnicamente pela realização de exames laboratoriais, controle de qualidade de insumos de natureza biológica, química e física, emitindo laudos, pareceres e diagnósticos; fazer pesquisas quantitativas e qualitativas em amostras de materiais, dos exames requisitados; coordenar, executar e supervisionar atividade específica do laboratório de análises clínicas, desde a coleta do material para análise, até entrega do laudo final ao cliente; executar e/ou supervisionar análises hematológicas, sorológicas, bacteriológicas, parasitológicas e outras, utilizando-se de aparelhos e técnicas específicas; assumir responsabilidades pelos laudos dos exames realizados no laboratório, assinando-os, oferecendo assim maior credibilidade e segurança ao requisitante; orientar a distribuição de atividades para a equipe auxiliar, além de supervisionar a utilização e manipulação corretas dos materiais e equipamentos, observando cuidados relativos à higiene e segurança, garantindo qualidade do serviço; assessorar a elaboração de projetos de construção e montagem de áreas específicas; prever, prover e controlar materiais e equipamentos, emitindo opinião técnica em sua aquisição; participar da equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração de programas de saúde pública; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela conservação e manutenção de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho; participar em comissões técnicas e auditorias, com fins diversos, emitindo laudos e pareceres de sua competência; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde; desempenhar outras tarefas afins.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:** sujeito à plantões e ao uso de uniforme e equipamentos de proteção individual fornecidos pelo Município.

**REGIME DE TRABALHO:** Estatutário

**CARGA HORÁRIA:** 20 ou 40 horas semanais

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Habilitação legal para o exercício da profissão de Farmacêutico, com registro no CRF.

**CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais**

**CÓDIGO:** 11.01

**ATRIBUIÇÕES:** zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão; executar trabalhos braçais; executar serviços auxiliares de limpeza, conservação, zeladoria, revisão e acondicionamento de peças e lubrificação das máquinas; efetuar limpeza nas dependências internas e externas das garagens e seus veículos; manter condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão; requisitar material necessário aos serviços; efetuar pequenos consertos necessários a conservação dos bens e instalações, providenciando, se for o caso a sua execução; receber e transmitir mensagens; executar serviços simples de carpintaria, encanador, pedreiro e eletricista; executar serviços de jardinagem, compreendendo: semeadura, transplante de mudas, podas, preparação e conservação do solo, de praças e jardins públicos; irrigar, adubar e conservar o solo apropriado para a produção de mudas do viveiro municipal; coletar sementes e mudas de plantas nativas; distribuir, mediante autorização superior, as mudas do viveiro municipal; zelar pelas instalações do viveiros de mudas do município;





Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

capinar todas as áreas pertencentes ao cemitério; executar serviços de limpeza nas mais diversas repartições e setores da municipalidade; executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão público; executar serviços de copa e cozinha; encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão público; encarregar-se da limpeza e polimento dos móveis, máquinas de escritório; solicitar o material necessário à limpeza ao chefe hierárquico; proceder ao atendimento da distribuição dos serviços da copa e cozinha, solicitando o fornecimento do material necessário ao preparo dos ingredientes; desempenhar tarefas afins.

REGIME DE TRABALHO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Fundamental Incompleto

**CARGO: Operador II**

CÓDIGO: 21.06

ATRIBUIÇÕES: providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina; efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; operar máquina como: motoniveladora, trator de esteira, retro escavadeira e equipamentos acima de 80 HP; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias máquina sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins;

REGIME DE TRABALHO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".

**CARGO: Agente Comunitário de Saúde**

CÓDIGO: 11.03

ATRIBUIÇÕES: Realizar mapeamento de sua área; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

REGIME DE TRABALHO: Estatutário
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais
CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e haver concluído o ensino fundamental.





Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

**ANEXO IV**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019**

**REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE E/OU DE MEDULA**

Para:

Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Eu \_\_\_\_\_ portador(a) do documento de identidade sob nº \_\_\_\_\_, inscrição nº \_\_\_\_\_, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 003/2019.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Estadual nº 10.567 de 07 de novembro de 1997 com as alterações trazidas pela Lei Estadual nº 17.457 de 10 de janeiro de 2018 e pela Lei Federal nº 13.656 de 30 de abril de 2018.

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

Anchieta – SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

1: \_\_\_\_\_

2: \_\_\_\_\_

3: \_\_\_\_\_



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)**ANEXO V****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019****REQUERIMENTO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_ expedido pelo \_\_\_\_\_ e CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP nº \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 002/2019, do Poder Executivo Municipal de Anchieta, inscrição sob nº \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_, requero a Vossa Senhoria:

1 - ( ) Vaga para portadores de deficiência: \_\_\_\_\_ CID nº \_\_\_\_\_

Nome do Médico \_\_\_\_\_

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura Candidato(a)



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)**ANEXO VI****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019****FORMULÁRIO DE PROVA DE TÍTULOS - PROFESSORES****COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS**

Nome: \_\_\_\_\_ Inscrição: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

Declaro que recebi de \_\_\_\_\_, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de títulos, de acordo com o Edital nº 003/2019.

<b>Títulos</b>	<b>Nº de Títulos</b>	<b>Valor do Título</b>	<b>Total</b>
Magistério Nível médio.	_____	0,25	_____
Comprovante de conclusão de Graduação ou Declaração do período que está cursando (Especifica na área de atuação).	_____	0,05 pontos por período cursado ou 0,50 para graduação	_____
Curso completo de Pós-Graduação na Área de Educação de Atuação.	_____	0,35 pontos	_____
Curso de aperfeiçoamento na área de Educação, com Carga horária igual ou Superior a 16 horas (cursos a <b>partir de 2016 até 31/08/2019</b> ).	_____	0,05 pontos	_____
Ter feito o Curso do SISPACTO de no mínimo 100 horas.	_____	0,10 pontos	_____
<b>Total de títulos</b>	_____		_____

**AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA:**

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referência, somaram a quantia de \_\_\_\_\_ cópias entregues e foram avaliados e totalizados em \_\_\_\_\_ pontos.

Anchieta/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura responsável recebimento\_\_\_\_\_  
Assinatura do candidato



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)**ANEXO VII****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019****FORMULÁRIO DE TEMPO DE EXPERIÊNCIA - PROFESSORES****COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS TEMPO DE EXPERIÊNCIA**

Nome: \_\_\_\_\_ Inscrição: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

Declaro que recebi de \_\_\_\_\_, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de tempo de experiência, de acordo com o Edital nº 003/2019.

Tempo de Experiência Profissional	Nº máx. de mês	Valor do Mês	Total
<b><u>Professores habilitados:</u></b> o valor de 0,01 (zero vírgula zero um) pontos para cada mês de <b>efetivo exercício de docência no magistério</b> seja na rede de ensino municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições de ensino.	_____	0,01 pontos	_____
<b><u>Professores não habilitados:</u></b> o valor de 0,01 (zero vírgula zero um) pontos para cada mês de <b>efetivo exercício da função</b> seja na rede de ensino municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições de ensino.	_____		_____
<b>TOTAL</b>	_____	-	_____

**AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA:**

Os títulos relacionados, válidos para a prova de tempo de experiência em referência, somaram a quantia de \_\_\_\_\_ cópias entregues e foram avaliados e totalizados em \_\_\_\_\_ pontos.

Anchieta/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura responsável recebimento\_\_\_\_\_  
Assinatura do candidato



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)**ANEXO VIII****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019****FORMULÁRIO DE TEMPO DE EXPERIÊNCIA - MONITORES****COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS TEMPO DE EXPERIÊNCIA**

Nome: \_\_\_\_\_ Inscrição: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

Declaro que recebi de \_\_\_\_\_, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de tempo de experiência, de acordo com o Edital nº 003/2019.

Tempo de Experiência Profissional	Nº máx. de mês	Valor do Mês	Total
<b>Monitores:</b> O valor de 0,03 (zero vírgula zero um) pontos para cada mês de <b>efetivo exercício da função a que se propôs nesse processo seletivo</b> seja na rede de ensino municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições de ensino.	_____	0,03 pontos	_____
<b>TOTAL</b>	_____	-	_____

**AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA:**

Os títulos relacionados, válidos para a prova de tempo de experiência em referência, somaram a quantia de \_\_\_\_\_ cópias entregues e foram avaliados e totalizados em \_\_\_\_\_ pontos.

Anchieta/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura responsável recebimento\_\_\_\_\_  
Assinatura do candidato



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

**ANEXO IX**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019**

**DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE ANCHIETA**

**DECRETO Nº. 164/2019, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.**

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS SELETIVOS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, DURANTE O ANO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Ficam nomeadas **CLAUDETE TERESINHA JUNGES, SANDRA BARBOSA DOS SANTOS SCHOLTZE, E ALINE GIACOMETTI**, brasileiras, servidoras públicas municipais, residentes e domiciliadas no município, sob a presidência da primeira, para comporem a comissão municipal para acompanhamento de processos seletivos para o quadro da administração direta e indireta do Município de Anchieta durante o ano de 2019, os quais auxiliarão a Administração Municipal na organização, coordenação, e fiscalização de todos os atos dos processos, de editais de Processos Seletivos na Prefeitura Municipal de Anchieta.

**Art. 2º** Compete a Comissão avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital; a Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do Poder Executivo Municipal.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

**Art. 4º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Anchieta - SC, 11 de Setembro de 2019.

**IVAN JOSÉ CANCI**

*Prefeito Municipal*



Estado de Santa Catarina

**GOVERNO MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Avenida Anchieta, nº 838 – Centro – CEP 89.970-000 – Anchieta/SC

Fone (49) 3653200 - Site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

E-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br)

**ANEXO X**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019**

**RESOLUÇÃO Nº 001/2019 - COMISSÃO ORGANIZADORA CONCURSOS DA AMEOSC**

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para Acompanhamento de Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

**WILSON TREVISAN**, Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste - SC e Presidente da AMEOSC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar os funcionários **UDINARA VANUSA ZANCHETTIN, DIEGO RODRIGO CANEI E MAYTE INDIANARA BONORA** para comporem a Comissão Organizadora da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC nos Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade.

**Art. 2º** - Compete a Comissão Organizadora da AMEOSC a elaboração dos editais que regulamentarão os Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade, mediante a supervisão e aquiescência do ente público que solicitou o certame, elaboração e aplicação das provas objetivas e práticas coordenando, fiscalizando e acompanhando as mesmas, correção dos cartões respostas, pontuação e classificação dos candidatos, receber e analisar eventuais recursos interpostos e emitir relação dos candidatos aprovados para homologação da autoridade competente.

**Art. 3º** - A Comissão Organizadora da Ameosc poderá requisitar, tanto para a Ameosc quanto ao ente público que realiza o processo de seleção, recursos humanos, financeiros, equipamentos, materiais e instalações necessárias para a regular realização dos certames.

**Art. 4º** - São impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Parágrafo único: Verificando os membros da presente Comissão o deferimento de inscrição de candidato que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, deverá solicitar seu desligamento da Comissão.

**Art. 5º** - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

**Art. 6º**- Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2019.

**WILSON TREVISAN**  
Presidente da AMEOSC

**HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PM - PP 056/2019**

Publicação Nº 2223599

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 087/2019 – Pregão Presencial nº 056/2019.

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 087/2019, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Global, para: Contratação de empresa para prestação de serviço de sonorização e estrutura de palco com técnico responsável para o 11º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, a realizar-se de 15, 16 e 17 de Novembro de 2019, no município de Anchieta/SC.

Empresa Vencedora:

NAJASOM - FOTO &amp; SOM LTDA – ME.

VALOR TOTAL GLOBAL R\$: 6.100,00

(Seis Mil e Cem Reais).

Anchieta, 11 de Novembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 447/2019**

Publicação Nº 2223424

PORTARIA nº. 447/2019

De, 07 de novembro de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o agendamento e programação das férias das servidoras da Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade de pronto Atendimento – UPA com cronograma previsto no decorrer do ano de 2019;

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Rosemari Garlet Faccioni, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 30, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade de pronto Atendimento – UPA, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 01/11/2019 à 30/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 07 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº 449/2019**

Publicação Nº 2223687

PORTARIA nº. 449/2019

De, 11 de novembro de 2019.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2019;

RESOLVE:



Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo o senhor Lucas Marques da Silva portador do CPF nº. 088.137.009-62 e CI nº. 3.963.084, aprovado no Concurso Público nº. 001/2019 para o cargo de Contador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto à Secretaria Municipal da Fazenda, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 11 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**Antônio Carlos****PREFEITURA****DECRETO Nº 183/2019**

Publicação Nº 2223632

DECRETO Nº 0183/2019

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 1595/2018 - LDO,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 1.464.316,06 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e dezesseis reais e seis centavos), e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo de forma a preservar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais estabelecidas, conforme Demonstrativo do Cumprimento das Metas de Arrecadação até o 5º bimestre de 2019 em anexo a este Decreto:

**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL****FONTES 0.1.07.000000 - Infra Estrutura em Transporte - CIDE****Dotação: 112**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.452.0009.2020	Manutenção De Equipamentos E Serviços Públicos	8.293,59
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	8.293,59

**FONTES 0.1.37.000004 - Manutenção do Transporte Escolar****Dotação: 50**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0006.2007	Manutenção do Transporte Escolar	13.905,58
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	13.905,58

**FONTES 0.1.37.000154 – FNDE – AFM Educação****Dotação: 42**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0006.2005	Manutenção do Ensino Fundamental	40.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00

**FONTES 0.1.11.000000 - Melhoria do Trânsito - Polícia Civil****Dotação: 94**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0009.2018	Manutenção dos Serviços de Trânsito	7.939,42
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	7.939,42

**FONTES 0.1.10.000000 - Melhoria do Trânsito - Polícia Militar****Dotação: 93**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0009.2018	Manutenção dos Serviços de Trânsito	8.417,43
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	8.417,43

**FONTES 0.1.12.000000 - Melhoria do Trânsito - Parte Prefeitura****Dotação: 95**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0009.2018	Manutenção dos Serviços de Trânsito	8.698,36
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	8.698,36

**FONTES 0.1.35.000024 - FMAS - Bolsa Família**

## Dotação: 85

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0503.08.244.0008.2015	Manutenção de Ações de Assistência Social	1.426,18
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.426,18

## FONTE 0.1.35.000153 - FMAS – AFM Assistência Social

## Dotação: 87/90

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0503.08.244.0008.2023	Manutenção do CRAS	30.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00

## FONTE 0.1.65.000025 - SUAS/Estado - Manutenção do CRAS

## Dotação: 91/89

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0503.08.244.0008.2023	Manutenção do CRAS	62.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	47.500,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00

## FONTE 0.1.64.000009 - CASAN

## Dotação: 104

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.451.0009.1009	Const. e Reforma de Bens Públicos	5.292,89
4.4.90.00	Investimentos	5.292,89

## FONTE 0.1.32.000071 - Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil

## Dotação: 54

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.365.0006.1002	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	322.050,87
4.4.90.00	Investimentos	322.050,87

## FONTE 0.1.32.000010 - Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental

## Dotação: 32

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0006.1001	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	500.000,00
4.4.90.00	Investimentos	500.000,00

## FONTE 0.1.34.000021 - Aquisição de Máquinas, Implementos e Equipamentos Agrícolas

## Dotação: 124

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.20.606.0010.1012	Aquisição de Máquinas, Impl e Equipamentos Agrícolas	113.545,55
4.4.90.00	Investimentos	113.545,55

## FONTE 0.1.34.000016 - Pavimentação de Ruas

## Dotação: 106

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.451.0009.1010	Pavimentação de Vias	1.977,18
4.4.90.00	Investimentos	1.977,18

## FONTE 0.1.31.000015 – Convênio MDS - CRAS

## Dotação: 80

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0501.8.244.0008.1007	Construção do CRAS e Aquisição de Equipamentos	100.000,00
4.4.90.00	Investimentos	100.000,00

FONTE 0.1.31.000014 – Convênio MDS – Centro de Convivência  
Dotação: 78

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0503.8.244.0008.1006	Construção e Aquisição de Equipamentos p/ Centro de Convivência	100.000,00
4.4.90.00	Investimentos	100.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.38.000063 – ASPS/Epidemiologia e Controle de Doenças  
Dotação: 50

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.305.0012.2036	Ações de Vigilância Epidemiológica	5.886,01
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	5.886,01

FONTE 0.2.38.000052 – ASPS/PSF  
Dotação: 16

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0012.2031	Ações de Saúde da Família - PSF	8.490,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.490,00

FONTE 0.2.38.000053 – ASPS/Saúde Bucal  
Dotação: 34

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0012.2033	Ações de Saúde Bucal	2.430,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.430,00

FONTE 0.2.38.000055 – ASPS/NASF Federal  
Dotação: 14

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0012.2031	Ações de Saúde da Família - PSF	12.800,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.800,00

FONTE 0.2.38.000066 – ASPS/AFM parte saúde  
Dotação: 11

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0012.2030	Manutenção da Unidade de saúde	70.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	70.000,00

FONTE 0.2.38.000057 – ASPS/Farmácia Básica  
Dotação: 38

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0012.2034	Ações de Assistência farmacêutica	663,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	663,00

FONTE 0.2.33.000064 – Convênio Ministério da Saúde  
Dotação: 2

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0012.1018	Ampliação e manutenção da Estrutura da Saúde	40.000,00
4.4.90.00	Investimentos	40.000,00

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurado no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 11 de novembro de 2019.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 184/2019**

Publicação Nº 2222978

DECRETO Nº 000184/19 de 11 de Novembro de 2019

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.239,56 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.001-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.239,56

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.001-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.239,56

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Novembro de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 185/2019**

Publicação Nº 2223379

DECRETO Nº 000185/19 de 11 de Novembro de 2019

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.001-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

ra atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 1.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Novembro de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019**

Publicação Nº 2223438

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ISEÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, do Edital de Processo seletivo nº 01/2019, conforme segue:

ISENÇÕES

NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE RECURSO NESTE ATO.

Município de Antônio Carlos, 11 de novembro de 2019.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## PORTARIA N 539/2019

Publicação Nº 2223804

PORTARIA Nº 539/2019  
Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias por 15 dias à servidora HELENA ALFLEN SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, referente ao período aquisitivo de 11/05/2018 a 10/05/2019, a partir de 25/11/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 11 de novembro de 2019.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de novembro de 2019.

## TERMO ADITIVO Nº 1/2019

Publicação Nº 2223811

TERMO ADITIVO Nº 1/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 205/2017, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, constituído como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, Sala 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 912.833.619-49, como CONTRATADA, e o Município de ANTONIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, CEP 88180-000, na cidade de ANTONIO CARLOS, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor GERALDO PAULI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 433.221.079-49, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Interadministrativo nº 205/2017, celebrado em 2017, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei nº 8.666/93, mediante as seguintes condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DA DURAÇÃO CONTRATUAL

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Interadministrativo nº 205/2017, nos termos do art. 57, IV, da Lei n. 8.666/1993, observando-se o limite legal remanescente e em conformidade ao respectivo Contrato firmado pelas partes.

### CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CONTRATADOS

Por deliberação da Assembleia Geral do CIGA, sua instância máxima, estabelece-se a alteração da atual denominação dos seguintes sistemas de tecnologia da informação e comunicação contratados, todos disponibilizados pelo CIGA: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC; Gestão do Cadastrado Integrado Municipal - G-CIM; Gestão do Simples Nacional - G-SIMPLES.

Parágrafo Único. Os sistemas de tecnologia da informação e comunicação previstos no caput têm como nova nomenclatura 'CIGA DOM/SC; CIGA CIM; CIGA SIMPLES', mantendo-se inalterados as funções e os serviços já estabelecidos.

### CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO ADITIVO

Dá-se a este Aditivo o valor total de R\$ 7.770,00 (sete mil, setecentos e setenta reais), para os serviços previstos na Cláusula Segunda e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Sexta, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA DOM/SC - R\$ 4.200,00
2. Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM - R\$ 1.890,00
3. Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA SIMPLES - R\$ 1.680,00

Parágrafo Único. Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA, para a Administração Pública, Exercício 2020, aprovada por sua Assembleia Geral, instância máxima do CIGA, e constante de Resolução expedida por seu Presidente (Resolução CIGA nº 161, de 15 de agosto de 2019), nos termos da Cláusula Terceira do Contrato Interadministrativo firmado pelas partes.

#### CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 7.770,00 (sete mil e setecentos e setenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 647,50 (seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) e , cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência nº 3634-X , Conta Corrente nº 8784-X de titularidade da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2020.

Parágrafo Único. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, em consonância com o correspondente exercício financeiro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Interadministrativo nº 205/2017 (e Aditivos, se houver), salvo disposições em contrário.

#### CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

**EDUCAÇÃO 5º BIMESTRE 2019**

Publicação Nº 2223612

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS****DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO**

REFERÊNCIA: ATÉ 5º Bimestre de 2019.

**1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS**

<b>1.1. Receitas Oriundas de Impostos</b>	<b>Realizada até o mês</b>
IPTU	1.493.630,96
ITBI	411.295,72
ISS	1.245.494,71
IRRF	817.773,08
Receita da Dívida Ativa de Impostos	100.816,19
Multas e Juros de Mora de Impostos	9.014,10
Multas e Juros de Mora Receita da Dívida Ativa de Impostos	65.166,69
FPM 1%	315.140,73
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-319.582,66
<b>SOMA</b>	<b>4.138.749,52</b>
<b>1.2. Receitas Resultantes de Impostos, Base de Cálculo do FUNDEB</b>	
Cota-Parte do FPM	6.005.844,50
Cota-Parte do ICMS Exportação	0,00
Cota-Parte do ICMS	13.774.945,67
Cota-Parte do IPI	177.066,73
Cota-Parte do ITR	24.199,24
Cota-Parte do IPVA	1.649.388,38
<b>SOMA</b>	<b>21.631.444,52</b>
<b>1.3. TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>25.770.194,04</b>

**2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO**

	<b>CÓDIGO D.R.</b>	<b>Especificação Das Fontes de Recursos</b>	<b>Valor até o Mês</b>
2.1	0.1.01	Receitas oriundas de Impostos - 28%	7.215.654,33
2.2	0.1.18	Transferências do FUNDEB – Parte do 60%	3.034.226,82
2.3	0.3.18	Superávit Financeiro do FUNDEB	15.537,44
2.4	0.1.19	Transferências do FUNDEB – Parte do 40%	756.995,26
2.5	0.1.36	Cota-Parte do Salário Educação	377.320,94
2.6	0.3.36	Superávit Financeiro do Salário Educação	9.531,05
2.7	0.1.62.5	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Básico	245.679,44
2.8	0.3.62.5	Superávit Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Básico	19.460,14
2.9	0.1.62.6	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Médio	166.880,56
2.10	0.3.62.6	Superávit Financeiro do Transporte Escolar Estadual E. Médio	56.669,37
2.11	0.1.37.4	Transferências Diretas do FNDE - PNATE	98.894,42
2.12	0.3.37.4	Superávit Financeiro do PNATE	25.842,86
2.13	0.1.37.3	Transferências Diretas do FNDE - PNAE	107.845,83
2.14	0.3.37.3	Superávit Financeiro do PNAE	16.916,88
2.15	0.1.37.43	Transferências Diretas do FNDE - Brasil Carinhoso	0,61
2.16	0.3.37.43	Superávit Financeiro do FNDE - Brasil Carinhoso	275,30
2.17	0.1.37.45	Transferências Diretas do FNDE - Brinquedos Proinfância	0,00
2.18	0.3.37.45	Superávit Financeiro do FNDE - Brinquedos Proinfância	2.829,29
2.19	0.1.32.10	Convênio com o MEC - Ampliação da Rede Escolar Fundamental	0,00
2.20	0.1.32.71	Convênio com o MEC - Ampliação da Rede Escolar Infantil	77.949,13
2.21	0.3.32.71	Superávit Financeiro - Convênio MEC - Ampliação Rede Esc. Infantil	14.316,69



2.22	0.1.32.74	Convênio Quadra Esportiva	0,00
2.23	0.3.32.74	Superávit Financeiro - Convênio Quadra Esportiva	134.022,68
2.24	0.1.32.12	Convênio com o MEC - Aquisição de Veículo	229.964,41
2.25	0.1.81	Operação de Crédito - Aquisição de veículo	0,00
2.26	0.1.81.168	Operação de Crédito - FINISA	150.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>12.756.813,45</b>

**3. DESTINAÇÃO DO RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO**

	CÓDIGO F.R.	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	Especificação	Exigência Legal	Realizado até o Mês	Diferença
3.1	0.1.01		Contribuição ao FUNDEB	4.326.288,90	4.327.460,63	1.171,73
3.2	0.1.01	361	Ensino Fundamental 51%	1.473.576,37	1.385.187,82	-88.388,55
3.3	0.1.01	365	Educação Infantil 48%	1.386.895,41	929.376,31	-457.519,10
3.4	0.1.01	366	Educação Jovens e Adultos 1%	28.893,65	28.050,00	-843,65
3.5	0.1.18	361	Ensino Fundamental 38%	1.153.006,19	942.301,82	-210.704,37
3.6	0.1.18	365	Educação Infantil 62%	1.881.220,63	2.103.461,35	222.240,72
3.7	0.1.19	361	Ensino Fundamental 57%	431.487,30	523.384,16	91.896,86
3.8	0.1.19	365	Ensino Infantil 43%	325.507,96	234.966,18	-90.541,78
3.9	0.3.18	365	Ensino Infantil	15.537,44	15.537,44	0,00
3.10	0.1.36	361/365	Ensino Fundamental/infantil	377.320,94	327.791,26	-49.529,68
3.11	0.3.36	361	Ensino Fundamental	9.531,05	9.043,46	-487,59
3.12	0.1.62.5	361	Ensino Fundamental	245.679,44	249.694,44	4.015,00
3.13	0.3.62.5	361	Ensino Fundamental	19.460,14	18.279,84	-1.180,30
3.14	0.1.62.6	362	Ensino Médio	166.880,56	78.878,02	-88.002,54
3.15	0.3.62.6	362	Ensino Médio	56.669,37	56.669,37	0,00
3.16	0.1.37.4	361	Ensino Fundamental	98.894,42	77.390,06	-21.504,36
3.17	0.3.37.4	361	Ensino Fundamental	25.842,86	25.842,86	0,00
3.18	0.1.37.3	361	Ensino Fundamental	107.845,83	80.611,28	-27.234,55
3.19	0.3.37.3	361	Ensino Fundamental	16.916,88	15.812,58	-1.104,30
3.20	0.1.37.43	365	Ensino Infantil	0,61	0,60	-0,01
3.21	0.3.37.43	365	Ensino Infantil	275,30	275,30	0,00
3.22	0.1.37.45	365	Ensino Infantil	0,00	0,00	0,00
3.23	0.3.37.45	365	Ensino Infantil	2.829,29	2.829,29	0,00
3.24	0.1.32.10	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
3.25	0.1.32.71	365	Educação Infantil	77.949,13	215.600,21	137.651,08
3.26	0.3.32.71	365	Educação Infantil	14.316,69	12.486,00	-1.830,69
3.27	0.1.32.74	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
3.28	0.3.32.74	361	Ensino Fundamental	134.022,68	134.022,68	0,00
3.29	0.1.32.12	361	Ensino Fundamental	229.964,41	229.964,41	0,00
3.30	0.1.81	361	Ensino Fundamental	150.000,00	0,00	-150.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>12.756.813,45</b>	<b>12.024.917,37</b>	<b>-731.896,08</b>

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	25,88%	-0,09
4.2. Remuneração Profissionais do Magistério	60%	80,34%	10,12

Memória de Cálculo:  $4.1 = (3.1 + 3.2 + 3.3 + 3.4) / 1.3$   
 $4.2 = (3.5 + 3.6) / (2.2 + 2.3)$

Antônio Carlos, em 08 de novembro de 2019.

**GERALDO PAULI**  
 Prefeito Municipal

**ELAINE A. PETRY CUNRADI**  
 Contadora

**LIDIANE VENTURA FRAGA**  
 Secretária M. de Educação

## METAS DE ARRECADAÇÃO 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2223637

## MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

1.000,00

## DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

## REFERÊNCIA 5º BIMESTRE DE 2019

Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA									
	RECEITAS PRIMÁRIAS									
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	10.184,15	11.092,35	908,20	2.400,00	2.495,96	95,96	12.584,15	13.588,31	1.004,16
0.1.01.000000	Recursos Impostos p/MDEB - 25%	2.080,00	2.391,27	311,27	500,00	498,10	(1,90)	2.580,00	2.889,37	309,37
0.1.02.000000	Recursos Impostos p/ASPS - 15%	4.055,00	4.545,54	490,54	980,00	1.054,58	74,58	5.035,00	5.600,12	565,12
0.1.08.000000	Iluminação Pública	567,20	703,94	136,74	141,80	118,93	(22,87)	709,00	822,87	113,87
0.1.07.000000	Infra-Estrutura em Transporte - CIDE	15,05	9,03	(6,02)	5,01	2,73	(2,28)	20,06	11,76	(8,30)
0.1.36.000000	MDEB - Salário Educação	284,00	319,01	35,01	66,00	58,33	(7,67)	350,00	377,34	27,34
0.1.37.000003	Merenda Escolar	60,60	83,88	23,28	20,20	23,97	3,77	80,80	107,85	27,05
0.1.37.000004	Manutenção do Transporte Escolar	84,60	74,25	(10,35)	28,20	24,64	(3,56)	112,80	98,89	(13,91)
0.1.37.000154	AFM - Educação	40,00	-	(40,00)	-	-	-	40,00	-	(40,00)
0.1.18.000000	Rem Profissionais do Magistério - 60%	2.040,00	2.427,49	387,49	530,00	608,10	78,10	2.570,00	3.035,59	465,59
0.1.19.000000	Rem Profissionais do Magistério -40%	495,00	605,24	110,24	135,00	151,75	16,75	630,00	756,99	126,99
0.1.11.000000	Melhoria do Trânsito - Polícia Civil	16,80	9,52	(7,28)	4,20	3,53	(0,67)	21,00	13,05	(7,95)
0.1.10.000000	Melhoria do Trânsito - Polícia Militar	17,10	9,55	(7,55)	4,40	3,52	(0,88)	21,50	13,07	(8,43)
0.1.12.000000	Melhoria do Trânsito - PMAC	18,40	10,50	(7,90)	4,65	3,84	(0,81)	23,05	14,34	(8,71)
0.1.35.000024	Manutenção do FMAS - Bolsa Família	12,64	11,50	(1,14)	3,16	2,87	(0,29)	15,80	14,37	(1,43)
0.1.35.000153	AFM - assist Social	30,00	-	(30,00)	-	-	-	30,00	-	(30,00)
0.1.62.000005	Manutenção Transporte Escolar- EF	156,60	184,26	27,66	52,20	61,42	9,22	208,80	245,68	36,88
0.1.62.000006	Transporte Escolar - Seg. Grau	123,00	125,16	2,16	41,00	41,73	0,73	164,00	166,89	2,89
0.1.65.000025	Assist. Social - manutenção CRAS	50,00	-	(50,00)	12,50	-	(12,50)	62,50	-	(62,50)
0.1.32.000071	Ampliação da Rede Ensino Infantil	100,00	2,93	(97,07)	300,00	75,01	(224,99)	400,00	77,94	(322,06)
0.1.32.000010	Ampliação da Rede Ensino Fundamental	300,00	-	(300,00)	200,00	-	(200,00)	500,00	-	(500,00)
0.1.32.000012	Conv. Minist da Educação - Aquis de veic	-	229,97	229,97	-	-	-	-	229,97	229,97
0.1.81.000000	Aquisição Veículos Transporte Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.80.000000	FUREBOM	55,70	56,43	0,73	9,00	13,21	4,21	64,70	69,64	4,94
0.1.31.000015	Convênio MDS - CRAS	-	-	-	100,00	-	(100,00)	100,00	-	(100,00)
0.1.31.000014	Convênio MDS - Centro de convivência	-	-	-	100,00	-	(100,00)	100,00	-	(100,00)
0.1.34.000007	Convênio Minist. Do Turismo - Centro de Apoio ao Turista	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.34.000160	Convênio Minist. Da Infraestrutura - Infraestrutura Urbana	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
0.1.34.000013	Convênio Minist. Da Cultura - Ver. Auditório	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.34.000026	Convênio Minist. Dos Esportes - Aquis. Ônibus	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.34.000153	Convênio Ministério da Agricultura - Casa do Agricultor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.34.000021	Convênio Minist. Da Agricultura - Aquis de máquinas e implementos agrícolas	200,00	-	(200,00)	100,00	186,46	86,46	300,00	186,46	(113,54)
0.1.34.000002	Convênio Minist. Defesa Civil - Aquis. Veículo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.34.000018	FUNASA- Fossas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.34.000019	FUNASA- Coletor de Lixo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.34.000016	Pavimentação de Ruas	150,00	99,42	(50,58)	50,00	98,60	48,60	200,00	198,02	(1,98)
0.1.64.000009	CASAN	40,60	40,33	(0,27)	10,20	5,17	(5,03)	50,80	45,50	(5,30)
0.1.89.000000	Alienação de Bens Móveis	3,20	4,61	1,41	0,90	0,18	(0,72)	4,10	4,79	0,69
0.1.83.000011	Badesc	-	0,04	0,04	-	0,01	0,01	-	0,05	0,05
0.1.83.000094	BRDE	-	0,07	0,07	-	0,02	0,02	-	0,09	0,09
0.1.65.000049	FEAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.32.000074	Convênio MEC - Construção Quadra	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.37.000045	FNDE - Brinquedos Proinfância	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.37.000043	FNDE - Brasil carinhoso	-	0,01	0,01	-	-	-	-	0,01	0,01
0.1.34.000088	Conv Federal - Casa José Luis Hoffmann	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.34.000155	Obras Preventivas de desastres	-	0,17	0,17	-	-	-	-	0,17	0,17
0.1.64.000008	Convênio Estadual - Museu	-	0,15	0,15	-	-	-	-	0,15	0,15
0.1.64.000023	Pavimentação de Ruas	-	217,16	217,16	-	-	-	-	217,16	217,16
0.1.65.000163	FEAS/Proteção Básica Custeio	-	0,11	0,11	-	10,85	10,85	-	10,96	10,96
0.1.65.000164	FEAS/Proteção Básica Investimento	-	0,20	0,20	-	10,86	10,86	-	11,06	11,06
0.1.35.000161	FNAS/ Proteção Básica Custeio	-	1,40	1,40	-	-	-	-	1,40	1,40
0.1.35.000162	FNAS/ Proteção Básica Investimento	-	2,33	2,33	-	-	-	-	2,33	2,33
0.1.31.000017	Aquisição Equipamentos APAE	-	1,13	1,13	-	0,08	0,08	-	1,21	1,21
0.1.81.000166	Operação de crédito - FINISA	-	-	-	-	600,00	600,00	-	-	-
0.1.81.000168	Operação de crédito - FINISA EDUCAÇÃO	-	-	-	-	150,00	150,00	-	-	-
	<b>SOMA</b>	<b>21.179,64</b>	<b>23.258,95</b>	<b>2.079,31</b>	<b>5.798,42</b>	<b>6.304,45</b>	<b>506,03</b>	<b>26.978,06</b>	<b>29.563,40</b>	<b>2.585,34</b>

	<b>UNIDADE GESTORA FUNDO DA SAUDE</b>									
	<b>RECEITAS PRIMÁRIAS</b>									
0.2.06.000000	Manutenção da Vigilância Sanitária	67,00	88,43	21,43	20,00	14,44	(5,56)	87,00	102,87	15,87

0.2.02.000000	Rendimentos de Recursos Próprios	4,00	7,29	3,29	3,00	1,73	(1,27)	7,00	9,02	2,02
0.2.33.000064	Conv. Minist. Da Saúde	-	-	-	40,00	-	(40,00)	40,00	-	(40,00)
0.2.38.000065	ASPS/PAB	128,00	135,64	7,64	33,10	33,52	0,42	161,10	169,16	8,06
0.2.38000062	ASPS/Vigilância Sanitária	7,60	6,00	(1,60)	1,30	4,00	2,70	8,90	10,00	1,10
0.2.38.000057	ASPS/Farmácia Básica	28,10	30,60	2,50	10,80	7,65	(3,15)	38,90	38,25	(0,65)
0.2.38.000063	Epidemiologia e Controle Doenças	34,90	19,14	(15,76)	7,60	17,48	9,88	42,50	36,62	(5,88)
0.2.38.000051	ASPS/PACS	137,70	166,25	28,55	46,70	47,50	0,80	184,40	213,75	29,35
0.2.38.000052	ASPS/PSF	152,00	149,73	(2,27)	49,00	42,78	(6,22)	201,00	192,51	(8,49)
0.2.38.000053	ASPS/Saúde Bucal	18,10	15,61	(2,49)	4,40	4,46	0,06	22,50	20,07	(2,43)
0.2.38.000054	ASPS/PMQAQ	127,60	234,44	106,84	36,20	57,06	20,86	163,80	291,50	127,70
0.2.38.000055	ASPS/NAASF Federal	96,70	84,00	(12,70)	24,10	24,00	(0,10)	120,80	108,00	(12,80)
0.2.38.000056	MAC Federal	96,00	111,94	15,94	24,00	25,67	1,67	120,00	137,61	17,61
0.2.38.000066	AFM saude	70,00	-	(70,00)	-	-	-	70,00	-	(70,00)
0.2.38.000099	Equipamento Odontológico		0,20		-	0,01	0,01		0,21	0,21
0.2.38.00167	PAB - Incremento Atenção Básica				-		-			-
0.2.38.000077	Rede Cegonha		0,22		-	1,44	1,44		1,66	1,66
0.2.38.000078	PSE				-	13,67	13,67			-
0.2.38.00169	PAB - Incremento Temporário				-	117,00	117,00			-
0.2.38.00175	ASPS/Implementação Segurança Alimentar				-	3,00	3,00			-
0.2.67.000058	ASPS/PSF ESTADUAL	63,80	79,60	15,80	17,60	21,75	4,15	81,40	101,35	19,95
0.2.67.000059	NAASF Estadual	20,00	23,71	3,71	5,00	6,41	1,41	25,00	30,12	5,12
0.2.67.000061	ASPS/Farmácia Básica Estadual	22,25	25,97	3,72	6,35	6,96	0,61	28,60	32,93	4,33
	<b>SOMA</b>	<b>1.073,75</b>	<b>1.378,77</b>	<b>104,60</b>	<b>329,15</b>	<b>450,53</b>	<b>121,38</b>	<b>1.402,90</b>	<b>1.829,30</b>	<b>92,73</b>

	UNIDADE GESTORA IPREANCARLOS																		
	RECEITAS PRIMÁRIAS																		
0.2.03.000000	Pagamento de Inativos e Pensionistas	3.582,70	4.267,49	684,79	945,50	1.324,90	379,40	4.528,20	5.592,39	1.064,19									
0.2.05.000000	Aporte Deficit Atual	448,50	522,47	73,97	128,50	120,28	(8,22)	642,75	65,75										
0.2.75.000000	Taxa de Administração	-	121,04	121,04	-	32,01	32,01	-	153,05	153,05									
	SOMA	4.031,20	4.911,00	879,80	1.074,00	1.477,19	371,18	5.105,20	6.388,19	1.282,99									
	TOTAL GERAL	26.284,59	29.548,72	3.264,13	7.201,57	8.232,17	1.030,60	33.486,16	37.780,89	4.294,73									

Antônio Carlos, 11 de novembro de 2019.

**GERALDO PAULI**  
**Prefeito Municipal**

**ANA CARLA PRIM**  
Controladora Interna

**ELAINE A. PETRY CUNRADI**  
**Contadora**

**SAÚDE 5º BIMESTRE 2019**

Publicação Nº 2223624

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE**

Referência: Até 5º Bimestre de 2019.

**1 – BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS**

<b>Receitas Oriundas de Impostos</b>	<b>Arrecadado até o mês</b>
IPTU	1.493.630,96
ITBI	411.295,72
ISS	1.245.494,71
IRRF	817.773,08
FPM	6.005.844,50
ICMS	13.774.945,67
IPI	177.066,73
IPVA	1.649.388,38
ITR	24.199,24
Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	0,00
Receita da Dívida Ativa de Impostos	100.816,19
Multas e Juros de Mora de Impostos	9.014,10
Multas e Juros de Mora Receita da Dívida Ativa de Impostos	65.166,69
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-319.582,66
<b>TOTAL</b>	<b>25.455.053,31</b>

**2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE**

<b>Código Destinação Recursos</b>	<b>Especificação</b>	<b>Acumulado até o mês</b>
0.1.02	Recursos Oriundos de Impostos - 22%	5.600.111,73
0.6.02	Superávit de exercício Anterior	307.305,77
0.2.02	Rendimentos de Aplicação de Recursos Próprios	9.024,74
0.2.06	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	102.878,96
0.6.06	Superávit de Taxa de Fisc. De Vigilância Sanitária	9.186,22
0.2.38.65	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	169.169,48
0.6.38.65	Superávit - Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	255.774,69
0.2.38.62	Vigilância Sanitária	10.000,00
0.6.38.62	Superávit - Vigilância Sanitária	15.674,87
0.2.38.57	Farmácia Básica	38.237,00
0.6.38.57	Superávit - Farmácia Básica	5.296,61
0.2.38.63	Vigilância Epidemiológica	36.613,99
0.6.38.63	Superávit - Vigilância Epidemiológica	15.033,55
0.2.38.51	PACS	213.750,00
0.6.38.51	Superávit - PACS	23.808,06
0.2.38.52	PSF	192.510,00
0.6.38.52	Superávit - PSF	21.390,00
0.2.38.53	Saúde Bucal	20.070,00
0.6.38.53	Superávit - Saúde Bucal	32.921,19
0.2.67.58	Saúde da Família Estadual	101.349,91
0.6.67.58	Superávit - Estratégia Núcleo de Apoio à Saúde da Família	42.999,24
0.2.67.61	Farmácia Básica Estadual	32.936,15
0.6.67.61	Superávit - Farmácia Básica Estadual	5.325,62
0.2.38.54	PMAQ	291.515,80

0.6.38.54	Superávit - PMAQ	5.749,22
Código Destinação Recursos	Especificação	Acumulado até o mês
0.2.67.59	NASF Estadual	30.120,07
0.6.67.59	Superávit - NASF Estadual	11.802,67
0.2.38.55	NASF Federal	108.000,00
0.6.38.55	Superávit NASF Federal	12.000,00
0.2.38.56	MAC - Exames Laboratoriais Federal	137.612,61
0.6.38.56	Superávit MAC - Exames Laboratoriais Federal	41.665,11
0.2.38.167	PAB - Incremento Atenção Básica	200.000,00
0.6.38.78	Superávit - PSE	1.088,00
0.2.38.77	Rede Cegonha	1.669,94
0.2.38.99	Equipamentos Odontológicos	174,89
0.6.38.99	Superávit - Equipamentos Odontológicos	913,28
0.6.38.159	Superávit - PRO EPS	11.000,00
0.2.38.78	PSE	13.676,00
0.2.38.169	PAB - Incremento Temporário	117.000,00
0.2.38.170	Implementação Segurança Alimentar	3.002,27
	<b>TOTAL</b>	<b>8.248.357,64</b>

### 3 – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE

Código Fontes de Recursos	Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
0.1.02	Recursos Oriundos de Impostos - 22%	5.600.111,73	5.122.586,44	-477.525,29
0.6.02	Superávit de exercício Anterior	307.305,77	170.961,26	-136.344,51
0.2.02	Rendimentos de Aplicação de Recursos Próprios	9.024,74	3.398,49	-5.626,25
0.2.06	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	102.878,96	90.181,20	-12.697,76
0.6.06	Superávit de Taxa de Fisc. De Vigilância Sanitária	9.186,22	8.253,15	-933,07
0.2.38.65	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	169.169,48	115.313,47	-53.856,01
0.6.38.65	Superávit - Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	255.774,69	240.004,04	-15.770,65
0.2.38.62	Vigilância Sanitária	10.000,00	6.320,43	-3.679,57
0.6.38.62	Superávit - Vigilância Sanitária	15.674,87	986,00	-14.688,87
0.2.38.57	Farmácia Básica	38.237,00	35.121,48	-3.115,52
0.6.38.57	Superávit - Farmácia Básica	5.296,61	4.943,40	-353,21
0.2.38.63	Vigilância Epidemiológica	36.613,99	22.807,82	-13.806,17
0.6.38.63	Superávit - Vigilância Epidemiológica	15.033,55	0,00	-15.033,55
0.2.38.51	PACS	213.750,00	221.378,46	7.628,46
0.6.38.51	Superávit - PACS	23.808,06	13.185,27	-10.622,79
0.2.38.52	PSF	192.510,00	192.510,00	0,00
0.6.38.52	Superávit - PSF	21.390,00	21.390,00	0,00
0.2.38.53	Saúde Bucal	20.070,00	0,00	-20.070,00
0.6.38.53	Superávit - Saúde Bucal	32.921,19	26.606,43	-6.314,76
0.2.67.58	Saúde da Família Estadual	101.349,91	50.837,61	-50.512,30
0.6.67.58	Superávit - Estratégia Núcleo de Apoio à Saúde da	42.999,24	25.284,88	-17.714,36
0.2.67.61	Farmácia Básica Estadual	32.936,15	29.470,40	-3.465,75
0.6.67.61	Superávit - Farmácia Básica Estadual	5.325,62	5.311,36	-14,26
0.2.38.54	PMAQ	291.515,80	291.515,80	0,00
0.6.38.54	Superávit - PMAQ	5.749,22	5.749,22	0,00
0.2.67.59	NASF Estadual	30.120,07	9.235,84	-20.884,23
0.6.67.59	Superávit - NASF Estadual	11.802,67	8.202,67	-3.600,00
0.2.38.55	NASF Federal	108.000,00	108.000,00	0,00

0.6.38.55	Superávit NASF Federal	12.000,00	12.000,00	0,00
0.2.38.56	MAC - Exames Laboratoriais Federal	137.612,61	111.414,39	-26.198,22
0.6.38.56	Superávit MAC - Exames Laboratoriais Federal	41.665,11	40.841,11	-824,00
0.2.38.167	PAB - Incremento Atenção Básica	200.000,00	0,00	-200.000,00
0.6.38.78	Superávit - PSE	1.088,00	1.088,00	0,00
0.2.38.77	Rede Cegonha	1.669,94	160,00	-1.509,94
0.2.38.99	Equipamentos Odontológicos	174,89	0,00	-174,89
0.6.38.99	Superávit - Equipamentos Odontológicos	913,28	0,00	-913,28
0.6.38.159	Superávit - PRO EPS	11.000,00	3.582,50	-7.417,50
0.2.38.78	PSE	13.676,00	0,00	-13.676,00
0.2.38.169	PAB - Incremento Temporário	117.000,00	0,00	-117.000,00
0.2.38.170	Implementação Segurança Alimentar	3.002,27	0,00	-3.002,27
	<b>TOTAL</b>	<b>8.248.357,64</b>	<b>6.998.641,12</b>	<b>-1.249.716,52</b>

Despesas de Saúde com recursos de Impostos -

20,81%

Antônio Carlos, 11 de novembro de 2019.

**GERALDO PAULI**  
Prefeito Municipal

**ELAINE A. PETRY CUNRADI**  
Contadora

**AGOSTINHO PAULI**  
Secretário de Saúde

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRADO DE DISPENSA 014-2019-SESSÃO SOLENE

Publicação Nº 2223969

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2019

OBJETO: Serviço de Organização de Evento realizado na Câmara Municipal de Antônio Carlos, em Comemoração aos 56 anos de Emancipação Política e Administrativa.

CONTRATADO: SÔNIA DECORAÇÕES – CNPJ: 11.628.943/000-80

VALOR TOTAL: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 30 dias

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.23.00.00.00

Antônio Carlos, 07/11/2019.

## Apiuna

## PREFEITURA

## DECRETO Nº 3355

Publicação Nº 2223121

DECRETO Nº3355/2019  
De 05/11/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## DECRETA

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 36.474,94(trinta e seis mil quatrocentos e setenta e quatro Reais e noventa e quatro centavos), da seguinte dotação orçamentária:

03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33500000000	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	
10.000	Recursos Ordinários	4.810,00
	Subtotal	4.810,00
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	25.000,00
	Subtotal	25.000,00
08	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
001	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
0023.0695.0801.2085	Manutenção da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	1.664,94
	Subtotal	1.664,94
	TOTAL	36.474,94

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 36.474,94(trinta e seis mil quatrocentos e setenta e quatro Reais e noventa e quatro centavos), na seguintes dotação orçamentária:

03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	



339000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	4.810,00
	Subtotal	4.810,00
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
300000000000	Despesas Correntes	
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
319000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	25.000,00
	Subtotal	25.000,00
08	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo	
001	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo	
0023.0695.0801.2085	Manutenção da Secretaria de Industria, Comercio e Turismo	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	1.664,94
	Subtotal	1.664,94
	TOTAL	36.474,94

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 05 de Novembro de 2019.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

## DECRETO Nº 3359

Publicação Nº 2223131

DECRETO Nº3359/2019

De 05/11/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### DECRETA

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 1.000,00(Um mil Reais), da seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.Fundeb/Fundef(Out.Desp.Ensino)	1.000,00
	TOTAL	1.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 1.000,00 (Um mil Reais), na seguintes dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	

40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.Fundeb/Fundef(Out.Desp.Ensino)	1.000,00
	TOTAL	1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 05 de Novembro de 2019.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

## DECRETO Nº 3360

Publicação Nº 2223134

DECRETO Nº 3360/2019

De 05/11/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2018.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos Reais) na seguinte classificação orçamentária:

03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0304.2034	Reforma do Prédio do Paço Municipal	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	1.500,00
	TOTAL	1.500,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 05 de Novembro de 2019.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal e exercício

## DECRETO Nº 3350

Publicação Nº 2223124

DECRETO Nº3350/2019

De 05/11/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com da Lei nº 916//2019 de 05/11/2019:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna e da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 456.283,00 (Quatrocentos e cinquenta e seis mil duzentos e oitenta e três Reais), da seguinte dotação orçamentária:

03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0304.2034	Reforma do Prédio do Paço Municipal	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	

10.000	Recursos Ordinários	2.500,00
	TOTAL	2.500,00
04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0361.0402.1041	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.Fundeb/Fundef(Out.Desp. Ensino)	11.100,00
	Subtotal	11.100,00
0012.0361.0402.1041	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec. de Impostos de Transf. de Imp.-Educ.	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
0012.0361.0402.1041	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
13.600	Salário Educação	74.900,00
	Subtotal	74.900,00
0012.0365.0401.2044	Aquis. de Gêneros Aliment P/ Merenda Escolar/Ens. Infantil	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	25.000,00
	Subtotal	25.000,00
0012.0361.0402.2046	Formaç. Contin. para Gestores, Prof. e Pessoal de Apoio Semed	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec. de Impostos de Transf. de Imp.-Educ.	2.000,00
	Subtotal	2.000,00
0012.0361.0402.2140	Implantação de Laboratório e Salas Informatizadas	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
13.600	Salário Educação	1.000,00
	Subtotal	1.000,00
0012.0361.0402.2141	Aquisição de Mobiliários e Equipamentos para Semed	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec. de Impostos de Transf. de Imp.-Educ.	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
	TOTAL	134.600,00
05	Fundo Municipal de Saude	
001	Fundo Municipal de Saude	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp.-Saúde	150.000,00
	Subtotal	150.000,00
0010.0301.0502.2052	Manutenção das Ações Estratégia da Saúde da Família	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	

10.200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp- -Saúde	80.000,00
	TOTAL	80.000,00
0010.0301.0502.2054	Manutenção das Ações do Programa Saúde Bucal	
300000000000	Despesas Correntes	
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
319000000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp- -Saúde	20.000,00
	Subtotal	20.000,00
	TOTAL	250.000,00
07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
0018.0541.0701.2076	Manutenção da Coleta e Depósito final do Lixo	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33930000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgão, Fundos e Entidades OFSS com Consórcio Público do Qual o Ente Participe	
10.000	Recursos Ordinários	30.000,00
	TOTAL	30.000,00
08	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo	
001	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo	
0023.0695.0801.2080	Implantação de Sinalização Turística	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	2.983,00
	TOTAL	2.983,00
09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0244.0901.2090	Concessão de Benefícios a Carentes	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	20.000,00
	Subtotal	20.000,00
0008.0242.0901.2094	Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
335000000000	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	
10.000	Recursos Ordinários	1.000,00
	Subtotal	1.000,00
0008.0242.0901.2094	Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
	TOTAL	26.000,00
13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2132	Promoções e Competições Esportivas	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
335000000000	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	
10.000	Recursos Ordinários	1.000,00
	Subtotal	1.000,00
0027.0812.1301.2132	Promoções e Competições Esportivas	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	7.200,00
	Subtotal	7.200,00

0027.0812.1301.2132	Promoções e Competições Esportivas	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	2.000,00
	Subtotal	2.000,00
	TOTAL	10.200,00
	Total Geral	456.283,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 456.283,00 (Quatrocentos e cinquenta e seis mil duzentos e oitenta e três Reais), na seguinte dotação orçamentária:

02	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito	
001	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito	
0004.0122.0201.2020	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
002	Controladoria Interna Municipal	
0004.0124.0201.2803	Manutenção da Controladoria Municipal	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	6.000,00
	TOTAL	6.000,00
04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0361.0401.2040	Aquis. de Gêner. Aliment. P/ Merenda Escolar P/ Ens. Fundam.	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	15.000,00
	Subtotal	15.000,00
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	17.000,00
	Subtotal	17.000,00
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
13.600	Salário Educação	81.500,00
	Subtotal	81.500,00
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.Fundeb/Fundef(Out.Desp.Ensino)	11.100,00
	Subtotal	11.100,00
0012.0364.0402.2148	Apoio ao Ensino Superior	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
0012.0364.0402.2148	Apoio ao Ensino Superior	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	7.200,00

	Subtotal	7.200,00
	TOTAL	141.800,00
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	143.483,00
	TOTAL	143.483,00
07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
0020.0606.0702.2070	Assistência e Apoio ao Produtor Rural	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
0020.0606.0702.2070	Assistência e Apoio ao Produtor Rural	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	90.000,00
	Subtotal	90.000,00
	TOTAL	95.000,00
11	Encargos Gerais do Município	
001	Encargos Gerais do Município	
0028.0843.0001.0001	Amortização do Principal e Encargos da Dívida	
40000000000	Despesas de Capital	
46000000000	Amortização da Dívida	
46900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
0028.0846.0001.0002	Pagamento de Inativos	
30000000000	Despesas de Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	50.000,00
	Subtotal	50.000,00
	TOTAL	60.000,00
	Total Geral	456.283,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 05 de Novembro de 2019.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

## DECRETO Nº 3356

Publicação Nº 2223122

DECRETO Nº3356/2019

De 05/11/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 16.500,00(Dezesseis mil e quinhentos Reais), da seguinte dotação orçamentária:

06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0025.0752.0601.2061	Manutenção e Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.800	Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-Cosip	16.500,00
	Subtotal	16.500,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 16.500,00(Dezesseis mil e quinhentos Reais), na seguintes dotação orçamentária:

06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0025.0752.0601.2061	Manutenção e Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.800	Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-Cosip	16.500,00
	TOTAL	16.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 05 de Novembro de 2019.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

## DECRETO Nº 3357

Publicação Nº 2223127

DECRETO Nº3357/2019

De 05/11/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 14.016,01(Quatorze mil e dezesseis Reais e um centavo), da seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf.Fundeb/Fundef(Remu.Magistério)	14.016,01
	TOTAL	14.016,01

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 14.016,01(Quatorze mil e dezesseis Reais e um centavo), na seguintes dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.Fundeb/Fundef(Out.Desp.Ensino)	11.816,01
	Subtotal	11.816,01
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	



11.900	Transf.Fundeb/Fundef(Out.Desp.Ensino)	2.200,00
	Subtotal	2.200,00
	TOTAL	14.016,01

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 05 de Novembro de 2019.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

## DECRETO Nº 3358

Publicação Nº 2223129

DECRETO Nº 3358/2019

De 05/11/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2018.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$ 1.000,00 (Um mil Reais) na seguinte classificação orçamentária:

02	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito	
001	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito	
0004.0122.0201.2020	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	1.000,00
	TOTAL	1.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 05 de Novembro de 2019.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal e exercício

## PUBLICAÇÃO OFICIAL - REVOGAÇÃO DO EDITAL 130/2019

Publicação Nº 2223533

AVISO DE REVOGAÇÃO DE EDITAL

Pregão Presencial 130/ 2019

O setor de licitação da Prefeitura de Apiúna -SC, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Presencial 130/2019, objetivando AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS/MATERIAL DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MAQUINÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, está REVOGADA em virtude da necessidade de alterações no Edital. Informações pelo E-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou pelo Telefone: (47) 3353-2000 Apiúna, SC, 04 de novembro de 2019



# Arabutã

## PREFEITURA

### PORTARIA 271/2019

Publicação Nº 2223357

PORTARIA Nº 271/2019

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, à servidora NOEMI FASSBINDER FRITSCH, inscrita no CPF sob nº. 061.255.719-71 ocupante do cargo de Provimento efetivo de Agente de Copa e Higienização, licença maternidade conforme art. 104 da Lei Complementar nº159/2014 a partir de 02 de novembro de 2019.

Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 02 de novembro de 2019.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 11 de novembro de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

### PORTARIA 272/2019

Publicação Nº 2223359

PORTARIA Nº. 272/2019

ALTERA A ESCALA DE SOBREAVISO PARA O PERÍODO DE 11 A 24 DE NOVEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei especialmente nos termo do art. 96, da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. A escala de sobreaviso para o mês de novembro de 2019 é a que consta nos incisos seguintes:

I – Para atendimentos às ocorrências no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
VILSON FIAMETTI	Motorista	11 A 24/11/2019

Art. 2º. O pagamento dos dias de sobre aviso compreendidos nesta portaria, serão pagos na folha de pagamento do mês subsequente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 11 de novembro de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 310 - CONTRATO VALETIA

Publicação Nº 2222697

PORTARIA Nº 310, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Processo Seletivo, Edital nº 003/2017, combinado com a Lei nº 1713 de 03/11/2014 e por excepcional interesse público,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, de acordo com o Processo Seletivo, Edital nº 003/2017, e nos termos da Lei nº 1713 de 03/11/2014 e por excepcional interesse público, a Senhora VALERIA LUZIA LOCATELI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 009.122.839-55 e Identidade nº 4.948.124, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, para exercer a função de PROFESSOR - GRADUAÇÃO, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:15 hs as 17:15 hs de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 04/11/2019 à 20/12/2019.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de novembro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 311 - CONTRATO LUCELIA

Publicação Nº 2222702

PORTARIA Nº 311, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, a Lei nº 1.713 de 03/11/2014, combinado com o Decreto nº 1946 de 1 de novembro de 2019 e por excepcional interesse público.

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado nos termos da Lei nº 1.713 de 03/11/2014 e por excepcional interesse público, a Senhora LUCELIA DE FATIMA SCHEIS BRANDALISE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 028.599.869-28 e Identidade nº 4.081.593, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, para exercer a função de PROFESSOR, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 07:45 hs as 11:45 hs de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 04/11/2019 a 20/12/2019.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de novembro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 312 - FÉRIAS NEIVALDO

Publicação Nº 2222705

PORTARIA Nº 312, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede Gozo de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1.713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores

Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder gozo de férias ao servidor municipal, NEIVALDO SERIGHELLI, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, relativas ao período aquisitivo de 03/08/2017 à 03/08/2018, e gozo das mesmas no período de 11/11/2019 a 20/11/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 08 de novembro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## **RETIFICAÇÃO DE CONTRATO Nº 0082/2019**

Publicação Nº 2221874

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0082/2019

### **TERMO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO**

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o contrato nº 00082/2019, celebrado entre O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC.

Onde se lê:

NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SUPERINTENDENTE EXECUTIVO SENHOR ANIBAL DIB MUSSI, Portador do CI Nº 3656339, CPF sob Nº 157.229.299-72.

Leia-se:

NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SUPERINTENDENTE EXECUTIVO SENHOR MARCELO FIRMINO VAZ, Brasileiro, Administrador, casado, Portador da Cédula de Identidade nº 2.068.573 e CPF sob nº 888.286.979-20, residente e domiciliado na Rua Paula Ramos, nº 95, Apt. 301, Capoeiras, Florianópolis \_SC, e MANOEL ANTÔNIO DE BEM, Brasileiro, advogado, divorciado, Portador do CI sob nº 122056 e CPF sob nº 070.670.549-15, com domicílio profissional na Rua Antônio Dib Mussi, 473, Centro, Florianópolis – SC.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no contrato administrativo 0082/2019.

Arroio Trinta - SC, 30 de outubro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

PREEITO MUNICIPAL

## **TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0107/2019**

Publicação Nº 2223591

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0190/2019 - DL  
Dispensa por Justificativa Nº 0107/2019 - DL

### **TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1948, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Contratação de empresa para realização de serviços de Despachante, para a emissão do CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS – CRLV, dos veículos pertencentes a: Secretaria de Administração, Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Educação, além dos veículos pertencentes ao Conselho Tutelar e CRAS do Município, nestes termos:

Proponente que apresentou o menor preço e seu respectivo item:

2573 - VANILDE SALETE ZAGO CAMPAGNIN 38609541991 (14.552.390/0001-17)

Item	Serviço	Unid.	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	31570 - Emissão do CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS – CRLV	Un	50	38,00	1.900,00
Total (R\$):					1.900,00

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 11 de novembro 2019.

Claudio Spricigo.

Prefeito de Arroio Trinta

## Ascurra

## PREFEITURA

## LEI ORDINÁRIA N. 1569

Publicação Nº 2223730

LEI ORDINÁRIA Nº 1569 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO VALOR DE R\$ 220.000,00 (DUZENTOS E VINTE MIL REAIS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ASCURRA, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, Prefeito Municipal, com fundamento nos artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2019 das seguintes dotações orçamentárias:

## CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

## Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.001	Fundo Municipal de Saúde	
Funcional Programática: 05.001.0010.0301.0070.2024	Atividade: MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	R\$ 130.000,00

## Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.001	Fundo Municipal de Saúde	
Funcional Programática: 05.001.0010.0301.0070.2024	Atividade: MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	R\$ 90.000,00

VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 220.000,00

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos indicados no artigo anterior serão anuladas parcialmente as seguintes dotações especificadas:

## ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

## Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.001	Fundo Municipal de Saúde	
Funcional Programática: 05.001.0010.0301.0070.2028	Atividade: EQUIPE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	R\$ 160.000,00

## Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.001	Fundo Municipal de Saúde	
Funcional Programática: 05.001.0010.0301.0070.2029	Atividade: EQUIPE AGENTES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE - ACS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	R\$ 40.000,00

## Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.001	Fundo Municipal de Saúde	
Funcional Programática: 05.001.0010.0301.0070.2033	Atividade: EQUIPE ESF ODONTO	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	R\$ 20.000,00

VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 220.000,00

Art. 3º O crédito adicional suplementar, a ser aberto na conformidade desta lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ascurra, 07 de novembro de 2019.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

**LEI ORDINÁRIA N. 1570**

Publicação Nº 2223741

**LEI ORDINÁRIA Nº 1570 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019**

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO VALOR DE R\$ 225.000,00 (DUZENTOS E VINTE E CINCO MIL REAIS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO".

A CÂMARA MUNICIPAL DE ASCURRA, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, Prefeito Municipal, com fundamento nos artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2019 das seguintes dotações orçamentárias:

<b>CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</b>		
Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos	
Funcional Programática: 07.001.0015.0452.0030.2016	Atividade: MANUT. DEPTO. DE OBRAS E ESTRADAS DE RODAGEM	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 20.000,00
Secretaria de Educação Esporte e Cultura		
Unidade Orçamentária: 04.001	Secretaria de Educação	
Funcional Programática: 04.001.0012.0364.0050.2012	Atividade: APOIO AO ENSINO SUPERIOR	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 29.000,00
Secretaria de Administração e Planejamento		
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administração e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0004.0122.0100.0004	Atividade: CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 15.000,00
Secretaria de Administração e Planejamento		
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administração e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0004.0121.0100.2003	Atividade: CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3350000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 6.000,00
Secretaria de Administração e Planejamento		
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administração e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0004.0121.0100.2002	Atividade: MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORCAMENTARIA	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 90.000,00
Secretaria de Educação Esporte e Cultura		
Unidade Orçamentária: 04.001	Secretaria de Educação	
Funcional Programática: 04.001.0012.0361.0040.2011	Atividade: MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (NUCLEACAO)	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01010000 - Receitas de Impostos - Educação	R\$ 35.000,00
Secretaria de Educação Esporte e Cultura		
Unidade Orçamentária: 04.001	Secretaria de Educação	
Funcional Programática: 04.001.0012.0361.0040.2011	Atividade: MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (NUCLEACAO)	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01010000 - Receitas de Impostos - Educação	R\$ 30.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 225.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos indicados no artigo anterior serão anuladas parcialmente as seguintes dotações especificadas:

<b>ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO</b>		
Gabinete do Prefeito		
Unidade Orçamentária: 02.001	Gabinete do Prefeito	
Funcional Programática: 02.001.0004.0122.0020.2005	Atividade: MANUTENCAO DAS ATIVIDADES EXECUTIVAS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor

<b>ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO</b>		
4490000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00
Secretaria de Administração e Planejamento		
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administração e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0002.0061.0100.0006	Atividade: PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 1.000,00
Secretaria de Administração e Planejamento		
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administração e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0002.0061.0100.0006	Atividade: PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 1.000,00
Secretaria de Administração e Planejamento		
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administração e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0004.0121.0100.1004	Projeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00
Secretaria de Administração e Planejamento		
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administração e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0004.0122.0100.1042	Projeto: AMPLIAR E REFORMAR O PRÉDIO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 35.000,00
Secretaria de Administração e Planejamento		
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administração e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0004.0122.0100.1042	Projeto: AMPLIAR E REFORMAR O PRÉDIO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00
Secretaria de Educação Esporte e Cultura		
Unidade Orçamentária: 04.001	Secretaria de Educação	
Funcional Programática: 04.001.0012.0306.0040.2010	Atividade: MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 20.000,00
Secretaria de Educação Esporte e Cultura		
Unidade Orçamentária: 04.001	Secretaria de Educação	
Funcional Programática: 04.001.0012.0306.0040.2014	Atividade: MERENDA ESCOLAR - ENSINO INFANTIL	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 60.000,00
Gabinete do Prefeito		
Unidade Orçamentária: 02.001	Gabinete do Prefeito	
Funcional Programática: 02.001.0004.0122.0020.2005	Atividade: MANUTENCAO DAS ATIVIDADES EXECUTIVAS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 3.000,00
Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos	
Funcional Programática: 07.001.0015.0451.0030.1013	Projeto: CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTOS DE ÔNIBUS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 20.000,00
Secretaria Municipal Desenvolv. Econ. e Turismo		
Unidade Orçamentária: 10.001	Secretaria Municipal Desenvolv. Econ. e Turismo	
Funcional Programática: 10.001.0023.0695.0025.1043	Projeto: CONSTRUÇÃO DE PORTAL TURÍSTICO	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00
Secretaria de Educação Esporte e Cultura		
Unidade Orçamentária: 04.001	Secretaria de Educação	

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Funcional Programática: 04.001.0012.0361.0040.2009	Atividade: MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01010000 - Receitas de Impostos - Educação	R\$ 50.000,00
Secretaria de Educação Esporte e Cultura		
Unidade Orçamentária: 04.001	Secretaria de Educação	
Funcional Programática: 04.001.0012.0365.0040.2013	Atividade: MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01010000 - Receitas de Impostos - Educação	R\$ 15.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 225.000,00		

Art. 3º O crédito adicional suplementar, a ser aberto na conformidade desta lei, terá vigência até 31 de dezembro de 2019.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ascurra, 07 de novembro de 2019.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI

Prefeito Municipal de Ascurra



# Balneário Arroio do Silva

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO Nº 013/2019 - PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018

Publicação Nº 2223975

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 013/2019

Data: 11 de novembro de 2019

Referente: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2018 - SAÚDE

Ementa: Convoca Candidatos aprovados aos cargos do Processo Seletivo Público nº 002/2018.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito do Município de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Público nº 002/2018, homologado pelo Decreto nº 67, de 07 maio de 2018, considerando a necessidade da Secretaria Municipal e ainda a existência de vagas temporárias, convoca os candidatos adiante relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Público nº 002/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, para manifestar o seu interesse ou não na vaga, no período de 12 de novembro de 2019 a 13 de novembro de 2019, no horário das 12h às 18h, no Departamento de Pessoal da Prefeitura de Balneário Arroio do Silva.

Salientamos, ainda, que conforme o Edital de Processo Seletivo Público nº 002/2018:

13. O candidato, após a publicação na imprensa oficial do município da sua convocação, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação para manifestar seu interesse na vaga ou apresentar sua carta de desistência, e, caso manifeste interesse pela vaga terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação.

13.1. A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;

13.2. O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto ao Departamento Pessoal do Município de Balneário Arroio do Silva – SC;

13.3. O Município de Balneário Arroio do Silva – SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Publicação na Imprensa Oficial e Site do Município.

13.4. O Candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação será ELIMINADO deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

Caso os candidatos convocados neste Edital não compareçam até o dia 13 de novembro de 2019, no horário das 12h às 18h, serão considerados desistentes e serão automaticamente desclassificados do Processo, sem direito a recurso. Caso necessário, aplica-se ao presente chamamento, os efeitos da retroatividade.

Segue abaixo a Relação dos candidatos Convocados por este Edital:

Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 16

Inscrição	Nome	Posição
118560	Cinthia Helena dos Santos	2º Lugar

Balneário Arroio do Silva/SC, 11 de novembro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças em data supra.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2019

Publicação Nº 2223772

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2019

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2019

OBJETO: Contratação de Empresa(s) tecnicamente especializada(s) na Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas de Arquibancadas, Palco, Palanque, Passarela, Tendões, Tablado de Madeira, Estandes, Sanitários Portáteis, Grupo Gerador, Black Line, Sonorização Profissional, Iluminação Profissional, Trios Elétricos, Grades, Barricada, outras estruturas temporárias, Ambulância, Serviço de Segurança Privada, para atender aos diversos Eventos promovidos e/ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, conforme quantitativos e especificações contidas no Anexo I do Edital.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço por Lote.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas

alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14h00min, do dia 25 de novembro de 2019, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: [administracao@arroiodosilva.sc.gov.br](mailto:administracao@arroiodosilva.sc.gov.br).

Balneário Arroio do Silva/SC, 11 de novembro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

# Balneário Gaivota

## PREFEITURA

### TERMO DE RESCISÃO Nº 029/2019

Publicação Nº 2223179

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato

Termo de Rescisão n. 029/2019 do Contrato Administrativo de Serviço Temporário n 169/2019.

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Yuri dos Santos Torres

Fica rescindido a pedido da parte contratada, o Contrato Administrativo de Serviço Temporário n. 169/2019, a partir da data de 11/11/2019.

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ERRATA III - EDITAL - TOMADA DE PREÇOS 001/2019 FUNDEMA

Publicação Nº 2223889

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2019 – FUNDEMA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019 – FUNDEMA

#### ERRATA III

##### ONDE SE LÊ

9.1.1. Caução em dinheiro (moeda corrente ou cheque) deverão ser depositados na conta corrente nº 18.101-3, agência 3257-3, Banco do Brasil S/A.

##### LEIA-SE

9.1.1. Caução em dinheiro (moeda corrente ou cheque) deverão ser depositados na conta corrente nº 18.101-3, agência 3257-3, Banco do Brasil S/A, CNPJ: 83.102.335/0001-48.

##### ONDE SE LÊ

11.2. A licitante que efetuar caução em dinheiro (moeda corrente) deverá realizar depósito na conta corrente nº 18.101-3, agência 3257-3, Banco do Brasil S/A.

##### LEIA-SE

11.2. A licitante que efetuar caução em dinheiro (moeda corrente) deverá realizar depósito na conta corrente nº 18.101-3, agência 3257-3, Banco do Brasil S/A, CNPJ: 83.102.335/0001-48.

Balneário Piçarras, 11 de novembro de 2019

Allan Diego Eleuterio  
Departamento de Compras

### ERRATA TP 006/2019 PMBP

Publicação Nº 2223055

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2019 – PMBP  
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019 – PMBP  
ERRATA I

#### ONDE SE LÊ

#### 8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

I. Certidão atualizada de registro de PESSOA JURÍDICA (PROPONENTE) e responsável Técnico, expedida pelo conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da sede da proponente;

II. ...

III. Atestado (s) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado (s) no CREA e acompanhado (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, que comprove que a pessoa jurídica (proponente) e o profissional (engenheiro) responsável da proponente tenham executado obra compatível em características com o objeto da licitação, ou seja, tenham executado obras da mesma natureza em relação ao objeto deste edital, ou seja:

...

#### LEIA SÊ

#### 7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

I. Certidão atualizada de registro de PESSOA JURÍDICA (PROPONENTE) e responsável Técnico, expedida pelo conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e/ou CAU da sede da proponente;

II . ...

III. Atestado (s) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente

registrado (s) no CREA e/ou CAU e acompanhado (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA e/ou CAU, que comprove que a pessoa jurídica (proponente) e o profissional (engenheiro) responsável da proponente tenham executado obra compatível em características com o objeto da licitação, ou seja, tenham executado obras da mesma natureza em relação ao objeto deste edital, ou seja:

...

Balneário Piçarras, 11 de novembro de 2019.

Allan Diego Eleuterio  
Departamento de Compras

## **NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DE DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PROCESSO PCA 08/00063538**

Publicação Nº 2223074

### **PUBLICAÇÃO**

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS – SC  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DE DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PROCESSO PCA 08/00063538

O Município de Balneário Piçarras (SC), no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c Lei Complementar n. 155/2019, por intermédio da presente NOTIFICAÇÃO, que será publicada no Diário Oficial dos Municípios, ficam NOTIFICADOS, de forma global e impessoal, que ocorreu o LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DA DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS TENDO COMO FATO GERADOR O PROCESSO PCA 08/00063538, referente a sessão de 16/12/2015, acórdão 955/2015, das pessoas abaixo relacionadas, não tendo ocorrido o pagamento de forma espontânea, o inadimplemento acarretou em inscrição em dívida ativa do débito, que poderá ser incluído dos créditos não quitados em Protesto, com posterior ajuizamento de Execução Fiscal, como dispõe a legislação pertinente.

NOME	CPF/CNPJ	PROCESSO TRIBUNAL DE CONTAS – Sistema Gestão de Processos Eletrônicos	VALOR ATUALIZADO EM 11/11/2019
ESPOLIO ALMIR GENTIL NASCIMENTO	390.159.479-53	@COD 18/00761160, PROCESSO PGTC 611/2018	R\$ 8.052,23
ELIER MARIA WORM	589.968.269-87	@COD 18/00760865, PROCESSO PGTC 601/2018	R\$ 8.052,23
FLAVIO TIONI	742.826.899-00	@COD 18/00761080, PROCESSO PGTC 604/2018	R\$ 8.052,23
FRANCISCO CORADINI	218.478.199-15	@COD 18/00761241, PROCESSO PGTC 602/2018	R\$ 8.052,23
GERCINO MEDEIROS	604.938.799-00	@COD 18/00761403, PROCESSO PGTC 607/2018	R\$ 8.052,23
LUIZ JOSE DE ALMEIDA FAYAD	068.612.299-20	@COD 18/00761756, PROCESSO PGTC 600/2018	R\$ 8.052,23
JOÃO BENTO MORAES	384.054.079-87	@COD 18/00761594, PROCESSO PGTC 605/2018	R\$ 8.052,23

Nota: Para os contribuintes que possuem endereço completo, será enviada a guia de recolhimento, por AR, podendo ser entregue de forma pessoal, sendo o endereço dentro do Município de Balneário Piçarras. Podendo ainda, a segunda via ser impressa no endereço eletrônico: [www.picarras.sc.gov.br](http://www.picarras.sc.gov.br), ou se preferir pode solicitar por e-mail através do endereço [arrecade@picarras.sc.gov.br](mailto:arrecade@picarras.sc.gov.br).

Balneário Piçarras (SC), 11 de Novembro de 2019.

Emanueli Prauchner Bigolin Berft Regiane Regina Corrêa das Neves  
Fiscal Fazendária Assessora Fazendária  
Matrícula 11.627 Matrícula 4825

## **PARECER ADMINISTRATIVO 020/2017-001 EM DESFAVOR DA EMPRESA SÓLIDOS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE - FABRICADOS LTDA**

Publicação Nº 2222922

PARECER ADMINISTRATIVO

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017- PMBP

CONCORRÊNCIA Nº 003/2017-PMBP

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2017-001, em desfavor da Empresa SÓLIDOS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ FABRICADOS LTDA.

Em atendimento ao Processo Administrativo acima evidenciado e diante o exposto no Parecer Conclusivo nº 016/2019-PAD de 31/10/2019, somos pela CONCORDÂNCIA TOTAL do Parecer, que diz textualmente em suas considerações finais:

“Diante disto, em atenção aos princípios da eficiência, moralidade, do interesse público e razoabilidade/proporcionalidade, esta Comissão, sugere a aplicação da sanção de multa de 20%(vinte por cento), do valor global do contrato, nos termos da Cláusula décima do Termo de Credenciamento;

Esta Comissão, igualmente sugere, que seja o presente encaminhado a Procuradoria Jurídica, para que aquele setor tome as medidas cabíveis para o caso, a fim de compelir que a Empresa promova a reparação dos danos apresentados.

Cabe também frisar que este Processo Administrativo deverá ser de imediato repassado a PROCURADORIA para que a mesma tome todas as medidas cabíveis para reparação de todos os danos causados no que diz respeito a obra contratada da Rua Rio Grande do Sul.

Balneário Piçarras (SC), 06 de novembro de 2019.

ANA LÚCIA WILVERT  
Secretária de Fazenda

---

### **FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**

---

#### **EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO Nº 012/2019 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**

Publicação Nº 2222614

Extrato do Termo de Compromisso nº 012/2019 – Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras – FUNDEMA e Construtora e Incorporadora Anacleto Ltda, inscrito no CNPJ nº 07.062.042/0001-04, informam que celebraram Termo de Compromisso, em 08/11/2019, tendo por objeto a regularização ambiental da atividade do compromissário e melhoramento da viabilidade ambiental de seus empreendimentos, através de ações e procedimentos que resultem na reparação dos danos causados, em atinência à legislação ambiental vigente com base nos art. 85 e 86 da Portaria nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, sendo convertida a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Vigência: o presente Termo de Compromisso entra em vigor da data da sua assinatura e terá validade de 90 (noventa) dias, salvo convenção entre as partes.

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/FMS/2019

Publicação Nº 2224241

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/FMS/2019.

Tipo: MENOR PREÇO global

Data e horário da sessão de abertura: 26/11/2019 às 17h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.  
Objeto Registro de Preços para futuras aquisições com instalações de equipamentos de Academia ao Ar Livre, do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Rincão/SC, conforme especificações do Termo de Referencia e demais anexos ao edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site [www.balneariorincao.sc.gov.br](http://www.balneariorincao.sc.gov.br) no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 11 de Novembro de 2019.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

# Bandeirante

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 045/2019

Publicação Nº 2222969

DECRETO Nº 045, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove o desdobramento do Lote Urbano, localizado no Município de Bandeirante, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica promovido o desdobramento do Lote Urbano nº 05, da Quadra nº 166, com área de 1.000,00m², sem benfeitorias, matriculado no CRISMO nº 34.903, localizado no Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Valdomiro Ferreira, de conformidade com o seguinte:

#### CARACTERÍSTICAS DA ÁREA TOTAL DO IMÓVEL

O LOTE URBANO Nº 05 (M-34.903), da quadra nº 166, com área de 1.000,00m², sem benfeitorias, sito na Rua das Flores, na cidade de Bandeirante - SC, confrontando:

NORTE: com a Rua das Flores, medindo 20,00 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº 03 (M-45.915), da quadra nº 166, medindo 50,00 metros, por linha seca;

SUL: com os Lotes Urbanos nº 06-B (M-41.749) e 06-A (M-38.752), da quadra nº 166, medindo 20,00 metros, por linha seca;

OESTE: com o Lote Urbano nº 07 (M-30.150), da quadra nº 166, medindo 50,00 metros, por linha seca.

#### CARACTERÍSTICAS DO DESDOBRAMENTO

O LOTE URBANO Nº 05-B, da quadra nº 166, com área total de 550,00m², sendo 437,50m² de área edificável e 112,50 m² área não edificável, sem benfeitorias, sito na Rua das Flores, na cidade de Bandeirante - SC, confrontando:

NORTE: com a Rua das Flores, medindo 4,00 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº 03 (M-45.915), da quadra nº 166, medindo 50,00 metros, por linha seca;

SUL: com os Lotes Urbanos nº 06-B (M-41.749) e 06-A (M-38.752), da quadra nº 166, medindo 20,00 metros, por linha seca;

OESTE: com parte do Lote Urbano nº 07 (M-30.150), da quadra nº 166, medindo 21,875 metros, por linha seca;

Novamente ao NORTE: com o Lote Urbano nº 05-A (M-34.903), da quadra nº 166, medindo 16,00 metros, por linha seca;

Novamente ao OESTE: com o Lote Urbano nº 05-A (M-34.903), da quadra nº 166 medindo 28,125 metros, por linha seca.

#### CARACTERÍSTICAS DO REMANESCENTE

O LOTE URBANO Nº 05-A, da quadra nº 166, com área de 450,00m², sem benfeitorias, sito na Rua das Flores, na cidade de Bandeirante - SC, confrontando:

NORTE: com a Rua das Flores, medindo 16,00 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº 05-B (M-34.903), da quadra nº 166, medindo 28,125 metros, por linha seca;

SUL: com o Lote Urbano nº 05-B (M-34.903), da quadra nº 166, medindo 16,00 metros, por linha seca;

OESTE: com parte do Lote Urbano nº 07 (M-30.150), da quadra nº 166, medindo 28,125 metros, por linha seca.

Art. 2º O imóvel desdobrado neste ato, será destinado a utilidades diversas dos proprietários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 12 de novembro de 2019.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 046/2019

Publicação Nº 2222977

DECRETO Nº 046, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove o desdobramento do Lote Urbano, localizado no Município de Bandeirante, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica promovido o desdobramento do Lote Urbano nº 04, da Quadra nº 193, com área de 1.000,00m², matriculado no CRISMO nº



15.771, localizado no Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Leodoro Luís Padilha Alves da Silva, de conformidade com o seguinte:

**CONFRONTAÇÕES DO LOTE:**

1. Lote nº 04 (matrícula nº 15.771), da Quadra 193, com área de 1000,00m²;  
Norte: com o Lote Urbano nº 02 (transcrição nº 17.844), da quadra 193, por linha seca, medindo 40,00 metros;  
Leste: com a Rua Caçador, medindo 25,00 metros;  
Sul: com a Rua Santa Catarina, medindo 40,00 metros;  
Oeste: com parte do Lote Urbano nº 06 (matrícula nº 38.273), da quadra 193, por linha seca, medindo 25,00 metros.

**DESDOBRAMENTO**

1. Lote Urbano nº04-A, da subdivisão do Lote Urbano nº 04 (matrícula nº 15.771), da Quadra 193, com Área de 500,00m², confrontando-se:  
Norte: com o lote Urbano nº 04-B (matrícula nº 15.771), da quadra 193, por linha seca, medindo 40,00 metros;  
Leste: com a Rua Caçador, medindo 12,50 metros;  
Sul: com a Rua Santa Catarina, medindo 40,00 metros;  
Oeste: com parte do Lote Urbano nº 06 (matrícula nº 38.273), da quadra 193, por linha seca, medindo 12,50 metros.  
2. Lote Urbano nº04-B, da subdivisão do Lote Urbano nº 04 (matrícula nº 15.771), da Quadra 193, com Área de 500,00m²:  
Norte: com o Lote Urbano nº 02 (transcrição nº 17.844), da quadra 193, por linha seca, medindo 40,00 metros;  
Leste: com a Rua Caçador, medindo 12,50 metros;  
Sul: com o lote Urbano nº 04-A (matrícula nº 15.771), da quadra 193, por linha seca, medindo 40,00 metros;  
Oeste: com parte do Lote Urbano nº 06 (matrícula nº 38.273), da quadra 193, por linha seca, medindo 12,50 metros.

Art. 2º O imóvel desdobrado neste ato, será destinado a utilidades diversas dos proprietários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 12 de novembro de 2019.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 047/2019**

Publicação Nº 2222981

DECRETO Nº 047, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove o desdobramento e posteriormente o remembramento de Lotes Urbanos, localizado no Município de Bandeirante, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica promovido o desdobramento e posteriormente o remembramento dos imóveis denominados Lote Urbano nº 02, da Quadra nº 144, com área de 1.000,00m², matriculado no CRISMO nº 31.325 e o Lote Urbano nº 04, da Quadra nº 144, com área de 1.000,00m², matriculado no CRISMO nº 28.629, ambos localizados no Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina e de propriedade de Arlindo Martini e Lorena Erna Martini, em conformidade com o seguinte:

**LOTES PRIMITIVOS**

Tipo de projeto: Remembramento e Desdobramento de lotes urbanos da Quadra nº 144

· Área do Lote Urbano nº 02: 1000,00 m² (mil metros quadrados)

Matrícula: nº 31.325

Zoneamento do Lote Urbano nº 02: Zona de Interesse Residencial - ZIR

· Área do Lote Urbano nº 04: 1000,00 m² (mil metros quadrados)

Matrícula: nº 28.629

Zoneamento do Lote Urbanonº04: Zona de Interesse Comercial – ZIC

Cidade: Bandeirante/SC

Logradouro: Rua Afonso Oliboni esquina com a Rua Bandeirante, Centro de Bandeirante/SC

**LOTES REMANESCENTES**

· Parte dos Lotes 02 e 04: 451,00 m², em Zona de Interesse Comercial – ZIC;

· Parte dos Lotes 02 e 04: 1.050,20 m² em Zona de Interesse Comercial – ZIC;

· Parte do Lote 02: 498,80 m², em Zona de Interesse Residencial - ZIR.

**2. LOTES PRIMITIVOS**

2.1 LOTE URBANO Nº 02 DA QUADRA Nº 144, (M – 31.325), com área de 1.000,00 m², sito na Rua Bandeirante, na cidade de Bandeirante

- SC, possuindo as seguintes confrontações: ao norte com o Lote Urbano nº 01-B (M – 39.842) e o Lote Urbano nº 03 (M - 9.350), por linha seca, medindo 40 metros; a oeste com parte do Lote Urbano nº 06 (M – 30.642), por linha seca, medindo 25 metros; ao sul com o Lote Urbano nº 04 (M - 28.629), por linha seca, medindo 40 metros; e a leste com a Rua Bandeirante, medindo 25 metros.

2.2 LOTE URBANO Nº 04, DA QUADRA Nº 144, (M – 28.629), com área de 1.000,00 m<sup>2</sup>, sito na Rua Afonso Oliboni, na cidade de Bandeirante - SC, possuindo as seguintes confrontações: ao norte com o Lote Urbano nº 02 (M - 31.325), por linha seca, medindo 40 metros; a oeste com parte do Lote Urbano nº 06 (M - 30.642), por linha seca, medindo 25 metros; ao sul com a Rua Afonso Oliboni, medindo 40 metros; e a leste com a Rua Bandeirante, medindo 25 metros.

Observação: Neste, existem duas edificações habitáveis e uma não habitável, a primeira habitável possui área de 66,20 m<sup>2</sup> (sessenta e seis metros quadrados e vinte centímetros quadrados), e a segunda com área de 74,65 m<sup>2</sup> (setenta e quatro metros quadrados e sessenta e cinco centímetros quadrados), e a edificação não habitável, com área de 16,00 m<sup>2</sup> (dezesseis metros quadrados).

### 3. LOTES DESDOBRADOS E LOTE REMANESCENTE

Após o desdobramento dos Lotes nº 02 e nº 04 da Quadra nº 144, o Remembramento destes resultará em 02 lotes Desdobrados, e 01 lote Remanescente, conforme nomenclaturas, dimensões e confrontações a seguir:

3.1 PARTE DO LOTE URBANO Nº 02 E 04 (M - 31.325 e M - 28.629), da quadra nº 144, com área de 451,00 m<sup>2</sup>, sito na Rua Afonso Oliboni, na cidade de Bandeirante – SC, confrontando: a norte com Parte do mesmo Lote Urbano nº 02 (M - 31.325), por linha seca, medindo 16,40 metros; a oeste com parte do Lote Urbano nº 06 (M - 30.642), por linha seca, medindo 27,50 metros; ao sul com a Rua Afonso Oliboni, medindo 16,40 metros; e a leste como Parte do mesmo Lote Urbano nº 02 e 04 (M - 31.325 e M - 28.629), por linha seca, medindo 27,50 metros.

Observação: Neste lote ficará uma edificação habitável, que possui área de 66,20 m<sup>2</sup> (sessenta e seis metros quadrados e vinte centímetros quadrados).

3.2 PARTE DO LOTE URBANO Nº 02 E 04 (M - 31.325 e M - 28.629), da quadra nº 144, com área de 1.050,20 m<sup>2</sup>, sito na Rua Afonso Oliboni, esquina com a Rua Bandeirante, na cidade de Bandeirante - SC, confrontando: a norte com Parte do mesmo Lote Urbano nº 02 (M - 31.325), por linha seca, medindo 23,60 metros; a oeste com Parte do mesmo Lote Urbano nº 02 (M - 31.325) e Parte do mesmo Lote Urbano nº 02 e 04 (M - 31.325 e M - 28.629), por linha seca, medindo 44,50 metros; ao sul com a Rua Afonso Oliboni, medindo 23,60 metros; e a leste com a Rua Bandeirante, medindo 44,50 metros.

Observação: Neste lote ficará uma edificação habitável e uma não habitável, sendo a habitável com área de 74,65 m<sup>2</sup> (setenta e quatro metros quadrados e sessenta e cinco centímetros quadrados), e a edificação não habitável com área de 16,00 m<sup>2</sup> (dezesseis metros quadrados).

3.3 PARTE DO LOTE URBANO Nº 02 (M - 31.325), da quadra nº 144, com área de 498,80 m<sup>2</sup>, contendo uma área não edificável de 129,80 m<sup>2</sup>, sito no município de Bandeirante – SC, confrontando: ao norte com o Lote Urbano nº 01-B (M – 39.842) e o Lote Urbano nº 03 (M - 9.350), por linha seca, medindo 40 metros; a oeste com parte do Lote Urbano nº 06 (M - 30.642), por linha seca, medindo 22,50 metros; ao sul com Parte do mesmo Lote Urbano nº 02 e 04 (M - 31.325 e M - 28.629), por linha seca, medindo 16,40 metros; ao leste com o Parte do mesmo Lote Urbano nº 02 e 04 (M - 31.325 e M - 28.629), por linha seca, medindo 17,00 metros; novamente ao sul com o Parte do mesmo Lote Urbano nº 02 e nº 04 (M - 31.325 e M - 28.629), por linha seca, medindo 23,60 metros; e novamente ao oeste com a Rua Bandeirante, medindo 5,50 metros.

Art. 2º O imóvel desdobrado neste ato, será destinado a utilidades diversas dos proprietários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado na íntegra o Decreto nº 039, de 16 de setembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 12 de novembro de 2019.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 439, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2223005

PORTARIA N.º 439, de 08 de novembro de 2019.

“Altera carga horária e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município

Resolve;

Art. 1º - Fica alterada temporariamente a carga horária do servidor, Ariel Devitte, matrícula nº428601, ocupante do Cargo de Orientador Social, de 20 horas semanais para 30 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 07.11.2019.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 08 de novembro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### 27º EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001//2018 PMBV

Publicação Nº 2224287

27º EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001//2018 PMBV

27ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº001/2018

Comprovação de Requisitos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, de acordo com o Edital nº 001/2018, e considerando a homologação do resultado final da prova objetiva e títulos, e Prova Prática, através do Decreto nº 1293, de 13 de março de 2019, torna público, para conhecimento dos interessados, a 27ª convocação para comprovação dos requisitos do Processo Seletivo, conforme o Edital n. 001/2018, para os seguintes cargos:

PREFEITURA

Nível Superior

Enfermeiro

#### 1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, conforme item 13.1, 13.4 e 13.5, do Edital nº 001/2018 PMBV, os candidatos relacionados no item 3.1, que deverão apresentar no prazo de até 02 (dois) dias, cópias e original dos seguintes documentos:

- a) RG;
- b) CPF;
- c) Cartão SUS;
- d) Título de eleitor, declaração de quitação eleitoral (emitida pelo TSE);
- e) PIS/PASEP (documento emitido pela CEF ou BB);
- f) Reservista, se do sexo masculino;
- g) Certidão de nascimento/casamento;
- h) Atestado de antecedentes criminais (emitido pela Polícia Civil ou Federal);
- i) Diploma exigido no edital referente a escolaridade exigida para o cargo, e respectivo registro no conselho de classe no Estado de Santa Catarina;
- j) CNH profissional com curso específico;
- k) Comprovante de residência;
- l) Carteira de Trabalho original;
- m) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público.
- n) Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício;
- o) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

1.2 Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Barra Velha – SC poderá solicitar outros documentos complementares, conforme item 13.6 do Edital 001/2018 PMBV;

1.3 O não comparecimento do candidato, quando convocado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo, conforme item 13.10 do Edital nº 001/2018 PMBV.

#### 2. DO LOCAL DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 3.1, deverão se apresentar no horário das 08h às 11h30 ou 13h30 às 17h, no Setor de Recursos Humanos, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados no item 1.1, conforme a programação abaixo estabelecida:

#### 3. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

3.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima elencados, os candidatos a seguir relacionados:

PREFEITURA

Nível Superior

Enfermeiro

7º VALESKA CAMANHO CAMPOS DE SOUZA

#### 4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1.1. Não serão

recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

4.2 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo 001/2018 constituída para este fim.

4.3 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 07 de novembro de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN CROMÁCIO JOSÉ DA ROSA

Prefeito Municipal Secretário Mun. Administração

## **LEI N. 1821, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223351

LEI N. 1821, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Denomina "Rua João Quirino da Silva" logradouro público localizado no bairro Itajuba.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua João Quirino da Silva, logradouro público até então identificado como Rua 2109, localizado no bairro Itajuba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 08 de novembro de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 1819, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223339

LEI Nº 1819, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber a todos habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º São estabelecidas, para a elaboração do orçamento do Município de Barra Velha, relativo ao exercício financeiro de 2020, as diretrizes gerais de que tratam esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu art. 165 §2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 1964 e na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública do Município de Barra Velha;

II - a estrutura e organização do orçamento fiscal;

III - as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições sobre operações de crédito e relativas à dívida pública Municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária do município; e

VII- as disposições gerais.

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º Em consonância com o art. 165 § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2020, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, elaboradas a partir dos programas e ações estabelecidos no plano plurianual 2018-2021 do Município de Barra Velha.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária de 2020 e durante a sua execução, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa fixada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

§ 2º Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir outras ações e programas,

constantes do Plano Plurianual 2018-2021, ou que tenham sido objeto de leis específicas, na forma de crédito especial.

§ 3º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar 101/2000, são as identificadas nos Demonstrativos integrantes desta Lei, e que conterà ainda:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de Anterior;

III - Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos;

VII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

IX - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

X - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;

XI - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

XII - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa;

XIII - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário e Nominal;

XIV - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

XV - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Classificação institucional reflete a estrutura organizacional de alocação dos créditos orçamentários, e está em dois níveis hierárquicos: órgãos e unidades orçamentárias;

II – Órgão: Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, aos quais estão vinculadas as respectivas unidades orçamentárias. É o maior nível da classificação institucional;

III - Unidade orçamentária: segmento da administração direta ou indireta a que o orçamento do Município consigna dotações específicas para a realização de seus programas de trabalho e respectivas ações, sobre os quais exerce o poder de disposição. É o menor nível da classificação institucional;

IV – Função é representada pelos dois primeiros dígitos da classificação funcional e pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público;

V – Subfunção é indicada pelos três últimos dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções;

VI – Programa é o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

VII – Ação são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa;

VIII – Atividade é o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de governo;

IX – Projeto é o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

X – Operações especiais são despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

XI – Categoria econômica é a classificação das receitas e despesas em operações correntes ou de capital, objetivando propiciar elementos para uma avaliação do efeito econômico das transações do setor público;

XII – Grupos de despesas constituem agrupamento de elementos com características assemelhadas quanto à natureza operacional do gasto;

XIII – Modalidade de aplicação é classificação da natureza da despesa que tem por finalidade indicar se os recursos orçamentários serão aplicados diretamente pelos órgãos e entidades da Administração Pública Município ou, mediante transferência para órgãos e entidades de outras esferas de governo ou por instituições privadas, sendo identificada na lei orçamentária e em seus créditos adicionais;

XIV – Receita são recursos auferidos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício, desdobrados nas categorias econômicas de correntes e de capital;

XV - Execução física é a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XVI - Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento Geral e nos créditos adicionais, mediante empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XVII - Execução financeira trata do pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, subfunção e programa às quais se vinculam.

Art. 4º A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrada as despesas por função subfunção, programa, projetos, atividades ou operações especiais e, quanto à natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de conformidade com as Portarias nº 42, de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão MOG, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 1964, Portaria Interministerial nº 163, de 2001, Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014, de 10 de dezembro de 2014 e alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:



I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei 4.320, de 1964, Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);  
II - Anexo 01 - Receita (Fonte) Despesa(Função) (Art. 2º, Par 1º, Alínea I da Lei 4.320/64);  
III - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei 4.320, de 1964, Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);  
IV -Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento) - (Anexo 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa);  
V - Anexo 02 - Despesa Seg. Categoria Econômica (Órgão) - (Anexo 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa)  
VI - Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica (Órg. Unid.) - (Anexo 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa);  
VII - Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação) - (Anexo 02, Lei 4320/64, Port. SOF nº 8 de 04/02/1985 - Adendo III);  
VIII - Anexo 02 - Despesa por Unidade Orçamentária Segundo Cat. Econômica - (ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985);  
IX- Demonstrativo das Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei 4.320, de 1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);  
X - Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária) (Anexo 6 da Lei 4.320, de 1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);  
XI - Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação (Anexo 7 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);  
XII - Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos (Anexo 8 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);  
XIII - Anexo 09 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);  
XIV - Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa -conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III;  
XV - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no art. 14 da LRF(art. 5º, II da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000);  
XVI - Demonstrativos das Margens de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado(art. 5º, II da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000);  
XVII - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com os Objetivos e Metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias(art. 5º, I da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000);  
§ 1º. O Orçamento dos fundos, das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º. A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária atenderá o disposto no Inciso I, do art. 22, da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º. O Executivo Municipal enviará à Câmara de Vereadores os projetos de Lei Orçamentária e dos créditos adicionais, quando for o caso, com sua despesa discriminada na forma do artigo 4º desta lei.

Art.5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo, dos fundos, das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público,abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;
- Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Barra Velha;
- Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar;
- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha;
- Fundação Municipal do Meio Ambiente;
- Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura.

Art. 6º A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 7º O Executivo Municipal enviará proposta orçamentária à Câmara de Vereadores, até o dia 31/10/2019, sendo apreciada e devolvida para sanção até o encerramento da sessão legislativa do corrente ano, conforme dispõe a emenda à Lei Orgânica Municipal nº 11/2009, de 08 de maio de 2009.

§ 1º As emendas à Lei do Orçamento, depois de aprovadas em segunda votação, serão encaminhadas ao Executivo Municipal, para processamento e reenvio dos respectivos relatórios ao Legislativo, para propiciar a preparação da Redação Final.

§ 2º A Câmara de Vereadores não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 3º Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 4º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 8º A elaboração e a aprovação do Projeto da Lei Orçamentária de 2020 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 9º O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição Federal (EC 25).

Art. 10 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 11 A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art.12 As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o comportamento da arrecadação dos últimos três exercícios encerrados.

§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§ 4º Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de restos a pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

Art. 13 Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar ao Executivo a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário para as seguintes despesas baixo:

I - Redução de despesa com manutenção;

II - Redução dos investimentos programados.

Art. 15 Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município.

Art. 16 Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020 e constantes desta Lei.

Art. 17 A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser utilizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 18 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo próprio desta Lei (art. 4º, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado nos balanços de exercícios anteriores.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei ao Legislativo, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou não comprometidos.

Art. 19 O Orçamento para o exercício de 2020, destinará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida previstas para o mesmo exercício, destinada ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos fiscais. Parágrafo único. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos Fiscais", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 20 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 21 Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

I - Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso (art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000);

II - Publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance



das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações dos Poderes Executivo e Legislativo;

III - Os programas priorizados por esta lei, que estarão contidos no Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária de 2020, serão desdobrados em metas quadrimestrais, para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública perante a Câmara de Vereadores até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, avaliar gastos e cumprimento das metas estabelecidas;

IV - Os Planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer do TCE serão amplamente divulgados e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 22 Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito, transferências voluntárias, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados, se ocorrer seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único e art. 50, I da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Parágrafo Único. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito adicional suplementar, por ato do Chefe do Poder Executivo ou o crédito especial com autorização legislativa.

Art. 23 As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2020, constantes do Anexo próprio desta Lei, não serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 24 Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Anexo próprio desta Lei.

Art. 25 Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidos pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 26 A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 27 O Poder Executivo é autorizado, nos termos da legislação federal, a:

I - Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente, por decreto do Poder Executivo;

IV - Transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no item anterior (art. 167, VI da Constituição Federal);

V - Abrir créditos adicionais suplementares, até o limite do valor apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo;

VI - Modificar as destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a função, a subfunção e o programa.

§ 2º Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro do exercício anterior, não contarão para apuração do limite de 25% (vinte e cinco por cento), disposto neste artigo.

Art. 28 As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade em atividades específicas na lei orçamentária anual.

Art. 29 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a título de subvenções, contribuições ou auxílios de capital beneficiarão entidades privadas que sejam de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica ou de saúde e voltados para o fortalecimento do associativismo municipal, nos termos do artigo 4º, I, "f", da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00.

§ 1º A transferência de recursos à entidade privada dar-se-á após ser firmado o respectivo convênio, acordo, ajuste, termo simplificado de repasse ou instrumento congênere.

§ 2º Para efeito de habilitar-se à contemplação com verbas de subvenções, contribuições ou auxílios de capital, a entidade pleiteante deverá atender aos requisitos e as condições fixadas em Decreto do Poder Executivo.

§ 3º Não serão concedidos repasses financeiros à entidade:

I - Que não tenha prestado contas, tempestivamente, da aplicação de subvenção, contribuição ou auxílio de capital recebidos anteriormente;

II - Considerada sem condições de funcionamento pelo Executivo Municipal;

III - Que não atenda qualquer dos requisitos definidos pelo Executivo Municipal;

IV - Deixar de comprovar o regular funcionamento na forma dos estatutos sociais;

V - Que membros do Poder Executivo e Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou respectivos cônjuges ou companheiros, sejam proprietários, controladores ou diretores.

§ 4º A prestação de contas das entidades contempladas com transferências de recursos financeiros deverá atender os prazos e as exigências regulamentares, mediante a comprovação do atendimento do interesse público a ser atendido com o repasse, sob pena de devolução dos recursos por desvio de finalidade.

§ 5º As entidades que receberem recursos do Tesouro Municipal deverão promover a devolução dos recursos não utilizados (saldo) ou utilizados em desconformidade com o objeto ou objetivo da transferência.

§ 6º Fica vedado o repasse de nova parcela às entidades que não prestarem contas dos valores recebidos do Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do recurso.

§ 7º Ficam vedados novos convênios ou prorrogação dos já existentes às entidades que não tenham suas contas aprovadas pelo Executivo

Municipal.

§ 8º Para execução dos objetos previstos nas transferências de recursos públicos, poderá o Executivo Municipal exigir contrapartida financeira a ser efetivada pela entidade beneficiada.

Art. 30 A transferência de recursos financeiros à entidade privada a título de contribuição corrente ou capital ocorrerá mediante autorização em Lei específica ou destinada à entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual.

§ 1º A alocação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições ou auxílio de capital, fica condicionada à autorização em Lei especial, prevista no artigo 12, § 6º, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

§ 2º A transferência de recursos a título de contribuição corrente não autorizada em Lei específica dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual conterá justificativa de que a entidade selecionada é a que melhor atende aos critérios estabelecidos para a escolha.

Art. 31 As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 A lei orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de operação de crédito para atendimento de despesas de capital, observado o limite de endividamento previsto em Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 33 A contratação de operação de crédito deverá constar da Proposta Orçamentária e dependerá de autorização legislativa específica (art. 32 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 34 A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo Único. O montante da dívida pública no exercício de 2020 não excederá os limites estabelecidos no anexo de metas fiscais que integra esta Lei, sendo que em caso de ser ultrapassado, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira definida no art. 15 desta Lei. (art. 31, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 35 Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, poderão, se necessário, proceder a realização de concurso público; e mediante lei autorizativa, poderão conceder quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras; e por ato administrativo efetuar admissões de pessoal aprovado em concurso público ou contratações de pessoal em caráter temporário na forma da lei, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observados os limites e as regras da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000. (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento de 2020 ou em créditos adicionais.

§ 2º As alterações do quadro de cargos permanentes do Poder Executivo, nas quantidades legalmente fixadas somente serão possíveis nos casos de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade, novas atribuições recebidas no exercício de 2019 ou no decorrer de 2020, respeitando-se os requisitos para preenchimento.

§ 3º Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e fundações, cujo percentual será definido em lei específica, em cumprimento ao disposto no inciso X, art. 37, da Constituição Federal.

Art. 36 A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá aos limites estabelecidos no art. 20, III da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (art. 22, parágrafo único, V da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal: (artigos 19 e 20, da LRF)

I - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - Eliminação das despesas com horas extras;

III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - Exoneração de servidores não estáveis, observando o artigo 33, da Emenda Constitucional Nº 19/1998;

V - No caso do inciso I, do § 3º, do artigo 169, da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções.

Art. 39 Os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, deverão

cumprir o disposto nos artigos 16 e 17, da LRF.

Art. 40 Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 41 O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:

- I - Sejam acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;
- II - Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente; e
- III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 42 A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

## CAPÍTULO VI

### DA AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO DE PREMIAÇÕES, BENEFÍCIOS DE CARÁTER SOCIAL OU PROMOCIONAL E AUXÍLIOS

Art. 43 Fica autorizada a concessão de premiações, incentivos materiais e benefícios de caráter social, cultural, educacional ou promocional diretamente às pessoas físicas e às entidades sem fins lucrativos ou filantrópicas, voltados ao atingimento das finalidades institucionais dos órgãos e entidades que integram a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal.

Art. 44 Em programas de natureza social de transferência direta de recursos financeiros às pessoas físicas, previamente autorizados em Lei específica, a Administração Municipal poderá autorizar os pagamentos aos beneficiários finais mediante mecanismo que permita a identificação, pelo banco, do beneficiário do pagamento.

Parágrafo Único. A concessão de auxílios financeiros a necessitados deverá considerar a renda familiar, idade, estado de saúde, estado civil, número de dependentes ou outros critérios definidos em Lei específica ou Regulamento.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 45 O Executivo Municipal, quando autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classe menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudo apresentando seu impacto orçamentário e financeiro no exercício que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes conforme disposto no Art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 46 Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do Orçamento da receita, não se constituindo renúncia de receita para os efeitos do disposto no artigo 14, da Lei Complementar Federal Nº 101/2000. (artigo 14, § 3º, da LRF).

Art. 47 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá promover programas de recuperação fiscal, voltados ao incremento das receitas.

Art. 48 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 49 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medida de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesa de valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício (art. 14, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 50 O Poder Executivo poderá readequar a legislação tributária municipal, respeitando as disposições da legislação nacional de normas gerais, criando novas taxas, alterando critérios de base de cálculo ou alíquotas dos tributos municipais.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51 Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será de forma

proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição das cotas mensais do orçamento em cada órgão, reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 52 O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 de janeiro de 2020, cronograma anual de desembolso bimestral, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 53 A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Parágrafo Único. A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

Art. 54 O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de Governo visando ao desenvolvimento de programas do governo.

Art. 55 O montante das despesas não deverá ser superior as das receitas.

Art. 56 A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá a estrutura organizacional aprovada, acrescida dos fundos especiais, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e outros criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 57 A execução da Lei Orçamentária de 2020 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Casa Legislativa.

Art. 58 Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo Único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 59 O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento da educação básica e, no mínimo 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos estabelecidos no art. 7º, inciso III da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Parágrafo Único. A aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –FUNDEB, obedecerá ao disposto nas Emendas Constitucionais nº 14, de 1996 e nº 53, de 2006, e às Leis nº 9.424, de 1996 e 11.494, de 2007, e suas alterações.

Art. 60 Para efeito do § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estipulados nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e alterações dadas pela Lei Federal nº 9.648, de 1998.

Art. 61 Em conformidade com o art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a administração pública poderá destinar recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, por meio de contribuições, subvenções sociais e auxílios, observada a legislação em vigor.

Art. 62 As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 63 Serão consideradas legais as despesas com atualização monetária pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 64 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 65 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha(SC), 08 de novembro de 2019.

Valter Marino Zimmermann

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1820 - DE 08 DE NOVEMBRO 2019**

Publicação Nº 2223346

LEI Nº 1820 - DE 08 DE NOVEMBRO 2019

"Autoriza o Poder Executivo Municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra Velha a realizar despesas com a 6ª Gincana da Melhor Idade- 2019".

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BARRA VELHA, em consonância com a política de Assistência Social, autorizado a realizar despesas com a "6ª GINCANA DA MELHOR IDADE - 2019", até o valor de R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais), sendo:

I – Premiação para a melhor equipe, sendo entrada e almoço para no máximo 25 (vinte e cinco) pessoas, em local a ser definido pelo município, respeitando o valor autorizado por esta lei.

Art.2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra Velha, como segue:

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Unidade Orçamentária: 1 – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Funcional. 0008.0244.0020

Ação: 2060 – Proteção Social Básica

Recurso: 01000000

Elemento: 3.3.39.00.00.00.0000/365 – Aplicações diretas

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 08 de Novembro de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal



# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 022.2019 - MULTIENTIDADE

Publicação Nº 2223032

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL BELA VISTA DO TOLDO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2019 - MULTIENTIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2019 - MULTIENTIDADE

O Município de Bela Vista do Toldo, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS E PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS, VANS, CAMINHÕES E MÁQUINAS, DA PREFEITURA E SEUS FUNDO MUNICIPAIS CONFORME MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE SOBRE A TABELA DO FABRICANTE, sendo peças genuínas e ou originais de fábrica e ou peças homologadas pelas montadoras e, conforme descrição do item mencionado, pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos estimativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital.

ENTREGA DE ENVELOPES: Até a 09h00min do dia 04/12/2019.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 04/12/2019 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo/SC à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O Termo para retirada do Edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo email [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo, 12 de Novembro de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS Nº 009/2019 - PARTE 02

Publicação Nº 2223082

#### EXTRATO DE CONTRATO

##### SAÚDE

CONTRATO Nº 059/2019-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME, CNPJ 16.982.129/0001-82, Rua Gustavo Brandes, nº 484, sala 02, Jardim Esperança, Canoinhas, SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMENTAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.349,46 (Um Mil Trezentos e Quarenta e Nove Reais e Quarenta e Seis Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26.09.2019.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

##### PREFEITURA

CONTRATO Nº 105/2019-PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: COMASO CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, CNPJ 02.674.801/0001-68, Estrada Geral São Tomaz, s/n, Rondinha, Papanduva, SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEDRA BRITA DIVERSAS.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 585,00 (Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais).

DATA DA ASSINATURA: 30.09.2019.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 106/2019-PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME, CNPJ 16.982.129/0001-82, Rua Gustavo Brandes, nº 484, sala 02, Jardim Esperança, Canoinhas, SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMENTAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL COM

**ENTREGA PARCELADA.**

VALOR DO CONTRATO: R\$ 211,58 (Duzentos e Onze Reais e Cinquenta e Oito Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 30.09.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 107/2019-PREF.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA EPP, CNPJ 07.634.816/0001-16, Rua Cruzeiro, 386, bairro Cruzeiro, São Bento do Sul – SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSUMO LIMPEZA E OUTROS.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 59,61 (Cinquenta e Nove Reais e Sessenta e Um Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 30.09.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 108/2019-PREF.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME, CNPJ 26.716.048/0001-94, Rua Adolfo Konder, nº 279, sala 03, bairro São Rafael, Rio Negrinho - SC,

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSUMO LIMPEZA E OUTROS.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 358,85 (Trezentos e Cinquenta e Oito Reais e Oitenta e Cinco Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 30.09.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 109/2019-PREF.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 19.633.424/0001-11, Rua do Comercio, s/n, sala 03, às Margens da Rodovia SC-283, Planalto Alegre - SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSUMO LIMPEZA E OUTROS.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 626,69 (Seiscentos e Vinte Seis Reais e Sessenta e Nove Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 30.09.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 110/2019-PREF.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME, CNPJ 16.982.129/0001-82, Rua Gustavo Brandes, nº 484, sala 02, Jardim Esperança, Canoinhas, SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSUMO LIMPEZA E OUTROS.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 31,12 (Trinta e Um Reais e Doze Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 30.09.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ASSISTÊNCIA****CONTRATO Nº 040/2019-FMAS.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADA: MARCIA GRESCHCHEM PEREIRA, CPF 022.732.739-08, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC.

OBJETO: credenciamento de profissionais interessados em prestar serviços para o Município como Oficineiros do CRAS, Programa Bolsa Família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviço de Baixa Complexidade e Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF) para o ano de 2019, consistente em ministrar aulas que visam a inclusão social para os municípios.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais).

DATA DA ASSINATURA: 09.09.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMOS ADITIVOS****PREFEITURA**

TERMO ADITIVO Nº 017/2019-PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.  
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ 00.456.865/0001-67, Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, centro, na cidade de Criciúma/SC.  
OBJETO: Fica acrescido ao objeto originário do contrato o licenciamento de uso sistema de Gestão do e-Social não customizável.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.190,00 (Três Mil Cento e Noventa Reais).  
DATA DA ASSINATURA: 02.09.2019.  
ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 018/2019-PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.  
CONTRATADA: LUIS MARCELO WENDT EIRELI - ME, CNPJ 24.306.793/0001-30, Rua Roberto Balduan, nº 28, bairro Industrial II, no município de Canoinhas/SC.  
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do objeto do contrato.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.526,00 (Três Mil Quinhentos e Vinte e Seis Reais).  
DATA DA ASSINATURA: 23.09.2019.  
ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº 006/2019-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ 00.456.865/0001-67, Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, centro, na cidade de Criciúma/SC.  
OBJETO: Fica acrescido ao objeto originário do contrato o licenciamento de uso sistema de Gestão do e-Social não customizável.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.950,00 (Um Mil Novecentos e Cinquenta Reais).  
DATA DA ASSINATURA: 02.09.2019.  
ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 007/2019-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, CNPJ 03.887.256/0001-50, Rua João da Cruz Kreiling, 1085, centro, no Município de Canoinhas-SC.  
OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração da Cláusula Quinta – Dos Valores e Forma De Repasse, pelo fato de que o valor global do contrato será acrescido a monta de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 27.09.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA

## EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS Nº 010/2019

Publicação Nº 2223086

EXTRATO DE CONTRATO

SAÚDE

CONTRATO Nº 060/2019-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.  
CONTRATADA: VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, CNPJ 05.197.303/0001-60, Rua Augusto Gneiding, nº 810, Bloco B, Bairro Industrial Norte, no município de Rio Negrinho/SC.  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMENTAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.875,20 (Quatro Mil Oitocentos e Setenta e Cinco Reais e Vinte Centavos).  
DATA DA ASSINATURA: 15.10.2019.  
ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL



**CONTRATO Nº 061/2019-FMS.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: I.BORDIGNON PNEUS EIRELI, CNPJ 19.891.740/0001-93, RUA IAPO, nº 685, PRADO VELHO, CURITIBA, PR.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS, CAMARAS E PROTETORES PARA A FROTA MUNICIPAL.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.270,00 (Oito Mil Duzentos e Setenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 15.10.2019.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 062/2019-FMS.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME. CNPJ 16.982.129/0001-82, Rua Gustavo Brandes, nº 484, sala 02, Bairro Jardim Esperança, Canoinhas/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMENTAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 231,00 (Duzentos e Trinta e Um Reais).

DATA DA ASSINATURA: 15.10.2019.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

**PREFEITURA****CONTRATO Nº 111/2019-PREF.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME. CNPJ 16.982.129/0001-82, Rua Gustavo Brandes, nº 484, sala 02, Bairro Jardim Esperança, Canoinhas/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMENTAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 460,00 (Quatrocentos e Sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 10.10.2019.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

**ASSISTÊNCIA****CONTRATO Nº 041/2019-FMAS.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADA: FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA - EPP, CNPJ 05.157.804/0001-12, Rua Caetano Costa, 916, centro, no município de Canoinhas, SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DAS CRIANÇAS QUE FREQUENTAM O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DESTE MUNICÍPIO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 901,68 (Novecentos e Um Reais e Sessenta e Oito Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07.10.2019.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 042/2019-FMAS.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADA: MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME, CNPJ 16.982.129/0001-82, Rua Gustavo Brandes, nº 484, sala 02, Jardim Esperança, Canoinhas, SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DAS CRIANÇAS QUE FREQUENTAM O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DESTE MUNICÍPIO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.380,85 (Dois Mil Trezentos e Oitenta Reais e Oitenta e Cinco Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07.10.2019.

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMOS ADITIVOS****SAÚDE**

TERMO ADITIVO Nº 008/2019-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: V.R.C. ODACHOWOSKI & CIA LTDA – EPP, CNPJ 05.386.983/0001-60, Rua Roberto Elhke, nº 731, no Município de Canoinhas, SC.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% do objeto do contrato.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 63.387,50 (Sessenta e Três Mil Trezentos e Oitenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 30.10.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 019/2019-PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA - EPP, CNPJ 05.157.804/0001-12, Rua Caetano Costa, 916, centro, no município de Canoinhas, SC.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% do objeto do contrato.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 91,39 (Noventa e Um Reais e Trinta e Nove Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 04.10.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 020/2019-PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 05.919.156/0001-94, Rua Francisco de Paula Rodrigues, 825, bairro Bela Vista, na cidade de Chapecó, SC.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% do objeto do contrato.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.322,66 (Dois Mil Trezentos e Vinte e Dois Reais e Sessenta e Seis Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 04.10.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 021/2019-PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA EPP, CNPJ 07.634.816/0001-16, Rua Cruzeiro, nº 386, São Bento do Sul, SC.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% do objeto do contrato.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 680,62 (Seiscentos e Oitenta Reais e Sessenta e Dois Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 04.10.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 022/2019-PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA - EPP, CNPJ 02.672.502/0003-56, Rua Estanislau Schumann, 700, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% do objeto do contrato.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.162,02 (Um Mil Cento e Sessenta e Dois Reais e Dois Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 04.10.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 023/2019-PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA - EPP, CNPJ 05.157.804/0001-12, Rua Caetano Costa, 916, centro, no município de Canoinhas, SC.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% do objeto do contrato.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.785,24 (Dois Mil Setecentos e Oitenta e Cinco reais e Vinte e Quatro Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 04.10.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 024/2019-PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 05.919.156/0001-94, Rua Francisco de Paula Rodrigues, 825, bairro Bela Vista, na cidade de Chapecó, SC.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% do objeto do contrato.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.165,75 (Três Mil Cento e Sessenta e Cinco Reais e Setenta e Cinco Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 04.10.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 025/2019-PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA - EPP, CNPJ 02.672.502/0003-56, Rua Estanislau Schumann, 700, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% do objeto do contrato.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.051,75 (Um Mil Cinquenta e Um Reais e Setenta e Cinco Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 04.10.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 026/2019-PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, CENTRO, BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADA: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA EPP, CNPJ 07.634.816/0001-16, Rua Cruzeiro, nº 386, São Bento do Sul, SC.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% do objeto do contrato.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.915,07 (Um Mil Novecentos e Quinze Reais e Sete Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 04.10.2019.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTRATO Nº 001/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede sita à Rua Estanislau Schumann, nº 839, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rodovia SC Ovídio Damaso da Silveira, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo, SC, CEP 89.478-000.

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede na Rua Francisco de Paula Rodrigues, 825, bairro Bela Vista, na cidade de Chapecó, SC, CEP 89.804-084, neste ato representada pela Sra. RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS, brasileira, casada, empresária, portador da Cédula de Identidade nº 4.256.445, inscrito no CPF sob o nº 005.351.199-92, residente e domiciliado na Rua Eurico Gaspar Dutra, 581-E, Bairro São Cristóvão, na cidade de Chapecó, SC.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR CRECHES - PNAC/2019.

Com fundamento no art.65 8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é a inclusão da Dotação Orçamentária, passando a vigorar além das presentes no contrato às presentes neste apostilamento a seguir:

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade 2.010 - Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental

(58) - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0700 - Aplicações Diretas

Bela Vista do Toldo 31 de Outubro de 2019

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTRATO Nº 002/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede sita à Rua Estanislau Schumann, nº 839, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rodovia SC Ovídio Damaso da Silveira, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo, SC, CEP 89.478-000.

CONTRATADA: FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA. - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.157.804/0001-12, com sede na Rua Caetano Costa, 916, centro, no município de Canoinhas, SC, CEP 89.460-000, neste ato representado pela Sra. Daniele Flávia Sorg, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 4.871.731, inscrita no CPF sob o nº 050.812.969-96,

residente e domiciliada na Rua Antonio Salomon, 79, Bairro Alto das Palmeiras, no município de Canoinhas, SC.

**OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR CRECHES - PNAC/2019.**

Com fundamento no art.65 8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é a inclusão da Dotação Orçamentária, passando a vigorar além das presentes no contrato às presentes neste apostilamento a seguir:

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade 2.010 - Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental

(58) - 3.3.90.00.00.00.00.00.0700 - Aplicações Diretas

Bela Vista do Toldo 31 de Outubro de 2019

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

CONTRATO Nº 003/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede sita à Rua Estanislau Schumann, nº 839, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rodovia SC Ovídio Damaso da Silveira, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo, SC, CEP 89.478-000.

CONTRATADA: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA. - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.672.502/0003-56, com sede na Rua Estanislau Schumann, 700, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, CEP 89.478-000, neste ato representado pelo Sr. Alexandre Costa Odachowski, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3.111.703, inscrito no CPF sob o nº 025.108.949-51, residente e domiciliado na Rua Gustavo Brandes, 368, Bairro Jardim Esperança, no município de Canoinhas, SC.

**OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR CRECHES - PNAC/2019.**

Com fundamento no art.65 8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é a inclusão da Dotação Orçamentária, passando a vigorar além das presentes no contrato às presentes neste apostilamento a seguir:

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade 2.010 - Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental

(58) - 3.3.90.00.00.00.00.00.0700 - Aplicações Diretas

Bela Vista do Toldo 31 de Outubro de 2019

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

CONTRATO Nº 004/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede sita à Rua Estanislau Schumann, nº 839, Centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rodovia SC Ovídio Damaso da Silveira, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo, SC, CEP 89.478-000.

CONTRATADA: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.634.816/0001-16, com sede na Rua Cruzeiro, nº 386, São Bento do Sul, SC, representado pelo Sr. CHARLES GILSON RITZMANN, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 1.795.870, inscrito no CPF sob nº 604.033.149-68, residente e domiciliado na Rua Vidal Ramos, nº 56, Schramm, São Bento do Sul, SC.

**OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR CRECHES - PNAC/2019.**

Com fundamento no art.65 8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é a inclusão da Dotação Orçamentária, passando a vigorar além das presentes no contrato às presentes neste apostilamento a seguir:

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade 2.010 - Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental

(58) - 3.3.90.00.00.00.00.00.0700 - Aplicações Diretas

Bela Vista do Toldo 31 de Outubro de 2019

ADELMO ALBERTI

PREFEITO MUNICIPAL

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### 2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2019

Publicação Nº 2223677

## PUBLICAÇÕES LEGAIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2019**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2019**

**ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FRUTAS, VERDURAS E OUTROS ALIMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS**

JOSE NEI KOCH				
Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
1	ABOBRINHA VERDE, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	4,12	
2	ABACAXI, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	4,25	
4	ALFACE CRESPA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	2,55	
6	BANANA BRANCA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	2,45	
7	BATATA DOCE, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	2,85	
8	BATATA INGLESA (BATATINHA), IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	4,75	
9	BETERRABA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	3,85	
10	BRÓCOLIS, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	3,85	
11	CEBOLA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	3,90	
12	CEBOLINHA VERDE, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO	JK	2,05	
13	CENOURA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	5,15	
14	COUVE FLOR, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	5,40	
15	CHUCHU, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	2,45	
16	LARANJA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	2,39	
17	MAÇÃ FUJI, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	4,50	
18	MAMÃO COMUM, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	3,90	
19	PEPINO SALADA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	3,80	
20	PIMENTÃO VERDE E VERMELHO, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	15,90	
21	REPOLHO BRANCO, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	4,35	
22	SALSINHA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	2,05	
23	TOMATE, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	6,00	
24	VAGEM, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	JK	7,15	
27	OVOS DE GALINHA, VERMELHOS, LIMPOS E NÃO TRINCADOS, REGISTRADO EM ÓRGÃO COMPETENTE, EMBALAGEM COM 1 DÚZIA. A VALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ SER SUPERIOR A 15 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA		5,50	

**MOMM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
3	AIPIM, DESCASCADO E CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO 1 KG. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA, REGISTRADO EM ÓRGÃO COMPETENTE	RUTE LUIZA	7,00
5	ALHO IN NATURA, EMBALAGEM DE 200 G	NOBRE	8,00
25	PÃO DE FORMA, FATIADO, EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 500 G. ROTULAGEM E EMBALAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. O PRODUTO DEVE TER SUA DATA DE FABRICAÇÃO NO MÁXIMO DE UM DIA ANTERIOR À DATA DE ENTREGA	BROT-HAUS	5,90
29	QUEIJO TIPO MUSSARELA, RESFRIADO, EM FATIAS SEPARADAS POR INTERFOLIADOR, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA, REGISTRADO EM ÓRGÃO COMPETENTE E PORTANDO INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL (SIM, SIE OU SIF). A VALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ SER SUPERIOR A 7 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	DAROLT	11,00
31	PRESUNTO, RESFRIADO, EM FATIAS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA, REGISTRADO EM ÓRGÃO COMPETENTE E PORTANDO INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL (SIM, SIE OU SIF). A VALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ SER SUPERIOR A 7 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	SEARA	10,75

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** 05 de agosto de 2019 a 05 de agosto de 2020.

Benedito Novo (SC), 05 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal



**3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26 A 30/2019**

Publicação Nº 2223050

**PUBLICAÇÕES LEGAIS****PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26, 27, 28, 29 e 30/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2019****ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC****OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS**

<b>ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 26/2019</b>			
<b>REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME</b>			
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Marca</b>	<b>Valor Unit.</b>
17	BOLA DE FUTSAL, MATRIZADA, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO PRODUZIDO EM BORRACHA DE SILICONE, CÂMARA CONSTRUÍDA COM UMA BLENDA DE BORRACHA NATURAL E SINTÉTICA COM MICRO RANHURAS (ANÉIS), CONFECCIONADA EM PU 100% COM PROCESSO DE TERMO FUSÃO, SEM COSTURAS, 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA, 8 GOMOS, COM 55 A 59 CM DE CIRCUNFERÊNCIA, 350 A 380 GRAMAS DE PESO. APROVADA PELA CBFS E OU FIFA	PENALTY	153,60

<b>ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 27/2019</b>			
<b>BILHARES E BOCHAS RIO LTDA</b>			
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Marca</b>	<b>Valor Unit.</b>
16	BOLA DE BOCHA, 08 (OITO) BOLAS SEPARADAS EM 02 (DUAS) CORES, 12,6 A 12,8 CM DE DIÂMETRO, PESO DE 1350 A 1380 GRAMAS, COM 01 (UM) BOLIM DE 5 CM DE DIÂMETRO EM RESINA POLIÉSTER E 01 (UM) BOLIM DE 5 CM DE DIÂMETRO EM AÇO	BOCHAS RIO	299,00

<b>ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 28/2019</b>			
<b>COMERCIAL ROPAGI LTDA - ME</b>			
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Marca</b>	<b>Valor Unit.</b>
2	BOLA OFICIAL DE FUTSAL, COM 8 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU ULTRA 100%. BOLA OFICIAL DAS PRINCIPAIS FEDERAÇÕES DE FUTSAL DO BRASIL. TAMANHO: 61 A 64 CM DE DIÂMETRO. PESO: 410 A 440 G	PENALTY	248,00
5	BOLA PROFISSIONAL DE FUTEVÔLEI, COM 8 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU ULTRA 100%. TAMANHO: 61 - 69 CM DE DIÂMETRO. PESO: 485 - 486 G, TERMOTEC.	PENALTY	158,00
7	BOLINHA PARA TÊNIS DE MESA DE COR BRANCA, OFICIAL REGRAS 2016, BOLINHA CONFECCIONADA EM PLÁSTICO ESPECIAL, 1 ESTRELA COM 40+ MM DE DIÂMETRO APROVADAS PELA T.T.A. DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS DA ITTF CAIXA COM 10 UNIDADES.	STAR FLEX	3,50
8	BOMBA DE ENCHER BOLA. MODELO SAC. BOMBA COM TECNOLOGIA DOUBLE ACTION - INFLA NOS DOIS SENTIDOS CONTEM MANGUEIRA E DUAS AGULHAS.	POKER	24,80
12	CRONOMETRO DIGITAL A PROVA D'ÁGUA MODELO SP-01P.	STAR FLEX	79,50
13	PLACAR MARCADOR DE MESA. PLACAR DE PLÁSTICO RESISTENTE COM INDICADOR DE PONTOS E SETS. MARCAÇÃO DE PONTOS DE 00 A 07 DOBRÁVEL (PORTÁTIL). TAMANHO: 38CM X 21CM.	HYPER	178,00
19	REDE PARA TENIS DE MESA OFICIAL COM MEDIADAS 1,83 METRO DE COMPRIMENTO E 15,25 CM DE ALTURA.	PANGUE	35,00
21	BARALHO PROFISSIONAL COUCHÉ 300 G (57X89 MM) 55 CARTAS CADA (52 CARTAS + 2 CURINGAS + CARTA GARANTIA), DISTRIBUÍDAS EM 4 GRUPOS DE NAIPES, OS QUAIS POSSUEM 13 CARTAS DE VALORES NUMÉRICOS DIFERENTES. OS VALORES NUMÉRICOS VÃO DE 2 A 10, ALÉM DE LETRAS 'A', 'J', 'Q' E 'K'.	COPAG	14,90
24	ALVOS EM PAPEL COM MEDIDAS 17X17 CM PARA TIRO ESPORTIVO DE 10 METROS, COM CARABINA AR DE MOLA CALIBRE 4,5(CHUMBO), UTILIZADO EM COMPETIÇÕES OFICIAIS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO.	GRS	0,30

<b>ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 29/2019</b>			
<b>S. SCHNEIDER</b>			
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Marca</b>	<b>Valor Unit.</b>
10	CONJUNTO DE FITAS PARA MARCAÇÃO DE QUADRA DE FUTEVÔLEI FIO DE	NEDEL	163,50

	POLIPROPILENO TRANÇADO COM 6 CM DE LARGURA SENDO 2 FITAS DE 18 METROS, 2 FITAS DE 9 METROS E 4 HASTES DE METAL PARA FIXAR AS FITAS ATRAVÉS DOS ANÉIS DE METAL EM SUAS PONTAS		
11	CONJUNTO DE FITAS PARA MARCAÇÃO DE QUADRA DE VÔLEI DE AREIA, FIO DE POLIPROPILENO TRANÇADO COM 6 CM DE LARGURA SENDO 2 FITAS DE 16 METROS, 2 FITAS DE 8 METROS E 4 HASTES DE METAL PARA FIXAR AS FITAS ATRAVÉS DOS ANÉIS DE METAL EM SUAS PONTAS.	NEDEL	168,00
25	MESA DE TÊNIS DE MESA COM RODIZIO EM MATERIAL MDF 25MM, DOBRÁVEL, MEDIDAS EXTERNAS APROXIMADAS DE 2,74M COMPRIMENTO X 1,52M LARGURA X 0,76M ALTURA, PINTADA NA COR AZUL NÃO REFLEXÍVEL, FITA DE BORDA DE ALTO IMPACTO, PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE NA PARTE INFERIOR, TRAVAS DE SEGURANÇA, CAVALETES DE MADEIRA NOBRE COM RODAS DE 3" NO CAVALETE CENTRAL, ACOMPANHANDO SUPORTE DE REDE, REDE, RAQUETES E BOLINHAS.	KLOPF	2.275,50

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 30/2019**  
**IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	ANTENA DE VOLEI, PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO. COMPOSIÇÃO FIBERGLASS, DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO 3/8 X 1,80M DE ALTURA. LISTRADA DE VERMELHO E BRANCO	STAR FELX	74,50
3	BOLA OFICIAL DE VOLEI DE PRAIA - CONFECCIONADA COM MICROFIBRA. ESTRUTURA EM GOMOS SEM COSTURA, COM 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA. TAMANHO: 65 - 67 CM DE DIÂMETRO. PESO: 260 - 280 G. COM MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	234,00
4	BOLA OFICIAL DE VÔLEI, MATRIZADA, COM 16 GOMOS, CONFECCIONADA COM MICROFIBRA, BOLA 7.0 PRÓ, OFICIAL APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL (FIVB). TAMANHO: 65-67 CM DE DIÂMETRO. PESO: 260-280 G.	PENALTY	276,50
6	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO, OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF): CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 68,5CM A 69,5CM; PESO ENTRE 410G A 450G; CÂMARA BUTIL, VÁLVULA SUBSTITUÍVEL, MIOLO REMOVÍVEL	PENALTY	238,00
9	CONE DE SINALIZAÇÃO DE 23 CM DE ALTURA. SUA FABRICAÇÃO DE POLIETILENO, COM BASE QUADRADA, O TORNA MAIS RESISTENTE, AUMENTANDO SUA DURABILIDADE.	KATELLI	6,65
14	REDE DE VOLEIBOL OFICIAL, 1,00 X 10,00 REFORÇADA NO FIO 5,0MM DE POLIETILENO 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV. COM 4 FAIXAS EM LONA DE 1,8MM E COSTURA DUPLA, RESISTENTES A SOL, CHUVA E AÇÕES CLIMÁTICAS. FAIXA SUPERIOR COM 7CM, COM PERSONALIZAÇÃO DA LOGOMARCA DA FME TIMBÓ. FAIXA INFERIOR E LATERAIS COM 5CM REVESTIMENTO INTERNO PASSANTE 10X10CM. REDE DE VOLEI CONFECCIONADA DE ACORDO COM A CBV.	REDE SPORT	218,50
15	REDE VÔLEI DE PRAIA MEDIDAS: 8,50 X 1.00 METROS, FIO 2,5MM DE POLIETILENO 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV. COM 4 FAIXAS E COSTURA DUPLA, RESISTENTE AO SOL, CHUVA E AÇÕES CLIMÁTICAS. FAIXA SUPERIOR COM 7 CM, COM PERSONALIZAÇÃO DA LOGOMARCA DA FME TIMBÓ. FAIXA INFERIOR E LATERAIS COM 5CM. REVESTIMENTO INTERNO PASSANTE. MALHAS 10 X 10CM. REDE DE VOLEI DE PRAIA CONFECCIONADA DE ACORDO COM A CBV.	REDE SPORT	230,50
18	COLETE PARA TREINAMENTO 100% POLIÉSTER E LATERAIS COM ELÁSTICO. TAMANHO INFANTIL. DIMENSÕES APROXIMADAS 44CM X 33CM (LARGURA X ALTURA) CORES DIVERSAS.	MAGUSSY	9,50
20	RAQUETES CONFECCIONADA EM MADEIRA, REVESTIDA POR BORRACHA MEDIDAS: 25CM DE ALTURA X 15CM DE LARGURA, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES	GOLD	39,00
22	JOGO DE DOMINÓ TRADICIONAL COM 28 PEÇAS BRANCAS DE FORMATO RETANGULAR MEDINDO: 2,5 CM X 4,9 CM X 0,9 CM ELABORADAS EM RESINA COM MARCADORES NUMÉRICOS EM PRETO, ACOMPANHA UM ESTOJO PARA ARMAZENAR AS PEÇAS.	DOUBLE	29,20
23	BOLSA DE MASSAGEM COM REVESTIMENTO INTERNO TÉRMICO COM 38 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO, 25 CM DE ALTURA E 20 CM DE LARGURA COM 6 BOLSOS LATERAIS EXTERNOS PARA ACOMODAR E ISOLAR PRODUTOS SECOS COM ALÇA SUPERIOR PRA TRANSPORTE	HEJO	148,50

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** 24 de abril de 2019 a 24 de abril de 2020.

Benedito Novo (SC), 24 de abril de 2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal



**AVISO DE LICITAÇÃO - PP 161/2019**

Publicação Nº 2223411

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2019

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DIVERSOS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE RUAS DO MUNICÍPIO. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9h do dia 26 de novembro de 2019. ABERTURA: às 9:05h do dia 26 de novembro de 2019. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) ou no e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 11 de novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

**AVISO DE LICITAÇÃO - PP 162/2019**

Publicação Nº 2223413

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2019

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14h do dia 26 de novembro de 2019. ABERTURA: às 14:05h do dia 26 de novembro de 2019. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) ou no e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 11 de novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

**DECRETO Nº 122/2019 - DISPÕE SOBRE A REDE DE SEGURANÇA ESCOLAR NA REDE DE ENSINO**

Publicação Nº 2223365

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 - BENEDITO NOVO – SC
--	---

DECRETO Nº 122/2019, de 06 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Rede de Segurança  
Escolar na rede de Ensino.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, nos seus artigos 70, I, "n" ; e

Considerando a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando o que preconiza o Art. 227, da Constituição Federal, que: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, [...] além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão [...]"

Considerando a proteção que devem merecer, prioritariamente, os alunos, professores e servidores das unidades educacionais, e possibilitar às unidades educacionais o desenvolvimento de suas atividades em ambiente tranquilo, sem perturbações de qualquer ordem;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída no Município de Benedito Novo, a REDE DE SEGURANÇA ESCOLAR, programa institucional que desenvolve ações policiais militares junto à comunidade escolar, prestando serviços de apoio e de consultoria de segurança escolar, assessorando e atendendo as unidades de ensino infantil, fundamental e médio.

Parágrafo Único – O objetivo do programa é orientar, prevenir e proteger as unidades educacionais da rede municipal e estadual de ensino.

Art. 2º - A operacionalização do programa da Rede de Segurança Escolar dar-se-á por meio de parceria entre Secretaria Municipal de Educação, Direção das Escolas Estaduais e o Destacamento da Polícia Militar do Município de Benedito Novo.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 06 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 122/2019 foi publicado e registrado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 06 de outubro de 2019.

Joice Aparecida Costa  
Auxiliar Administrativo I

## **DECRETO Nº 123/2019 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2223367

DECRETO Nº 123 DE 07 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.917, de 21 de novembro de 2018.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento geral do corrente exercício, na entidade Prefeitura Municipal de Benedito Novo, no valor de R\$ 20.511,78 (vinte mil, quinhentos e onze reais e setenta e oito centavos), conforme dotação orçamentária abaixo.

07.003.0018.0541.0702.2703 Manter as Atividades do Meio Ambiente 33371000000000000000 – Transf. a consórcios públicos	03000000	8.703,24
05.002.0013.0392.0501.2511 Adequar e Manter o Setor de Cultura 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	1.040,00
03.003.0006.0182.0303.2309 Ações da Defesa Civil 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	831,00
03.001.0006.0181.0302.2306 Manutenção do Corpo de Bombeiros 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	3.303,54
04.002.0008.0244.0401.2411 Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais 34490000000000000000 - Aplicações diretas	01650003	1.354,00
05.001.0012.0122.0500.2501 Manutenção dos Serviços da Secretaria de Educação 34490000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	5.280,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam autorizadas as anulações das seguintes dotações.

07.003.0018.0541.0702.2703 Manter as Atividades do Meio Ambiente 33171000000000000000 – Transf. a consórcios públicos mediante contrato de rateio	03000000	8.703,24
05.002.0013.0392.0501.2511 Adequar e Manter o Setor de Cultura 33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	1.040,00

03.003.0006.0182.0303.2309 Ações da Defesa Civil 34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	831,00
03.001.0006.0181.0302.2306 Manutenção do Corpo de Bombeiros 34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	3.303,54
04.002.0008.0244.0401.2411 Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01650003	1.354,00
05.001.0012.0122.0500.2501 Manutenção dos Serviços da Secretaria de Educação 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	5.280,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 07 de novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 123/2019 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 07 de novembro de 2019.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativa I

## DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 159/2019

Publicação Nº 2223409

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

PROCESSO LICITÓRIO Nº 159/2019

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08)

CONTRATADO: VALE IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA (13.620.038/0001-09)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS IDOSOS NO ENCONTRO MUNICIPAL DOS GRUPOS DA MELHOR IDADE

VALOR TOTAL: R\$ 7.650,00 (sete mil seiscentos e cinquenta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8666/93

Benedito Novo, 06 de novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

## ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2019

Publicação Nº 2222833

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 149/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2019

Contratada: JOCIMAR FIGUEIREDO

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA UTILIZAÇÃO NO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL TERCILIO LONGO

Valor do Contrato: R\$ 2.280,00

Vigência: 05/11/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 05/11/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 246/2019

Publicação Nº 2223606

DECRETO Nº 246/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

REGULAMENTA O §2º, DO ART. 3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 171/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e, considerando a necessidade de regulamentação da Lei Complementar nº 171/2019:

DECRETA:

Art. 1º. Os valores arrecadados com a venda dos tickets do estacionamento rotativo, conforme o § 2º, do art. 3º, da Lei Complementar n.º 171/2019, deverão ser repassados da seguinte forma:

- a) 8% (oito por cento) para a APAE;
- b) 5% (cinco por cento) para o Fundo Municipal de Segurança Pública de Biguaçu.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 07 de novembro de 2019.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

### DECRETO Nº 248/2019

Publicação Nº 2223602

DECRETO Nº 248/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O DESASSOREAMENTO DO RIO CAVEIRAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Instrução normativa IMA n. 65, de 14/10/2018.

CONSIDERANDO a distribuição constitucional de competência para cuidar dos recursos hídricos, compreendendo a competência municipal;

Considerando que o Rio Caveiras encontra-se assoreado na localidade Bairro Saveiro;

Considerando os últimos levantamentos realizados, os quais atestam o comprometimento da capacidade de vazão do Rio Biguaçu em função do assoreamento;

Considerando que a situação impede a vazão das águas ocasionando transbordamentos laterais atingindo estradas, residências e outras edificações no bairro Saveiro, ocasionadas pelo desajuste no regime hidrológico;

Considerando que os recorrentes alagamentos causam danos e trazem prejuízos sociais e materiais;

Considerando que o desastre se caracteriza como de evolução gradual, e que há muito tempo não passa pelo processo de desassoreamento;

Considerando o grau de vulnerabilidade do cenário e da população frente aos desastres naturais e a importância nos desastres secundários, critérios que concorrem como agravantes da situação de anormalidade;

Considerando que o desassoreamento do Rio irá reduzir os riscos de frequente alagamento, portanto atividade de relevante interesse público aumentando a segurança e qualidade de vida dos cidadãos;

CONSIDERANDO que o desassoreamento tem a finalidade de proporcionar a melhoria do curso do Rio e reduzir os prejuízos ao meio ambiente, econômico e social,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública e em situação de emergência, como medida preventiva de contenção de cheias, o desassoreamento de parte do leito do Rio Caveiras, trecho compreendido na localidade do Bairro Rio Caveiras, com extensão de aproximadamente 800,00m (oitocentos metros).

Art. 2º - O desassoreamento mecanizado da área do leito do Rio descrita no artigo anterior, de interesse público, tem como objetivo a limpeza e aprofundamento de parte do leito do Rio Caveiras.

Art. 3º - A área descrita no artigo anterior tem como o objetivo específico a limpeza das margens, o desassoreamento e proteção do leito dos ribeirões.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão pelas dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 08 de novembro de 2019.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

## PORTARIA Nº 3364/2019

Publicação Nº 2224147

PORTARIA nº 3364 de 08 de novembro de 2019

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.  
RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a), MARILIA FERNANDES CAROLLO aprovado (a) no Processo Seletivo 002/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de FONOAUDIÓLOGO, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF), da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 22/10/2019 a 21/10/2020, para compor a equipe NASF, regularizar seus atendimentos com relação aos serviços de fonoaudiologia e evitar a perda de recurso pela desconfiguração da equipe em virtude da falta de um profissional fonoaudiólogo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/10/2019.

Biguaçu, 08 de novembro de 2019.

DANIEL CESAR DA LUZ  
Secretário Municipal da Saúde

## PORTARIA Nº 3365/2019

Publicação Nº 2224150

PORTARIA nº 3365 de 08 de novembro de 2019

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.  
RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a), GILCEIA MARIA PAULI aprovado (a) no Processo Seletivo 002/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FUNDOS, da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 31/10/2019 a 30/10/2020, para manter em funcionamento os serviços de Atenção Básica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2019.

Biguaçu, 08 de novembro de 2019.

DANIEL CESAR DA LUZ  
Secretário Municipal da Saúde

### **PORTARIA Nº 3366/2019**

Publicação Nº 2224151

PORTARIA nº 3366 de 08 de novembro de 2019

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.  
RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RENATA CAROLINA PADILHA RIBEIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde Prado – região 08, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme aprovação no Processo Seletivo Nº 003/2018 – Secretaria de Saúde, a partir de 25/10/2019 para a manutenção do convênio com a União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 25/10/2019.

Biguaçu, 08 de novembro de 2019.

DANIEL CÉSAR DA LUIZ  
Secretário Municipal de Saúde

### **PORTARIA Nº 3367/2019**

Publicação Nº 2224153

PORTARIA nº 3367 de 08 de novembro de 2019

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de fevereiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, KOWALSKY ADALBERTO DE SOUZA, brasileiro (a), para exercer o cargo de GERENTE DE OBRAS PÚBLICAS, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Obras, a partir de 06/11/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 06/11/2019.

Biguaçu, 08 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 3368/2019**

Publicação Nº 2224154

PORTARIA nº 3368 de 08 de novembro de 2019

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de fevereiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, MARCOS VENICIO JUTTEL, brasileiro (a), para exercer o cargo de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO DO PRÓ-CIDADÃO, nível CC-5, na Secretaria Municipal da Receita, a partir de 07/11/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 07/11/2019.

Biguaçu, 08 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3369/2019**

Publicação Nº 2224156

PORTARIA nº 3369 de 08 de novembro de 2019

Nomeia servidores para comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 125, caput da Lei Complementar nº 47/2011, alterado pela Lei Complementar nº 79/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear servidores para comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 125, caput da Lei Complementar nº 47/2011, alterado pela Lei Complementar nº 79/2015.

Parágrafo único. Os servidores efetivos e estáveis nomeados para comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar são:

Servidor	Cargo
MARIA FERNANDA CAMINHA DE SOUZA	ESCRITURÁRIO
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO	ESCRITURÁRIO
GERSON DA SILVA	MOTORISTA I
CRISTIANE GOES	RECEPCIONISTA
LEANDRO DE SOUZA CUNHA	ESCRITURÁRIO
MARISETE DA SILVA ROCHA	PROCURADOR DO MUNICÍPIO

Art. 2º Designar os seguintes servidores como membros suplentes da comissão:

Servidor	Cargo
ARIANI LEITIS MOTTER GRISS COSTA	ESCRITURÁRIO
SUZANA SOUZA PIRES DO AMARAL	TELEFONISTA
MARISTELA LIRA BITTENCOURT DE ÁVILA	ESCRITURÁRIO

Art. 3º O pagamento da Gratificação pela Participação como Membro Titular em Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar é fixado nos termos do art. 125, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 1437/2019.

Biguaçu, 08 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3370/2019**

Publicação Nº 2224157

PORTARIA Nº 3370/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º CEDER PARCIALMENTE o servidor Leandro Francisco Torquato, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, lotado na Secretaria Municipal da Receita, à Controladoria-Geral do Município para auxiliar em trabalhos de auditorias/inspeções. O período de cessão é de 11/11/2019 a 06/12/2019, por 15 horas em cada semana decorrida, que serão exercidas na Secretaria de origem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 11/11/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 3371/2019**

Publicação Nº 2224160

PORTARIA nº 3371 de 11 de novembro de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) SUELEN DA SILVA, do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/11/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 17/11/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3372/2019**

Publicação Nº 2224162

PORTARIA nº 3372 de 11 de novembro de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) LUCIMAR FURLANETTO MARTINS, do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/11/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 06/11/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**CONVOCAÇÃO Nº 006 EDITAL 003/2018**

Publicação Nº 2223890



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

**CONVOCAÇÃO Nº 006 – Edital 003/2018**

A Secretaria Municipal de Saúde, **no uso das atribuições**, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo SESAU Edital 003/2018, abaixo relacionado para **comparecer** na Rua: Vereador Emídio Amorim Verissimo, Nº 114 - Bairro: Rio Caveiras – Biguaçu – SC, até o dia 20/11/2019, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

**RAMON WOLLINGER**  
Prefeito Municipal

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – JARDIM JANAINA - 40HS

004 – SUELLEN OLIVEIRA DA ROSA - Chamada de acordo com o Art.3º da Lei nº 1563/2001.

Rua: Vereador Emídio Amorim Verissimo, nº 114,  
Bairro: Rio Caveiras – Biguaçu – CEP 88160.000  
Telefone (48) 3039 8500



**CONVOCAÇÃO Nº 024 EDITAL 004/2018**

Publicação Nº 2223936



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

**CONVOCAÇÃO Nº 024– Edital 004/2018**

A Secretaria Municipal de Administração, **no uso das atribuições**, CONVOCA o candidato **aprovado no Processo Seletivo SEMAD Edital 004/2018, abaixo relacionado para comparecer na Rua:** Praça Nereu Ramos, Nº 90 - Bairro: Centro – Biguaçu – SC, até o dia **20/11/2019**, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

**O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.** Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

**RAMON WOLLINGER**  
Prefeito Municipal

**CARGO: ARQUITETO – 30HS**

**006 – LESY DUARTE DE ANDRADE - Chamada de acordo com o Art. 2º da Lei Nº 1528 DE 02 DE MAIO DE 2001.**

Rua: Praça Nereu Ramos, nº 90,  
Bairro: Centro – Biguaçu – CEP 88160-000  
Telefone (48) 3094-4100

**CONVOCAÇÃO Nº 032 EDITAL 002/2018**

Publicação Nº 2223897



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

**CONVOCAÇÃO Nº 032 – Edital 002/2018**

A Secretaria Municipal de Saúde, **no uso das atribuições**, CONVOCA o candidato **aprovado no Processo Seletivo SESAU Edital 002/2018, abaixo relacionado para comparecer na Rua: Vereador Emídio Amorim Verissimo, Nº 114 - Bairro: Rio Caveiras – Biguaçu – SC, até o dia 20/11/2019, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.**

**O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.** Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

**RAMON WOLLINGER**  
Prefeito Municipal

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40HS

057 – ELISIANE BORGES DELFINO – Chamada de acordo com o Art. 3ª da Lei Nº1563 DE 2001.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL – 30HS

006 – ALINE JANAINA MORÃES GONÇALVES - Chamada de acordo com o Art. 2ª da Lei Nº1528 DE 02 DE MAIO DE 2001.

Rua: Vereador Emídio Amorim Verissimo, nº 114,  
Bairro: Rio Caveiras – Biguaçu – CEP 88160.000  
Telefone (48) 3039 8500



# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.433/2019

Publicação Nº 2223940

DECRETO Nº 12.433, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento no valor de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

1204 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 12.04.04.122.0029.2300 – Man. Ativ. Adm. Fin. Assistência Social

Modalidade 4.4.90 (498) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER**

1601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0033.2098 – Manut. Ativ. Adm. Sector

Modalidade 3.3.90 (670) Aplicações Diretas R\$ 500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

**12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

1204 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 12.04.04.122.0029.2300 – Manut. Ativ. Adm. Fin. Assistência Social

Modalidade 3.3.90 (496) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER**

1601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0033.2098 – Manut. Ativ. Adm. Sector

Modalidade 3.1.90 (668) Aplicações Diretas R\$ 500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 12.434/2019

Publicação Nº 2223941

DECRETO Nº 12.434, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no valor de R\$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**32- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**

3202 – Diretoria Administrativa

Atividade 32.02.04.122.0042.2205 – Manut. Ativ. Adm. SAMAE

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3204 – Diretoria Técnica

Atividade 32.04.17.605.0081.2211 – Manut. Ativ. Projetos

Modalidade 3.1.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Modalidade 3.1.91 (29) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3205 – Diretoria de Operações

Atividade 32.05.17.512.0083.2209 – Manut. Sistema Tratamento Esgoto

Modalidade 3.1.90 (42) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Modalidade 3.1.91 (43) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

**32- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**

3202 – Diretoria Administrativa

Atividade 32.02.04.122.0042.2205 – Manut. Ativ. Adm. SAMAE

Modalidade 3.1.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3204 – Diretoria Técnica

Atividade 32.04.17.605.0081.2211 – Manut. Ativ. Projetos

Modalidade 4.4.90 (31) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3205 – Diretoria de Operações

Atividade 32.05.17.512.0083.2209 – Manut. Sistema Tratamento Esgoto

Modalidade 3.3.90 (44) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.556/2019**

Publicação Nº 2223943

PORTARIA Nº 23.556, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA PAULA SOUZA TEODORO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 32, II, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 0865/2019, de 04/11/2019, resolve:

CONCEDER, a contar de 04 de novembro de 2019, a gratificação pela Participação em Estratégia Saúde da Família, conforme o artigo 32, II, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, à servidora pública municipal ANA PAULA SOUZA TEODORO, contratada em caráter temporário sob a égide da CLT, para a função de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.559/2019**

Publicação Nº 2223944

PORTARIA Nº 23.559, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPENSA GRATIFICAÇÃO PELO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA GESTÃO DO TRABALHO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE INDICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 45-B da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016 e alterações posteriores, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 871/2019, resolve:

DISPENSAR gratificação pelo programa cuidando de quem cuida da gestão do trabalho, conforme artigo 45-B da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016 e alterações posteriores, a servidora pública municipal que indica, a contar de 01 de outubro de 2019:

LEANDRA PELLEGRIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.560/2019**

Publicação Nº 2223948

PORTARIA Nº 23.560, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPENSA DEISE VOLTOLINI DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE ATIVIDADES CONTÁBEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 45-J da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 870/2019, de 06 de novembro de 2019, resolve:

DISPENSAR, a contar de 19 de agosto de 2019:

DEISE VOLTOLINI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, da gratificação especial pela Coordenação Municipal de Atividades Contábeis do Fundo Municipal de Saúde, concedida pela Portaria nº 23.286/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.561/2019**

Publicação Nº 2223950

PORTARIA Nº 23.561, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPENSA GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE RESPONSÁVEL TÉCNICO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GORETE YNAQUIEVI DE REZENDE FOCESATO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 44 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016 e alterações posteriores, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 869/2019, de 06 de novembro de 2019, resolve:

DISPENSAR gratificação pelo desempenho de atividade de responsável técnico a servidora pública municipal que indica, a contar de 31 de outubro de 2019:

GORETE YNAQUIEVI DE REZENDE FOCESATO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, designada pela Portaria nº 21.735/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 23.563/2019**

Publicação Nº 2223952

PORTARIA N. 23.563, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DEMITE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL I.S.S.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 185, III, do mesmo diploma legal, resolve:

DEMITIR

I.S.S., matrícula nº 71398-4, contratado por prazo determinado nos termos da Lei n. 7.564, de 09/09/2010, para a função de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a consequente extinção do contrato por justa causa, nos termos da Lei Federal n. 7.564, de 09/09/2010, por infringir os artigos 176, III e V e 177, XXVIII da Lei Complementar n.º 660/07, à vista do que consta do Relatório Final e do Julgamento prolatado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 012/2019-2ª CPASD, com observância ao disposto no artigo 196 da LC 660/07, que impede nova investidura no serviço público municipal pelo prazo de cinco anos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**INTIMAÇÃO 2º CSPAD - PAD Nº 012/2019**

Publicação Nº 2223956

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD

PAD Nº 012/2019

INDICIADO: I.S.S.

ADV. ARISTON TONIAL - OAB/SC nº 27.694

DESPACHO: Intime-se o defensor dativo para ciência do relatório final exarado por esta Comissão, do julgamento e da Portaria nº 23.563/2019, exaradas pelo Senhor Prefeito, constante de folhas 61 a 75 dos autos.

**INTIMAÇÃO 2º CSPAD - PAD Nº 017/2019**

Publicação Nº 2223957

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD

PAD Nº 017/2019

INDICIADA: A.P.V.D.S.

ADV. NILSON DOS SANTOS- OAB/SC nº 16.612

DESPACHO: Intime-se o procurador do servidor indiciado, para tomar ciência da data que será realizada a perícia médica no referido servidor, qual seja, dia 25/11/2019, às 9:h00min, no Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor – SESOSP, Praça Victor Konder, 02, sala 48, 4º andar, prédio da PMB, de conformidade com a Portaria nº 23.555/2019 exarada pelo Sr. Prefeito(fls.54/55); formular quesitos e, caso queira, nomear assistente técnico para acompanhar a referida perícia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2016**

Publicação Nº 2223960

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 005/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A M. BAILER ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

OBJETO: Locação de um imóvel localizado na Rua Paulo Lenz, nº. 32, Bairro Escola Agrícola, Blumenau/SC, para funcionamento e atividades

do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Região V – SEMUDES.

PROCESSO: Dispensa nº. 08-194/2015

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2020.

VALOR: Renova-se o valor da locação que se mantém em R\$ 4.500,00 mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 54.000,00.

DATA DE ASSINATURA: 22 de outubro de 2019.

### **EXTRATO 17º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2015**

Publicação Nº 2223963

EXTRATO – 17º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 139/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - HOSPITAL SANTA ISABEL.

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial, SIA (urgência/emergência, diagnósticos e tratamento), para internações hospitalares - SIH, e termos de pactuação das redes de atenção, conforme o que estabelece a portaria nº 3410 de 30/12/2013/MS, a ser prestado pelo credenciado aos usuários do Sistema único de Saúde – SUS, de acordo com o Processo de Inexigibilidade nº 09-063/2015 – SEMUS/FMS.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-63/2015

VALOR: Acrescenta um valor de R\$ 1.958.663,28 (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e oito centavos) referente "Emenda Parlamentar" e "Incentivo Redes (RUE) - LEITOS DE AVC".

ALTERAÇÃO: Inclui-se informações referente a execução dos serviços: procedimentos Quimioembolização e Colangiopancreatografia.

DATA DE ASSINATURA: 8 de outubro de 2019.

### **EXTRATO 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 165/2015**

Publicação Nº 2223967

EXTRATO – 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 165/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte (via terrestre) e destino final dos resíduos sépticos do serviço de saúde.

PROCESSO: Concorrência nº. 03-035/2014.

ALTERAÇÃO: Altera a cláusula quarta, Grupo 2, incluindo dois novos locais para coleta de resíduos, nº. 63 - Presídio Regional de Blumenau e nº. 64 - Penitenciária Industrial de Blumenau, sem alteração dos valores contratuais.

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 207/2017**

Publicação Nº 2223970

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 207/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA – APC.

OBJETO: Serviço de manutenção, atualização e gerenciamento de dados ao Software PERGAMUM – Sistema Integrado de Bibliotecas, instalado na Fundação Cultural de Blumenau para organização, empréstimo e consulta dos acervos da Biblioteca Municipal Dr. Fritz Muller e do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - FCB.

PROCESSO: Processo de Inexigibilidade nº. 09-098/2017

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 26 de setembro de 2019 até 25 de setembro de 2020.

VALOR: Renova-se o valor pago a CONTRATADA que se mantém em R\$ 513,00 mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 6.156,00.

DATA DE ASSINATURA: 26 de setembro de 2019.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 229/2018**

Publicação Nº 2223973

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 229/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A Sra. ANA PAULA MARCELLINO

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 38/2017, ÁREA CINEMA E VÍDEO, MODALIDADE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, INTITULADO "ARTE EM PLANO"

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Altera-se 1) O CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau); 2) A redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)" 3) Inclusão de 03 (três) "Exibições do Documentário Arte em Plano", para público aproximado de 200 pessoas.

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 252/2018**

Publicação Nº 2223976

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 252/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A DHM SISTEMAS LTDA ME.

OBJETO: MANUTENÇÃO DE USO DE SOLUÇÃO COORPORATIVA DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS.

PROCESSO: Pregão Presencial nº. 125/2018

PRAZO: Prorrogando o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 8 de novembro de 2019 até 7 de novembro de 2020

VALOR: Renova-se apenas os itens 03 e 04, totalizando o valor do contrato em R\$ 437.600,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e seiscentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 1º de novembro de 2019.

**EXTRATO CONTRATO Nº 254/2019**

Publicação Nº 2223979

EXTRATO – CONTRATO Nº. 254/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A BERMO EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: Locação de imóvel na Rua Engenheiro Paul Werner, n. 120, Bairro Itoupava Seca, destinado ao funcionamento da Vigilância Epidemiológica de Blumenau – SEMUS/FMS.

PROCESSO: Processo de Dispensa nº. 08-076/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da lei 8.666/93 e alterações.

PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência a partir da data da homologação do processo, ou seja, do dia 07 de agosto de 2019 até 06 de agosto de 2020

VALOR: R\$ 141.600,00 (cento e quarenta e um mil e seiscentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 25 de outubro de 2019.

**EXTRATO CONTRATO Nº 256/2019**

Publicação Nº 2223980

EXTRATO – CONTRATO Nº. 256/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI.

OBJETO: Execução de pavimentação em blocos de concreto intertravado, drenagem pluvial, obras complementares e sinalização viária da Rua Matos Costa, Bairro Passo Manso, Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital, Contrato de Financiamento nº 0498.699 – DVº 69 – FINISA – SEMOB.

PROCESSO: Tomada de Preços nº 02-008/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 22, II, da lei 8.666/93 e alterações.

PRAZO: 05 (cinco) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

VALOR: R\$ 222.416,61 (duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e um centavos).

DATA DE ASSINATURA: 31 de outubro de 2019.

**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº 138/2013**

Publicação Nº 2223983

EXTRATO – TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO 138/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SRA. MARIA SALETE DE SOUZA.

OBJETO: Locação de um prédio de alvenaria destinado ao funcionamento da sede administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES.

PROCESSO: Dispensa nº. 08-108/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: Rescisão Amigável, art. 79, inc. II da lei 9.666/93 e alterações.

DATA DA RESCISÃO: 16 de outubro de 2019.

**PORTARIA Nº 530/2019 - GABSEMUS**

Publicação Nº 2223989

PORTARIA Nº 530/2019/GABSEMUS.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no Art. 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no Artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234 de 06 de junho de 2019:

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

CONSIDERANDO a Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014, Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS);

CONSIDERANDO a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

CONSIDERANDO a Portaria nº483, de 1º de abril de 2014, Redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado;

CONSIDERANDO o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil 2011-2022;

CONSIDERANDO a Portaria nº 761, de 21 de junho de 2016, que valida as orientações técnicas do tratamento do tabagismo constantes no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Dependência à Nicotina

CONSIDERANDO a Lei nº 13.895, de 30 de Outubro de 2019 - Institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética.

RESOLVE

Implantar a Política Municipal de Doenças Crônicas Não Transmissíveis para o município de Blumenau, a partir da publicação desta portaria

Blumenau, 31 de outubro de 2019.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK  
Secretário Municipal de Promoção da Saúde  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### **PORTARIA Nº 531/2019 - GABSEMUS**

Publicação Nº 2223997

PORTARIA Nº 531/2019/GABSEMUS.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no Art. 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no Artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234 de 06 de junho de 2019:

Considerando a Portaria do Ministério da Saúde nº 529, de 1 de abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) e cria o Comitê de Implementação do Programa Nacional de Segurança do Paciente (CIPNSP);

Considerando a RDC da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nº 36, de 25 de julho de 2013, que institui ações para segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências;

Considerando a necessidade de instituir uma referência para apoio e direcionamento dos serviços realizados pela Secretaria Municipal de Promoção da Saúde em busca da melhoria da qualidade de segurança do paciente;

#### **RESOLVE**

Implantar a Política Municipal de Segurança do Paciente para o município de Blumenau, a partir da publicação desta portaria

Blumenau, 31 de outubro de 2019.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK  
Secretário Municipal de Promoção da Saúde  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### **PORTARIA Nº 532/2019 - GABSEMUS**

Publicação Nº 2224000

PORTARIA Nº 532/2019/GABSEMUS.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no Art. 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no Artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234 de 06 de junho de 2019:

CONSIDERANDO o art. 200, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que determina ser da Competência do Sistema Único de Saúde (SUS), além de outras atribuições, "ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde".

CONSIDERANDO que o art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, regulamentando a Constituição, estabelece que "estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), inciso III - a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde".

CONSIDERANDO que o art. 27 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, garante que "A política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo, em cumprimento dos seguintes objetivos: I - organização de um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal".

CONSIDERANDO a Portaria nº 399, de 22 de Fevereiro de 2006 do Ministério da Saúde que estabelece o Pacto pela Saúde, no seu capítulo III – Pacto de Gestão - Educação na Saúde:

9.1 – A - Das diretrizes para o trabalho na Educação na Saúde são "Considerar que a proposição de ações para formação e desenvolvimento dos profissionais de saúde para atender às necessidades do SUS deve ser produto de cooperação técnica, articulação e diálogo entre os gestores das três esferas de governo, as instituições de ensino, os serviços e controle social e podem contemplar ações no campo da formação e do trabalho".

CONSIDERANDO o Anexo I do Pacto pela Saúde 2006. Consolidação do SUS: responsabilidades na educação na saúde, para os entes federados:

6.1 – MUNICÍPIOS: Articular e cooperar com a construção e implementação de iniciativas políticas e práticas para a mudança na graduação das profissões de saúde, de acordo com as diretrizes do SUS.

CONSIDERANDO a Resolução nº 569 de 8 de dezembro de 2017 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que em seu Art. 3º Aprova os pressupostos, princípios e diretrizes comuns para todos os cursos de graduação na área da saúde e em seu item III estabelece a "Integração ensino-serviço-gestão-comunidade, de forma a promover: a) a inserção dos estudantes nos cenários de práticas do SUS e outros equipamentos sociais desde o início da formação, integrando a educação e o trabalho em saúde; b) a ampliação da rede de atenção em uma rede de ensino-aprendizagem, com vistas ao desenvolvimento dos (as) trabalhadores (as) e do trabalho em saúde; c) a diversificação de cenários de práticas, possibilitando aos discentes vivenciar as políticas de saúde, os fluxos de atenção em rede e de organização do trabalho em equipe interprofissional; d) a formalização da integração das IES com as redes de serviços de saúde, por meio de convênios ou

outros instrumentos, que viabilizem pactuações e o estabelecimento de corresponsabilizações entre as instituições de ensino e as gestões municipais e estaduais de saúde; e) a participação dos gestores de saúde nas instâncias decisórias das IES; f) a integração das ações de formação aos processos de Educação Permanente em Saúde (EPS) da rede de serviços; g) a participação ativa da comunidade e/ou das instâncias de controle social em saúde; h) que as DCN dos cursos de graduação valorizem a carga horária destinada aos estágios curriculares e às atividades práticas e de extensão; i) a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão com a prestação de serviços de saúde, com base nas necessidades sociais e na capacidade de promover o desenvolvimento locorregional”.

**RESOLVE**

Implantar a Política Municipal de Integração de Ensino, Serviço, Comunidade para o município de Blumenau.

Blumenau, 31 de outubro de 2019.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK  
Secretário Municipal de Promoção da Saúde  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 533/2019 - GABSEMUS**

Publicação Nº 2224004

PORTARIA Nº 533/2019/GABSEMUS.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no Art. 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no Artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234 de 06 de junho de 2019:

CONSIDERANDO a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (ParticipaSUS), instituída pela Portaria GM/MS nº 3.027, de 26 de novembro de 2007, que reafirma os pressupostos da Reforma Sanitária quanto ao direito universal à saúde enquanto responsabilidade do Estado – universalidade, equidade, integralidade e participação social.

CONSIDERANDO que são destaques desta Política: a valorização dos diferentes mecanismos de participação popular e de controle social, a promoção da inclusão social de populações específicas e a afirmação do protagonismo da população na luta por saúde a partir da ampliação de espaços públicos de debates e construção de saberes.

CONSIDERANDO que esta política nacional promove a integração e interação das ações de auditoria, ouvidoria, monitoramento e avaliação com o controle social, entendidos como medidas para o aprimoramento da gestão do SUS.

**RESOLVE**

Implantar a Política Municipal de Gestão Estratégica e Participativa para o município de Blumenau.

Blumenau, 31 de outubro de 2019.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK  
Secretário Municipal de Promoção da Saúde  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 534/2019 - GABSEMUS**

Publicação Nº 2224006

PORTARIA Nº 534/2019/GABSEMUS.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no Art. 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no Artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234 de 06 de junho de 2019:

CONSIDERANDO o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, e dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica;

CONSIDERANDO a Seção IV da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e dispõe sobre o Plano de Fornecimento de Equipamentos Odontológicos para as Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família (ESFSB);

CONSIDERANDO as Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente;

CONSIDERANDO a necessidade de incentivar a reorganização da atenção à Saúde Bucal na atenção básica, por meio das Equipes de Saúde Bucal da Estratégia Saúde da Família;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação do acesso da população brasileira às ações de promoção, prevenção e recuperação da Saúde Bucal;

CONSIDERANDO a necessidade de melhorar os índices epidemiológicos em Saúde Bucal da população brasileira, bem como a necessidade de ampliação da resolubilidade das ações básicas de Saúde Bucal, buscando a integralidade da assistência;

**RESOLVE**

Implantar a Política Municipal de Saúde Bucal para o município de Blumenau.



Blumenau, 31 de outubro de 2019.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK  
Secretário Municipal de Promoção da Saúde  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### PORTARIA Nº 535/2019 - GABSEMUS

Publicação Nº 2224010

PORTARIA Nº 535/2019/GABSEMUS.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no Art. 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no Artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234 de 06 de junho de 2019:

CONSIDERANDO a Lei nº 8.080, de 19/9/1990: dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.142, de 18/12/1990: dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria nº 2203 GM/MS, de 05/11/1996: aprova, nos termos do texto a esta portaria, a NOB 1/96, a qual redefine o modelo de gestão do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria nº 373 GM/MS, de 27/02/2002: aprova a Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS-SUS 01/2002 que amplia as responsabilidades dos municípios na atenção básica;

CONSIDERANDO a Portaria nº 399 GM/MS, de 22/02/2006: divulga o pacto pela saúde 2006 (consolidação do SUS) e aprova as diretrizes operacionais do referido pacto.

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM Nº 2.488, de 21/10/2011: Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

CONSIDERANDO que a Política Nacional de Humanização (PNH) existe desde 2003 para efetivar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde pública no Brasil e incentivando trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários.

RESOLVE

Implantar a Política Municipal de Humanização para o município de Blumenau.

Blumenau, 31 de outubro de 2019.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK  
Secretário Municipal de Promoção da Saúde  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### PORTARIA Nº 7572/2019 - SAMAE

Publicação Nº 2224015

PORTARIA Nº 7572/19

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

CONCEDER

Promoção Horizontal com base nos Artigos 24º e 25º, inciso I, da Lei Complementar nº. 661 de 28 de novembro de 2007, a partir de 01 de outubro de 2019, de acordo com o Processo Administrativo Nº. 614/1910 aos servidores:

Cadastro	Servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO
1897-0	ANA PAULA SCHMITZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	D	GF
2052-4	LUCIANO DOMINGUES DO NASCIMENTO	AGENTE DE LOGISTICA	N	GF

Samae, 06 de novembro de 2019

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 7573/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2224017

PORTARIA Nº 7573/19

NOMEIA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

NOMEAR

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, o candidato aprovado no Concurso Público Nº 001/2018, a contar desta data:

JESSICA CAROLINE DOS SANTOS, para ocupar cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 10, do Grupo Ocupacional Funcional- GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 657/1911.

Samae, 06 de novembro de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

DIRETOR PRESIDENTE

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7529/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2224025

**PORTARIA N.º 7529/2019****CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA.**

**ELÓI BARNI**, Diretor Presidente do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

nos termos dos artigos 9.º, parágrafo único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**Art.1.º CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA**, aos servidores públicos municipais relacionados no quadro abaixo:

<b>CADASTRO</b>	<b>NOME</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>
212806	ADRIANA APARECIDA PEREIRA	08/11/2019	08/11/2019
179299	ALESSANDRA HELENA WIEDERKEHR	18/10/2019	30/10/2019
229351	ALEXANDRA DA SILVA	22/10/2019	22/11/2019
231278	ALICE DE LIMA SANTANA	19/10/2019	11/11/2019
230108	ANA DA SILVA	25/10/2019	09/12/2019
228781	ANA LUCIA SANTOS DUARTE ALMEIDA	16/10/2019	31/12/2019
231464	BRUNA GABRIELA METZDORF DOS SANTOS	15/10/2019	23/10/2019
004005	CARLA REGINA CUMIOTTO	19/10/2019	03/12/2019
116009	CLAODENIR COVATTI	21/10/2019	07/12/2019
229569	CLARICE POKRYWIECKI REIS	16/10/2019	30/10/2019
231059	DAIANE DAY LIMA	16/10/2019	04/11/2019
170634	DANYELA BORGES DE JESUS RAMOS	29/10/2019	30/10/2019
204218	DENISE HORT	29/10/2019	04/03/2020
229865	DILSON GARCIA DE OLIVEIRA FILHO	09/10/2019	24/12/2019
175544	EDSON FAGUNDES	18/10/2019	03/12/2019
229459	ELAINE NOGUEIRA DE ARAUJO DA SILVA	13/10/2019	16/02/2020
225339	ELCI APARECIDA DOMINGUES DE SOUZA	29/10/2019	14/11/2019
185833	ELIANE CASAS SABEL	28/10/2019	09/11/2019
010807	ELIO BRAZ PEREIRA	02/11/2019	29/11/2019
192180	EVA ANGELICA FISCHER	16/10/2019	31/01/2020
208485	FERNANDO WEINGAERTNER	19/10/2019	21/10/2019
229803	GICELDA CÂNDIDO MACHADO	25/10/2019	08/01/2020
224707	GREICI ERHARDT SCHNEIDER	05/10/2019	20/12/2019
184993	HILDA FRANCISCO	17/10/2019	02/11/2019
157554	IDA MARIA MOSSMANN	23/10/2019	13/11/2019

174084	IRIS APARECIDA TOMASI	29/10/2019	29/10/2019
224960	IZABEL CRISTINA VILELA DE CASTRO BARROS	20/10/2019	05/11/2019
224570	JAMILE JAROUJ RAHAL	17/10/2019	02/01/2020
221287	JANETE DA SILVA JACOB	24/10/2019	24/10/2019
003145	JANETE FATIMA CELESTINO DE BARROS	17/10/2019	01/11/2019
184306	JOANA CECILIA BISS SILVA	18/10/2019	02/12/2019
230384	KATIA TATIANE POKRYWIECKI RICARDO	25/10/2019	09/12/2019
231316	LEIDY SARA MARIA MAGRO FIGUEREDO	23/10/2019	07/12/2019
003520	LENIR BERTO	16/10/2019	01/01/2020
2500532	LEONEL LUIZ DA CUNHA JUNIOR	14/10/2019	14/11/2019
011896	LUCIANA BISIO MATTOS	23/10/2019	16/12/2019
230821	LUCIANA PAULINO	26/10/2019	28/10/2019
180173	LUCIANE SCHAPPO	24/10/2019	08/12/2019
208191	LUIZ PEDRO COELHO	20/10/2019	04/12/2019
004681	MANOEL JOSÉ FONSECA ROCHA	25/10/2019	09/11/2019
210730	MARA LIGIA DA VEIGA	24/10/2019	08/01/2020
230509	MARCELA DE SOUZA SILVA ZUGE	30/10/2019	16/11/2019
171158	MARCIA JUNCHES SEEMANN	29/10/2019	24/12/2019
207837	MARCIA RAMOS GIRARDI	15/10/2019	29/10/2019
230378	MARCIO RODRIGUES FABRINO JUNIOR	05/11/2019	10/11/2019
215236	MARIA MARGARIDA MARTINS	30/10/2019	13/11/2019
207446	MARILDA TERESINHA GONÇALVES PAGOTO	23/10/2019	23/10/2019
133221	MARLI MARCIA SCHUHART	16/10/2019	30/11/2019
173320	MENEGILDA IMIANOWSKI CAMILO	30/10/2019	14/11/2019
170003	NADIA SOARES KRAUSS	23/10/2019	07/11/2019
2500317	NILCE HELENE NETTO	21/10/2019	07/02/2020
230262	PRISCILA ALVES DIRSCHNABEL	14/10/2019	08/01/2020
059480	RAMON MARCELO GEISLER	25/10/2019	09/12/2019
003079	ROSANE TARNOVSKI KOCH	29/10/2019	14/11/2019
229239	ROSANGELA CRISTIANE GESSNER BERNARDINO	30/10/2019	14/01/2020
231704	ROSEMERI WEINRICH	25/10/2019	13/11/2019
228641	ROZANGELA TEREZINHA MATIOLA	29/10/2019	14/11/2019
228162	RUBENS MICHEL	09/10/2019	07/12/2019
229794	SANDRA MARIA GARCIA	27/09/2019	16/11/2019
190250	SILVANA MARIA MORETTI	22/10/2019	06/11/2019
229241	SILVIA RAQUEL NOGUEIRA CALIXTO	30/10/2019	14/11/2019
148130	SILVIA TERESA WIRTH	22/10/2019	06/12/2019
214515	SOLANGE APARECIDA SIMÕES	05/11/2019	05/11/2019
230292	THAIS CRISTINA DOS SANTOS	30/10/2019	22/11/2019
214167	VALMIRA MULLER DA SILVA	02/11/2019	20/12/2019
188913	VANDERLEIA FIGUEREDO	23/10/2019	07/01/2020
225002	VANEIDE FORTUNATO	02/11/2019	17/12/2019
230369	VIVIANE CRISTINA BARTH	24/10/2019	21/12/2019

199320	ZILENE CARDOSO PEREIRA	22/10/2019	06/11/2019
--------	------------------------	------------	------------

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 27 de setembro de 2019.

Blumenau, 08 de novembro de 2019.

**ELÓI BARNI**  
**Diretor Presidente**

**PORTARIA Nº 7530/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2224029

PORTARIA N.º 7530/2019

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO PELAS PORTARIAS N.os 6876/2019 7177/2019 7287/2019 7359/2019 7360/2019 7417/2019 7418/2019 7471/2019 E 7472/2019.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve,

nos termos do artigo 38 do Regimento Interno do ISSBLU, aprovado pelo Decreto n.º 11.043, de 30 de agosto de 2016,

Art.1.º PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA, concedido através das Portarias N.os 6876/2019, 7177/2019, 7287/2019, 7359/2019, 7360/2019, 7417/2019, 7418/2019, 7471/2019, e 7472/2019, aos servidores públicos municipais relacionados no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
199516	AGENOR FIAMONCINI	25/10/2019	24/11/2019
011283	ALINE NARDELLI VIEIRA	24/09/2019	24/12/2019
004790	CENESIO AMARILDO VANSUIT	11/10/2019	14/11/2019
185124	CLAUDIO RUBINO KRUTZMANN	19/10/2019	14/11/2019
224545	DEISE CAROLINA CAVALCANTI LOCH STEUCK	29/10/2019	24/01/2020
196290	DEIZE ADRIANA HILLESHEIM	24/10/2019	07/02/2020
140279	DENISE TERESINHA MULHMANN DA SILVA	17/10/2019	25/10/2019
229360	EDNA TERESINHA SPECK MARTINS	22/10/2019	20/12/2019
201332	ELENIR MARIA CONSTANTINO DA SILVA	19/10/2019	14/11/2019
231455	ELIZETE SKAKUM	22/10/2019	01/11/2019
228585	IDELMA ALMANSA CONCARI	27/10/2019	27/12/2019
180963	INGRID BECKHAUSER	19/10/2019	25/10/2019
230495	IVONETE MARIA DA SILVA	12/10/2019	14/11/2019
229843	JAQUES JILMAR MOSER	13/10/2019	18/10/2019
209767	JOCELITA PATRICIA DESSBESELL CENSI	26/10/2019	31/10/2019
198773	JULIANA GIACOMOSSI	23/10/2019	23/12/2019
230749	LEILANE HASS CESTARI	26/10/2019	14/11/2019
2500155	LIGIA ASSINI	12/10/2019	19/01/2020
118630	LUCIANO CARLOS MAURICI	23/10/2019	22/12/2019

229798	MARIA DE LOURDES MAFRA	12/10/2019	17/10/2019
217875	MARIA DO CARMO MANSUR CASTA-NHEIRA SCHOLL	16/10/2019	17/01/2020
228438	MARIA DO CARMO MANSUR CASTA-NHEIRA SCHOLL	16/10/2019	17/01/2020
133108	MARIA REJANE BARROS DALLAMICO	19/10/2019	15/11/2019
206083	MARILDE VICENTE	02/11/2019	04/04/2020
230052	MARISA MARLENE MAFRA	17/10/2019	21/10/2019
225665	MARISE DA SILVA	20/10/2019	20/11/2019
209090	MARLI CAVILHA	17/10/2019	21/10/2019
231431	MIRTA ELAINE DE SOUZA BORGES	03/10/2019	17/11/2019
192937	NEIDE MARIA MUNIZ DA COSTA	12/10/2019	10/11/2019
206970	NELCI PARABOZ PASA	26/10/2019	20/12/2019
230778	PATRICIA FORMENTO	23/10/2019	25/10/2019
218928	PATRICIA ROSANGELA MEIER REI-CH RIBEIRO	27/10/2019	27/11/2019
009393	PAULO RICARDO DO NASCIMENTO FONSECA	12/09/2019	25/09/2019
111368	PEDRO MACHADO	22/10/2019	08/11/2019
228881	REINALDO JACQUES	26/10/2019	04/11/2019
211877	ROSEMARI TERESINHA HOFSCHEIDER	03/10/2019	15/10/2019
228730	SERGIO FERNANDES MATEUS	02/11/2019	16/05/2020
231291	SHIRLEI DOS SANTOS BENTO	21/10/2019	22/11/2019
178306	SILVANA NADIR ZIMMERMANN	19/10/2019	25/10/2019
168130	URSULA SOUZA	17/10/2019	14/12/2019
202495	WANDERCLEIA SILVA	01/02/2019	31/10/2019
197092	WILLIAM SCHROEDER	23/10/2019	16/02/2020
209961	ZELI MARIA LORENZINI	19/10/2019	21/10/2019

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2019.

Blumenau, 08 de novembro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 7531/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2224034

PORTARIA N.º 7531/2019

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

nos termos dos artigos 14.º, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

Art.1.º CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE, às servidoras públicas municipais relacionadas no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
231464	BRUNA GABRIELA METZDORF DOS SANTOS	04/11/2019	02/03/2020
229608	GABRIELA COMIN RUFATTO	18/10/2019	14/02/2020

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 18 de outubro de 2019.

Blumenau, 08 de novembro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7532/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2224037

PORTARIA N.º 7532/2019

CASSA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARLA REGINA CUMIOTTO PELA PORTARIA N.º 7529/2019.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO a comprovação de denúncia anônima recebida pela Ouvidoria do ISSBLU de que a servidora pública municipal Carla Regina Cumiotto, durante o período de afastamento por auxílio-doença estaria exercendo atividade incompatível com a limitação que ensejou a concessão do benefício, conforme consta do Processo Administrativo nº 12805/10/2019, resolve,

CASSAR,

com fundamento no artigo 13, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, a partir do dia 13 de novembro de 2019, o benefício de auxílio doença concedido em 19 de outubro de 2019 à servidora CARLA REGINA CUMIOTTO, cadastro nº 4005, nos termos da Portaria nº 7529/2019.

Blumenau, 11 de novembro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**EXTRATO Nº 520/2019 - FURB**

Publicação Nº 2224044

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 520/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Prof. Arnaldo Rosa de Andrade

OBJETO: Contratação de Profissional para atuar no Curso de Especialização Lato Sensu em Finanças e Controladoria promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 343/2019 e Contrato nº 229/2019 firmado em 14 de outubro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 4.368,72 (quatro mil trezentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos), de conformidade com os autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 343/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 14, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
01	38037	01	Valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Contabilidade e Gestão Tributária Nível: Especialização Disciplina: Planejamento Estratégico Carga Horária: 24h Modalidade: Presencial	4.368,72
Preço Total (em R\$)				R\$ 4.368,72	
Preço Total (em reais, por extenso)				(quatro mil trezentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão da disciplina, com entrega do diário de classe, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do CONTRATADO) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 11/11/2019.

**EXTRATO Nº 605/2019 - FURB**

Publicação Nº 2224049

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 605/2019

Dispensa de Licitação nº. 440/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, XXI da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 553/2019/PROGEF e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO LABORATORIAL ESPECIALIZADO EM ANÁLISE DE COMPOSIÇÃO QUÍMICA DE CINZA DE CASCA DE ARROZ (CCA), PARA DESENVOLVIMENTO DE TRABALHO DE MESTRADO DA ACADÊMICA ALINE LOVATEL, DO PPGEA-FURB. Setor solicitante: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA QUÍMICA. Pedido de Compra: 4749/2019. Contratada(s): SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (CNPJ: 03.774.688/0075-91). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24, XXI da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 553/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 15 dias após apresentação do resultado com NF. Prazo de Entrega: Em até 20(dias) dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Compra. Local de Entrega: Almoxarifado DAM, Sala K-004, Bloco K, Campus I da Universidade. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 2.031,00 (dois mil e trinta e um reais) / 01.30.12.123.0108.2010 (Manutenção das Ativ. De Plano de Trabalho-Custeio)/ 3.3.90.00.00 (Outros Despesas Correntes)/ 3.3.90.39.51 (Serviço de Análises e Pesquisas Científicas).

Blumenau/SC, 11 de novembro de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

**HOMOLOGAÇÃO CONVITE Nº 01-007/2019**

Publicação Nº 2224053

Convite nº. 007-2019 - Contratação de empresa especializada para análise fiscal microbiológica dos alimentos de origem animal (laticínios, produtos cárneos, ovos e mel) produzidos pelas agroindústrias registradas junto ao serviço de Inspeção Municipal de Blumenau, pelo período de 12 meses - SEMMAS.

Contratada: Item 01 – Análise microbiológica - Estafilococcus

1ª colocada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI, no valor unitário de R\$ 69,00 (sessenta e nove reais), totalizando R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais);

Itens 02 – Serviço de análise microbiológica – Coliformes Termotolerantes

1ª colocada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI, no valor unitário de R\$ 37,00 (trinta e sete reais) totalizando R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais);

Item 03 – Serv. de análise microbiológica – Coliformes Totais

1ª colocada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI, no valor unitário de R\$ 37,00 (trinta e sete reais) totalizando R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais);

Item 04 – Serviço de análise microbiológica – Clostrídios Sulfito Redutores

1ª colocada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI, no valor unitário de R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) totalizando R\$ 3.384,00 (três mil, trezentos e oitenta e quatro reais);

Item 05 – Serviço de análise microbiológica – Bolores e Leveduras

1ª colocada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI, no valor unitário de R\$ 21,00 (vinte e um reais) totalizando R\$ 504,00 (quinhentos e quatro reais);

Item 06 – Serviço de análise microbiológica – Salmonella SPP

1ª colocada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI, no valor unitário de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) totalizando R\$ 10.440,00 (dez mil, quatrocentos e quarenta reais).



# Bom Jardim da Serra

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO N. 09/2019

Publicação Nº 2223443

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
CNPJ: 73.590.937/0001-38  
Rua Prudente Luiz Vieira, 104 Fone: (49) 3232-0288  
CEP: 88.640-000 - camaravereadoresbjs@gmail.com

#### DECRETO LEGISLATIVO 09/2019

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADEMIR NUNES DE JESUS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jardim da Serra, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os artigos 146, inciso IV e 195 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores;

CONSIDERANDO o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Processo @PCP nº 18/00429042 - Parecer Prévio nº 211/2018, recomendando a Aprovação das Contas anuais do Executivo Municipal relativo ao exercício de 2017;

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento, que emitiu parecer favorável, por maioria, pela aprovação das contas do Poder Executivo Municipal do exercício financeiro de 2017;

CONSIDERANDO a aprovação, por maioria, pelo Plenário da Câmara de Vereadores em Sessão ordinária realizada no dia quatro de novembro de 2019; DECRETA

Art. 1º Fica homologado e ratificado o Parecer Prévio nº 211/2018 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que recomenda à Câmara de Vereadores a APROVAÇÃO das Contas Anuais do Poder Executivo Municipal de Bom Jardim da Serra-SC, relativas ao Exercício Financeiro de 2017, analisadas através do Processo nº @PCP 18/00429042, com as ressalvas e recomendações apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

Art. 2º Seja dado ciência ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal da respectiva aprovação.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra em 08 de novembro de 2019.  
Ademir Nunes de Jesus  
Presidente

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5369/2019

Publicação Nº 2223755

DECRETO Nº 5369/19 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.  
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 1.125/18 de 28.11.2018 (LDO) e 1.126/18 de 28.11.2018 (LOA).

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivo da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços e Secretaria Municipal de Saúde, Urbanos no valor de R\$ 19.695,00 (Dezenove mil, seiscentos e cinquenta reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412300122.013 - Manutenção das Atividades de Contabilidade e Finanças.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (321).

Valor R\$ 1.645,00 (Um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100142.021 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (485).

Valor R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 – Receitas e Transf. de Impostos Educação.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (819).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde.

Desd. Fonte de Recursos: 0008 - Piso de Atenção básica PAB.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (834).

Valor R\$ 2.600,00 (Dois mil e seiscentos reais).

Fonte de Recursos: 01.63 – Transferências de Convênios – Estado/Saúde.

Desd. Fonte de Recursos: 1013 – Programa NASF SC.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545200302.031 – Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1495).

Valor R\$ 600,00 (Seiscentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento de Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060800382.037 – Manutenção da Inseminação Artificial.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1654).

Valor R\$ 2.850,00 (Dois mil, oitocentos e cinquenta reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços e Secretaria Municipal de Saúde, Urbanos no valor de R\$ 19.695,00 (Dezenove mil, seiscentos e cinquenta reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.  
Proj/Ativ.: 0412300122.013 - Manutenção das Atividades de Contabilidade e Finanças.  
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (303).  
Valor R\$ 1.645,00 (Um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.  
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.  
Proj/Ativ.: 1236100142.021 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental  
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (479).  
Valor R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.01 – Receitas e Transf. de Impostos Educação.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.  
Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal  
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1005).  
Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde.  
Desd. Fonte de Recursos: 0008 - Piso de Atenção básica PAB.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.  
Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal  
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (938).  
Valor R\$ 2.600,00 (Dois mil e seiscentos reais).  
Fonte de Recursos: 01.63 – Transferências de Convênios – Estado/Saúde.  
Desd. Fonte de Recursos: 1013 – Programa NASF SC.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.  
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.  
Proj/Ativ.: 1545200302.031 – Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.  
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1473).  
Valor R\$ 600,00 (Seiscentos reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.  
Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento de Agricultura.  
Proj/Ativ.: 2060800382.037 – Manutenção da Inseminação Artificial.  
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1656).  
Valor R\$ 2.850,00 (Dois mil, oitocentos e cinquenta reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 06 de novembro de 2019.  
RONALDO LUIZ SINGER  
Prefeito Municipal

## **EDITAL Nº 12-2019 CHAMAMENTO PARA ALTERAÇÃO CADASTRAL**

Publicação Nº 2224064

EDITAL Nº.12/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CHAMAMENTO PARA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL IMOBILIÁRIO

O Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, torna público e comunica aos contribuintes e proprietários de imóveis situados no perímetro urbano o presente edital de:

**NOTIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL IMOBILIÁRIO DE PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

**I - DA NOTIFICAÇÃO E DOS PRAZOS:**

Nos termos da legislação acima, ficam NOTIFICADOS os contribuintes proprietários dos imóveis constantes no Anexo I deste Edital a promoverem a atualização cadastral, até o dia 18 de dezembro de 2019, sob as penas da lei pelo não cumprimento desta notificação, incluindo a aplicação de multas e a atualização cadastral de ofício pelo Fisco Municipal.

#### II – DAS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL:

Os proprietários dos imóveis descritos no Anexo I deste Edital devem atualizar as informações cadastrais comparecendo no Setor de Tributação, na Av. Nossa Sra. De Fátima, nº 120, munido dos documentos abaixo relacionados, durante o horário de expediente, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, segunda a sexta-feira.

#### III – DOCUMENTAÇÃO:

Deverão ser apresentados no momento do cadastramento os seguintes documentos:

1. Ficha Cadastral constante no Anexo II;
2. Cópia Documentos Pessoais;
3. Comprovante de endereço.

#### IV – DAS PENALIDADE:

Conforme previsto na Legislação Municipal, os proprietários de imóveis, nas condições dispostas neste edital, que não cumprirem as disposições do Item II dentro do prazo estabelecido, ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - falta de inscrição, de alteração de informação no Cadastro Físico Imobiliário do imóvel, ou da comunicação da transferência de propriedade dentro do prazo estabelecido - Multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do imposto devido corrigido, a partir do exercício em que deveria ter sido feita a inscrição, comunicação de alteração ou transferência;

II - falsidade, dolo ou omissão, praticado quando do preenchimento dos formulários de inscrição do imóvel, no Cadastro Físico Imobiliário - Multa correspondente a 100% (cem por cento) do imposto devido corrigido;

III - falsidade ou omissão em declaração ou documento praticada com o propósito de obtenção indevida de isenção - Multa correspondente a 100% (cem por cento) do imposto devido corrigido, em cada exercício, sem prejuízo das sanções penais cabíveis e de cancelamento de ofício da isenção fiscal concedida.

#### V – DA VERIFICAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRALEIMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

O prazo para o contribuinte protocolar a Ficha Cadastral Imobiliária do Anexo II ou impugnação quanto a esta notificação é de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste Edital.

Uma vez ultrapassado o prazo estipulado, sem a manifestação dos proprietários ou responsáveis pelos imóveis, o Setor de Tributação poderá promover as ações fiscais nos locais indicados, visando constatar as desatualizações cadastrais dos contribuintes junto ao Cadastro Imobiliário Municipal, tomando todas as providências legais para promover a atualização de ofício, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Os contribuintes são obrigados a promover a inscrição e atualização das informações no Cadastro Físico Imobiliário, conforme previsto no art. 125 a 128, da Lei Municipal 820/2011.

O contribuinte omissor ou aquele que apresentar formulário com informações falsas, erradas ou omitidas dolosamente, será inscrito de ofício no Cadastro Físico Imobiliário (art. 128 CTM).

Município de Bom Jesus do Oeste - SC, 11 de Novembro de 2019.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

##### CADASTROS IPU

Número do Cadastro / Nome Contribuinte

4000 0 ELISANDRO VARGAS E ALEXANDRA DOS SANTOS VARGAS

5000 0 JANDREI LUIZ BRUTSCHER

5010 0 NADIR MACHADO DE SOUZA

5020 0 NORBERTO BONNI E MARLI SCHMITT BONNI

5030 0 NERI VALDEMAR WESNER E ESPOSA

5040 0 VALDECIR CARLOS FISCHER

5050 0 ARLINDO LINDOLFO HALBERSTADT

5060 0 ARLINDO LINDOLFO HALBERSTADT

5080 0 IGREJA CAT. APOST. CONS.DO BRA

5090 0 NORBERTO BONNI E MARLI SCHMITT BONNI

5100 0 LUCIANA JOSIANE HALBERSTADT NUNES

5110 0 NORCI MARIA AMMES

5120 0 VILSON SCHULTZ

5130 0 RUBEN ENDLER

5140 0 SILVIA ENDLER

5150 0 ABILIO BARON

5170 0 ALOISIO JOSE KREUZ E ESPOSA

5180 0 MIRIAN ILCE GELLER

5200 0 ORLANDO MACHADO DE SOUZA E MARIA LOURDES VOGEL DE SOUZA

5210 0 MARIA JAIRA MENEGON  
5220 0 LIRA MARIA WALKER  
5230 0 VALDEMAR ILARIO WESNER E ESPOSA  
5240 0 JEFERSON PERSCH E RAQUEL BACZINSKI  
5250 0 JEAN CARLOS PERSCH  
5260 0 ADELMO JOSE SCHWERZ  
5270 0 AIRTON ANTONIO REINEHR  
5280 0 ALCIDES CANCI  
5290 0 ANILDO HELMUTH DUMKE  
5300 0 ILTON JOAO SCHWERTZ  
5310 0 ALOISIO EDGAR REINEHR (CASA EDGAR)  
5350 0 ANTONIO PICOLI E ELISABETE AMBROSIO PICOLI  
5360 0 NORCI MARIA AMMES  
5370 0 GILMAR WERLANG  
5380 0 VALDENOR NASCIMENTO  
5390 0 AVELINO SEHNEN  
5400 0 IVANA CRISTINA FAE  
5410 0 ILSE MARIA KERKHOFF  
5420 0 NELI DAL AGNOL  
5430 0 NELIO DICKEL E LORI LOSCH DICKEL  
5440 0 NAIRO CEZAR MORANDINI E FABIANE AMMES MORANDINI  
5450 0 ITACIR LUIZ BAREA  
5470 0 ARCENO SCHIMMELPFENNIG  
5480 0 PREF.MUN DE BOM JESUS DO OESTE  
5500 0 MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
5530 0 DORIVAL RODRIGUES PEREIRA  
5540 0 OLIVIO MACHADO DE SOUZA  
5550 0 OLIVIO MACHADO DE SOUZA  
5560 0 COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU  
5600 0 JOSE ARI KOELZER  
5610 0 TAINÉ GRASS GRIEBELER  
5620 0 PEDRO HERMINIO COPINI  
5650 0 VALDEVINO FAGUNDES  
5660 0 GETRUDE SOARES ANTUNES  
5670 0 WERNILDO KURTZ  
5680 0 FRANCISCO PEGORARO  
5690 0 AUGUSTINHO MARTENDAL ME  
5700 0 AUGUSTINHO MARTENDAL ME  
5720 0 LUIZ CARLOS COPINI  
5730 0 ELVIDIO BARON  
5740 0 DIRCEU SCHWARTZ E SIRLANE MARIA SCHWARTZ  
5750 0 LAURI BUDKE  
5760 0 IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS EM MARAVILHA  
5780 0 JOSE WAGNER NETTO  
5800 0 DARCI KIPPER  
5810 0 WILSON ESTEFEN DE LIMA E ESPOSA  
5840 0 INACIO VITORIA  
5850 0 ZELIA SONALIO  
5860 0 LEONIR MICHEL  
5870 0 ORTINILA JAHN MARION  
5880 0 MARILIVA AMES E ALCIDES CARLOS AIOLFI  
5920 0 IVONETE DE FATIMA MARION  
5930 0 ELIO METTLER  
5940 0 ALEXANDRE RODRIGO DAL AGNOL  
5950 0 COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU  
5960 0 COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU  
5970 0 COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU  
5980 0 ROQUE RUBI BRUTCHER  
5990 0 ROSEMERI KUHN LUZA E SILVANO LUZA  
6000 0 COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU  
6010 0 ASTA VENILDA ZIMMERMANN  
6020 0 LEONIR SIMONETTI  
6030 0 AVELINO IVO SEIDER  
6040 0 ADEMIR JOSE KREIN E MARIZETE MARIA ROSSI KREIN  
6050 0 MARINES LOCH BRESCOWITT E JOAO DARCI BRESCOWITT  
6060 0 NELI DE OLIVEIRA  
6070 0 SIRLEI CANTELE SCHMITZ (LUCIO)  
6080 0 IVO SCHMITT E ESPOSA  
6090 0 IVANDRO PAULO FAE

6100 0 IVANDRO PAULO FAE  
6110 0 IVONIR JOSE SANTOLIN E NOELI FATIMA WILLENS SANTOLIN  
6120 0 FABRICIO KIPPER  
6140 0 IRINEU VOGT E GILBERTO VOGT  
6170 0 LIEBERTO NAUJORKS E ESPOSA  
6190 0 MITRA DIOCESANA  
6210 0 MITRA DIOCESANA  
6220 0 MITRA DIOCESANA  
6230 0 CELIO WILSMANN  
6240 0 LEANDRO BREDAS  
6250 0 FLAVIO MAJOLO  
6260 0 ADENIR MACHADO DE SOUZA  
6270 0 ENI PALINSKI WESCHENFELDER  
6280 0 CELIO WILSMANN  
6290 0 FLAVIO MAJOLO  
6300 0 IVANDRO PAULO FAE  
6310 0 CLEMIR SANSIGOLO E MIRIAM CECON SANSIGOLO  
6320 0 VALDIR BREDAS  
6390 0 NELSON FERNANDES DA SILVA  
6410 0 NELSI CONCEICAO LEMES DA SILVA  
6420 0 NORBERTO LUBENOW  
6430 0 IVO VERNON HORNBACH  
6460 0 NELIO DICKEL E LORI LOSCH DICKEL  
6480 0 CLAUDIA REGINA SERPA  
6490 0 NERI VALDEMAR WESNER E ESPOSA  
6540 0 DULCI SIDONIA SCHWARTZ  
6570 0 MARLI TERESINHA ORSZEZARUK  
6600 0 SALETE ESCHER  
6610 0 ADEMIR LUIZ STEFFLER E CLEA TANIA OLLMANN STEFFLER  
6620 0 FRIDOLINO ANTONIO SCHELL E ESPOSA  
6630 0 CLAUDIR ANTONIO ZANINI  
6640 0 SIBILA ANA WERLANG  
6650 0 VALDIVA TERESINHA MORANDINI  
6660 0 GLOBAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI -  
6670 0 ELTON HENRIQUE DA SILVA E TANIA MARIA MORANDINI DA SILVA  
6700 0 BELMIRO TOMASONI E IRNES OLIVA DE CARLI TOMASONI  
6720 0 GLOBAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI -  
6730 0 GLOBAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI -  
6740 0 LUIZ POZZER E ESPOSA  
6750 0 DANIEL POZZER  
6760 0 CLAUDINEI LUIZ DE BASTIANI  
6770 0 IVO WERNON HORNBACH  
6780 0 SARA ELISETTE WANDSCHEER  
6790 0 ITO BRUXEL  
6800 0 SIRIO HEMSING E ELENICE HEMSING  
6810 0 LUIZ POZZER E ESPOSA  
6840 0 JULITA RECKETENWALD  
6850 0 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS IDEAL LTDA  
6860 0 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS IDEAL LTDA  
6880 0 CLEVIO ANTONIO ROSSI  
6890 0 VIANEI SERGIO ROSSI  
6910 0 VOLMIR E MARCIA MACHADO  
6920 0 LOURDES PITSCH  
6930 0 NELSON SEHNEM  
6940 0 ANDERLEIA ANGELA BORTOLI BECKER  
6960 0 ELENICE MARIA DORNHAUSER  
6970 0 JOAO COSTA  
7030 0 VALDECIR SENER  
7040 0 DORCELINO RIBEIRO E NAIR L. RIBEIRO  
7060 0 ADRIANE BAUMBACH  
7070 0 VIANEI STEFFLER  
7090 0 DARCI KELLER  
7100 0 ELIO METTLER  
7120 0 ELIDA ENGUELI SCHUNEMANN  
7130 0 COMUNIDADE LUTERANA  
7160 0 LEANDRO BREDAS  
7170 0 COSMO BUFFON  
7190 0 ESTADO DE SANTA CATARINA  
7200 0 COMUNIDADE LUTERANA



7210 0 FERNANDO MELCHIOR  
7220 0 CORNELIO FUZINATTO  
7230 0 INES JACOBY  
7240 0 ANTONIO NASCIMENTO E ESPOSA  
7260 0 ROQUE GARMATZ E JULIANE ELISABETE BAREA GARMATZ  
7280 0 LAURI KRUGEL  
7290 0 GILVANI JOSE MENEGOTTO  
7300 0 CARMELINA CECON SENGER  
7310 0 MIRTES MARCIA MICHEL  
7320 0 JOAO ILARIO DO PRADO  
7330 0 LIDIANE ZATT  
7340 0 GERVASIO OSMAR CECCON  
7360 0 ADRIANE MENIN  
7370 0 MARCOS ANDRE OLLMANN E ELISIANE JULCI VARGAS OLLMANN  
7380 0 JACKSON ESTON LAUX  
7460 0 CARLOS JIONKOSKI E CATARINA JIONKOSKI  
7470 0 LORENI SALETE DIEL  
7510 0 JUCIANE GARMATZ  
7520 0 VILSON GARMATZ E ESPOSA  
7540 0 NELSON LINCOLN HALBERSTADT  
7550 0 VALINHO WESCHENFELDER  
7560 0 SILVIA REGINA ALBANI  
7570 0 ITACIR ANTONIO FRANA ALBANI  
7580 0 DONALDI MARCELO VARIANI  
7590 0 FRANCISCO CEZAR DA SILVA  
7610 0 ARLINDO SEIDER E MARIZABEL ROMITI MIRANDA  
7620 0 LEVINO ARGENTA E ESPOSA  
7630 0 VALDECIR SIQUEIRA  
7640 0 VILSON GARMATZ E ESPOSA  
7660 0 LUCIMAR RUCH PROVIN E SEVERINO PROVIN  
7680 0 MARIA VILGA BORRE  
7690 0 NORBERTO LUBENOW E ESPOSA TEOLINA LUBENOW  
7700 0 ITACIR VIVAN E NEUSA F. DA SILVA VIVAN  
7730 0 MARIA FRIDALINA PITSCH  
7740 0 CELIO WILSMANN  
7750 0 DAVID BIRNFELD  
7760 0 HILARIO NERI ZIMMERMANN  
7770 0 HILARIO NERI ZIMMERMANN  
7780 0 AMADO BIRNFELD E LONI BIRNFELD  
7800 0 OTTO OSCAR VEIT E ERICA VEIT  
7810 0 PAROQUIA EVANGELICA DE MARAVILHA  
7830 0 PAROQUIA EVANGELICA DE MARAVILHA  
7860 0 EVANDRO BOYASKI  
7870 0 CLAUDIOMIRO VILMAR ROSSI  
7880 0 ERNO FREDOLINO WANDSCHEER  
7890 0 SELMAR WAGNER  
7900 0 BRUNA DE OLIVEIRA BASTOS  
7920 0 ADEMAR BARON  
7930 0 DERLI BRUXEL  
7950 0 PEDRO DA SILVA E ROSA DA SILVA  
7960 0 LOCIVAL DE AZAMBUJA LISBOA  
7970 0 MARCOS GILMAR WANDSCHEER  
7990 0 CLEVERSON CESCHINI E SILVANE MONTEIRO GUEDZ  
8120 0 ELISEU SCHMITT  
8130 0 VOLMIR ESTEVAO CECON  
8140 0 ARI GARMATZ E IOLANDA GARMATZ  
8150 0 ARI KERKHOFF  
8160 0 GISELA MOSSMANN  
8180 0 CRISTINA INES SCHMITZ  
8200 0 NORBERTO BONNI E MARLI SCHMITT BONNI  
8210 0 LICIO PEDRO SCHABARUM  
8220 0 SERVINO BRESOWITT  
8230 0 NEUSA ISABEL WERLANG  
8260 0 ESCOLA DE EDUCACAO BASICA PROF. SILVIO ROMERO  
8270 0 OSVINO MACHADO DE SOUZA  
8280 0 ALIPIO ARENDT E ESPOSA  
8300 0 VOLMIR ELEANORO CECCON  
8310 0 ALOISIO EDGAR REINEHR (CASA AIRTON)  
8320 0 VOLNEI JACO KNORTS



8330 0 HARI SCHMIDT  
8340 0 ELIO METTLER  
8350 0 JULIANO JOSE AMBROSIO  
8360 0 IVONIR JOSE SANTOLIN E NOELI FATIMA WILLENS SANTOLIN  
8370 0 MAICON RODRIGO BRUTSCHER  
8410 0 VILMAR LUBENOW  
8420 0 CARLOS PEDRO SPIER  
8430 0 PAULO CESAR FROHLICH  
8440 0 IVANOR ROBERTO FAE  
8460 0 CESAR LUIS MAJOLO  
15850 0 CELIO JOSE FAZZIONI  
15860 0 DECIO BAUMBACH  
15870 0 JULIANO JOSE AMBROSIO  
15900 0 ANDRE METNEK  
15920 0 CLEITON MARCOS KLUGE  
15930 0 SANDRA TERESINHA AMBROS  
15940 0 VILSON SCHWARTZ E ESPOSA  
15950 0 GLAUDIR MOSSMANN  
15960 0 IVONIR JOSE SANTOLIN E NOELI FATIMA WILLENS SANTOLIN  
15980 0 ARNILDO LANGE  
15990 0 FABIANE AMMES MORANDINI  
16000 0 MARINES ELIANE MICHEL BELUSSO  
16010 0 ODILO IMMICH E HELLY HELLA IMMICH  
16030 0 VILSON GARMATZ E ESPOSA  
16040 0 POLIDORIO DE LIMA DA SILVA  
16060 0 JOSE CELESTINO DO PRADO  
16070 0 CELOIR GARMATZ  
16080 0 LORENI SEIDER  
16090 0 FLAVIO MAJOLO  
16100 0 CELIO WILSMANN  
16110 0 VENILDA SIMON  
16120 0 VILMAR ADRIANO BORTOLOZO  
16130 0 CARLOS PEDRO SPIER  
16150 0 ISMAEL ANTONIO HAHN E NEIVA DALL AGNOL HAHN  
16160 0 JUNIOR CESAR CABRAL GOMES E ELAINE INES SUCKON  
16170 0 EDIVAN GARMATZ  
16200 0 URBANO ILBERT KONRAD  
16230 0 VALDIR CALILO WALKER  
16250 0 FABIANO DE MELLO GAIDECZKA  
16260 0 COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS ITAIP  
16270 0 AMADO BIRNFELD E LONI BIRNFELD  
16290 0 SIRLEIA BRISIDA GARGUETTI GARDIN  
16320 0 LEANDRO BREDAS  
16330 0 OTAVIO REINALDO TESCHE E JANIARA LUISA BARON TESCHE  
16340 0 VALMIR PAULO AMBROSIO  
16360 0 DOUGLAS KIPPER  
16380 0 ELO KUHN E FATIMA BRESSAN  
16390 0 VILUCINDO RIBEIRO DOS SANTOS  
16400 0 CARLOS ALBERTO TESCHE E ADRIANE EDINEIA JUNG TESCHE  
16410 0 FABIO ANTONIO BIRNFELD  
16430 0 LORECI MARIA GEWEHR MOSSMANN  
16450 0 WILSON RAMPI E MARIA SELITA RAMPI  
16470 0 ROSELI SIMONE JANDT  
16480 0 NOELI SALETE SEIDER FIORENTIN  
16490 0 PAULO PICCOLI  
16560 0 JOELCIO JOAHAN  
16580 0 LINDOLFO PETER  
16610 0 EDU KIPPER  
16610 0 EDU KIPPER  
16630 0 CRISTIANE DA SILVA SANSIGOLO E VOLMIR ANTONIO SANSIGOLO  
16660 0 MAICON DIEGO DE PRADO  
16680 0 ANDRESSA LAIARA FERRONATTO  
16690 0 FERNANDO KERKHOFF E EVANDRA CRISTINA ALBANI KERKHOFF  
16710 0 MARLI ANTONINHA FORNARI DOS SANTOS  
16740 0 LIRIO BERGAMIN E PAULINA CASSARO BERGAMIN  
16750 0 DERLI BRUXEL  
16760 0 ALFREDO IGNACIO WALKER E ZELIR ANTONIA SCAPIN  
16770 0 MARCIO ANDRE RIBEIRO DOS SANTOS  
16820 0 CLEITON CESCHINI E SUA ESPOSA JUCIVANIA DALL"AGNOL

16840 0 CARLINHO JANCKE  
16860 0 ARNO SUCKOW  
16870 0 FABRICIO SCAPIN E CATIANI STORCK  
16910 0 ORESTE BAREA  
16920 0 ERENI NEU  
16930 0 ESPORTE CLUBE RECREATIVO 21 DE SETEMBRO  
16950 0 JAIR SCHNEID  
16960 0 JONAS JOSE KERKHOFF  
16980 0 JACKSON ESTON LAUX  
16990 0 ADEMIR SAUGO  
17030 0 ADENIR MACHADO DE SOUZA  
17040 0 CLAUDINEI BAREA GARMATZ ETHALEYA RODRIGUES LOPES GARMATZ  
17070 0 IVANDRO PAULO FAE E ELIZANGELA ROGOVSKI FAE  
17120 0 VALDIR SARTORI E SUA ESPOSA SALETE SARTORI  
17130 0 OSMAR GROMANN E ESPOSA DELCI GROMANN  
17140 0 ANTONIO MILTON REINEHR  
17150 0 ERNANI EDSON KIRCH

-----  
Total Geral:

Qtde de Registros: 311  
-----

#### Cadastros do ITU

#### Numero do Cadastro / Nome Contribuinte

16940 0 ADEMIR LUIZ STEFFLER E CLEA TANIA OLLMANN STEFFLER  
7080 0 ADELAR CAMETIN  
17000 0 JACKSON ESTON LAUX  
5630 0 ELIS RAQUEL SEHNEM  
5640 0 ELIS RAQUEL SEHNEM  
16190 0 ELIS RAQUEL SEHNEM  
5890 0 MARILIVA AMES E ALCIDES CARLOS AIOLFI  
16050 0 LUCIANA WEBER SAUSEN  
17020 0 PAULO ROBERTO GELLER E SUZANA BORGES  
7450 0 ROSENI MACHADO DE SOUZA BRUXEL  
17160 0 LEANDRO BREDAS  
17080 0 LONI EVA TEDESCO  
7390 0 JOEL GIOVANI LAUX E SOLANGE DEJANIRA GARMATZ LAUX  
17090 0 LEANE DICKEL SCHMIDT E SEU ESPOSO ROBSON HIDALGO SCHMIDT  
7150 0 NELSO FUZINATTO  
8450 0 DANIELY LUNARDI E SEU MARIDO ALEXANDRE ROGRIGO DAL AGNOL  
16720 0 ANGELA CRISTINA SUCKOW  
16280 0 CARLOS JUNIOR CECCON  
16650 0 JUCILHIANE TESKE  
6690 0 BELMIRO TOMASONI E IRNES OLIVA DE CARLI TOMASONI  
16530 0 DALVA CRISTINA BARON ROSSI E VIANEI SERGIO ROSSI  
7980 0 GETULIO DO PRADO E MARISTELA ALVES  
16570 0 LISANDRO EINLOFT BAGATINI E SANDRA SIMONE BAREA BAGATINI  
7670 0 JOAO VOCIECHOSKI  
6530 0 FERNANDO MELCHIOR  
7250 0 AMAURI JOSE WALKER  
6500 0 ILVO SCHMITT E IRIA SCHMITT  
6510 0 ILVO SCHMITT E IRIA SCHMITT  
16670 0 ILVO SCHMITT E IRIA SCHMITT  
5320 0 ALOISIO EDGAR REINEHR  
16830 0 MAXSUEL CARLOS LINDEMANN  
7110 0 MIRTES SCHUNEMANN  
6560 0 CRISTIANE ROLLWAGEN GREFF  
6450 0 RODRIGO GONDORCK  
7440 0 ELISANDRA NEU  
16370 0 ELIANA RAQUEL METTLER SCHWERZ  
16500 0 EDIVAN PAULO ALBANI  
16510 0 EDIVAN PAULO ALBANI  
16520 0 EDIVAN PAULO ALBANI  
16240 0 CAMILA SCAPIN  
7400 0 ISADORA ANNAY BRISIDA GARGHETTI GARDIN  
6150 0 LIEBERTO NAUJORKS E ESPOSA  
6160 0 LIEBERTO NAUJORKS E ESPOSA

15880 0 ARTEMIO JOSE DE LIMA  
16640 0 LEONIR MICHEL  
8240 0 MARIA LOURDES VOGEL DE SOUZA E LENIR VOGEL  
7940 0 IVO VERNO HORBACH  
16140 0 SIRIO BAUMBACH E ALICE TEREZINHA BAUMBACH  
7530 0 NELSON LINCOLN HALBERSTADT  
7410 0 LAURINDO POZZER  
8250 0 ORLANDO MACHADO DE SOUZA E MARIA LOURDES VOGEL DE SOUZA  
16550 0 FLAVIO LUBENOW  
5520 0 CELIO WILSMANN  
8400 0 CELIO WILSMANN  
16850 0 NORBERTO BONNI E MARLI SCHMITT BONNI  
16420 0 AMANTINO DOS SANTOS SERPA  
6580 0 LURDES SCHMITT  
16540 0 JOSE MILTON GARMATZ E LILI GARMATZ  
15970 0 ARNILDO LANGE  
6400 0 RENECIO LUIZ WERLANG  
16440 0 RENECIO LUIZ WERLANG  
6440 0 CARLOS VITOR MALDANER  
8290 0 SERGIO LUIZ PERSCH E NEIVA MARIA VILLA PERSCH  
7430 0 NELSON LUIZ JACOBY  
16020 0 ILTO FRANCISCO BERTO  
16880 0 ARSIDE SCAPIN  
16890 0 ARSIDE SCAPIN  
7490 0 ERNANI EDSON KIRCH  
16620 0 GILMAR LUIZ VIVIAN E IVONETE DE FATIMA MARION  
6830 0 DARCI ANTONIO SCAPIN  
5340 0 ROQUE PICCOLI E MARISA TERESINHA CALLEGARO PICCOLI  
5160 0 AIRTON ANTONIO REINEHR  
6590 0 LISETE MARIA UNSER MOTTA  
17050 0 LEONI TERESINHA UNSER  
16310 0 ALFONSO DALMIR DA SILVA  
5710 0 CLAUDEMIR ANTONIO WELTER  
8190 0 ANTONIO ROQUE HORN  
8010 0 SIBILA ANA WERLANG  
5910 0 ARNO FRANKEN  
7790 0 ARNO FRANKEN  
16590 0 ARNO FRANKEN  
6870 0 CARLOS PRIMON  
7270 0 ROQUE GARMATZ E JULIANE ELISABETE BAREA GARMATZ  
7650 0 ROQUE GARMATZ E JULIANE ELISABETE BAREA GARMATZ  
16210 0 ROQUE GARMATZ E JULIANE ELISABETE BAREA GARMATZ  
16220 0 ROQUE GARMATZ E JULIANE ELISABETE BAREA GARMATZ  
5900 0 ISOLDA DA SILVA E ADELAR DA SILVA  
6950 0 VOLMIR ANTONIO SCHWERTZ E SILVIA SALETE METTLER SCHWERTZ  
16730 0 NAIRO CEZAR MORANDINI E FABIANE AMMES MORANDINI  
16790 0 VILSON PEDRO SEIDER  
16800 0 VILSON PEDRO SEIDER  
16810 0 VILSON PEDRO SEIDER  
16970 0 LUIZA FUZINATTO  
16780 0 NILSON SEIDER  
7500 0 ISMAEL ANTONIO HAHN E NEIVA DALL AGNOL HAHN  
16600 0 ELOIR CONTE  
5790 0 IVONIR JOSE SANTOLIN E NOELI FATIMA WILLENS SANTOLIN  
16460 0 MILTON MOSSMANN E LUSIMAR Malfatti  
7050 0 NELLY MERICIA JUNGES  
6520 0 LILY ROLLWAGEN, LORI ROLLWAGEN GREEF E GUNTER IVO GREEF  
7600 0 ESPOLIO DE VALDECIR SAUSEN  
5510 0 MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
5570 0 MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
5580 0 MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
5590 0 MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
7020 0 MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
7710 0 MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
7720 0 MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
15910 0 MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
16900 0 ESPORTE CLUBE RECREATIVO 21 DE SETEMBRO  
16300 0 SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE PINHA  
17170 0 VALINHOS S.A. PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS

16700 0 LAPETI IMOBILIARIA LTDA  
8000 0 IGREJA BATISTA DO 7 DIA RENOVADA  
6820 0 COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS ITAIP  
16180 0 COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS ITAIP  
17110 0 COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS ITAIP  
7820 0 PAROQUIA EVANGELICA DE MARAVILHA  
6680 0 GLOBAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI -  
6710 0 GLOBAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI -  
5070 0 IGREJA CAT. APOST. CONS.DO BRA  
5490 0 MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
5770 0 MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
5820 0 PREF.MUN.BOM JESUS DO OESTE  
5830 0 PREF.MUN.BOM JESUS DO OESTE  
6180 0 MITRA DIOCESANA  
8170 0 DARCISIO JOSE WERLANG  
8060 0 PREF.MUN.DE BOM JESUS DO OESTE  
8070 0 PREF.MUN.BOM JESUS DO OESTE  
8080 0 PREF.MUN.DE BOM JESUS DO OESTE  
8090 0 PREF.MUN.DE BOM JESUS DO OESTE  
8100 0 PREF.MUN.DE BOM JESUS DO OESTE  
8110 0 PREF.MUN.DE BOM JESUS DO OESTE  
7850 0 PEDRO ARLINDO SCHEICHER  
7910 0 VILMA C CAMARGO  
8020 0 PREF.MUN.BOM JESUS DO OESTE  
8030 0 PREF.MUN.BOM JESUS DO OESTE  
8040 0 PREF.MUN.BOM JESUS DO OESTE  
8050 0 PREF.MUN.BOM JESUS DO OESTE  
7140 0 COMUNIDADE LUTERANA  
7180 0 PREF.MUN.DE BOM JESUS DO OESTE  
7350 0 JAIR CECCON E ILI CECCON  
7420 0 NILZA POZZER  
7480 0 ORLANDO MATIAS HILGERT  
7840 0 PEDRO ARLINDO SCHEICHER  
6550 0 MARIA ROSA PHILIPSEN  
6900 0 VALDIR HENRICH  
6980 0 VILSON HEINRICH  
6990 0 PREF MUN BOM JESUS DO OESTE  
7000 0 PREF.MUN.BOM JESUS DO OESTE  
7010 0 PREF MUN BOM JESUS DO OESTE  
6200 0 MITRA DIOCESANA  
6330 0 PREF.MUN.BOM JESUS DO OESTE  
6340 0 PREF.MUN.BOM JESUS DO OESTE  
6350 0 PREF.MUN.BOM JESUS DO OESTE  
6360 0 MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
6370 0 MUNICIPIO DE BOM JESU DO OESTE  
-----

Total Geral:

Qtde de Registros: 157

#### Anexo II

Recadastramento Imobiliário do Município de Bom Jesus do Oeste.

O Recadastramento Imobiliário tem por finalidade a atualização das informações cadastrais e demais necessidades, dos imóveis situados na área urbana, de expansão urbana, que tenham a incidência do IPTU e também abrangidos pelos serviços públicos, obras e serviços urbanos.

#### Dados do Contribuinte

Nome do Contribuinte Global:
CPF/CNPJ:
Identidade:
Data de nascimento:
Sexo:
Nome da mãe:
Nome do Pai:

Endereço Para Correspondência:

E-mail:

Fone:

#### Dados do Imóvel

Nome do proprietário:

Número da matrícula:

Local de registro do imóvel:

Rua:

Quadra:

Número do lote

Número Residencial:

Tipo de Imposto ( ) Predial ( ) Residencial

Testada:

Área total da Edificação:

Área Unitária da Edificação:

Área Unitária da Edificação:

Área Unitária da Edificação:

Observação: Preencha acima a área de cada unidade autônoma existente no seu imóvel. Entende-se por área unitária salas comerciais e residenciais que tenham acesso individual.

Ano da Edificação:

Estado de Conservação:

Padrão de Construção:

Ano da Edificação:

Muro: Sim ( ) Não ( )

Passeio: Sim ( ) Não ( )

Pavimentação: Sim ( ) Não ( ) tipo? \_\_\_\_\_

Utilização:

Observações:

Bom Jesus do Oeste \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### TERMO DE COMPROMISSO

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo a inteira responsabilidade pelas mesmas.

Assinatura:

**EDITAL Nº 11/2019 AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação Nº 2222680

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11 /2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LDO E LOA 2020.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial ao disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 101/2000 de 04/05/2000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os Municípios que, no dia 14 de Novembro de 2019, às 8:00 horas, nas dependências do Câmara Municipal de Vereadores, sito na Rua Irmão Ambrosio, será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA para elaboração da LDO e LOA 2020, como instrumento de transparência da gestão do Município, em atendimento as disposições legais, para levantar e discutir as prioridades e demandas para 2020 em nosso município nas áreas de Saúde, Educação, Infra estrutura Urbana e Sanitária, Agricultura e Prevenção e Recuperação de Estradas.

Maiores informações sobre a Audiência Pública, objeto desta convocação, poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Planejamento ou administração da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC. em horário normal de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),  
aos 28 de Outubro de 2019.

RONALDO LUIZ SENER  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 1259.11.19 - P. LIC. PREMIO FERNANDA R. GORGES

Publicação Nº 2222956

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1259/19 de 06.11.19  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 88/19 de 05.11.19, e despacho em 07.11.19, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio, a serem usufruídos no período de 06 de novembro de 2019 à 20 de dezembro de 2019, correspondente ao quinquênio 2012 (Dois Mil e Doze) a 2017 (Dois Mil e Dezessete); a funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
06 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### 1260.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILIA FERREIRA

Publicação Nº 2222958

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1260/19 de 07.11.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta, no dia 06 novembro de 2019, a funcionária Marília Ferreira, Ocupante do cargo de Monitor de Creche - Padrão I – Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### 1261.10.19 - P.LIC. MOT. P. FAM. MAGDA R. C. MARIAN

Publicação Nº 2222959

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1260/19 de 07.11.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):



do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta, no dia 06 novembro de 2019, a funcionária Marília Ferreira, Ocupante do cargo de Monitor de Creche - Padrão I – Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1262.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CAMILA LIMA**

Publicação Nº 2222961

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1262/19 de 07.11.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta, no dia 04 novembro de 2019, a funcionária Camila Lima, Ocupante do cargo de Professor I – 3, Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1263.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIZETE AP. B. M. BARRETO**

Publicação Nº 2222962

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1263/19 de 07.11.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta, no dia 06 novembro de 2019, a funcionária Marizete Aparecida Benke Mena Barreto, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1264.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CARLOS L. SCHULLER**

Publicação Nº 2222965

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1264/19 de 07.11.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 14 (quatorze) dias de licença para tratamento de saúde, a contar do dia 06 novembro com término no dia 19 de novembro de 2019, ao funcionário Carlos Leonardo Schuller ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista - Padrão 1 – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Saúde - SAMU.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
07 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1265.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IZABEL AP. T. SERAFIM**

Publicação Nº 2222967

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1265/19 de 11.11.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no Atestado Médico apresentado, 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 08 de novembro de 2019, a funcionária Izabel Aparecida Trento Serafim, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1266.11.19 - P. FÉRIAS JAISON G. SCARABELOT**

Publicação Nº 2222970

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1266/19 de 11.11.19  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, correspondente ao período de 2018 (Dois Mil e Dezoito) a 2019 (Dois Mil Dezenove), ao funcionário Jaison Goulart Scarabelot, Ocupante do cargo de Agente de Saúde – Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício

na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – ACS Canoas, a serem gozadas a contar do dia 11 de novembro com término no dia 10 de dezembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1267.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VALERIA SCOTTI**

Publicação Nº 2222974

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1267/19 de 11.11.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado médico apresentado, 01 (um) dia de licença para realizar exames, no dia 07 de novembro de 2019, a funcionária Valéria Scotti, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, 40 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1268.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CRISTINA S. M. GARCIA**

Publicação Nº 2222976

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1268/19 de 11.11.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado médico apresentado, 01 (um) dia de licença para realizar exames, no dia 07 de novembro de 2019, a funcionária Cristina Machado Scotti Garcia, ocupante do cargo de Farmacêutica – Nível 13, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1269.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE KASSIA HEMKMAIER**

Publicação Nº 2222979

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1269/19 de 11.11.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no Atestado médico apresentado, 01 (um) dia de licença para realizar exames, no dia 05 de novembro de 2019, a funcionária Kassia Hemkmaier, ocupante do cargo de Farmacêutica – Nível 13, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1270.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NAIARA L. DEINANI**

Publicação Nº 2222983

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1270/19 de 11.11.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no Atestado médico apresentado, 01 (um) dia de licença para realizar exames, no dia 07 de novembro de 2019, a funcionária Naiara Luci Deinani, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1271.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANGELITA AP. S. VIEIRA**

Publicação Nº 2222984

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1271/19 de 11.11.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no Atestado Médico apresentado, 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 08 de novembro de 2019, a funcionária Angelita Aparecida de Souza Vieira, Ocupante do cargo de Pedagoga - Padrão I – Nível 9, 40 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 2398 2019**

Publicação Nº 2224057

**DECRETO Nº 2398/2019****“Abre Crédito Suplementar Por  
Superávit Financeiro No  
Exercício De 2019”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1445/2018, de 05 de dezembro de 2018.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), conforme abaixo especificado:

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>
<b>003 - Divisão de Saneamento</b>
<b>0017 - Saneamento</b>
<b>0512 - Saneamento Básico Urbano</b>
<b>0011 - AÇÕES DE SANEAMENTO</b>
<b>23 - MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES COMUNITÁRIAS DE ÁGUA</b>
Cód. 367 - 3339000000000000000 - Aplicações diretas
Fonte de recurso - 03000300 - Superávit - Recursos Ordinários 12.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Fonte de recurso - 03000300 - Superávit - Recursos Ordinários	12.000,00
---	-----------

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 11 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 11 de novembro de 2019.

**JOSE LUIZ COLOMBI**

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2399 2019**

Publicação Nº 2224058

**DECRETO Nº 2399/2019****“Abre Crédito Suplementar Por  
ANULAÇÃO NO  
ORÇAMENTO DE 2019”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1445/2018, de 05 de dezembro de 2018.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), conforme abaixo especificado:

<b>03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</b>	
<b>001 - Divisão de Administração</b>	
<b>0004 - Administração</b>	
<b>0128 - Formação de Recursos Humanos</b>	
<b>0003 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA</b>	
<b>50 - ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS</b>	
Cód. 18 - 3339000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	2.100,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</b>	
<b>001 - Divisão de Administração</b>	
<b>0004 - Administração</b>	
<b>0128 - Formação de Recursos Humanos</b>	
<b>0003 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA</b>	
<b>50 - ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS</b>	
Cód. 19 - 3449000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	2.100,00

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 5.250,00 (cinco mil e duzentos e cinquenta reais), conforme abaixo especificado:

<b>05 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO</b>	
<b>001 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>	
<b>0008 - Assistência Social</b>	
<b>0244 - Assistência Comunitária</b>	
<b>0009 - GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS</b>	
<b>63 - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS</b>	



Cód. 195 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	5.250,00

Art. 4º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 3º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>05 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO</b>	
<b>001 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>	
<b>0008 - Assistência Social</b>	
<b>0244 - Assistência Comunitária</b>	
<b>0009 - GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS</b>	
<b>63 - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS</b>	
Cód. 197 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	5.250,00

Art. 5º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 4.047,20 (quatro mil, quarenta e sete reais e vinte centavos), conforme abaixo especificado:

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos</b>	
<b>0026 - Transporte</b>	
<b>0782 - Transporte Rodoviário</b>	
<b>0013 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL</b>	
<b>33 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E GARAGEM</b>	
Cód. 99 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	4.047,20

Art. 6º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 5º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos</b>	
<b>0026 - Transporte</b>	
<b>0782 - Transporte Rodoviário</b>	
<b>0013 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL</b>	
<b>33 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E GARAGEM</b>	
Cód. 100 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	4.047,20

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos

retroativos desde 11 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 11 de novembro de 2019.

**JOSE LUIZ COLOMBI**

Prefeito Municipal

**EDITAL P.L. Nº 410/2019 - P.P. Nº 51/2019-S.R.P. - MATERIAL HIDRÁULICO E OUTROS**

Publicação Nº 2223053

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 410/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2019  
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 410/2019 na Modalidade Pregão Presencial Nº 51/2019-SRP, para MATERIAIS HIDRÁULICOS E OUTROS. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 25/11/2019. Abertura da sessão: dia 25/11/2019 às 14:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br e site <https://botuvera.atende.net/>. Botuverá, 12 de Novembro de 2019.

Arno C. Wilbert

Diretor de Saneamento

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 0124/2019.

Publicação Nº 2223958

DECRETO Nº. 0124/2019.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezenove, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 1.560,00 (Hum mil, quinhentos e sessenta reais), conforme segue:

05 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER  
01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.044 – Manut. Das Atividades e Reeq. Da Sec. De Cultura Turismo e Lazer

(90) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.560,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 1.560,00 (Hum mil, quinhentos e sessenta reais), conforme segue:

05 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER  
01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.044 – Manut. Das Atividades e Reeq. Da Sec. De Cultura Turismo e Lazer

(89) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.560,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 04 de Novembro de 2019.  
NILDO MELMESTET  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 0125/2019.

Publicação Nº 2223965

DECRETO Nº. 0125/2019.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezenove, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 4.995,90 (Quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa centavos), conforme segue:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA  
01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

(133) – 3.1.71.00.00.00.00.00 0000 – Transf. a Consórcios Públicos ..... R\$ 3.766,64

(135) – 3.3.71.00.00.00.00.00 0000 – Transf. a Consórcios Públicos ..... R\$ 566,64

(137) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 662,62

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 4.995,90 (Quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa centavos), conforme segue:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA  
01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

(136) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.995,90

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 07 de Novembro de 2019.  
NILDO MELMESTET  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 109/2019**

Publicação Nº 2223759

PORTARIA Nº 109/2019  
NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99, etc.

### **RESOLVE:**

Art.1º Nomear ARTHUR FURTADO DA ROSA COUTO, para exercer o cargo de OPERADOR DE ETA(Estação Tratamento de Água) , por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais a partir de 11.11.2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 11 de Novembro de 2019.  
Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

# Brunópolis

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 007/2019

Publicação Nº 2223740

RESOLUÇÃO Nº 007/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE OUVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BRUNOPOLIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, amparada pelo artigo 78 da Lei Orgânica e art. 20, III "a" do Regimento Interno, submete a deliberação do plenário a presente resolução:

Art. 1º - Fica nomeada para a função de Ouvidor da Câmara de Vereadores a servidora Karina Josiany Scolaro Scolari, que tem o cargo de Tecnólogo em Gestão Pública.

.Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor, com efeito retroativo, a partir do dia 01 de julho de 2019.

Sala das Sessões, 04 de novembro 2019.

Cleiton Sebastião de Almeida Goss

Presidente


#### JUSTIFICATIVA

A presente resolução se faz necessário devido a necessidade de regulamentar a situação da servidora que está exercendo a função desde 01 de julho de 2019, sem a devida nomeação, sendo está necessária para que posso ser informada a OGU – Ouvidora Geral da União.

Cleiton Sebastião de Almeida Goss

Presidente

# Brusque

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 8487-2019**

Publicação Nº 2223977

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

**DECRETO Nº. 8487, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.****“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE EM EXERCÍCIO**, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.186 de 19.12.2018, a Lei nº 4.153 de 04.09.18, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 890.863,89 (oitocentos e noventa mil, oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e nove centavos), para atender a programação abaixo especificada:

<b>25.00</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>
25.001	Fundo Municipal de Brusque
010.0302.0280.2273	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.00	Outras despesas correntes – Aplicações Diretas
0.1.38.17	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – MAC
<b>VALOR</b>	<b>R\$ 890.863,89</b>

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.17	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – MAC
Valor Orçado	20.996.579,76
Valor arrecadado até a data de 08/11/2019	21.887.443,65
Excesso de arrecadação até 08/11/2019	890.863,89
Valor a utilizar	890.863,89

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 08 de novembro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de novembro de 2019.

**JONAS OSCAR PAEGLE**  
Prefeito Municipal

**Dr. EDSON RISTOW**  
Procurador Geral do Município

**HUMBERTO MARTINS FORNARI**  
Secretária Municipal de Saúde

**AURINHO SILVEIRA DE SOUZA**  
Chefe de Gabinete



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011-2019**

Publicação Nº 2223971

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011-2019-SAÚDE**

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 011-2019 em 08/11/2019- OBJETO aquisição de medicamentos para saúde Valor R\$3.077.876,92  
ORIGEM: Pregão nº 015/2019 SIGNATÁRIO: Humberto Martins Fornari.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 077-2019**

Publicação Nº 2223972

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 077-2019**

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 077-2019 em 08/11/2019- OBJETO aquisição de material escolar valor R\$974.405,00 ORIGEM: Pregão nº 051/2019 SIGNATÁRIO: Eliani Aparecida Busnardo Buemo

**EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 087-2019-SAMAE**

Publicação Nº 2223984

**PROCESSO LICITATÓRIO 087/2019****MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS**

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 087/2019, na modalidade de Pregão Presencial, Para Registro de Preços, do tipo menor preço por item, para aquisição de cal hidratada e cimento. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 26 de novembro de 2019, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 088-2019-SAMAE**

Publicação Nº 2223987

**PROCESSO LICITATÓRIO 088/2019****MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS**

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 088/2019, na modalidade de Pregão Presencial, Para Registro de Preços, do tipo menor preço por item, para fornecimento de refeições para os servidores do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 26 de novembro de 2019, às 16:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142-2019**

Publicação Nº 2224096

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC****PROCESSO LICITATÓRIO nº 142/2019****CONCORRENCIA nº 005/2019**

OBJETO: OUTORGA DE TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO (BOXES) PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COMERCIAL NO PAVIMENTO TÉRREO DO TERMINAL URBANO BALTHAZAR BOHN, MUNICÍPIO DE BRUSQUE (SC). Realizada a análise da aceitabilidade da proposta comercial nos termos do edital (item 10) declaram-se vencedores: ELIANE DE FATIMA GONÇALVES BACK, Box 01, R\$ 61.725,00; CARLA MIRANDA LUZ, Box 06, R\$ 14.000,00 e LIGIA CRISTINA DUARTE BURIGO, Box 07, R\$ 22.000,00. Isto posto e, procedida a publicação do resultado desta sessão, aguarde-se o decurso do prazo recursal, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e/ou Termo de Renúncia para prosseguimento do processo licitatório. Brusque, 11/11/2019 CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Presidente da Comissão de Licitação.

**PORTARIA Nº 2263-2019**

Publicação Nº 2223991

## PORTARIA Nº 2263/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora LETÍCIA CAROLINE VIEIRA HOCHSPRUNG, matrícula nº 838977-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 21/10/2019 à 17/04/2020

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21/10/19 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de outubro de 2019  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretária Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 2277-2019**

Publicação Nº 2223994

## PORTARIA Nº 2277/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora ELITE RECH CUGIK, matrícula nº 1067478-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR II, lotada na Secretaria Municipal de Educação por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 23/10/2019 à 19/04/2020.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23/10/2019 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2019  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2290-2019**

Publicação Nº 2223996

PORTARIA Nº 2.290/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora JANAINA PASCHOAL ALVES, matrícula nº 719625-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/11/2019.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2019  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2291-2019**

Publicação Nº 2223998

PORTARIA Nº 2.291/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora ELDIRENE CONCEICAO DOS SANTOS RAIMUNDI, matrícula nº 851493-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/11/2019.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2019  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2292-2019**

Publicação Nº 2224001

PORTARIA Nº 2.292/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor ÁLVARO QUINTINO PEREIRA, matrícula nº 79332-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA VEÍCULOS PESADOS, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/11/2019.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2019  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2293-2019**

Publicação Nº 2224005

PORTARIA Nº 2.293/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora ANA CARINA SALVIN, matrícula nº 4154932-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/11/2019.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2019  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2295-2019**

Publicação Nº 2224009

PORTARIA Nº 2.295/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora FERNANDA MACHADO DO NASCIMENTO KNIES, matrícula nº 922382-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/11/2019.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2019  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2309-2019**

Publicação Nº 2224013

PORTARIA Nº 2309/2019, de 08 de novembro de 2019.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 002/2019, instaurado pela Portaria nº 1171/2019 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Considerando a observância, no que diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo de Exoneração nº 002/2019, com base no artigo 26, parágrafo 1º e parágrafo 3º c/c art. 42, parágrafo único, alínea “a”, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, c/c, art. 13, alínea “b” do Decreto 6287/2010, c/c Decreto 6617/2011 e Decreto 7266/2013, em desfavor do servidor M. E. M., (matrícula nº 770175-01), lotado na Secretaria de Educação desta Municipalidade, para apurar os fatos constantes do Memorando nº 354/2019/RH, de 15/05/2019; c/c Memorando nº 19/2019/CAEDSEP, de 03/05/2019; e anexos (Ata da Comissão de avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório, de 03/05/2019; Memorando nº 094/2019/RH, de 11/04/2019; Ata da Reunião da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, de 03/04/2019; Memorando nº 13/2019/CAEDSEP, de 29/03/2019; Ata da Comissão de avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório, de 29/03/2019; Ata da Comissão de avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório, de 22/02/2019; Ata da Reunião da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, de 12/12/2018; Memorando nº 1378/2018/RH, de 19/12/2018; Memorando nº 64/2018/CAEDSEP, de 03/12/2018; Ata da Comissão de avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório, de 03/12/2018; Ata da Reunião da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, de 21/11/2018; Memorando nº 1309/2018/RH, de 28/11/2018; Ata da Comissão de avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório, de 09/11/2018; Memorando nº 1261/2018/RH, de 29/10/2018; ficha funcional / relatório de afastamento de competência 10/2018; Anexo I – Formulário de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, período 08/04/2017 à 04/10/2017 / 21/12/2017 à 23/12/2017); envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

## **PORTARIA Nº 2310-2019**

Publicação Nº 2224021

PORTARIA Nº 2310/2019, de 08 de novembro de 2019.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 030/2019, instaurado pela Portaria nº 2086/2019 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

### **RESOLVE:**

Considerando a observância, no que diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 030/2019, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor M. P. Z. (matrícula nº 601195-0); lotado na Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque / desta Municipalidade, para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao expediente encaminhado pela 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque – Estado de Santa Catarina, mediante Ofício nº 0409/2019/03PJ/BRU, de 20/09/2019 (e anexos – Inquérito Civil nº 06.2019.03202-2 / Notícia de Fato nº 01.2019.00014037-4 – fls. 01 à 86); envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

## **PORTARIA Nº 2311-2019**

Publicação Nº 2224024

PORTARIA Nº 2311/2019, de 08 de novembro de 2019.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 029/2019, instaurado pela Portaria nº 2076/2019 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

### **RESOLVE:**

Considerando a observância, no que diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 029/2019, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor I. M. F. (matrícula nº 724165-00); lotado na UBS Nova Brasília da Secretaria de Saúde desta Municipalidade, para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao Memorando nº 836/2019/RH, de 12/09/2019, c/c Memorando nº 923/2019/SMS, de 29/08/2019, c/c Formulário de Avisos e Recomendações de 28/08/2019, c/c Boletim de Ocorrência de Registro nº



0527483/2019-BO-00284.2019.001714, de 27/08/2019, da Polícia Militar de Santa Catarina / Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina / 18º Batalhão; envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

## PORTARIA Nº 2314-2019

Publicação Nº 2224027

PORTARIA Nº 2314/2019, de 11 de novembro de 2019.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 031/2019, instaurado pela Portaria nº 2126/2019 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

### RESOLVE:

Considerando a observância, no que diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 029/2019, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor A. M. M. (matrícula nº 687154-01); lotado na Secretaria de Saúde desta Municipalidade, para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao Memorando nº 860/2019/RH, de 19/09/2019, c/c Memorando nº 1005/2019/SMS, de 18/09/2019, e anexos (Atestado Médico de 21/08/2019 e publicações / prints RCPDAY Balneário Camboriú, de 22/08/2019); envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de novembro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

## PORTARIA Nº 2317-2019

Publicação Nº 2224031

PORTARIA Nº 2.317/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

### RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor VANDERLEI CLERES DA SILVA, matrícula nº 724521-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 09/11/2019.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de novembro de 2019



Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 2771-2019**

Publicação Nº 2224036

### **PORTARIA Nº 2271/2019**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto 8.064/2017.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora, SANDRA WITZKE ANTUNES DA LUZ, matrícula nº 18678-10, ocupante do cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, em decorrência do atestado médico do dia 24/10/2019, sendo seu afastamento no dia 08/11/2019.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/10/2019 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de outubro de 2019  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Deivis da Silva  
Secretário de Assistência Social

# Caçador

## PREFEITURA

### ATA COMPLEMENTAR DA FASE DE HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 135/2019 - CONCORRÊNCIA 02/2019

Publicação Nº 2223933

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
AV. SANTA CATARINA, 195  
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

#### ATA DE JULGAMENTO DE FASE DE HABILITAÇÃO

Reuniram-se no dia 08/11/2019 às 14:00h, na sala de Reuniões do IPPUC, no prédio da Prefeitura Municipal de Caçador/SC, a Comissão Especial de Licitação, designada pelo(a) Decreto nº 8.367/2019, do dia 16 de setembro de 2019, para julgamento da documentação de habilitação das empresas participantes da Concorrência 02/2019, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SALAS PRÉ-FABRICADAS DO TIPO MODULAR PARA O MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Realizou-se inicialmente a análise da documentação no que diz respeito aos apontamentos das proponentes. Quanto ao fato da empresa Usingá Implementos não possuir em seu quadro profissional, nem propor futura contratação de Engenheiro Civil, a comissão verificou que a empresa possui como responsável técnico apenas Engenheiro Mecânico, entretanto como a qualificação profissional já foi objeto de impugnação do edital e conforme parecer jurídico 226/2019 o mesmo não foi aceito, decidiu-se por não aceitar o apontamento. Com relação às empresas Construtora WDD Ltda e Pacífico Sul não possuírem inscrição estadual, não podendo emitir Nota Fiscal de venda, a comissão realizou diligência e verificou que a primeira possui Inscrição Estadual (nº 254936156) e a última não possui; ainda, verificou-se que quando se trata de FORNECIMENTO, corresponde a comércio de produto, de fato é necessário Inscrição Estadual para emissão de Nota Fiscal relacionada a isso, conforme parecer da contabilidade municipal. Sobre a empresa Construtora WDD não realizar construções modulares e sim painelizadas, o próprio edital, na descrição do produto, consta que os módulos são constituídos por painéis, portanto o material proposto pela referida empresa atende às exigências do edital. Com relação à apresentação de atestado não vinculado ao CREA e certidão de pessoa jurídica inválida pela proponente Atlântico Sul, após diligência com o CREA-SC, verificou-se que ambos não possuem validade, o primeiro pelo fato de que o atestado deve possuir uma autenticação com o número do CAT e o segundo porque toda e qualquer alteração em contrato social invalida a certidão emitida pelo CREA, conforme consta em documentação em anexo. Quanto à empresa Usingá Implementos possuir Atestado de Capacidade Técnica em Container, a comissão decidiu por aceitar tal apontamento por entender que não é compatível com o objeto do Edital. Quanto à empresa Front Estruturas possuir em seu objeto social apenas montagem de estruturas temporárias e não possuir como responsável técnico um profissional da engenharia civil, a comissão decidiu por atender ao apontamento relacionado à competência técnica da proponente, porém verificou que esta possui em seu quadro o profissional engenheiro civil Rafael Lemos Moreira, conforme certidão de pessoa jurídica e contrato de prestação de serviços com o referido profissional. Quanto à análise pela própria da comissão de licitação, a mesma verificou que as proponentes Front Estruturas e Usingá Implementos não comprovaram com a documentação apresentada a execução de serviços que atendam ao objeto do edital. A comissão julgou por REGULAR a documentação entregue pela proponente Construtora WDD Ltda, julgando-a habilitada, e IRREGULAR a documentação de habilitação entregue pelas concorrentes: Pacífico Sul Service Eireli, Atlântico Sul Espaços Modulares Ltda ME, Usingá Implementos Ltda EPP e Front Estruturas Eireli EPP, julgando-as, portanto, inabilitadas. Após análise da documentação, foi lavrada a presente ata que deverá ser publicada no Diário Oficial dos Municípios, bem como enviada às empresas participantes do processo. Abre-se o prazo para recursos de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da publicação desta. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, às 16:00h, sendo esta ata assinada pelos presentes.

Emerson Schmidt  
Presidente

Carine Marcon  
Membro

Daniel Pereira Rafaeli Filho  
Membro

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019 - FAMPEC

Publicação Nº 2223810

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 001/2019 – PREGÃO PRESENCIAL – 01/2019-FAMPEC

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019  
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE – ANS, COM O PRODUTO DE MODALIDADE COLETIVO EMPRESARIAL, VISANDO À DISPONIBILIZAÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE ALTA COMPLEXIDADE, SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICOS EM GERAL, ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TERAPIAS EM GERAL E INTERNAÇÕES EM ACOMODAÇÃO COLETIVA, NA MODALIDADE PRÉ-PAGAMENTO E DE REDE PRÓPRIA E/OU CREDENCIADA, PARA SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR E SEUS DEPENDENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 26/11/2019 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 26/11/2019 às 14h30min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 11 de novembro de 2019.

THIAGO AUGUSTO DUARTE

Presidente do Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador

## PORTARIA Nº 31.837

Publicação Nº 2224261

PORTARIA Nº 31.837, de 22 de outubro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora DANIELE CARLOS DA SILVA, matrícula 15635, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Física, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, 02 (dois) anos de licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de outubro de 2019 a 03 de outubro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de outubro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Enemir Corozzola – SECRETÁRIO DE CULTURA,  
ESPORTE E TURISMO.

## PORTARIA Nº 31.845

Publicação Nº 2224228

PORTARIA Nº 31.845, de 24 de outubro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal e dá outras providências,

### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores o pagamento de gratificação de produtividade, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), em virtude de terem atingido os parâmetros de acompanhamento em sua microárea de atuação no mês de SETEMBRO de 2019, especificando código, nome, cargo, local de atuação e mês do pagamento da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Mês/Ano de pagamento
11932	Aline Cristiane Telles de Lima	Agente Comunitária de Saúde	UBS Caic	Outubro/2019
12037	Angela Cristine Beckert	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Sra. Salete	Outubro/2019
11940	Classir Terezinha Fenili	Agente Comunitária de Saúde	UBS Santa Catarina	Outubro/2019
13986	Erica Brustolin	Agente Comunitária de Saúde	UBS Bom Sucesso	Outubro/2019

11971	Evanice Bernardina Lara de Amorim	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Sra. Salete	Outubro/2019
11858	Izaira Castanheira Mezomo	Agente Comunitária de Saúde	UBS Caic	Outubro/2019
11953	Janete Aparecida Gabardo	Agente Comunitária de Saúde	UBS Martello	Outubro/2019
12017	Josiane Domingos Camargo	Agente Comunitária de Saúde	UBS Recanto da Alvorada	Outubro/2019
13975	Karine Aparecida dos Santos Bataglioni	Agente Comunitária de Saúde	UBS Taquara Verde	Outubro/2019
13984	Luciane Xavier dos Santos	Agente Comunitária de Saúde	UBS Bom Sucesso	Outubro/2019
11967	Lucimar dos Santos	Agente Comunitária de Saúde	UBS Caic	Outubro/2019
14278	Margarete Alves Veronesi	Agente Comunitária de Saúde	UBS Caic	Outubro/2019
11954	Maria Bernadete Piacentini	Agente Comunitária de Saúde	UBS Santa Clara	Outubro/2019
14006	Marli Bonfim de Quadros	Agente Comunitária de Saúde	UBS Bom Sucesso	Outubro/2019
13890	Neiva de Lurdes Pires	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Sra. Salete	Outubro/2019
14084	Rosane Antunes	Agente Comunitária de Saúde	UBS Caic	Outubro/2019
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Sra. Salete	Outubro/2019
14007	Suzana Aparecida Córdova	Agente Comunitária de Saúde	UBS Taquara Verde	Outubro/2019
13969	Vilma de Fatima de Souza	Agente Comunitária de Saúde	UBS Caic	Outubro/2019

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 24 de outubro de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 31.937

Publicação Nº 2224262

PORTARIA Nº 31.937, de 04 de novembro de 2019.

Dispõe sobre posse de Servidora nomeada por Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o arts. 21, § 1º, 23 e 25 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a Portaria nº 31.733, de 02 de outubro de 2019, que nomeia Francellwika Catharine Gomes de Azevedo em virtude de aprovação em concurso público, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 04 de outubro de 2019,

### RESOLVE:

Art. 1º. DAR POSSE à Servidora FRANCELLWIKI CATHARINE GOMES DE AZEVEDO para ocupar o cargo de Engenheira Sanitarista, pertencente ao Grupo Ocupacional Superior, referência 38, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, a contar de 1º de novembro de 2019.

Art. 2º. Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para a Servidora entrar em exercício, a contar da data da posse, nos termos do art. 25, inciso II da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 31.938**

Publicação Nº 2224263

PORTARIA Nº 31.938, de 04 de novembro de 2019.  
Dispõe sobre início do exercício de Servidora nomeada por  
Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com os arts. 23 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a Portaria nº 31.937, de 04 de novembro de 2019, que dispõe sobre a posse de Francellwika Catharine Gomes de Azevedo,

**RESOLVE:**

Art. 1º. ATRIBUIR EXERCÍCIO à Servidora FRANCELLWIKI CATHARINE GOMES DE AZEVEDO para desempenhar as atribuições do cargo de Engenheira Sanitarista, pertencente ao Grupo Ocupacional Superior, referência 38, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 31.939**

Publicação Nº 2224264

PORTARIA Nº 31.939, de 04 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de Servidores concursados,

CONSIDERANDO o caráter essencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR JULIO CESAR DE OLIVEIRA TURKOT para exercer a função de Médico, pertencente ao Grupo Ocupacional Superior, referência 33, com carga horária de 10 (dez) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 31.940**

Publicação Nº 2224265

PORTARIA Nº 31.940, de 04 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de Servidores concursados,

CONSIDERANDO o caráter essencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR LUCIANO DAMACENO para exercer a função de Médico, pertencente ao Grupo Ocupacional Superior, referência 39, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29 de outubro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 31.942**

Publicação Nº 2224266

PORTARIA Nº 31.942, de 04 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de Servidores concursados,

CONSIDERANDO o caráter essencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JESSICA LOVCKE para exercer a função de Médica, pertencente ao Grupo Ocupacional Superior, referência 40, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 31.943**

Publicação Nº 2224268

PORTARIA Nº 31.943, de 04 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário do Servidor EDUARDO BRUSTOLIN XAVIER, matrícula 16124, ocupante da função de Médico, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e contratado pela Portaria nº 31.204, de 10 de julho de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de novembro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 31.944**

Publicação Nº 2224269

PORTARIA Nº 31.944, de 04 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora INDIAMARA VIEIRA, matrícula 15779, ocupante da função de Auxiliar de Biblioteca, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e contratada através da Portaria nº 30.346, de 22 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04 de novembro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA  
EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 31.945**

Publicação Nº 2224270

PORTARIA Nº 31.945, de 05 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 31.666, de 27 de setembro de 2019, que rescinde contratos em caráter temporário, em virtude do término da validade do Processo Seletivo para o preenchimento de vagas temporárias na Prefeitura Municipal de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 31.874, de 30 de outubro de 2019, que aplica a penalidade de demissão ao servidor Marcos Roberto Ozo-goski,



CONSIDERANDO a solicitação contida no despacho nº 09 do Memorando nº 22.449/2019, do setor de Recursos Humanos,

RE S O L V E:

Art. 1º. REVOGAR a rescisão do Servidor MARCOS ROBERTO OZOGOSKI, matrícula 15287, ocupante da função de Motorista, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e lotado na Secretaria Municipal da Saúde, efetivada pela Portaria nº 31.666, de 27 de setembro de 2019.

Art. 2º. As demais disposições contidas na Portaria nº 31.666, de 27 de setembro de 2019, permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de outubro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

### PORTARIA Nº 31.954

Publicação Nº 2224271

PORTARIA Nº 31.954, de 06 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto §3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de outubro, à Servidora abaixo relacionada e lotada no Gabinete do Prefeito, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
1507	Ivonete Ruppel Mello	Secretária Escolar	1/3	02/02/2003 a 02/02/2008

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
06 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 31.955

Publicação Nº 2224272

PORTARIA Nº 31.955, de 06 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto §3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de outubro, à Servidora abaixo relacionada e lotada na Secretaria Municipal de Administração, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
14529	Juliana Nurilles Garbozza	Técnico Legislativo	1/3	09/01/2012 a 09/01/2017

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
06 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

## PORTARIA Nº 31.956

Publicação Nº 2224273

PORTARIA Nº 31.956, de 06 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto §3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de outubro, à Servidora abaixo relacionada e lotada no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
4	Liliane Maria Cury	Técnico em Desenho	1/3	16/07/2012 a 16/07/2017

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
06 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Karina Pompermayer – PRESIDENTE DO INSTITUTO DE  
PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR.

## PORTARIA Nº 31.960

Publicação Nº 2224274

PORTARIA Nº 31.960, de 07 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto §3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de outubro, ao Servidor abaixo relacionado e lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
801	Nedival Rodrigues da Crus	Fiscal de Obras e Posturas	1/3	05/10/2003 a 05/10/2008

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
07 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DE FAZENDA.

## PORTARIA Nº 31.969

Publicação Nº 2224275

PORTARIA Nº 31.969, de 08 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor ANTONIO CARLOS BITTENCOURT, matrícula 846, ocupante do cargo efetivo de Topógrafo e lotado na Secretaria Municipal de Administração, o adicional sexta-parte calculado sobre sua remuneração por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de novembro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

## PORTARIA Nº 31.972

Publicação Nº 2224229

PORTARIA Nº 31.972, de 08 de novembro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	15/03/2017 a 14/03/2018	25/11/2019 a 19/12/2019
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	15/03/2018 a 14/03/2019	20/12/2019 a 24/12/2019
1271	Neide Teresinha Oliveira Brochier	01/05/2018 a 30/04/2019	16/12/2019 a 15/01/2020
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	17/09/2017 a 16/09/2018	13/01/2020 a 01/02/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 08 de novembro de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 31.973**

Publicação Nº 2224230

PORTARIA Nº 31.973, de 08 de novembro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional ao Servidor abaixo relacionado, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
764	Darci Pires de Camargo	08/06/2018 a 07/06/2019	05/11/2019 a 04/12/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração de Caçador, em 08 de novembro de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

**PORTARIA Nº 31.977**

Publicação Nº 2224231

PORTARIA Nº 31.977, de 11 de novembro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
8549	Carmem Silvia Battistella	12/06/2018 a 11/06/2019	16/12/2019 a 14/01/2020
14666	Janaina Cristina Salles da Silva	17/06/2018 a 16/06/2019	23/12/2019 a 16/01/2020
14993	Nara Tescke de Castilho	05/04/2018 a 04/04/2019	16/12/2019 a 14/01/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 11 de novembro de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**Caibi****PREFEITURA****DECRETO Nº 172/2019**

Publicação Nº 2224131

DECRETO Nº 172/2019, de 11 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 139/2019 do objeto do Processo Licitatório de Nº 075/2019 na Modalidade Pregão Presencial Nº 042/2019 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira DANDARA JEANE GALLON designada pelo Decreto Nº 139/2019, sobre o Processo Licitatório Nº 075/2019, na Modalidade Pregão Presencial Nº 042/2019 que tem por objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA REALIZAÇÃO DE TREINAMENTOS VISANDO A PREPARAÇÃO DE ATLETAS QUE REPRESENTAM O MUNICÍPIO DE CAIBI NOS EVENTOS ESPORTIVOS.

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor do proponente abaixo relacionado, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponente	Item	Und	Qtd	Descrição	VI Unit.	VI Total Item
ESPORTE CLUBE JUVENTUDE	1	Mês	12	Locação de imóvel com pista de bolão, cancha de bocha 48 e bocha Rafa Vollo, mesa de sinuca e mesas de baralho, xadrez, domino e espaço para instalação de tênis de mesa para treinamento de atletas do Município	1.500,00	18.000,00

Total do proponente vencedor:

Proponente	Valor Total
ESPORTE CLUBE JUVENTUDE	18.000,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 11 de novembro de 2019.

Elói José Libano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 173/2019**

Publicação Nº 2224133

DECRETO Nº 173/2019, de 11 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 139/2019 do objeto do Processo Licitatório de Nº 076/2019 na Modalidade Pregão Presencial Nº 043/2019 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira DANDARA JEANE GALLON designada pelo Decreto Nº 139/2019, sobre o Processo Licitatório Nº 076/2019, na Modalidade Pregão Presencial Nº 043/2019 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CAIBI PARA

CLINICAS, HOSPITAIS E CONSULTÓRIOS QUE ATENDAM PELO SUS E QUE POSSUAM CONSORCIO E CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SAÚDE DE CAIBI-SC.

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor do proponente abaixo relacionado, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponente	Item	Und	Quant	Produto	VI Unit.	VI Total Item
TRANSPORTES JOAOZINHO LTDA	1	Km	60.000	Serviço de Transporte de pacientes do Município de Caibi – SC, para cidades da região que são referência de atendimento nas diversas áreas da saúde, com veículo de capacidade mínima de 15 lugares com bancos confortáveis.	2,75	165.000,00

Total do proponente vencedor:

Proponente	Valor Total
TRANSPORTES JOAOZINHO LTDA	165.000,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 11 de novembro de 2019.

Elói José Libano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/2019

Publicação Nº 2224128

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1212019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIBI

CONTRATADO: FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA EPP

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO, para realização de exames laboratoriais, ao preço da tabela SUS

VALOR: O valor será pago de acordo com a produção mensal, obtido através da aplicação da tabela SUS.

FIRMADO: 08/11/2019

VIGÊNCIA: 07/11/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 099/2017

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 010/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2017

## PORTARIA 326/19

Publicação Nº 2222672

PORTARIA N.º 326/19

ELOI LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, a Servidora RUBIA PAULA PERIN, matrícula 7979-0, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, com lotação junto ao Departamento Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 2014 À 2019, pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos, com início dia 11/11/2019 À 10/12/2019, como lhe assegura o artigo 80 do estatuto Dos Servidores.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de Novembro de 2019 .

Eloi José Líbano  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima

Dirlei Lemes de Almeida  
Diretor de administração

## **PORTARIA 327/19**

Publicação Nº 2222675

PORTARIA N.º 327/19

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS a Servidora Municipal FRANCIELI TORTORA , matrícula nº 9149-9 , ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR CC 06 , enquadrado junto ao Departamento Municipal de Saúde , com carga horária de 40 horas semanais, com período aquisitivo de 12/04/2018 à 11/04/2019, pelo período de 30 dias com inicio em 11/11/2019 À 10/12/2019 , conforme lhe confere o direito .

A Servidora receberá 1/3 constitucional .

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e publique-se

Gabinete do prefeito, 11 de novembro de 2019.  
Eloi José Líbano  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima

Dirlei Lemes de Almeida  
Diretor de Administração



# Camboriú

## PREFEITURA

### DL 004/2019 - PMC

Publicação Nº 2223768

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 004/2019 – PMC

Data: 11/11/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA REVISÃO DE 300 HORAS PARA O TRATOR T6.110. FUNDAMENTAL PARA AUMENTAR DESEMPENHO E VIDA ÚTIL DO MESMO.

Valor total: R\$: 2.446,00 (dois mil e quatrocentos e quarenta e seis reais).

Secretaria: SECRETARIA DE AGRICULTURA

Contratado: AGROWERNER COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "XVII", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 11 de Novembro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO 007/2019 -FMS

Publicação Nº 2223775

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2019-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"FRACASSADA PARA OS ITENS 03, 04, 05, 06, 07, 11, 17 E 23" "

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 11 de NOVEMBRO de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### RESUMO DE CONTRATO DE 004 A 08/11/2019

Publicação Nº 2223781

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO

FME

Contrato Nº 010/2019

Processo: Pregão Presencial Nº 015/2019

Contratado: SCHEILA APARECIDA WEISS ME

Data: 04/11/2019

Prazo: 90 (noventa) dias

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 2020 DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, VISANDO EXITO NA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS INERENTES A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE PESSOAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

PMC

Termo de Compromisso Nº 003/2019

Processo: Processo Licitatório nº143/2019-Inexigência de Licitação nº014/2019–Chamamento Público nº001/2019

Credenciado: VISÃO – ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA ME

Data: 07/11/2019

Prazo: 12 (doze) meses

Objeto: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA, NOS TERMOS E CONDIÇÕES DEFINIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº1695/2006 – PROGRAMA COMUNITÁRIO DE PAVIMENTAÇÃO URBANA.

## ADITIVO

## PMC

## Segundo Termo Aditivo

Contrato: 020/2018

Processo: Dispensa Licitatória Nº021/2018

Contratado: CESAR KARRER

Data: 01/11/2019

Fundamento: artigo 57 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE SALA COMERCIAL, TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 288,00M2 COM UMA CASA DE ALVENARIA, REPRESENTADO PELO LOTE Nº13, MEDINDO 12,00 METROS DE FRENTE, MEDINDO 24,00 METROS EM CASA UMA DAS EXTREMAS, SITUADO NA RUA ANTONIO CASSIMIRO BITTENCOURT, Nº92 CENTRO DA CIDADE DE CAMBORIÚ A FIM DE SEDIAR O CONSELHO TUTELAR.

Objetivo do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração, as partes resolvem aditar o prazo contratual por 12 (doze) meses, vigorando de 02 de novembro de 2019 até 02 de novembro de 2020, e o valor contratual total no correspondente a R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), sendo o valor mensal do aluguel correspondente a R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), conforme solicitação da Secretaria.

## Primeiro Termo Aditivo

Contrato: 031/2019

Processo: Tomada de Preços Nº 005/2019

Contratado: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Data: 04/11/2019

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA E DRENAGEM DA RUA TAJUBA, BAIRRO TABOLEIRO, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

Objetivo do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual da obra por 05 (cinco) meses, vigorando de 06 de novembro de 2019 a 06 de abril de 2020, por motivo de impedimento da execução, pois a análise do processo licitatório realizado pela Caixa Econômica Federal se estendeu mais do que o previsto e a obra somente foi liberada para a execução no dia 07 de outubro de 2019, conforme informado no memorando apresentado pela Secretaria de Municipal de Planejamento Urbano.

## Primeiro Termo Aditivo

Contrato: 033/2019

Processo: Tomada de Preços Nº 008/2019

Contratado: A J POTTER &amp; CIA LTDA

Data: 08/11/2019

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, CICLOFAIXA, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA SÃO MIGUEL, BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

Objetivo do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual da obra por 03 (três) meses, vigorando de 11 de novembro de 2019 a 11 de fevereiro de 2020, por motivo de impedimento no início da execução causado por indefinições não previstas no projeto original, além das condições desfavoráveis durante a execução da obra, conforme informado no memorando apresentado pela Secretaria de Municipal de Planejamento Urbano.

## FME

## Terceiro Termo Aditivo

Contrato: 015/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 003/2017

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A

Data: 05/11/2019

Fundamento: artigo 57 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO RCO (RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATORIA) RESPECTIVO A DANOS CORPORAIS E/OU MATERIAIS CAUSADOS A PASSAGEIROS, PARA QUE EM CASO DE SINISTRO NÃO VENHA ONERAR OS COFRES PÚBLICOS.

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 1.045,76 (um mil, quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos), devido a inclusão do veículo placa QJI 2620, conforme solicitação da Secretaria.

## Quarto Termo Aditivo

Contrato: 005/2019

Processo: Tomada de Preços Nº 012/2018

Contratado: MARCIO DAURI SEVERIANO

Data: 07/11/2019

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DAS COZINHAS DAS UNIDADES ESCOLARES J.I.M PADRE SÉRGIO MAYKOT, E.B.M LUCINIRA MELO REBELO E G.E.M ANDRÔNICO PEREIRA. O MESMO SE FAZ NECESSÁRIO PARA DAR MAIOR QUALIDADE NA PREPARAÇÃO DAS MERENDAS QUE SÃO SERVIDAS AOS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

Objetivo do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual em 60 (sessenta) dias, vigorando do dia 09 de novembro de 2019 a 08 de janeiro de 2020, em virtude do trâmite do aditivo de valores referente ao acréscimo de serviços a serem executados, após procedimentos da reforma da cozinha do JIM Padre Sérgio Maykot, conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Educação.

FMS

Segundo Termo Aditivo

Contrato: 006/2018

Processo: Dispensa Licitatória Nº015/2018

Contratado: VANIA ISABEL SOUZA GARCIA

Data: 06/11/2019

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, CASA DE ALVENARIA DE APROXIMADAMENTE 110M2, PARA A INSTALAÇÃO DO CAPS, CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL, SÍTIO NA RUA LAURO MULLER Nº250 NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Objetivo do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93 que permite a prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua, as partes resolvem aditar o prazo contratual por 6 (seis) meses, vigorando de 09 de novembro de 2019 até 09 de maio de 2020, e o valor contratual total no correspondente a R\$ 22.680,00 (vinte e dois mil seiscentos e oitenta reais), sendo o valor mensal do aluguel correspondente a R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais), conforme solicitação da Secretaria.

Primeiro Termo Aditivo

Contrato: 037/2018

Processo: Chamamento Público Nº013/2018

Contratado: R.G DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA ME

Data: 06/11/2019

Fundamento: artigo 57 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS PARA A REDE BÁSICA DE SAÚDE CONSTANTES NO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, LOTES FRACASSADOS NO CHAMAMENTO PÚBLICO 007/18 E 010/2018.

Objetivo do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual por mais 03 (três) meses, vigorando de 07 de novembro de 2019 até 07 de fevereiro de 2020, conforme memorando apresentado Secretaria de Saúde.

Oitavo Termo Aditivo

Contrato: 015/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 036/2016

Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

Data: 07/11/2019

Fundamento: artigo 57 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA COLETA COM FREQUÊNCIA QUINZENAL, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE DO GRUPO A, B E E, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Objeto do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem prorrogar o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, vigorando de 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, conforme memorando da secretaria.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO Nº 103/2019

Publicação Nº 2222636

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO Nº 103/2019

Na publicação do Pregão nº 103/2019; publicado no dia 05/11/2019, no (DOM-SC), página nº 213, número da publicação 2215625, no título onde se lê: "AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2019"; Leia-se: "AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2019. Demais informações permanecem inalteradas. LUCILAINE MOKFA SCHWARZ -Secretária Municipal de Administração

### TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2223635

TERMO DE POSSE

EDILSON PRUCKNESKI

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor EDILSON PRUCKNESKI, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12.068 de 15 de julho de 2019, no Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADOR DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA E JARDINAGEM, Código 18 do Anexo II, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 116 de 02 de junho de 2015 a qual autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

O Coordenador nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Coordenador nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

EDILSON PRUCKNESKI

### TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2222773

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCIANE FERREIRA BUENO NOVAK

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. LUCIANE FERREIRA BUENO NOVAK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.037 de 1º de julho de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Trabalho Temporário), previsto no inciso VII, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa

expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCIANE FERREIRA BUENO NOVAK

## TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2223620

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUANA BRUNA RODRIGUES

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora LUANA BRUNA RODRIGUES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.790 de 12 de fevereiro de 2019, no cargo de Coordenadora Pedagógica FG-5A, no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Alegre Infância”, Regime Estatutário, Cargo de Função Gratificada, previsto na Lei Complementar Municipal nº 088/12, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUANA BRUNA RODRIGUES

## TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2222723

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUANA JACIARA DE LIMA

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. LUANA JACIARA DE LIMA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.062 de 10 de julho de 2019, no Cargo Público de Professor III, para exercer a Função de Professora de Artes, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio “Piso Nacional”, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, incisos I, II, III e alíneas do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUANA JACIARA DE LIMA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223773

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

QUEILA FRANSINE GARCIA DA SILVA

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. QUEILA FRANSINE GARCIA DA SILVA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.186 de 19 de março de 2018 ao Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

QUEILA FRANSINE GARCIA DA SILVA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223782

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JENIFFER CRISTINY SIQUEIRA

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora JENIFFER CRISTINY SIQUEIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.185 de 19 de março de 2018 no Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, Regime Estatutário, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JENIFFER CRISTINY SIQUEIRA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223209

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SARAH JENIFFER TOMANINE UNISESKY



Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove oito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. SARAH JENIFFER TOMANINE UNISESKY, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.716 de 16 de janeiro de 2019, no Cargo Público de Fiscal, na Função de Fiscal de Tributos Municipais, Nível 5 Sub-Nível 51, Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas do §2º Incisos I, II, III do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

SARAH JENIFFER TOMANINE UNISESKY

## TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2223748

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JUSIANE GOMES DA SILVA DE LIMA

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. JUSIANE GOMES DA SILVA DE LIMA, nomeada pelo Decreto nº 11.139 de 26 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JUSIANE GOMES DA SILVA DE LIMA

## TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2223197

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.770 de 11 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial



Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º e do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA

## TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2223785

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GABRIELE FERREIRA

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. GABRIELE FERREIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.189 de 20 de março de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

GABRIELE FERREIRA

## TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2223204

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JANAINA GREIN

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. JANAINA GREIN, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.758 de 05 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Professor VII, para exercer a Função de Professora de Ciências, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, incisos I, II, III e alíneas do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JANAINA GREIN

## TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2223668

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TIAGO MURILO DE SOUZA

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor TIAGO MURILO DE SOUZA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12.290 de 07 de outubro de 2019, na Função Gratificada de ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO, Código 19, Função Gratificada FG-1, Regime Jurídico Estatutário, Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 144 de 1º outubro de 2019, a qual autorizou a criação no Cargo Público e Função Gratificada, com dedicação em tempo integral e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito.

O Servidor Público Municipal nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidões Negativas expedidas pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público Municipal designado e empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

TIAGO MURILO DE SOUZA

## TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2223734

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.128 de 19 de fevereiro de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa

expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN

## TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2223625

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.931 de 02 de maio de 2019, no cargo de provimento em comissão, Assessor Jurídico, Lei Complementar Municipal nº 006/02, que autorizou a sua criação, com dedicação consoante a Lei Complementar Municipal 006, de 19 de setembro de 2002, conjugada com o art. 20 da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994, lotado no Gabinete do Prefeito.

O Assessor Jurídico nomeado e ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

## TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2223791

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CAROLINI DA SILVA

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. CAROLINI DA SILVA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.201 de 26 de março de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, "Piso Nacional", Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CAROLINI DA SILVA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222745

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JUSSARA ANTUNES TIBES

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. JUSSARA ANTUNES TIBES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.160 de 15 de agosto de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Trabalho Temporário), previsto no inciso VII, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JUSSARA ANTUNES TIBES

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223713

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.107 de 07 de fevereiro de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º e do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223191

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CARLA DA SILVA

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. CARLA DA SILVA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.776 de 11 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CARLA DA SILVA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223764

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EMELYN SORAYA EHLKE

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. EMELYN SORAYA EHLKE, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.163 de 07 de março de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

EMELYN SORAYA EHLKE

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223158

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

VANESSA STAL BATISTA

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. VANESSA STAL BATISTA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.822 de 20 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

VANESSA STAL BATISTA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223196

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ISOLETE TCHÖKE ZOELLNER

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. ISOLETE TCHÖKE ZOELLNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.771 de 11 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ISOLETE TCHÖKE ZOELLNER



**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223198

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

NELCI TEREZINHA IDALENCIO DETROZ

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. NELCI TEREZINHA IDALENCIO DETROZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.763 de 07 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

NELCI TEREZINHA IDALENCIO DETROZ

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223711

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GUSTAVO DE CASTRO ALVES MACHADO

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. GUSTAVO DE CASTRO ALVES MACHADO, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.105 de 06 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Professor IX, para exercer a Função de Professor de História, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

GUSTAVO DE CASTRO ALVES MACHADO



**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222727

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARCIA INES JEDITZ

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. MARCIA INES JEDITZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.201 de 03 de setembro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Trabalho Temporário), previsto no inciso VII, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARCIA INES JEDITZ

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223201

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JAISON FERREIRA

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. JAISON FERREIRA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.761 de 06 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/ semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, Incisos I, II, III e Alíneas do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JAISON FERREIRA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223724

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ROGÉRIO JORGE SCARPIM

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. ROGÉRIO JORGE SCARPIM, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.113 de 08 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ROGÉRIO JORGE SCARPIM

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223194

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TAIS BUBA KOTOVICZ

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. TAIS BUBA KOTOVICZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.773 de 11 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

TAIS BUBA KOTOVICZ

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223653

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JOSIMAR WILLIAM OSOVSKY

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor JOSIMAR WILLIAM OSOVSKY, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.949 de 14 de maio de 2019, no Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADOR DE CULTURA, previsto na Lei Complementar Municipal nº 006/02, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de setembro de 2007 que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, e carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JOSIMAR WILLIAM OSOVSKY

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223776

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RICOBERT JOHANSON JUNIOR

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr. RICOBERT JOHANSON JUNIOR, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.187 de 19 de março de 2018 ao Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

RICOBERT JOHANSON JUNIOR

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223703

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TIAGO LOPES RODRIGUES

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. TIAGO LOPES RODRIGUES, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.097 de 05 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Professor VI, para exercer a Função de Professor de Matemática, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, Incisos I, II, III e Alíneas do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

TIAGO LOPES RODRIGUES

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223721

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ISOLETE TCHÖKE ZOELLNER

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. ISOLETE TCHÖKE ZOELLNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.110 de 07 de fevereiro de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ISOLETE TCHÖKE ZOELLNER

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223170

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

IVETE MARIA LOPES ALEXANDRE

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. IVETE MARIA LOPES ALEXANDRE, nomeada pelo Decreto nº 11.801 de 14 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

IVETE MARIA LOPES ALEXANDRE

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222735

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIA ALICE ALVES DE LIMA FELICIANO

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. MARIA ALICE ALVES DE LIMA FELICIANO, nomeada pelo Decreto nº 12.149 de 12 de agosto de 2019, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Municipal ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ALICE ALVES DE LIMA FELICIANO

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223190

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JENNIFER CALIXTO DA SILVA ZATOR

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. JENNIFER CALIXTO DA SILVA ZATOR, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.772 de 11 de fevereiro de 2019, no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JENNIFER CALIXTO DA SILVA ZATOR

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223185

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

FERNANDA CUBAS HÜBNER

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. FERNANDA CUBAS HÜBNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.781 de 11 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, "Piso Nacional", Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

FERNANDA CUBAS HÜBNER

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223166

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

NATALIA BERTA DA SILVA

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. NATALIA BERTA DA SILVA, nomeada pelo Decreto nº 11.808 de 18 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do §2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

NATALIA BERTA DA SILVA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223106

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EVA SANDRA UHLIG FUCKNER

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora EVA SANDRA UHLIG FUCKNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.007 de 11 de junho de 2019 ao Cargo Público efetivo e exercer a Função de Agente Administrativo II, Regime Estatutário, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

EVA SANDRA UHLIG FUCKNER



**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223728

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CARLA SIMONE BERNARDES SLOMINSKY

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora CARLA SIMONE BERNARDES SLOMINSKY, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.122 de 15 de fevereiro de 2018 no Cargo Público e na Função de Agente Comunitário de Saúde, Regime Estatutário Nível 2A, Sub-Nível 21 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas, incisos I, II e III do parágrafo 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CARLA SIMONE BERNARDES SLOMINSKY

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223182

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JESSICA CRISTINA WITT

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. JESSICA CRISTINA WITT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.787 de 12 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professora de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º e do artigo 31, Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JESSICA CRISTINA WITT

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223707

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TAIS BUBA KOTOVICZ

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. TAIS BUBA KOTOVICZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.099 de 06 de fevereiro de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

TAIS BUBA KOTOVICZ

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223125

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SILVERIO ALVES REZENDE

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. SILVERIO ALVES REZENDE, nomeado pelo Decreto nº 11.935 de 06 de maio de 2019, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

SILVERIO ALVES REZENDE

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223698

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

DORIMAR GOMES DE ANDRADE

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. DORIMAR GOMES DE ANDRADE, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.062 de 01 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Fiscal, na Função de Fiscal de Tributos Municipais, Nível 5 Sub-Nível 51, Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

DORIMAR GOMES DE ANDRADE

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223172

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

PETER HENRY GRIMM

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. PETER HENRY GRIMM, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.800 de 14 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Professor IV, na Função Professor de Inglês, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Servidor Público ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, Incisos I, II, III e Alíneas do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

PETER HENRY GRIMM

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223639

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LEOSIR FERREIRA DE SOUZA

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora LEOSIR FERREIRA DE SOUZA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12.122 de 05 de agosto de 2019, no cargo de Coordenador Pedagógico FG-5A na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Maria José Duarte Silva Bernardes”, Regime Estatutário – Cargo de Função Gratificada, previsto na Lei Complementar Municipal nº 088/12, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Servidor Público Municipal nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público Municipal nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEOSIR FERREIRA DE SOUZA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223627

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GIOVANI MATHEUS BORGES

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor GIOVANI MATHEUS BORGES, nomeado pelo Decreto nº 11.950 de 14 de maio de 2019, no cargo de Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, Cargo de Provimento em Comissão, previsto na Lei Municipal nº 2.683, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

GIOVANI MATHEUS BORGES

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222732

**GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO****TERMO DE POSSE****GABRIEL KOTH**

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse ao Sr. GABRIEL KOTH, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12.269 de 1º de outubro, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pelo Servidor Público Contratado empossado.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

GABRIEL KOTH

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223117

**GABINETE DO PREFEITO****TERMO DE POSSE****LORAINE MELISSA DAL RI**

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse ao Sr<sup>a</sup>. LORAINE MELISSA DAL RI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.971 de 24 de maio de 2019, ao Cargo Público para exercer a Função de Farmacêutica, Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pela Servidora Pública empossada.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LORAINE MELISSA DAL RI

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222733

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCIANE MARIA STIEGLER CARLOS

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora LUCIANE MARIA STIEGLER CARLOS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.198 de 02 de setembro de 2019 ao Cargo Público efetivo e exercer a Função de Agente Administrativo II, Regime Estatutário, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A Servidora Pública Municipal ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCIANE MARIA STIEGLER CARLOS

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223619

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SUELEN MILCZEVSKI

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora SUELEN MILCZEVSKI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.816 de 19 de fevereiro de 2019, no cargo de Coordenadora Pedagógica FG-5A na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Paulo Fuckner”, Cargo de Função Gratificada, previsto na Lei Complementar Municipal nº 088/12, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

SUELEN MILCZEVSKI

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223664

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANA CLAUDIA MUNHOZ

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora ANA CLAUDIA MUNHOZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.240 de 19 de setembro de 2019, no Cargo e na Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE, Código 03, Função Gratificada FG-1, Regime Jurídico Estatutário, Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

A Servidora Pública Municipal nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidões Negativas expedidas pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ANA CLAUDIA MUNHOZ

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223178

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ESTÉFANI FARIAS

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. ESTÉFANI FARIAS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.797 de 14 de fevereiro de 2019, no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ESTÉFANI FARIAS



**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223177

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RAQUEL LOPES

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. RAQUEL LOPES, nomeada pelo Decreto nº 11.793 de 13 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

RAQUEL LOPES

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223180

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

KELLY SACHT

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. KELLY SACHT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.789 de 12 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

KELLY SACHT

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223145

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANDREZA DA ROCHA

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. ANDREZA DA ROCHA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.881 de 1º de abril de 2019, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ANDREZA DA ROCHA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223709

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

WILLIAM COTHOVISKY

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. WILLIAM COTHOVISKY, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.101 de 06 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Professor II, na Função Professor de Educação Física, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

WILLIAM COTHOVISKY

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222750

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANA CARLA HÜMMELGEN

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. ANA CARLA HÜMMELGEN, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.184 de 26 de agosto de 2019, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ANA CARLA HÜMMELGEN

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223141

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JUSIANE GOMES DA SILVA DE LIMA

Ao primeiro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. JUSIANE GOMES DA SILVA DE LIMA, nomeada pelo Decreto nº 11.883 de 1º de abril de 2019, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JUSIANE GOMES DA SILVA DE LIMA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223116

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

DINACIR GERTLER DREVEK

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. DINACIR GERTLER DREVEK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.942 de 08 de maio de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Trabalho Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

DINACIR GERTLER DREVEK

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223199

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.764 de 07 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223181

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GUSTAVO FERNANDO WOTROBA

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. GUSTAVO FERNANDO WOTROBA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.792 de 13 de fevereiro de 2019, no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

GUSTAVO FERNANDO WOTROBA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223163

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.810 de 18 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223699

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CLEITON JESIEL DA MAIA

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. CLEITON JESIEL DA MAIA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.081 de 05 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Professor IX, para exercer a Função de Professor de História, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CLEITON JESIEL DA MAIA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223165

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JONAS DA SILVA DE SOUSA

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. JONAS DA SILVA DE SOUSA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.809 de 18 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/ semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, Incisos I, II, III e Alíneas do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JONAS DA SILVA DE SOUSA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222764

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCIANE PIEKARSKI

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. LUCIANE PIEKARSKI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.054 de 08 de julho de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Trabalho Temporário), previsto no inciso VII, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCIANE PIEKARSKI

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223087

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CARMEM TEREZINHA KNORST PEREIRA

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. CARMEM TEREZINHA KNORST PEREIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.038 de 1º de julho de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Trabalho Temporário), previsto nos incisos VII e IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CARMEM TEREZINHA KNORST PEREIRA



**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223763

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GABRIEL KOTH

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr. GABRIEL KOTH, nomeado pelo Decreto nº 11.162 de 07 de março de 2018, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

GABRIEL KOTH

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223210

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCIANE WOJCIECHOSKY

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora LUCIANE WOJCIECHOSKY, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.717 de 16 de janeiro de 2019, no Cargo de Função Gratificada de Diretor Pedagógico do Ensino Fundamental, Função Gratificada – FG-1, Regime Jurídico Estatutário, Anexo III.I da Lei Complementar Municipal nº 119 de 29 de julho de 2015, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições previstas no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 119 de 29 de julho de 2015.

Em cumprimento as alíneas do §2º e Incisos I, II, III do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCIANE WOJCIECHOSKY

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223155

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TAIS APARECIDA ODIA UHLIG

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. TAIS APARECIDA ODIA UHLIG, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.843 de 06 de março de 2019, no Cargo Público de Professor VI, para exercer a Função de Professor de Matemática, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, Incisos I, II, III e Alíneas do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

TAIS APARECIDA ODIA UHLIG

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222770

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JOÃO PAULO ZUMBACH

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr. JOÃO PAULO ZUMBACH, nomeado pelo Decreto nº 12.049 de 04 de julho de 2019, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar Operacional, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

O Servidor Público ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO ZUMBACH

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223634

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SÉRGIO DA COSTA

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor SÉRGIO DA COSTA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.969 de 15 de maio de 2019, no Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADOR DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, previsto na Lei Complementar Municipal nº 006/02, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 141 de 30 de abril de 2019 que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, e carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

SÉRGIO DA COSTA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223095

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

BIANCA BRUNELI DA SILVA LIEBL

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. BIANCA BRUNELI DA SILVA LIEBL PEREIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.039 de 1º de julho de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Trabalho Temporário), previsto no inciso VII, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

BIANCA BRUNELI DA SILVA LIEBL

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222756

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EULÁLIA GORNIACK CUSTÓDIO

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. EULÁLIA GORNIACK CUSTÓDIO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.188 de 27 de agosto de 2019, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

EULÁLIA GORNIACK CUSTÓDIO

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223187

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

BRUNA GUIOVANA PREISLER

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. BRUNA GUIOVANA PREISLER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.780 de 11 de fevereiro de 2019, no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

BRUNA GUIOVANA PREISLER

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223663

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ELENA GORNIACK

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora ELENA GORNIACK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.133 de 07 de agosto de 2019, no Cargo e na Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE AÇÕES BÁSICAS DA SAÚDE, Código 12, Função Gratificada FG-1, Regime Jurídico Estatutário, Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A Servidora Pública Municipal nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002,, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidões Negativas expedidas pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ELENA GORNIACK

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223151

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EVILIN FERRAZ DOS SANTOS

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. EVILIN FERRAZ DOS SANTOS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.860 de 14 de março de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento as alíneas, § 2º incisos I, II, III artigo 31, e suas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

EVILIN FERRAZ DOS SANTOS

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223726

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ELIZABETE CARDOSO KONOPKA

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. ELIZABETE CARDOSO KONOPKA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.120 de 14 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Técnico em Nível Médio, para exercer a Função de Técnica em Enfermagem, Nível 5 Sub-Nível 51, Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ELIZABETE CARDOSO KONOPKA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223149

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CLAUDENIR FERREIRA DA CRUZ

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor CLAUDENIR FERREIRA DA CRUZ, nomeado pelo Decreto nº 11.869 de 22 de março de 2019 ao Cargo Público de Motorista, Função Motorista de Transporte de Pessoas, Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Servidor Público ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas, Incisos I, II, III, §2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CLAUDENIR FERREIRA DA CRUZ

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223731

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JOELCIO TELMA

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito o Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. JOELCIO TELMA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.126 de 19 de fevereiro de 2018 ao Cargo Público Efetivo de Agente Operacional III, para exercer a Função de Operador de Veículos Pesados, com vencimentos Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas, incisos I, II, III do § 2º do artigo 31e suas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JOELCIO TELMA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223757

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JULIANA MUNHOZ GORNIACK

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. JULIANA MUNHOZ GORNIACK, nomeada pelo Decreto nº 11.137 de 23 de fevereiro de 2018 ao cargo Público efetivo para exercer a função de Fisioterapeuta, Nível 6 Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, e suas alterações da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JULIANA MUNHOZ GORNIACK



**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223183

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GABRIELA MACHADO KERSCHER

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. GABRIELA MACHADO KERSCHER, nomeada pelo Decreto nº 11.782 de 11 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do §2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

GABRIELA MACHADO KERSCHER

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223717

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

DINACIR GERTLER DREVEK

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. DINACIR GERTLER DREVEK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.109 de 07 de fevereiro de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º e do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

DINACIR GERTLER DREVEK

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223114

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

TERMO DE POSSE

FERNANDA APARECIDA MATHIAS

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse a Sr<sup>a</sup>. FERNANDA APARECIDA MATHIAS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.991 de 03 de junho de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento as alíneas, § 2º incisos I, II, III artigo 31, e suas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pela Servidora empossada.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

FERNANDA APARECIDA MATHIAS

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223705

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JAISON FERREIRA

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. JAISON FERREIRA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.098 de 05 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, Incisos I, II, III e Alíneas do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JAISON FERREIRA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223188

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GABRIELA FÜRST FURHMANN

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. GABRIELA FÜRST FURHMANN, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.779 de 11 de fevereiro de 2019, no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

GABRIELA FÜRST FURHMANN

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222739

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JESSICA MAIARA DANNA ALVES

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. JESSICA MAIARA DANNA ALVES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.161 de 15 de agosto de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Trabalho Temporário), previsto no inciso VII, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JESSICA MAIARA DANNA ALVES

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223749

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LISDAIANI TEIXEIRA CARVALHO

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezoito, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. LISDAIANI TEIXEIRA CARVALHO, nomeada pelo Decreto nº 11.145 de 01 de março de 2018, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar Operacional, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LISDAIANI TEIXEIRA CARVALHO

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223646

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MÁRCIO MARCELO MUNHOZ

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor MÁRCIO MARCELO MUNHOZ, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12.214 de 11 de setembro de 2019, no Cargo de Diretor da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, Regime Estatutário, Cargo Público de Função Gratificada – FG-5C, prevista na Lei Complementar Municipal nº 088, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Servidor Público nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MÁRCIO MARCELO MUNHOZ

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222766

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SABRINA CARINA DAS NEVES

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. SABRINA CARINA DAS NEVES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.074 de 17 de julho de 2019, no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

SABRINA CARINA DAS NEVES

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223123

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

TERMO DE POSSE

LETICIA BRUNELLO REIZER

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse a Sr<sup>a</sup>. LETICIA BRUNELLO REIZER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.992 de 03 de junho de 2019 no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pela Servidora Pública empossada.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LETICIA BRUNELLO REIZER

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223112

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARCIEL SIQUEIRA

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. MARCIEL SIQUEIRA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.951 de 15 de maio de 2019, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Trabalho Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Ao Servidor Público Contratado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público Contratado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARCIEL SIQUEIRA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223207

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TIAGO LOPES RODRIGUES

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. TIAGO LOPES RODRIGUES, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.757 de 05 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Professor VI, para exercer a Função de Professor de Matemática, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, Incisos I, II, III e Alíneas do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

TIAGO LOPES RODRIGUES

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223100

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANGELA SONIA CANDIDO

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. ANGELA SONIA CANDIDO, nomeada pelo Decreto nº 12.016 de 14 de junho de 2019, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ANGELA SONIA CANDIDO

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223126

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

TERMO DE POSSE

GISELI KUSS

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse a senhora GISELI KUSS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.978 de 27 de maio de 2019 ao Cargo Público e na Função de Agente Administrativo III, Regime Estatutário, Nível 5A, Sub-Nível 51A Referência A, Categoria Funcional ANIS – Atividades de Nível Intermediário Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pela Servidora Pública empossada.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

GISELI KUSS



**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223120

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SOLANGE GREIN DOS SANTOS

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. SOLANGE GREIN DOS SANTOS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.939 de 07 de maio de 2019, no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Trabalho Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

SOLANGE GREIN DOS SANTOS

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223754

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

FERNANDA CUBAS HÜBNER

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. FERNANDA CUBAS HÜBNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.147 de 01 de março de 2018, no Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

FERNANDA CUBAS HÜBNER

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223760

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

FRANCIELE HUWE WERGUTZ WEISS

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. FRANCIELE HUWE WERGUTZ WEISS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.150 de 05 de março de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

FRANCIELE HUWE WERGUTZ WEISS

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223631

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

KETLYN FUCKNER BAHR

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora KETLYN FUCKNER BAHR, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.956 de 16 de maio de 2019, no cargo de Administrador do PROCON, Código 17 do Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, Regime Jurídico Especial CLT, Cargo de Provimento em Comissão, Lei Complementar Municipal nº 101 de 04 de Dezembro de 2013, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada no Gabinete do Prefeito.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

KETLYN FUCKNER BAHR

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223778

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LETICIA BRUNELLO REIZER

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. LETICIA BRUNELLO REIZER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.188 de 19 de março de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LETICIA BRUNELLO REIZER

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223140

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA, nomeado pelo Decreto nº 11.885 de 04 de abril de 2019 no Cargo Público Efetivo de Médico, para exercer a função de Médico II, Nível 6 Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006/02, e suas alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O Servidor Público Municipal ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222731

**GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO****TERMO DE POSSE****VIVIAN KASZUBOWSKY**

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse a Sr<sup>a</sup>. VIVIAN KASZUBOWSKY, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.268 de 1º de outubro de 2019, no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pela Servidora Pública Contratada empossada.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

VIVIAN KASZUBOWSKY

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223157

**GABINETE DO PREFEITO****TERMO DE POSSE****VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK**

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.823 de 20 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223162

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

BIANCA ROSA KERSCHER

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. BIANCA ROSA KERSCHER, nomeada pelo Decreto nº 11.811 de 18 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

BIANCA ROSA KERSCHER

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223788

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.193 de 21 de março de 2018 no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223138

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TIAGO LOPES RODRIGUES

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. TIAGO LOPES RODRIGUES, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.902 de 12 de abril de 2019, no Cargo Público de Professor VI, para exercer a Função de Professor de Matemática, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Servidor Público Contratado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

TIAGO LOPES RODRIGUES

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223174

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ROGÉRIO JORGE SCARPIM

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. ROGÉRIO JORGE SCARPIM, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.799 de 14 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, Incisos I, II, III e Alíneas do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ROGÉRIO JORGE SCARPIM

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223152

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SUELI CARDOZO

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. SUELI CARDOZO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.856 de 13 de março de 2019, no Cargo Público de Professor III, para exercer a Função de Professora de Artes, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, incisos I, II, III e alíneas do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

SUELI CARDOZO

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223745

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JOÃO LINDOMAR BATISTA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. JOÃO LINDOMAR BATISTA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.135 de 21 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas, dos Incisos I, II, III do § 2º, do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JOÃO LINDOMAR BATISTA



**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222729

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LAÍS TOMMASI MARCON

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora LAÍS TOMMASI MARCON, nomeada pelo Decreto nº 12.200 de 03 de setembro de 2019 ao Cargo Público e Função de Engenheira Sanitarista, Nível 6 Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais Regime Jurídico Estatutário previsto da Lei Complementar Municipal nº 006, lotada na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LAÍS TOMMASI MARCON

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223186

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIA SOFIA CUBAS MACHADO

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. MARIA SOFIA CUBAS MACHADO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.778 de 11 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, "Piso Nacional", Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA SOFIA CUBAS MACHADO

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223725

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RONALDO GOES TORRES

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor RONALDO GOES TORRES, nomeado pelo Decreto nº 11.114 de 08 de fevereiro de 2018 ao Cargo Público de Motorista, Função Motorista de Veículos Leves, Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

RONALDO GOES TORRES

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223189

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RODRIGO LEHNERT DE SOUZA LUZ

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr. RODRIGO LEHNERDT DE SOUZA LUZ, nomeado pelo Decreto nº 11.777 de 11 de março de 2019, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

RODRIGO LEHNERT DE SOUZA LUZ

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223660

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TIAGO MURILO DE SOUZA

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor TIAGO MURILO DE SOUZA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12.233 de 17 de setembro de 2019, no Cargo de Provimento em Comissão de AGENTE DO CONTROLE INTERNO "SUBSTITUTO", Código 06 do Anexo II, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pelas Leis Complementares Municipais nº 015 e nº 016 de 16 de dezembro de 2003 que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

TIAGO MURILO DE SOUZA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223794

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUANA PEREIRA DOS SANTOS

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr<sup>a</sup>. LUANA PEREIRA DOS SANTOS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.211 de 02 de abril de 2018, ao Cargo Público e exercer a Função de Atendente de Sala, Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUANA PEREIRA DOS SANTOS

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222761

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EMELLI TALLITA ROHDE RIBEIRO

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. EMELLI TALLITA ROHDE RIBEIRO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.057 de 09 de julho de 2019, no Cargo Público de Professor III, para exercer a Função de Professora de Artes, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio “Piso Nacional”, com carga horária de 20 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, incisos I, II, III e alíneas do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

EMELLI TALLITA ROHDE RIBEIRO

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223650

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANTONIO ELIZEU DA CUNHA JUNIOR

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor ANTONIO ELIZEU DA CUNHA JUNIOR, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12.230 de 16 de setembro de 2019, no Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER, previsto na Lei Complementar Municipal nº 006/02, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de setembro de 2007 que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ANTONIO ELIZEU DA CUNHA JUNIOR

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223657

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CLEICIANE CUBAS

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora CLEICIANE CUBAS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.232 de 17 de setembro de 2019, no Cargo Público, DE Provimento em Comissão, Administrador do Fórum Municipal – Casa da Cidadania, Código 14 do Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 107 de 30 de julho de 2014; Cargo de Provimento em Comissão, com atribuições previstas na Lei Municipal nº 2.683, alterada pela Lei Municipal nº 4.170 de 30 de julho de 2014, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada no Gabinete do Prefeito.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CLEICIANE CUBAS

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223168

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARILAINÉ APARECIDA MATOS

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. MARILAINÉ APARECIDA MATOS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.796 de 14 de fevereiro de 2019, no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARILAINÉ APARECIDA MATOS

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223727

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JOSIANE DE FÁTIMA LEANDRO SANTOS RANK

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. JOSIANE DE FÁTIMA LEANDRO SANTOS RANK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.121 de 14 de fevereiro de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JOSIANE DE FÁTIMA LEANDRO SANTOS RANK

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223192

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EVA SANDRA UHLIG FUCKNER

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. EVA SANDRA UHLIG FUCKNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.775 de 11 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

EVA SANDRA UHLIG FUCKNER

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223700

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EDERSON IDALÊNCIO

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. EDERSON IDALÊNCIO, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.082 de 05 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Professor IV, na Função de Professor de Língua Inglesa, "Não Habilitado", Código P1, Nível 1, Referência A, "Piso Nacional" Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

EDERSON IDALÊNCIO

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223132

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

FABIANO MONTEIRO BICALHO

Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e dezanove, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor FABIANO MONTEIRO BICALHO, nomeado pelo Decreto nº 11.910 de 17 de abril de 2019 ao Cargo Público e Função de Arquiteto, Nível 6 Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais Regime Jurídico Estatutário previsto da Lei Complementar Municipal nº 006, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

O Servidor Público ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

FABIANO MONTEIRO BICALHO



**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223150

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EZEQUIEL SILVIO SOARES

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Senhor EZEQUIEL SILVIO SOARES, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.867 de 21 de março de 2019 no Cargo Público e na Função de Agente Administrativo III, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 5A, Sub-Nível 51A Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

O Servidor Público Contratado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do §2º do art. 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

EZEQUIEL SILVIO SOARES

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223176

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIA CÉLIA SCHMANSKY

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. MARIA CÉLIA SCHMANSKY, nomeada pelo Decreto nº 11.798 de 14 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA CÉLIA SCHMANSKY

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223133

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.906 de 15 de abril de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223148

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCIANA DOS SANTOS RAMOS

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. LUCIANA DOS SANTOS RAMOS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.880 de 1º de abril de 2019, no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCIANA DOS SANTOS RAMOS

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223714

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JESSICA CRISTINA WITT

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. JESSICA CRISTINA WITT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.108 de 07 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professora de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º e do artigo 31, Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JESSICA CRISTINA WITT

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223111

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CAMILA SUELEN DOS SANTOS

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr<sup>a</sup>. CAMILA SUELEN DOS SANTOS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.936 de 06 de maio de 2019, ao Cargo Público e para exercer a Função de Psicóloga, Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CAMILA SUELEN DOS SANTOS

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223159

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANA LUIZA DE LIMA

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. ANA LUIZA DE LIMA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.815 de 19 de fevereiro de 2019, no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ANA LUIZA DE LIMA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223792

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MELLANIE MERIE CUNHA ZOELLNER

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. MELLANIE MERIE CUNHA ZOELLNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.210 de 02 de abril de 2018, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professora de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º e do artigo 31, Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MELLANIE MERIE CUNHA ZOELLNER

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223769

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

FABIOLA AUGUSTIN

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. FABIOLA AUGUSTIN, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.161 de 07 de março de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

FABIOLA AUGUSTIN

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223139

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ALEXANDRE CASAS

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr. ALEXANDRE CASAS, nomeado pelo Decreto nº 11.894 de 08 de abril de 2019, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar Operacional, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE CASAS

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223208

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EDERSON IDALÊNCIO

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. EDERSON IDALÊNCIO, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.756 de 05 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Professor IV, na Função de Professor de Língua Inglesa, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, Incisos I, II, III e Alíneas do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

EDERSON IDALÊNCIO

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222726

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

TERMO DE POSSE

JOICE APARECIDA RIBEIRO

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. JOICE APARECIDA RIBEIRO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.250 de 24 de setembro de 2019, no Cargo Público de Professor III, para exercer a Função de Professora de Artes, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio “Piso Nacional”, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, incisos I, II, III e alíneas do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito em Exercício e pela Servidora Pública Contratada empossada.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

JOICE APARECIDA RIBEIRO

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223696

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARLI BARBOSA DA SILVA ZUMBACH

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. MARLI BARBOSA DA SILVA ZUMBACH, nomeada pelo Decreto nº 11.061 de 01 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar Operacional, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARLI BARBOSA DA SILVA ZUMBACH

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223143

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

HELOISA TRAIN MALINOVSKI

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. HELOISA TRAIN MALINOVSKI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.882 de 1º de abril de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

HELOISA TRAIN MALINOVSKI



**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222781

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

TERMO DE POSSE

JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse a Sr<sup>a</sup>. JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.997 de 04 de junho de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento as alíneas, § 2º incisos I, II, III artigo 31, e suas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pela Servidora empossada.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2222737

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCIANA LEAL RAMTHUN

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. LUCIANA LEAL RAMTHUN, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.156 de 13 de agosto de 2019, no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º, do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCIANA LEAL RAMTHUN

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223153

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIA TEREZINHA CARVALHO DE LIMA

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. MARIA TEREZINHA CARVALHO DE LIMA nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.857 de 13 de março de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Temporária ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA TEREZINHA CARVALHO DE LIMA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223161

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SUELEN ELIZA VIER DREVECK

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup> SUELEN ELIZA VIER DREVECK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.814 de 19 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Professor IV, na Função de Professor de Língua Inglesa, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, Incisos I, II, III e Alíneas do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidora Pública empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

SUELEN ELIZA VIER DREVECK

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223739

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.130 de 20 de fevereiro de 2018 ao Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223736

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JONAS DA SILVA DE SOUSA

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. JONAS DA SILVA DE SOUSA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.127 de 19 de fevereiro de 2018, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao § 2º, Incisos I, II, III e Alíneas do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JONAS DA SILVA DE SOUSA

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223203

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RODRIGO CHRISTOFF

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. RODRIGO CHRISTOFF, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.759 de 06 de fevereiro de 2019, no Cargo Público de Professor IX, para exercer a Função de Professor de História, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

RODRIGO CHRISTOFF

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223097

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CRISTIANO FENDRICH

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. CRISTIANO FENDRICH, nomeado pelo Decreto nº 12.001 de 10 de junho de 2019 ao Cargo Público efetivo na Função de Instrutor de Música "violão", Nível 4 Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Servidor Público ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CRISTIANO FENDRICH

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223608

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CRISTIANO SLOMINSKY

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor CRISTIANO SLOMINSKY, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.746 de 1º de fevereiro de 2019, no cargo de Chefe do Serviço de Saneamento Ambiental, Regime Jurídico Estatutário, Cargo de Confiança – FG-1, Código nº 17, do Anexo III, e atribuições previstas no Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as alíneas do §2º e Incisos I, II, III do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CRISTIANO SLOMINSKY

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223752

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

KARINA SCHULTER LINHARES

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora KARINA SCHULTER LINHARES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.146 de 01 de março de 2018 ao Cargo Público efetivo e exercer a Função de Agente Administrativo II, Regime Estatutário, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

KARINA SCHULTER LINHARES

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223744

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SILVANE RAMOS

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. SILVANE RAMOS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.131 de 20 de fevereiro de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

SILVANE RAMOS

**TERMO DE POSSE**

Publicação Nº 2223156

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GISELI HIRT

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. GISELI HIRT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.842 de 06 de março de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

GISELI HIRT

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 257/2019

Publicação Nº 2223959

DECRETO Nº. 257/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento de cheques emitidos e não compensados dentro dos prazos de apresentação e prescrição dispostos nas orientações expedidas pelo Banco Central do Brasil - BCB; e

CONSIDERANDO que a conciliação bancária consiste na comparação do saldo de uma conta bancária de movimento com uma informação externa à contabilidade (extrato bancário), de maneira que se possa ter certeza quanto à exatidão do saldo em análise, em determinada data; resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os cheques emitidos, porém não compensados, dentro dos prazos de apresentação e prescrição expressos nas orientações expedidas pelo Banco Central do Brasil – BCB, relacionados estes todos à conta corrente devidamente cadastrada junto a Caixa Econômica Federal, Agência 0413-7 Conta nº 7000-3 vinculada ao número de cadastro no CNPJ 11.206.680/0001-10, cujos números de cheques, e respectivos valores, abaixo estão relacionados:

- a) 312090 – R\$ 30,00
- b) 312155 – R\$ 30,00
- c) 311481 – R\$ 60,00
- d) 311786 – R\$ 30,00
- e) 312454 – R\$ 60,00
- f) 312631 – R\$ 90,00
- g) 312632 – R\$ 90,00
- h) 312665 – R\$ 30,00
- i) 312893 – R\$ 60,00
- j) 312948 – R\$ 30,00
- k) 312947 – R\$ 30,00
- l) 312949 – R\$ 30,00
- m) 313105 – R\$ 13,00
- n) 313434 – R\$ 60,00
- o) 313916 – R\$ 30,00
- p) 308384 – R\$ 100,00
- q) 308372 – R\$ 30,00
- r) 308359 – R\$ 30,00
- s) 308358 – R\$ 30,00
- t) 308350 – R\$ 30,00
- u) 308408 – R\$ 100,00
- v) 314341 – R\$ 60,00

Art. 2º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os cheques emitidos, porém não compensados, dentro dos prazos de apresentação e prescrição expressos nas orientações expedidas pelo Banco Central do Brasil – BCB, relacionados estes todos à conta corrente devidamente cadastrada junto ao Banco do Brasil S/A, Agência 0343-3, Conta nº 30.563-4 vinculada ao número de cadastro no CNPJ 83.102.384/0001-80, cujos números de cheques, e respectivos valores, abaixo estão relacionados:

- a) 32631 – R\$ 60,00
- b) 32426 – R\$ 30,00
- c) 32421 – R\$ 30,00
- d) 32450 – R\$ 30,00
- e) 32461 – R\$ 23,00
- f) 32510 – R\$ 30,00
- g) 32517 – R\$ 20,00
- h) 32521 – R\$ 60,00
- i) 32526 – R\$ 27,09
- j) 32548 – R\$ 90,00
- k) 32555 – R\$ 30,00

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.



Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/11/2019.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 94/2019

Publicação Nº 2223951

EDITAL Nº. 94/2019

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2017/PMC.

O Chefe do Poder Executivo, no uso de suas atribuições legais, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2017/PMC.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Servente Feminino.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal de 1988;

### RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, a candidata LUCIA TERESA ALVES DE SOUZA, aprovada no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2017/PMC, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.
- r) Carteira de Trabalho;

2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica, a candidata, convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverá a candidata apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munido dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo da examinada as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata convocada por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 96/2019**

Publicação Nº 2223954

EDITAL Nº. 96/2019

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 004/SMS/2019.

O Chefe do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 004/SMS/2019.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Psicólogo.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para contratação temporária, a candidata JOANA BALDI CARNICELLI, aprovada no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 004/SMS/2019, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Fica a candidata, convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata, convocada por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

**EDITAL Nº 004/SME/2019**

Publicação Nº 2223961

EDITAL 008/2019/SME – PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA REMOÇÃO E ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DE JORNADA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO LOTADOS EM UNIDADE EDUCACIONAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

O município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 0038/2011 e Lei nº 6.109/2017 que altera e dá nova redação a artigos da Lei Complementar nº 0038/2011, faz saber que abrirá inscrições para o processo de HABILITAÇÃO PARA REMOÇÃO E ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA para ocupantes de cargo efetivo DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO conforme disposições do presente Edital para atender as necessidades da administração na forma e condição estabelecida nesta Lei.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Processo de Habilitação para Remoção e Alteração Temporária destinam-se aos servidores efetivos lotados em Unidade Educacional da Rede Municipal de Ensino em Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, Pedagogos, Orientadores Educacionais e Administradores Escolares integrantes do Quadro dos Profissionais do Magistério da Educação Pública Municipal.

1.2 Das condições para participação do Processo de Habilitação para Remoção e Alteração Temporária:

1.2.1 Estabilidade no cargo após ter cumprido estágio probatório;

1.2.2 Não ter sofrido penalidade disciplinar resultante do processo administrativo nos últimos 60 (sessenta) meses, contado da data da publicação do edital;

1.2.3 Não apresentar falta injustificada nos últimos 12 (doze) meses, contados da publicação do edital;

1.2.4 Não estar em situação de readaptação

1.2.5 Ter lotação específica junto a Unidade Educacional da Rede Municipal de Ensino

1.2.6 Não estar em Licença para Tratar de Interesses Particulares (licença sem vencimento);

1.2.7 Ter disponibilidade de carga horária para cumprir a jornada de trabalho semanal não acarretando em acúmulo de cargo nesta Secretaria ou outro órgão público.

1.2.8 A simples habilitação não garante ao servidor o direito ao aumento de carga horária pretendida ou de exercer sua função em outro estabelecimento da rede.

**1.3 Remoção Temporária**

1.3.1 Para os fins deste Edital, considera-se REMOÇÃO a movimentação temporária do local de trabalho do profissional do magistério por transferência de uma unidade educacional para outra.

**1.4 Alteração Temporária**

1.4.1 Para os fins deste Edital considera-se ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA a ampliação da carga horária dos Profissionais do Magistério.

1.4.2 Somente o professor com regime de trabalho inferior a 40 horas, poderá se inscrever no processo de alteração de carga horária.

1.5 Os processos de Habilitação para Remoção e Alteração Temporária de Jornada de Trabalho poderão ser revogados a qualquer momento nas seguintes hipóteses:

1.5.1 A pedido do servidor

1.5.2 Devido ao retorno do servidor titular da vaga

1.5.3 Desaprovação em avaliação de desempenho realizada pela chefia imediata

1.5.4 No interesse da administração, mediante motivação em regular procedimento administrativo.

**2. DIVULGAÇÃO DO EDITAL:**

2.1 Caberá ao DIRETOR ou responsável a divulgação deste Edital no âmbito da respectiva Unidade Educacional, devendo, para tanto, afixá-lo no quadro mural do educandário, o qual estará disponível também na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e no site <http://www.pmc.sc.gov.br>

**3. DA INSCRIÇÃO:**

3.1 A inscrição será realizada junto as Unidades Educacionais nos dias 18 e 19 de novembro de 2019, no horário das 8 horas e 30 minutos às 11 horas e 30 minutos e das 13 horas e 30 minutos às 16 horas e na Secretaria Municipal de Educação no horário das 8 horas e 30 minutos às 11 horas e 30 minutos, e das 13 horas e 30 minutos às 16 horas por meio de preenchimento de ficha de inscrição, devendo anexar:

3.1.1. Cópia da identidade;

3.1.2. Cópia do Certificado de Especialização (pós-graduações lato sensu e stricto sensu)

3.1.3. Declaração de Tempo de serviço efetivo na Rede Municipal de Ensino computado até 31 de outubro de 2019

3.1.4. Declaração de Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino.

3.1.5. Declaração de Tempo de serviço na área da Educação contados até 31 de outubro de 2019.

3.1.6. Cópia dos certificados de cursos de aperfeiçoamento realizados no período de outubro de 2017 a outubro de 2019.

**4. DA CLASSIFICAÇÃO:**

4.1 A classificação no Processo de Habilitação para Lotação, Remoção e Alteração obedecerá aos seguintes critérios:

4.1.1. Maior titulação do candidato (especialização, mestrado e doutorado).

4.1.2. Maior tempo de serviço efetivo prestado na Rede Municipal de Ensino, cujo período será computado até 31 de outubro de 2019.

4.2 Em caso de empate entre dois ou mais servidores habilitados para mesma vaga de atuação, aplicar-se-ão os seguintes critérios:

4.2.1. Maior tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino.

4.2.2. Maior Tempo de serviço na área da Educação computados até 31 de outubro de 2019.

4.2.3. Cursos de aperfeiçoamento realizados no período de outubro de 2017 a outubro de 2019.

4.2.4. Maior idade.

4.3 Não será computado como tempo de serviço o afastamento em virtude de Licença para Tratar de Interesses Particulares.

## 5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1 A divulgação da listagem classificatória será afixada em edital na Secretaria Municipal de Educação no dia 22 de novembro de 2019, a partir das 14 horas.

## 6. DOS RECURSOS:

6.1 Caberá recurso quanto ao resultado da classificação que deverá ser endereçado à Comissão do Processo de Habilitação para Lotação, Remoção e Alteração na Secretaria Municipal de Educação e conter as razões que o fundamentam.

6.2 Serão aceitos os recursos interpostos nos dias 25 e 26 de novembro de 2019, junto à Secretaria Municipal de Educação, no horário das 8 horas e 30 minutos às 11 horas e das 13 horas e 30 minutos às 16 horas.

6.3 A Comissão Organizadora do Processo de Habilitação para Lotação, Remoção e Alteração decidirá sobre os recursos interpostos e no dia 27 de novembro de 2019, havendo deferimento de pedidos, será divulgada nova listagem, a partir das 14 horas na Secretaria Municipal de Educação.

## 7. DO PROCESSO DE ESCOLHA DE VAGAS:

7.1 A relação das vagas disponibilizadas para o Processo de Lotação, Remoção e Alteração, com respectivo período (matutino/vespertino), será publicada através de Edital na Secretaria Municipal de Educação dia 02 de dezembro de 2019 a partir das 14 horas.

7.1.1 Será divulgada uma relação de remoção temporária contendo todas as vagas da Rede Municipal de Ensino possíveis para essas movimentações.

7.1.2 Será divulgada uma relação de vagas para alteração temporária, com carga horária e turno disponíveis para essa movimentação, não será especificada a Unidade Educacional, tendo em vista que há professores efetivos na Rede Municipal de Ensino com vagas garantidas.

7.2 O processo de escolha de vagas será na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Educação no dia 06/12/2019, com validade de 03 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020, conforme cronograma:

06/12/2019:

- às 08h para Administradores Escolares;
- às 8h 15min para Orientadores Educacionais;
- às 8h 30min para Pedagogos;
- às 9h para Professores de Arte;
- às 9h 30min para Professores de Educação Física;
- às 10h para Professores de Anos Iniciais;
- às 10h 30min para Professores de Ensino Religioso;
- às 10h 45min para Professores de Inglês;
- às 11h para Professores de Língua Portuguesa;
- às 11h 30min para Professor de Matemática;
- às 13h para Professor de Ciências;
- às 13h 30min para Professor de História;
- às 14h para Professor de Geografia;
- às 14h 30min para Professor de Educação Infantil;

7.3 Os processos de Remoção e Alteração Temporária acontecerão ao mesmo tempo de acordo com a ordem classificatória.

7.4 A REPESCAGEM será no decorrer do processo de escolha na Secretaria Municipal de Educação.

7.5 É vedada a escolha de vagas mediante procuração.

7.6 O servidor que não estiver presente no ato da chamada, porém comparecer antes do término dos trabalhos, somente poderá efetuar a escolha após o último colocado da ordem de classificação.

7.7 A ausência do servidor no dia da escolha de vagas implicará na sua eliminação dos processos.

7.8 A escolha de vagas disponibilizadas nos processos obedecerá, rigorosamente, a classificação do servidor.

7.9 O candidato inscrito, no ato da escolha deverá optar por uma das vagas ofertadas. Após a REPESCAGEM e não havendo mais vagas e compatibilidade de horário e turno, os candidatos ficam no aguardo de um próximo processo remoção e alteração temporária, obedecendo à nova ordem classificatória.

7.10 O professor com carga horária de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, somente poderá efetuar a escolha no processo de Remoção e Alteração Temporária, se a Unidade Educacional onde pretende atuar, oferecer nos dois turnos a modalidade

de ensino na qual o servidor é efetivo.

7.11 No caso de profissionais efetivos em mais de uma Unidade Educacional, ou com carga horária superior a 20 horas, somente poderá realizar a remoção e alteração temporária, desde que não ultrapasse 40 horas semanais e se houver compatibilidade de horário e disponibilidade de tempo para deslocamento entre as Unidades Educacionais.

7.12 No dia da escolha, de acordo com o Edital de Vagas, o candidato não poderá optar por alteração de carga horária superior a 20 horas por período (matutino/vespertino).

7.13 Os Pedagogos, Orientadores e Administradores, somente poderão participar do Processo de Remoção Temporária.

#### 8. DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS PROCESSOS:

8.1 O resultado final do processo de remoção e alteração temporária será homologado e publicado em edital na Secretaria Municipal de Educação, dia 09 de dezembro de 2019 a partir das 14 horas, para posterior encaminhamento ao Departamento de Leis e Decretos e Departamento de Pessoal para as providências cabíveis.

8.2 O processo de Habilitação para Remoção e Alteração temporária dos profissionais do magistério lotados em Unidades Educacionais, será realizado em 2019, para o ano letivo de 2020.

8.3 A partir da divulgação da classificação dos Processos de Remoção e Alteração a listagem classificatória não terá validade para próximas chamadas.

#### 9. DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 A inscrição do servidor nos processos de habilitação para Remoção e Alteração Temporários de Jornada de Trabalho implicará no conhecimento e a tácita aceitação das disposições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

9.2 O servidor que na ficha de inscrição prestar declaração falsa ou inexata, ou juntar documento adulterado, terá sua inscrição cancelada, anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo da responsabilidade funcional.

9.3 Caberá à Comissão do Processo de Habilitação para Remoção e Alteração Temporários de Jornada de Trabalho a organização, o planejamento e a execução dos trabalhos relativos ao processo, bem como analisar e julgar os recursos interpostos e deliberar sobre os casos omissos.

9.4 Os atos do processo de habilitação para Remoção e Alteração Temporários de Jornada de Trabalho relativos ao preenchimento das vagas de que trata este edital entrarão em vigor a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Canoinhas (SC), 11 de Novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

OSMAR OLESKOVICZ

Secretário Municipal de Educação

#### TERMO DE CONHECIMENTO

EDITAL nº 008/2019/SME relativo ao Processo de Habilitação para Remoção e Alteração Temporários de Jornada de Trabalho dos Profissionais do Magistério lotados em Unidade Educacional da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2020, sendo de sua responsabilidade a leitura do Edital.

DIAS DE INSCRIÇÃO: 18 e 19 de novembro de 2019.

LOCAL DA ESCOLHA: Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Educação

CRONOGRAMA DE ESCOLHA:

06/12/2019:

- às 08h para Administradores Escolares;
- às 8h 15min para Orientadores Educacionais;
- às 8h 30min para Pedagogos;
- às 9h para Professores de Arte;
- às 9h 30min para Professores de Educação Física;
- às 10h para Professores de Anos Iniciais;
- às 10h 30min para Professores de Ensino Religioso;
- às 10h 45min para Professores de Inglês;
- às 11h para Professores de Língua Portuguesa;
- às 11h 30min para Professor de Matemática;
- às 13h para Professor de Ciências;
- às 13h 30min para Professor de História;
- às 14h para Professor de Geografia;





CÓDIGO: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

TEMPO DE SERVIÇO: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

HORAS DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO: \_\_\_\_\_

Declaro para os devidos fins que tenho conhecimento que a escolha de vagas para os Processos de Habilitação para Remoção e Alteração Temporários de Jornada de Trabalho dos Profissionais do Magistério lotados em Unidade Educacional da Rede Municipal de Ensino será nas dependências da Secretaria Municipal de Educação no dia 06 de dezembro de 2019 conforme cronograma já recebido e com validade para o ano letivo 2020.

CANOINHAS (SC) \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL ASSINATURA DO CANDIDATO  
PELA INSCRIÇÃO

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO FMAS 13/2019**

Publicação Nº 2223051

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 13/2019

Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º FMAS TP4/2019

Data de assinatura: 01/11/2019

Contratada: METALINIO METALURGICA E CONSTRUTORA EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.453.333/0001-80

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS AS MELHORIAS NO CENTRO MULTI USO – SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SITUADO NA RUA 03 DE MAIO, Nº 146, CENTRO, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DE ACORDO COM O QUE SE ENCONTRA DEFINIDO NA ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.455.005/0001-25.

Do valor : R\$ 29.170,62 (vinte e nove mil e cento e setenta reais e sessenta e dois centavos)

Vigência: 01/11/2019 a 30/01/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO FMAS 7-10/2013**

Publicação Nº 2222992

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 7-10/2013

Renovação

Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Dispensa por Justificativa N.º FMAS DL2/2013

Data de assinatura: 30/10/2019.

Contratada: SOLANGE MARIA SUSSENBACH, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 069.174.029-15

Objeto Contratado: LOCAÇÃO IMÓVEIS

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.455.005/0001-25.

Do valor : R\$ 4.788,72

Do prazo: A vigência que era até 31/10/2019, passará a ser até 30/04/2020.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito



**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO FMDR 11/2019**

Publicação Nº 2223069

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMDR 11/2019

Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Presencial N.º FMDR PR3/2018

Data de assinatura: 05/11/2019

Contratada: CERAMICA OURO DA TERRA EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.314.237/0001-11

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 400 HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DESTINADA AO PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Contratante: Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Vigência: 05/11/2019 a 28/02/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO FMDR 12/2019**

Publicação Nº 2223075

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMDR 12/2019

Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Pregão Presencial N.º FMDR PR03/2019

Data de assinatura: 05/11/2019

Contratada: CERAMICA OURO DA TERRA EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.314.237/0001-11

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 350 HORAS DE TRATOR ESTEIRADESTIANDAS A DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Contratante: Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 87.150,00 (oitenta e sete mil e cento e cinquenta reais)

Vigência: 05/11/2019 a 28/02/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 109/2019**

Publicação Nº 2223093

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 109/2019

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Concorrência N.º PMC CC16/2019

Data de assinatura: 25/10/2019

Contratada: PROGRESSO AMBIENTAL EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.901.227/0001-70

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO FINISA, DAS RUAS JOÃO WATZKO, PORFÍRIO ALVES, VER. JOÃO ALEXANDRINA, FERES JOÃO SFAIR, DEODATO DE LIMA II, PAULO WEISE, ALVINO VOIGT, HENRIQUE ZUGMANN, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 3.447.666,84 (três milhões e quatrocentos e quarenta e sete mil e seiscentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos)

Vigência: 25/10/2019 a 25/10/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 110/2019**

Publicação Nº 2223226

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 110/2019

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP26/2019

Data de assinatura: 25/10/2019

Contratada: METALINIO METALURGICA E CONSTRUTORA EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.453.333/0001-80

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS AO FECHAMENTO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS I, SITUADO NA RUA FREDERICO KOHLER, Nº 1098, CAMPO DA ÁGUA VERDE E CRAS III, SITUADO NA RUA CATARINA DE SOUZA HUBNER, Nº 620, PIEDADE, E PARA REFORMA DA LANCHONETE DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : é R\$ 52.509,97 (cinquenta e dois mil quinhentos e nove reais e noventa e sete centavos)

Vigência: 25/10/2019 a 30/01/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 112/2019**

Publicação Nº 2223228

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 112/2019

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Convite N.º PMC CV01/2019

Data de assinatura: 01/11/2019

Contratada: CLERCIO FRANCISCO GEMRA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 27.327.051/0001-89

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, INSTALAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DA DECORAÇÃO NATALINA 2019, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARÁRIA CONSTANTE NO ANEXO I DO EDITAL.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 93.272,33 (noventa e três mil e duzentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos)

Vigência: 01/11/2019 a 28/02/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 113/2019**

Publicação Nº 2223232

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 113/2019

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP25/2019

Data de assinatura: 01/11/2019

Contratada: SCHEILA APARECIDA WEISS - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.068.753/0001-22

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ATUAÇÃO NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, NO ENSINO REGULAR DA REDE MUNICIPAL PARA OS ANOS LETIVOS 2020 E 2021.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais)

Vigência: 01/11/2019 a 28/02/2020

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

**PORTARIA Nº 1573/2019**

Publicação Nº 2222712

PORTARIA Nº. 1573/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/SME/2017, Edital nº 006/SME/2017 de 08/12/2017, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAL PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2019

Art. 1º - Fica contratada VERIDIANA WAGNER DE BARROS, no cargo de Professor de Ano Iniciais, MAG I, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 07/11/2019 a 13/12/2019. Vaga vinculada a servidora efetiva Viviane Suchara Radke Gluszkowski, a qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 13.985/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2019.

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 127/2019 (ELETRÔNICO)**

Publicação Nº 2223049

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 127/2019 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/11/2019, às 10h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO À PACIENTES COM VÁRIAS PATOLOGIAS EM ATENDIMENTO A ATENÇÃO BÁSICA, DEMAIS PROGRAMAS EXISTENTES NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS E IDOSOS ABRIGADOS NO LAR DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO. Recebimento de propostas até às 09h00min, no endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do dia 25/11/2019. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

**RESOLUÇÃO 004/SME/2019**

Publicação Nº 2223968

RESOLUÇÃO 004/SME/2019

Regulamenta a escolha de vagas dos Profissionais do Magistério e dos Profissionais da Educação lotados na Secretaria Municipal de Educação e designados para atuarem nas Unidades Educacionais no ano letivo de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Complementar nº 038/2011 de 14/11/2011 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Salários e Remuneração do Magistério e dos Profissionais da Educação do Município de Canoinhas, Lei nº 6.109/2017 que altera e dá nova redação a artigos da Lei Complementar nº 0038, Lei 4.851 de 14/11/2011 do Sistema Municipal de Ensino e Lei nº 5.903 de 15/07/2016.

RESOLVE:

Art. 1º. Regular a escolha de vagas dos Profissionais do Magistério e dos Profissionais da Educação efetivos na Secretaria Municipal de Educação e designados para atuarem nas Unidades Educacionais.

Art. 2º. A escolha de vagas dos profissionais efetivos lotados na Secretaria Municipal de Educação ocorrerá após os processos de movimentação de pessoal efetivo lotado nas Unidades Educacionais.

Art. 3º. O diretor deverá coordenar a escolha de vagas dos profissionais lotados na Secretaria Municipal de Educação de acordo com os critérios estabelecidos na Lei 5.903 de 15/07/2016, artigo 172, respeitando o tempo de serviço do profissional na Unidade Escolar.

Parágrafo único: deverá ser considerado o tempo de serviço atuando como efetivo na Unidade Escolar.

Art. 4º No caso de profissionais excedentes ao número necessário para atuarem na Unidade Educacional e de profissionais que tenham interesse na alteração de local de trabalho, os mesmos deverão participar do processo de escolha de vagas coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, nos dias, locais e horários a serem divulgados.

Parágrafo único: No caso de profissionais excedentes ao número necessário para atuarem na Unidade Educacional, é obrigatório o comparecimento.

Art. 5º A escolha de vagas dos profissionais da Educação e do Magistério lotados na Secretaria Municipal de Educação obedecerá a critérios especificados na Lei nº 5.903 de 15/07/2016, artigo 38, parágrafo 2º e 3º sobre prova de títulos e tempo de serviço.

Art. 6º Os professores que tiverem compatibilidade de horário e de local de trabalho poderão realizar a alteração temporária, desde que já tenham cumprido o estágio probatório, seguindo os mesmos critérios da Lei nº 5.903 de 15/07/2016.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 11 de novembro de 2019.

OSMAR OLESKOVICZ  
Secretário Municipal de Educação

#### RESOLUÇÃO 005/2019/SME

Regulamenta a escolha de vagas das Profissionais de Serviços Gerais – Servente Feminino, lotadas na Secretaria Municipal de Educação e designadas para atuarem nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Educação no ano letivo de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na LEI Nº 70, de 23/10/2019.  
RESOLVE:

Art. 1º. Regular a escolha de vagas dos Profissionais de Serviços Gerais – Serventes Feminino, lotados na Secretaria Municipal de Educação, para designação nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Educação, no ano letivo de 2020.

Art. 2º No caso de Profissionais de Serviços Gerais que tenham interesse na alteração de local de trabalho, os mesmos deverão participar do processo de escolha de vagas coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, nos dias, locais e horários a serem divulgados.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Canoinhas (SC), 11 de novembro de 2019.

OSMAR OLESKOVICZ  
Secretário Municipal de Educação

#### RESOLUÇÃO 003/2019/SME

Nomeia Comissão para acompanhar processos de movimentações temporárias e designação de profissionais para o ano letivo de 2020 conforme descrito abaixo:

- a) Edital 008/2019/SME que regulamenta o Processo de Habilitação para Remoção e Alteração Temporária de Jornada de Trabalho dos Profissionais do Magistério Lotados em Unidade Educacional da Rede Municipal de Educação.
- b) Resolução 004/2019/SME que regulamenta o Processo de escolhas de vagas dos Profissionais do Magistério e dos Profissionais da Educação lotados na Secretaria Municipal de Educação e designados para atuarem nas Unidades Educacionais no ano letivo de 2020.
- c) Resolução 005/2019/SME que regulamenta o Processo de escolhas de vagas dos Profissionais de Serviços Gerais – Servente Feminino, lotados na Secretaria Municipal de Educação e designados para atuarem nas Unidades Educacionais no ano letivo de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Complementar nº 038/2011 de 14/11/2011 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Salários e Remuneração do Magistério e dos Profissionais da Educação do Município de Canoinhas, Lei nº 6.109/2017 que altera e dá nova redação a artigos da Lei Complementar nº 0038, Lei 4.851 de 14/11/2011 do Sistema Municipal de Ensino, Lei nº 5.903 de 15/07/2016 e Lei Nº 70, de 23/10/2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeadas as profissionais abaixo mencionadas para comporem a Comissão para acompanhar as movimentações temporárias e designação de profissionais para o ano letivo de 2020:

- Elfi Irene Noernberg Pangratz;
- Flávia Lúcia Haensch Sorg;
- Lucia Sueli Brzozowski;
- Rosemari Schiessl dos Passos;
- Solange Stelzner;
- Telma Aparecida Peixer;
- Vivian Lachman.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 11 de novembro de 2019.

OSMAR OLESKOVICZ  
Secretário Municipal de Educação

# Capão Alto

## PREFEITURA

### **EXTRATO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS008/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMÁCIA BÁSICA E PARA USO DOS PACIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPÃO ALTO SC**

Publicação Nº 2223103

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de CAPÃO ALTO, através da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico – Registro de Preços, do tipo Menor preço, julgamento Por item, cujo processamento se dará na forma dos termos da Lei Federal n.º 10.520/ 2002 e da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666/1993, e as exigências estabelecidas e nas condições do edital de número FMS008/2019

#### Objeto:

Registro de Preços para Futura e eventual Aquisição de medicamentos para atender a demanda da farmácia básica e para uso dos pacientes do Fundo Municipal de Saúde de Capão Alto SC

#### Data Entrega e abertura:

Através do site <https://bllcompras.com>, conforme segue a descrição abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 13/11/2019 às 09:30 horas do dia 27/11/2019.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:35 às 09:59 horas do dia 27/11/2019.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 27/11/2019.

Horário de Brasília - DF

#### Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de CAPÃO ALTO, sito a Rua João Vieira de Oliveira nº 500, Centro, Município de CAPÃO ALTO de segunda a sexta das hs 8:00 às hs 12:00, fone (49) 3237-2005, ou pelo site [www.capaoalto.sc.gov.br](http://www.capaoalto.sc.gov.br).

Município de CAPÃO ALTO – SC 12/11/2019

GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### **PORTARIA Nº 220/2019**

Publicação Nº 2223455

#### PORTARIA Nº 220/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA DAYANE DE FÁTIMA ALVES LINS PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Resolve nomear por Concurso Público nº 001/2017 a Sra. DAYANE DE FÁTIMA ALVES LINS para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº1205, com carga horária de 40hs semanais. Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento. A partir desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 08 de Julho de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 08 de Julho de 2019.

**PORTARIA Nº 221/2019**

Publicação Nº 2223458

PORTARIA Nº 221/2019

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DO SENHOR JOÃO ADEMAR NEVES.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor Sr. JOÃO ADEMAR NEVES, Motorista, a partir de 09 de Julho de 2019. Assiste direito ao mesmo com ônus financeiro para a Administração Pública Municipal nos primeiros 15 dias, conforme Lei nº023/2003.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 09 de Julho de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 09 de Julho de 2019.

**PORTARIA Nº 222/2019**

Publicação Nº 2223459

PORTARIA Nº222/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO INTERIOR.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Obras do Interior:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
972-ADÃO PEDRO PEREIRA DA SILVA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
1241-ANDERSON TIAGO MEDEIROS	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
1006-BERNARDO MEDEIROS FILHO	21/06/19 à 20/07/19	96,7	193,40
341-ERIVALDO LIMA DE SOUZA	21/06/19 à 20/07/19	Licença Prêmio	Licença Prêmio
1054-GILBERTO A. MOREIRA	21/06/19 à 20/07/19	96,7	193,40
159-GLAUCO LUIZ DE LIMA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
973-GUILHERME LUIZ DE LIMA	21/06/19 à 20/07/19	96,7	193,40
78-IVO FERNANDES DA SILVA	21/06/19 à 20/07/19	96,7	193,40
311-VALDIR BOENO FERNANDES	21/06/19 à 20/07/19	Férias	Férias
343-VANDERLEI LUIZ DOS SANTOS	21/06/19 à 20/07/19	96,7	193,40
359-VANDERLEI MACEDO	21/06/19 à 20/07/19	96,7	193,40

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Julho de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Julho de 2019.



**PORTARIA Nº 223/2019**

Publicação Nº 2223460

PORTARIA Nº223/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR, AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal do Interior, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
75-ANTONIO VILSON FREITAS	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
990-CESAR DA SILVA VIEIRA	21/06/19 à 20/07/19	96,7	193,40
1239-CÉSAR CORREA	21/06/19 à 20/07/19	Férias	Férias
1040-DANIEL DE OLIVEIRA BRANCO	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
989-JUVENIL DA SILVA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
991-LECI ANTUNES DOS SANTOS	21/06/19 à 20/07/19	96,7	193,40
77-ODILON FERNANDO CÔRDOVA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
145-ORLANDO CÔRDOVA VIEIRA	21/06/19 à 20/07/19	96,7	193,40
983 – SEBASTIÃO ALVES DA S. NETO	21/06/19 à 20/07/19	Férias	Férias
969-SERGIO DE JESUS VARELA	21/06/19 à 20/07/19	96,7	193,40

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Julho de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Julho de 2019.

**PORTARIA Nº 224/2019**

Publicação Nº 2223461

PORTARIA Nº 224/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 2º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria de Administração e Gestão:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
1067-BRUNO ANTUNES PEREIRA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Julho de 2019.

TITO PEREIRA DE FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Julho de 2019.



**PORTARIA Nº 225/2019**

Publicação Nº 2223463

PORTARIA Nº 225/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
516-ACIR SOLON TRIPOLI	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
346-ADELAR SEIFERT EUZEBIO	21/06/19 à 20/07/19	Auxílio Doença	Auxílio Doença
327-ALFEU LUIZ DE LIMA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
1240-ANDREI JULIANO MEDEIROS	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
1243-CARLOS EDUARDO R. KREBS	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
977-FABRICIO SOUZA OLIVEIRA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
25-FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
1242-HENRIQUE WOLFF LUIZ DA SILVA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
1260-ISMAEL MORTARI	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
89-JOSÉ ALENCAR SEIFERT EUZEBIO	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
73-JOSÉ GILMAR DE OLIVEIRA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
70 – LUIZ DE AQUINO	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
53-LUIZ CARLOS MUNIZ	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
1228-MARLON COSTA DE OLIVEIRA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
162 – ODILON ANTUNES DOS SANTOS	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
345-SERGIO CORREA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.  
Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Julho de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Julho de 2019

**PORTARIA Nº 226/2019**

Publicação Nº 2223464

PORTARIA Nº 226/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
350-DARCI JOCELI DA SILVA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
947-EDIVALDO RAMOS DOS SANTOS	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
1201-GIOVANI CORREA DA SILVA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
1059-JOÃO ADEMAR NEVES	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
1234-JOCIMAR BERRI	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
1204-JULIANO RAMOS ATHAYDE	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
949-MACKSON DE OLIVEIRA	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
196-NILSON ROGERIO DE JESUS	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
948-OSAIR MORTARI FILHO	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00
438-VANDERLEI JOSÉ DE OLIVEIRA	21/06/19 à 20/07/19	Auxílio Doença	Auxílio Doença

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Julho de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Julho de 2019.

## PORTARIA Nº 227/2019

Publicação Nº 2223466

PORTARIA Nº 227/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
1281-GETÚLIO PEREIRA WALTRICK	21/06/19 à 20/07/19	100	200,00

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Julho de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Julho de 2019.

## PORTARIA Nº 228/2019

Publicação Nº 2223467

PORTARIA Nº. 228/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE HORAS EXTRAS DOS SERVIDORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Horas Extras para atender situações excepcionais da Administração Pública na forma do Estatuto dos Servidores Municipais, aos seguintes servidores públicos, referente aos meses de Junho e Julho de 2019:

Matrícula – Servidor	Secretaria	Quantidade de horas 50%
1200-ANA PAULA DA SILVA BARBOZA	Sec. Saúde	8hs
1063-DAIANE DE LIMA	Sec. Saúde	8hs
350-DARCI JOCELI DA SILVA	Sec. Saúde	24hs
947-EDIVALDO RAMOS DOS SANTOS	Sec. Saúde	72hs
1201-GIOVANI CORREA SILVA	Sec. Saúde	27hs
1234-JOCIMAR BERRI	Sec. Saúde	48hs
1204-JULIANO RAMOS ATHAYDE	Sec. Saúde	24hs
948-OSAIR MORTARI FILHO	Sec. Saúde	24hs
30-PATRICE ELIANE MORTARI	Sec. Saúde	8,20hs
951-RENATA DIAS MORTARI	Sec. Saúde	8hs
TOTAL		251,20hs

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Julho de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Julho de 2019.

**PORTARIA Nº 229/2019**

Publicação Nº 2223468

PORTARIA Nº. 229/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE HORAS EXTRAS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Horas Extras para atender situações excepcionais da Administração Pública na forma do Estatuto dos Servidores Municipais, aos seguintes servidores públicos efetivos, referente aos meses de Junho e Julho de 2019:

Matrícula – Servidor	Secretaria	Quantidade de horas 50%
327-ALFEU LUIZ DE LIMA	Sec. Educação	24,32hs
1241-ANDERSON TIAGO MEDEIROS	Sec. Obras	9hs
1240-ANDREI JULIANO MEDEIROS	Sec. Educação	5,02hs
1260-ISMAEL MORTARI	Sec. Educação	20,35hs
73-JOSÉ GILMAR DE OLIVEIRA	Sec. Educação	23,25hs
70-LUIZ DE AQUINO	Sec. Educação	26,08hs
1070-MÁRCIO ALEX GRAEFF	Sec. Urbanismo	3,30hs
1053-MARCOS MEDEIROS FREITAS	Sec. Urbanismo	3,30hs
343-VANDERLEI LUIZ DOS SANTOS	Sec. Obras	28hs
324-WOLNEI PEREIRA BRANCO	Sec. Agricultura	16,45hs
TOTAL		160,27hs

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Julho de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Julho de 2019.

**PORTARIA Nº 230/2019**

Publicação Nº 2223470

PORTARIA Nº 230/2019

DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR

JUVENIL DA SILVA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor Sr. JUVENIL DA SILVA, Matrícula nº989, Operador de Equipamentos, lotado na Secretaria Municipal de Interior e Agricultura, no período de 01/08/19 á 30/08/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. Férias a partir de 01/08/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

**PORTARIA Nº 231/2019**

Publicação Nº 2223474

PORTARIA Nº 231/2019  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR  
VANDERLEI DE MACEDO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 20 dias ao servidor Sr. VANDERLEI DE MACEDO, Matrícula nº359, Operador de Equipamentos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, no período de 12/08/19 á 31/08/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. Com 10 dias de abono pecuniário do dia 01/08 até 11/08 conforme necessidade da Administração Pública. Férias a partir de 12/08/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

**PORTARIA Nº 232/2019**

Publicação Nº 2223475

PORTARIA Nº 232/2019  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA  
NEIDA PEREIRA CORREA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora Sra. NEIDA PEREIRA CORREA, Matrícula nº1226, Gerente de Programas Sociais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 01/08/19 á 30/08/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019. Férias a partir de 01/08/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

**PORTARIA Nº 233/2019**

Publicação Nº 2223476

PORTARIA Nº 233/2019  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA  
RITA CRISTINA WERNER.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora Sra. RITA CRISTINA WERNER, Matrícula nº174, Gerente de Assistência Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 01/08/19 á 30/08/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. Férias a partir de 01/08/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

### **PORTARIA Nº 234/2019**

Publicação Nº 2223477

PORTARIA Nº 234/2019  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA  
LUCIANA CARDOSO MOREIRA DA SILVA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora Sra. LUCIANA CARDOSO MOREIRA DA SILVA, Matrícula nº1198, Diretor de Infraestrutura, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, no período de 01/08/19 á 30/08/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2018. Férias a partir de 01/08/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

### **PORTARIA Nº 235/2019**

Publicação Nº 2223479

PORTARIA Nº 235/2019  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR  
ANDERSON JOSÉ LENZI DA SILVA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor Sr. ANDERSON JOSÉ LENZI DA SILVA, Matrícula nº930, Assistente de Licitações, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, no período de 01/08/19 á 30/08/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019. Férias a partir de 01/08/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

### **PORTARIA Nº 236/2019**

Publicação Nº 2223480

PORTARIA Nº 236/2019  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR  
LEONARDO DAL LAGO DE CÓRDOVA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor Sr. LEONARDO DAL LAGO DE CÓRDOVA, Matrícula nº1222, Gerente de Arrecadação de Tributos, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, no período de 01/08/19 á 30/08/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. Férias

a partir de 01/08/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

## **PORTARIA Nº 237/2019**

Publicação Nº 2223481

PORTARIA Nº 237/2019

DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA

GIOVANA WALTRICK DE AQUINO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora Sra. GIOVANA WALTRICK DE AQUINO, Matrícula nº488, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 01/08/19 á 30/08/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019. Férias a partir de 01/08/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

## **PORTARIA Nº 238/2019**

Publicação Nº 2223482

PORTARIA Nº 238/2019

DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA

VIVIANE TEREZINHA CARLESSO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora Sra. VIVIANE TEREZINHA CARLESSO, Matrícula nº400, Odontologo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 01/08/19 á 30/08/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019. Férias a partir de 01/08/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

**PORTARIA Nº 239/2019**

Publicação Nº 2223487

PORTARIA Nº 239/2019  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA  
MINÉIA SOLDATELLI.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora Sra. MINÉIA SOLDATELLI, Matrícula nº401, Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 01/08/19 á 30/08/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019. Férias a partir de 01/08/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

**PORTARIA Nº 240/2019**

Publicação Nº 2223488

PORTARIA Nº 240/2019  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR  
NILLER CAPISTRANO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor Sr. NILLER CAPISTRANO, Matrícula nº1199, Médico cardiologista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 01/08/19 á 30/08/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. Férias a partir de 01/08/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

**PORTARIA Nº 241/2019**

Publicação Nº 2223489

PORTARIA Nº 241/2019  
DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DO SENHOR JEAN WOLFF DE SOUZA PARA O CARGO DE MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Resolve admitir por Chamada Pública nº 006/2019 o Sr. JEAN WOLFF DE SOUZA para exercer a função de Monitor de Transporte Escolar, Matrícula nº1284, com carga horária de 30hs semanais. Lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. Em substituição a Sra. CLEONICE IVANI DAL ZOT RECH, titular da vaga de Monitor de Transporte Escolar, que no momento está afastada de Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.



Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

### **PORTARIA Nº 242/2019**

Publicação Nº 2223490

PORTARIA Nº 242/2019  
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE SECRETARIA DA SENHORA ELAINE RÚBIA BORGES DA SILVA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve alterar a Secretaria de lotação da Sra. ELAINE RÚBIA BORGES DA SILVA, da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Obras do Interior. A partir do dia 01 de Agosto de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

### **PORTARIA Nº 243/2019**

Publicação Nº 2223492

PORTARIA Nº 243/2019  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SENHORA DAYSE DANYELLE NETO BURIGO SERVIDORA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder Licença Prêmio a Servidora efetiva Sra. DAYSE DANYELLE NETO BURIGO, no cargo de Professora de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, pelo período de 01/08/2019 á 29/10/2019 sendo 90 dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

### **PORTARIA Nº 244/2019**

Publicação Nº 2223493

PORTARIA Nº 244/2019  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SENHOR TITO VALÉRIO ANTUNES PEREIRA SERVIDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder Licença Prêmio ao Servidor efetivo Sr. TITO VALÉRIO ANTUNES PEREIRA, no cargo de Fiscal de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, pelo período de 01/08/2019 á 14/09/2019 sendo 45 dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

## **PORTARIA Nº 245/2019**

Publicação Nº 2223494

PORTARIA Nº 245/2019

DISPÕE SOBRE A APOSENTADORIA DA SENHORA NOILCE REGINA CÓRDOVA DOS SANTOS DO CARGO DE MERENDEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Conceder aposentadoria, a Sra. NOILCE REGINA CÓRDOVA, efetiva no cargo de Merendeira lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. Sendo essa aposentadoria por Tempo de Contribuição, concedida pelo INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Agosto de 2019.

## **PORTARIA Nº 246/2019**

Publicação Nº 2223496

PORTARIA Nº 246/2019

DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DO SENHOR JEAN WOLFF DE SOUZA DO CARGO DE MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve,

Art. 1º - Demitir o Sr. JEAN WOLFF DE SOUZA, do cargo de Monitor de Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, titular do cargo retornou. A partir desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 13 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 13 de Agosto de 2019.

## **PORTARIA Nº 247/2019**

Publicação Nº 2223504

PORTARIA Nº 247/2019

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA SENHORA IRANE.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora Sra. IRANE VARGAS, Fiscal de Tributos, a partir de 13 de Agosto de 2019. Assiste direito ao mesmo com ônus financeiro para a Administração Pública Municipal nos primeiros 15 dias, conforme Lei nº023/2003.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 13 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 13 de Agosto de 2019.

## **PORTARIA Nº 248/2019**

Publicação Nº 2223508

PORTARIA Nº248/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SENHOR ERIVALDO LIMA DE SOUZA SERVIDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder Licença Prêmio ao Servidor efetivo Sr. ERIVALDO LIMA DE SOUZA, no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, pelo período de 15/08/2019 á 28/09/2019 sendo 45 dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 15 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de Agosto de 2019.

## **PORTARIA Nº 249/2019**

Publicação Nº 2223512

PORTARIA Nº 249/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CUIDAR DE PESSOA DA FAMÍLIA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder Licença para cuidar de pessoa da família a Servidora Sra. ELAINE RÚBIA BORGES DA SILVA, no cargo de Agente de Conservação e Manutenção, lotada na Secretaria Municipal de Obras do Interior, pelo período de 16/08/2019 á 14/10/2019 sendo 60 dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 16 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 16 de Agosto de 2019.

## **PORTARIA Nº 250/2019**

Publicação Nº 2223518

PORTARIA Nº250/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SENHOR ODILON ANTUNES DE SOUZA SERVIDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder Licença Prêmio ao Servidor efetivo Sr. ODILON ANTUNES DE SOUZA, no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, pelo período de 19/08/2019 á 16/11/2019 sendo 90 dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 19 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 19 de Agosto de 2019.

## **PORTARIA Nº 251/2019**

Publicação Nº 2223524

PORTARIA Nº 251/2019  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora Sra. ANA PAULA DA SILVA BARBOZA, Enfermeira, a partir de 20 de Agosto de 2019. Assiste direito ao mesmo com ônus financeiro para a Administração Pública Municipal nos primeiros 15 dias, conforme Lei nº023/2003.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 20 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 20 de Agosto de 2019.

## **PORTARIA Nº 252/2019**

Publicação Nº 2223531

PORTARIA Nº 252/2019  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR SILVIO PUCCI PARA O CARGO DE MOTORISTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Resolve nomear por Concurso Público nº 001/2017 o Sr. SILVIO PUCCI para exercer a função de Motorista, Matrícula nº1206, com carga horária de 40hs semanais. Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento. A partir desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Agosto de 2019.

## **PORTARIA Nº 253/2019**

Publicação Nº 2223548

PORTARIA Nº 253/2019  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora Sra. IELVA MUNIZ WELTER, Professor, a partir de 26 de Agosto de 2019. Assiste direito ao mesmo com ônus financeiro para a Administração Pública Municipal nos primeiros 15 dias, conforme Lei nº023/2003.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 26 de Agosto de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 26 de Agosto de 2019.

## PORTARIA Nº 254/2019

Publicação Nº 2223551

PORTARIA Nº254/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO INTERIOR.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Obras do Interior:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
972-ADÃO PEDRO PEREIRA DA SILVA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
1241-ANDERSON TIAGO MEDEIROS	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
1006-BERNARDO MEDEIROS FILHO	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
341-ERIVALDO LIMA DE SOUZA	21/07/19 à 20/08/19	Licença Prêmio	Licença Prêmio
1054-GILBERTO A. MOREIRA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
159-GLAUCO LUIZ DE LIMA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
973-GUILHERME LUIZ DE LIMA	21/07/19 à 20/08/19	86,8	173,60
78-IVO FERNANDES DA SILVA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
311-VALDIR BOENO FERNANDES	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
343-VANDERLEI LUIZ DOS SANTOS	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
359-VANDERLEI MACEDO	21/07/19 à 20/08/19	Férias	Férias

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Agosto de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Agosto de 2019.

## PORTARIA Nº 255/2019

Publicação Nº 2223553

PORTARIA Nº255/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR, AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal do Interior, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
75-ANTONIO VILSON FREITAS	21/07/19 à 20/08/19	96,7	193,40
990-CESAR DA SILVA VIEIRA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
1239-CÉSAR CORREA	21/07/19 à 20/08/19	96,7	193,40
1040-DANIEL DE OLIVEIRA BRANCO	21/07/19 à 20/08/19	96,7	193,40
989-JUVENIL DA SILVA	21/07/19 à 20/08/19	Férias	Férias
991-LECI ANTUNES DOS SANTOS	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
77-ODILON FERNANDO CÓRDOVA	21/07/19 à 20/08/19	96,7	200,00
145-ORLANDO CÓRDOVA VIEIRA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00

983 – SEBASTIÃO ALVES DA S. NETO	21/07/19 à 20/08/19	96,7	193,40
969-SERGIO DE JESUS VARELA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Agosto de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Agosto de 2019.

## PORTARIA Nº 256/2019

Publicação Nº 2223555

PORTARIA Nº 256/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 2º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria de Administração e Gestão:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
1067-BRUNO ANTUNES PEREIRA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00

Assistência Social:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
1281-GETÚLIO PEREIRA WALTRICK	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Agosto de 2019.

TITO PEREIRA DE FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de de 2019.

## PORTARIA Nº 257/2019

Publicação Nº 2223558

PORTARIA Nº 257/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
516-ACIR SOLON TRIPOLI	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
346-ADELAR SEIFERT EUZEBIO	21/07/19 à 20/08/19	Auxílio Doença	Auxílio Doença
327-ALFEU LUIZ DE LIMA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
1240-ANDREI JULIANO MEDEIROS	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
1243-CARLOS EDUARDO R. KREBS	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
977-FABRICIO SOUZA OLIVEIRA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
25-FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00

1242-HENRIQUE WOLFF LUIZ DA SILVA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
1260-ISMAEL MORTARI	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
89-JOSÉ ALENCAR SEIFERT EUZEBIO	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
73-JOSÉ GILMAR DE OLIVEIRA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
70 – LUIZ DE AQUINO	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
53-LUIZ CARLOS MUNIZ	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
1228-MARLON COSTA DE OLIVEIRA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
162 – ODILON ANTUNES DOS SANTOS	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
345-SERGIO CORREA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.  
Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Agosto de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Agosto de 2019

## PORTARIA Nº 258/2019

Publicação Nº 2223559

PORTARIA Nº 258/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
350-DARCI JOCELI DA SILVA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
947-EDIVALDO RAMOS DOS SANTOS	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
1201-GIOVANI CORREA DA SILVA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
1059-JOÃO ADEMAR NEVES	21/07/19 à 20/08/19	Auxílio Doença	Auxílio Doença
1234-JOCIMAR BERRI	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
1204-JULIANO RAMOS ATHAYDE	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
949-MACKSON DE OLIVEIRA	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
196-NILSON ROGERIO DE JESUS	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
948-OSAIR MORTARI FILHO	21/07/19 à 20/08/19	100	200,00
438-VANDERLEI JOSÉ DE OLIVEIRA	21/07/19 à 20/08/19	Auxílio Doença	Auxílio Doença

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Agosto de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Agosto de 2019.

## PORTARIA Nº 259/2019

Publicação Nº 2223562

PORTARIA Nº. 259/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE HORAS EXTRAS DOS SERVIDORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PREFEITURA MUNICIPAL.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:



Art. 1º - Conceder Adicional de Horas Extras para atender situações excepcionais da Administração Pública na forma do Estatuto dos Servidores Municipais, aos seguintes servidores públicos, referente aos meses de Julho e Agosto de 2019:

#### Saúde

Matrícula – Servidor	Secretaria	Quantidade de horas 50%
1200-ANA PAULA DA SILVA BARBOZA	Sec. Saúde	11,22hs
350-DARCI JOCELI DA SILVA	Sec. Saúde	24hs
947-EDIVALDO RAMOS DOS SANTOS	Sec. Saúde	24hs
1201-GIOVANI CORREA SILVA	Sec. Saúde	34,18hs
1234-JOCIMAR BERRI	Sec. Saúde	24hs
1204-JULIANO RAMOS ATHAYDE	Sec. Saúde	24hs
948-OSAIR MORTARI FILHO	Sec. Saúde	24hs
TOTAL		165,40hs
Prefeitura		
Matrícula – Servidor	Secretaria	Quantidade de horas 50%
972-ADÃO PEDRO PEREIRA DA SILVA	Sec. Obras do Interior	5hs
327-ALFEU LUIZ DE LIMA	Sec. Educação	17,38hs
1241-ANDERSON TIAGO MEDEIROS	Sec. Obras do Interior	6hs
1240-ANDREI JULIANO MEDEIROS	Sec. Obras do Interior	16hs
86-ERON ATÍLIO BORGES DA SILVA	Sec. Interior e agric..	13,30hs
1281-GETÚLIO P. WALTRICK	Sec. Assistência Social	10,30hs
1260-ISMAEL MORTARI	Sec. Educação	30,25hs
73-JOSÉ GILMAR DE OLIVEIRA	Sec. Educação	18,35hs
70-LUIZ DE AQUINO	Sec. Educação	24,24hs
311-VALDIR BOENO FERNANDES	Sec. Obras do Interior	3hs
343-VANDERLEI LUIZ DOS SANTOS	Sec. Obras do Interior	20hs
TOTAL		165,02hs

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Agosto de 2019.

### PORTARIA Nº 260/2019

Publicação Nº 2223563

PORTARIA Nº 260/2019  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora Sra. DAILANE DA SILVA, Auxiliar de Educação Infantil, a partir de 30 de Agosto de 2019. Assiste direito ao mesmo com ônus financeiro para a Administração Pública Municipal nos primeiros 15 dias, conforme Lei nº023/2003.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 30 de Agosto de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 30 de Agosto de 2019.

**PORTARIA Nº 261/2019**

Publicação Nº 2223566

PORTARIA Nº 261/2019

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE SECRETARIA DA SENHORA CLÁUDIA HELENA CANANI DE OLIVEIRA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve alterar a Secretaria de lotação da Sra. CLÁUDIA HELENA CANANI DE OLIVEIRA, da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Administração e Gestão. A partir do dia 02 de Setembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 02 de Setembro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 02 de Setembro de 2019.

**PORTARIA Nº 262/2019**

Publicação Nº 2223569

PORTARIA Nº 262/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR ANSELMO SCHINEIDER DE OLIVEIRA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder Licença Sem Remuneração para Tratar Interesses Particulares ao Servidor efetivo Sr. ANSELMO SCHINEIDER DE OLIVEIRA, no cargo de Operário de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, a partir de 02/09/2019.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 02 de Setembro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 02 de Setembro de 2019.

**PORTARIA Nº 263/2019**

Publicação Nº 2223570

PORTARIA Nº 263/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SENHORA RITA CRISTINA WERNER SERVIDORA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder Licença Prêmio a Servidora efetiva Sra. RITA CRISTINA WERNER, no cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 02/09/2019 á 16/09/2019 sendo 45 dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 02 de Setembro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 02 de Setembro de 2019.

**PORTARIA Nº 264/2019**

Publicação Nº 2223573

PORTARIA Nº 264/2019  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR  
SERGIO DE JESUS VARELA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor Sr. SERGIO DE JESUS VARELA, Matrícula nº969, Operador de Equipamentos, lotado na Secretaria Municipal de Interior, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, no período de 01/09/19 á 30/09/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019. Férias a partir de 01/09/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 02 de Setembro de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 02 de Setembro de 2019.

**PORTARIA Nº 265/2019**

Publicação Nº 2223575

PORTARIA Nº 265/2019

TITO PEREIRA DE FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve Conceder férias de 30 dias aos seguintes servidores:

1-ANDERSON TIAGO MEDEIROS, Matrícula nº1241, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, no período de 12/09/2019 à 01/10/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. Com 10 dias de abono pecuniário do dia 02/09 até 11/09 conforme necessidade da Administração Pública. Férias a partir de 12/09/2019.

2-VANDERLEI LUIZ DOS SANTOS, Matrícula nº343, Motorista, lotado na Secretaria Municipal do Interior, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, no período de 02/09/2019 à 21/09/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. Com 10 dias de abono pecuniário do dia 22/09 até 01/10 conforme necessidade da Administração Pública. Férias a partir de 02/09/2019.

3-LOURENÇO ADAIR PEREIRA, Matrícula nº325, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, no período de 02/09/2019 à 01/10/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. Férias a partir de 02/09/2019.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 02 de Setembro de 2019.  
TITO PEREIRA DE FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 02 de Setembro de 2019.

**PORTARIA Nº 266/2019**

Publicação Nº 2223576

PORTARIA Nº 266/2019  
DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DA SENHORA MARIZA MADRUGA DE JESUS PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Resolve admitir por Chamada Pública nº 009/2019 a Sra. MARIZA MADRUGA DE JESUS para exercer a função de Professor de Educação Física, Matrícula nº1285, com carga horária de 40hs semanais. Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. Em substituição a Sra. DAYSE DANIELLE NETO BURIGO, titular da vaga de Professor de Educação Física, que no momento está afastada de Licença Prêmio.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 02 de Setembro de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 02 de Setembro de 2019.

## **PORTARIA Nº 267/2019**

Publicação Nº 2223590

PORTARIA Nº 267/2019  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SENHORA MARIA RITA DA SILVA DO CARGO DE GERENTE DE MEDICAMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Resolve exonerar a Sra. MARIA RITA DA SILVA, do cargo de Gerente de Medicamentos. Retornando ao cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde. A partir desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 02 de Setembro de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 02 de Setembro de 2019.

## **PORTARIA Nº 268/2019**

Publicação Nº 2223592

PORTARIA Nº 268/2019  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor Sr. CLEVERSON MIRANDA ARRUDA, Técnico em Segurança no Trabalho, a partir de 03 de Setembro de 2019. Assiste direito ao mesmo com ônus financeiro para a Administração Pública Municipal nos primeiros 15 dias, conforme Lei nº023/2003.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 03 de Setembro de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 03 de Setembro de 2019.

## **PORTARIA Nº 269/2019**

Publicação Nº 2223595

PORTARIA Nº 269/2019  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL TRIENAL.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder adicional trienal ao servidor Sr. CARLOS EDUARDO MORAES GRANZOTTO no cargo de Controlador Interno, admitido em 01/07/2003, referente ao tempo de serviço de 04 anos 28 dias, na Prefeitura Municipal de Capão Alto no cargo de Assessor, nomeado em 03/01/1997 até 31/01/2001, embasada na Lei Complementar Municipal nº023/03. A partir de 01/08/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 03 de Setembro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 03 de Setembro de 2019.

## **PORTARIA Nº 270/2019**

Publicação Nº 2223596

PORTARIA Nº 270/2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SENHORA ROSANE APARECIDA XAVIER DO CARGO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Resolve exonerar a Sra. ROSANE APARECIDA XAVIER, do cargo de Coordenadora Pedagógica. Retornando ao cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. A partir desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 04 de Setembro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 04 de Setembro de 2019.

## **PORTARIA Nº 271/2019**

Publicação Nº 2223597

PORTARIA Nº 271/2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SENHORA MIRTES TEREZINHA BRANCO DE MELO DO CARGO DE DIRETORA DE ENSINO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Resolve exonerar a Sra. MIRTES TEREZINHA BRANCO DE MELO, do cargo de Diretora de Ensino. Retornando ao cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. A partir desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 04 de Setembro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 04 de Setembro de 2019.

**PORTARIA Nº 272/2019**

Publicação Nº 2223601

PORTARIA Nº 272/2019

DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DA SENHORA BRUNA PRESTES DE OLIVEIRA DO CARGO DE PROFESSORA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve,

Art. 1º - Demitir a Sra. BRUNA PRESTES DE OLIVEIRA, do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, titular do cargo retornou. A partir desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 04 de Setembro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 04 de Setembro de 2019.

**PORTARIA Nº 273/2019**

Publicação Nº 2223603

PORTARIA Nº273/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SENHORA REGIANE FÁTIMA VIEIRA DOS SANTOS SERVIDORA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder Licença Prêmio a Servidora efetiva Sra. REGIANE FÁTIMA VIEIRA DOS SANTOS, no cargo de Técnica em TH, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Gestão, pelo período de 04/09/2019 á 02/12/2019 sendo 90 dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 04 de Setembro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 04 de Setembro de 2019.

**PORTARIA Nº 274/2019**

Publicação Nº 2223607

PORTARIA Nº274/2019

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA A SENHORA MÁRCIA APARECIDA VARELA DOS SANTOS VANIN SERVIDORA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder Redução de carga horária a Servidora Sra. MÁRCIA APARECIDA VARELA DOS SANTOS, no cargo de Professora, de 40hs para 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 05 de Setembro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 05 de Setembro de 2019.

**PORTARIA Nº 275/2019**

Publicação Nº 2223611

PORTARIA Nº 275/2019  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL TRIENAL.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder adicional trienal ao servidor Sr. BERNARDO MEDEIROS FILHO no cargo de Operador de Veículos Pesados, admitido em 01/11/2011, referente ao tempo de serviço de 08 anos, na Prefeitura Municipal de Capão Alto no cargo de Gerente de Interior Região II, matrícula 794, admitido em 04/05/2009 até 03/01/2011 e no cargo de Operário de Serviços Gerais matrícula 1047, de 02/04/12 até 31/10/2017 nomeado pelo Concurso nº001/2017, embasada na Lei Complementar Municipal nº023/03.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 05 de Setembro de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 05 de Setembro de 2019.

**PORTARIA Nº 276/2019**

Publicação Nº 2223613

PORTARIA Nº 276/2019  
DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DA SENHORA LETÍCIA NERY BITENCOURTE PARA O CARGO DE PROFESSOR DE MATEMÁTICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Resolve admitir por Chamada Pública nº 007/2019 a Sra. LETÍCIA NERY BITENCOUTE para exercer a função de Professor de Matemática, Matrícula nº1286, com carga horária de 10hs semanais. Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. Para atuar como professora do CEJA.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 12 de Setembro de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 12 de Setembro de 2019.

**PORTARIA Nº 277/2019**

Publicação Nº 2223618

PORTARIA Nº 277/2019  
DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DA SENHORA PRISCILA WOFF LUIZ DA SILVA DO CARGO DE PROFESSORA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve,

Art. 1º - Demitir a Sra. PRISCILA WOLFF LUIZ DA SILVA, do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. A partir desta data, conforme pedido de demissão.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 13 de Setembro de 2019.  
TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 13 de Setembro de 2019.



**PORTARIA Nº 278/2019**

Publicação Nº 2223621

PORTARIA Nº 278/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA MARIA ISABEL DOS SANTOS PARA O CARGO DE MERENDEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Resolve nomear por Concurso Público nº 001/2017 a Sra. MARIA ISABEL DOS SANTOS para exercer a função de Merendeira, Matrícula nº1287, com carga horária de 40hs semanais. Lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. A partir desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 16 de Setembro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 16 de Setembro de 2019.

**PORTARIA Nº 279/2019**

Publicação Nº 2223626

PORTARIA Nº 0279/2019

“NOMEIA MEMBROS DAS COMISSÕES DE SELEÇÃO E DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, E GESTOR, PARA ATUAREM NOS PROCESSOS DE CHAMAMENTO PÚBLICO E PARCERIAS A SEREM EFETIVADOS PELO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os servidores, ANDERSON JOSÉ LENZI DA SILVA – Matrícula nº 930, e DANIELA SOARES DE MORAES - Matrícula nº 1223, para comporem a COMISSÃO DE SELEÇÃO dos Editais de Chamamento Público, em cumprimento ao disposto no art. 2º, inciso X, da Lei Federal nº 13.019/2014:

Art. 2º - NOMEAR os servidores SADIANA ARRUDA MELO COELHO LOPES - Matrícula nº 939, ANDREA DE FÁTIMA MENDES DE MELO – Matrícula nº 446, e ROSANE DE FREITAS MADRUGA MOREIRA – Matrícula nº 279, para comporem a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO das parcerias, em cumprimento ao disposto no art. 2º, inciso XI, alínea “h”, da Lei Federal nº 13.019/2014:

Art. 3º- NOMEAR o servidor ALEXSANDRE MADRUGA DOS SANTOS - Matrícula nº 1267, como GESTOR de parceria, em cumprimento ao disposto no art. 2º, inciso VI, alínea “g” da Lei Federal nº 13.019/2014:

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Capão Alto, 18 de setembro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE.

# Capinzal

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 108/2019

Publicação Nº 2223006

DECRETO Nº 108, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera o regulamento de locação e uso do Centro Educacional Prefeito Celso Farina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único do art. 10 do Anexo Único do Decreto nº 113, de 30 de julho de 2014, que regulamenta a locação e uso do Centro Educacional Prefeito Celso Farina, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A taxa de uso e locação para entidades sem fins lucrativos, religiosas, eventos culturais e com acesso gratuito, será cobrada o valor equivalente a 1 (uma) Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM) vigente.”(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto nº 033, de 26 de março de 2018.

Capinzal - SC, em 8 de novembro de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

### PMC TERMO ADITIVO 004/2019 C286

Publicação Nº 2223694

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: TA 004/2019 C286 - Contrato Nº: 0286/2017 M

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada....: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor.....: R\$ 479.915,10

Vigência.....: Início: 10/10/2019 Término: 31/12/2020

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0108/2017 Processo\_Licitatório.....: 0153 / 2017

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: O objeto do presente Termo Aditivo é a Prorrogação de vigência, bem como a revisão de valores, considerando a Cláusula Décima Segunda do Contrato original, reajustando os valores em 3% pelo Índice do IGP-DI (FGV).

Os Itens 1, 4, 5, 7, 11, 12 e 13 correspondem a Prefeitura Municipal de Capinzal (PMC) contemplando a Administração, o Fundo Municipal do Meio Ambiente, o Fundo Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Assistência Social, totalizando o valor de R\$ 365.293,65.

Os Itens 2, 11, 12 e 13 correspondem ao Fundo Municipal de Saúde (FMS) totalizando o valor de R\$ 84.603,60.

O item 8 corresponde a Fundação Municipal de Esportes totalizando o valor de R\$ 19.824,45.

O item 6 corresponde ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente totalizando o valor de R\$ 10.193,40.

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/35/2019**

Publicação Nº 2223861

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: CAO/0408/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº: CAO/35/2019

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual Contratação de serviços técnicos a serem aplicados na coleta e realização de análises mensais, trimestrais e semestrais da água bruta e tratada, e do esgoto, em cumprimento a Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde e Resolução nº 357/2005 do CONAMA.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 14:00 HORAS, DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2019.

LOCAL: ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO A RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000.

O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, SOLICITADO PELO E-MAIL francieli@simaecao.sc.gov.br OU PELO SITE DO SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DAS 07:30 ÀS 11:30 E DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS.

CAPINZAL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

FRANCIELI DA ROSA  
PREGOEIRA

# Catanduvas

## PREFEITURA

### DECRETO 2.534/2019

Publicação Nº 2222765

DECRETO nº 2.534/2019, de 02 de Setembro de 2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Orçamentária Municipal nº 2.655/2018, de 28 de novembro de 2018;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 170.000,00 Cento e setenta mil reais), por conta do Excesso de Arrecadação do Exercício Corrente, na fonte que especifica.

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Unidade Orçamentária: 04.01 GERENCIA DE ENSINO, PROJETOS E TRANSP. ESCOLAR
Projeto Atividade: 04.01.12.361.0004.2.010 – APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: (035)3.3.90.00.00.00 0.0.000101 Aplicações Diretas
R\$ ..... 100.000,00
Projeto Atividade: 04.01.12.365.0004.2.013 – APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: (046)3.3.90.00.00.00 0.0.000101 Aplicações Diretas
R\$ ..... 30.000,00
Projeto Atividade: 04.01.12.365.0004.2.012 – APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: (044)3.3.90.00.00.00 0.0.000101 Aplicações Diretas
R\$ ..... 40.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso De Arrecadação do Exercício Corrente, na fonte que especifica das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 100 – Excesso De Arrecadação

Fonte Financiadora: Excesso De Arrecadação

Descrição da Fonte: Recursos Próprios

Valor do Excesso: R\$ 170.000,00


Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 02 de setembro de 2019.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO 2.550/2019**

Publicação Nº 2222769

DECRETO nº 2.550/2019, de 30 de Outubro de 2019.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Orçamentária Municipal nº 2.655/2018, de 28 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 74.069,96 (Setenta e quatro mil e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos), por conta do Excesso de Arrecadação do Exercício Corrente, na fonte que especifica.

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Unidade Orçamentária: 04.01 GERENCIA DE ENSINO, PROJETOS E TRANSP. ESCOLAR
Projeto Atividade: 04.01.12.361.0004.2.007 – APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: (027)3.3.90.00.00.00 0.0.000100 Aplicações Diretas
R\$ ..... 20.000,00
Elemento de Despesa: (028)3.3.90.00.00.00 0.0.000137 Aplicações Diretas
R\$ ..... 4.500,00
Projeto Atividade: 04.01.12.365.0004.2.008 – APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: (030)3.3.90.00.00.00 0.0.000137 Aplicações Diretas
R\$ ..... 4.500,00
Elemento de Despesa: (029)3.3.90.00.00.00 0.0.000100 Aplicações Diretas
R\$ ..... 20.000,00
Projeto Atividade: 04.01.12.365.0004.2.009 – APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: (031)3.3.90.00.00.00 0.0.000100 Aplicações Diretas
R\$ ..... 20.000,00
Elemento de Despesa: (032)3.3.90.00.00.00 0.0.000137 Aplicações Diretas
R\$ ..... 5.069,96

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso De Arrecadação do Exercício Corrente, na fonte que especifica das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 100 – Excesso De Arrecadação

Fonte Financiadora: Excesso De Arrecadação

Descrição da Fonte: Recursos Próprios

Valor do Excesso: R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos: 137 – Excesso De Arrecadação	
Fonte Financiadora: Excesso De Arrecadação	
Descrição da Fonte: Recursos Vinculados	
Valor do Excesso: R\$ 14.069,96	

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 30 de Outubro de 2019.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO 2.552/2019**

Publicação Nº 2224094

DECRETO nº 2.552/2019, de 11 de Novembro de 2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Orçamentária Municipal nº 2.655/2018, de 28 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 510.429,00 (Quinhentos e dez mil e quatrocentos e vinte nove reais), por conta do Excesso de Arrecadação do Exercício Corrente, na fonte que especifica.

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Unidade Orçamentária: 04.01 GERENCIA DE ENSINO, PROJETOS E TRANSP. ESCOLAR
Projeto Atividade: 04.01.12.365.0004.2.012 – APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: (103)3.1.90.00.00.00 0.0.0000119 Aplicações Diretas
R\$ ..... 40.000,00
Elemento de Despesa: (043)3.1.90.00.00.00 0.0.000118 Aplicações Diretas
R\$ ..... 141.949,00
Projeto Atividade: 04.01.12.365.0004.2.013 – APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: (104)3.1.90.00.00.00 0.0.000119 Aplicações Diretas
R\$ ..... 50.000,00
Elemento de Despesa: (045)3.1.90.00.00.00 0.0.000118 Aplicações Diretas
R\$ ..... 140.000,00
Projeto Atividade: 04.01.12.361.0004.2.010 – APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: (035)3.3.90.00.00.00 0.0.000101 Aplicações Diretas
R\$ ..... 30.000,00
Elemento de Despesa: (033)3.3.90.00.00.00 0.0.000119 Aplicações Diretas
R\$ ..... 38.190,00
Unidade Orçamentária: 04.02 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
Projeto Atividade: 04.02.13.392.0005.2.018 – APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: (053)3.3.90.00.00.00 0.0.0000100 Aplicações Diretas
R\$ ..... 20.000,00
Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 11.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Projeto Atividade: 11.01.08.244.0017.2.035 – APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: (004)3.3.90.00.00.00 0.0.0000161 Aplicações Diretas
R\$ ..... 50.290,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso De Arrecadação do Exercício Corrente, na fonte que especifica das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 100 – Excesso De Arrecadação

Fonte Financiadora: Excesso De Arrecadação

Descrição da Fonte: Recursos Próprios

Valor do Excesso: R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos: 119 – Excesso De Arrecadação	
Fonte Financiadora: Excesso De Arrecadação	
Descrição da Fonte: Recursos Vinculados	
Valor do Excesso: R\$ 128.190,00	
Fonte de Recursos: 118 – Excesso De Arrecadação	
Fonte Financiadora: Excesso De Arrecadação	
Descrição da Fonte: Recursos Vinculados	
Valor do Excesso: R\$ 281.949,00	
Fonte de Recursos: 0161 – Excesso De Arrecadação	
Fonte Financiadora: Excesso De Arrecadação	
Descrição da Fonte: Recursos Vinculados Social	
Valor do Excesso: R\$ 50.290,00	

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 11 de Novembro de 2019.  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
Prefeito de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO 2.553/2019

Publicação Nº 2224099

DECRETO Nº 2.553/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos VIII e XXVI do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.465/2017 e na Lei Municipal nº 2.691/2019; e Considerando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, que, neste caso reconhece que morar irregularmente significa estar em condição de insegurança permanente, motivo pela qual a regularização fundiária é um instrumento da promoção do tratamento digno ao ser humano;

Que a regularização fundiária é um direito social e é condição para realização integral de outros direitos constitucionais, como o trabalho, o lazer, a educação e a saúde;

É um instrumento da política urbana Federal e que a recente Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, trouxe um novo marco legal, apresentando ferramentas inovadoras e facilitadoras, trazendo celeridade, desjudicialização, e desburocratização, para implementação efetiva dos procedimentos afetos a regularização.

É um processo de intervenção governamental, nos aspectos urbanísticos, ambiental e fundiário, com o objetivo de ordenar e legalizar núcleos urbanos informais preexistentes às conformidades legais, de modo a garantir o direito à moradia digna; o direito de propriedade; o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana; o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; garantindo melhorias na qualidade de vida;

Que o beneficiário da regularização fundiária passa a fazer parte da cidade legal, ampliando o acesso a terra urbanizada, o exercício da cidadania, tornando-se detentor de direitos e deveres;

Que a regularização fundiária traz benefícios para a cidade ao possibilitar a oficialização da denominação de logradouros públicos e a facilitação da implantação ou ampliação dos serviços públicos em regiões carentes;

Que a regularização fundiária permite ao beneficiário a obtenção de um endereço oficial, permitindo o recebimento regular de suas correspondências;

Que a legalização fundiária traz a valorização dos imóveis, aquecendo o mercado imobiliário e promovendo o crescimento econômico do Município;

A necessidade de disciplinar a aplicação da Lei Federal nº 13.465/17 e da Lei Municipal nº 2.691/2019, que em seu texto preceitua que deverá ser regulamentada por ato do Poder Executivo Municipal;

DECRETA:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. As ocupações irregulares do solo, existentes no Município de Catanduvas, poderão ser objeto de regularização fundiária de interesse social (Reurb-S) e específico (Reurb-E), desde que obedecidos os critérios previstos na Lei Federal nº 13.465/17, Decreto Federal nº 9.310/18 e na legislação municipal vigente acerca do tema.

Art. 2º. O pedido de regularização fundiária poderá ser ingressado pelos elencados no artigo 14, da Lei Federal nº 13.465/2017, observadas também as disposições deste ato.

Art. 3º. Fica estabelecido que qualquer cidadão, individual ou coletivamente, diretamente, ou por meio de cooperativas habitacionais, associação de moradores, fundações, organizações sociais ou da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária, poderá livremente contratar empresas especializadas e/ou profissionais liberais devidamente habilitados em seus conselhos, que desenvolvam e realizem a regularização fundiária das áreas para o qual foram contratados.

### SEÇÃO I

#### DO REQUERIMENTO PRELIMINAR

Art. 4º. Tratando-se de regularização fundiária de iniciativa particular ou ente diverso do Município, deverá ser solicitado Requerimento Preliminar, que consiste na verificação técnica para aferir a viabilidade para regularização fundiária.

§ 1º O Requerimento para solicitação da viabilidade mencionada do caput deverá acompanhar a documentação técnica exigida no art. 35, I ao V, da Lei Federal nº 13.465/2017.

§ 2º No que tange ao inciso I, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.465/17, deverá ser incluído na planta a indicação da infraestrutura existente "in loco", que assegurará àqueles imóveis que já estão dotados de infraestrutura a dispensa da apresentação do cronograma físico de



serviços e implantação de obras de infraestrutura e do termo de compromisso exigidos nos itens IX e X, do art. 35 da referida Lei Federal. Art. 5º. O Requerimento Preliminar deverá ser protocolado na recepção da Secretaria de Assistência Social e Habitação, para posteriormente ser direcionado ao Departamento de Engenharia.

Art. 6º. Após análises técnicas, serão emitidas as Diretrizes para Regularização Fundiária, que fornecerão informações quanto à possibilidade ou não da regularização pretendida, com as demais informações técnicas, que entender pertinentes.

## SEÇÃO II

### DO REQUERIMENTO PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 7º. O Requerimento de Regularização Fundiária deverá acompanhar as Diretrizes para Regularização Fundiária e os demais documentos técnicos, conforme art. 35 a 39 da Lei Federal nº 13.465/17 aliado às exigências da Seção II, Capítulo III deste Decreto, quando solicitado.

Art. 8º. O protocolo do projeto de regularização deverá ser efetuado na Secretaria de Assistência Social, mediante recolhimento de taxa de análise de projetos, que remeterá à apreciação da Comissão Municipal de Regularização Fundiária para processamento das etapas mencionadas no art. 28 da Lei Federal nº 13.465/2017, que se darão na forma do Capítulo III, Seção I, deste Decreto.

Art. 9º. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação possui o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a classificação da modalidade de Reurb, decidindo-se pelo deferimento ou indeferimento.

§ 1º Os prazos serão contados em dias úteis, começando a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes do horário normal.

§ 3º O indeferimento será motivado, indicando, no que couber, as medidas necessárias para adequação do novo pedido.

§ 4º A decisão de que trata "caput" do presente artigo deverá ser publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, em atendimento ao disposto no inciso V, do art. 28, da Lei nº 13.465/17.

## SEÇÃO III

### DAS MODALIDADES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 10. Nos termos da Lei Federal nº 13.465/17 a REURB é compreendida em duas modalidades, a regularização fundiária urbana social e específica, que no âmbito do Município de Catanduvas, adotam-se as seguintes definições:

I - REURB - Social: regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por 90% (noventa por cento) de população de baixa renda, sendo esta considerada, para fins de declaração por ato do poder executivo Municipal, de acordo com o inciso I, do art. 13, da Lei Federal nº 13.465/17, aquela inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, cuja renda familiar não ultrapasse 03 (três) salários mínimos, nos termos do art 4º inciso II, alíneas "a" e "b" do Decreto Federal nº 6.135, de 26 Junho de 2007.

II - REURB - Específica: regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população que não se enquadre no limite de renda familiar mencionada no inciso I, do presente artigo.

§ 1º A classificação da modalidade de regularização será feita pelo Município, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação quando do processamento do Requerimento de Regularização Fundiária.

§ 2º Os incisos I e II do caput deste artigo são conceitos balizadores para:

a) determinação quanto à definição de responsabilidades para a implantação de infraestrutura básica, quando necessária, e ainda, para a elaboração dos materiais técnicos imprescindíveis ao processo de regularização fundiária;

b) definição do "quantum" a ser apurado para pagamento pela unidade imobiliária objeto da REURB Social e Específica, em áreas públicas.

Art. 11. No mesmo núcleo urbano informal poderá haver duas modalidades de REURB, conforme prevê o art. 5º, § 4º do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação desenvolverá o processo de regularização fundiária que for classificado como Regularização Fundiária Urbana - Social de áreas públicas, podendo promover a REURB-S também em áreas privadas, de acordo com critérios previstos no Capítulo II, Seção III, do presente Decreto.

Art. 13. Fica facultado aos beneficiários que residem em áreas particulares enquadrados como REURB-S promoverem, as suas próprias expensas, os projetos e demais documentos técnicos, contratando empresa especializada, na hipótese de não optarem por aguardar a demanda interna de trabalho da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e Departamento de Engenharia do Município.

Art. 14. Tratando-se de processo de regularização de iniciativa particular, a documentação necessária para fins de classificação na REURB-S será a indicação dos beneficiários em cada unidade a ser regularizada, constando na planta fática e em listagem em separado, contendo dados básicos para qualificação, conforme formulário específico (Anexo II – Modelo de Formulário Socioeconômico), parte integrante do presente Decreto.

Art. 15. A listagem de beneficiários deverá ser instruída com a documentação relativa à comprovação do rendimento familiar mensal.

§ 1º Para fins deste artigo, considera-se no grupo familiar cada um dos membros residentes no imóvel.

§ 2º Deverão ser apresentados os seguintes documentos de cada um dos membros residentes no imóvel:

I - cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

II - cópias das três últimas folhas de pagamento atualizadas;

III - declaração de rendimentos conforme Anexo III, na hipótese de inexistir vínculo empregatício;

IV - Cópia do comprovante de inscrição no cadastro único válido;

V - Cópia do comprovante de residência;

VI - Cópia de documento de identidade e CPF.

§ 3º A insuficiência de documentos que não permita a classificação da modalidade de REURB-S, acarretará no indeferimento do processo, podendo o requerente solicitar nova avaliação.

§ 4º O enquadramento da família em REURB-S se dará após a apresentação de toda documentação solicitada, assinada e carimbada por profissional competente, e validada pela Secretaria de Assistência Social.

Art. 16. Independentemente da modalidade de REURB para a classificação será exigido formulário padrão com as informações básicas dos beneficiários na forma do Anexo II - Formulário Socioeconômico e do § 2º, do art. 15, do presente Decreto.

Parágrafo único. Apenas na REURB-E não será exigido a apresentação da cópia do comprovante de inscrição no cadastro único válido.

## Capítulo II

**DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS****SEÇÃO I****DA REURB EM ÁREAS PÚBLICAS**

Art. 17. O justo valor a que se refere o artigo 16 da Lei nº 13.465/17 para cobrança de lotes provenientes da Reurb, será disciplinado em lei municipal específica.

Art. 18. Tratando-se de regularização fundiária implementada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação sob área pública, não serão apurados custos relativos à elaboração do projeto de regularização.

§ 1º A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação poderá solicitar ao requerente apresentação de levantamento topográfico e planta fática da área objeto de regularização, bem como demais documentos, a fim de viabilizar e agilizar os trabalhos.

§ 2º Em REURB-S promovida sobre bem público os custos dos projetos elencados no § 1º serão amortizados proporcionalmente quando da aferição do justo valor da unidade imobiliária regularizada.

Art. 19. Na REURB-E, havendo necessidade na implantação de algum equipamento relacionado à infraestrutura básica, deverá ser mencionado em termo de compromisso, acompanhado do cronograma de obras, cujo cumprimento será de responsabilidade dos beneficiários da respectiva localidade.

**SEÇÃO II****DA REURB EM ÁREAS RURAIS**

Art. 20. A área de intervenção para regularização fundiária em áreas rurais deverá ser delimitada especificadamente nos limites da ocupação e poderá ser submetido à manifestação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Art. 21. Poderão ser regularizados os núcleos urbanos informais situados em área rural, desde que presentes características urbanas.

§ 1º Entende-se como núcleos urbanos informais com características urbanas, em área rural, aqueles que possuem os seguintes requisitos:

I - sistema viário implantado;

II - densidade demográfica igual ou superior a 11hab/ha (onze habitantes por hectare);

III - ocupação com predominância de casas, com espaçamento entre as construções e usos ou atividades compatíveis com as definidas em lei municipal para o perímetro urbano de Catanduvas;

IV - Existência de pelo menos dois dos seguintes equipamentos de infraestrutura instalados:

a) drenagem de águas pluviais urbanas;

b) esgotamento sanitário coletivo ou individual;

c) abastecimento de água potável;

d) distribuição de energia elétrica; ou

e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

**SEÇÃO III****DOS CRITÉRIOS PARA PRIORIZAÇÃO DAS ATUAÇÕES PELO MUNICÍPIO**

Art. 22. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação atuará preferencialmente em áreas públicas e eventualmente em áreas privadas que estejam classificadas como de interesse social.

Parágrafo único. O critério para atuação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação nos processos solicitados por particular, que sejam provocadas por requerimento, e classificadas como REURB-S, que necessitem do suporte técnico do Município para elaboração e conclusão da REURB, obedecerão à ordem de chegada (recebimento do pedido), considerando-se a data do protocolo.

Art. 23. A Secretaria poderá atuar em áreas que não estejam classificadas como REURB-S, desde que estejam situadas em áreas públicas, urbanizadas pelo Município.

Art. 24. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação poderá promover a regularização de áreas, independentemente, de provocação pelos interessados, desde que verificado:

I - Áreas públicas com contratos emitidos e maior predominância de lotes quitados, independentemente de sua classificação;

II - Consolidação da ocupação, preferencialmente existir pelo menos dois tipos de infraestrutura implantados;

III - Áreas que não estejam situadas em área de risco ambiental;

IV - Por imposição judicial ou em virtude de já ter sido alvo de Termo de Ajustamento de Conduta;

V - Porte da ocupação irregular (maior número de moradores em situação irregular);

VI - Situação fundiária conhecida (domínio público ou privado);

VII - Condições favoráveis a regularização, diretrizes e legislação;

VIII - Demais critérios técnicos que justifiquem.

**Capítulo III****DO PROCEDIMENTO****SEÇÃO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 25. O procedimento administrativo será regido obedecendo às fases estabelecidas na Lei Federal nº 13.465/17.

Art. 26. Na REURB-S de áreas públicas e privadas caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação o desenvolvimento de todas as etapas do processo até a sua conclusão, observando-se a faculdade prevista no art. 13 deste Decreto.

Art. 27. Na REURB-E em áreas particulares caberá aos beneficiários a elaboração de toda documentação técnica e ao Município caberá apenas a classificação, as notificações exigidas, aprovação do projeto e a emissão da Certidão de Regularização Fundiária.

Art. 28. O protocolo e o requerimento estão disciplinados no Capítulo I, Seções I e II, do presente Decreto.

Art. 29. Após protocolado o processo de regularização fundiária da área pretendida, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação procederá:

I - o processamento do Requerimento de Regularização e a classificação da modalidade da REURB, conforme disposto na Seção III, do Capítulo I;

II - a notificação dos proprietários e confinantes, que deverão estar indicados no processo de regularização, com dados como, nome completo, CPF e endereço completo.

Art. 30. Realizada a classificação da modalidade da Reurb e notificados os proprietários e confinantes, transcorrido o prazo legal de 30 (trinta) dias, não havendo contestação do pedido de regularização, será encaminhado para pauta de reunião da Comissão Municipal de Regularização Fundiária, oportunidade em que será analisado o referido projeto.

Parágrafo único. Havendo questionamentos, a impugnação apresentada será levada ao conhecimento da Comissão para mediação do conflito.

Art. 31. Compete à Comissão de Regularização Fundiária a concordância com o projeto proposto, de forma que a aprovação constará em ata da qual será dada ciência ao Prefeito Municipal para publicização do ato de aprovação através de Decreto.

Parágrafo único. Não aprovado o projeto, o interessado ou apresentante será intimado para proceder com as adequações necessárias, no que couber.

Art. 32. A aprovação dos projetos pela Comissão não dispensa a aprovação e/ou anuência por parte do órgão ambiental competente, qual seja, Instituto de Meio Ambiente - IMA, com a aprovação do estudo técnico que justifique as melhorias ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, nos termos do que dispõe o art. 11 da Lei nº 13.465/17, quando o núcleo urbano informal estiver localizado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais.

§ 1º A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, constatando as situações previstas no caput, intimará o interessado, por documento oficial, para que efetue os estudos, atenda às exigências legais e apresente projeto analisado ou aprovado pelo órgão ambiental competente, de acordo com as disposições da Lei 13.465/17 e Decreto 9.310/18.

§ 3º O projeto analisado pelo órgão ambiental deverá ser encaminhado à Secretaria de Assistência Social e Habitação que encaminhará para a Comissão de Regularização Fundiária que decidirá pela aprovação ou não do referido projeto de regularização fundiária.

Art. 33. Na hipótese da Comissão entender pertinente outros questionamentos de ordem técnica, poderão ser solicitados documentos adicionais de competências de outros órgãos pertencentes a estrutura municipal ou não.

Art. 34. Publicado o Decreto de aprovação do projeto de regularização fundiária, o Presidente da Comissão emitirá a Certidão de Regularização Fundiária (CRF).

Art. 35. O interessado, responsável legal ou outros, serão comunicados por documento oficial para retirada da Certidão (CRF), para dar encaminhamento aos atos de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis competente.

§ 1º O requerente deverá seguir o rito do art. 42 e seguintes da Lei Federal nº 13.465 para efetuar o registro do parcelamento proveniente da regularização fundiária.

§ 2º A CRF não exime o apresentante de providenciar as adequações técnicas que o Oficial de Registro de Imóveis entender pertinente a fim de possibilitar a abertura dos títulos.

Art. 36. Procedido com o registro, deverá ser informado ao Município, através da Secretaria de Assistência Social e Habitação, através de Certidão atualizada do imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 37. Suprida a exigência do art. 36 do presente Decreto, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação providenciará baixa e/ou atualização cadastral no mapa de ocupações irregulares do Município.

## SEÇÃO II

### DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 38. O projeto de regularização fundiária no Município deverá seguir os termos dos art. 35 a 39, da Lei Federal nº 13.465/17.

Art. 39. Após a classificação da REURB, o projeto de regularização fundiária (incluso o projeto urbanístico) será confeccionado pela Secretaria Municipal de Planejamento ou empresa vencedora de processo licitatório se a área for pública, ou pelo requerente/interessado se a área for particular, e será entregue em duas vias impressas e uma mídia digital (com extensões .pdf e .dwg) para o Departamento de Habitação, com todos os elementos dos arts. 35 e 36 da Lei Federal 13.465/17, quais sejam:

I - planta de levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento (datum SIRGAS 2000), subscrito por profissional competente, que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;

II - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT);

III - planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;

IV - projeto urbanístico, que conterá no mínimo indicação:

a) das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas;

b) das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver;

c) quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;

d) dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;

e) de eventuais áreas já usucapidas, ou declaração que não existem;

f) das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias, ou declaração de que não são necessárias;

g) das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias, ou declaração de que não são necessárias;

h) das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias, ou declaração das concessionárias de água, esgoto, energia e Secretaria de Infraestrutura do Município (drenagem) atestando que a área já é servida de água, rede de esgoto, energia e rede pluvial;

i) de outros requisitos que sejam definidos pelo Município, caso solicitados por este.

V - memoriais descritivos conforme modelo do Anexo I da Lei Municipal n.º 6.766/16;

VI - proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso, ou declaração de que não são necessárias;

VII - estudo técnico para situação de risco, quando for o caso, ou declaração de que não se trata de área de risco emitido pela Defesa Civil;

VIII - estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso, aprovado pelo órgão ambiental competente ou declaração deste órgão informando não haver interesse ambiental;

IX - cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e

X - termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido na

alínea anterior.

XI - listagem com a indicação dos beneficiários em arquivo excel (.xls), contendo as seguintes informações: nome completo, CPF e número da quadra e lote respectivo;

XII - listagem dos confrontantes em arquivo excel (.xls), com indicação do nome completo, CPF, RG e endereço completo, a fim de dar celeridade aos procedimentos para notificação.

#### Capítulo IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. Os conflitos envolvendo os processos de regularização, independentemente da fase em que se encontram, poderão ser mediados através da Comissão de Regularização Fundiária, devidamente constituída através de Decreto Municipal, que servirá como a Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos mencionada na Lei Federal 13.465/17.

§ 1º A Comissão mencionada no caput vincula-se à Secretaria de Assistência Social e Habitação.

§ 2º Eventual conflito a ser dirimido deverá ser provocado por Ofício à Comissão de Regularização Fundiária, a ser protocolado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, que poderá convocar reunião para este fim.

Art. 41. Tratando-se de regularização fundiária em áreas de conservação de uso sustentável e em áreas de preservação permanente, deverão seguir o disposto na Lei Federal nº 13.465/17 e as respectivas leis específicas pertinentes à matéria, quais sejam, Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 42. Salvo em situação de flagrante, os procedimentos de reintegração de posse e de demolição deverão ser precedidos de consulta à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e Departamento de Engenharia, a fim de se constatar a possibilidade de regularização que trata o presente Decreto.

Art. 43. Os projetos de regularização fundiária via procedimento administrativo "Reurb" protocolados na administração municipal, por particulares, empresas, profissionais liberais, entre outros, na vigência da Lei Federal nº 13.465/17 e na pendência de ato normativo municipal atinente à matéria, serão admitidos, avaliados e sujeitos à apresentação de documentos complementares, que subsidiem as informações prestadas, sob a responsabilidade administrativa dos requerentes e sob a responsabilidade técnica dos profissionais legalmente habilitados, no que couber.

Art. 44. Os casos omissos ao presente Decreto serão resolvidos pela Comissão de Regularização Fundiária.

Art. 45. Fazem parte integrante do presente Decreto, os seguintes anexos:

I - Anexos I – Modelo de Memorial Descritivo;

II – Anexo II – Modelo de Formulário Socioeconômico;

III – Anexo III – Modelo de Declaração de Rendimentos;

IV – Anexo IV - Fluxograma Reurb.

Art. 46. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 11 de novembro de 2019.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

## DECRETO 2.553/2019 - ANEXO I

Publicação Nº 2224100

### ANEXO I

#### MEMORIAL DESCRITIVO

Proprietário: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Área: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup>

Perímetro: \_\_\_\_\_ m

#### LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: Confrontando com \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ m;

SUL: Confrontando com \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ m;

LESTE: Confrontando com \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ m;

OESTE: Confrontando com \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ m.

ACRESCENTAR LADO PAR OU LADO IMPAR DO LOGRADOURO E A DISTÂNCIA DA ESQUINA (CRUZAMENTO) MAIS PRÓXIMO.

#### DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO:

Partindo do Ponto 1, localizado no canto mais ao Norte da área em estudo, de coordenadas Planas UTM N ...m e E ... m, situado no limite com ... e ..., deste, segue confrontando com ..., com as seguintes distâncias e coordenadas: ... m, até o Ponto 2, de coordenadas N ...m e E ... m; ... m, até o Ponto 3, de coordenadas N ...m e E ... m; ...m, até o Ponto 4, de coordenadas N ...m e E ... m; ... m, até o Ponto 5, de coordenadas N ...m e E ... m; ... m, até o Ponto 6, de coordenadas N ...m e E ... m; deste, segue confrontando com ... em desenvolvimento de curva com uma distância de ... m e com raio de ...m, até o Ponto 7, de coordenadas N...m e E ... m; deste, segue confrontando com ... com as seguintes distâncias e coordenadas: ... m, até o Ponto 8, de coordenadas N ...m e E ... m; ... m, até o Ponto 9, de coordenadas N

...m e E ... m; ... m, até o Ponto 10, de coordenadas N ...m e E ... m; ...m, até o Ponto 11, de coordenadas N ...m e E ... m; ...m, até o Ponto 12, de coordenadas N ...m e E ... m; ... m, até o Ponto 13, de coordenadas N ...m e E ... m; deste, segue confrontando com ... com distância de ... m, até o Ponto 1, de coordenadas N ...m e E ... m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as distâncias, coordenadas, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM e estão Georreferenciados ao sistema geodésico brasileiro, Datum SIRGAS2000, referenciados ao marco... da rede geodésica municipal.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

Responsável Técnico:

Proprietário:

## DECRETO 2.553/2019 - ANEXO II

Publicação Nº 2224102

### ANEXO II

#### IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

Nome:

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Telefone:

CPF:

Identidade:

Nascimento:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Órgão/data emissão:

Carteira Profissional

Serie:

PIS

Pai:

Mãe:

#### ESCOLARIDADE

( ) Analfabeto ( ) Alfabetizado ( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Superior ( ) Graduado

#### ESTADO CIVIL

( ) Casado em: / / ( ) viúvo ( ) Solteiro ( ) Divorciado ( ) Separado judicialmente

( ) União estável em: / /

Regime: ( ) Comunhão parcial de bens ( ) Comunhão universal de bens ( ) Separação total de bens

#### SITUAÇÃO PROFISSIONAL DO RESPONSÁVEL

Profissão:

Empresa:

Relação de trabalho: ( ) Formal ( ) Informal ( ) Autônomo ( ) Aposentado ( ) Pensionista ( ) Aux. Doença ( ) Desempregado ( ) Licença maternidade ( ) outros:

Renda em R\$:

Telefone comercial:

#### IDENTIFICAÇÃO DO CÔNJUGE

Nome:

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Telefone:

CPF:

Identidade:

Nascimento:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Órgão/data emissão:

Carteira Profissional

Serie:

PIS

Pai:

Mãe:

#### ESCOLARIDADE

( ) Analfabeto ( ) Alfabetizado ( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Superior ( ) Graduado



## ESTADO CIVIL

( ) Casado em: / / ( ) viúvo ( ) Solteiro ( ) Divorciado ( ) Separado judicialmente  
( ) União estável em: / /

Regime: ( ) Comunhão parcial de bens ( ) Comunhão Universal de bens ( ) Separação total de bens

## SITUAÇÃO PROFISSIONAL DO RESPONSÁVEL

Profissão:

Empresa:

Relação de trabalho: ( ) Formal ( ) Informal ( ) Autônomo ( ) Aposentado ( ) Pensionista  
( ) Aux. Doença ( ) Desempregado ( ) Licença maternidade ( ) outros:

Renda em R\$:

Telefone comercial:

## COMPOSIÇÃO FAMILIAR - RESIDENTES NA MESMA CASA

NOME	PARENTESCO	NASC.	SEXO	PROFISSÃO	RENDIA

OBS: Grau de parentesco: Filho (a), Enteadado (a), Pai, Mãe, Irmão (ã), Neto (a), primo(a), etc.

2

## IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Endereço:

Nº

Bairro:

( ) Casa ( ) Apart.

( ) Complemento:

CEP:

Quadra:

Lote:

Fone:

Condição: ( ) Próprio ( ) Alugado ( )  
Cedido

Uso: ( ) Comercial ( ) Residencial

Tipo: ( ) Madeira ( )  
Alvenaria ( ) Mista

Estado do Imóvel: ( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular  
( ) Ruim ( ) Precário

Iluminação: ( ) Rede elétrica ( ) Gerador  
( ) Outros:

Abastecimento de água: ( ) Rede Pública ( ) Poço ( ) Outros:

Esgoto Sanitário: ( ) Rede pública ( ) Rio/córrego ( ) Vala a Céu aberto ( ) Fossa séptica

Sanitários: ( ) Banheiro dentro de casa ( ) Banheiro fora de casa ( ) Sem banheiro



Meio de transporte: ( ) Veículo próprio ( ) Ônibus ( ) Outros	
Tempo que possui/reside no imóvel:	( ) Lote c/ benfeitorias ( ) Lote s/ benfeitorias
Possui IPTU do imóvel: ( ) sim - nº da inscrição imobiliária:	( ) Não
Possui outros imóveis: ( ) sim - Endereço:	( ) Não
Possui imóvel registrado em cartório de imóveis: ( ) sim Endereço: Nº de matrícula:	( ) Não
Inserção de Programas Projetos e serviços Socioassistenciais	
Possui cadastro em algum programa social: ( ) Sim , aonde?	( ) Não
Está inscrito no CADÚNICO: ( ) sim - Nº NIS:	( ) Não
Existe pessoa com deficiência na família? ( ) Sim , qual deficiência?	( ) Não
Alguma doença na família? ( ) Sim , ( ) Drogadição ( ) C.A. ( ) Soropositivo ( ) Cardiopatia ( ) Hipertensão ( ) Alcoolismo ( ) Outros:	( ) Não
ENQUADRAMENTO NA REURB, CONFORME LEI Nº 13465/2017, DECRETO Nº 9310 DE 15/03/2018 E PORTARIA MUNICIPAL 003/2018	
( ) REURB - S	( ) REURB - E

OBS:

Declaro sob as penas da lei, art. 299 do código penal, que as declarações contidas neste formulário corresponde a verdade.

Assinatura do beneficiário

Assinatura (sob carimbo) da Assistente Social.

Catanduvas, / /

Obs: Rubricar todas as páginas deste formulário.

**DECRETO 2.553/2019 - ANEXO III**

Publicação Nº 2224103

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

Eu, ..... portador do CI nº .....  
 .. CPF nº ..,  
 residente à Rua ..... ,  
 bairro ..... Município ..... ,  
 Estado ..... , declaro para os devidos fins que não possuo comprovante de rendimentos ou outro documento que comprove minha renda mensal e atividade, e, ainda, declaro que minha ocupação atual é .....  
 , recebendo uma renda mensal aproximada de  
 R\$ .....

Declaro ainda estar ciente de que, se comprovada, a qualquer tempo, fraude ou falsidade, em prova ou declaração, estarei sujeito a sanções cíveis, criminais e/ou administrativas, conforme dispõe o artigo 2º da Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983, estando ciente das penalidades previstas no Código Penal Brasileiro, artigos 171 e 229.

Assim sendo, por ser o aqui exposto a mais pura expressão da verdade, assino esta DECLARAÇÃO para que produza efeitos legais.

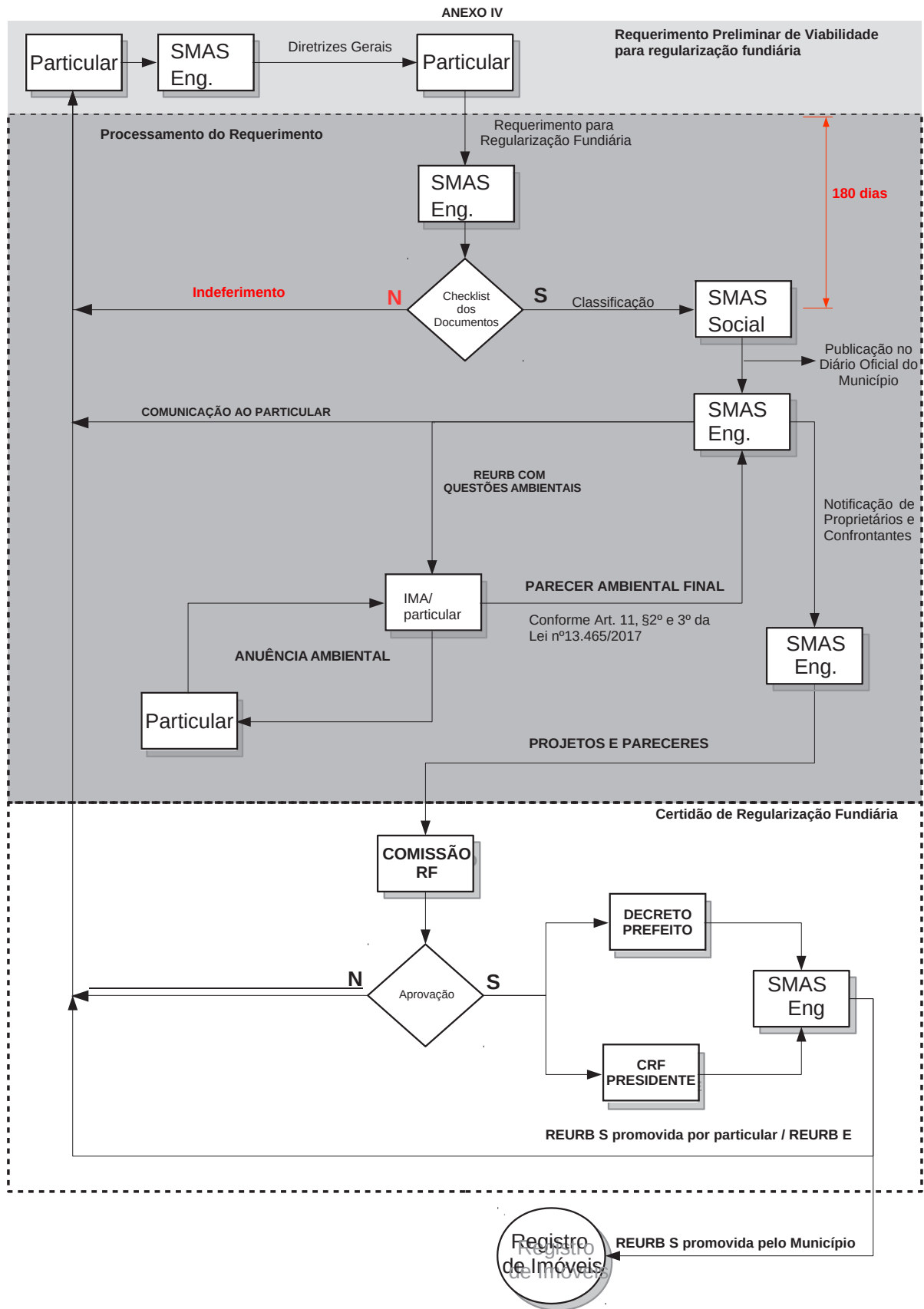
Local e data

Assinatura



## DECRETO 2.553/2019 - ANEXO IV

Publicação Nº 2224106



**DECRETO 2.554/2019**

Publicação Nº 2224098

DECRETO Nº 2.554/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CRIA A COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NOMEIA SEUS MEMBROS E FIXA A DURAÇÃO DE SEU MANDATO.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento à Lei Municipal nº 2.691/2019;

## DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão de Regularização Fundiária no Município de Catanduvas que ficará subordinada à Secretaria de Assistência Social de Habitação.

Art. 2º. São atribuições da Comissão a que se refere o art. 1º deste Decreto:

I - fixar prioridades para a regularização;

II - verificar e atestar a irreversibilidade das ocupações nas áreas objeto da regularização fundiária;

III - produzir os atos administrativos necessários para o encaminhamento dos processos de regularização;

IV - realizar a análise de viabilidade técnica e expedir parecer de concordância para o ato de regularização, bem como, quando necessário, expedir parecer de concordância acerca da situação da planta individual dos imóveis e respectivas descrições ou, ainda, nas hipóteses de regularização coletiva, emitir parecer da situação geral da área a ser regularizada, devendo tal concordância constar em ata de reunião da Comissão;

V - solicitar, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o registro do parcelamento constante no processo de regularização;

VI - solicitar informações a funcionários e servidores de órgãos da administração municipal direta, fundações, autarquias, sociedades de economia mista e empresas privadas;

VII - assistir ao Prefeito, naquilo que disser respeito à regularização fundiária;

VIII - propor criação de ZEIS, utilizando o levantamento disponível sobre áreas públicas e privadas, bem como novas áreas em função da elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social;

IX - propor a cobrança de valores pelas áreas regularizadas, bem como taxas de serviço ou de urbanização pertinentes, sem prejuízo de adoção de outras medidas, cíveis, criminais ou administrativas, contra o loteador faltoso;

X - propor pedido de cessão de áreas de titularidade da União, Estado ou Municípios limítrofes, necessários à regularização fundiária;

XI - disciplinar o trâmite administrativo dos processos de regularização fundiária no âmbito da administração municipal;

XII - solicitar apoio e orientação jurídica ao órgão competente da administração municipal;

XIII - determinar à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação que providencie a classificação da modalidade de Reurb, de acordo com a legislação municipal e Lei Federal 13.465/17;

XIV - propor abertura dos processos de regularização de iniciativa do Município;

XV - proceder com o processamento do requerimento para regularização fundiária e classificar a modalidade de Regularização Fundiária Urbana - Reurb, no prazo legal de 180 (cento e oitenta) dias (conforme § 2º, do art. 30, da Lei Federal nº 13.465/17), decidindo pelo deferimento, ou não, do pedido;

XVI - determinar, ao órgão competente da administração municipal, que proceda a notificação dos proprietários e confinantes, que deverão estar indicados no processo de regularização fundiária apresentado Comissão, sob pena de indeferimento;

XVII - recomendar, ao Prefeito e ao Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, a aprovação dos projetos de regularização fundiária de interesse social (Reurb-S), específico (Reurb-E) e inominada (Reurb-I), de acordo com a legislação municipal e Lei Federal nº 13.465/17 (incisos I e II do art. 13 e art. 69);

XVIII - mediar eventuais conflitos que surgirem no transcorrer dos processos de regularização fundiária;

XIX - indicar as medidas necessárias para adequação e intervenções a serem executadas, sempre que possível, na hipótese de não ser aprovado o projeto de regularização fundiária.

Art. 3º. A Comissão de Regularização Fundiária ficará assim constituída:

I - dois representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, sendo titular Janete Couto de Oliveira, tendo como suplente Indianara Sílvia Lazarotto e titular Rosa Aparecida Fabri, tendo como suplente Gislaíne da Silva;

II - um representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo titular Márcia Pasqualli e suplente Cristiano de Britto;

III - um representante da Secretaria Municipal de Planejamento, sendo titular Suellen Karine Cervelin e suplente Marcos Antônio Brocardo Júnior;

IV - um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sendo titular Lucimari Spader e suplente Wolny Menegazzo;

V - um representante do Gabinete do Prefeito, sendo titular Valmir De Rós e suplente Daniela Luiza Miotto;

§1º. A Presidência da Comissão caberá ao Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, e a Vice-Presidência, ao representante titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

§2º. Em caso de indisponibilidade do membro titular e seu respectivo suplente, ou caso seus respectivos cargos não estejam ocupados, caberá ao Secretário da pasta determinar substituto, encaminhado à Comissão com antecedência de no mínimo um dia.

Art. 4º. O mandato dos membros designados no art. 3º encerra-se em 31 de dezembro de 2020.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 11 de novembro de 2019.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0075/2019**

Publicação Nº 2224114

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0075/2019**

TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A EMPRESA CONTRUPEJC CONTRUÇÕES LTDA ME, para EXECUÇÃO DA OBRA DE COBERTURA E REVITALIZAÇÃO DA QUADRA DE ESPORTES DO BAIRRO REGINA, OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0031/2019, TOMADA DE PREÇO Nº 008/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, nesta cidade de Catanduvas, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 82.939.414/0001-45, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Senhora Elenir Fátima Chinato, portadora da cédula de identidade n.º 2.145.793 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob n.º 800.238.869-00;

CONTRATADA: CONSTRUTORA CONTRUPEJC CONTRUÇÕES LTDA ME, com sede na Rua Alzira Franck Helt, nº 50, Loteamento Dona Mafalda, no município de Capinzal-SC, CEP: 89.665-000, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 21.547.432/0001-97, neste ato representada pelo Sra. Polyana Techio da Silva, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.106.916 e inscrito no CPF-MF sob o nº 086.554.659-25.

Reportam-se ao contrato firmado em 06 de novembro de 2019.

CONSIDERANDO a alteração das características da obra licitada para adequar o projeto a ser executado ao projeto previamente aprovado pela Caixa Econômica Federal, pois a obra será parcialmente financiada pela União através do contrato de repasse nº 862911/2017/ME/CAIXA;

CONSIDERANDO que a adequação não gerará acréscimos no valor do contrato administrativo firmado, mas apenas alteração de alguns itens do projeto, com redução de valores contratados, como consta em planilha orçamentária anexa.

**RESOLVEM:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – suprimir do contrato o valor de R\$ 17.808,70 (dezessete mil oitocentos e oito reais com setenta centavos), que corresponde a 10,38% (dez virgula trinta e oito por cento) de desconto;

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, b e § 1º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 11 de novembro de 2019.

Testemunhas

\_\_\_\_\_  
**CONTRUPEJC CONTRUÇÕES LTDA ME**

**Polyana Techio da Silva**  
Contratada

\_\_\_\_\_  
Valmir De Rós

**Assessor Jurídico**  
OAB/SC nº 26.310

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 023/2019 FMS

Publicação Nº 2223556

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: EMPRESA PEDREIRA, EMPREITEIRA E TRANSPORTES DO ALEMÃO LTDA.

Contrato nº: 023/2019 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A EXECUÇÃO GLOBAL DE OBRA DE REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 08/11/2019.

Vigência: 30/11/2019.

Valor do Contrato: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

### PP Nº 023/2019 PCS

Publicação Nº 2223554

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 PCS

Objeto: Registro de preços para aquisição de material de construção, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 26/11/2019.

Abertura: dia 26/11/2019, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 12 de novembro de 2019.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

## VENCEDORES PE Nº 001/2019 FMS

Publicação Nº 2224138



## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL

Pág 1 / 8

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 17990 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número - Minuta - Licitação: 11 códigoCliente: 17990 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão  
Para Aquisição de Bens  
1/2019

Processo Administrativo: 11/2019

Ao Sr(a). GLAUBER BURTET tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela TEXTO JURÍDICO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NÃO CADASTRADO..

## Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 1/2019, o(s) participante(s):

19305 - PRHODENT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES E DENTÁRIOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	ADESIVO FOTOPOLIMEZÁVEL. CARGA NANOMÉTRICA DE 5NMM, PRIMER E ADESIVO EM FRASCO COM 6G. COMPOSTO POR BIS-GMA, HEMA, DIURETANO DIMETACRILATO COM POLÍMEROS DE ÁCIDO POLIALCENÓICO, CANFOROQUINONA, ÁGUA E ETANOL, GLICEROL. 10% EM PESO DE SILICA COLOIDAL COM 5 NANOMETROS.	UNIDADE	3M - Single Bond 2	30	R\$95,00	R\$2.850,00
22	ANESTÉSICO LOCAL ARTICAINA 4% + ESPINEFRINA 1:100.000	UNIDADE	DFL	10	R\$132,35	R\$1.323,50
24	ANESTÉSICO TÓPICO GEL BENZOCAÍNA 200MG/G (SABOR TUTTI-FRUTTI)	UNIDADE	DFL	20	R\$5,98	R\$119,60
37	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO N. 1033 HASTE CURTA	UNIDADE	FAVA	100	R\$1,48	R\$148,00
96	FIO DENTAL CLÍNICO 100 MTS (COMPOSIÇÃO: RESINA TERMOPLÁSTICA, CERA MICROCRISTALINA E AROMA)	UNIDADE	MED FIO	20	R\$1,84	R\$36,80
137	LIXA DE ACABAMENTO E POLIMENTO MEDIA-FINA 4 MM C/150 (ABRASIVO A BASE DE OXIDO DE ALUMÍNIO E COSTADO DE POLIÉSTER)	VOLUME	BIODINAMICA	10	R\$7,05	R\$70,50
164	MATRIZ DE POLIESTER C. 50 UND	UNIDADE	QUIMIDROL	20	R\$1,53	R\$30,60
200	RESTAURADOR TEMPORÁRIO CAVITEC 25 GRAMAS	UNIDADE	CAITHEC	10	R\$12,49	R\$124,90
205	SERINGA CARPULE COM REFLUXO FEITA EM AÇO INOXIDÁVEL, REGISTRO NA ANVISA: 10401310083.	UNIDADE	GOLGRAN	10	R\$47,80	R\$478,00
222	SONDA EXPLORADORA 47 EM AÇO INOXIDÁVEL	UNIDADE	GOLGRAN	100	R\$8,75	R\$875,00
251	SUGADOR DESCARTÁVEL TRANSPARENTE COM PONTEIRAS COLORIDAS, TUBO E PONTEIRA ATÓXICOS, ARAME EM AÇO ESPECIAL, REGISTRO ANVISA: 80156070001.	PACOTE	SS PLUS	30	R\$4,19	R\$125,70
Total do Fornecedor:						R\$6.182,60
69752 - MEDIANE COMÉRCIO DE PRODUTOS EM GERAL EIRELI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	ÁGUA DEIONIZADA 5000 ML (DESTILADA)	UNIDADE	CAITEC	50	R\$11,40	R\$570,00
5	ÁGUA DESTILADA, PARA USO EM AUTOCLAVES, QUIMICAMENTE PURA, ISENTA DE SAIS SOLÚVEIS, EMBALAGEM CONTENDO 5 LITROS.	UNIDADE	FACILIMP	20	R\$9,90	R\$198,00
6	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES 1000 ML	LITRO	RIO QUIMICA	5	R\$9,90	R\$49,50
8	AGULHAS DESC. 25X7 22G1 CX COM 100 UND	CAIXA	SOLIDOR	50	R\$5,95	R\$297,50
9	AGULHAS DESC. 25X8 21 G1 CX COM 100 UND	CAIXA	SOLIDOR	30	R\$5,90	R\$177,00
10	AGULHAS DESC. 40X12 CX COM 100 UND	UNIDADE	SOLIDOR	50	R\$6,50	R\$325,00
12	ALCOOL GEL 70% 980GR COM VÁLVULA PUMP	UNIDADE	FACILIMP	15	R\$11,20	R\$168,00
13	ALCOOL LIQUIDO 70% 1000ML	LITRO	TUPY	150	R\$4,43	R\$664,50
14	ALCOOL LIQUIDO 70% 100ML COM VÁLVULA	UNIDADE	FACILIMP	100	R\$5,00	R\$500,00
15	ALCOOL 70% COM EMBALAGEM DE 1000ML	LITRO	TUPY	135	R\$5,00	R\$675,00
16	ALCOOL GEL 70% 95 GR COM VÁLVULA	UNIDADE	FACILIMP	100	R\$6,00	R\$600,00
18	ALGODÃO HIDRÓFILO 500 GR	ROLO	NATALYA	20	R\$14,50	R\$290,00
19	ALMOTOLIAS PLÁSTICA ÂMBAR RETA 125 ML	UNIDADE	j.prolab	15	R\$2,00	R\$30,00
20	ALMOTOLIAS PLÁSTICA CLARA RETA 250ML	UNIDADE	j.prolab	15	R\$3,00	R\$45,00
25	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM², MEDINDO 06CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 13,3GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS. ISENTA DE FALHAS AERADA.	PACOTE	NEVE	100	R\$7,00	R\$700,00


**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL**

Pág 2 / 8

Compras e Contratos

Termo Homologação

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 17990 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -  
 Minuta - Licitação: 11 códigoCliente: 17990 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

	RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES.					
26	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM², MEDINDO 08CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 17,8GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES.	PACOTE	NEVE	100	R\$9,00	R\$900,00
27	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM², MEDINDO 10CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 21,8GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES.	PACOTE	NEVE	100	R\$11,00	R\$1.100,00
28	ATADURA DE CREPOM 12 CM, 13 FIOS CM², MEDINDO 12CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 26,0 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DA LICITAÇÃO.	PACOTE	NEVE	100	R\$11,00	R\$1.100,00
29	ATADURA DE CREPOM 15 CM, 13 FIOS CM², MEDINDO 15CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 32,7 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DA LICITAÇÃO.	PACOTE	NEVE	100	R\$16,00	R\$1.600,00
30	ATADURA DE CREPOM 20 CM, 13 FIOS CM², MEDINDO 20CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 42,8 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO	PACOTE	NEVE	15	R\$20,00	R\$300,00




**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL**

Pág 3 / 8

**Compras e Contratos**
**Termo Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 17990 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número - Minuta - Licitação: 11 códigoCliente: 17990 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

	ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DA LICITAÇÃO.					
39	CABO PARA ESPELHO BUCAL EM ALUMÍNIO	UNIDADE	PHARMA	100	R\$7,00	R\$700,00
41	CANULA NASAL ADULTO PARA OXIGÊNIO, TUBULAÇÃO DE SEGURANÇA DE TRÊS CANALETAS	UNIDADE	SOLIDOR	200	R\$10,00	R\$2.000,00
43	CARRO DE EMERGÊNCIA	UNIDADE	BIO MN	1	R\$2.500,00	R\$2.500,00
44	CATETER INTRAVENOSO Nº 16G ROSA	UNIDADE	NIPRO	10	R\$0,82	R\$8,20
45	CATETER INTRAVENOSO Nº 18G ROSA	UNIDADE	NIPRO	70	R\$0,82	R\$57,40
46	CATETER INTRAVENOSO Nº 20G ROSA	UNIDADE	NIPRO	300	R\$1,00	R\$300,00
47	CATETER INTRAVENOSO Nº 22G	UNIDADE	NIPRO	400	R\$1,00	R\$400,00
48	CATETER INTRAVENOSO Nº 24G AMARELO	UNIDADE	NIPRO	500	R\$1,00	R\$500,00
50	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO. KIT COM 1 FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 15G + 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 10G + 1 DOSADOR DE PÓ + 1 BLOCO DE ESPÁTULA. CAPACIDADE DE LIBERAÇÃO DE FLUORETO. ALTA CAPACIDADE DE ADESÃO À ESTRUTURA DENTÁRIA. REGISTRO NA ANVISA: 80172310041.	KIT	DFL	50	R\$80,00	R\$4.000,00
51	CINTO ARANHA	UNIDADE	RESGATE	2	R\$45,00	R\$90,00
53	COBERTOR MANTA TÉRMICA ALUMINIZADA 2,10 X 1,40 RESGATE	UNIDADE	RESGAT	20	R\$13,00	R\$260,00
54	COLAR CERVICAL COM APOIO MENTONIANO (RÍGIDO) TAM GG ADULTO	UNIDADE	ORTOPRATIK A	15	R\$70,00	R\$1.050,00
55	COLAR CERVICAL G	UNIDADE	ORTOPRATIK A	30	R\$23,00	R\$690,00
56	COLAR CERVICAL INFANTIL	UNIDADE	ORTOPRATIK A	15	R\$27,00	R\$405,00
57	COLAR CERVICAL M	UNIDADE	ORTOPRATIK A	30	R\$23,00	R\$690,00
58	COLAR CERVICAL P	UNIDADE	ORTOPRATIK A	30	R\$23,00	R\$690,00
59	COLAR CERVICAL PP	UNIDADE	ORTOPRATIK A	30	R\$23,00	R\$690,00
60	COLCHÃO PIRAMIDAL CAIXA DE OVO PARA PREVENÇÃO DE ESCARAS SOLTEIRO	UNIDADE	JP	5	R\$90,00	R\$450,00
61	COLETOR DE URINA 2000 ML SIS. FECHADO	UNIDADE	MED SONDA	30	R\$4,00	R\$120,00
62	COLETOR PERFUSO 13LTS, CAP. 10 LTS	UNIDADE	HARBOX	50	R\$5,00	R\$250,00
63	COLETOR PERFUSO 7 LTS CAP. UTIL 7 LTS	UNIDADE	HARBOX	200	R\$4,00	R\$800,00
64	COMPRESSA 13 FIOS 10,0 X 10,0 FECHADA, PESO DE 500 GR POR PACOTE, BRANCA, SEM FIOS SOLTO, ISENTA DE DEFEITOS E PRODUTOS TÓXICOS, PACOTE COM 500 UND - COM REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	PACOTE	MDA	30	R\$50,00	R\$1.500,00
65	COMPRESSA 13 FIOS, 7,5 X 7,5 FECHADA, PESO DE 500 GR POR PACOTE, BRANCA, SEM FIOS SOLTO, ISENTA DE DEFEITOS E PRODUTOS TÓXICOS, PACOTE COM 500 UND, COM REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	PACOTE	AMERICA	300	R\$18,50	R\$5.550,00
66	COMPRESSA CAMPO OPERATORIO 45X50CM 13F PCT C/50UND	PACOTE	AMERICA	15	R\$60,00	R\$900,00
67	COMPRESSA COM EMULSÃO DE PETROLATUM 7,6 CM X 20,30 CM	UNIDADE	CURATEC	50	R\$15,00	R\$750,00
68	COMPRESSA COM EMULSÃO DE PETROLATUM TAM 7,6 CM X 7,6 CM	UNIDADE	CURATEC	50	R\$6,00	R\$300,00
70	COMPRESSA GAZE ESTÉRIL 13 F 7,5X7,5 C/ 10 PCS	PACOTE	AMERICA	500	R\$0,45	R\$225,00
71	COMPRESSA GAZE ESTÉRIL 13 F 7,5X7,5 C/ 10 PCS	PACOTE	AMERICA	6.000	R\$0,50	R\$3.000,00
73	CREME DENTAL C/ FLUO, TUBO C/ 50 GRAMAS	TUBO	aicefrech	1.000	R\$1,27	R\$1.270,00
76	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº 01	UNIDADE	WALTEX	6	R\$4,00	R\$24,00
77	ENVELOPE AUTO-SELANTE GRAU CIRÚRGICO 15CMX30 CM CX C/ 200 UN	CAIXA	HOSPIFLEX	400	R\$56,00	R\$22.400,00
78	ENVELOPE AUTO-SELANTE GRAU CIRÚRGICO 15CMX30 CM CX C/ 200 UN	CAIXA	HOSPIFLEX	40	R\$60,00	R\$2.400,00
79	EQUIPO NUTRIÇÃO ENTERAL ESTÉRIL COM FILTRO DE AR	UNIDADE	LABOR	100	R\$1,50	R\$150,00
81	ESCADA COM 2 DEGRAUS	UNIDADE	FORÇA	2	R\$75,00	R\$150,00
82	ESCOVA CERVICAL DESCARTÁVEL C/ 100 UNID.	CAIXA	VAGISPECK	20	R\$20,00	R\$400,00




**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL**

Pág 4 / 8

Compras e Contratos

Termo Homologação

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 17990 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -  
 Minuta - Licitação: 11 códigoCliente: 17990 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

87	ESPÁTULA DE AYRES	PACOTE	ESTILO	20	R\$8,00	R\$160,00
88	ESPECULO VAGINAL ESTÉRIL LUBRIFICADO Nº 1 "P"	UNIDADE	ADLIN	800	R\$1,15	R\$920,00
89	ESPECULO VAGINAL ESTÉRIL LUBRIFICADO Nº 2 "M"	UNIDADE	ADLIN	100	R\$1,30	R\$130,00
90	ESPECULO VAGINAL ESTÉRIL LUBRIFICADO Nº 3 G	UNIDADE	ADLIN	50	R\$1,70	R\$85,00
92	EXTIRPA NERVOS FARPADO NO. 25, PRÉ-ESTERILIZADOS, REGISTRO NA ANVISA 80196880202.	UNIDADE	INJECTA	70	R\$8,00	R\$560,00
94	FIO CATGUT CROMADO 3-0 75 CM AG2,00 CM 1/2 CILCX 24 UND	CAIXA	TECNOFIO	1	R\$150,00	R\$150,00
95	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON NA COR PRETA MONOFILAMENTADO COM AGULHA TRIANGULAR DE CORTE REVERSO CT 1/2 - 1,5CM, FIO NÃO-ABSORVÍVEL, ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO. EMBALAGEM COM 24 UNIDADES	CAIXA	PROCARE	70	R\$25,50	R\$1.785,00
98	FIO NYLON 2-0 45 CM AG.2,00 CM 3/8 TRI CX C/ 24 UNID	CAIXA	PROCARE	5	R\$28,00	R\$140,00
99	FIO NYLON 3-0 45 CM AG.2,00 CM 1/2 TRI CX C/ 24 UNID	CAIXA	PROCARE	5	R\$31,00	R\$155,00
100	FIO NYLON 4-0 45 CM AG.2,00 CM 1/2 TRI CX C/ 24 UNID	CAIXA	PROCARE	5	R\$31,00	R\$155,00
101	FIO NYLON 5-0, 45 CM, AG. 2,00CM, 1/2 TRI, CX 24	CAIXA	PROCARE	5	R\$31,00	R\$155,00
102	FYO NYLON 6-0, 45CM, AG. 2,00 CM, 1/2 TRI, CX 24	CAIXA	PROCARE	5	R\$35,00	R\$175,00
103	FIONYLON 4-0, 45CM, AG. 2,00CM, 1/2 TRI, CX 24	CAIXA	PROCARE	70	R\$31,00	R\$2.170,00
109	FITA MICROPORE 5,0 X 10 MTS	ROLO	MISSNER	70	R\$6,00	R\$420,00
110	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY	UNIDADE	ADLIN	30	R\$12,00	R\$360,00
111	FIXADOR ESTÉRIL PARA CATETER PERIFÉRICO 5CM X 7,4CM, CAIXA COM 100 UN	CAIXA	3 M	2	R\$175,00	R\$350,00
113	FOTOPOLIMERIZADOR SEM FIO BIVOLT COM DIODOS EMISSORES DE LUZ (LEDS) DE ALTA POTÊNCIA. COMPRIMENTOS DE ONDA ENTRE 450 E 500NM COM FLUXO LUMINOSO SUPERIOR A 15.000 LUMENS. REGISTRO ANVISA: 80676929003.	UNIDADE	EMITER	6	R\$457,02	R\$2.742,12
115	FRALDA GERIÁTRICA GRANDE PCT C/8 UND	PACOTE	SLIM	300	R\$9,50	R\$2.850,00
116	FRALDA GERIÁTRICA MÉDIA PCT C/8 UND	PACOTE	SLIM	300	R\$9,50	R\$2.850,00
118	FRASCO NUTRIÇÃO ENTERAL 300 ML	UNIDADE	BIOSANI	50	R\$1,00	R\$50,00
123	KIT CÂNULA DE GUEDEL PROTEC Nº 0 A 5	KIT	OXIGEL	2	R\$20,00	R\$40,00
124	KIT MICRO NEBULIZADOR ADULTO	KIT	NS	10	R\$12,00	R\$120,00
125	KIT MICRO NEBULIZADOR INFANTIL	KIT	NS	10	R\$12,00	R\$120,00
126	LÂMINA DE BISTURI Nº11	CAIXA	SOLIDOR	3	R\$27,00	R\$81,00
127	LÂMINA DE BISTURI Nº12	CAIXA	SOLIDOR	2	R\$27,00	R\$54,00
128	LÂMINA DE BISTURI Nº12	CAIXA	SOLIDOR	30	R\$27,00	R\$810,00
129	LÂMINA DE BISTURI Nº 15	CAIXA	SOLIDOR	3	R\$27,00	R\$81,00
130	LÂMINA DE BISTURI Nº 15	CAIXA	SOLIDOR	30	R\$27,00	R\$810,00
131	LÂMINA DE BISTURI Nº20	CAIXA	SOLIDOR	3	R\$30,00	R\$90,00
132	LÂMINA P/ MICROSCOPIA FOSCA 26X76 CX C/ 50 UNID	CAIXA	SOLIDOR	20	R\$5,00	R\$100,00
133	LANCETA AUTOMÁTICA CX C/ 200 UNID CONFORME NR 32	CAIXA	ADVANTIVE	40	R\$40,50	R\$1.620,00
134	LIDOCAÍNA 2% S/ VASO 20 ML	UNIDADE	HIPOFARMA	10	R\$5,00	R\$50,00
135	LIDOCAÍNA 2% S/ VASO 20 ML	UNIDADE	HIPOFARMA	50	R\$4,90	R\$245,00
136	LIDOCAÍNA GELEIA, 20MG/G, USO URETRAL BISNAGA COM 30G	UNIDADE	HIPOLABOR	200	R\$5,00	R\$1.000,00
139	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA	UNIDADE	PROMAT	15	R\$5,00	R\$75,00
148	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,5 COM TALCO	PAR	SOLIDOR	50	R\$1,50	R\$75,00
152	MACA HOSPITAL COM PROTEÇÃO	UNIDADE	FORÇA	2	R\$1.000,00	R\$2.000,00
153	MACA RÍGIDA	UNIDADE	CONTENCOR	2	R\$300,00	R\$600,00
154	MALETA PLÁSTICA BRANCA P/ PRIMEIROS SOCORROS 37X19X19 CM COM3 BANDEJAS	UNIDADE	MP	1	R\$130,00	R\$130,00
155	MALETA PLÁSTICA BRANCA P/ PRIMEIROS SOCORROS 37X19X19 CM COM3 BANDEJAS	UNIDADE	MP	2	R\$130,00	R\$260,00
156	MANGUEIRA PARA OXIGÊNIO	METRO	LENGRUBER	100	R\$9,00	R\$900,00
157	MANGUEIRA PARA OXIGÊNIO	METRO	LENGRUBER	100	R\$9,00	R\$900,00
158	MASCARA DE OXIGÊNIO DE CONCENTRAÇÃO MÉDIA ADULTO ECO COM TUBO 2,1 MT	UNIDADE	HOSPINET	10	R\$20,00	R\$200,00
159	MASCARA DE OXIGÊNIO DE CONCENTRAÇÃO MÉDIA ADULTO ECO COM TUBO 2,1 MT	UNIDADE	HOSPINET	10	R\$20,00	R\$200,00
160	MASCARA DE OXIGÊNIO DE CONCENTRAÇÃO MÉDIA INFANTIL ECO COM TUBO 2,1 MT	UNIDADE	HOSPINET	10	R\$20,00	R\$200,00
161	MASCARA DE OXIGÊNIO DE CONCENTRAÇÃO MÉDIA INFANTIL ECO COM TUBO 2,1 MT	UNIDADE	HOSPINET	10	R\$20,00	R\$200,00
162	MÁSCARA DESCARTÁVEL RET TRIPLA ELÁSTICA CX C/ 150 UNID	CAIXA	LABOR	10	R\$15,00	R\$150,00
163	MÁSCARA DESCARTÁVEL RET TRIPLA ELÁSTICA CX C/ 150 UNID	CAIXA	LABOR	10	R\$15,00	R\$150,00
165	MOCHILA PARA MATERIAIS PARA EMERGÊNCIA	UNIDADE	RESGAT	3	R\$250,00	R\$750,00
167	MULTÍVIA COM CLAMP PARA (ABOCATH)	UNIDADE	MED SONDA	300	R\$0,80	R\$240,00
168	ÓCULOS DE SEGURANÇA SECURE FIT 200 LENTE	UNIDADE	3 M	1	R\$20,00	R\$20,00


**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL**

Pág 5 / 8

**Compras e Contratos**
**Termo Homologação**

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 17990 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número - Minuta - Licitação: 11 códigoCliente: 17990 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

169	INCOLOR	UNIDADE	3 M	1	R\$20,00	R\$20,00
171	ÓCULOS DE SEGURANÇA SECURE FIT 200 LENTE INCOLOR	CAIXA	HOSPIFLEX	3	R\$300,00	R\$900,00
172	PAPEL CREPADO PARA ESTERELIZAÇÃO 60X60 CM CX C/ 500 FLS	CAIXA	HOSPIFLEX	3	R\$300,00	R\$900,00
173	PAPEL KRAFT PARA ESTERILIZAÇÃO 80 G, 60 CM	ROLO	INDESTEL	1	R\$120,00	R\$120,00
174	PAPEL KRAFT PARA ESTERILIZAÇÃO 80 G, 60 CM	ROLO	INDESTEL	1	R\$120,00	R\$120,00
178	PÁS DESCARTÁVEIS INFANTIL - INSTRAMED - ISIS	UNIDADE	INSTRAMED	4	R\$450,00	R\$1.800,00
179	PASTA PROFILÁTICA 90G, SABOR TUTI-FRUTI	UNIDADE	HERZ	20	R\$8,80	R\$176,00
180	PEDRA POMES EXTRA FINA PARA PROFILAXIA EMB COM 100 MG.	UNIDADE	JON	10	R\$5,50	R\$55,00
181	PERA P/ ELETROCARDIOGRAMA ECG, TAMANHO P	UNIDADE	EG	30	R\$8,00	R\$240,00
182	PERA P/ ELETROCARDIOGRAMA ECG TAMANHO P	UNIDADE	EG	30	R\$8,00	R\$240,00
183	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO SEM PINO PASSANTE.	UNIDADE	ABC	20	R\$10,00	R\$200,00
190	PVPI DEGERMANTE 1000 ML	UNIDADE	VICFARMA	2	R\$25,00	R\$50,00
191	PVPI DEGERMANTE 1000 ML	UNIDADE	VICFARMA	20	R\$27,00	R\$540,00
192	PVPI TÓPICO 1000 ML	LITRO	VICFARMA	20	R\$30,00	R\$600,00
193	PVPI TÓPICO 1000 ML	LITRO	VICFARMA	5	R\$27,00	R\$135,00
194	REANIMADOR MANUAL DE SILICONE (AMBU) ADULTO, COM RESERVATÓRIO COMPLETO	UNIDADE	MISSURI	3	R\$200,00	R\$600,00
195	REANIMADOR MANUAL DE SILICONE (AMBU) INFANTIL, COM RESERVATÓRIO COMPLETO	UNIDADE	MISSURI	2	R\$200,00	R\$400,00
201	SCALP Nº 25	UNIDADE	SOLIDOR	1.000	R\$0,20	R\$200,00
202	SCALP Nº 21	UNIDADE	SOLIDOR	500	R\$0,20	R\$100,00
203	SCALP Nº 23	UNIDADE	SOLIDOR	1.000	R\$0,20	R\$200,00
204	SELADORA COM 25 CM DE ÁREA DE SELAGEM, BRAÇO DE SELAGEM COM TRAVA, FECHAMENTO MEDIANTE ALAVANCA MANUAL COM TRAVA, CORTADOR DE PAPEL TIPO TRILHO QUE CORTA EM AMBOS SENTIDOS E SUPORTE PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO.	UNIDADE	SELAFLAST	3	R\$708,00	R\$2.124,00
206	SERINGA DESC. C/ AGULHA LUER SLIP 01 ML	UNIDADE	SOLIDOR	1.000	R\$0,18	R\$180,00
207	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 01 ML	UNIDADE	SOLIDOR	5.000	R\$0,16	R\$800,00
208	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 03 ML	UNIDADE	SOLIDOR	3.000	R\$0,15	R\$450,00
209	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 05 ML	UNIDADE	SOLIDOR	3.000	R\$0,16	R\$480,00
210	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 10ML	UNIDADE	SOLIDOR	200	R\$0,28	R\$56,00
211	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 20 ML	UNIDADE	SOLIDOR	800	R\$0,38	R\$304,00
213	SOLUÇÃO ALCOÓLICA DE CLOREXIDINA 2%	LITRO	RIO QUIMICA	10	R\$21,90	R\$219,00
214	SOLUÇÃO AQUOSA DE CLOREXIDINA 0,2%	LITRO	RIO QUIMICA	20	R\$25,00	R\$500,00
215	SOLUÇÃO DEGERMENTE DE CLOREXIDINA 2%	LITRO	RIO QUIMICA	10	R\$25,00	R\$250,00
216	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10	UNIDADE	MED SONDA	20	R\$0,70	R\$14,00
217	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	UNIDADE	MED SONDA	20	R\$0,75	R\$15,00
218	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16	UNIDADE	MED SONDA	20	R\$1,00	R\$20,00
219	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 20	UNIDADE	MED SONDA	10	R\$1,20	R\$12,00
220	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 8	UNIDADE	MED SONDA	10	R\$0,70	R\$7,00
221	SONDA CATETER TIPO ÓCULOS ADULTO	UNIDADE	MED SONDA	400	R\$1,50	R\$600,00
223	SONDA FOLLEY 2 VIAS Nº 14	UNIDADE	SOLIDOR	10	R\$4,00	R\$40,00
224	SONDA FOLLEY 2 VIAS Nº 16	UNIDADE	SOLIDOR	20	R\$4,00	R\$80,00
225	SONDA FOLLEY Nº 18	UNIDADE	SOLIDOR	20	R\$4,00	R\$80,00
226	SONDA FOLLEY Nº 20	UNIDADE	SOLIDOR	10	R\$4,00	R\$40,00
228	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12, PCT C/10 UN	PACOTE	MED SONDA	2	R\$9,00	R\$18,00
229	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº14, PCT C/10 UN	PACOTE	MED SONDA	4	R\$9,50	R\$38,00
230	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº16, PCT C/10 UN	PACOTE	MED SONDA	2	R\$12,00	R\$24,00
231	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº18, PCT C/10 UN	PACOTE	MED SONDA	1	R\$13,00	R\$13,00
232	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº20, PCT C/10 UN	PACOTE	MED SONDA	1	R\$15,00	R\$15,00
233	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 12 PCT C/ 10 UNID	PACOTE	MED SONDA	1	R\$9,00	R\$9,00
234	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº16, PCT C/10 UN	PACOTE	MED SONDA	1	R\$12,00	R\$12,00
235	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 20 PCT C/ 10 UNID	PACOTE	MED SONDA	1	R\$15,00	R\$15,00
236	SONDA URETRAL Nº 04	UNIDADE	MED SONDA	10	R\$0,60	R\$6,00
237	SONDA URETRAL Nº 06	UNIDADE	MED SONDA	10	R\$0,60	R\$6,00
238	SONDA URETRAL Nº 12	UNIDADE	MED SONDA	10	R\$0,80	R\$8,00
239	SONDA URETRAL Nº 14	UNIDADE	MED SONDA	10	R\$0,85	R\$8,50
240	SONDA URETRAL Nº 16	UNIDADE	MED SONDA	10	R\$0,90	R\$9,00
241	SONDA URETRAL Nº 10	UNIDADE	MED SONDA	1.000	R\$0,70	R\$700,00
252	SUPORTE PARA COLETOR DESCARPARK 13L	UNIDADE	GRANDESC	5	R\$30,00	R\$150,00
253	TALA EVA 30 X 8 CM	UNIDADE	ORTOPRATIK A	50	R\$15,00	R\$750,00
254	TALA EVA 53 X 8 CM	UNIDADE	ORTOPRATIK A	20	R\$15,00	R\$300,00
255	TALA EVA 63 X 9 CM	UNIDADE	ORTOPRATIK A	10	R\$14,00	R\$140,00


**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL**

Pág 6 / 8

Compras e Contratos

Termo Homologação

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 17990 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -  
 Minuta - Licitação: 11 códigoCliente: 17990 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

256	TALA EVA 86 X 10 CM	UNIDADE	ORTOPRATIK A	5	R\$15,50	R\$77,50
257	TERMÔMETRO DE MAX E MIN DIGITAL INTERNA E EXTERNA	UNIDADE	.prolab	2	R\$80,00	R\$160,00
258	TERMOMETRO DIGITAL DE TESTA SEM CONTATO	UNIDADE	DIGITER	2	R\$108,00	R\$216,00
259	TERMOMETRO DIGITAL	UNIDADE	BIOLAND	2	R\$13,00	R\$26,00
264	TOUCA SANFONADA, PAC/ 10 UN	PACOTE	DESCARPAK	50	R\$7,50	R\$375,00
265	TRAVESSEIRO HOSPITALAR EM FIBRA SILICONIZADA IMPERMEÁVEL, CAPA COM ZÍPER	UNIDADE	HALTERBURG	10	R\$50,00	R\$500,00
267	TUBO DE LATEX N°200 PARA GARROTE	METRO	LENGRUBER	5	R\$7,00	R\$35,00
268	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO N° 4,5	UNIDADE	SOLIDOR	2	R\$7,00	R\$14,00
269	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO N°6	UNIDADE	SOLIDOR	2	R\$7,00	R\$14,00
270	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO N° 7,5	UNIDADE	SOLIDOR	3	R\$7,00	R\$21,00
271	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO N° 7	UNIDADE	SOLIDOR	3	R\$7,00	R\$21,00
272	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/ BALÃO N° 8	UNIDADE	SOLIDOR	3	R\$7,00	R\$21,00
273	UMIDIFICADOR TAMPA/ROSCA EM PVC 250 ML	UNIDADE	UNITEC	10	R\$19,00	R\$190,00
274	VÁLVULA REGUL. C/ FLUXOMETRO PARA CILINDRO DE O2	UNIDADE	UNITEC	4	R\$264,50	R\$1.058,00
275	VASELINA LIQUIDA 1000 ML	UNIDADE	DGL	2	R\$18,00	R\$36,00
					Total do Fornecedor:	R\$113.445,22

**72443 - PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
242	SORO FISIOLÓGICO 1000 ML, 9%, SISTEMA FECHADO	UNIDADE	EQUIPLEX	100	R\$5,45	R\$545,00
243	SORO FISIOLÓGICO 100 ML 9% SISTEMA FECHADO	UNIDADE	EQUIPLEX	2.000	R\$2,30	R\$4.600,00
244	SORO FISIOLÓGICO 250 ML 9% SISTEMA FECHADO	UNIDADE	EQUIPLEX	2.000	R\$2,70	R\$5.400,00
245	SORO FISIOLÓGICO 500 ML, 9%, SISTEMA FECHADO	UNIDADE	EQUIPLEX	500	R\$3,40	R\$1.700,00
246	SORO GLICOSADO 5% 1000 ML SISTEMA FECHADO	UNIDADE	EQUIPLEX	50	R\$5,90	R\$295,00
247	SORO GLICOSADO 5% 250 ML SISTEMA FECHADO	UNIDADE	EQUIPLEX	500	R\$2,90	R\$1.450,00
248	SORO GLICOSADO 5% 500 ML SISTEMA FECHADO	UNIDADE	EQUIPLEX	400	R\$3,70	R\$1.480,00
249	SORO RINGER-LACTATO 500 ML SISTEMA FECHADO	UNIDADE	EQUIPLEX	50	R\$3,75	R\$187,50
					Total do Fornecedor:	R\$15.657,50

**76740 - DENTAL OESTE EIRELI**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	ÁCIDO PARA CONDICIONAMENTO DENTAL, BASE FOSFÓRICO 37% PARA ESMALTE E DENTINA COM CORANTE AZUL	UNIDADE	BIODINAMICA	30	R\$1,15	R\$34,50
11	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA: 25MM. BISEL TRIFACETADO. SILICONIZADAS E ESTERILIZADAS. AÇO INOXIDÁVEL. PADRÃO INTERNACIONAL DE COMPRIMENTO DE CÂNULAS. CAIXA COM 100 AGULHAS.	CAIXA	INJECTA	10	R\$32,99	R\$329,90
21	AMÁLGAMA EM CÁPSULA (DUAS PORÇÕES POR CÁPSULA) COMPOSIÇÃO: 40% DE PRATA, 31,3% DE ESTANHO, 28,7% DE COBRE E 47,9% DE MERCÚRIO. PRESA REGULAR. EMBALAGEM COM 50 CÁPSULAS.	VOLUME	SDI - GS80	3	R\$95,16	R\$285,48
32	BROCA CARBIDE CA N.6, PARA CONTRA ÂNGULO	UNIDADE	KAVO	30	R\$4,49	R\$134,70
33	BROCA CARBIDE PARA ALTA ROTAÇÃO N.6, TENDO A SUA PARTE ATIVA FABRICADA EM CARBONETO DE TUNGSTÊNIO (K20) E A PARTE INATIVA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, CONTENDO 13% DE CROMO COM EXTREMIDADE NO FORMATO ESFÉRICO.	UNIDADE	KAVO	50	R\$4,44	R\$222,00
40	CANETA ALTA ROTAÇÃO COM PRESS BOTTOM, SPRAY TRIPLO, AUTOCLAVÁVEL, ENCAIXE BORDEN 2 FUROS, ROTAÇÃO: 280 000 - 380 000 RPM, TORQUE: 0,13 NCM, RUÍDO: 64 DBS, PRESSÃO DO AR: 32 LBS, MATERIAL: LATÃO, ALUMÍNIO E PEÇAS EM AÇO INOX E REGISTRO NA ANVISA: 10064010046.	UNIDADE	KAVO - 605 C	6	R\$316,98	R\$1.901,88
42	CARBONO ODONTOLÓGICO FINO EMB. C/ 12UNI	UNIDADE	BIODINAMICA	60	R\$1,49	R\$89,40
72	CONTRA ÂNGULO PARA MICRO MOTOR PNEUMÁTICO COM SISTEMA SACA BROCAS, ACOPLAMENTO INTRAMATIC UNIVERSAL, MÍNIMO DE 5.000 RPM E MÁXIMO DE 20.000 RPM.	UNIDADE	KAVO - 500	6	R\$317,98	R\$1.907,88
97	FIO DENTAL COM 25 METROS	ROLO	higix	1.000	R\$0,67	R\$670,00
104	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE 19MMX30M COM LISTRAS QUE MUDAM DE COR APÓS SER UTILIZADA NAS ETAPAS DE ESTERILIZAÇÃO DE AUTOCLAVAGEM.	ROLO	HOSPFLEX	150	R\$3,49	R\$523,50
105	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE 19MMX30M COM LISTRAS QUE MUDAM DE COR APÓS SER UTILIZADA NAS ETAPAS DE ESTERILIZAÇÃO DE AUTOCLAVAGEM.	ROLO	HOSPFLEX	70	R\$3,05	R\$213,50
106	FITA MATRIX DE AÇO INOX 0,05X5X500MM	UNIDADE	BIODINAMICA	30	R\$1,24	R\$37,20
114	FRALDA GERIÁTRICA EXTRA GRANDE	PACOTE	DESCARPAK	150	R\$9,09	R\$1.363,50
117	FRALDA GERIÁTRICA PEQUENA PCT C/10 UND	PACOTE	DESCARPAK	200	R\$9,44	R\$1.888,00
120	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PÓ PRÓ ANÁLISE	UNIDADE	BIODINAMICA	30	R\$4,79	R\$143,70


**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL**

Pág 7 / 8

Compras e Contratos

Termo Homologação

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 17990 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -  
 Minuta - Licitação: 11 códigoCliente: 17990 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

122	EMBALAGEM COM 10G	UNIDADE	MAQUIRA	6	R\$29,39	R\$176,34
196	INDICADOR BIOLÓGICO P/ MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO CX C/ 10 UND	UNIDADE	MAQUIRA	6	R\$29,39	R\$176,34
196	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A2 COMPOSIÇÃO: MATRIZ ORGÂNICA A BASE DE TCD-DI-HEA DE UDMA, CONTENDO PARTÍCULAS DE VIDRO DE FLUORETO DE BÁRIO E ALUMÍNIO COM TAMANHOS QUE VARIAM DE 5N A 20 UM, SENDO AS NANOPARTÍCULAS ALTAMENTE DISCRETAS. PORCENTAGEM DE CARGA DE VOLUME: 64%	UNIDADE	KERR - PREMISA	15	R\$32,99	R\$494,85
197	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3 COMPOSIÇÃO: MATRIZ ORGÂNICA A BASE DE TCD-DI-HEA DE UDMA, CONTENDO PARTÍCULAS DE VIDRO DE FLUORETO DE BÁRIO E ALUMÍNIO COM TAMANHOS QUE VARIAM DE 5N A 20 UM, SENDO AS NANOPARTÍCULAS ALTAMENTE DISCRETAS. PORCENTAGEM DE CARGA DE VOLUME: 64%	UNIDADE	KERR - PREMISA	15	R\$33,56	R\$503,40
198	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3D COM PARTÍCULAS COM TAMANHO INFERIOR A 100 NANÔMETROS, COM CARGA INORGÂNICA COM 63,3% EM VOLUME E 78,5% EM PESO	UNIDADE	KERR - HERCULITE PRECIS	15	R\$54,95	R\$824,25
199	RESTAURADOR PROVISÓRIO IRM EMBALAGEM COM 38G DE PÓ + 15ML DE LÍQUIDO. COMPOSIÇÃO REFORÇADA À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL. REGISTRO NA ANVISA 10186370013.	KIT	BIODINAMICA	20	R\$15,00	R\$300,00
262	TIRAS DE LIXA DE AÇO 4MM P/ POLIMENTO EM AMÁLGAMA	UNIDADE	BIODINAMICA	50	R\$4,34	R\$217,00
266	TRICRESOL FORMALINA (98-01-11829)	UNIDADE	BIODINAMICA	50	R\$4,02	R\$201,00
					Total do Fornecedor:	R\$12.461,98

**111660 - VIGILANTE DA GLICOSE COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA DIABÉTICOS EIRELI**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
261	TIRA P/ TESTE DE GLICOSE COM 50 UNID. ON CALL PLUSCOM SEDENCIA EM COMODATO DE 40 APARELHOS DA MESMA MARCA.	CAIXA	ON CALL PLUS II	400	R\$46,00	R\$18.400,00
					Total do Fornecedor:	R\$18.400,00

**111678 - LEM COMERCIAL LTDA**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
7	AGULHAS DESC. 13X4,5 26G 1/2 CX COM 100 UND	CAIXA	DESCARPACK	200	R\$6,48	R\$1.296,00
75	DETERGENTE ENZIMÁTICO PARA LIMPEZA DE MATERIAIS INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS	LITRO	Poderoso	50	R\$25,00	R\$1.250,00
80	EQUIPO P/ SORO MACRO GOTAS C/ FILTRO/RESPIRO/INJETOR	UNIDADE	DESCARPACK	2.000	R\$0,77	R\$1.540,00
108	FITA MICROPORE 2,5 X 10 MTS	ROLO	COPERTINA	300	R\$2,02	R\$606,00
140	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA SEM TALCO AZUL TALGE TAM. M, COM 10 UN	CAIXA	DESCARPACK	50	R\$16,30	R\$815,00
141	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA SEM TALCO AZUL TALGE TAM. P, COM 100 UN	CAIXA	DESCARPACK	50	R\$16,40	R\$820,00
142	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO M - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COMPÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	DESCARPACK	350	R\$15,44	R\$5.404,00
143	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO P - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COMPÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	DESCARPACK	350	R\$15,44	R\$5.404,00
144	LUVA TAMANHO PP PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO	CAIXA	DESCARPACK	350	R\$15,49	R\$5.421,50
149	LUVAS PROCEDIMENTO LATEX (1) "P" C/ 100 UNID	CAIXA	DESCARPACK	100	R\$16,49	R\$1.649,00
150	LUVAS PROCEDIMENTO LATEX (2) "M" C/ 100 UNID	CAIXA	DESCARPACK	100	R\$15,99	R\$1.599,00
151	LUVAS PROCEDIMENTOS LATEX (3) "G" C/ 100 UNID	CAIXA	DESCARPACK	20	R\$15,44	R\$308,80
175	PÁS DESCARTÁVEIS ADULTO - INSTRAMED - ISIS	UNIDADE	INSTRAMED	6	R\$428,99	R\$2.573,94
176	PÁS DESCARTÁVEIS ADULTO - INSTRAMED - ISIS	UNIDADE	INSTRAMED	10	R\$429,99	R\$4.299,90
177	PÁS DESCARTÁVEIS INFANTIL - INSTRAMED - ISIS	UNIDADE	INSTRAMED	4	R\$427,99	R\$1.711,96
					Total do Fornecedor:	R\$34.699,10

**111694 - MARIA HELENA MORI DO COUTO EPP**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
85	ESFIGMOMANÔMETRO WELCH ALLYN	UNIDADE	WELCHY ALLYN	4	R\$524,00	R\$2.096,00
170	OXÍMETRO DE PULSO DE DEDO PORTÁTIL	UNIDADE	BIOLAND	4	R\$121,40	R\$485,60
					Total do Fornecedor:	R\$2.581,60

**111708 - DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA PACOTES COM 100	UNIDADE	ESTILO	100	R\$4,29	R\$429,00




**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL**

Pág 8 / 8

Compras e Contratos

Termo Homologação

 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 17990 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -  
 Minuta - Licitação: 11 códigoCliente: 17990 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

23	UNIDADES ANESTÉSICO LOCAL LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000	CAIXA	NOVA DFL	20	R\$51,00	R\$1.020,00
34	BROCA DIAMANTADA 1014	UNIDADE	MICRODONT	50	R\$1,80	R\$90,00
35	BROCA DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA ALTA ROTAÇÃO N.1035 HASTE CURTA	UNIDADE	MICRODONT	50	R\$1,78	R\$89,00
36	BROCA DIAMANTADA PARA ACABAMENTO N.3168FF HASTE CURTA	UNIDADE	MICRODONT	150	R\$1,72	R\$258,00
38	BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO N. 1011	UNIDADE	MICRODONT	20	R\$1,80	R\$36,00
49	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO. KIT COM 13G DE BASE + 11G DE CATALISADOR + 1 BLOCO DE MISTURA. SEM EUGENOL. BIOCOMPATÍVEL. REGISTRO NA ANVISA 10186370010	UNIDADE	TECHNEW	20	R\$20,49	R\$409,80
52	CLOREXIDINA 0,12% PARA BOCHECHO INTRA-ORAL	UNIDADE	SOUZA E LEONARDI	30	R\$34,30	R\$1.029,00
69	COMPRESSA DE GAZE NÃO ESTÉRIL 13 FIOS, 8 CAMADAS, 5 DOBRAS. 100% ALGODÃO, 7,5X5CM. PACOTE COM 500 UNIDADES QUE ATENDE AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 12843 REGISTRO ANVISA: 80245210082.	PACOTE	ANDREONI TEXTIL	24	R\$25,00	R\$600,00
74	CUNHAS ATÔMICAS SORTIDAS CX COM 100 UNIDADES DE MADEIRA E CORANTE ATÓXICO	VOLUME	SOUZA E LEONARDI	10	R\$6,80	R\$68,00
83	ESCOVA DENTAL INFANTIL MACIA COM PROTEROR INDIVIDUAL	UNIDADE	ULTRA	1.000	R\$0,49	R\$490,00
84	ESCOVA ROBINSON PLANA COR BRANCA	UNIDADE	PHARMAINOX	500	R\$0,98	R\$490,00
86	ESPARADRAPO COMUM 10 X 4,5 MT	UNIDADE	CIEX	30	R\$9,00	R\$270,00
91	ESPELHO BUCAL COM SUPERFÍCIE ESPELHADA NO1 PLANO (FRONT SURFACE). REGISTRO ANVISA: 10392990080	UNIDADE	PHARMAINOX	100	R\$8,90	R\$890,00
93	EXTIRPA NERVOS FARPADO NO. 35, PRÉ ESTERILIZADOS, REGISTRO NA ANVISA 80196880202.	UNIDADE	QUIMIDROL	70	R\$19,00	R\$1.330,00
107	FITA MATRIX DE AÇO INOX 0,05X7X500 MM	UNIDADE	SOUZA E LEONARDI	10	R\$1,20	R\$12,00
112	FLUOR GEL, FLUORETO DE SÓDIO 2% SABOR MENTA, FRASCO COM 200 ML.	UNIDADE	SOUZA E LEONARDI	30	R\$3,52	R\$105,60
138	LUBRIFICANTE PARA CANETAS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO (ÓLEO MINERAL DE BAIXA VISCOSIDADE)	UNIDADE	SOUZA E LEONARDI	80	R\$18,10	R\$1.448,00
145	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,5 COM TALCO (PAR)	PAR	SANRO	100	R\$1,18	R\$118,00
146	LUVAS CIRURGICA ESTERIL Nº 8,0 COM TALCO	PAR	SANRO	100	R\$1,18	R\$118,00
147	LUVAS CIRURGICA ESTERIL Nº 8,5 COM TALCO (PAR)	PAR	SANRO	100	R\$1,17	R\$117,00
166	MOCHO ODONTOLÓGICO COM SISTEMA DE ELEVÇÃO DO ASSENTO A GÁS, ENCOSTO ANATÔMICO, BASE COM 5 RODÍZIOS RESISTENTE E ASSENTO COM ELEVÇÃO CENTRAL E REBAIXAMENTO DAS BORDAS ANTERIORES	UNIDADE	CAVALETTI	2	R\$490,00	R\$980,00
184	PONTA PEDRA ARKANSAS FORMATO CÔNICO 645FG028ARK	UNIDADE	MK LIFE	30	R\$12,40	R\$372,00
185	PONTA PEDRA ARKANSAS FORMATO DE CHAMA 666FG025ARK	UNIDADE	MK LIFE	30	R\$12,40	R\$372,00
186	PONTA ULTRASSÔNICA PERIODONTIA T1-S PARA APARELHO DE ULTRASSOM SCHUSTER	UNIDADE	MULTIPARTS	10	R\$60,80	R\$608,00
187	PORTA AGULHAS 14CM COM WIDIA, DE AÇO INOX. REGISTRO ANVISA: 80180370015.	UNIDADE	MARYAN TRADING	10	R\$126,40	R\$1.264,00
188	PORTA AMÁLGA DE PLÁSTICO (98-01-11820)	UNIDADE	MAQUIRA	20	R\$10,98	R\$219,60
189	POTE DAPPEN PLÁSTICO	UNIDADE	HB	30	R\$2,10	R\$63,00
212	SINDESMÓTOMO ODONTOLÓGICO EM AÇO INOX	UNIDADE	TRINKS	15	R\$15,98	R\$239,70
250	SPRAY REFRIGERANTE PARA TESTE DE VITALIDADE - 50 C	UNIDADE	SOUZA E LEONARDI	10	R\$17,20	R\$172,00
260	TESOURA ÍRIS CURVA EM AÇO INOX PARA REMOÇÃO DE SUTURAS INTRA ORAIS, REGISTRO NA ANVISA: 10401310071.	UNIDADE	MARYAN TRADING	30	R\$13,10	R\$393,00
263	TIRAS DE LIXA DE METAL PARA POLIMENTO DE RESINA	VOLUME	BIODINAMICA	50	R\$7,18	R\$359,00
					Total do Fornecedor:	R\$14.459,70
					Total Geral:	R\$217.887,70

Caxambu do Sul, 11 de novembro de 2019.

 GLAUBER BURTET  
 PREFEITO MUNICIPAL

# Cerro Negro

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 038/2019

Publicação Nº 2223337

MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2019 - PMCN

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza urbana relativos à coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos (domiciliar, comercial e industrial), em local devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 04/12/2019.

Abertura: às 10h00 do dia 04/12/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.cerronegro.sc.gov.br](http://www.cerronegro.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Orides Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 11 de novembro de 2019.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## **SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL**

### **ERRATA REFERENTE AO CONTRATO Nº 50/2019**

Publicação Nº 2223023

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

ERRATA REFERENTE AO CONTRATO Nº 50/2019  
CONTRATADA: SC PONTO LTDA. - ME

VALOR: O VALOR CONTRATADO REFERIDO NA CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO ACIMA REFERIDO É DE R\$ 80,28 (OITENTA REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS) MENSAIS, TOTALIZANDO R\$ 963,36 (NOVECENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS) POR ANO, CONFORME CORREÇÃO PELO ÍNDICE DO INPC/IBGE DOS ÚLTIMOS DOZE MESES EQUIVALENTE A 2,9236%.

AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO Nº 50/2019 PERMANECEM INALTERADAS.

PUBLIQUE-SE.  
COCAL DO SUL, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.  
MÁRCIO ZANETTE  
DIRETOR DO SAMAE



# Concórdia

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 002/2019 – ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019

Publicação Nº 2222786

EDITAL Nº 002/2019 – ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019

O Município de Concórdia por intermédio do Fundo Municipal de Infância e Adolescência com esteio na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei 13.204/2015, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de fomento que tenha por objeto a execução de projeto voltados a criança e ao adolescente do município de Concórdia

Alterar o item 7.1 do referido Edital quanto as datas, que passa a vigorar da seguinte forma:  
No item 7. DA FASE DE SELEÇÃO

Tabela 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	10/12/2018
2	Envio das propostas pelas OSCs	30/09/2019 a 31/10/2019
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção	Onde se lê 01/11/2019 a 29/10/2019 Leia-se 01/11/2019 a 08/11/2019
4	Divulgação do resultado preliminar	Onde se lê 30/10/2019 Leia-se 11/11/2019
5	Interposição de recurso contra o resultado preliminar	Onde se lê 30/10/2019 a 06/11/2019 Leia-se 11/11/2019 a 18/11/2019
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção	Onde se lê 07/11/2019 a 14/11/2019 Leia-se 18/11/2019 a 25/11/2019
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas	Onde se lê 25/11/2019 (data estimada) Leia-se 29/11/2019 (data estimada)

Ficam mantidos os demais termos do Edital nº 001/2019.

DENISE JUSTI LOPES  
Gestora do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência

### EXTRATO 13º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 119/2014 - PMC

Publicação Nº 2223536

Contrato Nº : 119/2014  
Aditivo Nº : 13AP CTR 119/2014/2019  
Tipo Aditivo : Apostila  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : AGENCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA  
Licitação : Concorrência para Compras e Outros Serviços 3/2013  
Objeto : Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade ao Município de Concórdia, conforme disposições constantes no §1º do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Federal 12.232/2010.  
Vigência : Início: 08/11/2019 Término: 31/12/2019  
Assinatura : 08/11/2019  
Valor R\$: 537.513,52 (Quinhentos e Trinta e Sete Mil, Quinhentos e Treze Reais e Cinquenta e Três Centavos )

Dotação : 12 - 02.001.2004.33390398800000000000.01000001

Dotação : 64 - 06.002.2017.33390398800000000000.01010000

Dotação : 165 - 10.001.2037.33390398800000000000.01000001

Dotação : 168 - 10.001.2038.33390398800000000000.01000001

Dotação : 197 - 12.001.2043.33390398800000000000.01000001

Dotação : 341 - 08.001.2031.33390398800000000000.03120000

Dotação : 351 - 08.001.2029.33390398800000000000.03000001

Dotação : 415 - 10.001.2038.33390398800000000000.03000001

Dotação : 419 - 02.001.2004.33390398800000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JULIANA LUPATO ZUCCHI

## EXTRATO 15º TA CONTRATO Nº 99/2018 - PMC

Publicação Nº 2223283

Contrato Nº : 99/2018

Aditivo Nº : 15TA CTR 99/2018/2019

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PRINTMAX COMERCIO DE CARTUCHOS E TONER LTDA

Licitação : Pregão Presencial 13/2018

Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços outsourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais e impressoras p&b e colorida a laser, bem como a manutenção dos equipamentos de propriedade do Município.

Vigência : Início: 07/11/2019 Término: 31/03/2020

Assinatura : 07/11/2019

Valor R\$ : 700,00 (Setecentos Reais )

Dotação : 10 - 02.001.2002.33390391200000000000.01000001

Dotação : 11 - 02.001.2003.33390391200000000000.01000001

Dotação : 21 - 03.001.2006.33390391200000000000.01000001

Dotação : 26 - 04.001.2007.33390391200000000000.01000001

Dotação : 27 - 04.001.2008.33390391200000000000.01000001

Dotação : 39 - 05.001.2010.33390391200000000000.01000001

Dotação : 42 - 06.001.2012.33390391200000000000.01010000

Dotação : 94 - 07.001.2022.33390391200000000000.01000001

Dotação : 98 - 07.001.2026.33390391200000000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.33390391200000000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2036.33390391200000000000.01000001

Dotação : 197 - 12.001.2043.33390391200000000000.01000001

Dotação : 198 - 12.001.2043.33390391200000000000.01000006

Dotação : 198 - 12.001.2043.33390401000000000000.01000006

Dotação : 216 - 13.001.2101.33390391200000000000.01020000

Dotação : 222 - 13.001.2102.33390391200000000000.01380002

Dotação : 243 - 13.001.2615.33390391200000000000.01380004

Dotação : 254 - 15.001.2201.33390391200000000000.01000001

Dotação : 262 - 15.001.2202.33390391200000000000.01000001

Dotação : 282 - 15.001.2623.33390391200000000000.01000001

Dotação : 295 - 16.001.2401.3339039120000000000.01000001

Dotação : 351 - 08.001.2029.3339039120000000000.03000001

Dotação : 355 - 04.001.2007.3339039120000000000.03000001

Dotação : 371 - 15.001.2201.3339039120000000000.03000001

Dotação : 409 - 17.001.2454.3339039120000000000.03000001

Dotação : 424 - 13.001.2102.3339039120000000000.03020000

Dotação : 433 - 16.001.2401.3339039120000000000.06000000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

Fiscal Técnico-Administrativo: NAIR KOPPE VOGT

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCOS ANTONIO MAGRO

Fiscal Técnico-Administrativo: LUCAS ROMAN

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

Fiscal Técnico-Administrativo: JULIANA LUPATO ZUCCHI

Fiscal Técnico-Administrativo: MARLON DE LAI DENEGA

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCOS JOSE KLEIN

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: WILLIAN SARMENTO

## EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 20/2018 - FMAS

Publicação Nº 2223414

Contrato Nº : 20/2018

Aditivo Nº : 1TA Ctr 20/2018/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Contratada : J&P ACADEMIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 5/2018

Objeto : Contratação de empresa para ministrar oficinas nas unidades dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS I e II e nos Centros de Convivência do Município, visando o desenvolvimento das atividades dos grupos de convivência, em conformidade com a legislação vigente. Pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da lei, com recursos próprios e do repasse Fundo a Fundo do FNAS do PSB e PSE.

Vigência : Início: 05/11/2019 Término: 04/11/2020

Assinatura : 04/11/2019

Valor R\$ : 148.320,00 (Cento e Quarenta e Oito Mil e Trezentos e Vinte Reais )

Dotação : 262 - 15.001.2202.3339039650000000000.01000001

Dotação : 378 - 15.001.2202.3339039650000000000.03610002

Dotação : 376 - 15.001.2202.3339039650000000000.03350014

Fiscal Administrativo: MARGARET TEREZINHA DE SOUZA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 235/2019 - PMC**

Publicação Nº 2223258

Contrato Nº : 235/2019

Aditivo Nº : 1TA Ctr 235/2019/2019

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2019

Objeto : contratação de empresa, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para a execução de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária da Rua Guamirim, no Bairro Arvoredo, e parte da Rua Catharina Mafessoni, nos Bairros da Gruta, Poente do Sol e Petrópolis, neste município, com recursos do programa Pró Transporte, Contrato nº 2623.500.990-72/2017, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 01/09/2020

Assinatura : 04/11/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: MARILU MATIELLO

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 187/2019 - PMC**

Publicação Nº 2223271

Contrato Nº : 187/2019

Aditivo Nº : 2TA Ctr 187/2019/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 70/2019

Objeto : Contratação em regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos) para execução de 1.134,39m² de recapeamento asfáltico com CBUQ, de parte da Rua Valentino Simonato e parte da Rua Severino Faustino Magnani, no Bairro Santa Cruz, execução de 2.448,39m² de recapeamento asfáltico com CBUQ, nas Ruas Ernesto Olmi e Mansueto Pozza, no Bairro Jardim e execução de 7.737 m² de recapeamento asfáltico com CBUQ, nas Ruas Gasparino Kowacic, Severino Saretta, Oscar Senh e Aquiles José Perondi, no Bairro Vista Alegre, todas nesse Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 11/11/2019 Término: 01/12/2019

Assinatura : 07/11/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: GLAUBER DIEHL XAVIER

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 30/2019 - PMC**

Publicação Nº 2223253

Contrato Nº : 30/2019

Aditivo Nº : 2TA CTR 30/2019/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COSTA &amp; CIA LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 167/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva da frota de máquinas pesadas (Motoni-veladoras, Trator de esteiras, Escavadeira hidráulica e afins) com fornecimento de peças e acessórios originais e novos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 30/11/2019

Assinatura : 01/11/2019

Valor R\$ : 920.000,00 (Novecentos e Vinte Mil Reais )

Dotação : 98 - 07.001.2026.3339030390000000000.01000001

Dotação : 98 - 07.001.2026.3339039190000000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.3339030390000000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.33390391900000000000.01000001

Dotação : 128 - 08.001.2029.33390303900000000000.01390002

Dotação : 128 - 08.001.2029.33390391900000000000.01390002

Dotação : 185 - 11.001.2041.33390303900000000000.01000001

Dotação : 185 - 11.001.2041.33390391900000000000.01000001

Dotação : 351 - 08.001.2029.33390303900000000000.03000001

Dotação : 351 - 08.001.2029.33390391900000000000.03000001

Dotação : 403 - 11.001.2041.33390303900000000000.01390002

Dotação : 403 - 11.001.2041.33390391900000000000.01390002

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

Fiscal Técnico-Administrativo: MAURO FRIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: JAIR MACHADO DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

## EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 31/2019 - PMC

Publicação Nº 2223255

Contrato Nº : 31/2019

Aditivo Nº : 2TA CTR 31/2019/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MECÂNICA MARCIAL LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 167/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva da frota de máquinas pesadas (Motoni-veladoras, Trator de esteiras, Escavadeira hidráulica e afins) com fornecimento de peças e acessórios originais e novos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 30/11/2019

Assinatura : 01/11/2019

Valor R\$ : 215.000,00 (Duzentos e Quinze Mil Reais )

Dotação : 98 - 07.001.2026.33390303900000000000.01000001

Dotação : 98 - 07.001.2026.33390391900000000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.33390303900000000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.33390391900000000000.01000001

Dotação : 128 - 08.001.2029.33390303900000000000.01390002

Dotação : 128 - 08.001.2029.33390391900000000000.01390002

Dotação : 185 - 11.001.2041.33390303900000000000.01000001

Dotação : 185 - 11.001.2041.33390391900000000000.01000001

Dotação : 351 - 08.001.2029.33390303900000000000.03000001

Dotação : 351 - 08.001.2029.33390391900000000000.03000001

Dotação : 403 - 11.001.2041.33390303900000000000.01390002

Dotação : 403 - 11.001.2041.33390391900000000000.01390002

Fiscal Técnico-Administrativo: MAURO FRIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: JAIR MACHADO DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

Fiscal Técnico-Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

### EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 32/2018 - FMS

Publicação Nº 2223297

Contrato Nº : 32/2018

Aditivo Nº : 3AP CTR 32/2018/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MARA APARECIDA FAGUNDES ME

Licitação : Pregão Presencial 6/2018

Objeto : Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços continuados de limpeza, higienização e organização, visando ao atendimento das necessidades das Unidades da Estratégia de Saúde da Família, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 04/11/2019

Valor R\$: 162.943,16 (Cento e Sessenta e Dois Mil, Novecentos e Quarenta e Três Reais e Dezessete Centavos )

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339034010000000000.01020000

Dotação : 221 - 13.001.2102.3339034010000000000.01020000

Dotação : 243 - 13.001.2615.3339034010000000000.01380004

Dotação : 410 - 13.001.2102.3339034010000000000.03380002

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

### EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 61/2017 - FMS

Publicação Nº 2223313

Contrato Nº : 61/2017

Aditivo Nº : 3TA CTR 61/2017/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : LAVADISKE AUTOMATIC LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 5/2017

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de lavagem, higienização, desinfecção e passadoria das roupas utilizadas nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde, com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 13/11/2019 Término: 12/11/2020

Assinatura : 11/11/2019

Valor R\$: 119.300,00 (Cento e Dezenove Mil e Trezentos Reais )

Dotação : 221 - 13.001.2102.3339039460000000000.01020000

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339039460000000000.01020000

Dotação : 243 - 13.001.2615.3339039460000000000.01380004

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: MARA BEATRIS CZERNAIK COSTA SAMPAIO

**EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 54/2017 - FMS**

Publicação Nº 2223306

Contrato Nº : 54/2017

Aditivo Nº : 4AP CTR 54/2017/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : VETERINÁRIA DAL PRÁ LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 4/2017

Objeto : Contratação de empresa especializada para realização de procedimentos de esterilização de cães e gatos, em atendimento ao Programa de Prevenção e Controle de Zoonoses e bem-estar animal, do Fundo Municipal de Saúde em atendimento a Lei nº 4.874 de 13 de junho de 2016, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 04/11/2019

Valor R\$: 79.536,83 (Setenta e Nove Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Oitenta e Quatro Centavos )

Dotação : 232 - 13.001.2104.3339039990000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2104.3339039990000000000.02000000

Dotação : 233 - 13.001.2104.3339039990000000000.01380007

Dotação : 426 - 13.001.2104.3339039990000000000.03380007

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: DENISE DUTRA TORRES

**EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 207/2019 - PMC**

Publicação Nº 2223281

Contrato Nº : 207/2019

Aditivo Nº : 5AP CTR 207/2019/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : QUARK ENGENHARIA EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 90/2019

Objeto : Contratação de empresa para execução de Plano de Manutenção, Operação e Controle de Climatizadores - PMOC e manutenção de climatizadores (mão de obra e fornecimento de peças), para atendimento das necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 07/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 07/11/2019

Valor R\$: 220.232,12 (Duzentos e Vinte Mil, Duzentos e Trinta e Dois Reais e Treze Centavos )

Dotação : 11 - 02.001.2003.3339030250000000000.01000001

Dotação : 11 - 02.001.2003.3339039170000000000.01000001

Dotação : 26 - 04.001.2007.3339030040000000000.01000001

Dotação : 26 - 04.001.2007.3339030250000000000.01000001

Dotação : 26 - 04.001.2007.3339039170000000000.01000001

Dotação : 28 - 04.001.2009.3339030040000000000.01800000

Dotação : 28 - 04.001.2009.3339030250000000000.01800000

Dotação : 28 - 04.001.2009.3339039170000000000.01800000

Dotação : 39 - 05.001.2010.3339030040000000000.01000001

Dotação : 39 - 05.001.2010.3339030250000000000.01000001

Dotação : 39 - 05.001.2010.3339039170000000000.01000001

Dotação : 42 - 06.001.2012.3339030040000000000.01010000



Dotação : 42 - 06.001.2012.3339030250000000000.01010000

Dotação : 42 - 06.001.2012.3339039170000000000.01010000

Dotação : 51 - 06.002.2013.3339030040000000000.01010000

Dotação : 51 - 06.002.2013.3339030250000000000.01010000

Dotação : 51 - 06.002.2013.3339039170000000000.01010000

Dotação : 52 - 06.002.2013.3339039170000000000.01190000

Dotação : 64 - 06.002.2017.3339039170000000000.01010000

Dotação : 73 - 06.004.2018.3339030040000000000.01190000

Dotação : 73 - 06.004.2018.3339039170000000000.01190000

Dotação : 74 - 06.004.2018.3339030250000000000.01360000

Dotação : 74 - 06.004.2018.3339039170000000000.01360000

Dotação : 82 - 06.004.2608.3339030040000000000.01010000

Dotação : 82 - 06.004.2608.3339039170000000000.01010000

Dotação : 94 - 07.001.2022.3339030040000000000.01000001

Dotação : 94 - 07.001.2022.3339030250000000000.01000001

Dotação : 94 - 07.001.2022.3339039170000000000.01000001

Dotação : 128 - 08.001.2029.3339030040000000000.01390002

Dotação : 128 - 08.001.2029.3339030250000000000.01390002

Dotação : 128 - 08.001.2029.3339039170000000000.01390002

Dotação : 142 - 09.001.2032.3339030040000000000.01000001

Dotação : 142 - 09.001.2032.3339030250000000000.01000001

Dotação : 142 - 09.001.2032.3339039170000000000.01000001

Dotação : 144 - 09.001.2035.3339030040000000000.01000001

Dotação : 144 - 09.001.2035.3339030250000000000.01000001

Dotação : 144 - 09.001.2035.3339039170000000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2036.3339030040000000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2036.3339030250000000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2036.3339039170000000000.01000001

Dotação : 185 - 11.001.2041.3339030040000000000.01000001

Dotação : 185 - 11.001.2041.3339030250000000000.01000001

Dotação : 185 - 11.001.2041.3339039170000000000.01000001

Dotação : 197 - 12.001.2043.3339030040000000000.01000001

Dotação : 197 - 12.001.2043.3339030250000000000.01000001

Dotação : 197 - 12.001.2043.3339039170000000000.01000001

Dotação : 198 - 12.001.2043.3339030040000000000.01000006

Dotação : 198 - 12.001.2043.3339030250000000000.01000006

Dotação : 198 - 12.001.2043.3339039170000000000.01000006

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339030040000000000.01020000

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339030250000000000.01020000

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339039170000000000.01020000

Dotação : 254 - 15.001.2201.3339030040000000000.01000001

Dotação : 254 - 15.001.2201.3339030250000000000.01000001

Dotação : 254 - 15.001.2201.3339039170000000000.01000001

Dotação : 262 - 15.001.2202.3339030040000000000.01000001

Dotação : 262 - 15.001.2202.3339030250000000000.01000001

Dotação : 262 - 15.001.2202.3339039170000000000.01000001

Dotação : 282 - 15.001.2623.3339030040000000000.01000001

Dotação : 282 - 15.001.2623.3339030250000000000.01000001

Dotação : 282 - 15.001.2623.3339039170000000000.01000001

Dotação : 295 - 16.001.2401.3339030040000000000.01000001

Dotação : 295 - 16.001.2401.3339030250000000000.01000001

Dotação : 295 - 16.001.2401.3339039170000000000.01000001

Dotação : 308 - 17.001.2451.3339030040000000000.01000001

Dotação : 308 - 17.001.2451.3339030250000000000.01000001

Dotação : 308 - 17.001.2451.3339039170000000000.01000001

Dotação : 313 - 17.001.2454.3339039170000000000.01000001

Dotação : 320 - 18.001.2501.3339030040000000000.01000001

Dotação : 320 - 18.001.2501.3339030250000000000.01000001

Dotação : 320 - 18.001.2501.3339039170000000000.01000001

Dotação : 331 - 19.001.2601.3339030250000000000.02750000

Dotação : 331 - 19.001.2601.3339039200000000000.02750000

Dotação : 338 - 12.001.2043.3339030040000000000.03110000

Dotação : 338 - 12.001.2043.3339030250000000000.03110000

Dotação : 338 - 12.001.2043.3339039170000000000.03110000

Dotação : 351 - 08.001.2029.3339030250000000000.03000001

Dotação : 356 - 04.001.2009.3339030040000000000.03800000

Dotação : 356 - 04.001.2009.3339030250000000000.03800000

Dotação : 356 - 04.001.2009.3339039170000000000.03800000

Dotação : 371 - 15.001.2201.3339039170000000000.03000001

Dotação : 409 - 17.001.2454.3339030040000000000.03000001

Dotação : 409 - 17.001.2454.3339030250000000000.03000001

Dotação : 409 - 17.001.2454.3339039170000000000.03000001

Fiscal Técnico-Administrativo: NAIR KOPPE VOGT

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCOS ANTONIO MAGRO

Fiscal Técnico-Administrativo: MAURO FRIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: MATHEUS ILKIV FOGGIATTO

Fiscal Técnico-Administrativo: NEIVA POLETTTO

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

Fiscal Técnico-Administrativo: LUCAS ROMAN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Fiscal Técnico-Administrativo: VANESSA DAIANE RIFFEL

Fiscal Técnico-Administrativo: HAMILTON ROGERIO DE MARCO

Fiscal Técnico-Administrativo: MARLON DE LAI DENEGA

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: WILLIAN SARMENTO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: IVETE DAHMER ALBIERO

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDREIA DE PINHO

Fiscal Técnico-Administrativo: Nanci ALINE DA SILVA DETOFANO

## EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 30/2018 - PMC

Publicação Nº 2223265

Contrato Nº : 30/2018

Aditivo Nº : 5AP CTR 30/2018/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PROVIN E RAUBER LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017

Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 04/11/2019

Valor R\$: 8.534,94 (Oito Mil, Quinhentos e Trinta e Quatro Reais e Noventa e Quatro Centavos )

Dotação : 58 - 06.002.2015.3339039260000000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.3339039260000000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.3339039260000000000.01370003

Dotação : 63 - 06.002.2016.3339039260000000000.01620001

Dotação : 64 - 06.002.2017.3339039260000000000.01010000

Dotação : 82 - 06.004.2608.3339039260000000000.01010000

Dotação : 83 - 06.004.2608.3339039260000000000.01190000

Dotação : 89 - 06.006.2011.33390392600000000000.01370003

Dotação : 90 - 06.006.2011.33390392600000000000.01620001

Dotação : 363 - 06.002.2016.33390392600000000000.03360000

Dotação : 365 - 06.004.2608.33390392600000000000.03360000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: GENESIO BACH DA SILVA

### EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 40/2017 - FMS

Publicação Nº 2223302

Contrato Nº : 40/2017

Aditivo Nº : 5TA Ctr 40/2017/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada : INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 2/2017

Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema Informatizado WEB de Gestão de Saúde, incluindo sua licença para uso, provimento de DataCenter (próprio ou locado), solução de mobilidade, serviços de treinamento, implantação, conversão de dados existentes, manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, com capacitação das diretorias e Unidades assistenciais de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 01/11/2019

Valor R\$ : 9.705,38 (Nove Mil, Setecentos e Cinco Reais e Trinta e Oito Centavos )

Dotação : 216 - 13.001.2101.33390400100000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2104.33390400100000000000.02000000

Dotação : 243 - 13.001.2615.33390400100000000000.01380004

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

### EXTRATO 61º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 363/2014 - PMC

Publicação Nº 2223261

Contrato Nº : 363/2014

Aditivo Nº : 61AP CTR 363/2014/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : FOCO PROPAGANDA LTDA

Licitação : Concorrência para Compras e Outros Serviços 1/2014

Objeto : Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos, Fundações e IPRECON, do Município de Concórdia.

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 04/11/2019

Valor R\$ : 161.759,38 (Cento e Sessenta e Um Mil, Setecentos e Cinquenta e Nove Reais e Trinta e Oito Centavos )

Dotação : 242 - 13.001.2615.33390398800000000000.01020000

Dotação : 243 - 13.001.2615.33390398800000000000.01380004

Dotação : 246 - 14.001.2152.33390398800000000000.01000001

Dotação : 247 - 14.001.2152.33390398800000000000.02060001

Dotação : 254 - 15.001.2201.33390398800000000000.01000001

Dotação : 271 - 15.001.2611.33390398800000000000.01350005

Dotação : 273 - 15.001.2612.3339039880000000000.01350009  
Dotação : 275 - 15.001.2613.3339039880000000000.01350009  
Dotação : 295 - 16.001.2401.3339039880000000000.01000001  
Dotação : 300 - 16.001.2403.3339039880000000000.01340000  
Dotação : 308 - 17.001.2451.3339039880000000000.01000001  
Dotação : 311 - 17.001.2453.3335039880000000000.01000001  
Dotação : 313 - 17.001.2454.3339039880000000000.01000001  
Dotação : 324 - 18.001.2503.3339039880000000000.01000001  
Dotação : 331 - 19.001.2601.3339039880000000000.02750000  
Dotação : 375 - 15.001.2612.3339039880000000000.03350009  
Dotação : 383 - 15.001.2623.3339039880000000000.03350013  
Dotação : 385 - 15.001.2623.3339039880000000000.03350002  
Dotação : 396 - 14.001.2152.3339039880000000000.06090000  
Dotação : 397 - 14.001.2152.3339039880000000000.06060001  
Dotação : 399 - 14.001.2152.3339039880000000000.03000001  
Dotação : 401 - 16.001.2401.3339039880000000000.03000001  
Dotação : 409 - 17.001.2454.3339039880000000000.03000001  
Dotação : 429 - 13.001.2615.3339039880000000000.03380004

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

Fiscal Técnico-Administrativo: LUCAS ROMAN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Fiscal Técnico-Administrativo: VANESSA DAIANE RIFFEL

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO GUILIANI

Fiscal Técnico-Administrativo: GRACE SIMIONI MENEGAT

## EXTRATO 6º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 61/2017 - FMS

Publicação Nº 2223322

Contrato Nº : 61/2017

Aditivo Nº : 6AP CTR 61/2017/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : LAVADISKE AUTOMATIC LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 5/2017

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de lavagem, higienização, desinfecção e passadoria das roupas utilizadas nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde, com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 12/11/2019

Assinatura : 04/11/2019

Valor R\$: 20.272,16 (Vinte Mil, Duzentos e Setenta e Dois Reais e Dezesseis Centavos )

Dotação : 221 - 13.001.2102.3339039460000000000.01020000

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339039460000000000.01020000

Dotação : 243 - 13.001.2615.3339039460000000000.01380004

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: MARA BEATRIS CZERNAIK COSTA SAMPAIO

### EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 208/2018 - PMC

Publicação Nº 2223267

Contrato Nº : 208/2018

Aditivo Nº : 6TA Ctr 208/2019/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FORMATTO ENGENHARIA LTDA - EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 11/2018

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada global (material e mão de obra) para a execução de obras de requalificação no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, no Bairro Parque de Exposições, situado na Rua Victor Sopelsa, deste Município, a ser executada com recursos próprios e oriundos do recurso do Programa Planejamento Urbano do contrato de repasse OGU nº 848007/2017 - operação 1043005-87 e contrapartida municipal, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 11/11/2019 Término: 08/02/2020

Assinatura : 06/11/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: EMANUELE LETICIA TEDESCO

Fiscal Técnico: CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO

### EXTRATO 7º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 4/2018 - FMS

Publicação Nº 2223295

Contrato Nº : 4/2018

Aditivo Nº : 7AP CTR 4/2018/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 7/2017

Objeto : Locação de equipamentos concentradores de oxigênio para pacientes do SUS do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 11/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 11/11/2019

Valor R\$: 204.436,84 (Duzentos e Quatro Mil, Quatrocentos e Trinta e Seis Reais e Oitenta e Quatro Centavos )

Dotação : 221 - 13.001.2102.3339039120000000000.01020000

Dotação : 229 - 13.001.2103.3339039120000000000.01020000

Dotação : 424 - 13.001.2102.3339039120000000000.03020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: OLIMPIA MARGARIDA TAFFAREL JULIAN

### EXTRATO 7º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 40/2016 - FMS

Publicação Nº 2223301

Contrato Nº : 40/2016

Aditivo Nº : 7AP CTR 40/2016/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ATITUDE AMBIENTAL

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2015

Objeto : Contratação dos serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "A" deste Edital.

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 04/11/2019

Valor R\$ : 33.523,57 (Trinta e Três Mil, Quinhentos e Vinte e Três Reais e Cinquenta e Oito Centavos )

Dotação : 234 - 13.001.2104.33390392800000000000.02000000

Dotação : 242 - 13.001.2615.33390392800000000000.01020000

Dotação : 426 - 13.001.2104.33390392800000000000.03380007

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

### **EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 209/2018 - PMC**

Publicação Nº 2223269

Contrato Nº : 209/2018

Aditivo Nº : 7TA Ctr 209/2018/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FORMATTO ENGENHARIA LTDA - EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 11/2018

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada global (material e mão de obra) para a execução de obras de requalificação no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, no Bairro Parque de Exposições, situado na Rua Victor Sopelsa, deste Município, a ser executada com recursos próprios e oriundos do recurso do Programa Planejamento Urbano do contrato de repasse OGU nº 848007/2017 - operação 1043005-87 e contrapartida municipal, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 11/11/2019 Término: 08/02/2020

Assinatura : 06/11/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: EMANUELE LETICIA TEDESCO

Fiscal Técnico: CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO

### **EXTRATO 8º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 45/2015 - FMS**

Publicação Nº 2223305

Contrato Nº : 45/2015

Aditivo Nº : 8AP CTR 45/2019/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : DENTAL GORGES LTDA

Licitação : Pregão Presencial 2/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada em assistência técnica para prestar serviços em equipamentos e periféricos odontológicos das unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 04/11/2019

Valor R\$ : 43.710,03 (Quarenta e Três Mil, Setecentos e Dez Reais e Três Centavos )

Dotação : 221 - 13.001.2102.33390391700000000000.01020000

Dotação : 222 - 13.001.2102.33390391700000000000.01380002

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI



**EXTRATO 8º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 99/2018 - PMC**

Publicação Nº 2223264

Contrato Nº : 99/2018

Aditivo Nº : 8AP CTR 99/2018/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PRINTMAX COMERCIO DE CARTUCHOS E TONER LTDA

Licitação : Pregão Presencial 13/2018

Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços outsourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais e impressoras p&amp;b e colorida a laser, bem como a manutenção dos equipamentos de propriedade do Município.

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 04/11/2019

Valor R\$: 98.875,49 (Noventa e Oito Mil, Oitocentos e Setenta e Cinco Reais e Quarenta e Nove Centavos )

Dotação : 10 - 02.001.2002.3339039120000000000.01000001

Dotação : 11 - 02.001.2003.3339039120000000000.01000001

Dotação : 21 - 03.001.2006.3339039120000000000.01000001

Dotação : 26 - 04.001.2007.3339039120000000000.01000001

Dotação : 27 - 04.001.2008.3339039120000000000.01000001

Dotação : 39 - 05.001.2010.3339039120000000000.01000001

Dotação : 42 - 06.001.2012.3339039120000000000.01010000

Dotação : 94 - 07.001.2022.3339039120000000000.01000001

Dotação : 98 - 07.001.2026.3339039120000000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.3339039120000000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2036.3339039120000000000.01000001

Dotação : 197 - 12.001.2043.3339039120000000000.01000001

Dotação : 198 - 12.001.2043.3339039120000000000.01000006

Dotação : 198 - 12.001.2043.3339040100000000000.01000006

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339039120000000000.01020000

Dotação : 222 - 13.001.2102.3339039120000000000.01380002

Dotação : 243 - 13.001.2615.3339039120000000000.01380004

Dotação : 254 - 15.001.2201.3339039120000000000.01000001

Dotação : 262 - 15.001.2202.3339039120000000000.01000001

Dotação : 282 - 15.001.2623.3339039120000000000.01000001

Dotação : 295 - 16.001.2401.3339039120000000000.01000001

Dotação : 351 - 08.001.2029.3339039120000000000.03000001

Dotação : 355 - 04.001.2007.3339039120000000000.03000001

Dotação : 371 - 15.001.2201.3339039120000000000.03000001

Dotação : 409 - 17.001.2454.3339039120000000000.03000001

Dotação : 424 - 13.001.2102.3339039120000000000.03020000

Dotação : 433 - 16.001.2401.3339039120000000000.06000000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

Fiscal Técnico-Administrativo: NAIR KOPPE VOGT

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCOS ANTONIO MAGRO

Fiscal Técnico-Administrativo: LUCAS ROMAN

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

Fiscal Técnico-Administrativo: JULIANA LUPATO ZUCCHI

Fiscal Técnico-Administrativo: MARLON DE LAI DENEGA

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCOS JOSE KLEIN

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: WILLIAN SARMENTO

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 263/2019 - PMC

Publicação Nº 2223249

Contrato Nº : 263/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 9/2019

Objeto : contratação de empresa em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão-de-obra), para a construção de uma cerca para fechamento do GEM Nelly Muller de Lima (Frei Lency) e adequações nos banheiros, no loteamento Bussolaro, neste Município, com recursos oriundos do termo de compromisso nº 17693, firmado com o PAR SIMEC, e recursos advindos do contrato nº 26.23.0504.452-48/2019, firmado com a Caixa Econômica Federal, através do FINISA - Programa de Financiamento à infraestrutura e saneamento, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 28/02/2020

Assinatura : 01/11/2019

Valor R\$: 119.991,92 (Cento e Dezenove Mil, Novecentos e Noventa e Um Reais e Noventa e Dois Centavos )

Dotação : 45 - 06.002.1005.34490519800000000000.01810000

Dotação : 361 - 06.002.1004.34490519800000000000.03370004

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: TAMYRA HACK

Fiscal Administrativo: Nanci Aline da Silva Detofano

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 264/2019 - PMC

Publicação Nº 2223251

Contrato Nº : 264/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONTEMPLARE CASA & ESTILO COMERCIO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 144/2019

Objeto : Contratação de empresa para aquisição de material de decoração natalina, ornamentação, montagem e desmontagem e manutenção da decoração a ser instalada na Praça Dogello Goss, em frente à Prefeitura de Concórdia, gramado e fachada da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário para o evento "Sonho de Natal 2019", conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 31/01/2020

Assinatura : 01/11/2019

Valor R\$: 149.634,30 (Cento e Quarenta e Nove Mil, Seiscentos e Trinta e Quatro Reais e Trinta Centavos )

Dotação : 170 - 10.001.2039.33390301500000000000.01000001

Dotação : 170 - 10.001.2039.33390392300000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: EDILA GRACIELI SOUZA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 265/2019 - PMC

Publicação Nº 2223252

Contrato Nº : 265/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PROBIO AMBIENTAL LTDA

Licitação : Pregão Presencial 139/2019

Objeto : contratação de empresa especializada, para a elaboração de estudo hidrogeológico com o objetivo de analisar a viabilidade técnica e econômica de uma futura captação e exploração de águas termais/termominerais no Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 01/05/2020

Assinatura : 04/11/2019

Valor R\$ : 72.301,00 (Setenta e Dois Mil e Trezentos e Um Reais )

Dotação : 172 - 10.001.2039.34490518000000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA

Fiscal Administrativo: EMANUELE LETICIA TEDESCO

### EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 18/2019

Publicação Nº 2222792

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 18/2019

ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA – FUMDEAGRO representado pelo Administrador-Geral do FUMDEAGRO e Secretário Municipal da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, senhor MAURO MARTINI e a ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE LINHA CEDRO, inscrita no CNPJ sob nº 06.226.396/0001-76 representada pelo seu Presidente, senhor ANTONIO ZANELLA.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a conjugação de esforços visando à manutenção da entidade, proporcionando auxílio no desenvolvimento agropecuário e atividades rurais alternativas do Município, com o objetivo de melhorar as condições sócio econômicas dos agricultores.

VALOR: R\$ 18.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2020, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 12 de novembro de 2019

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 17/2019

ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA – FUMDEAGRO representado pelo Administrador-Geral do FUMDEAGRO e Secretário Municipal da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, senhor MAURO MARTINI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEADO GUILHERME, inscrita no CNPJ sob nº 01.377.790/0001-91 representada pelo seu Presidente, senhor LEONARDO DECÉSARO.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a conjugação de esforços visando à manutenção da entidade, proporcionando auxílio no desenvolvimento agropecuário e atividades rurais alternativas do Município, com o objetivo de melhorar as condições sócio econômicas dos agricultores.

VALOR: R\$ 18.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2020, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 12 de novembro de 2019.

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 317/2019

Publicação Nº 2223412

DECRETO Nº 317/2019

"DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e Lei 468/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido por término de contrato, a partir de 08/11/2019, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária por Excepcional Interesse Público nº93/2017, com a Sra. LUCIANA CARLA PANEGALLI, matrícula nº1357201, ocupante do cargo de Farmacêutica, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, 11 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### PORTARIA Nº 582/2019

Publicação Nº 2223416

PORTARIA Nº 582/2019

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA AO SERVIÇO A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70, XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JUCELIA TERESINHA SULCHINSKI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 02 (dois) dias de dispensa ao serviço, por haver prestado serviço no processo eleitoral do Conselho Tutelar em data de 06/10/2019, com base no artigo 98 da Lei n. 9.504/97.

Parágrafo único. A dispensa ao serviço prevista no caput deste artigo se dará no dia de 28 e 29 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 08 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA Nº 583/2019**

Publicação Nº 2223418

PORTARIA Nº 583/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal ELIEZER JOSE SOARES matrícula nº1344703, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 08 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA Nº 584/2019**

Publicação Nº 2223420

PORTARIA Nº 584/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 71 da Lei Complementar nº 018/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 1(um) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal ANA PAULA BRIANCINI matrícula nº557101, ocupante do cargo de Professora de Atividades Desportivas-20 horas, lotada na Secretaria Municipal De Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 08 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA Nº 585/2019**

Publicação Nº 2223421

PORTARIA Nº 585/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede 01(um) dia de licença para tratamento de saúde, ao servidor municipal VOLNEI DO ROSÁRIO, matrícula nº1365101, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 11 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

## RREO- 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2223845

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>							
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>26.257.955,00</b>	<b>26.257.955,00</b>	<b>5.123.961,77</b>	<b>19,51</b>	<b>22.962.768,45</b>	<b>87,45</b>	<b>3.295.186,55</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	26.202.755,00	26.202.755,00	4.121.367,43	15,73	21.582.849,27	82,37	4.619.905,73
IMPOSTOS	2.328.800,00	2.328.800,00	444.466,38	19,09	2.791.713,97	119,88	-462.913,97
TAXAS	2.068.800,00	2.068.800,00	422.063,50	20,40	2.469.752,79	119,38	-400.952,79
CONTRIBUIÇÕES	260.000,00	260.000,00	22.402,88	8,62	321.961,18	123,83	-61.961,18
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	270.000,00	270.000,00	57.903,07	21,45	333.843,48	123,65	-63.843,48
RECEITA PATRIMONIAL	270.000,00	270.000,00	57.903,07	21,45	333.843,48	123,65	-63.843,48
VALORES MOBILIÁRIOS	157.095,00	157.095,00	17.222,08	10,96	98.135,98	62,47	58.959,02
RECEITA DE SERVIÇOS	157.095,00	157.095,00	17.222,08	10,96	98.135,98	62,47	58.959,02
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	1.002.000,00	1.002.000,00	277.775,61	27,72	1.335.889,19	133,32	-333.889,19
OUTROS SERVIÇOS	552.000,00	552.000,00	7.077,86	1,28	101.436,16	18,38	450.563,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	450.000,00	450.000,00	270.697,75	60,16	1.234.453,03	274,32	-784.453,03
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	22.401.470,00	22.401.470,00	3.312.608,54	14,79	16.963.676,62	75,73	5.437.793,38
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	9.574.760,00	9.574.760,00	1.154.036,08	12,05	6.468.523,77	67,56	3.106.236,23
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	10.835.210,00	10.835.210,00	1.718.275,02	15,86	8.291.253,12	76,52	2.543.956,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.991.500,00	1.991.500,00	440.297,44	22,11	2.203.899,73	110,67	-212.399,73
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	43.390,00	43.390,00	11.391,75	26,25	59.590,03	137,34	-16.200,03
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	28.200,00	28.200,00	1.446,74	5,13	6.613,21	23,45	21.586,79
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>15.190,00</b>	<b>15.190,00</b>	<b>9.945,01</b>	<b>65,47</b>	<b>52.976,82</b>	<b>348,76</b>	<b>-37.786,82</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	55.200,00	55.200,00	1.002.594,34	1.816,29	1.379.919,18	2.499,85	-1.324.719,18
ALIEIAÇÃO DE BENS	3.500,00	3.500,00	1.000.000,00	28.571,43	1.000.000,00	28.571,43	-996.500,00
ALIEIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.500,00	3.500,00	1.000.000,00	28.571,43	1.000.000,00	28.571,43	-996.500,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	32.000,00	32.000,00	2.594,34	8,11	32.063,92	100,20	-63,92
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	18.100,00	18.100,00	0,00	0,00	347.855,26	1.921,85	-329.755,26
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	185.909,98	1.161,94	-169.909,98
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.100,00	2.100,00	0,00	0,00	161.945,28	7.711,68	-159.845,28
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>26.257.955,00</b>	<b>26.257.955,00</b>	<b>5.123.961,77</b>	<b>19,51</b>	<b>22.962.768,45</b>	<b>87,45</b>	<b>3.295.186,55</b>

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>26.257.955,00</b>	<b>26.257.955,00</b>	<b>5.123.961,77</b>	<b>19,51</b>	<b>22.962.768,45</b>	<b>3.295.186,55</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	26.257.955,00	26.257.955,00	5.123.961,77	19,51	22.962.768,45	3.295.186,55
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>						
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	3.228.024,12	—	—	3.228.024,12	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	—	—
	—	3.228.024,12	—	—	3.228.024,12	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>26.257.955,00</b>	<b>38.001.660,79</b>	<b>6.074.578,65</b>	<b>24.793.447,40</b>	<b>13.208.213,39</b>	<b>4.427.545,04</b>	<b>20.754.450,15</b>	<b>17.247.210,64</b>	<b>19.507.038,32</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>24.009.130,00</b>	<b>26.178.886,60</b>	<b>3.433.352,34</b>	<b>20.731.731,04</b>	<b>5.447.155,56</b>	<b>4.249.891,54</b>	<b>19.724.744,57</b>	<b>6.454.142,03</b>	<b>18.538.197,32</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.581.200,00	12.055.082,22	1.787.046,76	8.842.489,05	3.212.593,17	1.795.736,76	8.834.849,05	3.220.233,17	8.081.389,10
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	115.000,00	40.000,00	10.000,00	10.000,00	30.000,00	3.150,81	3.150,81	36.849,19	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.312.930,00	14.083.804,38	1.636.305,58	11.879.241,99	2.204.562,39	2.451.003,97	10.886.744,71	3.197.059,67	10.456.808,22
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.148.825,00</b>	<b>11.722.774,19</b>	<b>2.641.226,31</b>	<b>4.061.716,36</b>	<b>7.661.057,83</b>	<b>177.653,50</b>	<b>1.029.705,58</b>	<b>10.693.068,61</b>	<b>968.841,00</b>
INVESTIMENTOS	1.898.825,00	11.672.774,19	2.641.226,31	4.061.716,36	7.611.057,83	177.653,50	1.029.705,58	10.643.068,61	968.841,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>26.257.955,00</b>	<b>38.001.660,79</b>	<b>6.074.578,65</b>	<b>24.793.447,40</b>	<b>13.208.213,39</b>	<b>4.427.545,04</b>	<b>20.754.450,15</b>	<b>17.247.210,64</b>	<b>19.507.038,32</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>26.257.955,00</b>	<b>38.001.660,79</b>	<b>6.074.578,65</b>	<b>24.793.447,40</b>	<b>13.208.213,39</b>	<b>4.427.545,04</b>	<b>20.754.450,15</b>	<b>17.247.210,64</b>	<b>19.507.038,32</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	—	—	—	—	—	—	2.208.318,30	—	3.455.730,13
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>26.257.955,00</b>	<b>38.001.660,79</b>	<b>6.074.578,65</b>	<b>24.793.447,40</b>	—	<b>4.427.545,04</b>	<b>22.962.768,45</b>	—	<b>22.962.768,45</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 185.909,98

Cordilheira Alta, 11/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO  
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC0234170-8SILVANA MAGIONI FAVERO  
CONTROLADORA INTERNA

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/08/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO  
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FA  
CONTROLADORA INT

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
<b>RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)</b>	26.600,00	8.159,56	18.440,44
Receita de Alienação De Bens Móveis	1.600,00	0,00	1.600,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	25.000,00	8.159,56	16.840,44

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)</b>	166.400,00	163.500,00	163.500,00	163.500,00	0,00	0,00	2.900,00
Despesas de Capital	166.400,00	163.500,00	163.500,00	163.500,00	0,00	0,00	2.900,00
Investimentos	166.400,00	163.500,00	163.500,00	163.500,00	0,00	0,00	2.900,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (Ib - (II f + II g))	SALDO ATUAL (k) = (III i + III j)
<b>Valor(III)</b>	0,00	-155.340,44	-155.340,44

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO  
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO  
CONTROLADORA INTERNA

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS			
						(a)		Até o Bimestre (b)		% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				2.068.800,00		2.068.800,00		2.469.752,79		119,38	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				480.000,00		480.000,00		463.402,64		96,54	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				299.800,00		299.800,00		237.236,61		79,13	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				820.000,00		820.000,00		1.079.839,85		131,69	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				328.000,00		328.000,00		334.825,63		102,08	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				20.000,00		20.000,00		15.039,76		75,20	
Divida Ativa dos Impostos				97.000,00		97.000,00		315.411,00		325,17	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				24.000,00		24.000,00		23.997,30		99,99	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				21.774.078,04		21.774.078,04		15.999.221,04		73,48	
Cota-Parte FPM				8.816.650,00		8.816.650,00		6.005.844,50		68,12	
Cota-Parte ITR				10.000,00		10.000,00		8.286,70		82,87	
Cota-Parte IPVA				750.000,00		750.000,00		725.153,79		96,69	
Cota-Parte ICMS				11.873.562,84		11.873.562,84		9.143.780,89		77,01	
Cota-Parte IPI-Exportação				273.865,20		273.865,20		116.155,16		42,41	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				50.000,00		50.000,00		0,00		0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)				50.000,00		50.000,00		0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				23.842.878,04		23.842.878,04		18.468.973,83		77,46	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS			
						(c)		(d)		% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				1.065.350,00		1.065.350,00		840.429,06		78,89	
Provenientes da União				910.200,00		910.200,00		724.128,13		79,56	
Provenientes dos Estados				155.150,00		155.150,00		116.300,93		74,96	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				0,00		0,00		0,00		0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				3.200,00		3.200,00		453,98		14,19	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				1.068.550,00		1.068.550,00		840.883,04		78,69	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						(e)		Até o Bimestre (f)		% (f/e)*100	
								Até o Bimestre (g)		% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES				5.648.060,00		6.349.339,69		5.127.605,26		80,76	
Pessoal e Encargos Sociais				2.638.200,00		2.695.091,29		2.050.514,32		76,08	
Outras Despesas Correntes				3.009.860,00		3.654.248,40		3.077.090,94		84,21	
DESPESAS DE CAPITAL				126.250,00		579.733,86		470.811,49		81,21	
Investimentos				126.250,00		579.733,86		470.811,49		81,21	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	126.250,00	579.733,86	470.811,49	81,21	213.308,70	36,79
Investimentos	126.250,00	579.733,86	470.811,49	81,21	213.308,70	36,79
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	5.774.310,00	6.929.073,55	5.598.416,75	80,80	4.906.108,84	70,80
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.120.210,00	1.597.137,87	955.283,42	17,06	747.286,21	15,23
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.106.210,00	1.559.137,87	934.971,36	16,70	726.974,15	14,82
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	14.000,00	38.000,00	20.312,06	0,36	20.312,06	0,41
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	3.300,00	3.300,00	340.638,38	6,08	311.189,53	6,34
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	1.123.510,00	1.600.437,87	1.295.921,80	23,15	1.058.475,74	21,57
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	4.650.800,00	5.328.635,68	4.302.494,95	76,85	3.847.633,10	78,43
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						
1.077.287,03						

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica	5.612.520,00	6.652.747,56	5.471.222,59	97,73	4.811.082,09
Vigilância Sanitária	161.790,00	276.325,99	127.194,16	2,27	95.026,75
<b>TOTAL</b>	<b>5.774.310,00</b>	<b>6.929.073,55</b>	<b>5.598.416,75</b>	<b>100,00</b>	<b>4.906.108,84</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+r) - (15 \times lllb)/100]$

Continuação 4/4

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Cordilheira Alta, 11/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO PREFEITO MUNICIPAL	EMANUELLE CELLA TOZZO CONTADORA - CRC/SC0234170-8	SILVANA MAGIONI FAVERO CONTROLADORA INTERNA
--	--	--

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/11/2019

\_\_\_\_\_  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

\_\_\_\_\_  
SILVANA MAGIONI FAVERO  
CONTROLADORA INTERNA

Município de Cordilheira Alta - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial			26.257.955,00	
Previsão Atualizada			26.257.955,00	
Receitas Realizadas			22.962.768,45	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			3.228.024,12	
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial			26.257.955,00	
Créditos Adicionais			11.743.705,79	
Dotação Atualizada			38.001.660,79	
Despesas Empenhadas			24.793.447,40	
Despesas Liquidadas			20.749.676,89	
Despesas pagas			19.507.030,72	
Superavit Orçamentário			2.213.091,56	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>				
Despesas Empenhadas			24.793.447,40	
Despesas Liquidadas			20.749.676,89	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>				
Receita Corrente Líquida			26.359.425,92	
<b>RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>				
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>				
Receitas Previdenciárias Realizadas			185.909,98	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			185.909,98	
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO</b>				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	1.462.597,59	0,00
Resultado Primário		0,00	1.367.612,42	0,00
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
<b>RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS</b>	1.198.289,36	52.520,36	941.566,12	204.202,88
EXECUTIVO	1.192.289,36	52.520,36	935.566,12	204.202,88
LEGISLATIVO	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>	15.497,76	0,00	15.497,76	0,00
EXECUTIVO	15.497,76	0,00	15.497,76	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>1.213.787,12</b>	<b>52.520,36</b>	<b>957.063,88</b>	<b>204.202,88</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.796.580,87	25%	25,54
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.948.485,34	60%	88,41
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			1.000.000,00	-996.500,00
Despesa de Capital Líquida			1.029.705,58	10.693.068,61

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	1.600,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			163.500,00	2.900,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		3.847.633,10	15,00	20,83
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 11/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO  
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO  
CONTROLADORA INTERNA

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RS 1,00												
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)				
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		%	(b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	(d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	Legislativa	26.257.955,00	38.001.660,79	6.074.578,65	24.793.447,40	100,00	4.427.545,04	20.754.450,15	100,00	17.247.210,64		
	Ação Legislativa	1.011.625,00	1.011.625,00	111.823,20	686.071,77	2,77	133.072,40	658.730,81	3,17	352.894,19		
	Administração	3.004.350,00	3.247.390,32	523.828,37	2.691.337,88	10,86	677.508,49	2.541.058,76	12,24	706.331,56		
	Administração Geral	3.004.350,00	3.247.390,32	523.828,37	2.691.337,88	10,86	677.508,49	2.541.058,76	12,24	706.331,56		
	Assistência Social	1.096.800,00	1.188.733,76	90.403,60	617.185,36	2,49	96.810,36	608.176,86	2,93	580.556,90		
	Assistência Comunitária	1.096.800,00	1.188.733,76	90.403,60	617.185,36	2,49	96.810,36	608.176,86	2,93	580.556,90		
	Saúde	5.774.310,00	6.929.073,55	859.582,64	5.598.416,75	22,58	1.002.364,12	4.910.882,10	23,66	2.018.191,45		
	Atenção Básica	5.612.520,00	6.652.747,56	787.734,34	5.471.222,59	22,07	944.690,38	4.815.885,35	23,20	1.836.882,21		
	Vigilância Sanitária	161.790,00	276.325,99	71.848,30	127.194,16	0,51	57.673,74	95.026,75	0,46	181.299,24		
	Educação	6.296.265,00	7.866.113,98	912.923,33	4.875.895,94	19,67	1.190.916,38	4.799.451,63	23,12	3.066.662,35		
	Alimentação e Nutrição	296.000,00	314.237,29	53.378,56	277.522,11	1,12	70.620,47	263.585,30	1,27	50.671,99		
	Ensino Fundamental	4.879.365,00	5.670.892,88	789.426,73	3.999.971,44	16,13	951.357,85	3.953.960,92	19,05	1.716.931,96		
	Ensino Médio	952.000,00	754.283,81	68.296,29	494.009,71	1,99	139.482,13	494.009,71	2,38	260.274,10		
	Educação Infantil	87.900,00	1.045.700,00	0,00	30.962,52	0,12	15.553,78	30.962,52	0,15	1.014.737,48		
	Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	20.000,00	1.821,75	13.359,50	0,05	3.730,25	13.359,50	0,06	6.640,50		
	Educação Especial	61.000,00	61.000,00	0,00	60.070,66	0,24	10.171,90	43.593,68	0,21	17.406,32		
	Cultura	209.825,00	118.825,00	14.408,03	37.094,03	0,15	81.730,97	18.448,03	0,09	100.376,97		
	Difusão Cultural	209.825,00	118.825,00	14.408,03	37.094,03	0,15	81.730,97	18.448,03	0,09	100.376,97		
	Direitos da Cidadania	18.000,00	23.189,39	0,00	9.628,40	0,04	13.560,99	9.628,40	0,05	13.560,99		
	Assistência à Criança e ao Adolescente	18.000,00	23.189,39	0,00	9.628,40	0,04	13.560,99	9.628,40	0,05	13.560,99		
	Urbanismo	3.704.155,00	11.728.618,98	2.857.745,46	5.818.996,37	23,47	5.909.622,61	3.087.425,53	14,88	8.641.193,45		
	Infra-Estrutura Urbana	428.100,00	5.031.100,00	0,00	0,00	0,00	5.031.100,00	0,00	0,00	5.031.100,00		
	Serviços Urbanos	3.276.055,00	6.697.518,98	2.857.745,46	5.818.996,37	23,47	878.522,61	3.087.425,53	14,88	3.610.093,45		
	Habitação	21.900,00	13.400,00	0,00	0,00	0,00	13.400,00	0,00	0,00	13.400,00		
	Habitação Rural	11.825,00	8.325,00	0,00	0,00	0,00	8.325,00	0,00	0,00	8.325,00		
	Habitação Urbana	10.075,00	5.075,00	0,00	0,00	0,00	5.075,00	0,00	0,00	5.075,00		
	Saneamento	1.154.650,00	1.601.450,00	289.878,41	1.513.423,49	6,10	88.025,51	367.673,10	6,32	290.326,02		
	Saneamento Básico Urbano	1.154.650,00	1.601.450,00	289.878,41	1.513.423,49	6,10	88.025,51	367.673,10	6,32	290.326,02		
Agricultura	2.417.775,00	2.584.940,81	283.981,90	2.022.436,49	8,16	562.504,32	2.013.329,78	9,70	571.611,03			
Defesa Sanitária Animal	78.500,00	60.000,00	18.075,78	43.385,73	0,17	16.614,27	42.634,95	0,21	17.365,05			
Extensão Rural	2.339.275,00	2.524.940,81	265.906,12	1.979.050,76	7,98	545.890,05	1.970.694,83	9,50	554.245,98			
Energia	270.200,00	755.200,00	20.917,16	287.175,19	1,16	468.024,81	40.550,65	0,98	551.622,53			
Energia Elétrica	270.200,00	755.200,00	20.917,16	287.175,19	1,16	468.024,81	40.550,65	0,98	551.622,53			
Desporto e Lazer	501.100,00	431.100,00	77.152,31	336.040,36	1,36	95.059,64	334.367,15	1,61	96.732,85			
Desporto Comunitário	501.100,00	431.100,00	77.152,31	336.040,36	1,36	95.059,64	334.367,15	1,61	96.732,85			

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	26.257.955,00	38.001.660,79	6.074.578,65	24.793.447,40	13.208.213,39	4.427.545,04	20.754.450,15	17.247.210,64
Encargos Especiais	677.000,00	402.000,00	31.934,24	299.745,37	102.254,63	65.724,93	258.249,65	143.750,35
Administração Geral	22.000,00	22.000,00	3.434,24	16.928,34	5.071,66	3.434,24	16.928,34	5.071,66
Refinanciamento da Dívida Interna	365.000,00	90.000,00	10.000,00	10.000,00	80.000,00	3.150,81	3.150,81	86.849,19
Serviço de Dívida Interna	290.000,00	290.000,00	18.500,00	272.817,03	17.182,97	59.139,88	238.170,50	51.829,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
<b>TOTAL (II) = (I + II)</b>	<b>26.257.955,00</b>	<b>38.001.660,79</b>	<b>6.074.578,65</b>	<b>24.793.447,40</b>	<b>13.208.213,39</b>	<b>4.427.545,04</b>	<b>20.754.450,15</b>	<b>17.247.210,64</b>

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO  
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8SILVANA MAGIONI FAVERO  
CONTROLADORA INTERNA

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>2.569.696,48</b>	<b>2.945.333,07</b>	<b>2.390.102,65</b>	<b>2.644.448,74</b>	<b>2.622.215,61</b>	<b>2.549.357,26</b>	<b>2.611.186,96</b>	<b>2.339.942,71</b>	<b>2.628.016,16</b>	<b>2.184.829,21</b>	<b>2.438.078,56</b>	<b>2.290.851,90</b>	<b>30.204.803,34</b>
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	195.620,17	324.523,38	189.413,32	267.294,61	535.949,14	289.547,62	288.289,13	265.869,69	288.130,68	222.893,40	230.807,50	213.893,68	2.328.300,00
I.P.T.U.	13.875,82	11.540,84	8.509,13	64.429,66	289.902,23	26.447,07	36.850,41	56.051,38	41.566,36	14.826,40	17.135,10	13.529,91	584.466,21
I.S.S.	107.844,49	159.561,59	100.069,78	118.316,67	109.090,17	125.112,42	127.383,47	104.963,91	114.933,98	124.486,18	124.486,18	115.278,94	885.500,00
I.T.B.I.	34.140,00	53.967,26	38.237,26	23.367,26	41.480,66	37.667,26	50.361,26	47.967,26	85.522,41	37.227,27	36.067,27	33.216,73	299.800,00
I.R.F.	31.743,67	76.748,00	1.132,56	27.187,70	27.619,64	35.178,45	41.703,76	38.177,32	38.599,46	41.787,37	36.705,45	42.733,92	328.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.016,19	24.056,69	21.524,59	55.983,22	76.816,44	65.132,42	33.010,23	17.511,46	17.483,54	14.116,36	13.403,50	8.999,38	280.000,00
Contribuições	31.417,99	27.039,91	27.261,60	36.670,07	51.962,35	31.162,28	31.801,99	37.237,96	31.190,15	29.654,01	30.251,11	27.851,96	392.300,98
Recita Patrimonial	9.257,09	9.970,22	10.539,22	11.713,57	11.553,19	14.282,03	14.320,31	10.287,03	6.888,22	8.043,41	7.382,49	9.539,59	124.076,37
Rendimentos de Aplicação Financeira	9.257,09	9.970,22	10.539,22	11.713,57	11.553,19	14.282,03	14.320,31	10.287,03	6.888,22	8.043,41	7.382,49	9.539,59	124.076,37
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	122.077,23	137.131,92	128.131,63	127.591,73	116.782,82	125.809,90	137.744,84	110.077,21	134.630,65	176.374,80	142.876,25	134.899,36	1.002.000,00
Transferências Correntes	2.205.172,32	2.443.657,72	2.063.720,95	2.174.174,80	1.902.686,74	2.081.856,56	2.136.462,81	1.901.404,99	2.161.257,36	1.731.973,01	2.019.280,38	1.900.711,19	24.712.548,83
Cota-Parte do FPM.	576.972,19	1.008.106,26	712.854,55	765.028,06	586.286,84	571.887,33	754.046,07	576.206,50	790.956,22	577.153,58	515.751,82	472.975,26	9.616.660,00
Cota-Parte do ICMS.	886.677,10	967.883,10	973.512,93	945.529,20	889.112,54	891.954,61	897.671,15	876.663,50	887.252,44	863.446,51	930.373,70	937.884,51	11.008.141,09
Cota-Parte do IPVA.	32.410,03	15.118,84	45.698,42	67.196,57	73.626,73	86.789,26	79.739,98	71.896,38	84.615,97	66.042,51	68.485,78	66.182,60	750.000,00
Cota-Parte do ITR.	91,73	124,51	0,00	186,42	99,67	339,75	25,16	26,35	34,31	21,63	840,68	6.712,73	10.000,00
Outras Transferências Correntes	470.658,47	198.390,58	79.457,35	130.404,19	128.038,03	280.949,78	184.661,75	153.670,29	176.747,54	-31.526,53	255.296,97	187.559,92	2.366.555,00
Transferências de LC 61/1989	12.159,36	14.651,59	11.110,88	11.791,53	11.359,04	11.515,93	11.276,26	11.825,59	11.971,33	10.714,44	13.061,18	11.559,98	273.865,20
Transferências de LC 87/1986	2.600,52	2.860,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Outras Receitas Correntes	213.542,92	235.523,33	231.215,92	235.698,83	214.173,89	218.319,90	229.043,85	208.116,68	209.940,55	216.122,87	222.440,25	217.857,19	2.659.965,98
Outras Receitas Correntes	6.152,08	2.559,92	1.035,93	7.693,96	3.371,37	6.706,90	5.435,83	5.919,10	15.899,58	7.590,83	3.890,92	3.890,92	43.390,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>304.193,99</b>	<b>341.347,26</b>	<b>348.609,40</b>	<b>361.620,18</b>	<b>312.098,78</b>	<b>316.517,17</b>	<b>344.551,19</b>	<b>307.723,44</b>	<b>291.885,49</b>	<b>309.475,49</b>	<b>308.304,45</b>	<b>299.068,58</b>	<b>4.520.663,04</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	304.193,99	341.347,26	348.609,40	361.620,18	312.098,78	316.517,17	344.551,19	307.723,44	291.885,49	309.475,49	308.304,45	299.068,58	4.520.663,04
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>2.265.502,49</b>	<b>2.603.985,81</b>	<b>2.041.493,25</b>	<b>2.282.828,56</b>	<b>2.310.116,83</b>	<b>2.232.840,12</b>	<b>2.266.635,77</b>	<b>2.032.219,27</b>	<b>2.336.130,67</b>	<b>1.875.353,72</b>	<b>2.129.774,11</b>	<b>1.991.593,32</b>	<b>26.212.755,00</b>

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/11/2019

EMANUELE CELIA TOZZO	SILVANA MAGALHÃES FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTROLADORA INTERNA

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

## PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>				15.587,29
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	15.587,29
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	15.587,29
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	16.000,00	16.000,00	185.909,98	487.447,60
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>16.000,00</b>	<b>16.000,00</b>	<b>185.909,98</b>	<b>503.034,89</b>

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	16.000,00	16.000,00	185.909,98	503.034,89	185.909,98	503.034,89
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS					
Outros Aportes para o RPPS	0,00					
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00					
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00					
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00					
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
	2019		2018			
	0,00				0,00	
Caixa e equivalentes de caixa						

Continuação 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:  
Cordilheira Alta, 11/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO PREFEITO MUNICIPAL	EMANUELLE CELLA TOZZO CONTADORA - CRC/SC023417/O- CONTROLADORA INTERNA	SILVANA MAGIONI FAVERO
--	--	------------------------

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	1.003.150,81
DEDUÇÕES (II)	4.608.096,62	5.455.139,82	6.023.085,61
Disponibilidade de Caixa	4.608.096,62	5.455.139,82	6.023.085,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.623.594,38	6.656.054,13	7.270.497,44
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	15.497,76	1.200.914,31	1.247.411,83
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	1.003.150,81
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.003.150,81</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
<b>VALOR</b>	<b>-1.003.150,81</b>	<b>-1.003.150,81</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO  
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO  
CONTROLADORA INTERNA

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	26.202.755,00	21.582.849,27
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.328.800,00	2.791.713,97
I.P.T.U.	555.500,00	559.049,55
I.S.S.	885.500,00	1.144.762,97
I.T.B.I.	299.800,00	431.114,64
I.R.R.F.	328.000,00	334.825,63
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	260.000,00	321.961,18
Contribuições	270.000,00	333.843,48
Receita Patrimonial	157.095,00	98.135,98
Aplicações Financeiras (II)	157.095,00	98.135,98
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	22.401.470,00	16.963.676,62
Cota-Parte do FPM	7.682.760,00	5.119.816,61
Cota-Parte do ICMS	9.493.562,84	7.315.025,61
Cota-Parte do IPVA	600.000,00	580.123,85
Cota-Parte do ITR	8.000,00	6.629,41
Transferências da LC 87/1996	40.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	219.092,16	92.924,12
Transferências do FUNDEB	1.991.500,00	2.203.899,73
Outras Transferências Correntes	2.366.555,00	1.645.257,29
Demais Receitas Correntes	1.045.390,00	1.395.479,22
Outras Receitas Financeiras (III)	10.500,00	861,53
Receitas Correntes Restantes	1.034.890,00	1.394.617,69
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	26.035.160,00	21.483.851,76
RECEITAS DE CAPITAL (V)	56.200,00	1.379.919,18
Operação de Crédito (VI)	3.500,00	1.000.000,00
Amortização de Empréstimos (VII)	32.000,00	32.063,92
Alienação de Bens	1.600,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	1.600,00	0,00
Transferências de Capital	18.100,00	347.855,26
Convênios	16.000,00	347.855,26
Outras Transferências de Capital	2.100,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	19.700,00	347.855,26
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)</b>	<b>26.054.860,00</b>	<b>21.831.707,02</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	26.178.886,60	20.731.731,04	19.724.709,57	18.538.197,32	15.497,76	455.331,60	455.331,60
Pessoal e Encargos Sociais	12.055.082,22	8.842.489,05	8.834.849,05	8.081.389,10	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	40.000,00	10.000,00	3.150,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.083.804,38	11.879.241,99	10.886.709,71	10.456.808,22	15.497,76	455.331,60	455.331,60
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	14.083.804,38	11.879.241,99	10.886.709,71	10.456.808,22	15.497,76	455.331,60	455.331,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	26.138.886,60	20.721.731,04	19.721.558,76	18.538.197,32	15.497,76	455.331,60	455.331,60
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	11.722.774,19	4.061.716,36	1.029.705,58	968.841,00	0,00	486.234,52	486.234,52
Investimentos	11.672.774,19	4.061.716,36	1.029.705,58	968.841,00	0,00	486.234,52	486.234,52
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	11.672.774,19	4.061.716,36	1.029.705,58	968.841,00	0,00	486.234,52	486.234,52

Continua 2/4



Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS		Até o Bimestre/2019					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)		100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)		37.911.660,79	24.783.447,40	20.751.264,34	19.507.038,32	15.497,76	941.566,12
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		1.367.604,82					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019					
		VALOR INCORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		98.135,98					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		3.150,81					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		1.462.589,99					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
ABAXO DA LINHA		SALDO					
		Em 31 Dez 2018(e)				Até o Bimestre/2019(b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00				1.003.150,81	
DEDUÇÕES (XXIX)		4.643.048,27				6.052.177,35	
Disponibilidade de Caixa		4.608.096,62				6.023.120,61	
Disponibilidade de Caixa Bruta		4.623.594,38				7.270.497,44	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		15.497,76				1.247.376,83	
Demais Haveres Financeiros		34.951,65				29.056,74	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-4.643.048,27				-5.049.026,54	
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		405.978,27					

Continua 3/4

Município de Cordilheira Alta - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2019
VARIÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)		-1.231.879,07
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)		0,00
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)</b>		<b>1.637.857,34</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)</b>		<b>1.542.872,17</b>
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		3.228.024,12
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		3.228.024,12
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00

Cordilheira Alta, 11/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO  
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8SILVANA MAGIONI FAVERO  
CONTROLADORA INTERNA

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS				RP \$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+i)	Saldo Total L = (e+k)		
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO Fundo Municipal de Assistência Social Fundo Municipal de Saúde Sec. Munic. da Agric. Ind. e Comércio Sec. Munic. da Infra-Estrutura Secretaria Munic. da Educação Secretaria Munic. de Adm. Fazenda e Planejamento LEGISLATIVO Câmara de Vereadores RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	15.497,76	15.497,76	-	-	0,01	1.198.289,35	941.566,12	941.566,12	52.520,36	204.202,88	204.202,88		
	0,00	15.497,76	15.497,76	0,00	0,00	0,01	1.192.289,35	935.566,12	935.566,12	52.520,36	204.202,88	204.202,88		
	0,00	15.497,76	15.497,76	0,00	0,00	0,01	1.192.289,35	935.566,12	935.566,12	52.520,36	204.202,88	204.202,88		
	0,00	14.061,89	14.061,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185.049,50	185.049,50	185.049,50	0,00	0,00	0,00		
	0,00	1.076,66	1.076,66	0,00	0,00	0,00	613.867,18	464.877,82	464.877,82	0,00	143.989,36	143.989,36		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.929,52	15.817,91	15.817,91	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	240.105,36	184.891,84	184.891,84	0,01	55.213,52	55.213,52		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.337,79	84.929,05	84.929,05	15.408,74	0,00	0,00		
	0,00	359,21	359,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	15.497,76	15.497,76	0,00	0,00	0,01	1.198.289,35	941.566,12	941.566,12	52.520,36	204.202,88	204.202,88		
ONTE:														

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO  
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADOR - CRC/SC023417/O-8SILVANAMAGIONI FAVERO  
CONTROLADORA INTERNA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	2.068.800,00	2.068.800,00	2.469.752,79	119,38
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	555.500,00	555.500,00	559.049,55	100,64
1.1.1- IPTU	480.000,00	480.000,00	463.402,64	96,54
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	75.500,00	75.500,00	95.646,91	126,68
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	299.800,00	299.800,00	431.114,64	143,80
1.2.1- ITBI	299.800,00	299.800,00	237.236,61	79,13
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	193.878,03	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	885.500,00	885.500,00	1.144.762,97	129,28
1.3.1- ISS	820.000,00	820.000,00	1.079.839,85	131,69
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	65.500,00	65.500,00	64.923,12	99,12
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	328.000,00	328.000,00	334.825,63	102,08
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	22.574.078,04	22.574.078,04	16.314.361,77	72,27
2.1- Cota-Parte FPM	9.616.650,00	9.616.650,00	6.320.985,23	65,73
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.816.650,00	8.816.650,00	6.005.844,50	68,12
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	350.000,00	350.000,00	315.140,73	90,04
2.2- Cota-Parte ICMS	11.873.562,84	11.873.562,84	9.143.780,89	77,01
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	273.865,20	273.865,20	116.155,16	42,41
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	8.286,70	82,87
2.6- Cota-Parte IPVA	750.000,00	750.000,00	725.153,79	96,69
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>24.642.878,04</b>	<b>24.642.878,04</b>	<b>18.784.114,56</b>	<b>76,23</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	436.500,00	436.500,00	328.696,68	75,30
5.1- Transferências do Salário-Educação	258.500,00	258.500,00	215.050,00	83,19
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	56.000,00	56.000,00	55.027,80	98,26
5.4- Transferências Diretas - PNATE	109.000,00	109.000,00	58.618,88	53,78
5.5- Outras Transferências do FNDE	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	207.100,00	207.100,00	137.279,04	66,29
6.1- Transferências de Convênios	207.100,00	207.100,00	137.279,04	66,29
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	65.000,00	65.000,00	33.438,22	51,44
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>708.600,00</b>	<b>708.600,00</b>	<b>499.413,94</b>	<b>70,48</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.520.663,04	4.520.663,04	3.199.842,17	70,78
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.933.890,00	1.933.890,00	1.201.168,62	62,11
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.380.000,00	2.380.000,00	1.828.755,28	76,84
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	-	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	54.773,04	54.773,04	23.231,04	42,41
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	1.657,29	82,86
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	150.000,00	150.000,00	145.029,94	96,69
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.991.500,00	1.991.500,00	2.203.899,73	110,67
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.991.500,00	1.991.500,00	2.203.899,73	110,67
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-2.529.163,04</b>	<b>-2.529.163,04</b>	<b>-995.942,44</b>	<b>39,38</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.950.000,00	2.512.090,93	1.948.485,34	77,56	1.948.485,34	77,56
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.950.000,00	2.512.090,93	1.948.485,34	77,56	1.948.485,34	77,56
14- OUTRAS DESPESAS	50.000,00	426.000,00	329.183,02	77,27	329.183,02	77,27
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	50.000,00	426.000,00	329.183,02	77,27	329.183,02	77,27
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.000.000,00	2.938.090,93	2.277.668,36	77,52	2.277.668,36	77,52
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						2.277.668,36
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						88,41
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						14,94
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-3,35
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						58.090,93
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						58.090,93
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	140.100,00	365.100,00	36.585,52	10,02	36.585,52	10,02
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	4.392.600,00	5.324.690,93	3.810.063,43	71,55	3.764.052,91	70,69
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.938.090,93	2.277.668,36	77,52	2.277.668,36	77,52
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.392.600,00	2.386.600,00	1.532.395,07	64,21	1.486.384,55	62,28
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	4.532.700,00	5.689.790,93	3.846.648,95	67,61	3.800.638,43	66,80
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-995.942,44
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ¹						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-995.942,44
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						4.796.580,87
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						25,54
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	245.000,00	347.000,00	68.078,80	19,62	68.078,80	19,62
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.518.565,00	1.329.323,05	961.168,19	72,31	930.734,40	70,02
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	1.763.565,00	2.176.323,05	1.029.246,99	47,29	998.813,20	45,89
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	6.296.265,00	7.866.113,98	4.875.895,94	61,99	4.799.451,63	61,01
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.203.899,73	215.050,00
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.203.899,73	215.050,00
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	2.203.899,73	215.050,00

Cordilheira Alta, 11/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO  
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO  
CONTROLADORA INTERNA

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)</b>				<b>-996.500,00</b>
	<b>3.500,00</b>	<b>1.000.000,00</b>		
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL	11.722.774,19	4.061.716,36	7.661.057,83	
Investimentos	11.672.774,19	4.061.716,36	7.611.057,83	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Dívida	50.000,00	0,00	50.000,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>11.722.774,19</b>	<b>4.061.716,36</b>	<b>7.661.057,83</b>	
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>11.719.274,19</b>	<b>3.061.716,36</b>	<b>7.661.057,83</b>	

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/11/2019

CARLOS ALBERTO TOZZO  
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8SILVANA MAGIONI FAVERO  
CONTROLADORA INTERNA



# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA Nº 11/2019

Publicação Nº 2223809

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência para obras Nº 11/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE MELHORIAS NO GINÁSIO MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO.

Tipo: Menor Preço Global.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min horas do dia 12/12/2019

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min horas do dia 12/12/2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 11:30 e das 13:00 até às 17:00 ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 08 de novembro de 2019

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 91/2019

Publicação Nº 2223789

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 91/2019.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Tipo: Menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 25/11/2019.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 25/11/2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 08 de novembro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO Nº 48/2019

Publicação Nº 2222721

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº48/2019

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 48/2019 AO CONTRATO Nº 87/2018

Contratado: RECICLEPLAS SERVIÇOS DE COLETA LTDA

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica reajustada a CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL E PAGAMENTO do Contrato nº 87/2018, passando a ser o valor mensal de R\$ 11.643,67 (onze mil seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e sete centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO: O parâmetro utilizado para reajuste do valor mensal foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o qual até setembro de 2019 tinha porcentagem de 2,92%.

Vigência: 31/12/2019

**Correia Pinto****PREFEITURA****CREDENCIAMENTO Nº 01/2019 - PROCESSO Nº 03/2019 FMAS**

Publicação Nº 2223084

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIATÊNCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO  
CREDENCIAMENTO Nº 01/2019 – PROCESSO Nº 03/2019 – FMAS

O Município de Correia Pinto/SC, por intermédio do Prefeito, o Sr. Celso Rogério Alves Ribeiro, faz saber pelo presente que se encontra aberto o EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, PRIVADAS OU PÚBLICAS. LUCRATIVAS OU NÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTÊNCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATÉ 18 ANOS INCOMPLETOS, NA MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL OU CASA LAR. CONFORME QUANTIDADE E SERVIÇOS ESPECIFICADOS NO ANEXO I DESTE EDITAL. Prazo para entrega de documentos: 11/11/2019 até 31/12/2019. Prorrogável por mais 12 meses a Critério da Administração. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 11 de novembro de 2019.  
CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

**DECRETO Nº 1500/2019**

Publicação Nº 2223935

DECRETO Nº 1500/2019  
DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

“NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO NATAL LUZ 2019 DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída comissão para organizar e realizar o Natal Luz 2019 do Município de Correia Pinto, composta pelos seguintes membros:

- a) Joelma Neto de Liz – Presidente – (Sec. Administração e Finanças);
- b) Mirian Jaqueline Burk – Secretária – (Sec. Educação);
- c) Rafael Athayde – Tesoureiro - (FMEC);
- d) Juvina das Graças Coelho Tramontini – (FMEC);
- e) Andre Luiz Souza Rodrigues – (Sec. Obras);
- f) Devir de Jesus Oliveira – (Sec. Mobilidade);
- g) Rita de Cássia Alves Julio – (SMASH);
- h) Dionilce Rodrigues Delfes – (Sec. Obras);
- i) José Carlos Vargas Mariano – (Sec. Obras);
- j) Roberson Edgar Bastos – (Sec. Agricultura);
- l) Janna Rafaela Ribeiro Rafael – (Gab. do Prefeito);
- m) Lusia Alice Araújo Duarte – (Rotary);
- n) Elisângela Diniz Grechoniak – (SMASH);
- o) Malgarete Grechoniak dos Santos Bunn – (Sec. Administração);
- p) Ricardo Antonow Junior – (SESI);
- q) Osni Antonio do Amaral Duarte – (Câmara de Vereadores);
- r) Marisete Pereira Muniz Junges – (Sec. Saúde).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 11 de novembro de 2019.  
CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se

**EXTRATO DE CONTRATO 389/2019 À 395/2019 FMS - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 07/2019 FMS**

Publicação Nº 2222874

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019 FMS  
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES HOSPITALARES PARA USO NA UNIDADE ASSISTIDA FUNDAÇÃO HOSPITALAR FAUSTINO RISCAROLLI, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC. PROPOSTA Nº 14741.096000/1190-01 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, RECURSO EMENDA PARLAMENTAR.

Partes: Município de Correia Pinto e Altermed Mat. Medico Hosp. Ltda.  
Instrumento: Contrato nº 0389/2019 FMS  
Vigência: 25/10/2019 à 25/10/2020.

Partes: Município de Correia Pinto e IBF Ind. Brasileira de Filmes S/A.  
Instrumento: Contrato nº 0390/2019 FMS  
Vigência: 25/10/2019 à 25/10/2020.

Partes: Município de Correia Pinto e Jhonatan Bagatoli EPP.  
Instrumento: Contrato nº 0391/2019 FMS  
Vigência: 25/10/2019 à 25/10/2020.

Partes: Município de Correia Pinto e M.F. de Almeida e Cia Ltda EPP.  
Instrumento: Contrato nº 0392/2019 FMS  
Vigência: 25/10/2019 à 25/10/2020.

Partes: Município de Correia Pinto e Metromed – Medicamentos e Materiais Médico-Hospitalar  
Instrumento: Contrato nº 0393/2019 FMS  
Vigência: 25/10/2019 à 25/10/2020.

Partes: Município de Correia Pinto e Sisnac Produtos para Saúde Ltda  
Instrumento: Contrato nº 0394/2019 FMS  
Vigência: 25/10/2019 à 25/10/2020.

Partes: Município de Correia Pinto e V.L. Fuzeti – Comercial ME  
Instrumento: Contrato nº 0395/2019 FMS  
Vigência: 25/10/2019 à 25/10/2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

**PREGÃO PRESENCIAL PMCP Nº 46/2019**

Publicação Nº 2223655

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019 – PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VISANDO A MANUTENÇÃO, REVISÃO E RESTAURAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC. PARA O EXERCÍCIO DE 2019/2020: Menor Preço Por Item. Abertura dos envelopes: 25/11/2019 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

Correia Pinto/SC, 11 de novembro de 2019.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

**ANEXO - EXTRATO DE ITENS VENCEDORES - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019 FMS**  
 Publicação Nº 2222813

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2019</b>									
<b>Fornecedor: 10</b>									
<b>- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA</b>									
<b>Licitação: 7/2019 - PR</b>									
<b>Data da Homologação: 24/10/2019</b>									
5	7401	REANIMADOR MANUAL DE SILICONE INFANTIL, DEVE POSSUIR ALÇA IN	MD	UN	3,000	0,0000	181,9200	545,76	Venceu
11	40133	DEFIBRILADOR CONVENCIONAL TIPO BIFÁSICO COM BATERIA/PÁS INT	Cmos Drake	UN	1,000	0,0000	8.935,0000	8.935,00	Venceu
12	7592	MESA MAYO Auxiliar em aço inox	Olimedic	UN	2,000	0,0000	230,5200	461,04	Venceu
13	7400	REANIMADOR MANUAL DE SILICONE ADULTO, DEVE POSSUIR ALÇA INTE	MD	UN	3,000	0,0000	181,9200	545,76	Venceu
16	8241	CARRO DE CURATIVOS EM AÇO C/ BALDE E BACIA	Olimedic	UN	2,000	0,0000	460,3400	920,68	Venceu
20	40137	BANQUETA EM AÇO INOXIDÁVEL COM REGULAGEM DE ALTURA E ASSENTO	Olimedic	UN	2,000	0,0000	197,6600	395,32	Venceu
23	40139	MACA DE TRANSFERÊNCIA (DOIS CARROS) COM SUPORTE PARA SORO	Olimedic	UN	1,000	0,0000	3.029,0000	3.029,00	Venceu
24	40140	SUPORTE DE HAMPER EM AÇO INOXIDÁVEL.	Olimedic	UN	2,000	0,0000	177,7300	355,46	Venceu
<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>							16,000	15.188,02	
<b>Nr. do Processo: 7/2019</b>									
<b>Fornecedor: 13</b>									
<b>- METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA</b>									
<b>Licitação: 7/2019 - PR</b>									
<b>Data da Homologação: 24/10/2019</b>									
22	40138	MESA DE EXAMES EM AÇO INOX COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA 110	Olimedic / Oli 141	UN	1,000	0,0000	767,6000	767,60	Venceu
25	8805	DETECTOR FETAL TIPO PORTÁTIL TECNOLÓGIA DIGITAL.	MD / FD 200 A	UN	1,000	0,0000	429,5300	429,53	Venceu
<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>							2,000	1.197,13	
<b>Nr. do Processo: 7/2019</b>									
<b>Fornecedor: 155</b>									
<b>- MF DE ALMEIDA &amp; CIA LTDA - ME</b>									
<b>Licitação: 7/2019 - PR</b>									
<b>Data da Homologação: 24/10/2019</b>									
3	40127	LAVADORA ULTRASSÔNICA 15 LITROS, EQUIPAMENTO COM GABINETE E	SANDERS	UN	1,000	0,0000	3.480,0000	3.480,00	Venceu
7	40130	BOMBA DE INFUSÃO COM KVO, ALARMES, PROGRAMAÇÃO DE INFUSÃO,	EQUIPAMED	UN	2,000	0,0000	4.000,0000	8.000,00	Venceu
10	40132	CARRO MACA AVANÇADO COM LEITO E AÇO INOXIDÁVEL EM ESTRUTURA	ARTMED	UN	1,000	0,0000	9.350,0000	9.350,00	Venceu
19	40136	BERÇO AQUECIDO, EQUIPAMENTO COM SISTEMA DE AQUECIMENTO DE CA	FANEM	UN	1,000	0,0000	17.800,0000	17.800,00	Venceu

Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2019</b>									
<b>Fornecedor: 155</b>		<b>- MF DE ALMEIDA &amp; CIA LTDA - ME</b>		<b>Licitação: 7/2019 - PR</b>		<b>Data da Homologação: 24/10/2019</b>			
21	7007	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 12	MEDSONDA	UN	1,000	0,0000	2,5000	2,50	Venceu
<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>								38.632,50	
<b>Nr. do Processo: 7/2019</b>									
<b>Fornecedor: 345</b>		<b>- IBF- IND BRASILEIRA DE FILMES S/A</b>		<b>Licitação: 7/2019 - PR</b>		<b>Data da Homologação: 24/10/2019</b>			
14	40134	IMPRESSORA DRY DE FILMES RADIOLOGICOS, SISTEMA DE IMPRESSÃO		UN	1,000	0,0000	23.800,0000	23.800,00	Venceu
<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>								23.800,00	
<b>Nr. do Processo: 7/2019</b>									
<b>Fornecedor: 1124</b>		<b>- JHONATAN BAGATOLI ME</b>		<b>Licitação: 7/2019 - PR</b>		<b>Data da Homologação: 24/10/2019</b>			
4	40128	CADEIRA COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO MATERIAL DE C	EMPÓRIO FLEX	UN	1,000	0,0000	90,0000	90,00	Venceu
15	7607	AR CONDICIONADO CLIMATIZAÇÃO QUENTE E FRIO TIPO SPLIT COM	ECOBLLU	UN	1,000	0,0000	2.490,0000	2.490,00	Venceu
18	40135	ARMÁRIO COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 40 KG, EM AÇO COM	LUNASA	UN	4,000	0,0000	700,0000	2.800,00	Venceu
26	8830	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS P/ PASTA SUSPensa E DESLIZAMENT	LUNASA	UN	1,000	0,0000	580,0000	580,00	Venceu
27	40141	TELEVISOR DE 41" (POLEGADAS) DE LED, FULL HD, ENTRADA HD	AOC	UN	1,000	0,0000	1.697,0000	1.697,00	Venceu
<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>								7.657,00	
<b>Nr. do Processo: 7/2019</b>									
<b>Fornecedor: 1236</b>		<b>- V.L. FUZETI - COMERCIAL</b>		<b>Licitação: 7/2019 - PR</b>		<b>Data da Homologação: 24/10/2019</b>			
1	40125	CAMA HOSPITALAR ADULTO (SEM MOVIMENTO FAWLER), ESTRUTURA DO	METAL SOLUTION	UN	1,000	0,0000	860,0000	860,00	Venceu
2	40126	CAMA HOSPITALAR FAWLER ELÉTRICA, ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO CO	ARTMED	UN	1,000	0,0000	12.600,0000	12.600,00	Venceu
8	8834	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL, SATURAÇÃO PERIFÉRICA OXÍGENIO, 1	GENERAL MEDITECH	UN	2,000	0,0000	1.358,5000	2.717,00	Venceu

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2019      Licitação: 7/2019 - PR      Data da Homologação: 24/10/2019									
Fornecedor: 1236      - V.L. FUZETI - COMERCIAL									
9	40131	ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO MÓVEL COM FLUXO DE ASPIRAÇÃO	HR HOSPITALAR	UN	1,000	0,0000	1.715,0000	1.715,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			17.892,00	
Nr. do Processo: 7/2019      Licitação: 7/2019 - PR      Data da Homologação: 24/10/2019									
Fornecedor: 1237      - SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA									
6	40129	MONITOR MULTIPARÂMETROS, COM MONITOR DE 12" (DOZE) POLEGADAS		UN	1,000	0,0000	8.000,0000	8.000,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			8.000,00	

Correia Pinto, 8 de Novembro de 2019.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2019 FMS – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019 FMS**

Publicação Nº 2222796

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Estado de Santa Catarina

Av. Duque de Caxias, 3601 - Correia Pinto/SC - CEP 88535-000 - Fone: (49) 3243-1150.

**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2019 – FMS****PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019 – FMS**

No dia 24 do mês de outubro de 2019, compareceram, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, por intermédio da Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob Nº 14.741.096/0001-53, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 3601, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº. 217.068.839-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 07/2019 FMS, Processo Licitatório nº. 07/2019 FMS, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES HOSPITALARES PARA USO NA UNIDADE ASSISTIDA FUNDAÇÃO HOSPITALAR FAUSTINO RISCAROLLI, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC. PROPOSTA Nº 14741.096000/1190-01 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, RECURSO EMENDA PARLAMENTAR**, em conformidade com as especificações constantes no Edital. Abaixo segue os licitantes que tiveram itens vencedores:

Nome da Empresa	CNPJ
ALTERMED MAT. MEDICO HOSP. LTDA	00.802.002/0001-02
IBF – IND. BRASILEIRA DE FILMES S/A	33.255.787/0001-91
JHONATAN BAGATOLI ME	22.992.632/0001-11
M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME	05.021.932/0001-34
METROMED COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO E HOSP. LTDA	83.157.032/0001-22
SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	10.444.624/0001-51
V.L. FUZETI – COMERCIAL	05.523.731/0001-35

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pela Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES HOSPITALARES PARA USO NA UNIDADE ASSISTIDA FUNDAÇÃO HOSPITALAR FAUSTINO RISCAROLLI, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC. PROPOSTA Nº 14741.096000/1190-01 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, RECURSO EMENDA PARLAMENTAR** - tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço por lote, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

Setor de Licitação e Contratos – contratos@correiapinto.sc.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****Estado de Santa Catarina**

Av. Duque de Caxias, 3601 - Correia Pinto/SC - CEP 88535-000 - Fone: (49) 3243-1150.

**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço por lote e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado se torna inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor preço por item.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços ficará vinculada à validade dos créditos orçamentários do ano de 2019, limitado a 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, II e excepcionalmente nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta Lei.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Setor de Licitações e Contratos, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às

Setor de Licitação e Contratos – [contratos@correiapinto.sc.gov.br](mailto:contratos@correiapinto.sc.gov.br)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****Estado de Santa Catarina**

Av. Duque de Caxias, 3601 - Correia Pinto/SC - CEP 88535-000 - Fone: (49) 3243-1150.

**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos/serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus colaboradores, bem como fornecer e fiscalizar a correta utilização dos equipamentos de segurança e de proteção individual;

5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos/serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****Estado de Santa Catarina**

Av. Duque de Caxias, 3601 - Correia Pinto/SC - CEP 88535-000 - Fone: (49) 3243-1150.

**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos/serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. De Fornecimento do(s) produto(s) cotado(s)/serviço(s), que será de acordo com as necessidades da contratante, em no máximo 20 (vinte) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme solicitação, mediante autorização emitida e assinada pelo responsável do setor de compras do Município de Correia Pinto/SC.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas ao serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

Setor de Licitação e Contratos – [contratos@correiapinto.sc.gov.br](mailto:contratos@correiapinto.sc.gov.br)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Estado de Santa Catarina

Av. Duque de Caxias, 3601 - Correia Pinto/SC - CEP 88535-000 - Fone: (49) 3243-1150.

**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

9.3. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.2. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.2.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.2.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.2.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.2, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo.

Correia Pinto, 25 de outubro de 2019.

[Assinado Digitalmente]  
Celso Rogério Alves Ribeiro  
Prefeito

Setor de Licitação e Contratos – contratos@correiapinto.sc.gov.br

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****Estado de Santa Catarina**

Av. Duque de Caxias, 3601 - Correia Pinto/SC - CEP 88535-000 - Fone: (49) 3243-1150.

**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

DETENTORAS DA ATA

[Assinado Digitalmente]

**ALTERMED MAT. MEDICO HOSP. LTDA**

\_\_\_\_\_

**IBF – IND. BRASILEIRA DE FILMES S/A**

\_\_\_\_\_

**JHONATAN BAGATOLI ME**

\_\_\_\_\_

**M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME**

\_\_\_\_\_

**METROMED COMÉRCIO DE MAT. MÉDICO E HOSP. LTDA**

\_\_\_\_\_

**SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**

\_\_\_\_\_

**V.L. FUZETI – COMERCIAL**

\_\_\_\_\_

Setor de Licitação e Contratos – [contratos@correiapinto.sc.gov.br](mailto:contratos@correiapinto.sc.gov.br)

# Corupá

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 109/19

Publicação Nº 2222828

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 128/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: AS INDUSTRIA GRAFICA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 31.846.841/0001-48, estabelecida na rua Alberto Peters, nº 537 - Bloco 02, bairro Jardim Petrópolis, no município de Presidente Prudente, estado de São Paulo, CEP 19060-310.

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAL GRÁFICO PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC.

VALOR:

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
1	ENVELOPE GRANDE MEDIDAS 24X34 CM.	UNIDADE	3.000	R\$ 0,41	R\$ 1.230,00
2	ENVELOPE MÉDIO MEDIDAS 20X28CM.	UNIDADE	3.000	R\$ 0,30	R\$ 900,00
4	PASTA PROCESSO LICITATÓRIO/COR BRANCA MEDIDAS 54X34,7CM.	UNIDADE	3.000	R\$ 0,84	R\$ 2.520,00
5	PASTA PROCESSO LICITATÓRIO/COR LARANJA MEDIDAS 54X34,7CM.	UNIDADE	1.000	R\$ 1,20	R\$ 1.200,00
6	PASTA PROCESSO ADMINISTRATIVO/COR BRANCA MEDIDAS 54X34,7CM.	UNIDADE	4.000	R\$ 0,81	R\$ 3.240,00
11	INFORMATIVO/08 PÁGINAS MEDIDAS 21X29,7CM FECHADO.	UNIDADE	10.000	R\$ 0,52	R\$ 5.200,00
12	INFORMATIVO/12 PÁGINAS MEDIDAS 21X29,7CM FECHADO.	UNIDADE	10.000	R\$ 0,75	R\$ 7.500,00
13	CARTAZ MEDIDAS 40X60CM.	UNIDADE	2.000	R\$ 0,96	R\$ 1.920,00
14	FOLDER MEDIDAS 10X20CM.	UNIDADE	16.600	R\$ 0,08	R\$ 1.328,00
15	FOLDER MEDIDAS 20X20CM.	UNIDADE	6.000	R\$ 0,17	R\$ 1.020,00
16	FOLDER MEDIDAS 21X29,7CM (ABERTO); 21X10CM (FECHADO)	UNIDADE	20.000	R\$ 0,15	R\$ 3.000,00
20	FOLDER MEDIDAS 15X21CM; COUCHÊ BRILHO 115G/M² COM 4X4 CORES.	UNIDADE	2.000	R\$ 0,28	R\$ 560,00
21	MAPA MEDIDAS 60X40CM.	UNIDADE	5.000	R\$ 0,84	R\$ 4.200,00
22	FOLDER MEDIDAS 10X20CM. COUCHÊ BRILHO 115G/M² COM 4X4 CORES	UNIDADE	5.000	R\$ 0,12	R\$ 600,00
				TOTAL	R\$ 34.418,00

Data da Assinatura: 11/11/2019

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 110/19

Publicação Nº 2222830

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 128/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.665.084/0001-04, estabelecida na rua Pérola do Vale, n 55, bairro Itoupava Central, no município de Blumenau, estado de Santa Catarina, CEP 89062-212.

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAL GRÁFICO PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC.

VALOR:

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
7	BLOCO TAXAS DE CEMITÉRIO BLOCO 50X2 VIAS NAS MEDIDAS 14X20CM.	UNIDADE	40	R\$ 8,00	R\$ 320,00
10	FOLHA TIMBRADA - MEDIDAS 21X29,7CM.	UNIDADE	2.500	R\$ 0,18	R\$ 450,00
17	BLOCO DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA, BLOCO 50X1 VIAS NAS MEDIDAS 26X10CM.	UNIDADE	200	R\$ 3,00	R\$ 600,00





18	BLOCO DE RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, BLOCO 50X2 VIAS NAS MEDIDAS 15X21CM.	UNIDADE	200	R\$ 4,00	R\$ 800,00
19	BLOCO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO BLOCO 50X1 VIAS NAS MEDIDAS 15X21CM.	UNIDADE	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
23	BLOCO DE MAPA/02 MODELOS BLOCO 100X1 VIAS NAS MEDIDAS 42X29,7CM.	UNIDADE	50	R\$ 10,00	R\$ 500,00
24	BLOCO DE INFRAÇÃO - 25X2, COM 25 NÚMEROS, DUAS VIAS, TOTALIZANDO 50 FOLHAS	UNIDADE	200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
25	BLOCO DE PENALIDADE 25X2, COM 25 NÚMEROS, DUAS VIAS, TOTALIZANDO 50 FOLHAS	UNIDADE	200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
26	BLOCO DE INTIMAÇÃO 25X2, COM 25 NÚMEROS, DUAS VIAS, TOTALIZANDO 50 FOLHAS	UNIDADE	200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
				TOTAL	R\$ 5.970,00

Data da Assinatura: 11/11/2019

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL**CONTRATO 068/19**

Publicação Nº 2223212

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 117/19  
DISPENSA nº 033/19  
CHAMADA PÚBLICA 004/19  
CONTRATO Nº 068/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE SCHROEDER – COOPER SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob nº 12.463.731/0001-52, DAP Jurídica nº SDW1246373100012302180109, estabelecida na Estrada Geral Duas Mamas, nº 2925 bairro Duas Mamas, município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP 89275-000.

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR e do Empreendedor Familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

VALOR:

Item	Produto	Qtde.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total	Periodicidade da entrega
1	Morango	250	Quilograma	R\$ 20,00	R\$ 5.000,00	Semanal

Data da Assinatura: 11/11/2019

Data da Vigência: 31/12/2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL**DECRETO Nº 1782/19**

Publicação Nº 2223022

DECRETO Nº 1782/19

FIXA UFRM – UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO FISCAL DE 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no artigo 529 da Lei Complementar nº 10 de 29 de setembro de 2009,

CONSIDERANDO o Art. 529 da Lei Complementar Municipal nº 010, de 29/09/09, alterado pelo artigo 24 da Lei Complementar nº 58 de 15 de maio de 2015; que estabelece o reajuste anual para o exercício, aplicando-se no mês de janeiro a atualização monetária;

CONSIDERANDO que o IBGE divulgou o índice definitivo do INPC acumulado de novembro de 2018 a outubro de 2019 como sendo de 2,554580%;

DECRETA:



Art. 1º - Fica fixado o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, para o Exercício Fiscal de 2020 em R\$ 2,92 (dois reais e noventa e dois centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
12 de novembro 2019.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 004/2019

Publicação Nº 2222935

Secretaria de Administração e Fazenda  
Departamento de Tributação e Fiscalização  
Edital de Notificação Fiscal Nº 004/2019

A Secretaria de Administração e Fazenda do Município de Corupá – SC, comunica todos os contribuintes, devedores da Fazenda Pública Municipal, inscritos em dívida ativa referente a créditos tributários e não-tributários do Município, constituídos na forma da legislação em vigor, independentemente do valor, bem como os títulos executivos judiciais condenatórios de quantia certa transitados em julgado, que não foram localizados por via postal, que o não pagamento dos valores pendentes até o dia 10/12/2019 implicará na Ação Judicial e/ou Protesto das certidões de dívida ativa.

O contribuinte que quiser quitar seu débito ou parcelar, antes da propositura de ação judicial e/ou protesto, deverá procurar a Prefeitura Municipal no Setor de Tributação e Fiscalização, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 443, Centro.

168319	ACRILICOS SAO MIGUEL LTDA ME	Jurídica	05.977.333/0001-99
146358	ADAIR VEIGA	Física	043.667.738-56
174866	ADEJAIR REITZ - ME	Jurídica	20.722.139/0001-56
73415	ADEMAR PONATH	Física	023.857.339-78
98558	ADEMILSON LUI	Física	729.847.919-91
20524	ADIVALD FISCHER	Física	824.631.319-34
28460	ADOLFO STAROSKI	Física	384.120.989-00
169200	ADRIANA GOMES IZAIAS - ME	Jurídica	15.619.754/0002-82
101958	ADRIANO SIDNEI RAMALHO	Física	043.445.169-07
152447	AFONSINA ROCHA TEJADA	Física	170.032.700-30
165263	ALTAMIRO JOSE KAJUK	Física	018.818.119-99
181757	AMARILDO BELLI	Física	791.425.759-15
162710	ANA PAULA FERRAZ PRESTES	Física	043.126.749-90
68500	ANADON INFORMATICA LTDA ME	Jurídica	07.229.072/0001-54
120120	ANDREI MANFREDINI ME	Jurídica	12.469.046/0001-33
9512	ANGELA MARIA MULLER	Física	656.694.289-00
45624	ANGELO KOSLOWSKI - ME	Jurídica	80.656.440/0001-30
1970	ANISIO ALUDIO DE LIMA	Física	121.151.189-87
50725	ANTONIO JOSE DOS SANTOS	Física	676.442.609-00
79987	ARACI VIRGINIA DA SILVA - ME	Jurídica	04.770.361/0001-78
41734	ARI CINESIO RANK	Física	421.020.819-15
10456	BANANAL CITY ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	Jurídica	84.688.316/0001-08
102903	BANCO DO BRASIL S.A / BESC CORUPA	Jurídica	00.000.000/6140-92
180262	BRAVO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. - ME	Jurídica	15.384.983/0001-84
173819	C L DROGARIA E FARMACIA LTDA - ME	Jurídica	22.359.229/0001-50
149675	CARLA BEATRIZ STEFANHAK DOS SANTOS ME	Jurídica	13.320.844/0001-61
169005	CARLOS ROBERTO DO NASCIMENTO REFEICOES - ME	Jurídica	19.041.397/0002-79
152188	CLAUDEMIR FERREIRA DE LIMA	Física	064.837.679-60
150134	CLEVERSON CORTES - ME	Jurídica	19.364.097/0001-40

149942	CLOVIS LOURENCO PEREIRA DE LIMA	Física	793.928.579-34
170097	COMERCIAL DUTRA LTDA - ME	Jurídica	09.331.170/0001-23
168890	CONFECOES AMOR DE MENINA LTDA - ME	Jurídica	22.103.611/0001-06
114278	CORUPA MAQUINAS DE COSTURA LTDA ME	Jurídica	11.519.919/0001-02
98973	COSME FRANCISCO DE FARIAS	Física	169.675.918-86
173606	DALISSI TEXTIL LTDA - ME	Jurídica	09.193.718/0001-16
106780	DEISY MARA DE CARVALHO	Jurídica	10.932.147/0001-73
170461	DERLI WOLF GASPAROTTO - ME	Jurídica	23.815.859/0001-54
111104	DEUCLEI KOVALSKI	Física	866.542.929-87
4758	DIRCEU GESSNER	Física	029.514.039-92
4669	DORA ELLY SCHOTT GARKISCH	Física	018.172.119-86
173835	EDSON JONATHAN KREIS DA SILVA	Física	085.771.739-17
142972	ELIANGEL CONFECOES LTDA ME	Jurídica	13.694.605/0001-71
164895	ELIZABETH ROSANA MENDES	Física	027.175.549-04
6220	EPHIGENIA HONORATO BUENO	Física	594.630.749-53
187623	ESPACO SAUDE - EIRELI - ME	Jurídica	27.438.531/0001-17
87297	FARMACIA ESPOSITO LTDA-ME	Jurídica	08.750.141/0001-33
116165	FERNANDO JOSÉ DE SOUZA PRESTES	Física	037.302.999-30
151858	FERNANDO ROCHA	Física	031.568.609-05
159972	FILLIPP INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA - ME.	Jurídica	16.997.122/0001-34
150630	FLAVIO LUIS DE SOUZA	Física	395.381.689-68
74047	FRANCISCO ALEXANDRE ZANELLA SIMAS	Física	791.858.869-04
116	GABRIEL SCHULZE	Física	089.579.769-06
176702	GENILSON TIBURSKI	Física	061.961.519-24
7439	GENNY GUILHERMINA NOGACZ	Física	487.825.139-53
90034	GERHARD SPIESS FILHO - ME	Jurídica	07.400.288/0002-11
15679	GILBERTO HOHMANN AUGUSTIN	Física	041.525.559-71
120448	GUILHERME HELLER NETO	Física	070.831.879-75
89486	HARRY DORN	Física	599.496.609-63
33316	HELMUT SCHULTZ	Física	093.261.979-72
143847	INCORPORADORA E CONSTRUTORA TRIUNFO LTDA	Jurídica	07.754.041/0001-12
148075	INES TERESINHA BAYER ME	Jurídica	15.305.513/0001-88
9008	INGE BLEICH PICOLLI	Física	292.249.699-68
62022	IRACI DA FONSECA	Física	848.239.259-04
90360	IRANI AGOSTINHO FERNANDES	Física	709.912.439-00
164437	IRENE KELLNER WISNIEWSKI	Física	674.384.319-91
164402	IVANILDA TEREZINHA PEREIRA	Física	898.839.269-87
195316	JAISON LATZKE	Física	004.959.819-82
183970	JBF AGRIMENSURA E TOPOGRAFIA LTDA	Jurídica	24.769.823/0001-44
155870	JM - FABRICAÇÃO DE MOVEIS LTDA. - ME	Jurídica	18.028.824/0001-35
34290	JOAO CARLOS ANGEIO SOBRINHO	Física	384.116.529-04
26441	JORGE LUIZ WINTER	Física	312.044.819-20
35297	JOSE BELITZKI	Física	419.608.829-53
82384	JOSE JULIANO BUENO DE OLIVEIRA	Física	050.502.139-08
41092	JULIO CESAR GOMES	Física	026.084.519-18
63487	JURHA COM. E REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Jurídica	06.175.695/0001-29
84301	JUVELINO KUSTER	Física	509.727.319-20
158232	KAMILA ZEININGER	Física	058.245.739-48
149276	KAYAN FELIX ROMAO - ME	Jurídica	12.044.860/0001-06
85162	LAERTE JOSE MATTOS	Jurídica	11.535.130/0001-45

145629	LEGUS REPRESENTACAO LTDA	Jurídica	12.904.897/0001-67
70513	LEO IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA - ME	Jurídica	07.360.814/0001-86
91154	LEONEL FLOR DA SILVA	Física	029.430.869-59
11169	LEONIDES KOHN	Física	447.262.959-34
89613	LIAMARA PAREY	Física	899.771.739-15
11134	LOIRENA LARSEN MARTINI	Física	509.366.469-34
84433	LOURIVAL KLITZKE	Física	484.197.379-68
45705	LUIZ CARLOS HOFFMANN	Física	073.110.709-88
161250	LUIZ FERNANDO GAIO	Física	060.197.869-27
175277	LUSAN INDUSTRIA METAL MECANICA EIRELI - ME	Jurídica	24.222.901/0001-96
164429	MARCIA DAMASIO	Física	088.010.469-44
154164	MARCIA FATIMA DA SILVA - ME	Jurídica	19.974.273/0001-65
147222	MARCIA TEXTIL LTDA ME	Jurídica	19.092.623/0001-60
62367	MARCIO KUSCHINSKI	Física	035.237.849-21
79286	MARCIO MENEGUELLI	Física	032.456.709-07
114456	MARCOS AURELIO CARVALHO	Física	920.862.689-04
69264	MARCOS SIQUEIRA	Física	032.238.159-29
41998	MARIA DEPIN	Física	381.224.569-87
104760	MARINO MULBAUER E OUTROS	Física	026.577.649-08
15830	MARIO FELISBINO	Física	674.379.079-68
71200	MARIO FERRAZZA E MARIO FERRAZZA JUNIOR	Física	180.091.159-91
190632	METALICA FORMAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA INDUSTRIA LTDA	Jurídica	26.600.266/0001-69
142476	METALURGICA RV EIRELI - ME	Jurídica	12.805.946/0001-04
13250	MILTON GRUTZMACHER	Física	010.192.529-87
142697	MSP INDUSTRIAL EIRELI - ME	Jurídica	13.117.534/0001-44
151815	NELSON CESAR PALAMAR	Física	019.619.849-62
25216	NELSON RODRIGUES	Física	381.087.809-00
154903	OLIRIA FREDERICO	Física	043.006.719-40
97926	OLIVINO DO PRADO	Física	042.835.609-52
6246	OSMAR HOSPEDARSCH	Física	163.178.319-04
16659	OSWALDO SCHWARZ	Física	247.145.349-04
171018	P & P - TECNOLOGIAS PROFISSIONALIZANTES LTDA - ME	Jurídica	22.390.089/0001-82
163333	PAULO CESAR AMORIM - INSTALACOES ME	Jurídica	13.559.860/0001-01
22314	PAULO ROBERTO ANTONIAWICZ	Física	821.092.229-72
200212	PEDRO ALEXI	Física	399.811.859-49
89311	POUSADA ECO VILA ECOLOGICA LTDA - ME	Jurídica	08.913.359/0001-61
112674	PRAXIS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Jurídica	10.322.870/0001-30
18708	REINALDO KIATKOWSKI	Física	645.416.149-87
14923	RENATE MARIA WEDDERHOFF E HERDEIROS	Física	472.187.119-87
60151	RICARDO DIRCEU ROMAO	Física	024.812.839-61
168580	RODRIGO DE CAMPOS	Física	038.938.689-84
157694	ROTA JARAGUA SERVICOS LTDA - ME	Jurídica	28.325.779/0001-34
164135	SALIM LOPES DE LIMA	Física	310.780.988-83
57312	SANTA CATARINA CLINICA	Jurídica	05.652.650/0001-35
144797	SERRARIA ANO BOM EIRELI - ME	Jurídica	16.678.121/0001-27
171441	SHEILA MAIARA KVIATKOWSKI	Física	092.009.749-96
165360	SIDNEY DE SOUZA	Física	045.047.429-18
48500	SILMARA ADRIANA SCHWARZ	Física	690.408.779-04
181188	SILVA KOLTUN MERCADO LTDA - ME	Jurídica	24.075.778/0001-28

168351	SILVIO JURANDIR BOGO	Física	509.388.789-72
187585	SOFA SOFT REPRESENTAÇÕES LTDA ME	Jurídica	27.185.738/0001-27
109606	SRN DISK LANCHES LTDA. - ME	Jurídica	11.087.642/0001-96
160237	STEPHANIE BEFFART	Física	065.664.899-67
71803	SWS ASSESS.FACTORING E MARKETING LTDA-ME	Jurídica	07.521.563/0001-74
130869	THE FAMILY INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO L	Jurídica	02.937.835/0001-06
143901	THIAGO SILVA VEIGA	Física	038.391.969-06
151408	THIAGO WISZNIEWSKI	Física	079.336.009-99
392146	TJB COMUNICACAO LTDA	Jurídica	18.101.952/0001-67
110515	TOKE REPRESENTACOES LTDA	Jurídica	08.860.039/0001-90
16098	TROPICA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.	Jurídica	80.429.905/0001-10
179515	V & K INDUSTRIA LTDA - ME	Jurídica	28.336.476/0001-17
151904	VANDERLEA DE FATIMA DE CAMPOS - ME	Jurídica	13.981.370/0001-07
156353	VANTUIR DE ASSIS - ME	Jurídica	17.161.755/0001-70
73377	VILMA MORAIS	Física	025.626.199-78
169544	VINICIUS DE OLIVEIRA SENNA 00499081030	Jurídica	23.610.103/0001-79
54755	VIVIANE CRISTINE DE SOUZA MACIEL	Física	018.988.809-13
147010	VIVIANE MELCHERTH - ME	Jurídica	18.580.395/0001-04
72257	WAGNER LECHINER	Física	048.141.549-17
187461	WAGNER WACKERHAGE	Física	087.863.199-22
72362	WALLY STAMMERJOHANN	Física	027.521.789-21
64475	WANDERLEI FELISBINO	Física	750.589.109-00
18023	WANDERLEI GLATZ	Física	821.170.049-20
17175	WERNER AUERHAHN	Física	770.360.508-53
22500	WILSON BRAUN	Física	947.794.229-49
152501	WSKI INFORMATICA LTDA - ME	Jurídica	14.366.954/0001-27
9628	ZILDA HERNACKI	Física	684.411.189-49

E, para que produza os efeitos legais e de direito, que o presente Edital seja devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC) e mural da Secretaria de Administração e Fazenda, a fim de dar ciência de seu teor aos contribuintes notificados.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
12 de novembro de 2019.  
João Carlos Gottardi  
Prefeito Municipal

Kelly Cristina Alves de Souza  
Secretária de Administração e Fazenda

João Maria Leski  
Fiscal de Tributos e Posturas

Ederson Cleiton Mahs  
Fiscal de Tributos e Posturas

# Cunhataí

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 087/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224038

DECRETO MUNICIPAL N.º 087/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º, § 1º, Inciso I da Lei Municipal n.º 931 de 13 de dezembro de 2018;

DECRETA: Art. 1º. Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 20.800,00(Vinte Mil e Oitocentos Reais), nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER	4
Unidade	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2
Função	Cultura	13
Sub-função	Difusão Cultural	392
Programa	CULTURA – VALORIZAÇÃO DO POVO E SUA HISTÓRIA	7
Atividade	Manutenção das Ações do Departamento de Cultura	2.019
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000- (57)
		1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. DE INFRAEST, OBRAS, SERV URB, DESENV E TURISMO	5
Unidade	DPTO DE PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Serviços Urbanos	452
Programa	DESENVOLVIMENTO URBANO	13
Projeto	Manutenção da Iluminação Pública	2.039
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	10.17.000000 - (85)
		10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	2
Unidade	COORDENADORIA DE GESTÃO EM ADM E PLANEJAMENTO	2
Função	Comércio e Serviços	23
Sub-Função	Promoção Comercial	691
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1
Projeto	Incentivo a Realização de Eventos e Feiras	2.048
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (20)
		3.500,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER	4
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Ensino Fundamental	361
Programa	TRANSPORTE ESCOLAR	21
Projeto	Manutenção das Ações do Transporte Escolar	2.078
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	11.62.000000 - (45)
		6.300,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Provável Excesso de Arrecadação para o Exercício Financeiro de 2019 na destinação de Recursos DR nº 10.00 – Recursos Ordinários no valor de R\$ - 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais), na destinação de Recursos DR nº 11.62 – Transferências de Convênios do Estado- Educação no valor de R\$ - 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais) e na destinação de Recursos DR nº 10.17 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP no valor de R\$ - 10.000,00 (Dez Mil Reais), perfazendo o valor total de R\$ - 20.800,00(Vinte Mil e Oitocentos Reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 12 de novembro de 2019.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL  
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

## DECRETO Nº 088/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224048

DECRETO Nº 088/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso III da Lei Municipal n.º 931 de 13 de dezembro de 2018;

DECRETA: Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 1.500,00(Um Mil e Quinhentos Reais), nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER	4
Unidade	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2
Função	Cultura	13
Sub-função	Difusão Cultural	392
Programa	CULTURA – VALORIZAÇÃO DO POVO E SUA HISTÓRIA	7
Atividade	Manutenção das Ações do Departamento de Cultura	2.019
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000- (57)
		Valor
		1.500,00

Art. 2º. Para a cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, será através da redução parcial ou total nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER	4
Unidade	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2
Função	Cultura	13
Sub-função	Difusão Cultural	392
Programa	CULTURA – VALORIZAÇÃO DO POVO E SUA HISTÓRIA	7
Atividade	Manutenção das Ações do Departamento de Cultura	2.019
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000- (56)
		Valor
		1.500,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 12 de novembro de 2019.  
LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

Publique-se e Registre-se

AUGUSTO DIEL MARSCHALL  
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

## PORTARIA 199/2019

Publicação Nº 2223008

PORTARIA Nº 199/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de licença prêmio a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 77, inc. IX, combinado com o artigo 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade ao artigo 124 e 129 da Lei Complementar nº. 002/2007.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao servidor público municipal SADIMIR MORATELLI ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, com carga horária de 40h00 semanais, a licença prêmio de 30 (trinta) dias, a partir de 04 DE NOVEMBRO DE 2019 A 03 DE DEZEMBRO DE 2019. referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2014 a 02 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de novembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 07 de novembro de 2019.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL

Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.



# Curitibanos

## PREFEITURA

### DECISÃO ADMINISTRATIVA - CONTRATO Nº 254/2016

Publicação Nº 2223354

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

PHENIX SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA - CNPJ sob Nº 11.969.973/0001-50 - INSTAURAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR MEIO DA PORTARIA 1.356/2018 – REDESIGNADA PELA PORTARIA Nº 792/2019 – CONTRATO Nº 254/2016 - NÃO CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS – PARALISAÇÃO/INEXECUÇÃO DO SERVIÇO – ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO/DADOS CADASTRAIS JUNTO AO CINDACTA NA ÉPOCA DOS FATOS – NÃO COMPROVAÇÃO – PRAZO CONTRATUAL – AUSÊNCIA DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO/ADITAMENTO – TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL – IRREGULARIDADE NO ACOMPANHAMENTO – PENALIDADE A SER APLICADA.

Acolho os fundamentos postos pela Comissão especial, nomeada pela portaria 1.356/2018, redesignada por meio da Portaria nº 792/2019, como razões para decidir, em atenção ao princípio da indisponibilidade do interesse público e, portanto:

- a) determino a devolução da importância antecipada pela Municipalidade, equivalente a R\$ 22.660,39 (vinte e dois mil, seiscentos e sessenta reais, trinta e nove centavos), atualizado até 06/10/2019; (Emita-se DAM)
- b) Aplico a empresa PHENIX SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA, CNPJ sob Nº 11.969.973/0001-50, a penalidade de suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- c) Finalmente, aplico pena de multa de 3% sobre o valor global do instrumento contratual, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. (Emita-se DAM)

Para os devidos efeitos legais, cientifique-se a empresa da presente decisão, comunique-se o setor de licitações e publique-se. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo de 15 dias, ou ausente recurso no mesmo prazo, ao setor de tributação para que proceda à inscrição em Dívida Ativa e posterior execução.

O inteiro teor do relatório está disponível no site <https://www.curitibanos.sc.gov.br/>, no link Transparência > processos licitatórios.

Curitibanos (SC), 06 de novembro de 2019.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

Publicação Nº 2224035

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

O Fundo Municipal de Cultura de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA O EVENTO DE NATAL QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 14/12/2019 ATÉ 21/12/2019 NA PRAÇA CENTENÁRIO, NO HORÁRIO DAS 16H ATÉ 22 HORAS, TODOS OS DIAS, TOTALIZANDO 8 DIAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 27/11/2019, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 27/11/2019, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 11 de Novembro de 2019.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 15/2019

Publicação Nº 2223355

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC OUTUBRO/2019

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 15/2019

Contrato Nº.: 15/2019

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI

Valor ..... : 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 10/10/2019 Término: 10/10/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 51.461,05

Objeto ..... : CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 16/2019**

Publicação Nº 2223384

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

## Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 16/2019

Contrato Nº.: 16/2019

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: COMERCIO E TRANSPORTES MASONDA LTDA - EPP

Valor ..... : 12.563,00 (doze mil quinhentos e sessenta e três reais)

Vigência ..... : Início: 18/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2019

Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 38.760,67

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MADEIRA PARA ATENDER AO PROGRAMA PEQUENAS REFORMAS PARA FAMILIAS CARENTES DO MUNICIPIO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 17/2019**

Publicação Nº 2223385

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

## Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 17/2019

Contrato Nº.: 17/2019

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI

Valor ..... : 3.815,00 (três mil oitocentos e quinze reais)

Vigência ..... : Início: 18/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2019

Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 38.760,67

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MADEIRA PARA ATENDER AO PROGRAMA PEQUENAS REFORMAS PARA FAMILIAS CARENTES DO MUNICIPIO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 18/2019**

Publicação Nº 2223387

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 18/2019

Aditivo Nº ..... : 18/2019 - Contrato Nº: 3/2019  
Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/10/2019 Término: 01/02/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 20/2019**

Publicação Nº 2223259

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 20/2019

Contrato Nº.: 20/2019  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS  
Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI  
Valor ..... : 420,00 (quatrocentos e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2019 Término: 10/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 44.955,30

Objeto ..... : CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 21/2019**

Publicação Nº 2223260

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 21/2019

Contrato Nº.: 21/2019  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS  
Contratada...: SIMAO ELIAS WOLF  
Valor ..... : 12.700,00 (doze mil setecentos reais)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 9/2019

Recursos ..... : Dotação: 2.074.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 23.732,25  
Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO SR. SIMÃO WOLF E SUA EQUIPE TÉCNICA COM 10 PESSOAS PARA SHOW DE ABERTURA DA VII VILA DO PAI NOEL DIA 13 DE DEZEMBRO COM DURAÇÃO DE 1H E 45MIN NA PRAÇA CENTENÁRIO. EM CONFORMIDADE COM O ART. 25, INCISO III DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 22/2019

Publicação Nº 2223263

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 22/2019

Aditivo Nº ..... : 22/2019 - Contrato Nº: 2/2019  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/10/2019 Término: 01/02/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 05/2019

Publicação Nº 2223268

ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEFESA CIVIL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 05/2019

Contrato Nº...: 5/2019  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS  
Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI  
Valor ..... : 350,00 (trezentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2019 Término: 10/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.080.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 24.726,37  
Objeto ..... : CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 06/2019

Publicação Nº 2223270

ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEFESA CIVIL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 06/2019

Aditivo Nº ..... : 6/2019 - Contrato Nº: 2/2019  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 22/10/2019 Término: 01/02/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 10/2019

Publicação Nº 2223272

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 10/2019

Contrato Nº.: 10/2019

Contratante.: FUNDO MUNIC.DA CRIANÇA E DO ADOLESC. CURITIBANOS

Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI

Valor ..... : 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 10/10/2019 Término: 10/10/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.012.3.3.90.00.00.00.00.00 (3) Saldo: 52.341,74

Objeto ..... : CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 11/2019

Publicação Nº 2223390

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPESMUC

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 11/2019

Contrato Nº.: 11/2019

Contratante.: INST. PREV. SOCIAL SERV. PUB. M. CURITIBANOS

Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI

Valor ..... : 420,00 (quatrocentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 10/10/2019 Término: 10/10/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (2)

Objeto ..... : CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 11/2019

Publicação Nº 2223275

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 11/2019**

Aditivo Nº ..... : 11/2019 - Contrato Nº: 1/2019

Contratante.: FUNDO MUNIC.DA CRIANCA E DO ADOLESC. CURITIBANOS

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 22/10/2019 Término: 01/02/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 12/2019**

Publicação Nº 2223391

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPESMUC

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 12/2019**

Aditivo Nº ..... : 12/2019 - Contrato Nº: 3/2019

Contratante.: INST. PREV. SOCIAL SERV. PUB. M. CURITIBANOS

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 22/10/2019 Término: 01/02/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 138/2019**

Publicação Nº 2223393

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 138/2019**

Contrato Nº.: 138/2019

Contratante.: FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS

Contratada...: JONATHAN WILLIAM FLEMMING

Valor ..... : 900,00 (novecentos reais)

Vigência ..... : Início: 03/10/2019 Término: 30/10/2019

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 189/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (13)

Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EMERGENCIAL DE LAVAÇÃO DE VEÍCULO. CONFORME ART. 24, INCISO II DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 139/2019**

Publicação Nº 2223395

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 139/2019**

Contrato Nº.: 139/2019  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada.: AUTO VIACAO CATARINENSE LTDA  
Valor ..... : 7.753,00 (sete mil setecentos e cinquenta e três reais)  
Vigência ..... : Início: 09/10/2019 Término: 26/09/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2019  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE PASSAGENS PARA TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 140/2019**

Publicação Nº 2223396

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 140/2019**

Contrato Nº.: 140/2019  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada.: MXA SOLUTIONS EIRELI  
Valor ..... : 8.925,00 (oito mil novecentos e vinte e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2019 Término: 10/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (23)  
Objeto ..... : CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 141/2019**

Publicação Nº 2223398

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 141/2019**

Contrato Nº.: 141/2019  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada.: MARTARELLO & CIA LTDA - ME  
Valor ..... : 274,45 (duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2019 Término: 20/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 217/2018  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)  
Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DE MARMITAS E BUFFET LIVRE PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 142/2019**

Publicação Nº 2223399

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 142/2019**

Contrato Nº.: 142/2019  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada.: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME  
Valor ..... : 1.575,00 (um mil quinhentos e setenta e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 18/10/2019 Término: 29/01/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 234/2018  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (13)  
Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DA PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 143/2019**

Publicação Nº 2223401

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 143/2019**

Contrato Nº.: 143/2019  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada.: JONATHAN WILLIAM FLEMMING  
Valor ..... : 3.471,60 (três mil quatrocentos e setenta e um reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 18/10/2019 Término: 11/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 181/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (13)  
Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 144/2019**

Publicação Nº 2223403

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 144/2019**

Aditivo Nº ..... : 144/2019 - Contrato Nº: 27/2019  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/10/2019 Término: 01/02/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 145/2019**

Publicação Nº 2223406

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019  
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 145/2019

Contrato Nº.: 145/2019  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada...: MARTARELLO & CIA LTDA - ME  
Valor ..... : 1.272,45 (um mil duzentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 31/10/2019 Término: 20/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 217/2018  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (21)  
Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFEÇÃO DE MARMITAS E BUFFET LIVRE PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 159/2019**

Publicação Nº 2223309

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 159/2019

Aditivo Nº ..... : 159/2019 - Contrato Nº: 67/2018  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: BALBINOT CONSTRUCOES EIRELI  
Valor ..... : 53.538,36 (cinquenta e três mil quinhentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 21/10/2019  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2018  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : SUPRESSÃO DE VALOR R\$ 53.538,36 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO NÚCLEO MUNICIPAL PROFESSOR ALÍRIO LUIS DE ALMEIDA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 160/2019**

Publicação Nº 2223311

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 160/2019

Aditivo Nº ..... : 160/2019 - Contrato Nº: 196/2018  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: Microcable Serv. Telecom. e Energia Ltda.  
Valor ..... : 127.399,94 (cento e vinte e sete mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 08/10/2019 Término: 06/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 191/2018  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (14), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (34)  
Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 127.399,94, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS PARA AMBIENTALIZAÇÃO DAS SALAS DE TECNOLOGIA NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E TERMOS DE REFERÊNCIA.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 161/2019**

Publicação Nº 2223312

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 161/2019

Contrato Nº.: 161/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI  
Valor ..... : 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2019 Término: 10/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 414.417,23  
Objeto ..... : CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 162/2019**

Publicação Nº 2223314

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 162/2019

Contrato Nº.: 162/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: BIGBRAIN CONSULTORIA LTDA.  
Valor ..... : 18.240,00 (dezoito mil duzentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2019 Término: 10/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 192/2018  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, PLANEJAMENTO, AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO, HABITAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA E ESPORTE. CONFORME ANEXO I E TERMOS DE REFERÊNCIA EM ANEXO

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 163/2019**

Publicação Nº 2223317

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 163/2019

Contrato Nº.: 163/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA  
Valor ..... : 1.498.980,84 (um milhão quatrocentos e noventa e oito mil novecentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 14/10/2019 Término: 14/05/2020  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 39/2019

Recursos ..... : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (19), 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (20), 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (22), 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (74)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO NO BAIRRO BOM JESUS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 164/2019

Publicação Nº 2223320

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 164/2019

Aditivo Nº ..... : 164/2019 - Contrato Nº: 159/2018  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: ENGEGRAU CONSTRUcoes LTDA - EPP  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 18/10/2019 Término: 18/03/2020  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 36/2018

Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : ADITIVO DE PRAZO DE 120 DIAS PARA, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO JOSÉ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 165/2019

Publicação Nº 2223323

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 165/2019

Contrato Nº.: 165/2019  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA  
Valor ..... : 3.298,50 (três mil duzentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 16/10/2019 Término: 16/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 185/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (34) Saldo: 369.537,31  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto e MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS e MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE e OBRAS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE AGRICULTURA e CORPO DE BOMBEIROS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 166/2019

Publicação Nº 2223325

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 166/2019

Contrato Nº.: 166/2019  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME  
Valor ..... : 23.659,96 (vinte e três mil seiscentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 17/10/2019 Término: 17/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 171/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (20), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (56), 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (68)  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA USO DO SETOR DE IMPRENSA, CADASTRO IMOBILIARIO, TI, 2ºBBM E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CEIS E NUCLEOS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E TERMOS DE REFERENCIA EM ANEXO

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 167/2019

Publicação Nº 2223328

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 167/2019

Contrato Nº.: 167/2019  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME  
Valor ..... : 12.044,00 (doze mil e quarenta e quatro reais)  
Vigência ..... : Início: 17/10/2019 Término: 17/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 171/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (20), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (56), 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (68)  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA USO DO SETOR DE IMPRENSA, CADASTRO IMOBILIARIO, TI, 2ºBBM E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CEIS E NUCLEOS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E TERMOS DE REFERENCIA EM ANEXO

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 168/2019

Publicação Nº 2223330

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 168/2019

Contrato Nº.: 168/2019  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: JHONATAN BAGATOLI - ME  
Valor ..... : 10.407,85 (dez mil quatrocentos e sete reais e oitenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 17/10/2019 Término: 17/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 171/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (20), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (56), 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (68)  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA USO DO SETOR DE IMPRENSA, CADASTRO IMOBILIARIO, TI, 2ºBBM E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CEIS E NUCLEOS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E TERMOS DE REFERENCIA EM ANEXO

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 169/2019**

Publicação Nº 2223332

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 169/2019

Contrato Nº.: 169/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: Microcable Serv. Telecom. e Energia Ltda.  
Valor ..... : 1.430,00 (um mil quatrocentos e trinta reais)  
Vigência ..... : Início: 17/10/2019 Término: 17/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 171/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (20), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (56), 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (68)  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA USO DO SETOR DE IMPRENSA, CADASTRO IMOBILIARIO, TI, 2ºBBM E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CEIS E NUCLEOS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E TERMOS DE REFERENCIA EM ANEXO

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 170/2019**

Publicação Nº 2223334

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 170/2019

Contrato Nº.: 170/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP  
Valor ..... : 1.720,00 (um mil setecentos e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 21/10/2019 Término: 20/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 212/2018  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (34) Saldo: 1.817.002,33  
Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 171/2019**

Publicação Nº 2223335

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 171/2019

Aditivo Nº ..... : 171/2019 - Contrato Nº: 5/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/10/2019 Término: 01/02/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2019



Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 172/2019

Publicação Nº 2223338

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 172/2019

Contrato Nº.: 172/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada.: JONATHAN WILLIAM FLEMMING

Valor ..... : 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 24/10/2019 Término: 11/10/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 181/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 173/2019

Publicação Nº 2223342

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 173/2019

Aditivo Nº ..... : 173/2019 - Contrato Nº: 75/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada.: AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA - ME

Valor ..... : 6.455,04 (seis mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 24/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2018

Recursos ..... : Dotação: 2.049.3.3.90.00.00.00.00 (54) Saldo: 30.668,00

Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DETSE EDITAL. NO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2018.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 174/2019

Publicação Nº 2223344

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 174/2019

Contrato Nº.: 174/2019



Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: OBJETIVA CONCURSOS LTDA  
Valor ..... : 19.800,00 (dezenove mil oitocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 25/10/2019 Término: 25/10/2020  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 38/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 388.057,61  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO A CORREÇÃO DE PROVA DE PROCESSO SELETIVO DE PROVAS ESCRITAS, PRÁTICAS E TÍTULOS (CONFORME O CASO), PARA O PROVIMENTO DE CARGOS, NO FUNDO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 175/2019

Publicação Nº 2223347

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 175/2019

Aditivo Nº ..... : 175/2019 - Contrato Nº: 209/2018  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: BALBINOT CONSTRUÇOES EIRELI  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2019 Término: 30/01/2020  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2018  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : construção de Unidade de Educação Infantil (Projeto Proinfância Tipo 1), na Rua Cornélio de Haro Varela, em Curitiba, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 176/2019

Publicação Nº 2223349

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 176/2019

Contrato Nº...: 176/2019  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS  
Contratada...: JN BOLSAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - ME  
Valor ..... : 317.864,44 (trezentos e dezessete mil oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2019 Término: 22/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (43), 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (45)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS E PROFESSORES DOS CEIS E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 177/2019

Publicação Nº 2223350

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 177/2019**

Contrato Nº.: 177/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada.: RSUL EIRELI - EPP

Valor ..... : 268.596,21 (duzentos e sessenta e oito mil quinhentos e noventa e seis reais e vinte e um centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2019 Término: 22/10/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2019

Recursos ..... : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (43), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (45)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS E PROFESSORES DOS CEIS E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 178/2019**

Publicação Nº 2223352

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 178/2019

Contrato Nº.: 178/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada.: MCA INDUSTRIA DE MATERIAIS ESCOLARES EIRELI

Valor ..... : 84.870,24 (oitenta e quatro mil oitocentos e setenta reais e vinte e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 30/10/2019 Término: 22/10/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2019

Recursos ..... : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (43), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (45)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS E PROFESSORES DOS CEIS E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 179/2019**

Publicação Nº 2223353

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 179/2019

Contrato Nº.: 179/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada.: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP

Valor ..... : 1.237,13 (um mil duzentos e trinta e sete reais e treze centavos)

Vigência ..... : Início: 31/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 195/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (34) Saldo: 258.299,19

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA KOMBI MGVB8924 DE USO DA SEC. DA EDUCAÇÃO, E MAQUINAS PESADAS DA SEC. DE TRANSPORTE E OBRAS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 331/2019**

Publicação Nº 2224120

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 331/2019**

Aditivo Nº ..... : 331/2019 - Contrato Nº: 199/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - EPP

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 13/10/2019 Término: 13/11/2019

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 73/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : ADITIVO DE PRAZO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PRÉ MOL-DADO PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, NO HORTO FLORESTAL, AV, LIONS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 372/2019**

Publicação Nº 2224123

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 372/2019**

Aditivo Nº ..... : 372/2019 - Contrato Nº: 241/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 05/10/2019 Término: 05/12/2019

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 73/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : ADITIVO DE PRAZO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA- CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) NA AVENIDA LUCINDO DOMINGOS GAVA - AVENIDA FERNANDO DAMIANI, E AVENIDA LUCINDO DOMINGOS GAVA TRECHO II - RUA AURACÉLIA DE ANDRADE LEMOS, CONFORME CONTRATOS DE REPASSE Nº 862466/2017 E 856585/2017, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 407/2019**

Publicação Nº 2224124

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 407/2019**

Aditivo Nº ..... : 407/2019 - Contrato Nº: 228/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: GRANITOS MONDINI LTDA - ME

Valor ..... : 14.035,58 (quatorze mil e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 18/11/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 92/2019

Recursos ..... : Dotação: 2.062.3.3.90.00.00.00.00 (148) Saldo: 41.281,60

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE GAVETÁRIO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL, CONFORME PLANILHA E ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 408/2019**

Publicação Nº 2224125

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 408/2019**

Aditivo Nº ..... : 408/2019 - Contrato Nº: 297/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CONSTRUTORA FAE LTDA

Valor ..... : 36.810,61 (trinta e seis mil oitocentos e dez reais e sessenta e um centavos)

Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 21/11/2019

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 121/2019

Recursos ..... : Dotação: 1.012.4.4.90.00.00.00.00 (120) Saldo: 108.000,00

Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 36.810,61, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TROCA DAS TELHAS E REFORMA DAS TRELIÇAS DA COBERTURA DO GINÁSIO ONOFRE SANTO AGOSTINI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 409/2019**

Publicação Nº 2224127

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 409/2019**

Contrato Nº.: 409/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA - EPP

Valor ..... : 3.778,00 (três mil setecentos e setenta e oito reais)

Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 19/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2018

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (31), 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (37), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (41), 2.081.3.3.90.00.00.00.00 (53), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (66), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (88), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (93), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (96), 2.065.3.3.90.00.00.00.00 (112), 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (126)

Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 410/2019**

Publicação Nº 2224129

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 410/2019**

Contrato Nº.: 410/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: MAICO PEREIRA DA ROCHA

Valor ..... : 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)

Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 01/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 172/2019

Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (88), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (139)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto e MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS DE USO DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 411/2019**

Publicação Nº 2224130

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 411/2019

Contrato Nº.: 411/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: RETIFICA MOTOCAR LTDA  
Valor ..... : 10.995,00 (dez mil novecentos e noventa e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 01/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 172/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (139)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS DE USO DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 412/2019**

Publicação Nº 2224132

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 412/2019

Aditivo Nº ..... : 412/2019 - Contrato Nº.: 278/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: FABIANO FRANCHIN - ME  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 09/10/2019 Término: 09/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 96/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (50) Saldo: 776.877,32  
Objeto ..... : ADITIVO DE PRAZO DE 30 DIAS.CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO PARA ADEQUAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS PRINCIPAIS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS. CONFORME MEMORILA DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 413/2019**

Publicação Nº 2224135

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 413/2019

Contrato Nº.: 413/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: JONATHAN WILLIAM FLEMMING  
Valor ..... : 120,00 (cento e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 03/10/2019 Término: 30/10/2019  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 189/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2) Saldo: 56.269,19  
Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EMERGENCIAL DE LAVAÇÃO DE VEICULOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E SECRETARIA DE SAUDE. CONFOME ART. 24, INCISO II DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 414/2019**

Publicação Nº 2224136

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 414/2019

Contrato Nº.: 414/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: DIEGO ANTUNES 08160501986  
Valor ..... : 152,64 (cento e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 08/10/2019 Término: 24/01/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 209/2018  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (52), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (108), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (112), 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (126), 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (133)  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA, HIDRÁULICA, ALVENARIA, MARCENARIA, SERRALHERIA, FUNILARIA JARDINEGEM E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 415/2019**

Publicação Nº 2224137

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 415/2019

Aditivo Nº ..... : 415/2019 - Contrato Nº: 325/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO LTDA  
Valor ..... : 80.100,00 (oitenta mil cem reais)  
Vigência ..... : Início: 09/10/2019 Término: 07/08/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (50), 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (158)  
Objeto ..... : TERMO ADITIVO DE VALOR REFERENTE AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA USO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 416/2019**

Publicação Nº 2224139

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 416/2019

Aditivo Nº ..... : 416/2019 - Contrato Nº: 272/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO LTDA  
Valor ..... : 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 09/10/2019 Término: 29/04/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2019



Recursos ..... : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (50), 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (158)  
Objeto ..... : TERMO ADITIVO DE VALOR REFERENTE AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA USO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 417/2019

Publicação Nº 2224140

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 417/2019

Contrato Nº.: 417/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: MXA SOLUTIONS EIRELI  
Valor ..... : 31.248,00 (trinta e um mil duzentos e quarenta e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2019 Término: 10/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (52), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (96), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (156)  
Objeto ..... : CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 418/2019

Publicação Nº 2224142

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 418/2019

Contrato Nº.: 418/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME  
Valor ..... : 84,00 (oitenta e quatro reais)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2019 Término: 29/01/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 234/2018  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.081.3.3.90.00.00.00.00.00 (53), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (126)  
Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DA PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 419/2019

Publicação Nº 2224143

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 419/2019

Contrato Nº.: 419/2019



Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902  
Valor ..... : 138,95 (cento e trinta e oito reais e noventa e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2019 Término: 11/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 179/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PARAFUSOS E BROCAS PARA USO DAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, OBRAS E ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 420/2019

Publicação Nº 2224144

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 420/2019

Contrato Nº.: 420/2019  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA  
Valor ..... : 605,30 (seiscentos e cinco reais e trinta centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2019 Término: 11/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 179/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PARAFUSOS E BROCAS PARA USO DAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, OBRAS E ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 72/2019

Publicação Nº 2223276

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 72/2019

Contrato Nº.: 72/2019  
Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: MARCO ANTONIO ALVES 91054656991  
Valor ..... : 479,00 (quatrocentos e setenta e nove reais)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2019 Término: 29/01/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 234/2018  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.096.3.3.90.00.00.00.00.00 (25), 2.098.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.096.3.3.90.00.00.00.00.00 (35)  
Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DA PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 73/2019

Publicação Nº 2223278

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 73/2019**

Contrato Nº.: 73/2019

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: MXA SOLUTIONS EIRELI

Valor ..... : 1.505,00 (um mil quinhentos e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 10/10/2019 Término: 10/10/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 498,93

Objeto ..... : CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 74/2019**

Publicação Nº 2223280

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 74/2019**

Contrato Nº.: 74/2019

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: MARCO ANTONIO ALVES 91054656991

Valor ..... : 7.185,00 (sete mil cento e oitenta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 15/10/2019 Término: 29/01/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 234/2018

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.096.3.3.90.00.00.00.00.00 (25), 2.098.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.096.3.3.90.00.00.00.00.00 (35)

Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DA PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 75/2019**

Publicação Nº 2223285

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 75/2019**

Contrato Nº.: 75/2019

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME

Valor ..... : 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 21/10/2019 Término: 29/01/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 234/2018

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.092.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.096.3.3.90.00.00.00.00.00 (25), 2.098.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.096.3.3.90.00.00.00.00.00 (35)

Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DA PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 76/2019**

Publicação Nº 2223289

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 76/2019

Contrato Nº.: 76/2019  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: CENTRAL SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA ME  
Valor ..... : 9.090,00 (nove mil e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 21/10/2019 Término: 11/03/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 59.870,23  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE TRASLADO, CREMAÇÃO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PARA ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, PELO PERÍODO DE 2019, NA FORMA DA LEI MUNICIPAL 5.147/2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 77/2019**

Publicação Nº 2223291

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019  
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 77/2019

Aditivo Nº ..... : 77/2019 - Contrato Nº: 5/2019  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/10/2019 Término: 01/02/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 78/2019**

Publicação Nº 2223293

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 78/2019

Contrato Nº.: 78/2019  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: JONATHAN WILLIAM FLEMMING  
Valor ..... : 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 24/10/2019 Término: 11/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 181/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36- ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL -ATA Nº 1/2019**  
Publicação Nº 2224046

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/4

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Data: 11/11/2019

Processo: 36/2019

**Edital de Pregão Presencial Nº 36**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2019**

Reuniram-se no dia 11/11/2019, as 15:16:22, na FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 622/2018 com o objetivo de JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO EM PREGÕES tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 36 destinado a O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL..

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

12200 CONFECCOES TRUNFO LTDA	CNPJ: 00.675.069/0001-15
8211 Cor Urbana Ind. Com. Confecções Ltda ME	CNPJ: 06.057.694/0001-80
12477 EDULAB - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 11.386.332/0001-72
11681 FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LT	CNPJ: 01.194.890/0001-82
8078 FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP	CNPJ: 07.434.746/0001-52
12479 GOLTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO - EIRELI	CNPJ: 22.602.420/0001-80
5884 HF COMERCIAL LTDA	CNPJ: 04.298.789/0001-60
12478 MINI FERAS CONFECCOES LTDA	CNPJ: 00.676.679/0001-33
12476 WEIKKI CONFECCOES LTDA	CNPJ: 01.306.199/0001-43

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/4

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Data: 11/11/2019

Processo: 36/2019

**Edital de Pregão Presencial Nº 36**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2019**

**LOTE 1 - UNIFORMES**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
12477	EDULAB - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	Sim		
12200	CONFECCOES TRUNFO LTDA	Sim		
8211	Cor Urbana Ind. Com. Confecções Ltda ME	Sim		
12476	WEIKKI CONFECCOES LTDA	Sim		
12478	MINI FERAS CONFECCOES LTDA	Sim		
8078	FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP	Sim		
11681	FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LT	Sim		
5884	HF COMERCIAL LTDA	Sim	0,0000	741.259,1000
12479	GOLTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO - EIRELI	Sim	0,0000	654.993,1700

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

Página: 3/4  
 Data: 11/11/2019  
 Processo: 36/2019

**Edital de Pregão Presencial Nº 36**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2019**

Código	Descrição do Material	Qt.d.Cotada
1290119	<u>Camiseta gola "V" tamanhos infantis do 02 ao 08, confeccionada em PV, composição 67% Poliéster, 33% viscose, com tolerância de variação de (+/- 5%), gramatura 160 g/m², com tolerância de variação de (+/- 5%) cor branca.</u>	3826,000
1290120	<u>Camiseta gola "V" tamanhos infantis do 10 ao 16, confeccionada em PV, composição 67% Poliéster, 33% viscose, com tolerância de variação de (+/- 5%), gramatura 160 g/m², com tolerância de variação de (+/- 5%) cor branca.</u>	284,000
1290121	<u>Calça Helanca tam 2 ao 8, confeccionada em tecido helanca colegial peluciada, composição: 82% Poliéster e 18 % algodão, com tolerância de variação de (± 5%), com gramatura de 310 g/m², com tolerância de variação de (± 5%), na cor azul marinho (Pantone 19-3921TPX).</u>	2146,000
1290122	<u>Calça Helanca tam 10 ao 16, confeccionada em tecido helanca colegial peluciada, composição: 82% Poliéster e 18 % algodão, com tolerância de variação de (± 5%), com gramatura de 310 g/m², com tolerância de variação de (± 5%), na cor azul marinho (Pantone 19-3921TPX).</u>	169,000
1290123	<u>Blusa tam 02 ao 08, confeccionada em tecido helanca colegial peluciada, composição 82% poliester, 18%algodao, fio tratamento anti pilling, com tolerancia de variação de (+/- 5%), gramatura 310 g/m², com tolerancia de variação de (+/- 5%), cor azul pantone 19-3921TPX</u>	2099,000
1290124	<u>Blusa tam 10 ao 16, confeccionada em tecido helanca colegial, confeccionada em tecido helanca colegial peluciada, composição 82% poliester, 18%algodao, fio tratamento anti pilling, com tolerancia de variação de (+/- 5%), gramatura 310 g/m², com tolerancia de variação de (+/- 5%), cor azul pantone 19-3921TPX</u>	175,000
1290125	<u>Jaqueta tam 02 ao 08, confeccionada em tecido plano tactel, de primeira qualidade, com espessura de 0,25mm (com tolerancia de +/- 5%). A composição deverá ser de 100% de filamentos de poliester (com tolerancia de +/- 5%), gramatura será de 110 g/m² (com tolerancia de +/- 5%), o tingimento deverá ser na cor azul pantone 19-3921tpx</u>	1890,000
1290126	<u>Jaqueta tam 10 ao 16, confeccionada em tecido plano tactel, de primeira qualidade, com espessura de 0,25mm (com tolerancia de +/- 5%). A composição deverá ser de 100% de filamentos de poliester (com tolerancia de +/- 5%), gramatura será de 110 g/m² (com tolerancia de +/- 5%), o tingimento deverá ser na cor azul pantone 19-3921tpx</u>	175,000
1290119	<u>Camiseta gola "V" tamanhos infantis do 02 ao 08, confeccionada em PV, composição 67% Poliéster, 33% viscose, com tolerância de variação de (+/- 5%), gramatura 160 g/m², com tolerância de variação de (+/- 5%) cor branca.</u>	1128,000
1290128	<u>Camiseta gola "V" tamanhos do 10 ao 16, confeccionada em PV, composição 67% Poliéster, 33% viscose, com tolerância de variação de (+/- 5%), gramatura 160 g/m², com tolerância de variação de (+/- 5%) cor branca.</u>	3104,000
1290127	<u>Camiseta gola "V" tamanhos P ao EXG, confecciona em PV, composição 67% Poliéster, 33% viscose, com tolerância de variação de (+/- 5%), gramatura 160 g/m², com tolerância de variação de (+/- 5%) cor branca.</u>	1077,000
1290121	<u>Calça Helanca tam 2 ao 8, confeccionada em tecido helanca colegial peluciada, composição: 82% Poliéster e 18 % algodão, com tolerância de variação de (± 5%), com gramatura de 310 g/m², com tolerância de variação de (± 5%), na cor azul marinho (Pantone 19-3921TPX).</u>	656,000
1290129	<u>Calça Helanca tam 12 ao 16, confeccionada em tecido helanca colegial peluciada, composição: 82% Poliéster e 18 % algodão, com tolerância de variação de (± 5%), com gramatura de 310 g/m², com tolerância de variação de (± 5%), na cor azul marinho (Pantone 19-3921TPX).</u>	1609,000
1290130	<u>Calça Helanca tam P ao EXG, confeccionada em tecido helanca, confeccionada em tecido helanca colegial peluciada, composição: 82% Poliéster e 18 % algodão, com tolerância de variação de (± 5%), com gramatura de 310 g/m², com tolerância de variação de (± 5%), na cor azul marinho (Pantone 19-3921TPX).</u>	689,000
1290123	<u>Blusa tam 02 ao 08, confeccionada em tecido helanca colegial peluciada, composição 82% poliester, 18%algodao, fio tratamento anti pilling, com tolerancia de variação de (+/- 5%), gramatura 310 g/m², com tolerancia de variação de (+/- 5%), cor azul pantone 19-3921TPX</u>	579,000
1290131	<u>Blusa tam 12 ao 16, confeccionada em tecido helanca colegial, confeccionada em tecido helanca colegial peluciada, composição 82% poliester, 18%algodao, fio tratamento anti pilling, com tolerancia de variação de (+/- 5%), gramatura 310 g/m², com tolerancia de variação de (+/- 5%), cor azul pantone 19-3921TPX</u>	1552,000
1290132	<u>Blusa tam P ao EXG confeccionada em tecido helanca colegial peluciada, composição 82% poliester, 18%algodao, fio tratamento anti pilling, com tolerancia de variação de (+/- 5%), gramatura 310 g/m², com tolerancia de variação de (+/- 5%), cor azul pantone 19-3921TPX</u>	830,000
1290125	<u>Jaqueta tam 02 ao 08, confeccionada em tecido plano tactel, de primeira qualidade, com espessura de 0,25mm (com tolerancia de +/- 5%). A composição deverá ser de 100% de filamentos de poliester (com tolerancia de +/- 5%), gramatura será de 110 g/m² (com tolerancia de +/- 5%), o tingimento deverá ser na cor azul pantone 19-3921tpx</u>	429,000
1290133	<u>Jaqueta tam 12 ao 16, confeccionada em tecido plano tactel, de primeira qualidade, com espessura de 0,25mm (com tolerancia de +/- 5%). A composição deverá ser de 100% de filamentos de poliester (com tolerancia de +/- 5%), gramatura será de 110 g/m² (com tolerancia de +/- 5%), o tingimento deverá ser na cor azul pantone 19-3921tpx</u>	1556,000
1290134	<u>Jaqueta tam P ao EXG, confeccionada em tecido plano tactel, de primeira qualidade, com espessura de 0,25mm (com tolerancia de +/- 5%). A composição deverá ser de 100% de filamentos de poliester (com tolerancia de +/- 5%), gramatura será de 110 g/m² (com tolerancia de +/- 5%), o tingimento deverá ser na cor azul pantone 19-3921tpx</u>	687,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	HF COMERCIAL LTDA	Desistiu	741.259,1000
1	GOLTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO - EIRELI	654.000,0000	

O licitante GOLTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO - EIRELI declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 1 deste Pregão Presencial o fornecedor GOLTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO - EIRELI pelo valor de R\$ 653.939.6100 (seiscentos e cinquenta e três mil novecentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos).

Sobre a documentação dos licitantes: CONFORME APRAZADO NA ATA Nº 17 DATADA NO DIA 31/10/2019, A SESSÃO DE LANCES QUE REALIZAR-SE-Á SOMENTE O REPRESENTANTE DA EMPRESA "GOLTEX INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI" ESTA PRESENTE, COM O

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 4/4

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

Data: 11/11/2019

**Processo: 36/2019**

**Edital de Pregão Presencial Nº 36**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2019**

REPRESENTANTE O SR. RONOEL DE LUCA CONFORME CREDECIAMENTO APRESENTADO, EM CONFORMIDADE COM A LEI 10520/02. A EMPRESA HF COMERCIAL LTDA NÃO SE FEZ PRESENTE NA SESSÃO. DANDO SEQUENCIA, FOI REALIZADA ETAPA DE LANCES JUNTO A EMPRESA PARTICIPANTE, SENDO QUE, VERIFICOU-SE O QUE SEGUE: APÓS A ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES, A EMPRESA GOLTEX INDUSTRIA E COMERCIO - EIRELI OFERTOU MENOR VALOR, SENDO DE R\$ 654.000,00. EM SEGUIDA, FOI REALIZADA A ABERTURA E ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA GOLTEX INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI, E VERIFICOU-SE O QUE SEGUE: A EMPRESA GOLTEX INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI, APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA HABILITADA. A EMPRESA RENUNCIOU A INTENÇÃO DE RECURSO. FICA APRAZADO 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS PARA QUE A EMPRESA GOLTEX INDUSTRIA E COMERCIO - EIRELI APRESENTE AMOSTRA E LAUDOS CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 12.2 DO EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos lotes, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 15:17 horas do dia 11 de Novembro de 2019, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

**Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.**

DIEGO SEBEM WORDELL - .....Pregoeiro

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

RONOEL DE LUCA - ..... Representante

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### EXTRATO ANULAÇÃO PREGÃO 99-2019

Publicação Nº 2222603

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2019 - ANULADO

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, Torna público que foi considerado ANULADO o Processo Licitatório nº 99/2019, Edital de Pregão Nº 99/2019, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA DIRETORES, SECRETÁRIOS, COORDENADORES PEDAGÓGICOS E PROFESSORES REGENTES, VISANDO SEMPRE UMA MAIOR COMPETÊNCIA E CUIDADO PARA COM A FORMA DE ATENDER A DEMANDA NECESSÁRIA EM CADA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATENDENDO ASSIM AO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO FOI ANULADO, DEVIDO A EXISTÊNCIA DE VICIOS, CONFORME OFÍCIO INTERNO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, REFERENTE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. Informações complementares poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES - PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO PREGÃO 104/2019 - PMDC

Publicação Nº 2222973

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MULTIPLICIDADE – PMDC, FMAS, FIA e FMS  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2019  
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 104/2019, Edital de Pregão Nº 104/2019, objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PARA USO JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, BOMBEIROS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FIA, E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 26/11/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL.

### RESOLUÇÃO 01 CMDM

Publicação Nº 2223394

Resolução 01/2019

Dispõe sobre a prorrogação do mandato da gestão 2017-2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei Municipal nº 3.496/2004, alterada pela Lei Municipal nº 4.532/2016, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas e,

Considerando reunião ordinária realizada em 07 de novembro de 2019.

Resolve:

Art. 01º - Prorrogar o mandato da gestão 2017-2019 até março de 2020.

Art. 02º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 07 de novembro de 2019.

Maria Gisele Pacheco  
Presidente do CMDM



# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 67/2019

Publicação Nº 2223484

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial Nº. 67/2019

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto o PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" POR LOTE, para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS PERTENCENTES A ESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS EXIGIDAS NO ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº 56/2015, Decreto Municipal nº 10/2018, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 26/11/2019, Hora: 08h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 26/11/2019, Hora: 09h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do e-mail: licitacoes@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 11 de novembro de 2019.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

# Entre Rios

## PREFEITURA

### LICITAÇÃO 050-2019 FMS

Publicação Nº 2222891

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS  
EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2019- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019 - PMER

#### 1 - PREÂMBULO

1.1 - O Município de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal Sr. JURANDI DELL OSBEL, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do menor preço por item, tendo por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MOVEIS, ELETROELETRONICOS, ELETRODOMESTICOS E UTENCILHOS, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro, constituída pelo Decreto 063/2019, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de e 1993, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

1.2 - O recebimento dos Envelopes 01 e nº 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 08h:30min (horário oficial de Brasília) do dia 26 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, nº 152, centro da cidade de Entre Rios/SC.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08h:45min (horário oficial de Brasília) 26 de novembro de 2019em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios, situada no endereço citado no item 1.2.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

Entre Rios, SC, 11 de novembro de 2019.  
JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº74/2019

Publicação Nº 2223600

EXTRATO CONTRATUAL Nº 74/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLAYGROUND

CONTRATADO: ROTOFABRIL PRODUTOS E SERVICOS DE ROTOMOLDAGEM LTDA - EPP

VALOR: R\$ 65.600,00 (sessenta e cinco mil e seiscentos reais)

Vigência: Início: 11/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 77/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2019

Formosa Do Sul, 11 de Novembro de 2019

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/FMS/2019-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/FMS/2019

Publicação Nº 2223469

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/FMS/2019  
(Referente Pregão Presencial nº. 28/FMS/2019)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA, com sede na Rua João José Back, Centro - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita sob o CNPJ nº 10.540.697/0001-47, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011, e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. SEBMED PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 33.154.286/0001-19 estabelecida na Rua Gonçalves Junior, em Anitapólis/SC, neste ato representada pelo Sr. Luiz Fernando de Oliveira, brasileiro, CI 3.218.079, CPF 910.438.169-68;
2. NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº. 03.612.312/0004-97 estabelecida na Rua Judite Melo dos Santos, em São José/SC, neste ato representada pela Sra. Adriana Hoffmann, CI 7.650.059, CPF 043.068.978-00;
3. LFP COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº. 26.554.718/0001-13, estabelecida na Rua Fagundes Varela, em Curitiba/PR, neste ato representada pela Sra. Maiara Dalri, CI 5.746.594, CPF 087.495.519-06;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 28/FMS/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para aquisição de leites especiais, necessários e imprescindíveis para o atendimento a pacientes com deficiências nutricionais do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
  - 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
  - 1.2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
  - 1.3. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 07 (sete) dias a partir da data de recebimento das mesmas.
2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.
3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.
  - 3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição do objeto num prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da notificação da não aceitação.
4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.
5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. O CERTIFICADO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

B) apresentar documentação falsa;

C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

D) ensejar o retardamento da execução do objeto;

E) não manter a proposta;

F) cometer fraude fiscal;

G) comportar-se de modo inidôneo.

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento

como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. A Sra. Miriela Peruchi Guidarini, será a Fiscal desta Ata, sendo dela a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Fabricio Ferreira, Secretário de Saúde será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

#### Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 28/FMS/2019, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 05 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI EPP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Maiara Dalri
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Adriana Hoffmann
SEBMED PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Luiz Fernando de Oliveira
Miriela Peruchi Guidarini
Fiscal da Ata

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 74/PMF/2019-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 156/PMF/2019

Publicação Nº 2223473

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 74/PMF/2019  
(Referente Pregão Presencial nº. 156/PMF/2019)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011, e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS OUTRO NEGRO LTDA, inscrita no CNPJ nº. 32.147.268/0001-47, estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, Bairro Ouro Negro, em Forquilha/SC, neste ato representada pelo Sr. Clemilson Silva Crescencio, brasileiro, CI 3587424, CPF 024.434.439-65;

2. DOGLAS SALVÁTICO DE LIMA MEI, inscrita no CNPJ nº. 20.651.310/0001-83, estabelecida na Rua Irmã Norberta Ogniewski, Bairro Clarissa, em Forquilha/SC, neste ato representada pelo Sr. Douglas Salvático de Lima, brasileiro, CI 4781672, CPF 066.832.249-78;

Doravante denominadas DETENTORAS DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 156/PMF/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição, de forma parcelada, de água mineral para atendimento em diversos setores da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
- A entrega do objeto é de responsabilidade da licitante e deverá ser realizada em todos os espaços da secretaria municipal de saúde, incluindo postos de saúde e outros espaços que forem necessários no perímetro municipal.
  - Para cada entrega não haverá quantidade mínima, o quantitativo solicitado será de acordo com a demanda do município.
  - O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.
  - O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 48 (quarenta e oito) horas.



e) Os produtos serão transportados por conta e risco da licitante fornecedora, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente.

2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas. 3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição do objeto num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- B) apresentar documentação falsa;
- C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- D) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- E) não mantiver a proposta;
- F) cometer fraude fiscal;
- G) comportar-se de modo inidôneo.

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

- A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato
  - B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
  - C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
  - D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.
  - E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.
4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. O Sr. Valdecir Tiscoski, será o Fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Ademir Brandieli Pedro, Secretário de Administração e Finanças será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

#### Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 156/PMF/2019, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 04 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
DOGLAS SALVÁTICO DE LIMA MEI
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Douglas Salvático de Lima
COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS OURO NEGRO LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Clemilson Silva Crescencio
Valdecir Tiscoski
Fiscal da Ata

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2019 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2019 – PMF**

Publicação Nº 2224288

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 121/2019 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 56/2019 – PMF:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de uniformes, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 12/08/2020

2ª Publicação

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/FMS/2019 - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/FMS/2019;**

Publicação Nº 2223525

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 24/FMS/2019 - Ata do Sistema de Registro de Preços 14/FMS/2019;

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de refrigeradores verticais para armazenamento e conservação de vacinas, afim de atender as necessidades da Secretária de Saúde do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 09/09/2020  
2ª Publicação

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/PMF/2019 - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/PMF/2019**

Publicação Nº 2223545

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 52/PMF/2019 - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 35/PMF/2019

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de ares condicionados, peças de reposição e prestação de serviços especializados na manutenção e instalação dos aparelhos em diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 08/05/2020  
3ª Publicação

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/PMF/2019 - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/PMF/2019**

Publicação Nº 2223537

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 71/PMF/2019 - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 33/PMF/2019

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a locação de mesas e cadeiras plásticas (cor branca) para realização de eventos diversos no município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 03/05/2020  
3ª Publicação

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/PMF/2019 - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/PMF/2019**

Publicação Nº 2223544

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 72/PMF/2019 - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 34/PMF/2019

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais para fabricação e assentamento de lajotas (areia lavada grossa) para uso da secretaria de Infraestrutura do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 07/05/2020  
3ª Publicação

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/PMF/2019 - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/PMF/2019**

Publicação Nº 2223547

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 73/PMF/2019 - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 36/PMF/2019

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de alimentos e afins (coffe break) para diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 09/05/2020  
3ª Publicação

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 276 - 2019

Publicação Nº 2224146

DECRETO Nº 276, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

APROVA UNIFICAÇÃO (REMEMBRAMENTO) DOS LOTES Nº 0058-000 E 0059-001 DA QUADRA Nº 003, DE PROPRIEDADE DE ANDRÉ FULMANN.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

#### DECRETA:

Art. 1º. De conformidade, e nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes no Processo Administrativo nº 3255/2019, fica aprovada a unificação dos imóveis de propriedade do André Fulmann, inscrito no CPF sob nº 304.892.709-30, conforme abaixo descrito:

I. área I a unificar: um terreno urbano identificado pelo lote nº 0058-000, da quadra nº 003, matriculado junto ao CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 8022, com área de 415,20m², com benfeitoria de 146,93m², situado na Avenida Videira, s/n, Bairro Centro;

II. área II a unificar: um terreno urbano identificado pelo lote nº 0059-001, da quadra nº 003, matriculado junto ao CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 8024, com área de 207,60m², com benfeitoria de 22,07m², situado na Avenida Videira, s/n, Bairro Centro;

Art. 2º. Os lotes unificados passam a ter a seguinte descrição: um terreno urbano identificado pelo lote nº 0063-000, da quadra nº 003, com área de 622,80m², com benfeitoria de 169,00m², situado na Avenida Videira, s/n, Bairro Centro, inscrição imobiliária nº 000006.8.14.003.0063.000.001.

Art. 3º. Dentro do plano de Estrutura, Aproveitamento e Uso do Solo, anexos IV e VIII da Lei Complementar Municipal nº 097/2008, o lote será classificado como ZMD (Zona Mista Diversificada).

Art. 4º – Os imóveis somente serão cadastrados neste Município após o registro perante o Cartório de Registro de Imóveis e apresentação das devidas matrículas ao setor de cadastros do Município

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

#### GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO (SC), 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2977 e 12/11/2019, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO - PORTINARI DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA EPP

Publicação Nº 2224161

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0045/2019 – SF

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0018/2019

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA AS AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E OUTROS PARA USO NAS MANUTENÇÕES GERAIS DA SANEFRAI.

NOTIFICADA: VIANTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa PORTINARI DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Doutor Alvaro Camargos, nº 1011, Bairro São João Batista, Belo Horizonte - MG (31.515-200), inscrita no CNPJ sob o nº 27.186.728/0001-06, a tomar ciência acerca da Decisão constante dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da decisão foi encaminhado via e-mail fornecido nos autos. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.



O prazo para apresentação de recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 é de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo Central da Prefeitura, junto à Secretaria-Executiva, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: [licita@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:licita@fraiburgo.sc.gov.br). O envio fraudulento será penalizado.

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 11 de novembro de 2019.

Roalves Jorge Polese

Pregoeiro

## LEI Nº 2460 - 2019

Publicação Nº 2224185

LEI Nº 2460, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI O "PLANO CÂMARA SUSTENTÁVEL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art 1º. Fica instituído o "Plano Câmara Sustentável", que visa adotar medidas sustentáveis no imóvel da Câmara Municipal de Fraiburgo, a fim de minimizar impactos ambientais e de incentivar a conscientização da sociedade e da administração pública sobre as inúmeras vantagens dos projetos de construção que adotarem essas medidas.

Art 2º. O "Plano Câmara Sustentável" deverá ter a adesão do atual e dos futuros Presidentes da Mesa Diretora, quando da posse, ao conjunto de práticas que utilizem tecnologias para a sustentabilidade da construção, nos moldes do projeto e do cronograma a serem elaborados por profissionais habilitados, mediante aprovação, supervisão e acompanhamento da Mesa Diretora.

Art 3º. O projeto, citado no artigo 2º, será elaborado a partir do Plano de Gestão Ambiental, com o objetivo de alcançar a certificação de construção sustentável da sede da Câmara Municipal de Fraiburgo, devendo contemplar os seguintes passos:

I - Planejamento Sustentável;

II - Eficiência energética;

III - Aproveitamento passivo dos recursos naturais;

IV - Gestão e economia da água;

V - Gestão adequada dos resíduos gerados na edificação;

VI - Qualidade dos resíduos na edificação;

VII - Conforto termo acústico;

VIII - Uso racional de materiais e bens públicos;

IX - Uso de produtos e tecnologias ambientalmente amigáveis.

X - Implementar projetos e/ou programas de arborização.

Art 4º. A execução do projeto contemplará os itens descritos no artigo 3º desta Lei, com reserva anual de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para os anos 2019, 2020 e 2021, para aplicação exclusiva no "Plano Câmara Sustentável".

Art 5º. Fica alterada a planilha do Plano Plurianual 2018/2021, Programa 0001 – Processo Legislativo, com inclusão em suas diretrizes as metas para implantação da política de gestão ambiental e "Plano Câmara Sustentável".

Art 6º. Fica o Presidente do Poder Legislativo autorizado a contratar, no prazo de 90 (noventa) dias, na forma legal, o projeto para execução dos itens previstos no artigo 2º desta Lei.

Art 7º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Poder Legislativo.

Art 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2977 e 12/11/2019, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.



**PORTARIA 21332019**

Publicação Nº 2224149

PORTARIA Nº 2133, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.  
Determina Abertura de Processo Sindicante e Nomeia Comissão Sindicante

A Prefeita Municipal de Fraiburgo no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2010; e em conformidade com o Despacho contido no Processo Administrativo 744/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar Processo Sindicante, para apuração dos fatos contidos no Processo Administrativo 744/2019, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, para integrarem a Comissão Sindicante, os servidores públicos abaixo relacionados:

- I – SILVANO PELISSARO – Presidente;
- II – JOÃO RUDINEI BELOTTO – Secretário;
- III – PRICILA DAL MAGRO CORDEIRO – Membro;

Parágrafo Único: Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de novembro de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 21342019**

Publicação Nº 2224152

PORTARIA Nº 2134, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.  
Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;  
Considerando o Art. 28, Capítulo IV, da Lei Complementar Municipal nº 109, de 03 de março de 2010; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 4122, de 29 de outubro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º Afastar em 11 de novembro de 2019, a servidora IZETE APARECIDA COBALCHINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 030.147.279-38, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, por aposentadoria por invalidez, com data de início fixada em 30 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de novembro de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 21352019**

Publicação Nº 2224155

PORTARIA Nº 2135, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 152/2019 da Secretaria de Ação Social;

Considerando que foram convocados todos os classificados em concurso público e que não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCIELE DO NASCIMENTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.641.139-26, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de novembro de 2019 até 30 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de novembro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**EDITAL DE CM Nº 001-2019 - RUA DAS ROSAS - DETERMINAÇÃO VALOR INICIAL**

Publicação Nº 2223616

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2019**

**Determina valor dos imóveis localizados na área de abrangência impactada pela obra de pavimentação da Rua das Rosas no bairro Jardim das Hortênsias neste município.**

**O Município de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina, nos termos do Art. 362 e seguintes da Lei Complementar Municipal 053/2003 (CTM), publica o presente edital, elaborado de acordo com a ata da Comissão Mista de Avaliação nomeada pelo Decreto Municipal nº 016, de 15 de janeiro de 2019, da obra de pavimentação da Rua das Rosas no bairro Jardim das Hortênsias neste município, que servirá de base para apuração da valorização dos imóveis após a conclusão da obra.

**Art. 1º** Serve o presente edital para dar conhecimento aos proprietários de imóveis dentro da área de abrangência impactada pela obra de pavimentação da Rua das Rosas no bairro Jardim das Hortênsias neste município, determinada pela Lei Municipal nº 254 de 04 de setembro de 2019, do valor atribuído a seus imóveis, através da avaliação elaborada pela Comissão Mista de Avaliação designada para este fim, que segue como Anexo I deste edital.

**Art. 2º** A descrição dos imóveis, bem como Cadastros Imobiliários, Inscrições Imobiliárias e seus valores, fazem parte do Anexo I do presente edital.

**Art. 3º** Os valores apresentados levam em consideração os valores médios negociados na região. A presente avaliação considera a situação do imóvel anterior ao início da obra.

**Art. 4º** Impugnações ao presente edital deverão ser efetuadas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste edital, cujo procedimento obedecerá as disposições do Processo Contencioso Fiscal previsto nos art. 609 e seguintes do Código Tributário Municipal.

**Art. 5º** O presente edital é elaborado nos termos da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, que instituiu a cobrança da Contribuição de Melhoria em face da valorização imobiliária decorrente de obra pública.

Fraiburgo (SC), 07 de novembro de 2019.

**CLAUDETE GHELLER MATHIAS**  
**PREFEITA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC**

**ANEXO I****DETERMINAÇÃO DO VALOR DE MERCADO DOS IMÓVEIS ANTES DO INÍCIO DAS OBRAS**  
**RUA DAS ROSAS, JARDIM DAS HORTÊNSIAS**

Imóvel	Quadra	Lote	Inscrição imobiliária	Proprietário	Avaliação Inicial (R\$)
5504	360	0008	000006.8.14.360.0008.000.001	MAURI RAUL COSTA	890.000,00
5505	360	0009	000006.8.14.360.0009.000.001	JOSÉ MACEDO DE ANDRADE	730.000,00
5506	360	0010	000006.8.14.360.0010.000.001	ELIAS KEMPER FILHO	150.000,00
5507	360	0011	000006.8.14.360.0011.000.001	EDINA REGINA BRANDT	525.000,00
5508	360	0012	000006.8.14.360.0012.000.000	ITAMAR PONTEL	150.000,00
5509	360	0013	000006.8.14.360.0013.000.001	LUIZ HENRIQUE SANTOS GAYA	770.000,00
5510	360	0014	000006.8.14.360.0014.000.001	JEFFERSON RODRIGUES	780.000,00
5511	360	0015	000006.8.14.360.0015.000.001	RICARDO DAMIAO CAMPOS	150.000,00
5512	360	0016	000006.8.14.360.0016.000.001	SILVIO DA SILVA MUNIZ	380.000,00
5513	360	0017	000006.8.14.360.0017.000.001	CARLOS ODAIR TAVARES KUSSLER	535.000,00
5514	361	0001	000006.8.14.361.0001.000.001	ROLAND BRANDES	900.000,00
5515	361	0002	000006.8.14.361.0002.000.000	ELISEU VESCOVI	1.000.000,00
5517	361	0004	000006.8.14.361.0004.000.001	NEY OLIVO ARALDI	1.480.000,00
5518	361	0005	000006.8.14.361.0005.000.001	VILSON LUIZ GAIO	280.000,00
5519	361	0006	000006.8.14.361.0006.000.001	PEDRO BUFFON	835.000,00

Valores definidos em reunião realizada no dia 09 de setembro de 2019, conforme ata constante no processo administrativo 3601/2019.

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 100/2019

Publicação Nº 2223080

MUNICIPIO DE GALVÃO – SC

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina torna publico que no dia 14 de novembro de 2019 às 14h:00min, realizará Processo Licitatório 100/2019, Inexigibilidade 009/2019 para contratação da empresa SABOR DO SOM SONORIZAÇÃO EIRELLI, inscrita no CNPJ sob Nº 07.178.522/0001-27, com sede Rua Dom Joaquim Domingues de Oliveira, 364D, Bairro Lider, Chapecó - SC CEP 89805-160 para contratação dos serviços de SHOW NATALINO COM REPERTORIO DO NATAL E A CHEGADA DO PAPAÍ NOEL DE PARAQUEDAS, o valor a que se propõem a presente licitação é de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais). A integra do Edital e demais documentos somente poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111.

Galvão - SC, 11 de novembro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TP005/2019

Publicação Nº 2223746

#### AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019

PROCESSO Nº 117/2019

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, por execução indireta sob regime de empreitada por preço global, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa para construção de Centro Educacional Infantil no bairro Ibiraquera, com fornecimento de material e mão-de-obra, conforme especificações constantes do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO e os envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO e nº 02 PROPOSTA serão recebidos no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, até as 14h00min do dia 27/11/2019. A sessão se dará a partir das 14h10min do dia 27/11/2019 no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min, ou no endereço eletrônico [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br).

Garopaba - SC, 11 de novembro de 2019.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 282/2019

Publicação Nº 2224242

DECRETO N.º 282, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n.º 858, de 16 de Março de 2004, alterada pela Lei Municipal n.º 1.478, de 02 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados, para formarem o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA, Gestão 2019-2021

#### I - ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

##### a) SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Titular: Nereida Monteiro - CPF: \*\*\*.\*\*\*.979-15

Suplente: Suli Mari Marquez de Figueroa - CPF: \*\*\*.\*\*\*.800-97

##### b) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: João da Silva Pacheco - CPF: \*\*\*.\*\*\*.849-49

Suplente: Eliane Pereira - CPF: \*\*\*.\*\*\*.389-49

##### c) SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

Titular: Edevaldo Gonçalves da Silva Junior - CPF: \*\*\*.\*\*\*.519-70

Suplente: Filipe dos Santos - CPF: \*\*\*.\*\*\*.959-61

##### d) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Claudio Pereira - CPF: \*\*\*.\*\*\*.039-87

Suplente: Sandra Aparecida Amaral - CPF: \*\*\*.\*\*\*.489-49

##### e) SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO

Titular: Jackson da Silva Silveira - CPF: \*\*\*.\*\*\*.549-11

Suplente: Lisiele de Araujo Pires Gabriel - CPF: \*\*\*.\*\*\*.789-30

##### f) SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

Titular: Maria Zenaide Maia Monteiro - CPF: \*\*\*.\*\*\*.780-49

Suplente: Rafael dos Santos Ulyssea - CPF: \*\*\*.\*\*\*.109-02

#### II - REPRESENTANTES DE CLASSE

##### a) ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE GAROPABA - ACIG

Titular: Samuel Lima - CPF: \*\*\*.\*\*\*.159-68

Suplente: Alexandra Mabilia - CPF: \*\*\*.\*\*\*.929-00 - Vice-Presidente

b) ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS FLORESTAIS DO SUL DE SANTA CATARINA / CDL

Titular: Elizangela Bortoluzzi - CPF: \*\*\*.\*\*\*.649-52 - Presidente

Suplente: Paulo Pagani Abreu - CPF: \*\*\*.\*\*\*.659-87

### III - ENTIDADES AMBIENTALISTAS

a) FUNDAÇÃO GAIA

Titular: Sandra Severo - CPF: \*\*\*.\*\*\*.400-04

Suplente: Andrea Gonçalves - CPF: \*\*\*.\*\*\*.079-23

b) ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO MEIO AMBIENTE - AMA

Titular: Sergio Pinheiro - CPF: \*\*\*.\*\*\*.899-87

Suplente: Michael Weinschenck - CPF: \*\*\*.\*\*\*.508-49

### IV - ENTIDADES COMUNITÁRIAS

a) ASSOCIAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE GAROPABA

Titular: Thiago Britto - CPF: \*\*\*.\*\*\*.568-10

Suplente: Victor Mabilia - CPF: \*\*\*.\*\*\*.270-20

b) ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA IBIRAQUERA GRAMENSE

Titular: José Francisco Simch - CPF: \*\*\*.\*\*\*.510-72

Suplente: Adilson Lopes - CPF: \*\*\*.\*\*\*.159-68

### V - ÓRGÃO PÚBLICO AMBIENTAL COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO

a) 1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL

Titular: Paulo Roland Ern - CPF: \*\*\*.\*\*\*.239-59

Suplente: Fabrício Mauri Jordão - CPF: \*\*\*.\*\*\*.039-86

### VI - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB - SUBSCEÇÃO DE GAROPABA

Titular: Felipe Sandini - CPF: \*\*\*.\*\*\*.959-05

Suplente: Caroline Ruschel - CPF: \*\*\*.\*\*\*.630-34

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## ERRATA Nº 1: DECRETO Nº 281, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223864

ERRATA N.º 1: Decreto nº 281, de 08 de novembro de 2019

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração na publicação do Decreto nº 281/2019, publicado no DOM/SC, Edição 2976, paginas 341 e 342, em 11/11/2019.

Onde se Lê:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações para o período de 09/11/2019 à 08/11/2020.

Leiam – se:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações para o período de 09/11/2019 à 20/05/2020.

Onde se Lê:

Art. 4º. Fica nomeado o servidor municipal RAFAEL TONVILDES DE ABREU para atuar, sem qualquer ônus para o município, como Leiloeiro Oficial em todas as licitações na modalidade de leilão, a serem realizadas no período de 09/11/2019 à 08/11/2020.

Leiam – se:

Art. 4º. Fica nomeado o servidor municipal RAFAEL TONVILDES DE ABREU para atuar, sem qualquer ônus para o município, como Leiloeiro Oficial em todas as licitações na modalidade de leilão, a serem realizadas no período de 09/11/2019 à 20/05/2020.

Os demais itens do decreto permanecem inalterados.

Garopaba, 11 de novembro de 2019.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 12/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

#### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 288.2019**

Publicação Nº 2224243

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 288/2019  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: LILIAN LUCIANE PINZON BATISTA  
Objetivo: TECNICO DE ENFERMAGEM  
Valor: R\$ 1.267,50 (um mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais  
Vigência: De 04/11/2019 até 04/05/2020, prorrogável conforme legislação vigente

#### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 289.2019**

Publicação Nº 2224244

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 289/2019  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: RUDINEI ANDRÉ BENCKE  
Objetivo: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS  
Valor: R\$ 1.051,56 (um mil e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) mensais  
Vigência: De 04/11/2019 até 04/05/2020, prorrogável conforme legislação vigente

#### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 290.2019**

Publicação Nº 2224245

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 290/2019  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: MARCELLE MARTINS JULIANI  
Objetivo: FARMACEUTICO  
Valor: R\$ 2.249,92 (dois mil duzentos e quarenta e nove com noventa e dois centavos) mensais  
Vigência: De 04/11/2019 até 04/05/2020, prorrogável conforme legislação vigente

#### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 291.2019**

Publicação Nº 2224247

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 291/2019  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: TATYANA CORDEIRO MIRANDA ROSA  
Objetivo: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS  
Valor: R\$ 1.051,56 (um mil e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) mensais  
Vigência: De 04/11/2019 até 04/05/2020, prorrogável conforme legislação vigente

#### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 292.2019**

Publicação Nº 2224249

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 292/2019  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: GIOVANI SILVEIRA DE AVILA  
Objetivo: MOTORISTA (CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ÔNIBUS)  
Valor: R\$ 1.400,92 (um mil, quatrocentos reais e noventa e dois centavos) mensais  
Vigência: De 04/11/2019 até 04/05/2020, prorrogável conforme legislação vigente



**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 293.2019**

Publicação Nº 2224251

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 293/2019  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: SIRLEI REJANE VALE BITTENCOURT  
Objetivo: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS  
Valor: R\$ 1.051,56 (um mil e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) mensais  
Vigência: De 04/11/2019 até 04/05/2020, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 294.2019**

Publicação Nº 2224253

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 294/2019  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: AMANDA RODRIGUES LEITE  
Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM  
Valor: R\$ 1.267,50 (um mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais  
Vigência: De 04/11/2019 até 04/05/2020, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 295.2019**

Publicação Nº 2224254

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 295/2019  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: DIEGO NEVES CARVALHO  
Objetivo: MÉDICO UROLOGISTA  
Valor: R\$ 3.076,15 (três mil e setenta e seis reais e quinze centavos) mensais  
Vigência: De 05/11/2019 até 05/05/2020, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 296.2019**

Publicação Nº 2224256

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 296/2019  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: OSVALDO CRISTIANO PREIS  
Objetivo: MÉDICO ORTOPEDISTA  
Valor: R\$ 3.076,15 (três mil e setenta e seis reais e quinze centavos) mensais  
Vigência: De 04/11/2019 até 04/05/2020, prorrogável conforme legislação vigente

# Garuva

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATO Nº 126/2019

Publicação Nº 2223115

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2019

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. RAYRA ZIMMERMANN, brasileira, solteira, professora, RG nº 4870950 CPF: 063.938.449-81, residente e domiciliada na Servidão Olimpio Batistel Simmermann, 50, Garuva -SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DA CARGA HORÁRIA: De acordo com o Memorando nº 4303/2019, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, alterar a carga horária de 20 para 40 horas semanais a partir de 01/11/2019.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 126/2019 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 31 de outubro de 2019. Município de Garuva Rodrigo Adriany David	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

### DECRETO Nº 204/2019

Publicação Nº 2222691

DECRETO Nº 204, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II, da Lei nº 2104, de 13/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 5.225,00 (cinco mil duzentos e vinte e cinco reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.0010.0301.1034.2068 Man do Fundo Municipal de Saúde	3390	01.02.00	R\$	5.225,00
--	------	----------	-----	----------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

14.001.0010.0301.1034.2068 Man do Fundo Municipal de Saúde	4490	01.02.00	R\$	5.225,00
--	------	----------	-----	----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 08 de novembro de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 205/2019**

Publicação Nº 2223118

DECRETO Nº 205, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II, da Lei nº 2104, de 13/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), no orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

16.001.0008.0243.1042.2076 Man do Fundo M de Infância e Adolescência	3390	01.00.00	R\$	3.000,00
--	------	----------	-----	----------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

16.001.0008.0243.1042.2076 Man do Fundo M de Infância e Adolescência	4490	01.00.00	R\$	3.000,00
--	------	----------	-----	----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 11 de novembro de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 207/2019**

Publicação Nº 2223446

DECRETO Nº 207 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

"Dispõe sobre a Comissão do Conselho Municipal de Turismo, e dá outras providências."

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão do Conselho Municipal de Turismo, composta com os seguintes membros com mandato até março de 2021:

Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo:

- Titular: Clinton Luiz Severiano
- Suplente: Christine Zwettler Teixeira

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- Titular: Richard Lourenço Hericks
- Suplente: Heloise Gonçalves Lemos

Representantes da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais e Infraestrutura:

- Titular: Elaine Zietz
- Suplente: Camila Costa Franzolozo

Representantes da Câmara dos Dirigentes e Lojistas de Garuva - CDL:

- Titular: Rosângela Martins Carrara
- Suplente: Lauro Felipe Raizer

Representantes da Associação Comercial e Industrial de Garuva – ACIG:

- Titular: Alcir Michels
- Suplente: Bruno Venicius de Souza

Representantes da Associação Instituto Peabiru - ACIPEMA:

- Titular: Hetio Wagner
- Suplente: Silvio Spindola

Representantes dos Trilheiros de Garuva – GARULAMA:

- Titular: Nilton José Umlauf
- Suplente: Andre Giovani Borges

Representantes da Câmara Municipal:

- Titular: Henrique Fontoura da Rosa
- Suplente: Tairine Aparecida Fiuza

Representantes da Associação dos Produtores Rurais  
- Titular: Mayra Roberta de Araújo Bueno de Miranda  
- Suplente: Adolar Froehlich

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 047/2019.

Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 206/2019

Publicação Nº 2223119

DECRETO Nº. 206 de 11 de novembro de 2019

“Institui Comissão para o Concurso de Decoração Natalina de Garuva e dá outras providências.”

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica instituída Comissão do concurso de Decoração Natalina de Garuva, composta pelos seguintes servidores:

Richard Lourenço Hericks  
Carla Lizete Ramos  
Christine Zwettler Teixeira  
Heloise Gonçalves Lemos  
Daniele Monney  
Gilsemar Mett  
Rhuan Santos de Souza

Art. 2. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

## EDITAL Nº 17/2019 - ACT

Publicação Nº 2223589

A Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições legais e conferidas através da Portaria 202/2019 de 23/10/2019 torna pública a norma para a realização do processo seletivo para a admissão de professores e especialistas em caráter temporário, para atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial no âmbito do Município em que a Prefeitura se obriga a contratar professor para atuar na rede municipal para o ano letivo de 2020.

### I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

a) Da Remuneração, Cargo e Carga Horária (Anexo V da LC Nº 45/2009)

#### TABELA DE VENCIMENTOS – MAGISTÉRIO

CARREIRA	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$ (*)	PRÉ-REQUISITOS
Professor	Professor Nível II	10 h	649,56	Licenciatura Plena na Área de atuação com registro no MEC
		20 h	1.298,63	
		30h	1.947,95	
		40h	2.597,27	
Professor	Professor Nível I	10 h	649,56	Magistério ou cursando Licenciatura na área de atuação
		20 h	1.298,63	
		30h	1.947,95	
		40h	2.597,27	
Especialista	Orientador Escolar	40 h	3.692,15	Graduação em pedagogia com habilitação em Orientação Escolar com registro no MEC
	Supervisor Escolar	40 h	3.692,15	Graduação em pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar com registro no MEC

\*Acréscimo, no vencimento, de 15% para Educação Infantil e Anos Iniciais e de 10% para Anos Finais a título de regência de classe para o cargo de professor;

Auxílio alimentação, proporcional a carga horária, até o limite máximo de R\$ 600,00.

#### b) Da Relação Jurídica

Conforme artigo 8º, da Lei Complementar 18/2002, ao contratado aplica-se o disposto nos artigos 54, 56, 57, 58, 65, 107, 108, incisos II, III, IV, VIII, XII, 113, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 202, 203, 241, 247, 248, 250 da Lei Complementar nº 001/1998, de 16 de fevereiro de 1998 e Lei Complementar nº 30/2006, parágrafo 1º e 2º Lei Complementar nº 34/2007 e Lei Complementar 39/2008.

#### c) Do prazo de contratação

O candidato classificado será contratado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura por um período de até 11 meses.

### II - DA HABILITAÇÃO

O candidato poderá se inscrever orientando-se pelas tabelas constantes neste edital.

- a) O candidato deverá comprovar a habilitação mínima exigida na disciplina/nível/modalidade/área, inserindo nos anexos do protocolo de inscrição, conforme normas dispostas no presente Edital;
- b) No ato da inscrição o candidato com formação superior deverá apresentar diploma de conclusão do curso e Histórico Escolar, devidamente registrado pelo MEC, o qual deverá ser inserido em envelope lacrado juntamente aos demais documentos solicitados;
- c) A respectiva habilitação mínima exigida são as constantes nas tabelas a seguir:

#### ÁREA - EDUCAÇÃO INFANTIL

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato:

	NÍVEL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Educação	II	Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior, com histórico escolar devidamente registrado.
Infantil	I	Diploma/Certificado de Magistério com histórico escolar devidamente registrado ou ainda a Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura na área de Pedagogia a partir do 3º semestre/fase/período.

#### ÁREA - ENSINO FUNDAMENTAL – (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS):

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato:

##### a) Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

NÍVEL II	Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior, com histórico escolar devidamente registrado.
NÍVEL I	Diploma/Certificado de Magistério com histórico escolar devidamente registrado ou ainda a Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura na área da pedagogia a partir do 3º semestre/fase/período.

##### b) Artes e Educação Física – Anos Iniciais e Anos Finais

NÍVEL II	Diploma de curso superior de licenciatura plena na Área com histórico escolar devidamente registrado.
NÍVEL I	Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura na área a partir do 3º semestre/ fase/ período.

##### c) Ética e Cidadania – Anos Iniciais e Anos Finais

NÍVEL II	Diploma de curso superior de licenciatura plena nas Áreas de Filosofia, Sociologia, Pedagogia, História, Geografia e Ciências Biológicas com histórico escolar devidamente registrado.
NÍVEL I	Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura nas áreas de Filosofia, Sociologia, Pedagogia, História, Geografia e Ciências Biológicas a partir do 3º semestre/fase/período.

##### d) Ciências, Ensino Religioso, Geografia, História, Inglês, Língua Portuguesa e Matemática – Anos Finais

NÍVEL II	Diploma de curso superior de licenciatura plena na Área com histórico escolar devidamente registrado.
NÍVEL I	Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura na área a partir do 3º semestre/ fase/ período.

#### ÁREA – EDUCAÇÃO ESPECIAL

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato:

##### a) Educação Especial (Segundo professor) – Educação Infantil e Ensino Fundamental

NÍVEL II	Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou Educação Especial ou Normal Superior, com histórico escolar devidamente registrado. Comprovar ainda curso de formação em Educação Especial num total de 120 horas podendo ser dividido em cursos com no mínimo 40 horas cada.
NÍVEL I	Diploma/Certificado de Magistério com histórico escolar devidamente registrado ou ainda a Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura na área de Pedagogia ou Educação Especial a partir do 3º semestre/fase/período. Comprovar ainda curso de formação em Educação Especial num total de 120 horas podendo ser dividido em cursos com no mínimo 40 horas cada.

##### b) Libras – Educação Infantil, Ensino Fundamental

NÍVEL II	Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou Educação Especial ou Normal Superior, com histórico escolar devidamente registrado. Comprovar ainda curso de formação em libras com no mínimo 120 horas.
NÍVEL I	Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura na área da Educação a partir do 3º semestre/fase/período. Comprovar ainda curso de formação em libras com no mínimo 120 horas.

#### ÁREA – ESPECIALISTAS

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a especialidade do candidato:

##### a) Orientador Escolar - Educação Infantil e Ensino Fundamental

Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em Orientação Escolar, com histórico escolar devidamente registrado.

##### b) Supervisor Escolar - Educação Infantil e Ensino Fundamental

Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar, com histórico escolar devidamente registrado.

#### III - DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo devendo assinalar sua condição no item específico da Ficha de Inscrição;
- Será reservada vaga para candidato com deficiência, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que possui, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações;
- O candidato com deficiência integrará a listagem geral e será classificado de acordo com sua opção, área e disciplina, observada a ordem de classificação;
- Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Processo Seletivo;
- Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989;
- O candidato com deficiência deverá anexar aos documentos do protocolo de inscrição: cópia do laudo médico especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças- CID. Deverá constar também a indicação de que a deficiência não impeça o candidato ao exercício do cargo a que se inscreveu. A data de expedição do referido laudo deverá ser igual ou posterior à data de publicação deste Edital;
- O candidato inscrito para a referida vaga, que deixar de atender no prazo as determinações do edital, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato sem deficiência;

h) O candidato com deficiência submeter-se-á, quando convocado, à avaliação por equipe multiprofissional, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal nº 5.296/04, que terá a decisão terminativa sobre:

- 1 - Candidato com deficiência ou não; e
- 2 - O grau de deficiência - capacitante ou não - para o exercício do cargo.

i) O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos;

j) Não será admitido recurso relativo à condição de pessoa com deficiência de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

#### IV – DO PEDIDO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

a) O candidato inscrito ou não como pessoa com deficiência, que necessitar de condições especiais para a realização da prova, deverá assinalar este item na ficha de inscrição, relacionando as condições que julgar necessárias;

b) O atendimento às condições solicitadas por candidato com deficiência ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido;

c) O candidato com deficiência que não atender as normas acima estabelecidas não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição;

d) Não será realizado atendimento domiciliar, em qualquer hipótese.

#### V - DAS INSCRIÇÕES

Ao candidato só será permitida uma inscrição, com as devidas escolhas, conforme item f deste Capítulo.

a) A ficha de inscrição deverá ser OBRIGATORIAMENTE preenchida pelo candidato e protocolada entre os dias úteis de 14 a 26 de novembro de 2019 das 8h às 14h, na sede da Prefeitura Municipal de Garuva, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, estabelecida na Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro – Garuva – SC;

b) A ficha de inscrição está disponível no Anexo II deste Edital;

c) Os documentos solicitados para o ato de inscrição deverão ser entregues em envelope lacrado juntamente com a Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada;

d) A Ficha de Inscrição deverá ser entregue fora do envelope.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Professor e/ou especialista não poderá se inscrever neste processo seletivo quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 2 (dois) anos, em decorrência de processo administrativo disciplinar;

e) É de responsabilidade do candidato comunicar por escrito à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, alterações de endereço e número de telefone, após a inscrição;

f) O candidato poderá se inscrever conforme tabela abaixo:

Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais;  
Educação Infantil e 01 (uma) Disciplina de Anos Finais;  
Educação Infantil e Especialista;  
Educação Infantil e Educação Especial (2º Professor);  
Educação Infantil e Educação Especial (Libras);  
Ensino Fundamental Anos Iniciais e 01 (uma) Disciplina de Anos Finais;  
Ensino Fundamental Anos Iniciais e Especialista;  
Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação Especial (2º Professor);  
Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação Especial (Libras);  
Ensino Fundamental Anos Finais – 02 (duas) Disciplinas;  
Ensino Fundamental Anos Finais 01 (uma) Disciplina e Especialista;  
Ensino Fundamental Anos Finais 01 (uma) Disciplina e Educação Especial (2º Professor);  
Ensino Fundamental Anos Finais 01 (uma) Disciplina e Educação Especial (Libras);  
Especialista e Especialista (Orientação e Supervisão).

#### VI - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A homologação das inscrições será divulgada em 27 de novembro de 2019 a partir das 16h, no endereço eletrônico <https://garuva.atende.net/> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva.

#### VII – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E CONFIRMAÇÃO DO LOCAL

a) A prova escrita será realizada no dia 01 de dezembro de 2019, conforme tabela abaixo:

Horário	Local
08h30 às 11h30	Escola Municipal Vicente Vieira
Fechamento do Portão 08h15	Rua Antonio Ladislau de Araújo, 802 – Centro – Garuva – SC

b) Em caso de mudança do local, o mesmo será divulgado pela internet no endereço eletrônico <https://garuva.atende.net/> e mural da



Prefeitura Municipal de Garuva.

- c) É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal informar-se sobre o local de realização da prova.
- d) Em nenhuma hipótese será realizada qualquer prova escrita fora do local, data e horário determinados neste Edital e na confirmação do local de provas;
- e) A Comissão reserva-se o direito de transferir a data de aplicação das provas, ou de atrasar o horário de início, por motivos fortuitos ou de força maior;
- f) Havendo alteração da data prevista, a prova escrita poderá ocorrer em dias de semana, domingos ou feriados nacionais;
- g) O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova escrita mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial com foto, original ou fotocópia autenticada. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;
- h) Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei n.º 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada;
- i) Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no mínimo 30 (trinta) dias e máximo de 90 (noventa) dias;
- j) Para realizar a prova será permitido ao candidato o uso exclusivo de caneta esferográfica tinta azul ou preta;
- k) O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora, controle remoto, alarme de carro ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo;
- l) Os portões do prédio/sala onde será realizada a prova escrita serão fechados às 08h15, impreterivelmente, devendo o candidato estar em sua respectiva sala até as 8h25. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido;
- m) O candidato que chegar ao local da prova escrita após o fechamento dos portões/sala terá sua entrada vetada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato;
- n) O acesso às salas de provas de pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local e em casos específicos;
- o) O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início;
- p) O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal;
- q) Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas;
- r) Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão-resposta devidamente preenchido e assinado;
- s) Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente;
- t) Será permitido levar o rascunho do gabarito;
- u) Fica assegurado às mães lactantes o direito de participarem do teste seletivo, nos critérios e condições estabelecidas pelos artigos 227 da Constituição Federal, artigo 4º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e artigos 1º e 2º da Lei nº 10.048/2000. A candidata lactante deverá indicar esta condição na respectiva ficha de inscrição, para que sejam tomadas as providências necessárias pela Comissão do teste seletivo. As lactantes poderão retirar-se, temporariamente, das salas/locais onde estarão sendo realizadas as provas, para atendimento aos seus bebês em sala especial a ser reservada pela Comissão do teste seletivo. Para a amamentação, o bebê deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela coordenação local do teste seletivo (sala dos professores). O bebê deverá estar acompanhado somente de um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Comissão do teste seletivo. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de "fiscal" que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

## VIII - DAS PROVAS

### Etapas 1: PROVA ESCRITA – De caráter eliminatório

- a) O processo seletivo constará de Prova Escrita Objetiva valorada de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, no qual o candidato deverá alcançar no mínimo 40% (quarenta) por cento de acerto;
- b) A prova escrita objetiva será composta por 20 (vinte) questões no formato de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta, de "A" a "E", das quais somente 1 (uma) deverá ser assinalada como correta;
- c) As 20 (vinte) questões terão valor de 0,5 (zero vírgula cinco) pontos cada questão;
- d) As questões das provas versarão sobre o conteúdo programático constante do Anexo I deste Edital.
- e) O gabarito preliminar estará à disposição dos interessados no dia 01 de dezembro de 2019 até às 18h no endereço eletrônico <https://garuva.atende.net/>.
- f) O gabarito oficial será divulgado no dia 04 de dezembro de 2019, até às 18h no endereço eletrônico <https://garuva.atende.net/> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;
- g) No dia 09 de dezembro de 2019 até às 18h será divulgada a Lista Preliminar dos Aprovados;
- h) No dia 17 de dezembro de 2019 até às 18h será divulgada a Lista Final dos Aprovados;
- i) Não serão disponibilizados os cadernos de prova utilizados pelos candidatos no dia da prova;
- j) Uma cópia do Caderno de Prova estará à disposição dos candidatos na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para eventual consulta com a Comissão do Teste Seletivo 2019 a partir do dia 02/12/2019.

### Etapas 2: PROVA DE TÍTULOS – De caráter classificatório

- a) Títulos: Cursos de aperfeiçoamento (limite de 10 pontos). Somente serão aceitos cursos realizados no período de 01/01/2017 a 10/11/2019;
- b) Tempo de Serviço no Magistério (limite de 10 pontos) – Modelo no Anexo III deste Edital.

- c) É de responsabilidade do candidato a entrega dos documentos da Prova de Títulos e/ou Tempo de Serviço, em envelope lacrado, no ato da inscrição, conforme normas previstas neste Edital;
- d) Os documentos entregues em envelope lacrado serão analisados pela Comissão Organizadora, caso os mesmos não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, não serão considerados;
- e) Os comprovantes dos títulos não serão devolvidos ao candidato, nem serão fornecidas cópias destes. Não serão realizadas cópias na Prefeitura Municipal de Garuva;
- f) Os comprovantes de tempo de serviço deverão ser entregues em vias originais, com exceção de comprovantes em CTPS (Carteira de Trabalho da Previdência Social) que deverão ser entregues em cópias legíveis, para que sejam conferidos e validados pela Comissão Organizadora;
- g) Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio a não ser o descrito neste edital;
- h) A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de Títulos e/ou Tempo de Serviço implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais;
- i) A escolha dos títulos a serem encaminhados é de inteira responsabilidade do candidato. À Comissão Organizadora cabe apenas avaliar os títulos entregues pelo candidato, no ato da inscrição. Não serão aceitos acréscimos de outros documentos após a inscrição realizada;
- j) A Comissão não poderá alterar a opção do candidato preenchida no requerimento de inscrição, quanto ao nível de escolaridade caso o documento apresentado não comprove a escolaridade mínima exigida, conforme normas do Edital;
- k) Os documentos apresentados para a prova de títulos devem constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e de término do curso ou do evento;
- l) A avaliação do tempo de serviço será feita através de atestado de tempo de serviço no magistério estadual, municipal, federal, privado ou carteira de trabalho e previdência social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso), e obterá a pontuação conforme tabela constante neste Edital;
- m) Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério não será considerada fração de ano nem sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes;
- n) Não será computado para efeito de pontuação ao título de tempo de serviço no magistério, o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação;
- o) Não será computado também, o título de tempo de serviço no magistério, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante;
- p) A prova de títulos será até o limite máximo de 10 pontos, conforme segue:

**Professor Nível I - Magistério/ Ensino Médio na Modalidade Normal ou cursando licenciatura**

Magistério	5
Cursando Graduação – 6º ao 8º semestre/ fase/ período	4
Cursando Graduação – 3º ao 5º semestre/ fase/ período	2
Cursos de Capacitação – 40h (mínimo) e 480h (máximo)	0,25 pontos a cada 40h até o limite de 3 pontos

**Professor Nível II Habilitado na área (Graduado) e Especialistas (Supervisor e Orientador Escolar)**

Doutorado	10
Especialização Strictu Sensu - Mestrado	8
Especialização Latu Sensu – Pós Graduação (mínimo de 360h)	6
Cursos de Capacitação – 40h (mínimo) e 480h (máximo)	0,25 pontos a cada 40h até o limite de 3 pontos

**Tempo de Serviço para Níveis I e II (limite de 10 pontos)**

Atestado de tempo de serviço	0,20 pontos a cada 6 meses Até o limite de 10 pontos
------------------------------	---

**IX - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO**

a) Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela Comissão organizadora, pelo nível, pela disciplina/modalidade e pela habilitação mínima exigida, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, segundo a ordem decrescente de pontuação final, conforme a seguinte fórmula:

$$PF = [(PO \times 4) + (PT \times 3) + (TS \times 3)] : 10$$

PF – Pontuação Final PO – Prova Objetiva

PT – Prova de Títulos

TS – Tempo de Serviço

b) Em caso de empate na pontuação no Processo Seletivo, terá preferência o candidato com maior idade;

c) Os candidatos portadores de necessidades especiais concorrerão conforme o Capítulo III deste Edital.

#### X - DOS RECURSOS

- a) O candidato que tiver qualquer discordância em relação a qualquer etapa do processo (homologação de inscrição / questões de prova / gabarito preliminar / resultado preliminar) poderá recorrer após as publicações no site <https://garuva.atende.net/> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva conforme cronograma do anexo IV;
- b) Para recorrer, o candidato deverá utilizar de requerimento e protocolar na Secretaria de Educação e Cultura na Prefeitura Municipal de Garuva, na Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro – Garuva – SC, direcionada a Presidente da Comissão, conforme cronograma do anexo IV, respeitando o horário de expediente da Prefeitura;
- c) Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifique. Recurso inconsistente ou intempestivo será indeferido;
- d) Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão encaminhados aos requerentes em até 48h;
- e) Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo;
- f) Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente pelo candidato, independentemente de haver recurso;
- g) Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos e/ ou recurso de gabarito oficial definitivo. A decisão final da COMISSÃO será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

#### XI - DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

O resultado final de classificação será divulgado no site da Prefeitura <https://garuva.atende.net/>, e no mural da Prefeitura de Garuva no dia 17 de dezembro de 2019 a partir das 16h;

#### XII - DA ESCOLHA DE VAGAS

- a) A escolha de vagas da 1ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada no dia 14 de janeiro de 2020 às 9h, na Escola Municipal Vicente Vieira;
- b) A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por meio de procuração específica para este fim, registrada em cartório;
- c) A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga na área. No ato da escolha o candidato será chamado verbalmente por três vezes, não havendo resposta, o candidato ficará impedido de ocupar a vaga, sendo considerada desistência de vaga, conforme determina o item d a seguir;
- d) O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga na área, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas na área, constituirá nova ordem de classificação, ou seja, irá para o final da listagem na área, aguardando uma nova chamada na área;  
Parágrafo único: para fins de comprovação de não comparecimento no ato da chamada verbal por três vezes, a Secretaria de Educação deverá preencher Termo de Desistência por Não Comparecimento e constar a assinatura do responsável da Secretaria de Educação, juntamente com três testemunhas presentes no ato da chamada.
- e) O candidato que, na escolha da vaga desistir da mesma, assinará o Termo de Desistência da referida vaga, indo para o final da listagem na área;
- f) A chamada dos classificados ao cargo de professor nível I deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos classificados ao cargo de professor nível II;
- g) Após cada chamada será reprocessada a classificação constituindo nova listagem na área. Ou seja, a cada chamada encerrada constituir-se-á a nova listagem de classificação na área;
- h) O Candidato deverá entregar a documentação de admissão contida no Capítulo XIII deste Edital, no Departamento de Recursos Humanos em até 02 (dois) dias úteis após a escolha da vaga na área. Os exames médicos admissionais (ASO) deverão ser realizados pelo candidato mediante agendamento prévio realizado pelo Técnico de Segurança do Trabalho da Prefeitura de Garuva, sem direito a reagendamento, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Garuva em até 10 (dez) dias corridos após a escolha de vaga na área;
- i) Passado este prazo, fica a Secretaria de Educação e Cultura autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação na área. Caso o candidato não se apresente no prazo determinado, será excluído do processo seletivo;
- j) Caso o candidato desista da vaga na área após a realização dos exames médicos admissionais (ASO) ficará obrigado ao ressarcimento das despesas relativas aos mesmos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias;
- k) Poderão surgir vagas remanescentes que serão preenchidas pelos candidatos na sequência definida na lista de classificação. A convocação dar-se-á por meio de publicação no site oficial da Prefeitura <https://garuva.atende.net/>, cabendo ao candidato apresentar-se no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Caso o mesmo não cumpra com o prazo determinado, constituirá nova classificação, considerado desistente e será excluído do teste seletivo.
- l) O candidato que desistir da vaga oferecida deverá encaminhar a Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do e-mail: [educacao@garuva.sc.gov.br](mailto:educacao@garuva.sc.gov.br) Desistência Temporária indo assim para o final da classificação ou Desistência Definitiva sendo excluído da lista de Classificados do Teste Seletivo.

#### XIII - DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA ADMISSÃO

- a) Os documentos exigidos para a Admissão deverão ser entregues 02 (dois) dias úteis após a chamada, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Garuva, conforme segue:

Cópia simples dos seguintes documentos:

1. RG, CPF e CNH (se o cargo exigir)
2. Registro no Conselho/órgão de classe (quando o cargo requerer)
3. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil) e Cartão do PIS/PASEP
4. Título de eleitor

5. Certificado de reservista (p/ homens)
  6. Certidão de nascimento (se solteiro)
  7. Certidão de casamento (se casado)
  8. Qualificação cadastral e-social, retirada no link: (<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>)
  9. Comprovante de residência atual (sendo aceitas apenas faturas de fornecimento de água, energia elétrica ou telefone com validade de até 60 dias da data da apresentação documental)
  10. RG e/ou certidão de nascimento; e CPF dos dependentes em geral para fins de imposto de renda e salário família.
  11. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos
  12. Certidão de quitação eleitoral, retirada no link abaixo:  
(<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>)
  13. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa, retirada no link abaixo:  
([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))
  14. Certidão emitida pela Justiça Federal da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª regiões no link: <http://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa>
  15. Certidão negativa de antecedente criminal e civil – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos, retirada no link abaixo:  
(<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>)
  16. Certidão de Antecedentes Criminais – Polícia Federal retirada no link: <http://www.dpf.gov.br/servicos/antecedentes-criminais>
  17. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)
  18. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)
  19. Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
  20. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho.
  21. Declaração de encargos de família para fins de imposto de renda (fornecida pelo RH)
  22. Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)
  23. Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto à Cooperativa Sicredi, contendo a agência e o número da conta, para crédito salarial.
  24. Atestado de saúde ocupacional - ASO (a guia será entregue após a entrega correta de toda a documentação)
  25. 01 foto 3x4 RECENTE
- OBS. Todas as cópias deverão estar legíveis
- Cópia autenticada
- Comprovante de grau de escolaridade (para os cargos de nível superior: DIPLOMA e histórico escolar)
1. Certificado/diploma de curso de ensino fundamental/ ou médio/ ou superior (quando o cargo requer
  2. Certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer)
  3. Certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer)

#### XIV - DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) O candidato classificado que escolher vaga será admitido em caráter temporário no ano de 2020 de acordo com a legislação em vigor;
- b) O processo seletivo de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2020, conforme Lei Complementar;
- c) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora;
- d) As provas serão incineradas 120 dias após a divulgação dos resultados;
- e) Todos os documentos anexados no Protocolo de Inscrição deverão estar legíveis, caso contrário serão considerados nulos.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 11 de novembro de 2019.  
 Monise Nagel Moreira da Silva  
 Presidente da Comissão  
 Portaria 202/2019

#### ANEXO I

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS

CARGO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Professor Nível I e II, Supervisor Escolar e Orientador Escolar	<p>LDB 9394/96 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm</a></p> <p>ECA <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm</a></p> <p>PNE <a href="http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014">http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014</a></p>

## ANEXO II

## FICHA DE INSCRIÇÃO Nº INSCRIÇÃO:

Nome do (a) candidato (a):	
Endereço completo:	
Telefone residencial:	
Telefone celular:	E-mail:
Possui deficiência: ( ) sim ( ) não qual:	
Necessita de atendimento especializado no dia da prova ( ) sim ( ) não ( ) não se aplica Descrever o atendimento:	
É lactante e precisará se ausentar para amamentar? ( ) sim ( ) não ( ) não se aplica	
Professor Nível I ( ) Professor Nível II ( ) Especialista ( )	
Assinale abaixo OPÇÃO 1 e OPÇÃO 2 conforme Tabela do Capítulo V item E	
OPÇÃO 1	OPÇÃO 2
<input type="checkbox"/> Educação Infantil <input type="checkbox"/> Anos Iniciais <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa <input type="checkbox"/> Inglês <input type="checkbox"/> Matemática <input type="checkbox"/> Geografia <input type="checkbox"/> História <input type="checkbox"/> Ética e Cidadania <input type="checkbox"/> Artes <input type="checkbox"/> Ens. Religioso <input type="checkbox"/> Educação Física <input type="checkbox"/> Ciências <input type="checkbox"/> 2º Professor <input type="checkbox"/> Libras <input type="checkbox"/> Supervisor Escolar <input type="checkbox"/> Orientador Escolar	<input type="checkbox"/> Educação Infantil <input type="checkbox"/> Anos Iniciais <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa <input type="checkbox"/> Inglês <input type="checkbox"/> Matemática <input type="checkbox"/> Geografia <input type="checkbox"/> História <input type="checkbox"/> Ética e Cidadania <input type="checkbox"/> Artes <input type="checkbox"/> Ens. Religioso <input type="checkbox"/> Educação Física <input type="checkbox"/> Ciências <input type="checkbox"/> 2º Professor <input type="checkbox"/> Libras <input type="checkbox"/> Supervisor Escolar <input type="checkbox"/> Orientador Escolar
Declaro que aceito todas as normas especificadas no Edital de abertura deste Teste Seletivo e que possuo todos os documentos exigidos no mesmo, para a qual me candidato. Sou responsável pelo preenchimento da ficha de inscrição, pelas informações aqui prestadas e sob as penas da Lei em caso de Declaração Falsa.	
Assinatura do(a) Candidato (a)	Ass. do Resp. pelo recebimento da Inscrição

Prefeitura Municipal de Garuva Secretaria Municipal de Educação e Cultura Edital nº 017/2019 – Teste Seletivo 2020	Garuva, ____/____/____ Nº da Inscrição:
Nome do Candidato:	
Opção 1:	Opção 2:

## ANEXO III

## MODELO DE ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO

Identificação da Instituição privada ou instituição pública (papel timbrado, razão social, CNPJ, endereço).

Atestamos para fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o Edital do Processo Seletivo para Admissão de Professores em Caráter Temporário do ano letivo de 2020, que o Senhor (a) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nascido (a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ exerceu ou ainda exerce atividades no magistério nesta Instituição, no cargo de Professor, conforme tabela especificada:

PERÍODO DE: // a //

PERÍODO DE: // a //

PERÍODO DE: // a //

PERÍODO DE: // a //

PERÍODO DE: // a //

Declaramos sob as penas do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

Local, // .

(Assinatura e carimbo do responsável pela instituição)

## ANEXO IV

## CRONOGRAMA

Data	Descrição
Inscrição	14/11/2019 a 25/11/2019 Horário de atendimento em dias úteis das 08h às 14h
Homologação da Inscrição	27/11/2019 – Horário a partir das 16h
Recurso da Homologação	28 e 29/12/2019 Horário de atendimento em dias úteis das 08h às 14h
Realização da Prova Objetiva	01/12/2019 – Horário de realização da prova das 08h30 às 11h30 (fechamento dos portões do local de prova às 08h15)
Divulgação Gabarito Preliminar	01/12/2019 – Horário até às 18h
Recurso do Gabarito	02 e 03/12/2019 Horário de atendimento em dias úteis das 08h às 14h
Divulgação Gabarito Oficial	04/12/2019 – Horário até às 18h
Lista Preliminar dos Aprovados	09/12/2019 – Horário até às 18h
Recurso da Classificação Preliminar	10 e 11/12/2019 Horário de atendimento em dias úteis das 08h às 14h
Lista Oficial dos Aprovados	17/12/2019 - Horário até às 18h
Escolha de Vagas	14/01/2020 – Horário a partir das 09h na Escola M. Vicente Vieira

**PORTARIA Nº 209/2019**

Publicação Nº 2222692

PORTARIA Nº. 209, de 08 de novembro de 2019.

"DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DA SERVIDORA MARIA BERNADETE DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98;

CONSIDERANDO Processo nº 91846/2019;

CONSIDERANDO parecer da junta médica do município;

CONSIDERANDO ofício 090/2019/SME

## RESOLVE:

Art. 1º. – Readaptar temporariamente a servidora pública municipal MARIA BERNADETE DOS SANTOS, da função de Merendeira, para exercer funções de auxiliar de serviços gerais em atividades leves na Biblioteca Municipal Cruz e Sousa.

Art. 2º. - Comunique-se a Junta Médica Oficial de Readaptação para reavaliar a servidora após 30 (dias) a contar da vigência desta portaria.

Art. 3º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 06 de novembro de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 210/2019**

Publicação Nº 2222860

PORTARIA Nº. 210 de 11 de novembro de 2019.

“DESIGNAR SERVIDOR PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DAS ATAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar IASMYN ROCHADEL SAPELLI– CPF nº 080.693.309-70, Diretora de Meio Ambiente, servidora desta municipalidade, para atuar como fiscal dos Contratos 019 e 020 do Processo PMG nº 042/2019, firmado com as empresas SAAY’S SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.801/0001-71.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal



# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2019

Publicação Nº 2223587

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 259/2019

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2019

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de areia e saibro. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 25/11/2019, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 11/11/2019.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário da Fazenda e Gestão Administrativa

### MUNICÍPIO DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 242/2018 AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2018 EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2018

Publicação Nº 2223629

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 242/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2018

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2018

OBJETO: Aditivo de acréscimo de 1 item ao item 1; 1 item ao item 2; 1 item ao item 3 e 3 itens ao item 4 da presente Ata de Registro de Preços para futuras locações de Containers Sanitários. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (CNPJ nº83.102.244/0001-02). CONTRATANTE: EVOLUTION CONSTRUTORA E LOCAÇÕES ME-LTDA (CNPJ nº13.314.872/0001-76).

Gaspar (SC), 11/11/2019

CELSON DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO Nº 165/2018

Publicação Nº 2222710

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO Nº 165/2018

Início da vigência: 12/11/2019. Vencimento: 11/11/2020. Credenciamento nº 12/2018. Objeto: Renova, por 12 (doze) meses, o Termo de Permissão nº 165/2018 oriundo do Credenciamento das empresas interessadas em obter permissão de uso para utilização de espaços públicos dispostos no Terminal Rodoviário Urbano Vereador Norberto Willy Schossland, com finalidade específica de venda de passagens. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR, através da SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO (83.102.244/0001-02). Contratado: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE (82.647.884/0001-35).

Gaspar/SC, 12 de novembro de 2019.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 104/2019

Publicação Nº 2224119

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 104/2019

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (MICROCOMPUTADORES), INCLUÍDA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA COM FORNECIMENTO DE INSUMOS BÁSICOS INERENTES A ESTES SERVIÇOS, BEM COMO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PARQUE COMPUTACIONAL DAS SECRETARIAS QUE PERTENCEM A PREFEITURA MUNICIPAL GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 25/11/2019 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 25/11/2019 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br).

Governador Celso Ramos, 11 de novembro de 2019.

Paulo Henrique Silveira de Souza  
Secretário Municipal de Administração

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 103/2019

Publicação Nº 2224109

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

TOMADA DE PREÇOS 103/2019

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ALAÍDE DA SILVA MAFRA, NO BAIRRO AREIAS DO MEIO, NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO REFERIDO EDITAL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/11/2019 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 27/11/2019 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br).

Governador Celso Ramos, 11 de Novembro de 2019.

Paulo Henrique Silveira de Souza  
Secretário Municipal de Administração

**DECRETO 105 2019 - CONTABILIDADE**

Publicação Nº 2223761

DECRETO Nº 105/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32º, inciso I, da Lei Municipal nº 1293/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

ART. 1º Fica suplementado em R\$ 535.550,00 (Quinhentos e Trinta e Cinco Mil e Quinhentos e Cinquenta Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data nas fontes 01.00.000000 Recursos Ordinário, 01.11.000000 Receita de Ônus de Sucumbência, 01.01.000000 Recursos p/MDEB conforme as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401	Secretaria Municipal de Administração	2.550,00
08.243.0006.2.049	Manutenção do Conselho Tutelar	2.550,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.550,00
(17) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.550,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.550,00
0401	Secretaria Municipal da Fazenda	600,00
08.123.0002.2.006	Manutenção da Sec. da Fazenda	600,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	600,00
(20) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	600,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	600,00
1301	Secretaria Municipal de Agricultura	350,00
20.608.0007.2.050	Manutenção da Sec. Agricultura	350,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	350,00
(180) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	350,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	350,00
1401	Secretaria Municipal de turismo	2.500,00
23.695.0007.2.052	Manutenção da Sec. de Turismo	2.500,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.500,00
(194) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.500,00
1501	Secretaria Municipal de Cultura Esp. e Lazer	2.450,00
27.812.0005.2.037	Manutenção da Sec. De Cultura Esp. e Lazer	2.450,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	2.300,00
(204) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	2.300,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.300,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	150,00
(206) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	150,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	150,00
2001	Secretaria Municipal de Governo	11.900,00
04.122.0001.2.064	Manutenção da Sec. de Governo	11.900,00
3.1.00.00	Outras Despesas Correntes	11.900,00
(227) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	11.900,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	11.900,00
2101	Secretaria Municipal de Receita	16.800,00
04.129.0001.2.065	Manutenção da Sec. de Receita	16.800,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.200,00
(258) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.200,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.200,00
3.1.00.00	Outras Despesas Correntes	15.600,00
(257) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	15.600,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	15.600,00
0301	Procuradoria-Geral	40.000,00
04.122.0001.2.003	Manutenção da Procuradoria-Geral do Município	40.000,00
3.1.00.00	Outros Despesas Com Pessoal	40.000,00
(7) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	40.000,00

0.1.11.000000	Recursos Ordinários	40.000,00
3.3.00.00	Outros Despesas Correntes	2.400,00
(10) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.400,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.400,00
0602	Secretaria Municipal de Educação	228.000,00
12.361.0003.2.2.012	Manutenção do Ensino Fundamental	288.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	288.000,00
(42) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	288.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	288.000,00
Total		535.550,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 26 de Setembro de 2019.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 120 2019 - CRÉDITO ADICIONAL - 24.10

Publicação Nº 2223765

DECRETO Nº 120/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32º, inciso I, da Lei Municipal nº 1293/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

ART. 1º Fica suplementado em R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data nas fontes 01.00.000000 Recursos Ordinário, 01.13.000000 Remuneração Profissionais do Magistério conforme as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0602	Secretaria Municipal de Educação	20.000,00
12.306.0003.2.009	Oferta de Merenda Escolar-Ensino Fundamental	15.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
(26) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	15.000,00
12.306.0003.2.011	Oferta de Merenda Escolar-Creche	5.000,00
3.2.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
(213) 3.2.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
Total		20.000,00

ART. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 24 de Outubro de 2019.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 121 2019 - CRÉDITO ADICIONAL - 24.10

Publicação Nº 2223771

DECRETO Nº 121/2019

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32º, inciso I, da Lei Municipal nº 1293/2018 □ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 146.900.00 (Cento e Quarenta e Seis Mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data nas fontes 01.00.000000 Recursos Ordinário, 01.11.000000 Receita de Ônus de Sucumbência , 01.01.000000 Recursos p/MDEB, 01.12.000000 Remuneração Profissionais Magistério conforme as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR

0401	Secretaria Municipal de Administração	8.200,00
08.243.0006.2.049	Manutenção do Conselho Tutelar	2.200,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.200,00
(17) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.200,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.200,00
04.122.0002.2.005	Manutenção da Secretaria de Administração	6.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00
(13) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	6.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	6.000,00
0301	Procuradoria-Geral	52.400,00
04.122.0001.2.003	Manutenção da Procuradoria-Geral do Município	48.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	48.000,00
(7) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	48.000,00
0.1.11.000000	Receita de Ônus de Sucumbência	48.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.400,00
(10) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.400,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.400,00
0602	Secretaria Municipal de Educação	10.000,00
12.361.0003.2.015	Remuneração Profissionais do Magistério	9.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00
(49) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	9.000,00
0.1.12.000000	Remuneração Profissionais do Magistério	9.000,00
12.361.0003.2.017	Remuneração Profissionais do Magistério	1.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	1.000,00
(50) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.01.000000	Recursos Impostos p/MDEB	1.000,00
1301	Secretaria Municipal de Agricultura	500,00
20.608.0007.2.050	Manutenção da Sec. Agricultura	500,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	500,00
(180) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	500,00
1401	Secretaria Municipal de turismo	900,00
23.695.0007.2.052	Manutenção da Sec. de Turismo	900,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	900,00
(194) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	900,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	900,00
1501	Secretaria Municipal de Cultura Esp. e Lazer	2.700,00
27.812.0005.2.037	Manutenção da Sec. De Cultura Esp. e Lazer	2.700,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	2.700,00
(204) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	2.700,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.700,00
1601	Secretaria Municipal de Pesca e Maricultura	200,00
20.608.0007.2.051	Manutenção da Sec. de Pesca e Maricultura	200,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	200,00
(211) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	200,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	200,00
0701	Secretaria Municipal de Saúde	72.000,00
10.301.0004.2.023	Ações de Atenção Básica	40.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00
(11) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.2.29.00099	Ações de Atenção Básica Cofinanciamentos	40.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	32.000,00
(8) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	32.000,00
0.2.28.000000	Recursos SUS	32.000,00
Total		146.900,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 24 de Outubro de 2019.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 124 2019 - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 2223787

DECRETO Nº124/2019

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1293/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, no valor de R\$ 60.000,00 (SessentaMil Reais) a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2019, Lei Municipal nº 1300/2018:

### Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria Municipal de Saúde	60.000,00
10.301.0004.2.023	Ações de Atenção Básica	60.000,00
3.3.00.00	Despesas Correntes	60.000,00
(10) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	60.000,00
0.2.28.000099	Custeio das Ações e serviços	60.000,00
TOTAL		60.000,00

### Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria Municipal de Saúde	60.000,00
10.301.0004.2.023	Ações de Atenção Básica	60.000,00
3.1.00.00	Despesas Com Pessoal	60.000,00
(10) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	60.000,00
0.2.28.000099	Custeio das Ações e serviços	60.000,00
TOTAL		60.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 31 de Outubro de 2019.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 125 2019 - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 2223790

DECRETO Nº125/2019

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1293/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, no valor de R\$ 60.000,00 (SessentaMil Reais) a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2019, Lei Municipal nº 1300/2018:

### Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR

0701	Secretaria Municipal de Saúde	60.000,00
10.301.0004.2.023	Ações de Atenção Básica	60.000,00
3.3.00.00	Despesas Correntes	60.000,00
(10) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	60.000,00
0.2.28.000099	Custeio das Ações e serviços	60.000,00
TOTAL		60.000,00

## Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria Municipal de Saúde	60.000,00
10.301.0004.2.023	Ações de Atenção Básica	60.000,00
3.1.00.00	Despesas Com Pessoal	60.000,00
(10) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	60.000,00
0.2.28.000099	Custeio das Ações e serviços	60.000,00
TOTAL		60.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 31 de Outubro de 2019.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 126 2019 - TPA CRIA COMISSÃO**

Publicação Nº 2224221

DECRETO Nº 126 , DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – TPA E CRIAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO DA TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E O CONSELHO GESTOR, INSTITUÍDA PELAS LEIS Nº 1.155, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016 E LEI COMPLEMENTAR Nº 1.227/2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal poderá implantar o sistema de registro eletrônico visando à identificação do veículo e processamento administrativo até sua quitação através de serviços terceirizados, sem que haja a transferência do poder de polícia na cobrança da taxa.

Art. 2º - O sistema eletrônico poderá disponibilizar de diversos meios eletrônicos, virtuais e manuais visando a agilidade e eficiência na cobrança da Taxa de Preservação Ambiental e cadastro de isentos.

Art. 3º - O sistema de registro eletrônico (câmeras) previsto no §2º, art. 4º da Lei Municipal nº 1.155/2016 poderá dispor de meios próprios para abordagem e cobrança dos veículos estrangeiros que adentrarem no município visando facilitar a identificação e respectivo pagamento da Taxa de Preservação Ambiental.

Art. 4º - Caso haja deferimento do recurso previsto no artigo 5º, §13 da lei 1.155/2016, com a alteração dada pela Lei Complementar 1227/2017, referente ao indeferimento do requerimento de cadastramento de isento, e este tiver quitado a Taxa de Preservação Ambiental enquanto estava em análise, caberá o respectivo ressarcimento mediante solicitação direta ao Município.

Art. 5º - Fica criada a Comissão Permanente de Gestão da Taxa de Preservação Ambiental, em conformidade com o artigo 8º, §5º, "a" da lei 1.155/2016 com a alteração dada pela Lei Complementar 1227/2017, com as atribuições de gerir e coordenar os procedimentos contábeis, técnicos e operacionais relacionados à Taxa de Preservação Ambiental – TPA.

§1º - Ficam nomeados para compor a Comissão prevista no caput deste artigo os seguintes membros:

Presidente: Carolina Valentim Gomes

Secretário: Marcelo Antonio Pierri Junior

Membro: Gustavo Augusto Amorim

§2º - Os membros da comissão farão jus a uma gratificação pela participação efetiva junto a Comissão Permanente de Gestão da Taxa de Preservação Ambiental, no valor equivalente a:

Presidente: R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)

Secretário: R\$ 300,00 (Trezentos Reais)

Membros: R\$ 300,00 (Trezentos Reais)

§3º - A Comissão Permanente de Gestão da Taxa de Preservação Ambiental realizará reuniões ordinárias mensalmente e as extraordinárias, sempre que necessário.

I – As datas das reuniões ordinárias serão marcadas sempre na primeira quinzena do mês pelo Presidente que convocará os membros por intermédio do Secretário em local definido na Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

II – Das convocações das reuniões, efetuadas com no mínimo 72 (setenta e duas horas) de antecedência, deverão constar a pauta e informações relativas aos assuntos constantes das mesmas.



III – As reuniões terão validade regimental com a presença de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos membros registradas em ata com suas deliberações ao final da reunião devidamente assinada por todos os presentes. Na ausência do número mínimo de participantes na primeira chamada, caberá nova convocação em 20 (vinte) minutos quando então será realizada desde que haja a presença mínima de 30% (trinta por cento) dos membros ou designada nova data obrigatoriamente no mesmo mês.

IV – Será substituído automaticamente o membro que faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas, no transcorrer da gestão.

V – Em caso de vacância ou substituição, caberá a autoridade do poder executivo nomear por decreto o novo membro.

VI – O (a) Presidente será substituído(a) em suas ausências ou impedimentos, pelo(a) Vice Presidente, pelo(a) Secretário(a) e na falta destes, por membro escolhido dentre os presentes.

Parágrafo Único - Quando do impedimento ou ausência do Secretário(a), o(a) Presidente indicará seu substituto(a).

§4º - Caberá a Comissão Permanente de Gestão da Taxa de Preservação Ambiental dentre suas atribuições em proceder com a fiscalização se todas as obrigações contratuais estão sendo atendidas pela empresa ou prestadores de serviços envolvidos na operacionalização da Gestão Administrativa da Taxa de Preservação Ambiental, podendo requerer esclarecimentos e emitir pareceres indicando a notificação ao gestor do contrato para apurar fatos e responsabilidades.

§5º - Caberá a Comissão Permanente de Gestão da Taxa de Preservação Ambiental apresentar ao final de cada temporada da cobrança da Taxa de Preservação Ambiental o relatório com o resultado contábil, bem como melhorias ou correções que forem necessárias para a próxima temporada.

Art. 6º - Fica criada o Conselho Gestor que tem por finalidade acompanhar e participar da gestão dos recursos oriundos da arrecadação, bem como sua aplicabilidade, de acordo com o artigo 8º, §5º, "b" da lei 1.155/2016 com a alteração dada pela Lei Complementar 1227/2017.

§1º - Os membros do Conselho Gestor não serão remunerados por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

§2º - Ficam nomeados para compor o Conselho Gestor da Taxa de Preservação Ambiental - TPA, os seguintes membros:

a) Representantes do Poder Executivo Municipal:

Josiane Pereira

Alcides Pereira

James Amaral

b) Representantes da Sociedade Civil:

Mauri Costa de Jesus - Presidente da Ação Social Paroquial de Governador Celso Ramos – SC. CNPJ: 79.831.350/0001.50

Neri Luz de Azevedo - Presidente da Associação Beneficente Deus Proverá de Governador Celso Ramos – SC. CNPJ: 73.392.326/0001-85

Antônio Sebastião Pereira da Silva - Presidente da Associação de Moradores de Palmas de Governador Celso Ramos – SC. CNPJ: 05.637.077/0001-90

§3º - O presidente do Conselho Gestor será necessariamente membro do Poder Executivo Municipal com mandato de 02 (dois) anos, prorrogável uma única vez por igual período, podendo ser substituído a qualquer momento por determinação do Prefeito Municipal.

§4º - O Conselho Gestor realizará reuniões ordinárias mensalmente e as extraordinárias, sempre que necessário.

I – As datas das reuniões ordinárias serão marcadas sempre na segunda quinzena do mês pelo Presidente que convocará os membros por intermédio do Secretário em local definido na Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

II – Das convocações das reuniões, efetuadas com no mínimo 72 (setenta e duas horas) de antecedência, deverão constar a pauta e informações relativas aos assuntos constantes das mesmas.

III – As reuniões terão validade regimental com a presença de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos membros registradas em ata com suas deliberações ao final da reunião devidamente assinada por todos os presentes. Na ausência do número mínimo de participantes na primeira chamada, caberá nova convocação em 20 (vinte) minutos quando então será realizada desde que haja a presença mínima de 30% (trinta por cento) dos membros ou designada nova data obrigatoriamente no mesmo mês.

IV – Será substituído automaticamente o membro que faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas, no transcorrer da gestão.

V – Em caso de vacância ou substituição, caberá a autoridade do poder executivo nomear por decreto o novo membro.

VI – O (a) Presidente será substituído(a) em suas ausências ou impedimentos, pelo(a) Vice Presidente, pelo(a) Secretário(a) e na falta destes, por membro escolhido dentre os presentes.

Parágrafo Único - Quando do impedimento ou ausência do Secretário(a), o(a) Presidente indicará seu substituto(a).

VII - Os membros do Conselho Gestor exercerão suas atividades pelo período máximo de 02 (dois) anos, podendo ser substituídos, a qualquer tempo, por solicitação de quem os tenha indicado.

§4º - Compete ao Presidente do Conselho Gestor:

I - dar posse aos membros em livro próprio;

II - presidir as sessões;

III - convocar as sessões extraordinárias;

IV - elaborar a pauta das sessões e dela dar ciência aos demais membros com a antecedência prevista neste decreto;

V - assinar, em primeiro lugar, toda e qualquer decisão do Conselho;

VI - representar o Conselho em todos os atos que o exigirem;

VII - praticar os atos administrativos necessários ao funcionamento do Conselho;

VIII - convocar os suplentes dos Conselheiros, nos casos de impedimento ou vacância;

IX - O Presidente do Conselho Gestor terá direito a voto nas deliberações e, em caso de empate, proferirá voto de desempate.

§5º - Para executar suas atividades, o Presidente do Conselho Gestor nomeará um dos membros que realizará os serviços de secretário para o desempenho de atividades específicas do seu cargo, tais como:

I - secretariar as sessões do Conselho Gestor;

II - lavrar as atas e proceder à sua leitura ao final da reunião;

III - transmitir aos membros a convocação das sessões;

IV - rubricar e manter sob sua guarda o livro de atas, termos de posse dos membros do Conselho;  
V - preparar o expediente para as sessões do Conselho;

§6º - As deliberações do Conselho Gestor serão de caráter deliberativo sujeito a aprovação do Prefeito Municipal para a execução das políticas de aplicação da arrecadação dos recursos provindos da Taxa de Preservação Ambiental.

§7º - Caberá ao Conselho Gestor promover audiências públicas ao final de cada temporada de Cobrança da Taxa de Preservação Ambiental e apresentar o resultado da arrecadação conforme dados da Comissão Permanente de Gestão da Taxa de Preservação Ambiental e as políticas aprovadas para sua aplicação conforme o artigo 8º da lei 1.155/2016 com a alteração dada pela Lei Complementar 1227/2017.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data e sua publicação, revogando o decreto 115/2019.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 11 de novembro de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

## **PORTARIA 971 2019 - GIZELLE SAGÁS DE AZEVEDO CAMPOS**

Publicação Nº 2223681

Portaria nº 971/2019

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 012 de 06 de Fevereiro de 2017 e o disposto no Decreto nº 032 de 21 de Março de 2019,

Resolve:

1º Exonerar a Sra. GIZELLE SAGÁS DE AZEVEDO CAMPOS do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DIREITOS INDIVIDUAIS E CIDADANIA do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear a Sra. GIZELLE SAGÁS DE AZEVEDO CAMPOS para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 05 de Novembro de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

## **PORTARIA Nº 35 -2019**

Publicação Nº 2223471

Portaria nº 35/2019

NEDISON NILDO MARTINS, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto nos artigos nº 14 ao nº 21 da Lei 1086 de 01 de Abril de 2016, concede Promoção por Antiguidade,

Resolve:

Conceder PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE para o Nível II e Referência D, ao servidor LEONARDO OSNI QUINTINO, matrícula nº 51, ocupante do cargo de provimento efetivo de CONTADOR do Quadro de Pessoal desta Câmara.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 08 de Novembro de 2019.

NEDISON NILDO MARTINS

Presidente

## Grão Pará

## PREFEITURA

## BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOV-2019

Publicação Nº 2224189

FOLHA DE PAGAMENTO BENEFICIÁRIOS PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, NOVEMBRO DE 2019

TITULAR	NIS TITULAR	VALOR TOTAL	SITUAÇÃO FAMÍLIA	
ADRIANA BERGER SILVERIO	13963169728	41	LIBERADA	
ADRIANA FLORENCIO SILVERIO	16013591440	130	LIBERADA	
ADRIANA MICHELS HERECK	15046693279	82	LIBERADA	
ADRIANE LIMA DOS SANTOS	16021732074	277	LIBERADA	
ALEXSSANDRA WERLICH LEANDRO	20911227738	358	LIBERADA	
ANA PAULA DE LIMA	16133063743	212	LIBERADA	
ANA TEREZA MORAIS DA SILVA	16012846852	130	LIBERADA	
ANDREIA APARECIDA SOARES	16011581375	164	LIBERADA	
ANDREIA BONIFACIO	12543618513	130	LIBERADA	
ANDREIA RASCKE FRANCA	16012767383	253	LIBERADA	
BARBARA DE RAMOS ALBERTON	21065607131	130	LIBERADA	
BEATRIZ MARQUES DELFINO	20111320008	294	LIBERADA	
CASSIANE SANDOVAL DOS SANTOS	16452354966	253	LIBERADA	
CELIA MARIA SANDOVAL	16529431919	171	LIBERADA	
CHAIANE CARDOSO DOS SANTOS	16570766636	130	LIBERADA	
CRISTIANE SANTOS DE SANTANA	16391441090	82	LIBERADA	
DAIANE DE JESUS LOCH	14587085274	130	LIBERADA	
DAISI BOSELO DE BONA	13328439721	212	LIBERADA	
DANIELA CARARA	14070855722	294	LIBERADA	
DANIELA TORRES PORFIRIO	16012965622	253	LIBERADA	
DOLIANE DA SILVA MARQUES	13419170725	205	LIBERADA	
EDIANE DA LUZ	16131493074	130	LIBERADA	
EDINEIA NILSEN SCHLICKMANN	20662906793	269	LIBERADA	
ELIANE APARECIDA DE SOUZA LIMA	20929887489	171	LIBERADA	
ELISANDRA DE AGUIAR CLAUDINO DA SILVA	16106568260	82	LIBERADA	
ELIZETE ALEXANDRE JOVENCIO CARARA	20912345718	82	LIBERADA	
ELUZE DA SILVA DE ALMEIDA	16089673685	212	LIBERADA	
ERICA VIDAL CAETANO	20104540863	253	LIBERADA	
FABIANA DE JESUS MANOEL	13598347722	171	LIBERADA	
FERNANDA CARNEIRO JOAQUIN	16290261364	253	LIBERADA	
FERNANDA DA ROCHA	16187672713	212	LIBERADA	
FERNANDA SOUZA MORAIS	20103981467	130	BLOQUEADA	
GILMAR ALVES	14113845278	41	LIBERADA	
GLAUDIA RAIANE ABREU FERNANDES	14100734723	171	LIBERADA	
INES OLINDINO GONCALVES	12564506722	130	LIBERADA	
JANAINA HERECK GONCALVES	20111319492	41	LIBERADA	
JESICA DA SILVA DELFINO	14056824726	171	LIBERADA	
JOCELI GOMES	16188017433	416	LIBERADA	
JOCELIA ROSANE DE SOUZA	16251759497	48	BLOQUEADA	

JOSIANE LEANDRO	16268091451	212	BLOQUEADA	
JOSIANE PEDROSO	16188082502	123	LIBERADA	
JUCELENE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	16216609360	130	LIBERADA	
JUSSARA ROSA DELFINO	16188147469	41	LIBERADA	
KARINA DANDOLINI	20933538698	171	LIBERADA	
KELY ALTINA DA SILVA	14559584075	130	LIBERADA	
LEANDRO RODRIGUES DE SOUSA	13109004932	41	LIBERADA	
LINDOMAR DELFINO ROSA	12675909728	294	LIBERADA	
LUANA DE ANHAIA DE CASTRO	16458403926	212	LIBERADA	
MARINES CRISTOVAO	13624704728	82	LIBERADA	
MICHELE SCHLICKAMANN SPERFELD EISING	23663691426	130	LIBERADA	
NAZIRA ALVES LOBO AZCONA	14180035274	171	LIBERADA	
NELSON ALVES	20104541096	91	LIBERADA	
NICOLI JOAQUIN DA SILVA	16639888891	41	BLOQUEADA	
NILSILENE GEREMIAS FERNANDES	12483855409	178	LIBERADA	
OLIVIA LOCH SPIDO SILVA	20039056273	370	LIBERADA	
PAULINHO RASCKE	12359395590	178	LIBERADA	
RITA DE CASSIA ROSA DE LIMA	16537759197	212	LIBERADA	
ROSENEI DOS SANTOS	12626981518	137	LIBERADA	
SARAH CRISTINY SCHMITZ ROCHA	20759026054	253	LIBERADA	
SELMA SANDOVAL	12542899837	294	LIBERADA	
SIDINEI VIDAL DELFINO	23620244436	89	LIBERADA	
SIMONE GOMES DA SILVA	16537042365	269	LIBERADA	
SOELI DE OLIVEIRA LEMES	12439752438	130	LIBERADA	
SOLEDAD FLORINDA MARTIN	23688887782	164	LIBERADA	
SUZI RAIANE DA SILVA CARNEIRO	20046953684	257	LIBERADA	
TAIANE MAY	14687405270	130	LIBERADA	
TAIS CATIELE DA SILVA NETTO	14494278269	82	LIBERADA	
TAISE COAN DA COREGIO	19016151462	171	BLOQUEADA	
VANESSA SANDOVAL JUSTINIANO	13903532729	48	BLOQUEADA	

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.29-2019 KIT CORPO DE BOMBEIRO**

Publicação Nº 2223641

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 66/2019

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 29/2019-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT COMBATE A INCENDIO FLORESTAL PARA CAMINHONETE TIPO PICK-UP DESTINADO AO CORPO DE BOMBEIROS DE BRAÇO DO NORTE Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, 3ª/8º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR, conforme repasse do convênio Nº 51/2014 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Grão-Pará e o ESTADO DE SANTA CATARINA. Data e Horário de Abertura: 28/11/2019, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no prédio da Prefeitura Municipal. Demais informações pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 11 de novembro de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

# Gravatal

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA 23

Publicação Nº 2224283

#### ATA 23 DA COMISSÃO PROCESSANTE

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove as dezoito horas e trinta minutos na sede da Câmara Municipal de Gravatal na rua Manoel José Cândido nº 142, reuniu-se a Comissão Processante sob a presidência do vereador Rafael Fernandes Machado, presentes o relator Antônio da Silva Silveira e o membro Alberto da Silva Duarte, para deliberar sobre os trabalhos e apreciar a Defesa Prévia apresentada pelo Prefeito Edvaldo Bez de Oliveira sobre o qual foi emitido o relatório da comissão processante que concluiu pelo prosseguimento do processo apurando os fatos decorrentes de 3 (três) denúncias das 4 (quatro) apresentadas, consistindo em resumo: 1) do não repasse do duodécimo à Câmara de Vereadores – configuração do inciso I do artigo 4. - I - Impedir o funcionamento regular da Câmara; 2) do não afastamento do Secretário da Agricultura ante a não prestação de contas dos recursos e conhecimento pelo prefeito; 3) desatendimento aos pedidos de informações sem motivo justo – inciso III do decreto-lei 201/67. A comissão finalmente decidiu propor a Mesa Diretora a edição de Projeto de decreto Legislativo que homologa a decisão ora proferida. Proceda-se o registro e a juntada nos autos, determinando a notificação do prefeito e a publicação no diário oficial dos Municípios para que surta os efeitos legais. Eu Rafael Fernandes Machado determinei a lavratura da presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Processante.

RAFAEL FERNANDES MACHADO  
Presidente

ANTÔNIO DA SILVA SILVEIRA  
Relator

ALBERTO DA SILVA DUARTE  
Membro

### OFÍCIO 30

Publicação Nº 2224284

Ofício CP 30/2019

Excelentíssimo Senhor  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
MD Prefeito Municipal de Gravatal  
N E S T A

DATA: 11 de novembro de 2019  
ASSUNTO: PROSSEGUIMENTO DE PROCESSO

Senhor Prefeito Municipal,

Vimos à presença de Vossa Excelência para citá-lo/notificá-lo no processo nº 001/2019 da decisão da Comissão processante que deliberou sobre o prosseguimento da apuração dos fatos narrados na denúncia já aceita pela Câmara Municipal de Vereadores. Para conhecimento segue em anexo o relatório da Comissão Processante e o Decreto Legislativo 003/2019 aprovados na sessão do dia 11 de novembro de 2019 pelo Legislativo Municipal. Informamos ainda que os áudios e vídeos da sessão poderão ser obtidos nas redes sociais da Câmara Municipal e na Secretaria desta Casa.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL FERNANDES MACHADO  
Presidente

**OFICIO 31**

Publicação Nº 2224285

Gravatal 11 de novembro de 2019

OF.CP031/2019

Excelentíssimo Senhor  
Edvaldo Bez de Oliveira  
DD Prefeito Municipal de Gravatal  
N E S T A

Assunto: Citação

Senhor Prefeito,

Venho à presença de Vossa Excelência, cita-lo/notificá-lo para comparecer perante a Comissão Processante para ser inquirido a respeito das denúncias apresentadas pelos Senhores Clarisvaldo José Bento, Jeferson Mendes da Silva e José Cardoso de Souza que trata de supostas infrações político administrativas cometidas na gestão atual consistindo em: 1) Repasse a menor do valor do duodécimo em todos os meses do exercício de 2017 e 2018, o que configurou em infração político administrativa afrontando ao disposto no art. 4º inc. I do Decreto Lei 201/67. 2) Não afastamento do Secretário e Agricultura ante a não prestação de contas solicitada pela Câmara de Vereadores, o que configura infração do art. 4º inc. VIII do Decreto-Lei 201/67. 3) Desatendimento aos pedidos de informação feitos pela Câmara Municipal de Gravatal afrontando o art. 4º inc. III do Decreto-Lei 201/67

Assim, fica Vossa Excelência intimado a comparecer nesta Câmara Municipal as 14:00h no dia 13 de novembro de 2019 para prestar depoimento conforme preconiza o art. 5 inc. III do Decreto Lei 201/67.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL FERNANDES MACHADO  
Presidente

**RELATORIO**

Publicação Nº 2224282

PROCESSO 001/2019

RELATÓRIO DA COMISSÃO PROCESSANTE 2019

A Comissão Processante legalmente instituída para apurar a denúncia 001/2019 reuniu-se para o fim de se manifestar a respeito da DEFESA PRÉVIA apresentada, pelo acusado Edvaldo Bez de Oliveira, Prefeito Municipal de Gravatal deliberando no seguinte sentido:

**1) DA TEMPESTIVIDADE:**

1.1) A DEFESA PRÉVIA, devidamente fundamentada e acompanhada dos anexos foi protocolada em tempo hábil, em 11/11/2019 as 16h59min, permitindo à Comissão que se manifeste a respeito das argumentações apresentadas.

**2) DOS FATOS:**

2.1) Quanto ao repasse a menor do duodécimo em todos os meses do ano de 2017, a Comissão Processante por unanimidade de seus membros resolve prosseguir os trabalhos para apurar a fundo a infração imputada ao senhor Prefeito Municipal.

2.2) Quanto ao item 2.2 que trata da Rejeição das Contas do exercício de 2017, a Comissão Processante por unanimidade de seus membros entende, em virtude de decisão Judicial que deve expurgar este item da denúncia apresentada.

2.3) Quanto ao item 2.3 da Denúncia, que trata do não afastamento do Secretário Municipal de Agricultura ante a não prestação de contas dos recursos e conhecimento pelo Prefeito. A Comissão Processante por unanimidade de seus membros decide prosseguir com a investigação para o fim de esclarecer os fatos prosseguindo com o feito.

2.4) Quanto ao item 2.4 relativo ao desatendimento aos pedidos de informações sem motivo justo, inciso III do Decreto Lei 201/67, constante da denúncia apresentada e aceita pela colenda Câmara de Vereadores a Comissão processante por unanimidade de seus membros resolve prosseguir com o feito para investigar com mais profundidade.

**3) Apreciação das Preliminares da Defesa Prévia:**

3.1) Após breve explanação onde a defesa descreve o decorrer do processo propugnando sobre a suspensão do mesmo; postulando o impedimento dos Vereadores que compõem a Comissão Processante; alegando ausência de reconhecimento de firma na denúncia; alegando ainda a supressão de prerrogativa do Plenário da Casa, a defesa conclui as preliminares.

3.2) Quanto a suspensão do presente processo é indisponível esta atitude para o Legislativo Municipal eis que as denúncias apresentadas preenchem todas as formalidades previstas no decreto Lei 201/67 e é obrigação do Legislativo Municipal apurar os possíveis ilícitos denunciados uma vez que foram acompanhados de indícios e provas preenchendo o requisito de materialidade, sendo apresentadas contra o Prefeito Municipal que esta sob o alcance da Câmara de Vereadores e foram também acompanhadas da tipificação adequada para que a



Câmara pudesse conhecer da denúncia.

3.3) Quanto a Alegação de impedimento dos Vereadores aduz a defesa que o procedimento seria nulo em função dos membros da Comissão Processante estarem impedidos de julgar o Prefeito.

Nenhum dos vereadores da Câmara, tanto da Comissão Processante, quanto os demais Edis estão impedidos de atuar no julgamento do Prefeito, mesmo porque não foram denunciantes e não estariam de forma alguma envolvidos nos atos de improbidade cometidos pelo Chefe do poder Executivo.

O fato do Vereador Rafael Fernandes Machado Presidente da Comissão Processante ter ido buscar seus direitos na Justiça não o coloca de forma nenhuma em impedimento, eis que todos tem o direito recorrer à Justiça. Inclusive o processo já se encerrou.

Quanto ao inquérito 06.2017.00007083-0, alegado como suposto impedimento do Presidente da Comissão, é bom que se alvitre que trata-se apenas de inquérito civil que ainda está transcorrendo, não podendo de forma alguma ser levado em consideração com base no princípio do estado de inocência. Ser investigado ou responder processo não afasta a idoneidade do edil.

Assim, a Comissão não reconhece o impedimento alegado.

Quanto ao suposto impedimento do Vereador Antônio da Silva Silveira, relator da Comissão Processante, alega a defesa que o motivo seria a impenetrabilidade de diversos mandados de segurança para que o Acusado cumprisse a sua obrigação de repassar o duodécimo para a Câmara Municipal de Vereadores, e que é objeto também do presente feito. Foge ao limite do razoável fazer tal alegação.

Ninguém pode ser considerado impedido de atuar em função de estar cumprindo a Lei. O vereador foi eleito para atuar na fiscalização e, em certos casos, para julgar o Prefeito.

Sem nenhum fundamento legal a Defesa aduz que o Vereador Alberto da Silva Duarte estaria impedido em função de ser membro da Comissão de Finanças e Orçamento, que emitiu parecer sobre a rejeição das Contas não pode prosperar uma vez que este item da denúncia foi expurgado. Ainda mais, a tentativa de apontar impedimentos dos vereadores com base no exercício de suas funções precípuas do exercício da vereança não pode prosperar, pois único impedimento legal para votar em casos semelhantes seria se o vereador fosse o subscritor da denúncia, o que não é o caso no presente processo.

A defesa não apresenta subsídios fáticos e jurídicos quanto aos fatos denunciados, ao contrário, concentra-se em tentativas de alegar impedimentos e macular a moral dos Edis.

Os termos da defesa apenas focam em desestabilizar a Comissão, sem sucesso, pois os Vereadores foram eleitos e vão atuar no estrito limite da Lei. Considerar que a atuação dos vereadores "É no mínimo imoral !" certamente não colabora para a elucidação dos fatos.

A comissão opta por desconsiderar essa manifestação por entender impertinente.

3.4) Quanto a ausência de reconhecimento de firma na denúncia a estratégia da defesa em afirmar que a "única verdade no processo" seria a capitulação legal na Lei Federal nº 1.079/50, certamente demonstra desrespeito aos cidadãos denunciantes e aos vereadores e funcionários do Poder Legislativo. Todo o processo é verdadeiro e como tal deve ser tratado.

A denúncia está acompanhada da cópia da documentação dos denunciantes, que foi recebida na Câmara de Vereadores por funcionários que têm fé pública. Ademais os denunciantes estão devidamente qualificados nos autos. Assim a Comissão processante se manifesta pela improcedência da alegação.

Alegar que estariam sendo utilizados "laranjas" na denúncia é tentar sem sucesso diminuir a importância e a lisura do feito, que apura os fatos legitimamente denunciados por cidadão de bem que se sentem prejudicados pela ação do Prefeito.

O Regimento interno da Câmara em seu art. 119, V, prevê que poderão ser recebidas petições, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos e omissões das autoridades públicas.

3.5) Quanto a supressão de prerrogativa do Plenário desta Casa Legislativa a Comissão Processante entende que a Câmara Municipal pode aceitar a denúncia total ou parcialmente em razão de estar sendo discutido judicialmente para não prejudicar o andamento dos trabalhos a Câmara por maioria absoluta decidiu em sessão regular suspender este item 2.2 "Rejeição das Contas" da denúncia, o que de forma nenhuma invalida o processo.

#### 4) Quanto ao mérito

4.1) Em que pese as alegações da defesa de que não houvera o descumprimento dos repasses e que os mesmos não teriam sido efetivados a menor, a questão foi objeto de apreciação pelo Judiciário Catarinense, que concluiu que houve flagrante descumprimento de preceito constitucional e mormente da Lei Orçamentária anual.

Veja-se que a defesa se absteve de comprovar o que alegou. Não basta alegar, há necessidade de comprovar. Sequer foi rebatida a prova feita quanto aos inúmeros mandados de segurança mencionados na denúncia.

Em razão da conduta sujeita à responsabilidade, a Comissão decide não acatar as alegações por motivo do Prefeito haver reiteradas vezes descumprido decisões judiciais que determinou o correto repasse dos valores devidos a Câmara, podendo, inclusive, configurar crime de improbidade administrativa a ser apurado pelo Poder Judiciário.

A alegação de que não teria havido prejuízo às atividades da Câmara de Vereadores é infundada, pois o Legislativo Municipal não conseguiu cumprir o que havia planejado em seu orçamento, notadamente obstruiu a continuidade da obra da sede da Câmara de Vereadores, que ficou paralisada no período em que o Prefeito insistia em se apoderar dos valores devidos ao legislativo local.

4.2) No que se refere ao item 2.2 da denúncia onde a Defesa Prévia se manifesta no mérito, este item resultou prejudicado em função da Comissão Processante ter expurgado esta parte o que fora devidamente informado ao acusado, sem prejuízo de futuras apurações.

4.3) A defesa alega que o Secretário Municipal de Agricultura João Batista Ferreira é agente político nomeado e de confiança do Prefeito, agindo em seu nome e em total consonância, é como se fosse a extensão da mão do Prefeito.

A defesa no mérito não comprova que os valores arrecadados pelo Secretário a mando do prefeito transitaram pelo fluxo orçamentário normal da Prefeitura.

A verdade é que o Secretário agiu de maneira ilegal e desidiosa ao arrecadar e destinar o dinheiro público, assumiu a conduta em público na Sessão da Câmara de Vereadores e o Prefeito não tomou as providências cabíveis para sanar a irregularidade e nem tampouco para ressarcir o erário. A Comissão então decide por unanimidade pelo prosseguimento do feito.

4.4) Desatendimento aos pedidos de informações sem motivo justo - Inciso III do Decreto Lei 201/67.

Em que pese a argumentação da defesa e a juntada de documentação que supostamente comprovaria o atendimento dos pedidos de informação, a Comissão entende que não resultou atendidas todas as demandas e decide por unanimidade de seus membros pelo prosseguimento do feito para se aprofundar no exame.



## 5 DOS REQUERIMENTOS

- 5.1) Quanto as provas documentais a Comissão processante, nesta fase entende que a documentação acostada aos autos é suficiente para apuração das infrações político administrativas que se apura.
- 5.2) Quanto a prova testemunhal a Comissão Processante entende que não há razão para que sejam ouvidas as mesmas testemunhas novamente, uma vez que os fatos são os mesmos e a defesa não justificou na peça quais os motivos para ouvi-las novamente.
- 5.3) Quanto ao arrolamento de testemunhas de Brasília, notadamente com vinculação política do Partido do Prefeito, sem nenhum nexo causal com os fatos a Comissão indefere a oitiva mesmo por que a defesa não consignou na peça quais seriam as razões do arrolamento destas testemunhas. Observa-se nitidamente a intenção de atrapalhar o andamento das investigações e procrastinar o processo.

## 6 CONCLUSÃO

- 6.1) Finalmente a Comissão Processante resolve conhecer da defesa prévia e decide prosseguir com o feito para apuração das denúncias.
- 6.2) Submeta-se a apreciação do Egrégio Plenário da Câmara Municipal de Gravatal com a emissão do competente Decreto Legislativo para o início da fase de instrução.

É o Breve relatório.

Gravatal, 11 de novembro de 2019.

RAFAEL FERNANDES MACHADO

Presidente

ANTÔNIO DA SILVA SILVEIRA

Relator

ALBERTO DA SILVA DUARTE

Membro

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### DECRETO 1094/2019 DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES (APÓS RECURSOS) TESTE SELETIVO EDITAL 003/2019

Publicação Nº 2222927

DECRETO Nº 1.094/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES (APÓS OS RECURSOS) DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEHINI, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com as Leis municipais nº 1.940/06, nº 1.645/01, nº 2764/2014, nº 1890/2006, nº 2489/2012 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo Edital nº 003/2019 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 16 (ÁREA DE ABRANGÊNCIA: RUAS 13 DE OUTUBRO, 1º DE MAIO, ADEMAR DE BARROS, CRISTÓVÃO COLOMBO, CRUZ E SOUZA, DO COMÉRCIO, ERMINO ANSCHAU, GENERAL OSÓRIO, PADRE BERNARDO GEMI, PADRE FEIJÓ, PEDRO WERLANG, PRESIDENTE KENNEDY, PRESIDENTE VARGAS E SANTOS DUMONT)

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	196	Manuela Aparecida Schio	Homologada
2	207	Maristela Teresinha Klein	Homologada
3	150	Sinaria Lima Souza	Homologada

#### AGENTE DE DEFESA CIVIL

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	108	Carlos Eduardo Wolhmuth	Homologada
2	151	Cleiton Bonamigo Zilli	Homologada
3	53	Cristiano Muller Rodrigues	Homologada
4	31	Douglas Zatti	Homologada
5	77	Guilherme Minosso Erlo	Homologada
6	27	Gustavo Marangon	Homologada

#### PROFESSOR I N1 - ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	152	Andressa Ferronato	Homologada
2	206	Angela Giovana Neves	Homologada
3	94	Angélica Paula Romio	Homologada
4	221	Bruna Carla Berté	Homologada
5	180	Carmen Renate Stumm Raimann	Homologada
6	61	Claudete Faust	Homologada
7	17	Claudiane De Fatima Dos Santos	Homologada
8	159	Cleide De Fatima Netto Isoton	Homologada
9	168	Cleunice Dai Prai	Homologada
10	183	Débora Luana Haupenthal	Homologada
11	36	Débora Regina Weimann	Homologada
12	55	Débora Trevisol	Homologada
13	74	Deise Daniela Dassoler	Homologada
14	219	Dhenifer Coffferri Stuari	Homologada
15	25	Ediane Benedito	Homologada
16	51	Eduarda Noro	Homologada

17	176	Elenice Francisca Carnetti Finn	Homologada
18	21	Eliane Borsatto Ferronato	Homologada
19	129	Enelice Santin Filimbert	Homologada
20	93	Fátima Hoffmann	Homologada
21	111	Fernanda Maria Welter	Homologada
22	232	Fernanda Primmaz	Homologada
23	124	Flávia Damin	Homologada
24	167	Geovana Paula Pasetti	Homologada
25	34	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	Homologada
26	233	Janaina Ramon Negri	Homologada
27	178	Janete Bernardy	Homologada
28	116	Janice Lourdes Viera	Homologada
29	138	Jeanice Muller	Homologada
30	42	Josiani Carine Comassetto	Homologada
31	132	Juliana Agostini	Homologada
32	44	Kátia Cristina Vidal Furlanetto	Homologada
33	84	Keila Regina Kleinert	Homologada
34	209	Kely Cristina Carminatti	Homologada
35	187	Kely Regina Dal Cin Franzosi	Homologada
36	107	Loreci Marques	Homologada
37	95	Luciane Schneider	Homologada
38	210	Maiara Kochen Grassi	Homologada
39	147	Maichele Daiane Passarin	Homologada
40	211	Marcia Inês Panzenhagen Pinheiro	Homologada
41	201	Marcia Pinheiro	Homologada
42	16	Marciane Frare	Homologada
43	90	Marilene Toral Simoni	Homologada
44	57	Marines Graff Mossmann	Homologada
45	127	Marisa Pedrinha Turani Alba	Homologada
46	28	Marisane Aparecida Zimmer Antunes	Homologada
47	80	Marivane Luiza Romio Geller	Homologada
48	162	Marlene Santin Parisotto	Homologada
49	185	Marta Elena Bernaedy Apio	Homologada
50	194	Marta Vaz	Homologada
51	228	Maytê Graciela Kinsel	Homologada
52	63	Monica Camila Tavella	Homologada
53	192	Naiane Patricia Faust De Oliveira	Homologada
54	142	Naiara Perin Nofre	Homologada
55	223	Raquel Fabiana De Oliveira Bracht	Homologada
56	85	Renata Paula Kleinert	Homologada
57	121	Rojani Maria Garlet	Homologada
58	173	Rosamar Mazzoneto	Homologada
59	195	Sandra Fátima Welter Zilli	Homologada
60	126	Sandra Rodrigues Da Silva Isotton	Homologada
61	128	Silvia Oliva Dondoni Isotton	Homologada
62	141	Simone Maria Romio Radavelli	Homologada
63	172	Tânia Gonzatti Hoelscher	Homologada
64	78	Tatiane Cristina De Souza	Homologada
65	8	Tatiane Maria Kummer Dalpiaz	Homologada
66	23	Thaís Cristina Schwaab	Homologada

67	39	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	Homologada
68	5	Vanessa Lucia Mantovani Brustolin	Homologada
PROFESSOR I N1 - EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	52	Alessandra Tortora	Homologada
2	153	Andressa Ferronato	Homologada
3	145	Ariane Devicari	Homologada
4	123	Beatriz Camara Da Cunha	Homologada
5	222	Bruna Carla Berté	Homologada
6	146	Cátia Fronza	Homologada
7	62	Claudete Faust	Homologada
8	18	Claudiane De Fatima Dos Santos	Homologada
9	217	Claudiane Pauli	Homologada
10	160	Cleide De Fatima Netto Isoton	Homologada
11	46	Cleide Luzia Gabriel	Homologada
12	184	Débora Luana Haupenthal	Homologada
13	37	Débora Regina Weimann	Homologada
14	75	Deise Daniela Dassoler	Homologada
15	13	Denise Faust De Oliveira	Homologada
16	26	Ediane Benedito	Homologada
17	68	Élia Da Silva Meurer	Homologada
18	49	Eliane Da Silva Sertório	Homologada
19	122	Eloisa Regina Flach	Homologada
20	130	Enelice Santin Filimbert	Homologada
21	92	Fátima Hoffmann	Homologada
22	112	Fernanda Maria Welter	Homologada
23	125	Flávia Damin	Homologada
24	166	Geovana Paula Pasetti	Homologada
25	35	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	Homologada
26	56	Janaina Ramon Negri	Homologada
27	179	Janete Bernardy	Homologada
28	66	Joice Franzosi	Homologada
29	43	Josiani Carine Comassetto	Homologada
30	133	Juliana Agostini	Homologada
31	200	Juliana Both	Homologada
32	191	Juracema Fassbinder Schaffer	Homologada
33	189	Kely Cristina Carminatti	Homologada
34	208	Leandra Valeria Schultz	Homologada
35	76	Luana Paula Maldaner	Homologada
36	96	Luciane Schneider	Homologada
37	148	Maichele Daiane Passarin	Homologada
38	212	Marcia Inês Panzenhagen Pinheiro	Homologada
39	15	Marciane Frare	Homologada
40	144	Marciele Huning Dos Santos	Homologada
41	7	Mari Facin Rodrigues De Freitas	Homologada
42	58	Marines Graff Mossmann	Homologada
43	29	Marisane Aparecida Zimmer Antunes	Homologada
44	231	Maristela Keithi Maldaner	Homologada
45	81	Marivane Luiza Romio Geller	Homologada

46	186	Marta Elena Bernaedy Apio	Homologada
47	64	Monica Camila Tavella	Homologada
48	143	Naiara Perin Nofre	Homologada
49	197	Nair Lolato	Homologada
50	113	Neuza Darif	Homologada
51	216	Rafaela Cristina Rebonatto	Homologada
52	224	Raquel Fabiana De Oliveira Bracht	Homologada
53	86	Renata Paula Kleinert	Homologada
54	174	Rosamar Mazzoneto	Homologada
55	71	Rosana Martinazzo	Homologada
56	226	Rosani Marisa Arconti Fontana	Homologada
57	203	Roselaine Da Silva Fortes	Homologada
58	140	Simone Maria Romio Radavelli	Homologada
59	70	Simone Martinazzo Spinelli	Homologada
60	19	Taiana De Oliveira De Paoli	Homologada
61	9	Tatiane Maria Kummer Dalpiaz	Homologada
62	24	Thaís Cristina Schwaab	Homologada
63	73	Thalia Thais Kraemer	Homologada
64	91	Valdene Fontanari Dávi	Homologada
65	40	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	Homologada
66	6	Vanessa Lucia Mantovani Brustolin	Homologada
67	193	Yeligel Laris Delevatti	Homologada

**PROFESSOR II N1 - ARTE - HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	225	Andréa Dos Santos	Homologada
2	119	Gracielle Isabel Corte	Homologada
3	12	Ivanda Cardoso Lago	Homologada
4	149	Marinilze Juchen	Homologada
5	215	Rúbia Taisi Pinheiro	Homologada
6	87	Sirlene Estasmaier	Homologada

**PROFESSOR II N1 - CIÊNCIAS - HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	82	Sandra Regiani Wastowski Gasperin	Homologada

**PROFESSOR II N1 - EDUCAÇÃO FÍSICA\*\* - HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	205	Aclidio Pecos Valduga	Homologada
2	154	Adriana Dimer	Homologada
3	1	Anderson Bergamaschi	Homologada
4	110	Carolina Brustolin	Homologada
5	234	Catiane Luiza Brambilla	Homologada
6	236	Edinei Fernando Schwertz	Homologada
7	10	Elizandra Fontana	Homologada
8	118	Elouiza Orso Bianchi	Homologada
9	88	Emerson Maico Baierle	Homologada
10	32	Everlin Isotton	Homologada
11	97	Fábio Alex Rost	Homologada
12	22	Jeane Muller	Homologada

13	199	Paloma Mezzomo	Homologada
14	177	Simone Cristina Bencke	Homologada
15	171	Tatiane Colombo	Homologada
16	161	Tiago Rigoni	Homologada
PROFESSOR II N1 - ESPANHOL - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	103	Marcionei Bedin	Homologada
PROFESSOR II N1 - GEOGRAFIA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	227	Adriano Canci	Homologada
2	106	Marciel Dresch	Homologada
3	20	Samara De Fátima Ames Ritter	Homologada
PROFESSOR II N1 - HISTÓRIA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	165	Debora Eliane Antunes Picinin	Homologada
2	163	Eduarda Limberger	Homologada
3	48	Gabriela Garcia De Mattos	Homologada
4	79	Jennifer Cristine De Amorim Brambilla	Homologada
PROFESSOR II N1 - INGLÊS - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	188	Débora Dos Passos	Homologada
2	182	Velcy Beltriz Balensiefer	Homologada
PROFESSOR II N1 - MATEMÁTICA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	59	Ana Balensiefer	Homologada
2	237	Gelavir Picinin	Homologada
3	204	Lisandro Sandini Alves	Homologada
4	220	Loriane Smaniotto	Homologada
5	33	Tainara Aprecida Nilsson Paulus	Homologada
PROFESSOR II N1 - PORTUGUÊS - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	134	Ana Julia Joaquim	Homologada
2	102	Marcianita Da Silva	Homologada
3	218	Raquel Meurer	Homologada
TÉCNICO EM TREINAMENTO DESPORTIVO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	239	Thiago Luis De Almeida	Homologada

Art. 2º - Por este instrumento permanecem indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 003/2019, do Município de Guaraciaba/SC, as seguintes inscrições:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 16 (ÁREA DE ABRANGÊNCIA: RUAS 13 DE OUTUBRO, 1º DE MAIO, ADEMAR DE BARROS, CRISTÓVÃO COLOMBO, CRUZ E SOUZA, DO COMÉRCIO, ERMINO ANSCHAU, GENERAL OSÓRIO, PADRE BERNARDO GEMI, PADRE FEIJÓ, PEDRO WERLANG, PRESIDENTE KENNEDY, PRESIDENTE VARGAS E SANTOS DUMONT)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	2	Anderson Bergamaschi	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato.

2	100	Tainara Paola Dresch	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
<b>AGENTE DE DEFESA CIVIL</b>			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	38	Mario Siebeneichler De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
<b>PROFESSOR I N1 - ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL - HABILITADO</b>			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	135	Aglimone Battisti Soelo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	14	Denise Faust De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	67	Joice Franzosi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	99	Kielin Zelinda Frare De Giacometti Minetto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	72	Leandra Valeria Schultz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	89	Marlene Santin Parisotto	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato.
7	155	Naiane Patricia Faust De Oliveira	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato.
8	198	Nair Lolato	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	114	Neuza Darif	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato.
10	115	Neuza Darif	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	190	Simone Maria Bracht	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	69	Simone Martinazzo Spinelli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	214	Sueli Conceição Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	30	Taisa Degasperi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
<b>PROFESSOR I N1 - EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO</b>			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	11	Ana Claudia De Lara	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	60	Ana Paula Pazzini	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	137	Camila Sueli Manfe	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	47	Daniela Meurer	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	83	Dionara Decarli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	230	Ethyenne Ribeiro Tavares De Lacerda	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	109	Evandra Barichello	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	117	Gabriela Dal Magro	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	98	Kielin Zelinda Frare De Giacometti Minetto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	175	Maira Lúcia Agostini	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	202	Marcia Pinheiro	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato.
12	136	Margarete Lisaki	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	131	Neiva Maria Becker Bossa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	157	Neura Ana Trenhago	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	105	Rubia Cristina Kosmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	213	Sueli Conceição Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	156	Taize Aparecida Duarte	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	65	Tisiane Scheila Dumke	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
<b>PROFESSOR II N1 - ARTE - HABILITADO</b>			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	50	Josiani Carlize Schneider	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	41	Nadio Diogo Reolon	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	101	Priscila Lorenzetti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.



PROFESSOR II N1 - CIÊNCIAS - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	238	Jair Agostini	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato.
PROFESSOR II N1 - EDUCAÇÃO FÍSICA** - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	120	Alexandra Carine Weber	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	54	Catiana Marta Pessetto	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato.
3	3	Fernando Cavalli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	158	Lizabete Corá Schoenherr	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	45	Marines Aparecida Dos Santos Faccio	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	170	Natieli Borla	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	139	Simone Maria Romio Rada-velli	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato.
8	235	Vanderlei Bortoluzzi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR II N1 - ESPANHOL - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	181	Carmen Renate Stumm Raimann	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR II N1 - GEOGRAFIA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	104	Márcia De Oliveira Loredo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR II N1 - HISTÓRIA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	164	Dinorá Merigo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	169	Lucilene Rafaloski Bobco	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	229	Maytê Graciela Kinsel	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
TÉCNICO EM TREINAMENTO DESPORTIVO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	4	Francielly Rodrigues De Assis	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Art. 3º - Foram homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 003/2019, do Município de Guaraciaba/SC.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC  
EM 11 DE NOVEMBRO DE 2019.  
ROQUE LUIZ MENEHINI  
Prefeito do Município de Guaraciaba-SC

## EDITAL SERVIÇO VOLUNTÁRIO 08/2019

Publicação Nº 2223686

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2019  
PROGRAMA BOLSA DE ESTUDO – PARCELA 02/2019

ROQUE LUIZ MENEHINI, Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca os alunos que tiveram suas inscrições deferidas no Programa de Bolsa de Estudo, Parcela 01/2019 e Parcela 02/2019 para prestação de serviço voluntário.

Art. 1º O objeto para qual os estudantes estão sendo convocados é a participação nas ações relacionadas ao mês de dezembro. A programação está organizada pelos seguintes períodos: Período 29 – Participação no Dia D da Dengue – 23/11/2019 às 8 horas.

Art. 2º Para cada período de trabalho voluntário prestado, o estudante receberá comprovante de 4h (quatro horas), conforme quadro abaixo que especifica o período, data, local, horários e número de vagas disponibilizadas.

## 01. Quadro de período disponibilizado

Período	Data	Local de encontro	Horário	Número de vagas
Período 29	23/11/2019	Praça Municipal Giuseppe Palú	8 h às 12 h	Ilimitadas

Art. 3º As inscrições serão realizadas no dia e local do mesmo (Quadro 01). Para realizar a inscrição, os estudantes deverão comparecer no local, portando documento com foto e o Requerimento de inscrição (Anexo 01) devidamente preenchido com letra legível.

§ 1º O estudante receberá comprovante de 4h (quatro horas) por período.

§ 2º Estudantes contemplados pelo Programa de Bolsa de Estudos e que não realizaram as horas obrigatórias de serviço voluntário em anos anteriores, permanecem inadimplentes conforme a Lei nº3081/2018 Art. 3º § 5º.

§ 3º O Período 29 (23/11) que será realizado ao ar livre, está sujeito ao cancelamento dependendo das condições climáticas do dia. Caso isso ocorra, será divulgado por meio dos meios de comunicação, sendo de inteira responsabilidade do estudante ater-se as notícias e atualidades. Em caso de cancelamento, os estudantes não receberão certificado devendo assim, realizar nova inscrição para o cumprimento do serviço voluntário em futuros editais.

Art. 4º Casos omissos ao edital, serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a municipalidade.

Guaraciaba/SC, aos 11 de novembro de 2019.

ROQUE LUIZ MENECHINI

Prefeito Municipal

## ANEXO 01

Requerimento de inscrição ao serviço voluntário obrigatório

Nome completo
CPF
Telefone
Período de inscrição

Assinatura

**EXTRATOS CONTRATOS 111.2019.DOCX**

Publicação Nº 2223665

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 111/2019  
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA  
Contratada.: PGL COMERCIO DE VEICULOS EIRELI  
Valor ..... : 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 11/11/2019 Término: 10/11/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 125/2019  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, "TIPO VAN", ZERO QUILOMETRO, ANO DE FABRICAÇÃO 2019, COM NO MÍNIMO 16 LUGARES, DESTINADO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ENSINO FUNDAMENTAL).

**EXTRATOS CONTRATOS 112.2019.DOCX**

Publicação Nº 2223946

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 112/2019  
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA  
Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION  
Valor ..... : 17.123,20 (dezesete mil cento e vinte e três reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/11/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATO DE RATEIO, RELATIVO À ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE "GESTÃO AMBIENTAL" QUE PREVÊ SOBRE A GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL, BEM COMO NO DESENVOLVIMENTO, ARTICULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, DO USO SUSTENTÁVEL E DE REDUÇÃO DOS IMPACTOS DA AÇÃO HUMANA NOS ECOSISTEMAS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA.

## **HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 151.2019 PMGBA.DOCX**

Publicação Nº 2223659

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2019

PROCESSO Nº 151/2019 HOMOLOGAÇÃO: 11/11/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, "TIPO VAN", ZERO QUILOMETRO, ANO DE FABRICAÇÃO 2019, COM NO MÍNIMO 16 LUGARES, DESTINADO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ENSINO FUNDAMENTAL).

CONTRATADO: PGL COMERCIO DE VEICULOS EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)

## **HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 158.2019 PMGBA.DOCX**

Publicação Nº 2223942

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 158/2019 HOMOLOGAÇÃO: 11/11/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATO DE RATEIO, RELATIVO À ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE "GESTÃO AMBIENTAL" QUE PREVÊ SOBRE A GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL, BEM COMO NO DESENVOLVIMENTO, ARTICULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, DO USO SUSTENTÁVEL E DE REDUÇÃO DOS IMPACTOS DA AÇÃO HUMANA NOS ECOSISTEMAS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA.

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.123,20 (dezesete mil cento e vinte e três reais e vinte centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações.

## **MINUTA EDITAL DE PREGÃO 131.19 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E HIGIENE E LIMPEZA.DOC**

Publicação Nº 2223052

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº131/2019.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 157/19, Edital de Pregão Presencial Nº 131/19, Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados ao uso nas escolas municipais de Ensino Fundamental, Infantil e Creche; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 25/11/19; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 25/11/19, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 11 de novembro de 2019.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

**RREO 5º BIMESTRE 2019**

Publicação Nº 2223054

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

## PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

GUARACIABA, 11/11/2019

ROQUE LUIZ MENEGHINI  
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL  
CONTADOR CRC/SC:019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBEF  
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)								
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			2.547.700,00	2.547.700,00	2.419.605,24	94,97		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			450.000,00	450.000,00	593.825,27	131,96		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			375.000,00	375.000,00	300.880,62	80,23		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			704.000,00	704.000,00	895.886,45	127,26		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			896.000,00	896.000,00	572.662,54	63,91		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			8.900,00	8.900,00	4.421,61	49,68		
Dívida Ativa dos Impostos			86.900,00	86.900,00	36.060,86	41,50		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			26.900,00	26.900,00	15.867,89	58,99		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			21.990.900,00	21.990.900,00	19.433.447,90	88,37		
Cota-Parte FPM			10.420.000,00	10.420.000,00	8.007.792,68	76,85		
Cota-Parte ITR			21.000,00	21.000,00	24.012,60	114,35		
Cota-Parte IPVA			1.050.000,00	1.050.000,00	1.096.475,67	104,43		
Cota-Parte ICMS			10.300.000,00	10.300.000,00	10.174.243,42	98,78		
Cota-Parte IPI-Exportação			150.000,00	150.000,00	130.923,53	87,28		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			49.900,00	49.900,00	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)			50.000,00	50.000,00	0,00	0,00		
Outras			-100,00	-100,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			24.538.600,00	24.538.600,00	21.853.053,14	89,06		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE								
			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			-200,00	-200,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			-200,00	-200,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)								
DOTAÇÃO INICIAL			DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES			7.011.847,30	8.921.471,14	7.522.621,30	84,32	6.680.765,12	74,88
Pessoal e Encargos Sociais			3.625.500,00	4.610.189,17	3.648.746,89	79,15	3.645.097,93	79,07
Outras Despesas Correntes			3.386.347,30	4.311.281,97	3.873.874,41	89,85	3.035.667,19	70,41
DESPESAS DE CAPITAL			55.100,00	345.864,23	174.967,33	50,59	53.200,00	15,38
Investimentos			55.100,00	345.864,23	174.967,33	50,59	53.200,00	15,38

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	55.100,00	345.864,23	174.967,33	50,59	53.200,00	15,38
Investimentos	55.100,00	345.864,23	174.967,33	50,59	53.200,00	15,38
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	7.066.947,30	9.267.335,37	7.697.588,63	83,06	6.733.965,12	72,66
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/i)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/iVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.623.447,30	3.628.848,59	2.891.554,92	37,56	2.411.546,77	35,81
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.968.447,30	2.905.054,79	2.271.580,88	29,51	1.931.477,08	28,68
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	655.000,00	723.793,80	619.974,04	8,05	480.069,69	7,13
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	407.000,00	407.000,00	624.601,54	8,11	549.195,28	8,16
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	3.030.447,30	4.035.848,59	3.516.156,46	45,68	2.960.742,05	43,97
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	4.036.500,00	5.231.486,78	4.181.432,17	54,32	3.773.223,07	56,03
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]<sup>6</sup></b>						
						495.265,10
						17,27

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (I)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (K)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			Até Bimestre (I)	% (I/Total I)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
Atenção Básica	5.211.097,30	6.945.403,11	5.704.157,27	74,10	5.066.715,13 75,24
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.066.350,00	1.399.422,06	1.212.501,60	15,75	1.027.552,93 15,26
Vigilância Sanitária	177.500,00	308.968,75	233.414,06	3,03	204.016,92 3,03
Vigilância Epidemiológica	7.000,00	8.541,45	7.123,40	0,09	2.830,09 0,04
Outras Subfunções	605.000,00	605.000,00	540.392,30	7,02	432.850,05 6,43
<b>TOTAL</b>	<b>7.066.947,30</b>	<b>9.267.335,37</b>	<b>7.697.588,63</b>	<b>100,00</b>	<b>6.733.965,12 100,00</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+r) - (15 \times IIB)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

GUARACIABA , 11/11/2019

ROQUE LUIZ MENECHINI  
PREFEITO MUNICIPALERONI JAMIR CASSEL  
CONTADOR CRCSC:0190440-7KATIA ELOISA KAIBERS  
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>5.947.052,47</b>	<b>17,53</b>	<b>29.249.510,20</b>	<b>86,23</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>5.947.052,47</b>	<b>17,53</b>	<b>28.872.680,20</b>	<b>85,12</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.881.536,00	3.881.536,00	671.984,09	17,31	3.179.520,23	81,91
IMPOSTOS	2.547.600,00	2.547.600,00	520.235,82	20,42	2.419.604,84	94,98
TAXAS	998.628,00	998.628,00	120.483,03	12,06	661.218,13	66,21
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	335.108,00	335.108,00	31.265,24	9,33	98.697,26	29,45
CONTRIBUIÇÕES	349.900,00	349.900,00	70.397,16	20,12	363.776,12	103,97
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	349.900,00	349.900,00	70.397,16	20,12	363.776,12	103,97
RECEITA PATRIMONIAL	1.739.420,00	1.739.420,00	15.946,85	0,92	87.579,87	5,04
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	1.644.900,00	1.644.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	94.420,00	94.420,00	15.946,85	16,89	87.579,87	92,76
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISÃO E OUTROS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.148.523,14	1.148.523,14	88.940,86	7,74	529.592,85	46,11
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	1.148.523,14	1.148.523,14	88.940,86	7,74	529.592,85	46,11
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.759.020,20	26.759.020,20	4.847.493,52	18,12	23.997.799,57	89,68
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	12.391.120,20	12.391.120,20	1.929.940,57	15,58	9.769.901,38	78,85
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	10.027.800,00	10.027.800,00	2.048.476,92	20,43	9.876.098,32	98,49
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-100,00	-100,00	-307,45	-307,45	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	4.329.900,00	4.329.900,00	869.076,03	20,07	4.335.289,76	100,12

Continua 1/5

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/5

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>5.947.052,47</b>	<b>17,53</b>	<b>29.249.510,20</b>	<b>4.669.089,14</b>
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	9.900,00	9.900,00	307,45	3,11	16.510,11	-6.610,11
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	39.700,00	39.700,00	252.289,99	635,49	714.411,56	-674.711,56
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	29.900,00	29.900,00	17.694,39	59,18	88.091,91	-58.191,91
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	-100,00	-100,00	4.237,35	-4.237,35	16.689,10	-16.789,10
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	9.700,00	9.700,00	230.358,25	2.374,83	609.630,55	-599.930,55
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>376.830,00</b>	<b>-376.830,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
ALIENAÇÃO DE BENS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
RESULTADO DO BANCO CENTRAL	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>5.947.052,47</b>	<b>17,53</b>	<b>29.249.510,20</b>	<b>4.669.089,14</b>
	-100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>5.947.052,47</b>	<b>17,53</b>	<b>29.249.510,20</b>	<b>4.669.089,14</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>5.947.052,47</b>	<b>17,53</b>	<b>29.249.510,20</b>	<b>4.669.089,14</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>5.947.052,47</b>	<b>17,53</b>	<b>29.249.510,20</b>	<b>4.669.089,14</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>2.116.151,02</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.116.151,02</b>	<b>—</b>
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	2.116.151,02	—	—	2.116.151,02	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>37.858.598,49</b>	<b>4.192.497,09</b>	<b>29.798.952,87</b>	<b>8.059.645,62</b>	<b>6.000.022,92</b>	<b>27.289.057,70</b>	<b>10.569.540,79</b>	<b>26.877.784,13</b>
	<b>32.169.222,10</b>	<b>34.053.237,38</b>	<b>4.123.568,09</b>	<b>28.174.940,66</b>	<b>5.878.296,72</b>	<b>5.796.574,00</b>	<b>25.992.595,47</b>	<b>8.060.641,91</b>	<b>25.581.321,90</b>
	16.567.454,26	17.259.978,61	2.697.052,45	13.663.985,66	3.595.992,95	2.698.450,27	13.647.213,61	3.612.765,00	13.439.291,98
	45.000,00	45.000,00	0,00	30.000,00	15.000,00	1.907,39	15.688,10	29.311,90	15.688,10
	15.556.767,84	16.748.258,77	1.426.515,64	14.480.955,00	2.267.303,77	3.096.216,34	12.329.693,76	4.418.565,01	12.126.341,82

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>37.858.598,49</b>	<b>4.192.497,09</b>	<b>29.798.952,87</b>	<b>8.059.645,62</b>	<b>6.000.022,92</b>	<b>27.289.057,70</b>	<b>10.569.540,79</b>	<b>26.877.784,13</b>
DESPESAS DE CAPITAL	1.739.377,24	3.795.361,11	68.929,00	1.624.012,21	2.171.348,90	203.448,92	1.296.462,23	2.498.898,88	1.296.462,23
INVESTIMENTOS	1.259.377,24	3.358.225,92	68.929,00	1.214.915,98	2.143.309,94	128.503,46	916.643,81	2.441.582,11	916.643,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	480.000,00	437.135,19	0,00	409.096,23	28.038,96	74.945,46	379.818,42	57.316,77	379.818,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>37.858.598,49</b>	<b>4.192.497,09</b>	<b>29.798.952,87</b>	<b>8.059.645,62</b>	<b>6.000.022,92</b>	<b>27.289.057,70</b>	<b>10.569.540,79</b>	<b>26.877.784,13</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>37.858.598,49</b>	<b>4.192.497,09</b>	<b>29.798.952,87</b>	<b>8.059.645,62</b>	<b>6.000.022,92</b>	<b>27.289.057,70</b>	<b>10.569.540,79</b>	<b>26.877.784,13</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.960.452,50</b>	<b>—</b>	<b>2.371.726,07</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>37.858.598,49</b>	<b>4.192.497,09</b>	<b>29.798.952,87</b>	<b>—</b>	<b>6.000.022,92</b>	<b>29.249.510,20</b>	<b>—</b>	<b>29.249.510,20</b>
<b>RESERVADO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

FONTE:

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

GUARACIABA , 11/11/2019

ROQUE LUIZ MENECHINI  
PREFEITO MUNICIPALERONI JAMIR CASSEL  
CONTADOR CRC/SC:019044/O-7KATIA ELOISA KAIBERS  
CONTROLE INTERNO



Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")		DESPESAS EMPENHADAS				SALDO		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)		%	(b/Total b)	(c) = (a-b)	Até o Bimestre (d)		%	(d/Total d)	Até o Bimestre (e)		%	(e) = (a-d)
			No Bimestre					No Bimestre				No Bimestre			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	33.918.599,34	37.858.598,49	4.192.497,09	29.796.952,87	100,00	100,00	8.059.645,62	6.000.022,92	27.289.057,70	100,00	100,00	10.569.540,79	27.289.057,70	100,00	10.569.540,79
Legislativa	1.740.000,00	1.740.000,00	199.534,36	1.058.630,05	3,55	3,55	681.369,95	208.986,97	1.032.187,75	3,78	3,78	707.812,25	1.032.187,75	3,78	707.812,25
Ação Legislativa	1.740.000,00	1.740.000,00	199.534,36	1.058.630,05	3,55	3,55	681.369,95	208.986,97	1.032.187,75	3,78	3,78	707.812,25	1.032.187,75	3,78	707.812,25
Administração	4.711.500,00	4.116.111,34	424.031,86	3.441.209,72	11,55	11,55	674.901,62	610.588,40	3.187.292,25	11,68	11,68	928.819,09	3.187.292,25	11,68	928.819,09
Administração Geral	3.342.500,00	3.251.111,34	289.473,91	2.769.781,44	9,29	9,29	481.329,90	475.911,45	2.515.863,97	9,22	9,22	735.247,37	2.515.863,97	9,22	735.247,37
Administração Financeira	263.000,00	263.000,00	38.775,90	187.993,22	0,63	0,63	75.006,78	38.775,90	187.993,22	0,69	0,69	75.006,78	187.993,22	0,69	75.006,78
Controle Interno	98.000,00	98.000,00	18.666,92	87.457,26	0,29	0,29	10.542,74	18.666,92	87.457,26	0,32	0,32	10.542,74	87.457,26	0,32	10.542,74
Normatização e Fiscalização	453.000,00	453.000,00	69.713,15	356.817,22	1,20	1,20	96.182,78	69.832,15	356.817,22	1,31	1,31	96.182,78	356.817,22	1,31	96.182,78
Comunicação Social	55.000,00	51.000,00	7.401,98	39.160,58	0,13	0,13	11.839,42	7.401,98	39.160,58	0,14	0,14	11.839,42	39.160,58	0,14	11.839,42
E ensino Fundamental	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	1.981.499,16	2.658.492,62	387.749,19	2.242.808,95	7,53	7,53	415.683,67	305.658,37	2.012.097,90	7,37	7,37	646.394,72	2.012.097,90	7,37	646.394,72
Policimento	33.100,00	107.677,82	7.859,75	38.136,27	0,13	0,13	69.541,55	8.439,75	35.164,87	0,13	0,13	72.512,95	35.164,87	0,13	72.512,95
Defesa Civil	288.100,00	374.558,92	24.989,15	134.377,46	0,45	0,45	240.181,46	24.987,76	129.908,23	0,48	0,48	244.650,69	129.908,23	0,48	244.650,69
Informação e Inteligência	10.199,16	10.199,16	1.996,00	3.992,00	0,01	0,01	6.207,16	1.996,00	3.992,00	0,01	0,01	6.207,16	3.992,00	0,01	6.207,16
Transporte Rodoviário	1.650.100,00	2.166.056,72	352.904,29	2.066.303,22	6,93	6,93	99.753,50	270.234,86	1.843.032,80	6,75	6,75	323.023,92	1.843.032,80	6,75	323.023,92
Assistência Social	935.960,00	991.878,94	108.972,55	764.695,88	2,57	2,57	227.183,06	146.805,04	719.682,33	2,64	2,64	272.196,61	719.682,33	2,64	272.196,61
Assistência ao Portador de Deficiência	30.000,00	30.000,00	0,00	25.000,00	0,08	0,08	5.000,00	6.250,00	25.000,00	0,09	0,09	5.000,00	25.000,00	0,09	5.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	603.150,00	701.986,53	79.609,60	543.076,67	1,82	1,82	158.909,86	106.567,66	506.791,06	1,86	1,86	195.195,47	506.791,06	1,86	195.195,47
Assistência Comunitária	302.810,00	259.892,41	29.362,95	196.619,21	0,66	0,66	63.273,20	33.987,38	187.891,27	0,69	0,69	72.001,14	187.891,27	0,69	72.001,14
Previdência Social	290.000,00	286.974,81	43.613,60	226.894,59	0,76	0,76	60.080,22	43.613,60	226.894,59	0,83	0,83	60.080,22	226.894,59	0,83	60.080,22
Previdência do Regime Estatutário	290.000,00	286.974,81	43.613,60	226.894,59	0,76	0,76	60.080,22	43.613,60	226.894,59	0,83	0,83	60.080,22	226.894,59	0,83	60.080,22
Saúde	6.461.947,30	8.662.335,37	919.576,38	7.157.196,33	24,02	24,02	1.505.139,04	1.269.885,51	6.301.115,07	23,09	23,09	2.361.220,30	6.301.115,07	23,09	2.361.220,30
Atenção Básica	5.211.097,30	6.945.403,11	751.708,83	5.704.157,27	19,14	19,14	1.241.245,84	994.399,63	5.066.715,13	18,57	18,57	1.878.687,98	5.066.715,13	18,57	1.878.687,98
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.066.350,00	1.399.422,06	105.641,93	1.212.501,60	4,07	4,07	186.920,46	200.155,98	1.027.552,93	3,77	3,77	371.869,13	1.027.552,93	3,77	371.869,13
Vigilância Sanitária	177.500,00	308.968,75	61.045,62	233.414,06	0,78	0,78	75.554,69	74.543,44	204.016,92	0,75	0,75	104.951,83	204.016,92	0,75	104.951,83
Vigilância Epidemiológica	7.000,00	8.541,45	1.180,00	7.123,40	0,02	0,02	1.418,05	586,46	2.830,09	0,01	0,01	5.711,36	2.830,09	0,01	5.711,36
Trabalho	44.500,00	663,00	0,00	663,00	0,00	0,00	0,00	0,00	663,00	0,00	0,00	0,00	663,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	44.500,00	663,00	0,00	663,00	0,00	0,00	0,00	0,00	663,00	0,00	0,00	0,00	663,00	0,00	0,00
Educação	10.701.592,90	10.743.402,93	1.352.328,23	7.414.861,96	24,88	24,88	3.328.540,97	1.585.815,29	7.035.691,03	25,78	25,78	3.707.711,90	7.035.691,03	25,78	3.707.711,90
Alimentação e Nutrição	269.880,00	281.109,19	65.529,07	238.722,65	0,80	0,80	42.386,54	8.964,52	178.834,05	0,66	0,66	102.275,14	178.834,05	0,66	102.275,14
E ensino Fundamental	7.049.610,50	7.300.754,31	896.924,87	4.868.647,83	16,34	16,34	2.432.106,48	1.043.071,16	4.654.794,79	17,06	17,06	2.645.959,52	4.654.794,79	17,06	2.645.959,52
E ensino Médio	177.389,40	177.389,40	36.559,65	155.682,61	0,52	0,52	21.706,79	46.838,64	135.344,32	0,50	0,50	42.045,08	135.344,32	0,50	42.045,08
E ensino Profissional	130.000,00	115.000,00	443,21	113.834,13	0,38	0,38	1.165,87	24.431,69	112.127,87	0,41	0,41	2.872,13	112.127,87	0,41	2.872,13

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Educação	33.918.599,34	37.858.598,49	4.192.497,09	29.796.952,87	100,00	6.000.022,92	27.289.057,70	100,00
Ensino Superior	10.701.592,90	10.743.402,93	1.362.328,23	7.414.861,96	24,88	1.585.815,29	7.035.691,03	25,78
Educação Infantil	92.000,00	92.000,00	45.286,90	91.286,90	0,31	45.286,90	91.286,90	0,33
Educação de Jovens e Adultos	2.733.971,00	2.692.640,03	357.066,22	1.896.626,99	6,36	406.814,47	1.813.352,65	6,64
Educação Especial	81.000,00	11.768,00	2.061,78	7.343,71	0,02	2.061,78	7.343,71	0,03
Cultura	167.742,00	72.742,00	8.456,53	42.717,14	0,14	8.346,13	42.606,74	0,16
Diffusão Cultural	181.000,00	181.000,00	14.649,78	160.896,00	0,54	22.600,18	140.070,86	0,51
Urbanismo	181.000,00	181.000,00	14.649,78	160.896,00	0,54	22.600,18	140.070,86	0,51
Infra-Estrutura Urbana	734.062,16	778.199,64	68.263,57	777.384,57	2,61	216.761,24	700.454,09	2,57
Serviços Urbanos	34.062,16	78.199,64	31.391,92	77.637,48	0,26	58.535,35	75.786,75	0,28
Habituação	700.000,00	700.000,00	36.871,65	699.747,09	2,35	158.225,89	624.667,34	2,29
Habituação Urbana	40.000,00	5.000,00	0,00	989,52	0,00	0,00	989,52	0,00
Saneamento	40.000,00	5.000,00	0,00	989,52	0,00	0,00	989,52	0,00
Saneamento Básico Urbano	130.000,00	105.000,00	2.121,64	81.721,64	0,27	2.121,64	2.121,64	0,01
Gestão Ambiental	130.000,00	105.000,00	2.121,64	81.721,64	0,27	2.121,64	2.121,64	0,01
Preservação e Conservação Ambiental	131.000,00	175.574,94	12.136,85	147.749,83	0,50	20.984,29	142.048,83	0,52
Recursos Hídricos	121.000,00	170.574,94	11.880,85	147.493,83	0,49	20.984,29	142.048,83	0,52
Agricultura	10.000,00	5.000,00	256,00	256,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	2.183.887,82	2.851.277,82	254.504,15	2.494.447,82	8,37	363.330,68	2.374.471,55	8,70
Defesa Agropecuária	784.000,00	1.351.390,00	66.073,74	1.116.209,77	3,75	135.623,13	1.073.361,72	3,93
Indústria	1.398.887,82	1.499.887,82	188.430,41	1.378.238,05	4,63	227.707,55	1.301.109,83	4,77
Promoção Industrial	100.000,00	132.581,92	8.026,00	99.907,02	0,34	8.026,00	73.776,02	0,27
Produção Industrial	50.000,00	82.581,92	8.026,00	50.300,72	0,17	8.026,00	50.069,72	0,18
Comércio e Serviços	50.000,00	50.000,00	0,00	49.606,30	0,17	0,00	23.706,30	0,09
Promoção Comercial	667.500,00	1.169.050,57	167.172,14	779.296,67	2,62	524.097,41	761.542,98	2,79
Turismo	595.000,00	757.557,38	161.770,92	733.828,07	2,46	515.496,19	719.274,38	2,64
Comunicações	72.500,00	411.493,19	5.401,22	45.468,60	0,15	8.601,22	42.268,60	0,15
Telecomunicações	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	356.000,00	414.169,13	0,00	358.957,00	1,20	67.251,18	320.847,38	1,18
Transporte	356.000,00	414.169,13	0,00	358.957,00	1,20	67.251,18	320.847,38	1,18
Transporte Rodoviário	634.150,00	1.003.131,03	91.119,56	952.396,32	3,20	235.671,66	800.988,65	2,94
	634.150,00	1.003.131,03	91.119,56	952.396,32	3,20	235.671,66	800.988,65	2,94

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	33.918.599,34	37.858.598,49	4.192.497,09	29.796.952,87	100,00	8.059.645,62	6.000.022,92	27.289.057,70	100,00	10.569.540,79
Desporto e Lazer	929.000,00	921.619,24	138.697,23	799.149,77	2,68	122.469,47	217.991,77	727.433,73	2,67	194.185,51
Desporto Comunitário	921.000,00	921.619,24	138.697,23	799.149,77	2,68	122.469,47	217.991,77	727.433,73	2,67	194.185,51
Lazer	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	925.000,00	882.135,19	0,00	839.096,23	2,82	43.038,96	150.033,69	728.688,53	2,67	153.446,66
Serviço da Dívida Interna	465.000,00	465.000,00	0,00	426.507,80	1,43	38.492,20	76.852,85	382.918,09	1,40	82.081,91
Outros Encargos Especiais	460.000,00	417.135,19	0,00	412.588,43	1,38	4.546,76	73.180,84	345.770,44	1,27	71.364,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>TOTAL (II) = (I+ II)</b>	<b>33.918.599,34</b>	<b>37.858.598,49</b>	<b>4.192.497,09</b>	<b>29.796.952,87</b>	<b>100,00</b>	<b>8.059.645,62</b>	<b>6.000.022,92</b>	<b>27.289.057,70</b>	<b>100,00</b>	<b>10.569.540,79</b>

FONTE:

GUARACIABA , 11/11/2019

ROQUE LUIZ MENECHINI PREFEITO MUNICIPAL	ERONI JAMIR CASSEL CONTADOR CRC/SC:019044/O-7	KATIA ELOISA KAIBERS CONTROLE INTERNO
--	--	--

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Maio/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (Últ. 12 Meses)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>3.255.063,88</b>	<b>4.235.131,34</b>	<b>2.855.061,76</b>	<b>3.174.607,55</b>	<b>2.907.707,29</b>	<b>3.157.318,18</b>	<b>3.423.263,76</b>	<b>2.957.841,83</b>	<b>3.358.847,26</b>	<b>3.529.728,34</b>	<b>3.475.772,24</b>	<b>3.110.450,54</b>	<b>39.863.814,09</b>
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	343.622,81	189.262,77	155.485,23	155.935,74	193.630,19	251.539,28	305.553,51	191.628,88	255.776,54	966.668,83	344.320,06	327.894,03	3.891.636,00
I.P.T.U.	2.619,86	1.876,68	1.785,84	3.946,09	3.794,05	4.253,43	2.865,89	1.125,59	9.461,79	466.568,16	69.841,03	54.782,29	501.800,00
I.S.S.	63.455,39	62.241,91	61.824,48	64.890,58	69.556,79	78.005,21	110.531,21	76.551,83	113.991,39	109.551,90	104.873,44	127.846,57	768.000,00
I.T.B.I.	35.635,73	21.104,16	17.911,38	19.673,97	17.242,28	38.686,28	47.349,57	30.987,46	47.808,40	40.163,60	30.034,00	11.030,00	381.000,00
I.R.F.	101.549,39	54.579,41	44.747,89	43.175,64	60.637,43	57.237,55	63.519,05	63.203,26	60.743,93	57.569,30	55.682,20	65.148,29	896.000,00
Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	140.161,34	29.460,61	29.212,64	25.277,46	31.387,64	73.665,81	81.258,99	20.760,74	23.773,03	322.829,87	82.889,39	68.868,68	1.333.036,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Patrimonial	5.938,59	6.459,26	7.119,42	7.730,56	8.845,88	8.762,77	10.332,88	8.529,72	10.057,47	9.946,98	5.296,41	10.816,95	99.628,99
Rendimentos de Aplicação Financeira	5.938,59	6.459,26	7.119,42	7.730,56	8.845,88	8.762,77	10.332,88	8.529,72	10.057,47	9.946,98	5.296,41	10.816,95	99.628,99
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	119.397,00	180.033,26	45.307,57	32.575,03	66.831,85	86.985,50	80.371,91	29.095,45	57.814,74	41.669,94	43.077,88	45.862,98	829.023,11
Transferências Correntes	2.771.134,96	3.842.655,80	2.743.919,11	2.984.683,09	2.612.436,96	2.736.616,67	2.698.068,82	2.702.223,80	2.961.674,27	2.843.116,13	2.940.784,55	2.619.339,93	34.476.853,89
Cota-Parte do FPM.	789.286,24	1.346.273,65	950.472,73	1.044.037,40	761.715,79	762.649,79	976.728,11	770.941,99	1.054.260,26	769.538,12	685.002,42	630.633,69	10.543.559,21
Cota-Parte do ICMS.	976.047,52	1.053.527,26	1.053.111,76	1.052.715,53	996.294,76	1.014.761,73	996.036,04	975.599,65	957.775,49	994.084,40	1.035.286,53	1.043.847,13	12.203.816,22
Cota-Parte do IPVA.	66.374,51	32.477,81	80.573,14	103.108,06	105.337,87	112.892,47	125.599,58	111.851,96	122.330,71	108.860,38	114.284,97	111.559,43	1.050.000,00
Cota-Parte do ITR.	122,37	153,84	36,73	57,83	99,06	57,04	81,73	0,00	150,52	509,09	10.682,37	12.339,23	24.289,81
Outras Transferências Correntes	535.316,59	945.076,70	162.733,67	287.909,21	301.840,38	403.678,10	371.595,79	419.334,88	371.238,00	335.755,98	640.319,31	379.532,51	4.053.002,20
Transferências de LC 61/1989	13.400,97	16.147,70	12.523,55	13.259,92	12.803,27	12.880,12	12.709,95	13.329,15	13.493,40	12.076,71	14.721,82	13.028,64	150.000,00
Transferências de LC 87/1986	2.902,87	2.902,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.005,74
Transferências do FUNDEB	404.673,89	446.295,95	454.467,53	463.598,14	421.345,73	429.497,42	450.580,62	411.405,97	413.025,87	422.292,45	440.486,73	428.859,30	5.186.259,80
Outras Receitas Correntes	14.970,52	36.520,15	13.229,43	12.683,23	25.962,41	73.113,96	86.936,64	26.364,18	83.522,26	138.303,46	145.323,34	106.566,65	765.902,23
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>369.228,72</b>	<b>409.441,38</b>	<b>425.343,38</b>	<b>442.634,96</b>	<b>377.849,98</b>	<b>380.686,03</b>	<b>423.182,25</b>	<b>374.298,34</b>	<b>351.444,34</b>	<b>377.013,32</b>	<b>371.991,51</b>	<b>362.243,41</b>	<b>4.398.300,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	369.228,72	409.441,38	425.343,38	442.634,96	377.849,98	380.686,03	423.182,25	374.298,34	351.444,34	377.013,32	371.991,51	362.243,41	4.398.300,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>2.885.835,16</b>	<b>3.825.689,96</b>	<b>2.429.718,38</b>	<b>2.731.972,59</b>	<b>2.529.857,31</b>	<b>2.776.632,15</b>	<b>3.000.101,51</b>	<b>2.583.543,49</b>	<b>3.017.402,94</b>	<b>3.152.715,02</b>	<b>3.103.780,73</b>	<b>2.748.207,13</b>	<b>35.201.456,47</b>

FONTE:

GUARACIABA, 11/11/2019

ERONI JAMIR CASSEL  
PREFEITO MUNICIPAL

KATIA ELOISA KABERS  
CONTROLE INTERNO

CONTADOR CROSC0190440-7

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

## PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetta Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetta Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetta Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetta de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor			0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor			0,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS			
Outros Aportes para o RPPS			0,00			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2019	2018	2018	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	

Continua 2/3

Município de GUARACIABA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

	BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2019	2018
Investimentos e Aplicações		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00

FONTE:  
GUARACIABA, 11/11/2019

ROQUE LUIZ MENECHINI PREFEITO MUNICIPAL	ERONI JAMIR CASSEL CONTADOR CRC/SC:019044/O-7	KATIA ELOISA KAIBERS CONTROLE INTERNO
--	--	--



Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	521.911,13	1.280.967,43	1.204.114,58
DEDUÇÕES (II)	3.166.074,27	4.677.563,22	4.628.657,72
Disponibilidade de Caixa	3.166.074,27	4.677.563,22	4.628.657,72
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.191.179,12	5.002.992,18	5.039.931,29
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	25.104,85	325.428,96	411.273,57
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	105.585,84	1.137.671,33	1.135.894,90
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-105.585,84</b>	<b>-1.137.671,33</b>	<b>-1.135.894,90</b>

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Out 2019 (VIc - VIa)
<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>		
<b>VALOR</b>	<b>1.776,43</b>	<b>-1.030.309,06</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

GUARACIABA, 11/11/2019

ROQUE LUIZ MENEZINI  
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL  
CONTADOR CRC/SC:019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS  
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019	
RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)		33.918.599,34	28.872.680,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.881.636,00	3.179.520,23
I.P.T.U.		501.800,00	618.460,96
I.S.S.		768.900,00	927.595,40
I.T.B.I.		381.000,00	300.885,94
I.R.R.F.		896.000,00	572.662,54
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.333.936,00	759.915,39
Contribuições		350.000,00	363.776,12
Receita Patrimonial		1.739.520,00	87.579,87
Aplicações Financeiras (II)		94.520,00	87.579,87
Outras Receitas Patrimoniais		1.645.000,00	0,00
Transferências Correntes		26.759.120,20	23.997.799,57
Cota-Parte do FPM		9.091.000,00	6.826.422,04
Cota-Parte do ICMS		8.240.000,00	8.139.395,72
Cota-Parte do IPVA		840.000,00	877.181,31
Cota-Parte do ITR		16.800,00	19.210,14
Transferências da LC 87/1996		40.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989		120.000,00	104.738,81
Transferências do FUNDEB		4.330.000,00	4.336.289,76
Outras Transferências Correntes		4.081.320,20	3.696.561,79
Demais Receitas Correntes		1.188.323,14	1.244.004,41
Outras Receitas Financeiras (III)		0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes		1.188.323,14	1.244.004,41
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)		33.824.079,34	28.785.100,33
RECEITAS DE CAPITAL (V)		0,00	376.830,00
Operação de Crédito (VI)		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)		0,00	0,00
Alienação de Bens		0,00	180.150,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		0,00	0,00

Continua 1/4

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	0,00	180.150,00
Transferências de Capital	0,00	196.680,00
Convênios	0,00	196.680,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	33.824.079,34	29.161.930,33

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	34.053.237,38	28.174.940,66	25.992.595,47	25.581.321,90	9.316,00	121.570,17	121.570,17
Pessoal e Encargos Sociais	17.259.978,61	13.663.985,66	13.647.213,61	13.439.291,98	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	45.000,00	30.000,00	15.688,10	15.688,10	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16.748.258,77	14.480.955,00	12.329.693,76	12.126.341,82	9.316,00	121.570,17	121.570,17
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	16.748.258,77	14.480.955,00	12.329.693,76	12.126.341,82	9.316,00	121.570,17	121.570,17
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	34.008.237,38	28.144.940,66	25.976.907,37	25.565.633,80	9.316,00	121.570,17	121.570,17
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	3.795.361,11	1.624.012,21	1.296.462,23	1.296.462,23	15.788,85	468.418,80	468.418,80
Investimentos	3.358.225,92	1.214.915,98	916.643,81	916.643,81	15.788,85	468.418,80	468.418,80
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	437.135,19	409.096,23	379.818,42	379.818,42	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	3.358.225,92	1.214.915,98	916.643,81	916.643,81	15.788,85	468.418,80	468.418,80

Continua 2/4

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS		Até o Bimestre/2019					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)		10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)		37.376.463,30	29.359.856,64	26.893.551,18	26.482.277,61	25.104,85	589.988,97
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		2.064.558,90					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019					
		VALOR INCORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		87.579,87					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		30.000,00					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		2.122.138,77					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
ABAIXO DA LINHA		SALDO					
		Em 31 Dez 2018(e)				Até o Bimestre/2019(b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		521.911,13				1.204.114,58	
DEDUÇÕES (XXIX)		3.166.074,27				4.628.657,72	
Disponibilidade de Caixa		3.166.074,27				4.628.657,72	
Disponibilidade de Caixa Bruta		3.191.179,12				5.039.931,29	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		25.104,85				411.273,57	
Demais Haveres Financeiros		0,00				0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-2.644.163,14				-3.424.543,14	
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		780.380,00					

Continua 3/4

Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	-386.168,72
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	1.166.548,72
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	1.108.968,85
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.116.151,02
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.116.151,02
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

GUARACIABA, 11/11/2019

ROQUE LUIZ MENEZINI PREFEITO MUNICIPAL	ERONI JAMIR CASSEL CONTADOR ORC/SC:019044/O-7	KATIA ELOISA KAIBERS CONTROLE INTERNO
---	--	--

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP NÃO PROCESSADOS													
	Inscritos				Cancelados (d)	Pagos (c)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (h+g) - (h+i)	Saldo Total L = (e+h)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)	Em Exercícios Anteriores (f)										
PODER/ÓRGÃO														
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)														
EXECUTIVO	-	25.104,85		-	25.104,85		-	226.478,19	589.988,97		589.988,97		-	226.478,19
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	25.104,85		0,00	25.104,85		0,00	226.478,19	442.148,98		442.148,98		0,00	226.478,19
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	25.104,85		0,00	25.104,85		0,00	226.478,19	442.148,98		442.148,98		0,00	226.478,19
SECRET. MUNIC. AGRICULT. AMBIENTE E DESENV.	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	293.795,37		293.795,37		0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULT. ESPORTE E JUV.	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	4.469,80		4.469,80		0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DA SAÚDE, SANEAM. E ASSIST.	0,00	7.266,00		0,00	7.266,00		0,00	0,00	9.025,73		9.025,73		0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	226.478,19	0,00		0,00		0,00	226.478,19
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SE	0,00	17.838,85		0,00	17.838,85		0,00	0,00	1.710,00		1.710,00		0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	133.148,08		133.148,08		0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	147.839,99		147.839,99		0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-		-	-		-	0,00	147.839,99		147.839,99		-	0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	-		-		0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	25.104,85		0,00	25.104,85		0,00	226.478,19	589.988,97		589.988,97		0,00	226.478,19
FONTE:														

FONTE:

GUARACIABA, 11/11/2019

ROQUE LUIZ MENECHINI  
PREFEITO MUNICIPALERONI JAMIR CASSEL  
CONTADOR CRC/SC-016044/O-7KATIA ELOISA KAIBERS  
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	2.547.700,00	2.547.700,00	2.419.604,84	94,97
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	501.800,00	501.800,00	618.460,96	123,25
1.1.1- IPTU	450.000,00	450.000,00	593.825,27	131,96
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	51.800,00	51.800,00	24.635,69	47,56
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	381.000,00	381.000,00	300.885,94	78,97
1.2.1- ITBI	375.000,00	375.000,00	300.880,62	80,23
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	6.000,00	6.000,00	5,32	0,09
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	768.900,00	768.900,00	927.595,40	120,64
1.3.1- ISS	704.000,00	704.000,00	895.886,45	127,26
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	64.900,00	64.900,00	31.708,95	48,86
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	896.000,00	896.000,00	572.662,54	63,91
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	22.746.000,00	22.746.000,00	19.853.635,54	87,28
2.1- Cota-Parte FPM	11.175.000,00	11.175.000,00	8.427.980,32	75,42
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.420.000,00	10.420.000,00	8.007.792,68	76,85
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	455.000,00	455.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	300.000,00	300.000,00	420.187,64	140,06
2.2- Cota-Parte ICMS	10.300.000,00	10.300.000,00	10.174.243,42	98,78
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	150.000,00	150.000,00	130.923,53	87,28
2.5- Cota-Parte ITR	21.000,00	21.000,00	24.012,60	114,35
2.6- Cota-Parte IPVA	1.050.000,00	1.050.000,00	1.096.475,67	104,43
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	–	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>25.293.700,00</b>	<b>25.293.700,00</b>	<b>22.273.240,38</b>	<b>88,06</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	–	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	715.132,90	715.132,90	604.883,21	84,58
5.1- Transferências do Salário-Educação	505.000,00	505.000,00	430.538,65	85,26
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.950,00	2.950,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	120.522,00	120.522,00	99.545,40	82,60
5.4- Transferências Diretas - PNATE	85.460,90	85.460,90	71.371,12	83,51
5.5- Outras Transferências do FNDE	–	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.200,00	1.200,00	3.428,04	285,67
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	100,00	100,00	1.191,88	1.191,88
6.1- Transferências de Convênios	–	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	100,00	100,00	1.191,88	1.191,88
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	–	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	399.800,00	399.800,00	408.293,22	102,12
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.115.032,90</b>	<b>1.115.032,90</b>	<b>1.014.368,31</b>	<b>90,97</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.398.200,00	4.398.200,00	3.886.687,52	88,37
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.084.000,00	2.084.000,00	1.601.558,28	76,85
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.060.000,00	2.060.000,00	2.034.847,70	98,78
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	30.000,00	30.000,00	26.184,72	87,28
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.200,00	4.200,00	4.802,46	114,34
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	210.000,00	210.000,00	219.294,36	104,43
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	4.338.000,00	4.338.000,00	4.344.283,12	100,14
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.330.000,00	4.330.000,00	4.335.289,76	100,12
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	–	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	8.000,00	8.000,00	8.993,36	112,42
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-68.200,00</b>	<b>-68.200,00</b>	<b>448.602,24</b>	<b>-657,77</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				



MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.605.000,00	3.496.306,78	3.059.596,20	87,51	3.059.596,20	87,51
13.1- Com Educação Infantil	1.150.000,00	1.235.000,00	931.328,55	75,41	931.328,55	75,41
13.2- Com Ensino Fundamental	1.455.000,00	2.261.306,78	2.128.267,65	94,12	2.128.267,65	94,12
14- OUTRAS DESPESAS	1.733.000,00	1.468.000,00	1.161.033,25	79,09	1.161.033,25	79,09
14.1- Com Educação Infantil	650.000,00	435.000,00	277.089,68	63,70	277.089,68	63,70
14.2- Com Ensino Fundamental	1.083.000,00	1.033.000,00	883.943,57	85,57	883.943,57	85,57
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.338.000,00	4.964.306,78	4.220.629,45	85,02	4.220.629,45	85,02
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%						
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					161.306,78	
17.1 - FUNDEB 60%					161.306,78	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					161.306,78	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					4.059.322,67	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					66,72	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					26,73	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					6,56	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					161.306,78	
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019*					161.306,78	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.568.000,00	2.525.500,00	1.768.044,52	70,01	1.703.899,85	67,47
22.1- Creche	1.148.000,00	1.105.500,00	767.236,35	69,40	751.907,46	68,02
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	915.000,00	785.000,00	534.084,56	68,04	534.084,56	68,04
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	233.000,00	320.500,00	233.151,79	72,75	217.822,90	67,96
22.2- Pré-escola	1.420.000,00	1.420.000,00	1.000.808,17	70,48	951.992,39	67,04
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	885.000,00	885.000,00	674.333,67	76,20	674.333,67	76,20
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	535.000,00	535.000,00	326.474,50	61,02	277.658,72	51,90
23- ENSINO FUNDAMENTAL	7.146.410,00	6.568.053,78	4.221.151,90	64,27	4.084.393,57	62,19
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.538.000,00	3.294.306,78	3.012.211,22	91,44	3.012.211,22	91,44
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.608.410,00	3.273.747,00	1.208.940,68	36,93	1.072.182,35	32,75
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	92.000,00	92.000,00	91.286,90	99,22	91.286,90	99,22
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	130.000,00	115.000,00	113.834,13	98,99	112.127,87	97,50
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	9.936.410,00	9.300.553,78	6.194.317,45	66,60	5.991.708,19	64,42
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					448.602,24	
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					161.306,78	
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)					609.909,02	
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))					5.178.384,40	
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%					23,25	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	506.000,00	640.539,85	532.222,14	83,09	483.359,81	75,46
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	609.182,90	652.309,30	565.329,67	86,67	452.323,91	69,34
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	1.115.182,90	1.292.849,15	1.097.551,81	84,89	935.683,72	72,37
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	11.051.592,90	10.593.402,93	7.291.869,26	68,83	6.927.391,91	65,39
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)		
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		

Continuação 3/3

**MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**  
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	161.306,78	134.539,85
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.335.289,76	430.538,65
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.127.784,02	483.359,81
47.1 Orçamento do Exercício	4.127.784,02	483.359,81
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	8.993,36	2.633,74
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	377.805,88	84.352,43
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	377.805,88	84.352,43

GUARACIABA, 11/11/2019

ROQUE LUIZ MENEGHINI  
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL  
CONTADOR CRC/SC:019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS  
CONTROLE INTERNO

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.795.361,11	1.624.012,21	2.171.348,90
Investimentos	3.358.225,92	1.214.915,98	2.143.309,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	437.135,19	409.096,23	28.038,96
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>3.795.361,11</b>	<b>1.624.012,21</b>	<b>2.171.348,90</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>3.795.361,11</b>	<b>1.624.012,21</b>	<b>2.171.348,90</b>

FONTE:

GUARACIABA, 11/11/2019

ROQUE LUIZ MENEGHINI  
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL  
CONTADOR CRC/SC:019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS  
CONTROLE INTERNO



Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028

NADA A DECLARAR

FONTE:

GUARACIABA , 11/11/2019

ROQUE LUIZ MENECHINI  
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL  
CONTADOR CRC/SC:019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS  
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		33.918.599,34		
Previsão Atualizada		33.918.599,34		
Receitas Realizadas		29.249.510,20		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.116.151,02		
DESPESAS				
Dotação Inicial		33.918.599,34		
Créditos Adicionais		3.939.999,15		
Dotação Atualizada		37.858.598,49		
Despesas Empenhadas		29.798.952,87		
Despesas Liquidadas		27.289.057,70		
Despesas pagas		26.877.784,13		
Superavit Orçamentário		1.960.452,50		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		29.798.952,87		
Despesas Liquidadas		27.289.057,70		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		35.201.456,47		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-27.039.791,56	0,00
Resultado Primário		0,00	-27.097.371,43	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	816.467,16	0,00	589.988,97	226.478,19
EXECUTIVO	668.627,17	0,00	442.148,98	226.478,19
LEGISLATIVO	147.839,99	0,00	147.839,99	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	25.104,85	0,00	25.104,85	0,00
EXECUTIVO	25.104,85	0,00	25.104,85	0,00
TOTAL:	841.572,01	0,00	615.093,82	226.478,19
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		5.178.384,40	25%	23,25
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.059.596,20	60%	66,72

Continua 1/2

Município de GUARACIABA - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			1.296.462,23	2.498.898,88
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			180.150,00	-180.150,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			120.625,00	6.255,64
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		3.773.223,07	15,00	17,27
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercicio corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARACIABA, 11/11/2019

ROQUE LUIZ MENEGHINI  
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL  
CONTADOR CRC/SC:019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS  
CONTROLE INTERNO



# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 227/2019-PMG - REPUBLICAÇÃO COM ERRATA

Publicação Nº 2224060

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE LICITAÇÃO □ REPUBLICAÇÃO COM ALTERAÇÃO NO DESCRITIVO DOS ITENS  
Edital: Pregão Presencial 227/2019 - PMG  
Processo Licitatório: 227/2019 - PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIS PARA PACIENTES COM DETERMINAÇÃO JUDICIAL CONTRA O MUNICÍPIO E PACIENTES ASSISTIDOS PELO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AQUISIÇÃO DE FRALDAS INFANTIS PARA ATENDER AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL MARCOS VALDIRO MOROSO

Entrega dos Envelopes: 26/11/2019 às 09h00min  
Abertura dos Envelopes: 26/11/2019 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 222/2019 PMG - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2223506

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE LICITAÇÃO – REPUBLICAÇÃO DO EDITAL  
Edital: Pregão Presencial 222/2019 PMG

Processo Licitatório: 222/2019PMG

Tipo: Maior lance ou oferta

Objeto: PERMISSÃO DE DIREITO DE USO REMUNERADA, PARA USO DE ÁREA PÚBLICA, ATRAVÉS DE OUTORGA A TÍTULO ONEROSO, PARA A IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO FOOD TRUCK DO ESPAÇO NA PRAÇA SERAFIN JOSÉ DOS SANTOS, BAIRRO GUAMIRANGA EM GUARAMIRIM/SC.

Entrega dos Envelopes: 02/12/2019 às 14h00min  
Abertura dos Envelopes: 02/12/2019 às 14h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito

### DECISÃO - IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO 227/2019

Publicação Nº 2224054

#### DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO

Trata-se de impugnação ao edital protocolada pela empresa LONGEVITÁ – PRODUTOS HIGIÊNICOS LTDA. insurgindo-se contra exigências editalícias, afirmando que os itens do edital apresentam exigência desarrazoada, qual seja: “abertura manual traceja e picotada”. Assim, invocou o princípio da proporcionalidade, busca da proposta mais vantajosa entre outros correlatos. Inicialmente, cumpre asseverar que a impugnação foi apresentada de forma tempestiva e firmada pela representante de uma pretensa licitante, portanto deve ser conhecida.

No mérito, o pregoeiro remeteu tal impugnação para a Secretaria de Saúde que se manifestou nos seguintes termos: "Em resposta ao questionamento encaminhado da empresa Longevitá, após análise da comissão técnica, conclui-se que deverá ser retirada do edital a exigência (com abertura manual tracejada e picotada)". Entendo que diante de tal manifestação do setor requisitante, a manutenção desta exigência seria totalmente restritiva, o que acarreta na necessidade de republicação do edital para adequar tal ponto. Assim, entendo que procede o pleito da impugnante e determino a republicação do edital suprimindo tal condição. Ademais, houve um questionamento formulado pela empresa Sebold Comercial, no qual a área técnica identificou a necessidade de alteração do item 01 do edital.

Guaramirim, 11 de novembro de 2019.

Luis Antonio Chiodini  
Prefeito de Guaramirim

## DECRETO 1149/2019

Publicação Nº 2223465

DECRETO Nº. 1149/2019

Altera o Decreto nº. 631/2016, que regulamenta a lei nº. 4270/2015, que dispõe sobre o funcionamento de escritórios virtuais e seus usuários no Município de Guaramirim.

Luis Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Acrescenta na primeira tabela constante no Anexo I e no Anexo II do Decreto nº. 631/2016, os seguintes códigos de CNAE e suas descrições:

Código CNAE 2.0	Descrição Subclasse CNAE	Observação que deve constar no objeto social, para a liberação no EV
Subclasse		
5229-0/99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de novembro de 2019.

Luis Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## ERRATA I PREGÃO PRESENCIAL N.º 238/2019 PMG

Publicação Nº 2223675

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA I:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 238/2019 – PMG

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO da LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 238/2019 – PMG

### 1. ALTERAÇÃO ELEMENTOS DO EDITAL

Alteração no descritivo do item.

### 2. ALTERAÇÃO DO RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

A data de Recebimento dos Envelopes e Abertura da Sessão fica alterada para o dia 27/11/2019 às 09 horas, as demais informações permanecem inalteradas.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 143/2019-PMG**

Publicação Nº 2224118

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2019 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 170 /2019 – PMG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MEDICINA DO TRABALHO PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)  
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.  
Fornecedor: HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.497.316/0001-0, com sede na Rua Jorge Czerniewicz, 1277, bairro Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89255-072  
Vigência: Término: 23/09/2020.

Fornecedor: 461750 - HUMANA SAUDE E SEGURANCA OCUPACIONAL LTDA EPP					
1 - Lote 1					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	300	UN	CONSULTA DE RETORNO AO TRABALHO	45,0000	13.500,00
2	300	UN	EXAME ADMISSIONAL	35,7700	10.731,00
3	300	UN	EXAME DEMISSIONAL	35,7700	10.731,00
4	1400	UN	EXAMES PERIÓDICOS	40,9500	57.330,00
5	300	UN	EXAME DE READAPTAÇÃO POR TROCA DE SETOR/FUNÇÃO	44,1700	13.251,00
6	5000	UN	VALIDAÇÃO DE ATESTADOS (HOMOLOGAÇÃO)	47,7100	238.550,00
2 - Item 2					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	500	SR	EXAME ESPIROMETRIA	34,1000	17.050,00
3 - Item 3					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	500	UN	EXAME ELETROENCEFALOGRAMA	61,0300	30.515,00
5 - Item 5					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	500	UN	ACUIDADE VISUAL	31,7700	15.885,00
6 - Item 6					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	500	UN	EXAME AUDIOMETRIA	22,0000	11.000,00
7 - Item 7					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	250	SR	Comunicação de Acidente do Trabalho CAT	100,0000	25.000,00
Total				R\$443.543,00	

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 168/2019-PMG**

Publicação Nº 2224197

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2019 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2019 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)  
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.  
Fornecedor: BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA, com sede na Rodovia BR 101, nº 8405, km 72, em Araquari, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 86.857.174/0001-90

Vigência: Término: 15/10/2020.

Fornecedor: 221538 - BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA ME

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	10	UN	<p>Parque infantil, indicado para pré escola, colorido com estrutura principal (colunas) de madeira plástica medindo 11x11cm e parede de 20mm, revestida com acabamento de Polipropileno e Polietileno pigmentado cor itaúba contendo:</p> <p>01 Plataforma medindo 1,01 x1,01m, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,26mx1,26m; altura 1,40mt</p> <p>01 Plataforma de 1,00x1,00m confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e sem cobertura; altura do patamar de 1,40mt</p> <p>01 Plataforma de 1,00x1,00m confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e sem cobertura; altura do patamar de 1,20mt</p> <p>01 Rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. Corda de nylon de diâmetro 14,00mm e junções em plástico injetado;</p> <p>01 Passarela convexa com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 83mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba;</p> <p>01 Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1700 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;</p> <p>01 Escorregador duplo em plástico rotomoldado com deslizamento de 2,20m x 0,90cm de comprimento</p> <p>01 Rampa de escalada curva em rotomoldado com 6 degraus mais portal de segurança em rotomoldado</p> <p>01 Escorregador caracol em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 1500mm x 540mm de largura. 01 deck auxiliar em madeira de itaúba com medidas de 1000x1000mm e 02 guarda corpos com altura de 670mm (necessário mínimo 800mm) em plástico rotomoldado</p> <p>01 Tobogã em plástico rotomoldado, com 2 curvas de 90° com 2600mm de comprimento x 760mm de diâmetro (aproximado), fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado.</p> <p>01 Kit Jogo da velha composto pó 9 cilindros em plástico rotomoldado colorido, com de letras "X" e "O" na cor preta</p> <p>01 Conjunto de balanços com 02 assentos em plástico rotomoldado, correntes de elo curto com 1520 mm de comprimento. Estrutura de aço tubular de diâmetro de 42,6mm com parede de 2,00mm</p> <p>01 Fechamento em plástico rotomoldado</p>	Krenke	22.300,0000	223.000,00

2	10	UN	<p>Parque infantil, indicado para creche, colorido com estrutura principal (colunas) de madeira plástica medindo 11x11cm e parede de 20mm, revestida com acabamento de Polipropileno e Polietileno pigmentado cor itaúba contendo:</p> <p>01 Plataforma medindo 1,01 x1,01m, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,26mx1,26m; altura 1,20mt</p> <p>01 Plataforma medindo 1,01 x1,01m, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,26mx1,26m; altura 80cm</p> <p>01 Plataforma de 1,00x1,00m confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e sem cobertura; altura do patamar de 80cm</p> <p>02 Escorregadores retos em rotomoldado, seção de deslizamento com 1,8m x 430mm de largura;</p> <p>01 Escada em plástico rotomoldado duplo com 3 degraus, medindo 1000 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;</p> <p>01 Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1700 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;</p> <p>01 Rampa de madeira com 07 tacos medindo 2000mm de comprimento X 920mm de largura, com estrutura, assoalho e tacos em itaúba.</p> <p>01 Escorregador curvo em plástico rotomoldado com seção de deslizamento com 2000mm X 490mm de largura</p> <p>01 Escalada tipo escada curvada em rotomoldado com 4 degraus mais portal de segurança em rotomoldado</p> <p>01 Passarela reta com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 940mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba.</p> <p>01 Kit Jogo da velha composto pó 9 cilindros em plástico rotomoldado colorido, com de letras "X" e "O" na cor preta</p>	Krenke	17.000,0000	170.000,00
3	10	UN	<p>Carrossel infantil 8 assentos de madeira. Estrutura e arco com tubo/metal galvanizado de ½", com 1,90 metros de diâmetro, eixo trefilado, com 2 rolamentos e tripé em ferro galvanizado de ½". Tábuas com 72cm de comprimento x 19cm de largura e 2cm de espessura em itaúba aproximadamente.</p>	Krenke	2.100,0000	21.000,00
Total					R\$414.000,00	

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 169/2019-PMG**

Publicação Nº 2224199

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2019 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2019 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA, com sede na Reinoldo Rau, 30 em Jaraguá do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.912.788/0001-62

Vigência: Término: 15/10/2020.

Fornecedor: 258032 - REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	10	UN	Gangorra com 1 Lugar. Confeccionada em polietileno rotomoldado, atóxico, com aditivações anti-UV e antiestático e pigmentação a quente assegurando a qualidade da coloração. Peça monobloco, com um par de manoplas duplas e fixas. Assento anatômico e base para apoio dos pés, ambas com textura antiderrapante. Brinquedo em formato de cavalo. Produto com acabamento arredondado. Dimensões: Largura: 29cm/Altura: 52cm/ Comprimento: 93cm.	LG	199,9000	1.999,00
5	10	UN	Gangorra com 2 lugares. Confeccionada em polietileno rotomoldado, atóxico, com aditivações anti-UV e antiestático e pigmentação a quente assegurando a qualidade da coloração. Peça monobloco, com dois pares de manoplas duplas e fixas, o que permite o uso simultâneo por duas crianças. Assento anatômico e base para apoio dos pés, ambas com textura antiderrapante. Brinquedo em formato de cavalo. Produto com acabamento arredondado. Dimensões: Largura: 40cm/Altura: 50cm/ Comprimento: 110cm.	LG	300,9000	3.009,00
6	10	UN	Gangorra com 3 lugares. Confeccionada em polietileno rotomoldado, atóxico, com ditivações anti-UV e antiestático e pigmentação a quente assegurando a qualidade da coloração. Peça monobloco, com quatro pares de manoplas duplas e fixas, o que permite o uso simultâneo por três crianças, garantindo total segurança inclusive na posição central. Assento anatômico e base para apoio dos pés, ambos com textura antiderrapante. Formato de lagarta. Produto com acabamento arredondado Dimensões: Largura: 40cm/Altura: 50cm/ Comprimento: 110cm.	LG	438,0000	4.380,00
7	10	UN	Gira-gira com 3 lugares. Confeccionado em polietileno rotomoldado, atóxico, com aditivações anti-UV e antiestático e pigmentação a quente assegurando a qualidade da coloração. Colorido, contendo: base, três assentos anatômicos, antiderrapantes e com apoio para os pés, volante central fixo e eixo central metálico. Produto com acabamento arredondado. Dimensões: Altura: 55cm / Diâmetro: 100cm.	XALIN-GO	1.374,5000	13.745,00
Total					R\$23.133,00	

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 170/2019-PMG**

Publicação Nº 2224202

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES  
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2019 – PMG  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2019 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: COMERCIAL USUAL EIRELI, com sede na Rua Plácido de Castro, 566, em Curitiba/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 14.050.075/0001-91

Vigência: Término: 15/10/2020.

Fornecedor: 30534097 - COMERCIAL USUAL EIRELI

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
8	10	UN	TÚNEL LÚDICO EM POLIETILENO - TL/ PROINFÂNCIA. Túnel em curva semi-círculos em polietileno rotomoldado com 7 suportes de apoio de cada lado, 4 segmentos curvos com furos para visualização interna e com possibilidade de expansão, 5 conectores, 2 estruturas curvas iguais que funcionam como entrada e saída, com adornos estilizados. Faixa etária: a partir de 1 ano Medidas: Altura: 1,00m; Largura: 0,88m; Comprimento: 2,23m.	FRESO	2.506,0000	25.060,00
9	10	UN	CASINHA DE BONECA MULTICOLORIDA EM POLIETILENO - CS/PROINFÂNCIA. Portas, telha e janelas de plástico. Casinha com textura simulando alvenaria e esquadrias, que lembra um chalé. Uso para crianças acima de 2 anos. Medidas: Altura. 128 cm Largura. 123 cm Comprimento 122 cm.	FRESO	2.970,0000	29.700,00
Total					R\$54.760,00	



Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 196/2019-PMG**

Publicação Nº 2224187

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2019 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 226/2019 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS E PALCOS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS ME, com sede na Rua Joaquim João Luiz, 189, Centro, em Balneário Barra do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.247.912/0001-77

Vigência: Término: 28/10/2020.

Fornecedor: 413887 - BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
5	10	UN	Locação de palco para eventos - nas medidas de 4x8m 0,70cm altura com grade de proteção e escada - montado	850,0000	8.500,00
6	16	UN	LOCAÇÃO DE PALCO MEDINDO 2,00 X 6,00 X 0,70	700,0000	11.200,00
Total				R\$19.700,00	

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 197/2019-PMG**

Publicação Nº 2224188

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2019 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 226/2019 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS E PALCOS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: EXPRESS INDÚSTRIA DE TOLDOS LTDA, com sede na Avenida Izídio Carlos Peixer, 404, Ilha de Figueira, em Guaramirim, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 28.058.738/0001-29

Vigência: Término: 28/10/2020.

Fornecedor: 30457580 - EXPRESS INDUSTRIA DE TOLDOS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	40	UN	Locação de tenda estilo piramidal - nas medidas de 5x10m - montada	450,0000	18.000,00
2	24	UN	Locação de tenda estilo piramidal - nas medidas de 5x5m - montada	350,0000	8.400,00
3	100	UN	LOCAÇÃO DE TENDAS ESTILO PIRAMIDAL MEDINDO 10 X 10M COM 3,5 DE ALTURA MONTADA	570,0000	57.000,00
4	100	UN	Locação de lateral para tenda piramidal para fechamento parcial (uso em eventos em dias de chuva)	45,0000	4.500,00
Total				R\$87.900,00	



Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.  
 LUIS ANTONIO CHIODINI  
 PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 58/2019-PMG

Publicação Nº 2222988

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2019 – PMG  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIO PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS MATRICULAS NA REDE MUNICIPAL NA REDE MUNICIPAL (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL) VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CRIANÇAS ACOLHIDAS PELO ABRIGO MUNICIPAL VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DE GUARAMIRIM (SC). Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.722.310/0001-24, Inscrição Estadual nº 256590621, com sede na Rua Feliciano Bortolini, nº 1004, sala 03, bairro Barra do Rio Cerro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.260-180

Vigência: Término: 05/06/2020.

Fornecedor: 425567 - BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
28	240	KG	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, PACOTE COM 500 GRAMAS. GRÃOS TORRADOS E MOÍDOS. CAFÉ TRADICIONAL. APÓS SER PREPARADO, EM ÁGUA FERVENTE, O CAFÉ DEVE APRESENTAR ODOR MARCANTE, COLORAÇÃO PRETA ACENTUADA E SABOR FORTE. EMBALAGEM ÍNTEGRA DE ALUMÍNIO A VÁCUO. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE	OURO	21,8300	5.239,20
60	65	UN	FILME PVC - PRODUTO DESTINADO PARA UTILIZAÇÃO EM ALIMENTOS, MATÉRIA VIRGEM, EM PVC TRANSPARENTE, ESTICÁVEL, ROLO DE 28 CM X 15 CM.	BOMPACK	2,5000	162,50
102	50	UN	PAPEL ALUMÍNIO - PRODUTO DESTINADO PARA UTILIZAÇÃO EM ALIMENTOS, ROLOS DE 45X7,5. EMBALAGEM E VALIDADE CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	MELLO	4,3200	216,00
104	60	UN	PAPEL TOALHA. Produto destinado para utilização em alimentos, embalagem com 02 rolos, contendo 60 folhas de 19x22cm, folha duplas. Embalagem e data de validade conforme data de validade.	SORELLA	2,5800	154,80
111	362	RL	PLÁSTICO PARA EMBALAR ALIMENTOS, PARA SER USADO EMFRESER OU GELADEIRA ROLO CONTENDO MÍNIMO DE 90 UNIDADES, SACO COM CAPACIDADE PARA 05 KG.	MEGA	3,8400	1.390,08
Total					R\$7.162,58	

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.  
 LUIS ANTONIO CHIODINI  
 PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 59/2019-PMG

Publicação Nº 2222991

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2019 – PMG  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIO PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS MATRICULAS NA REDE MUNICIPAL NA REDE MUNICIPAL (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL) VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CRIANÇAS ACOLHIDAS PELO ABRIGO MUNICIPAL VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DE GUARAMIRIM (SC). Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº

08.310.833/0001-60, com sede na Rua Noruega, nº 533, Bairro das Nações, município de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, CEP 88.338-195

Vigência: Término: 05/06/2020.

Fornecedor: 443360 - MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	40	KG	ABOBRINHA ITALIANA, VEGETAL COM COR CARACTERÍSTICA, SUPERFÍCIE LISA, ISENTA DE DOENÇAS, SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	IN NATURA	2,4000	96,00
6	11	LITRO	ÁGUA DE COCO. EMBALAGEM COM 200 MILILITROS. INGREDIENTES: ÁGUA DE COCO E ANTIOXIDANTE. CONSISTÊNCIA LÍQUIDA. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO CLARA. ISENTO DE GRUMOS OU DE ODOR E SABOR AZEDO. EMBALAGEM ÍNTEGRA, SENDO TETRA PAK. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, CONTEÚDO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	MAIS COCO	15,8000	173,80
7	4080	KG	AIPIM DESCASCADO E CONGELADO (KG). PRODUTO ACONDICIONADO EM PACOTES DE 1 KG. OS PEDAÇOS DE AIPIM DEVEM SER FIRMES, COM APARÊNCIA CLARA, OU SEJA, SEM PARTES ACINZENTADAS OU COLORAÇÃO ESCURA. APÓS O COZIMENTO DEVEM APRESENTAR COR BRANCA OU AMARELA E CONSISTÊNCIA MACIA, SEM SINAIS DE EMPAPAMENTO. LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, INSETOS OU FUNGOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	RUTE LUIZA	5,7500	23.460,00
18	15	KG	BANHA DE PORCO, PRÓPRIA PARA UTILIZAÇÃO CULINÁRIA. EMBALAGEM DE 1KG. Coloração característica. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro no órgão competente.	JCW	6,5000	97,50
19	100	KG	BATATA DOCE. TUBÉRCULO COM BOA APARÊNCIA, SEM DOENÇAS OU DANOS FÍSICOS. AUSÊNCIA DE BROTO E PARTES MOLES OU UNIDADES ESTRAGADAS. NÃO DEVE APRESENTAR ASPECTO AVANÇADO DE MATURAÇÃO, NEM MATÉRIA TERROSA. EMBALAGENS ÍNTEGRAS E PRÓPRIAS PARA CIRCULAÇÃO DE AR, SENDO LIVRES DE INSETOS E FUNGOS. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE	IN NATURA	2,5000	250,00
21	20	PCT	BATATA PALHA. EMBALAGEM COM 400 G. INGREDIENTES: BATATAS, ÓLEO VEGETAL, SAL. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	BATATA X	9,2500	185,00
23	20	KG	BERINJELA. VEGETAL COM TAMANHO UNIFORME, BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA.	IN NATURA	2,7000	54,00
24	30	KG	BETERRABA LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, COM BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E SEM MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (ROXA). ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, TIPO DO HORTIFRUTI, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	IN NATURA	2,5000	75,00
40	130	KG	CEBOLA DE CABEÇA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM COR CARACTERÍSTICA (ESBRANQUIÇADA) E TAMANHO UNIFORME, SUPERFÍCIE LISA, ISENTA DE DOENÇAS OU BROTO. SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE	IN NATURA	2,3000	299,00
41	60	KG	CENOURA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM COR CARACTERÍSTICA (ALARANJADA) E TAMANHO UNIFORME, SUPERFÍCIE LISA, ISENTA DE DOENÇAS OU BROTO. SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. NÃO DEVE APRESENTAR PARTES QUE PERMANEÇAM RÍGIDAS E SECAS APÓS A COZINHA. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	IN NATURA	2,8000	168,00

43	60	KG	CHUCHU DEVE APRESENTAR BOA APARÊNCIA E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTESMOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (VERDE). ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	IN NATURA	1,9000	114,00
47	30	MAÇO	COUVE MANTEIGA. VEGETAL FOLHOSO, COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE-ESCURO), ISENTO DE DOENÇAS OU MANCHAS ESCURAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	IN NATURA	2,1000	63,00
48	630	UN	COUVE-FLOR	IN NATURA	2,1000	1.323,00
50	50	PC	CREME DE ARROZ. EMBALAGEM ÍNTEGRA CONTENDO 200G. INGREDIENTES: AMIDO DE ARROZ, VITAMINAS E MINERAIS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	YOKI	3,0000	150,00
52	130	CX	CREME DE LEITE. EMBALAGEM UHT CONTENDO 200 G. INGREDIENTES : CREME DE LEITE , LEITE EM PÓ, ESPESANTE E ESTABILIZANTE. NÃO CONTEM GLÚTEN. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	DALIA	2,2500	292,50
53	260	PT	DOCE DE FRUTAS COM SABORES VARIADOS (MAÇÃ OU PÊSSEGO OU BANANA OU MORANGO OU GOIABA OU UVA). INGREDIENTES: POLPA DE FRUTAS E AÇÚCAR. PRODUTO LIVRE DE FUNGOS. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 900 G, RÓTULO COM INDICAÇÃO DO PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	LUISALVEN-SE	9,4000	2.444,00
55	210	KG	FARINHA DE ARROZ. PRODUTO ALIMENTÍCIO QUE É RESULTADO DA TRITURAÇÃO DOS GRÃOS DE ARROZ. FARINHA FINA INDICADA PARA O PREPARO DE BOLOS. EMBALADA EM PACOTES PLÁSTICOS RESISTENTES E ÍNTEGROS CONTENDO 1 KG. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO ESBRANQUIÇADA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	RISOVITA	4,0000	840,00
58	70	PC	FARINHA LÁCTEA. GÊNERO ALIMENTÍCIO PARA USO NA ALIMENTAÇÃO INFANTIL. DEVE CONTER ENTRE OS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO TORRADA, AÇÚCAR, LEITE EM PÓ INTEGRAL, SAL, MINERAIS, VITAMINAS E AROMATIZANTE. EMBALAGEM ÍNTEGRA COM 230G, ROTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	ALL NUTRI	4,7500	332,50
66	200	UN	HAMBÚRGUER - PRODUTO FEITO A BASE DE CARNE DE FRANGO, CARNE BOVINA E SUÍNA, SABOR CHURRASCO. Embalado individualmente com duas unidades. Peças com 56 gr cada, embalagem e data de validade de acordo com legislação vigente.	BRASA BURGERS	0,8000	160,00
74	60	KG	LINGUICINHA - PRODUTO FEITO A PARTIR DE PERNIL, SEM ADIÇÃO DE GORDURAS, SENDO GORDURA TOTAL NO MÁXIMO DE 24% NA RECOMENDAÇÃO, FRESCA. EMBALAGEM E DATA DE VALIDADE DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.	JCW	8,9900	539,40
82	50	PT	MAIONESE. EMBALAGEM PET COM 500G. INGREDIENTES: ÁGUA, ÓLEO VEGETAL, OVOS PASTEURIZADOS, AMIDO MODIFICADO, AÇÚCAR, SAL, VINAGRE, ACIDULANTE, ESTABILIZANTE, CONSERVADOR, AROMATIZANTE, ANTIOXIDANTE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	QUERO	2,3700	118,50
90	25	POTE	MELADO DE CANA DE AÇÚCAR, POTES CONTENDO PESO ENTRE 800 GRAMAS E 1 KG, NATURAL NÃO BATIDO COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES, EMBALAGEM DEVE CONTER RÓTULO COM INDICAÇÃO DO PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	LUISALVEN-SE	12,9000	322,50

93	70	PCT	MILHO DE PIPOCA, TIPO TRADICIONAL, Seco e beneficiado próprio para consumo humano. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 400 gr. Deve apresentar coloração correspondente. Embalagem plástica íntegra. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data do fabricante, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro em órgão competente.	TOZZO	1,6000	112,00
94	374	KG	MILHO EM CONSERVA. EMBALAGEM COM PESO DRENADO DE 200 GRAMAS, DEVE APRESENTAR OS INGREDIENTES: MILHO, ÁGUA, SAL E/OU AÇÚCAR. EMBALAGEM ÍNTEGRA TIPO LATA OU SACHÊ, A EMBALAGEM TIPO LATA DEVE SER LIVRE DE PONTOS AMASSADOS E ENFERRUJADOS. AUSÊNCIA DE FUNGOS E INSETOS AO REDOR DA EMBALAGEM E NO INTERIOR DA CONSERVA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	STELLA DORO	10,1400	3.792,36
95	30	UN	MOLHO SHOYO, embalagem de 150 ml. Embalagem íntegra. Rótulo com indicações do fabricante, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.	ITALY	3,7500	112,50
96	50	UN	MORANGO, FRUTA COM BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. Livre de doenças e danos mecânicos, sem partes moles ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Coloração característica (vermelho). Bandejas com 250 gr. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	IN NATURA	5,0000	250,00
99	60	POTE	NATA DE 300GR - CREME DE LEITE PASTEURIZADO. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	LACTO VALE	4,9000	294,00
106	60	KG	PEPINO SALADA, VEGETAL COM COR CARACTERÍSTICA, SUPERFÍCIE LISA, ISENTA DE DOENÇAS, SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	IN NATURA	1,9500	117,00
112	50	UN	POLVILHO AZEDO, preparo a base de fécula de batata, embalagem de 500 gr, Embalagem plástica íntegra. Rótulo com indicações do fabricante, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão	MANDIOK	3,5000	175,00
113	500	UN	PÃO FRANCES. PÃO PREPARADO COM FARINHA DE TRIGO ESPECIAL. NÃO DEVE CONTER LEITE ENTRE OS INGREDIENTES DA RECEITA (ISENTO DE LACTOSE) - PESO DE CADA UNIDADE = 50 GRAMAS. DEVE APRESENTAR MASSA FRESCA, MACIA E DE COLORAÇÃO CLARA. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE CONTENDO INFORMAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA. Rótulo indicando: ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.	PANIFICADORA KENOS	0,6800	340,00
120	80	UN	SARDINHA ENLATADA COM MOLHO DE TOMATE, CONTENDO MÍNIMO DE 200 GRAMAS, VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES. EMBALAGEM DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	88	3,7500	300,00
126	40	UN	VINAGRE DE MAÇÃ, FRASCO 750 ML. Vinagre simples fermentação natural maçã. Embalagem plástica transparente, íntegra. Rótulo com indicação do fabricante, produto, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro no órgão competente.	HEINIG	6,1700	246,80
127	850	LITRO	VINAGRE DE ÁLCOOL, FRASCO COM 900 MILILITROS. VINAGRE SIMPLES, FERMENTAÇÃO ACÉTICA NATURAL DE ÁLCOOL HIDRATADO, ÁGUA POTÁVEL, ACIDEZ MÍNIMA DE 4% E CONSERVANTE. APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO TRANSPARENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA, LIVRE DE INSETOS E SUJIDADES. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, CONTEÚDO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	HEINIG	2,1900	1.861,50

128	30	KG	BATATA SALSA. TUBÉRCULO DE PRIMEIRA QUALIDADE. TAMANHO UNIFORME, SEM DOENÇAS E DANOS FÍSICOS. AUSÊNCIA DE BROTO E PARTES MOLES OU UNIDADE ESTRAGADAS. DEVE ESTAR EM BOAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO E NÃO DEVE APRESENTAR ASPECTO AVANÇADO DE MATURAÇÃO, NEM MATÉRIA TERROSA. EMBALAGENS ÍNTEGRAS E PRÓPRIAS PARA CIRCULAÇÃO DE AR, SENDO LIVRES DE INSETOS E FUNGOS. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGIS	IN NATURA	7,2000	216,00
129	40	BAN-DEJA	MILHO VERDE IN NATURA EM BANDEJAS, CONTENDO 05 UNIDADES, PRODUTO PRÓPRIO PARA O CONSUMO HUMANO, ESPIGAS DESCASCADAS E SEM CABELOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. AUSÊNCIA DE FUNGOS E INSETOS AO REDOR DA EMBALAGEM E/OU NO INTERIOR DA CONSERVA. REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	IN NATURA	4,0000	160,00
Total					R\$39.534,86	

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 60/2019-PMG

Publicação Nº 2222994

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2019 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIO PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS MATRICULAS NA REDE MUNICIPAL NA REDE MUNICIPAL (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL) VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CRIANÇAS ACOlhIDAS PELO ABRIGO MUNICIPAL VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DE GUARAMIRIM (SC). Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: A.V. COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.858.182/0001-76, com sede na Rua Edgar Linhares, nº 742, bairro Nova Esperança, município de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina

Vigência: Término: 05/06/2020.

Fornecedor: 448729 - A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
49	10	PCT	CRAVO DA ÍNDIA, próprio para uso culinário. Embalagem plástica transparente integra. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data do fabricante, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos, matéria terrosa e sujidades. Registro em órgão competente. Embalagem 10g de acordo com legislação vigente.	JP	1,8600	18,60
71	25800	LITRO	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL UHT. EMBALAGEM COM 1 LITRO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, CONSISTÊNCIA LÍQUIDA (ALIMENTO HOMOGENEIZADO). ISENTO DE GRUMOS OU DE ODOR E SABOR AZEDO. EMBALAGEM ÍNTEGRA, SENDO TETRA-PAK OU PLÁSTICA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE (SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL - MINISTÉRIO DA AGRIC	REALTA	3,5900	92.622,00



72	40	LITRO	LEITE LONGA VIDA SEMI DESNATADO UHT. EMBALAGEM COM 1 LITRO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, CONSISTÊNCIA LÍQUIDA (ALIMENTO HOMOGENEIZADO). ISENTO DE GRUMOS OU DE ODOR E SABOR AZEDO. EMBALAGEM ÍNTREGA, SENDO TETRA-PAK OU PLÁSTICA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, CONTEÚDO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE (SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL - SIE OU SIF- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA).	LANGUIRU	3,4800	139,20
103	60	CX	PAPEL COADOR PARA CAFÉ Nº 103 CX PODENDO TER MINIMO DE 30 UNIDADES CONFORME REGISTRO E LEGISLAÇÃO VIGENTE.	BRIGITA	2,1000	126,00
Total					R\$92.905,80	

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 61/2019-PMG

Publicação Nº 2222997

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2019 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIO PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS MATRICULAS NA REDE MUNICIPAL NA REDE MUNICIPAL (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL) VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CRIANÇAS ACOLHIDAS PELO ABRIGO MUNICIPAL VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DE GUARAMIRIM (SC). Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: VHR DISTRIBUIDORA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.844.838/0001-95, com sede na Av. Prefeito Waldemar Grubba, nº 3051, sala 02, bairro Vila Lalau, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.256-501

Vigência: Término: 05/06/2020.

Fornecedor: 30470340 - VHR DISTRIBUIDORA EIRELI EPP						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	2040	KG	ABACATE	INATURA	5,9500	12.138,00
2	3500	PC	ABACAXI	INATURA	5,1000	17.850,00
3	30	KG	ABÓBORA CABUTIA. VEGETAL COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE ESCURO), SUPERFÍCIE LISA, ISENTA DE DOENÇAS, SEM PARTES MOLES, ENRRUGADAS OU MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente	INATURA	2,8500	85,50
5	80	L	ACHOCOLATADO EM LATA DE 400 GR, VÁLIDADE MÍNIMA DESEIS MESES, COM BAIXO TEOR DE AÇÚCAR. REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE, EMBALAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	NESCAU	8,2000	656,00
8	810	KG	ALETRIA COM OVOS. PACOTE COM 500 GRAMAS. MACARRÃO TIPO CABELO-DE-ANJO MASSA FINA COM COLORAÇÃO AMARELO-CLARO. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO OU SÊ-MOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS. QUANTO AO PREPARO: AO SER COLOCADA NA ÁGUA NÃO DEVERÁ TURVÁ-LA ANTES DA COCCÃO. DEVE APRESENTAR BOA APARÊNCIA E CONSISTÊNCIA MACIA APÓS O COZIMENTO, OU SEJA, LIVRE DE SINAIS DE EMPAPAMENTO E COLORAÇÃO ESCURECIDA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	ORQUIDEA	6,4400	5.216,40
9	40	UN	ALFACE AMERICANA. Vegetal folhas em formato de cabeça, tipo repolho, com cor característica (verde claro), isento de doenças ou manchas escuras. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa.	INATURA	3,4500	138,00

10	40	UN	ALFACE CRESPA VEGETAL FOLHOSO CRESPO COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE CLARO), ISENTO DE DOENÇAS OU MANCHAS ESCURAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA.	INATURA	3,4800	139,20
11	365	KG	ALHO	INATURA	19,2000	7.008,00
12	30	PAC	AMENDOIM, CLASSE MISTURADA, TIPO 1. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 500 G. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data do fabricante, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos, matéria terrosa e sujidades. Registro em órgão competente.	JARAGUA	9,7000	291,00
13	520	KG	AMIDO DE MILHO. PACOTE COM 500 GRAMAS, PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO. SOB A FORMA DE PÓ APRESENTA COLORAÇÃO BRANCA E DEVE PRODUZIR LIGEIRA CREPITAÇÃO QUANDO COMPRIMIDO ENTRE OS DEDOS. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA OU CAIXA DE PAPEL ESPESSO ENVOLVENDO UM EMBALAGEM PLÁSTICA INTERNA. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	APTI	6,9000	3.588,00
14	25	UN	AZEITE DE OLIVA, tipo extra virgem, embalagem de vidro com 250 ml. Embalagem íntegra. Rótulo com indicações do fabricante, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.	TERRANO	13,7000	342,50
15	5700	KG	AÇUCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL (PACOTE COM 5 QUILOS) DEVERÁ APRESENTAR GRÂNULOS EXTREMAMENTE FINOS E COLORAÇÃO NITIDAMENTE BRANCA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 5 QUILOS. LIVRE DE INSETOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	ALTO ALEGRE	2,2000	12.540,00
17	230	KG	BANANA CATURRA. FRUTA LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, COM BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. SEMPARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (AMARELA)	INATURA	1,6800	386,40
20	10200	KG	BATATA-INGLESA	INATURA	4,4900	45.798,00
22	260	LITRO	BEBIDA DE SOJA SEM SABOR, EMBALAGEM COM 1 LITRO. INGREDIENTES: EXTRATO DE SOJA, ÁGUA, AÇÚCAR, SAL, ÓLEO VEGETAL, AROMATIZANTE, ESTABILIZANTE, VITAMINAS E EMULSIFICANTE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, CONSISTÊNCIA LÍQUIDA. ISENTO DE GRUMOS OU DE ODOR E SABOR AZEDO. EMBALAGEM ÍNTEGRA, SENDO TETRA-PAK. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VI	PURITY	6,5000	1.690,00
25	8	KG	BISCOITO SALGADO	ORQUIDEA	11,4500	91,60
26	1830	KG	BOLACHÃO DE MEL (QUILO). DEVE CONTER ENTRE OS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, FERMENTO E AROMA OU ESSÊNCIA DE MEL. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA, LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	KRONE	19,8000	36.234,00
27	740	UN	BRÓCOLIS	INATURA	5,8500	4.329,00
29	20	CX	CALDO DE GALINHA - COMPOSTO POR SAL, GORDURA VEGETAL, AMIDO, AÇÚCAR, OLEÍNA DE PALMA, CARNE DE GALINHA E ALHO. EMBALAGEM COM 12 TABLETES/126GR, EMBALAGEM E VALIDADE CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	MAGGI	2,6500	53,00
30	9	KG	CANELA	MAKRI	66,6000	599,40
31	30	KG	CAQUI-CAFÉ, FRUTA COM TAMANHO UNIFORME, BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. . ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	INATURA	6,9800	209,40
32	50	KG	CAQUI-FUYU. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto firme. Livre de doenças e danos mecânicos, sem partes moles ou muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta e demais especificações exigidas na legislação vigente	INATURA	8,9800	449,00



33	100	KG	CARNE BOVINA, COXÃO MOLE. TIPO BIFE. Primeira qualidade. Carne fresca, cortado em bife e batido. Deve apresentar baixo teor de gordura. Coloração vermelha intensa, odor característico de carne fresca. Isenta de osso, cartilagem, nervo, pele, couro, demais aparas ou pêlos. Livre de excessivos pontos brancos, pois estes indicam elevada quantidade de gordura. Acondicionada em embalagem plástica resistente de 1 kg ou bandejas próprias revestidas com filme plástico. Rótulo com indicação do frigorífico, tipo de carne, peso, data de envase, prazo de validade, informações nutricionais e informação nutricional. Registro de inspeção animal municipal ou estadual ou federal (ministério da agricultura)	FRONTAL	19,9500	1.995,00
34	70	KG	CARNE BOVINA EM POSTA VERMELHA. Primeira qualidade. Deve apresentar baixo teor de gordura. Coloração vermelha intensa, odor característico de carne fresca. Isenta de osso, cartilagem, nervo, pele, couro, demais aparas ou pêlos. Livre de excessivos pontos brancos, pois estes indicam elevada quantidade de gordura. Acondicionada em embalagem plástica resistente de 1 kg ou bandejas próprias revestidas com filme plástico. Rótulo com indicação do frigorífico, tipo de carne, peso, data de envase, prazo de validade, informações nutricionais e informação nutricional. Registro de inspeção animal municipal ou estadual ou federal (ministério da agricultura)	FRONTAL	17,3500	1.214,50
35	65	KG	CARNE DE AVE/FRANGO - TIPO COXINHA DA ASA COM COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (ROSADA). CONGELADA, POR ISSO DEVE ESTAR COMPACTA COMO PEDRA DE GELO E CONSERVADA EM EQUIPAMENTO ADEQUADO ATÉ O MOMENTO DA ENTREGA. NÃO DEVE ESTAR AMOLECIDA, NEM PEGAJOSA. NÃO DEVE APRESENTAR OUTROS CORTES ALÉM DA COXA E SOBRECORA. TAMBÉM NÃO DEVE APRESENTAR PONTOS OU MANCHAS ESVERDEADAS. A QUANTIDADE DE GELO NO INTERIOR DA EMBALAGEM DEVE RESPEITAR OS LIMITES MÁXIMOS ESTIPULADOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO	MORGANA	9,2000	598,00
36	100	KG	CARNE DE AVE/FRANGO CONTENDO FRANGO INTEIRO. GÊNERO ALIMENTÍCIO COM COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (ROSADA). CONGELADA, POR ISSO DEVE ESTAR COMPACTA COMO PEDRA DE GELO E CONSERVADA EM EQUIPAMENTO ADEQUADO ATÉ O MOMENTO DA ENTREGA. NÃO DEVE ESTAR AMOLECIDA, NEM PEGAJOSA. TAMBÉM NÃO DEVE APRESENTAR PONTOS OU MANCHAS ESVERDEADAS. A QUANTIDADE DE GELO NO INTERIOR DA EMBALAGEM NÃO DEVE SER EXCESSIVA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO PESO, TIPO DA CARNE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÃO	MORGANA	6,2300	623,00
37	35	KG	CARNE DE AVE/FRANGO - TIPO CORAÇÃOZINHO. Carne com coloração característica. Congelada, por isso deve estar compacta como pedra de gelo e conservada em equipamento adequado até o momento da entrega. Não deve estar amolecida, nem pegajosa. Não deve apresentar outros cortes além. Também não deve apresentar pontos ou manchas esverdeadas. A quantidade de gelo no interior da embalagem deve respeitar os limites máximos estipulados na legislação vigente. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, tipo da carne data da fabricação, prazo de validade e INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. Registro de inspeção animal municipal ou estadual ou federal (SIM ou SIE ou SIF - Ministério da Agricultura). CORAÇÃOZINHO DE FRANGO. Embalagem de 1 kg,	MORGANA	17,7000	619,50
38	90	KG	CARNE SUÍNA. TIPO BISTECA SUÍNA FRESCA, SEM PELE. Embalagem contendo 1 kg. Coloração rosada e odor característico de carne fresca. Isenta de osso, cartilagem, nervo, pele, couro e demais aparas ou pêlos, livre de excessivos pontos brancos, pois estes indicam elevada quantidade de gordura. Acondicionada em embalagem plástica resistente ou bandeja própria revestidas com filme plástico. Rótulo com indicação do frigorífico, tipo da carne, peso, data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro de inspeção animal ou estadual ou federal. (ministério da agricultura)	FRONTAL	8,9500	805,50
42	40	PCT	CHOCOLATE GRANULADO. EMBALAGEM CONTENDO ENTRE 120 E 150 G. INGREDIENTES: AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, GORDURA VEGETAL, MALTODEXTRINA, GLICOSE EM PÓ, CACAU EM PÓ, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. NÃO CONTÉM GLÚTEN.	dori	2,7400	109,60
44	40	KG	COCO RALADO DESIDRATADO, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR. PACOTE COM 100 GRAMAS. PRODUTO ALIMENTÍCIO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: POLPA DE COCO DESIDRATADA E CONSERVADOR. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA E CONSISTÊNCIA FIRME. SEM SINAIS DE RANÇO OU AMARGOR. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA, LIVRE DE INSETOS E FUNGOS.. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	APTI	29,6500	1.186,00
45	85	KG	COLORÍFICO	MAKRI	20,8500	1.772,25

54	80	POTE	DOCE DE LEITE, EM PASTA, PRODUTO DE PRIMEIRA LINHA. POTES DE 350 GR, COM PRAZO DE VÁLIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES DE VALIDADE. Ingredientes leite, açúcar, estabilizantes e demais ingredientes. Produto livre de fungos. Embalagem plástica íntegra. Rótulo com indicação do peso, ingredientes, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos e mofo. Registro no órgão competente.	TIROL	6,1000	488,00
56	170	KG	FARINHA DE MILHO FINA. ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (VITAMINA B9). EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 1 KG. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	JARAGUA	3,1500	535,50
57	30	PCT	FARINHA DE ROSCA, Fabricada a partir de pão seco, própria para utilização culinária. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 500gr. Deve apresentar coloração correspondente. Os grânulos devem ser finos e soltos. Embalagem plástica íntegra. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data do fabricante, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro em órgão competente.	FRONTAL	3,8000	114,00
59	20	PCT	FARINHA PARA KIBE. Produto alimentício utilizado no preparo de kibe. Embalada em pacotes plásticos resistentes e íntegros contendo 1 kg. Deve apresentar coloração típica do produto. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data do fabricante, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro em órgão competente	JUREIA	4,9500	99,00
61	80	KG	FILÉ DE PEIXE, TIPO TILÁPIA. Sem espinhos, congelado, próprio para o consumo, embalagem contendo 01 kg. Rótulo com indicações do produto, peso, tipo do peixe, data de envase, prazo de validade, e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro de inspeção animal municipal, estadual e federal (sim, sie ou sif).	LUZITANIA	28,7000	2.296,00
64	1	KG	GELATINA EM PÓ DIET, EMBALAGEM COM 12 GRAMAS. PRODUTO COM OS SEGUINTE INGREDIENTES: GELATINA EM PÓ, REGULADOR DE ACIDEZ, EDULCORANTES ARTIFICIAIS, AROMATIZANTES E CORANTES. NÃO DEVE CONTER AÇÚCAR ENTRE OS INGREDIENTES. RENDIMENTO DE APROXIMADAMENTE 4 PORÇÕES. SABORES VARIADOS (MORANGO, FRAMBOESA, CEREJA, LARANJA, LIMÃO, UVA, PÊSSEGO E ABACAXI). EMBALAGEM ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, LOTE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	BRETZKE	285,6000	285,60
65	50	KG	GOIABA, FRUTA COM TAMANHO UNIFORME, BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA. Embalagem de acordo com legislação vigente.	INATURA	5,4800	274,00
68	900	KG	LARANJA POKAN	INATURA	3,5800	3.222,00
69	16200	KG	LARANJA PERA	INATURA	2,6800	43.416,00
70	100	CX	LEITE CONDENSADO . EMBALAGEM CONTENDO 395G. INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL, AÇUCAR E LACTOSE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE ( SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA).	TIROL	3,2200	322,00
73	770	KG	LIMÃO TAITI.	INATURA	3,3800	2.602,60
76	30	PCT	LOURO, folhas desidratadas, embalagem com 5 gr. Embalagem plástica íntegra. Rótulo com indicações do fabricante, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente	MAKRI	2,2000	66,00

77	25	KG	MACARRÃO DE ARROZ, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. ALIMENTO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ, CORANTES NATURAIS (CÚRCUMA E URUCUM) E EMULSIFICANTE.. DEVE POSSUIR COLORAÇÃO CLARA APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA, NÃO DEVE DEIXÁ-LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO E QUE A COLORAÇÃO NÃO DEVE SER OU FICAR ESCURECIDA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	URBANO	8,8000	220,00
78	13	KG	MACARRÃO INTEGRAL ESPAGUETE. PACOTE 500 GRAMAS. DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES SÊMOLA DE TRIGO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FARELO DE TRIGO E OU FARINHA DE TRIGO INTEGRAL. FORMATO: ESPAGUETE. DEVE APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXÁ-LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	ORQUI-DEA	8,7000	113,10
79	13	KG	MACARRÃO INTEGRAL PARAFUSO. PACOTE 500 GRAMAS. DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES SÊMOLA DE TRIGO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FARELO DE TRIGO E OU FARINHA DE TRIGO INTEGRAL. FORMATO: PARAFUSO. DEVE APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXÁ-LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	ORQUI-DEA	8,7000	113,10
80	23	KG	MACARRÃO SEM OVOS TIPO ESPAGUETE. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. ALIMENTO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO E CORANTES NATURAIS. NÃO DEVE APRESENTAR OVOS ENTRE OS INGREDIENTES. FORMATO: ESPAGUETE. DEVE POSSUIR COLORAÇÃO CLARA E APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXÁ-LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO E QUE A COLORAÇÃO NÃO DEVE SER OU FICAR ESCURECIDA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	ORQUI-DEA	7,7000	177,10
81	23	KG	MACARRÃO SEM OVOS TIPO PARAFUSO. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. ALIMENTO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO E CORANTES NATURAIS. NÃO DEVE APRESENTAR OVOS ENTRE OS INGREDIENTES. FORMATO: PARAFUSO. DEVE POSSUIR COLORAÇÃO CLARA E APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXÁ-LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO E QUE A COLORAÇÃO NÃO DEVE SER OU FICAR ESCURECIDA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	ORQUI-DEA	7,5000	172,50
83	12620	KG	MAMÃO FORMOSA	INATURA	4,0900	51.615,80
84	11120	KG	MANGA	INATURA	5,4900	61.048,80

85	70	KG	MARACUJÁ. FRUTA COM TAMANHO UNIFORME, BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES, UNIDADES MUITO AMADURECIDAS E SEM CASCA RUGOSA. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS EMATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (AMARELA). ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	INATURA	10,4800	733,60
89	12000	KG	MAÇÃ GALA	INATURA	5,3800	64.560,00
91	12120	KG	MELANCIA	INATURA	2,1900	26.542,80
92	8820	KG	MELÃO	INATURA	4,6300	40.836,60
97	50	UN	MORTADELA - SEM TOUCINHO EM CUBOS, SEM GLÚTEN. EMBALAGEM DE 500 GR, EMBALAGEM E DATA DE VALIDADE DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO VIGENTE.	JCW	11,9800	599,00
100	2650	LITRO	ÓLEO DE SOJA, TIPO 1, FRASCO PLÁSTICO COM 900 MILILITROS. PRODUTO ALIMENTÍCIO CONTENDO OS SEGUINTE INGREDIENTES: ÓLEO DE SOJA, ANTI-OXIDANTE E ÁCIDO CÍTRICO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO CLARA (AMARELADA). EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA- FRASCO DE PLÁSTICO TIPO PET. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, CONTEÚDO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	LEVE	3,8000	10.070,00
101	30	PCT	ORÉGANO, desidratado, embalagens de 5 gr. Embalagem plástica íntegra. Rótulo com indicações do fabricante, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.	MAKRI	1,1200	33,60
105	60	UN	PEPINO EM CONSERVA, tempero suave, vidro de 300 gr. Embalagem íntegra. Rótulo com indicações do fabricante, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.	MOSER	4,6300	277,80
107	750	KG	PERA	INATURA	7,2700	5.452,50
108	20	KG	PIMENTÃO VERDE VEGETAL COM BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE	INATURA	3,3800	67,60
109	20	KG	PINHÃO. SEMENTE FRESCA. Próprio para utilização culinária. Embalagem plástica contendo 1 kg. Deve apresentar coloração correspondente. Sementes íntegras, livres de fungos e insetos. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data do fabricante, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro em órgão competente. Pedido restrito nos meses de safra (junho e julho) ou conforme orientação do fornecedor.	INATURA	8,9800	179,60
114	10	UN	Pêssego em conserva. Lata de 450 gr drenado. Fruta cortada pela metade, sem caroço. Validade mínima de seis meses. Embalagem íntegra, sem amassados. Embalagem deve obedecer a legislação vigente, rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro no órgão competente.	SCHAM	7,9000	79,00
115	50	UN	QUEIJO RALADO PARMESÃO, QUEIJO EM FORMA RALADA PODENDO SER EM TIRAR EM MAIS FINO. EMBALAGEM CONTENDO ENTRE 30 E 50 GR. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE (SIF OU SIE).	ORQUIDEA	3,9500	197,50
117	60	UN	REQUEIJÃO, SENDO SUA BASE LEITE, COPO DE VIDRO COM PESO ENTRE 200 E 300 GRAMAS, VÁLIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES, EMBALAGEM DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	TIROL	7,0000	420,00

118	1840	KG	SAL REFINADO IODADO. INGREDIENTES: SAL REFINADO (CLORETO DE SÓDIO), IODATO DE POTÁSSIO E ANTI-UMECTANTE. PACOTE COM 1 KG. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	CRUZEIRO	1,6500	3.036,00
121	90	UN	TEMPERO VERDE, tipo cebolinha, maço com no mínimo de 45 gr	NEJA	1,6900	152,10
122	90	UN	TEMPERO VERDE, tipo salsinha, maço com no mínimo 75 gr	NEJA	1,7500	157,50
123	6150	KG	TOMATE	INATURA	4,6900	28.843,50
124	50	KG	UVA, TIPO ITALIA, VERDE. Fruta com boa apresentação e aspecto firme. Livre de doenças e danos mecânicos, sem partes moles ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Coloração característica (verde claro) etiqueta de acordo com legislação vigente.	INATURA	9,9800	499,00
125	650	KG	VAGEM	INATURA	7,6900	4.998,50
Total					R\$513.673,05	

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 62/2019-PMG

Publicação Nº 2223009

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2019 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIO PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS MATRICULAS NA REDE MUNICIPAL NA REDE MUNICIPAL (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL) VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CRIANÇAS ACOLHIDAS PELO ABRIGO MUNICIPAL VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DE GUARAMIRIM (SC). Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: SEBMED PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.154.286/0001-19, com sede na Rua Gonçalves Junior, nº 109, bairro Centro, município de Anitapolis, estado de Santa Catarina, CEP 88.475-000

Vigência: Término: 05/06/2020.

Fornecedor: 30509254 - SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
62	18	KG	FORMULA INFANTIL COM FERRO LACTANTES (DESDE O NASCIMENTO ATÉ 6 MESES). LATA COM 400 GRAMAS. INGREDIENTES: LEITE DE VACA SEMI-DESNATADO OU DESNATADO, ÓLEO VEGETAIS, VITAMINAS, MINERAIS E TAURINA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE PRODUTO, PEDIDO LOTE INGREDIENTES INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	NESTOGENO 1/NESTLÉ	80,4000	1.447,20
63	8	KG	FÓRMULA INFANTIL Á BASE DE PROTEÍNA DE SOJA PARA BEBÊS. LATA COM 400 GRAMAS. FORMULA ADEQUADA PARA LACTANTES COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE OU EM SITUAÇÕES NA QUAIS FOI INDICADO RETIRAR O LEITE DE VACA DA DIETA. DEVE CONTER ENTRE OS INGREDIENTES PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ÓLEOS VEGETAIS SAIS MINERAIS E VITAMINAS. NÃO CONTÉM GLÚTEN E LACTOSE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DE FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	NAN SOY/NESTLÉ	90,0000	720,00
Total					R\$2.167,20	

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 74/2019-PMG**

Publicação Nº 2224158

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2019 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 83 /2019 – PMG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA PÚBLICA LED E BRAÇO DUPLO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: QUARK ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.496.490/0001-48 e Inscrição Estadual nº 256.310.629, com sede na Rua Gothard Kaesemodel, nº 732, bairro Anita Garibaldi, município de Joinville, estado de Santa Catarina

Vigência: Término: 24/06/2020.

Fornecedor: 350591 - QUARK ENGENHARIA EIRELI					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	500	UN	Mão-de-obra especializada para instalação de luminária pública, sendo braço duplo para duas luminárias, parte superior uma luminária de potência de 100W de LED e luminária inferior potência de 60W de LED, conforme projeto de braço, anexo ao Edital.	117,0000	58.500,00
Total				R\$58.500,00	

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Publicação Nº 2223045

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA  
JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 8688/93, justifico a quebra da Ordem Cronológica para pagamento do fornecedor RS INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME, referente ao empenho Nº 0007065-000/2019, liquidado em 17/11/2019, no valor de R\$ 6.225,95. Este pagamento refere-se a HORAS DE MÃO DE OBRA ELETRÔNICA REFERENTE A REPAROS REALIZADOS.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para permitir a Continuidade regular dos serviços contratado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os feitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 11 de novembro de 2019.

JAIR TOMELIN  
Secretário de Adm. E Finanças

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Publicação Nº 2223048

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 8688/93, justifico a quebra da Ordem Cronológica para pagamento do fornecedor MMA COMUNICAÇÃO LTDA, referente ao empenho Nº 0005846-000/2019, liquidado em 02//10/2019, no valor de R\$ 4.899,50. Este pagamento refere-se a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERIMONIALISTA PARA APRESENTAÇÃO DE EVENTOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para permitir a Continuidade regular dos serviços contratado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os feitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 11 de novembro de 2019.

JAIR TOMELIN  
Secretário de Adm. E Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

**163/2019**

Publicação Nº 2223224

DECRETO Nº 163/2019  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.608/2018 de 22 de novembro de 2018.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:  
02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:  
Atividade: 0502.12.361.0014.2.009  
3.3.90.00-00.00.142 Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Soma ..... R\$ 30.000,00

Art 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 3º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:  
02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:  
Atividade: 0502.12.361.0014.2.009  
3.1.90.00-00.00.142 Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Soma ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 11 de novembro de 2019.  
Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio  
Secretário Administração e Fazenda

### EXTRATO DE CONTRATO - PREF 41/2019

Publicação Nº 2223667

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 41/2019  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 58/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2019  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
CONTRATADO: LM MATERAIS ELETRICOS LTDA EPP  
OBJETO: Aquisição de material e serviço para iluminação e decoração para as Festividades Natalinas 2019 no município de Guarujá do Sul.  
VALOR: R\$ 62.713,50  
VIGENCIA: 31/01/2019

Guarujá do Sul, SC, 11 de novembro de 2019.  
Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.



# Guatambú

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 535/2019

Publicação Nº 2223164

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU  
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº. 535/2019  
Edital: INEXIGIBILIDADE Nº.04/2019  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ARTISTICO – PAPAI NOEL COM TRENÓ  
Contratada: Celso Afonso Pereira  
Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).  
Fundamento: Inciso III do Art. 25 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 06 de novembro de 2019.  
SILVENTRE FAVARO  
Prefeito em exercício

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 537/2019

Publicação Nº 2223160

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU  
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº. 537/2019  
Edital: INEXIGIBILIDADE Nº.05/2019  
OBJETO: APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA  
Contratada: UQ EVENTOS LTDA  
Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).  
Fundamento: Inciso III do Art. 25 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 11 novembro de 2019.  
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 1123 / 2019

Publicação Nº 2222780

LEI MUNICIPAL Nº 1123/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.  
INCLUI AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incluído no Anexo III do Plano Plurianual do Município para o Exercício de 2019, constante na Lei Municipal nº. 1.048, de 30 de junho de 2017 e no Anexo III das Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município, constante na Lei Municipal nº. 1.086 de 26 de setembro de 2018, pelo provável excesso de arrecadação de fonte de recurso 1018 E 1019- FUNDEB com as seguintes ações conforme especifica:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes		04
Unidade	Departamento de Educação		04.01
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	Educação de Qualidade p/ todos		0004
Projeto	Construção/Reformas/Ampliação de Unidades Escolares		1.278
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR	Valor
	4.4.90	1019	175.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	04
Unidade	Departamento de Educação	04.01
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Infantil	365
Programa	Educação de Qualidade p/ todos	0004
Projeto	Construção/Reformas/Ampliação de Unidades Escolares	1.278
Despesa	Modalidade de Aplicação	DR
	4.4.90	1019
		Valor
		125.000,00

Art. 2º. O Crédito aberto por esta Lei correrá por conta de recursos oriundos do FUNDEB, na Fonte de recursos 1018 e 1019, para investimentos em Educação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. São revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de novembro de 2019.

Luiz Clóvis Dal Piva

Prefeito Municipal

## LEI MUNICIPAL Nº 1124 / 2019

Publicação Nº 2222775

LEI MUNICIPAL Nº 1124/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art.118 da Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

### I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Guatambu, para o exercício de 2020, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas e riscos fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - e as disposições gerais.

### II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Com referência as Metas Fiscais para o ano de 2020 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentados anexos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

I – Demonstrativo de Metas Anuais;

II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício anteriores;

III – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;

VI – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII – Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

IX – Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

X – Demonstrativo de Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

XI – Prioridades e Metas para 2020;

XII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

### III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas e demonstradas de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas

nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

#### IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§ 2º - A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo Único - O Município, por meio de Lei específica, poderá criar autarquias e Fundações cujos objetivos sejam a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei de criação.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e Orçamentos Fiscais (F) e de Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores, Portaria Conjunta STN/COG nº 840, de 21 de dezembro de 2016, Portaria Conjunta STN/COG nº 02, de 22 de dezembro de 2016, Portaria STN 403, de 28 de junho de 2016 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF;

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2020. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2020. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, e alterações posteriores, admitido à transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/Modalidade de Aplicação/fonte de recursos para outro, dentro de cada órgão, projeto/atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação e poderá ser feito por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal,.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:  
I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### V – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2020 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, ou podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal, exceto aqueles cuja Lei específica trate sobre sua gestão.

§ 2º As movimentações orçamentárias e financeiras das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios, o percentual de variação das transferências constitucionais, observando especialmente o comportamento de 2017. (Art. 12 da LRF).

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 - Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita por fonte poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo VII, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo XIV desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2020.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

§ 3º Poderá, quando for o caso, o Executivo Municipal proceder a abertura de crédito adicional extraordinário.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2020 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, com valor de até 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo XIV. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2020, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 3º - Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2020, constantes do Anexo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas em forma de subvenção social, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, médica, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa TC 14/2012, e alterações posteriores, do Tribunal de Conta de Santa Catarina e na forma do Art. 70, Parágrafo único da CF, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º A transferência de recurso, em forma de termo de ajuste, sempre que for o caso, deverá atender a Lei Federal 13.019/2014 e alterações posteriores.

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal à Consórcios Públicos deverá estar contratada mediante contrato de rateio.

Parágrafo Único. Os consórcios públicos beneficiados com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa STN 72, de 01 de fevereiro de 2012 e normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 24 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 25- As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentados no Anexo XV desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos



de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

**Parágrafo Único.** A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

**Art. 29 -** Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).

**Art. 30 -** O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

**Parágrafo Único.** Os gastos serão apurados por meio de das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

**Art. 31 -** Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2020, serão dobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

**Art. 32 -** Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 33 -** A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

**Art. 34 -** A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

**Art. 35 -** Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 14 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário por meio da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

**Art. 36 -** O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF). **Parágrafo único.** Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2020 ou em créditos adicionais

**Art. 37 -** Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

**Art. 38 -** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 39 -** Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Guatambu, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo Único.** Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF).

Art. 42 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

#### IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2019.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei Orçamentária enviada em 2019 para o exercício de 2020.

Art. 44- Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2020.

Art. 47 - O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 48 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guatambu/SC, 11 de novembro de 2019.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal



**DECRETO 243 / 2019**

Publicação Nº 2222772

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU****DECRETO n. 243/2019****“INSTITUI E NOMEIA EQUIPE TÉCNICA PARA  
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU”**

**SILVESTRE FAVARO**, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA**

Art. 1º Fica instituída e nomeada a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Guatambu/SC, conforme a Lei n.º 1.000/2015 de 15/06/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

- I – Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais e instituir indicadores confiáveis relativos à educação em âmbito municipal;
- II – Relacionar metas e estratégia de forma cronologia;
- III – Analisar as estratégias anuais de monitoramento, emitir nota técnica quando necessário, para futura revisão do Plano Municipal de Educação;
- IV – Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;
- V- Elaborar a versão preliminar e revisão do Plano Municipal de Educação e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de Educação para análise e validação;
- VI – Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Secretaria Municipal de Educação entender necessários;
- VII – Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do PPA – LDO e LOA do município;

Rua Manoel Rolim de Moura, 825  
Centro  
Guatambu  
CEP:89817-000



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU**

VIII – Verificar prazos e o período de validação (bianual);

IX – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

X – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME.

Art. 3º Nomear, para compor a Equipe Técnica que constará no presente decreto, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Jair Carlos Lauxen;

b) Vivian Schwanke de Oliveira.

II – Representantes da Secretaria de Administração e Finanças:

a) Fabrício Antonio Antunes;

b) Jean Gustavo Corá.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, 05 de novembro de 2019

**SILVESTRE FAVARO**  
Prefeito Municipal em exercício

Rua Manoel Rolim de Moura, 825  
Centro  
Guatambu  
CEP:89817-000

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ATA Nº 002 - TP 011/2019

Publicação Nº 2224345

Processo Licitatório nº 0124/2019

Tomada de Preços nº 011/2019

Ata Sessão Pública nº 002 – Abertura e julgamento Propostas

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove às dezesseis horas, nas dependências da sala do setor de licitações na Prefeitura Municipal, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo decreto número 4045/2019, para o ato de abertura e julgamento de propostas referente ao Processo Licitatório nº 0124/2019 na modalidade de Tomada de Preços nº 011/2019 destinada a Contratação de empresa(s) especializada(s) para execução de reformas na Escola Básica Municipal Estação Luzerna, Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe, com fornecimento de material e mão de obra, em regime de empreitada por preço unitário. Decorrido o prazo para interposição de recurso, não houve manifestação das partes, ou de qualquer outro interessado no processo. O Julgamento das propostas é por menor preço por lote a saber:

Lote	Descrição	Valor Máximo
01	Reforma Escola Básica Municipal Estação Luzerna	154.289,40
02	Reforma Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe	212.017,09

Abrindo os trabalhos foram feitos os informes de praxe e na sequência foram abertos os envelopes de propostas para análise e julgamento das mesmas, onde obteve-se a seguinte classificação:

Lote 001	Licitante	Valor em R\$
1º	Ampliar Construções e Pré Moldados Ltda	120.327,54
2º	Strahl Engenharia Eireli ME	123.542,89
3º	B& Construtora Eireli	126.746,41
4º	Egito Engenharia Ltda. EPP	152.613,71

Lote 002	Licitante	Valor em R\$
1º	Ampliar Construções e Pré Moldados Ltda	165.359,28
2º	B& Construtora Eireli	178.071,77
3º	Strahl Engenharia Eireli ME	186.578,33
4º	Egito Engenharia Ltda. EPP	210.486,93

Tendo em vista que nenhum dos licitantes se fez representar na sessão pública formalmente, abre-se prazo de cinco dias úteis para possíveis interposições de recurso quanto ao julgamento das propostas em conformidade com o artigo 109 alínea "b" da Lei 8.666/93. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, e Eu \_\_\_\_\_ Rubens Antonio Correia membro substituto da comissão, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão, encerrando-se a sessão às 16horas58minutos. Sendo que esta será publicada no site do município e diário oficial dos municípios.

TAILANA CRISTINA DE BORBA  
Presidente

RAPHAEL ANZOLIN WITTE  
Membro

CIBELY SCHNEIDER  
Membro

### DECRETO Nº 4.104/2019

Publicação Nº 2223723

DECRETO Nº 4.104 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ACRESCENTA AO DECRETO Nº 4.422 DE 08 DE JUNHO DE 2015 QUE INSTITUI PREÇOS PÚBLICOS E FIXOU VALORES PARA A COBRANÇA DE SERVIÇOS EXECUTADOS COM EQUIPAMENTO AGRÍCOLA E RODOVIÁRIO, PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL A SEGUINTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, OS SEGUINTE SERVIÇOS.

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d` Oeste(SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 211 do Código Tributário Municipal, Lei nº 680/77 de 31/12/77, DECRETA:

Art. 1º o Anexo I do Decreto nº 3.422 de 08 de junho de 2015 será crescido do seguinte item:

Anexo I

MÁQUINAS	VALOR/HORA/KM
Trator cortador de gramas	R\$ 50,00 /hora

Art. 2º Todas as demais previsões constantes no Decreto nº 3.422 de 08 de junho de 2015, permanecem inalteradas.  
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste(SC), 11 de novembro de 2019.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1568/2019**

Publicação Nº 2224070

### **PORTARIA Nº 1568/2019**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 1224/2019, de 09/09/2019, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 018/2019, instaurado em desfavor do servidor Rodolfo Tertuliano Bahú Backes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de Novembro de 2019.  
AMÉRICO LORINI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1570/2019**

Publicação Nº 2224072

### **PORTARIA Nº 1570/2019**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 984/2019, de 12/07/2019, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 012/2019, instaurado em desfavor da servidora Larissa Sutil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Novembro de 2019.  
AMÉRICO LORINI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1571/2019**

Publicação Nº 2224073

### **PORTARIA Nº 1571/2019**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, designada pela Portaria nº 986/2019, de 12/07/2019, referente ao Processo de Sindicância nº 003/2019, instaurado em desfavor da empresa Auto Volks Ltda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Novembro de 2019.  
AMÉRICO LORINI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1572/2019**

Publicação Nº 2224075

PORTARIA Nº 1572/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 985/2019, de 12/07/2019, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 013/2019, instaurado em desfavor da servidora Elisangela Regina Pinho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

**PORTARIA Nº 1573/2019**

Publicação Nº 2224076

PORTARIA Nº 1573/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 943/2019, de 02/07/2019, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 010/2019, instaurado em desfavor do servidor Diego de Barros, com efeitos retroativos a 02/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

**PORTARIA Nº 1574/2019**

Publicação Nº 2224077

PORTARIA Nº 1574/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 790/2019, de 20/05/2019, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2019, instaurado em desfavor da servidora Maisa Mozara da Rosa Buth.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

**PORTARIA Nº 1575/2019**

Publicação Nº 2224079

PORTARIA Nº 1575/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora MARISA LORENZONI (MATRÍCULA 3736), ocupante do cargo de provimento

efetivo de PROFESSOR, Nível – 6, Referência - D, 40 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de fevereiro de 2018 a 02 de fevereiro de 2019, para serem gozadas a contar de 11 de novembro de 2019 a 22 de novembro de 2019.

E, RETIFICAR a Portaria nº 851/2015 da servidora supracitada, onde se lê: "referente ao período aquisitivo de 03 de fevereiro de 2014 a 02 de fevereiro de 2015", leia-se: "referente ao período aquisitivo de 03 de fevereiro de 2017 a 02 de fevereiro de 2018".

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de novembro de 2019.

Américo Lorini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1576/2019**

Publicação Nº 2224081

### **PORTARIA Nº 1576/2019**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 1445/2019, da servidora SIMONE WELTER (MATRÍCULA 5103), a qual exerce a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Não Habilitado, Nível - 1, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, junto ao CMEI Tania Regina Piovesan Bortoluz, sendo que a mesma passará a substituir à servidora Marisa Lorenzoni, que se encontra em gozo de Licença Prêmio, a contar de 11 de novembro de 2019 a 22 de novembro de 2019, classificada em 1º (primeiro) lugar, no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 002/2019/HO, homologado através do Decreto nº 4.027/2019 de 03 de maio de 2019, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Novembro de 2019.

Américo Lorini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1577/2019**

Publicação Nº 2224082

### **PORTARIA Nº 1577/2019**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

INTERROMPER a Licença para Tratamento de Saúde, da Servidora JUCIELI DALLA VALE MARTINI (MATRÍCULA 4999), a qual exerce a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 30 horas semanais.

E, CONCEDER Licença Maternidade, à servidora supracitada, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 08 de novembro de 2019 até 06 de março de 2020, conforme preceitua o Artigo 107, § 6º da Lei Complementar Nº. 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Novembro de 2019.

Américo Lorini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1578/2019**

Publicação Nº 2224084

PORTARIA Nº 1578/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora LEILA BOTTEGA DE COL (MATRÍCULA 1776), ocupante do cargo em provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível – 8, Referência - G, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de janeiro de 2018 e 10 de janeiro de 2019, para serem usufruídas a partir de 11 de novembro de 2019 a 10 de dezembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

**TERMO ADITIVO Nº 082/2019**

Publicação Nº 2224148

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d' Oeste  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE  
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38.  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro.  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
Município de Luzerna  
STRAHL ENGENHARIA EIRELI - ME  
CNPJ/MF nº 20.554.701/0001-80.  
Rua Frei Vigário João, 22 sala 02 – Centro.  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 082/2019 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Herval d'Oeste, através de sua UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 389, Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AMÉRICO LORINI, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 167.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa STRAHL ENGENHARIA EIRELI – ME estabelecida na Rua Frei Vigário João, 22 sala 02 – Centro, no município de Luzerna, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 20.554.701/0001-80, neste ato representado por seu Administrador, Sr. VAGNER KAEFER, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF nº 006.874.719-58, doravante denominada, CONTRATADO, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO a Reforma na EBM Estação Luzerna, GEM Nossa Senhora de Fátima e do Ginásio de Esportes de Sede Belém com fornecimento de material e mão de obra, em, em decorrência do processo licitatório nº 073/2019, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2019, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este TERMO ADITIVO tem por objeto a prorrogação do prazo de execução em 15 dias em conformidade com o parecer jurídico nº 319/2019, a contar da data de 11/11/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 57, parágrafo 1º incisos II e IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais**

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em plena vigência, sendo o presente assinado pelas partes em 03 (TRÊS) VIAS de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 11 de novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 167.730.799-00

**Testemunhas:**

Rubens Antônio Correia

CPF: 687.857.399-87

Raphael Anzolin Witte

CPF: 066.259.739-71



**Ibiam****PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 010/2019 - FMS**

Publicação Nº 2222599

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 010/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 015/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 009/2019

Termo de Contrato, REFERENTE A CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA OPERAR SISTEMAS, UTILIZAÇÃO E TRANSFERENCIA DE DADOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa RUDIMAR BRAZ PERI, autorizado através do Processo nº 015/2019, Dispensa de Licitação nº. 009/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74  
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20  
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: RUDIMAR BRAZ PERI.  
CPF: 484.223.049-53  
Endereço: Rua Francisco Vanz- Bairro Centro  
Videira - SC, CEP: 89560-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

0.1. Constitui objeto do presente, A CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA OPERAR SISTEMAS, UTILIZAÇÃO E TRANSFERENCIA DE DADOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

Considerando que os sistemas do Ministério da Saúde são bastante complexos, onde são inseridas diversas informações exigidas pelo próprio Ministério para manutenção dos repasses de verbas Federais e Estaduais, o treinamento contemplará:

- Alimentação dos programas SIA, CNES, DATASUS;
- Auxílio sistema de Ministério da Saúde BPA, FPO;
- Solicitante do sistema CADSUS WEB (inserção de novos pacientes e alteração de cadastro dos pacientes do município);

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), sendo R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) mensais. Devendo ser prestado na sede da Secretaria Municipal da Saúde 08 (oito) horas presenciais semanais totalizando 32 (trinta e duas) horas mensais pelo período de três meses.

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 30;

Unidade Orçamentária: 301- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Detalhamento: 33903699000000

Reduzido 11;

Unidade Orçamentária: 301- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Detalhamento: 339036990000000

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3226/2018, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

2.5. O Município designa como Gestor deste Contrato, o senhora Maria Ivete Gomes de Oliveira, e como fiscal, designa a servidora GREICY JAQUELINE BORSOI e como fiscal substituto a servidora KELLY CAROLINE ANDRADE para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização da entrega, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até 31/12/2019.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término até 31/12/2019.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

**4.8. PENALIDADES**

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 15 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE IBIAM  
IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO  
RUDIMAR BRAZ PERI

## Testemunhas:

Jackline Dalmolin Odorizzi  
CPF – 063.538.479-55

Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

**RESOLUÇÃO Nº 075/2019**

Publicação Nº 2222865

## RESOLUÇÃO Nº075/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011 e Decreto Nº3045 de 01 de Agosto de 2017.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 3271, de 23 de abril de 2019, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação “in loco” e análise dos documentos do dia 22 de Outubro de 2019.

CONSIDERANDO que o Interessado procurou a Administração com interesse de se reimplantar no Parque Industrial Juliana Bloor.

CONSIDERANDO que o CODEMI tem conhecimento de que o Município possui um terreno que está à disposição da Empresa Alessandra Tragancin Cenatti-ME que está interessada em se reimplantar, um Imóvel Matriculado sob o Nº 7.494 do Livro Nº2 no Registro de Imóveis da Comarca de Tangará – SC Terreno Urbano com área de 17.955,53 m²(dezessete mil, novecentos e cinquenta e cinco metros, e cinquenta e três décimos quadrados) constante do Lote 03 do Mapa do Parque Industrial Juliana Bloor, situado ao lado par da Rua Nossa Senhora de Lourdes Município de Ibiã.

CONSIDERANDO o benefício que a empresa trará para o Município de Ibiã, com processos ambientalmente corretos, utilizando matéria prima presente em nossa região sendo pouco poluidoras e gerando empregos.

## RESOLVE:

Art.1º - Fica aprovado pelo CODEMI a reimplantação da Empresa, autorizando o Executivo Municipal que realize todos os procedimentos necessários para que a Empresa se reinstale no Município e continue no terreno utilizando as benfeitorias na forma da Lei Complementar 025/11.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 3271/2019 e nº 3045/2017.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiã, 04 de Novembro de 2019.

Orácio Batista

Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 04/11/2019.

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal de Ibiã

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

# Ibirama

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 697

Publicação Nº 2222629

Portaria nº 697, de 02 de setembro de 2019.  
"Concede Licença Prêmio".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

#### CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 01/06/2009 a 01/06/2014, a pedido do(a) servidor(a) LUCIANA GALDINO DA SILVA, sob a matrícula nº 9253-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 02 de setembro de 2019 a 30 de novembro de 2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 02 de dezembro de 2019, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

### PORTARIA Nº 698

Publicação Nº 2222630

Portaria nº 698, de 02 de setembro de 2019.  
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) ISMAEL GROBER, matrícula nº 31364-1, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, relativas ao período aquisitivo de 01/04/2018 a 31/03/2019, para serem gozadas no período de 02/09/2019 a 01/10/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 02/10/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 699**

Publicação Nº 2222631

Portaria nº 699, de 02 de setembro de 2019.  
"Concede Licença Prêmio".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

**CONCEDER**

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 28/02/2010 a 28/02/2015, a pedido do(a) servidor(a) IVANA PINHEIRO CHAVES, sob a matrícula nº 7935-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 07 de outubro de 2019 a 05 de dezembro de 2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 06 de dezembro de 2019, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 700**

Publicação Nº 2222633

Portaria nº 700, de 02 de setembro de 2019.  
"Concede Licença Prêmio".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

**CONCEDER**

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 02/02/2014 a 02/02/2019, a pedido do(a) servidor(a) CÁTIA MARCILIO, sob a matrícula nº 5142-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 16 de setembro de 2019 a 14 de dezembro de 2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 16 de dezembro de 2019, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 701**

Publicação Nº 2222634

Portaria nº 701, de 02 de setembro de 2019.  
"Concede Licença Prêmio".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

**CONCEDER**

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 03/11/2009 a 03/11/2014, a pedido do(a) servidor(a) SORAIA MAIRA FRISKE, sob a matrícula nº 12610-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 16 de setembro de 2019 a 14 de dezembro de 2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 16 de dezembro de 2019, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 702**

Publicação Nº 2222635

Portaria nº 702, de 02 de setembro de 2019.

“Concede licença sem vencimentos”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 153, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1º - Licença sem vencimentos a pedido do(a) servidor(a) MÁRCIA DA SILVA FUSINATO, sob a matrícula nº 9601-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculada a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para tratar de assuntos de interesse particular, com base no Artigo 153 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 02 (dois) ano(s) consecutivos a partir de 16 de setembro de 2019 e término no dia 14 de setembro de 2021, devendo o(a) servidor(a) retornar aos trabalhos no dia 15 de setembro de 2021, apresentando-se na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para verificar o local para desempenhar suas funções.

Art. 3º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço, podendo ser prorrogada por igual período.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 703**

Publicação Nº 2222637

Portaria nº 703, de 02 de setembro de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) SERGIO DA SILVA, matrícula nº 29203-1, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, relativas ao período aquisitivo de 05/04/2018 a 04/04/2019, para serem gozadas no período de 02/09/2019 a 01/10/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 02/10/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 704**

Publicação Nº 2222639

Portaria nº 704, de 02 de setembro de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) EDUARDO DE MIRANDA, matrícula nº 31526-1, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, relativas ao período aquisitivo de 05/05/2018 a 04/05/2019, para serem gozadas no período de 02/09/2019 a 01/10/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 02/10/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 705**

Publicação Nº 2222641

Portaria nº 705, de 02 de setembro de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) FRANCISCO ADRIANO, matrícula nº 7196-1, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS, relativas ao período aquisitivo de 01/04/2018 a 31/03/2019, para serem gozadas no período de 02/09/2019 a 01/10/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 02/10/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.



**PORTARIA Nº 706**

Publicação Nº 2222642

Portaria nº 706, de 02 de setembro de 2019.  
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) BEATRIZ WERNER FUSINATO matrícula nº 62415573-0, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 02/07/2018 a 01/07/2019, para serem gozadas no período de 02/09/2019 a 21/09/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 22/09/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 707**

Publicação Nº 2222644

Portaria nº 707, de 02 de setembro de 2019.  
"Concede Licença Prêmio".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 01/02/2017, a pedido do(a) servidor(a) MIREIA LAIS KOLM, sob a matrícula nº 10588-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 20 de setembro de 2019 a 18 de dezembro de 2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 19 de dezembro de 2019, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 708**

Publicação Nº 2222646

Portaria nº 708, de 02 de setembro de 2019.  
"Concede Licença Prêmio".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 03/02/2014 a 03/02/2019, a pedido do(a) servidor(a) IRENE JOSEFA FORTES, sob a matrícula nº 34541-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria

de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 18 de setembro de 2019 a 16 de dezembro de 2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 17 de dezembro de 2019, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 709

Publicação Nº 2222647

Portaria nº 709, de 02 de setembro de 2019.

“Autoriza Desconto em Folha de multa de trânsito”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

### RESOLVE

Art. 1º - Descontar do(a) servidor(a) VOLNEI SARDAGNA, sob a matrícula nº 115983-1, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS E VEICULOS, vinculado(a) a Secretaria de Saúde, o valor de R\$ 552,63 (quinhentos e cinquenta e dois reais, sessenta e três reais), correspondente as multas de trânsito, conforme Notificações de Penalidades nº 55092122G / FT05274788 / R384751792 / 8779970416.

Art. 2º - O valor será descontado em sua folha de pagamento em 08 (oito) parcelas iguais de 69,08 (sessenta e nove reais, oito centavos).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 710

Publicação Nº 2222649

Portaria nº 710, de 02 de setembro de 2019.

“Autoriza Desconto em Folha de multa de trânsito”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

### RESOLVE

Art. 1º - Descontar do(a) servidor(a) FABRICIO ADAMI, sob a matrícula nº 141020-0, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS E VEICULOS, vinculado(a) a Secretaria de Saúde, o valor de R\$ 156,19 (cento e cinquenta e seis reais, dezenove centavos), correspondente as multas de trânsito, conforme Notificações de Penalidades nº T148889719.

Art. 2º - O valor será descontado em sua folha de pagamento em 03 (três) parcelas iguais de 52,07 (cinquenta e dois reais, sete centavos).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 711

Publicação Nº 2222653

Portaria nº 711, de 02 de setembro de 2019.

"Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2019 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - DIEGO FERNANDO BUTZEN, sob a matrícula nº 62456733-0 para exercer o cargo de provimento EFETIVO de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível "XVIII", referência "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.688,24 (mil, seiscentos e oitenta e oito) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 712

Publicação Nº 2222654

Portaria nº 712, de 02 de setembro de 2019.

"Exonera do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR,

Art. 1º - ANNA FLAVIA MARTINS, sob a matrícula nº 62442422 -, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 502 de 04 de junho de 2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 713**

Publicação Nº 2222655

Portaria nº 713, de 03 de setembro de 2019.  
"Revoga Portaria nº 628, de 01/08/2016".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

**R E V O G A R**

Art. 1º - A Portaria nº 628, de 01 de agosto de 2016, que concedeu férias regulamentares ao servidor efetivo DOUGLAS MENDES, sob a matrícula nº 551198-0, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 714**

Publicação Nº 2222656

Portaria nº 714, de 04 de setembro de 2019.  
"Exonera do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

**E X O N E R A R,**

Art. 1º - LUCIANE COSTA, sob a matrícula nº 248622-2, do cargo de provimento temporário de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 126, de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 04 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 715**

Publicação Nº 2222657

Portaria nº 715, de 05 de setembro de 2019.  
Concede licença para  
Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) HUBERTO PEDROSO, sob a matrícula nº 62434667-0, ocupante do emprego público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado,

a partir de 05 de setembro de 2019.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 716

Publicação Nº 2222659

Portaria nº 716, de 05 de setembro de 2019.

“Autoriza Desconto em Folha de multa de trânsito”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

### RESOLVE

Art. 1º - Descontar do(a) servidor(a) IZABEL PETERSEN, sob a matrícula nº 8060-1, ocupante do cargo Comissionado de SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, vinculado(a) a Secretaria de Saúde, o valor de R\$ 132,11 (cento e trinta e dois reais, onze centavos), correspondente as multas de trânsito, conforme Notificações de Penalidades nº 8796015860.

Art. 2º - O valor será descontado em sua folha de pagamento em 03 (três) parcelas iguais de 44,04 (quarenta e quatro reais, quatro centavos).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 717

Publicação Nº 2222660

Portaria nº 717, de 09 de setembro de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) JUCELINO SEVERINO DA SILVA matrícula nº 34355-1, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, relativas ao período aquisitivo de 11/06/2018 A 10/06/2019, para serem gozadas no período de 09/09/2019 A 23/09/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 24/09/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 718

Publicação Nº 2222661

Portaria nº 718, de 09 de setembro de 2019.  
"Nomeia servidor(a) para emprego público".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público e Emprego Público nº 001/2017 e ainda e de conformidade com a Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve:

### NOMEAR

Art. 1º - CASSIANO ANDRE ISOLANI, sob a matrícula nº 33910-0, para exercer o cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, Nível "IV", referência "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado (a) à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.337,43 (mil, trezentos e trinta e sete reais, quarenta e três centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de setembro de 2019.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 719

Publicação Nº 2222664

Portaria nº 719, de 09 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 002/2018 e ainda considerando que: a) no Quadro de Pessoal existem 70 (setenta) vagas de Serventes/Merendeiras; b) que a abertura do período integral no CEI Florinda Zemke dos Santos; c) que o ano letivo de 2019 iniciou em 11 de fevereiro do corrente ano; d) de acordo com a demanda de alunos, com novas matrículas, há a necessidade de contratar Serventes/Merendeiras para suportar esta demanda; e) que está sendo elaborado um Concurso Público; f) que possuímos várias vagas excedentes em função do número de alunos; g) necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência iminente; h) que o período foi estendido em 03 (três) Centros de Educação Infantil; i) atender as demais Secretarias que também demandam desses serviços; j) conforme reza a Lei nº 2.126/2001, Art. 2º, VIII, 3º, IV e 4º, contratação de pessoal em caráter temporário; h) que a servidora efetiva Angela Maria Silva, lotada no CEI Florinda Z. dos Santos está em licença para tratamento de saúde,

### RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001, o(a) Sr(a) ROMILDA ROJANSKI REBLIN, sob a matrícula nº 11746-2, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício no CEI Florinda Zemke dos Santos, em substituição da servidora Angela Maria Silva.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo, o retorno da servidora licenciada, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 898,93 (oitocentos e noventa e oito reais, noventa e três centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de setembro de 2019.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 720**

Publicação Nº 2222666

Portaria nº 720, de 09 de setembro de 2019.  
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) SANDRA BACHMANN matrícula nº 12181-0, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 20/01/2018 a 19/01/2019, para serem gozadas no período de 09/09/2019 a 23/09/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 24/09/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de setembro de 2019.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 721**

Publicação Nº 2222667

Portaria nº 721, de 09 de setembro de 2019.  
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) DALMIR SARTOR matrícula nº 169684-1, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DAS-4, relativas ao período aquisitivo de 09/01/2018 a 08/01/2019, para serem gozadas no período de 09/09/2019 a 23/09/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 24/09/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de setembro de 2019.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.



**PORTARIA Nº 722**

Publicação Nº 2222668

Portaria nº 722, de 09 de setembro de 2019.  
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.  
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) LEANDRO CARDOZO matrícula nº 62434519-0, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, para serem gozadas no período de 09/09/2019 a 18/09/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 19/09/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de setembro de 2019.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 723**

Publicação Nº 2222669

Portaria nº 723, de 09 de setembro de 2019.  
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.  
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) JANE KARINE VINCI matrícula nº 8214-4, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo de 17/04/2018 a 16/04/2019, para serem gozadas no período de 09/09/2019 a 18/09/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 19/09/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de setembro de 2019.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 724**

Publicação Nº 2222670

Portaria nº 724, de 09 de setembro de 2019.  
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.  
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) GENUIR TORETTI matrícula nº 250830-0, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2018 a 01/05/2019, para serem gozadas no período de 09/09/2019 a

23/09/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 24/09/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 725**

Publicação Nº 2222676

Portaria nº 725, de 09 de setembro de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) MANOEL NITSCHKE matrícula nº 9490-1, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS, relativas ao período aquisitivo de 09/03/2018 a 08/03/2019, para serem gozadas no período de 09/09/2019 a 23/09/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 24/09/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 726**

Publicação Nº 2222677

Portaria nº 726, de 09 de setembro de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) LEE JAMES DE SOUZA RAMOS matrícula nº 62438883-0, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO, relativas ao período aquisitivo de 22/05/2018 a 21/05/2019, para serem gozadas no período de 09/09/2019 a 23/09/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 24/09/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 727**

Publicação Nº 2222682

Portaria nº 727, de 09 de setembro de 2019.  
"Exonera a pedido do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - CHARLES FREDERICO MACIEL TRENNEPOHL, sob a matrícula nº 6227473-0, ocupante do emprego público de MÉDICO, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da portaria nº 536 de 01 de agosto de 2014.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 728**

Publicação Nº 2222684

Portaria nº 728, de 09 de setembro de 2019.  
"Exonera do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

E X O N E R A R,

Art. 1º - SINAIA BOSSE, sob a matrícula nº 62406558-4, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 046 de 15 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 729**

Publicação Nº 2222686

Portaria nº 729, de 10 de setembro de 2019.  
"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 002/2018 e ainda considerando que: a) de acordo com a Lei Complementar nº 21/2001, e alterações; b) que os servidores, ocupantes de cargos de Professores efetivos estarem em período de férias coletivas, afastadas, remanejadas ou Licenciadas; c) que o ano letivo iniciou no dia 11 de fevereiro do corrente ano; d) de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos no CEI Lidi Brodewolf, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes; e) que a servidora efetiva Fabiani Tenfen Soberanski, lotada no CEI Lidi Brodewolf, está respondendo pela Secretaria de Assistência Social e Habitação ; f) conforme reza a Lei

nº 2.126/2001, Art. 2º, VIII, 3º, IV e 4º, contratação de pessoal em caráter temporário,

**RESOLVE**

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 002/2018, o(a) Sr(a) SINAIA BOSSE, sob a matrícula nº 62406558-4, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Lidi Brodewolf, em substituição a servidora efetiva Fabiani Tenfen Soberanski.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2019, ou até o retorno da servidora efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.694,90 (dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais, noventa centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 730**

Publicação Nº 2222688

Portaria nº 730, de 10 de setembro de 2019.

“Exonera do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

**E X O N E R A R,**

Art. 1º - RAISA NOELI DAVE, sob a matrícula nº 23515-9, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 041 de 15 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 731**

Publicação Nº 2222738

Portaria nº 731, de 10 de setembro de 2019.

Concede licença para

Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) JOSIMARA FERNANDA OLSSON, sob a matrícula nº 29033-2, ocupante do emprego público de AUXILIAR ODONTOLÓGICO, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado,

a partir de 11 de setembro de 2019.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 732

Publicação Nº 2222740

Portaria nº 732, de 12 de setembro de 2019.

"Exonera a pedido do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - WILLIAND SCHMITZ, sob a matrícula nº 62402269-2, ocupante do emprego público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da portaria nº 810 de 16 de outubro de 2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 733

Publicação Nº 2222742

Portaria nº 733, de 16 de setembro de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) ODIR JOSE MENDES, matrícula nº 6224776-0, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS E VEICULOS, relativas ao período aquisitivo de 02/06/2016 a 01/06/2017, para serem gozadas no período de 16/09/2019 a 15/10/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 16/10/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 734**

Publicação Nº 2222744

Portaria nº 734, de 16 de setembro de 2019.  
"Exonera da Função de Diretora, voltando ao cargo de provimento Efetivo"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

### **E X O N E R A R**

Art. 1º - CLAUDETE ZWANG, sob a matrícula nº 5436-8, da função de Diretora do Centro de Educação Infantil Moisés Amaral, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 112, de 01 de fevereiro de 2019, que volta ao seu cargo inerente ao Quadro de Pessoal efetivo de PROFESSORA, vinculada a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 112, de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de setembro de 2019.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 735**

Publicação Nº 2222746

Portaria nº 735, de 16 de setembro de 2019.  
"Concede Licença Prêmio".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

### **CONCEDER**

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 06/01/2014 a 06/01/2019, a pedido do(a) servidor(a) CLAUDETE ZWANG, sob a matrícula nº 5436-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 16 de setembro de 2019 a 15 de outubro de 2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 16 de outubro de 2019, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de setembro de 2019.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 736**

Publicação Nº 2222747

Portaria nº 736, de 16 de setembro de 2019.  
"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 002/2018 e ainda considerando que: a) de acordo com a Lei Complementar nº 21/2001, e alterações; b) que os servidores, ocupantes de cargos de Professores efetivos estarem em período de férias coletivas, afastadas, remanejadas ou Licenciadas; c) que o ano letivo iniciou no dia 11 de fevereiro do corrente ano; d) de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos na EM Christa Sedlacek, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes; e) que a servidora efetiva Cátia Marcílio, lotada na EM Christa Sedlacek, está em Licença Prêmio; f) conforme reza a Lei nº 2.126/2001, Art. 2º, VIII, 3º, IV e 4º, contratação de pessoal em caráter temporário,

**RESOLVE**

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 002/2018, o(a) Sr(a) GIOVANNA FELIX LOPES CORREIA, sob a matrícula nº 62434403-1, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Christa Sedlacek, em substituição a servidora efetiva Cátia Marcílio.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2019, ou até o retorno da servidora efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.557,73 (dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, setenta e três centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 737**

Publicação Nº 2222748

Portaria nº 737, de 16 de setembro de 2019.  
"Altera carga horária de servidor efetivo"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 021, de 04 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 33, de 26 de agosto de 2003,

**RESOLVE**

Art. 1º - Alterar a carga horária a pedido do(a) servidor(a) GIOVANNA FÉLIX LOPES CORREIA, sob a matrícula nº 62434403-1, lotado(a) no cargo efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para 30 (trinta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 1.918,29 (um mil, novecentos e dezoito reais, vinte e nove centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.



**PORTARIA Nº 738**

Publicação Nº 2222749

Portaria nº 738, de 16 de setembro de 2019.  
"Altera carga horária de servidor efetivo"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 021, de 04 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 33, de 26 de agosto de 2003,

**RESOLVE**

Art. 1º - Alterar a carga horária a pedido do(a) servidor(a) SIMARA TORETTI ROCHA, sob a matrícula nº 259152-0, lotado(a) no cargo efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 2.557,73 (dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, setenta e três centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 739**

Publicação Nº 2222751

Portaria nº 739, de 16 de setembro de 2019.  
"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 002/2018 e ainda considerando que: a) de acordo com a Lei Complementar nº 21/2001, e alterações; b) que os servidores, ocupantes de cargos de Professores efetivos estarem em período de férias coletivas, afastadas, remanejadas ou Licenciadas; c) que o ano letivo iniciou no dia 11 de fevereiro do corrente ano; d) de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos no CEI Ruth Schlei, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes; e) que a servidora efetiva Nilse Filagrana, lotada no CEI Ruth Schlei, está em Licença para tratamento de Saúde; f) conforme reza a Lei nº 2.126/2001, Art. 2º, VIII, 3º, IV e 4º, contratação de pessoal em caráter temporário,

**RESOLVE**

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 002/2018, o(a) Sr(a) MARISTELA GUTZ, sob a matrícula nº 62457039-0, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ruth Schlei, em substituição a servidora efetiva Nilse Filagrana.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2019, ou até o retorno da servidora efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.694,90 (dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais, noventa centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 740**

Publicação Nº 2222755

Portaria nº 740, de 16 de setembro de 2019.  
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) MAICON BELARMINO matrícula nº 9407-02, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, relativas ao período aquisitivo de 22/05/2018 a 21/05/2019, para serem gozadas no período de 16/09/2019 a 15/10/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 16/10/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de setembro de 2019.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 741**

Publicação Nº 2222757

Portaria nº 741, de 16 de setembro de 2019.  
"Exonera a pedido do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - MARCONDES UHLMANN, sob a matrícula nº 34835-2, do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, Nível DAS-4, vinculado(a) à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 140, de 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de setembro de 2019.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 742**

Publicação Nº 2222759

Portaria nº 742, de 16 de setembro de 2019.  
"Exonera a pedido do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - DAIANA CARLA ZITKOSKI, sob a matrícula nº 620564-0, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a)

pela portaria Nº 359, de 05 de maio de 2014.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 743

Publicação Nº 2222760

Portaria nº 743, de 17 de setembro de 2019.

“Concede Adicional Noturno”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve:

### CONCEDER

Art. 1º - Adicional Noturno ao(a) servidor(a) JAIR ROBERTO BRAATZ, sob a matrícula nº 18880-2, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, vinculado(a) à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, pelo exercício de suas funções no período noturno, conforme art. 115, inciso V, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - O Adicional Noturno para o cargo será de 25 % (vinte e cinco por cento), calculado sobre o salário base do servidor.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 744

Publicação Nº 2222762

Portaria nº 744, de 17 de setembro de 2019.

“Revoga Portaria nº 546, de 01/07/2019”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

### REVOGAR

Art. 1º - A Portaria nº 546, de 01 de julho de 2019, que designou o servidor VALDENEY ANTONIO FRANÇA, sob a matrícula nº 13056-1, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE OBRAS, como auxiliar nas atribuições no CONTRAN e CETRAN, vinculados ao DEMUTRAN.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 745**

Publicação Nº 2222763

Portaria nº 745, de 17 de setembro de 2019.  
"Designa servidora para o DEMUTRAN".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora TAYLA FERNANDA CORREA, sob a matrícula nº 438987-0, ocupantes do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, para atender junto ao DEMUTRAN, para auxiliar nas atribuições definidas no Código Nacional de Trânsito – CONTRAN, PELO Conselho Estadual de trânsito – CETRAN e outros órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 746**

Publicação Nº 2222777

Portaria nº 746, de 17 de setembro de 2019.  
"Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - MARCONDES UHLMANN, sob a matrícula nº 34835-3, para exercer o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS (Retroescavadeira, Carregadeira e Trator de Pneu), Nível "V", referência "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O servidor, terá carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.199,26 (um mil, cento e noventa e nove reais, vinte e seis centavos) mensais e gratificação de produtividade, conforme item 3 do anexo I da Lei nº 2.707, de 09 de fevereiro de 2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 747**

Publicação Nº 2222797

Portaria nº 747, de 17 de setembro de 2019.  
"Nomeia servidor(a) para cargo de provimento em Comissão".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº 064, de 11 de dezembro de 2007 e Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - MARCONDES UHLMANN, sob a matrícula nº 34835-3, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO – DAS-4, vinculado a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 3.118,65 (três mil, cento e dezoito reais, sessenta e cinco centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 748

Publicação Nº 2222800

Portaria nº 748, de 17 de setembro de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) JANETE CIPRIANI matrícula nº 62409573-0, ocupante do emprego público de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, relativas ao período aquisitivo de 18/04/2018 a 17/04/2019, para serem gozadas no período de 16/09/2019 a 25/09/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 26/09/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 749

Publicação Nº 2222803

Portaria nº 749, de 17 de setembro de 2019.

“Concede progressão funcional por Tempo de Serviço”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº 021, de 04 de dezembro de 2001, Seção I e demais legislações pertinentes,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder progressão funcional por Tempo de Serviço aos profissionais da educação deste município, abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos, passando da referência salarial atual para a imediatamente superior, conforme abaixo discriminados, com os vencimentos previstos em Lei.

Nº	Matr.	Nome	Função/Nível	Ref. Anterior	Ref. Nova
01	35246-1	Tatiane Avancini Schwarzrock	Professora III	B/20	C/20

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 750

Publicação Nº 2222806

Portaria nº 750, de 17 de setembro de 2019.  
"Concede Adicional de Insalubridade".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007 e com base na Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve:

### CONCEDER

Art. 1º - Adicional de Insalubridade ao(a) servidor(a) CASSIANO ANDRE ISOLANI, sob a matrícula nº 266442-0, ocupante do emprego público de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, por realizar trabalhos e operações em contato permanente com pacientes ou com material infecto contágio, conforme Portaria nº 3.214/78-NR 15 – Anexo 14, do Ministério do Trabalho e Renda.

Art. 2º - O Adicional de Insalubridade para o cargo será de 20 % (vinte por cento), calculado sobre o salário mínimo vigente no país.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de setembro de 2019.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 751

Publicação Nº 2222826

Portaria nº 751, de 17 de setembro de 2019.  
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) ANDERSON LUIZ GALDINO DA SILVA, matrícula nº 37699-2, ocupante do emprego público de MÉDICO, relativas ao período aquisitivo de 20/01/2018 a 19/01/2019, para serem gozadas no período de 01/10/2019 a 15/10/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 16/10/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de setembro de 2019.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 752**

Publicação Nº 2222829

Portaria nº 752, de 18 de setembro de 2019.  
"Nomeia servidor(a) para emprego público".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público e Emprego Público nº 001/2017 e ainda e de conformidade com a Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1º - MARTA MARIA LAYDNER DE OLIVEIRA DE SOUZA, sob a matrícula nº 33910-0, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Nível "I", referência "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado (a) à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.297,30 (mil, trezentos e trinta e sete reais, quarenta e três centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 18 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 753**

Publicação Nº 2222835

Portaria nº 753, de 18 de setembro de 2019.  
"Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1º - SAFIRA YASMIN PASSIG HOBUS, sob a matrícula nº 260410-2, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível "II", referência "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 958,87 (novecentos e vinte e dois reais, cinquenta e dois centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1º da Lei 3101 de 07 de outubro de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 18 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 754**

Publicação Nº 2222837

Portaria nº 754, de 19 de setembro de 2019.  
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.



**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) ELRITA NASS matrícula nº 104060-1, ocupante do cargo comissionado de GERENTE DAS-5, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, para serem gozadas no período de 19/09/2019 a 03/10/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 04/10/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 19 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 755**

Publicação Nº 2222840

Portaria nº 755, de 20 de setembro de 2019.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

**EXONERAR A PEDIDO,**

Art. 1º - FRANCISCO PAES PEREIRA JUNIOR, sob a matrícula nº 62443020-0, ocupante do emprego público de ODONTÓLOGO, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da portaria nº 506 de 03 de setembro de 2018.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 20 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 756**

Publicação Nº 2222841

Portaria nº 756, de 23 de setembro de 2019.

“Nomeia servidor(a) para emprego público”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo e Emprego Público nº 001/2018 e ainda e de conformidade com a Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1º - DEBORA SCHARF, sob a matrícula nº 62457128-0, para exercer o cargo de ODONTÓLOGO, Nível “VIII”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado (a) à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 7.880,65 (sete mil, oitocentos e oitenta reais, sessenta e cinco centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 23 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 757

Publicação Nº 2222843

Portaria nº 757, de 23 de setembro de 2019.  
"Exonera a pedido do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

### EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - SERLI TEREZINHA CAMBRUSSI, sob a matrícula nº 12297-2, ocupante do emprego público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da portaria nº 098 de 06 de fevereiro de 2012.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 23 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 758

Publicação Nº 2222845

Portaria nº 758, de 24 de setembro de 2019.  
"Exonera a pedido do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

### EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - JANETE ESKELSEN, sob a matrícula nº 8249-2, ocupante do emprego público de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da portaria nº 290 de 05 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 24 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 759

Publicação Nº 2222847

Portaria nº 759, de 25 de setembro de 2019.  
"Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) MARCONDES UHLMANN, sob a matrícula nº 34835-3, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DAS-4, vinculado(a) a Secretaria de Educação Cultura e Esportes, portador(a) da CNH na categoria AD, com validade até 24/07/2022, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado

pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 25 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 760

Publicação Nº 2222848

Portaria nº 760, de 26 de setembro de 2019.

“Concede Adicional de Insalubridade”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007 e com base na Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve:

### CONCEDER

Art. 1º - Adicional de Insalubridade ao(a) servidor(a) DEBORA SCHARF, sob a matrícula nº 62457128-0, ocupante do emprego público de ODONTÓLOGO, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, por realizar trabalhos e operações em contato permanente com pacientes ou com material infecto contágio, conforme Portaria nº 3.214/78-NR 15 – Anexo 14, do Ministério do Trabalho e Renda.

Art. 2º - O Adicional de Insalubridade para o cargo será de 20 % (vinte por cento), calculado sobre o salário mínimo vigente no país.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 23 de setembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 26 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 761

Publicação Nº 2222851

Portaria nº 761, de 27 de setembro de 2019.

“Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) ODVIN KOGLIN, sob a matrícula nº 6224547-0, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVICOS, vinculado(a) a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, portador(a) da CNH na categoria AB, com validade até 14/07/2020, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 27 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 762

Publicação Nº 2222854

Portaria nº 762, de 30 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 59º, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários, a evolução funcional dos servidores e a reorganização do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama,

### RESOLVE

Art. 1º - Ficam promovidos (as) pelo critério de antiguidade, conforme prevê o Artigo 13º, inciso I, da Lei Complementar nº 064, de 11 de dezembro de 2007, os servidores efetivos abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos, passando da referência salarial, conforme abaixo discriminados, com os vencimentos previstos em Lei e seus efeitos pecuniários devem vigorar a partir de 01 de setembro de 2019.

Nº	Nome	Cargo	Nível Salarial	Ref. Anterior	Nova Ref.
1	Janete Soares da Silva	Servente/Merendeira	I	A-02	A-03

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 30 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 763

Publicação Nº 2222855

Portaria nº 763, de 30 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 59º, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários, a evolução funcional dos servidores e a reorganização do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

### RESOLVE

Art. 1º - Ficam promovidos (as) pelo critério de merecimento, conforme prevê o Artigo 13º, inciso I, da Lei Complementar nº 064, de 11 de dezembro de 2007, os servidores efetivos abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos, passando da referência salarial, conforme abaixo discriminados, com os vencimentos previstos em Lei e seus efeitos pecuniários devem vigorar a partir de 01 de setembro de 2019.

Nº	Nome	Cargo	Nível Salarial	Ref. Anterior	Nova Ref.
1	Sergio da Silva	Servente de obras e Serviços	II	A-02	A-03

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 30 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 764**

Publicação Nº 2222857

Portaria nº 764, de 30 de setembro de 2019.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

**CONCEDER**

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 13/10/2014 a 13/10/2019, a pedido do(a) servidor(a) ETAJANE RAQUEL TASSO EYERKAUFER, sob a matrícula nº 6229565-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2020 a 01 de fevereiro de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 03 de fevereiro de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 30 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 765**

Publicação Nº 2222858

Portaria nº 765, de 30 de setembro de 2019.

“Desconto de horas inativas”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE**

Art. 1º - Descontar dos servidores municipais abaixo relacionados, horas inativas em função de faltas não justificadas, conforme relação anexa.

NOME	CARGO	HORAS INATIVAS
Luciane Costa	Servente/Merendeira	16h00min
Mirian Amaral	Técnico em Enfermagem	02h00min
Suelen Luchtenberg	Professor	16h00min

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 30 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 766**

Publicação Nº 2222859

Portaria nº 766, de 30 de setembro de 2019.

"Desconto de horas inativas referentes ao ponto eletrônico".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE**

Art. 1º - Descontar dos servidores municipais abaixo relacionados, horas inativas em função de falta(s) sem justificativa(s), conforme relatório do cartão ponto do período de julho/agosto de 2019.

NOME	CARGO	HORAS INATIVAS
Alisson Verissimo Oliveira Lopes	Odontólogo	14h50min
Ana Paula Andreas de Lima	Servente de Obras e Serviços	07h37min
Ana Paula Cardoso	Agente Administrativo	00h45min
Andreia Voigt Duwe	Técnico em Enfermagem	01h16min
Barbara Moretti Heidtmann	Médico	16h00min
Carla Simone de Freitas Ferreira	Médico	01h59min
Chislân Camargo de Andrade	Farmacêutico	00h31min
Cibelle Beltramini Moraes	Fonoaudiólogo	19h39min
Claudio Jairo Henschel	Operador de Veículos	05h19min
Cristiano Zwang	Op. de Maquinas e Veículos	10h30min
Daiana Zanella	Agente Administrativo	02h23min
Deyse Karolyne Cardozo Leal	Servente/Merendeira	26h34min
Doraci Werling Braatz	Servente/Merendeira	27h00min
Elias Zondonai	Mecânico	00h21min
Elson Correa	Op. de Maquinas e Veículos	09h00min
Emanuella Matos da Silva	Psicólogo	00h36min
Eonice Maria da Silva e Silva	Gerente das-5	00h41min
Eroni Luisa Hahne Serafim	Servente/Merendeira	08h00min
Fabiana Regina Radloff	Nutricionista	01h51min
Francisco Paes Pereira Junior	Odontólogo	24h00min
Gabriela Romão dos Reis Silva	Enfermeiro	16h21min
Geovani Ambos	Servente de Obras e Serviços	09h20min
Gilson Hansen	Servente de Obras e Serviços	13h12min
Graciela de Oliveira Alves	Psicólogo	06h53min
Greize Regiane de Lima Belarmino	Servente/Merendeira	08h00min
Humberto Hank	Servente de Obras e Serviços	03h47min
Ingridy Nunes Gomes	Servente/Merendeira	08h06min
Ismael Grober	Servente de Obras e Serviços	10h13min
Jair Roberto Braatz	Servente de Obras e Serviços	01h55min
Janete Eskelsen	Técnico em Enfermagem	19h20min
Josimara Fernanda Olson	Auxiliar Odontológico	06h32min
Karine Tais de Oliveira	Servente/Merendeira	08h00min
Lee James de Souza Ramos	Médico	00h55min
Liane Bones Bilha	Servente/Merendeira	09h13min
Lilian Elizabeth Martins	Enfermeiro	00h44min
Luiz Carlos de Souza Schlichting	Operador de Veículos	00h31min
Maicon Belarmino	Servente de Obras e Serviços	07h37min
Maicon Karsten	Servente de Obras e Serviços	59h48min
Marcia Solene Ferreira	Auxiliar de Serviços Gerais	00h41min
Marco Aurelio Follador	Odontólogo	04h36min
Maria Aurea Bragança dos Santos	Odontólogo	01h39min
Maria Clara de Borba Freitas	Enfermeiro	03h15min
Maria Margaret de Souza	Servente/Merendeira	00h35min
Maria Rosane da Silva Figueiredo	Assistente Social	01h39min
Mariana Zumblick Pereira	Odontólogo	09h35min
Michelle R. K. Hilmer Bittencourt	Odontólogo	02h08min
Mirian Amaral	Técnico em Enfermagem	14h01min
Nicole Correa	Gerente das-5	00h34min
Nislene Rosenbrock Schulz	Servente/Merendeira	02h30min
Orlando de Almeida Reginato	Odontólogo	23h41min
Regina Lunelli Seola	Auxiliar de Enfermagem	08h21min
Ronan Zimmer	Agente Administrativo	01h12min
Ronibert Fiedler	Mecânico	07h03min

Rosa Zenir dos Santos	Gerente das-5	01h28min
Roseli Maria Lucas	Auxiliar Odontológico	01h19min
Rosimere Schroeder	Servente/Merendeira	06h11min
Sandra Bachmann	Agente Administrativo	00h35min
Sergio da Silva	Servente de Obras e Serviços	00h55min
Silvana Galdino da Silva	Médico	01h40min
Viviany Souza dos Santos	Servente/Merendeira	09h10min

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 30 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 767

Publicação Nº 2222862

Portaria nº 767, de 30 de Setembro de 2019.

"Relação de Atestados Médicos".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

### CONCEDER

Art. 1º - Aos funcionários Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestados médicos apresentados.

Nº	N o m e	Período do Atestado	Função	Secretaria	Dia (s)
1	Adeliria H. Penz	09/09/2019	Técnica Em enfermagem	Saúde	01
2	Adolfo Fiedler	29/08/2019	Agente Administrativo	Saúde	01
3	Adriana Grippa Radloff	11/09/2019	Diretor de Departamento	Adm.	½
4	Agnaldo Luis Bona	13/09/2019	Agente Administrativo	Adm.	01
5	Albertina da Silva	12/09/2019	Auxiliar administrativo	Adm.	15
6	Albertina da Silva	12/09/2019	Auxiliar administrativo	Adm.	½
7	Alvarita Moretto	09/09/2019	Técnico em enfermagem	Saúde	01
8	Ana P. Andreas de Lima	22/08/2019	Servente de Obras e Serviços	Obras	02
9	Ana Paula A. de Lima	30/08/2019	Servente de Obras e Serviços	Obras	½
10	Anderson L. G. da Silva	3/07/2019	Médico	Saúde	10
11	Anderson L. G. da Silva	27/08/2019	Médico	Saúde	½
12	Andreia Voigt Duwe	04/09/2019	Técnica Em enfermagem	Saúde	01
13	Andreia Voigt Duwe	05/09/2019	Técnica Em enfermagem	Saúde	01
14	Andressa Marques	16/09/2019	Auxiliar Odontológico	Saúde	01
15	Andressa Raquel Zago	16/09/2019	Professor	Educação	½
16	Andrieti Simas	28/08/2019	Servente / Merenda	Educação	01
17	Arnaldo Fuhrmann	20/08/2019	Professor	Educação	01
18	Arnaldo Fuhrmann	26/08/2019	Professor	Educação	½
19	Arnaldo Fuhrmann	28/08/2019	Professor	Educação	01
20	Arnaldo Fuhrmann	13/09/2019	Professor	Educação	½
21	Barbará Moreti Heidtmann	20/08/2019	Médico	Saúde	02
22	Barbara Moretti Heidtmann	29/08/2019	Médico	Saúde	02
23	Carmen de Souza Duarte	16/09/2019	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	½
24	Caroline A. G. de Araujo	04/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	05
25	Cátia A. Correia Spica	02/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	02
26	Cátia Andreia Correia	10/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	½
27	Cátia Andreia Correia	06/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	½
28	Cátia Andreia Correia	16/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	½
29	Cátia Day	03/09/2019	Técnica em enfermagem	Saúde	01



30	Cátia Marcilio	27/08/2019	Professor	Saúde	01
31	Chislân C. de Andrade	02/09/2019	Farmacêutico	Saúde	½
32	Cibelle Beltramini Moraes	19/08/2019	Fonoaudiólogo	Saúde	01
33	Clarice Pimenta	27/08/2019	Servente/Merendeira	Educação	01
34	Daiana Carla Zitkoski	23/08/2019	Agente Administrativo	Educação	½
35	Daiana Carla Zitkoski	30/08/2019	Agente Administrativo	Educação	½
36	Daiane Anastácio Nunes	06/09/2019	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	½
37	Daiane Anastácio Nunes	09/09/2019	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	01
38	Daiane Anastácio Nunes	11/09/2019	Agente Comunitário de saúde	Saúde	½
39	Daiane Fischer	04/09/2019	Professor	Educação	01
40	Daiane Fischer	07/09/2019	Professor	Educação	01
41	Daiane Fischer	09/09/2019	Professor	Educação	01
42	Daiane Heidemann	25/08/2019	Servente/ Merendeira	Educação	02
43	Dalva Bertoti	04/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	03
44	Dalva Bertoti	06/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	01
45	Daniel Fernandes Porto	05/09/2019	Agente Administrativo	Adm.	01
46	Daniela Azevedo	05/09/2019	Técnico em enfermagem	Saúde	01
47	Dayane Guedes Augustinho	21/08/2019	Enfermeira	Saúde	06
48	Denize Pachecne	19/08/2019	Professor	Educação	½
49	Diego Klettemberg	23/08/2019	Professor	Educação	½
50	Eder Laurindo	26/08/2019	Fiscal de Posturas	Adm.	03
51	Eliane B. Jennrich	28/08/2019	Professor	Educação	03
52	Eliane Maria Gois Koch	22/08/2019	Professor	Educação	01
53	Elias Zondonai	20/08/2019	Mecânico	Obras	½
54	Eliete de Castro	12/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	½
55	Eliete Pereira de Castro	29/08/2019	Servente/Merendeira	Educação	½
56	Elrita Nass	22/08/2019	Gerente	Saúde	½
57	Elrita Nass	05/09/2019	Gerente	Saúde	½
58	Elrita Nass	10/09/2019	Gerente	Saúde	01
59	Elrita Nass	11/09/2019	Gerente	Saúde	05
60	Erlany Laureth Borges	03/09/2019	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	½
61	Fabio Beninca	12/09/2019	Agente de Esporte	Educação	½
62	Fernanda Cristina Lach	06/08/2019	Professor	Educação	01
63	Fernanda Cristina Lach	12/09/2019	Professor	Educação	02
64	Francieli A. Bach Pudewell	27/08/2019	Professor	Educação	03
65	Francisco P. Pereira Junior	21/08/2019	Odontólogo	Saúde	01
66	Francisco P. Pereira Junior	05/09/2019	Odontólogo	Saúde	01
67	Gabriela R. Dos Reis Silva	03/09/2019	Enfermeiro	Saúde	½
68	Gerson Machota	27/08/2019	Controlador Interno	Adm.	½
69	Gilson Hansen	11/09/2019	Servente de obras e serviços	Obras	½
70	Gislene Vanderlinde	10/09/2019	Professor	Educação	½
71	Grasielli Schramm	12/09/2019	Diretor de Departamento	Saúde	½
72	Helen Cristina Cardoso	04/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	05
73	Izabel Cristina Cani Carniel	09/09/2019	Professor	Educação	04
74	Janete Eskelsen	09/09/2019	Técnico em enfermagem	Saúde	½
75	Janete Eskelsen	10/09/2019	Técnico em enfermagem	Saúde	01
76	Janete Klemz	23/08/2019	Servente/Merendeira	Educação	½
77	Jaqueline Cardoso	03/09/2019	Professor	Educação	01
78	Jean Ednei Koepsel	17/09/2019	Analista de Tec. da Info.	Adm.	½
79	Jonathan M. de Faveri	09/09/2019	Fiscal de Posturas	Adm.	01
80	Karine P. dos R. Machado	09/09/2019	Professor	Educação	03
81	Luciana Splitter	29/08/2019	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	01
82	Luciana Splitter	30/08/2019	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	01
83	Luciane Costa	26/08/2019	Servente/Merendeira	Educação	01
84	Luciane Estevo	16/09/2019	Técnico em enfermagem	Saúde	01
85	Luiz C. de S. Schlichting	10/09/2019	Operador de Veículos	Obras	02
86	Mara Bahr	28/08/2019	Servente/Merendeira	Ass. Social	02
87	Mara Bahr	11/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	½
88	Marcia Lucia Avancini	05/09/2019	Professor	Educação	15
89	Maria C. de Borba Freitas	05/09/2019	Enfermeiro	Saúde	½
90	Maria C. de Borba Freitas	17/09/2019	Enfermeiro	Saúde	01
91	Maria R. da S. Figueiredo	05/09/2019	Assistente Social	Ass. Social	½
92	Mariana Zumblick	20/08/2019	Odontólogo	Saúde	01
93	Marilda Lisboa Sant Ana	10/09/2019	Servente/merendeira	Educação	½

94	Marise Gonçalves	26/08/2019	Professor	Educação	03
95	Marli Olsson Adam	28/08/2019	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	02
96	Martin Hoppe	11/09/2019	Op. de maquinas e veículos	Obras	01
97	Michelle R. K. H. Bittencourt	19/08/2019	Odontólogo	Saúde	01
98	Michelle R. K. H. Bittencourt	28/08/2019	Odontólogo	Saúde	½
99	Michelle R. K. h. Bittencourt	11/09/2019	Odontólogo	Saúde	½
100	Naiara Roeder	02/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	01
101	Nislene Rosenbrock Schulz	27/08/2019	Servente/Merendeira	Educação	10
102	Nislene Rosenbrock Schulz	10/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	01
103	Priscila dos S. P. da Silva	30/08/2019	Diretor de Departamento	Ass. Social	½
104	Priscila dos S. P. da Silva	03/09/2019	Diretor de Departamento	Ass. Social	½
105	Priscila Santos Patrocínio	21/08/2019	Diretor de Departamento	Ass. Social	01
106	Ramiro Diego Staudinger	30/08/2019	Agente Administrativo	Adm.	01
107	Robson Luis Soares	26/08/2019	Odontólogo	Saúde	01
108	Romeu Klemz	13/09/2019	Professor	Educação	½
109	Rosa Lucia Esemann	28/08/2019	Professor	Educação	01
110	Rosa Lucia Possamai	03/09/2019	Professor	Educação	01
111	Rosangela da S. B. K. Carlos	17/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	02
112	Roseli Maria Lucas	30/08/2019	Auxiliar Odontológico	Saúde	01
113	Rosimere Schroeder	22/08/2019	Servente/Merendeira	Saúde	½
114	Sandra Bachmann	22/08/2019	Agente Administrativo	Ass. Social	01
115	Sandra Maria Secchi	30/08/2019	Diretor Departamento	Adm.	01
116	Sergio da Silva	19/08/2019	Servente de Obras e Serviços	Obras	01
117	Silvana Galdino da Silva	05/09/2019	Médico	Saúde	01
118	Sirlene A. França Junglos	12/09/2019	Professor	Educação	01
119	Sonia Margarete Dalfovo	10/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	01
120	Sonia Margarete Dalfovo	16/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	01
121	Tainara Von Zeschau	09/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	½
122	Tainara Von Zeschau	16/09/2019	Servente/Merendeira	Educação	½
123	Thaís P. da Silva Zermianni	04/09/2019	Professora	Educação	03
124	Thaís P. da Silva Zermianni	07/09/2019	Professora	Educação	01
125	Thaís P. da Silva Zermianni	09/09/2019	Professora	Educação	03
126	Viviana Jacinto de Lima	05/09/2019	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	02
127	Viviany Souza dos Santos	27/08/2019	Servente/Merendeira	Saúde	01
128	Viviany Souza dos Santos	29/08/2019	Servente/Merendeira	Saúde	½
129	Viviany Souza dos Santos	05/09/2019	Servente/Merendeira	Saúde	01
130	Viviany Souza dos Santos	06/09/2019	Servente/merendeira	Saúde	01
131	Vivina Koepsel Bambinetti	27/08/2019	Diretor de Departamento	Saúde	01
132	Total Geral				201

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 30 de setembro de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

# Ilhota

## PREFEITURA

### SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO 2017-067 - ADITIVO 002 - PR 070-2017 - COLETA, TRANSPORTE SAUDE - ECOEFICIÊNCIA

Publicação Nº 2223883

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 067/2017, FIRMADO EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88.320-000, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATANTE E DE OUTRO LADO A EMPRESA ECOEFICIÊNCIA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA-EPP, DORAVANTE DENOMINADO CONTRATADA, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: PR 070/2017.  
Contrato: 067/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – ADITIVAR O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA – A vigência do contrato ora aditado fica iniciando a sua vigência a partir do dia 01 de novembro de 2019 até 30 de novembro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA QUARTA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUINTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 11 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  
CONTRATANTE

ECOEFICIÊNCIA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA-EPP  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Lavino Miguel Nunes  
CPF: 43.7957.229-34  
Secretário de Saúde

José Adilson Ferrarezi  
CPF: 023.174.799-30  
Agente Administrativo

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2019

Publicação Nº 2223688

Câmara Municipal de Ilhota  
Estado de Santa Catarina  
Rua Bertoldo Simon, 98  
Centro - Ilhota - SC  
CEP: 88.320-000  
Fone/Fax: (047) 3343-1182 E-mail: contábil@camarailhota.sc.gov.br

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2019

CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA

CONTRATADO – Dedetizadora Santana Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 80.127.855/0001-17, com sede à Rua José Marcal Dutra, 138, bairro Fazenda, cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.



OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que abrange a desinsetização e desratização para a Câmara Municipal de Ilhota/SC.

VALOR – O contratante pagará à contratada o valor global de R\$ 900,00 (novecentos reais).

VIGÊNCIA – O presente contrato terá vigência até 11 de maio de 2020.

FUNDAMENTO LEGAL – Dispensa de Licitação nº021/2019, na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

Dotação orçamentária

01 – CAMARA MUNICIPAL DE ILHOTA

01 – CAMARA DE VEREADORES DE ILHOTA

01.031.0001.2.001 – Manutenção e Funcionamento das Atividades Legislativas

3.3.90.39.78.00.00.00 - Limpeza e Conservação

Ilhota 11 de novembro de 2019.

Juarez Antônio da Cunha  
Presidente Do Legislativo

Dedetizadora Santana Ltda ME  
Contratada

## PORTARIA 09/2019

Publicação Nº 2224179

	Câmara Municipal de Ilhota Estado de Santa Catarina Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41 Fone / Fax: (047) 3343-1182 Email: camara@ilhota.sc.gov.br	
--	--	--

PORTARIA Nº 09/2019

“CONCEDER FÉRIAS À SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal do Município de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que nos termos do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte PORTARIA;

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, relativos ao período aquisitivo de 14/07/2018 a 13/07/2019 e período de gozo de férias de 06/01/2020 a 04/02/2020, à servidora WANEISSA SCHUTZ, lotada nesta Casa de Leis, no cargo de Técnica Administrativa.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 07 de novembro de 2019.

Juarez Antônio da Cunha  
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel  
Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó  
1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Arnoldo Adriano  
2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

# Imarui

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 006/2019

Publicação Nº 2223091

#### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 006/2019

O Município de Imaruí/SC torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial – Registro de Preço, para eventual aquisição de medicamentos para as necessidades do centro ampliado do município de Imaruí/sc. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 26/11/2019 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 09h do dia 26/11/2019 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, no e-mail [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br) e no site [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br). Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 11 de novembro de 2019.

André Poluceno Viana

Secretário Municipal de Saúde

# Imbituba

## PREFEITURA

### CONTRATO 22/2019 A/00 - PROC 19/2019

Publicação Nº 2224214

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2019/22 – A/00

Contratada: NOVO HORIZONTE PROTESES EIRELI ME

CNPJ: 26.994.522/0001-40

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE PROTESES DENTARIAS PARA OS USUARIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Prazo: 29/10/2019 A 29/10/2020 Valor: R\$ 238,920,00

Fundamento: Processo nº 19/2019 Pregão nº 13/2019

Imbituba, 29 de outubro de 2019

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretaria Municipal de Saúde

Locatária

NOVO HORIZONTE PROTESES EIRELI ME

Representante legal

Locador

### CONTRATO 56/2019 A/00 - PROC 101/2019

Publicação Nº 2223821

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: Contrato PMI/SEDETUR 2019/56– A/00

Contratada: EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ: 25.526.024/0001-00

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UM PORTAL TURISTICO NA AV RENATO RAMOS DA SILVA VILA NOVA – IMBITUBA/SC.

Prazo: 21/10/2019 A 21/10/2020

Valor: R\$ 395.963,62

Fundamento: Processo nº 101/2019 Tomada de preço 11/2019

Imbituba 21 de outubro de 2019.

Carina Genovez Ferreira

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico

Contratante

EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI

Representante legal

Contratado

### DECRETO PMI Nº 199, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224176

DECRETO PMI Nº 199, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Regulamenta a Operação Verão 2019/2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no artigo 93, III e VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a autorização legislativa insculpida na Lei nº.3.427, de 23 de dezembro de 2008, que instituiu a Operação Verão;  
CONSIDERANDO que o Município de Imbituba constitui-se em destino turístico, especialmente pela crescente demanda nacional e internacional durante a estação de verão, notadamente para a região norte do Município que abriga a Praia do Rosa, integrante do Clube das Baías Mais Belas do Mundo;

CONSIDERANDO que a Administração Municipal vem empreendendo esforços com outras esferas governamentais e da sociedade empresarial

e civil para prover melhores serviços públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar as ações de controle efetivo das atividades desenvolvidas e ampliadas por ocasião da temporada de verão;

CONSIDERANDO a necessidade de manter a ordem pública, visando estabelecer condições propícias à tranquilidade da população local e dos turistas;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o período de duração da Operação Verão 2019/2020, que se estenderá de 2 de dezembro de 2019 a 17 de abril de 2020.

Art. 2º A Operação Verão 2019/2020 abrangerá a Secretarial Municipal de Infraestrutura e Saneamento, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que a coordenará.

Parágrafo único. Além das unidades organizacionais elencadas no caput, a Operação Verão 2019/2020 também contará com a participação dos seguintes órgãos e instituições:

- I. Secretaria Municipal da Fazenda;
- II. Secretaria Municipal de Administração;
- III. Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- IV. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- V. Secretaria Municipal de Saúde;
- VI. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento
- VII. Guarnição Especial da Polícia Militar de Santa Catarina em Imbituba; e
- VIII. Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em Imbituba.

Art. 3º Para atender aos preceitos do presente Decreto, fica autorizada a Secretaria Municipal de Administração, a promover as gestões necessárias à contratação temporária de servidores, principalmente para a função de fiscal, observada a estrita necessidade gerada pelo incremento de serviços, a critério dos órgãos responsáveis, na forma da Lei.

Parágrafo único. A contratação de que trata o caput tem por finalidade a execução de serviços essenciais de caráter transitório, durante o período vigência da Operação Verão 2019/2020.

Art. 4º Fica revogado o Decreto PMI nº 190, de 01 de dezembro de 2016.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 11 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

## **DECRETO PMI Nº 200, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2224210

DECRETO PMI Nº 200, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Constitui a Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93, inciso VII e Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto pelas Leis Federais n.º 8.666/93 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação, composta por 07 (sete) membros titulares, e 02 (dois) membros suplentes, que procederá ao recebimento, análise e julgamento dos processos licitatórios e documentos relativos ao cadastramento de licitantes do Município de Imbituba.

Art. 2º Os membros que irão compor a Comissão ora constituída serão: as Senhoras Emanuele Martins Ávila, Maurina Borges Silvano e Cristina Stemploski Fagundes e os Senhores Fernando Melo da Silva, Leandro Crispim de Souza, Jefferson Leal e Wagner Luiz Rausseng Olegário. Os membros suplentes serão: Os senhores Anderson Nascimento Guilherme e Rafael Freitas Pires.

§ 1º A referida comissão será presidida pela Sra. Emanuele Martins Ávila e Secretariada pelo Sr. Fernando Melo da Silva.

§ 2º Os membros suplentes atuarão na(s) ausência(s) ou impedimento de membros titulares.

§ 3º Na ausência ou impedimento do Presidente da Comissão, assumirá a função o Sr. Fernando Melo da Silva, e na função do mesmo, assumirá o Sr. Leandro Crispim de Souza.



Art. 3º À Comissão Permanente de Licitação compete privativamente:

- I – examinar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes;
- II – deliberar sobre a conveniência de aquisições de bens e serviços;
- III – receber as propostas dos participantes em licitações públicas;
- IV – proceder à análise e julgamento das propostas recebidas e abertas; e
- V – encaminhar as propostas julgadas à autoridade superior para homologação.

Art. 4º À Comissão Permanente de Licitação fará a gerência do processo licitatório da Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias Municipais nas seguintes modalidades:

- I – Concorrência Pública;
- II – Tomada de Preços;
- III – Convite;
- IV – Leilão;
- V – Dispensa de Licitação;
- VI – Inexigibilidade de Licitação;

Art. 5º O Presidente da Comissão Permanente de Licitação fica autorizado a assinar os documentos inerentes, bem como baixar os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório e ainda analisar e deferir o Certificado de Registro Cadastral - CRC, ficando o Secretário incumbido de elaborar as atas e relatórios das reuniões e dos atos praticados pelos seus membros.

Art. 6º Os Membros nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação serão gratificados pelos serviços prestados à mesma, na forma da Lei Complementar nº 4.405, de 23 de maio de 2014.

Art. 7º Fica revogado o Decreto PMI nº 062, de 02 de Maio de 2019.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 11 de novembro de 2019.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini  
Administrador

#### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 10/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019 (SANEAMENTO)**

Publicação Nº 2223750

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SANEAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2019  
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 03/2019  
LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento - SEINFRA, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 25 de NOVEMBRO de 2019, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "AQUISIÇÃO DE BLOCOS, TUBOS E TAMPAS DE CONCRETO, LAJOTAS, MEIO-FIO E CALHAS, MANTA GEOTÊXTIL, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, A SEREM UTILIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/ SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de novembro de 2019  
Gilberto Pereira  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento.

#### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 127/2019 INEXIGIBILIDADE Nº 03/2019 (PMI-SEDURB)**

Publicação Nº 2224195

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PMI - SEDURB  
Processo Nº 127/2019 Inexigibilidade Nº 03/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ARQUITETO E URBANISTA ESPECIALIZADO EM ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICO, MOTIVAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL O TOMBAMENTO E VALORES ATRIBUÍDOS AO SÍTIO URBANO CENTRAL DO MUNICÍPIO, INCLUINDO O PATRIMÔNIO MATERIAL, COM BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, O IMATERIAL E AS PAISAGENS CULTURAIS. NO CASO

DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, SE PREVÊ TAMBÉM A DETERMINAÇÃO DAS POLIGONAIS DE TOMBAMENTO E ENTORNO DOS IMÓVEIS TOMBADOS NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC (HOTEL IMBITUBA, MUSEU DA USINA E TORRES GÊMEAS).

Contratado: Dalmo Vieira Filho.

CPF: 359.349.489-20

Valor Total: 28.500,00 (Vinte e oito mil, e quinhentos reais).

Fundamento: Artigo 25, CAPUT da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Adaliany Vieira Constantino

Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDURB

#### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 128/2019 DISPENSA Nº 24/2019 (PMI-SEDURB)**

Publicação Nº 2223483

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEDURB

Processo Nº 128/2019 Dispensa Nº 24/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DIVERSOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SEDURB), CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.

Empresa: BERNADETE DA SILVA RODRIGUES - ME.

CNPJ: 00.875.563/0001-23

Valor Total: R\$ 627,00 (Seiscentos e vinte e sete reais).

Fundamento: Artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Adaliany Vieira Constantino

Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDURB

#### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 129/2019 DISPENSA Nº 25/2019 (PMI-SEDSAP)**

Publicação Nº 2223904

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEDSAP

Processo Nº 129/2019 Dispensa Nº 25/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE 200 (DUZENTOS) PROCEDIMENTOS COMPLETOS DE ESTERILIZAÇÃO {PRÉ-CIRÚRGICO, TRANS-CIRÚRGICO (TÉCNICA DO GANCHO) E PÓS-CIRÚRGICO} EFETUADOS POR PROFISSIONAL COM FORMAÇÃO TÉCNICA E EXPERIÊNCIA, NESTE CASO, NOTÓRIO SABER, VINCULADO A EMPRESA NORMAL, QUE SERVIRÃO DE ORIENTAÇÃO E APRENDIZAGEM PARA NOSSO FUNCIONÁRIO, MÉDICO VETERINÁRIO.

Empresa: INSTITUTO SOS BICHO URBANO.

CNPJ: 17.927.394/0001-20

Valor Total: 14.000,00 (Quatorze mil reais).

Fundamento: Artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Evaldo Espesim

Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca

#### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 130/2019 DISPENSA Nº 26/2019 (PMI-SEINFRA)**

Publicação Nº 2224217

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEINFRA

Processo Nº 130/2019 Dispensa Nº 26/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE ESTUDO E PROJETO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A IMPLANTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO A SER DENOMINADO ZONA AZUL NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA-SC.

Empresa: SOLUÇÕES EM TRÂNSITO KM ZERO LTDA - ME.

CNPJ: 30.393.544/0001-21

Valor Total: 14.900,00 (Quatorze mil, e novecentos reais).

Fundamento: Artigo 24, Inciso XXI da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 131/2019 DISPENSA Nº 27/2019 (PMI-SEDSAP)**

Publicação Nº 2224267

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI – SEDSAP

Processo Nº 131/2019 Dispensa Nº 27/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO DE VEÍCULO CAMIONETE SAVEIRO 2018/2019 - CABINE DUPLA - VOLKSWAGEM PLACA OKD 5749.

Empresa: KOLINA PORTO VEÍCULOS LTDA.

CNPJ: 19.201.715/0001-30

Valor Total: 746,00 (Setecentos e quarenta e seis reais).

Fundamento: Artigo 24, Inciso XVII da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Evaldo Espezim

Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 17/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019 (SEASTH)**

Publicação Nº 2223658

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASTH

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 10/2019

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através do Fundo Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação - SEASTH, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 25 de NOVEMBRO de 2019, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e suas alterações, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DA SEASTH".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de novembro de 2019

Rosiane da Silva Costa

Secretária Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação.

**INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019 SEMUSA**

Publicação Nº 2224220

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019 - SEMUSA

O presente documento trata da INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para celebração de Termo de Colaboração com a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba - RFCC.

O Inciso II do artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 de 31/07/2014, alterado pela Lei Federal nº 13.204/2015, regulamenta a questão da inexigibilidade do Chamamento Público: "Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

(...) II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando a exposição do dispositivo legal acima descrito, defiro a formalização do Termo de Colaboração junto à entidade abaixo relacionada:

Entidade: REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE IMBITUBA - RFCC

CNPJ: 82.909.227.0001/19

Endereço: Rua Nicolau Bartolomeu da Rosa Matos, 866 - Centro

Modalidade: Termo de Colaboração

Objeto: Execução de ações Educativas na Prevenção do Câncer de Colo de Útero e Mama.

Período: nov/2019 a dez/2020

Valor: até R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais).

Justificativa:

O município de Imbituba torna pública a inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31, inciso II, da Lei nº 13.019/2014, visando firmar parceria com a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba - RFCC, para a execução de Ações Educativas na Prevenção

do Câncer de Colo de Útero e Mama a população de Imbituba, em razão da inviabilidade de competição pela natureza singular do objeto, pelo fato desse tipo de ser a entidade que vem a anos desenvolvendo esta parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória, que a atividade proposta no plano de trabalho é de maneira singular, de grande importância e de interesse do Município.

Imbituba-SC, 08 de novembro de 2019.

Graciela Wiemes Ribeiro  
Secretária Municipal de Saúde

## **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2019 SEMUSA**

Publicação Nº 2224222

### **INEXIGIBILIDADE CHAMENTO PÚBLICO Nº 03/2019- SEMUSA**

O presente documento trata da INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para celebração de Termo de Colaboração com o Lanche da Amizade de Imbituba.

O Inciso II do artigo 31 da Lei Federal Nº 13.019/2014 de 31/07/2014, alterado pela Lei Federal Nº 13.204/2015, regulamenta a questão da inexigibilidade do Chamamento Público: "Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

(...) II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando a exposição do dispositivo legal acima descrito, defiro a formalização do Termo de Colaboração junto à entidade abaixo relacionada:

Entidade: Lanche da Amizade de Imbituba.  
CNPJ: 78.624.947/0001-60  
Endereço: Rua Pedro Antônio Gonçalves, 416, Vila Santo Antônio.  
Modalidade: Termo de Colaboração  
Objeto: Acompanhamento dos idosos acolhidos por profissionais de saúde na Casa de Repouso Imaculada Conceição.  
Período: nov/2019 a dez/2020  
Valor: R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

#### **Justificativa:**

O município de Imbituba torna pública a inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31, inciso II, da Lei Federal Nº 13.019/2014, visando firmar parceria com o Lanche da Amizade, para auxiliar financeiramente a execução do acompanhamento dos idosos acolhidos por profissionais de saúde na Casa de Repouso Imaculada Conceição, em razão da inviabilidade de competição pelo fato de que esta entidade há anos já vem desenvolvendo parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória, que a atividade objeto do plano de trabalho é de natureza singular, que é a única entidade no município que desenvolve a atividade proposta. Fica revogada a Justificativa de Inexigibilidade nº 001/2019 - SEMUSA

Imbituba-SC, 08 de novembro de 2019.  
Graciela Wiemes Ribeiro  
Secretária Municipal de Saúde de Imbituba

## **LEI N.º 5.090, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223722

### **LEI N.º 5.090, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Reserva aos Negros e às pessoas portadoras de deficiência vagas oferecidas nos processos seletivos e nos concursos públicos promovidos pelos órgãos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo do município de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos processos seletivos e concursos públicos promovidos pelos órgãos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo do município de Imbituba.

Art. 2º Ficam reservadas 10% (dez por cento) das vagas submetidas a processo seletivo e concurso público para classificação às pessoas portadoras de deficiência relativamente incapacitante inscritas no certame, condicionando-se a nomeação à comprovação também de que dispõem do nível mínimo de capacitação para o exercício do cargo, na forma do regulamento próprio e do edital.

Art. 3º A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total, o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros, os quais serão chamados da

seguinte forma: para cada quatro candidatos chamados da lista geral de ampla concorrência, chamar-se-á um aprovado na vaga reservada aos candidatos negros e para as próximas cinco vagas, chamar-se-á três da lista geral, um aprovado na vaga reservada para pessoa com deficiência e um candidato negro, nesta ordem, repetindo essa ordem para os próximos 10 candidatos chamados e assim sucessivamente.

Art. 4º Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 1º Na classificação final do concurso, o candidato deverá comparecer perante comissão habilitada, a ser designada pelo Chefe do órgão realizador do concurso, ou seja, pelo Chefe da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações do Poder Executivo e do Poder Legislativo, a fim de comprovar a condição de negro.

§ 2º Detectada a falsidade da declaração a que se refere este artigo, o candidato será eliminado do concurso e terá o ato de admissão anulado, caso tenha sido nomeado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 5º Os candidatos negros ou portadores de deficiência classificados nas vagas de ampla concorrência não afetarão as vagas reservadas. Parágrafo único. Na hipótese de não haver número de candidatos negros aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

Art. 6º Estas disposições relativas às cotas reservadas aos negros e a pessoas com deficiência, também se aplicam aos processos seletivos para os empregos públicos destinados a operacionalização dos programas descentralizados na área da saúde pública firmados através de convênios ou ajustes similares com o Governo Federal ou Estadual, bem como aos processos seletivos simplificados para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata o art. 37, inciso IX, da Constituição.

Art. 7º O sistema de cotas aos negros previsto nesta Lei vigorará por dez anos, cabendo à Secretaria Municipal de Administração e aos conselhos equivalentes, promover o acompanhamento permanente dos seus resultados em relação a inserção do povo negro no serviço público municipal.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei por Decreto, no que couber.

Art. 9º Esta Lei não se aplicará aos concursos cujos editais já tiverem sido publicados antes de sua entrada em vigor.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

(Assinado digitalmente)

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

(Assinado digitalmente)

## **LEI N.º 5.091, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223762

LEI N.º 5.091, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Institui a Carteira de Identificação do Autista no âmbito do município de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do município de Imbituba, a Carteira de Identificação do Autista, destinada a conferir identificação à pessoa diagnosticada com Transtorno de Espectro Autista (TEA), conforme preconiza a Lei estadual nº 17.754 de 2019.

Art. 2º A Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA) é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, com direito à assistência social.

Art. 3º A carteira de Identificação do Autista será expedida sem qualquer custo, por meio de requerimento devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou por seu representante legal, acompanhado de relatório médico, confirmando o diagnóstico com o CID 10 F84, bem como os demais documentos de identificação exigidos pelo órgão municipal competente.

Parágrafo único. A Carteira de Identificação do Autista terá validade de 5 anos, devendo ser revalidada com o mesmo número de identificação.

Art. 4º Além dos direitos da pessoa autista, já estabelecidos na Lei Federal nº 12.764 de 2012, o portador da Carteira de Identificação do Autista que trata o Art. 1º desta Lei, será beneficiário de:

I - preferência no atendimento pessoal em instituições públicas no município de Imbituba, inclusive quando representado por seu responsável legal;

II - direito de utilizar vagas de estacionamento destinadas para deficientes físicos, inclusive quando representado por seu responsável legal;  
III - gratuidade no transporte municipal de passageiros.

Art. 5º O documento de identificação de que se trata o caput do artigo 1º será expedido por órgão a ser definido em Decreto Regulamentar pelo Poder Executivo.

Art. 6º Verificada a regularidade da documentação recebida, o órgão responsável pela expedição da Carteira de Identificação do Autista, determinará sua emissão no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 dias, contados da data de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

(Assinado digitalmente)

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

(Assinado digitalmente)

## PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 338/2019

Publicação Nº 2223807

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 338/2019

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1051, de 06 de novembro de 2019, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE SUPRIMENTOS, junto a Secretaria Municipal de Administração – SEAD.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
MAURINA BORGES SILVANO	DIRETORA DE SUPRIMENTOS	507.251.579-68

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entra em exercício em 08/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 339/2019

Publicação Nº 2223822

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 339/2019

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1051, de 06 de novembro de 2019, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO, junto a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.



Nome	Cargo	CPF
DAYANE TEIXEIRA DE ESPÍNDOLA	DIRETORA DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO	096.438.399-31

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entrou em exercício em 07/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 340/2019

Publicação Nº 2224226

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PMI/SEAD Nº 340/2019

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1056, de 07 de novembro de 2019, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR ESPECIAL, junto a Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito - SEGAB.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
ISRAEL DE SOUSA COSTA	ASSESSOR ESPECIAL	046.734.569-47

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, o servidor entra em exercício em 12/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEDUCE N. 04/2019

Publicação Nº 2224159

PORTARIA PMI/SEDUCE Nº. 04, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Estabelece horário especial de expediente na Biblioteca Pública Municipal Cônego Itamar Luiz da Costa.

O SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o horário especial de expediente na Biblioteca Pública Municipal Cônego Itamar Luiz da Costa durante os meses de novembro à dezembro de 2019 e janeiro à maio de 2020;

§1º Durante o período previsto a biblioteca funcionará às segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, das 13 horas às 19 horas e às terças-feiras e quintas-feiras, das 7 horas às 13 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Imbituba, 08 de novembro de 2019.  
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### EDITAL CMI Nº 004/2019

Publicação Nº 2224286

EDITAL CMI Nº 004/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, Vereador Roberto Luiz Rodrigues, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pela alínea a do inciso XIX do Art. 35 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba, CONVOCA, na forma do Art. 53, §§ 3º e 4º, da Lei Orgânica Municipal, os Senhores Vereadores em atividade para 01 (uma) Sessão Extraordinária, a ser levada a efeito no dia 18 de novembro de 2019, segunda-feira, no recinto da Sala de Sessões da Câmara Municipal de Imbituba, sediada nesta cidade, na Rua Ernani Cotrin, nº 555 – centro, com início às 18:30 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

Projeto de Lei nº 5.182/2019 - Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Imbituba para o Exercício de 2020. Origem: Executivo Municipal. (1ª Discussão e 1ª Votação)

E, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, nesta data, o qual foi dado ciência a todos os interessados.

Imbituba, 11 de novembro de 2019.

Roberto Luiz Rodrigues
------------------------

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba
--

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1764/19

Publicação Nº 2222711

. DECRETO Nº 1764/19

. De 11 de novembro de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2019 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.620/18,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 75.442,28 (SETENTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.002.0012.0365.0005.1224.34490000000000000000	01325410	75.442,28

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO 004 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2019

Publicação Nº 2223908

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 004 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2019

FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 75.415.075/0002-13, estabelecida à RUA MARCIONILO DOS SANTOS, nº 1426 – Bairro CORTICEIRA, no município de Guaramirim – Santa Catarina.

OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Termo aditivo, visa o reequilíbrio econômico financeiro, tem por objetivo o realinhamento de preços do item 1 do Lote único da presente Ata de Registro de preços.

VALOR UNITÁRIO: R\$ 3,362.

DATA DA ASSINATURA: 11/11/2019.

### PORTARIA Nº 1992/19

Publicação Nº 2224088

PORTARIA Nº 1992/19

De 18 de outubro de 2019

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Tania Teresinha Molinari Vogel

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 15 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2005/2010 à servidora Tania Teresinha Molinari Vogel, ocupante do cargo de Agente Educacional do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 15 de outubro de 2019 a 13 de novembro de 2019;
- 30 (trinta) dias em pecúnia e pagos em folha de pagamento do mês de fevereiro de 2012;

- 30 (trinta) dias em pecúnia e pagos em folha de pagamento do mês de novembro de 2010.

Prefeitura de Indaial, em 18 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

## **PORTARIA Nº 1999/19**

Publicação Nº 2223981

PORTARIA Nº 1999/19

De 18 de outubro de 2019

Promoção por acesso e passagem automática /

Catiúcia Alves Lorenzi

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008, Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011, alterações e demais dispositivos legais em vigor, inciso IV do artigo 67 da Lei 9394/96 – LDB e considerando resposta ao requerimento da servidora, confeccionada pela Secretaria de educação em 16 de outubro de 2019, RESOLVE:

Promover, por acesso e passagem automática da categoria funcional da servidora, Catiúcia Alves Lorenzi, ocupante do cargo de Professora Nível B para a Categoria de Professora Nível C, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 01 de outubro de 2019, tendo em vista comprovação para habilitação do cargo.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 18 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

## **PORTARIA Nº 2000/19**

Publicação Nº 2223990

PORTARIA Nº 2000/19

De 18 de outubro de 2019

Promoção por acesso e passagem automática /

Manoel Tavares Filho

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008, Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011, alterações e demais dispositivos legais em vigor, inciso IV do artigo 67 da Lei 9394/96 – LDB e considerando resposta ao requerimento da servidora, confeccionada pela Secretaria de educação em 16 de outubro de 2019, RESOLVE:

Promover, por acesso e passagem automática da categoria funcional do servidor, Manoel Tavares Filho, ocupante do cargo de Professor Nível B para a Categoria de Professor Nível C, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 01 de outubro de 2019, tendo em vista comprovação para habilitação do cargo.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 18 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 2001/19**

Publicação Nº 2223995

PORTARIA Nº 2001/19  
De 18 de outubro de 2019  
Promoção por acesso e passagem automática /

Luana Stédile Wanzuita

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008, Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011, alterações e demais dispositivos legais em vigor, inciso IV do artigo 67 da Lei 9394/96 – LDB e considerando resposta ao requerimento da servidora, confeccionada pela Secretaria de educação em 16 de outubro de 2019, RESOLVE:

Promover, por acesso e passagem automática da categoria funcional da servidora, Luana Stédile Wanzuita, ocupante do cargo de Professora Nível B para a Categoria de Professora Nível C, do quadro de pessoal desta Prefeitura, surtindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2019, tendo em vista comprovação para habilitação do cargo.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 18 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN  
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 2002/19**

Publicação Nº 2224003

PORTARIA Nº 2002/19  
De 18 de outubro de 2019  
Promoção por acesso e passagem automática /

Giseli da Cruz Rosa Dalaqua

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008, Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011, alterações e demais dispositivos legais em vigor, inciso IV do artigo 67 da Lei 9394/96 – LDB e considerando resposta ao requerimento da servidora, confeccionada pela Secretaria de educação em 16 de outubro de 2019, RESOLVE:

Promover, por acesso e passagem automática da categoria funcional da servidora, Giseli da Cruz Rosa Dalaqua, ocupante do cargo de Professora Nível B para a Categoria de Professora Nível C, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 01 de outubro de 2019, tendo em vista comprovação para habilitação do cargo.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 18 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN  
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 2012/19**

Publicação Nº 2224091

PORTARIA Nº 2012/19  
De 21 de outubro de 2019  
Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Simoni Sardagna dos Santos

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 30 de setembro de 2019, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2013/2018 à servidora Simoni Sardagna dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias a serem usufruídos a partir de 01 de novembro de 2019 a 30 de novembro de 2019;
- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 21 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

## **PORTARIA Nº 2013/19**

Publicação Nº 2224074

PORTARIA Nº 2013/19

De 21 de outubro de 2019

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Beatriz Metzner Mathiussi

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 07 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2008/2013 à servidora Beatriz Metzner Mathiussi, ocupante do cargo de Professora do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias a serem usufruídos a partir de 01 de novembro de 2019 a 30 de novembro de 2019;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 18 de janeiro de 2016 à 16 de fevereiro de 2016;
- 30 (trinta) dias a serem usufruídas em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 21 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

## **PORTARIA Nº 2017/19**

Publicação Nº 2224110

PORTARIA Nº 2017/19

De 22 de outubro de 2019

Concede Folga Compensatória

Rafael dos Santos

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, Decreto nº 1028 de 09 de abril de 2019 e considerando a Comunicação Interna nº 177G/2019, confeccionada pelo servidor em 17 de outubro de 2018 e Declaração confeccionada pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina, Juízo da 15ª Zona Eleitoral – Indaial/SC em 23 de outubro de 2018, RESOLVE:

Conceder folga compensatória nos dias 24 e 25 de outubro de 2019, ao servidor Rafael dos Santos, ocupante do cargo de Monitor Social em virtude de serviços prestados por motivo de convocação da Justiça Eleitoral, nos moldes de resolução do TSE.

Prefeitura de Indaial, em 22 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

KATIUSCIA SIMONE HARBS  
Secretária de Desenvolvimento Social

JOSILENE DARUGNA  
Diretora de Gestão de Pessoal

## PORTARIA Nº 2028/19

Publicação Nº 2224108

PORTARIA Nº 2028/19  
De 23 de outubro de 2019  
Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família/

Roberta Regina Coelho Lopes

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei complementar 105/10, artigos 80 e 88 § 7º, alterados pela Lei Complementar nº 223 de 17 de abril de 2019 e demais dispositivos legais em vigor, como também CONSIDERANDO o atestado médico anexo do Dr. Carlos E. E. Hirano, CRM/SC 4.844 de 22 de outubro de 2019. RESOLVE:

Prorrogar 15 (quinze) dias, conforme Lei Complementar nº 223, artigo 80, parágrafo único, a Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família da servidora Roberta Regina Coelho Lopes, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche do quadro de pessoal desta Prefeitura, para acompanhamento de seu filho Vinícius Coelho Martins, a partir do dia 22 de outubro de 2019 à 05 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 23 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN  
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA  
Diretora de Gestão de Pessoal

## PORTARIA Nº 2029/19

Publicação Nº 2224104

PORTARIA Nº 2029/19  
De 23 de outubro de 2019  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família/

Cláudia Fátima Bartzen Porto

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei complementar 105/10, artigos 80 e 88 § 7º, alterados pela Lei Complementar nº 223 de 17 de abril de 2019 e demais dispositivos legais em vigor, como também CONSIDERANDO o atestado médico anexo do Dr. Roger Kruger de Lima, CRM/SC 22.116 de 23 de outubro de 2019. RESOLVE:

Homologar 10 (dez) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora, Cláudia Fátima Bartzen Porto, ocupante do cargo de Professora do quadro de pessoal desta Prefeitura, para acompanhamento de seu pai José Tarcísio Bartzen, do dia 23 de outubro de 2019 a 01 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 23 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN  
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 2030/19**

Publicação Nº 2224097

PORTARIA Nº 2030/19

De 23 de outubro de 2019

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família/

Karin Cristiane Pinto

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei complementar 105/10, artigos 80 e 88 § 7º, alterados pela Lei Complementar nº 223 de 17 de abril de 2019 e demais dispositivos legais em vigor, como também CONSIDERANDO o atestado médico anexo da Dra. Ana Isadora Pianowski, CRM/SC 25.917 de 25 de setembro de 2019. RESOLVE:

Homologar 03 (três) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora, Karin Cristiane Pinto, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche do quadro de pessoal desta Prefeitura, para acompanhamento de seu filho Bruno Henrique Pinto Zuqui, do dia 25 de setembro de 2019 à 27 de setembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 23 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 2036/19**

Publicação Nº 2224067

PORTARIA Nº 2036/19

De 23 de outubro de 2019

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família/

Gislaine Niezer Ruthes

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei complementar 105/10, artigos 80 e 88 § 7º, alterados pela Lei Complementar nº 223 de 17 de abril de 2019 e demais dispositivos legais em vigor, como também CONSIDERANDO o atestado médico anexo do Dr. João José Heinzen, CRM/SC 3.393 de 21 de outubro de 2019. RESOLVE:

Homologar 10 (dez) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora, Gislaine Niezer Ruthes, ocupante do cargo de Enfermeira IV do quadro de pessoal desta Prefeitura, para acompanhamento de seu filho Bernardo N. Ruthes, do dia 21 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 23 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 2047/19**

Publicação Nº 2224011

PORTARIA Nº 2047/19

De 25 de outubro de 2019

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Desenvolvimento Social

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto nº 367/17 de 24 de março de 2017, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão



na Secretaria Municipal de Assistência Social e considerando Portaria nº 15, confeccionada pela Secretaria de Desenvolvimento Social em 24 de outubro de 2019, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com efeitos ao período de 01 de novembro de 2019 até 30 de novembro de 2019 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Janete Araújo Cezarotto	Assistente Social	02,03,09 e 10 (24 horas); 01,04,05,06,07 e 08 (das 17:01 h/s às 7:59 h/s)
Adriana Knopp Tridapalli	Assistente Social	15,16 e 17 (24 horas); 11,12,13,14,18,19 e 20(das 17:01 h/s às 7:59 h/s)
Joelma Meneghelli	Assistente Social	23,24 e 30 (24 horas); 21,22,25,26,27,28 e 29(das 17:01 h/s às 7:59 h/s)
Regivaldo Paz Alves	Motorista	15,16,17,23 e 24 (24 horas); 18,19,20,21 e 22 (das 17:01 h/s às 7:59 h/s)
Leopoldo da Cruz	Motorista	30 (24 horas); 25,26,27,28 e 29(das 17:01 h/s às 7:59 h/s)
Leonel Alves de Souza	Motorista	09 e 10 (24 horas); 08,11,12,13 e 14 (das 17:01 h/s às 7:59 h/s)
Denis Francionei Zunino	Motorista. Micro-ônibus	02 e 03 (24 horas); 01,04,05,06 e 07 (das 17:01 h/s às 7:59 h/s)

Prefeitura Municipal de Indaial em 25 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

KATIUSCIA SIMONE HARBS

Secretária de Assistência Social

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

## PORTARIA Nº 2048/19

Publicação Nº 2224095

PORTARIA Nº 2048/19

De 25 de outubro de 2019

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família/

Adriane Cristina Carlini

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei complementar 105/10, artigos 80 e 88 § 7º, alterados pela Lei Complementar nº 223 de 17 de abril de 2019 e demais dispositivos legais em vigor, como também CONSIDERANDO o atestado odontológico anexo do Dr. Eduardo Wayhs Matte, CRM/SC 5.573 de 24 de outubro de 2019. RESOLVE:

Homologar 10 (dez) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora, Adriane Cristina Carlini, ocupante do cargo de Professora do quadro de pessoal desta Prefeitura, para acompanhamento de seu filho Vinicius Gabriel Cani, do dia 24 de outubro de 2019 à 02 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 25 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 2051/19**

Publicação Nº 2224019

PORTARIA Nº 2051/19

De 25 de outubro de 2019

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 1.406/15 de 20 de maio de 2015, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando Comunicação Interna nº 41/19 confeccionada pela Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária em 25 de outubro de 2019, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Sanitária com efeitos ao período de 01 de novembro de 2019 até 30 de outubro de 2019 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Daniel Reis Pedroso de Albuquerque	Fiscal de Saúde	23,24 e 30 (24 horas/cada); 20,21,22,25,26,27,28 e 29 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Guilherme Luiz Ventura	Fiscal de Saúde	02,03,09 e 10 (24 horas/cada); 01,04,05,06,07 e 08 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Luci Marques	Técnica Sanitarista	02,03,09 e 10 (24 horas/cada); 01,04,05,06,07 e 08 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Paulo Ricardo Dornelles	Fiscal de Saúde	15,16 e 17 (24 horas/cada); 11,12,13,14,18 e 19 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Luciana Pinto Brassiani	Fiscal de saúde	23,24 e 30 (24 horas/cada); 20,21,22,25,26,27,28 e 29 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Melita Gunther Kalk	Fiscal de Saúde	15,16 e 17 (24 horas/cada); 11,12,13,14,18 e 19 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Rogério Brassiani	Fiscal de Saúde	02,03,09,10,15,16,17,23,24 e 30 (24 horas/cada); 01,04,05,06,07,08,11,12,13,14,18,19,20,21,22,25,26,27,28 e 29 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).

Prefeitura Municipal de Indaial em 25 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 77/19**

Publicação Nº 2223433

. PORTARIA Nº 77/19

. De 11 de novembro de 2019

Instaura Processo Administrativo para Apuração de Legalidade de Pagamento de Verba.

IZAIRA FERREIRA DA SILVA DA LUZ

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII e artigo 92 da Lei Complementar 105/10 e, considerando o avanço da Tabela sem a devida previsão, conforme a Lei Complementar 113/11,

RESOLVE,

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo para apuração da legalidade do pagamento de verba, a servidora IZAIRA FERREIRA DA SILVA DA LUZ, referente a Promoção da Carreira prevista no inciso II, do artigo 13, constante das Tabela dos Anexos XV da Lei Complementar 113/11.

Art. 2º - Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoal que adote as providências cabíveis a fim de suspender o pagamento das verbas recebidas a maior, efetuando o enquadramento na Folha de pagamento da servidora no Nível E05018.

Art.3º - Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoal que notifique a servidora IZAIRA FERREIRA DA SILVA DA LUZ, para que em 10 (dez) dias se manifeste a respeito da suspensão do pagamento dos valores citados nos artigos anteriores.

Gabinete do Prefeito, em 11 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

**PORTARIA Nº 78/19**

Publicação Nº 2223434

. PORTARIA Nº 78/19  
. De 11 de novembro de 2019

Instaura Processo Administrativo para Apuração de Legalidade de Pagamento de Verba.  
CECILIA PEREIRA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII e artigo 92 da Lei Complementar 105/10 e, considerando o avanço da Tabela sem a devida previsão, conforme a Lei Complementar 113/11,

RESOLVE,

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo para apuração da legalidade do pagamento de verba, a servidora CECILIA PEREIRA, referente a Promoção da Carreira prevista no inciso II, do artigo 13, constante das Tabela dos Anexos XV da Lei Complementar 113/11.

Art. 2º - Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoal que adote as providências cabíveis a fim de suspender o pagamento das verbas recebidas a maior, efetuando o enquadramento na Folha de pagamento da servidora no Nível E05018.

Art.3º - Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoal que notifique a servidora CECILIA PEREIRA, para que em 10 (dez) dias se manifeste a respeito da suspensão do pagamento dos valores citados nos artigos anteriores.

Gabinete do Prefeito, em 11 de novembro de 2019.

André Luiz Moser  
Prefeito  
Cumpra-se.

**PORTARIA Nº 79/19**

Publicação Nº 2223436

. PORTARIA Nº 79/19  
. De 11 de novembro de 2019

Instaura Processo Administrativo para Apuração de Legalidade de Pagamento de Verba.  
MIRTES TEREZINHA DALFOVO MERINI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII e artigo 92 da Lei Complementar 105/10 e, considerando o avanço da Tabela sem a devida previsão, conforme a Lei Complementar 113/11,  
RESOLVE,

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo para apuração da legalidade do pagamento de verba, a servidora MIRTES TEREZINHA DALFOVO MERINI, referente a Promoção da Carreira prevista no inciso II, do artigo 13, constante das Tabela dos Anexos XV da Lei Complementar 113/11.

Art. 2º - Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoal que adote as providências cabíveis a fim de suspender o pagamento das verbas recebidas a maior, efetuando o enquadramento na Folha de pagamento da servidora no Nível E05018.

Art.3º - Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoal que notifique a servidora MIRTES TEREZINHA DALFOVO MERINI, para que em 10 (dez) dias se manifeste a respeito da suspensão do pagamento dos valores citados nos artigos anteriores.

Gabinete do Prefeito, em 11 de novembro de 2019.

André Luiz Moser  
Prefeito  
Cumpra-se.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 236/2019**

Publicação Nº 2222662

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 236/2019  
Edital de Pregão Presencial nº 091/2019-10430  
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de linha industrial para as cozinhas das Escolas e Unidades de Educação Infantil do Município de Indaial - Exclusiva para ME e EPP.

Entrega dos envelopes: 29/11/2019 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 29/11/2019 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 237/2019**

Publicação Nº 2222663

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 237/2019  
Edital de Inexigibilidade nº 014/2019-28983

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de serviço da violinista Débora Keline da Silva Amorim para os concertos natalinos da FIC no XXVI Natal em Indaial.

Entrega dos envelopes: 12/11/2019

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

SALDO RECURSOS OUTUBRO - DEMUTTIN

Publicação Nº 2222921

Pág 1 / 1

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
Gestão Patrimonial e Contábil  
Saldo Bancário por Destinação de Recursos  
Período: 01/10/2019 até: 31/10/2019 Apenas contas com movimento: Sim



Reduzido	Conta/Fonte	Descrição	Banco	Agência	C/C	Saldos		Movimentos		SALDO ATUAL
						de Abertura	Período Ant.	Entrada	Saída	
985	111119005101250000	B. brasil S/a - Pmi/trânsito 45002-2	1	928	45002-2	9.852,35	173.952,35	197.652,57	208.492,88	172.964,39
	01100000	Convênio de Trânsito - Militar				0,00	27.570,71	25.944,66	27.570,71	25.944,66
	01110000	Convênio de Trânsito - Civil				0,00	27.570,71	25.944,66	27.570,71	25.944,66
	01120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura				6.896,63	121.766,65	145.763,25	153.351,46	121.075,07
	03100000	Convênio de Trânsito - Militar - E.A.				1.477,86	(1.477,86)	0,00	0,00	0,00
	03110000	Convênio de Trânsito - Civil - E.A.				1.477,86	(1.477,86)	0,00	0,00	0,00

Código	Descrição	Saldo Atual
01100000	Convênio de Trânsito - Militar	25.944,66
01110000	Convênio de Trânsito - Civil	25.944,66
01120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura	121.075,07
03100000	Convênio de Trânsito - Militar - E.A.	0,00
03110000	Convênio de Trânsito - Civil - E.A.	0,00
Total Geral		172.964,39

SALDO RECURSOS SETEMBRO - DEMUTTIN

Publicação Nº 2222916

Pág 1 / 1

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
Gestão Patrimonial e Contábil  
Saldo Bancário por Destinação de Recursos  
Período: 01/09/2019 até: 30/09/2019 Apenas contas com movimento: Sim



Reduzido	Conta/Fonte	Descrição	Banco	Agência	C/C	Saldos		Movimentos		SALDO ATUAL
						de Abertura	Período Ant.	Entrada	Saída	
985	111119005101250000	B.brASIL S/a - Pmi/trânsito 45002-2	1	928	45002-2	9.852,35	159.225,87	214.877,59	200.151,11	183.804,70
	01100000	Convênio de Trânsito - Militar				0,00	25.335,21	27.570,71	25.335,21	27.570,71
	01110000	Convênio de Trânsito - Civil				0,00	25.335,21	27.570,71	25.335,21	27.570,71
	01120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura				6.896,63	111.511,17	159.736,17	149.480,69	128.663,28
	03100000	Convênio de Trânsito - Militar - E.A.				1.477,86	(1.477,86)	0,00	0,00	0,00
	03110000	Convênio de Trânsito - Civil - E.A.				1.477,86	(1.477,86)	0,00	0,00	0,00

Código	Descrição	Saldo Atual
01100000	Convênio de Trânsito - Militar	27.570,71
01110000	Convênio de Trânsito - Civil	27.570,71
01120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura	128.663,28
03100000	Convênio de Trânsito - Militar - E.A.	0,00
03110000	Convênio de Trânsito - Civil - E.A.	0,00
Total Geral		183.804,70

**CÂMARA MUNICIPAL****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2019 - TERMO DE DISPENSA Nº 20/2019**

Publicação Nº 2224278

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Câmara Municipal de Indaial torna público:  
Dispensa de Licitação nº 20/2019.  
Objeto: Aquisição de materiais hidráulicos.  
Contratada: Tomio Acabamentos LTDA.  
Valor: R\$1.460,00 (um mil, quatrocentos e sessenta reais)  
Data: 11/11/2019.  
Prazo: entrega dos produtos em até 7 (sete) dias úteis após o efetivo pedido.  
Vencimento: 31/12/2019.  
Base legal: Artigo 24, II, da Lei nº 8.666/1993 c/c Decreto 9.412/2018.

Flávio Augusto Ferri Molinari  
Presidente da Mesa Diretora  
Câmara Municipal de Indaial

O documento original encontra-se disponível para consulta na unidade demandante desta publicação.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 31/2019 - TERMO DE DISPENSA Nº 20/2019**

Publicação Nº 2224279

**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Nesta data, tendo em vista que estão preenchidos os requisitos legais e de mérito, homologo o Processo Licitatório nº 31/2019 – Dispensa de Licitação nº 20/2019, e adjudico à Tomio Acabamentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.011.845/0001-06, o objeto do presente processo, no valor de R\$1.460,00 (um mil, quatrocentos e sessenta reais).  
Publique-se.

Indaial (SC), 12 de novembro de 2019.  
Flávio Augusto Ferri Molinari  
Presidente da Mesa Diretora  
Câmara Municipal de Indaial



# Iomerê

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2019

Publicação Nº 2223429

#### MUNICÍPIO DE IOMERÊ

#### Edital de Pregão Presencial nº 42/2019

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 42/2019 para elaboração de projetos. A abertura das propostas se dará no dia 26/11/2019 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 11 de novembro de 2019.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

# Ipira

## PREFEITURA

### CONTRATO 158/2019-PMI

Publicação Nº 2222868

08/11/2019 08/01/2020 08/11/2019 2598 158/2019 0 1 "REF: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORAMENTO NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IPIRA, TENDO COMO REFERÊNCIAS: BNCC, AS DIRETRIZES CURRICULARES DA AMAUC E O CURRÍCULO BASE DO TERRITÓRIO CATARINENSE.

CONFORME CONTRATO Nº 158/2019" 4500,00 102294 CLAUDIA MARIA DA CRUZ J 1 0 0 1613 36 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATO 159/2019-PMI

Publicação Nº 2224111

11/11/2019 06/11/2020 11/11/2019 2019 65 2599 159/2019 0 1 Execução de obra de pavimentação asfáltica das Ruas José Broetto, Rua 30 de Janeiro e Rua 07 de Janeiro, em atenção ao Processo nº 17944.100012/2018-13 - Operação de Crédito BADESC 334459,65 102741 VIAPAVI OBRAS E SERVICOS LTDA J 1 146 2019 0 39 C 0 0 4 TP 5 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

**CT. 079-2019**

Publicação Nº 2223031

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC  
EXTRATO CONTRATO Nº 079/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2019

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

DO VALOR TOTAL: R\$ 2.880,00 (Dois mil, oitocentos e oitenta reais).

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste.

DO CONTRATADO: A.R.S. CALÇADOS E LIMPEZA EIRELI.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será da data de sua assinatura até o dia 13 de Dezembro de 2019.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondaí/SC

Iporã do Oeste/SC, 11 de Novembro de 2019.

LUCIO MALLMANN

Prefeito Municipal.

# Ipumirim

## PREFEITURA

### ATO CONVOCATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA SELEÇÃO POR NÍVEL DE TITULAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA PARA CARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.

Publicação Nº 2222882

1. De acordo com o edital 03/2019 de 13 de fevereiro 2019, estamos convocando para o Ato Convocatório de contratação temporária seleção por nível de titulação, candidatos interessados em assumir cargo/função segundo vaga descrita no quadro a seguir por ter sido esgotada as chamadas do Processo Seletivo Edital nº 08/2018, respeitando todos os critérios e pré-requisitos previstos no Edital nº 003/2019

#### 2. Quadro de Vagas

Cargo/Função	Cronograma de Horário
Professor de Educação Infantil Pré-Escolar Carga horária 20 h. Turno Vespertino Unidade Escolar: NEM Professor Claudino Locatelli	14 horas

3. Os interessados na vaga devem comparecer na Secretaria Municipal de Educação, Rua Bento Gonçalves, 220 – Ipumirim/SC Quarta - feira (13/11/2019), de acordo com o cronograma de horário especificado acima, obrigatoriamente munido de documentos descritos no edital 03/2019.

Ipumirim/SC, 11 de novembro de 2019.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito

# Iraceminha

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 087 A 088/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2222674

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 087/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada...: MARIA TERESINHA RODRIGUES WAGNER

Valor ..... : 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 08/11/2019 Término: 31/12/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Constitui o objeto do presente Contrato, a compra por parte da Municipalidade e a venda da parte do contratado de 675 (Seiscentos e setenta e cinco) metros cúbicos de cascalho de excelente qualidade, a R\$ 2,00 (dois reais) cada metro cúbico, perfazendo o total de R\$ 1.350,00 (Um mil trezentos e cinquenta reais), em cascalheira situada próxima a sede do município, para utilização na recuperação das estradas do município de Iraceminha.

Iraceminha, 11 de Novembro de 2019

Contrato Nº.: 088/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada...: SILVIO JOAO STUMM

Valor ..... : 4.000,00 (quatro mil reais)

Vigência ..... : Início: 11/11/2019 Término: 31/12/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Constitui o objeto do presente Contrato, a compra por parte da Municipalidade e a venda da parte do contratado de 2.000 (Dois Mil) metros cúbicos de cascalho de excelente qualidade, a R\$ 2,00 (dois reais) cada metro cúbico, perfazendo o total de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), em cascalheira situada próxima a sede do município, para utilização na recuperação das estradas do município de Iraceminha.

Iraceminha, 11 de Novembro de 2019

### EXTRATO DE CONTRATO 089 A 091/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2223662

Contrato Nº.: 089/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada...: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERACAO SOLIDAR

Valor ..... : 1,00 (um real)

Vigência ..... : Início: 11/11/2019 Término: 11/11/2022

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Credenciar as Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito interessadas em liberar empréstimos para empresas deste município, onde o município subsidiaria os juros dos financiamentos, tomadas pelas Empresas, até o limite do percentual mensal de 1,4% (Hum vírgula quatro por cento) sendo que as empresas poderão financiar até 70% do seu valor adicionado no exercício imediatamente anterior, e ou 100% do ISS recolhido no exercício imediatamente anterior ao pedido do benefício.

Iraceminha, 11 de Novembro de 2019

Contrato Nº...: 090/2019  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA  
 Contratada...: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCI  
 Valor ..... : 1,00 (um real)  
 Vigência ..... : Início: 11/11/2019 Término: 11/11/2022  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2019  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Credenciar as Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito interessadas em liberar empréstimos para empresas deste município, onde o município subsidiaria os juros dos financiamentos, tomadas pelas Empresas, até o limite do percentual mensal de 1,4% (Hum vírgula quatro por cento) sendo que as empresas poderão financiar até 70% do seu valor adicionado no exercício imediatamente anterior, e ou 100% do ISS recolhido no exercício imediatamente anterior ao pedido do benefício.

Iraceminha, 11 de Novembro de 2019

Contrato Nº...: 091/2019  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA  
 Contratada...: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE SAO MIGUEL DO OEST  
 Valor ..... : 1,00 (um real)  
 Vigência ..... : Início: 11/11/2019 Término: 11/11/2022  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2019  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Credenciar as Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito interessadas em liberar empréstimos para empresas deste município, onde o município subsidiaria os juros dos financiamentos, tomadas pelas Empresas, até o limite do percentual mensal de 1,4% (Hum vírgula quatro por cento) sendo que as empresas poderão financiar até 70% do seu valor adicionado no exercício imediatamente anterior, e ou 100% do ISS recolhido no exercício imediatamente anterior ao pedido do benefício.

Iraceminha, 11 de Novembro de 2019

## PORTARIA Nº 286/2019, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2223058

PORTARIA Nº 286/2019, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 087/2018 e Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

### RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER Licença por motivo de doença em pessoa da família – FILHA, conforme Art. 118 da Lei Complementar Municipal nº 086/2018, por 30 (TRINTA) dias a Sra. SOLANGE MARIA BERTOLDO BULEGON, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes. A PARTIR DESTA DATA, conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 08 de Novembro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

**TERMO HOMOLOGAÇÃO IL 05/2019**

Publicação Nº 2223266

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</b>  CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 5/2019 - IL</b>  Processo Administrativo: 62/2019 Processo de Licitação: 62/2019 Data do Processo: 22/10/2019
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, JEAN CARLOS NYLAND, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 62/2019  
b) Licitação Nr.: 5/2019-IL  
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação  
d) Data Homologação: 11/11/2019  
e) Objeto da Licitação Credenciar as Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito interessadas em liberar empréstimos para empresas deste município, onde o município subsidiara os juros dos financiamentos, tomadas pelas Empresas, até o limite do percentual mensal de 1,4% (Hum vírgula quatro por cento) sendo que as empresas poderão financiar até 70% do seu valor adicionado no exercício imediatamente anterior, e ou 100% do ISS recolhido no exercício imediatamente anterior ao pedido do benefício.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCI (4869)**

1 Credenciar as Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito interessadas em liberar empréstimos para empresas deste município, onde o município subsidiara os juros dos financiamentos, tomadas pelas Empresas, até o limite do percentual mensal de 1,4% (Hum vírgula quatro por cento) sendo que as empresas poderão financiar até 70% do seu valor adicionado no exercício imediatamente anterior, e ou 100% do ISS recolhido no exercício imediatamente anterior ao pedido do benefício, tendo como limites máximos os seguintes valores: I - para Indústrias e agroindústrias até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); II - para Comércio até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); III - para Prestadores de Serviço até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);	UN	1,00	0,0000	1,00	1,00
--	----	------	--------	------	------

**Total do Fornecedor: 1,00**

Iraceminha, 11 de Novembro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</b>  <b>CNPJ: 80.623.606/0001-12</b> <b>RUA DONA PAULINA, 780</b> <b>C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC</b>	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b>  <b>Nr.: 5/2019 - IL</b>  <b>Processo Administrativo: 62/2019</b> <b>Processo de Licitação: 62/2019</b> <b>Data do Processo: 22/10/2019</b>
Folha: 2/2	

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERACAO SOLIDAR (5089)

1 Credenciar as Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito interessadas em liberar empréstimos para empresas deste município, onde o município subsidiara os juros dos financiamentos, tomadas pelas Empresas, até o limite do percentual mensal de 1,4% (Hum vírgula quatro por cento) sendo que as empresas poderão financiar até 70% do seu valor adicionado no exercício imediatamente anterior, e ou 100% do ISS recolhido no exercício imediatamente anterior ao pedido do benefício, tendo como limites máximos os seguintes valores: I - para Indústrias e agroindústrias até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); II - para Comércio até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); III - para Prestadores de Serviço até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);	UN	1,00	0,0000	1,00	1,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>1,00</b>

#### COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE SAO MIGUEL DO OEST (5090)

1 Credenciar as Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito interessadas em liberar empréstimos para empresas deste município, onde o município subsidiara os juros dos financiamentos, tomadas pelas Empresas, até o limite do percentual mensal de 1,4% (Hum vírgula quatro por cento) sendo que as empresas poderão financiar até 70% do seu valor adicionado no exercício imediatamente anterior, e ou 100% do ISS recolhido no exercício imediatamente anterior ao pedido do benefício, tendo como limites máximos os seguintes valores: I - para Indústrias e agroindústrias até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); II - para Comércio até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); III - para Prestadores de Serviço até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);	UN	1,00	0,0000	1,00	1,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>1,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>3,00</b>

Iraceminha, 11 de Novembro de 2019.

-----  
 JEAN CARLOS NYLAND  
 PREFEITO MUNICIPAL

# Irani

## PREFEITURA

### AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 017/2019

Publicação Nº 2223797

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 112/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de curso de Capacitação e Treinamento de professores da Rede Municipal de Ensino do Município de Irani-Santa Catarina, a ser realizado no dia 29 de novembro de 2019.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação deste profissional pela sua qualificação para capacitar os profissionais da educação na semana pedagógica que tem continuidade no ano letivo de 2019. Sendo que na meta15, do Plano Municipal de Educação garante a formação continuada, onde pode-se proporcionar motivação, formação, valorização do conhecimento e estímulos para o bom andamento das atividades pedagógicas. Tendo como foco atendimento aos alunos.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: HUMBERTO LUIZ DALPIZZOL, com sede administrativa na Rua Papa João XXIII, s/n, centro, Salto Veloso, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 29.515.979/0001-12.

VALOR TOTAL: O valor total é de R\$ 3.100,00 (Três mil e cem reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Caput do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA: 31/12/2019.

Irani, SC, 11 de novembro de 2019.

Sívio Antonio Lemos das Neves – Prefeito Municipal

### DECRETO 142/2019

Publicação Nº 2223397

DECRETO 142/2019, de 01 de novembro de 2019

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1887/2018, de 13/11/2018, em seu artigo 27, §1º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1890/2018 de 11/12/2018 em seu artigo 5º, inciso I:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.750,00 (nove mil e setecentos e cinquenta reais), no orçamento vigente para o exercício de 2019, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.04	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
02.04.26	Transportes			
02.04.26.782	Transporte Rodoviário			
02.04.26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS			
02.04.26.782.2601.2.051	MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES E OBRAS			
3.3.90.00.00.00.00.0044	Aplicação Direta		9.750,00	9.750,00
TOTAL			9.750,00	9.750,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos 44 – FEP Fundo Especial do Petróleo, no orçamento vigente do Município de Irani, no valor de R\$ 9.750,00 (nove mil e setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 01 de novembro de 2019.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 01/11/2019

MARCELO PEGORARO  
Secretário de Administração e Gestão

## DECRETO 143/2019

Publicação Nº 2223402

DECRETO 143/2019, de 01 de novembro de 2019

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1887/2018, de 13/11/2018, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1890/2018 de 11/12/2018 em seu artigo 5º, inciso II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no orçamento vigente para o exercício de 2019, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.01	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO			
02.01.04	Administração			
02.01.04.122	Administração Geral			
02.01.04.122.401	Gestão Administrativa Superior			
02.01.04.122.401.2.022	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO			
3.3.90.00.00.00.000000	Aplicações Diretas		15.000,00	15.000,00
TOTAL			15.000,00	15.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação da dotação abaixo especificada pela importância de R\$ R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.01	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO			
02.01.04	Administração			
02.01.04.122	Administração Geral			
02.01.04.122.401	Gestão Administrativa Superior			
02.01.04.122.401.2.022	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO			
3.1.90.00.00.00.000000	Aplicações Diretas		15.000,00	15.000,00
TOTAL			15.000,00	15.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 01 de novembro de 2019.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 01/11/2019

MARCELO PEGORARO  
Secretário de Administração e Gestão

**DECRETO Nº 144.2019**

Publicação Nº 2223405

DECRETO 144/2019, de 01 de novembro de 2019

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1887/2018, de 13/11/2018, em seu artigo 27, §1º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1890/2018 de 11/12/2018 em seu artigo 5º, inciso I:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), no orçamento vigente para o exercício de 2019, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.04	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
02.04.26	Transportes			
02.04.26.782	Transporte Rodoviário			
02.04.26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS			
02.04.26.782.2601.2.051	MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES E OBRAS			
3.3.90.00.00.00.00.0195	Aplicação Direta		47.000,00	47.000,00
TOTAL			47.000,00	47.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos do superávit verificado na fonte de recursos 00 – Recursos Ordinários, no exercício de 2018, no Município de Irani, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 01 de novembro de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 01/11/2019

MARCELO PEGORARO

Secretário de Administração e Gestão

**PORTARIA Nº 623 DE 09 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223729

PORTARIA Nº. 623/2019.

"PRORROGA PRAZO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Inciso IX, do Artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a contratação de pessoal para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, combinado com a Lei Complementar nº 029, de 27 de abril de 2007 e com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº 001/2019;

CONSIDERANDO que a titular do cargo Daiana Paula de Ávila, portadora do CPF nº 069.567.029-83, ocupante do cargo de provimento efetivo de professora na área de Educação Física, matrículas nº 4757 e 4758, encontra-se afastada em virtude da concessão de férias;

RESOLVE:

Art. 1º- PRORROGAR o prazo da contratação temporária do servidor Alian Amadei, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 4.692.353 e CPF nº 070.213.379-57, ocupante do cargo de Professor na área Educação Física, atuando na Escola Básica Municipal Sebastião Rodrigues de Souza, Creche Municipal Neri Terezinha Guareschi, Creche Municipal Raio de Luz e na Escola de Educação Básica Municipal Santo Antonio, carga horária de 20 horas semanais (período matutino), e vencimentos previstos no Anexo III- Tabela de Vencimentos dos Membros do Magistério Público Municipal, Função: Professor, Categoria: Nível Superior, Nível "BASE" da Lei Complementar nº 001/98 de 29/12/98, período da prorrogação de 04 de outubro de 2019 a 04 de novembro de 2019, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 04 de outubro de 2019.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
09 de outubro de 2019.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Adm. e Gestão

## **PORTARIA Nº 624 DE 09 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223747

PORTARIA Nº. 624/2019.

“PRORROGA PRAZO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Inciso IX, do Artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a contratação de pessoal para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, combinado com a Lei Complementar nº 029, de 27 de abril de 2007 e com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº 001/2019;

CONSIDERANDO que a titular do cargo Daiana Paula de Ávila, portadora do CPF nº 069.567.029-83, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora na área de Educação Física, matrículas nº 4757 e 4758, encontra-se afastada em virtude da concessão de férias;

RESOLVE:

Art. 1º- PRORROGAR o prazo da contratação temporária da servidora Sandra Marta Cantele, brasileira, solteira, portadora do RG nº 3.183.315 e CPF nº 927.602.959-15, ocupante do cargo de Professor na área de Educação Física, atuando na Escola de Educação Básica Municipal Santo Antonio, na Creche Municipal Neri Terezinha Guareschi e na Creche Municipal Raio de Luz, carga horária de 20 horas semanais e vencimentos previstos no Anexo III- Tabela de Vencimentos dos Membros do Magistério Público Municipal, Função: Professor, Categoria: Nível Superior, Nível “BASE” da Lei Complementar nº 001/98 de 29/12/98, período da prorrogação de 07 de outubro de 2019 a 04 de novembro de 2019, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 07 de outubro de 2019.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
09 de outubro de 2019.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Adm. e Gestão

## **PORTARIA Nº 625 DE 09 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223753

PORTARIA Nº. 625/2019

“NOMEIA COORDENADOR DE COMPRAS E SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e nos termos do Inciso II, do Artigo 9º da Lei Complementar nº. 032, de 27 de abril de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Jaime Seganfredo, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 2.072.169 e CPF nº 811.692.139-87, em comissão, para exercer as funções de Coordenador de Compras e Serviços, constante no Anexo I, da Lei Complementar nº 032, de 27 de abril de 2007, com carga

horária de 40h semanais, atribuições previstas no Art. 24 da Lei Complementar nº. 032, de 27 de abril de 2007 e vencimentos previstos no Anexo III- Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, Padrão C.C, Nível 07, da Lei Complementar nº. 032, de 27 de abril de 2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 07 de outubro de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
09 de outubro de 2019.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

## **PORTARIA Nº 626 DE 10 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223758

PORTARIA Nº 626/2019.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art. 85 e 86 da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

CONSIDERANDO o atestado médico subscrito pela Dra. Fernanda Favero, CRM/SC 10512;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder licença para tratamento de saúde á servidora Diva Rodrigues Galvão, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.138.948 e CPF nº 753.917.329-72, ocupante do cargo em caráter temporário de Professora na área de Educação Infantil, contratada através da Portaria nº 334/2019, atuando na Creche Municipal Sonho Mágico (período matutino), carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 4792, período de 10 de outubro de 2019 a 06 de fevereiro de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
10 de outubro de 2019.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Adm. e Gestão

## **PORTARIA Nº 627 DE 10 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223766

PORTARIA Nº. 627/2019.

“EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a pedido a servidora Grazieli Carpeggiani, brasileira, solteira, portadora do RG nº 6.275.653 e CPF nº 101.126.669-57, ocupante do cargo comissionado de Assistente Administrativo, atuando na Secretaria Municipal de Assistência Social, carga horária de 40 horas semanais, nomeada através da Portaria nº 434/2019 de 1º de julho de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
10 de outubro de 2019.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Adm. e Gestão

## **PORTARIA Nº 628 DE 14 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223774

PORTARIA Nº 628/2019 de 14 de outubro de 2019.

“NOMEIA EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, e nos dispositivos da Lei Orgânica do Município, da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta, e dá Outras Providências, Lei Complementar nº 031, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Executivo Municipal, e dá Outras Providências, e de acordo com o Edital nº 01/2019, de 15 de julho de 2019, que homologou o Resultado Final do Concurso Público nº 01/2019;

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear em virtude de aprovação em concurso público o Sr. Marcos da Silva Viana, brasileiro, união estável, portador do RG nº 5077279643 e CPF nº 999.820.300-78, título eleitoral nº 080359240485, Zona 120, Seção 0084, PIS/PASEP sob nº 126.293.496-93, para atuar no cargo de provimento efetivo de Motorista, carga horária de 40h semanais, com atribuições previstas no Anexo II- Descrição de Habilitação e Atribuições Gerais dos Cargos Por Carreiras e vencimentos previstos no Anexo III- Tabela de Vencimentos Cargos de Provimentos Efetivos, Nível 22, Referência “A”, da Lei Complementar nº 031, de 27 de abril de 2007, Regime Jurídico Único e Estágio Probatório na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
14 de outubro de 2019.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Adm. e Gestão

## **PORTARIA Nº 629 DE 14 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223780

PORTARIA Nº. 629/2019.

“CONTRATA TÉCNICO EM ENFERMAGEM EM PROVIMENTO TEMPORÁRIO PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica e nos termos do Inciso IX, do Artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a contratação de pessoal para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, combinado com a Lei Complementar nº 093, de 27 de julho de 2018 e com o Edital de Homologação do Processo Seletivo nº 11/2018, Edital nº 16/2019, de 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR a Sra. Clarice Sales de Camargo, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.165.201, CPF nº 027.121.379-57, título de eleitor nº 036492740949, PIS/PASEP sob o nº 16400138030 e COREN SC sob o nº 000.853.769, para atuar na Secretaria Municipal de



Saúde, no cargo em provimento temporário de Técnico em Enfermagem (Plantonista), para atendimento na Unidade de Pronto Atendimento, carga horária de 44 horas semanais, atribuições do cargo e vencimento previstos no Anexo I da Lei Complementar nº 093, de 27 de julho de 2018, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº 030/2017, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Municipais de Irani, período da contratação de 14 de outubro de 2019 a 13 de outubro de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
14 de outubro de 2019.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Adm. e Gestão.

## **PORTARIA Nº 630 DE 16 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223798

PORTARIA Nº 630/2019.

“NOMEIA EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, e nos dispositivos da Lei Orgânica do Município, da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta, e dá Outras Providências, Lei Complementar nº 001/98, de 29 de dezembro de 1998, que Instituiu o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Irani, Estado de Santa Catarina e dá Outras Providências, e de acordo com o Edital nº 08/2019 de 01 de fevereiro de 2019, que homologou o Resultado Final do Concurso Público nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear em virtude de aprovação em concurso público a Sra. Gisele Chaves, brasileira, solteira, portadora do RG nº 4.692.736 e CPF nº 066.376.739-35, título eleitoral nº 049543610906, PIS/PASEP sob nº 13881210724, para atuar no cargo em provimento efetivo de Professor na área de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, carga horária de 20 horas semanais, com atribuições previstas no Anexo II- Descrição e Atribuições dos Cargos, e vencimento previsto no Anexo III- Tabela de Vencimentos dos Membros do Magistério Público Municipal, Nível “BASE” Categoria: Professor Nível Superior da Lei Complementar nº 001, de 29 de dezembro de 1998, Regime Jurídico e Estágio Probatório na forma estabelecido na Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
16 de outubro de 2019.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário de Administração e Gestão.

## **PORTARIA Nº 631 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223801

PORTARIA Nº 631/2019 de 22 de outubro de 2019.

“NOMEIA EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, e nos dispositivos da Lei Orgânica do Município, da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta, e dá Outras Providências, Lei Complementar nº 031, de 27 de abril de 2007, que

dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Executivo Municipal, e dá Outras Providências, e de acordo com o Edital nº 001/2017, que homologou o Resultado Final do Concurso Público em 20 de setembro de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º- Nomear em virtude de aprovação em concurso público a Sra. Rosemar Botega Fabris, brasileira, casada, portadora do RG nº 5.097.250 e CPF nº 059.544.419-95, título eleitoral nº 045151860957, Zona 090, seção 0140, PIS/PASEP sob nº 165.6777.777-62 para atuar no cargo de provimento efetivo de Pedagogo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com carga horária de 40h semanais, constante no Anexo I- da categoria funcional, cargos, nível e vagas, da Lei Complementar nº. 069 de 03 de janeiro de 2012, atribuições previstas no Anexo II da presente Lei, e vencimento previstos no Anexo III- Tabela de Vencimentos Cargos, III- Nível Superior, Nível 85, Referência "A" da Lei Complementar nº. 031, de 27 de abril de 2007, Regime Jurídico Único e Estágio Probatório na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
22 de outubro de 2019.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

**PORTARIA Nº 632 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223802

PORTARIA Nº 632/2019.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art. 80, Parágrafo Único da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder férias a servidora Andressa Peruzzo Kades, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.893.268 e do CPF nº 102.301.189-17, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, matrícula nº 4317, atuando na Creche Municipal Neri Terezinha Guareschi, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2017 a 01 de outubro de 2018, para serem gozadas em três etapas, de períodos de 10(dez) dias cada uma, gozo da última etapa no período de 22 de outubro de 2019 a 1º de novembro de 2019.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
22 de outubro de 2019.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

**PORTARIA Nº 633 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223871

PORTARIA Nº 633/2019.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em

conformidade com o Art. 80, Parágrafo Único da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias a servidora Izamara Zanela Farinella, brasileira, casada, portadora do RG nº 2.697.231 e do CPF nº 029.792.059-66, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 4328, atuando na Secretaria Municipal de Administração e Gestão, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2018 a 01 de outubro de 2019, para serem gozadas em 03 (três) etapas de 10 (dez) dias cada, gozo da primeira etapa no período de 23 de outubro de 2019 a 1º de novembro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
23 de outubro de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

## PORTARIA Nº 634 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2223892

PORTARIA Nº /2019.

### “CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art. 80, Parágrafo Único da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Margarida Gazoni Zenaro, brasileira, casada, portadora do RG nº 1.073.994 e do CPF nº 447.061.129-34, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora na área de Artes (designada Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes), matrícula nº 667, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 02 de agosto de 2017 a 01 de agosto de 2018, para serem gozadas em três etapas, de períodos de 10 (dez) dias cada uma, gozo da segunda etapa no período de 23 de outubro de 2019 a 1º de novembro de 2019, as demais em comum acordo com a administração pública municipal.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
23 de outubro de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

## PORTARIA Nº 635 DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2223899

PORTARIA Nº. 635/2019.

### “CONTRATA PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Inciso IX, do Artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a contratação de pessoal para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, combinado com a Lei Complementar nº 029, de 27 de abril de 2007 e com as

disposições do Edital de Chamada Pública nº 001/2019;

CONSIDERANDO que a titular do cargo Josiani Patricia Zenaro dos Santos, portadora do CPF nº 059.629.529-44, matrícula nº 4709, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora na área de Educação Infantil, encontra-se afastada em virtude da concessão de auxílio para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º- CONTRATAR Samira Bezerra, brasileira, solteira, portadora do RG nº 41.175.899-8 e CPF nº 230.301.448-44, em caráter temporário, no cargo de Professor na área de Educação Infantil, para atuar na Creche Municipal Sonho Mágico, carga horária de 20 horas semanais e vencimentos previstos no Anexo III- Tabela de Vencimentos dos Membros do Magistério Público Municipal, Função: Professor, Categoria: Professor Nível Superior, "Nível BASE" da Lei Complementar nº 001/98 de 29/12/98, nos dias 24 e 25 de outubro de 2019, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
24 de outubro de 2019.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Adm. e Gestão

## PORTARIA Nº 636 DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2223906

PORTARIA Nº. 636/2019.

"CONTRATA PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Inciso IX, do Artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a contratação de pessoal para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, combinado com a Lei Complementar nº 029, de 27 de abril de 2007 e com as disposições do Edital de Chamada Pública nº 001/2019;

CONSIDERANDO que a titular do cargo Sara Ferreira, portadora do CPF nº 075.475.309-31, matrícula nº 2482, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora na área de Educação Infantil, encontra-se afastada em virtude da concessão de auxílio para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º- CONTRATAR Samira Bezerra, brasileira, solteira, portadora do RG nº 41.175.899-8 e CPF nº 230.301.448-44, em caráter temporário, no cargo de Professor na área de Educação Infantil, para atuar na Creche Municipal Neri Terezinha Guareschi, carga horária de 20 horas semanais e vencimentos previstos no Anexo III- Tabela de Vencimentos dos Membros do Magistério Público Municipal, Função: Professor, Categoria: Professor Nível Habilitado, "Nível BASE" da Lei Complementar nº 001/98 de 29/12/98, no dia 24 de outubro de 2019, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
24 de outubro de 2019.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Adm. e Gestão

**PORTARIA Nº 637 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223911

PORTARIA Nº 637/2019.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art. 80, Parágrafo Único da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias a servidora Endryele Marcon, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 006.033.290-55, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontóloga, matrícula nº 2265, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 10 de julho de 2018 a 09 de julho de 2019, para serem gozadas em 03 (três) etapas de 10 (dez) dias cada, gozo da primeira etapa no período de 30 de outubro de 2019 a 08 de novembro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
30 de outubro de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Adm. e Gestão

**PORTARIA Nº 638 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223918

PORTARIA Nº. 638/2019.

"DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Inciso I, da Lei Complementar nº. 032, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Flavio de Mello, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 4.615.732 e CPF nº 009.687.709-08, matrícula nº 4329, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Administração, para exercer funções no cargo comissionado de Diretora de Fazenda e Gestão, constante no Anexo I, da Lei Complementar nº 032, de 27 de abril de 2007, com carga horária de 40 horas semanais, atribuições previstas no Art.17 e vencimentos previstos no Anexo III- Quadro de Cargos de Provimentos em Comissão, Padrão C.C, Nível 04 da referida Lei.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
1º de novembro de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

**PORTARIA Nº 639 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223929

PORTARIA Nº. 639/2019.

**“PRORROGA PRAZO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Inciso IX, do Artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a contratação de pessoal para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, combinado com a Lei Complementar nº 029, de 27 de abril de 2007 e com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº 001/2019;

CONSIDERANDO que a titular do cargo Adriana Paula Louzada, portadora do CPF nº 074.372.329-52, ocupante do cargo de Professora na área de Educação Infantil, matrícula nº 4760, encontra-se afastada em virtude da concessão de licença para tratamento de saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º- PRORROGAR o prazo da contratação temporária da servidora Josiane Rosa dos Santos, brasileira, casada, portadora do RG nº 3.892.974 e CPF nº 048.146.149-07, ocupante do cargo de Professor na área de Educação Infantil, atuando na Creche Municipal Sonho Mágico, carga horária de 20 horas semanais e vencimentos previstos no Anexo III- Tabela de Vencimentos dos Membros do Magistério Público Municipal, Função: Professor, Categoria: Nível Superior, Nível “BASE” da Lei Complementar nº 001/98 de 29/12/98, período da prorrogação de 1º a 30 de novembro de 2019, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,

1º de novembro de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO

Secretário Municipal de Adm. e Gestão

**PORTARIA Nº 640 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223937

PORTARIA Nº 640/2019.

**“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art. 78 e 80, da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder férias ao servidor Claudilson de Oliveira Ribeiro, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 4.030.459 e do CPF nº 052.611.619-67, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, matrícula nº 4333, atuando na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2018 a 01 de outubro de 2019, para serem gozadas no período de 1º a 30 de novembro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,

1º de novembro de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO

Secretário Municipal de Adm. e Gestão.

**PORTARIA Nº 641 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223939

PORTARIA Nº. 641/2019.

“EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a pedido o servidor Ricardo Bavaresco, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.962.932 e CPF nº 079.577.889-98, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, atuando nos diversos setores da Administração Pública, carga horária de 40 horas semanais, nomeado através da Portaria nº 425/2019 de 25 de junho de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
1º de novembro de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

MARCELO PEGORARO  
Secretário Municipal de Adm. e Gestão

**PORTARIA Nº 642 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223945

PORTARIA Nº 642/2019.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art. 85 e 86 da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

CONSIDERANDO a comunicação de decisão do Instituto Nacional de Seguro Social- INSS;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder licença para tratamento de saúde á servidora Adriana Paula Louzada, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.212.897 e CPF nº 074.372.329-52, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora na área de Educação Infantil, matrícula nº 4760, carga horária de 20 horas semanais, no período de 04 a 30 de novembro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
04 de novembro de 2019.

MARCELO PEGORARO  
Prefeito Municipal Em Exercício

**PORTARIA Nº 643 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223953

PORTARIA Nº. 643/2019.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas



por Lei e, em conformidade com o Art. 95, da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007 e Lei Complementar nº 043, de 20 de maio de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder licença maternidade à servidora Sayonara Tedesco, brasileira, casada, portadora do RG nº 6.700.457 e CPF nº 097.674.099-04, ocupante do cargo em caráter temporário de Professor (segundo professor), atuando na Escola Básica Municipal Sebastião Rodrigues de Souza, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 4819, contratada através da Portaria nº 411/2019 de 17/06/2019, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 30 de outubro de 2019.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
04 de novembro de 2019.

MARCELO PEGORARO  
Prefeito Municipal Em Exercício

MARCELO PEGORARO  
Secretaria Municipal de Adm.e Gestão.

**PORTARIA Nº 644 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223966

PORTARIA Nº. 644/2019.

“CONTRATA PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Inciso IX, do Artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a contratação de pessoal para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, combinado com a Lei Complementar nº 029, de 27 de abril de 2007 e com as disposições do Edital de Chamada Pública nº 009/2019;

CONSIDERANDO que a titular do cargo Sayonara Tedesco, portadora do CPF nº 097.674.099-04, matrícula nº 4819, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor (segundo professor), encontra-se afastada em virtude de licença maternidade;

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONTRATAR Fernanda Rubia Petini, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.097.527 e CPF nº 053.893.169-83, em caráter temporário, no cargo de Professor (segundo professor), para atuar na Escola Básica Municipal Sebastião Rodrigues de Souza, carga horária de 20 horas semanais e vencimentos previstos no Anexo III- Tabela de Vencimentos dos Membros do Magistério Público Municipal, Função: Professor, Categoria: Nível Superior, Nível “BASE” da Lei Complementar nº 001/98 de 29/12/98, período da contratação de 04 de novembro de 2019 a 18 de dezembro de 2019, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
04 de novembro de 2019.

MARCELO PEGORARO  
Prefeito Municipal Em Exercício

**PORTARIA Nº 645 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223974

PORTARIA Nº 645/2019.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art.78 e 80, da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder férias ao servidor **Ciro Rogério Pedroski**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 4.739.880-9 e do CPF nº 075.017.399-86, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 2491, atuando na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, referente ao período aquisitivo de 06 de janeiro de 2018 a 05 de janeiro de 2019, para serem gozadas no período de 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
04 de novembro de 2019.

MARCELO PEGORARO  
Prefeito Municipal Em Exercício

**PORTARIA Nº 646 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223985

PORTARIA Nº 646/2019.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art. 80, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder férias ao servidor **Leandro Ribeiro**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 005.970.619-80, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, matrícula nº 2266, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2018 a 30 de setembro de 2019, para serem gozadas em 03 (três) etapas, gozo da primeira etapa no período de 04 a 13 de novembro de 2019, as demais etapas serão gozadas em comum acordo com a administração pública municipal.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
04 de novembro de 2019.

MARCELO PEGORARO  
Prefeito Municipal Em Exercício

**PORTARIA Nº 647 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223993

PORTARIA Nº 647/2019.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com Art. 80, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

## RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentadas a servidora Bianca Luiza Scapini, brasileira, solteira, portadora do RG nº 6.334.014 e do CPF nº 088.881.729-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, matrícula nº 4377, atuando na Creche Municipal Raio de Luz, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2018 a 31 de outubro de 2019, para serem gozadas em três etapas de 10 (dez) dias cada, gozo da primeira etapa no período de 04 a 13 de novembro de 2019, as demais etapas serão gozadas em comum acordo com a administração pública municipal.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
04 de novembro de 2019.

MARCELO PEGORARO

Prefeito Municipal Em Exercício

**PORTARIA Nº 648 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223999

PORTARIA Nº 648/2019.

**“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art. 78 e 80, da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

## RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias a servidora Clarisse Kichel Ebert, brasileira, casada, portadora do RG nº 2.690.545 e do CPF nº 743.568.799-53, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 4322, atuando na Creche Municipal Neri Terezinha Guareschi, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2018 a 01 de outubro de 2019, para serem gozadas no período de 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2018.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
04 de novembro de 2019.

MARCELO PEGORARO

Prefeito Municipal Em Exercício

**PORTARIA Nº 649 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2224008

PORTARIA Nº 649/2019.

**“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com Art. 78 e 80, da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

## RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias ao servidor Juarez Vieira, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.867.446 e do CPF nº 037.946.919-70, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, matrícula nº 2219, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 06 de outubro de 2018 a 05 de outubro de 2019, para serem gozadas no período de 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
04 de novembro de 2019.  
MARCELO PEGORARO  
Prefeito Municipal Em Exercício

## **PORTARIA Nº 650 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2224033

PORTARIA Nº 650/2019.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art.80, Parágrafo Único da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias ao servidor Realci dos Santos, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 2.132.492 e do CPF nº 896.272.379-49, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, matrícula nº 4344, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2018 a 01 de outubro de 2019, para serem gozadas no período de 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
04 de novembro de 2019.  
MARCELO PEGORARO  
Prefeito Municipal Em Exercício

## **PORTARIA Nº 651 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2224050

PORTARIA Nº 651/2019.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art.80, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias ao servidor Rodrigo Andruchewicz, brasileiro, casado, portador do CPF nº 058.113.459-17, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, matrícula nº 2221, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2018 a 1º de outubro de 2019, para serem gozadas em três etapas de 10 (dez) dias cada, gozo da segunda etapa no período de 04 a 13 de novembro de 2019, a última etapa será gozada em comum acordo com a Administração Pública.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
04 de novembro de 2019.  
MARCELO PEGORARO  
Prefeito Municipal Em Exercício

**PORTARIA Nº 652 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2224055

PORTARIA Nº 652/2019.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art. 78 e Art. 80 da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias a servidora Leonerci Aparecida Paz, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.697.023 e do CPF nº 811.691.759-53, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, matrícula nº 181, atuando na Escola de Educação Básica Prefeito Valdecir Ângelo Zampieri e na Escola Básica Municipal Sebastião Rodrigues de Souza, referente ao período aquisitivo de 12 de outubro de 2017 a 11 de outubro de 2018, para serem gozadas no período de 04 a 16 de novembro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
04 de novembro de 2019.

MARCELO PEGORARO  
Prefeito Municipal Em Exercício

**PORTARIA Nº 653 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2224056

PORTARIA Nº 653/2019.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art. 78 e Art. 80 da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias a servidora Leonerci Aparecida Paz, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.697.023 e do CPF nº 811.691.759-53, ocupante do cargo de provimento efetivo de Orientadora Escolar, matrícula nº 227, atuando na Escola de Educação Básica Prefeito Valdecir Ângelo Zampieri e na Escola Básica Municipal Sebastião Rodrigues de Souza, referente ao período aquisitivo de 21 de fevereiro de 2018 a 20 de fevereiro de 2019, para serem gozadas no período de 04 a 16 de novembro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
04 de novembro de 2019.

MARCELO PEGORARO  
Prefeito Municipal Em Exercício

**PORTARIA Nº 656 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2224059

PORTARIA Nº 656/2019.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 80, Parágrafo Único da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Elisabete Carvalho da Silva Kades, brasileira, casada, portadora do RG nº 3.691.724 e do CPF nº 041.794.169-21, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 2029, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018, para serem gozadas em três etapas, de períodos de 10 (dez) dias cada uma, gozo da terceira etapa no período de 05 a 14 de novembro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
05 de novembro de 2019.  
MARCELO PEGORARO  
Prefeito Municipal Em Exercício

## **PORTARIA Nº 657 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2224061

PORTARIA Nº 657/2019.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCELO PEGORARO, Prefeito Municipal de Irani Em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com Art. 80, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias a servidora Manuela Mazzocco, brasileira, casada, portadora do RG nº 3.743.616 e do CPF nº 963.837.120-04, ocupante do cargo de provimento em comissão de Consultor Jurídico, matrícula nº 3978, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2018 a 01 de janeiro de 2019, para serem gozadas em três etapas, de períodos de 10(dez) dias cada uma, gozo da terceira etapa no período de 07 a 16 de novembro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,  
07 de novembro de 2019.  
MARCELO PEGORARO  
Prefeito Municipal Em Exercício

## **TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 004/2019**

Publicação Nº 2222719

TERMO DE PERMISSÃO DE USO 04/2019

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IRANI E A ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IRANI.

O MUNICÍPIO DE IRANI, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ Nº 82.939.455/0001-31, com sede a Rua Eilírio De Gregori, 207, neste ato representado pelo senhor Sívio Antonio Lemos das Neves, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.465.964 SESP SC e inscrito no CPF nº 665.448.239-53, Prefeito de Irani e a ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IRANI, inscrita no CNPJ sob nº 02.544.444/0001-13, com sede à Rua Izabete Grisa, 222, Centro, Irani/SC, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Ozaide Antônio Alves da Rocha, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 2.320.859 SSP SC, CPF sob o nº 552.201.189-00, celebram o presente Termo de Permissão de Uso, nos termos do art. 20 da Lei Orgânica do Município de Irani.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. O Objeto do presente instrumento é a permissão de uso, a título gratuito, de uma AMBULÂNCIA, Placas: QTM-7748, Diesel, Marca/ Modelo: I/M BENZ CDI SPR TCA AMB (importado), Fabricação 2019, Ano/Modelo, 2019, cor Vermelha, Renavam: 1210926145, Chassi: 8AC906633KE167782.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA**

- 2.1. Utilizar com zelo o bem, efetuar a sua guarda, conservação e destiná-lo para uso exclusivo nas atividades da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Irani, em especial na condução de pacientes;
- 2.2. É de responsabilidade da Associação o ônus de todas as despesas de manutenção do bem, inclusive a troca de peças, mão de obra necessária à recuperação de avarias, enquanto viger a presente permissão;
- 2.3. Manter atualizada a Ficha de Controle de uso, cujo modelo segue em anexo, descrevendo a data da utilização do bem, para o adequado controle de uso, garantindo sua utilização para a finalidade a que se compromete em prol da coletividade;
- 2.4. Responsabilizar-se pelas multas e taxas em geral que incidam ou venham incidir sobre o bem objeto deste termo, bem como se responsabilizar pelas questões de litígio, penais, civis e administrativos dela decorrentes;
- 2.6. Responsabilizar-se pela contratação de Seguro do Veículo;
- 2.7. Permitir ao Município de Irani a vistoria do bem, inspecionando o uso regular e a localização do mesmo;
- 2.8. Devolução do bem em boas condições de uso, ressalvado o desgaste natural, sem direito a indenização por reparos ou reformas eventualmente efetuadas;

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO PERMITENTE**

- 3.1. O permitente manterá controle sobre a utilização do bem, podendo exercer a qualquer momento fiscalização para garantir o cumprimento das obrigações previstas na cláusula anterior;
- 3.2. O permitente deverá repassar o bem objeto deste Termo em perfeitas condições de uso à Permissionária;

**CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DO BEM**

- 4.1. Para a consecução do objeto do presente Termo de Permissão de Uso, o bem disponibilizado à Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Irani, deve ser utilizado com a finalidade de auxiliar e tornar mais eficiente o trabalho da Associação em atendimentos e ocorrências.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS RESTRIÇÕES**

- 5.1. É vedado a venda, transferência, dação em garantia real, penhora ou uso do bem para outras pessoas físicas, jurídicas ou instituições.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO DO TERMO**

- 6.1. O presente termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

- 7.1. O Termo de Permissão de Uso tem vigência de 10 (dez) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**

- 8.1. O foro da presente autorização de uso será o da Comarca de Concórdia, excluído qualquer outro.

O presente termo será impresso em 3 (três) vias de igual teor que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Irani/SC, 10 de novembro de 2019.

Testemunhas:

Nome: Carine Mineiro  
CPF: 099.642.689-20

Nome: Marcelo Pegoraro  
CPF: 048.158.839-63



# Irati

## PREFEITURA

### **PREGÃO RP Nº 054/2019-PMI - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA COM ROMPEDOR; PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS COM PERFURATRIZ PNEUMÁTICA, DIÂMETRO DE 2,5" E PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS COM PERFURATRIZ MANUAL, DIÂMETRO DE 1" (MARTELINHO), PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS**

Publicação Nº 2223927

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 100/2019

Processo Licitatório Nº 100/2019

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 054/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA COM ROMPEDOR; PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS COM PERFURATRIZ PNEUMÁTICA, DIÂMETRO DE 2,5" E PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS COM PERFURATRIZ MANUAL, DIÂMETRO DE 1" (MARTELINHO), PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 25.11.2019

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 25.11.2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, pelo site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br), ou através de do e-mail: [irati@irati.sc.gov.br](mailto:irati@irati.sc.gov.br).

Irati – SC, 11 de novembro de 2019.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2019

Publicação Nº 2222743

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 40/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2019

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 26 de novembro de 2019, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para registro de preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO NA SEDE E EM DIVERSAS LOCALIDADES DO INTERIOR; DO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 08 de novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 459/2019

Publicação Nº 2223372

PORTARIA N.º 459/2019.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR por 30 (trinta) dias, a contar de 08/11/2019, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo instaurado através da Portaria nº 310/2019 de 04/06/2019, tendo como indiciado o servidor Paulo Hipolito Chiarentin Bida.

Art 2nd - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08/11/2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 11 de Novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 001/2019**

Publicação Nº 2223262



**Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)**  
**Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003**  
**MUNICÍPIO - IRINEÓPOLIS - SC**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00001, de 11 de Novembro de 2019.**

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

<b>Sujeito(s) Passivo(s)</b>		
<b>Nome Completo / Razão Social</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Termo de Intimação Fiscal (ITR)</b>
ARMINDO BOHRER	010.055.969-72	8155/00031/2019

<b>Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR</b>	
Nome: Marcela Adeleva Ciarini	Matrícula: 00002005
Cargo: Fiscal de Tributos	Assinatura:

Data de afixação: 11/11/2019

Data de desafixação: 26/11/2019

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DE AGENDAMENTO ABERTURA PROPOSTAS PL 067/2019

Publicação Nº 2223064

ATA DE AGENDAMENTO ABERTURA DAS PROPOSTAS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2019 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2019, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 09h30min do dia onze do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o presidente e a membros da comissão permanente de licitações designados pelo Decreto nº 004 de 07 de janeiro de 2019, sob a Presidência do Senhor Delso Minski, membros Silviane Carla Mertins e Franciele Dall Bello para o ato de agendamento da abertura das propostas das empresas habilitadas no processo. Em consulta ao setor de protocolos verifico-se que não houve intenção de recurso quanto a fase de documentação; Diante do fato fica marcado para doze de novembro de dois mil e dezenove as 08h30min a sessão de abertura dos envelopes das propostas, na sala de reuniões da prefeitura municipal de Itá. Intima-se as empresas da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente e membros da Comissão. Esta Ata será publicada nesta data no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br).

Delso Minski Silviane Carla Mertins  
Presidente Membro

Franciele Dall Bello  
Membro

### ATA DE RECEBIMENTO CONTRARRAZÕES PL 066/2019

Publicação Nº 2223363

ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSO E CONTRARRAZÕES DE RECURSO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2019 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2019, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove às 09h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 004 de 07 de janeiro de 2019, sob a Presidência do Senhor Delso Minski, membros Julcimar Antonio Zotti e Silviane Carla Mertins, para efetuarem o recebimento de contrarrazões de recurso referente ao processo licitatório; em consulta ao setor de protocolos verificou-se que não houve manifestação. Diante do fato o presidente deliberou em encaminhar todo o processo para a autoridade superior para parecer e decisão; Em nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que após lida, vai assinada pelo Presidente e membros. Esta ata será publicada no Mural Público da Prefeitura Municipal de Itá, Santa Catarina, no Diário Oficial dos Municípios e publicada na página do Município de Itá na internet [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br).

Delso Minski Julcimar Antonio Zotti  
Presidente Membro

Silviane Carla Mertins  
Membro

### AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019

Publicação Nº 2223738

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019

O Prefeito Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 26 de novembro de 2019, para locação de iluminação e sonorização do Show da dupla Jeann e Júlio no dia 31 de dezembro de 2019, atendendo o rider técnico da mesma. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 26 de novembro de 2019 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "[www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br)" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510. Itá - SC, 11 de novembro de 2019.

JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATOS 105 A 106 E ADITIVOS**

Publicação Nº 2222632

Contrato Nº.: 105/2019  
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 23.688,00 (vinte e três mil seiscentos e oitenta e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 01/11/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 52.359,58  
Objeto ..... : Licenciamento, em caráter emergencial, da licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 106/2019  
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada.: SERGIO ANTONIO RHODEN  
Valor ..... : 5.000,00 (cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 01/11/2019 Término: 31/12/2020  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Locação de área de terra para que este promova a exploração e retirada de todo cascalho aproveitável, raso ou profundo.  
Contratada.: SERGIO ANTONIO RHODEN  
Vigência ..... : Início: 01/11/2019 Término: 31/12/2020  
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 2AD 45/2019 - Contrato Nº: 45/2019  
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada.: COOP. DE PROD. E INDUST. FAM. COOPER-VALE ITÁ  
Valor ..... : 2.131,25 (dois mil cento e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/11/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (77),  
2.013.3.3.90.00.00.00.00 (78), 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (79),  
2.019.3.3.90.00.00.00.00 (120), 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (126)  
Objeto ..... : Aditivo da quantidade inicial de laranja valência, devido as quantidades iniciais licitadas já estarem terminando.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 1AD 94/2019 - Contrato Nº: 94/2019  
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada.: BMH MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA  
Valor ..... : 6.805,24 (seis mil oitocentos e cinco reais e vinte e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/10/2019 Término: 31/01/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.044.3.3.90.00.00.00.00 (198) Saldo:  
213.080,31  
Objeto ..... : Aditivo de itens devido solicitação da Secretaria Municipal de Turismo, informando a necessidade de aquisição de mais materiais devido a ampliação dos pontos de decoração, como, entrada da cidade Praça Luiz Sartoretto  
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 2AD 91/2019 - Contrato Nº: 91/2019  
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada.: CANEPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.4.4.90.00.00.00.00 (271) Saldo: 25.123,53  
Objeto ..... : Aditivo de prazo de execução da obra devido a solicitação da empresa e parecer favorável do departamento de Engenharia.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 1AD 36/2019 - Contrato Nº: 36/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
Contratada.: FERNANDO CORDOVA ALVES  
Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 01/11/2019 Término: 31/12/2019  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Descredenciar a prestação de serviço do item 03 (plantão nos eventos realizados no Município.  
Contratada...: FERNANDO CORDOVA ALVES  
Vigência ..... : Início: 01/11/2019 Término: 31/12/2019  
DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI - GESTOR

Aditivo Nº ..... : 1AD 32/2019 - Contrato Nº: 32/2019  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
Contratada...: DANIELI GELHEN  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 01/11/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2019  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Descredenciar a prestação de serviço do item 03 (plantão nos eventos realizados no Município).  
DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI - GESTOR

## PROJETOS IDOSOS

Publicação Nº 2223643

PROJETOS IDOSOS  
Município de Itá- SC  
Fundo Municipal de Direito do Idoso  
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto Aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do Projeto: 001/2019  
Proponente: Associação Esportiva e Recreativa Penharol de Linha Cruzeiro  
CNPJ: 83.076.208/0001-11  
Título: Reparação e readequação do Centro Comunitário de Linha Cruzeiro  
Valor Autorizado para Captação: R\$ 104.682,84  
Data da Aprovação: 08/11/2019  
Número da Ata: 073/2019  
Número da Resolução: 016/2019  
Prazo de Captação: 31/12/2020

Dados Bancários  
Titular da Conta: Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa  
CNPJ: 20.963.037/0001-22  
Banco: 001 – Banco do Brasil  
Agência: 3635-8  
Conta-Corrente: 15.879-8

Elsida Simon  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 048/2019 DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2224346

PORTARIA N. 048/2019

ALTERA A PORTARIA Nº 026/2019, QUE DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO e dá outras providências.

JUSSELEI EDSON PERIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, V, "e" do Regimento Interno, Lei Complementar n. 035/2006 e Resolução n. 001, de 10 de setembro de 2012;

Considerando a necessidade de avaliar a Servidora Ediane Serraglio, ocupante do cargo de Controle Interno do Poder Legislativo Municipal, Matrícula nº64;

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Comissão Permanente de Avaliação dos Servidores Públicos do Quadro Geral do Poder Legislativo em estágio probatório:

- a) Jusselei Edson Perin – Presidente da Câmara;
- b) Silvana Colossi (servidora efetiva);
- c) Cristina Casarotto Orlando (servidora efetiva);

Art. 2º A avaliação deverá ser realizada com observância rigorosa aos critérios e fatores estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar n. 035/2006 e Resolução n. 001, de 10 de setembro de 2012;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº026/2019 de 09 de julho de 2019.

Itá, Santa Catarina, 11 de Novembro de 2019.

JUSSELEI EDSON PERIN  
Presidente Câmara Vereadores

Registrado e Publicado no DOM



# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2223654

Extrato do primeiro Termo Aditivo. Tomada de Preço Nº 02/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada para Instalação de Sistema Hidráulico preventivo e demais dispositivos de Prevenção Combate a Incêndios com fornecimento de materiais e serviços conforme Planilha Orçamentária para a Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis. Contratada: Preventi Engenharia Contra Incêndio Ltda - EPP. CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica acrescido em R\$ 6.010,43 (seis mil e dez reais e quarenta e três centavos) a homologação do objeto licitado, parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21-06-1993 e conforme Planilha. Itaiópolis, 11/11/2019. Felipe Tavares – Administrador Hospitalar Interino.

# Itapema

## PREFEITURA

### EXTRATO 04.137.2019 - ASSENTAMENTO E REMOÇÃO DE LAJOTAS

Publicação Nº 2223644

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.137.2019

Objeto: Registro de Preço – Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assentamento e remoção de lajota, afim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos descritos do anexo I do edital nº. 04.137.2019.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas de 26 (vinte e seis) de novembro de 2019.

Abertura do Pregão: 26 (vinte e seis) de novembro de 2019, às 13:01(treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações – pregão – pasta 04.137.2019" ou pessoalmente na Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 11 de novembro de 2019.

Osvaldo Batista Neto

Secretário de Obras e Transportes

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

### EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/2019

Publicação Nº 2223923

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 206/2019, Inexigibilidade de Licitação nº 06.026.2019.

DO OBJETO: Contratação de assessoria pedagógica para elaboração dos textos teóricos-metodológicos e revisão da proposta curricular de Itapema/SC.

CONTRATADA: Adriana Correa

CPF: 629.725.969-00

DO VALOR: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 07/11/2019

Itapema, 07 de novembro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 209, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223035

DECRETO Nº 209, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, CULTURAL E BENEFICIENTE PARQUE FLORESTA, DO BAIRRO DO PARQUE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.384 de 17 de abril de 2007;

Decreta:

Art. 1º Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, CULTURAL E BENEFICIENTE PARQUE FLORESTA, inscrita no CNPJ sob nº 80.640.345/0001-49, com sede no Bairro do Parque, Itapiranga, SC.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 11 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 210, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223038

DECRETO Nº 210, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA, CULTURAL E BENEFICIENTE UNIÃO, DE LINHA APARECIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.384 de 17 de abril de 2007;

Decreta:

Art. 1º Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA, CULTURAL E BENEFICIENTE UNIÃO, inscrita no CNPJ sob nº 82.820.267/0001-90, com sede na Linha Aparecida, Interior, Itapiranga, SC.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 11 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 211, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223040

DECRETO Nº 211, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VII do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

Decreta:  
Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas municipais de Itapiranga, SC, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2019.

Parágrafo único. Excetuam-se do presente Decreto os serviços considerados de natureza essencial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 11 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretário Municipal de Administração.

## **DECRETO Nº 212, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2224307

DECRETO Nº 212, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO PARA APRECIÇÃO DE PROPOSTAS DOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROJETO "ADOTE UMA PRAÇA" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Decreta:  
Art. 1º O Decreto nº 205, de 06 de novembro de 2019, que nomeia a Comissão para apreciação de propostas dos interessados em participar do projeto "Adote uma Praça", da Cidade de Itapiranga SC, passa a vigorar com as seguintes alterações:  
"Art. 1º .....

I – Um representante do Conselho Municipal de Trânsito.  
Titular: Fábio José da Silva

V - Um representante da Associação Empresarial de Itapiranga - ASSEMIT;  
Titular: Lucir Pedro Guareschi

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 11 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria de Administração.

## **DECRETO Nº 213, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2224308

DECRETO Nº 213, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.206, de 28 de dezembro de 2018:

Decreta:  
Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2019, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior na seguinte fonte de recurso: 31000 –Rec. Tes. Exerc. Anterior – Recursos Ordinários, no valor de R 1.000,00:

003.0001 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos

0004.0181.0004.2006 – Convênio de Trânsito

33.90.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 11 de novembro de 2019.

Itapiranga, 11 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretaria de Administração.

## EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2016

Publicação Nº 2223423

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 169/2016

Aditivo Nº : 8 T.A 169/2016

Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)

Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada : BETHA SISTEMAS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 181/2016

Objeto : CONCESSÃO DE REAJUSTE AO CONTRATO PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA.

Vigência : Início: 08/11/2019 Término: 01/11/2020

Assinatura : 08/11/2019

Valor R\$: 29.686,20 (Vinte e Nove Mil, Seiscentos e Oitenta e Seis Reais e Vinte Centavos )

Itapiranga, 11 de NOVEMBRO de 2019

## PORTARIA Nº 206/2019

Publicação Nº 2223428

Portaria nº 206 de 7 de novembro de 2019

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora municipal Eliana Simon, matrícula nº 14176/02 para substituir as férias de Marilice Welter Henn, ocupante do cargo de Tesoureiro, no período 7/11/2019 até 21/11/2019.

Parágrafo único. A designação prevista no caput deste artigo, acarretará ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 7 de novembro de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 207/2019

Publicação Nº 2223430

Portaria nº 207 de 11 de novembro de 2019

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante no período de 11/11/2019 até 8/5/2020, à servidora municipal Andréa da Costa Gabriel matrícula nº 14640/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 11 de novembro de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

## QUADRO DE VENCEDORES Nº 159/2019

Publicação Nº 2223565

Pág 1 / 2

## MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos  
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores

**Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 159 / 2019**  
**AQUISIÇÃO DE ENFEITES NATALINOS PARA ORNAMENTAR RUAS, PRAÇAS E PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**

**Fornecedor: 97349 - AGROPECUARIA ITAPIRANGA LTDA EPP**

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5	ESTRELA DE NATAL (FOGOS DE ARTIFÍCIO) CONJUNTO DE 20 TUBOS FOGOS DE ARTIFÍCIO EM LEDS PARA USO EXTERNO MULTIFUNÇÕES, TUBO COM REVESTIMENTO NA COR BRANCO LEITOSO E LEDS INTERNOS NA COR BRANCA FRIO; DIÂMETRO 90 CM; BIVOLT; CAIXA C/ 06 UNIDADES.	CHIBRALI	CAX	1	1.980,00	1.980,00
<b>Total por Fornecedor:</b>						<b>1.980,00</b>

**Fornecedor: 666548 - LUZES E DECÓR LTDA**

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BONECO PAPAI NOEL LUXO, ROSTO E MÃOS EM RESINA, 180 CM ALTURA, ROUPA E GORRO EM VELUDO E PELE; SACO DE PRESENTE; BORDADOS DOURADO.	Decorville	UND	1	1.440,00	1.440,00
2	BONECO PAPAI OU MAMÃE NOEL, ARTESANAL, ENCHIMENTO DE ISOPOR, EM PÉ COM BASE, 150 CM DE ALTURA, (MODELO A ESCOLHER PELA SECRETARIA SOLICITANTE)	Luze e Decór	UND	6	480,00	2.880,00
6	FESTÃO RAMIFICADO VERDE, 28 CM LARGURA X 2 METROS, CONTENDO 270 GALHOS	Briha	UND	20	34,00	680,00
21	FIBRA MANTA ACRÍLICA 80 GM², COM 1,40M DE LARGURA	E. Verde	M	100	7,00	700,00
<b>Total por Fornecedor:</b>						<b>5.700,00</b>

**Fornecedor: 547492 - M. A. SULZBACH CORNELIUS EIRELI - EPP**

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
13	TECIDO DE PELÚCIA, PELO ALTO PARA BARBA E CABELO, COR BRANCO.	BRS	M2	3	89,90	269,70
14	TECIDO POLIÉSTER XADREZ, QUADRADOS DO XADREZ EM TAMANHO DE 2CM X 1,5CM, COM 1,40M DE LARGURA, CORES A DEFINIR (AZUL E BRANCO, VERMELHO E BRANCO, VERDE E BRANCO, PRETO E BRANCO)	CATARINENSE	M	100	10,95	1.095,00
15	TECIDO OXFORD COM ESTAMPA DE NATAL, COM 1,50M DE LARGURA	ADAR	M	15	14,99	224,85
16	TECIDO OXFORD, COR VERDE, COM 1,50M DE LARGURA	ADAR	M	10	11,95	119,50
17	MEIAS DE LÃ, PELUCIADA, LISTRADA, CANO ALTO, TAMANHO ADULTO.	Lupo	PAR	10	15,00	150,00
19	TECIDO CETIM CHARMEUSE, COM 1,40M DE LARGURA, CORES A DEFINIR.	ADAR	M	20	10,20	204,00
<b>Total por Fornecedor:</b>						<b>2.063,05</b>

**Fornecedor: 654299 - MARCELO SIMONI ME**

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	CABO DE FORÇA BLINDADO (RABICHO) PARA MANGUEIRA DE LED, 40CM, 13MM, 2 FIOS, CAIXA 100 UNIDADES	Led Shopping	CAX	2	660,00	1.320,00
4	CORDÃO DE 100 LEDS FIXO, FIO VERDE, A PROVA D'ÁGUA, LUZ BRANCO FRIO, 10 METROS, 220V, CAIXA COM 60 UNIDADES	Led Shopping	CAX	1	920,00	920,00
7	MANGUEIRA DE LED COR BRANCA, 30 LEDS/METRO, 13 MM, 2 FIOS, ROLO COM 100 METROS, 220V.	Led Shopping	UND	10	590,00	5.900,00
8	REFLETOR HOLOFOTE MICROLED SMD, 100W, RGB, COLORIDO COM CONTROLE, IP66, 12 MESES GARANTIA, 9.400 LÚMENS, VIDA ÚTIL 50 MIL HORAS	Led Shopping	UND	6	180,00	1.080,00
9	TUBO CILÍNDRICO EM ACRÍLICO, DUPLO LED, 100 CM, LUZ BRANCA, 220V, CX COM 60 UNIDADES	Led Shopping	CAX	2	990,00	1.980,00
10	CASCATA 400 LED COR BRANCA, FIXA, FIO BRANCO, 10 METROS, 220 VOLTS, CAIXA COM 12	Led Shopping	CAX	5	695,00	3.475,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-DHLBR-311183510 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

11/11/2019 14:51:50



**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**Compras e Contratos  
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores

**Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 159 / 2019**  
**AQUISIÇÃO DE ENFEITES NATALINOS PARA ORNAMENTAR RUAS, PRAÇAS E PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**

**Fornecedor: 654299 - MARCELO SIMONI ME**

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	UNIDADES.					
Total por Fornecedor:						14.675,00
Total Geral:						24.418,05

**Resumo dos Fornecedoros**

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
97349 - AGROPECUARIA ITAPIRANGA LTDA EPP	5	1.980,00
666548 - LUZES E DECÓR LTDA	1, 2, 6, 21	5.700,00
547492 - M. A. SULZBACH CORNELIUS EIRELI - EPP	13, 14, 15, 16, 17, 19	2.063,05
654299 - MARCELO SIMONI ME	3, 4, 7, 8, 9, 10	14.675,00

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA Nº 193/2019 - CDUI

Publicação Nº 2223298

ATA Nº 193/2019  
REUNIÃO ORDINÁRIA  
DIA: 08 de novembro de 2019  
HORÁRIO: 09H00min  
LOCAL: SALA DE REUNIÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

No dia e local supracitados, reuniram-se os conselheiros do CDUI abaixo assinados para a leitura a Ata nº 192/2019 da reunião anterior, e após aprovação da mesma passaram a deliberar sobre os seguintes processos:

1 Protocolo nº 12424/2019 – MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA - Requer estudo de viabilidade para funcionamento do Ministério Público de Santa Catarina, no Lote 03 da Quadra 03, Balneário Paese.  
O Conselho é favorável.

2 Protocolo nº 12553/2019 - JOÃO GABRIEL GONZATTO ARALDI – Solicita viabilidade para implantação de um terminal retro portuário.  
O Conselho defere, desde que apresente projeto na Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento e Urbanismo.

3 Após análise da solicitação da ACOIN, foi deliberado que o mesmo apresente a documentação conforme consta Na Lei 070/2018.

4 Foi realizada a eleição do Coordenador do CDUI para o próximo trimestre, sendo eleita a Sra. Ana Paula Scherer Cáceres, representante da Dirigentes Lojistas de Itapoá (CDL).

Sem mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e a presente ata que será assinada por mim Neuci Mormito Freire, secretária titular, que a redigi e por todos os conselheiros presentes.

Henrique Aguiar

Jonatha de Aguiar

Ana Paula Scherer Cáceres

Márcio Roberto Gonzatto

Delly Lima Maciel Neto

Reinilda Fiorese

Paulo Rodolfo Mertens

Neuci Mormito Freire

### ATA SESSÃO PÚBLICA II - TOMADA DE PREÇO Nº 16/2019

Publicação Nº 2223024

#### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA

Data	11/11/2019	Horário início: 09h:00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 16/2019 Nº 84/2019

OBJETO:  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA SALA DE MÚSICA DA ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA, LOCALIZADA A RUA MADALENA HAÚ, Nº68, BALNEÁRIO JARDIM PÉROLA DO ATLÂNTICO, LOCALIDADE DE ITAPEMA DO NORTE, NESTE MUNICÍPIO, COM METRAGEM DE 540 M2, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4064/2019, a fim de julgar e analisar as propostas de preço das empresas habilitadas no certame em epígrafe, conforme notificação publicada em 04/11/2019. Iniciada a sessão foram abertos os envelopes de proposta de preços os quais se encontravam devidamente lacrados. As propostas foram analisadas e nesta fase a empresa SUSANNE SELLGE EIRELI contestou a questão do valor do quadro de composição do BDI da empresa

PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES. A vice-presidente da CPL baixou diligência e solicitou ao Sr. RICARDO LASTRA, contador do Município, a análise do documento, o qual verificou estar correto. A empresa PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO faz o seguinte questionamento "de acordo com o Decreto 2610 de 03 de dezembro de 2015 passa a ser obrigatório a dissolução da alíquota do ISS com base no valor estimado dos serviços. Esse valor varia de acordo com a área da edificação. No caso analisado o valor do ISS deve ser a diluição da alíquota de 3% na base de cálculo de 27%, o que resulta em um valor de imposto de ISS de 0,81%". Baixada diligência a CPL constatou que o edital também apresentou o ISS de 2%. Ou seja, a empresa SUZANNE SELLGE EIRELI seguiu o edital. A CPL enfatiza que essa planilha é uma estimativa, mas que a empresa pagará o valor de ISS de acordo com a nota apresentada. Logo, o Município não terá prejuízo. Desta forma, ambas as empresas foram HABILITADAS, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Class.	Empresa	Valor Total
1º	SUSANNE SELLGE EIRELI	R\$ 686.121,23
2º	PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	R\$ 694.552,79

Portanto a empresa SUSANNE SELLGE EIRELI foi vencedora dessa licitação com o valor total de R\$ 686.121,23 (seiscentos e oitenta e seis mil cento e vinte e um reais e vinte e três centavos). Observando que o valor total estimado para esta licitação foi de R\$ 817.893,76 (oitocentos e dezessete mil oitocentos e noventa e três reais e setenta e seis centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, até o dia 20/11/2019. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

KARINA JUSSARA DOS SANTOS VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
ELASIO FRISANCO MEMBRO	CARLOS RAMOS JUNIOR MEMBRO
Apoio: FERNANDO VITOR PERES MEMBRO	RICARDO LASTRA MEMBRO
Licitantes presentes:  SUSANNE SELLGE EIRELI MAURÍCIO DE SOUTO GOULART CNPJ/MF: 155.274.339-04	PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES GABRIEL ROSSINNI SIMÕES CNPJ/MF: 074.744.179-01

## DISPENSA Nº 14/2019 - LOCAÇÃO CONSELHOS MUNICIPAIS ASSISTÊNCIA

Publicação Nº 2222622

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2019  
PROCESSO Nº 117/2019

ANGELA MARIA PUERARI, Diretora de Administração, e CÉLIA MARIA KONELL, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, justificam o presente termo de Dispensa de Licitação mediante as seguintes considerações:

Considerando a importância dos Conselhos Municipais que aparecem como espaços públicos que permitem a interação entre a sociedade civil e o Estado, proporcionando uma maior proximidade entre os cidadãos e seus gestores locais. Apontando para uma maior transparência na condução da administração pública local.

Considerando que com a atuação da população nessas políticas, há um fortalecimento da autonomia dos municípios e da intervenção social, e um ambiente para mudanças no modo de pensar e agir dos cidadãos, que adquirem uma consciência da importância de sua colaboração na política do seu Município.

Considerando a importância desse serviço para o desenvolvimento das ações da secretaria de assistência social.

Considerando que não há na Secretaria de Assistência Social espaço físico adequado para sediar os Conselhos Municipais CMAS, COMPI e o CMDCA.

Considerando a localização e espaço físico adequado contendo uma sala de 52m² com 01 banheiro social, localizado a rua 1590, nº401, Itapoá Anexo B1.

Considerando que o de valor de locação que ficou em R\$800,00 conforme avaliações de corretores em anexo.

Considerando o valor de locação ter ficado em R\$850,00 reais, ficando por conta do proprietário as tarifas de água, tendo em vista que conforme site: [www.iguasa.com.br/itapoa](http://www.iguasa.com.br/itapoa), fixa valor para uso público de R\$52,34 mensal.

Considerando que o valor a ser pago a título de aluguel é compatível com o preço de mercado, conforme 03 (três) avaliações realizadas pelos corretores: Patrícia Claudino Bauer, CRECI nº13660/SC, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais); Caroline Bueno Olkoski, CRECI nº 26.138/SC, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), e Leandro Roberto Pinto Ferreira, CRECI nº32261/SC, no valor de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais).

Considerando o Parecer Jurídico nº 128/2019 da Procuradoria Jurídica desta municipalidade.

Autoriza a locação do objeto abaixo descrito:

1. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei n 8.666/93.

2. OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM ALVENARIA SALA COMERCIAL COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 52 M2 CONTENDO 01 (UM) BANHEIRO SOCIAL, MUROS NAS LATERAIS, LOCALIZADO A RUA 1590, Nº401, ANEXO B1, LOTE Nº08 DA QUADRA Nº07 DO BALNEÁRIO ITAPOÁ, REGISTRADO NO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ITAPOÁ, SOB A MATRÍCULA DE N.º8327 – LIVRO N.º 02 – FICHA N.º 01.

3. FINALIDADE: Sedar os Conselhos Municipais da Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal da Pessoa do Idoso (CMPI), Conselho da Criança de adolescente (CMCA).

VALOR E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E FUNDAMENTO DAS DESPESAS: O preço total para locação deste imóvel, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais) que será pago em 12 (doze) parcelas de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais.

4. DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS: Correrá pela dotação orçamentária conta:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Progr.	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
o Bem estar	534	015	001	008	244	005	2122	010000	333903615

6. PRAZO DE VIGÊNCIA: Inicia em 12/11/2019, finalizando-se em 12/11/2020, podendo ser prorrogado ou renovado, ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da Administração Pública.

7. LOCADOR: JOSÉ FLORIANO DA SILVA, brasileiro, divorciado, portador do CI.RG Nº 7.32596/PR, inscrito no CNPF/MF sob Nº 042.009.269-20, residente e domiciliado à Rua: Castro Alves, nº 516, Centro, CEP: 89.248-000, na cidade de Garuva/SC.

Itapoá, 11 de novembro de 2019.  
ANGELA MARIA PUERARI  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

CÉLIA MARIA KONELL  
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO-CARROCEIROS

Publicação Nº 2223184

Prefeitura Municipal de Itapoá  
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Itapoá-SC, 11 de Novembro de 2018.  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O Município de Itapoá, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, de acordo com a Lei Municipal nº 111/2006, torna público que estará realizando cadastramento de carroceiros para efetuarem serviço de limpeza de praia durante o período de alta temporada, com as seguintes especificações:

Quantidade: 20 carroceiros  
Objeto: Limpeza da orla marítima e separação do material recolhido.  
Período da Contratação: 10 de dezembro de 2018 a 10 de março de 2019.  
Horário da Prestação do serviço: das 06:00 às 08:00 horas, de segunda-feira a domingo.  
Regime de Contratação: Trabalhador Autônomo.  
Remuneração mensal: R\$ 1.380,00 ( Um mil, trezentos e oitenta reais).  
Sobre este valor serão descontados INSS e ISS.  
Requisitos para a contratação: Possuir carroça com tração animal.

O credenciamento dos interessados será protocolado entre os dias 18/11/2019 a 22/11/2019, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no horário compreendido das 07:30 às 13:30 horas, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- RG
- CPF
- CARTEIRA DE TRABALHO – NÚMERO DO PIS-PASEPE
- CONTA BANCÁRIA PARA DEPÓSITO
- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

Observação: O credenciamento não garante a contratação, pois serão selecionados de acordo com avaliação desta Secretaria. Carroceiros já cadastrados anteriormente precisam apresentar cópia dos documentos da mesma forma.

Stéfanie Liara Castilho de Aguiar  
Secretária de Obras e Serviços Públicos

**EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 98/2019**

Publicação Nº 2222623

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 98/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: JOSÉ FLORIANO DA SILVA, brasileiro, divorciado, portador do CI.RG Nº 7.32596/PR, inscrito no CNPF/MF sob Nº 042.009.269-20, residente e domiciliado à Rua: Castro Alves, nº 516, Centro, CEP: 89.248-000, na cidade de Garuva/SC.

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2019 – PROCESSO Nº 117/2019.

Objeto: Locação de imóvel em alvenaria sala comercial com área construída de 52 m2 contendo 01 (um) banheiro social, muros nas laterais, localizado a Rua 1590, nº401, Anexo B1, lote nº08 da quadra nº07 do balneário Itapoá, registrado no registro de imóveis da comarca de Itapoá, sob a matrícula de n.º8327 – livro n.º 02 – ficha n.º 01.

VALOR R\$: 10.200,00 (dez mil e duzentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 11/11/2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12/11/2020

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 11 de novembro de 2019.

CELIA MARIA KONELL  
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2019 PROCESSO SELETIVO Nº 065/2019 ALUNOS ESTAGIÁRIOS**

Publicação Nº 2223202

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2019  
PROCESSO SELETIVO Nº 065/2019  
ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato relacionado abaixo, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos, originais e cópias:

- Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;
- Inscrição no CIEE;
- Conta corrente no Banco do Brasil.

CANDIDATO	NÍVEL
Murilo Augusto Gregory da Luz	Superior – Engenharia Civil

OBSERVAÇÃO: O HORÁRIO DE TRABALHO SERÁ DAS 07:30H ÀS 13:30H.

Itapoá, 11 de novembro de 2019.

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha  
Secretária de Administração

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019 PROCESSO SELETIVO Nº 038/2019 EDUCADOR (A) SOCIAL**

Publicação Nº 2223217

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019  
PROCESSO SELETIVO Nº 038/2019  
EDUCADOR (A) SOCIAL

CÉLIA MARIA KONELL, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais CONVOCA aos candidatos, abaixo relacionados para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

Classificação	Candidato
---------------	-----------

10º

Monica de Fatima Ramos Petry

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
  - Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
  - Título de Eleitor (cópia e original);
  - Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
  - Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/pasep (contendo número, série e data de emissão);
  - Uma foto recente 3x4;
  - Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
  - Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);
  - Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
  - Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
  - Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
  - Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
  - Certidão de regularização do CPF (internet);
  - Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br)
  - Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
  - Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
  - Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
  - Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
  - Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
  - Laudo médico;
  - Laudo psicológico;
  - Comprovante Quitação Militar – carteira de reservista (cópia e original);
  - Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração).
- Itapoá, 11 de novembro de 2019.

CÉLIA MARIA KONELL

Secretária de Assistência Social

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 098, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223167

DECRETO Nº 098, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

“Procede a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e dá outras providências”

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, LEI Nº 2.747, de 19 de dezembro de 2018, LEI Nº 2.739, de 18 de outubro de 2018 (LDO 2019) e PPA Quadriênio 2018-2011 - LEI Nº 2.701, de 13 de outubro de 2017 e de acordo com a Lei nº 2.778, de 08 de novembro de 2019,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento financeiro de 2019 do Município de Ituporanga/SC, crédito adicional suplementar no valor de R\$310.366,00 (trezentos e dez mil, trezentos e sessenta e seis reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º. Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional suplementar ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, nos termos do artigo 43, §1º, II e III da Lei 4.320/64.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ituporanga/SC, 11 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL  
Secretária da Administração

NILSON WERTER  
Secretário da Fazenda

### DECRETO Nº 099, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223169

DECRETO Nº 099, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

“Autoriza o Poder Executivo Municipal alteração na Estrutura Orçamentária – DEMUTRAN do Município de Ituporanga e dá outras providências”

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar alteração na estrutura orçamentária do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, com a exclusão da sua vinculação à Secretaria de Administração.

Parágrafo único. Passa a estrutura orçamentária do DEMUTRAN a estar vinculada à Secretaria de Planejamento, em cumprimento ao art. 71-E, II, da Lei Complementar nº 11 de 6 de setembro de 2006, conforme o Anexo da presente Lei

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ituporanga/SC, 11 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL  
Secretária da Administração

NILSON WERTER  
Secretário da Fazenda



**DECRETO Nº 100, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223171

DECRETO Nº 100, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

“Procede a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e dá outras providências”

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, LEI Nº 2.747, de 19 de dezembro de 2018, LEI Nº 2.739, de 18 de outubro de 2018 (LDO 2019) e PPA Quadriênio 2018-2011 - LEI Nº 2.701, de 13 de outubro de 2017 e de acordo com a Lei nº 2.780, de 08 de novembro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no orçamento financeiro de 2019 do Município de Ituporanga/SC, crédito adicional suplementar no valor de R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º. Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional suplementar ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, nos termos do artigo 43, §1º, II e III da Lei 4.320/64.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ituporanga/SC, 11 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL  
Secretária da Administração

NILSON WERTER  
Secretário da Fazenda

**DECRETO Nº 101, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223173

DECRETO Nº 101, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

“Procede a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e dá outras providências”

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, LEI Nº 2.747, de 19 de dezembro de 2018, LEI Nº 2.739, de 18 de outubro de 2018 (LDO 2019) e PPA Quadriênio 2018-2011 - LEI Nº 2.701, de 13 de outubro de 2017 e de acordo com a Lei nº 2.781, de 08 de novembro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no orçamento financeiro de 2019 do Município de Ituporanga/SC, crédito adicional suplementar no valor de R\$3.425,429,00 (três milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e vinte e nove reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO I e ANEXO III.

Art. 2º Fica aberto no orçamento financeiro de 2019 do Município de Ituporanga/SC, crédito adicional especial no valor de R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO II.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional suplementar ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, nos termos do artigo 43, §1º, II e III da Lei 4.320/64.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ituporanga/SC, 11 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL  
Secretária da Administração

NILSON WERTER  
Secretário da Fazenda

**DECRETO Nº 102, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223175

DECRETO Nº 102, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

“Procede a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e dá outras providências”

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, LEI Nº 2.747, de 19 de dezembro de 2018, LEI Nº 2.739, de 18 de outubro de 2018 (LDO 2019) e PPA Quadriênio 2018-2011 - LEI Nº 2.701, de 13 de outubro de 2017 e de acordo com a Lei nº 2.782, de 08 de novembro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no orçamento financeiro de 2019 do Município de Ituporanga/SC, crédito adicional especial no valor de R\$230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), na seguinte orçamentária a qual foi criada no orçamento vigente:

9 – SECRETARIA DA SAÚDE

09.001 – Secretaria da Saúde

09.001.0010 – Saúde

09.001.0010.0304 – Vigilância Sanitária

09.001.0010.0304.0007 – Saúde a prioridade é você

09.001.0010.0304.0007.2xxx – Funcionamento e Manutenção da Vigilância Sanitária

3319. xxxxxxxxxxxxxxxx – Aplicações Diretas (Folhas de pagamento) R\$ 80.000,00

3339. xxxxxxxxxxxxxxxx – Aplicações Diretas (Custeio) R\$ 100.000,00

3449. xxxxxxxxxxxxxxxx – Aplicações Diretas(Investimento) R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos: 01020134 – Recursos Próprios

Art. 2º Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional suplementar ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária abaixo, nos termos do artigo 43, §1º, III da Lei 4.320/64, o qual transcrevemos:

9 – SECRETARIA DA SAÚDE

09.001 – Secretaria da Saúde

0010.0302.0007.2047 – Transferências de Recursos para FMS – Federal

65 – 33390000000000000000 – Aplicações diretas – 01380495 – Atenção à Saúde da População para procedimentos no MAC – SUS/União R\$ 230.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ituporanga/SC, 11 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

NILSON WERTER

Secretário da Fazenda

**DECRETO Nº 103/2019**

Publicação Nº 2223154

DECRETO Nº 103/2019

DECLARA DE INTERESSE SOCIAL UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ADMINISTRATIVA, IMÓVEL ONDE SERÁ CONSTRUÍDO O PARQUE DO SALTO

O Prefeito Municipal de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e;

Considerando que é dever do administrador público promover a construção de obras públicas que beneficiem a população, bem como fomentem o desenvolvimento econômico e turístico do Município de Ituporanga;

Considerando que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, a teor do art. 30, inciso I, da Constituição Federal;

Considerando instituído no art. 5º inciso XXIV, da Constituição Federal, “desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro”;

Considerando que o Decreto Lei 3.365 de 21/06/41, “dispõe sobre desapropriação por utilidade pública”, considera que “mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados, pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios”;

Considerando o enunciado da Lei nº 4.132 de 10.09.62, alterada pela Lei nº 6.513/77, “desapropriação por interesse social será decretada para promover justa distribuição de propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal...”

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica declarada de INTERESSE SOCIAL e UTILIDADE PÚBLICA, para fins de DESAPROPRIAÇÃO, uma área de 50.471,00m2, conforme croqui anexo a este decreto, fazendo parte integrante dele, descrita como segue:

Ao norte, com terras de Águas Negras S/A, onde mede 34,29m, ao sul, com terras do espólio de Samuel Bennert, onde mede 116,34m, ao oeste com terras do espólio de Samuel Bennert, onde mede 247,27m, e em seguida margeia a Rua José Koerich; ao leste, em toda sua extensão com o rio Itajaí do Sul. I.N.C.R.A: nº do imóvel 805 068 013, desmembrável de uma área total do imóvel 12,57 hectares – matrícula nº502, página 001, Livro 02, no Ofício de Registro de Imóveis de Ituporanga.

Art. 2º - A desapropriação de que trata o art. 1º deste Decreto destina-se à criação do Parque do Salto e sua revitalização, bem como à construção da Avenida Beira Rio, margeando o salto até encontrar-se com a sede do bairro Salto Grande.

Art. 3º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ituporanga,

em 30 de outubro de 2019.

Gervásio Maciel

Prefeito em Exercício

Lia Caroline Miguel

Secretária Municipal de Administração

## **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2019/PMI CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE FAIXAS ELEVADAS EM DIVERSAS RUAS DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

Publicação Nº 2223137

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2019

Processo: 72/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE FAIXAS ELEVADAS A SEREM EXECUTAS EM DIVERSAS RUAS DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 28 de novembro de 2019 até as 09h00min horas no setor de Protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Dia 28 de novembro de 2019 às 09h30min horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 12 de novembro de 2019 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em exercício

# Jaborá

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 89/2019/MUNICIPIO DE JABORÁ/SC TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2019/MUNICIPIO DE JABORÁ/SC**

Publicação Nº 2223442

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2019

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município de Jaborá/SC, através do Município de Jaborá, em cumprimento da ratificação procedida pelo Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA, DE CUNHO ADMINISTRATIVO, PARA AFERIR O GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ-SC, EM CADA ÁREA DE ATUAÇÃO.

FAVORECIDO: TULIPA PESQUISAS DE MERCADO E OPINIÃO PÚBLICA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.731.315/0001-37.

VALOR ESTIMADO: R\$ 9.650,00 (nove mil e seiscentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94.

Jaborá (SC), 11 de novembro de 2019.

Aldo Guarese

Presidente da Comissão

**Jacinto Machado****PREFEITURA****DECRETO Nº 126 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223816

DECRETO Nº. 126 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 10, da Lei nº 888 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade, abaixo discriminado, do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 223.340,00 (Duzentos e Vinte e Três Mil, Trezentos e Quarenta Reais), como segue:

Órgão: 06 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 2.033 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0080 (63) – Aplicações Diretas ..... R\$ 223.340,00

TOTAL GERAL: ..... R\$ 223.340,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 06 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 2.033 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0080 (71) – Aplicações Diretas ..... R\$ 223.340,00

TOTAL GERAL ..... R\$ 223.340,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 30 de Outubro de 2019.

Jacinto Machado/SC, 30 de Outubro de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

**DECRETO Nº 128 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223819

DECRETO Nº 128 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 10, da Lei nº 888 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 9.360,00 (Nove Mil, Trezentos e Sessenta e Reais), como segue:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 03- DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Projeto/Atividade: 2.019 – Manutenção do Departamento de Esportes

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0080 (61) – Aplicações Diretas ..... R\$ 9.360,00 TOTAL GERAL: .....

..... R\$ 9.360,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 03- DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Projeto/Atividade: 2.019 – Manutenção do Departamento de Esportes

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0080 (60) – Aplicações Diretas ..... R\$ 9.360,00 TOTAL GERAL: .....  
..... R\$ 9.360,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Novembro de 2019.

Jacinto Machado/SC, 01 de Novembro de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

## DECRETO Nº 127 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223817

DECRETO Nº 127 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11, I, da Lei Municipal nº. 888 de 17 de Dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2019, na importância de R\$ 7.700,00 (Sete Mil e Setecentos Reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2019.

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade 2.071: Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0724(22) – Aplicações Diretas ..... R\$ 7.700,00

TOTAL ..... R\$ 7.700,00

Art. 2º - Os recursos para suprirem o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ocorrerão por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2019, no valor de R\$ 7.700,00 (Sete Mil e Setecentos Reais), oriundos da transferência dos recursos financeiros dos "Cofinanciamentos da Farmácia Básica Estadual", repassados através da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, depositados na Agência 2192-X – Banco do Brasil e Conta Corrente n.º 17.035-6, de titularidade do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Novembro de 2019.

Jacinto Machado/SC, 01 de Novembro de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. B. CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

## DECRETO Nº 129, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223823

DECRETO Nº 129, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11, I, da Lei Municipal nº. 888 de 17 de Dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2019, na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2019.

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade 2.023: Manutenção de Outros Programas de Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0723(18) – Aplicações Diretas..R\$ 200.000,00

TOTAL ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprirem o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ocorrerão por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2019, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), oriundos da transferência dos recursos financeiros do SUS/União, Processo nº 25000.155238/2019-11 e proposta nº 36000265192201900, destinados a Apoio para Manutenção de Unidades de Saúde – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde, repassados através do Fundo Nacional de Saúde, depositados na Agência 1084 – Banco Caixa Econômica Federal e Conta Corrente/Aplicação n.º 624.045-3, de titularidade do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Novembro de 2019.

Jacinto Machado/SC, 01 de Novembro de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. B. CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

## DECRETO Nº 130 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223852

DECRETO Nº 130 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11, I, da Lei Municipal nº. 888 de 17 de Dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2019, na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2019.

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade 2.023: Manutenção de Outros Programas de Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0723(18) – Aplicações Diretas....R\$ 30.000,00

TOTAL ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprirem o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ocorrerão por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2019, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), oriundos da transferência dos recursos financeiros do SUS/União, Processo nº 25000.115542/2019-25 e Processo nº 25000.225548/2018-29, destinados a Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS, repassados através do Fundo Nacional de Saúde, depositados na Agência 1084 – Banco Caixa Econômica Federal e Conta Corrente/Aplicação n.º 624.045-3, de titularidade do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Novembro de 2019.

Jacinto Machado/SC, 01 de Novembro de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. B. CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS

Publicação Nº 2223447

#### APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA Nº 043/2018

CONTRATO 343/2018

Contratada: HRG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – CNPJ nº 13.965.630/0001-42.

#### APOSTILA Nº 018/2019

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93 e em cumprimento ao contido no subitem 3.3 da cláusula terceira do Contrato Original, declaro que o Contrato nº 373/2018, a partir de 01/10/2019, terá os seus valores unitários reajustados através do INPC, apurado no período de outubro de 2018 a setembro de 2019, em 2,92%, passando os valores a vigorar conforme tabela abaixo:

Quant	Unid.	Especificação	Valor mensal	Valor Total para 04 meses
12	meses	Locação de imóvel com área total de 1.010M², galpão comercial em alvenaria, matrículas MI 25.228 e 48.799, sito a Rua 37 - João Planincheck, nº 1361, bairro Nova Brasília, município de Jaraguá do Sul (SC), destinado ao funcionamento do setor de manutenções, patrimônio, marcenaria, depósito de imobiliários, equipamentos de informática e arquivo de documentos da Secretaria Municipal de Saúde.	6.175,20	74.102,40

Jaraguá do Sul, 11 de novembro de 2019.

Alceu Gilmar Moretti

Secretário Municipal da Saúde e Gestor de Fundo Municipal de Saúde

### CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019

Publicação Nº 2222801

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s), KASSIO SILVA TEMPERLY, convocados(as) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 002/2019 no Cargo de Médico Clínico Geral – 20h.

### CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019

Publicação Nº 2222798

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s), SANDRA GOIS CABRAL JUNGLES, convocados(as) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 002/2019 no cargo de Auxiliar em Saúde Bucal – 40h.

**CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019**

Publicação Nº 2222802

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s), MIRTES LUNELLI, convocados(as) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 002/2019 no Cargo de Técnico de Enfermagem – 40h.

**CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 004/2018**

Publicação Nº 2222805

Convocação de Processo Seletivo 004/2018.

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s), JHOSELIN PAULA ALVES, convocados(as) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 004/2018 no Cargo de Médico Clínico Geral – 40h.

**DITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 270/2019**

Publicação Nº 2223878

DITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 270/2019  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO  
FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA  
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CONJUNTOS DE ABRIGOS PARA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (ESTUFAS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para incentivo à agricultura familiar de Jaraguá do Sul, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III e Termo de Referência no ANEXO IX do Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal nº 7.639/2019.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla item para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I deste Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 27 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:00 hs do dia 27 de novembro de 2019, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 401.950,00 (quatrocentos e um mil novecentos e cinquenta reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 22 de outubro de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

DANIEL PEACH  
Gestor do Froagro

**EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 306/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2223882

**EDITAL**

TOMADA DE PREÇOS Nº 306/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TIPO: Menor Preço Global

**OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma da em uma área de 2.057,30 m<sup>2</sup> ( dois mil e cinquenta e sete virgula trinta metros quadrados), para troca de cobertura, de instalações elétricas e de cabeamento estruturado, na E.M.E.B Rodolfo Dornbusch, localizada na rua Professor Irmão Geraldino, 489, Bairro Vila Lalau, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

**REGIMENTO:** Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

**PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** até as 13:15 horas do dia 29 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

**ABERTURA dos ENVELOPES:** 13:30 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

**RETIRADA DO EDITAL E ANEXO:** O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br) sem qualquer custo.

**VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 1.831.905,06 (hum milhão oitocentos e trinta e um mil novecentos e cinco reais e seis centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretario Municipal de Administração

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

Publicação Nº 2224340

**EDITAL**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Tipo: Menor preço Por Item

**COMUNICADO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO**

O Município de Jaraguá do Sul, através da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 13.127/2019, comunicam aos participantes do Pregão Presencial supra citado, que as empresas ORBENK ADM E SERVIÇOS LTDA e ORCALI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA protocolaram tempestivamente no dia 06/11/2019 e 11/11/2019 sob os protocolos nºs 31742/2019 e 32108/2019, RECURSOS ADMINISTRATIVOS referente às suas manifestações em ata.

Desta forma, por força do disposto no inciso XVII do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520/2002, ficam as demais licitantes cientificadas de que poderão apresentar contrarrazões ao recurso administrativo apresentado, no prazo de 03 (três) dias consecutivos após publicação no Diário Oficial dos Municípios (D.O.M), compreendendo o período de 13/11/2019 com término em 18/11/2019.

Jaraguá do Sul (SC), 11 de novembro de 2019.

Rosinei Ap. Gretter Dias

Sidnei Corrêa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro

Pregoeira e Equipe de Apoio

Decreto nº 13.127/2019

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 067/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

Publicação Nº 2223360

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 067/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a situação emergencial e o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10-a da Lei Municipal 1182/88 e Artigo 4º, III da Lei 5427/2009,

CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado (a)	CPF/CNPJ	Notificação	Medida Determinada	Prazo para Cumprimento
Ingomar Krueger	754.651.759-15	28745/2019	Imóvel cadastro 36560, apresenta vegetação indevida (mato alto). Roçar e limpar o imóvel	15 dias
Ingomar Krueger	754.651.759-15	28746/2019	Imóvel cadastro 36561, apresenta vegetação indevida (mato alto). Roçar e limpar o imóvel	15 dias

Considera-se notificado o contribuinte acima listado no prazo de 15 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, acarretará na aplicação de multa contra o notificado, nos termos do Art. 7º da Lei 5427/2009, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 068/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 2223361

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 068/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos termos do Artigo 10-A, 230 e 231 da Lei Municipal 1.182/88 e Artigo 3º I da Lei Municipal 7.728/2018, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado	CPF/CNPJ	Notificação Preliminar	Medidas Determinadas	Prazo
Osni Jose Vasel	194.443.209-44	28488/2019	Passeio público não atendendo as normas de acessibilidade. Reconstruir passeio público (calçada) no imóvel cadastro: 11089.	240 dias
Sebastião da Silva	246.490.409-06	28852/2019	Executar passeio público no imóvel cadastro: 43840.	240 dias

Consideram-se notificados o(s) contribuinte(s) acima listados no prazo de 240 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, incorrerá o (s) notificado (s) nas penas do Art. 44 da Lei 7.728/2018, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

## EDITAL Nº 03/2019 - PROCESSO SELETIVO INTERNO DE PROFISSIONAIS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2224296

### EDITAL Nº 03/2019

PROCESSO SELETIVO INTERNO DE PROFISSIONAIS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA - PARA ATUAR NA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE ATENÇÃO DOMICILIAR – EMAD NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR – SAD DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC.

Considerando o Capítulo VI da Lei Nº 8.080, Art. 19º - I (Incluído pela Lei Nº 10.424, de 2002), que estabelece o atendimento domiciliar e a internação domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde, e prevê que o atendimento e a internação domiciliares serão realizados por equipes multidisciplinares que atuarão nos níveis da medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora e que só poderão ser realizados por indicação médica, com expressa concordância do usuário e de sua família;

Considerando o Art. 15º, inciso IV, da Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso;

Considerando a Portaria GM/MS Nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria GM/MS Nº 1.600 de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências, institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS e considera a Atenção Domiciliar como um de seus componentes;

Considerando a Portaria GM/MS Nº 2.809, de 7 de dezembro de 2012, que estabelece a organização dos Cuidados Prolongados para resguardar à Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) e às demais Redes Temáticas de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria GM/MS Nº 529, de 1º de abril de 2013, que institui a Política Nacional de Segurança do Paciente, que visa promover e apoiar a implementação de iniciativas voltadas à segurança do paciente em diferentes áreas da atenção, organização e gestão de serviços de saúde, por meio da implantação da gestão de risco e de Núcleos de Segurança do Paciente nos estabelecimentos de saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS Nº 761, de 8 de julho de 2013, que estabelece normas para o cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, com alterações posteriores (vide Portaria SAS/MS Nº 1.587, de 7 de novembro de 2016);

Considerando a Portaria GM/MS Nº 825, de 25 de abril de 2016, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS e atualiza as equipes habilitadas;

Considerando a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA Nº 11, de 26 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Funcionamento de Serviços que prestam Atenção Domiciliar;

Considerando o Decreto Nº 7.508, de 29 de junho de 2011, que regulamenta a Lei Nº 8.080, de 1990;

Considerando a tendência mundial de desospitalização, como forma de cuidado humanizado na recuperação do usuário;

Considerando a implementação e a continuidade da assistência aos usuários que necessitam de atenção domiciliar a curto, médio e longo prazos, com o intuito de identificar, planejar e executar ações que minimizem os obstáculos à adequada prestação dos serviços no Município;

Considerando a Lei Municipal Nº 6870/2014, que regulamenta o Serviço de Atenção Domiciliar - SAD no Município de Jaraguá do Sul, como uma modalidade de Atenção à Saúde, substitutiva ou complementar aos programas já existentes, caracterizada por um conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação prestadas em domicílio, com garantias de continuidade e integrada às Redes de Atenção à Saúde;

Considerando a Humanização como Política transversal na Rede de Atenção à Saúde - RAS do SUS, expressa no documento: "Humaniza SUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS", sendo aplicável, ainda, aos servidores efetivos do Município de Jaraguá do Sul as regras estatutárias, plano de cargos, salários e carreiras, e regras de seguridade social estabelecidas nas LC Nº 122/2012, 154/2014 e 217/2018;

Considerando a Portaria Nº 125/2019, que estabelece as normas e diretrizes referentes a organização da atenção domiciliar na Secretaria de Saúde de Jaraguá do sul;

Considerando o Plano Municipal de Saúde, período 2018/2021, disponível no link <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=19058>, aprovado pelo CMS, através da Resolução Nº 23/2017/CMS/JS, estabelecido pelo Decreto Municipal Nº 11.747/2017;

O Secretário Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura das inscrições para a realização de processo seletivo, para fins de seleção interna de pessoal do quadro efetivo no âmbito da Semsu, destinado ao recrutamento, seleção e à formação de cadastro de reserva de profissionais para atuar na Emad, no âmbito do SAD, nas condições e prazos previstos em Lei e neste Edital.

## 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Interno foi regulamentado pela Lei Municipal Nº 6.870 de 28 de maio de 2014, alterada pelas leis municipais 6.958/2014 de 14/11/2014, 6.994/2014 de 18/12/2014 e Decreto Municipal Nº13.341/2019 de 08 de novembro de 2019.

1.2. O Processo Seletivo Interno será conduzido, analisado e julgado pela Comissão de Análise do Edital Nº003/2019/Semsu designada pelo Secretário Municipal de Saúde através da Portaria Nº92/2019 de 11 de junho de 2019.

1.3 O Processo Seletivo Interno será realizado mediante apresentação de títulos (Diploma/Certificado de Habilitação) e tempo de serviço na área de atuação no cargo.

1.4. O prazo de validade do Processo Seletivo Interno será de 1 (um) ano, contado da data de divulgação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com interesse público por ato motivado do Secretário Municipal de Saúde.

## 2. DO OBJETO E OBJETIVOS

2.1. O Processo Seletivo Interno tem por objeto o recrutamento, a seleção e a formação de cadastro de reserva de profissionais para atuar na Emad, no âmbito do SAD, da Semsu, como uma modalidade de Atenção à Saúde, caracterizada por um conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação prestadas em domicílio, com garantias de continuidade e integrada às Redes de Atenção à Saúde, na forma da legislação aplicável e deste Edital.

2.1.1. O Edital destina-se ao recrutamento para cadastro reserva de vagas de:

- a) Médico da Emad - 40h;
- b) Enfermeiro da Emad - 40h;
- c) Fisioterapeuta da Emad - 30h;
- d) Técnico/Auxiliar de Enfermagem da Emad - 40h.

## 3. REQUISITOS

3.1. Ser Servidor Estatutário do Município de Jaraguá do Sul e lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante de cargo efetivo previsto na Lei Municipal nº 6870/2014 e seus anexos, para o SAD;

3.2 Não estar respondendo a processo administrativo disciplinar;

3.3 Não ter cumprido penalidade disciplinar de suspensão nos últimos 05 (cinco) anos;

3.4 Não estar afastado por Junta Médica ou Perícia Médica;

3.5 Cumprir jornada semanal conforme carga horária do cargo;

3.6 Ter disponibilidade para participar de processos de capacitação continuada e atividades permanentes em saúde programadas;

3.7 Ter como pressuposto a concordância com o trabalho em equipe multidisciplinar, a aplicação, apropriação e repasse de conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à prática individual e coletiva e que venham a responsabilizar - se pela vigilância à saúde da população de seu território de atuação.

#### 4. DA INSCRIÇÃO

4.1 Podem inscrever-se para o Processo Seletivo Interno o servidor com 3 (três) anos ou mais de exercício nos serviços e unidades vinculados à Semsu, ocupante de cargo efetivo de:

4.1.1. Médico - 40h;

4.1.2. Enfermeiro - 40h;

4.1.3. Fisioterapeuta - 30h

4.1.4. Técnico/Auxiliar de Enfermagem - 40h

4.2. Visando dar integral cumprimento às normas estatutárias pertinentes ao estágio probatório que exigem a avaliação do desempenho do servidor em relação às atribuições do cargo efetivo, dar-se-á preferência ao lançamento de edital visando a seleção interna de servidor estável, evitando-se o recrutamento de servidor em estágio probatório, exceto, por ato motivado do Secretário Municipal de Saúde.

4.3. O Secretário Municipal de Saúde é responsável pela designação de servidores efetivos e estáveis para compor a Emad.

4.4. A quantidade e a qualidade do SAD serão definidas por ato do Secretário Municipal de Saúde, no interesse da Semsu.

4.5. Os candidatos aprovados e classificados serão convocados para composição, total ou parcial, da equipe, observada a necessidade do serviço.

4.6. A inscrição para o Processo Seletivo Interno será realizada através da página da Prefeitura <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/extras/012/> e entrega dos documentos, com o preenchimento manual de ficha de inscrição (Anexo II) conforme cronograma deste Edital (Anexo I), pessoalmente pelo servidor ou por procurador regularmente habilitado.

4.6.1. Não será admitida inscrição por telefone, por via postal ou por meio eletrônico.

4.6.2. A ficha de inscrição deve ser preenchida pelo servidor ou procurador, conforme modelo do Anexo II disponível no site <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>

4.7. A ficha de inscrição deve ser entregue na Semsu, situada na Rua Isidoro Pedri nº 120, em Jaraguá do Sul/SC, acompanhada dos documentos originais e fotocópias a saber:

4.7.1. Carteira Nacional de Habilitação;

4.7.2. Portaria de Nomeação para o cargo efetivo com lotação na Semsu, e portaria de conclusão do estágio probatório;

4.7.3. Certificados de conclusão de cursos de formação que comprove a participação do servidor em cursos, seminários, congressos, palestras ou assemelhados, à distância ou presenciais, relacionados ao seu cargo efetivo. Para a contagem das horas dos cursos de formação, o servidor deverá apresentar certificado de conclusão onde conste a carga horária e ementa programática, realizado no período de 2016 à 2019, com carga horária mínima de 16 horas;

4.7.4. Diploma de conclusão de Curso de Nível Superior em Medicina emitido por instituição reconhecida pelo MEC, devidamente registrado no Conselho, para a função de Médico;

4.7.5. Diploma de conclusão de Curso de Nível Superior em Enfermagem emitido por instituição reconhecida pelo MEC, devidamente registrado no Conselho, para a função de Enfermeiro;

4.7.6. Diploma de conclusão de Curso de Nível Superior em Fisioterapia emitido por instituição reconhecida pelo MEC, devidamente registrado no Conselho, para a função de Fisioterapeuta;

4.7.7. Diploma de Curso Técnico em Enfermagem emitido por instituição reconhecida pelo MEC, devidamente registrado no Conselho, para



a função de Auxiliar de Enfermagem.

#### 4.8. Carteira de Identidade e CPF;

4.9. Certificados de Título de Especialização, Residência, Mestrado e/ou Doutorado na área correlata ao cargo público que ocupa junto à Semsu, quando houver: documento comprobatório de Especialização, Residência, Mestrado e/ou Doutorado; documento comprobatório de Iniciação Científica e/ou Monitoria; documento comprobatório de atividade didática; trabalhos completos publicados em revistas com corpo editorial.

4.10. São requisitos obrigatórios para participar do Processo Seletivo Interno ser servidor público efetivo e estável, possuir habilitação legal para dirigir veículo automotor e possuir habilitação legal para o exercício da função, com comprovação de registro no Conselho de Classe.

### 5. DO PROCESSO SELETIVO:

5.1. O Processo Seletivo Interno consistirá em única fase: prova de títulos, de caráter classificatório, cuja pontuação será definida no Edital.

### 6. DA ATRIBUIÇÃO DA EQUIPE

#### 6.1. SÃO COMPETÊNCIAS COMUNS A TODOS OS PROFISSIONAIS DO SAD:

6.1.1 O SAD, substituto ou complementar à internação hospitalar ou ao atendimento ambulatorial, é prestado em domicílio no âmbito do Município, em conformidade com a Portaria GM/MS Nº 963, de 27 de maio 2013, mediante a formação de equipes com as seguintes atribuições:

6.1.1.1 trabalhar em equipe multiprofissional e integrada à Rede de Atenção à Saúde;

6.1.1.2 identificar e treinar o(s) familiar(es) e/ou cuidador(es) do usuário, envolvendo-o(s) na realização de cuidados, respeitando os seus limites e potencialidades;

6.1.1.3 instruir o(s) cuidador(es) como sujeito(s) do processo e executor das ações;

6.1.1.4. acolher demanda de dúvidas e queixas dos usuários e familiares e/ou cuidadores como parte do processo de Atenção Domiciliar;

6.1.1.5. elaborar reuniões para cuidadores e familiares;

6.1.1.6. utilizar linguagem acessível a cada instância de relacionamento;

6.1.1.7. promover treinamento pré e pós desospitalização para os familiares e/ou cuidadores dos usuários;

6.1.1.8. participar da educação permanente promovida pelos gestores;

6.1.1.9. promover e participar de avaliações semanais das Equipes do Serviço de Atenção Domiciliar, buscando analisar os planos terapêuticos;

6.1.1.10. apoiar na alta programada de usuários internados em hospitais inseridos no Município no qual atuam, através do estabelecimento de fluxos e protocolos com estas unidades hospitalares.

#### 7. SÃO COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DOS PROFISSIONAIS DO SAD:

7.1 Médico: realizar consultas médicas domiciliares; avaliar e prescrever tratamento medicamentoso; atestar o óbito em domicílio aos pacientes assistidos pelo SAD; dar suporte médico a pacientes em Ventilação Mecânica Não Invasiva - VMNI; realizar pequenos procedimentos, auxiliado pela Equipe; registrar os atendimentos realizados; promover e participar de avaliações semanais da Equipe do SAD, buscando analisar os planos terapêuticos; indicar internação hospitalar; verificar o real estado clínico do paciente, se este é elegível para Atenção Domiciliar ou se a modalidade em que este se encontra é pertinente ou se é passível de alta;

7.2 Enfermeiro: realizar consultas de enfermagem em domicílio; elaborar, com base no diagnóstico de enfermagem, a prescrição dos cuidados; supervisionar o trabalho da área da enfermagem (Técnicos e Auxiliares de Enfermagem); realizar rotinas da prática da enfermagem (antibioticoterapia, manutenção e troca de sondas, pequenos procedimentos em conjunto com o Médico, punção venosa, administração medicamentosa sob prescrição médica, realizar curativos de grau I, II e III, entre outros); dar suporte a pacientes em Ventilação Mecânica Não Invasiva - VMNI; elaborar o plano de visitas domiciliares; verificar o real estado clínico do paciente, se este é elegível para Atenção Domiciliar ou se a modalidade em que este se encontra é pertinente ou se é passível de alta;

7.3 Fisioterapeuta: realizar consultas e atendimentos fisioterapêuticos em ambiente domiciliar; realizar atendimento e diagnóstico fisioterapêutico restaurando, mantendo ou reabilitando a independência funcional do paciente; realizar atendimento fisioterapêutico a pacientes em Ventilação Mecânica Não Invasiva - VMNI; verificar o real estado clínico do paciente, se este é elegível para Atenção Domiciliar ou se a modalidade em que este se encontra é pertinente ou se é passível de alta;

7.4 Técnico/Auxiliar de Enfermagem: realizar atendimentos em ambiente domiciliar; dar suporte a pacientes em Ventilação Mecânica Não Invasiva - VMNI; executar as ações definidas no plano de cuidados (administração de medicação, manutenção de sondas, realização de



curativos, punção venosa, entre outras), sob responsabilidade do Enfermeiro; acompanhar a evolução dos casos e comunicar à Equipe as alterações observadas; identificar sinais de gravidade e comunicar ao Enfermeiro e ao Médico alterações no quadro clínico do paciente; verificar o real estado clínico do paciente, se este é elegível para Atenção Domiciliar ou se a modalidade em que este se encontra é pertinente ou se é passível de alta.

#### 8. DA DESTITUIÇÃO DO MEMBRO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO SAD:

##### 8.1 Será destituído o membro da equipe multidisciplinar que:

- I – deixar de desempenhar integralmente as atribuições previstas nos diplomas de regência do exercício profissional;
- II – por iniciativa da Semsu, quando restar comprovada a insuficiência de desempenho, por descumprimento das metas individuais;
- III – interromper o exercício, num período de 12 (doze) meses, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou alternados, sem justificativa, conforme os Art.197º e 198º da Lei 154/2014;
- IV - sair de licença para tratar de assuntos particulares, conforme Art. 127 da Lei 154/2014;
- V - solicitar por iniciativa própria;
- VI - incorrer em infração disciplinar punível de demissão;
- VII - por decisão da Semsu, quando caracterizar a desnecessidade de manutenção, total ou parcial da equipe, porque compete ao Secretário Municipal de Saúde definir, por Portaria, o número de equipes, o número de profissionais e jornada de trabalho, de acordo com a necessidade do serviço e com as normas estatutárias;

8.2. O pedido de reconsideração, dirigido pelo membro da equipe multidisciplinar à autoridade que houver expedido o ato de destituição, e o recurso, dirigido à autoridade imediatamente superior, a contar da publicação ou da ciência da decisão recorrida, deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

8.3. Destituído da equipe multidisciplinar, o servidor será removido de ofício para outra unidade de saúde, observado o interesse da Semsu.

8.4. É assegurado ao membro da equipe multidisciplinar que se afastar de suas atividades por período igual ou inferior a 4 (quatro) anos o direito de voltar a integrá-la, consideradas as vagas existentes na oportunidade, na hipótese de:

8.4.1. exercício de cargo ou função de confiança relacionado à sua área de atuação;

8.4.2. desempenho de mandato classista, por prazo indeterminado.

8.5. Inexistindo vaga, o servidor deverá aguardá-la lotado em unidade determinada pela Semsu, sendo-lhe assegurado integrar uma nova equipe com preferência sobre outros servidores aprovados em processo seletivo vigente.

8.6. Aplica-se ao pessoal designado para formar as equipes do SAD, o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, e demais legislações correlatas no que pertine aos deveres; proibições; acumulações e responsabilidades do servidor; penalidades; prazo de incompatibilidade para celebração de novo contrato; impedimento de retorno ao serviço público por penalidades; auxílio-doença; licença por acidente em serviço; licença especial à gestante ou adotante e o direito de petição.

8.7. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal do SAD serão apuradas mediante processo administrativo disciplinar, garantida a ampla defesa e o contraditório.

#### 9 - DA GRATIFICAÇÃO

9.1. Será concedida gratificação mensal ao profissional de saúde pela participação, mediante Processo Seletivo Interno, no SAD, titular do cargo de carreira de Médico, Enfermeiro, Fisioterapeuta e Técnico/Auxiliar em Enfermagem, conforme valores fixados em lei (Anexo IV). A gratificação especial para atuação no SAD não se incorpora aos vencimentos ou proventos do servidor.

9.2. O servidor designado deve cumprir todas as exigências de produtividade e avaliação funcional fixadas no Decreto Municipal Nº 13.341/2019 de 08 de novembro de 2019, sem prejuízo de outras normas complementares de auditoria, controle e avaliação dos serviços públicos relacionados ao SAD.

#### 10. DA AVALIAÇÃO DE ATUAÇÃO

10.1. O profissional inscrito e designado para atuar no SAD obriga-se ao cumprimento de metas e submete-se à Avaliação conforme atos regulamentares e normativos vigentes; atos regulamentares determinados pela administração municipal, passíveis de alteração unilateral; bem como, pelos atos normativos do Secretário Municipal de Saúde, no âmbito da Semsu.

10.2. A inscrição do candidato importará no conhecimento deste Edital e valerá como aceitação expressa de suas normas.

#### 11. DA PROVA DE TÍTULOS

11.1. Para fins de prova de títulos serão computados como títulos de formação: doutorado, mestrado, residência médica, especialização, magistério na área, certificados de congressos e/ou atualização, livros publicados, trabalhos e resumos publicados em anais, com pontuação específica e razoável.

11.2. Será conferida pontuação mais alta para os títulos nas seguintes áreas correlatas à Atenção Domiciliar: Atenção Domiciliar e/ou Home

Care, Cuidados Paliativos, Ostomia e Estomas, Tratamento de Feridas e/ou Coberturas Especiais, Urgência e Emergência, Neurologia, Oxigenoterapia e Respiração Mecânica, Terapia Intensiva e Reabilitação.

11.3. A pontuação dar-se-á da seguinte forma:

a) Para cursos de Especialização, Residência, Mestrado e/ou Doutorado (somente 1 (um) certificado por categoria)

Curso	Pontuação
Especialização em área correlata a Atenção Domiciliar (listados no item 11.2)	06
Especialização em Saúde da Família, Saúde Pública, Saúde Coletiva, Saúde Comunitária ou Atenção Básica ou Primária	05
Especialização em outras áreas da saúde	04
Residência Médica ou Multiprofissional em área correlata a Atenção Domiciliar (listados no item 11.2)	09
Residência Médica ou Multiprofissional em Saúde da Família, Saúde Pública, Saúde Coletiva, Saúde Comunitária ou Atenção Básica ou Primária	08
Residência Médica ou Multiprofissional em outras áreas da saúde	07
Mestrado em área correlata a Atenção Domiciliar (listados no item 11.2)	12
Mestrado em Saúde da Família, Saúde Pública, Saúde Coletiva, Saúde Comunitária ou Atenção Básica ou Primária	11
Mestrado em outras áreas da saúde	10
Doutorado em área correlata a Atenção Domiciliar (listados no item 11.2)	15
Doutorado em Saúde da Família, Saúde Pública, Saúde Coletiva, Saúde Comunitária ou Atenção Básica ou Primária	14
Doutorado em outras áreas da saúde	13
Magistério na área de atuação	01
Livros publicados, trabalhos e resumos publicados em anais	01
Cursos na área de atuação	
Cursos, treinamentos, simpósios, congressos relacionados a área de atuação com carga horária mínima de 16 horas.	0,5 ponto por certificado, podendo ser computados no máximo 1,5 pontos

b) Por tempo de serviço efetivamente prestado para a Semsu de Jaraguá do Sul, no mesmo cargo pleiteado, com dedução de licença sem vencimento e faltas injustificadas na função equivalente ao indicado na ficha de inscrição deste Processo Seletivo, declaração a qual pode ser solicitada no setor de Gestão de Pessoas, com no mínimo 3 dias de antecedência:

Área	Pontuação a cada 6 (seis) meses comprovadamente trabalhados
Área correlata a Atenção Domiciliar	02
Outras áreas da Saúde	01

11.4. Há possibilidade de apresentação de declaração de instituição oficial de ensino (original), emitida no prazo máximo de um ano a contar da data da publicação do Edital, de que o candidato realizou a formação (doutorado, mestrado, residência médica, especialização) e que somente está aguardando a emissão do certificado, a ser providenciado pela respectiva instituição de ensino, especificando o tema da formação e carga horária.

11.5. É vedada a sobreposição de horas e a contagem das horas de cursos realizados em data anterior à regulamentação do SAD pela Portaria GM/MS Nº 963, de 27 de maio 2013.

11.6 Se ocorrer empate na nota final, terá preferência na ordem de classificação o candidato:

- I - que tiver maior tempo de efetivo exercício no cargo na Semsu;
- II - de idade mais avançada.

## 12. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

12.1 Serão publicados no sítio eletrônico do Município <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>, as inscrições, a relação dos candidatos aprovados com as notas, o número de inscrição e a homologação da classificação final do Processo Seletivo Interno, sendo este último publicado também no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, sujeito a alterações.

### 13. DOS RECURSOS

13.1. Após publicação dos servidores inscritos e/ou aprovados em cada uma das fases procedimentais do processo, o candidato que se sentir prejudicado pode interpor recursos mediante requerimento, em formulário próprio (Anexo III), fundamentado e acompanhado dos documentos comprobatórios, no prazo estipulado no Cronograma (Anexo I), dirigido à Comissão de Análise do Edital Nº003/2019/Semsa entregue na Diretoria de Saúde, na Semsa, na Rua Isidoro Pedri nº 120, em Jaraguá do Sul/SC.

13.2. O recurso que se basear em razões subjetivas, sem a devida comprovação será indeferido.

13.3. Não serão analisados os recursos interpostos fora dos prazos estipulados.

### 14. HOMOLOGAÇÃO

14.1. O resultado final do Processo Seletivo Interno será homologado através de publicação no endereço eletrônico <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/>, e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme cronograma, onde constará a relação dos candidatos classificados, em ordem crescente de classificação.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

15.1 O candidato deverá aguardar a convocação da Semsa para mudança do local de trabalho, sendo que esta só será realizada a critério e necessidade do serviço.

15.2 O candidato que, ao ser convocado para assumir a vaga e estiver afastado por junta médica, Perícia Médica ou Licença Maternidade, deverá comparecer ao RH/Semsa munido de declaração própria firmando intenção da vaga após o termino do afastamento.

15.3 O candidato que, ao ser convocado para assumir a vaga, não se apresentar a esta Semsa no prazo estipulado, será automaticamente eliminado.

15.4 O horário de trabalho do profissional será definido na Portaria de nomeação segundo critérios estabelecidos pela equipe técnica da Diretoria de Saúde, podendo a qualquer tempo ser modificado pela necessidade do serviço.

15.5 Fica reservado ao Município de Jaraguá do Sul, em razão de interesse público, baseado em critérios de oportunidade e conveniência, o direito de remoção do servidor de local trabalho a qualquer tempo, mesmo após o resultado do presente Processo Seletivo Interno.

### 16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

16.1. Os casos omissos serão analisados e julgados pela Comissão de Análise do Edital do Nº003/2019/Semsa e submetidos ao parecer do Secretário Municipal de Saúde.

16.2. As despesas decorrentes da execução deste Edital correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento.

16.3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de novembro de de 2019

Gilmar Alceu Moretti  
Secretário Municipal de Saúde

### ANEXO I

#### CRONOGRAMA

ATIVIDADES	DATAS PREVISTAS	LOCAL
Divulgação	12 a 27 de novembro de 2019	No endereço eletrônico: <a href="http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/">http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/</a> e no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Inscrições	De 28 de novembro de 2019 até às 23 horas e 59 minutos do dia 03 de dezembro de 2019	No endereço eletrônico: <a href="https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/extras/012/">https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/extras/012/</a> e com entrega pessoalmente dos documentos, no endereço Rua Isidoro Pedri, 120, Barra do Rio Molha, CEP 89259-590, Jaraguá do Sul, Santa Catarina, à Comissão de Análise do Edital do Nº003/2019/Semsa na Semsa nos dias úteis no horário das 08h as 11h e das 13h30 as 16h.

Resultado preliminar	12 de dezembro de de 2019	No endereço eletrônico: <a href="http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/">http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/</a>
Recursos	Dias 13 e 16 de dezembro de 2019	O recurso deverá ser solicitado e entregue à Comissão de Análise do Edital do Nº003/2019/Semsa na Semsa, na Rua Isidoro Pedri nº 120, em Jaraguá do Sul/SC, no horário das 08h as 11h e das 13h30 as 16h .
Homologação	20 de dezembro 2019	No endereço eletrônico: <a href="http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/">http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/</a> e no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

## ANEXO II

## Ficha de Inscrição

Inscrição nº \_\_\_\_\_

- ( ) Médico da EMAD  
 ( ) Enfermeiro da EMAD  
 ( ) Fisioterapeuta da EMAD  
 ( ) Técnico/Auxiliar de Enfermagem da EMAD

Nome: \_\_\_\_\_

Telefones para contato: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Local atual de lotação: Secretaria Municipal de Saúde - Semsa

Data da inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Candidato Responsável pela Inscrição

-----

Comprovante de Inscrição nº \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Data da inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Candidato Responsável pela Inscrição

## ANEXO III

## Formulário para Recurso

Cargo: \_\_\_\_\_

Número da Inscrição: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Telefones para contato: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_ Justificativa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Candidato

Comissão de Análise do Edital do Nº003/2019/Semsa \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## ANEXO IV

Em face das características diferenciadas do Serviço de Atenção Domiciliar – SAD, fica assegurada a percepção de gratificação especial aos servidores ocupantes de cargos efetivos de:

Cargo	Carga horária	Gratificação conforme Lei Municipal nº6870/2014
-------	---------------	---

Enfermeiro	40 horas	2.057,32
Médico	40 horas	8.155,44
Fisioterapeuta	30 horas	2.057,32
Técnico/Auxiliar de Enfermagem	40 horas	1.429,04

A gratificação especial fixada no Anexo IV será alterada nos mesmos índices e na mesma periodicidade na revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais.

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 219/2019 - SEMASH / FMDCA - COMUNICADO DE ALTERAÇÃO**

Publicação Nº 2224303

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 219/2019  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
EXCLUSIVO PARA ME/EPP  
TIPO: menor preço POR ITEM

### **COMUNICADO DE ALTERAÇÃO**

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, vem por meio deste comunicado informar as seguintes alterações no Edital de Pregão Presencial nº 219/2019:

Item 4.1 – Alínea “g”: Conter prazo de entrega de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados após recebimento da Autorização de Fornecimento que será enviada via fax - símile ou e-mail;  
Item 5.2.9 Certidão de Registro e Regularidade da Licitante ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou CAU, identificando o(s) responsável(eis) técnico(s), o(s) qual(is) deverá(ão) ser obrigatoriamente o(s) mesmo(s) profissional(is) a que se refere o “item 5.2.11” seguinte;  
Item 13.1.1 – Efetuar a entrega conforme estabelecido neste edital, incluindo a preparação do solo para afixação do parquinho.  
Item 16.8: VALOR MÁXIMO DA AQUISIÇÃO: R\$ 19.930,00 (dezenove mil, novecentos trinta reais reais).”

FoI incluso o seguinte item:

5.2.5.1 - ATENÇÃO: Em se tratando da certidão expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, emitidas após 01/04/2019, para que esta tenha validade, a mesma deverá ser acompanhada da certidão de registros cadastrados emitida no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

E por alterar a formulação da proposta, fica designado nova data, em conformidade com o 4º do artigo 21 da Lei 8.666/1993, da seguinte forma:

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13h30 do dia 22 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 14h00 do mesmo dia, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, Criança e Adolescente.

Jaraguá do Sul(SC), 11 de novembro de 2019

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário de Administração

MARIA SANTIN CAMELLO  
Ordenadora do Fundo Municipal dos Direitos  
da Criança e do Adolescente

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 257/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

Publicação Nº 2223866

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 257/2019  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: O objeto do presente Edital é a contratação de 01 (um) veículo, com capacidade mínima de 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, incluindo o motorista, destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Rio da Luz Vitória até a Escola Municipal de Educação Básica Professor Henrique Heise, localizada na Rua: Rodovia JGS 489, no bairro Rio da Luz, neste município, em conformidade

com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 10:15 horas do dia 29 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul SC.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 10:30 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais) por dia de transporte realizado, sendo o valor unitário de R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais).

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtido no seguinte endereço: Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul-SC, ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br).

Jaraguá do Sul (SC), 15 de outubro de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 258/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

Publicação Nº 2223869

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 258/2019  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: O objeto do presente Edital é a contratação de 01 (um) veículo, com capacidade mínima de 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, incluindo o motorista, destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Jaraguazinho, até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Estevão, localizada na Rua Estrada Garibaldi, 1315 no Bairro Garibaldi, neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 29 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul SC.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 08:45 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 189.528,00 (cento e oitenta e nove mil quinhentos e vinte e oito reais) por dia de transporte realizado, sendo o valor unitário de R\$ 947,64 (novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtido no seguinte endereço: Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul-SC, ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br).

Jaraguá do Sul (SC), 15 de outubro de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2019 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

Publicação Nº 2223870

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2019  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
TIPO: Menor Preço por Item



**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS CORTANTES (lâminas, canto de lâminas, unhas, dentes e suporte) ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**REGIMENTO:** Lei Federal 8.666 de 21/06/93, Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, DECRETO 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Lei Municipal nº 6.291/2011 e Decreto 8.440/2012 e LC 123/2006.

**DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO:** Em atendimento a LC 147/2014, os itens deste edital se enquadram na participação exclusiva para ME/EPP, sendo permitido as G.E. formularem proposta para todos os itens, que somente serão consideradas em caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de ME/EPP.

**DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** Até às 08:30 horas do dia 28 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:00 hs do dia 28 de novembro de 2019, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

**VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO:** R\$ 202.968,50 (duzentos e dois mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 18 de outubro de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2019**

Publicação Nº 2223875

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2019  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO  
FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA  
TIPO: Menor Preço por Item

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de SAIBRO (macadame), BRITA, AREIA E CONCRETO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal nº 7.844/2019 e Decreto nº 13.030/2019.

**DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO:** Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla item para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I deste Edital.

**DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** Até às 13:30 horas do dia 27 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 13:45 hs do dia 27 de novembro de 2019, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

**VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO:** R\$ 1.343.000,00 (um milhão trezentos e quarenta e três mil reais).

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 18 de outubro de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

DANIEL PEACH  
Gestor do Froagro

Identificação e assinatura do Contador Responsável



**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2019-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

Publicação Nº 2224339

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2019-FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
TIPO: Menor Preço Por Item

**COMUNICADO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO**

O Município de Jaraguá do Sul, através da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 13.127/2019, comunicam aos participantes do Pregão Presencial supra citado, que a empresa JEFFERSON DUWE EPP protocolou tempestivamente no dia 11/11/2019 sob o protocolo nº 32045/2019, RECURSO ADMINISTRATIVO referente à sua manifestação em ata.

Desta forma, por força do disposto no inciso XVII do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520/2002, ficam as demais licitantes cientificadas de que poderão apresentar contrarrazões ao recurso administrativo apresentado, no prazo de 03 (três) dias consecutivos após publicação no Diário Oficial dos Municípios (D.O.M), compreendendo o período de 13/11/2019 com término em 18/11/2019.

Jaraguá do Sul (SC), 11 de novembro de 2019.

Rosinei Ap. Gretter Dias

Sidnei Corrêa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro

Pregoeira e Equipe de Apoio  
Decreto nº 13.127/2019

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2019**

Publicação Nº 2223859

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2019**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e DEMAIS SECRETARIAS

CONTRATADA: REI DOS REIS COM. ATAC. E VAR. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.1.1 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 16.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue no almoxarifado da Secretaria de Administração.

PRAZO PARA AS ENTREGAS: A cada pedido realizado, a entrega total deverá acontecer no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subseq-ente ao recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile e/ou e-mail.

CONDIÇÕES PARA AS ENTREGAS: No recebimento de cada pedido, o produto será avaliado de acordo com a especificação detalhada constante no Edital. Não estando em conformidade, o mesmo será reprovado e o pedido será devolvido em sua totalidade.

LOCAIS E CONDIÇÕES PARA AS ENTREGAS: Os equipamentos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, localizada na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Barra do Rio Molha, na Diretoria de Tecnologia da Informação, para a devida análise das mercadorias, pelos técnicos.

DATA DA ASSINATURA: 04/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti, Samira Helena Abreu Leutprecht, Maria Santin Camello, Daniel Peach, Eduardo Bertoldi, Normando Nelson Zitta Junior e Geison Alexandre Lopes

ARGOS JOSÉ BURGARDT – Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI - Gestor do FMS

SAMIRA HELENA ABREU LEUTPRECHT - Gestora do FMDDD

MARIA SANTIN CAMELLO - Ordenadora do FMAS

DANIEL PEACH - Gestor do Froagro

LUÍS FERNANDO ALMEIDA - Coordenador do FMHIS

EDUARDO BERTOLDI - Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo  
Convênio Rádio Patrulha e Convênio Trânsito

NORMANDO NELSON ZITTA JUNIOR – Presidente da FUJAMA

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 244/2019

Publicação Nº 2223860

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 244/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e DEMAIS SECRETARIAS

CONTRATADA: MICROSENS S/A

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.1.1 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 16.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue no almoxarifado da Secretaria de Administração.

PRAZO PARA AS ENTREGAS: A cada pedido realizado, a entrega total deverá acontecer no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subseq-ente ao recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile e/ou e-mail.

CONDIÇÕES PARA AS ENTREGAS: No recebimento de cada pedido, o produto será avaliado de acordo com a especificação detalhada constante no Edital. Não estando em conformidade, o mesmo será reprovado e o pedido será devolvido em sua totalidade.

LOCAIS E CONDIÇÕES PARA AS ENTREGAS: Os equipamentos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, localizada na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Barra do Rio Molha, na Diretoria de Tecnologia da Informação, para a devida análise das mercadorias, pelos técnicos.

DATA DA ASSINATURA: 04/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti, Samira Helena Abreu Leutprecht, Maria Santin Camello, Daniel Peach, Eduardo Bertoldi, Normando Nelson Zitta Junior e Luciano Tercilio Biz

ARGOS JOSÉ BURGARDT – Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI - Gestor do FMS

SAMIRA HELENA ABREU LEUTPRECHT - Gestora do FMDDD

MARIA SANTIN CAMELLO - Ordenadora do FMAS

DANIEL PEACH - Gestor do Froagro

LUÍS FERNANDO ALMEIDA - Coordenador do FMHIS

EDUARDO BERTOLDI - Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo  
Convênio Rádio Patrulha e Convênio Trânsito

NORMANDO NELSON ZITTA JUNIOR – Presidente da FUJAMA

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2019

Publicação Nº 2223862

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e DEMAIS SECRETARIAS

CONTRATADA: INFOPLAN COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.1.1 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 16.1 da cláusula

décima sexta desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue no almoxarifado da Secretaria de Administração.

PRAZO PARA AS ENTREGAS: A cada pedido realizado, a entrega total deverá acontecer no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subseq-ente ao recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile e/ou e-mail.

CONDIÇÕES PARA AS ENTREGAS: No recebimento de cada pedido, o produto será avaliado de acordo com a especificação detalhada constante no Edital. Não estando em conformidade, o mesmo será reprovado e o pedido será devolvido em sua totalidade.

LOCAIS E CONDIÇÕES PARA AS ENTREGAS: Os equipamentos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, localizada na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Barra do Rio Molha, na Diretoria de Tecnologia da Informação, para a devida análise das mercadorias, pelos técnicos.

DATA DA ASSINATURA: 04/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti, Samira Helena Abreu Leutprecht, Maria Santin Camello, Daniel Peach, Eduardo Bertoldi, Normando Nelson Zitta Junior e Márcio Jörgensen

ARGOS JOSÉ BURGARDT – Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI - Gestor do FMS

SAMIRA HELENA ABREU LEUTPRECHT - Gestora do FMDDD

MARIA SANTIN CAMELLO - Ordenadora do FMAS

DANIEL PEACH - Gestor do Froagro

LUÍS FERNANDO ALMEIDA - Coordenador do FMHIS

EDUARDO BERTOLDI - Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo  
Convênio Rádio Patrulha e Convênio Trânsito

NORMANDO NELSON ZITTA JUNIOR – Presidente da FUJAMA

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 301/2019

Publicação Nº 2223880

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 301/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e DEMAIS SECRETARIAS

CONTRATADA: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de PNEUS e CÂMARAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, Polícia Militar e Polícia Civil, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.1.1 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso no Almoxarifado Central, conforme descrito no item 11.3.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega para os itens deverá acontecer com prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão realizadas no Almoxarifado Central do Município, localizado na Rua Marina Frutuoso, 800, Centro – Jaraguá do Sul/SC ou na Rua Isidoro Pedri, 120 no Bairro Barra do Rio Molha, acesso pela Portaria 2 (em frente ao Senai), conforme informado na Autorização de Fornecimento, aos cuidados dos senhores Wagner, Marcelo ou Adriano, em horário normal de expediente do município.

DATA DA ASSINATURA: 15/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Onésimo Sell, Daniel Peach, Eduardo Bertoldi, Alceu Gilmar Moretti, Natália Petry e Gibran José Dambrowski.

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Argos José Burgard

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Onésimo Sell

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO  
Daniel Peach

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO/PC/PM  
Eduardo Bertoldi

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER  
Natália Petry

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Alceu Gilmar Moretti – Gestor do FMS

## EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO Nº 533/2019 AO CONTRATO Nº 379/2014

Publicação Nº 2223449

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO Nº 533/2019 AO CONTRATO Nº 379/2014

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 073/2014.

FUNDAMENTO: artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: FLAMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de serventia, visando o atendimento das necessidades do município, conforme os quantitativos estimados e descrições das atividades a serem desenvolvidas, descritos nos Anexos III e IV, que ficam fazendo parte deste instrumento, no que não conflitar com as disposições do Edital e do presente Contrato.

DA REPACTUAÇÃO DO VALOR: Tendo em vista o valor pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda e reduzido pelo item 4.1 da cláusula quarta do Primeiro Termo Aditivo nº 382/2015, e reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda e reduzido pelo item 4.1 da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo nº 287/2016, repactuado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Sexto Termo Aditivo nº 315/2017; repactuado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Sétimo Termo Aditivo nº 363/2018, e com fundamento nas Decisões Administrativas exaradas nos Processos Administrativos nº 28.848/2019 e nº 11.144/2019, fica reajustado no valor de R\$ 3.584,60 (três mil quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), por funcionário, a partir de 01/01/2019. Considerando a quantidade de 49 (quarenta e nove) auxiliares de serviços colocadas a disposição da Secretarias Municipais da Administração, Educação, do Urbanismo e da Assistência Social, Criança e Adolescente o valor da contrato passa a ser de R\$ 175.645,40 (cento e setenta e cinco mil seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos) mensal.

A repactuação de que se trata este Termo Aditivo se dará da seguinte forma:

Reequilíbrio Econômico-Financeiro: R\$ 86.889,87 (Período de 01/01/2019 a 14/11/2019).

Reequilíbrio Econômico-Financeiro R\$ 8301,58 (Período de 15/11/2019 a 14/12/2019).

Em consequência o valor total do contrato passa a ser de R\$ 526.936,20 (quinhentos e vinte e seis mil novecentos e trinta e seis reais e vinte centavos), para o período de 03 (três) meses.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2019, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
05.001.04.122.0300.2057	Manutenção das atividades do Patrimônio	3.3.90 – Aplicações Diretas	53	0.1.00.0080
08.002.12.361.0350.2109	Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	133	0.1.01.0001
08.02.12.361.0350.2.109	Pagamento dos Servidores da Assistência Social	3.3.90 – Aplicações Diretas	253	0.1.00.0080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, e Nádio Maltauro Flaresso.

Argos José Burgardt  
Secretário Municipal da Administração

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 442/2019 AO CONTRATO Nº 482/2018

Publicação Nº 2223448

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 442/2019 AO CONTRATO Nº 482/2018

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 029/2018.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para reforma em uma área de 1.121,25 m2 e ampliação com área de 688,91 m2, na EMEB Ricieri Marcatto, localizada na Rua 853 Richard Viergutz no Bairro do Rio Cerro, no município de Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso I da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias a contar de 07/10/2019 com término em 03/02/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 03 de abril de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 11.917/2018, servidor público Engenheiro Dalton Uhlendorf, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 03/10/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Jerson Lopes de Oliveira.

Ivana Atanásio Dias  
Secretario Municipal de Educação

## EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 557/2019 AO CONTRATO Nº 353/2017

Publicação Nº 2223454

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 557/2019 AO CONTRATO Nº 353/2017

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2017 E PROCESSOS: 001/2017 FUJAMA, 009/2017-FROAGRO E 31/2017-FMS.

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA -FROAGRO e FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO: Contratação serviços de pessoa jurídica especializada em seguro veicular, para a frota de veículos, máquinas e equipamentos oficiais do Município de Jaraguá do Sul e do Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, com cobertura RCF (Contra Terceiros) e Total (Compreensiva) contra danos materiais resultantes de sinistro, roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e a terceiros, incluindo assistência 24 (vinte e quatro) horas, com reboque ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica conforme especificações constantes no Anexo II - Termo de Referência.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93, ficam acrescidos ao Lote 01 do Edital de Pregão Eletrônico nº 116/2017, com Seguro Total, os seguintes veículos:

ITEM	FROTA	PLACA	CHASSI	MARCA	MODELO	FAB	MOD	SECRETARIA	VALOR
188	495	RAI1177	95PZBN7KPLB085610	HYUNDAI	HR HDB	2019	2020	OBRAS	R\$ 1.061,24
189	496	RAI1197	95PZBN7KPLB085664	HYUNDAI	HR HDB	2019	2020	OBRAS	R\$ 1.061,40

O acréscimo dos veículos supracitados é no valor total de R\$ 2.122,64 (dois mil e cento e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos), correspondente a 3,89% (três inteiros e oitenta e nove centésimos por cento) do valor global do contrato original.

Em consequência, o valor global do contrato passa a ser de R\$ 60.715,83 (sessenta mil setecentos e quinze reais e oitenta e três centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias de 2019, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.122.0302.2301	Pagamento de despesas fixas - Obras	3.3.90 – Aplicações Diretas	177	0.1.00.0080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 07/11/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul.

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Daniel Peach, Normando Zitta Junior e Marcelo Wais.

Argos José Burgardt  
Secretário Municipal da Administração



**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 534/2019 AO CONTRATO Nº 380/2014**

Publicação Nº 2223450

**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 534/2019 AO CONTRATO Nº 380/2014**

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 073/2014 – Processo: 035/2014-FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 4º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: FLAMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de serventia, visando o atendimento das necessidades do município, conforme os quantitativos estimados e descrições das atividades a serem desenvolvidas, descritos nos Anexos III e IV, que ficam fazendo parte deste instrumento, no que não conflitar com as disposições do Edital e do presente Contrato. A execução do objeto do presente Contrato será realizada a partir da data estabelecida neste instrumento, de acordo com as especificações, quantidades estimadas, carga horária e frequência definida nos Anexos III e IV, com a prestação dos serviços conforme proposta da contratada, parte integrante deste instrumento.

DO REAJUSTE ECONÔMICO-FINANCEIRO: Com fundamento no ofício acostado a este termo, e em concordância com a Contratada, o valor pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 174/2015, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda e reduzido pelo item 4.1 da cláusula quarta do Segundo Termo Aditivo nº 368/2015, e reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda e reduzido pelo item 4.1 da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo nº 275/2016, repactuado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Quarto Termo Aditivo nº 318/2017, repactuado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quinto Termo Aditivo nº 366/2018, e com fundamento nas Decisões Administrativas exaradas nos Processos Administrativos nº 28.848/2019 e nº 11.144/2019, fica reajustado no valor de R\$ 3.584,60 (três mil quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), por funcionário, a partir de 01/01/2019.

Considerando a quantidade de 12 (doze) auxiliares de serviços colocadas a disposição do Fundo Municipal de Saúde o valor da contrato passa a ser de R\$ 43.015,20 (quarenta e três mil quinze reais e vinte centavos) mensal. A repactuação de que se trata este Termo Aditivo se dará da seguinte forma:

Reequilíbrio Econômico-Financeiro: R\$ 21.279,15 (Período de 01/01/2019 a 14/11/2019).

Reequilíbrio Econômico-Financeiro R\$ 2.033,04 (Período de 15/11/2019 a 14/12/2019).

Em consequência o valor total do contrato passa a ser de R\$ 129.045,60 (cento e vinte e nove mil quarenta e cinco reais e sessenta centavos), para o período de 03 (três) meses.

Em consequência o valor do contrato passa a ser de R\$ 43.015,20 (quarenta e três mil quinze reais e vinte centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2019, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.001.10.122.0300.2652	Manutenção das atividades administrativas – Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	06	0.1.02.0002
15.002.10.301.0751.2660	Prestar assistência de atenção básica – PAB	3.3.90 – Aplicações Diretas	27	0.2.38.0090
15.003.10.302.0753.2700	Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS AD	3.3.90 – Aplicações Diretas	46	0.2.38.0093
15.003.10.302.0753.2701	Manutenção das Atividades do CAPS Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	47	0.2.38.0093
15.003.10.302.0753.2702	Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS II	3.3.90 – Aplicações Diretas	48	0.2.38.0093
15.003.10.302.0753.2705	Prestar serviços de média e alta complexidade ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	51	0.1.02.0002

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Nádio Maltauro Flaresso.

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 535/2019 AO CONTRATO Nº 026/2014-FC**

Publicação Nº 2223452

**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 535/2019 AO CONTRATO Nº 026/2014-FC**

PROCESSO: CONCORRÊNCIA 073/2014 – Processo nº 028/2014-FC.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 4º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-S.

CONTRATADA: FLAMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de serventia, visando o atendimento das necessidades do

município, conforme os quantitativos estimados e descrições das atividades a serem desenvolvidas, descritos nos Anexos III e IV, que ficam fazendo parte deste instrumento, no que não conflitar com as disposições do Edital e do presente Contrato. A execução do objeto do presente Contrato será realizada a partir da data estabelecida neste instrumento, de acordo com as especificações, quantidades estimadas, carga horária e freqüência definida nos Anexo III e IV, com a prestação dos serviços conforme proposta da contratada, parte integrante deste instrumento.

**DO REAJUSTE ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Tendo em vista o valor pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, reequilibrado pelo item 2.1 da segunda cláusula do Primeiro Termo Aditivo nº 155/2015, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda e reduzido pelo item 4.1 da cláusula quarta do Segundo Termo Aditivo nº 091/2016; repactuado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quarto Termo Aditivo nº 316/2017; repactuado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quinto Termo Aditivo nº 364/2018, e com fundamento nas Decisões Administrativas exaradas nos Processos Administrativos nº 28.848/2019 e nº 11.144/2019, fica reajustado no valor de R\$ 3.584,60 (três mil quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), por funcionário, a partir de 01/01/2019. Considerando a quantidade de 04 (quatro) auxiliares de serviços colocadas a disposição o valor da contrato passa a ser de R\$ 14.338,40 (quatorze mil trezentos e trinta e oito reais e quarenta centavos) mensal.

A repactuação de que se trata este Termo Aditivo se dará da seguinte forma:

Reequilíbrio Econômico-Financeiro: R\$ 7.093,05 (Período de 01/01/2019 a 14/11/2019).

Reequilíbrio Econômico-Financeiro R\$ 677,68 (Período de 15/11/2019 a 14/12/2019).

Em consequência o valor total do contrato passa a ser de R\$ 43.015,20 (quarenta e três mil quinze reais e vinte centavos), para o período de 03 (três) meses.

Em consequência o valor do contrato passa a ser de R\$ 14.338,40 (quatorze mil trezentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos).

**DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:** As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2019, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.001.13.122.0300.4100	Manutenção das atividades administrativas - Cultura	3.3.90 – Aplicações Diretas	494	0.1.00.0080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Nádio Maltauro Flaresso.

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

## EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 536/2019 AO CONTRATO Nº 028/2014-FME

Publicação Nº 2223453

### EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 536/2019 AO CONTRATO Nº 028/2014-FME

PROCESSO: CONCORRÊNCIA 073/2014 – Processo nº 032/2014-FME.

FUNDAMENTO: no artigo 57, § 4º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: FLAMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP

**DO OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de serventia, visando o atendimento das necessidades do município, conforme os quantitativos estimados e descrições das atividades a serem desenvolvidas, descritos nos Anexos III e IV, que ficam fazendo parte deste instrumento, no que não conflitar com as disposições do Edital e do presente Contrato. A execução do objeto do presente Contrato será realizada a partir da data estabelecida neste instrumento, de acordo com as especificações, quantidades estimadas, carga horária e freqüência definida nos Anexo III e IV, com a prestação dos serviços conforme proposta da contratada, parte integrante deste instrumento.

**DO REAJUSTE ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Tendo em vista o valor pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, reequilibrado pelo item 2.1 da segunda cláusula do Primeiro Termo Aditivo nº 021/2015, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda e reduzido pelo item 4.1 da cláusula quarta do Segundo Termo Aditivo nº 025/2016, repactuado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quarto Termo Aditivo nº 317/2017, repactuado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quinto Termo Aditivo nº 365/2018, e com fundamento nas Decisões Administrativas exaradas nos Processos Administrativos nº 28.848/2019 e nº 11.144/2019, fica reajustado no valor de R\$ 3.584,60 (três mil quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), por funcionário, a partir de 01/01/2019. Considerando a quantidade de 06 (seis) auxiliares de serviços colocadas a disposição o valor da contrato passa a ser de R\$ 21.507,60 (vinte e um mil quinhentos e sete reais e sessenta centavos) mensal.

A repactuação de que se trata este Termo Aditivo se dará da seguinte forma:

Reequilíbrio Econômico-Financeiro: R\$ 10.639,57 (Período de 01/01/2019 a 14/11/2019).

Reequilíbrio Econômico-Financeiro R\$ 1.016,53 (Período de 15/11/2019 a 14/12/2019).

Em consequência o valor total do contrato passa a ser de R\$ 64.522,80 (sessenta e quatro mil quinhentos e vinte e dois reais e oitenta centavos), para o período de 03 (três) meses.

**DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:** As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2019, como segue:



Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.004.27.122.0300.4000	Manutenção das atividades administrativas - Desporto e Lazer	3.3.90 – Aplicações Diretas	531	0.1.00.0080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Nádio Maltauro Flaresso.

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

## EXTRATO – CONVÊNIO N.º 53/2019 ISSEM

Publicação Nº 2222812

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 53/2019

ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: Banco do Brasil S.A. (CNPJ nº 00.000.000/0001-91).

OBJETO: Concessão de empréstimos e financiamentos, mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores, aposentados e pensionistas do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos das Leis Complementares Municipais (LCM) n.º 154/2014 e 217/2018.

VIGÊNCIA: de 16/10/2019 até 15/10/2020.

DATA DA ASSINATURA: 16/10/2019.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e José Carlos Baloni.

Márcio Erdmann

Presidente

Issem

## ORDEM DE PARALISAÇÃO – Nº 04/2019

Publicação Nº 2223885

ORDEM DE PARALISAÇÃO – Nº 04/2019

Determinamos por meio desta, a empresa Comércio e Instalações Elétricas São José Eireli, a paralisação dos serviços referentes a prestação de serviços de engenharia para Reforma e Ampliação da EMEB Henrique Heise situada na Rod. JGS489, nº7077 – Bairro Rio da Luz II – Jaraguá do Sul/SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Tomada de Preços Nº 144/2019, formalizada pelo Contrato nº 396/2019, a partir da data do recebimento desta Ordem, por prazo indeterminado, por motivo de ordem técnica (exceção do parágrafo único do artigo 8º da lei 8.666/93).

Jaraguá do Sul, 07 de Novembro de 2019.

Marcelo Elias da Silveira Engenheiro Eletricista – Fiscal	Irio Riegel Gestor do Contrato
--	-----------------------------------

Recebi em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Comércio e Instalações Elétricas São José Eireli

CNPJ/MF 08.720.381/0001-95

OBS:- Será lavrada em 6 (seis) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Controladoria; e) Arquivo no Setor responsável pelas obras; f) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;  
– Reinício dos Serviços está condicionado à autorização expressa do contratante.

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Paralisação, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 07 de Novembro de 2019.

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal da Educação

**PORTARIA Nº 326/2019/SEMTIP**

Publicação Nº 2223803

PORTARIANº 326/2019/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 307/2019/1ª CPAD, de 08/11/2019, da Primeira Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 09/11/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 023/2019, instaurado pela Portaria Nº 631/2019, de 12/07/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública  
Portaria 949/2019

**PORTARIA Nº 202/2019/SEMSA**

Publicação Nº 2223010

PORTARIANº 202/2019/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2017; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 146/2018/Semsa de 19 de novembro de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 074/2019/Semsa de 13 de maio de 2019;

CONSIDERANDO o teor do Mem.230/2019/DS-SEMSA de 21 de outubro de 2019, encaminhado pela Diretoria de Saúde, solicitando prorrogação de contratos com a Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a Portaria nº 146/2018/Semsa que admite FABIO AUGUSTO GESSER CARDOSO, para em Caráter Temporário atuar como Médico Especialista, a partir de 15/11/2019 até 12/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de novembro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 203/2019/SEMSA**

Publicação Nº 2223011

PORTARIANº 203/2019/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2016; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 063/2018/Semsa de 29 de maio de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 144/2018/Semsa de 14 de novembro de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 075/2019/Semsa de 13 de maio de 2019;

CONSIDERANDO o teor do Mem.230/2019/DS-SEMSA de 21 de outubro de 2019, encaminhado pela Diretoria de Saúde, solicitando prorrogação de contratos com a Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a Portaria nº 063/2018/Semsa que admite FERNANDO MOSSI DE OLIVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Cirurgião Dentista, a partir de 26/11/2019 até 23/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de novembro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ALCEU GILMAR MORETTI  
Secretário Municipal de Saúde

### **PORTARIA Nº 204/2019/SEMSA**

Publicação Nº 2223012

PORTARIANº 204/2019/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2018; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 147/2018/Semsa de 19 de novembro de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 076/2019/Semsa de 13 de maio de 2019;

CONSIDERANDO o teor do Mem.230/2019/DS-SEMSA de 21 de outubro de 2019, encaminhado pela Diretoria de Saúde, solicitando prorrogação de contratos com a Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a Portaria nº 147/2018/Semsa que admite MADIA MANNES, para em Caráter Temporário atuar como Farmacêutica, a partir de 14/11/2019 até 11/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de novembro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ALCEU GILMAR MORETTI  
Secretário Municipal de Saúde

### **PORTARIA Nº 205/2019/SEMSA**

Publicação Nº 2223805

PORTARIANº 205/2019/Semsa

ALCEU GILMAR MORETTI, Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras públicas municipais VIVIANE STOLF, matrícula 8220-1, ROBERTA ROTERMUND BARATTO, matrícula 9108-1, e SINARA ADRIANA LEMOS, matrícula 7897-2, a Sindicância Administrativa nº 017/2019, Portaria inicial nº 129/2019/Semsa, datada de 02 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 129/2019/SCPSA, datado de 07 de novembro de 2019, subscrito pela Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

**RESOLVE :**

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 01/11/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos, afetos à Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurados pela Portaria nº 129/2019/Semsa, de 02/09/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2019.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ALCEU GILMAR MORETTI  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 206/2019/SEMSA**

Publicação Nº 2223014

PORTARIANº 206/2019/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 004/2018; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 090/2019/Semsa de 06 de junho de 2019;

CONSIDERANDO o teor do Mem.230/2019/DS-SEMSA de 21 de outubro de 2019, encaminhado pela Diretoria de Saúde, solicitando prorrogação de contratos com a Secretaria Municipal de Saúde;

**RESOLVE :**

Art.1º Fica prorrogada a Portaria Nº 090/2019/Semsa que admite MIKAEL ANDREY SANTANA, para em Caráter Temporário atuar como Médico Clínico Geral, a partir de 30/11/2019 até 27/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ALCEU GILMAR MORETTI  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 207/2019/SEMSA**

Publicação Nº 2223015

PORTARIANº 207/2019/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2016; e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 145/2018/Semsa de 19 de novembro de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 077/2019/Semsa de 13 de maio de 2019;

CONSIDERANDO o teor do Mem.230/2019/DS-SEMSA de 21 de outubro de 2019, encaminhado pela Diretoria de Saúde, solicitando prorrogação de contratos com a Secretaria Municipal de Saúde;

**RESOLVE :**

Art.1º Fica prorrogada a Portaria Nº 145/2018/Semsa que admite HELOISA VALADARES BARROSO, para em Caráter Temporário atuar como Psicóloga, a partir de 14/11/2019 até 11/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de novembro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de novembro de 2019.

ALCEU GILMAR MORETTI  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 589/2019**

Publicação Nº 2223498

PORTARIA SAMAESJSU Nº 589/2019  
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 1365/2019 de 1º de novembro de 2019, da Comissão Permanente de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAESJSU Nº 501/2019 de 3 de setembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 3 de novembro de 2019, os trabalhos da Portaria SAMAESJSU Nº 501/2019 de 3 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de novembro de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2019.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 590/2019**

Publicação Nº 2223501

PORTARIA SAMAESJSU Nº 590/2019  
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 1365/2019 de 1º de novembro de 2019, da Comissão Permanente de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAESJSU Nº 502/2019 de 3 de setembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 3 de novembro de 2019, os trabalhos da Portaria SAMAESJSU Nº 502/2019 de 3 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de novembro de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2019.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 591/2019**

Publicação Nº 2223502

PORTARIA SAMAESJSU Nº 591/2019  
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e,

CONSIDERANDO o memorando 1374/2019 de 4 de novembro de 2019, da Comissão Permanente de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 05/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU Nº 423/2019 de 18 de julho de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 16 de novembro de 2019, os trabalhos da Portaria 423/2019 de 18 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 04 de novembro de 2019.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

## PORTARIA SAMAEJSU Nº 592/2019

Publicação Nº 2223505

PORTARIA SAMAE JSU Nº 592/2019

Designa Servidor para Exercer a Função de Gestor e Fiscal de Contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017 de 17 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor LUAN ARIEL FREISLEBEM, matrícula 674, ocupante do Cargo de Assessor de Apoio Técnico para desempenhar a função de GESTOR e JULIANO TRINDADE DE OLIVEIRA, matrícula 617, ocupante do cargo de Técnico em Saneamento, para desempenhar a função de FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 305/2019 de 24 de outubro de 2019, que tem como origem o Pregão nº 050/2019, objetivando a Contratação de Serviço de perfuração Subterrânea, para execução de furos direcionais pelo método não destrutivo	Sul Vale Construtora de Obras Eireli - EPP

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 4 de novembro de 2019.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

## PORTARIA SAMAEJSU Nº 593/2019

Publicação Nº 2223507

PORTARIA SAMAEJSU Nº 593/2019

Promove servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO o Cap. IV - Da Avaliação de Desempenho Funcional, da Lei Municipal nº. 6.088/2011 de 19 de agosto de 2011 e suas alterações;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o Servidor Público Municipal NIKOLAS SCHMIDT ZONTA, matrícula 614, para o nível "B", do cargo de TÉCNICO LABORATORISTA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência de setembro de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 4 de novembro de 2019.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

## **PORTARIA SAMAEJSU Nº 594/2019**

Publicação Nº 2223510

PORTARIA SAMAEJSU Nº 594/2019  
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 1344/2019 de 28 de setembro de 2019, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 011/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU Nº 332/2019, de 3 de junho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 5 de novembro de 2019, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU Nº 332/2019, de 3 de junho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de novembro de 2019.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 4 de novembro de 2019.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

## **PORTARIA SAMAEJSU Nº 595/2019**

Publicação Nº 2223511

PORTARIA SAMAEJSU Nº 595/2019  
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 1345/2019 de 28 de outubro de 2019, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 015/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU Nº 454/2019, de 5 de agosto de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 5 de novembro de 2019, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU Nº 454/2019, de 5 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de novembro de 2019.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 4 de novembro de 2019.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente



**PORTARIA SAMAEEJSU Nº 596/2019**

Publicação Nº 2223513

PORTARIA SAMAEEJSU Nº 596/2019  
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAEE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 1375/2019 de 4 de novembro de 2019, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 003/2017;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEEJSU Nº 032/2017 de 19 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 6 de novembro de 2019, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEEJSU Nº 032/2017 de 19 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 7 de outubro de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 4 de novembro de 2019.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEEJSU Nº 597/2019**

Publicação Nº 2223515

PORTARIA SAMAEEJSU Nº 597/2019  
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAEE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 1379/2019 de 5 de novembro de 2019, da Comissão Permanente de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 02/2017;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEEJSU Nº 030/2017 de 19 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 7 de novembro de 2019, os trabalhos da Portaria SAMAEEJSU Nº 030/2017 de 19 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 5 de novembro de 2019.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEEJSU Nº 598/2019**

Publicação Nº 2223516

PORTARIA SAMAEEJSU Nº 598/2019  
Nomeia Servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o memorando nº 1386/2019 de 6 de novembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 1º de novembro de 2019, CARLOS JOELCY ENGEL, para exercer o cargo de provimento em comissão de

DIRETOR DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DRENAGEM URBANA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 6 de novembro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

## PORTARIA SAMAEJSU Nº 599/2019

Publicação Nº 2223519

PORTARIA SAMAEJSU Nº 599/2019

Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos abaixo relacionados;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

MATRÍCULA, SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário
128 – Jânio Domingos Pedri – Operador de ETA/ETE – Diretoria Técnica	17/11/2018 a 16/11/2019	*_*_*_*_*_*_*_*_*_*	X	10
356 – Jurandir de Luca – Encanador – Diretoria de Obras	08/01/2018 a 07/01/2019	18/11/2019 a 07/12/2019	20	X
512 – Tahiana Spieker – Escriturário – Diretoria Administrativa	14/07/2018 a 13/07/2019	18/11/2019 a 27/11/2019	10	X
579 – Iverson Vicenzi – Auxiliar de Serviços Gerais – Diretoria de Obras	01/04/2017 a 31/03/2018	18/11/2019 a 27/11/2019	10	X
641 – Alan Silva Soriano – Técnico de Operação de ETA/ETE – Diretoria Técnica	14/12/2017 a 13/12/2018	18/11/2019 a 27/11/2019	10	X
658 – Jaime Chrast Junior – Coordenador de Eletromecânica e Automação – Diretoria de Obras	10/01/2017 a 09/01/2018	18/11/2019 a 07/12/2019	20	X
672 – André Luiz Pacheco – Advogado – Presidência	05/04/2018 a 04/04/2019	18/11/2019 a 02/12/2019	15	X
697 – Deborah Melo Alfien – Agente Administrativo – Diretoria Técnica	09/04/2018 a 08/04/2019	18/11/2019 a 27/11/2019	10	X

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 6 de novembro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEJSU Nº 600/2019**

Publicação Nº 2223521

PORTARIA SAMAEJSU Nº 600/2019  
Promove servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO o Cap. IV - Da Avaliação de Desempenho Funcional, da Lei Municipal nº. 6.088/2011 de 19 de agosto de 2011 e suas alterações;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER, o Servidor Público Municipal WALTER ROPELATO, matrícula 348, para o nível "J", do cargo de AUXILIAR DE OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO HIDRÁULICA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência de outubro de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 6 de novembro de 2019.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEJSU Nº 601/2019**

Publicação Nº 2223522

PORTARIA SAMAEJSU Nº 601/2019  
Promove servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO o Cap. IV - Da Avaliação de Desempenho Funcional, da Lei Municipal nº. 6.088/2011 de 19 de agosto de 2011 e suas alterações;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER, o Servidor Público Municipal DERLI SILVA SANTOS, matrícula 353, para o nível "I", do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência de outubro de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 6 de novembro de 2019.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEJSU Nº 602/2019**

Publicação Nº 2223523

PORTARIA SAMAEJSU Nº 602/2019  
Promove servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO o Cap. IV - Da Avaliação de Desempenho Funcional, da Lei Municipal nº. 6.088/2011 de 19 de agosto de 2011 e suas alterações;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER, o Servidor Público Municipal IVAN LUIZ DO NASCIMENTO, matrícula 479, para o nível "F", do cargo de ENCANADOR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência de setembro de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 6 de novembro de 2019.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESU Nº 603/2019**

Publicação Nº 2223526

**PORTARIA SAMAESU Nº 603/2019**

Promove servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO o Cap. IV - Da Avaliação de Desempenho Funcional, da Lei Municipal nº. 6.088/2011 de 19 de agosto de 2011 e suas alterações;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER, o Servidor Público Municipal SERGIO PACHECO, matrícula 543, para o nível "C", do cargo de AGENTE DE OPERAÇÕES HIDRAULICAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência de outubro de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 6 de novembro de 2019.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESU Nº 604/2019**

Publicação Nº 2223527

**PORTARIA SAMAESU Nº 604/2019**

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e,

CONSIDERANDO o memorando 1392/2019 de 7 de novembro de 2019, da Comissão Permanente de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 08/2017;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAESU Nº 226/2017 de 24 de maio de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 10 de novembro de 2019, os trabalhos da Portaria SAMAESU Nº 226/2017 de 24 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 7 de novembro de 2019.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJU Nº 605/2019**

Publicação Nº 2223529

PORTARIA SAMAESJU Nº 605/2019

Homologa Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAÉ DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018, e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 119/2012, regulamentada pelo Decreto nº 8509/2012, que estabelece regras para a Avaliação Especial de Desempenho dos servidores públicos do município de Jaraguá do Sul, da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais;

CONSIDERANDO que os servidores nomeados para cargo efetivo do quadro de pessoal das Autarquias Municipais ficam sujeitos a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o transcurso do prazo do estágio probatório;

CONSIDERANDO que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de servidor em estágio probatório, devidamente constituída;

CONSIDERANDO os documentos constantes do Processo de Avaliação de Estágio Probatório, que embasaram o parecer final da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho, a qual considerou a servidora LUCIANE GRACIELA PIRES FERREIRA "APTA" para o exercício do cargo público de Agente Administrativo;

CONSIDERANDO o Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final do profissional competente, que considerou a servidora "APTA" para o exercício do cargo público de Agente Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º HOMOLOGAR, o resultado conclusivo da Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, período de 07 de outubro de 2016 a 06 de outubro de 2019, da servidora pública municipal LUCIANE GRACIELA PIRES FERREIRA, matrícula nº 652, considerando a mesma APTA para o exercício do cargo público de Agente Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência 10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 7 de novembro de 2019.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJU Nº 606/2019**

Publicação Nº 2223530

PORTARIA SAMAESJU Nº 606/2019

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAÉ DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO o memorando 1399/2019/Samae de 7 de novembro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, os servidores MORGANA DECKER, GIOVANI MELLO, ANNA KOROLOVA e BARBARA WITTKOWSKI FENDRICH, para sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDECIMENTO DE ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS DE RECICLADORES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 7 de novembro de 2019.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 12/2019/CONCULTURA/JS**

Publicação Nº 2223671

**RESOLUÇÃO Nº 12/2019/CONCULTURA/JS**

Dispõe sobre as alterações nos projetos culturais deferidos no Edital 05/2018/SECEL, utilizando os recursos do Fundo Municipal de Cultura.

A Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.428/2017, de 26/07/2017 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 6 de novembro de 2019 e,

Considerando a concessão obtida para a premiação dos projetos culturais, através da aprovação da Lei Municipal nº 8087 de 10 de outubro de 2019;

Considerando a necessidade de alterações nos projetos, inicialmente previstos para que a execução se desse a partir de julho de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Aprovar as alterações nos projetos culturais deferidos no Edital 005/2018, conforme segue:

ÁREA: ARTESANATO			
PROPONENTE	PROJETO	VALOR	ALTERAÇÕES APROVADAS
Casa de Apoio Padre Aloisio Boeing	Oficina Reciclar e Decorar Ideias	R\$ 15.000,00	Execução: 01/12/19 a 30/08/2020 Desembolso: dezembro de 2019
Associação Beneficente Novo Amanhã	Oficina Modelagem Figurativa em Argila	R\$ 15.000,00	Execução: 01/12/2019 a 30/08/2020 Desembolso: dezembro de 2019
ÁREA: ARTES VISUAIS			
PROPONENTE	PROJETO	VALOR	ALTERAÇÕES APROVADAS
Autos & Clássicos do Vale – Jaraguá do Sul	Calendário – Contando o Tempo pela Arte das Imagens	R\$ 15.000,00	Execução: 01/12/2019 a 30/09/2020 Desembolso: janeiro de 2020 Plano de Aplicação dos Recursos: Excluiu despesas com combustível e painel de fotos. Alterou valor do calendário e unidades, passando para 2.000 unidades – R\$ 4900,00.
ÁREA: AUDIOVISUAL			
PROPONENTE	PROJETO	VALOR	ALTERAÇÕES APROVADAS
Oziel Coelho	Tá feliz?	R\$ 15.000,00	Execução: dezembro de 2019 a outubro de 2020. Desembolso: dezembro de 2019.
ÁREA: DANÇA			
PROPONENTE	PROJETO	VALOR	ALTERAÇÕES APROVADAS
Lilian de Oliveira Vilela	Abrace e Dance	R\$15.000,00	Execução: janeiro a junho de 2020 Desembolso: janeiro de 2020 Alteração de profissional p/ Djessica Santana da Cruz Alterou PAR: cachês dos profissionais reduzidos em R\$ 200,00 para pagar taxas bancárias.
ÁREA: LITERATURA			
PROPONENTE	PROJETO	VALOR	ALTERAÇÕES APROVADAS
Marcelo Vieira Lamas	Papo no Cafezinho	R\$ 14.800,00	Execução: dez/2019 a junho/2020. Desembolso: janeiro de 2020.
ÁREA: PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL MATERIALEIMATERIAL			
PROPONENTE	PROJETO	VALOR	ALTERAÇÕES APROVADAS
Associação dos Amigos do Museu Histórico Emílio da Silva	Renovação dos Quadros do Centenário – Fase 1	R\$ 15.000,00	Execução: 01/12/2019 a 30/09/2020 Desembolso: dezembro de 2019
Maykon Paulo Junkes Raizer da Cruz	Reisado do Lambedor, Terno de Jaraguá	R\$ 14.999,64	Execução: jan a outubro/2020 Desembolso para janeiro/2020
Edson Luis Kuchnir	Exposição: A Divícia dos Engenhos	R\$ 15.000,00	Execução: 01/12/2019 a 01/10/2020 Desembolso: dezembro/2019
Silvio Nazir Wiltuschnig	Noivas Pomeranas e seus Vestidos Pretos	R\$ 15.000,00	Execução: 01/12/2019 a 20/09/2020 Desembolso: dezembro/2019
Museu Di Ferramenta D'Affari Dei Nonni	Exposição Fotográfica do Bairro Santa Luzia	R\$ 15.000,00	Execução: 01/12/2019 a 30/08/2020 Desembolso: dezembro de 2019
ÁREA: PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO			
PROPONENTE	PROJETO	VALOR	ALTERAÇÕES APROVADAS

Nair Milbratz	Casa Milbratz (Etapa 01)	R\$ 42.000,00	Execução: dezembro/2019 a outubro/2020. Desembolso: dezembro de 2019.
Wigando Meier	Residência Wigando Meier – Projeto de Restauro Casa Enxaimel	R\$ 42.000,00	Execução: 30/01 a 30/04/2020. Desembolso: dezembro/2019.
Edimilson José da Silva	Residência Wilhelm Guenther	R\$ 42.000,00	Execução: 30/01/2020 a 20/04/2020 Desembolso para dezembro de 2019
Carlos Eduardo Mann	Restauro Casa Mann	R\$ 41.800,00	Execução: dezembro/2019 a agosto/2020. Desembolso: dezembro/2019. Plano de Aplicação dos recursos: Piso cerâmico com valor majorado e redução honorários do profissional.
ÁREA: TEATRO E CIRCO			
PROPONENTE	PROJETO		ALTERAÇÕES APROVADAS
Thiago Kunitz Daniel	Temporada Ivan - O Defeituoso	R\$ 15.000,00	Execução: dezembro de 2019 a agosto de 2020. Desembolso: dezembro de 2019.
Michael Frederico Paiva da Silva	Oficina de Dramaturgia do Corpo – A Musculatura da imaginação: a Biomecânica Teatral de Meyerhold e as possibilidades de criação cênica	R\$ 15.000,00	Execução: dezembro/2019 a julho/2020. Desembolso: dezembro de 2019. Alterou na oficina técnica: de 48 horas p/40 horas. Alterou PAR: ampliou valor hospedagem, e certificados, reduzindo valores de passagens, locação sala, banner e combustível.
Nicoli Francine Pereira	Montagem de espetáculo teatral sobre negligência parental	R\$ 15.000,00	Execução: dez/2019 a ago/2020 Desembolso: dezembro 2019.

Art. 2º – Para os proponentes que alteraram os locais da execução dos projetos, bem como os profissionais envolvidos nos projetos, apresentar, imprerivelmente, as cartas de anuência no ato da assinatura do contrato.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 8 de novembro de 2019.  
Sílvia Regina Toassi Kita  
Presidente do Conselho Municipal de Cultura

## RESOLUÇÃO Nº 13/2019/CONCULTURA/JS

Publicação Nº 2223672

### RESOLUÇÃO Nº 13/2019/CONCULTURA/JS

Dispõe sobre a prorrogação de mandato dos conselheiros

A Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.428/2017, de 26/07/2017 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 6 de novembro de 2019 e,

Considerando o não comparecimento de representantes da sociedade civil nos fóruns eleitorais, convocados via edital nº 01/2019, publicado no DOM de 15/10/2019;

Considerando o andamento do Edital 05/2018, e a possibilidade de convocação de plenária para deliberar questões sobre os projetos aprovados;

Considerando os prazos exíguos para convocação de fórum eleitoral, com novos prazos de inscrição e eleição;

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar por 180 dias, a partir de 9/11/2019, o mandato dos atuais conselheiros do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 8 de novembro de 2019.  
Sílvia Regina Toassi Kita  
Presidente do Conselho Municipal de Cultura



**RESOLUÇÃO Nº 29/2019/CMAS/JS**

Publicação Nº 2223578

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
SETOR DE CONTROLE SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS  
LEI MUNICIPAL Nº 7.229/2016

**RESOLUÇÃO Nº 29/2019/CMAS/JS**

Dispõe sobre a proposta de Minuta de Lei do Sistema Único de Assistência Social – SUAS do município de Jaraguá do Sul.

O Conselho de Assistência Social – CMAS de Jaraguá do Sul - SC, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal Nº 7.229 de 16 de Junho de 2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 06 de novembro de 2019; Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei 12.435 de 6 de julho de 2011 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que dispõem sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências; Considerando a Resolução do CNAS nº 145, de 28 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;

Considerando a Resolução do CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS;

Considerando a Resolução do CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos a NOB-RH/SUAS;

Considerando a Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; Considerando a Lei Municipal nº 7.229 de 16 de junho de 2016, que dispõe sobre a Reorganização do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e dá outras providências, sendo que o CMAS é órgão deliberativo, normativo, proponente e fiscalizador da Política Municipal de Assistência Social, e tem suas competências dispostas em seu art. 2º, especialmente seu inciso XVIII, a saber: “propor modificações, conforme necessidade, nas estruturas do sistema municipal que visem a promoção, proteção e defesa dos direitos dos usuários da Assistência Social”;

Considerando a Resolução do CNAS nº 18, de 15 de julho de 2013, que Dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o quadriênio 2014-2017, pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT, especialmente o inciso III, alínea “c” do art.2º, que coloca como meta dos municípios com relação a gestão: adequar a legislação municipal às normativas do SUAS com a meta de que todos os municípios atualizem a respectiva Lei que dispõe acerca do SUAS;

Considerando o ofício nº 599/2019/Semash que apresenta a proposta de Minuta de Lei do Sistema Único de Assistência Social e que fundamenta que a proposta de Minuta de Lei do SUAS, tem por base as orientações do Ministério da Cidadania, que determina a cada ente a organização da assistência social por meio do sistema descentralizado e participativo, denominado SUAS, de acordo com sua competência, em consonância com a Constituição Federal e as normas gerais exaradas pela União, de forma a otimizar os recursos materiais e humanos, afim de possibilitar a prestação dos serviços, benefícios, programas e projetos da assistência social com melhor qualidade à população. Este ofício esclarece também que esta proposta está em consonância com o Pacto de Aprimoramento do SUAS do quadriênio 2014-2017, aprovado por meio da Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, destinado à gestão municipal, o qual prevê como prioridade a adequação da legislação municipal ao SUAS, tendo como meta a atualização ou instituição por todos os municípios de lei que dispõe acerca do respectivo Sistema;

Considerando o Parecer 004/2019 da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Municipal de Assistência Social, apreciado pela Plenária Ordinária do referido Conselho no dia 06 de novembro de 2019.

**RESOLVE**

Art. 1º – Aprovar a Minuta de Lei do Sistema Único de Assistência Social, contemplando as considerações destacadas abaixo, conforme segue anexo a esta Resolução;

Art. 2º – Solicitar que a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação proceda os encaminhamentos com relação a publicação da minuta de Lei, sugerindo que a mesma seja revisada pelo setor de vigilância socioassistencial vinculado a esta Secretaria;

Art.3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO I****MINUTA DE LEI DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2019.

**DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.**

O Prefeito Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A Política de Assistência Social do Município de Jaraguá do Sul tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social e risco social;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

II - a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV- participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V- primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

VI- centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

## CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

### Seção I

#### DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A política pública de assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I- universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II- gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, com exceção do que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso;

III- integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV- intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V- equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

VI- supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII- universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII- respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX- igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

X- divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

### Seção II

#### DAS DIRETRIZES

Art. 4º A organização da assistência social no Município de Jaraguá do Sul, observará as seguintes diretrizes:

I- primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

II- descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;

III- cofinanciamento partilhado dos entes federados;

IV- matricialidade sociofamiliar;

V- territorialização;

VI- fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII- participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

## CAPÍTULO III DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### Seção I

#### DA GESTÃO

Art. 5º A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 6º O Município de Jaraguá do Sul atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS,

cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projeto e benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 7º O órgão gestor da política de assistência social no Município de Jaraguá do Sul é a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ou outra que vier a lhe suceder;

## Seção II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Jaraguá do Sul organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 9º A proteção social básica compõem-se dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;

III – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

§1º. Os serviços previstos nos incisos I, II e III deste caput poderão ser executados por equipes volantes.

§2º. O PAIF deve ser ofertado exclusivamente pela equipe do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Art. 10º A proteção social especial poderá ofertar os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – proteção social especial de média complexidade:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;

b) Serviço Especializado em Abordagem Social;

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

II – proteção social especial de alta complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional;

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Parágrafo único. O PAEFI deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art. 11. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§1º Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS de iniciativa pública e da sociedade.

§2º A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pelo órgão gestor, de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

Art. 12. As unidades públicas estatais que vierem a ser instituídas no âmbito do SUAS integram a estrutura administrativa do Município de Jaraguá do Sul, quais sejam:

I – CRAS;

II – CREAS;

III – Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro POP.

Parágrafo único. As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços nelas ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Art. 13. As proteções sociais, básica e especial de média complexidade, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, respectivamente, e/ou pelas entidades de assistência social.

§1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§2º O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial de média complexidade.

§3º Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 14. A implantação das unidades de CRAS e CREAS deve observar as diretrizes da:

I – territorialização - oferta de serviços baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão e com o intuito de desenvolver seu caráter preventivo e educativo nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;

II - universalização - a fim de que as proteções sociais sejam prestadas na totalidade dos territórios do município;

III - regionalização – prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 15. As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência conforme as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social e normativas correlatas.

Parágrafo único. O diagnóstico socioterritorial e os dados de Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 16. São seguranças afiançadas pelo SUAS:

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

- a) condições de recepção;
- b) escuta profissional qualificada;
- c) informação;
- d) referência;
- e) concessão de benefícios;
- f) aquisições materiais e sociais;
- g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;
- h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou convivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

- a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;
- b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

- a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da participação social e cidadania;
- b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade;
- c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade nos laços sociais para os cidadãos sob contingências e vicissitudes.

V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

### Seção III

#### DAS RESPONSABILIDADES

Art. 17. Compete ao Município de Jaraguá do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ou outra que vier lhe suceder:

I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

II - efetuar o pagamento dos benefícios eventuais conforme legislação vigente;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8742, de 7 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

VI - implantar e implementar:

- a) a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;
- b) sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social.

VII - regulamentar:

a) e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social;

b) os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;

VIII - cofinanciar:

- a) o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;
- b) em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.

IX - realizar :

- a) o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;
- b) a gestão local do Benefício de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;
- c) em conjunto com o Conselho de Assistência Social, as conferências de assistência social;

X - gerir:

- a) de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;
- b) o Fundo Municipal de Assistência Social;
- c) no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004;

XI - organizar:

- a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;
- b) e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;
- c) e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando



a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.

XII – elaborar:

- a) a proposta orçamentária da assistência social no Município, assegurando recursos do tesouro municipal;
- b) e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- c) e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na Comissão Intergestores Bipartite - CIB;
- d) e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando-o em âmbito municipal; e
- e) e executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/RH - SUAS;
- f) Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas na instância de pactuação e negociação do SUAS;
- g) e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

XIII - aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XIV – alimentar e manter atualizado:

- a) o Censo SUAS;
- b) o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;
- c) conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XV – garantir:

- a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;
- b) que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano Municipal de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;
- c) a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada com a União, Estado e Município;
- d) a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.
- e) o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da política de assistência social, conforme preconiza a LOAS;

XVI - definir :

- a) os fluxos de referência e contrarreferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;
- b) os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado as suas competências.

XVII - implementar:

- a) os protocolos pactuados na Comissão Intergestora Tripartite – CIT;
- b) a gestão do trabalho e a educação permanente

XVIII – promover:

- a) a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;
- b) articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;
- c) a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da Política de Assistência Social;

XIX - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XX - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite - CIB;

XXI - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XXII – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XXIII - assessorar as entidades de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades de assistência social de acordo com as normativas federais.

XXIV – acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

XXVI – normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, na ausência da execução governamental, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal.

XXVII - aferir a qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo Conselho Municipal de Assistência Social para a qualificação dos serviços e benefícios, em consonância com as normas gerais da Política de Assistência Social;

XXVIII - encaminhar para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

XXIX – compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

XXX - estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;

XXXI - instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

XXXII – dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;

XXXIII - criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo;

XXXIV - submeter trimestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica, os relatórios de execução orçamentária e financeira

do Fundo Municipal de Assistência Social à apreciação do CMAS.

#### Seção IV

#### DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 18. O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da Política Nacional de Assistência Social no âmbito do Município de Jaraguá do Sul.

§1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se-á a cada 4 (quatro) anos, pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ou outra que lhe suceder coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual - PPA e contemplará:

- I- diagnóstico socioterritorial;
- II- objetivos gerais e específicos;
- III- diretrizes e prioridades deliberadas;
- IV- ações estratégicas para sua implementação;
- V- metas estabelecidas;
- VI- resultados e impactos esperados;
- VII- recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII- mecanismos e fontes de financiamento;
- IX- Cobertura da rede prestadora de serviços;
- X- indicadores de monitoramento e avaliação; e
- XI- tempo de execução.

§2º O Plano Municipal de Assistência Social além do estabelecido no parágrafo anterior deverá observar:

- I – as deliberações das conferências de assistência social;
- II - metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;
- III – ações articuladas e intersetoriais;
- IV – ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS.

#### CAPÍTULO IV

#### Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação do SUAS

##### Seção I

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 19. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Jaraguá do Sul, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, regulamentado por legislação própria, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ou outra que lhe suceder cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

§ 1º O CMAS é composto por no mínimo 12 membros titulares e respectivos suplentes, de acordo com a Lei Municipal nº 7229/2016, indicados de acordo com os critérios seguintes:

- I–representantes governamentais;
- II –representantes da sociedade civil, observado as Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público.

§2º Consideram-se para fins de representação no Conselho Municipal o segmento:

- I – de usuários: àqueles vinculados aos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, organizados, sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos;
- II – de organizações de usuários: aquelas que tenham entre seus objetivos a defesa e garantia de direitos de indivíduos e grupos vinculados à política de assistência social;
- III – de trabalhadores: são legítimas todas as formas de organização de trabalhadores do setor, como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, conselhos regionais de profissões regulamentadas, fóruns de trabalhadores, que defendem e representam os interesses dos trabalhadores da política de assistência social.

§3º Os trabalhadores investidos de cargo de direção ou chefia, seja no âmbito da gestão das unidades públicas estatais ou das entidades e organizações de assistência social não serão considerados representantes de trabalhadores no âmbito dos Conselhos.

§4º O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano.

§5º Deve-se observar em cada mandato a alternância entre representantes da sociedade civil e governo na presidência e vice-presidência do CMAS.

§6º O CMAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

Art. 20. O CMAS reunir-se-á ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário; suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 21. A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 22. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 23. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I – elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;
- II – convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;
- III – aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social; acompanhado e controlando sua execução
- IV – apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;
- V – aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;
- VI – aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;

- VI – aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;
- VII – acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;
- VIII – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF;
- IX – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;
- X – apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Assistência Social inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;
- XI – apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;
- XII – alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;
- XIII – zelar pela efetivação do SUAS no Município;
- XIV – zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;
- XV – deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;
- XVI – estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;
- XVII – apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;
- XVIII – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;
- XIX – fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD-PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social -IGD-SUAS;
- XX – planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-PBF e IGD-SUAS destinados às atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;
- XXI – participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados no FMAS;
- XXII – aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;
- XXIII – orientar e fiscalizar o FMAS;
- XXIV – divulgar, no Diário Oficial Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos.
- XXV – receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;
- XXVI – estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos.
- XXVII – realizar a inscrição das entidades e organizações de assistência social;
- XXVIII – notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;
- XXIX – fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;
- XXX – emitir resolução quanto às suas deliberações;
- XXXI – registrar em ata as reuniões;
- XXXII – instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários.
- XXXIII – avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município.

Art. 24. O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

Parágrafo único. O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

## Seção II

### DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 25. A Conferência Municipal de Assistência Social é instância de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 26. A Conferência Municipal de Assistência Social deve observar as seguintes diretrizes:

- I – divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;
- II – garantia da diversidade dos sujeitos participantes, inclusive da acessibilidade às pessoas com deficiência;
- III – estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;
- IV – publicidade de seus resultados;
- V – determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações;
- VI – articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social;
- VII- Adotar estratégias e mecanismos que favoreçam a mais ampla inserção dos usuários, por meio de linguagem acessível e de uso de metodologias e dinâmicas que permitam a sua participação e manifestação;

Art. 27. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros do Conselho e seguindo as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social.

## Seção III

### DA PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 28. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários no Conselho e Conferência Municipal de assistência social.



Parágrafo único. Os usuários são sujeitos de direitos e público da política de assistência social e os representantes de organizações de usuários são sujeitos coletivos expressos nas diversas formas de participação, nas quais esteja caracterizado o seu protagonismo direto enquanto usuário.

Art. 29. O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e de apoio à organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, audiência pública, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Parágrafo único. São estratégias para garantir a presença dos usuários, dentre outras, o planejamento do conselho e do órgão gestor; ampla divulgação do processo nas unidades prestadoras de serviços; descentralização do controle social por meio de comissões regionais ou locais.

#### Seção IV

##### DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS INSTÂNCIAS DE NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO DO SUAS.

Art. 30. O Município é representado nas Comissões Intergestores pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, sendo estas instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS.

I – As comissões intergestores são:

- a) Comissões Intergestores Bipartite – CIB, em âmbito estadual;
- b) Comissões Intergestores Tripartite – CIT, em âmbito nacional.

II - A CIB é integrada pelos seguintes entes federativos:

- a) Estado, representado pelo Órgão Gestor Estadual da política de assistência social;
- b) Municípios, representados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS.

III - A CIT é integrada pelos seguintes entes federativos:

- a) União, representada pelo Órgão Gestor Federal da política de assistência social;
- b) Estados e Distrito Federal, representados pelo Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado de Assistência Social – FONSEAS;
- c) Municípios, representados pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

Parágrafo único. As comissões intergestores devem ser dotadas de secretaria-executiva, com a atribuição de exercer as funções administrativas pertinentes ao seu funcionamento, contando com quadro técnico e administrativo do órgão gestor correspondente.

Art. 31. Os COEGEMAS são reconhecidos como as entidades sem fins lucrativos que representam os secretários municipais de assistência social no âmbito do Estado, responsáveis pela indicação das suas representações nas CIBs.

§1º Os COEGEMAS devem estar vinculados institucionalmente ao CONGEMAS, na forma que Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 38/41 dispuser seus estatutos.

§2º Entende-se por pactuações na gestão da política de assistência social as negociações e acordos estabelecidos entre os entes federativos envolvidos por meio de consensos para a operacionalização e o aprimoramento do SUAS.

#### CAPÍTULO V

##### DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA.

#### Seção I

##### DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 32. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 1993, alterada pela Lei 12.435 de 6 de julho de 2011 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 33. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:

- I – não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;
- II – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;
- III – garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;
- IV – garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;
- V – ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;
- VI – integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

Art.34. Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.

Art. 35. O público alvo para acesso aos benefícios eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

#### Seção II

##### DA PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 36. Os benefícios eventuais serão regulamentados conforme Legislação Municipal vigente.

Art. 37. As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município - LOA.

#### Seção IV

##### DOS SERVIÇOS

Art. 38. Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas

para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei federal nº 8.742, de 1993, alterada pela Lei 12.435 de 6 de julho de 2011 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

#### Seção V

#### DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 39. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º Os programas serão aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem Lei Federal nº 8742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o Benefício de Prestação Continuada - BPC na Lei federal nº 8.742, de 1993, alterada pela Lei 12.435 de 6 de julho de 2011 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

#### Seção VI

#### PROJETOS DE ENFRENTAMENTO A POBREZA

Art. 40. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social.

#### Seção VII

#### DA RELAÇÃO COM AS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 41. São entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, alterada pela Lei 12.435 de 6 de julho de 2011 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 42. As entidades de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenham a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 43. As entidades de assistência social e os seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenham a autorização de funcionamento no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 44. Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

I – executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II – assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III – garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 45. As entidades e organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:

I – ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II – aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III – elaborar plano de ação anual;

IV – ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

I – análise documental;

II – visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

III – elaboração do parecer da Comissão;

IV – pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

V – publicação da decisão plenária;

VI – emissão do comprovante;

VII – notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício

#### CAPÍTULO VI

#### DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 46. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 47. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo

Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 48. Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

#### Seção I

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 49. O Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, fundo público de unidade orçamentária, financeira e contábil, tem o objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 50. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I – recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;

IV – receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor.

VI – produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII – doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§1º A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§2º Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§3º As contas receptoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 51. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ou outra que vier lhe suceder, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 52. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, serão aplicados em:

I – financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ou outra que vier lhe suceder ou por meio de parcerias com organizações da sociedade civil;

II – em parcerias entre poder público e entidades de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais específicos;

III – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

IV – construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI – pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

VII- pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Art. 53. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Art.54. Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, bimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art.55. Os serviços elencados nesta Lei serão executados conforme demanda justificada de usuários, bem como, cofinanciamento estadual e/ou federal, devendo ser precedido de impacto orçamentário, na forma da lei, demonstrando a viabilidade econômica e financeira para sua implantação.

Art. 56. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 57. Revogam-se as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

MARCIA CARDOSO GARCIA TEIXEIRA TAVARES

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social  
de Jaraguá do Sul – CMAS/JS.

**RESOLUÇÃO Nº 30/2019/CMAS/JS**

Publicação Nº 2223581

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS LEI MUNICIPAL Nº 7.229/2016
--	--

**RESOLUÇÃO Nº 30/2019/CMAS/JS**

Dispõe sobre o Plano de Ação 2019 e Relatório de Atividades 2018 da entidade Grupo de Solidariedade – SOL.

O Conselho de Assistência Social – CMAS de Jaraguá do Sul - SC, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal Nº 7.229 de 16 de Junho de 2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 06 de novembro de 2019;

Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei 12.435 de 6 de julho de 2011 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que dispõem sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando a Resolução do CNAS nº 145, de 28 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;

Considerando a Resolução do CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS;

Considerando a Resolução do CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos a NOB-RH/SUAS;

Considerando a Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Lei Municipal nº 7.229 de 16 de junho de 2016, que dispõe sobre a Reorganização do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e dá outras providências, sendo que o CMAS é órgão deliberativo, normativo, proponente e fiscalizador da Política Municipal de Assistência Social, e tem suas competências dispostas em seu art. 2º, especialmente seu inciso XVIII, a saber: “propor modificações, conforme necessidade, nas estruturas do sistema municipal que visem a promoção, proteção e defesa dos direitos dos usuários da Assistência Social”;

Considerando a Resolução do CNAS nº 18, de 15 de julho de 2013, que Dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o quadriênio 2014-2017, pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT, especialmente o inciso III, alínea “c” do art.2º, que coloca como meta dos municípios com relação a gestão: adequar a legislação municipal às normativas do SUAS com a meta de que todos os municípios atualizem a respectiva Lei que dispõe acerca do SUAS;

Considerando o ofício nº 599/2019/Semash que apresenta a proposta de Minuta de Lei do Sistema Único de Assistência Social e que fundamenta que a proposta de Minuta de Lei do SUAS, tem por base as orientações do Ministério da Cidadania, que determina a cada ente a organização da assistência social por meio do sistema descentralizado e participativo, denominado SUAS, de acordo com sua competência, em consonância com a Constituição Federal e as normas gerais exaradas pela União, de forma a otimizar os recursos materiais e humanos, afim de possibilitar a prestação dos serviços, benefícios, programas e projetos da assistência social com melhor qualidade à população. Este ofício esclarece também que esta proposta está em consonância com o Pacto de Aprimoramento do SUAS do quadriênio 2014-2017, aprovado por meio da Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, destinado à gestão municipal, o qual prevê como prioridade a adequação da legislação municipal ao SUAS, tendo como meta a atualização ou instituição por todos os municípios de lei que dispõe acerca do respectivo Sistema;

Considerando o Parecer 004/2019 da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Municipal de Assistência Social, apreciado pela Plenária Ordinária do referido Conselho no dia 06 de novembro de 2019.

**RESOLVE**

Art. 1º - Deferir o Plano de Ação de 2019 e o Relatório de Atividades de 2018 da entidade SOL – Grupo de Solidariedade;

Art. 2º - Solicitar que o Plano de Ação 2020 contemple as características fundamentais do serviço, correlacionando as ações ofertadas as características abaixo mencionadas:

- Caráter preventivo;
- Proteção social proativa;
- Proteção como processo indissociável do cuidado;
- Valorização do ambiente do domicílio como espaço de acesso a direitos socioassistenciais;
- Acesso a ações e serviços públicos;
- Complementação ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF); (referência p.59 Caderno de Orientações do Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência e Idosa do MDS).

Art. 3º - Solicitar que o plano de ação 2020 e a metodologia de trabalho contemple como prioridade os usuários do serviço, em conformidade com o item 3.4 do Caderno de Orientações do Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência e Idosa do MDS;

Art. 4º - Solicitar que a entidade providencie as adequações no Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, com relação a metodologia do trabalho, de acordo com o Caderno de Orientações do Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência e Idosas, expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social em junho de 2017, considerando a organização didático metodológica do eixo de proteção e cuidado no domicílio, de acordo com os seguintes passos:

- Acolhida no domicílio;
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU);
- Visita para orientação e suporte profissional aos cuidados familiares no domicílio;
- Rodas de diálogo com a família no domicílio.(referência do Caderno de Orientações do Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência e Idosa do MDS- itens 4.1.1 a 4.1.4).

Parágrafo único. Reavaliar o Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU), de acordo com o item 4.1.2 do Caderno de Orientações do Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência e Idosa do MDS;

Art. 5º - Solicitar à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, por meio do setor de vigilância socioassistencial que proceda orientações quanto ao serviço de assistência social inscrito junto ao CMAS, assim como, estabeleça junto a entidade Sol, o CRAS ao qual ela deverá ser referenciada, conforme apontado no Caderno de Orientações do Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência e Idosas, expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (p.g120, ano 2017);

Art. 6º - Solicitar que a entidade providencie as adequações no plano de ação e na metodologia de trabalho do Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência e Idosas para o ano de 2020, contemplando os itens já mencionado no art.3º da resolução nº18/2018/CMAS e nesta resolução. Caso a solicitação deste conselho não seja atendida, poderá a entidade ter cancelada sua inscrição junto ao CMAS;

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.  
MARCIA CARDOSO GARCIA TEIXEIRA TAVARES  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social  
de Jaraguá do Sul – CMAS/JS.

## RESOLUÇÃO Nº 31/2019/CMAS/JS

Publicação Nº 2223582

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS LEI MUNICIPAL Nº 7.229/2016
--	--

### RESOLUÇÃO Nº 31/2019/CMAS/JS

Dispõe sobre a análise da prestação de contas da Semash, correspondente aos meses de Março e Abril de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 7.229 de 16 de junho de 2016, em conformidade com a deliberação da sessão plenária ordinária do dia 06 de novembro de 2019.

Considerando a Resolução nº 33/2012/CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social:

Art.48.Os fundos de assistência social são instrumentos de gestão orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos quais devem ser alocadas as receitas e executadas as despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

§1º Cabe ao órgão da administração pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios gerir o Fundo de Assistência Social, sob orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social. (Grifo Nosso)

§2º Caracterizam-se como fundos especiais e se constituem em unidades orçamentárias e gestoras, na forma da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, cabendo o seu gerenciamento aos órgãos responsáveis pela coordenação da política de assistência social.

§4º Os recursos previstos no orçamento para a política de assistência social devem ser alocados e executados nos respectivos fundos.

§5º Todo o recurso repassado aos Fundos seja pela União ou pelos Estados e os recursos provenientes dos tesouros estaduais, municipais ou do Distrito Federal deverão ter a sua execução orçamentária e financeira realizada pelos respectivos fundos.

Considerando ainda o art.121 da Resolução nº 33/2012/CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, que coloca como uma das atribuições dos conselhos de assistência social: acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos [...];

Considerando a cartilha de orientações para Conselhos da área da Assistência Social do Tribunal de Contas da União, em especial o preconizado na sua p.15:

A Constituição Federal de 1988 prevê a participação da população, por meio de organizações representativas, no controle das ações de Estado. O objeto do controle social abrange a elaboração e execução orçamentária dos recursos arrecadados, a fiscalização e a prestação



de contas de sua utilização, sob a ótica não apenas da legalidade ou regularidade formal dos atos, mas, também, da legitimidade, economicidade, oportunidade e adequação ao propósito de assegurar o alcance do bem comum e do interesse público. Na área da assistência social, foram criados os conselhos de assistência social – incumbidos de exercer a orientação e controle dos fundos de assistência social [...].

Considerando a Lei Municipal nº 7229/2016, Art. 1º, parágrafo único, “O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é órgão deliberativo, normativo, proponente e fiscalizador da Política Municipal de Assistência Social...”;

Considerando os relatórios apresentados pela Semash, utilizando-se para isso, dos relatórios do razãoete, empenhos, saldo por dotação, para obter o panorama orçamentário e financeiro, apresentado a seguir.

Considerando a aplicação dos recursos a partir dos relatórios de empenhos emitidos por projeto/atividade, razão analítico, pagamentos efetuados, relação de arrecadações, tendo por base as portarias e normativas referentes à Política de Assistência Social.

O Conselho de Assistência Social – CMAS de Jaraguá do Sul - SC, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal Nº 7.229 de 16 de Junho de 2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 06 de outubro de 2019;

O orçamento inicial previsto na LOA é de R\$ 3.873.828,00 (Três milhões, oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e vinte e oito reais). A dotação atualizada em 30/04/2019, após suplementações/anulações é de R\$ 4.247.143,13 (Quatro milhões, duzentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e três reais e treze centavos).

No segundo bimestre, todos os tipos de empenhos, somaram o valor de R\$ 622.309,49 (Seiscentos e vinte e dois mil, trezentos e nove reais e quarenta e nove centavos) e no acumulado do ano, R\$ 2.259.810,33 (Dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e dez reais e trinta e três centavos).

O saldo inicial do 2º bimestre foi de R\$ 488.500,19 (Quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos reais e dezenove e centavos). No segundo bimestre houve arrecadação/rendimento no valor de R\$ 627.972,61 (Seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e um centavos) e pagamentos no valor de R\$ 577.009,91 (Quinhentos e setenta e sete mil, nove reais e noventa e um centavos), resultando num saldo de R\$ 539.462,89 (Quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos).

#### • RECURSOS ESTADUAIS

Iniciou o bimestre com saldo de R\$ 236.295,20 (Duzentos e trinta e seis mil, duzentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), houve arrecadação/rendimentos de R\$ 45.092,21 (Quarenta e cinco mil, noventa e dois reais e vinte e um centavos), houve pagamentos no valor de R\$ 26.657,00 (Vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e sete reais), resultando num saldo final do 2º bimestre de R\$ 254.730,41 (Duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta reais e quarenta e um centavos).

#### • RECURSOS FEDERAIS

Iniciou o bimestre com saldo de R\$ 222.885,80 (Duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), houve arrecadação/rendimentos de R\$ 232.611,11 (Duzentos e trinta e dois mil, seiscentos e onze reais e onze centavos), houve pagamentos no valor de R\$ 295.833,82 (Duzentos e noventa e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos), resultando num saldo final do 2º bimestre de R\$ 159.663,09 (Cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e três reais e nove centavos).

#### • RECURSOS PRÓPRIOS e DOAÇÕES

Iniciou o bimestre com saldo de R\$ 29.319,19 (Vinte e nove mil, trezentos e dezenove reais e dezenove centavos), houve arrecadação/rendimentos de R\$ 350.269,29 (Trezentos e cinquenta mil, duzentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos), houve pagamentos no valor de R\$ 254.519,09 (Duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e dezenove reais e nove centavos), resultando num saldo final do 2º bimestre de R\$ 125.069,39 (Cento e vinte e cinco mil, sessenta e nove reais e trinta e nove centavos).

#### • CONSOLIDAÇÃO DOS RECURSOS

Iniciou com saldo de R\$ 488.500,19 (Quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos reais e dezenove centavos), houve arrecadação/rendimento de R\$ 627.972,61 (Seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e um centavos), houve pagamentos no valor de R\$ 577.009,91 (Quinhentos e setenta e sete mil, nove reais e noventa e um centavos), resultando num saldo final do 2º bimestre de R\$ 539.462,89 (Quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos).

#### RESOLVE

Art. 1º - Deferir a prestação de contas dos recursos financeiros do FMAS referentes aos meses de março e abril de 2019;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

MARCIA CARDOSO GARCIA TEIXEIRA TAVARES

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social  
de Jaraguá do Sul – CMAS/JS.

**RESOLUÇÃO Nº 32/2019/CMAS/JS**

Publicação Nº 2223583

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
SETOR DE CONTROLE SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS  
LEI MUNICIPAL Nº 7.229/2016

**RESOLUÇÃO Nº 32/2019/CMAS/JS**

Dispõe sobre a análise da prestação de contas da Semash, correspondente aos meses de Maio e Junho de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 7.229 de 16 de junho de 2016, em conformidade com a deliberação da sessão plenária ordinária do dia 06 de novembro de 2019.

Considerando a Resolução nº 33/2012/CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social:

Art.48.Os fundos de assistência social são instrumentos de gestão orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos quais devem ser alocadas as receitas e executadas as despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

§1º Cabe ao órgão da administração pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios gerir o Fundo de Assistência Social, sob orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social. (Grifo Nosso)

§2º Caracterizam-se como fundos especiais e se constituem em unidades orçamentárias e gestoras, na forma da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, cabendo o seu gerenciamento aos órgãos responsáveis pela coordenação da política de assistência social.

§4º Os recursos previstos no orçamento para a política de assistência social devem ser alocados e executados nos respectivos fundos.

§5º Todo o recurso repassado aos Fundos seja pela União ou pelos Estados e os recursos provenientes dos tesouros estaduais, municipais ou do Distrito Federal deverão ter a sua execução orçamentária e financeira realizada pelos respectivos fundos.

Considerando ainda o art.121 da Resolução nº 33/2012/CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, que coloca como uma das atribuições dos conselhos de assistência social: acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos [...];

Considerando a cartilha de orientações para Conselhos da área da Assistência Social do Tribunal de Contas da União, em especial o preconizado na sua p.15:

A Constituição Federal de 1988 prevê a participação da população, por meio de organizações representativas, no controle das ações de Estado. O objeto do controle social abrange a elaboração e execução orçamentária dos recursos arrecadados, a fiscalização e a prestação de contas de sua utilização, sob a ótica não apenas da legalidade ou regularidade formal dos atos, mas, também, da legitimidade, economicidade, oportunidade e adequação ao propósito de assegurar o alcance do bem comum e do interesse público. Na área da assistência social, foram criados os conselhos de assistência social – incumbidos de exercer a orientação e controle dos fundos de assistência social [...].

Considerando a Lei Municipal nº 7229/2016, Art. 1º, parágrafo único, "O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é órgão deliberativo, normativo, proponente e fiscalizador da Política Municipal de Assistência Social...";

Considerando os relatórios apresentados pela Semash, utilizando-se para isso, dos relatórios do razonete, empenhos, saldo por dotação, para obter o panorama orçamentário e financeiro, apresentado a seguir.

O orçamento inicial previsto na LOA é de R\$ 3.873.828,00 (Três milhões, oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e vinte e oito reais). A dotação atualizada em 30/06/2019, após suplementações/anulações é de R\$ 4.247.143,13 (Quatro milhões, duzentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e três reais e treze centavos).

No terceiro bimestre, todos os tipos de empenhos, somaram o valor de R\$ 168.575,36 (Cento e sessenta e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos) e no acumulado do ano, R\$ 2.428.385,69 (Dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos).

O saldo inicial do 3º bimestre foi de R\$ 539.462,89 (Quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos). No terceiro bimestre houve arrecadação/rendimento no valor de R\$ 663.190,58 (Seiscentos e sessenta e três mil, cento e noventa reais e cinquenta e oito centavos) e pagamentos no valor de R\$ 709.985,63 (Setecentos e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e três centavos), resultando num saldo de R\$ 492.667,84 (Quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

**• RECURSOS ESTADUAIS**

Iniciou o bimestre com saldo de R\$ 254.730,41 (Duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta reais e quarenta e um centavos), houve arrecadação/rendimentos de R\$ 39.869,03 (Trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais e três centavos), houve pagamentos no valor R\$ 18.202,47 (Dezoito mil, duzentos e dois reais e quarenta e sete centavos), resultando num saldo final do 3º bimestre de R\$ 276.396,97 (Duzentos e setenta e seis mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e sete centavos).

**• RECURSOS FEDERAIS**

Iniciou o bimestre com saldo de R\$ 159.663,09 (cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e três reais e nove centavos), houve arrecadação/rendimentos de R\$ 172.958,69 (cento e setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos),



houve pagamentos no valor de R\$ 197.563,47 (cento e noventa e sete mil, quinhentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos), resultando num saldo final do 3º bimestre de R\$ 135.058,31 (Cento e trinta e cinco mil, cinquenta e oito reais e trinta e um centavos).

• **RECURSOS PRÓPRIOS e DOAÇÕES**

Iniciou o bimestre com saldo de R\$ 125.069,39 (Cento e vinte e cinco mil, sessenta e nove reais e trinta e nove centavos), houve arrecadação/rendimentos de R\$ 450.362,86 (Quatrocentos e cinquenta mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e seis centavos), houve pagamentos no valor de R\$ 494.219,69 (Quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e dezenove reais e sessenta e nove centavos), resultando num saldo final do 3º bimestre de R\$ 81.212,56 (Oitenta e um mil, duzentos e doze reais e cinquenta e seis centavos).

• **CONSOLIDAÇÃO DOS RECURSOS**

Iniciou com saldo de R\$ 539.462,89 (Quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos), houve arrecadação/rendimento de R\$ 663.190,58 (Seiscentos e sessenta e três mil, cento e noventa reais e cinquenta e oito centavos), houve pagamentos no valor de R\$ 709.985,63 (Setecentos e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e três centavos), resultando num saldo final do 3º bimestre de R\$ 492.667,84 (Quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

**RESOLVE**

Art. 1º - Deferir a prestação de contas dos recursos financeiros do FMAS referentes aos meses de maio e junho de 2019;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

MARCIA CARDOSO GARCIA TEIXEIRA TAVARES

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social  
de Jaraguá do Sul – CMAS/JS.

**RESOLUÇÃO Nº 33/2019/CMAS/JS**

Publicação Nº 2223586

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS LEI MUNICIPAL Nº 7.229/2016
--	--

**RESOLUÇÃO Nº 33/2019/CMAS/JS**

Dispõe sobre a análise da prestação de contas da Semash, correspondente aos meses de Julho e Agosto de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 7.229 de 16 de junho de 2016, em conformidade com a deliberação da sessão plenária ordinária do dia 06 de novembro de 2019.

Considerando a Resolução nº 33/2012/CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social:

Art.48.Os fundos de assistência social são instrumentos de gestão orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos quais devem ser alocadas as receitas e executadas as despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

§1º Cabe ao órgão da administração pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios gerir o Fundo de Assistência Social, sob orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social. (Grifo Nosso)

§2º Caracterizam-se como fundos especiais e se constituem em unidades orçamentárias e gestoras, na forma da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, cabendo o seu gerenciamento aos órgãos responsáveis pela coordenação da política de assistência social.

§4º Os recursos previstos no orçamento para a política de assistência social devem ser alocados e executados nos respectivos fundos.

§5º Todo o recurso repassado aos Fundos seja pela União ou pelos Estados e os recursos provenientes dos tesouros estaduais, municipais ou do Distrito Federal deverão ter a sua execução orçamentária e financeira realizada pelos respectivos fundos.

Considerando ainda o art.121 da Resolução nº 33/2012/CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, que coloca como uma das atribuições dos conselhos de assistência social: acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos [...];

Considerando a cartilha de orientações para Conselhos da área da Assistência Social do Tribunal de Contas da União, em especial o preconizado na sua p.15:

A Constituição Federal de 1988 prevê a participação da população, por meio de organizações representativas, no controle das ações de Estado. O objeto do controle social abrange a elaboração e execução orçamentária dos recursos arrecadados, a fiscalização e a prestação de contas de sua utilização, sob a ótica não apenas da legalidade ou regularidade formal dos atos, mas, também, da legitimidade, economicidade, oportunidade e adequação ao propósito de assegurar o alcance do bem comum e do interesse público. Na área da assistência social, foram criados os conselhos de assistência social – incumbidos de exercer a orientação e controle dos fundos de assistência social [...].

Considerando a Lei Municipal nº 7229/2016, Art. 1º, parágrafo único, "O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é órgão deliberativo,

normativo, proponente e fiscalizador da Política Municipal de Assistência Social...”;

Considerando os relatórios apresentados pela Semash, utilizando-se para isso, dos relatórios do razãoete, empenhos, saldo por dotação, para obter o panorama orçamentário e financeiro, apresentado a seguir;

Considerando o Parecer nº 08/2019 emitido pela Comissão de Finanças e Patrimônio deste Conselho e apreciado pela Plenária Ordinária de 06 de outubro de 2019.

O orçamento inicial previsto na LOA é de R\$ 3.873.828,00 (Três milhões, oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e vinte e oito reais). A dotação atualizada em 31/08/2019, após suplementações/anulações é de R\$ 4.247.143,13 (Quatro milhões, duzentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e três reais e treze centavos).

No quarto bimestre, todos os tipos de empenhos, somaram o valor de R\$ 690.705,29 (Seiscentos e noventa mil, setecentos e cinco reais e vinte e nove centavos) e no acumulado do ano, R\$ 3.119.090,98 (Três milhões, cento e dezenove mil, noventa reais e noventa e oito centavos).

O saldo inicial do 4º bimestre foi de R\$ 492.667,84 (Quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos). No quarto bimestre houve arrecadação/rendimento no valor de R\$ 654.217,60 (Seiscentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e dezessete reais e sessenta centavos) e pagamentos no valor de R\$ 597.045,83 (Quinhentos e noventa e sete mil, quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), resultando num saldo de R\$ 549.839,61 (Quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos).

#### • RECURSOS ESTADUAIS

Iniciou o bimestre com saldo de R\$ R\$ 276.396,97 (Duzentos e setenta e seis mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e sete centavos), houve arrecadação/rendimentos de R\$ 967,80 (Novecentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos), houve pagamentos no valor de R\$ 3.376,46 (Três mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta e seis centavos), resultando num saldo final do 4º bimestre de R\$ 273.988,31 (Duzentos e setenta e três mil, novecentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos).

#### • RECURSOS FEDERAIS

Iniciou o bimestre com saldo de R\$ 135.058,31 (Cento e trinta e cinco mil, cinquenta e oito reais e trinta e um centavos), houve arrecadação/rendimentos de R\$ 152.985,93 (Cento e cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos), houve pagamentos no valor de R\$ 125.199,48 (Cento e vinte e cinco mil, cento e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos), resultando num saldo final do 4º bimestre de R\$ 162.844,76 (Cento e sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

#### • RECURSOS PRÓPRIOS e DOAÇÕES

Iniciou o bimestre com saldo de R\$ 81.212,56 (Oitenta e um mil, duzentos e doze reais e cinquenta e seis centavos), houve arrecadação/rendimentos de R\$ 500.263,87 (Quinhentos mil, duzentos e sessenta e três reais e oitenta e sete centavos), houve pagamentos no valor de R\$ 468.469,89 (Quatrocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos), resultando num saldo final do 4º bimestre de R\$ 113.006,54 (Cento e treze mil, seis reais e cinquenta e quatro centavos).

#### • CONSOLIDAÇÃO DOS RECURSOS

Iniciou com saldo de R\$ 492.667,84 (Quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), houve arrecadação/rendimento de R\$ 654.217,60 (Seiscentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e dezessete reais e sessenta centavos), houve pagamentos no valor de R\$ 597.045,83 (Quinhentos e noventa e sete mil, quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), resultando num saldo final do 4º bimestre de R\$ 549.839,61 (Quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos).

#### RESOLVE

Art. 1º - Deferir a prestação de contas dos recursos financeiros do FMAS referentes aos meses de julho e agosto de 2019;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

MARCIA CARDOSO GARCIA TEIXEIRA TAVARES

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social  
de Jaraguá do Sul – CMAS/JS.

#### SAMAE - ATA Nº: 4424 REF. LICITAÇÃO Nº: 118/2019

Publicação Nº 2222811

ATA Nº:	4424		
REF. LICITAÇÃO Nº:	118/2019		
MODALIDADE:	TOMADA DE PREÇOS – MENOR PREÇO GLOBAL		
OBJETO:	SERVIÇO DE DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS DA EDIFICAÇÃO ETA 03 DO SAMAE		
DATA DA SESSÃO:	11/11/2019	HORA DA SESSÃO:	08h

COMISSÃO DE LICITAÇÃO: (Designada pela Portaria nº 139/2019)

Fabiano Laube
---------------

Thiago Luiz Martins  
Enio Evandro Luchtenberg

Na presente data, na sala de reuniões do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sita na Rua Erwino Menegotti, 478, bairro Água Verde, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação para, em conformidade com o disposto nos §2º e 3º do artigo 109 da Lei 8.666/93, acusar o recebimento de Recurso Administrativo interposto, tempestivamente em 06/11/2019, pela empresa Aline Cristina Antes ME, bem como comunicar seu teor aos demais licitantes da Tomada de Preços supra citada, que poderão apresentar contrarrazões em até 05 (cinco) dias úteis, a partir da publicação desta Ata na Imprensa Oficial (Diário Oficial dos Municípios), que ocorrerá em 12/11/2019. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura da presente Ata.

Jaraguá do Sul, 11 de novembro de 2019.

Comissão de Licitação: Enio Evandro Luchtenberg, Fabiano Laube e Thiago Luiz Martins

## **SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 152/2019**

Publicação Nº 2224292

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 152/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA, LATOARIA E PINTURA E ELÉTRICA, EM VEÍCULOS AUTOMOTORES DA FROTA DO SAMAE DE JARAGUÁ DO SUL.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 12/11/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 25/11/2019 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: [compras@samaejs.com.br](mailto:compras@samaejs.com.br).

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

## **SAMAE - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2019**

Publicação Nº 2223308

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Samae de Jaraguá do Sul faz saber a todos os interessados que o edital foi retificado e prorrogada a data de abertura do Edital do Processo Licitatório nº 144/2019, referente à AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS ULTRASSÔNICOS E HIDRÔMETROS VELOCIMÉTRICOS UNIJATO. A sessão de abertura fica remarcada para o dia 25/11/2019 às 08 horas, na Sede do Samae.

O edital encontra-se disponível no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9114.

Ademir Izidoro

## **CÂMARA MUNICIPAL**

## **EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2019**

Publicação Nº 2223415

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2019

Contrato Nº 09/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: MICRO FOCUS BRASIL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA.

OBJETO: Contratação de serviços de licença de uso, suporte e atualização do software Data Protector, para solução de problemas através de suporte eletrônico de software, acesso a recursos técnicos, análise e resolução de problemas, gerenciamento de escalação, isolamento de problemas, acesso remoto e outros que venha a ser necessários ao bom funcionamento do software nas instalações da Câmara, através de atendimento realizado pela contratada para o referido serviço

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 29/2019 – Inexigibilidade de Licitação

VALOR DO TOTAL DO CONTRATO: R\$ 8.691,57 (oito mil e seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: 07/11/2019 a 06/11/2020

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: MARCELINDO CARLOS GRUNER, MARCO AURÉLIO LEONE FERNANDES E CARLOS MOREIRA GUEDES NETO

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

MARCELINDO CARLOS GRUNER

Presidente

# Joaçaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.795 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224233

DECRETO Nº 5.795 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei n. 5.300/2019;

DECRETA:

Art. 1º: Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 151.500,00 (cento e cinquenta e um mil e quinhentos reais) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Municipal Vigente:

Órgão 04: SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária 01: SECRETARIA DE GESTÃO ADMIN. E FINANCEIRA

Proj./Atividade 0.000: Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna - Prefeitura

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 - 50

Valor: ..... R\$ 18.660,00

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 - 52

Valor: ..... R\$ 132.840,00

Art. 2º Os recursos necessários à suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes da anulação da seguinte dotação:

Órgão 04: SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária 01: SECRETARIA DE GESTÃO ADMIN. E FINANCEIRA

Proj./Atividade 2.028: Manutenção da Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 - 34

Valor: ..... R\$ 151.500,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 11 de novembro de 2019

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

### EXTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2019

Publicação Nº 2223767

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 2/2019

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. DIOCLELIO RAGNINI, atendendo à Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº 026/2013 torna público que realiza chamada pública, até às 15 horas do dia 02 de dezembro de 2019, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, na Rua Getúlio Vargas, nº 417, centro, 2º andar, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto à Secretaria Municipal de Educação, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8872 ou no sítio da Prefeitura – [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a contar da publicação desse aviso.

Joaçaba, 07 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANA BEATRIZ BRANCHER - Secretária

**LEI Nº 5.300 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2224235

LEI Nº 5.300 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 151.500,00 (cento e cinquenta e um mil e quinhentos reais) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Municipal Vigente:

Órgão 04: SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária 01: SECRETARIA DE GESTÃO ADMIN. E FINANCEIRA

Proj./Atividade 0.000: Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna - Prefeitura

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 - 50

Valor: ..... R\$ 18.660,00

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 - 52

Valor: ..... R\$ 132.840,00

Art. 2º Os recursos necessários à suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes da anulação da seguinte dotação:

Órgão 04: SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária 01: SECRETARIA DE GESTÃO ADMIN. E FINANCEIRA

Proj./Atividade 2.028: Manutenção da Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 - 34

Valor: ..... R\$ 151.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 11 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

**LEI Nº 5.301 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2224236

LEI Nº 5.301 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

"AUTORIZA A DESAFETAR DA DESTINAÇÃO ORIGINÁRIA IMÓVEL, QUE ESPECIFICA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar da destinação originária de escadaria proposta pela Lei nº 1.726/91 do imóvel de propriedade do Município de Joaçaba de Matrícula nº 14.488 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício cuja propriedade é exercida pelo Município de Joaçaba, com metragem total de 700,00m² (setecentos metros quadrados).

Parágrafo único - O bem patrimonial descrito no caput deste artigo permanece integralizado ao Patrimônio Público Municipal na qualidade de bem de uso comum do povo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 11 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 5.321**

Publicação Nº 2224246

PORTARIA Nº 5.321 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de apurar eventual descumprimento das obrigações funcionais do servidor G. H. C., garantindo contraditório e ampla-defesa, conforme memorando nº 649/2019 da Secretaria Municipal de Saúde e Parecer Jurídico.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores, DIANE CARINA MATANA, INES MARIA PICOLI E SIDNEI JOSE GEMELLI para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013, Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Decreto n.º 5.430 de 02 de julho de 2018.

Art. 3º - Revoga-se a portaria nº 5.295/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.322**

Publicação Nº 2224248

PORTARIA Nº 5.322 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de apurar a responsabilidade pelo não pagamento do Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura – Pontos de fixação / Metros de dutos, celebrado entre o município de Joaçaba e CELESC Distribuição S.A., sob nº TA/IT nº 129, conforme memorando nº 210/2019 da Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública .

Art. 2º DESIGNAR os servidores, GABRIELLA BALESTRIN, LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA E LUIZ FERNANDO VACCARI para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013, Decreto n.º 4.980 de 17 de agosto de 2016 e Decreto nº 5.782 de 23 de outubro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA Nº 5.323**

Publicação Nº 2224250

PORTARIA Nº 5.323 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

" CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim apurar possíveis irregularidades cometidas por servidora da Secretaria Municipal de Saúde, conforme memorando nº 646/2019 da Secretaria Municipal de Saúde e Parecer Jurídico.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores, ANDRE LUIZ DRI, HELLEN CHRISTIAN WUEST DABROWSKI E LUCI TEREZINHA HEBERLE, para conduzi-rem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013, Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Decreto n.º 4.917/2016.

Art. 3º - Revoga-se a portaria nº 5.296/2019.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.324**

Publicação Nº 2224252

PORTARIA Nº 5.324 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

"EXONERA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 31 de outubro de 2019, o(a) Servidor(a) SILVANA BERTUSSO, Técnico em Enfermagem, das funções de Chefe do Programa DST / AIDS, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 669/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 31 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.325**

Publicação Nº 2224255

PORTARIA Nº 5.325 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 31 de outubro de 2019, o(a) Servidor(a) ANGELA SIGNORI PAIMELL, Enfermeiro, das funções de Chefe da Atenção Básica, nível FC1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar n.º 387 de 30 de abril de 2019, conforme memorando nº 669/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 01 de novembro de 2019, o(a) Servidor(a) ANGELA SIGNORI PAIMELL, Enfermeiro, para exercer as funções de Chefe do Programa DST / AIDS, nível FC1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar n.º 387 de 30 de abril de 2019, conforme memorando nº 669/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.326**

Publicação Nº 2224257

PORTARIA Nº 5.326 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

“EXONERA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 31 de outubro de 2019, o(a) Servidor(a) ARIELA AUGUSTIN, Cirurgião Dentista, das funções de Chefe de Acompanhamento de Convênios, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 674/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 31 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.327**

Publicação Nº 2224258

PORTARIA Nº 5.327 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de novembro de 2019, o(a) Servidor(a) MARIANA BAZOTTI, Cirurgião Dentista, para exercer as funções de Chefe de Acompanhamento de Convênios, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 674/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.328**

Publicação Nº 2224259

PORTARIA Nº 5.328 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

"NOMEIA COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PRODIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º NOMEAR os Servidores para compor a Comissão Anual de Avaliação para Progressão Por Mérito 2019 e Comissão de Avaliação de Estágio Probatório 2º semestre 2019:

Secretaria de Comunicação, Cultura, Turismo e Eventos / Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública / Procuradoria-Geral do Município:

Geovana Aparecida Denardi Facin

Gustavo Deon

Sonia Aparecida Borchers

Superintendência de Esportes:

Julio Valecio Ferreira

Mariana Beloto Moreira

Rony Edson Lenz

Secretaria Municipal de Saúde:

Eliane Aparecida Ceron Vier

Isabel de Carli Bortoli

Mariana Zopeletto

Valmor João Reisdorfer

Secretaria Municipal de Educação:

Camila Branco Sgaria

Daniela Borsoi Dalla Lasta

Eliane Alves Cardoso

Gicele Carvalho da Silva Marcon

Mauro Celso Bott

Rose Maria Makowski

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação:

Graciela Glasenapp  
Julio Cesar Bissani  
Severino Luis De Dea

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura:  
Marcelo Mantovani  
Nayara de Oliveira  
Valdecir Valentin Darold  
Wilson Sartori

Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira:  
Eliana Zardo Schmautz  
Jorge Luiz Dresch  
Juliana Dartora Besbati

Secretaria Municipal de Assistência Social:  
Ivone Zanatta  
Jeferson Luiz Krug  
Juliana Chiamulera  
Larissa Novello  
Rubia Karen Provensi  
Sandra Regina Pacheco Pinheiro

Art. 2º - Fica designada a direção de cada unidade escolar para acompanhar e realizar a avaliação dos respectivos servidores.

Art. 3º - Fica designado cada responsável pelo órgão onde o servidor esta cedido para realizar a avaliação dos respectivos servidores.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de novembro de 2019.  
JUCELINO JORGE FERRAZ  
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 5.329

Publicação Nº 2224260

PORTARIA Nº 5.329 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

“DESIGNA RESPONSÁVEIS PELAS ASSINATURAS DIGITAIS DAS CONTAS BANCÁRIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR os servidores: VALMOR JOAO REISDORFER – Secretario Municipal de Saúde e PRISCILA CONTINI SCALABRIN – Técnico de Administração, para proceder à movimentação financeira e assinatura digital das contas bancárias mantidas pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ 10.594.533/0001-00, junto às instituições financeiras, conforme memorando nº 680/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As assinaturas digitais só poderão ser realizadas mediante a assinatura dos dois servidores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de novembro de 2019.  
JUCELINO JORGE FERRA  
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**RETIFICAÇÃO EDITAL Nº 02/2019/SME**

Publicação Nº 2223604

## RETIFICAÇÃO EDITAL Nº 02/2019/SME

Retifica Dados contidos no edital nº 02/2019/SME

Art 1º Fica alterado o quadro de vagas, constante no anexo 2 do edital nº 02/2019/SME obedecendo a disposição a seguir:

## QUADRO DE VAGAS

ESCOLA	HABILITAÇÃO	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	TURNOS
Centro Educacional Frei Bruno	Graduação em Pedagogia	01	20h	Matutino/ Vespertino
Escola Nossa Senhora de Lourdes	Graduação em Pedagogia	01	20h	Vespertino
Escola Nossa Senhora de Lourdes	Graduação em Pedagogia	01	20h	Vespertino
Centro Educação Infantil Nossa Senhora de Lourdes	Graduação em Pedagogia	01	40h	Matutino/ Vespertino

Art. 2º Ficam ratificadas as demais cláusulas e Resoluções constante no edital nº 02/2019/SME.

Joaçaba/SC, 11 de novembro de 2019.

ANA BEATRIZ BRANCHER  
Secretária de Educação**RETIFICAÇÃO RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº 11/2019**

Publicação Nº 2223615

## RETIFICAÇÃO RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº 11/2019

Classificação final:

Português			
Classificação	Nome	Pontuação	Situação
1º	Renato de Souza	9,5	Não Habilitado

Joaçaba/SC, 11 de novembro de 2019.

ANA BEATRIZ BRANCHER  
Secretária de Educação

**DECRETO Nº 5.794 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2224227

**Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA DE JOAÇABA****DECRETO Nº 5.794 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.**

**“NORMATIZA PROCEDIMENTOS DA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 398/2019 QUE DISPÕE SOBRE  
NORMAS RELATIVAS AOS PROJETOS,  
CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES NO MUNICÍPIO DE  
JOAÇABA/SC E INSTITUI O CÓDIGO DE  
EDIFICAÇÕES, QUE ESPECIFICA.”**

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º Para os procedimentos de aprovação e licenciamento de construção, reconstrução, reforma, ampliação, regularização, demolição, habite-se e numeração de edifícios de que trata o Código de Edificações do Município de Joaçaba ficam adotados os modelos dos Anexos “A” ao “H” e IN SDEI-01 deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 08 de novembro de 2019.

**JUCELINO JORGE FERRAZ**  
Prefeito em exercício

Instrução Normativa – Licenciamento de Obras e Edificações

IN-SDEI-01

Rev: 00

1 de 1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA**  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

PROCESSO N. \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## REQUERIMENTO PARA APROVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES (ANEXO A, IN-SDEI-01)

RÚBRICA PROTOCOLO \_\_\_\_\_

OS CAMPOS A SEGUIR SÃO DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO, SOB PENA DO INDEFERIMENTO DO PROCESSO POR AUSÊNCIA DE DADOS MÍNIMOS À ANÁLISE DO SERVIÇO SOLICITADO.

### 01. SERVIÇO SOLICITADO (preencher apenas uma das opções)

<input type="checkbox"/> ALINHAMENTO; <input type="checkbox"/> APROVAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO; <input type="checkbox"/> ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO¹; <input type="checkbox"/> RENOVAÇÃO DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO; <input type="checkbox"/> REGULARIZAÇÃO DE OBRA CONSTRUÍDA¹; <input type="checkbox"/> ALVARÁ DE REFORMA¹; <small>Obs 1. Admite-se solicitação conjunta os Alvarás de Reforma, Ampliação, Regularização e Construção.</small>	<input type="checkbox"/> ALVARÁ DE AMPLIAÇÃO¹; <input type="checkbox"/> APROVAÇÃO DE PROJETO MODIFICATIVO; <input type="checkbox"/> HABITE-SE; <input type="checkbox"/> HABITE-SE PARCIAL; <input type="checkbox"/> ALVARÁ DE DEMOLIÇÃO (prazo de execução de ____ dias); <input type="checkbox"/> NUMERAÇÃO DE PRÉDIO². <small>Obs 2. Admite-se solicitação da numeração de prédio em conjunto com o Alvará de Construção, Habite-se parcial e/ou Habite-se.</small>
--	---

### 02. USO DA EDIFICAÇÃO (Descreva a atividade ou uso da edificação ou que se pretende pra edificação. Excetua-se do preenchimento deste item no caso de solicitação de alinhamento)

### 03. OBJETO DE LICENCIAMENTO (Exceto para alinhamento)

NÚMERO DE PAVIMENTOS:	NÚMERO DE SUBSOLOS:	METRAGEM QUADRADA DE EDIFICAÇÃO:
MÉTODO CONSTRUTIVO: <input type="checkbox"/> ALVENARIA; <input type="checkbox"/> OUTROS (descrever: _____)	<input type="checkbox"/> MADEIRA; <input type="checkbox"/> MISTO; <input type="checkbox"/> OUTROS (descrever: _____)	PILOTIS: <input type="checkbox"/> SIM; <input type="checkbox"/> NÃO

### 04. REPRESENTANTE LEGAL

NOME:	CPF / CNPJ:
ENDEREÇO:	CEP:
E-MAIL DO REPRESENTANTE LEGAL:	TELEFONE DO REPRESENTANTE LEGAL:

### 05. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DA SOLICITAÇÃO

ENDEREÇO DA OBRA:		
NÚMERO:	BAIRRO:	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:
LOTEAMENTO:	LOTE:	QUADRA:

### 06. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS (Exceto para alinhamento e numeração de prédio)

PROJETO ARQUITETÔNICO:	CREA /CAU/CRT:
EXECUÇÃO DA OBRA (responsável principal):	CREA /CAU/CRT:

TERMINOS EM QUE PEDE DEFERIMENTO.

JOAÇABA, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

### CONTROLE DE ANÁLISES (preenchimento do analista)

<input type="checkbox"/> 1º Análise: ____/____/____	<input type="checkbox"/> 3º Análise: ____/____/____	<input type="checkbox"/> 5º Análise: ____/____/____
<input type="checkbox"/> 2º Análise: ____/____/____	<input type="checkbox"/> 4º Análise: ____/____/____	<input type="checkbox"/> 6º Análise: ____/____/____



Instrução Normativa – Licenciamento de Obras e Edificações

IN-SDEI-01

Rev: 00

1 de 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA****SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO****TERMO DE CIÊNCIA – ACESSIBILIDADE** (anexo B)

Eu, \_\_\_\_\_, CPF/CNPJ nº. \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, com orientação técnica do profissional \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, CREA/CAU/CRT nº \_\_\_\_\_ ESTOU CIENTE QUE a edificação objeto do licenciamento do processo nº \_\_\_\_\_ datado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, promoverá as condições necessárias de acessibilidade, além das condições mínimas apresentadas no projeto arquitetônico, quanto ao mobiliário, sinalização, acessórios, dispositivos de alarmes e etc..., conforme premissas da NBR 9050/2015 e da Lei Federal nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, estando ciente das implicações e sanções decorrentes do não atendimento da Legislação e Normas correlatas. A benfeitoria a ser licenciada está localizada no imóvel sob. matrícula do Registro de Imóveis nº. \_\_\_\_\_, insc. Imobiliária nº. \_\_\_\_\_, localizado na Rua/avenida \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, nesta cidade. A conclusão da Obra, Habite-se e a concessão e a renovação de alvará de funcionamento para qualquer atividade de uso público e/ou coletivo são condicionadas à observação e à certificação das regras de acessibilidade previstas na Lei Federal nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Joaçaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Declarante  
Nome / CPF\_\_\_\_\_  
Responsável Técnico  
Nome / CREA, CAU ou CRT

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA****SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO****TERMO DE RESPONSABILIDADE** (anexo C)

Na condição de Autor do Projeto DECLARO, para todos os fins, que o presente projeto relativo ao licenciamento da edificação atende a todas as exigências das legislações municipais, estaduais, federais e normas técnicas brasileiras, e ASSUMO toda a responsabilidade pela elaboração do projeto, inclusive quanto à segurança, quanto às normas relativas ao direito de vizinhança, o que inclui os afastamentos das divisas, assim como as demais responsabilidades decorrentes do não cumprimento das legislações vigentes.

DECLARO ainda que o Projeto Arquitetônico está compatível com todos os projetos complementares do objeto de licenciamento, com suas respectivas aprovações nos órgãos competentes, conforme o caso.

Na condição de Responsável Técnico pela execução da obra DECLARO, para todos os fins, que tenho pleno conhecimento de que a presente obra objeto do licenciamento será executada de acordo com o projeto aprovado. DECLARO também, que o mesmo atende a todas as exigências das legislações municipais, estaduais, federais e normas técnicas brasileiras, e ASSUMO toda a responsabilidade pela execução da obra contratada, inclusive quanto à segurança, quanto às normas relativas ao direito de vizinhança, o que inclui os afastamentos das divisas, assim como as demais responsabilidades decorrentes do não cumprimento das legislações vigentes.

DECLARAMOS estar cientes de que as responsabilidades poderão ser cumuladas na esfera civil, penal e administrativa, decorrentes de eventuais prejuízos a terceiros, e ainda estar cientes de todas as sanções previstas na legislação federal, estadual e municipal, entre outras as constantes nos seguintes artigos:

- Código Penal: Artigos 184, 250, 254, 255, 256, 299, 317 e 333;
- Código Civil: Artigos 186, 187, 618 e 927;
- Leis Federais nº5.194/1966 e nº12.378/2010;
- Lei Municipal - Código de Edificações e Posturas;
- Código de Defesa do Consumidor.

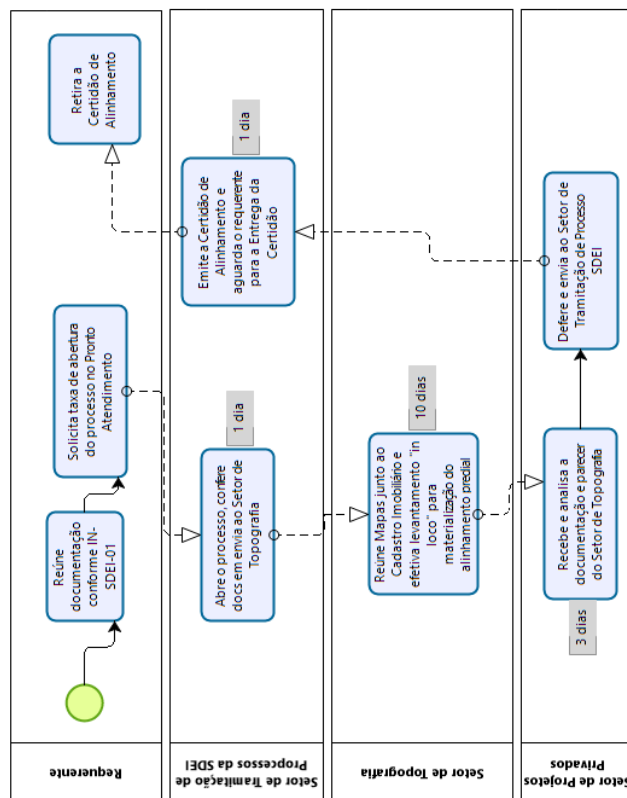
Joaçaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Responsável Técnico pelo Projeto Arquitetônico  
Nome / CREA, CAU ou CRT

\_\_\_\_\_  
Responsável Técnico pela Execução da Obra  
Nome / CREA, CAU ou CRT

## 1. FLUXOS E PRAZOS (anexo D)

### 1.1. ALINHAMENTO



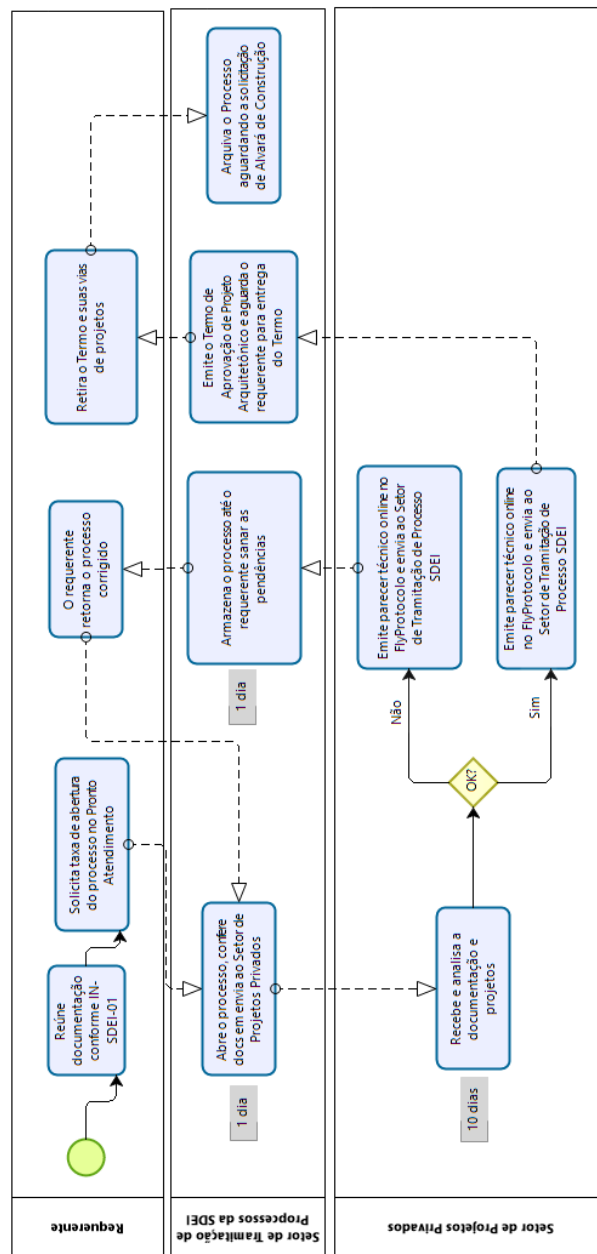
IN-SDEI-01

Rev: 00

2 de 6

Instrução Normativa – Licenciamento de Obras e Edificações

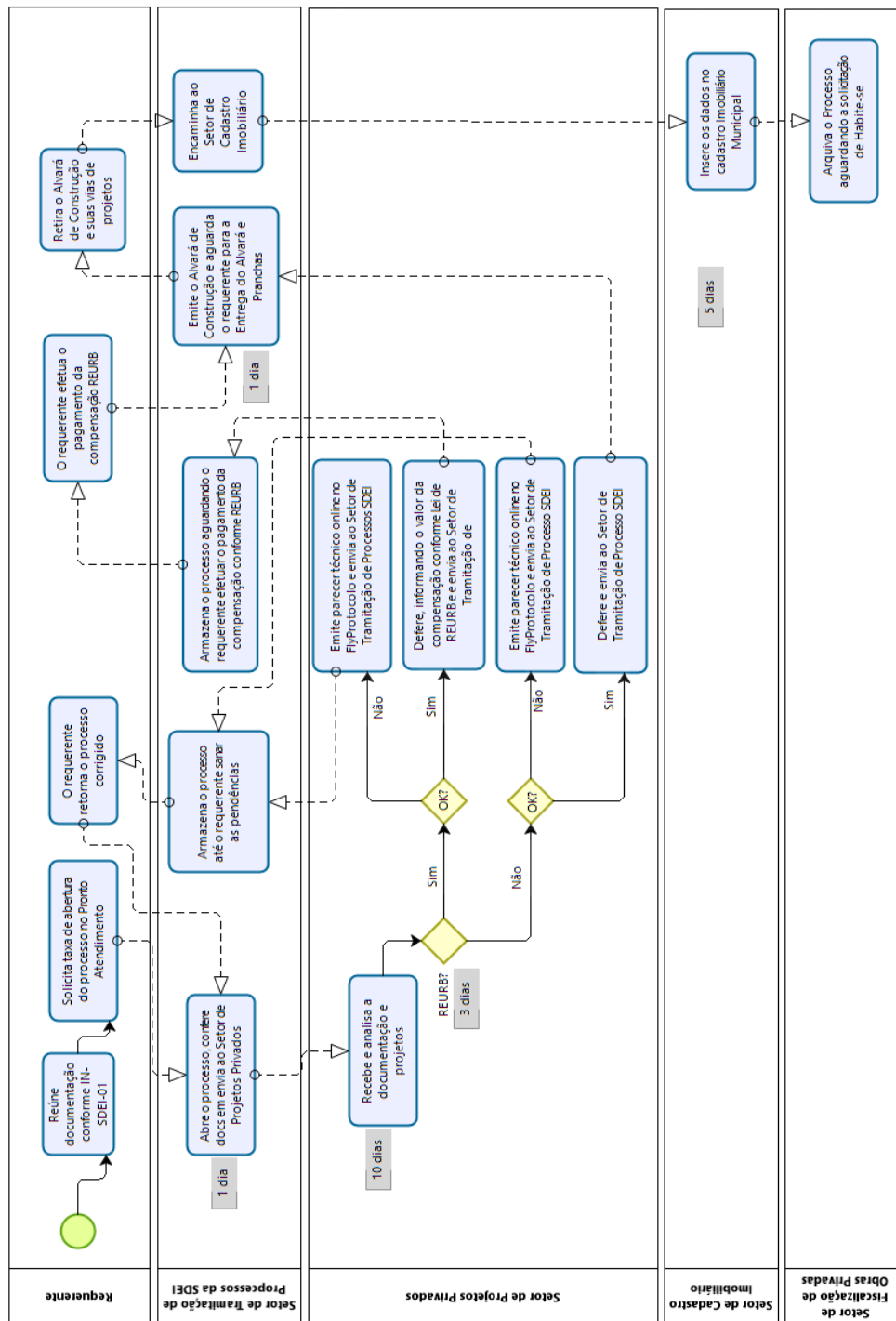
## 1.2. APROVAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO



IN-SDEI-01 | Rev. 00 | 3 de 6

Instrução Normativa – Licenciamento de Obras e Edificações

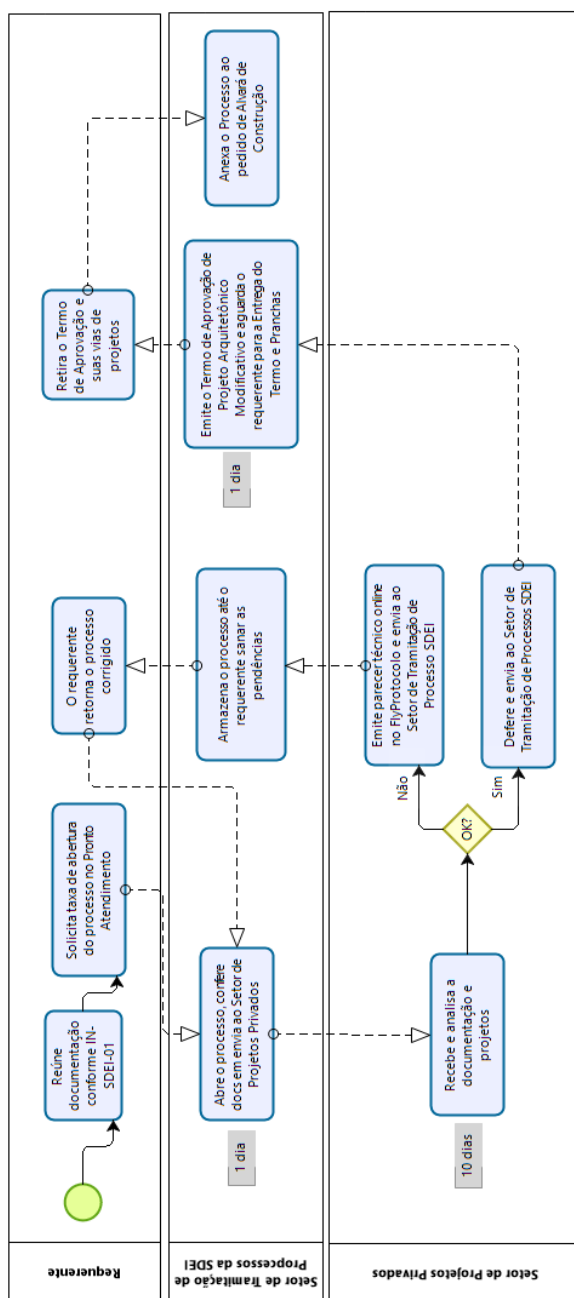
## 1.3. ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO e REGULARIZAÇÃO



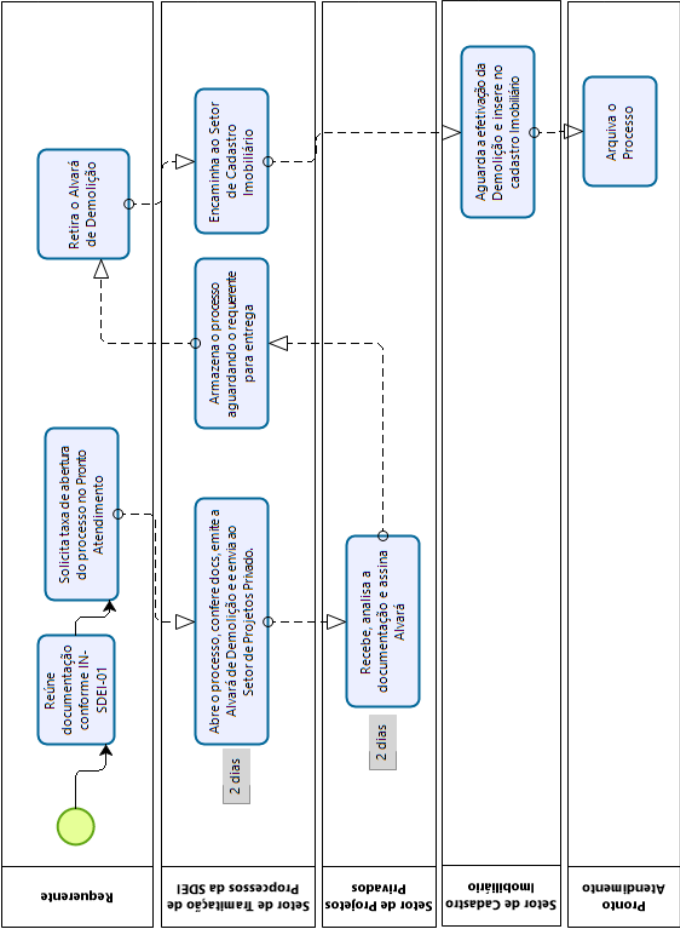
IN-SDEI-01 | Rev: 00 | 4 de 6

Instrução Normativa – Licenciamento de Obras e Edificações

## 1.4. MODIFICAÇÃO DE PROJETO ANTES DO TÉRMINO DA OBRA



1.5. DEMOLIÇÃO VOLUNTÁRIA

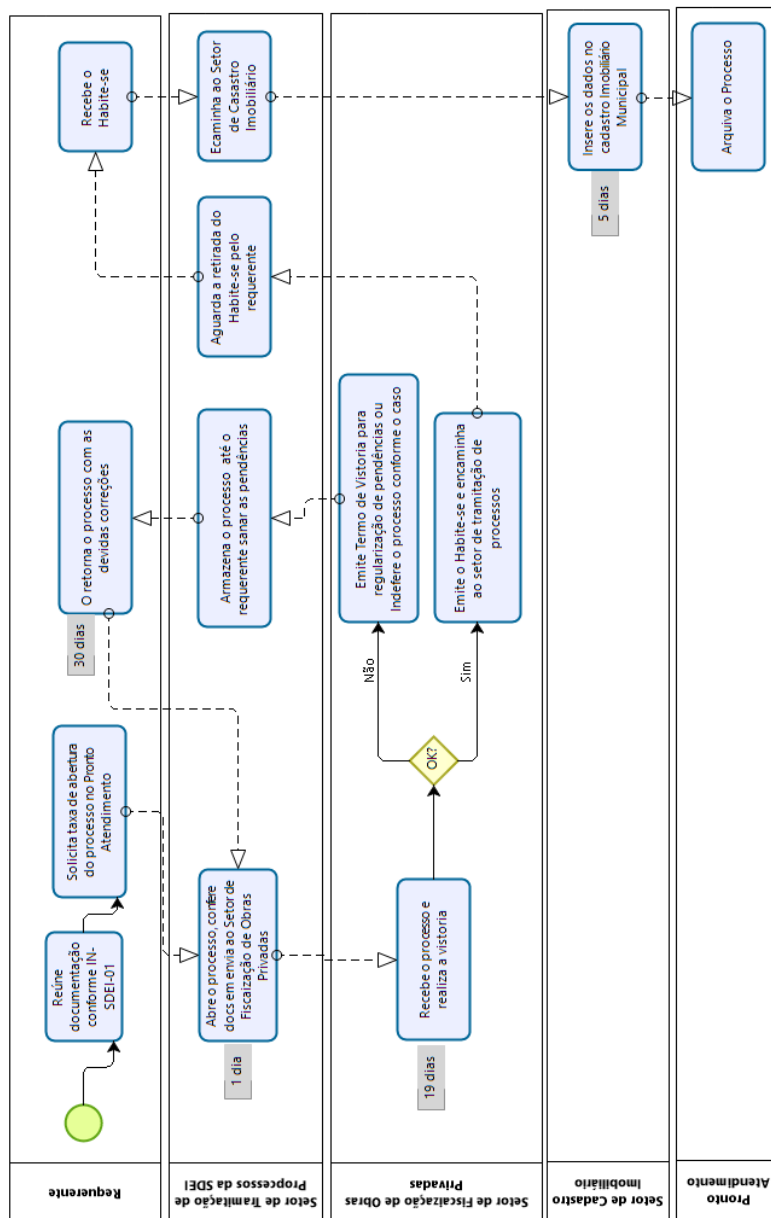




IN-SDEI-01 | Rev: 00 | 6 de 6

Instrução Normativa – Licenciamento de Obras e Edificações

## 1.6. HABITE-SE



Instrução Normativa – Licenciamento de Obras e Edificações

IN-SDEI-01

Rev: 00

1 de 1



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

**DECLARAÇÃO – FUNCIONAMENTO DA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA** (anexo E)

Eu, \_\_\_\_\_, CREA/CAU/CRT nº. \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, responsável técnico pela execução da obra de propriedade de (nome do proprietário da obra, localizada no(a) (logradouro), (bairro), no município de Joaçaba/SC, em imóvel com inscrição imobiliária sob nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins e efeitos legais que a instalação elétrica pertinente a referida edificação foi executada e encontra-se de acordo com o projeto elétrico complementar submetido a análise e aprovação junto a esta municipalidade em (data de aprovação do projeto), parte integrante do processo protocolado sob o (número de protocolo de data de protocolização).

Declaro ainda que a referida edificação apresenta condições de habitabilidade encontrando-se em perfeito funcionamento as instalações elétricas ora mencionadas.

E, para constar, firmo a presente.

Joaçaba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Responsável Técnico  
Nome / CREA, CAU ou CRT

Instrução Normativa – Licenciamento de Obras e Edificações

IN-SDEI-01

Rev: 00 | 1 de 1



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

**TERMO DE COMPROMISSO – LICITAÇÃO DE OBRA** (anexo F)

Eu, \_\_\_\_\_, CPF/CNPJ nº. \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, com orientação técnica do profissional \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, CREA/CAU/CRT nº \_\_\_\_\_ referente a edificação objeto do licenciamento do processo nº \_\_\_\_\_ datado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, ME COMPROMETO a encaminhar a(as) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e/ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) quando do término do certame licitatório e assinatura do contrato de execução da referida obra.

A benfeitoria a ser licenciada está localizada no imóvel sob. matrícula do Registro de Imóveis nº. \_\_\_\_\_, insc. Imobiliária nº. \_\_\_\_\_, localizado na Rua/avenida \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, nesta cidade.

Joaçaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Declarante  
Nome / CPF

Instrução Normativa – Licenciamento de Obras e Edificações

IN-SDEI-01

Rev: 00

1 de 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA****SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO****TERMO DE CIÊNCIA – HIDROSSANITÁRIO** (anexo G)

Eu, \_\_\_\_\_, CPF/CNPJ nº. \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, com orientação técnica do profissional \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, CREA/CAU/CRT nº \_\_\_\_\_ ESTOU CIENTE QUE antes de fechar (cobrir) e mesmo de preencher o sistema de tratamento das águas servidas, irei solicitar por escrito à Vigilância Sanitária do município para que a fiscalização da execução do projeto seja feita, conforme Lei estadual 6.320/83 c/c art.37 decreto 24.980/85. Se aterros, tampas e preenchimentos prejudicarem a vistoria, serei responsável por qualquer transtorno, prejuízo ou gastos inerentes à retirada dos obstáculos. Caso a execução do projeto não esteja de acordo com o projeto original, estou ciente que será minha responsabilidade todos os gastos e transtornos para alterar a obra conforme projeto aprovado pela Municipalidade.

Sou sabedor(a) que todas as águas servidas, provenientes da obra em questão deverão ser encaminhadas e tratadas conforme o projeto hidrossanitário encaminhado à Municipalidade.

A benfeitoria a ser licenciada está localizada no imóvel sob. matrícula do Registro de Imóveis nº. \_\_\_\_\_, insc. Imobiliária nº. \_\_\_\_\_, localizado na Rua/avenida \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, nesta cidade.


Joaçaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Declarante  
Nome / CPF

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA****SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO****CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DO SOLO** (anexo H)

<b>Faixa</b>	<b>Constituição aprovável dos solos</b>	<b>Coefficiente de infiltração (litros/ m<sup>2</sup> x dia)</b>	<b>Absorção relativa</b>
<b>1</b>	Rochas, argilas compactas de cor branca, cinza ou preta, variando a rochas alteradas e argilas medianamente compactas de cor avermelhada.	Menor que 20	Impermeável
<b>2</b>	Argilas de cor amarela, vermelha ou marrom medianamente compactas, variando a argilas pouco siltosas e/ou arenosas.	20 a 40	Semi-impermeável
<b>3</b>	Argilas arenosas e/ou siltosas, variando a areias argilosas ou siltes argilosos de cor amarela, vermelha ou marrom.	40 a 60	Vagarosa
<b>4</b>	Areia ou silte pouco argiloso, ou solo arenoso com humos e turfas, variando a solos constituídos predominantemente de areias e siltes.	60 a 90	Média
<b>5</b>	Areia bem selecionada e limpa, variando a areia grossa com cascalhos.	Maior que 90	Rápida

Fonte: Manual de Saneamento – Ministério da Saúde - Fundação Nacional de Saúde (Brasil). Brasília; Funasa; 4 ed; 2015. 641 p. ilus, tab, graf. (tabela 01, pag. 199)

	<b>LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÕES</b>	CÓDIGO:	IN-SDEI-01
		REVISÃO:	00
		PÁGINA:	1 de 8
		DATA:	05/11/2019

## 1. OBJETIVO

O objetivo desta instrução normativa é orientar o profissional no processo de aprovação e licenciamento de obras de construções, reformas, ampliações e regularizações de edificações, estabelecendo os procedimentos para o encaminhamento e análise de processos desta natureza.

## 2. RESPONSABILIDADES

A responsabilidade pela elaboração, implementação, acompanhamento e revisão deste procedimento é do Setor de Obras Privadas em conjunto com o Setor de Planejamento Urbano e Estratégico, ambos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

## 3. ABRANGÊNCIA

Esta Instrução Normativa abrange a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação nos seus setores abaixo descritos:

- Setor de Tramitação de Processos;
- Setor de Topografia;
- Setor de Obras Privadas;
- Setor de Fiscalização de Obras Privadas;

## 4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Normas Técnicas da ABNT referenciadas no item 16 entre outras;
- Normas Técnicas, Instruções Normativas, Portarias e Resoluções relacionadas no item 16;
- Código de Edificações;
- Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- Código de Posturas.

## 5. CONCEITOS BÁSICOS

- 5.1. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- 5.2. ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO: documento expedido pela Municipalidade que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização.
- 5.3. ALINHAMENTO PARA CONSTRUÇÃO: ato administrativo para indicação da linha divisória legal entre o lote e a via ou logradouro público.
- 5.4. AMPLIAÇÃO: alteração no sentido de se tornar maior a área edificada.
- 5.5. APROVAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO: ato administrativo facultativo que precede o licenciamento das obras (Alvará de Construção).
- 5.6. ART: Anotação de Responsabilidade Técnica.
- 5.7. CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
- 5.8. CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA – documento expedido pela Municipalidade, que autoriza a ocupação de uma edificação (habite-se).
- 5.9. CONSTRUÇÃO - é de modo geral, a realização de qualquer obra.
- 5.10. CONSULTA DE VIABILIDADE - documento indispensável, prioritário de encaminhamento à Municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona.
- 5.11. CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
- 5.12. CRT – Conselho Regional dos Técnicos Industriais.
- 5.13. DEMOLIÇÃO - deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.
- 5.14. ESCALA - relação constante entre as dimensões do desenho e a do que ele representa.
- 5.15. ESPECIFICAÇÕES - discriminação dos materiais e serviços empregados numa construção.

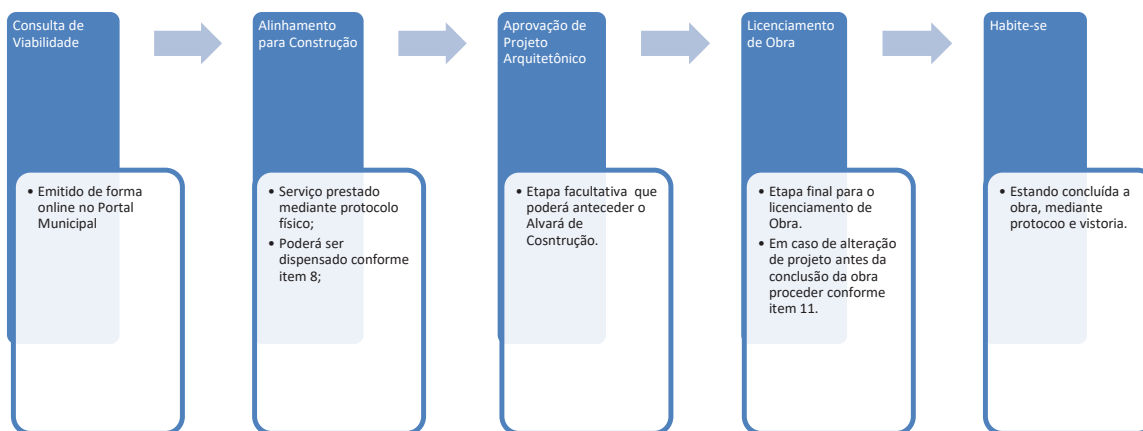
Elaboração: SDEI - Planejamento Urbano		Aprovação: Ricardo F. M.	
---	--	-----------------------------	--

- 5.16. IMA - Instituto do Meio Ambiente;
- 5.17. LICENÇA - é ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei.
- 5.18. LICENCIAMENTO DE OBRA - ato administrativo que concede licença e prazo para início e término de uma obra.
- 5.19. LOGRADOURO PÚBLICO - toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população.
- 5.20. MATRÍCULA DO IMÓVEL - é o documento que identifica os bens imóveis, emitida pelo Cartório de Registro Civil, da qual identifica juridicamente existência o imóvel perante a sociedade.
- 5.21. REFORMA - obra em que altere a edificação em parte essencial por supressão ou modificação.
- 5.22. REURB – Regularização Fundiária Urbana e Ambiental;
- 5.23. RRT - Registro de Responsabilidade Técnica;
- 5.24. TRT – Termo de Responsabilidade Técnica;

## 6. ETAPAS

A execução de quaisquer atividades passíveis de licenciamento, será precedida dos seguintes atos administrativos:

- 6.1. Consulta de viabilidade técnica para construção;
- 6.2. Alinhamento para Construção (facultativo nos termos do item 8);
- 6.3. Aprovação de Projeto Arquitetônico (facultativo);
- 6.4. Licenciamento de Obra (Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Regularização);
- 6.5. Habite-se (Certificado de Conclusão de Obra)



Obs: Os processos de demolição voluntária e numeração de prédio não estão atrelados a este fluxo, pois seu andamento é independente das etapas mencionadas acima.

## 7. CONSULTA DE VIABILIDADE

Essa etapa é efetivada de forma online do portal eletrônico do Município (<https://www.joacaba.sc.gov.br/>) onde serão necessárias as seguintes informações para preenchimento:

- 7.1. Número de inscrição imobiliária;
- 7.2. Dados do proprietário (nome, contato);
- 7.3. Destinação da obra (residencial, comercial, serviços, industrial e outros).

Após preenchido os dados, será emitida a Consulta de Viabilidade informando sobre a Zona Urbana em que está situado o imóvel, normas urbanísticas incidentes tais como Taxa de Ocupação, Coeficiente de Aproveitamento, Gabarito de alturas, recuos e afastamento mínimos, enquadramento da atividade



proposta (Permitida, Permissível ou Proibida), condicionantes ambientais, podendo ainda informar sobre o gabarito das vias.

A Consulta de viabilidade terá validade de 180 dias.

## 8. ALINHAMENTO PARA CONSTRUÇÃO

A solicitação de alinhamento para construção será mediante o preenchimento completo do requerimento (anexo A) e fornecimento da seguinte documentação:

- 8.1. Consulta de viabilidade;
- 8.2. Matrícula do Imóvel;

Diante das informações, a Municipalidade buscará em seus registros próprios os dados pertinentes e após será emitida a Certidão de Alinhamento em um prazo de 15 (quinze) dias úteis após o protocolo do processo, seguindo o rito previsto no Anexo D;

Essa etapa poderá ser dispensada nos seguintes casos obrigatoriamente e cumulativamente:

- Quando se tratar de loteamento concluído a partir de agosto de 2012 e que toda a infraestrutura de pavimentação e calçadas estejam executadas e;
- Quando não houver dúvidas por parte do profissional responsável pelo projeto sobre o posicionamento do lote em relação ao alinhamento oficial e;
- Quando há informação sobre o gabarito da via na consulta de viabilidade.

## 9. APROVAÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO

A solicitação de Aprovação de Projeto Arquitetônico será efetivada mediante o preenchimento completo do requerimento (anexo A) e fornecimento da seguinte documentação:

- 9.1. Consulta de viabilidade;
- 9.2. Matrícula do imóvel atualizada junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, e se for o caso, também a autorização para construção firmada pelo proprietário e usufrutuário quando houver;
- 9.3. Alinhamento para construção (nos termos do item 8);
- 9.4. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), referente ao projeto Arquitetônico;
- 9.5. Atestado de Regularização Fundiária e Ambiental, Certidão de Conformidade Fundiária e Ambiental ou Certidão de Regularização Fundiária e Ambiental: quando o imóvel encontra-se em Área de Preservação Permanente e em Área Urbana Consolidada, nos termos da Lei Complementar n. 395/2019 – REURB;
- 9.6. Planta de situação/locação na escala 1:500 ou maior onde constarão:
  - 9.6.1. Orientação do Norte (Verdadeiro ou Magnético);
  - 9.6.2. Indicação do lote na quadra (amarração com a respectiva distância a uma esquina);
  - 9.6.3. Dimensões do lote com as respectivas confrontações;
  - 9.6.4. Entrada de veículos e sua respectiva guia/meio-fio rebaixada de acordo com os padrões estabelecidos no Decreto Municipal n.5470/2018;
  - 9.6.5. Gabarito da via e largura da calçada, observando os limites do alinhamento para construção e diretrizes previstas no Decreto Municipal n.5470/2018;
  - 9.6.6. Projeção da edificação ou edificações dentro do lote, localizando rios, mananciais, córregos ou outros elementos com suas respectivas áreas de preservação permanente que configurem restrições ambientais e que possam orientar a decisão das autoridades competentes;
  - 9.6.7. Posição da edificação ou edificações em relação às linhas divisórias do lote (recuos e afastamentos) e a outras construções nele existente, sempre tomadas perpendicularmente em relação às mesmas, a partir do ponto mais avançado da edificação;
- 9.7. Planta baixa de cada pavimento não repetido, na escala 1:50, contendo:
  - 9.7.1. As dimensões e áreas de todos os compartimentos, inclusive dimensões dos vãos de circulação, de iluminação e ventilação, garagens, áreas de estacionamento;

- 9.7.2. Destinação ou finalidade de cada compartimento, bem como outras informações necessárias a perfeita compreensão do projeto;
- 9.7.3. Indicação das espessuras das paredes e dimensões internas e externas totais da obra;
- 9.7.4. Indicação dos cortes longitudinais e transversais;
- 9.7.5. Cotas de nível da construção, dos seus acessos e das calçadas públicas;
- 9.8. Cortes longitudinais e transversais na mesma escala da planta baixa, com a indicação dos elementos necessários para um perfeito entendimento do projeto, tais como: pé direito, cotas de nível, alturas das janelas, peitoris e perfis do telhado. No mínimo um dos cortes deverá passar pelo banheiro, cozinha e circulação vertical (se houver);
- 9.9. Planta de cobertura com indicação dos caimentos e inclinação (%) na escala que se fizer necessária para compreensão do projeto. A planta de cobertura poderá ser elaborada conjuntamente com a planta de situação/locação;
- 9.10. Elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;
- 9.11. Quadro de áreas e estatísticas (diretrizes urbanísticas), constando ainda o cálculo dos índices urbanísticos do projeto, devendo ser discriminado as áreas computáveis para cada índice urbanístico;

Em todas as peças gráficas dos itens 9.6 a 9.9 deverão constar as especificações dos materiais utilizados.

A escala não dispensará a indicação de cotas que prevalecerão no caso de divergência com as medidas tomadas no desenho e havendo divergência entre a soma das cotas parciais e total, prevalecerá a cota total.

Nos casos de projetos para construção de edificações de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas devendo, contudo, ser consultado previamente o órgão competente da Municipalidade.

Os selos das pranchas deverão conter as seguintes informações:

- Identificação do responsável técnico e proprietário/representante legal do imóvel, incluindo o número do telefone do responsável técnico;
- Nome do projeto (ex. Projeto Arquitetônico para Construção, Reforma, Ampliação etc.);
- Referência do projeto (ex. Planta baixa, Fachada, cortes etc);
- Atividade/uso que se pretende para edificação;
- Indicação sequencial do projeto (número ou letras);
- Localização;
- Escalas;
- Área;
- Data;
- Campo de controle de revisões (ex: revisão 01 – dd/mm/aa)

Os Projetos somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as Normas usuais de desenho arquitetônico, estabelecidas pela ABNT.

As pranchas mencionadas anteriormente deverão ser apresentadas inicialmente em 1 (uma) via física completa. O projeto estando passível de aprovação, será solicitada a apresentação de no mínimo mais 2 (duas) vias completas, sendo que apenas 1 (uma) via deverá ser arquivada no órgão competente.

O Projeto arquitetônico será examinado em função de sua utilização lógica e não apenas pela sua denominação em planta.

Essa etapa poderá ocorrer concomitantemente com a etapa de Alvará de Construção, Reforma ou Ampliação.

Estando o projeto de acordo com as normas e legislações pertinentes, será carimbado todos os projetos e emitido o Termo de Aprovação de Projeto Arquitetônico em um prazo de 12 (doze) dias úteis a partir do protocolo ou do último retorno do processo para reanálise, seguindo o rito previsto no Anexo D;

Estando o processo com pendências, as mesmas deverão ser informadas pelo analista mediante parecer técnico emitido pelo sistema online de protocolo, lembrando que incide a taxa de reapreciação a partir da terceira análise dos projetos, de forma integral, em cada oportunidade em que ocorrer nova apreciação, conforme decreto nº 4.750 de 06 de abril de 2015.

No retorno dos processos para reanálise é obrigatória a inclusão de nota técnica emitida pelo responsável técnico do projeto informando das correções e complementações efetivadas.

## 10. LICENCIAMENTO DE OBRA - ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO OU REGULARIZAÇÃO

A solicitação do Licenciamento de Obra (Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Regularização) será efetivada mediante o preenchimento completo do requerimento (anexo A), e fornecimento da seguinte documentação, além das previstas no item 9 (Aprovação de Projeto Arquitetônico):

- 10.1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente à execução da obra ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT). Em se tratando de obra que será objeto de licitação, tais documentos poderão ser anexados posteriormente mediante termo de compromisso assinado pelo requerente conforme Anexo F;
- 10.2. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) referente a todos os projetos complementares necessários para a efetivação da obra (ex. hidrossanitário, elétrico, prevenção Contra Incêndio, estrutural etc...);
- 10.3. Projeto Hidrossanitário contendo no mínimo:
  - 10.3.1. Planta baixa de cada pavimento não repetido, na escala 1:50, constando a rede de água potável, rede de esgoto e rede pluvial de acordo com as normas da ABNT;
  - 10.3.2. Localização, detalhamento e dimensionamento do sistema de tratamento de efluentes de esgoto doméstico (Caixa de Gordura, Caixa de Inspeção, Tanque Séptico, Filtro Anaeróbio e/ou Sumidouro) de acordo com as normas da ABNT ou metodologia cuja sua eficiência seja comprovada tecnicamente e cientificamente superior aquela prevista pelas normas vigentes. Nos casos em que o imóvel se situa em logradouro dotado da rede pública coletora de esgoto doméstico, a mesma deverá ser adotada como destinação final dos efluentes de esgoto doméstico. Como parâmetro para definição da capacidade de absorção do solo, poderá ser adotada a tabela do anexo H;
  - 10.3.3. Destinação e aproveitamento adequado das águas pluviais conforme ABNT, leis vigentes e/ou orientação do setor técnico responsável pela análise ;
  - 10.3.4. Termo de Ciência conforme anexo G;
- 10.4. Termo de Aprovação do Projeto de Prevenção Contra Incêndios expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar conforme o caso;
- 10.5. Protocolo junto à CELESC do projeto elétrico conforme exigência da concessionária;
- 10.6. Anuência do Órgão Ambiental competente conforme o caso, observadas as exigências legais vigentes;
- 10.7. Anuência do Conselho da Cidade quando se tratar de atividade permissível;
- 10.8. Anuência do Departamento de Trânsito Municipal conforme o caso;
- 10.9. Anuência da Vigilância Sanitária Estadual – ANVISA para projetos de estabelecimentos de saúde públicos e privados;
- 10.10. Anuência do Comar (Decea/Comando Aéreo Regional – Comar - (Portaria Nº 957/CG3, de 09 de julho de 2015 ou legislação vigente) conforme o caso;
- 10.11. Anuência do Departamento de Estradas de Rodagem – DEINFRA, para imóveis às margens de rodovias Estaduais;
- 10.12. Anuência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, para imóveis às margens de rodovias Federais;
- 10.13. Termo de Aprovação de Projeto Arquitetônico, conforme o caso;
- 10.14. Termo de Ciência de Acessibilidade conforme modelo do anexo B;
- 10.15. Termo de Responsabilidade conforme modelo do anexo C;
- 10.16. Em caso de REURB e quando se tratar de obra nova ou ampliação, deverá o requerente efetuar o pagamento da compensação nos termos da Lei Complementar n. 395/2019 – REURB após análise do processo;

A Municipalidade poderá, quando julgar necessário, solicitar projetos e/ou documentos específicos nos casos em que a edificação possa gerar impactos ambientais, de trânsito e vizinhança;

Estando o projeto de acordo com as normas e legislações pertinentes, serão carimbados todos os projetos e emitido o Alvará de Construção em um prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir do protocolo ou do último retorno do processo para reanálise, seguindo o rito previsto no Anexo D;

Estando o processo com pendências, as mesmas deverão ser informadas pelo analista mediante parecer técnico emitido pelo sistema online de protocolo, lembrando que incide a taxa de reapreciação a partir da terceira análise dos projetos, de forma integral, em cada oportunidade em que ocorrer nova apreciação, conforme decreto nº 4.750 de 06 de abril de 2015.

No retorno dos processos para reanálise é obrigatória a inclusão de nota técnica emitida pelo responsável técnico do projeto informando das correções e complementações efetivadas.

## 11. MODIFICAÇÃO DE PROJETO ANTES DO TÉRMINO DA OBRA

Nos casos em que o projeto arquitetônico precisar ser modificado, sem ampliação da metragem quadrada aprovada, antes do término da obra, é necessário proceder conforme a etapa 9, mediante o preenchimento completo do requerimento (anexo A) devendo ainda ser incluída a seguinte documentação além daquelas previstas na etapa mencionada:

- 11.1. Cópia do Alvará de Construção;
- 11.2. Cópia do Projeto Arquitetônico Aprovado;
- 11.3. Nota técnica ou memorial descritivo informando sobre as alterações efetuadas no projeto em relação aos projetos originais;
- 11.4. Projeto hidrossanitário compatibilizado conforme o caso;
- 11.5. Termo de Aprovação do Projeto de Prevenção Contra Incêndios expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar conforme o caso;
- 11.6. Termo de Responsabilidade conforme modelo do anexo C;

Estando o projeto de acordo com as normas e legislações pertinentes, serão carimbados todos os projetos e emitido o Termo de Aprovação de Projeto Arquitetônico Modificativo que deverá ser agrupado ao processo de Alvará de Construção emitido.

O prazo para a análise é de 12 (doze) dias úteis a partir do protocolo ou do último retorno do processo para reanálise, seguindo o rito previsto no Anexo D;

Estando o processo com pendências, as mesmas deverão ser informadas pelo analista mediante parecer técnico emitido pelo sistema online de protocolo, lembrando que incide a taxa de reapreciação a partir da terceira análise dos projetos, de forma integral, em cada oportunidade em que ocorrer nova apreciação, conforme decreto nº 4.750 de 06 de abril de 2015.

No retorno dos processos para reanálise é obrigatória a inclusão de nota técnica emitida pelo responsável técnico do projeto informando das correções e complementações efetivadas.

## 12. DEMOLIÇÃO VOLUNTÁRIA

A solicitação do Alvará de Demolição será efetivada mediante o preenchimento completo do requerimento (anexo A) e fornecimento da seguinte documentação:

- 12.1. Matrícula do imóvel atualizada junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, e se for o caso, também a autorização para demolição firmada pelo proprietário e usufrutuário quando houver;
- 12.2. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), quando se tratando de edificação com mais de dois pavimentos, ou que tenha 6,00 m (seis metros) ou mais de altura e no caso de edificação no alinhamento do logradouro ou sobre uma ou mais divisas do lote, mesmo que seja de um só pavimento;

Estando a documentação de acordo com as normas e legislações pertinentes, será emitido o Alvará de Demolição em um prazo de 4 (quatro) dias úteis a partir do protocolo ou do último retorno do processo para reanálise, seguindo o rito previsto no Anexo D;

## 13. HABITE-SE (Certificado de Conclusão de Obra)

A solicitação de Habite-se (Certificado de Conclusão de Obra) será efetivada mediante o preenchimento completo do requerimento (anexo A) e fornecimento da seguinte documentação:

- 13.1. Habite-se da Vigilância Sanitária;

- 13.2. Habite-se do Corpo de Bombeiros Militar conforme o caso;
- 13.3. Declaração de funcionamento da infraestrutura elétrica (anexo E)

Após análise da documentação, é efetivada a vistoria na obra objeto do licenciamento, sendo que a mesma estando de acordo o projeto aprovado, será emitido o Habite-se em um prazo de 20 (vinte) dias úteis a partir do protocolo ou do último retorno do processo para reanálise, seguindo o rito previsto no Anexo D.

## 14. NUMERAÇÃO DE PRÉDIO

A solicitação de Numeração de Prédio será efetivada mediante o preenchimento completo do requerimento (anexo A), bem como o fornecimento da seguinte documentação:

- 14.1. Matrícula do imóvel atualizada junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca;

A solicitação de numeração de prédio poderá ser solicitada em conjunto com o pedido de Alvará de Construção, Habite-se e/ou Habite-se parcial.

Estando a documentação de acordo, será emitido a Declaração de Numeração em um prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do protocolo.

## 15. RENOVAÇÃO DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

A solicitação de Renovação de Alvará de Construção será efetivada mediante o preenchimento completo do requerimento (anexo A) e fornecimento da seguinte documentação:

- 15.1. Alvará de Construção Original;
- 15.2. Nota técnica informando sobre o andamento da obra e a previsão do término da mesma;

Após análise da documentação, a mesma será anexada ao seu respectivo processo de Alvará de Construção.

## 16. REFERÊNCIAS

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 10068/1987 – Folhas de Desenho – Leiaute e dimensões, Rio de Janeiro, 1987.

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 10844/1989 – Instalações prediais de águas pluviais, Rio de Janeiro, 1989.

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 13969/1997 – Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação, Rio de Janeiro, 1997.

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 15527/2007 – Água de chuva - Aproveitamento de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis - Requisitos, Rio de Janeiro, 2007.

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 5626/1998 – Instalação predial de água frias, Rio de Janeiro, 1998.

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 6492/1994 – Representação de projetos de arquitetura, Rio de Janeiro, 1994.

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 7229/1993 – Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos, Rio de Janeiro, 1993.

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 8160/1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução, Rio de Janeiro, 1999.

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 8402/1994 – Execução de caráter para escrita em desenho técnico, Rio de Janeiro, 1994.

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. – MANUAL DE PROCEDIMENTOS – SISTEMA PEP – PROJETO ELÉTRICO DE PARTICULARES – <http://pep.celesc.com.br/PEP/docs/NormaPEP.pdf> acesso em 30 de maio de 2019.

JOAÇABA. Decreto n. 5470, de 22 de agosto de 2018. FIXA PADRÕES DE EQUIPAMENTOS URBANOS – IN-SEI-01 – EQUIPAMENTOS URBANOS. Joaçaba, Estado de Santa Catarina, 2018.

JOAÇABA. Lei Complementar n. 395, de 27 de agosto de 2019 - DISPÕE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E AMBIENTAL DE IMÓVEIS SITUADOS ÀS MARGENS DOS CURSOS D' ÁGUA - Joaçaba, Estado de Santa Catarina, 2019.

JOAÇABA. Lei Complementar n. 398, de 15 de outubro de 2019 - DISPÕE SOBRE NORMAS RELATIVAS AOS PROJETOS, CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC E INSTITUI O CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES – Joaçaba, Estado de Santa Catarina. 2019

JOAÇABA. Lei Ordinária n. 5252, de 21 de março de 2019. APROVA ESTUDO SOCIO AMBIENTAL. Joaçaba, Estado de Santa Catarina, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA, Comando da Aeronáutica - PORTARIA Nº 957/GC3, DE 9 DE JULHO DE 2015, (Publicada no DOU nº 135, de 17 de julho de 2015, Seção 1, pág 6.).

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RESOLUÇÃO - RDC Nº 189, DE 18 DE JULHO DE 2003.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA A PERMISSÃO ESPECIAL DE USO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO DE RODOVIAS FEDERAIS E OUTROS BENS PÚBLICOS SOB JURISDIÇÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT - <http://www.dnit.gov.br/download/rodovias/operacoes-rodoviaras/faixa-de-dominio/manual-procedimentos-faixa-de-dominio-atualizacao-cap12-dir-colegiada-26012015-site-fxd.pdf> acesso em 16 de agosto de 2019.

SANTA CATARINA, Departamento de Estradas de Rodagem – Normas para Construções de Acessos às Rodovias Estaduais - [http://www.deinfra.sc.gov.br/fxd/documentos/NormasAcessoRodoviasEstaduais\\_atuais.pdf](http://www.deinfra.sc.gov.br/fxd/documentos/NormasAcessoRodoviasEstaduais_atuais.pdf) acesso em 16 de agosto de 2019.

SANTA CATARINA. Lei n. 16.157, de 7 de novembro de 2013. DISPÕE SOBRE AS NORMAS E OS REQUISITOS MÍNIMOS PARA A PREVENÇÃO E SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO. Santa Catarina, 2013.



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 036.2019 - LICENÇA PREMIO - DANI**

Publicação Nº 2223549

PORTARIA Nº 036/2019 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, incisos II e XXXIII do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio da Servidora DANIELE GALVÃO RODRIGUES, Auxiliar Legislativo, conforme requerimento protocolizado sob o nº 639, deferido em 11 de Novembro de 2019, referente ao período de 17 de maio de 2018 a 17 de maio de 2019, nos termos do art. 80 e 80-A da Lei Complementar nº 76/2003.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 11 de novembro de 2019.

DISNEIA DE MARCO TONIAL

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PLASS****AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2019/PLASS PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019/PLASS**

Publicação Nº 2224167

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL – PLASS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2019/PLASS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019/PLASS

OBJETO: Fornecimento de medicamentos conforme o interesse dos segurados do PLASS mediante desconto em folha de pagamento, pelo período de 12 meses a contar da assinatura do contrato.

FORMA DE JULGAMENTO: maior desconto global em relação ao valor máximo cobrado ao consumidor de acordo com a Tabela ABCFARMA.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DE ENVELOPES: até 13h30min do dia 27/11/2019.

PROCESSAMENTO DO PREGÃO: às 13h30min do dia 27/11/2019 nas dependências do PLASS, no endereço abaixo citado.

LOCAL PARA AQUISIÇÃO DO EDITAL: PLASS, situado na Avenida XV de novembro, 378, Centro, Joaçaba em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário das 13h às 19h ou site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) e [www.plassjba.com.br](http://www.plassjba.com.br) a partir da publicação desse aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao PLASS, no endereço acima citado, pelo telefone 049 3527 8804 ou pelo e-mail: [plassjba@gmail.com](mailto:plassjba@gmail.com).

Joaçaba (SC), 11 de novembro de 2019

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 0068/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2223070

ERRATA

Simae - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Pregão Presencial JHL 0068/2019

Licitação nº 0080/2019

Protocolo 3052/2019



Objeto: Aquisição de materiais de expediente, copa, cozinha e limpeza para uso dos servidores do Simae..

O Diretor Presidente do Simae torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação Pregão Presencial n.º 0068/2019, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Alteração da data de entrega dos envelopes e abertura da sessão (Preâmbulo e item 8.1 do Edital)

a) Fica alterada a data de recebimento dos Envelope nº 1º (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) para: até às 08h50min do dia 27/11/2019;

b) Fica alterada a data de abertura da sessão pública e credenciamento para: dia 27/11/2019 às 9h.

2º Alteração – Alteração do Anexo I do Edital

Onde se lê:

43	ESPONJA DE LÃ DE AÇO, PACOTES COM 08 UNIDADES. - ESPONJA DE LÃ DE AÇO, PACOTES COM 08 UNIDADES. MARCA REFERÊNCIA: BOMBRIL. COM NO MÍNIMO 12 MESES DE VALIDADE A PARTIR DA ENTREGA	PCT	70,00	2,65	185,50
----	---	-----	-------	------	--------

Leia-se:

43	ESPONJA DE LOUÇAS DUPLA FACE. - ESPONJA DE LOUÇAS DUPLA FACE, ANTIBACTERIANA, MEDINDO 110X75X20MM, FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO E ESPUMA DE POLIURETANO MULTIUSO. PACOTES COM 03 UNIDADES. MARCA REFERÊNCIA: SCOTH BRITE. COM NO MÍNIMO 12 MESES DE VALIDADE A PARTIR DA ENTREGA	PCT	70,00	2,65	185,50
----	--	-----	-------	------	--------

Joaçaba, 11 de novembro de 2019.

Patricia Callegari Warken

Diretor Presidente do Simae

## PORTARIA JHL 491/2019

Publicação Nº 2224117

PORTARIA SIMAE. JHL –Nº 491/2019 DE 12/11/2019

“ALTERAR COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC – Simae, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar n. 76 de 11 de dezembro de 2003,

Resolve:

Art. 1º SUBSTITUIR membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituído pela Portaria JHL n. 412/219 de 03.09.2019 e prorrogada pela Portaria JHL 488/2019 de 01.01.2019, conforme segue: Orlando Lino por Francielli Wendland Guaragni Fiorin, ficando assim constituída: André Luiz Sauer, Francielli Wendland Guaragni Fiorin e Silvana Maier, para atuarem sob a Presidência do primeiro.

Art. 2º As demais determinações da Portaria JHL n. 412/2019 de 03.09.2019, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC 12 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

## PREGÃO PRESENCIAL JHL 0066/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2218707

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0077/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0066/2019

PROTOCOLO JHL 2989/2019

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0066/2019 – Licitação 0077/2019, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA USO DOS SERVIDORES DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 26/11/2019 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 26/11/2019 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 12/11/2019 a 26/11/2019.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 06 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

## RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0002/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2222665

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0002/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0002/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2019

PROTOCOLO Nº 0100/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de brita graduada para reposição de material em valas e para implantação e consertos das redes de água e esgoto do Simae.

PREÇOS E EMPRESA REGISTRADA:

PEDREIRA JOAÇABA LTDA:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BRITA GRADUADA	m <sup>3</sup>	1.800,00	36,50	65.700,00

VIGÊNCIA: 29/01/2019 a 28/01/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 06 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

## RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0003/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2222898

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0003/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2019

PROTOCOLO Nº 0123/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e materiais originais para os veículos pertencentes à frota do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

VALTAIR JOSÉ MOTTA:

1	LOTE 1 – SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL VEÍCULOS LEVES				
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 55,00 por hora/homem			Percentual (%)	14,00	
PEÇAS (PC)			Percentual (%)	21,00	
PERCENTUAL DE DESCONTO				35,00	

2	LOTE 1 – SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA VEÍCULOS LEVES				
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 60,00 por hora/homem			Percentual (%)	14,00	
PEÇAS (PC)			Percentual (%)	21,00	
PERCENTUAL DE DESCONTO				35,00	

3	LOTE 1 – SERVIÇO DE ELETRICIDADE VEÍCULOS LEVES				
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 60,00 por hora/homem			Percentual (%)	14,00	
PEÇAS (PC)			Percentual (%)	21,00	
PERCENTUAL DE DESCONTO				35,00	

4	LOTE 2 – SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA VEÍCULOS LEVES		
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 110,00 por hora/homem	Percentual (%)		18,04
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)		27,06
PERCENTUAL DE DESCONTO			45,10
5	LOTE 3 – SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL VEÍCULOS MÉDIOS		
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 70,00 por hora/homem	Percentual (%)		14,00
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)		21,00
PERCENTUAL DE DESCONTO			35,00
6	LOTE 3 – SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA VEÍCULOS MÉDIOS		
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 80,00 por hora/homem	Percentual (%)		14,00
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)		21,00
PERCENTUAL DE DESCONTO			35,00
7	LOTE 3 – SERVIÇO DE ELETRICIDADE VEÍCULOS MÉDIOS		
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 80,00 por hora/homem	Percentual (%)		14,00
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)		21,00
PERCENTUAL DE DESCONTO			35,00
8	LOTE 4 – SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA VEÍCULOS MÉDIOS		
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 110,00 por hora/homem	Percentual (%)		18,00
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)		27,00
PERCENTUAL DE DESCONTO			45,00

**LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA:**

9	LOTE 5 – SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL VEÍCULOS PESADOS		
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 150,00 por hora/homem	Percentual (%)		13,50
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)		20,25
PERCENTUAL DE DESCONTO			33,75
10	LOTE 5 – SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA VEÍCULOS PESADOS		
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 170,00 por hora/homem	Percentual (%)		13,50
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)		20,25
PERCENTUAL DE DESCONTO			33,75
11	LOTE 5 – SERVIÇO DE ELETRICIDADE VEÍCULOS PESADOS		
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 140,00 por hora/homem	Percentual (%)		13,50
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)		20,25
PERCENTUAL DE DESCONTO			33,75

VIGÊNCIA: 04/02/2019 a 03/02/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 06 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

**RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0011/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2222873

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0011/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0021/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0025/2019

PROTOCOLO Nº 0966/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos de proteção e segurança para uso dos servidores do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

BIANCHI COMÉRCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTDA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	3,00	UN	AVENTAL DE RASPA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	ZANEL CA 16070	R\$ 44,00	R\$ 132,00

5	12,00	UN	CALÇA EM TREVIRA COM BOTA IMPERMEÁVEL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	BRASCAMP CA 28447	R\$ 134,00	R\$ 1.608,00
7	20,00	PÇ	CAPACETE DE SEGURANÇA TIPO II CLASSE B, COM SUSPENSÃO DE CATRACA JUGULAR.	BSB CA 35983	R\$ 36,00	R\$ 720,00
11	200,00	UN	FAIXAS REFLETIVAS PARA CONE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	LB REFLETIVOS - PR	R\$ 14,60	R\$ 2.920,00
12	10,00	PAR	FILTRO QUÍMICO RC 203 - VO/GA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	CARBOGRAFI-TE CA 7072	R\$ 13,30	R\$ 133,00
13	10,00	PAR	FILTRO MECÂNICO PF5 (PRÉ FILTRO)	CARBOGRAFI-TE CA 7072	R\$ 1,14	R\$ 11,40
14	8,00	PAR	LUVA ANTI VIBRAÇÃO, CONFECCIONADA EM FIBRA SINTÉTICA COM REVESTIMENTO PALMAR EM NEOPREME, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	VOLK CA 38257	R\$ 75,30	R\$ 602,40
22	10,00	UN	MACACÃO DE SANEAMENTO EM TREVIRA COM BOTA IMPERMEÁVEL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	BRASCAMP CA 28445	R\$ 169,90	R\$ 1.699,00
23	100,00	UN	ÓCULOS DE PROTEÇÃO ESCURO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	PLASTCOR CA 42547	R\$ 14,00	R\$ 1.400,00
24	50,00	UN	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	PLASTCOR CA 42547	R\$ 14,70	R\$ 735,00
26	30,00	PAR	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	LIBUS CA 37134	R\$ 51,00	R\$ 1.530,00
32	15,00	UN	SUSPENSÃO PARA CAPACETE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.		R\$ 28,30	R\$ 424,50
35	6,00	PAR	TÊNIS DE SEGURANÇA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	ESTIVAL CA 28140	R\$ 165,00	R\$ 990,00

JOSE THIAGO DE SOUZA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
10	10,00	UN	FITA ADESIVA ANTIDERRAPANTE, COM 5 METROS DE COMPRIMENTO X 50 MM DE LARGURA LARGURA	VONDER	R\$ 19,50	R\$ 195,00

MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
18	80,00	CX	LUVA PARA PROCEDIMENTO CONTRA AGENTES BIOLÓGICOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	TALGE/CA 39270	R\$ 21,80	R\$ 1.744,00
29	100,00	UN	PROTETOR SOLAR, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	ALG/CA ISENT0	R\$ 14,10	R\$ 1.410,00

PROTEGGERE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EPI'S EIRELLI LTDA – ME:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
3	25,00	UN	BOTA DE PVC CANO MÉDIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	CARTOM	R\$ 23,00	R\$ 575,00
4	100,00	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA EM COURO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	COUROARTE	R\$ 85,00	R\$ 8.500,00
8	4,00	PÇ	CAPACETE ESTILO FLORESTAL COMPLETO COM VISEIRA EM TELA E ABAFADOR 18 dB.	TECMATER	R\$ 90,00	R\$ 360,00
16	50,00	PAR	LUVA NITRILICA PUNHO LONGO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	SUPERSAFETY	R\$ 22,50	R\$ 1.125,00
19	100,00	PAR	LUVA DE VAQUETA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	COUROARTE	R\$ 9,89	R\$ 989,00
20	80,00	PAR	LUVA DE ALGODÃO COM BANHO NITRILICO TOTAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	SUPERSAFETY	R\$ 6,70	R\$ 536,00
25	60,00	PAR	PALMILHA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	COUROARTE	R\$ 1,50	R\$ 90,00
27	20,00	UN	PROTETOR AUDITIVO PLUGUE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	PROTECT	R\$ 2,00	R\$ 40,00
28	3,00	UN	PERNEIRA COM TALA EM P.U.	TECMATER	R\$ 21,00	R\$ 63,00
34	4,00	UN	TAPETE ISOLANTE DE BORRACHA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	ORION	R\$ 998,00	R\$ 3.992,00
38	15,00	UN	VESTIMENTA RESISTENTE A CHAMAS - CALÇA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	COMMANDERS	R\$ 118,00	R\$ 1.770,00
39	15,00	UN	VESTIMENTA RESISTENTE A CHAMAS - CAMISA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	COMMANDERS	R\$ 140,00	R\$ 2.100,00

ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	10,00	UN	APOIO ERGONÔMICO PARA PÉS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	AIR MICRO	R\$ 141,70	R\$ 1.417,00

VIGÊNCIA: 07/05/2019 a 06/05/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 11 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae

## RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0012/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2222877

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0016/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2019

PROTOCOLO Nº 0598/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de materiais de construção e pintura utilizados nas urbanizações, reformas, impermeabilizações e pintura das unidades operacionais do Simae, confecção de tampa de concreto armado para válvulas e poços de visita e limpeza, impermeabilização de PVs, PLs e caixas de ligação de esgoto, reposições de calçada, pavimentos e locais de conserto das redes de água e esgoto.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
7	100,00	PÇ	TUBO DE CONCRETO COM ENCAIXE TIPO MACHO E FÊMEA , COM DIÂMETRO DE 300 MM X 1000 MM DE ALTURA E ACABAMENTO INTERNO LISO.	CONCRETOS CRUZEIRO	36,87	3.687,00
8	100,00	PÇ	TUBO DE CONCRETO COM ENCAIXE TIPO MACHO E FÊMEA , COM DIÂMETRO DE 400 MM X 1000 MM DE ALTURA E ACABAMENTO INTERNO LISO.	CONCRETOS CRUZEIRO	46,87	4.687,00
9	30,00	PÇ	TUBO DE CONCRETO COM ENCAIXE TIPO MACHO E FÊMEA COM DIÂMETRO DE 500 MM X 1000 MM DE ALTURA E ACABAMENTO INTERNO LISO	CONCRETOS CRUZEIRO	58,87	1.766,10
10	40,00	PÇ	TUBO DE CONCRETO ARMADO COM ENCAIXE TIPO MACHO E FÊMEA COM DIÂMETRO DE 600 MM X 1000 MM DE ALTURA E ACAMENTO INTERNO LISO.	CONCRETOS CRUZEIRO	114,00	4.560,00
11	100,00	UN	TUBO DE CONCRETO ARMADO, DN 800, ENCAIXE TIPO MACHO E FÊMEA, COMPRIMENTO ÚTIL DE 1000 MM, ACABAMENTO INTERNO LISO.	CONCRETOS CRUZEIRO	219,00	21.900,00
26	30,00	UN	MOURÃO DE CONCRETO ARMADO SEÇ. QUADRADA E CURVAS 45º (40 CM DE COMPRIMENTO, DIMENSÕES 10X10 E ALTURA TOTAL DE 250 CM.	CONCRETOS CRUZEIRO	76,90	2.307,00
39	800,00	PÇ	BLOCO DE CONCRETO COM DIMENSÕES DE L X H X C = 14 X 19 X 39 CM	CONCRETOS CRUZEIRO	3,25	2.600,00
40	500,00	UN	PAVER DE CONCRETO 10 X 20 X 4 CM	CONCRETOS CRUZEIRO	1,90	950,00
41	500,00	UN	PAVER, BLOCO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO RETANGULAR, MEDIDAS 10 x 20 x 6.	CONCRETOS CRUZEIRO	2,90	1.450,00

ELTON LUIZ MADEIRA ME:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
59	20,00	LA	TINTA ACRÍLICA A BASE DE ÁGUA, QUALIDADE PREMIUM (1ª QUALIDADE), COR AZUL PISO, LATA COM 18 LITROS	FUTURA	150,00	3.000,00
61	15,00	LA	TINTA ACRÍLICA A BASE DE ÁGUA, QUALIDADE PREMIUM (1ª QUALIDADE), COR CINZA CONCRETO, LATA COM 18 LITROS.	FUTURA	150,00	2.250,00
63	10,00	LA	TINTA ESMALTE QUALID. PREMIUM (1ª QUALID.), COR MARROM, 3,6L	FUTURA	56,00	560,00
64	15,00	LA	FUNDO PREPARADOR, QUALIDADE PREMIUM, A BASE DE ÁGUA, PARA PINTURA, LATA COM 18 LITROS.	FUTURA	85,00	1.275,00

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
18	20,00	SC	REJUNTE CIMENTÍCIO TIPO II, USO COMERCIAL EM PISOS, PAREDES E FACHADAS, PARA JUNTAS DE 2 A 10 MM, FORNECIDOS EM EMBALAGENS DE 1 KG.	QUARTOZO-LIT	5,57	111,40
43	5,00	KG	PREGO 17x21	BENORTE	15,40	77,00
44	30,00	KG	PREGO 17 X 27	BENORTE	10,90	327,00

45	15,00	KG	PREGO 18 X 30	BENORTE	10,75	161,25
46	10,00	KG	PREGO 19x36	BENORTE	11,15	111,50
47	15,00	KG	PREGO 17x27 COM DUAS CABEÇAS	BENORTE	13,15	197,25
48	5,00	KG	PREGO 18x30 CO DUAS CABEÇAS	BENORTE	14,30	71,50
49	5,00	KG	PREGO DE AÇO TEMPERADO, 18 x 30, COM CABEÇA	BENORTE	42,90	214,50
50	200,00	UN	ESTACA DE MADEIRA TRATADA, MEDINDO 5 x 7 x 100 cm, COM PONTA EM UMA DAS EXTREMIDADES.	FORTE	12,30	2.460,00
51	400,00	UN	ESTACA DE MADEIRA TRATADA, MEDINDO 2,5 x 5 x 50 cm, COM PONTA EM UMA DAS EXTREMIDADES	FORTE	6,10	2.440,00
52	30,00	UN	MADEIRITE EM PINUS PLASTIFICADO, DIMENSÕES DE 1,10 x 2,20 -ESPESSURA 17mm	FORTE	102,00	3.060,00
53	150,00	UN	TÁBUAS EM MADEIRA DE PINHEIRO COM DIMENSÕES DE 30 CM X 2,5 CM (1") E COMPRIMENTO DE 4,2 METROS	FORTE	64,00	9.600,00
55	500,00	M	SARRAFO APARELHADO EM PINHEIRO 5cm x 2,5cm	FORTE	7,60	3.800,00
56	100,00	M	SARRAFO APARELHADO COM DIMENSÕES DE 10 CM.	FORTE	21,80	2.180,00

JOSÉ THIAGO DE SOUZA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
31	10,00	GL	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA NORMAL PARA ARGAMASSA E CONCRETO NÃO ARMADO. SIKa1	sika1	37,00	370,00
32	5,00	LA	ADESIVO ESTRUTURAL À BASE DE RESINA EPÓXI, FLUIDO, BI-COMPONENTE E DE PEGA NORMAL, ESPECIALMENTE FORMULADO PARA ANCORAGENS EM GERAL E COLAGENS DE CONCRETO VELHO COM CONCRETO NOVO E CHAPAS METÁLICAS AO CONCRETO. FORNECIMENTO EM LATAS DE 1KG. MARCA REFERÊNCIA: SIKADUR 32	sikadur32	81,00	405,00
57	100,00	LA	TINTA ESMALTE EM SPRAY 400ML, COR VERMELHO	KALA	13,40	1.340,00
58	100,00	LA	TINTA ESMALTE EM SPRAY 400 ML, COR AMARELO	KALA	13,40	1.340,00
60	30,00	LA	TINTA ACRÍLICA A BASE DE ÁGUA, QUALIDADE PREMIUM (1ª QUALIDADE), COR BRANCA, LATA COM 18 LITROS.	MAZA	149,00	4.470,00
62	15,00	LA	TINTA ESMALTE QUALIDADE PREMIUM (1ª QUALIDADE), COR AZUL PISO, LATA COM 3,6 LITROS.	MAZA	55,50	832,50
65	10,00	LA	SELADOR ACRÍLICO, QUALIDADE PREMIUM, PARA SUPERFÍCIES DE REBOCO, CONCRETO APARENTE E MASSA FINA, EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, RENDIMENTO MÍNIMO DE 100 M² POR DEMÃO. FORNECIMENTO EM LATAS DE 18 LITROS.	MAZA	57,50	575,00
68	15,00	UN	CABO DE PINTURA COM SUPORTE PARA ROLO DE TAMANHO 23 CM	worker	9,00	135,00
69	15,00	UN	ROLO DE LÃ SINTÉTICA, REDUZIDO RESPINGAMENTO DE TINTA - LARGURA 23 CM	worker	29,00	435,00
70	20,00	UN	ROLO DE ESPUMA TAMANHO 23 CENTÍMETROS	nove54	12,20	244,00
71	20,00	UN	ROLO DE ESPUMA TAMANHO 9 CENTÍMETROS	nove54	4,30	86,00
72	20,00	UN	ROLO DE ESPUMA COM SUPORTE TAMANHO 5 CENTÍMETROS	nove54	3,50	70,00
73	20,00	UN	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO TAMANHO 23 CM.	worker	35,50	710,00
74	10,00	UN	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO COM SUPORTE TAMANHO 9 CM	worker	17,00	170,00
75	20,00	UN	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO COM SUPORTE TAMANHO 5 CM	worker	14,70	294,00
76	20,00	UN	PINCEL PARA PINTURA TAMANHO 1"	condor	4,50	90,00
77	20,00	UN	PINCEL PARA PINTURA TAMANHO 2"	condor	7,20	144,00

LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
5	70,00	T	AREIA FINA	HOBİ	117,50	8.225,00
6	75,00	T	AREIA GROSSA	HOBİ	118,50	8.887,50
12	40,00	SC	CAL HIDRATADA, SACOS COM 20 KG	CIBRACAL	11,90	476,00
16	10,00	SC	ARGAMASSA AC II, SACOS COM 20 KG	EUROMAX	22,00	220,00
17	10,00	SC	ARGAMASSA AC III, SACOS DE 20 KG	EUROMAX	33,80	338,00
22	200,00	BR	AÇO CA-50 EM BARRAS DE 6 METROS, DIÂMETRO 5,0 MM	GIASSI	12,60	2.520,00
24	250,00	M²	TELA DE ARAME GALVANIZADO Nº 12 (2,76MM) MALHA 5 E ALT. 1,50 METROS	GIASSI	30,40	7.600,00
25	400,00	M	ARAME GALVANIZADO 3,40 MM DE SEÇÃO (BWG Nº 10)	GIASSI	1,20	480,00
37	1.000,00	UN	TIJOLO MACIÇO CERÂMICO DIMENSÕES 19X9X5,7CM	ZEPE	1,09	1.090,00
42	5,00	KG	PREGO 16 X 24	T.X.	12,00	60,00



54	250,00	UN	TÁBUA MADEIRA PINUS COM DIMENSÕES DE 30 CM X 2,5 CM X 3,0 M	GRANDO	30,90	7.725,00
66	5,00	LA	THINNER, multiuso, lata 900 ml	TINSUL	13,00	65,00
67	5,00	LA	SOLVENTE AGUARRÁS, LATA 900 ml	TINSUL	13,00	65,00

## PEDREIRA CALDART LTDA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
3	150,00	T	PÓ DE PEDRA PARA REPOSIÇÃO DE ASFALTO	BASALTO	34,40	5.160,00

## PEDREIRA JOAÇABA LTDA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	5.100,00	T	BRITA GRADUADA, EM CONFORMIDADE COM OS PADRÕES DO DNIT	PEDREIRA JOAÇABA	24,80	126.480,00
4	588,00	T	CASCALHO, LIMPO, DE 1ª QUALIDADE, PARA BASE E SUB BASE DE VIAS, EM ROCHA NATURAL DE CAVA/BASALTO.	PEDREIRA JOAÇABA	33,00	19.404,00

## PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	225,00	T	PEDRA DE MÃO PARA MURO CICLÓPICO	PEDREIRA TRIANGULO	31,80	7.155,00

## PLANALTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
13	500,00	SC	CIMENTO CP II	VOTORAN	36,00	18.000,00
14	50,00	SC	CIMENTO CP V - ARI, SACOS COM 50 KG	VOTORAN	39,00	1.950,00
19	600,00	BR	AÇO CA-50 EM BARRAS DE 6 METROS, NERVURADO, DIÂMETRO 8MM.	GERDAU	23,40	14.040,00
20	800,00	BR	AÇO CA-50 EM BARRAS DE 6 METROS, NERVURADO, DIÂMETRO 10MM.	GERDAU	26,85	21.480,00
21	200,00	BR	AÇO CA-50 - BARRAS DE 6 METRO, DIÂMETRO 6,3 mm	GERDAU	13,60	2.720,00
23	80,00	KG	ARAME RECOZIDO Nº 18	GERDAU	14,70	1.176,00
27	20,00	UN	TELA AÇO NERVURADA CA-60, DIÂMETRO DO FIO: 4,2, ESPAÇAMENTO DA MALHA 10x10, DIMENSÃO DE 3 x2 METROS.	GERDAU	125,00	2.500,00
28	15,00	UN	TELA DE AÇO SOLDADA NERVURADA CA-60, DIÂMETRO DO FIO 4,2 MM, ESPAÇAMENTO DA MALHA 15 X 15 CM, DIMENSÃO 3 X 2 M	GERDAU	98,70	1.480,50
29	200,00	M²	LONA PRETA COM 4 METROS DE LARGURA	ORION	2,98	596,00
33	10,00	LA	IMPERMEABILIZANTE ELASTOMÉRICO PARA APLICAÇÃO EM LAJES E COBERTURAS, RESISTENTE À RAIOS ULTRAVIOLETA, FORNECIDO EM LATAS DE 12 KG MARCA REFERÊNCIA: MANTA LÍQUIDA QUARTZOLIT	QUARTZOLIT	340,00	3.400,00
38	3.000,00	UN	TIJOLO 6 FUROS COM DIMENSÕES DE 9X14X24CM	LORENZETTI	0,65	1.950,00

VIGÊNCIA: 09/05/2019 a 08/05/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 11 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae

**RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0016/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2222690

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0016/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0032/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2019

PROTOCOLO Nº 1533/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de caixa de proteção de hidrômetros padrão Simae e conexões para a padronização das ligações de água executadas pelo Simae nas unidades consumidoras de água.



## PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

## TAF INDUSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	FUNDO DE CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDRÔMETRO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	UN	1.000,00	15,80	15.800,00
2	TAMPA CAIXA PADRÃO SEM MOLDURA	UN	3.000,00	19,20	57.600,00
3	ARO DE CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDROMETRO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	UN	1.000,00	7,10	7.100,00

VIGÊNCIA: 08/07/2019 a 07/07/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 06 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae

**RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0017/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2222725

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0017/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0032/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2019

PROTOCOLO Nº 1533/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de caixa de proteção de hidrômetros padrão Simae e conexões para a padronização das ligações de água executadas pelo Simae nas unidades consumidoras de água.

## PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

## NAVODAP- COMERCIO DE MATERIIAS HIDRAULICOS - EIRELI:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
4	REGISTRO VERTICAL MODELO T (EM FORMA DE T)	UN	1.000,00	12,90	12.900,00
6	CURVA RAI0 LONGO 90° PARA SISTEMA DE ESGOTO PREDIAL, LINHA SERIE NORMAL, FABRICADA A PARTIR DE PVC RIGIDO BRANCO, COM PONTA E BOLSA PARA JUNTA ELASTICA, COM ANEL DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO, CONFORME COM A NORMA ABNT NBR 5688 E COM CERTIFICAÇÃO ASFAMAS PGQ 1 - IP. DN 50 MM.	PÇ	1.000,00	7,00	7.000,00
5	CONJUNTO FORMADO POR DOIS TUBETES COM ROSCA 1/2" E PORCA SEX-TAVADA, DEVERÁ POSSUIR BUCHA DE LIGA DE LATÃO E COM FURO PARA PASSAGEM DE FIO METÁLICO. OS TUBETES DEVERÃO SER FORNECIDOS EM FORMATO CURTO E TODO CONJUNTO FABRICADO EM POLIPROPILENO E DEVERAO SER FORNECIDOS COM ARRUELA DE VEDAÇÃO DE BORRACHA NITRILICA, COM ESPESSURA DE 3 MM. DEVERÁ VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL PARA CADA CONJUNTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	CJ	1.000,00	7,40	7.400,00
7	CONJUNTO FORMADO POR ADAPTADOR ROSCAVEL, COM ANEL DE VEDAÇÃO PARA CAIXA D'AGUA, ROSCAS INTERNAS NAS DUAS EXTREMIDADES, FABRICADO A PARTIR DE PVC RIGIDO BRANCO, COM ANEL DE VEDAÇÃO, FABRICADO CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR NM-ISO R 7-1 (ROSCA INTERNA DE CONEXAO) E COM A NORMA PeCP 34 E RESPECTIVAS REFERENCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS, DNR1/2" E ADAPTADOR CURTO PARA JUNTA SOLDABEL, FABRICADO A PARTIR DE PVC RIGIDO 6,3, POR PROCESSO DE INJEÇÃO, PN 750 KPA, COM BOLSA PARA JUNTA SOLDABEL E ROSCA, CONFORME COM AS NORMAS DA ABNT 5648:2010 E NBR NM ISO 7-1 E RESPECTIVAS REFERENCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS, DE 20 X DNR 1/2".	PÇ	1.000,00	6,50	6.500,00

VIGÊNCIA: 08/07/2019 a 07/07/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 06 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae

**RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0019/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2222734

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0019/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0025/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2019

PROTOCOLO Nº 1138/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de uniformes para os servidores do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

DANIEL CAMARGO DE LIMA CONFECÇÕES:

Lote: 1			Preço Total do Lote:		8.488,00
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CALÇA SOCIAL FEMININA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	UN	40,00	86,00	3.440,00
2	CALÇA SOCIAL FEMININA, LISA, TIPO MARIA JOÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	PÇ	22,00	74,00	1.628,00
3	CALÇA SOCIAL MASCULINA, AZUL MARINHO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	UN	38,00	90,00	3.420,00
Lote: 2			Preço Total do Lote:		14.733,00
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
4	BLUSA TIPO CAMISETA FEMININA, MANGA CURTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	UN	54,00	62,00	3.348,00
5	BLUSA TIPO CAMISETA FEMININA, SEM MANGA	UN	27,00	62,00	1.674,00
6	BLUSA TIPO CAMISETA, FEMININA, MANGA LONGA	UN	35,00	67,00	2.345,00
7	CAMISA MASCULINA, MANGA CURTA	PÇ	58,00	62,00	3.596,00
8	CAMISA MASCULINA, MANGA LONGA	PÇ	58,00	65,00	3.770,00
Lote: 4			Preço Total do Lote:		13.600,00
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
13	CASACO CURTO FEMININO LEVE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	UN	20,00	120,00	2.400,00
14	CASACO CURTO MASCULINO, CONFORME TR	UN	20,00	120,00	2.400,00
20	JAQUETA EM NYLON PARAQUEDAS, COR AZUL MARINHO, COM FAIXA REFLETIVA	PÇ	70,00	110,00	7.700,00
21	JAQUETA EM NYLON PARAQUEDAS	UN	10,00	110,00	1.100,00
Lote: 5			Preço Total do Lote:		34.560,00
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
15	BERMUDA EM TERBRIM AZUL MARINHO MASCULINA. E FEMININA.	UN	40,00	45,00	1.800,00
16	CALÇA MASCULINA EM TERBRIM AZUL MARINHO	UN	70,00	47,00	3.290,00
17	CALÇA EM TERBRIM AZUL MARINHO, MODELO FEMININO	PÇ	10,00	47,00	470,00
25	Camisa de brim sol a sol, na cor azul royal.	UN	50,00	47,00	2.350,00
26	CALÇA MASCULINA, EM BRIM AZUL ROYAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	UN	250,00	40,00	10.000,00
27	CALÇA EM BRIM AZUL ROYAL, MODELO FEMININO.	PÇ	20,00	45,00	900,00
28	CALÇA MASCULINA COM REFORÇO, EM BRIM, CONFORME TR	UN	180,00	60,00	10.800,00
29	CALÇA FEMININA COM REFORÇO, EM BRIM, CONFORME TR	UN	20,00	60,00	1.200,00
30	MACACÃO EM BRIM AZUL ROYAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	PÇ	20,00	90,00	1.800,00
33	CALÇA JEANS AMACIADO MASCULINA E FEMININA, AZUL MARINHO	PÇ	30,00	65,00	1.950,00
Lote: 6			Preço Total do Lote:		15.750,00
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
18	CAMISA POLO EM MALHA TIPO PV, MANGA CURTA SEM PUNHO, COM FAIXA REFLETIVA.	UN	60,00	30,00	1.800,00

19	CAMISA POLO EM MALHA TIPO PV, MANGA LONGA, COM FAIXA REFLETIVA.	UN	35,00	30,00	1.050,00
22	CAMISA POLO EM MALHA TIPO PV, MANGA CURTA	UN	30,00	30,00	900,00
23	CAMISA POLO EM MALHA TIPO PV, MANGA LONGA	UN	30,00	30,00	900,00
31	CAMISA POLO AZUL ROYAL EM MALHA TIPO PV, MANGA CURTA COM FAIXA REFLETIVA.	UN	180,00	30,00	5.400,00
32	CAMISA POLO AZUL ROYAL EM MALHA TIPO PV, MANGA LONGA, COM FAIXA REFLETIVA.	UN	190,00	30,00	5.700,00
Lote: 7					
Preço Total do Lote:				1.200,00	
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
24	GUARDA-PÓ EM TECIDO TERGAL, MANGA LONGA	UN	20,00	60,00	1.200,00

VIGÊNCIA: 23/07/2019 a 22/07/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 06 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae

## RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0020/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2222752

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0020/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0039/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2019

PROTOCOLO Nº 1826/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de escavadeira hidráulica acoplada com rompedor hidráulico para execução de serviços de implantação e melhorias nas redes de água e Esgoto do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

AR SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE LTDA - EPP:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM ROMPEDOR DE 1700 KG - Serviço de escavadeira hidráulica acoplado com rompedor hidráulico, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - peso da escavadeira de no mínimo 19 ton Rompedor hidráulico - Com peso operacional do rompedor de no mínimo 1700 kg. - Energia de impacto de no mínimo 3.800 Joules. - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador. Serviço de desmonte e remoção de rocha conforme necessidade nos serviços executados pelo simae, para romper rochas presentes em valas onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes.	HR	300	R\$ 475,00	R\$ 142.500,00

VIGÊNCIA: 02/08/2019 a 01/08/2020.


Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 06 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae

**HOMOLOGAÇÃO PR 0065/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2224343

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA  <b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Telefone:</b> (49) 3551-8200 <b>Endereço:</b> Rua Tiradentes, 123 - Centro <b>CEP:</b> 89600-000 - Joaçaba	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 65/2019</b>  <b>Processo Adm.: 76/2019</b> <b>Data do Processo: 10/10/2019</b>
	Folha: 1 / 1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 76/2019  
**b) Nr. Licitação:** 65/2019 - PR  
**c) Modalidade:** Pregão presencial  
**d) Data de Homologação:** 06/11/2019  
**e) Objeto da Licitação:** Aquisição de materiais em PP e PVC e válvulas para instalação e manutenção das ligações de água e esgoto do Simae

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
<b>LACRE HAHNEMANN LTDA</b>				
2 - Tubete cego para corte de fornecimento de água, em polipropileno, bitola 1/2", cor branca - Marca: LACRE HAHNEMANN	UN	700,000	0,7900	R\$ 553,00
3 - ARRUELA (GUARNIÇÃO) PARA CONEXÕES DO HIDROMETRO, BITOLA 1/2, FABRICADA EM COMPOSTO DE PVC, COM DUREZA APROXIMADA DE 70 SHORE A, COR PRETA. - Marca: LACRE HAHNEMANN	PC	10.000,000	0,1300	R\$ 1.300,00
<b>LUPY BRASIL VALVULAS E EQUIPAMENTOS - EIRELI</b>				
5 - Válvula redutora de pressão de ação direta, corpo e tampa em latão, mola em aço, vedações em borracha natural reforçada - NBR, diafragma em borracha natural reforçada, extremidades com rosca fêmea norma BSP, possibilidade de modificação da pressão de fábrica, aumentando ou diminuindo a pressão de saída. Tamanho 3/4 Pressão máxima de 150 mca. - Marca: BGT	UN	100,000	196,0000	R\$ 19.600,00
<b>TALENTOS D AGUA REPRESENTACAO PROJETOS</b>				
1 - Tubete com rosca 1/2", formato longo, 90 mm, em polipropileno - Marca: DOAL	UN	2.000,000	1,3500	R\$ 2.700,00
<b>Total geral:</b>				<b>R\$ 24.153,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE ESGOTO	14.001.17.512.0028.2062.3.3.90.00.00	R\$ 672,00
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO	14.001.17.512.0028.2061.3.3.90.00.00	R\$ 45.970,00

Joaçaba, 06/11/2019

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

# Lages

## PREFEITURA

### RERRATIFICAÇÃO PE 60/2019 PML

Publicação Nº 2223216

#### RERRATIFICAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 60/2019 PML

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BALANÇAS DE PRECISÃO, CARRINHOS DE CARGA, EMPILHADEIRA E CÂMARA FRIA, PARA O SETOR DA MERENDA ESCOLAR.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados, as modificações que se fazem necessárias no do Edital em comento:

#### Incluir:

· DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA P/ OS LICITANTES QUE COTAREM O ITEM 01:

6.1.14 Prova de registro e regularidade da Empresa e do(s) seu(s) respectivo(s) Responsável(is) Técnico(s) no CREA/CAU, com jurisdição no Estado em que for sediada a Empresa Proponente, em vigor na data estabelecida para entrega dos envelopes, pertinentes ao certame;

· DA QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL P/ OS LICITANTES QUE COTAREM O ITEM 01:

6.1.15 Comprovar, através de Atestado(s) fornecido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em nome do Licitante, o fornecimento e a instalação de câmara fria de no mínimo 6m³;

· DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL P/ OS LICITANTES QUE COTAREM O ITEM 01:

6.1.16 Comprovar que possui em seu quadro de pessoal, na data da entrega dos envelopes, Profissional(is) de nível superior (Responsável Técnico), devidamente reconhecido(s) pela entidade competente, detentor(es) de Certidão(ões) ou Atestado(s) de Capacidade Técnica, passado(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, acompanhado da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), emitida(s) e registrada(s) no CREA/CAU, que tenha fornecido e instalado câmara fria;

6.1.17 Comprovar que o(s) Profissional(is) indicado(s), pertence(m) ao quadro de pessoal da Empresa, mediante apresentação da ficha de registro de empregados, autenticada junto a D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho) ou cópia da carteira de trabalho contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, constando a admissão do responsável técnico até a data da entrega da proposta, ou contrato específico de prestação de serviços e/ou no caso do profissional ser sócio da empresa, pela cópia do contrato social;

6.1.17.1 Na inviabilidade de comprovar que o(s) Profissional(is) indicado(s) pertence(m) ao quadro de pessoal da Empresa, apresentar termo de compromisso, comprometendo-se a contratá-lo(s) até a data da assinatura do contrato, se vencedora.

#### Alterar:

· NA DESCRIÇÃO TÉCNICA DA CÂMARA FRIA, onde consta (...) Produtos a ser armazenado: REAGENTES DE LABORATÓRIO, passar a considerar: (...) Produtos a ser armazenado: CARNES.

Em consequência, adia-se os prazos para:

- Credenciamento, para até as 23:59 horas do dia 03/12/2019;
- Recebimento das Propostas Comerciais, até as 09:00 horas do dia 04/12/2019;
- Recebimento dos Lances estará aberta, para os itens 01 e 02 das 10:00 às 10:10 horas do dia 04/12/2019;
- Recebimento dos Lances estará aberta, para os itens 03, 04 e 05 das 10:40 às 10:50 horas do dia 04/12/2019;
- Impugnação, até as 23:59 horas do dia 29/11/2019;
- Esclarecimentos, para até as 23:59 horas do dia 28/11/2019;

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 12 de novembro de 2019.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

### RERRATIFICAÇÃO PP 35/2019 SMS

Publicação Nº 2223417

#### RERRATIFICAÇÃO

REF: PREGÃO PRESENCIAL 35/2019 SMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento estarão disponíveis no site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br).

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 18/11/2019 às 09:00 horas, para o dia 03/12/2019 às 09:00 horas. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 12 de novembro de 2019.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

# Laguna

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA 04/2019-PML

Publicação Nº 2224085

MUNICÍPIO DE LAGUNA – santa catarina  
secretaria municipal de Pesca e AGRICULTURA – sepagri

Edital de CHAMADA PÚBLICA 04/2019-PML  
Registro de pescadores  
PROGRAMA cadastramento de ESTRUTURAS NÁUTICAS - TRAPICHES E sarilhos

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº. 340, de 24 de abril de 2017, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o início do registro de pescadores interessados em cadastrar estruturas náuticas (trapiches e sarilhos) perante o Município de Laguna, no período de 18 de novembro de 2019 à 20 de março de 2020, na Secretaria de Pesca e Agricultura – SEPAGRI, das 07:00 horas às 19:00 horas, para pescadores artesanais de Laguna, o qual será realizado de acordo com as normativas seguintes:

**1. Finalidade da referida Chamada Pública:**

1.1 A presente Chamada Pública tem por objeto o registro de pescadores interessados em cadastrar suas estruturas náuticas (trapiches e sarilhos) perante a Prefeitura de Laguna, com a finalidade de ter uma estrutura que abrigue, dê apoio e ofereça segurança à embarcações de pescadores das comunidades pesqueiras de Laguna.

**2. Das condições gerais de participação:**

2.1 Somente poderão participar do Cadastramento, pescadores residentes no Município de Laguna, que preencham as condições estabelecidas neste edital de Chamada Pública.

2.2 A participação de pescadores nesta Chamada Pública implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes no presente Edital.

**3. Procedimentos:**

3.1 Inscrição: Os interessados em participar desta Chamada Pública deverão apresentar a documentação solicitada, em envelope devidamente identificado, junto à SEPAGRI, na Avenida Colombo Machado Salles, 145, próximo à Rodoviária – Centro, no Centro Administrativo Tordesilhas, segundo andar, dos dias 18 de novembro de 2019 a 20 de março de 2020, no horário de atendimento, das 07:00 horas às 19:00 horas, sendo adotados os seguintes procedimentos pela SEPAGRI:

3.1.1 Ficha de Cadastramento.

3.1.2 Visita in loco.

**4. Habilitação:**

4.1 Os interessados deverão entregar os seguintes documentos para fins de habilitação:

4.1.1 Carta de Cadastramento e Formulário de Inscrição, conforme Anexo I;

4.1.2 Documento de Identidade (RG);

4.1.3 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

4.1.4 Comprovante de endereço atualizado;

4.1.5 Registro Geral de Pesca;

4.1.6 Foto do trapiche/sarilho;

4.1.7 Dimensões do trapiche/sarilho;

4.1.8 Número de inscrição na SPU (se houver);

4.1.9 Documento da embarcação.

4.1.10 Pescadores que não atenderem as exigências para habilitação contidas neste Edital não serão cadastrados.

**5. Análise da documentação:**

5.1 A documentação será objeto de análise pela SEPAGRI e pela FLAMA - Fundação Lagunense de Meio Ambiente.

**6. Formalização do cadastro:**

6.1 Os cadastrados serão comunicados por contato telefônico, devendo comparecer em até 2 (dois) dias corridos a contar da convocação, na SEPAGRI.

6.2 A aceitação das condições constantes neste instrumento convocatório será formalizada pela assinatura do Cadastramento de pescadores na SEPAGRI.

**7. Execução dos serviços propostos no cadastramento:**

7.1 Cadastramento de estruturas náuticas (trapiches e sarilhos) perante a Prefeitura de Laguna.

7.1.1 A SEPAGRI registrará em relatório os serviços realizados, bem como quaisquer ocorrências havidas em razão da execução do objeto.

**8. Obrigações do cadastrado:**

8.1 Cumprir com rigor os horários de atendimento agendados, tratando com cortesia e respeito aos seus servidores e aos demais cadastrados.

8.2 Solicitar os agendamentos pessoalmente na sede na SEPAGRI respeitando o horário de atendimento ao público.

8.3 Conhecer e divulgar os programas que a SEPAGRI disponibiliza gratuitamente para a população.

**9. Obrigações da SEPAGRI:**

9.1 Realizar, gratuitamente, o registro de pescadores interessados em cadastrar estruturas náuticas (trapiches e sarilhos) perante à Prefeitura de Laguna.

**10. Disposições Finais:**

10.1 A participação neste Cadastramento implica em concordância tácita, por parte do cadastrado, com todos os termos e condições deste Edital.

10.2 O cadastrado é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em



qualquer fase do Cadastramento.

10.3 Eventuais dúvidas quanto às disposições deste Edital poderão ser dirimidas na Secretaria de Pesca e Agricultura, por e-mail ao [sepagri@laguna.sc.gov.br](mailto:sepagri@laguna.sc.gov.br), presencialmente no endereço Avenida Colombo Machado Salles, 145, Centro ou por meio do telefone (48) 3644-0013. Laguna, 08 de novembro de 2019.

Patrícia da Silva Paulino - Secretária de Pesca e Agricultura

**ANEXO I**  
**CARTA DE CADASTRAMENTO E FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (MODELO PARA PREENCHIMENTO) À SECRETARIA DE PESCA E AGRICULTURA – SEPAGRI, a ser enviado à Avenida Colombo Machado Salles, 145, Centro Administrativo Tordesilhas, Laguna SC.**

**ASSUNTO: REGISTRO DE pescadores – PROGRAMA CADASTRAMENTO de ESTRUTURAS NÁUTICAS: TRAPICHES E sarilhos**  
Atendendo ao Edital de Chamada Pública 04/2019, que tem por objeto o cadastramento de pescadores interessados em regularizar estruturas náuticas (trapiches e sarilhos) perante a prefeitura de Laguna e a Superintendência do Patrimônio da União/SC, que irão dispor dos serviços da SEPAGRI:

- a) Declaro, para todos os fins de direito, concordar com as condições do Edital, aceitando, de forma plena e irrevogável as normas nele estabelecidas;
- b) Comprometo-me a fornecer à SEPAGRI qualquer informação ou documentos solicitados referentes aos procedimentos a serem realizados;
- c) Tenho conhecimento de que é vedado cobrar de terceiros, a qualquer título, pelos serviços prestados de forma gratuita pela SEPAGRI; e
- d) Com o objetivo de manter o cadastro sempre atualizado, informarei, de imediato, toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em meus dados cadastrais.

Apresento o Formulário de Inscrição, devidamente preenchido e assinado, com a documentação pertinente, com o objetivo de habilitar-me ao Cadastramento:

**1. Dados de Identificação**

Nome:

RG:

CPF:

Endereço atualizado:

RGP:

Foto do trapiche/sarilho:

Dimensões do trapiche/sarilho:

Número de inscrição na SPU (se houver):

Documento da embarcação:

E-mail:

Endereço:

Telefones:

(Anexar: Cópia do RG; do CPF; do RGP; do Comprovante de residência atualizado e fotos sarilhos/trapiches).

**EDITAL INTERNO SEDUC Nº 03/2019 - SELETIVO SIMPLIFICADO AEE**

Publicação Nº 2224237

**EDITAL INTERNO SEDUC Nº 03/2019**

A Secretária de Educação e Esportes de Laguna, no uso de suas atribuições legais, em observância aos princípios da publicidade, isonomia e impessoalidade, tendo em vista o que dispõe a legislação pertinente ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais, abre processo seletivo interno visando a contratação de profissional habilitado do quadro de servidores efetivos, por prazo determinado.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1** – A seleção de que trata este Edital será promovida por intermédio de do Departamento Pedagógico e Departamento Administrativo da Secretaria de Educação e Esportes de Laguna- SC

**1.2** – O Edital de abertura do processo seletivo interno será publicado integralmente no site [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br)

**1.3**- Os professores selecionados serão designados para desempenhar atividades próprias da modalidade Educação Especial, atuando com dedicação exclusiva em Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

**1.4**- Esta seleção destina-se aos professores efetivos da Rede Municipal de Ensino de Laguna, que na data da inscrição estejam em pleno exercício de suas atribuições no cargo de professor.

**1.5** – Os professores aprovados dentro das vagas disponíveis em cada Unidade Escolar permanecerão na nova lotação durante o ano letivo de 2020, sendo removidos apenas em hipóteses excepcionais.

**1.6**- O Processo Seletivo Interno consistirá em prova de títulos de caráter eliminatório e classificatório com pontuação conforme ANEXO III.

**1.7**- É de inteira responsabilidade do candidato: acompanhar a divulgação de todos os atos, editais, avisos, comunicados, convocações e outras informações pertinentes a este concurso no endereço [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br)

**1.8** – A função poderá ser de carga horária de até 40 horas semanais, conforme necessidade da Secretaria de Educação e Esportes podendo o atendimento ocorrer em um ou mais polos objetivando apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro    Centro Administrativo Tordesilhas - 3º andar / CEP 88790-000 - Laguna - SC / Fone: 48 3647-1673  
e-mail: [educacao@laguna.sc.gov.br](mailto:educacao@laguna.sc.gov.br)    site: [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br)

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

e superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem, amparado pelo Decreto nº 6571/08.

## **2- DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1-** Estão aptos a participar do Processo Seletivo de Escolha de Professores de AEE os professores do quadro efetivo da Rede Municipal de Ensino que atendam os seguintes requisitos:

- a) Possuir no mínimo dois anos de experiência no magistério;
- b) Comprovar a conclusão de curso de formação em nível superior e/ou especialização/pós-graduação específico na área de Educação Especial e/ou Educação Inclusiva / psicopedagogia , reconhecido pelo MEC, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta ) horas;
- c) Ser efetivo do quadro de magistério no cargo de professor.

## **3 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE**

**3.1 –** O professor terá como função realizar o atendimento de forma complementar e suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades educacionais específicas dos estudantes público-alvo da educação especial;

- a) identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação Especial;
- b) elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c) Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- d) Organizar estratégias pedagógicas do atendimento do aluno;
- e) Definir o cronograma e as atividades do atendimento conforme deficiência do aluno;
- f) ensinar e desenvolver atividades próprias do Atendimento Educacional Especializado , com Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa com alunos surdos,

informática acessível, Comunicação Alternativa- CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;

g) Acompanhar a funcionalidade e usabilidade dos recursos pedagógicos, de acessibilidade e tecnologias assistivas na sala de aula comum e bem como em outros ambientes escolares;

h) Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizada pelo aluno;

i) Atuar de forma colaborativa com o professor de classe regular para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com deficiência ao currículo e a sua interação no grupo;

j) Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;

k) Estabelecer parcerias com áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

l) Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

m) Elaborar relatórios, registros, portfólios relacionados com atividades desenvolvidas;

n) Participar de reuniões, encontros de formações, eventos realizados pela Secretaria de Educação e/ou escolas;

#### **4- DAS VAGAS**

**4.1** - Serão ofertadas as vagas para função temporária de professor de Atendimento Educacional Especializado nas sala de recursos multifuncionais , distribuídas conforme ANEXO I, respeitando a disponibilidade e necessidade da oferta do atendimento.

#### **5- DA REMUNERAÇÃO**

**5.1** – O professor efetivo selecionado, ao ser designado para a função de professor do AEE perceberá a remuneração correspondente ao cargo que faz jus em sua carreira.

#### **6- DAS INSCRIÇÕES**

**6.1** -A inscrição no processo de escolha de professor para AEE é facultativa, gratuita e implica o conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação das condições



estabelecidas neste edital e demais instrumentos reguladores, bem como eventuais avisos e retificações posteriores, das quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

**6.2** –As inscrições serão realizadas no período de 25/11/2019 a 29/11/2019 das 13h às 18h30 na Secretaria Municipal de Educação e Esportes sito na Av Colombo Machado Salles nº 145, Centro – Laguna – Centro Administrativo Tordesilhas (shopping) 3º piso.

**6.3** – Somente serão deferidas as inscrições protocoladas tempestivamente.

**6.4** - No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os documentos abaixo listados:

- a) Ficha de inscrição devidamente preenchida com todos os dados solicitados e atualizados, sem emendas e/ou rasuras, assinada pelo candidato, conforme modelo padrão disponível no ANEXO II.
- b) No ato da inscrição, será entregue ao candidato o Comprovante de inscrição, constando o número da inscrição, data e número de folhas protocoladas.
- c) A inscrição deferida no presente processo seletivo não assegura a designação para a função de PROFESSOR DE AEE, ficando o ato condicionado à classificação dentro do número de vagas disponibilizadas.

## **8 – DA SELEÇÃO**

**8.1-** O candidato será selecionado por prova de títulos e tempo de serviço a serem apresentados, juntamente com os documentos pessoais na data da inscrição.

**8.2** – Em caso de empate serão utilizados os seguintes critérios:

- I- maior grau de formação na área de atuação;
- II- maior tempo no magistério público municipal;
- III- maior tempo de serviço no magistério;
- IV- mais idoso;
- V- maior número de filhos menores;
- VI- residência mais próxima da respectiva unidade escolar;
- VII- sorteio.

## **9- DO RESULTADO E DOS RECURSOS**

**9.1-** Concluído o processo de seleção, o resultado final preliminar será divulgado no site [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br), no dia 09/12/2019 e em mural de fácil visualização da sede da Secretaria de Educação e Esportes, a posição de cada candidato em relação às vagas oferecidas.



Secretaria de Educação e Esportes

**9.2-** Os servidores que eventualmente sintam-se prejudicados com o resultado da seleção podem interpor recurso, sem efeito suspensivo, dirigido a Secretaria de Educação e Esportes, conforme ANEXO IV., no prazo de dois dias, contados da publicação do resultado preliminar.

**9.3 –** Admitir-se-á um único recurso para cada candidato.

**9.4 –** O resultado final definitivo será divulgado em 16/12/2019 no endereço [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br) e em mural de fácil visualização na Secretaria de Educação e Esportes.

#### **10- DA VIGÊNCIA DA SELEÇÃO**

**10.1-** a vigência da presente seleção será de 01 ( um ) ano a contar do início do ano letivo de 2020, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Secretaria de Educação e Esportes.

#### **11- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1-** O servidor deverá continuar desempenhando suas atribuições na Unidade de origem até a autorização de seu afastamento e do chamamento de professor para substituí-lo em sua vaga de origem.

**11.2 -** Os casos omissos serão encaminhados para análise e apreciação dos departamento envolvidos no processo.

**11.3 –** Este edital entre em vigor da data de sua publicação.

Laguna, 08 de novembro de 2019

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

**ANEXO I**

LOCAIS DE ATENDIMENTO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
C.E.I. PROFª LAURENI VIEIRA DE SOUZA ( VILA VITÓRIA) -
E.E.B. PROFª IRACY VIRGÍNIA RODRIGUES ( BARRANCEIRA)
E.E.B. CUSTÓDIO FLORIANO DE CÓRDOVA ( PASSAGEM DA BARRA )
E.E.B. ELIZABETH ULYSSÉA ARANTES – CAIC ( PORTINHO)

OBS: A carga horária de atendimento em cada um dos polos será definida após levantamento de demanda.

**ANEXO II**



**PREFEITURA DE  
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

**SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA DE PROFESSORES EFETIVOS PARA ATENDIMENTO  
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL**

COMPROVANTE Nº \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

DATA DE NASC: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ SEXO: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

BAIRRO : \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ EMAIL: \_\_\_\_\_

IDENTIDADE: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

QUALIFICAÇÃO: \_\_\_\_\_

NOME DO CURSO: \_\_\_\_\_

( ) COMPLETO ( ) INCOMPLETO SE CURSANDO, INFORMAR O SEMESTRE: \_\_\_\_\_

NÚMERO DE CÓPIAS PROTOCOLADAS : \_\_\_\_\_

LAGUNA, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO CANDIDATO

Nº Inscrição : \_\_\_\_\_ Nº de folhas : \_\_\_\_\_

Nome do Servidor: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Secretaria

ANEXO III

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro ● Centro Administrativo Tordesilhas - 3º andar / CEP 88790-000 - Laguna - SC / Fone: 48 3647-1673  
e-mail: educacao@laguna.sc.gov.br ● site: www.laguna.sc.gov.br

**PREFEITURA DE  
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

TÍTULO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Diploma de curso de pós-graduação stricto sensu (Mestrado) em área relacionada à função para a qual se inscreveu, limitando-se a 01 (um) curso	5,0	5,0
Certificado de curso de pós-graduação lato sensu (especialização) com carga horária mínima de 360 horas. Diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação na área da Educação Especial, limitando-se a 1 (um) curso.	2,0	2,0
Certificado de curso de pós-graduação lato sensu (Especialização) com carga mínima de 360 horas, diploma de Licenciatura Plena em pedagogia em habilitação na área de Psicopedagogia limitando-se a 01 (um) curso	1,0	1,0
Documento de comprovação de experiência na área para a qual se inscreveu, sendo atribuído 01 (um) ponto por ano trabalhado limitando-se a 04 (quatro)	1,0	4,0
Curso de LIBRAS e/ou Braille, TEA/DI, com carga horária mínima de 120 horas/aula	5,0	5,0
Curso, Seminário, Jornada, Simpósio e Congresso na área da Educação Especial/Inclusiva, com carga horária de 40 horas/aula, sendo atribuído 1 (um) ponto para cada curso e limitado-se a 4 (quatro)	1,0	4,0

## ANEXO IV

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro ● Centro Administrativo Tordesilhas - 3º andar / CEP 88790-000 - Laguna - SC / Fone: 48 3647-1673  
e-mail: [educacao@laguna.sc.gov.br](mailto:educacao@laguna.sc.gov.br) ● site: [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br)



PREFEITURA DE  
**LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

RECURSO CONTRA CLASSIFICAÇÃO DE PROVA DE TÍTULOS PARA PROCESSO SELETIVO  
INTERNO PARA PROFESSORES EFETIVOS PARA ATUAREM EM SALA DE AEE

Eu, \_\_\_\_\_  
portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, protocolo de  
inscrição nº \_\_\_\_\_, apresento recurso perante a Comissão do referido  
processo seletivo interno. O objeto deste recurso é:

---

---

---

---

---

---

---

---

Laguna, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 222/2019 DE 11/11/2019 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE CRISTIANO DA SILVA PARA A FUNÇÃO EXCEPCIONAL DE INTERESSE PÚBLICO DE MOTORISTA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 2224314

PORTARIA N. 222/2019  
DE 11/11/2019

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE CRISTIANO DA SILVA PARA A FUNÇÃO EXCEPCIONAL DE INTERESSE PÚBLICO DE MOTORISTA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso V da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, especialmente Lei Complementar n. 030/2014 de 04/04/2014, bem como na observância da classificação de que trata o edital de processo seletivo n. 001/2018 e CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento de vagas, para substituição de servidores até a realização de concurso público, decorrentes de exoneração, aposentadoria e afastamento para tratamento de saúde, de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

#### DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, CRISTIANO DA SILVA, para o função de excepcional interesse público de MOTORISTA - ACT, nível 26, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 11 de novembro de 2019 a 20 de dezembro de 2019.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 11 de novembro de 2019.

Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.  
Amalia Valli Bressler  
Servidora Designada

### **PORTARIA Nº 224/2019 DE 11/11/2019 NOMEIA MARIANA KAHLER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 2224316

PORTARIA N. 224/2019  
De 11/11/2019

“NOMEIA MARIANA KAHLER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

#### D E C I D E:

Art. 1º - Nomear MARIANA KAHLER, para exercer o Cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, Código do Cargo 06.02, junto a Secretaria Municipal de Finanças e com vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017 e suas alterações, com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 11 de Novembro de 2019.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler

Servidora Designada

**PORTARIA Nº 225/2019 DE 11/11/2019 NOMEIA GABRIEL BRUNO BADIA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 2224327

PORTARIA N. 225/2019

De 11/11/2019

“NOMEIA GABRIEL BRUNO BADIA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001.

e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Nomear GABRIEL BRUNO BADIA, para exercer o Cargo de CHEFE DE SETOR, Código do Cargo 06.06, junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e com vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017 e suas alterações, com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 11 de Novembro de 2019.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler

Servidora Designada

**PORTARIA Nº 223/2019 DE 11/11/2019 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SUSANA LIMA DA SILVA PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR PEDAGOGIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 2224315

PORTARIA N. 223/2019

DE 11/11/2019

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SUSANA LIMA DA SILVA PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR PEDAGOGIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso IV da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 001/2018 e

CONSIDERANDO o preenchimento de vagas no Magistério Público Municipal para atender à variação da demanda de alunos nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e reforço escolar, resultante do afastamento legal do professor efetivo ou do desdobramento de classe por aumento de matrícula, suprimindo a interrupção da regência de classe, que acarreta prejuízo do ensino ao aluno e impõe o dever

do Município em manter e desenvolver o seu sistema Municipal de ensino.

DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, SUSANA LIMA DA SILVA, para a função de excepcional interesse público de Professor Pedagogia, com carga horária de 20 horas semanais, turno vespertino nos termos previstos em lei, com duração de 11 de Novembro de 2019 a 20 de dezembro de 2019.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 11 de Novembro de 2019

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amalia Valli Bressler

Servidora Designada

**Lauro Muller****PREFEITURA****DECRETO Nº 166/2019**

Publicação Nº 2223101

DECRETO Nº 166/2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

05 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.016 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.5008 ..... Aplicação Direta .....R\$ 20.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte: 5008 – COSIP.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

**DECRETO Nº 167/2019**

Publicação Nº 2223104

DECRETO Nº 167/2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de novembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para reforço do seguinte itemorçamentário:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.028 - Manutenção do Bloco Atenção Básica – Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.5038 ..... Aplicação Direta .....R\$ 200.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte: 5038 – Transferência do Sistema Único de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário.



LAURO MÜLLER, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fina. e Planej.

## DECRETO Nº 168/2019

Publicação Nº 2223107

DECRETO Nº 168/2019.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de novembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),  
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 432.000,00 (Quatrocentos e trinta e dois mil reais) para reforço do seguinte item orçamentário:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
07.01 - Fundo Municipal de Saúde  
2.024 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.1.90.00.00.00.5002 ..... Aplicação Direta .....R\$ 432.000,00  
  
TOTAL .....R\$ 432.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte: 5002 – Receitas e Transferência de Impostos – Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fina. e Planej.

## DECRETO Nº 169/2019

Publicação Nº 2223109

DECRETO Nº 169/2019.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de novembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),  
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 ( Quarenta mil reais) para reforço do seguinte item orçamentário:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
07.01 - Fundo Municipal de Saúde  
2.025 - Manutenção do Bloco Assistência Farmacêutica  
3.3.93.00.00.00.5038 ..... Aplicação Direta .....R\$ 40.000,00  
TOTAL .....R\$ 40.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item:

**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.025 - Manutenção do Bloco Assistência Farmacêutica

3.3.71.00.00.00.5038 ..... Aplicação Direta .....R\$ 40.000,00

TOTAL .....R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

**DECRETO Nº 170/2019**

Publicação Nº 2223113

DECRETO Nº 170/2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 460.000,00 (Quatrocentos e sessenta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

05 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

1.006 - Invest.em Ações de Infra-Estrut.,Paviment, Conserv.,Recup. de Ruas e Avenidas e Mobilidade Urbana

4.4.90.00.00.00.5034 ..... Aplicação Direta .....R\$ 460.000,00

Total ..... R\$ 460.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação na Fonte 5034 – Transferência de Convênios União – Entrada de Recurso de Convênio.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

**PORTARIA Nº 316/2019**

Publicação Nº 2223136

PORTARIA Nº 316/2019.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, SILVANIA APARECIDA TASCA BETT, Professora, do Quadro Funcional junto à Secretaria de Educação e dos

Esportes de Lauro Muller, da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos em 01/10/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 31 DE OUTUBRO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

## **PORTARIA Nº 317/2019**

Publicação Nº 2223142

PORTARIA Nº 317/2019

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER- SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor RUBENS DA SILVA JUNIOR, Auxiliar Administrativo, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais como responsável no setor de Controle, Avaliação e Regulação em Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

## **PORTARIA Nº 318/2019**

Publicação Nº 2223144

PORTARIA Nº 318/2019.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, EZEQUIEL JOSE BORGES, Professor II – Educação Física, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 319/2019**

Publicação Nº 2223146

PORTARIA Nº 319/2019.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, YASMIN DURANTE ADRIANO, para a função de Professor I – Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 08 de Novembro de 2019 a 13 de Dezembro de 2019, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em 08/11/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 320/2019**

Publicação Nº 2223147

PORTARIA Nº 320/2019.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, CRISTIANE MORAES, para a função de Professor I – Matemática, em Caráter Temporário, pelo período de 11 de Novembro de 2019 a 13 de Dezembro de 2019, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em 11/11/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº PR21/2019\_RP20. PROCESSO Nº 54/2019

Publicação Nº 2224041

#### HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº PR21/2019\_RP20.

PROCESSO Nº 54/2019.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico para atendimento a Administração Municipal em seus diversos setores, Fundos e Secretarias, conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 11/11/2019. LICITANTES HOMOLOGADOS: ELTON LUIZ MADEIRA - CNPJ: 27.666.061/0001-49, com o valor total de R\$ 20.490,00

UNIDAS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CNPJ: 83.055.020/0001-97, com o valor total de R\$ 39.391,60

DIVONZIR DE ANDRADE 90792424972 - CNPJ: 27.050.641/0001-07, com o valor total de R\$ 76.540,50

DAL MAS & AMARAL LTDA - CNPJ: 81.325.276/0001-41, com o valor total de R\$ 252.593,85

TRES AMIGOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME - CNPJ: 12.450.097/0001-13, com o valor total de R\$ 519.958,25

DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - CNPJ: 37.227.550/0001-58, com o valor total de R\$ 113.798,80.

Lebon Regis, 11 de novembro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

**Leoberto Leal****PREFEITURA****LEI N.º 1.439-2019**

Publicação Nº 2224211

LEI Nº. 1.439, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL."

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar a dotação do orçamento da seguridade social no valor de até R\$ 4.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Função	08	Assistência Social	4.000,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	4.000,00
Programa	09	ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Atividade	2.022	Funcionamento e Manutenção do FMAS	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			4.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação da dotação com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Função	08	Assistência Social	4.000,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	4.000,00
Programa	09	ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Atividade	2.026	Atenção a Mulher	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			4.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de novembro de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

# Lontras

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 1089/2019

Publicação Nº 2222939

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1089/2019

REFERENTE SERVIÇOS DE PLOTAGEM PARA A PREFEITURA MUNICIPAL.. RECOPY COMUNICAÇÃO VISUAL - CNPJ: 10.935.946/0001-01.

Valor do repasse: R\$ 1.345,85 (MIL TREZENTOS E QUARENTA E CINCO E OITENTA E CINCO CENTAVOS).

Lontras, 12 DE NOVEMBRO de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

### EXTRATO DE CONTRATO 1090/2019

Publicação Nº 2223130

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1090/2019

AQUISIÇÃO DE CAMISETAS BRANCAS COM ESTAMPA SIMBOLIZANDO TODAS AS CAMPANHAS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DA SAÚDE E

APRESENTANDO ENFASE A CAMPANHA DE PREVENÇÃO AO HIV. ANDY CAMISETAS LTDA ME - CNPJ: 13.239.242/0001-84. Valor do repasse:

R\$ 7.176,00 (SETE MIL CENTO E SETENTA E SEIS REAIS).

Lontras, 12 DE NOVEMBRO de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.



# Luzerna

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO FÓRUM - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CONSELHO DA CIDADE

Publicação Nº 2223044

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO FÓRUM PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO DA CIDADE

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), cumprindo o que dispõe os §§ 2º e 3º do art. 61 da Lei Complementar nº 142 de 05 de abril de 2016, com redação dada pela Lei Complementar nº 222 de 29 de outubro de 2019, torna público que será realizado FÓRUM para eleição dos representantes de entidades não governamentais que irão compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - Conselho da Cidade do Município de Luzerna.

A eleição ocorrerá no dia 18 de novembro de 2019 (segunda-feira) às 14h, no CRAS, ficando assim convidados todos os representantes de entidades não governamentais em conformidade com o estabelecido nos incisos II a VI do art. 61 da Lei Complementar nº 142 de 05 de abril de 2016.

E para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, que será publicado no Diário Oficial dos Municípios, afixado na sede da Câmara de Vereadores, Prefeitura e em outros locais públicos.

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## LEI 1685

Publicação Nº 2224305



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI Nº 1685 de 12 de novembro de 2019.

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR A BAIXA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE CONTRIBUINTES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI:**

**Art.1º-** Fica autorizado o Poder Executivo, através dos Setores de Tributação e Contabilidade, a realizar a **baixa dos créditos tributários prescritos**, com base no art. 174 do Código Tributário Nacional e art. 302 do Código Tributário Municipal, dos contribuintes abaixo relacionados:

Contribuinte	Cadastro	Tributo	Parcela/Ano	Valor Original
ALVARO ENGEL	4440/101	IPTU	01/2007	R\$ 15,32
	4440/101	IPTU	02/2007	R\$ 15,33
	4440/101	IPTU	03/2007	R\$ 15,33
	4440/101	IPTU	04/2007	R\$ 15,33
	4440/101	IPTU	05/2007	R\$ 15,33
	4440/101	IPTU	06/2007	R\$ 15,33
	4440/101	IPTU	01/2008	R\$ 32,21
	4440/101	IPTU	02/2008	R\$ 32,25
	4440/101	IPTU	03/2008	R\$ 32,25
	4440/101	IPTU	04/2008	R\$ 32,25
	4440/101	IPTU	05/2008	R\$ 32,25
	4440/101	IPTU	06/2008	R\$ 32,25
	4440/102	IPTU	01/2007	R\$ 52,64
	4440/102	IPTU	02/2007	R\$ 52,66
	4440/102	IPTU	03/2007	R\$ 52,66
	4440/102	IPTU	04/2007	R\$ 52,66
	4440/102	IPTU	05/2007	R\$ 52,66
	4440/102	IPTU	06/2007	R\$ 52,66
	4440/102	IPTU	01/2008	R\$ 110,70
	4440/102	IPTU	02/2008	R\$ 110,76
	4440/102	IPTU	03/2008	R\$ 110,76
	4440/102	IPTU	04/2008	R\$ 110,76
	4440/102	IPTU	05/2008	R\$ 110,76
	4440/102	IPTU	06/2008	R\$ 110,76
MARIA PREIS	10/1244	IPTU	01/2011	R\$ 11,70
	10/1244	IPTU	02/2011	R\$ 11,71
	10/1244	IPTU	03/2011	R\$ 11,71
	10/1244	IPTU	04/2011	R\$ 11,71
	10/1244	IPTU	05/2011	R\$ 11,71



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LUZERNA**

	10/1244	IPTU	06/2011	R\$ 11,71
	10/1244	IPTU	01/2012	R\$ 11,94
	10/1244	IPTU	02/2012	R\$ 11,96
	10/1244	IPTU	03/2012	R\$ 11,96
	10/1244	IPTU	04/2012	R\$ 11,96
	10/1244	IPTU	05/2012	R\$ 11,96
	10/1244	IPTU	06/2012	R\$ 11,96
	10/1244	IPTU	01/2013	R\$ 12,70
	10/1244	IPTU	02/2013	R\$ 12,66
	10/1244	IPTU	03/2013	R\$ 12,66
	10/1244	IPTU	04/2013	R\$ 12,66
	10/1244	IPTU	05/2013	R\$ 12,66
	10/1244	IPTU	06/2013	R\$ 12,66
	10/1244	IPTU	01/2014	R\$ 13,42
	10/1244	IPTU	02/2014	R\$ 13,39
	10/1244	IPTU	03/2014	R\$ 13,39
	10/1244	IPTU	04/2014	R\$ 13,39
	10/1244	IPTU	05/2014	R\$ 13,39
	10/1244	IPTU	06/2014	R\$ 13,39

HERDEIROS DE AFONSO BENEMAN	73/1872	IPTU	01/2007	R\$ 20,10
	73/1872	IPTU	02/2007	R\$ 20,11
	73/1872	IPTU	03/2007	R\$ 20,11
	73/1872	IPTU	04/2007	R\$ 20,11
	73/1872	IPTU	05/2007	R\$ 20,11
	73/1872	IPTU	06/2007	R\$ 20,11
	73/1872	IPTU	01/2008	R\$ 21,18
	73/1872	IPTU	02/2008	R\$ 21,14
	73/1872	IPTU	03/2008	R\$ 21,14
	73/1872	IPTU	04/2008	R\$ 21,14
	73/1872	IPTU	05/2008	R\$ 21,14
	73/1872	IPTU	06/2008	R\$ 21,14

IRICA RUPPENTHAL	267/967	IPTU	01/2013	R\$ 33,29
	267/967	IPTU	02/2013	R\$ 33,22
	267/967	IPTU	03/2013	R\$ 33,22
	267/967	IPTU	04/2013	R\$ 33,22
	267/967	IPTU	05/2013	R\$ 33,22
	267/967	IPTU	06/2013	R\$ 33,22

CLODOALDO ZUCHI	508	TERRENO DE CEMITERIO	03/2012	R\$ 126,00
--------------------	-----	-------------------------	---------	------------

PATRICIA APARECIDA DE BRITO PASINI	941/1330	IPTU	01/2011	R\$ 3,36
	941/1330	IPTU	02/2011	R\$ 3,37
	941/1330	IPTU	03/2011	R\$ 3,37
	941/1330	IPTU	04/2011	R\$ 3,37
	941/1330	IPTU	05/2011	R\$ 3,37
	941/1330	IPTU	06/2011	R\$ 3,37
	941/1330	IPTU	01/2012	R\$ 3,36



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LUZERNA**

	941/1330	IPTU	02/2012	R\$ 3,37
	941/1330	IPTU	03/2012	R\$ 3,37
	941/1330	IPTU	04/2012	R\$ 3,37
	941/1330	IPTU	05/2012	R\$ 3,37
	941/1330	IPTU	06/2012	R\$ 3,37
	941/1330	IPTU	01/2013	R\$ 8,01
	941/1330	IPTU	02/2013	R\$ 7,96
	941/1330	IPTU	03/2013	R\$ 7,96
	941/1330	IPTU	04/2013	R\$ 7,96
	941/1330	IPTU	05/2013	R\$ 7,96
	941/1330	IPTU	06/2013	R\$ 7,96

RICARDO DE SOUZA	984	ALUGUEL GINÁSIO	05/2011	R\$ 80,00
	984	ALUGUEL GINÁSIO	06/2011	R\$ 64,00
	984	ALUGUEL GINÁSIO	07/2011	R\$ 64,00
	984	ALUGUEL GINÁSIO	08/2011	R\$ 30,00

LUIZ ALBERTO PIGATTO	1020/511	IPTU	01/2009	R\$ 44,88
	1020/511	IPTU	02/2009	R\$ 44,90
	1020/511	IPTU	03/2009	R\$ 44,90
	1020/511	IPTU	04/2009	R\$ 44,90
	1020/511	IPTU	05/2009	R\$ 44,90
	1020/511	IPTU	06/2009	R\$ 44,90

VOLMAR BELLAN	1158/1164	IPTU	01/2011	R\$ 5,12
---------------	-----------	------	---------	----------

PLINIO HOFFELDER	1222/858	IPTU	01/2009	R\$ 24,87
	1222/858	IPTU	02/2009	R\$ 24,86
	1222/858	IPTU	03/2009	R\$ 24,86
	1222/858	IPTU	04/2009	R\$ 24,86
	1222/858	IPTU	05/2009	R\$ 24,86
	1222/858	IPTU	06/2009	R\$ 24,86

VALDIR DALLA COSTA	1927/1201	IPTU	01/2011	R\$ 3,07
	1927/1201	IPTU	02/2011	R\$ 3,10
	1927/1201	IPTU	03/2011	R\$ 3,10
	1927/1201	IPTU	04/2011	R\$ 3,10
	1927/1201	IPTU	05/2011	R\$ 3,10
	1927/1201	IPTU	06/2011	R\$ 3,10

JOSE CLAUDIO KASTELLER	1979/8	IPTU	01/2007	R\$ 37,46
	1979/8	IPTU	02/2007	R\$ 37,49
	1979/8	IPTU	03/2007	R\$ 37,49
	1979/8	IPTU	04/2007	R\$ 37,49
	1979/8	IPTU	05/2007	R\$ 37,49



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LUZERNA**

	1979/8	IPTU	06/2007	R\$ 37,49
NERI BROETO	2113/1572	IPTU	06/2014	R\$ 39,90
LOINI DE LOURDES MACAN	2345/1909	IPTU	05/2014	R\$ 13,12
IVANE APARECIDA SACCHETTI BEAL	20252	ISS O	05/2012	R\$ 44,10
	20252	ISS O	09/2012	R\$ 44,10
	20252	ISS O	01/2013	R\$ 70,08
	20252	ISS O	02/2013	R\$ 70,08
	20252	TLL	00/2012	R\$ 115,96
ORLANDA JUDITE ETGES	2501	TERRENO DE CEMITÉRIO	03/2012	R\$ 93,33
JUREMA RUPENTAL CRUBER	2632/1492	IPTU	01/2008	R\$ 20,29
	2632/1492	IPTU	02/2008	R\$ 20,27
	2632/1492	IPTU	03/2008	R\$ 20,27
	2632/1492	IPTU	04/2008	R\$ 20,27
	2632/1492	IPTU	05/2008	R\$ 20,27
	2632/1492	IPTU	06/2008	R\$ 20,27
	2632/1492	IPTU	01/2009	R\$ 21,52
	2632/1492	IPTU	02/2009	R\$ 21,53
	2632/1492	IPTU	03/2009	R\$ 21,53
	2632/1492	IPTU	04/2009	R\$ 21,53
	2632/1492	IPTU	05/2009	R\$ 21,53
	2632/1492	IPTU	06/2009	R\$ 21,53
MARIA FRANCISCA DE JESUS OLIVEIRA	3302/1921	IPTU	03/2012	R\$ 1,70
	3302/1921	IPTU	04/2012	R\$ 5,43
	3302/1921	IPTU	05/2012	R\$ 5,43
	3302/1921	IPTU	06/2012	R\$ 5,43
	3302/1921	IPTU	01/2013	R\$ 5,83
	3302/1921	IPTU	02/2013	R\$ 5,73
	3302/1921	IPTU	03/2013	R\$ 5,73
	3302/1921	IPTU	04/2013	R\$ 5,73
	3302/1921	IPTU	05/2013	R\$ 5,73
	3302/1921	IPTU	06/2013	R\$ 5,73
	3302	CM	07/2008	R\$ 47,60
	3302	CM	08/2009	R\$ 47,60
	3302	TERRENO DE CEMITÉRIO	05/2011	R\$ 58,88
	3302	TERRENO DE CEMITÉRIO	06/2011	R\$ 58,88
SUPERMERCADO DA FAMILIA LTDA EPP	3788	TLL	01/2014	R\$ 395,85



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LUZERNA**

TRANSPORTES BONETTI LTDA	3823	TLL	00/2011	R\$ 165,06
	3823	TLL	00/2012	R\$ 175,27
TRANSPORTES RODOVIARIO ALMEIDA LTDA	3929	TLL	00/2010	R\$ 120,38
	3929	TLL	00/2011	R\$ 127,69
	3929	TLL	00/2012	R\$ 135,59
	3929	TLL	01/2014	R\$ 151,67
JOSE MARCOS DOS SANTOS ME	3966	TLL	00/2011	R\$ 146,38
COMERCIO DE BEBIDAS LUZERNA	4015	OUTRAS TAXAS PLANEJAMENTO	01/2013	R\$ 296,10
NAIELI ARIANE FAVERO EPP	4059	TLL	00/2012	R\$ 155,43
ESPAÇO REABILITAR SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA LTDA	4092	TLL	01/2013	R\$ 138,68
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNI- CAÇÕES SA	4145	ISS	08/2013	R\$ 11,20
FABRICA DE MOVEIS CERON LTDA	4258/1697	IPTU	01/2011	R\$ 99,06
	4258/1697	IPTU	02/2011	R\$ 99,08
	4258/1697	IPTU	03/2011	R\$ 99,08
	4258/1697	IPTU	04/2011	R\$ 99,08
	4258/1697	IPTU	05/2011	R\$ 99,08
	4258/1697	IPTU	06/2011	R\$ 99,08
DANIEL LACERDA	4936	ALUGUEL GINÁSIO	02/2013	R\$ 79,20
	4936	ALUGUEL GINÁSIO	03/2013	R\$ 79,20
	4936	ALUGUEL GINÁSIO	04/2013	R\$ 79,20
	4936	ALUGUEL GINÁSIO	05/2013	R\$ 79,20
	4936	ALUGUEL GINÁSIO	06/2013	R\$ 79,20
	4936	ALUGUEL GINÁSIO	07/2013	R\$ 79,20
	4936	ALUGUEL	08/2013	R\$ 79,20



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

		GINÁSIO		
	4936	ALUGUEL GINÁSIO	09/2013	R\$ 79,20
	4936	ALUGUEL GINÁSIO	10/2013	R\$ 79,20

FABIANO COSTA	5317	TERRENO DE CEMITERIO	06/2014	R\$ 70,49
---------------	------	-------------------------	---------	-----------

ILENE SALETE HOFSTATTER	413	TLL	01/2008	R\$ 111,84
----------------------------	-----	-----	---------	------------

JOÃO CARLOS PIAIA	605	ISS OFÍCIO	01/2009	R\$ 77,51
----------------------	-----	------------	---------	-----------

HOTEL E RESTAURANTE RAMPAZZO LTDA - ME	4491	ISS HOMOLOGADO	09/2013	R\$ 69,48
---	------	-------------------	---------	-----------

HAIDE SUELI WASSERBERG COSTEGNARO	2210/801	IPTU	01/2014	R\$ 61,82
	2210/801	IPTU	02/2014	R\$ 61,74
	2210/801	IPTU	03/2014	R\$ 61,74
	2210/801	IPTU	04/2014	R\$ 61,74
	2210/801	IPTU	05/2014	R\$ 61,74
	2210/801	IPTU	06/2014	R\$ 61,74

(ESPÓLIO) ARNO VIRGILIO DRESCH	1293/15939	CM	01/2012	R\$ 26,94
	1293/15940	CM	02/2012	R\$ 26,94
	1293/15941	CM	03/2012	R\$ 26,94
	1293/15942	CM	04/2012	R\$ 26,94
	1293/15943	CM	05/2012	R\$ 26,94
	1293/15944	CM	06/2012	R\$ 26,94
	1293/15945	CM	07/2012	R\$ 26,94
	1293/15946	CM	08/2012	R\$ 26,94
	1293/15947	CM	09/2012	R\$ 26,94
	1293/15948	CM	10/2012	R\$ 26,94
	1293/15949	CM	11/2012	R\$ 26,94
	1293/15950	CM	12/2012	R\$ 26,94

**Art.2º-** Fica autorizado o Poder Executivo, através dos Setores de Tributação e Contabilidade, a realizar a **baixa dos créditos tributários**, com base na Lei Complementar 178 de 12 de dezembro de 2017:

Contribuinte	Cadastro	Tributo	Parcela/Ano	Valor Original
ISAIAS VARELA - MEI	4104	TLL	01/2014	R\$ 142,03
	4104	TLL	01/2015	R\$ 151,05
	4104	TLL	01/2016	R\$ 167,62





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

**Art.3º-** Fica autorizado o Poder Executivo, através dos Setores de Tributação e Contabilidade, a realizar a **baixa dos créditos tributários**, em razão de sentença judicial que determinou o perdimento do bem em favor do Município:

Contribuinte	Cadastro	Tributo	Parcela/Ano	Valor Original
LUA WILMSEN	997/768	IPTU	01/2007	R\$ 3,03
	997/768	IPTU	02/2007	R\$ 3,02
	997/768	IPTU	03/2007	R\$ 3,02
	997/768	IPTU	04/2007	R\$ 3,02
	997/768	IPTU	05/2007	R\$ 3,02
	997/768	IPTU	06/2007	R\$ 3,02
	997/768	IPTU	01/2008	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	02/2008	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	03/2008	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	04/2008	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	05/2008	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	06/2008	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	01/2009	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	02/2009	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	03/2009	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	04/2009	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	05/2009	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	06/2009	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	01/2010	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	02/2010	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	03/2010	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	04/2010	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	05/2010	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	06/2010	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	01/2011	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	02/2011	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	03/2011	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	04/2011	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	05/2011	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	06/2011	R\$ 3,18
	997/768	IPTU	01/2013	R\$ 13,50
	997/768	IPTU	02/2013	R\$ 13,47
	997/768	IPTU	03/2013	R\$ 13,47
	997/768	IPTU	04/2013	R\$ 13,47
	997/768	IPTU	05/2013	R\$ 13,47
	997/768	IPTU	06/2013	R\$ 13,47
	997/769	IPTU	01/2007	R\$ 38,98
	997/769	IPTU	02/2007	R\$ 38,97
	997/769	IPTU	03/2007	R\$ 38,97
	997/769	IPTU	04/2007	R\$ 38,97
	997/769	IPTU	05/2007	R\$ 38,97
	997/769	IPTU	06/2007	R\$ 38,97



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

997/769	IPTU	01/2008	R\$ 40,98
997/769	IPTU	02/2008	R\$ 40,99
997/769	IPTU	03/2008	R\$ 40,99
997/769	IPTU	04/2008	R\$ 40,99
997/769	IPTU	05/2008	R\$ 40,99
997/769	IPTU	06/2008	R\$ 40,99
997/769	IPTU	01/2009	R\$ 43,81
997/769	IPTU	02/2009	R\$ 43,82
997/769	IPTU	03/2009	R\$ 43,82
997/769	IPTU	04/2009	R\$ 43,82
997/769	IPTU	05/2009	R\$ 43,82
997/769	IPTU	06/2009	R\$ 43,82
997/769	IPTU	01/2010	R\$ 45,57
997/769	IPTU	02/2010	R\$ 45,57
997/769	IPTU	03/2010	R\$ 45,57
997/769	IPTU	04/2010	R\$ 45,57
997/769	IPTU	05/2010	R\$ 45,57
997/769	IPTU	06/2010	R\$ 45,57
997/769	IPTU	01/2011	R\$ 48,24
997/769	IPTU	02/2011	R\$ 48,23
997/769	IPTU	03/2011	R\$ 48,23
997/769	IPTU	04/2011	R\$ 48,23
997/769	IPTU	05/2011	R\$ 48,23
997/769	IPTU	06/2011	R\$ 48,23
997/769	IPTU	02/2012	R\$ 196,38
997/769	IPTU	03/2012	R\$ 196,38
997/769	IPTU	04/2012	R\$ 196,38
997/769	IPTU	05/2012	R\$ 196,38
997/769	IPTU	06/2012	R\$ 196,38
997/769	IPTU	01/2013	R\$ 126,17
997/769	IPTU	02/2013	R\$ 126,09
997/769	IPTU	03/2013	R\$ 126,09
997/769	IPTU	04/2013	R\$ 126,09
997/769	IPTU	05/2013	R\$ 126,09
997/769	IPTU	06/2013	R\$ 126,09
997/2009	IPTU	01/2013	R\$ 156,40
997/2009	IPTU	02/2013	R\$ 156,30
997/2009	IPTU	03/2013	R\$ 156,30
997/2009	IPTU	04/2013	R\$ 156,30
997/2009	IPTU	05/2013	R\$ 156,30
997/2009	IPTU	06/2013	R\$ 156,30

**Art.4º-** Fica autorizado o Poder Executivo, através dos Setores de Tributação e Contabilidade, a realizar a **baixa dos créditos tributários**, inscritos indevidamente, com base no art. 150, inciso VI alínea “b”, da Constituição Federal, art. 9º, inciso IV, alínea “b” do Código Tributário Nacional e art. 262, inciso II do Código Tributário Municipal, da contribuinte abaixo relacionada:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Contribuinte	Cadastro	Tributo	Parcela/Ano	Valor Original
PROVINCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL	4164/735	IPTU	01/2008	R\$ 43,45
	4164/735	IPTU	02/2008	R\$ 43,47
	4164/735	IPTU	03/2008	R\$ 43,47
	4164/735	IPTU	04/2008	R\$ 43,47
	4164/735	IPTU	05/2008	R\$ 43,47
	4164/735	IPTU	06/2008	R\$ 43,47
	4164/735	IPTU	01/2009	R\$ 46,60
	4164/735	IPTU	02/2009	R\$ 46,60
	4164/735	IPTU	03/2009	R\$ 46,60
	4164/735	IPTU	04/2009	R\$ 46,60
	4164/735	IPTU	05/2009	R\$ 46,60
	4164/735	IPTU	06/2009	R\$ 46,60
	4164/736	IPTU	01/2008	R\$ 42,30
	4164/736	IPTU	02/2008	R\$ 42,33
	4164/736	IPTU	03/2008	R\$ 42,33
	4164/736	IPTU	04/2008	R\$ 42,33
	4164/736	IPTU	05/2008	R\$ 42,33
	4164/736	IPTU	06/2008	R\$ 42,33
	4164/736	IPTU	01/2009	R\$ 45,36
	4164/736	IPTU	02/2009	R\$ 45,38
	4164/736	IPTU	03/2009	R\$ 45,38
	4164/736	IPTU	04/2009	R\$ 45,38
	4164/736	IPTU	05/2009	R\$ 45,38
	4164/736	IPTU	06/2009	R\$ 45,38
	4164/737	IPTU	01/2008	R\$ 43,45
	4164/737	IPTU	02/2008	R\$ 43,47
	4164/737	IPTU	03/2008	R\$ 43,47
	4164/737	IPTU	04/2008	R\$ 43,47
	4164/737	IPTU	05/2008	R\$ 43,47
	4164/737	IPTU	06/2008	R\$ 43,47
	4164/737	IPTU	01/2009	R\$ 46,60
	4164/737	IPTU	02/2009	R\$ 46,60
	4164/737	IPTU	03/2009	R\$ 46,60
	4164/737	IPTU	04/2009	R\$ 46,60
	4164/737	IPTU	05/2009	R\$ 46,60
	4164/737	IPTU	06/2009	R\$ 46,60
	4164/738	IPTU	01/2008	R\$ 23,44
	4164/738	IPTU	02/2008	R\$ 23,47
	4164/738	IPTU	03/2008	R\$ 23,47
	4164/738	IPTU	04/2008	R\$ 23,47
	4164/738	IPTU	05/2008	R\$ 23,47
	4164/738	IPTU	06/2008	R\$ 23,47
	4164/738	IPTU	01/2009	R\$ 25,14
	4164/738	IPTU	02/2009	R\$ 25,16
	4164/738	IPTU	03/2009	R\$ 25,16
	4164/738	IPTU	04/2009	R\$ 25,16
	4164/738	IPTU	05/2009	R\$ 25,16
	4164/738	IPTU	06/2009	R\$ 25,16

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

	4164/740	IPTU	01/2008	R\$ 7,91
	4164/740	IPTU	02/2008	R\$ 7,90
	4164/740	IPTU	03/2008	R\$ 7,90
	4164/740	IPTU	04/2008	R\$ 7,90
	4164/740	IPTU	05/2008	R\$ 7,90
	4164/740	IPTU	06/2008	R\$ 7,90
	4164/740	IPTU	01/2009	R\$ 8,48
	4164/740	IPTU	02/2009	R\$ 8,47
	4164/740	IPTU	03/2009	R\$ 8,47
	4164/740	IPTU	04/2009	R\$ 8,47
	4164/740	IPTU	05/2009	R\$ 8,47
	4164/740	IPTU	06/2009	R\$ 8,47
	4164/1423	IPTU	01/2007	R\$ 41,35
	4164/1423	IPTU	02/2007	R\$ 41,33
	4164/1423	IPTU	03/2007	R\$ 41,33
	4164/1423	IPTU	04/2007	R\$ 41,33
	4164/1423	IPTU	05/2007	R\$ 41,33
	4164/1423	IPTU	06/2007	R\$ 41,33
	4164/1423	IPTU	01/2008	R\$ 43,45
	4164/1423	IPTU	02/2008	R\$ 43,47
	4164/1423	IPTU	03/2008	R\$ 43,47
	4164/1423	IPTU	04/2008	R\$ 43,47
	4164/1423	IPTU	05/2008	R\$ 43,47
	4164/1423	IPTU	06/2008	R\$ 43,47
	4164/1423	IPTU	01/2009	R\$ 46,60
	4164/1423	IPTU	02/2009	R\$ 46,60
	4164/1423	IPTU	03/2009	R\$ 46,60
	4164/1423	IPTU	04/2009	R\$ 46,60
	4164/1423	IPTU	05/2009	R\$ 46,60
	4164/1423	IPTU	06/2009	R\$ 46,60

**Art.5º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de novembro de 2019.

**MOISÉS DIERSMANN**  
Prefeito de Luzerna

**LEI 1686**

Publicação Nº 2224311

LEI Nº 1686 de 12 de novembro de 2019.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL RECEBER POR DOAÇÃO BENS MÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por DOAÇÃO do MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em conformidade com a Lei nº 5295 de 29 de outubro de 2019, os bens elencados abaixo:

- I. 50 pneus 10.00-20 16PR, marca Linglomg, para uso de ônibus/caminhão;
- II. 50 câmaras de ar 10.00-20R, marca Linglomg, para uso de ônibus/caminhão;
- III. 50 protetores de borracha aro 20, marca Linglomg;

Art.2º- Os bens serão recebidos no estado em que se encontram não incidindo qualquer tipo de garantia decorrente de seu uso pelos entes públicos doador e donatário.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), em 12 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

# Mafra

## PREFEITURA

### EDITAL 004/2019/SME DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223517

	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
--	---

EDITAL 004/2019/SME de 07 de novembro de 2019

A Prefeitura Municipal de Mafra, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e com base nos artigos 31 e 32 da Lei nº 3.795 de 04.04.2012, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos PROFESSORES EFETIVOS do Quadro do Magistério Público Municipal, que estarão abertas as inscrições para a ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA, nos termos legais supracitados e normas deste Edital.

#### 1.DA INSCRIÇÃO:

1.1. As inscrições estarão abertas nos dias 21 e 22 de novembro de 2019, nos seguintes locais:

- Nas próprias unidades escolares em que o professor é efetivo e
- Na Secretaria Municipal de Educação, para professores efetivos da Zona Rural;

#### 2.DA DOCUMENTAÇÃO:

2.1 Requerimento devidamente assinado pelo professor e acompanhado de:

- Comprovante do Curso de Mestrado;
- Comprovante do Curso de Pós Graduação;
- Comprovante de Licenciatura Plena;
- Cursos de aperfeiçoamento na área da educação, frequentados ou ministrados no período de 01.11.2017 a 20.11.2019,
- A data de nomeação do Professor será fornecida pela Secretaria Municipal de Educação.

#### 3. DA CLASSIFICAÇÃO:

3.1. Será realizada a classificação dos professores por unidade escolar onde o mesmo é efetivo, e a classificação geral dos professores inscritos, respeitando os seguintes critérios:

- Maior tempo efetivo no Magistério Público Municipal;
  - Maior Titularidade:
    - Mestrado na área da Educação,
    - Pós Graduação na área ou disciplina específica;
    - Pós Graduação na área da Educação;
    - Licenciatura Plena na área ou disciplina específica;
    - Licenciatura Plena na área da Educação;
    - Maior numero de horas de cursos de aperfeiçoamento na área, disciplina específica e/ou educação oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
    - Maior numero de horas de cursos de aperfeiçoamento na área, disciplina específica, e/ou educação oferecidos pelas Instituições de Ensino credenciadas pelo MEC;
- Será aceito o máximo de 60 (sessenta) horas de cursos de educação EAD por mês.

c) Maior Idade e

d) Sorteio

3.2. A classificação será divulgada na Secretaria Municipal de Educação.

#### 4. DA ESCOLHA DE VAGAS:

4.1. Nas próprias unidades escolares em que o professor é efetivo, respeitando a classificação dos professores da unidade Escolar.

4.2. Caso não haja vaga na unidade escolar em que o professor é efetivo, o mesmo deverá aguardar a escolha de vagas na Secretaria Municipal de Educação, respeitando a Classificação Geral dos Professores inscritos.

4.3. Tendo vaga na Unidade escolar que o professor é efetivo, o mesmo poderá escolher a vaga em atribuição de exercício para completar a carga horária da lotação de outra Unidade Escolar.

4.4. Os professores que atuam nas áreas específicas poderão alterar em outra unidade escolar, desde que a carga horária seja compatível com o horário determinado pela Direção da Unidade Escolar que for escolhida.

4.5. A soma da carga horária efetiva do professor e a carga temporária, não poderá ultrapassar a 40 (quarenta) horas semanais, e o número de aulas excedentes (áreas específicas – 6º ao 9º ano) deverá ser proporcional a carga horária efetiva do professor e não poderá ultrapassar a 08 horas semanais.

#### 5. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

5.1. A alteração de carga horária temporária e aulas excedentes não gera direito adquirido, e tem validade apenas para o ano letivo de 2020.

5.2. A alteração de carga horária temporária é realizada para substituir os professores efetivos, em virtude dos afastamentos legais: licenças

previstas em leis, cargos comissionados, funções gratificadas, readaptações, desdobramentos e aberturas de novas turmas.

5.3. A carga horária temporária poderá ser reduzida à critério da Secretaria Municipal de Educação, se o professor apresentar registros ou ocorrências negativas.

5.4. O procedimento da Alteração de Carga Horária Temporária, realizado nas unidades escolares, serão de responsabilidade da própria Direção.

5.5. O Professor que apresentou algum registro ou ocorrência negativa durante a alteração de carga horária temporária no ano letivo de 2019, deverá aguardar determinação da Secretaria Municipal de Educação, para escolher vaga para alteração de carga horária.

5.6. O Professor que se julgar prejudicado, terá o prazo de 24 horas, a contar da data da divulgação da classificação, para solicitar revisão por escrito junto à Comissão de Análise da Alteração de Carga Horária Temporária, que terá 24 horas para emitir parecer após receber o pedido de revisão.

5.7. As solicitações de reconsideração e os casos omissos serão decididos pela Comissão de Análise da Alteração de Carga Horária Temporária.

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

## **EDITAL 005/2019/SME DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223528

--	--	--

EDITAL 005/2019/SME de 07 de novembro de 2019

A Prefeitura Municipal de Mafra, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos PROFESSORES EFETIVOS, do Quadro do Magistério Público Municipal, que serão estabelecidos normas e critérios para a ESCOLHA DE TURMA, para o ano letivo de 2020

### **1. CRITÉRIO:**

1.1. O Professor Efetivo do Quadro do Magistério Público Municipal, deverá se inscrever e escolher suas turmas de trabalho, na própria Unidade Escolar onde é efetivo, levando em consideração os seguintes critérios de classificação:

a) Maior tempo efetivo no Magistério Público Municipal;

Para a escolha das turmas de Alfabetização (1º e 2º ano), é necessário que o professor tenha cursado o PNAIC nos anos de 2017 ou 2018, preferencialmente sendo este um item classificatório, respeitando a letra "a" do item 1.1;

b) ao maior grau de formação:

· Mestrado na área da Educação,

· Pós Graduação na área ou disciplina específica;

· Pós Graduação na área da Educação;

· Licenciatura Plena na área ou disciplina específica;

· Licenciatura Plena na área da Educação;

· Fase concluída de curso superior de licenciatura na área ou disciplina específica;

· Fase concluída de curso superior de licenciatura na área da educação;

· Maior numero de horas de cursos de aperfeiçoamento na área, disciplina específica e/ou educação oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação;

· Maior numero de horas de cursos de aperfeiçoamento na área, disciplina específica, e/ou educação oferecidos pelas Instituições de Ensino credenciadas pelo MEC;

- Será aceito o máximo de 60 horas de cursos de educação EAD por mês.

c) Maior Idade e

d) Sorteio

### **2. DA DOCUMENTAÇÃO**

2.1. O Professor deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Cursos de atualização e aperfeiçoamento na área ou disciplina específica e/ou educação realizados nos períodos de 01.11.2017 a 20.11.2019,

c) O tempo de serviço será fornecido pela Secretaria Municipal de Educação;

2.2. A Divulgação será realizada na própria Unidade Escolar que o Professor é efetivo

### **3. DA ESCOLHA DE TURMAS:**

3.1. A escolha de turmas, será realizada até dia 05.12.19 na própria Unidade Escolar onde o Professor é efetivo;

3.2. O professor que escolher o 1ª e 2º ano/9, passará por uma constante avaliação e orientação pedagógica da escola e da Secretaria Municipal de Educação;

3.3. Caso não tenha turma disponível na Unidade Escolar em que o Professor é efetivo, o mesmo deverá aguardar a disponibilidade de turma



em outra unidade escolar;

3.4. O Professor que não é efetivo na Unidade Escolar, não entra na classificação geral e deverá aguardar a escolha de turma do Professor Efetivo, alteração de carga horária temporária e se inscrever no Processo de Atribuição de Exercício.

#### 4. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

4.1. A Direção da Escola ficará responsável em comunicar os Professores Efetivos, que encontram-se afastados em Licença sem vencimento, Tratamento de Saúde, Gestação e Licença Prêmio;

4.2. O Professor efetivo até 40 horas semanais, com alteração de carga horária definitiva, será considerada para a classificação a data de nomeação;

4.3. As solicitações de reconsiderações e os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Análise da Alteração de Carga Horária.

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

### EDITAL 006/2019/SME DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223532

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

EDITAL 006/2019/SME de 07 de novembro de 2019

A Prefeitura Municipal de Mafra, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e com base no Capítulo IX Da Atribuição de Exercício, no artigo 44 da Lei nº 3.795 de 04.04.2012, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos PROFESSORES EFETIVOS do Quadro do Magistério Público Municipal, que estarão abertas as inscrições para a ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO, para o ano letivo de 2020, nos termos legais supracitados e normas deste Edital.

#### 1. DA INSCRIÇÃO:

1.1. O membro efetivo do Magistério Público Municipal, poderá atribuir exercício em outra Unidade Escolar, (ser efetivo em uma Escola, e apresentar interesse em atuar em outra Escola), devido o professor titular ser nomeado para função gratificada, ou outros afastamentos, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, durante o ano letivo de 2020.

1.2. A inscrição estará aberta nos dias 21 e 22 de novembro de 2019, nos seguintes locais:

- Nas unidades escolares em que o professor é efetivo e
- Na Secretaria Municipal de Educação, para professores efetivos da Zona Rural;

#### 2. DA DOCUMENTAÇÃO:

1.1 Requerimento devidamente assinado pelo professor e acompanhado de:

- Comprovante do Curso de Mestrado;
- Comprovante do Curso de Pós Graduação;
- Comprovante de Licenciatura Plena;
- Comprovante da fase concluída do curso superior de licenciatura plena;
- Cursos de atualização e aperfeiçoamento área, disciplina específica e/ou na área da educação, frequentados ou ministrados nos períodos de 01.11.2017 a 20.11.2019,
- A data de nomeação no Magistério Público Municipal será fornecida pela Secretaria Municipal de Educação.

#### 3. DA CLASSIFICAÇÃO:

3.1. Será realizada a classificação dos professores e Especialistas, respeitando os seguintes critérios:

- Maior tempo efetivo no Magistério Público Municipal;
- Maior Titularidade:
  - Mestrado na área da Educação,
  - Pós Graduação na área ou disciplina específica;
  - Pós Graduação na área da Educação;
  - Licenciatura Plena na área ou disciplina específica;
  - Licenciatura Plena na área da Educação;
  - Maior numero de horas de cursos de aperfeiçoamento na área, disciplina específica e/ou educação oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
  - Maior numero de horas de cursos de aperfeiçoamento na área, disciplina específica, e/ou educação oferecidos pelas Instituições de Ensino credenciadas pelo MEC;
- Será aceito o máximo de 60 (sessenta) horas de cursos EAD por mês.
- Maior Idade e
- Sorteio

3.2. A classificação será divulgada na Secretaria Municipal de Educação.

#### 4. DA ESCOLHA DE VAGAS:

4.1. A escolha de vagas será realizada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as necessidades da Secretaria, respeitando a ordem decrescente da classificação.

4.2. Após a escolha da alteração temporária de carga horária e tendo vaga na Unidade escolar onde o Professor é efetivo, o mesmo poderá escolher vaga em atribuição de exercício, para completar a carga horária da lotação de outra Unidade Escolar.

#### 5. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

5.1. A atribuição de exercício não gera direito adquirido, e tem validade apenas para o ano letivo de 2020.

5.2. As solicitações de reconsideração e os casos omissos serão decididas pela Comissão de Análise de Atribuição de Exercício.

5.3. O Professor que se inscrever em mais de um Processo (Alteração de Carga Temporária e Atribuição de Exercício), poderá anexar em apenas uma Ficha de Inscrição, as Cópias dos Cursos exigidos na alínea b do item 2.1.

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

### EDITAL 008/20119/SME DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223538

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### EDITAL 008/20119/SME de 07 de novembro de 2019

A Prefeitura Municipal de Mafra, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e considerando a alínea I do artigo 53 e o parágrafo 2º do artigo 54 da Lei nº 3795 de 04 abril de 2012, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos PROFESSORES EFETIVOS, do Quadro do Magistério Público Municipal, que estarão abertas as inscrições para a ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, nos termos legais supracitados e normas deste Edital.

#### 1. DA INSCRIÇÃO:

1.1. O professor efetivo e concursado do magistério público municipal, poderá alterar a carga horária de trabalho, para atender as atividades de docência, em virtude da existência de vaga e em decorrência de abertura de novas vagas pela alteração de matrículas e aposentadorias.

1.2. As inscrições estarão abertas nos dias 21 e 22 de novembro de 2019, nos seguintes locais:

- a) Nas próprias unidades escolares em que o professor é efetivo e
- b) Na Secretaria Municipal de Educação, para professores efetivos da Zona Rural;

#### 1. DA DOCUMENTAÇÃO:

2.1. Requerimento assinado pelo professor e acompanhado de:

- a) Certificado de conclusão de Doutorado, Mestrado, Pós Graduação e Licenciatura Plena.
- b) Cursos de aperfeiçoamento na área da educação, frequentados nos períodos de 01.11.2017 a 20.11.2019,
- c) Declaração de acúmulo de cargo para os efetivos em outras instituições de ensino (estadual/municipal/particular), constando o total da carga horária e o horário.
- d) Declaração de acúmulo para os recebedores de proventos de aposentadoria;
- e) Se for comprovado o acúmulo de carga horária, não será expedida a Portaria de Alteração de Carga Horária e o professor efetivo deverá fazer a sua opção.

2.2. A data de nomeação será fornecida pela Secretaria Municipal de Educação.

#### 2. DA CLASSIFICAÇÃO:

3.1. Será realizada a classificação dos professores efetivos, respeitando os seguintes critérios:

- a) Maior tempo efetivo no Magistério Público Municipal.
- b) Maior titularidade com certificado de conclusão de: Doutorado na disciplina específica ou área da educação, Mestrado na disciplina específica ou área da educação, Pós Graduação na disciplina específica ou área da educação, Licenciatura plena na disciplina específica, maior número de horas de frequência em cursos de atualização e aperfeiçoamento na área ou disciplina específica e na área da educação. Será aceito o máximo de 60 (sessenta) horas de curso de educação EAD por mês.
- c) maior idade e
- d) Sorteio.

3.2. A classificação será de acordo com a área que o Professor é efetivo (Educação Infantil/Ensino Fundamental 1º ao 5º ano e Ensino Fundamental 6º ao 9º ano por área específica).

#### 3. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:

4.1. A classificação, será divulgada na Secretaria Municipal de Educação, no dia 09/12/19 às 16h.

4.2. O professor que se julgar prejudicado, terá o prazo de 24 horas, a contar da data da divulgação da classificação, para solicitar revisão por escrito junto à Comissão de Análise da Alteração de Carga Horária, que terá 24 horas para emitir parecer após receber o pedido de revisão.

#### 5. DA ESCOLHA DE VAGAS:

5.1. O Dia da escolha de vagas para a alteração de carga horária, será divulgado e realizado na Secretaria Municipal de Educação, por área

específica e de acordo com a ordem decrescente da classificação.

5.2. O Professor que faltar no dia da escolha de vagas, perderá o direito de alterar sua carga horária..

5.3. Os professores que atuam nas áreas específicas poderão alterar em outra unidade escolar, desde que a carga horária seja compatível com o horário determinado pela Direção da Unidade Escolar que for escolhida, não podendo ultrapassar a 40 (quarenta) horas semanais, 5.3.1. As aulas excedentes não serão incluídas neste processo de alteração de carga horária;

#### 6. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

6.1. A solicitação dos professores efetivos da rede municipal de ensino importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita dos procedimentos previstos para a Alteração de Carga Horária.

6.2. O professor que no ato da solicitação, prestar declaração falsa ou apresentar documento adulterado, terá sua solicitação cancelada e anulados todos os atos dela decorrente.

6.3. As solicitações de reconsideração serão decididas pela Comissão de Análise da Alteração de Carga Horária.

6.4. A Alteração de Carga horária definitiva, contará a partir do início do ano letivo de 2020, através de Portaria.

6.5. A Direção da Unidade Escolar, ficará responsável em comunicar os Professores que encontram-se em Licença Tratamento de Saúde, Gestação, Licença Prêmio e Licença sem vencimento.

6.6. O Professor que se inscrever em mais de um Processo (Alteração de Carga Horária Definitiva e Temporária, Atribuição de Exercício, Remoção), poderá anexar em apenas uma Ficha de Inscrição as Cópias dos Cursos exigidos na alínea b do item 2.1.

6.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Análise da Alteração de Carga Horária.

Mafra, 07 de novembro de 2019.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Educação

### EDITAL Nº 007/2019/SME DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223534

--	--	--

#### EDITAL Nº 007/2019/SME de 07 de novembro de 2019

A Prefeitura Municipal de Mafra, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e considerando o artigo 45 da Lei nº 3795 de 04 de abril de 2012, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos PROFESSORES EFETIVOS, que estarão abertas as inscrições para REMOÇÃO, nos dias 21 e 22.11.19, nos termos legais supracitados e normas deste Edital.

#### 1. DOS REQUISITOS:

1.1. Ser Professor Efetivo;

1.2. A Remoção será realizada com a carga horária compatível e na área de atuação que o Professor é Efetivo.

#### 2. DA DOCUMENTAÇÃO:

2.1. Requerimento assinado pelo professor, acompanhado de:

a) Comprovante de Curso de Mestrado, Pós Graduação e Licenciatura Plena.

b) Cursos de aperfeiçoamento na área da educação, frequentados no período de 01.11.2017 a 20.11.2019,

2.2. O tempo de serviço será fornecido pela Secretaria Municipal de Educação (não precisa solicitar)

#### 3. DO LOCAL DE INSCRIÇÃO:

3.1. As inscrições estarão abertas nos dias 21 e 22 de novembro de 2019, nos seguintes locais:

a) Nas próprias unidades escolares em que o professor é efetivo e

b) Na Secretaria Municipal de Educação, para professores efetivos da Zona Rural;

#### 4. DA CLASSIFICAÇÃO:

4.1. Será realizada a classificação dos professores, respeitando os seguintes critérios:

a) Maior tempo efetivo no Magistério Público Municipal.

b) Maior Titularidade: mestrado e/ou pós graduação na área ou disciplina específica, e na área da educação, licenciatura plena na área específica, maior número de horas de cursos de atualização e aperfeiçoamento na área específica e na área da educação. Será aceito o máximo de 60 (sessenta) horas de cursos de educação EAD por mês.

c) Maior idade e

d) Sorteio.

4.2. A classificação será de acordo com a área que os Professores são efetivos (Educação Infantil/Ensino Fundamental 1º ao 5º ano e Ensino

Fundamental 6º ao 9º ano por área específica).

#### 5.DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A classificação, será divulgada na Secretaria Municipal de Educação, no dia 09.12.19, às 16h.

5.2. O professor que se julgar prejudicado, terá o prazo de 24 horas, a contar da data da divulgação da classificação, para solicitar revisão por escrito junto à Comissão de Análise da Remoção, que terá 24 horas para emitir parecer após receber o pedido de revisão.

#### 6. DA ESCOLHA DE VAGAS:

6.1. O dia e horário da escolha de vagas para remoção, será divulgado e acontecerá na própria Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a ordem decrescente da classificação.

6.2. O Professor que faltar no dia da escolha de vagas, perderá o direito da Remoção.

#### 7. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1. O requerimento estará à disposição dos professores da Rede Municipal de Ensino, na Secretaria Municipal de Educação e nas Unidades Escolares Municipais e importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita dos procedimentos previstos para a Remoção.

7.2. O professor que no ato da solicitação, prestar declaração falsa ou apresentar documento adulterado, terá sua solicitação cancelada e anulados todos os atos dela decorrente.

7.3. A Direção das Escolas serão responsáveis em comunicar os Professores Efetivos, que encontram-se afastados em Licença sem Vencimento, Tratamento de Saúde, Gestação e Licença Prêmio.

7.4.. O Professor que se inscrever em mais de um Processo (Alteração de Carga Horária Definitiva e Temporária, Atribuição de Exercício, Remoção), poderá anexar em apenas uma Ficha de Inscrição as Cópias dos Cursos exigidos na alínea b do item 2.1.

7.5. As solicitações de reconsiderações e os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Análise do Processo de Remoção.

Mafra, 07 de novembro de 2019.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2019

Publicação Nº 2223856

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: MATHEKA CONSTRUÇÃO E OBRAS EIRELI

CNPJ Nº 29.446.256/0001-09

Valor registrado: R\$ 3.688.000,00 (três milhões seiscentos e oitenta e oito mil reais).

Objeto: Aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente CBUQ - Faixa C, que serão utilizados para realizar trabalhos de manutenção das vias do município, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Origem: Processo nº 521/2019, Pregão Presencial - RP Nº 116/2019.

Data de assinatura: 11 de outubro de 2019.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 11 de outubro de 2020.

Foro: Comarca de Mafra

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2019

Publicação Nº 2224240

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Supera Uniformes Ind. Com. Têxtil Eireli-EPP

CNPJ Nº 82.112.475/0001-34

Valor registrado: R\$ 123.250,00 (cento e vinte três mil duzentos e cinquenta reais).

Objeto aquisição de camisetas, macaquinho triathlon, jalecos e toucas, destinadas a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e Secretaria Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 414/2019, Pregão Presencial - RP Nº096/2019.

Data de assinatura: 24 de outubro de 2019.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 24 de outubro de 2020.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 086/2016**

Publicação Nº 2223841

EXTRATO DE 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 086/2016

Contrato nº: 086/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: GONDRO SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA

CNPJ: 20.985.030/0001-01

Modalidade Processo Licitatório n.º 288/2015. Credenciamento n.º 005/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 04 de novembro de 2019.

Prazo: com vigência até 31 de dezembro de 2020.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 097/2015**

Publicação Nº 2223826

EXTRATO DE 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 097/2015

Contrato nº: 097/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO (HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO)

CNPJ: 85.131.993/0001-93

Modalidade Processo Licitatório 288/2015 Credenciamento n.º 005/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 04 de novembro de 2019.

Prazo: com vigência até 21 de dezembro de 2020.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE 9º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 090/2015**

Publicação Nº 2223836

EXTRATO DE 9º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 090/2015

Contrato nº: 090/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: UNIDADE DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM KIRCHOFF LTDA – EPP (UNIMAGEM)

CNPJ: 78.735.289/0001-84

Modalidade Processo Licitatório 288/2015 Credenciamento n.º 005/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 04 de novembro de 2019.

Prazo: com vigência até 02 de dezembro de 2020.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 119/2019**

Publicação Nº 2224239

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 119/2019

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: NOVO BRASIL COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA - ME

CNPJ: 28.037.531/0001-78

Objeto: Contratação de serviços de publicidade e propaganda para divulgação, criação e desenvolvimento da campanha do IPTU 2020 do município de Mafra/SC, através da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento.

Processo Licitatório n.º 665/2019; Dispensa Por Justificativa nº 028/2019.

Valor: R\$16.490,00 (Dezesseis mil quatrocentos e noventa reais).

Fundamento Legal: Conforme o art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

Data Assinatura: 21 de outubro de 2019.

Prazo: O presente contrato vigorará até 31/12/2019, com possibilidade de prorrogação desde que devidamente justificado pela autoridade competente, e autorizado pela Secretaria Municipal de Administração.

Dotação Orçamentária:

40 - 1 . 9001 . 4 . 123 . 9 . 2.19 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

# Major Vieira

## PREFEITURA

### DECRETO N. º 1839 DE 25 DE OUTUBRO DE 2.019.

Publicação Nº 2223622

DECRETO N. º 1839 DE 25 DE OUTUBRO DE 2.019.

DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ÁREA PÚBLICA, À LATÍCINIOS LATCO LTDA, PARA PASSAGEM SUBTERRÂNEA DE TUBULAÇÃO PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES ATÉ GALERIA PLUVIAL DESTES MUNICÍPIO.

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI, Prefeito do Município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhes foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Major Vieira e autorização contida na Lei Municipal nº 2468 de 09 de agosto de 2019.

CONSIDERANDO o pedido formulado pela requerente datado de 13 de setembro de 2019, visando à permissão de uso do solo para passagem subterrânea de tubulação, para ligação de sistema de tratamento de efluentes da empresa até o despejo na galeria pluvial do Município; CONSIDERANDO a existência de licença ambiental de operação n. 2819/2019, expedida pelo Instituto do Meio Ambiente; CONSIDERANDO que a permissão de uso está prevista no artigo 103, § 3º, da Lei Orgânica Municipal

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica permitido o uso de área pública, a título precário, à LATÍCINIOS LATCO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 78.900.511/0008-23, com sede na Rodovia SC – 477 – Km 20, neste Município de Major Vieira, SC, para fins de implantação de caixa de passagem e travessia de tubulação sob passeio público, com finalidade de ligação de sistema de efluentes da empresa até a galeria pluvial do Município, em uma área de aproximadamente 85,00 m², neste Município, para atender ao imóvel objeto da planta e licença ambiental nº 2819/2019, tudo em conformidade com o memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 01/2019.

Art. 2º. Da permissão de uso das áreas descritas no artigo anterior, fica a permissionária obrigada à:

- a) não alterar a destinação da área pública, bem como, não cedê-la no todo ou em parte a terceiros;
- b) reconstituir a pavimentação e reparar qualquer dano nas áreas públicas, com o mesmo tipo de material existente no local;
- c) os serviços constantes neste artigo serão executados pelo permissionário ou por empresa devidamente autorizada/credenciada, sob a fiscalização direta que fica condicionada a aprovação dos respectivos técnicos da Administração Pública e deverão ter garantia de 05 (cinco) anos.

Art. 3º. Todos os serviços referentes às obras de infraestrutura nas vias públicas deverão ser executados pelo Método Convencional, devendo o permissionário solicitar autorização junto à Secretaria Municipal de Obras, com 10 (dez) dias de antecedência, para as providências cabíveis no local, e caso seja necessário de reparos, deverão obedecer às disposições do órgão público.

§ 1º A permissionária deverá comunicar imediatamente ao Poder Público Municipal, por qualquer dano causado ao sistema de água, esgoto e eletricidade, para as providências necessárias que correrão as suas expensas por quaisquer danos que possam modificar o estado dos serviços prestados pelo Município, bem como quaisquer danos ou interferências em propriedade particular.

§ 2º A permissionária fica responsável por eventuais sinistros envolvendo terceiros, sendo que o dano sofrido e o resultado obtido em decorrência das obras, objeto deste Decreto, devem ser devidamente por estes comprovados, pelos meios em direito admitidos.

Art. 4º Em caso de não recuperação pela permissionária dos serviços de reparos constantes no processo, a Administração Municipal providenciará a execução dos mesmos, cobrando da permissionária o valor correspondente, inscrevendo-a, se necessário, na dívida ativa.

Art. 5º. Toda e qualquer benfeitoria existente e/ou que vier a ser realizada, mesmo com a anuência da permitente, dentro da área constante neste Decreto, reverterá ao Patrimônio Público Municipal, independentemente de indenização.

Art. 6º. O presente Decreto terá vigência por tempo indeterminado e poderá ser revogado a qualquer tempo, a critério exclusivo da Administração Municipal, sem que caiba a permissionária qualquer tipo de indenização.

ART. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, 25 de outubro de 2019.

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI  
Prefeito

Registrada e publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios no dia 25 de outubro de 2019 e site [www.majorvieira.sc.gov.br](http://www.majorvieira.sc.gov.br) em 08 de outubro de 2019.

Cristiane Rodrigues Siems  
Secretária de Administração



**LEI COMPLEMENTAR Nº 80 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223310

LEI COMPLEMENTAR Nº 80 de 25 de outubro de 2019

**“INSTITUI A OUVIDORIA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O POVO DE MAJOR VIEIRA, por seus representantes na Câmara Municipal de Vereadores, APROVOU, e eu ORILDO ANTONIO SEVERGNINI, Prefeito Municipal em seu nome, SANCIONO a seguinte:

**LEI COMPLEMENTAR**

Art. 1º Fica instituída a Ouvidoria da Câmara Municipal de Major Vieira, como meio de interlocução com a sociedade, constituindo-se em um canal aberto para o recebimento de solicitações, informações, reclamações, sugestões, críticas, elogios e quaisquer outros encaminhamentos relacionados às suas atribuições e competências.

Art. 2º Compete à Ouvidoria da Câmara Municipal de Major Vieira:

- I - receber, analisar, encaminhar e acompanhar as manifestações da sociedade civil dirigidas à Câmara Municipal;
- II - organizar os canais de acesso do cidadão à Câmara Municipal, simplificando procedimentos;
- III - orientar os cidadãos sobre os meios de formalização de manifestações dirigidas à Ouvidoria;
- IV - fornecer informações, material educativo e orientar os cidadãos quando as manifestações não forem de competência da Ouvidoria da Câmara Municipal;
- V - responder aos cidadãos e entidades quanto às providências adotadas em face de suas manifestações;
- VI - auxiliar a Câmara Municipal na tomada de medidas necessárias à regularidade dos trabalhos, bem como no saneamento de violações, ilegalidades e abusos constatados;
- VII - auxiliar na divulgação dos trabalhos da Câmara Municipal, dando conhecimento dos mecanismos de participação social.

Art. 3º A Ouvidoria da Câmara Municipal, diretamente vinculada à Mesa Diretora, será dirigida por um Ouvidor, designado pelo Presidente da Câmara Municipal, dentre os servidores efetivos da Casa, com formação em nível superior, atribuindo-se uma gratificação mensal pelo exercício da função no valor de R\$500,00 (quinhentos reais).

§1º. O valor da gratificação estabelecida no caput será atualizada na revisão geral no mês de fevereiro de cada ano, juntamente com a remuneração dos servidores da Câmara Municipal, sem distinção de índices.

§2º A referida gratificação não se incorporará aos vencimentos do servidor, ficando excluída do cálculo de quaisquer vantagens pecuniárias, bem como do cálculo da contribuição previdenciária.

Art. 4º O Ouvidor, para o exercício de suas funções, terá as seguintes prerrogativas:

- I - requisitar informações às unidades e servidores da Câmara Municipal;
- II - solicitar documentos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições, por intermédio da Presidência da Câmara Municipal.

§ 1º As unidades e servidores da Câmara Municipal terão prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às solicitações encaminhadas pela Ouvidoria, prazo este que poderá ser prorrogado, por igual período, em função da complexidade do assunto.

§ 2º O descumprimento do prazo ou a ausência de resposta deverá ser comunicado ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 5º São atribuições do Ouvidor:

- I - exercer suas funções com independência e autonomia, visando garantir o direito de manifestação dos cidadãos;
- II - remeter para a Mesa Diretora a proposição de medidas para sanar as violações de direito, as ilegalidades e os abusos de poder constatados na Câmara Municipal;
- III - sugerir, quando cabível, a adoção de providências ou apuração de atos considerados irregulares ou ilegais;
- IV - arquivar, de forma fundamentada, reclamação recebida que, por qualquer motivo, não deva ser respondida;
- V - manter sigilo sobre os dados dos usuários dos serviços da Ouvidoria;



VI - promover estudos e pesquisas objetivando o aprimoramento da prestação de serviços da Ouvidoria;

VII - solicitar à Presidência da Câmara o encaminhamento de procedimentos às autoridades competentes;

VIII - solicitar informações quanto ao andamento de procedimentos iniciados por ação da Ouvidoria;

IX - elaborar relatório de gestão anual das atividades da Ouvidoria para encaminhamento ao Presidente da Casa, disponibilizando-os para conhecimento dos cidadãos;

X - incentivar e propiciar aos servidores da Ouvidoria oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento de suas atividades;

XI - propor à Mesa Diretora a elaboração de palestras, seminários e eventos técnicos com temas relacionados às atividades da Ouvidoria;

XII - organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas.

Parágrafo único. O relatório de gestão de que trata o inciso IX do caput, que será publicado no mês de janeiro de cada ano, deverá indicar, ao menos:

I - o número de manifestações recebidas no ano anterior;

II - os motivos das manifestações;

III - a análise dos pontos recorrentes;

IV - as providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

Art. 6º A Ouvidoria encaminhará resposta conclusiva ao cidadão, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, prorrogável, mediante justificativa, por mais (dez) dias, a contar do recebimento da manifestação.

§ 1º Será considerada conclusiva a resposta que oferecer ao interessado a análise prévia realizada, bem como as medidas requeridas às áreas internas, ou a justificativa no caso de impossibilidade de fazê-lo.

§ 2º A contagem de início e término do prazo de resposta será prorrogada para o dia útil subsequente, nos dias e horários em que a Câmara Municipal não estiver em funcionamento.

§ 3º Em não sendo possível oferecer resposta conclusiva no prazo estabelecido no caput, a ouvidoria oferecerá, mensalmente, resposta intermediária, informando acerca da análise prévia, dos encaminhamentos realizados e das etapas e prazos previstos para o encerramento do processamento da sugestão.

Art. 7º A Câmara Municipal deverá colocar à disposição do usuário formulário simplificado e de fácil compreensão para a apresentação das manifestações dirigidas à Ouvidoria.

Art. 8º Os procedimentos administrativos relativos à análise das manifestações observarão os princípios da eficiência e da celeridade, visando a sua efetiva resolução.

Parágrafo único. A efetiva resolução das manifestações dos usuários compreende:

I - recepção da manifestação no canal de atendimento adequado;

II - emissão de comprovante de recebimento da manifestação; III - análise e obtenção de informações, quando necessário;

IV - decisão administrativa final;

V - ciência ao usuário.

Art. 9º A Ouvidoria receberá e registrará as manifestações anônimas que pela descrição dos fatos forneçam indícios suficientes à verificação de sua verossimilhança.

§ 1º Caso não haja indícios suficientes à verossimilhança da denúncia anônima, o Ouvidor deverá arquivá-la, fundamentando sua decisão.

§ 2º O denunciante anônimo não receberá número de protocolo e nem resposta da Ouvidoria.

Art. 10. A Câmara Municipal garantirá o acesso do cidadão à Ouvidoria por meio de canais de comunicação ágeis e eficazes, tais como:

I - acesso por meio de página eletrônica da Câmara Municipal na rede mundial de computadores, contendo formulário específico para o registro de manifestações;

II - serviço de atendimento presencial, na sede do Poder;

III - serviço de atendimento por telefone.

Parágrafo único. Para garantir a efetividade de suas atribuições, a Ouvidoria poderá condicionar o seguimento da solicitação à apresentação de documentos.

Art. 11. A Câmara Municipal de Major Vieira dará ampla divulgação da existência da Ouvidoria e suas respectivas atividades pelos meios de comunicação utilizados pela Casa.

Art. 12. A Ouvidoria da Câmara Municipal de Vereadores de Major Vieira adotará o Sistema E-Ouv do Governo Federal, através de Termo de Adesão

Art. 13. As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão por conta de verba própria do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, SC, 25 de outubro de 2019.

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI  
PREFEITO

Esta Lei foi registrada e Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios no dia 25/10/2019 e site [www.majorvieira.sc.gov.br](http://www.majorvieira.sc.gov.br) em 25/10/2019

CRISTINE RODRIGUES SIEMS  
Secretária de Administração

# Maracajá

## PREFEITURA

### ATA Nº 06 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/FMS/2019

Publicação Nº 2223718

ATA 06

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/FMS/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em sistemas de informática, para provimento de gestão da saúde do município de Maracajá, através da locação de sistema 100% web, incluindo serviços de implantação, migração, treinamento, suporte, manutenção, hospedagem em nuvem e licença de software.

Às quatorze horas e trinta minutos, do dia onze, do mês de novembro, do ano de dois mil e dezenove, na Sala de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município de Maracajá/SC, reuniram-se a Pregoeira e Equipe de Apoio do Município, designada pelo Decreto nº 14/2019, para processamento e prosseguimento do Pregão Presencial nº 009/FMS/2019. Aberto os trabalhos pela Pregoeira, a mesma informou que diante da desclassificação da empresa Branet Gestão de logística em Saúde Ltda, foi marcado nova data para abertura do envelope número 02 da empresa CELK SISTEMAS LTDA, bem como negociar o preço por ela ofertado. Estavam-se presentes na sessão o representante legal da empresa CELK SISTEMAS LTDA, Sr. Rafael Bitencourt Cabra, da empresa BRANET GESTÃO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE LTDA ME, Sr. Sônio da Rosa Scheper e o Diretor do Departamento de Saúde, Sr. Diogo Copetti Silveira. Franqueada a palavra aos presentes, o representante legal da empresa CELK SISTEMAS LTDA, informou que consegue baixar apenas R\$ 300,00 (trezentos reais), ou seja, sua proposta final é de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais). Ato contínuo, foi aberto o envelope número 02 – Documentos de Habilitação -, verificou-se que as certidões estadual, FGTS e falência, concordara e recuperação judicial estavam, na data de hoje, estavam vencidas. Todavia, em 10/10/2019, data da primeira sessão, estavam em plena validade. Sendo assim, foi impresso nos respectivos sites as certidões negativas. Os demais documentos estavam de acordo com os requisitos exigidos pelo Edital. Ficam os presentes, representantes das empresas BRANET e CELK, notificados para a prova de conceito/certificação (item 39.1, Anexo II, do Edital), que será no dia 13/11/2019 (quarta-feira), às 09h00min. Foi data a palavra aos presentes, mas não houve intenção de manifestação. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão às 15h20min. e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio. Maracajá, 11 de novembro de 2019.

GRASIELA BECKER	ODÉCIA A. DE SOUZA DA SILVA	RAFAELA ROCHA DE OLIVEIRA
PREGOEIRA	EQUIPE DE APOIO	EQUIPE DE APOIO

### CONTRATO ADM. SER. TEMP. Nº 128/2019

Publicação Nº 2223955

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 0128/2019.

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Maracajá e Daniela Santos de Oliveira, com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei COMPLEMENTAR nº 02 de 07 DE OUTUBRO de 1997 e, em concordância com o processo seletivo simplificado nº 002/2018.

Pelo presente instrumento, o Município de Maracajá, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 530, neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, representado por seu Prefeito, Arlindo Rocha, CPF nº 594.699.279-15, Carteira de identidade nº 1.975.650, a seguir denominado CONTRATANTE e Daniela Santos de Oliveira, brasileiro(a), solteiro(a), portador(a) do CPF nº 048.406.089-97, Carteira de Identidade nº 4.098.029, residente e domiciliado(a) no Município de Araranguá, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO, resolvem firmar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, especificamente na prestação de serviços no cargo de Professor de Series Iniciais da Rede Municipal de Ensino Escolar, com carga horária de 40 horas semanais, devidamente comprovada pelos meios utilizados para apuração e controle de freqüência.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da contratação de pessoal de que trata o presente Contrato, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, respeitando o limite de gastos com pessoal estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará a partir de 04 de Novembro de 2019 à 13 de Dezembro de 2019, ou até enquanto durar o afastamento da professora Luciane Claudino Alixandrino.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES**

O Contratado exercerá as atribuições inerentes a função, comprometendo-se a executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata, conforme normas e regulamentos estabelecidos pela Administração Municipal, conforme autorização contida na Lei Complementar nº 02/1997.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES**

O Contratado se compromete a desempenhar suas atribuições com atenção aos seguintes deveres:

- a) Ter conduta ilibada;
- b) Cultivar assiduidade e pontualidade no trabalho;
- c) Cumprir as ordens superiores, salvo se ilegais;
- d) Haver-se, em relação aos companheiros de trabalho, com espírito de cooperação e solidariedade;
- e) Tratar os administrados com urbanidade e sem preferências;
- f) Frequentar os cursos legalmente instituídos para seu aprimoramento;
- g) Aplicar, com constantes atualizações os processos de educação e aprendizagem que lhe forem transmitidos em decorrência de suas funções;
- h) Apresentar-se decentemente trajado;
- i) Comparecer às comemorações cívicas e participar das atividades extracurriculares;
- j) Levar ao conhecimento da autoridade superior competente as irregularidades de que tiver conhecimento em razão da função;

**CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO**

Pelo serviço acima mencionado e prestado, o Contratado receberá como retribuição pelos serviços prestados a quantia de R\$ 2.375,35 (Dois mil e trezentos e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)) mensais, pagos em moeda corrente nacional, até o 5º dia útil de cada mês subsequente, acrescido das vantagens e adicionais que sejam inerentes a função exercida.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DISCIPLINAR**

O Contratado se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do Contratante, respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao Contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO**

O presente contrato extinguir-se-á na data prevista para o seu término, ou de sua prorrogação, sem qualquer indenização, podendo ser rescindido a qualquer tempo nas seguintes condições:

I - Qualquer das partes que desejar, antes de seu término previsto na cláusula terceira, mediante comunicação a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

II - sumariamente pelo Contratante, sem que ao Contratado caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o Contratado incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 02/1997) puníveis com a pena de demissão.

III – pelo Contratado, com direito à indenização no valor equivalente a um mês de remuneração a que teria direito, quando não cumprir o Contratante as obrigações do contrato.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao Contratado, nos casos e termos previstos na Lei Municipal que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais – Lei Complementar nº 02/1997.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Araranguá para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelos meios administrativos.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Maracá/SC, 04 de Novembro de 2019.

ARLINDO ROCHA Prefeito Municipal	Daniela Santos de Oliveira
-------------------------------------	----------------------------

Testemunhas:

Marcelo Martinelli CPF 812.053.509-00	Alcir Dalmolim da Silva CPF 725.994.309-25
--	---

**LEI Nº 1177**

Publicação Nº 2223978

LEI Nº 1177 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI O SERVIÇO VOLUNTÁRIO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DISCIPLINADO SUA PRESTAÇÃO NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o serviço voluntário no âmbito do Poder Executivo do Município de Maracajá com o objetivo de estimular e fomentar ações voluntárias de cidadania e envolvimento comunitário, ficando sua prestação disciplinada por esta Lei.

Art. 2º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a Prefeitura Municipal de Maracajá, personalidade jurídica do Poder Executivo do Município de Maracajá.

Art. 3º O serviço voluntário não gera vínculo funcional ou empregatício com o Poder Executivo Municipal, nem qualquer obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 4º Fica vedado:

I - o exercício do trabalho voluntário que substitua o de qualquer categoria profissional, servidor ou empregado público vinculado ao Poder Executivo Municipal;

II - o repasse ou concessão de quaisquer valores ou benefícios aos prestadores de serviço voluntário, ainda que a título de ressarcimento de eventuais despesas.

Art. 5º Previamente à admissão de prestadores de serviços voluntários, a Secretaria de Administração deverá consultar o Setor de Pessoal e Recursos Humanos quanto à correspondência ou não dos serviços a serem prestados pelos voluntários, por área de atuação, com qualquer atribuição própria de categoria profissional, servidor ou empregado público municipal.

Parágrafo único - Para os fins do disposto no caput deste artigo, a consulta deverá ser instruída com a descrição pormenorizada das atividades a serem desenvolvidas pelos prestadores de serviços voluntários.

Art. 6º A prestação de serviço voluntário será precedida da celebração de Termo de Adesão entre o Poder Executivo Municipal e o prestador do serviço voluntário.

Parágrafo único - O Termo de Adesão só poderá ser formalizado após a verificação da idoneidade do candidato à prestação de serviço voluntário e da regularidade da sua documentação civil.

Art. 7º No Termo de Adesão a que se refere o Art. 6º, deverão constar, no mínimo:

I - nome e qualificação completa do prestador de serviços voluntários;

II - local, prazo, duração semanal e diária da prestação do serviço;

III - definição e natureza das atividades a serem desenvolvidas;

IV - direitos, deveres e proibições inerentes ao regime de prestação de serviços voluntários;

V - ressalva de que o prestador de serviços voluntários é responsável por eventuais prejuízos que, por sua culpa ou dolo, vier a causar ao Poder Executivo Municipal e a terceiros, respondendo civil e penalmente pelo exercício irregular de suas funções, inclusive quando o dano decorrer da interrupção, sem a prévia e expressa comunicação de que trata o parágrafo único deste artigo, da prestação dos serviços a que voluntariamente tenha se comprometido; e

VI - demais condições, direitos, deveres e vedações previstos nesta Lei.

Parágrafo único - A duração semanal e diária da prestação do serviço voluntário poderão ser livremente ajustadas entre o órgão municipal e o voluntário, de acordo com as conveniências de ambas as partes.

Art. 8º A prestação de serviços voluntários terá prazo de duração de até um ano, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Prefeitura Municipal ao qual estará vinculado o serviço mediante termo aditivo.

Parágrafo único - O Termo de Adesão poderá ser unilateralmente rescindido pelas partes, a qualquer tempo, mediante prévia e expressa comunicação.

Art. 9º São direitos do prestador de serviços voluntários:

I - escolher uma atividade com a qual tenha afinidade;

II - receber orientações para exercer adequadamente suas funções; e

III - encaminhar sugestões e/ou reclamações ao responsável pelo corpo de voluntários da Prefeitura Municipal de Maracajá, visando o aperfeiçoamento da prestação dos serviços.

Art. 10. São deveres do prestador de serviços voluntários, dentre outros, sob pena de desligamento:

I - manter comportamento compatível com sua atuação;

II - desempenhar as atividades a que esteja capaz;

III - identificar-se, mediante o uso do crachá que lhe for entregue, caso seja fornecido, nas dependências da Prefeitura Municipal de Maracajá onde exerce suas atividades ou fora dela, quando a seu serviço;

IV - tratar com urbanidade o corpo de servidores públicos municipais do órgão ou entidade no qual exerce suas atividades, bem como os demais prestadores de serviços voluntários e o público em geral;

V - exercer suas atribuições conforme o previsto no Termo de Adesão, sempre sob a orientação e coordenação do responsável designado pela Secretaria de Administração;

VI - justificar as ausências nos dias em que estiver escalado para a prestação de serviço voluntário;

VII - reparar danos que, por sua culpa ou dolo, vier causar ao Poder Executivo Municipal, na execução dos serviços voluntários;  
VIII - respeitar e cumprir as normas legais e regulamentares, bem como observar outras vedações que vierem a ser impostas pela Prefeitura Municipal.

Art. 11. É vedado ao prestador de serviços voluntários:

I – se servidor público municipal, exercer suas funções de voluntariado dentro do seu período de trabalho (jornada diária);

II - identificar-se invocando sua condição de voluntário quando não estiver no pleno exercício das atividades voluntárias na Prefeitura Municipal; e

III - receber, a qualquer título, remuneração ou ressarcimento pelos serviços prestados voluntariamente.

Art. 12. Será desligado do exercício de suas funções o prestador de serviços voluntários que descumprir qualquer das normas previstas nesta Lei.

Parágrafo único - Fica vedada a readmissão de prestador de serviços voluntários desligado na forma deste artigo.

Art. 13. Mediante ato próprio, incumbirá à Secretaria de Administração, por meio do Setor Pessoal e de Recursos Humanos:

I - dispor sobre a organização e o gerenciamento do corpo de prestadores de serviços voluntários sob suas respectivas responsabilidades;

II - estabelecer as atividades que poderão ser exercidas voluntariamente sem que ocorra a substituição de trabalho próprio de qualquer categoria profissional, servidor ou empregado público vinculado ao Poder Executivo do Município de Maracajá, observado o disposto no Art. 5º;

III - fixar, quando for o caso, outros requisitos a serem satisfeitos pelos prestadores de serviço voluntário em razão de eventuais especificidades de cada órgão ou entidade; e

IV - aprovar modelo interno de Termo de Adesão à Prestação de Serviço Voluntário com conteúdo que contemple o disposto nesta Lei e atenda suas necessidades específicas.

Parágrafo único - Caberá ainda a Secretaria de Administração, por meio do Setor Pessoal e de Recursos Humanos, manter banco de dados atualizado de seus prestadores de serviços voluntários que contenha, no mínimo, nome, qualificação, endereço residencial, data de admissão, atividades desenvolvidas, bem como data e motivo da saída do quadro de voluntários.

Art. 14. O prestador de serviço voluntário terá livre acesso as dependências da Prefeitura Municipal, mesmo fora do horário de expediente do Poder Executivo, desde que autorizado pelo seu coordenador (a), Secretário (a) de Administração ou Prefeito Municipal.

§ 1º O serviço voluntário poderá ser prestado, nas dependências da Prefeitura Municipal, fora do horário de expediente do Poder Executivo para que o prestador não conflite o horário de seu voluntariado com sua jornada de trabalho diária.

§ 2º No cumprimento do caput deste artigo, quando autorizado pelo coordenador(a), Secretário (a) de Administração ou Prefeito Municipal, o prestador do serviço voluntário poderá desempenhar suas atividades de voluntariado sem a presença de outros servidores, ficando este responsável pela abertura e fechamento da Prefeitura e desde que não permita a entrada de pessoas estranhas.

Art. 15. Ao término da prestação dos serviços voluntários, desde que não inferior a período de um mês, deverá a Prefeitura municipal, a pedido do interessado, emitir declaração de sua participação no serviço voluntário instituído por esta Lei.

Art. 16. A Secretaria de Administração deverá designar, para coordená-lo, funcionário de seu quadro de pessoal, ao qual competirá zelar pelo fiel cumprimento das normas constantes desta Lei sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 17. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 08 de Novembro de 2019.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 08 de Novembro de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT vitali

Secretária de Administração

## LEI Nº 1178

Publicação Nº 2223986

LEI Nº1178 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE DIÁRIAS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, SECRETÁRIO, ASSESSORES, DIRETORES, CHEFES DE DEPARTAMENTO E SERVIDORES MUNICIPAIS, REVOGA A LEI Nº 728, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e fica sancionada a presente lei.

Art. 1º Fica concedido ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário, Assessores, Diretores, Chefes de Departamento e Servidores Municipais, quando se deslocarem temporariamente, para fora do território municipal a serviço do Município, diária para custear as despesas de alimentação e hospedagem, quando ocorrer o pernoite no local de destino.

§ 1º Os valores das diárias serão os seguintes:



Nomenclatura	No Estado	Fora do Estado	Distrito Federal
Prefeito	R\$ 436,00	R\$ 581,00	R\$ 864,00
Vice-Prefeito	R\$ 436,00	R\$ 581,00	R\$ 864,00
Secretário Municipal, Diretores e Assessores	R\$ 261,00	R\$ 392,00	R\$ 553,00
Chefes de Departamento	R\$ 194,00	R\$ 227,00	R\$ 351,00
Demais Servidores	R\$ 130,00	R\$ 194,00	R\$ 313,00

§ 2º Os valores das diárias serão corrigidos mediante lei específica..

Art. 2º Em caso de deslocamento temporário do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário, Assessores, Diretores, Chefes de Departamento e Servidores Municipais, para fora do território municipal a serviço do Município, quando não houver pernoite no local de destino, será realizado apenas o reembolso das despesas com alimentação, mediante apresentação de documento e/ou cupom fiscal emitido no local que fora realizado trabalho e comprovação das atividades realizadas, limitado a 30% do valor estipulado para diária.

Parágrafo único - Não será permitido o reembolso de despesas extras, como por exemplo: bebidas alcoólicas, cigarros, balas e guloseimas e despesas equivalentes.

Art. 3º A comprovação das despesas será realizada mediante apresentação do roteiro de viagem pelo interessado, devidamente autorizado pela autoridade competente, juntando o cupom ou nota fiscal que comprove a sua efetivação, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do dia subseq-ente ao retorno.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do elemento 3.3.90.14.00 – Diárias – Civil, do orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº. 728, de 4 de dezembro de 2007.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 08 de Novembro de 2019.

Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 08 de Novembro de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT vitali  
Secretária de Administração

## LEI Nº 1179

Publicação Nº 2223992

LEI Nº 1179 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA CASA DO AGRICULTOR DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e fica sancionada a presente lei.

Art.1º - A Casa do Agricultor passa a denominar-se Casa do Agricultor Antonio Lucas Felisberto.

Art.2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder às alterações nos mapas e indicativos referenciais do Município de acordo com os dispositivos desta lei.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 08 de Novembro de 2019.

Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 08 de Novembro de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT vitali  
Secretária de Administração



**PORTARIA 243/2019**

Publicação Nº 2223930

Portaria Nº 243, de 4 de novembro de 2019.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 1º de novembro de 2019 a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, ZULMARA ALEXANDRINO FERNANDES FIGUEREDO, CPF 021.749.189-86, matrícula Nº 2604, nascida em 28 de abril de 1977.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial o Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 126/2019.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de novembro de 2019.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de novembro de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

**PORTARIA 244/2019**

Publicação Nº 2223931

Portaria Nº 244, de 11 de novembro de 2019.  
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Merendeira - ACT, EDNA SANTANA SILVEIRA, CPF 036.576.199-09, matrícula Nº 2504, nascida em 13 de abril de 1983.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial o Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 042/2019.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 11 de novembro de 2019.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de novembro de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 672/2019

Publicação Nº 2222768

DECRETO Nº 672, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 207/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 28 de outubro a 20 de dezembro de 2019, TATIANE CYBULSKI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 082.623.709-61, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil CAIC, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de novembro de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### DECRETO Nº 673/2019

Publicação Nº 2222839

DECRETO Nº 673, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora pública municipal SIMONE RODRIGUES FELIPPIN, ocupante do cargo de Técnico em Saúde Bucal, 40 horas semanais, a partir de 4 de novembro.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 4 de novembro de 2019.

Maravilha – SC, 6 de novembro de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 674/2019**

Publicação Nº 2222948

DECRETO Nº 674, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária emergencial por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

O gozo de férias das servidoras Mariane, Diângela e Geneci que atuam como atendentes na farmácia da Unidade de Saúde Centro I,

Que a prescrição de medicamentos não pode ser interrompida,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período de 4 de novembro de 2019 de 4 de fevereiro de 2020, SIMONE CRISTINA DALMAS SARTORI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 036.647.959-89, para ocupar o cargo de Farmacêutica, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 4 de novembro de 2019.

Maravilha – SC, 6 de novembro de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 675/2019**

Publicação Nº 2222995

DECRETO Nº 675, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária emergencial por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

A exoneração da servidora Suzana Braga,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período de 5 de novembro de 2019 de 5 de fevereiro de 2020, MARIZANGELA RAQUEL BRUCH, brasileira, inscrita no CPF sob nº 040.614.429-02, para ocupar o cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de novembro de 2019.

Maravilha – SC, 6 de novembro de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 676/2019**

Publicação Nº 2223017

DECRETO Nº 676, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme art. 12, inciso II da Lei Complementar 003/2002,

CONSIDERANDO,

O Concurso Público Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto nº 664, de 29 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada SIMONE RODRIGUES FELIPPIN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 935.776.300-78, para ocupar o cargo de Técnico em Saúde Bucal, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de novembro de 2019.

Maravilha – SC, 6 de novembro de 2019.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 677/2019**

Publicação Nº 2223025

DECRETO Nº 677, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora pública municipal BEATRIZ GOES MENDONÇA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de novembro de 2019.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 678/2019**

Publicação Nº 2223027

DECRETO Nº 678, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme art. 12, inciso II da Lei Complementar 003/2002,

CONSIDERANDO,

O Concurso Público Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto nº 664, de 29 de outubro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada CAMILA SILVEIRA DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 023.723.730-05, para ocupar o cargo de Técnico em Saúde Bucal, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de novembro de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 679/2019**

Publicação Nº 2223037

DECRETO Nº 679, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprova unificação de imóveis urbanos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: Parte do Lote "B", Parte do Lote Urbano nº (36), com área total de (600,00 m²), sem edificação; e Parte do Lote Urbano nº (35), com área total de (1.200,00 m²), com edificação, sendo um edifício de alvenaria, com 9 pavimentos, com área construída de 6.677,13 m², que recebeu o nº 1067, coberto de telhas de fibrocimento e laje; ambos da Quadra nº (17), desta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, objetos das Matrículas nºs 22.736 e 18.999 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, respectivamente, de propriedade de Safira Incorporadora Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Maravilha, nº 456, Apto. 302, Bloco B, Edifício Jordana, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.044.962/0001-45, conforme mapa, memorial descritivo e ART assinados pelo Engenheiro Civil Rudimar Norton Begrow, CREA/SC 18.993-3, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

**DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO:**

Parte do Lote Urbano nº (35), e Parte do Lote "B", Parte do Lote Urbano nº (36), da Quadra nº (17), desta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com as áreas respectivas de (1.200,00 m² e 600,00 m²), perfazendo a área total de (1.800,00 m²), com edificação, sobre a parte do Lote Urbano nº (35), sendo um edifício de alvenaria, com 9 pavimentos, com área construída de 6.677,13 m², que recebeu o nº 1067, coberto de telhas de fibrocimento e laje; Confrontando em conjunto:- ao Norte, com a Avenida Padre Antônio, na extensão de 37,50 metros;- ao Sul, na extensão de 37,50 metros, com a Rua Portugal, com o lote urbano nº (1) e com parte do lote urbano nº (2), ambos da quadra nº (1), Loteamento Nosso Sonho, de Município de Maravilha - M. 21.518 e M. 21.519, respectivamente;- ao Leste, com o lote urbano nº (34-B), de Ilaine dos Santos - M. 12.680, na extensão de 48,00 metros;- ao Oeste, com os lotes urbanos "C" e "D", partes do lote "A", partes do lote urbano nº (36), da quadra nº (17), na extensão de 48,00 metros, de Paulo Antônio Canzi - M. 26.210, e de Delci Nair Valgoi Alves Rodrigues - M. 26.211, respectivamente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o decreto nº 652, de 21 de outubro de 2019.

Maravilha – SC, 11 de novembro de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda Registrado e publicado na data supra.

**LEI 4.138/2019**

Publicação Nº 2222605

LEI Nº 4.138, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei, autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 183.561,00 (cento e oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e um reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.03 – Departamento de Cultura

13 - Cultura

13.392 – Difusão Cultural

13.392.0009 – Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.392.0009.2.024 – APOIO A CULTURA EM GERAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

R\$: 157.561,00 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e um reais)

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.03 – Departamento de Cultura

13 - Cultura

13.391 – Patrimônio histórico, Artístico e Arqueológico

13.391.0009 – Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.391.0009.1.031 – CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CULTURA

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

R\$: 20.000,00 (vinte mil reais)

13.391.0009.2.145 – MANUTENÇÃO DO MUSEU E CASA DO ARTESANATO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

R\$: 9.870,00 (nove mil, oitocentos e setenta reais)

13.392 – Difusão Cultural

13.392.0009 – Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.392.0009.1.029 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

R\$: 148.691,00 (cento e quarenta e oito mil, seiscentos e noventa e um reais)

13.392.0009.2.025 – AMPLIAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

R\$: 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente, observado ainda o Plano de Trabalho apresentado pelo Departamento de Cultura do Município no Ofício nº 23/2019, o qual consta do anexo I desta Lei. NR

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de novembro de 2019.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Anexo I

## **LEI Nº 4.137/2019**

Publicação Nº 2222601

LEI Nº 4.137, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei, autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

08.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

08.01 – Departamento da Indústria e Comércio

23 – Comércio e Serviços

23.691 – Promoção Comercial

23.691.0015 – Apoio a Indústria e ao Comércio

23.691.0015.2.052 – REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

08.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

08.02 – Departamento do Turismo

23 – Comércio e Serviços

23.695 – Turismo

23.695.0016 – Desenvolvimento do Turismo Municipal

23.695.0016.1.080 – CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de novembro de 2019.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.



**LEI Nº 4.139/2019**

Publicação Nº 2222706

LEI Nº 4.139, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Orçamento do Município de Maravilha, para o exercício de 2020, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

**I – DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei, e que conterà ainda:

- I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita.
- II – Anexo I.2 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa.
- III – Anexo I.2.1 – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos.
- IV – Anexo I.2.2 – Tabela da Identificação da Destinação de Recursos.
- V – Anexo I.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário.
- VI – Anexo I.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal.
- VII – Anexo I.5 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida.
- VIII – Anexo I.6 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos.
- IX – Anexo I.7 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
- X – Anexo I.8 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
- XI – Anexo I.9 – Demonstrativo dos Riscos Fiscais.

**II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020, são aquelas definidas e demonstradas no ANEXO II desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 219/2004.

§ 2º A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura, sendo que os Fundos Municipais Integrarão o Orçamento Geral do Município como Unidades Orçamentárias distintas na Secretaria aos quais estão vinculados.

Parágrafo único. O Município, por meio de Lei específica, poderá criar Autarquias e Fundações cujos objetivos sejam a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei de criação.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 219/2004 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para o exercício de 2019 (Art. 5º, III da LRF)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF).

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2020 (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para o exercício de 2020 (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2018, identificando o estoque da Dívida Ativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2017, 2018 e 2019, previsão para, 2020, 2021 e 2022. (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de

2017, 2018 e 2019. (Art. 20 e 48 da LRF)

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT)

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde; (Art. 77 dos ADCT)

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2020 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO I.9 desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2020.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17. Os orçamentos para o exercício de 2020 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,24% (zero vírgula vinte e quatro por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III.

(Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2020, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 20. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 21. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2020, constantes do ANEXO I.7 desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 23. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 24. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Art. 25. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 26. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 27. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Parágrafo único. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 29. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2



das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 30. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO I.2, e contemplados na Lei Orçamentária para 2020, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 31. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32. A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 33. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2020 ou em créditos adicionais.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 37. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras.
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 38. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Maravilha, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 40. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 41. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 42. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o dia 31/10/2019, conforme prazo estabelecido na Lei Municipal nº 2.328/97, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2019.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei.

Art. 43. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2020.

Art. 46. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 47. Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 4 de novembro de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

#### PROCESSO LICITATÓRIO N. 153/2019

Publicação Nº 2223858

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 153/2019 – Modalidade de Pregão Presencial n. 076/2019

O Senhor Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha, SC, AIRTO GONÇALVES, juntamente com o pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço – SRP, a aquisição de abrigo para passageiros, conforme a necessidade do Município de Maravilha - SC, tipo menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/2006, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 14h do dia 25 de novembro de 2019, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 11 de novembro de 2019. AIRTO GONÇALVES – Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo.

# Marema

## PREFEITURA

### DECRETO N.157/2019

Publicação Nº 2223059

Decreto n.157/2019

de 06/11/2019

HOMOLOGA A ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB NO MUNICIPIO DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica do Município de Marema, com a Lei Federal n. 11.494/2007, Lei Municipal n. 755/2007 de 17/04/2007 c/c Lei Municipal n. 773/2007 e CONSIDERANDO a indicação pelas respectivas representações.

#### DECRETA

Art. 1º Fica homologado a escolha dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, no âmbito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, conforme segue:

#### Representantes Governamentais:

1) Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Juliane Zanchin - CPF nº: 082.028.579-02

Suplente: Rosani Bussolaro - CPF nº 023.236.359-56

2) Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Marciane Chitolina Bello - CPF nº 029.335.919-95

Suplente: Flaviane Zanchim - CPF nº 082.127.539-99

3) Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Vanderleia Carneiro - CPF nº 102.807.059-48

Suplente: Marilete Maria Rampazzo Maróstica - CPF nº 006.083.769-14

4) Representantes da Educação Básica Pública

Titular: Andressa Casaril - CPF nº 103.263.189-92

Data de nascimento: 07/08/1999;

Suplente: Helliton André Caregnatto - CPF nº 106.850.299-13

Data de nascimento: 14/09/1997;

Titular: Tania Sinski - CPF nº 108.387.999-57

Data de nascimento: 28/01/1998;

Suplente: Jaqueline Maria Bortolon - CPF nº 103.288.969-18

Data de nascimento: 16/02/1997;

5) Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Titular: Beatriz Bettú Nossal - CPF nº 053.434.099-70

Suplente: Sidinei Lunardi - CPF nº 019.573.959-07

Titular: Franciele Geremia - CPF nº 035.824.299-11

Suplente: Fabiano Vicelli Della Betha - CPF nº 046.754.769-61

6) Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Nandria Nervis - CPF nº 023.804.859-41

Suplente: Caroline Zuffo - CPF nº 087.964.099-59

7) Representante da Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional Equivalente.

Titular: Lucelia Caregnatto - CPF nº 008.538.929-38

Suplente: Cleuza Tomé Foppa - CPF nº 645.933.049-20

8) Representantes dos Servidores Técnico - Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Creusa Maran - CPF nº 019.706.659-39

Suplente: Sirlei Ines Gewehr Tonetti - CPF nº 025.923.769-84

Art. 2º - Fica homologado os membros que fazem parte da direção do Conselho do FUNDEB, eleitos pelos conselheiros, em reunião do colegiado, especialmente designada para esse fim, e serão renovados periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros, conforme segue:



- Presidente: Vanderleia Carneiro – CPF nº 102.807.059-48
- Vice-Presidente: Lucelia Caregnatto – CPF nº 008.538.929-38

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 157/2017 de 20/11/2017.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos a contar de 22/11/2019.

Gabinete do Prefeito, em 06 de novembro de 2019.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

ELIAMARA BALBINOT

Recursos Humanos

# Massaranduba

## PREFEITURA

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 94.2019 (CIMVI) MARCOS TROJAN ENGENHARIA E GEOTECNIA LTDA

Publicação Nº 2224348

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 94/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAAGEM.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, nº 2765, na cidade de Massaranduba, neste Estado, representado por seu Prefeito, Sr. Armino Sesar Tassi, abaixo denominado CONTRATANTE e MARCOS TROJAN ENGENHARIA E GEOTECNIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 11.021.594/0001-33, sediada a Rua Marcilio Dias, nº 468, Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, CEP 89.218-005, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). Pâmela Fermio Campioli, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o Nº 102.962.749-50 e no RG sob o Nº 6077720 SSP/SC, abaixo denominada CREDENCIADA, resolvem, de comum acordo e com fundamento na Lei nº. 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, tudo de conformidade com o Edital de Credenciamento nº 011/2019, anexos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

Pelo presente instrumento fica a CREDENCIADA apta a plena e total execução dos serviços de ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS ARQUITETÔNICOS, COMPLEMENTARES E AFINS (ITEM 3.3), SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM INVESTIGAÇÃO GEOTÉCNICA (ITEM 3.5) e SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM GEOLOGIA (ITEM 3.6) para atender, em regime de rodízio, a demanda de mão de obra especializada para prestação de serviços ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAAGEM, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Credenciamento nº 011/2019.

A prestação dos serviços constantes deste instrumento observará obrigatoriamente todos os detalhamentos, valores/preços de referência, condições, descrições e demais disposições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 011/2019, Termo de Referência, Anexos do presente instrumento e aquelas estabelecidas pelo MUNICÍPIO.

Esta prestação de serviços abrange a execução, pela CREDENCIADA, de todos os serviços/atos/procedimentos que se fizerem necessários ao pleno, total e integral cumprimento do objeto constante deste instrumento e do Edital de Credenciamento nº 011/2019, Termo de Referência, Anexos e do presente instrumento e dar-se-á nas formas e condições estabelecidas.

O presente contrato, Edital de Credenciamento nº 011/2019, Termo de Referência, Anexos e do presente instrumento. São complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

O Presente contrato é formalizado especificamente para a prestação dos serviços conforme quantitativo, descritivo e valores abaixo mencionados:

#### 5. SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO GEOTÉCNICA

##### 5.1 COMPACTAÇÃO E ÍNDICE DE SUPORTE CALIFÓRNIA (ISC)

Extensão da via acima de 1000m

Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Ensaio de Compactação e Índice de Suporte Califórnia (ISC) em logradouros e rodovias. As coletas deverão ser realizadas a cada 100m, em 2 profundidades: a 20cm e a 80cm do leito natural da via.	Ensaio	3	670,00	2.010,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PROFISSIONAIS E RESPONSABILIDADES

O objeto deverá ser total, integral e exclusivamente executado e realizado pela CREDENCIADA, sem quaisquer restrições. A CREDENCIADA se compromete a apresentar todo o aparato e toda a estrutura, sejam elas de que natureza forem, necessárias à execução do objeto, em pleno e total funcionamento.

Toda a execução do objeto dar-se-á obrigatoriamente através de profissional devidamente habilitado, capacitado, , equipado (inclusive no que tange aos itens de proteção, quando necessário) e regularmente inscrito junto ao órgão competente (quando necessário), cumpridas todas as demais obrigações, atribuições e requisitos constantes do Edital de Credenciamento nº 011 /2019, Anexos e no presente instrumento.

Os serviços serão executados pela CREDENCIADA nos termos estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 011 /2019, em especial as exigências constantes dos anexos do edital:

2.1. Os serviços somente poderão ser prestados com o recebimento da respectiva Ordem de Serviço, sendo vedado o início das atividades quando não apresentado o documento.

2.2. Fica estabelecido que os serviços serão prestados:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade do serviço, quantidade do material e aceitação.

2.2.1 - Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

2.2.2 - Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, Ata de Registro de Preços, Minuta do Contrato e na Lei.

2.2.3 - O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades.

2.2.4 - Por ocasião da prestação dos serviços, o CONTRATANTE, por intermédio de funcionário designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações dos objetos licitados, obrigando-se a proponente vencedora a promover as devidas substituições no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data de comunicação à proponente vencedora, sem qualquer ônus para o Município.

É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CREDENCIADA, a prestação e o cumprimento de todos os serviços, fornecimento de toda mão de obra, pessoal, equipamentos, materiais e produtos necessários à plena execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes do Edital de Credenciamento nº 011/2019, Planilhas, Termo de Referência, Calendário, Anexos e do presente instrumento, bem como arcar, de forma única e exclusiva, com todos e quaisquer encargos trabalhistas, fiscais, securitário, previdenciário, social, tributário, comercial ou de outra natureza (inclusive FGTS, INSS, PIS, SEGURO e outros), resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou terceiro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

O CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, durante todo o prazo contratual, para cada serviço efetivamente realizado, os valores constantes da planilha de descrição dos serviços e valores de que trata o Anexo I do Edital de credenciamento nº 011/2019, observadas as demais obrigações, atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, do Edital de Credenciamento nº 011 /2019, Termo de Referência, Anexos e do presente instrumento.

Os pagamentos serão efetuados pelo CONTRATADO à CREDENCIADA através de depósito junto à agência nº. 0038-8, conta nº. 117528-9, do Banco do Brasil - 001, de titularidade desta última, em até 30 (trinta) dias após a plena comprovação acerca dos serviços prestados, observadas e cumpridas as demais condições estabelecidas neste instrumento e no Edital de Credenciamento nº 011 /2019 (em especial o item abaixo) e anexos:

3.1. - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: os pagamentos serão efetuados pela Secretaria competente no prazo de até 30 (Trinta) dias após a entrega da nota fiscal. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso.

3.1.1- Os serviços serão pagos proporcionalmente aos serviços efetivamente realizados na relação unitária valor registrado = homem/hora.

3.1.2- Serviços realizados sem a respectiva Ordem de Serviço, previamente emitida pelo Setor de Compras do CONTRATANTE, não serão pagos.

3.1.3 - Caso a ordem não contenha os dados solicitados, a mesma não será paga.

3.1.4. - O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

3.2 - Incidirá sobre o valor total das notas fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS), na forma do Código Tributário Municipal e legislação suplementar, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária, pela alíquota cabível para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente e caso for o recolhimento do Imposto de Renda - IR.

3.3. - O pagamento será realizado, mediante entrega da nota fiscal e relatórios de veiculações, que deverá conter as datas, horários e tempo de veiculação.

3.4. - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da credenciada.

Esses pagamentos ficam condicionados a apresentação, pela CREDENCIADA dos documentos fiscais/notas fiscais acerca dos serviços efetivamente realizados/prestados, na Divisão de Contabilidade, devendo cumprir todas as condições estabelecidas pelo CONTRATANTE e demais disposições constantes no Edital de Credenciamento nº 21/2019, Termo de Referência, Anexos e do presente instrumento.

No referido preço estão inclusos todos os custos advindos da responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, materiais, transportes, seguros, equipamentos (inclusive os de proteção individual), fretes, tributos, encargos sociais e trabalhistas e demais custos necessários a plena execução do objeto e demais atribuições e obrigações do Edital de Credenciamento nº 011 /2019, Termo de Referência, Anexos do presente instrumento.

As despesas deste instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

11 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE  
11.001 – GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO  
2070 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE  
33903905 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS  
30000 – Recursos Ordinários

O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua subscrição, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo da validade do Edital de Credenciamento.

A contratação é efetivada de acordo com as a necessidade e conveniência do CONTRATANTE/órgão participante e mediante a expedição de ordem de compra/nota de empenho.

Os valores fixados poderão ser reajustados somente após o período de 12 (doze) meses pelo INPC/IBGE.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

Além das demais obrigações constantes do Edital de Credenciamento nº 011 /2019 e Anexos, compete também a CREDENCIADA:

- a) Prestar o serviço deste credenciamento nas especificações contidas neste edital e anexos;
- b) Realizar todos os procedimentos para os quais se credenciou, nos moldes estabelecidos neste edital, termo de referência, e normas gerais e regulamentares aplicáveis ao serviço contratado;
- c) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
- d) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões necessárias no quantitativo do objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- f) Prestar o serviço, no preço, prazo e forma estipulados no Edital;
- g) Prestar o serviço com qualidade e dentro dos padrões exigidos neste edital e legislações pertinentes;
- h) Prestar os serviços dentro de um grau elevado de qualidade, através de funcionários devidamente treinados, experientes e aptos para o desempenho das funções para as quais foram designados;
- i) Serão de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todas e quaisquer ferramentas e utensílios de segurança, bem como de todo o fardamento necessário e adequado à execução dos serviços contratados;
- j) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados por servidor da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- k) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo dos empregados por ela designados na execução do contrato, devendo reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os danos causados, comprovadamente, por seus funcionários;
- l) Manter os profissionais nos horários pré-determinados pela Administração;
- m) Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, do local próximo às suas residências ao local de trabalho e vice-versa, bem como alimentação e outros benefícios previstos na legislação trabalhista;
- n) Prever toda a mão de obra necessária para garantir a operação do serviço, no regime contratado, responsabilizando-se por todas as obrigações trabalhistas vigentes, sociais, previdenciárias, tributáveis e as demais previstas na legislação específica, não transferindo à contratante seus pagamentos;
- o) Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender a demanda;
- p) Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão de obra não qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- q) Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- r) Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços;
- s) Não permitir a utilização do trabalho do menor.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das demais obrigações constantes do Edital de Credenciamento nº 011/2019 e Anexos compete também a CONTRATANTE:

- A) Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva prestação do serviço deste credenciamento;
- B) Aplicar penalidades à CONTRATADA, quando for o caso, ou remeter comunicado ao CIMVI para aplicação das mesmas;
- C) Produzir e encaminhar à credenciada para veiculação, no prazo acordado, o material a ser veiculado;
- D) Prestar as informações necessárias à perfeita execução do contrato;
- E) Efetuar o pagamento à credenciada no prazo avençado, após a prestação dos serviços e entrega da Nota Fiscal ao setor competente;
- F) Notificar a credenciada, por escrito, da aplicação de qualquer sanção;
- G) Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE nos locais destinados à prestação dos serviços;
- H) A prestação dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, devidamente designado e com atribuições específicas, o qual registrará as ocorrências, comunicando à CONTRATADA, que deverá providenciar a necessária regularização;
- I) A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público, seus agentes e ou prepostos;
- J) Poderão ser exigidos, uma vez comprovada à necessidade, o afastamento imediato de qualquer empregado ou preposto que, por qualquer motivo venha desmerecer a confiança da fiscalização da CONTRATANTE, agir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para as quais foram delegadas.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

O prazo de vigência deste contrato terá início na data de 04/11/2019 e término em 04/11/2020, podendo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, mediante a expedição de termo aditivo, observadas as disposições constantes da Lei nº. 8.666/93 e as demais estabelecidas pelo CONTRATANTE.

A partir da assinatura da Ordem de Serviços fica a CREDENCIADA totalmente responsável em cumprir o objeto, sob pena de aplicação das penalidades constantes deste instrumento e do respectivo edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO

A CREDENCIADA prestará única e exclusivamente os serviços constantes deste instrumento, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre a mesma e o CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Além das demais disposições constantes da Lei nº. 8.666/93, Edital, Anexos e do presente contrato e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo CONTRATANTE, a CREDENCIADA incorrerá nas penalidades descritas no instrumento convocatório.

A CREDENCIADA será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 05 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições do edital e do contrato em questão, independentemente das demais medidas legais cabíveis.

A penalidade deverá ser paga junto à Tesouraria da Fazenda Pública do CONTRATANTE, podendo ser retida dos valores devidos à CREDENCIADA ou ainda cobrada administrativa ou judicialmente após a notificação.

A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão contratual poderá ser aplicada nas situações previstas em lei e no instrumento convocatório.

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pelo CONTRATANTE, com as consequências previstas na CLÁUSULA OITAVA.

Constituem também motivos para rescisão do contrato, aquele constante do art. 77, e as demais disposições constantes do art. 78, tudo da Lei Federal nº. 8.666/93.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CREDENCIADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS GERAIS**

O CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CREDENCIADA eximida das responsabilidades relacionadas ou não à execução do objeto e demais atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento. A fiscalização a ser efetuada pelo CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

O CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto, sendo que em nenhuma hipótese estará a CREDENCIADA eximida das responsabilidades.

A CREDENCIADA não poderá transferir, delegar, ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

A referida prestação de serviços observará, além das disposições legais e regulamentares já mencionadas, todas as demais normas, regulamentações e legislações aplicáveis à espécie.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Massaranduba, 04 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Prefeito: Armindo Sesar Tassi

CREDENCIADA

MARCOS TROJAN ENGENHARIA E GEOTECNIA LTDA

Representante legal: Pâmela Fermينو Campioli

TESTEMUNHAS:

ANDREY RICARDO KRISCHANSKI	FABIANO SPEZIA
CPF: 079.345.289-90	CPF: 950.720.129-72

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 95.2019 (CIMVI) AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA**

Publicação Nº 2224350

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 95/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAGEM.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, nº 2765, na cidade de Massaranduba, neste Estado, representado por seu Prefeito, Sr. Armindo Sesar Tassi, abaixo denominado CONTRATANTE e AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.967.284/0001-40, sediada a Rua Clodoaldo Gomes, nº 415, Distrito Industrial, na cidade de Joinville/SC, CEP 89.219-550, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). Antonio Carlos Ramuski, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o Nº 421.947.099-91 e no RG sob o Nº 5.526.782-3 SSP/SC, abaixo denominada CREDENCIADA, resolvem, de comum acordo e com fundamento na Lei nº. 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, tudo de conformidade com o Edital de Credenciamento nº 011/2019, anexos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DOS PREÇOS**

Pelo presente instrumento fica a CREDENCIADA apta a plena e total execução dos serviços de ENGENHARIA EM AGRIMENSURA PARA LEVANTAMENTO TOPOGRAFICOS E AFINS (ITEM 3.1), de ENGENHARIA CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS VIÁRIOS E AFINS (ITEM 3.2), de ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS ARQUITETÔNICOS, COMPLEMENTARES E AFINS (ITEM 3.3) e de ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA, URBANISMO, MOBILIÁRIO E PAISAGISMO – PARQUES E PRAÇAS E AFINS (ITEM 3.4) para atender, em regime de rodízio, a demanda de mão de obra especializada para prestação de serviços ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAGEM, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Credenciamento nº 011/2019.



A prestação dos serviços constantes deste instrumento observará obrigatoriamente todos os detalhamentos, valores/preços de referência, condições, descrições e demais disposições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 011/2019, Termo de Referência, Anexos do presente instrumento e aquelas estabelecidas pelo MUNICÍPIO.

Esta prestação de serviços abrange a execução, pela CREDENCIADA, de todos os serviços/atos/procedimentos que se fizerem necessários ao pleno, total e integral cumprimento do objeto constante deste instrumento e do Edital de Credenciamento nº 011/2019, Termo de Referência, Anexos e do presente instrumento e dar-se-á nas formas e condições estabelecidas.

O presente contrato, Edital de Credenciamento nº 011/2019, Termo de Referência, Anexos e do presente instrumento. São complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

O Presente contrato é formalizado especificamente para a prestação dos serviços conforme quantitativo, descritivo e valores abaixo mencionados:

## 2. ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA OBRAS EM VIAS URBANAS

### 2.1 VIAS (SISTEMA VIÁRIO GERAL):

Áreas de 3.000m<sup>2</sup> até 10.000m<sup>2</sup>

Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Projetos de urbanização compostos levantamento planialtimétrico georreferenciado, estudo de tráfego, estudo geotécnico, estudo hidrológico, projeto de terraplenagem, projeto de drenagem de águas pluviais, projeto de pavimentação e projeto de sinalização viária em vias urbanas consolidadas.	Metro quadrado	8.160,00	3,25	26.520,00
Projetos de implantação de vias urbanas composto por projeto de terraplenagem, projeto de drenagem de águas pluviais, projeto de pavimentação e projeto de sinalização viária.	Metro quadrado	6.970,00	4,15	28.925,50
PROJETOS COMPLEMENTARES ADICIONAIS				
Projeto de Rede de Iluminação Pública.	Metro linear	680,00	10,50	7.140,00

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PROFISSIONAIS E RESPONSABILIDADES

O objeto deverá ser total, integral e exclusivamente executado e realizado pela CREDENCIADA, sem quaisquer restrições. A CREDENCIADA se compromete a apresentar todo o aparato e toda a estrutura, sejam elas de que natureza forem, necessárias à execução do objeto, em pleno e total funcionamento.

Toda a execução do objeto dar-se-á obrigatoriamente através de profissional devidamente habilitado, capacitado, equipado (inclusive no que tange aos itens de proteção, quando necessário) e regularmente inscrito junto ao órgão competente (quando necessário), cumpridas todas as demais obrigações, atribuições e requisitos constantes do Edital de Credenciamento nº 011 /2019, Anexos e no presente instrumento.

Os serviços serão executados pela CREDENCIADA nos termos estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 011 /2019, em especial as exigências constantes dos anexos do edital:

2.1. Os serviços somente poderão ser prestados com o recebimento da respectiva Ordem de Serviço, sendo vedado o início das atividades quando não apresentado o documento.

2.2. Fica estabelecido que os serviços serão prestados:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade do serviço, quantidade do material e aceitação.

2.2.1 - Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

2.2.2 - Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, Ata de Registro de Preços, Minuta do Contrato e na Lei.

2.2.3 - O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades.

2.2.4 - Por ocasião da prestação dos serviços, o CONTRATANTE, por intermédio de funcionário designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações dos objetos licitados, obrigando-se a proponente vencedora a promover as devidas substituições no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data de comunicação à proponente vencedora, sem qualquer ônus para o Município.



É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CREDENCIADA, a prestação e o cumprimento de todos os serviços, fornecimento de toda mão de obra, pessoal, equipamentos, materiais e produtos necessários à plena execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes do Edital de Credenciamento nº 011/2019, Planilhas, Termo de Referência, Calendário, Anexos e do presente instrumento, bem como arcar, de forma única e exclusiva, com todos e quaisquer encargos trabalhistas, fiscais, securitário, previdenciário, social, tributário, comercial ou de outra natureza (inclusive FGTS, INSS, PIS, SEGURO e outros), resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou terceiro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

O CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, durante todo o prazo contratual, para cada serviço efetivamente realizado, os valores constantes da planilha de descrição dos serviços e valores de que trata o Anexo I do Edital de credenciamento nº 011/2019, observadas as demais obrigações, atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, do Edital de Credenciamento nº 011 /2019, Termo de Referência, Anexos e do presente instrumento.

Os pagamentos serão efetuados pelo CONTRATADO à CREDENCIADA através de depósito junto à agência nº. 2602, conta nº. 39.233-2, do Banco Sicredi (748), de titularidade desta última, em até 30 (trinta) dias após a plena comprovação acerca dos serviços prestados, observadas e cumpridas as demais condições estabelecidas neste instrumento e no Edital de Credenciamento nº 011 /2019 (em especial o item abaixo) e anexos:

3.1. - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: os pagamentos serão efetuados pela Secretaria competente no prazo de até 30 (Trinta) dias após a entrega da nota fiscal. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso.

3.1.1- Os serviços serão pagos proporcionalmente aos serviços efetivamente realizados na relação unitária valor registrado = homem/hora.

3.1.2- Serviços realizados sem a respectiva Ordem de Serviço, previamente emitida pelo Setor de Compras do CONTRATANTE, não serão pagos.

3.1.3 - Caso a ordem não contenha os dados solicitados, a mesma não será paga.

3.1.4. - O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

3.2 - Incidirá sobre o valor total das notas fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS), na forma do Código Tributário Municipal e legislação complementar, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária, pela alíquota cabível para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente e caso for o recolhimento do Imposto de Renda - IR.

3.3. - O pagamento será realizado, mediante entrega da nota fiscal e relatórios de veiculações, que deverá conter as datas, horários e tempo de veiculação.

3.4. - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da credenciada.

Esses pagamentos ficam condicionados a apresentação, pela CREDENCIADA dos documentos fiscais/notas fiscais acerca dos serviços efetivamente realizados/prestados, na Divisão de Contabilidade, devendo cumprir todas as condições estabelecidas pelo CONTRATANTE e demais disposições constantes no Edital de Credenciamento nº 21/2019, Termo de Referência, Anexos e do presente instrumento.

No referido preço estão inclusos todos os custos advindos da responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, materiais, transportes, seguros, equipamentos (inclusive os de proteção individual), fretes, tributos, encargos sociais e trabalhistas e demais custos necessários a plena execução do objeto e demais atribuições e obrigações do Edital de Credenciamento nº 011 /2019, Termo de Referência, Anexos do presente instrumento.

As despesas deste instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

11 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE  
11.001 – GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO  
2070 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE  
33903905 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS  
30000 – Recursos Ordinários

O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua subscrição, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo da validade do Edital de Credenciamento.

A contratação é efetivada de acordo com as a necessidade e conveniência do CONTRATANTE/órgão participante e mediante a expedição de ordem de compra/nota de empenho.

Os valores fixados poderão ser reajustados somente após o período de 12 (doze) meses pelo INPC/IBGE.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

Além das demais obrigações constantes do Edital de Credenciamento nº 011 /2019 e Anexos, compete também a CREDENCIADA:

- a) Prestar o serviço deste credenciamento nas especificações contidas neste edital e anexos;
- b) Realizar todos os procedimentos para os quais se credenciou, nos moldes estabelecidos neste edital, termo de referência, e normas gerais e regulamentares aplicáveis ao serviço contratado;
- c) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
- d) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões necessárias no quantitativo do objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- f) Prestar o serviço, no preço, prazo e forma estipulados no Edital;
- g) Prestar o serviço com qualidade e dentro dos padrões exigidos neste edital e legislações pertinentes;
- h) Prestar os serviços dentro de um grau elevado de qualidade, através de funcionários devidamente treinados, experientes e aptos para o desempenho das funções para as quais foram designados;
- i) Serão de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todas e quaisquer ferramentas e utensílios de segurança, bem como de todo o fardamento necessário e adequado à execução dos serviços contratados;
- j) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados por servidor da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- k) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo dos empregados por ela designados na execução do contrato, devendo reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os danos causados, comprovadamente, por seus funcionários;
- l) Manter os profissionais nos horários pré-determinados pela Administração;
- m) Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, do local próximo às suas residências ao local de trabalho e vice-versa, bem como alimentação e outros benefícios previstos na legislação trabalhista;
- n) Prever toda a mão de obra necessária para garantir a operação do serviço, no regime contratado, responsabilizando-se por todas as obrigações trabalhistas vigentes, sociais, previdenciárias, tributáveis e as demais previstas na legislação específica, não transferindo à contratante seus pagamentos;
- o) Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender a demanda;
- p) Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão de obra não qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- q) Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- r) Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços;
- s) Não permitir a utilização do trabalho do menor.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das demais obrigações constantes do Edital de Credenciamento nº 011/2019 e Anexos compete também a CONTRATANTE:

- A) Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva prestação do serviço deste credenciamento;
- B) Aplicar penalidades à CONTRATADA, quando for o caso, ou remeter comunicado ao CIMVI para aplicação das mesmas;
- C) Produzir e encaminhar à credenciada para veiculação, no prazo acordado, o material a ser veiculado;
- D) Prestar as informações necessárias à perfeita execução do contrato;
- E) Efetuar o pagamento à credenciada no prazo avençado, após a prestação dos serviços e entrega da Nota Fiscal ao setor competente;
- F) Notificar a credenciada, por escrito, da aplicação de qualquer sanção;
- G) Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE nos locais destinados à prestação dos serviços;
- H) A prestação dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, devidamente designado e com atribuições específicas, o qual registrará as ocorrências, comunicando à CONTRATADA, que deverá providenciar a necessária regularização;
- I) A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público, seus agentes e ou prepostos;
- J) Poderão ser exigidos, uma vez comprovada à necessidade, o afastamento imediato de qualquer empregado ou preposto que, por qualquer motivo venha desmerecer a confiança da fiscalização da CONTRATANTE, agir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para as quais foram delegadas.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

O prazo de vigência deste contrato terá início na data de 07/11/2019 e término em 07/11/2020, podendo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, mediante a expedição de termo aditivo, observadas as disposições constantes da Lei nº. 8.666/93 e as demais estabelecidas pelo CONTRATANTE.

A partir da assinatura da Ordem de Serviços fica a CREDENCIADA totalmente responsável em cumprir o objeto, sob pena de aplicação das penalidades constantes deste instrumento e do respectivo edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO

A CREDENCIADA prestará única e exclusivamente os serviços constantes deste instrumento, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre a mesma e o CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Além das demais disposições constantes da Lei nº. 8666/93, Edital, Anexos e do presente contrato e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo CONTRATANTE, a CREDENCIADA incorrerá nas penalidades descritas no instrumento convocatório.

A CREDENCIADA será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 05 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições do edital e do contrato em questão, independentemente das demais medidas legais cabíveis.

A penalidade deverá ser paga junto à Tesouraria da Fazenda Pública do CONTRATANTE, podendo ser retida dos valores devidos à CREDENCIADA ou ainda cobrada administrativa ou judicialmente após a notificação.

A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão contratual poderá ser aplicada nas situações previstas em lei e no instrumento convocatório.

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pelo CONTRATANTE, com as consequências previstas na CLÁUSULA OITAVA.

Constituem também motivos para rescisão do contrato, aquele constante do art. 77, e as demais disposições constantes do art. 78, tudo da Lei Federal nº. 8.666/93.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CREDENCIADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS GERAIS

O CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CREDENCIADA eximida das responsabilidades relacionadas ou não à execução do objeto e demais atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento. A fiscalização a ser efetuada pelo CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

O CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto, sendo que em nenhuma hipótese estará a CREDENCIADA eximida das responsabilidades.

A CREDENCIADA não poderá transferir, delegar, ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

A referida prestação de serviços observará, além das disposições legais e regulamentares já mencionadas, todas as demais normas, regulamentações e legislações aplicáveis à espécie.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Massaranduba, 08 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Prefeito: Armindo Sesar Tassi

CREDENCIADA

AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA

Representante legal: Antonio Carlos Ramuski

TESTEMUNHAS:

ANDREY RICARDO KRISCHANSKI	FABIANO SPEZIA
CPF: 079.345.289-90	CPF: 950.720.129-72

# Meleiro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 412-2019

Publicação Nº 2222592

PORTARIA n.º 412/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE TECNICO DE ENFERMAGEM - SAMU.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010 e suas alterações e Lei nº 1786/2018 de 29 de Agosto de 2018, e Edital de Processo seletivo nº 001/2019 – Saúde, resolve:

#### CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ELISÂNGELA SILVANO MACIEL DA CONCEIÇÃO, para ocupar o cargo de Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de Novembro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### CONTRATO 012-2019 - TERMO ADITIVO 01-2019 - IVONI K GRIEP - OBJETO E VALOR

Publicação Nº 2223042

TERMO ADITIVO Nº. 001/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 012/2019

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2019, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A SENHORA IVONI KRETSCHMER GRIEP, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA E SEGUNDA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Senhora IVONI KRETSCHMER GRIEP, brasileira, casada, professora de música, portadora da carteira de identidade nº 5.177.988-9 e do CPF/MF nº 470.551.702-49, residente e domiciliada na Rua Nereu Ramos, 2228, Centro, na Cidade de Modelo - SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato nº 012/2019 de 12 de fevereiro de 2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Fica aditado o objeto do contrato nº 012/2019 de 12.02.2019, constante da Cláusula Primeira, com adição de 25 (vinte e cinco) horas no objeto, ao valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por hora, totalizando o valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), no período de 12 de novembro a 10 de dezembro de 2019, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da solicitação de aditivo ao contrato, que faz parte integrante do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o preço do contrato nº 012/2019 de 12.02.2019, Constante da Cláusula Segunda, com aditivo de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da solicitação de aditivo que fazem parte integrante do presente contrato, sendo o valor aditivado de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) a serem acrescidos do valor original do contrato de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), totalizando o valor de R\$ 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo Nº 012/2019 de 12.02.2019.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 11 de novembro de 2019.

Município de Modelo Ricardo Luis Maldaner Prefeito Municipal Contratante		Ivoni Kretschmer Griep Contratada
---	--	--------------------------------------

Testemunhas:

Nome:		Nome:
-------	--	-------

Visto:

GILNEI ROBERTO VOGEL  
OAB/SC Nº 11.283 – Assessor Jurídico

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### REGISTRO DE PREÇO 183/2019

Publicação Nº 2222920

Morro da Fumaça. Edital Pregão Presencial para Registro de Preço 183/2019. AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE SEGURANÇA, conforme anexo. Data: 25/11/2019 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

### REGISTRO DE PREÇO 184/2019

Publicação Nº 2223542

Morro da Fumaça. Edital Pregão Presencial para Registro de Preço 184/2019. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA/CAPINA MECANIZADA, VARRIÇÃO, LIMPEZA, JARDINAGEM, ORNAMENTAÇÃO E PINTURA DE MEIO FIO, NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO. Data: 25/11/2019 às 13:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.



# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO 120/2019 PMN

Publicação Nº 2224113

#### ATA 120/2019 PMN

ABERTO O CERTAME AS NOVE HORAS DO DIA ONZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA A PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 530/2019, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 120/2019 PMN. CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS (HIPOCLORITO DE SÓDIO 10 - 12 % E ÁCIDO FLUOSSILÍCICO 20%) PARA TRATAMENTO DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E EQUIPAMENTOS PARA SUA MINISTRAÇÃO NA ÁGUA (DOSADORES ELETRÔNICOS) DE EXTRAÇÃO SUBTERRÂNEA, DISTRIBUÍDA NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS SEVEN COMERCIO DE EMBALAGENS, QUIMISA S/A E KF SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA (ENVELOPE VIA CORREIO) E APENAS A EMPRESA QUIMISA S/A NÃO SE ENQUADRA COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO ÀS PROPOSTAS ONDE VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. SENDO DISPONIBILIZADO AOS CREDENCIADOS OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; ONDE NO ITEM 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA QUIMISA S/A COM O VALOR DE R\$2,90. NO ITEM 03 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KF SOLUÇÕES AMBIENTAIS COM O VALOR DE R\$ 619,90. RESTANDO FRACASSADO O ITEM 02. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS CUMPRIRAM COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR. NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, KEILA FERNANDES LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

### ATA DA SESSÃO 123/2019 PMN

Publicação Nº 2222982

#### ATA 123/2019 PMN

ABERTO O CERTAME AS NOVE HORAS DO DIA OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 530/2019, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 123/2019 PMN CUJO OBJETO PREGÃO PRESENCIAL VISANDO PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO FIXO PARA COMERCIALIZAÇÃO NA FAIXA ARENOSA DAS PRAIAS DE NAVEGANTES (GRAVATÁ, MEIA PRAIA, CENTRAL E PONTAL), PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) MESES, INICIANDO NO DIA 01/12/2019 A 03/03/2020, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DO LICITANTES FERNANDO ANTONIO FERRO COSTA, MARIA IANE DOS SANTOS DONATO, JOHNNY BATSCHAUER E VIVANE ANTUNES CORREA OS LICITANTES FERNANDO ANTONIO FERRO COSTA E VIVANE ANTUNES CORREA SÃO PESSOAS FÍSICAS E MARIA IANE DOS SANTOS DONATO, JOHNNY BATSCHAUER SE ENQUADRA COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL. ABERTO O ENVELOPE RELATIVO ÀS PROPOSTAS ONDE VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA CREDENCIADA CUMPRIU COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; OS ITENS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59 E 60 DERAM FRACASSADOS. NO ITEM 37 SAGROU-SE VENCEDORA O LICITANTE FERNANDO ANTONIO FERRO COSTA COM O VALOR DE R\$ 4.000,00. NO ITEM 40 SAGROU-SE VENCEDORA O LICITANTE VIVANE ANTUNES CORREA COM O VALOR DE R\$ 1.200,00. NO ITEM 53 SAGROU-SE VENCEDORA O LICITANTE MARIA IANE DOS SANTOS DONATO COM O VALOR DE R\$ 1.150,00. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, AGATH STEFANY JENSEN GERALDINO LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

### AVISO DE SUSPENSÃO -- TOMADA DE PREÇO 115/2019 PMN

Publicação Nº 2223815

Setor de Compras e Licitações

#### AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO PRESENCIAL 115/2019 PMN

A Prefeitura Municipal de Navegantes torna público que está SUSPENSO por tempo indeterminado, para Alterações do edital da Tomada de Preço 115/2019 PMN, do objeto: TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA), PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DO CMEI PROF. NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA, LOCALIZADO NO BAIRRO PORTO DAS BALSAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC.

Maiores informações poderão ser sanadas pelo telefone (47) 3342-9541

Navegantes, 11 de novembro de 2019.

Secretaria de Administração



**CONVOCAÇÃO CONCURSO 01/2015 - MARÇAL**

Publicação Nº 2223078

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 11 de novembro de 2019.

Ilmo Sr.  
MARCEL MAURICIO LAMEGO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 01/2015.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 01/2015, para o cargo de PROCURADOR MUNICIPAL. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Diretora de RH	Kamila Brustolin Gerente de Rh
-----------------------------------	-----------------------------------

**EXTRATO CONTRATUAL 269/2019 PMN**

Publicação Nº 2224105

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: 269/2019 PMN  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.  
Contratada...: TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.  
CNPJ sob o nº 04.432.749/0001-69  
Representado pela senhora Franciele Chiapetti  
Valor Total: R\$ 1.720.000.00 (um milhão setecentos e vinte mil reais).  
Vigência ..... : Início: 12/11/2019 Término: 12/11/2020  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 137/2017 PMN  
Recursos...: 2.009.3390.  
Objeto ..... : PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 271/2018 PMN DA CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA DIVULGAÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DAS AÇÕES, PROGRAMAS E SERVIÇOS DO GOVERNO DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/S  
Navegantes, 11 de novembro de 2019.

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO Nº 07-2017 - 3º TERMO ADITIVO - LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO**

Publicação Nº 2222946

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA (CONTRATO 007/2017)  
A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES-SC, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha nº 315, Centro, da Cidade e Comarca de Navegantes-SC, Cep. 88.370-410, inscrita no CNPJ nº 83.551.531/0001-08, neste ato representada por seu Presidente JEFFERSON MACHADO MACARINI, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 5.118.426-5 e do CPF/MF nº 056.122.149-95, residente e domiciliado na Rua Itajaí, nº 645, bairro São Domingos, Navegantes-SC. infra-assinado, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, nº 134, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., advogado, portadora da cédula de identidade profissional nº 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob nº 004.770.259-19, Sr.º

Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05, Sr.ª HELENA BEATRIZ PACHECO DAROS Advogada, portadora da cédula de identidade 5.646.987, inscrita no CPF sob o n.º 071.421.329-22, com endereço na Rua João Pessoa, n.º 134, na cidade de Criciúma/SC, a seguir denominado CONTRATADA, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviço, nas seguintes cláusulas e condições abaixo expostos

CLÁUSULA PRIMEIRA- Fica prorrogado o CONTRATO DE LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, sendo eles: Sistema de Contabilidade Pública; Compras e Licitação; Patrimônio; Recursos Humanos; Folha de Pagamento; Contracheque on-line; Portal da Transparência e, o uso do sistema de Gestão do E-Social não customizável, do período de 01 de novembro de 2019 a 31 outubro de 2020, conforme previsto na CLÁUSULA SEGUNDA do contrato originário, tendo como dispositivo legal o inciso IV do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA -Para manter o equilíbrio financeiro do presente contrato e para cumprir o disposto na cláusula terceira, item 3.3, reajusta-se o contrato em 3,37% (Três virgula trinta e sete por cento).

CLÁUSULA TERCEIRA -As despesas decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, ocorreram através de Disposições Orçamentárias Próprias da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA -O presente TERMO ADITIVO deverá ser publicado na imprensa oficial, para surtir seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUINTA-Permanece ratificada as demais cláusulas do contrato original não conflitante com o presente instrumento.

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente TERMO ADITIVO, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes das partes.

Navegantes, 15 de outubro de 2019.

CONTRATANTE CONTRATADA  
CÂMARA DE VEREADORES  
JEFFERSON M. MACARINI

BETHA SISTEMAS LTDA  
HELENA B. PACHECO DAROS

TESTEMUNHAS:

VANILDO TELLES  
CPF: 599.296.939-04

VILSEMAR OLIMPIO DUARTE  
CPF: 540.780.599-53

## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**

### **PORTARIA Nº 079 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2224173

PORTARIA N º 079 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 021 DE 22 DE MAIO DE 2019, PUBLICADA NO DOM EM 22/05/2019, NA EDIÇÃO 2831.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

RETIFICA:

Onde se lê:

I Determinar a concessão do benefício de Pensão por Morte, nos termos do Art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 41/03) e do Art. 47 da Lei Complementar Municipal nº 99/2011, em decorrência do falecimento na data de 21 de abril de 2019 do servidor MARTIN HENCHEL, portador da cédula de identidade RG nº 2.557.079 e inscrito no CPF sob nº 518.296.039-49, PIS nº 10814208298, em favor de OLGA DOMICIANO RODRIGUES, companheira, portadora da cédula de identidade RG nº 2.292.749 e inscrita no CPF sob o nº 653.369.259-34, o equivalente a 100% (cem por cento), conforme processo administrativo nº 2019.07.06556P, a partir da data do seu falecimento, até posterior deliberação.

Leia-se;

I Determinar a concessão do benefício de Pensão por Morte, nos termos do Art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 41/03) e do Art. 47 da Lei Complementar Municipal nº 99/2011, em decorrência do falecimento na data de 21 de abril de 2019 do servidor MARTIN HENCHEL, portador da cédula de identidade RG nº 2.557.079 e inscrito no CPF sob nº 418.296.039-49, PIS nº 10814208298, em favor de OLGA DOMICIANO RODRIGUES, companheira, portadora da cédula de identidade RG nº 2.292.749 e inscrita no CPF sob o nº 653.369.259-34, o equivalente a 100% (cem por cento), conforme processo administrativo nº 2019.07.06556P, a partir da data do seu falecimento, até posterior deliberação.

Ficam inalterados os demais dispositivos.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Gisele de Oliveira Fernandes  
DIRETORA-PRESIDENTE

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.  
Navegantes, 11 de Novembro de 2019.

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 310/2019 DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ORGANIZADORA DO XI JOÃO DE BARRO

Publicação Nº 2222730

DECRETO Nº 310 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Comissão Organizadora do XI João de Barro.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e conforme dispôs o artigo 61 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para composição da Comissão de Organização do XI João de Barro de Nova Erechim, os seguintes membros:

Ramirez Tapia  
Leandro da Silva  
Sandra Solivo  
Eunice Teresinha Bruschi  
Hévelyn Klein Matté  
Aloísio Gomes da Silva  
João Carlos Babaresco

Art. 2º O desempenho do mandato da comissão nomeada por este Decreto será gratuito e considerado como "serviço relevante prestado ao Município de Nova Erechim".

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 11 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

### ERRATA Nº 002/2019 ALTERAÇÃO DO TEOR DA PORTARIA Nº. 113, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2222987

ERRATA Nº 002/2019

A presente Errata consiste na Alteração do teor da Portaria nº. 113, de 08 de novembro de 2019, a qual onde lê-se:

SERVIDOR	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
2003/01 Ivan Carlos Zeni	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	01.11.2017 a 31.10.2018	06.01.2020 a 04.02.2020
906/01 Jaison Gomes Ferreira	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	08.08.2017 a 07.08.2018	06.01.2020 a 04.02.2020
558/01 Joner Andre Tonon	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	01.03.2017 a 28.02.2018	02.01.2020 a 31.01.2020
5403/01 Luiz Carlos Ribeiro dos Santos	Motorista	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	02.01.2018 a 01.01.2019	02.01.2020 a 31.01.2020
5402/01 Rafael Nichelle	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	02.05.2016 a 01.05.2017	20.01.2020 a 08.02.2020
566/01 Valdair Lazarotto	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	01.01.2018 a 31.12.2018	06.01.2020 a 04.02.2020

Leia-se:

SERVIDOR	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
2003/01 Ivan Carlos Zeni	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	01.11.2018 a 31.10.2019	06.01.2020 a 04.02.2020
906/01 Jaison Gomes Ferreira	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	08.08.2018 a 07.08.2019	06.01.2020 a 04.02.2020

558/01 Joner Andre Tonon	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	01.03.2018 a 28.02.2019	02.01.2020 a 31.01.2020
5403/01 Luiz Carlos Ribeiro dos Santos	Motorista	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	02.01.2019 a 01.01.2020	02.01.2020 a 31.01.2020
5402/01 Rafael Nichelle	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	02.05.2018 a 01.05.2019	20.01.2020 a 08.02.2020
566/01 Valdair Lazarotto	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	01.01.2019 a 31.12.2019	06.01.2020 a 04.02.2020

RAMIREZ TAPIA  
Prefeito em Exercício

### **PORTARIA Nº 114/2019 FÉRIAS FABIELLI POLLI**

Publicação Nº 2222728

PORTARIA Nº 114, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.  
Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

#### **R E S O L V E:**

Art. 1º Fica concedido 15 (quinze) dias de Férias para a Servidora Municipal FABIELLI POLLI, Matrícula 1589/01, ocupante do cargo de Assistente Tributário, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento, a ser usufruída no período de 02.01.2020 a 16.01.2020, referente ao período 01.01.2018 a 31.12.2018.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 08 de novembro de 2019  
RAMIREZ TAPIA  
Prefeito em Exercício

### **PORTARIA Nº 115/2019 FÉRIAS MARCIO SOLIVO**

Publicação Nº 2223932

PORTARIA Nº 115, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.  
Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

#### **R E S O L V E:**

Art. 1º Fica concedido 10 (dez) dias de Férias para o Servidor Municipal MARCIO SOLIVO, Matrícula 60/01, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, a ser usufruída no período de 22.01.2020 a 31.01.2020, referente ao período 01.01.2018 a 31.12.2018.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 11 de novembro de 2019.  
RAMIREZ TAPIA  
Prefeito em Exercício

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 67/2019 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS INFANTIS EM MATERIAL PLÁSTICO**

Publicação Nº 2223028

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2019

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 67/2019

Ramirez Tápia, Prefeito Municipal em exercício de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS INFANTIS EM MATERIAL PLÁSTICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CMEI RAIO DE SOL DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 22 de novembro de 2019, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 11 de novembro de 2019.

RAMIREZ TÁPIA

Prefeito Municipal, em exercício

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 135-2019

Publicação Nº 2224289

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 135/2019
Edital: Pregão Nº.: 46/2019
Tipo: Menor preço / Unitário
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de materiais para EPI's dos funcionários públicos municipais.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 29 de novembro de 2019.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 29 de novembro de 2019.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 07 de novembro de 2019
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

### CT Nº 178-2019 - JORGE ARENILSON

Publicação Nº 2224290

CONTRATO N.º 178/ 2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONTRATO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA E A EMPRESA OESTE PRENE INDÚSTRIA EIRELI.

O MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 95.990.131-0001/70, sediada na Rua José Marocco, N.º2226, Centro, Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CEDENTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. MARCIANO MAURO PAGLIARINI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Jose Bottin, sn, Centro, Nova Itaberaba – SC, inscrito no CPF sob o Nº 021.563.329-67, com a competência lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal e a Lei Municipal nº 1205/2018, e do outro OESTE PRENE INDUSTRIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.565.313/0001-80, com sede administrativa na Rua Ernesto Piazza, sn, Distrito Industrial, Nova Itaberaba, SC, neste ato representada pelo Sr. Jorge Arenilson Ferreira, brasileiro, maior empresário, inscrito no CPF sob o nº 700.613.780-20, portador da RG nº 7069709116SSP/RS, doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições ora pactuadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto formalizar a transferência da posse direta à CESSIONÁRIA, para instalação da empresa no Município, uma sala comercial com área de 270m<sup>2</sup>(duzentos e setenta metros quadrados), situada no prédio da incubadora industrial na área Industrial I, cujo o terreno encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó – SC, sob o nº 71.894, de propriedade do Município de Nova Itaberaba. Permanecendo o domínio e a posse indireta do bem com a CEDENTE.

PARÁGRAFO UNICO – A Empresa beneficiaria não terá nenhum ônus adicional para o uso do imóvel recebido, exceto aqueles necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

CLAUSULA SEGUNDA – O prazo máximo para o início das atividades da empresa será de 30 (dias) a contar da data da assinatura do contrato, sob pena de suspensão do benefício.

CLAUSULA TERCEIRA – O atraso nos prazos previstos na Clausula anterior somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou força maior, plenamente justificáveis e aceitos pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, ou por força de fatos da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – Na ocorrência de fatos previstos na Clausula anterior, os pedidos de prorrogação, serão encaminhados por escrito a



Prefeitura, com 15 (quinze) dias de antecedência, com justificativas circunstanciadas.

CLAUSULA QUINTA – A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, a qual poderá solicitar a colaboração de Engenheiro Civil, os quais terão o poder de tomar todas as providências que se fizerem necessárias para a fiel execução dos serviços.

CLAUSULA SEXTA – É vedada a CONTRATADA alienar as benfeitorias, no todo ou em parte, com exceção dos casos relacionados a seguir, onde poderá ser efetuada a transferência de titularidade:

I – ter cumprido parcialmente o projeto inicial, desde que o pedido seja acompanhado com justificativa técnica e/ou financeira da impossibilidade de cumprir com o disposto no projeto;

II – constatar-se que o imóvel recebido tiver área insuficiente para comportar futura ampliação de produção.

CLAUSULA SETIMA - A anuência para transferência a terceiros, quando solicitada nos moldes dos Incisos I e II da Clausula anterior, somente será concedida após a transferência efetiva da empresa à suas novas instalações, devendo o adquirente se habilitar nos termos do artigo 10 da Lei Municipal N.º 1205/2018 de 18 de Setembro de 2018, e assumir todos os encargos que porventura recaírem sobre o imóvel, sendo vedado a empresa que desocupar o imóvel exigir qualquer indenização ou recompensa pela cessão do mesmo, seja a que título for.

CLAUSULA OITAVA – Reverterão, antecipadamente, ao Poder Público Municipal o imóvel cedido pelo presente Contrato, bem como aquelas realizadas pelo beneficiário, quando:

I – não utilizados em sua finalidade;

II – não cumpridos os prazos estipulados;

III – falência da empresa.

CLAUSULA NONA - Comprovado o desvio de finalidade ou má fé na utilização dos incentivos previstos neste Contrato o Município exigirá a imediata devolução da sala ao Poder Publico, sem nenhum ônus adicional e, sem prejuízo das penalidades específicas.

CLAUSULA DÉCIMA - Caso a empresa cessar suas atividades, antes de decorrido o prazo de 05(cinco) anos, por qualquer dos motivos previstos neste Contrato e na Lei Municipal N.º 1205/2018 de 18 de setembro de 2018 a Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico dará o prazo de 30 (trinta) dias, para a empresa retirar máquinas e equipamentos, sob pena de transcorrido tal prazo, passarem a pertencer ao Poder Público Municipal.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Em nenhuma hipótese haverá ressarcimento das benfeitorias que porventura forem construídas no local.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os atrasos na execução dos serviços somente serão justificáveis em caso de força maior ou casos fortuitos, plenamente justificáveis e aceitos pelo MUNICIPIO.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A CONTRATADA deverá apresentar para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, durante a vigência deste Contrato sempre no mês de março, um relatório anual das atividades da empresa, indicando a movimentação dos funcionários, número de funcionários, faturamento, balanço anual e demais informações que achar conveniente.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – O benefício ora concedido não constituir-se-á em doação definitiva, podendo a empresa beneficiada utilizar o imóvel pelo período de 05(cinco) anos, desde que cumpridas todas as cláusulas pactuadas e satisfeitas todas as exigências de ordem legal, sendo que decorrido tal prazo a CONTRATADA deverá desocupar o imóvel, sem fazer jus a nenhum ônus adicional seja a que título for.

Paragrafo Único - Caso durante a vigência do contrato o Município necessite ou seja obrigado a proceder reformas no Prédio para adequação a legislação vigente, a Cessionária ficara obrigada a desocupar o móvel ou cessar suas atividades, pelo período das obras, ficando garantido, após o finalizadas o retorno ao imóvel até o fim do prazo contratual.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato é competente o foro da Comarca de Chapécó – SC.

E, para firmeza do ajustado e contratado, é lavrado o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Nova Itaberaba, SC 05 de Novembro de 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

PREFEITO MUNICIPAL

JORGE A F PORTO

REPRESENTANTE LEGAL

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico OAB/SC - 23.347

**CT Nº 179-2019 PILECO - L.16N**

Publicação Nº 2224291

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 179/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Obs: REFERENTE AO 14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 29/2012 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E TRANSPORTE PILECO EIRELI - ME.

Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa TRANSPORTE PILECO EIRELI - ME, com sede na AV. PROGRESSO, inscrita no CNPJ sob o nº 24.140.633/0001-63, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a), LUCAS PILECO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Nº. 29/2012, de 10 de fevereiro de 2012, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final, conforme termo aditivo em anexo.

CONSIDERANDO, o disposto no art. 57, II, da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê aditar os Contratos quando para execução de serviços, e que apresentem condições vantajosas para o Poder Público;

CLAUSULA PRIMEIRA – fica alterado a clausula segunda do contrato nº 029/2012, – que passará a vigorar com a seguinte redação, com efeitos retroativos a 01/11/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,63 (quatro reais e sessenta e três centavos).

Linha nº 16N, percorrendo 868 KM no último bimestre ano letivo de 2019, a R\$ 4,63 (quatro reais e sessenta e três centavos). Totalizando R\$ 4.018,84 (quatro mil e dezoito reais e oitenta e quatro centavos).

CLAUSULA TERCEIRA: - As demais clausulas do contrato nº 29/2012 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA, 08/11/2019.  
MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
PREFEITO MUNICIPAL

LUCAS PILECO  
REPRESENTANTE LEGAL

ODENIR PETROLI  
Fiscal do Contrato

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA  
O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS  
Procurador Municipal  
OAB/SC - 23.347

**DECRETO Nº 312/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2224302

DECRETO Nº 312/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DIVULGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 008/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes: CONSIDERANDO: O previsto no Edital de Processo Seletivo nº 008/2019.

DECRETA:

Art.1º - Divulga o resultado Final, das provas para os cargos de Fisioterapeuta e Tesoureiro, referente ao processo seletivo nº 008/2019, conforme relatório abaixo:

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

FISIOTERAPEUTA – NOVA ITABERABA

INSCRIÇÃO NOME NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO

0000020 TALITA ANTONIAMARA FURLAN 6,60 14/06/1996 1º Classificado

0000013 SIDIANE CASTAGNA VANAZZI 6,00 10/07/1983 2º Classificado

0000014 CAROLINE BALEN SCHAFER 5,00 14/01/1996 3º Classificado

0000025 BRUNA SALIN 4,60 26/05/1994 - Desclassificado

0000010 JULIANA MUCELINI 4,40 12/06/1986 - Desclassificado

0000002 ÉRICA PAULA TERRIBILLE 4,20 24/09/1991 - Desclassificado

TESOUREIRO – NOVA ITABERABA

INSCRIÇÃO NOME NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO

0000003 DARLEI PAGANI MESADRI 6,40 11/02/1998 1º Classificado

0000011 VOLNIR FRANZ 6,20 14/12/1960 2º Classificado

0000004 MARCELO JOSE RITTER 4,40 01/11/1982 - Desclassificado

0000005 ANGELA DE CONTO 4,40 25/08/1995 - Desclassificado

0000021 MAIRA BEDIN 4,00 16/07/1990 - Desclassificado

0000023 ANGELICA CARARO 3,60 31/08/1994 - Desclassificado

0000006 RAFAEL DE AZEVEDO DAVILA - 18/10/1978 - Desclassificado

# Nova Trento

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 124/2019

Publicação Nº 2223081

#### CONTRATO Nº 124/2019

Origem: Processo Licitatório nº 123/2019, Pregão Presencial nº 085/2019. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: CLINIMED SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, com Sede na Rua Professora Laura Andrade, nº 118, Bairro Centro, na cidade de Joinville, inscrita no CNPJ sob o nº 24.066.112/0001-03. Objeto do Contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, conforme descrição constante no Anexo I do Edital do Pregão Presencial 085/2019. O valor total estimado é de R\$ 294.900,00 (duzentos e noventa e quatro mil e novecentos reais).

Nova Trento, 04 de novembro de 2019.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### PORTARIA Nº 841/2019 "B"

Publicação Nº 2224090

#### PORTARIA Nº 841/2019 "B"

#### Concessão de Férias

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

#### RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, ENIZETE TEREZINHA CADORIN, matrícula nº 7628, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 04/11/2019 a 03/12/2019, relativo ao período aquisitivo de 21/11/2017 a 20/11/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de novembro de 2019.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 850/2019

Publicação Nº 2222943

#### PORTARIA Nº 850/2019

#### Concede Licença para Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal LUANA DARÓS, matrícula nº 6554, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível IV, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Bairro Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, com efeitos a contar de 04 de novembro de 2019 até 19 de dezembro de 2019, conforme resultado pericial, datado de 08/11/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de novembro de 2019.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2019

Publicação Nº 2223094

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2019 – SRP 053 (EXCLUSIVAMENTE para participação de Microempresas - ME e/ou Empresas de Pequeno Porte - EPP)

Objeto: O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para aquisição de produtos e materiais para manter a assepsia do Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição do município de Nova Trento/SC, localizado na Rua Floriano Peixoto nº 151, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste PREGÃO. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega dos envelopes: até as 08:30 do dia 25/11/2019. Abertura das Propostas: às 09:00 horas do dia 25/11/2019. Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3211/3213 – compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

## RESULTADO HABILITAÇÃO E PROPOSTA - TOMADA DE PREÇO Nº 013/2019

Publicação Nº 2222879

ATA Nº 18 - Resultado do Julgamento da Habilitação e Proposta – Processo Licitatório nº 136/2019 – Tomada de Preço nº 013/2019 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Prestação de serviços de mão de Obra com fornecimento de material, para construção de Praça no bairro Mato Queimado município de Nova Trento, incluindo mão de obra, material (quando for o caso) e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual, houve a participação das seguintes empresas licitantes: JV EMPREENDIMENTOS LTDA. (CNPJ 16.978.577/0001-02); ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME (CNPJ 22.853.624/0001-94) e R C RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA. (CNPJ 00.171.486/0001-20). Da análise da documentação, constatou-se que todas As empresas atendiam ao solicitado no edital. Não havendo interposição de recursos contra o julgamento da habilitação, fundamentado nos termos do art. 43, inc. III da lei nº 8.666/93 e do edital. Passou-se a fase de abertura das propostas, na mesma data do julgamento da habilitação, ou seja, 11/11/2019 às 09:00 horas. Da análise das propostas, restou vencedora a empresa R C RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA. (CNPJ 00.171.486/0001-20) cuja proposta foi de R\$ 156.438,20 (cento e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte centavos).

Nova Trento (SC), 11 de novembro de 2019.

Aprigio José Botameli  
Presidente Comissão de Licitações

## RESUMO CONTRATO Nº 002/2019

Publicação Nº 2223092

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento - IPREVENT

CONTRATO Nº 002/2019

Origem: Compra Direta. Homologação: 11/11/2019.

Contratante: IPREVENT – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento, com sede à Rua Santo Inácio, Praça del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, CNPJ nº 04.529.689/0001-05.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA., com sede à Rua João Pessoa, 134, Centro, Criciúma/SC, CNPJ nº 00.456.865/0001-67.

Objeto do Contrato: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do aplicativo E-SOCIAL utilizando banco de dados relacional e prestação dos seguintes serviços especializados: Manutenção legal e corretiva durante o período contratual; Configuração e parametrização conforme procedimentos da entidade; Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s); Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado; Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado. O valor total é de R\$ 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais). Vigência: 11/11/2019 a 11/11/2020.

Nova Trento, 11 de novembro de 2019.

MOISÉS CIPRIANI  
Diretor

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONVÊNIO 007/2019

Publicação Nº 2223572

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA  
EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº.: 007/2019  
Concedente...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA  
Conveniente...: INSTITUTO MARIA SCMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO – IMAS  
Valor ..... : R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)  
Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 31/12/2019  
Chamamento Público .....: Nº.: 007/2019  
Recursos ..... : Dotação: 3.3.50.00.00.00.00.00 0720 (18)  
Objeto ..... : Gerenciamento, operacionalização e a execução, das atividades, ações e serviços de saúde no Hospital São Marcos de Nova Veneza, SC, inclusive em regime de plantão (24 horas por dia)

Nova Veneza/SC, 01 de outubro de 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

### HOMOLOGAÇÃO FMS - 007/2019

Publicação Nº 2223584

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 007/2019

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por intermédio de sua gestora, Sra. Maristela Regina Vitali Cúnico, torna público, para conhecimento dos interessados, a DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 007/2019, cujo objeto é o gerenciamento e a execução, das atividades, ações e serviços de Saúde no Hospital São Marcos de Nova Veneza, SC, inclusive em regime de plantão (24 horas por dia).

Homologa-se o resultado final do Chamamento Público n.º 007/2019, conforme decisão da Comissão de Seleção, nomeada por meio do Decreto n.º 425/19.

Nova Veneza, SC, 01 de outubro de 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal MARISTELA REGINA VITALI CÚNICO  
Secretária Municipal de Saúde

### LEI N.º 2.732, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2223388

LEI N.º 2.732, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

“REGULAMENTA O USO E A OCUPAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL HUMBERTO BORTOLUZZI E DA RUA COBERTA (RUA NICOLAU PEDERNEIRAS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei regulamenta o uso e a ocupação da Praça Municipal Humberto Bortoluzzi e da Rua Coberta (Rua Nicolau Pederneiras), e dá outras providências.

Art. 2º - A Praça Municipal Humberto Bortoluzzi e a Rua Coberta (Rua Nicolau Pederneiras) são bens públicos de uso comum do povo, nos termos do art. 99, inciso I, do Código Civil.

Art. 3º - O Poder Público Municipal poderá disponibilizar, nos bens públicos de que trata o art. 2º, espaços para utilização dos bares e restaurantes do entorno da Praça Municipal Humberto Bortoluzzi e da Rua Coberta (Rua Nicolau Pederneiras), mediante permissão de uso onerosa, após processo de credenciamento.

§ 1º - O edital de credenciamento especificará, no mínimo:



I – os produtos e serviços autorizados para comercialização no espaço público;

II – a padronização do mobiliário;

III - as condições para participação do processo de credenciamento;

IV – o preço público;

V – as sanções para casos de inadimplemento;

VI – a minuta do termo de permissão de uso.

§ 2º - Os permissionários deverão recolher, mensalmente, preço público fixado por ato do Poder Executivo Municipal.

§ 3º - Os permissionários ficarão responsáveis pela aquisição, organização, retirada, colocação, limpeza e manutenção do mobiliário necessário para a utilização de que trata o caput.

§ 4º - Ato do Poder Executivo Municipal regulamentará os dias e horários de funcionamento dos espaços de que trata o caput.

§ 5º - Fica vedada:

I – a colocação de qualquer tipo de identificação comercial dos permissionários no mobiliário colocado no espaço público;

II – a manipulação e produção de alimentos no espaço público;

III – a utilização do espaço cedido para realização de eventos de qualquer natureza, salvo mediante autorização da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, na forma do art. 4º;

IV – a colocação de mobiliário no passeio público;

V – a colocação de som amplificado nos espaços cedidos e no passeio público, ressalvada a utilização dentro dos ambientes privados ou mediante autorização da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

§ 6º - Não integrarão a permissão de uso os dias em que a Administração promoverá eventos nos locais, reservando-se o direito de solicitar com sete dias de antecedência aos permissionários, sem qualquer tipo de indenização.

Art. 4º - Fica a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo autorizada a outorgar autorização ou permissão de uso, gratuita ou remunerada, da Praça Municipal Humberto Bortoluzzi e da Rua Coberta (Rua Nicolau Pederneiras), para realização de apresentações artístico-culturais, feiras, exposições, shows, reuniões, workshops, eventos científicos e educacionais, a critério da Administração.

Parágrafo único - A outorga de que trata o caput deste artigo dar-se-á mediante Termo de Autorização de Uso ou Termo de Permissão de Uso, observadas as disposições constantes em Regulamento a ser expedido pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo e homologado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º - A utilização da Praça Municipal Humberto Bortoluzzi e da Rua Coberta (Rua Nicolau Pederneiras), quando remunerada, se dará mediante o recolhimento prévio do preço público, a ser fixado por ato do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - Ficam dispensados do pagamento do preço público os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 08 de novembro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 08 de novembro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



**LEI N.º 2.734, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223383

LEI N.º 2.734, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO NO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, SITUADO NA LOCALIDADE DE PICADÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, e. e., SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a criar novo perímetro urbano no Município de Nova Veneza, situado na Localidade de Picadão, que passará a ter a seguinte descrição:

Partindo do marco 01, coordenada plana 6.828.475,583 m Norte e 647.449,373 m Leste, deste, confrontando neste trecho com Paulo Destro, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 56,77 m e azimuth plano de 92°05'50" chega-se ao marco 02, deste, confrontando neste trecho com Luiz Carlos Destro, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 395,56 m e azimuth plano de 92°05'50" chega-se ao marco 03, deste, confrontando neste trecho com o Rio Mãe Luzia, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 67,90 m e azimuth plano de 168°21'54" chega-se ao marco 4, deste, confrontando neste trecho com o Rio Mãe Luzia, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 57,05 m e azimuth plano de 174°24'26" chega-se ao marco 5, deste, confrontando neste trecho com o Rio Mãe Luzia, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 103,60 m e azimuth plano de 182°08'18" chega-se ao marco 6, deste, confrontando neste trecho com Jerônimo Destro e a Rodovia Municipal Angelino Destro, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 590,19 m e azimuth plano de 273°16'40" chega-se ao marco 7, deste, confrontando neste trecho com Celezio Morona, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 90,56 m e azimuth plano de 2°59'33" chega-se ao marco 8, deste, confrontando neste trecho com Paulo Destro, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 112,21 m e azimuth plano de 92°10'02" chega-se ao marco 9, deste, confrontando neste trecho com Paulo Destro, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 123,53 m e azimuth plano de 2°17'18" chega-se ao marco 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 08 de novembro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 08 de novembro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**RESULTADO - TOMADA DE PREÇOS N.º 221/2019**

Publicação Nº 2222700

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA</b>  <b>CNPJ: 82.916.826/0001-60</b> <b>TRAV. OSVALDO BURIGO, 44</b> <b>C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 221/2019 - TP</b>  <b>Processo Administrativo: 221/2019</b> <b>Processo de Licitação: 221/2019</b> <b>Data do Processo: 25/10/2019</b>
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Construção de apoio central na Ponte Pierim Malgaressi

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 35/2019 (Sequência: 1)**

Ao(s) 11 de Novembro de 2019, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 335/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 221/2019, Licitação nº 221/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:****Participante: 7890 - LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Construção de apoio central na Ponte Pierim Malgaressi	SRV	1,00	LAJECRIL	0,0000	29.579,40	29.579,40
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>29.579,40</b>
<b>Total Geral -----&gt;</b>							<b>29.579,40</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Nova Veneza, 11 de Novembro de 2019

**COMISSÃO:**

Joana Maccarini Torquato - ..... - Presidente da Comissão de Licitação

Angélica Eyng - ..... - Membro

Julia Rodrigues Gava - ..... - Membro

Carlos Luciano Savi - ..... - Membro

Ivone Zocche - ..... - Suplente

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### DECRETO 2.580 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223221

DECRETO Nº 2.580 de 06 de Novembro de 2019.

Abre crédito adicional SUPLEMENTAR por excesso de arrecadação e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – II, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei Municipal Nº 584 de 08 de novembro de 2018;

CONSIDERANDO: Repasse fundo a fundo para despesas de custeio.

DECRETA:

Art. 1o – Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ R\$ 50.000.00 (Cinquenta mil reais) relativo a recursos vinculados:

60.00 – SECRET. DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.1.90-00.01.0072 aplicações diretas .....R\$ 50.000.00

TOTAL ..... R\$ 50.000.00

Art. 2o – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 06 de Novembro de 2019.

-----  
VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Aimar Francisco Pavelecini

Secretário de Administração e Fazenda

### EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DO TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2019

Publicação Nº 2223225

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 001/2019

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de Termo de Colaboração com a COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE – COOPERAL, CNPJ nº 07.161.133/0001-99, com sede na SC 157, Km 15, interior do município de Novo Horizonte - SC representado pelo seu Presidente Sr. Nelson Menegasso, CPF 753.968.749-53, residente e domiciliado na Comunidade de Linha Céu Azul, interior do Município de Novo Horizonte/SC, doravante denominado partícipe, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, bem como a Lei Municipal nº 600, de 06 de novembro de 2019, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida entidades sem fins lucrativos, conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração

RESUMO: Termo de Fomento com a COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE – COOPERAL, para execução do Plano de Trabalho apresentado, compreendendo a capacitação técnica dos produtores de leite do Município de Novo Horizonte/SC. de acordo com a relação de serviços descritos no Plano de Trabalho.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: A viabilização da produção leiteira em pequenas propriedades é uma das principais necessidades do setor produtivo do leite no Brasil. A aplicação de um conjunto de tecnologias e processos de gestão na atividade leiteira pode viabilizar a pequena propriedade através do aumento da escala de produção e da renda, mantendo a família no campo. Entretanto, o processo de transferência deve ser feito por meio de um treinamento efetivo dos técnicos e produtores do município, principalmente porque os modelos tradicionais de difusão de conhecimentos, tais como palestras e dias de campo, por exemplo, não são suficientes para capacitar tais produtores para a correta aplicação do conjunto tecnológico mais indicado.

No Estado de Santa Catarina a pecuária leiteira representa uma importante fonte de recursos para a agricultura familiar. A adoção das tecnologias pelos produtores, que tem como base o enfoque sistêmico e a ação multidisciplinar que serão desenvolvidas em cada propriedade, irá contribuir para o aumento da produção, da sustentabilidade do sistema de produção e maior rentabilidade de seus negócios.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente parceria para celebração do Termo COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE – COOPERAL, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014 c/c IN 14/2012 TCE/SC, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Inexigibilidade do Chamamento Público.

Nos termos dos §§ 1º; 2º; 3º e 4º do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, a presente justificativa de inexigibilidade poderá ser impugnada no prazo de 05 dias, sob pena de preclusão de impugnar os demais atos ulteriores.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Novo Horizonte/SC, em 11 de novembro de 2019.

Comissão Técnica:

Joselino Pandini  
Secretario SATOMA

Aimar Francisco Pavelecini  
Secretário de Administração e Fazenda

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Novo Horizonte (SC), 11 de novembro de 2019

IVONEI LUIZ PASTRE - Procurador  
OAB/SC Nº 18.971  
AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Publicada o presente extrato da Inexigibilidade do Chamamento Público 001/2019, aos 11 (onze) dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove (2019), no Mural Público, no site do município [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

## EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 024/2019

Publicação Nº 2222714

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 08.11.2019

OBJETO: Aquisição gêneros alimentícios para usuários do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS e Serviço de Fortalecimento de Vínculos do Município de Novo Horizonte/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: A.E.M. OESTE EIRELI ME  
Valor ..... : R\$. 516,28 (quinhentos e dezesseis reais e vinte e oito centavos)

Contratada...: NOAL E TREVISOL LTDA ME  
Valor ..... : R\$. 974,81 (novecentos e setenta e quatro reais e oitenta e um centavos)

Contratada...: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME  
Valor ..... : R\$. 693,37 (seiscentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos)

DATA: 08.11.2019 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 047/2019**

Publicação Nº 2222716

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 08.11.2019  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PARA O FIM DE REFORMA DE RESIDÊNCIAS

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA  
Valor ..... : 1.803,07 (um mil, oitocentos e três reais e sete centavos)

DATA: 08.11.2019 – Vandelei Sanagiotto – Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2019**

Publicação Nº 2223223

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento Nº.: 001/2019  
Partícipe...: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
Parceiro...: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE – COOPERAL  
Valor do Repasse ..... : R\$ 19.200,00 (Dezenove mil e duzentos reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais.  
Vigência ..... : Início: 11/11/2019 - Término: 11/11/2020  
Recursos ..... : 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 Manutenção da Agricultura e Meio Ambiente  
Objeto: Este Termo de Colaboração, decorrente de Edital de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 02/2019, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em plano de trabalho apresentado pela COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE – COOPERAL, CNPJ nº 07.161.133/0001-99, parte integrante do presente Termo de Colaboração, cuja finalidade específica consiste na FORMAÇÃO DE PROPRIEDADES REFERENCIA NA PRODUÇÃO DE LEITE PELA TECNOLOGIA BALDE CHEIO. O objeto deste Termo de Colaboração não envolve direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.  
Fundamento Legal: Nos termos dos §§ 1º; 2º; 3º e 4º do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações e Lei Municipal Nº 600/2019.

Novo Horizonte/SC, em 11 de Novembro de 2019 –  
VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PL PM Nº 049/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019**

Publicação Nº 2224342

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório Nº 049/2019-PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019 Sistema de Registro de Preços - Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM  
Objeto: Aquisição de Material de Limpeza para manutenção e higienização das Escolas Municipais de Novo Horizonte/SC conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital; Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min do dia 25.11.2019, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email: [licitacao@novohorizonte.sc.gov.br](mailto:licitacao@novohorizonte.sc.gov.br). Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie e Decreto nº 1.694/2009, de 20/10/2009, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 12 de novembro de 2019. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

**TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2019**

Publicação Nº 2223222

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2019.

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE E COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE/SC - COOPERAL.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.990.115/0001-87, com sede na Rua José Fabro, 01, centro, em Novo Horizonte/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Vanderlei Sanagiotto, CPF sob o nº 767.613.479/04, residente e domiciliado na Rodovia SC 157, Km 12,5, Centro, Município de Novo Horizonte/SC, doravante denominado partícipe e a COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE – COOPERAL, CNPJ nº 07.161.133/0001-99, com sede na SC 157, Km 15, interior do município de Novo Horizonte - SC representado pelo seu Presidente Sr. Nelson Menegasso, CPF 753.968.749-53, residente e domiciliado na Comunidade de Linha Céu Azul, interior do Município de Novo Horizonte/SC, doravante denominado partícipe, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, bem como a Lei Municipal nº 600, de 06 de novembro de 2019, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – Este Termo de Colaboração, decorrente de Edital de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 02/2019, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em plano de trabalho apresentado pela COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE – COOPERAL, CNPJ nº 07.161.133/0001-99, parte integrante do presente Termo de Colaboração, cuja finalidade específica consiste na FORMAÇÃO DE PROPRIEDADES REFERENCIA NA PRODUÇÃO DE LEITE PELA TECNOLOGIA BALDE CHEIO.

1.2 – O objeto deste Termo de Colaboração não envolve direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

2.1 – São obrigações da administração pública:

- a) Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;
- b) Registrar os atos de celebração, alienação, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Colaboração
- c) Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;
- d) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

2.2 – O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Colaboração;
- e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.

2.3 – Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;

2.4 – Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;

2.5 – Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

2.6 – Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

3.1 – São obrigações da organização da sociedade civil:

- a) Informar ao Município de Novo Horizonte todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;
- b) Divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:



- b.1) data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;
  - b.2) nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;
  - b.3) descrição do objeto da parceria;
  - b.4) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
  - b.5) situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;
  - b.6) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
  - c) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
  - d) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;
  - e) Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou da conclusão do objeto proposto, o que ocorrer primeiro.
  - f) Manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.
- 3.2 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1 – O Gestor deste Termo de Colaboração é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de divulgação do município, veiculado eletronicamente no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com poderes de controle e fiscalização.
- 4.2 – Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.
- 4.3 – São obrigações do Gestor:
- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
  - b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
  - c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;
  - d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
  - e) comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.
- 4.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas, cabendo ao Gestor:
- a) retornar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, quando for o caso, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens;
  - b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

- 5.1 – Este Termo de Colaboração terá vigência de 12 meses, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.
- 5.2 – A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Colaboração deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1 – Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Colaboração estão programados em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral do Município de Novo Horizonte para o exercício de 2019: Órgão 50 Secretaria de Agricultura Transportes Obras e Meio Ambiente, Unidade 02 Departamento De Agricultura e Meio Ambiente, Funcional 20.606.0015.2.028 Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, Planejamento Modalidade de Aplicação 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos Recurso Dotação 110

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

- 7.1 – Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Colaboração estão fixados em R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento referido na Cláusula Sexta.
- 7.2 - Os recursos financeiros serão transferidos em 12 (doze) parcelas sendo depositada em conta específica no Banco SICOOB, Agência 3076 Conta Corrente 35612-3, após a publicação do Termo, seguindo o cronograma estabelecido no Plano de Trabalho;

#### CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS



- 8.1 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso.
- 8.2 – Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.
- 8.3 – Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
- 8.4 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
- 8.5 – Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.
- 8.6 – Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, poderá ser admitida a realização de pagamentos em espécie, desde que sejam devidamente identificados os fornecedores e prestadores de serviços que receberão.
- 8.6.1 – Quem receber os pagamentos em espécie deverá emitir recibo com a data em que a transação foi efetuada, e obrigatoriamente deve conter no recibo a assinatura de quem está pagando e recebendo, devidamente identificados.
- 8.6.2 – Os saldos dos recursos repassados, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

#### CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 9.1 – O presente Termo de Colaboração deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.
- 9.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
- 9.3 – datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.
- 9.4 – O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não-execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
- 9.4.1 – extrato da conta bancária específica;
- 9.4.2 – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, discriminação dos serviços e dados da organização da sociedade civil;
- 9.4.3 – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- 9.4.4 – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;
- 9.4.5 – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso.
- 9.5 – Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
- 9.6 – A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
- 9.6.1 – relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;
- 9.6.2 – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.
- 9.7 – Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:
- 9.7.1 – os resultados já alcançados e seus benefícios;
- 9.7.2 – os impactos econômicos ou sociais;
- 9.7.3 – o grau de satisfação do público alvo;
- 9.7.4 – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
- 9.8 – A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir da data de liberação de cada parcela do recurso e ao final do término da vigência da parceria, ou, se a duração da parceria exceder um ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.
- 9.8.1 – O prazo referido no item 9.7 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.
- 9.8.2 – O disposto no item 9.7.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.
- 9.9 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:
- 9.9.1 – aprovação da prestação de contas;
- 9.9.2 – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.
- 9.10 – As prestações de contas serão avaliadas como:
- 9.10.1 – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
- 9.10.2 – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- 9.10.3 – irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:

9.10.4 – omissão no dever de prestar contas;

9.10.5 – descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

9.10.6 – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

9.10.7 – desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.11 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

9.12 – O prazo referido no item 9.11 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

9.13 – Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

9.14 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

10.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste Termo de Colaboração, quando for o caso, consideram-se remanescentes os bens de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no Termo e na legislação vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 – O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

12.2 – Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Colaboração, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

12.3 – A inexecução total ou parcial deste Termo de Colaboração por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

12.4 – É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

13.1.1 – advertência;

13.1.2 – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

13.1.3 – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 13.1.2.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de Novo Horizonte - SC, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – Os partícipes elegem o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Colaboração ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

15.2 – Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Colaboração.

Novo Horizonte - SC, 11 de novembro de 2019.

-----  
Vanderlei Sanagiotto  
Prefeito Municipal

-----  
Nelson Menegasso  
Presidente Cooperal

Testemunhas:

-----  
Aimar F. Pavelecini  
Cpf: 014.933.609-81

-----  
Juarez Zilli  
Cpf: 030.429.329-66

# Orleans

## PREFEITURA

### ATA DO SORTEIO DOS LEILOEIROS HABILITADOS - PROCESSO Nº 154/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2223047

ATA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 005/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2019

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ORLEANS PARA SORTEIO PÚBLICO DE ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DE LEILOEIROS HABILITADOS PARA PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ITEM 7.11 DO EDITAL DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO.

DATA: 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

OBJETO: Credenciamento de leiloeiros oficiais para a prestação de serviços de avaliação e alienação, por meio de licitação na modalidade leilão público, de bens móveis de propriedade do município de Orleans.

Às oito horas e quinze minutos, do dia onze de novembro de dois mil e dezenove na sala de reuniões do Setor de Licitações – localizada no pavimento térreo da sede da Prefeitura Municipal, na Rua XV de Novembro nº 282, nesta cidade de Orleans, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros titulares da Comissão Permanente de Licitações do Município designada pelo Decreto Nº 4.520/2019, para nos termos do item 7.11 do Edital dessa licitação, efetuar a sessão pública de sorteio da ordem de classificação dos leiloeiros credenciados. Participou da sessão pública o leiloeiro credenciado, o senhor Júlio Ramos Luz. Também participou na condição de testemunha a servidora do Setor Jurídico da Prefeitura de Orleans, Bianca Bagio. Inicialmente foram atribuídos números na ordem de 01 a 21 a cada leiloeiro classificado. Relacionados os números aos leiloeiros, efetuou-se então o sorteio através de números disposto em globo, tipo bingo, definido a ordem de classificação nos termos da lista em anexo a essa ata. Assim, ficou definido a ordem de classificação dos leiloeiros credenciados:

- 1º Colocado: Lúcio Ubilalli
- 2º Colocado: Ulisses Donizete Ramos
- 3º Colocado: Magano Luiz Serpa
- 4º Colocado: Anderson Luchtenberg
- 5º Colocado: Simone Wenning
- 6º Colocado: Paulo Pizzolatti Neto
- 7º Colocado: Etla Weiss da Costa
- 8º Colocado: Enéas Carrilho de Vasconcelos Neto
- 9º Colocado: Jeferson Eduardo Zampieri
- 10º Colocado: Daniel Elias Garcia
- 11º Colocado: Rodolfo Da Rosa Schontag
- 12º Colocado: Alex William Hope
- 13º Colocado: Michele Pacheco da Rosa Sandor
- 14º Colocado: Roger Wenning
- 15º Colocado: Marcus R. A. Samoel
- 16º Colocado: Diego Wolf de Oliveira
- 17º Colocado: Júlio Ramos Luz
- 18º Colocado: Janine Ledoux Krobél Lorenz
- 19º Colocado: César Luiz Moresco
- 20º Colocado: Giovânio Ávila Alves
- 21º Colocado: Diórgenes V. Jorge.

Após o sorteio e sem mais nada a declarar, o Presidente da Comissão de Licitação e demais membros encerraram a sessão.

Assim, encaminha-se a presente ata para publicação nos meios legais.

Fábio Salvador  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Paloma Volpato Laurindo  
Membro

Valdirene Baschiroto  
Membro

Bianca Bagio  
Testemunha

Júlio Ramos Luz  
Credenciado

**CONTRATO Nº 103/2019 PREFEITURA**

Publicação Nº 2222925

Contrato Nº.: 103/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada...: ELETRICA SAO CLEMENTE LTDA  
Valor ..... : 68.767,00 (sessenta e oito mil setecentos e sessenta e sete reais)  
Vigência ..... : Início: 11/11/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (3) Saldo: 172.217,92  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO NATAL DOS SONHOS 2019, NO MUNICÍPIO DE ORLEANS.  
Orleans, 11 de Novembro de 2019  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 104/2019 PREFEITURA**

Publicação Nº 2222926

Contrato Nº.: 104/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada...: MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME  
Valor ..... : 684,32 (seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/11/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (3) Saldo: 172.217,92  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO NATAL DOS SONHOS 2019, NO MUNICÍPIO DE ORLEANS.  
Orleans, 11 de Novembro de 2019  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº 105/2019 PREFEITURA**

Publicação Nº 2222931

Contrato Nº.: 105/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada...: NICOLAU SATURNINO VIEIRA  
Valor ..... : 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)  
Vigência ..... : Início: 11/11/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (3) Saldo: 172.217,92  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO NATAL DOS SONHOS 2019, NO MUNICÍPIO DE ORLEANS.  
Orleans, 11 de Novembro de 2019  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL CHAMAMENTO EFETIVAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 002/2019**

Publicação Nº 2224347

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019 mediante o qual ficam CONVOCADOS, para nomeação, o candidato aprovado no Concurso Público nº 002/2019, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, no prazo de 15 dias, munido de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 002/2019 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o

exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 002/2019, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas.

NOME	CARGO	CH
FABIANO BOGER MATEI	MOTORISTA	40 h

Orleans, 12 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

## **ERRATA DECRETO 4.669 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223648

ERRATA DECRETO MUNICIPAL Nº 4.669 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS NO DIA 08/11/2019, EDIÇÃO 2219312, PAGINA 990.

Onde se lê:

Nomeia membro ad hoc para comissão permanente de licitação e dá outras providências.

Leia-se:

Nomeia Membro ad hoc para da equipe de Apoio e dá outras providências.

Onde se lê:

O Prefeito Municipal de Orleans nomeia como membro Ad HOC, para atuar junto a Comissão Permanente de Licitação, especificamente no processo 205, Pregão Presencial n. 110/2019, serviços de eletricitista, em substituição da servidora Rosana Tezza Wassen Baschiroto, a servidora pública municipal efetiva Valdineia Frasson Debiasi.

Leia-se:

O Prefeito Municipal de Orleans nomeia como membro Ad HOC, para atuar junto a Equipe de Apoio, especificamente no processo 205, Pregão Presencial n. 110/2019, serviços de eletricitista, em substituição da servidora Rosana Tezza Wassen Baschiroto, a servidora pública municipal efetiva Valdineia Frasson Debiasi.

\*PERMANECEREM EM VIGOR AS DEMAIS DISPOSIÇÕES.

Orleans/SC, 11 de novembro de 2019, 135 anos da Fundação e 105 anos da Emancipação Política.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

## **PORTARIA 26 2019**

Publicação Nº 2223666

PORTARIA – 26/2019 Orleans-SC., 08 de novembro de 2019

O Sr. FÁBIO ECHELI BETT, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, autarquia do Município de Orleans-SC, nomeado pela Portaria n. 017/2017, do Chefe do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições, de acordo com o anexo IX, da Lei n. 1.786/2003, tendo em vista a competência que lhe é atribuída pelo parágrafo único, do Decreto n. 4.227/2018, com a alteração introduzida na redação do Parágrafo único, do art. 1º, pelo Decreto n. 4.509/2019, e

RESOLVE

1 – Constituir Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, integrada pelo servidor Ângelo Éder Pavei, na condição de Presidente, e o servidor Édi Horácio Paladini como seu chefe imediato, para, em atenção ao disposto no § 3º, do art. 39, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município – LC n. 1929/2005, realizar a avaliação de desempenho do primeiro ano de exercício das atividades do servidor Feliipe Wiggers Iung, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE, cumprindo as demais formalidades estabelecidas no referido Decreto n. 4.227/2018.

2 – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO ECHELI BETT  
Diretor do SAMAE

## **PORTARIA 27 2019**

Publicação Nº 2223669

PORTARIA – 27/2019 Orleans-SC., 08 de novembro de 2019

O Sr. FÁBIO ECHELI BETT, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, autarquia do Município de Orleans-SC, nomeado pela Portaria n. 017/2017, do Chefe do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições, de acordo com o anexo IX, da Lei n. 1.786/2003, tendo em vista a competência que lhe é atribuída pelo parágrafo único, do Decreto n. 4.227/2018, com a alteração introduzida



na redação do Parágrafo único, do art. 1º, pelo Decreto n. 4.509/2019, e  
RESOLVE

1 – Constituir Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, integrada pelo servidor Ângelo Éder Pavei, na condição de Presidente, e o servidor Édi Horácio Paladini como seu chefe imediato, para, em atenção ao disposto no § 3º, do art. 39, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município – LC n. 1929/2005, realizar a avaliação de desempenho do primeiro ano de exercício das atividades do servidor Marciel Dela Justina, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE, cumprindo as demais formalidades estabelecidas no referido Decreto n. 4.227/2018.

2 – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO ECHELI BETT

Diretor do SAMAE

## PROCESSO Nº 218/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2223090

PROCESSO Nº 218/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 60/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARTEIRINHA DE AUTORIZAÇÃO PARA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS E SUAS DEPENDÊNCIAS, PAPEL: 180G OFF-SET, CORES: 4X0, TAM: 14CM ALTURA X 9,5CM COMPRIMENTO, COM DOBRAGEM NO MEIO.

Fundamento legal: Art. 24 Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

EMPRESA: GRÁFICA DO LELO LTDA ME.

VALOR TOTAL: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais)

Dotação: 17/2019 – Manutenção da Administração Geral

Orleans - SC, 11 de Novembro de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

## PROCESSO Nº 219/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2223588

PROCESSO Nº 219/2019

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 119/2019

REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E BAZAR.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 28/11/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 29/11/2019, às 08h15min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 11 de Novembro de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

## PROCESSO Nº 220/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2223924

PROCESSO Nº 220/2019

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 120/2019

REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE TOLDOS, LONAS, PLOTAGENS, DEFLETORES, MALOTES E PELÍCULAS COM INSTALAÇÃO PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS SECRETARIAS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. (PROCESSO MULTIENTIDADE).

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 28/11/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 29/11/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 11 de Novembro de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal



# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### PREGÃO 036/2019

Publicação Nº 2224080

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA  
EDITAL PREGÃO Nº 036/2019

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para contratação de empresa especializada para construção de portais de entrada dos Bairros. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 26/11/2019 e abertura da sessão será às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 11/11/2019.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO EDITAL 006/SMS/2019

Publicação Nº 2224238

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPALIDADE DE PALHOÇA (SC)  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO  
EDITAL 006/SMS/2019

A Prefeitura Municipal de Palhoça, através da Secretaria de Saúde do Município de Palhoça, comunica aos interessados que a partir do dia 12 de novembro de 2019 estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Público – Edital 006/SMS/2019, para contratação, em caráter temporário para o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário e Odontólogo 30 horas.

Período de Inscrição: 12 de novembro de 2019 a 02 de dezembro de 2019 das 13h30min às 18h30 min.

Palhoça (SC), 11 de novembro de 2019.  
Camilo Nazareno Pagani Martins  
Prefeito de Palhoça

Rosinei de Souza Horacio  
Secretário Municipal de Saúde

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 214/2019

Publicação Nº 2223445

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº214/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº 214/2019, no dia 13 de dezembro de 2019, às 14h00min, na Sala de reuniões da Comissão de Licitação, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. A CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 214/2019 tem como objeto a contratação de empresa especializada para retomada da construção da UPA SUL, (término e reparos) no bairro Pinheira, com área a ser de 1.153,92 m², (hum mil, cento e cinquenta e três vírgula noventa e dois metros quadrados), neste Município, incluindo mão de obra e fornecimento de todos os materiais necessários para construção, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 11 de novembro de 2019. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/19-ASSISTÊNCIA

Publicação Nº 2222643

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº001/2019 do PREGÃO Nº159/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresa PALHOÇA GÁS E ÁGUA EIRELI EPP. OBJETO Aquisição de gás de cozinha para atender os serviços da Secretaria de Assistência Social e seus Programas ( CRAS, CREAS, SCFV, Abrigos, Centro do Idoso, PETI, SAS ) para o ano de 2019, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de PreçosVALOR: R\$58.300,00 (cinquenta e oito mil e trezentos reais). DATA: 14/01/2019 A 13/01/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/19-P**

Publicação Nº 2222678

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº001/2019 do PREGÃO Nº0169/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BDG CLIMATIZAÇÃO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO EIRELI. OBJETO:Contratação de empresa para execução de Serviços de Instalação, Desinstalação, Manutenção e Fornecimento de peças para Ar Condicionado, para todas as Secretarias, Fundos e Autarquias., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil). DATA: 03/01/2019 A 02/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/19-P**

Publicação Nº 2222681

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº002/2019do PREGÃO Nº168/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaÔMEGA ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA. OBJETO:Contratação de serviços para confecção de Carnes de IPTU e Carnes de IPTU + TAXA de LIXO, referente ao ano de 2019 para a Secretaria de Fazenda e SAMAE de Palhoça., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de PreçosVALOR: R\$319.300,00 (trezentos e dezenove mil e trezentos reais). DATA: 07/01/2019 A 06/01/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/19-P**

Publicação Nº 2222683

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 003/2019 do PREGÃO Nº 166/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELE - EPP. OBJETO: Aquisição de materiais de construção e elétricos para pequenos reparos e/ou substituição nas Unidades de Ensino Fundamental e Infantil, deste Município., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 94.631,88 (noventa e quatro mil seiscentos e trinta e um real e oitenta e oito centavos). DATA: 07/01/2019 A 06/01/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/19-P**

Publicação Nº 2222685

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 004/2019 do PREGÃO Nº 166/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa T.J.L COMERCIO E ATACADO EIRELI - ME. OBJETO: Aquisição de materiais de construção e elétricos para pequenos reparos e/ou substituição nas Unidades de Ensino Fundamental e Infantil, deste Município., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços VALOR: R\$ 50.767,45 cinquenta mil setecentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos). DATA: 08/01/2018 A 07/01/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/19-P**

Publicação Nº 2222689

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº005/2019 do PREGÃO Nº122/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresa989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO:aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis - CARNES E FRANGOS, para as Unidades de Ensino deste Município, para atender ao cardápio escolar proposto pelo quadro técnico de nutricionistas a toas as unidades de ensino atendidas pelo município de Palhoça no ano de 2019., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$426.800,00 (quatrocentos e vinte e seis mil e oitocentos reais). DATA: 08/01/2019 A 07/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/19-P**

Publicação Nº 2222693

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITUA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 006/2019 do PREGÃO Nº 122/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SATÉLITE COMERCIAL LTDA ME. OBJETO: aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis - CARNES E FRANGOS, para as Unidades de Ensino deste Município, para atender ao cardápio escolar proposto pelo quadro técnico de nutricionistas a toas as unidades de ensino atendidas pelo município de Palhoça no ano de 2019., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços VALOR: R\$ 48.450,00 (quatro e oito mil quatrocentos e cinquenta reais). DATA: 08/01/2019 A 07/01/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/19-P**

Publicação Nº 2222694

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITUA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 007/2019 do PREGÃO Nº 178/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA. OBJETO: Fornecimento de materiais necessários à continuidade da execução da obra de implantação de rede de abastecimento de água, Praia da Pinheira e Guarda do Embaú (Adutora de Água Bruta - AAB), referente ao Convênio/Contrato de Repasse com a Caixa Econômica Federal (CEF) nº 0237.832-66/2007 e através de Contrato de Prestação de Serviços nº 099/2014 com a Empresa STC Serviços de Terraplanagem e Construção, sendo que esses materiais devidos ficaram ao cargo da municipalidade. Local de entrega: Estrada Geral de Morretes, Pinheira - Palhoça (SC), em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços VALOR: R\$ 1.366.200,00 (um milhão trezentos e sessenta e seis mil e duzentos reais). DATA: 10/01/2019 A 09/01/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/19-P**

Publicação Nº 2222698

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITUA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 008/2019 do PREGÃO Nº 178/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIP. LTDA EPP. OBJETO: Fornecimento de materiais necessários à continuidade da execução da obra de implantação de rede de abastecimento de água, Praia da Pinheira e Guarda do Embaú (Adutora de Água Bruta - AAB), referente ao Convênio/Contrato de Repasse com a Caixa Econômica Federal (CEF) nº 0237.832-66/2007 e através de Contrato de Prestação de Serviços nº 099/2014 com a Empresa STC Serviços de Terraplanagem e Construção, sendo que esses materiais devidos ficaram ao cargo da municipalidade. Local de entrega: Estrada Geral de Morretes, Pinheira - Palhoça (SC), em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais). DATA: 10/01/2019 A 09/01/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/19-P**

Publicação Nº 2222699

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº009/2019 do PREGÃO Nº178/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaPORTINARI DISTRIBUIÇÃO E IMPORTACAO LTDA EPP. OBJETO:Fornecimento de materiais necessários à continuidade da execução da obra de implantação de rede de abastecimento de água, Praia da Pinheira e Guarda do Embaú (Adutora de Água Bruta - AAB), referente ao Convênio/Contrato de Repasse com a Caixa Econômica Federal (CEF) nº 0237.832-66/2007 e através de Contrato de Prestação de Serviços nº 099/2014 com a Empresa STC Serviços de Terraplanagem e Construção, sendo que esses materiais devidos ficaram ao cargo da municipalidade. Local de entrega: Estrada Geral de Morretes, Pinheira - Palhoça (SC), em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de RegistrodePreços. VALOR: R\$235.550,60 (duzentos e trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais e sessenta centavos). DATA: 10/01/2019 A 09/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/19 BOMBEIROS**

Publicação Nº 2222881

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL FUMPRESI - PALHOÇA

ATA Nº 010/2019 do PREGÃO Nº 093/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JALUZA IZABEL DE OLIVEIRA. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e de mão de obra para manutenção de embarcações e equipamentos marítimos do Corpo de Bombeiros de Palhoça, conforme Termo de Referência e Normas Internacionais de Segurança. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/19-P**

Publicação Nº 2222701

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº010/2019 do PREGÃO Nº178/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaCORR PLASTIK INDUSTRIAL LIMITADA. OBJETO:- Fornecimento de materiais necessários à continuidade da execução da obra de implantação de rede de abastecimento de água, Praia da Pinheira e Guarda do Embaú (Adutora de Água Bruta - AAB), referente ao Convênio/Contrato de Repasse com a Caixa Econômica Federal (CEF) nº 0237.832-66/2007 e através de Contrato de Prestação de Serviços nº 099/2014 com a Empresa STC Serviços de Terraplanagem e Construção, sendo que esses materiais devidos ficaram ao cargo da municipalidade. Local de entrega: Estrada Geral de Morretes, Pinheira - Palhoça (SC), em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de RegistrodePreçosVALOR: R\$713.003,50 (setecentos e treze mil, três reais e cinquenta centavos). DATA: 10/01/2019 A 09/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/19-P**

Publicação Nº 2222704

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº011/2019 do PREGÃO Nº166/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaJ.M.C JUNKES MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA EPP. OBJETO:Aquisição de materiais de construção e elétricos para pequenos reparos e/ou substituição nas Unidades de Ensino Fundamental e Infantil, deste Município., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema deRegistrodePreços,VALOR: R\$113.852,57 (cento e treze mil oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos). DATA: 11/01/2019 A 10/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/19-P**

Publicação Nº 2222707

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº012/2019 do PREGÃO Nº162/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaEDIGA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME. OBJETO:Aquisição de gêneros alimentícios (HORTIFRUTIS, OVOS E PÃES) para atender ao cardápio escolar proposto pelas nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça para o ano de 2019., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de PreçosVALOR: R\$1.328.310,00 (um milhão trezentos e vinte e oito mil, trezentos e dez reais). DATA: 11/01/2019 A 10/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/19-P**

Publicação Nº 2222708

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº013/2019 do PREGÃO Nº162/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaGIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO:Aquisição de gêneros alimentícios (HORTIFRUTIS, OVOS E PÃES) para atender ao cardápio escolar proposto pelas nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça para o ano de 2019., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$179.600,00 (cento e setenta e nove mil e seiscentos reais). DATA: 11/01/2019 A 10/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/19-P**

Publicação Nº 2222713

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº014/2019 do PREGÃO Nº162/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaPADARIA E CONFEITARIA DANIPAN LTDA. OBJETO:Aquisição de gêneros alimentícios (HORTIFRUTIS, OVOS E PÃES) para atender ao cardápio escolar proposto pelas nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça para o ano de 2019., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de PreçosVALOR: R\$775.809,50(setecentos e setenta e cinco miloitocentos e nove reais e cinquenta centavos). DATA: 11/01/2019 A 10/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/19-P**

Publicação Nº 2222715

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº015/2019 do PREGÃO Nº122/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaDUDA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME. OBJETO:aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis - CARNES E FRANGOS, para as Unidades de Ensino deste Município, para atender ao cardápio escolar proposto pelo quadro técnico de nutricionistas a toas as unidades de ensino atendidas pelo município de Palhoça no ano de 2019., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$1.267.500,00 (um milhão duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais). DATA: 15/01/2019 A 14/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/19-P**

Publicação Nº 2222718

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº016/2019 do PREGÃO Nº174/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaBARRAÇÃO DECORAÇÕES LTDA ME. OBJETOAquisição de Forro de PVC, Manta Térmica, divisórias, portas e vidros com instalação, para as Unidades de Ensino Fundamental, Centros de Educação Infantil e nos Prédios Administrativos da Secretaria de Educação deste Município., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$48.200,00 (quarenta e oito mil e duzentos reais). DATA: 15/01/2019 A 14/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/19-P**

Publicação Nº 2222722

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº017/2019 do PREGÃO Nº0166/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaPEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME. OBJETO:Aquisição de materiais de construção e elétricos para pequenos reparos e/ou substituição nas Unidades de Ensino Fundamental e Infantil, deste Município., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 102.390,00(cento e dois mil trezentos e noventa reais). DATA: 10/01/2019 A 09/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/19-P**

Publicação Nº 2222774

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº018/2019 do PREGÃO Nº155/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaR&G REPRESENTAÇÕES E COMERCIO LTDA - EPP. OBJETO:Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis (Margarina, Requeijão, Requeijão sem lactose, Iogurtes sem lactose e sem adição de açúcar, pão sem glúten, Aipim cru congelado e suco de laranja natural) para atender ao cardápio escolar proposto pelo quadro técnico de nutricionistas da Diretoria de Nutrição Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino deste Município no ano de 2019., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$53.370,00 (cinquenta e tres mil trezentos e setenta reais). DATA: 17/01/2019 A 16/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/19-P**

Publicação Nº 2222776

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº019/2019 do PREGÃO Nº155/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaSATÉLITE COMERCIAL LTDA ME. OBJETO:Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis (Margarina, Requeijão, Requeijão sem lactose, Iogurtes sem lactose e sem adição de açúcar, pão sem glúten, Aipim cru congelado e suco de laranja natural) para atender ao cardápio escolar proposto pelo quadro técnico de nutricionistas da Diretoria de Nutrição Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino deste Município no ano de 2019., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$243.700,00 (duzentos e quarenta e três mil e setecentos reais). DATA: 17/01/2019 A 16/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/19-P**

Publicação Nº 2222779

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº020/2019 do PREGÃO Nº155/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaMOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP. OBJETO:Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis (Margarina, Requeijão, Requeijão sem lactose, Iogurtes sem lactose e sem adição de açúcar, pão sem glúten, Aipim cru congelado e suco de laranja natural) para atender ao cardápio escolar proposto pelo quadro técnico de nutricionistas da Diretoria de Nutrição Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino deste Município no ano de 2019., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$64.128,00 (sessenta e quatro mil cento e vinte e oito reais).DATA: 17/01/2019 A 16/01/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/19-P**

Publicação Nº 2222785

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº021/2019 do PREGÃO Nº161/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaGIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO:aquisição de gêneros alimentícios Menos Perecíveis a serem utilizados na Alimentação Escolar dos alunos matriculados na rede pública de ensino deste Município. Os quantitativos ESTIMADOS foram embasados nos cardápios elaborados pelas Nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça para o ano de 2019., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$484.268,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil duzentos e sessenta e oito reais). DATA: 17/01/2019 A 16/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/19-P**

Publicação Nº 2222789

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº022/2019 do PREGÃO Nº161/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP. OBJETO:aquisição de gêneros alimentícios Menos Perecíveis a serem utilizados na Alimentação Escolar dos alunos matriculados na rede pública de ensino deste Município. Os quantitativos ESTIMADOS foram embasados nos cardápios elaborados pelas Nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça para o ano de 2019, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$93.430,00 (noventa e tres mil quatrocentos e trinta reais). DATA: 17/01/2019 A 16/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/19-P**

Publicação Nº 2222795

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº023/2019 do PREGÃO Nº161/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaMAYCON WILL EIRELI EPP. OBJETO:de gêneros alimentícios Menos Perecíveis a serem utilizados na Alimentação Escolar dos alunos matriculados na rede pública de ensino deste Município. Os quantitativos ESTIMADOS foram embasados nos cardápios elaborados pelas Nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça para o ano de 2019, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$209.558,00 (duzentos e nove mil quinhentos e cinquenta e oito reais). DATA: 17/01/2019 A 16/01/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/19-P**

Publicação Nº 2222799

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº024/2019 do PREGÃO Nº161/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaSATÉLITE COMERCIAL LTDA ME. OBJETO:Aquisição de gêneros alimentícios Menos Perecíveis a serem utilizados na Alimentação Escolar dos alunos matriculados na rede pública de ensino deste Município. Os quantitativos ESTIMADOS foram embasados nos cardápios elaborados pelas Nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça para o ano de 2019, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$670.783,50 (seiscentos e setenta mil setecentose oitenta e três reais e cinquenta centavos). DATA: 17/01/2019 A 16/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/19-P**

Publicação Nº 2222804

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº025/2019 do PREGÃO Nº161/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaVOA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI. OBJETO:Aquisição de gêneros alimentícios Menos Perecíveis a serem utilizados na Alimentação Escolar dos alunos matriculados na rede pública de ensino deste Município. Os quantitativos ESTIMADOS foram embasados nos cardápios elaborados pelas Nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça para o ano de 2019., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$142.219,00 (cento e quarenta e dois mil duzentos e dezenove reais). DATA: 17/01/2019 A 16/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/19-P**

Publicação Nº 2222808

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº026/2019 do PREGÃO Nº165/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaSINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA. OBJETO:Contratação de empresa para fornecimento e instalação de placas, tintas, e serviço, conforme prevê o CTB. Serviços e produtos a serem aplicados nas vias deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$1.638.843,56 (um milhão seiscentos e trinta e oito mil oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos). DATA: 21/01/2019 A 20/01/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/19-P**

Publicação Nº 2222810

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº027/2019 do PREGÃO Nº165/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresa MM SINALIZACAO E CONSERVACAO VIARIA EIRELI - ME. OBJETO:tintas, e serviço, conforme prevê o CTB. Serviços e produtos a serem aplicados nas vias deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 116.457,22 (cento e dezesseis mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos). DATA: 21/01/2019 A 20/01/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/19 P**

Publicação Nº 2222885

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 104/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SCHEYLLA DE MENDONÇA - ME. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.VALOR: R\$22.633,00 (vinte e dois mil e seiscentos e trinta e três reais). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/19 P**

Publicação Nº 2222888

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 105/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMP1 INFORMATICA LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.VALOR: R\$32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/19 P**

Publicação Nº 2222890

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 106/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PERFORM TECNOLOGIA EIRELI - EPP. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$308.125,50 (trezentos e oito mil, cento e vinte e cinco reais e cinquenta centavos). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/19 P**

Publicação Nº 2222892

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 107/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$6.440,00 (seis mil e quatrocentos e quarenta reais). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/19 P**

Publicação Nº 2222895

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 108/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa WERSA LICENCIAMENTO DE SOFTWARE LTDA. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R R\$14.000,00 (quatorze mil reais). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/19 P**

Publicação Nº 2222896

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 109/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$20.365,00 (vinte mil e trezentos e sessenta e cinco reais) DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/19 P**

Publicação Nº 2222899

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 110/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa REI DOS REIS COM ATAC E VAR DE EQUIP DE INF LTDA. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$116.450,00 (cento e dezesseis mil e quatrocentos e cinquenta reais). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/19 P**

Publicação Nº 2222900

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 111/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$140.310,00 (cento e quarenta mil e trezentos e dez reais). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/19 P**

Publicação Nº 2222902

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 112/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JEFERSON DA SILVEIRA. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$32.250,00 (trinta e dois mil e duzentos e cinquenta reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/19 P**

Publicação Nº 2222904

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 113/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PAULINEIA LOTTERMANN REIS. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$19.270,00 (dezenove mil e duzentos e setenta reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/19 P**

Publicação Nº 2222906

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 114/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa L. MOHR LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$4.455,00 (quatro mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/19 P**

Publicação Nº 2222910

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 115/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$62.840,00 (sessenta e dois mil e oitocentos e quarenta reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/19 P**

Publicação Nº 2222913

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 116/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ARTEMÓVEIS SOLUÇÕES E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através

do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$222.260,00 (duzentos e vinte e dois mil e duzentos e sessenta reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

#### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/19 P**

Publicação Nº 2222919

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 117/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TECNOLAR LTDA. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$6.735,00 (seis mil e setecentos e trinta e cinco reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

#### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/19 P**

Publicação Nº 2222923

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 118/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VITTAFLX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E COLCHÕES LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$17.997,00 (dezesete mil e novecentos e noventa e sete reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

#### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/19 P**

Publicação Nº 2222924

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 119/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$115.040,00 (cento e quinze mil e quarenta reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

#### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/19 P**

Publicação Nº 2222929

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 120/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - UNICLASSE IND COM LTDA ME. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$9.390,00 (nove mil e trezentos e noventa reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

#### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/19 P**

Publicação Nº 2222933

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 121/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$60.835,00 (sessenta mil e oitocentos e trinta e cinco reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/19 P**

Publicação Nº 2222934

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº122/2019 do PREGÃO Nº109/2019– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaELETRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de Baterias automotivas para suprir as necessidades da frota do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias.Registro de Preços - em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR R\$161.923,40 (cento e sessenta e um mil, novecentos e vinte e três reais e quarentacentavos).DATA: 29/07/2019 A 28/07/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

**PORTARIA 144/2019**

Publicação Nº 2223431

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar

Portaria 144/2019

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 96/2010. RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR o servidor GUILHERME AGUIAR LOPES, matrícula 3745134-1, como VOGAL para Processo Administrativo Disciplinar n. 10005/2019 em substituição ao vogal Maikon Abeni Raulino, Matrícula: 400734.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça 04 de Novembro de 2019.

Cristina Schwinden Schmidt

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 145/2019**

Publicação Nº 2223435

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar

Portaria 145/2019

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora Raquel Coelho - matrícula 128793, para substituir o membro Edinalda Silveira de Souza Pires, matrícula – matrícula 129563, Secretária na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nos processos nº: 21377/2019; 10005/2019; 15338/2019; 4870/2017; 10954/2019; 13191/2019; 23233/2019; 17888/2019; 23550/2019; 3716/2019; 8628/2016; 15451/2019; 24238/2018 e 13244/2019.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça 04 de Novembro de 2019.

Cristina Schwinden Schmidt

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 147/2019**

Publicação Nº 2223386

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: palhoca.atende.net

PORTARIA N. 147/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 096/2010.



Considerando o Memorando n. 54.878/2019 da Secretaria da Saúde

**RESOLVE**

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguida à servidora pública D.B.N. nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar n. 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, inobserva as normas legais e regulamentares, é inassídua e impontual na atribuição de suas funções.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que estão descritos a seguir individualizados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786 - Presidente
- B) RAQUEL COELHO – mat. 128793 - Secretária
- C) MAIKON ABENI RAULINO - mat. 400734 – Vogal

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

3.1 3.1 A Não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Palhoça - SC, em 05 de Novembro de 2019.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 148/2019**

Publicação Nº 2223389

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: palhoca.atende.net

PORTARIA N. 148/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 096/2010.

Considerando o Memorando n. 54.878/2019 da Secretaria da Saúde

**RESOLVE**

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguida à servidora pública K. L. A. nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar n. 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, inobserva as normas legais e regulamentares, é inassídua e impontual na atribuição de suas funções.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que estão descritos a seguir individualizados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786 - Presidente
- B) RAQUEL COELHO – mat. 128793 - Secretária
- C) MAIKON ABENI RAULINO - mat. 400734 – Vogal

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

3.1 3.1 A Não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Palhoça - SC, em 05 de Novembro de 2019.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 149/2019**

Publicação Nº 2223407

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar

Portaria 149/2019

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 96/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora Mariza Adriana do Nascimento Schoeffer, matrícula: 128090, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar n. 24840/2019 em desfavor do (a) servidor (a) D. B.N., sob Portaria n. 147/2019.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça 15 de outubro de 2019.  
CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 150/2019**

Publicação Nº 2223410

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 30475531 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: [www.palhoca.scv.gov.br](http://www.palhoca.scv.gov.br)

PORTARIA Nº 150/2019

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar nº 9455/2019

RESOLVE:

Substituir a servidora EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES - mat. 129563, pela servidora RAQUEL COELHO mat. 128793, na função de secretária da comissão.

Palhoça - SC, em 11 de novembro de 2019  
CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária Municipal de Administração

**RESULTADO DO PG 191-2019**

Publicação Nº 2223674

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 191/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO nº 191 -2019, que tem como objeto aquisição de artefatos de cimento, tubos de concreto para utilização na construção de redes pluviais e obras de sistema de drenagens do município de Palhoça - SC, pelo sistema de registro de preço.  
CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

Licitante	Itens	Valor
Sólida Serv. Mão de Obra	Todos os itens	562.426,00

Palhoça, 11 de Novembro 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**RESULTADO PREGÃO 176/2019**

Publicação Nº 2224190

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 176/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento, colocação e remoção de películas e confecção de tapetes tipo capachos, para as Unidades da Rede Municipal de Saúde deste Município e demais setores da Secretaria de Saúde, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do Edital.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

CENTRO DE PELÍCULAS EIRELI ficou classificada em 1º lugar no lote 01 totalizando R\$17.900,00 (dezessete mil e novecentos reais).

COMERCIAL SAMPAIO EIRELE ficou classificada em 1º lugar no lote 02 totalizando R\$16.740,00 (dezesesseis mil e setecentos e quarenta reais).

Palhoça, 11 de novembro de 2019.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 50/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018**

Publicação Nº 2223828

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 50/2019, AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 27/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018– PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. OBJETO: – Fica acrescido o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil e reais), no percentual de 23,01% do valor atualizado do contrato nº 027/2018.

DATA: 11/11/2019.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA****PORTARIA IPPA Nº 125/2019**

Publicação Nº 2223680

PORTARIA Nº 125/2019

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora Elsa Maria da Silva.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

**Resolve:**

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora Elsa Maria da Silva, detentora da matrícula funcional nº 121479-02, inscrita no CPF sob o 539.113.509-53 e no PIS/PASEP sob o nº 108.274.282-59, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Série/Anos Iniciais, Nível: DOC 3, Letra: G, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de novembro de 2019.

Milton Luiz Espindola

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos

Presidente do IPPA

Assistente Administrativo Matrícula 300169-01

IPPA/mtbf

**PORTARIA IPPA Nº 126/2019**

Publicação Nº 2223685

**PORTARIA Nº 126/2019**

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88, com redação dada pela EC 41/2003, e alterações promovidas pela EC nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/01 e declara a vacância do cargo público da servidora Susana Angélica da Silva.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016.

Resolve,

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88, com redação dada pela EC 41/2003, e alterações promovidas pela EC nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora Susana Angélica da Silva, detentora da matrícula funcional nº 800485-01, inscrita no CPF sob o Nº 744.123.029-20 e no PIS/PASEP sob o nº 1.900.288.925-1, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível: ANF-B-1, Letra: D, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 63,33% (sessenta e três virgula trinta e três por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de novembro de 2019

Milton Luiz Espindola  
Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300054-01

# Palmeira

## PREFEITURA

### PL\_FMS\_11\_PP\_08\_AQUISIÇÃO DE VEÍCULO

Publicação Nº 2223840

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/ PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 11/2018

O município de PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 01.610.566/0001-06, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro, em Palmeira/SC, representada por sua Prefeita Municipal, Sra. FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA – SC, inscrito no CNPJ sob nº 11.299.998/0001-93 e pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde Bruna de Jesus Muniz, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, comunicam aos interessados que farão realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto a "Aquisição de Veículo para Secretaria de Saúde". Os envelopes de "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro. O Credenciamento será feito a partir das 13h30min do dia 27.11.2019. Abertura da sessão será às 13h50min do mesmo dia. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, bem como pela Lei Federal nº 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Palmeira, conta corrente nº 75-7, agência 3082, op. 006 do Banco CEF, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço [licitacoes@palmeira.sc.gov.br](mailto:licitacoes@palmeira.sc.gov.br), desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação antes da participação nas sessões. Palmeira, 11 de novembro de 2019. VIVIANE LOPES GODOY – Pregoeira.

### PORTARIA Nº 0254 REVOGAÇÃO DE USUFRUIÇÃO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS VIVIANE LOPES GODOY

Publicação Nº 2223362

PORTARIA Nº 0254/2019

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA USUFRUIÇÃO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Revoga a usufruição de 08 dias de férias não gozadas a servidora, VIVIANE LOPES GODOY, brasileira, portadora do CPF de nº 008.519.919-20, ocupante do cargo EFETIVO de COORDENADOR DE TRANSPORTE, lotada na Secretaria de Educação, as quais serão gozadas no período de 08/11/2019 a 15/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 11 de novembro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei nº 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 11 de novembro de 2019.

# Papanduva

## PREFEITURA

### EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO - ONEI INÁCIO DOS SANTOS

Publicação Nº 2222628

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE 3º ADITIVO

ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2019, vinculado ao Processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 002/2019. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: ONEI INÁCIO DOS SANTOS. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 11 de Novembro de 2019. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2019 - PAVIPLAN

Publicação Nº 2222613

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2019

Objeto: Contrato referente a TOMADA DE PREÇOS nº 003/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. O preço total para a execução da obra, é de R\$ 700.652,49 (setecentos mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos), sendo R\$ 525.489,36 (quinhentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos) referentes a materiais, e R\$ 175.163,13 (cento e setenta e cinco mil e cento e sessenta e três reais e treze centavos) referentes à mão-de-obra mensal. Base legal: Lei 8666/02. Papanduva, 04 de Novembro de 2019. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

### EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2019 - AQUISIÇÃO DE MADEIRAS

Publicação Nº 2222658

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2019

Objeto: A presente licitação tem por objetivo aquisição de madeira de eucalipto e pinus para reforma de pontes, pontilhões e demais necessidades do Município para a Secretaria da Infraestrutura. Entrega dos envelopes: 22 de Novembro de 2019 às 09:00 h; Início da Sessão Pública: 09:15h – Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 08 de Novembro de 2019. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

### EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO 002/2019 - CLAUDEMIR BUENO A.

Publicação Nº 2223500

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO

Objeto: Extrato de TERMO DE ADESÃO Nº 002/2019 a CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2019, referente ao credenciamento de empresas para lavagem dos veículos da Administração. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: CLAUDEMIR BUENO A. Validade: até 01 ano. Papanduva, 11/11/2019. Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal.

### PORTARIA 001/2019 CMDCA

Publicação Nº 2223135

PORTARIA Nº 001/2019 CMDCA, DE 11/11/2019

NOMEAR COMISSÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, conferidas pelo Art. 15º da Lei nº 2.140, de 04 de outubro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída instauração de procedimento administrativo, no período de 11(onze) de novembro 2019 à 09 (nove) de janeiro de 2020, para apurar a conduta da conselheira tutelar Maria Aparecida Hellinger, em atenção ao Ofício nº 0832/2019/01PJ/PAP, composta pelos seguintes membros do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente):

I. Zeneli Kohut

II. Fátima Aparecida Soares

III. Maria Pereira Cargnin

Art. 2º Esta portaria será publicada no átrio-mural da Prefeitura Municipal de Papanduva-SC, e entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Papanduva, 11 de novembro de 2019.

Fernanda Caroline de Paula  
Presidente do CMDCA

Fátima Aparecida Soares  
2º Secretária do CMDCA

# Paraíso

## PREFEITURA

**TP 14/2019**

Publicação Nº 2224341

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2019

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 28 de novembro de 2019, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO DE ENTRADA, NA RUA ALCIDES OSCAR SCHMIDT, PRÓXIMO AO TREVO DE ACESSO AO MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (49) 36270077, de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

O edital estará disponível no site do município de Paraíso/SC,

[www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 12 de novembro de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL.

# Passos Maia

## PREFEITURA

### DECRETO N. 0063/2019

Publicação Nº 2223254

DECRETO Nº 063, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

“ESTABELECE O CÓDIGO DE CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

#### CAPÍTULO I

##### Disposição inicial

Art. 1º. O presente Regulamento, visando criar condições indispensáveis à harmonia entre pessoas que trabalham em conjunto e objetivando o bom entendimento no sentido de atingir um objetivo comum, estabelece e define as normas que dirigem as relações de trabalho entre os servidores e a Administração.

Parágrafo único. A ação reguladora nele contida estende-se somente aos agentes públicos da Secretaria Municipal de Saúde, sem distinção hierárquica, e complementa os princípios gerais de direitos e deveres contidos na Constituição Federal.

#### CAPÍTULO II

##### DEVERES, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 2º. Além das disposições contratuais, estatutárias e legais, os agentes públicos municipais devem atender com rigor as seguintes disposições:

I - cumprir os compromissos expressamente assumidos no contrato individual de trabalho e as atribuições do cargo ou função, com zelo, espírito de colaboração, atenção e competência profissional;

II - acatar com presteza e consideração as ordens e instruções emanadas de superiores hierárquicos e chefes imediatos, exceto se manifestamente ilegais;

III - sugerir medidas para maior eficiência do serviço, comunicando imediatamente qualquer irregularidade que tiver conhecimento;

IV - observar a máxima disciplina no local de trabalho; zelar pela organização, manutenção e asseio no local de trabalho, bem como nas demais dependências;

V - zelar pela boa conservação das instalações, equipamentos, máquinas, ferramentas ou quaisquer outros equipamentos que lhe forem confiados, comunicando as anormalidades notadas;

VI - desligar os equipamentos de informática e lâmpadas ao final do expediente;

VII - evitar desperdício de materiais, energia elétrica, água, ar condicionado, etc.;

VIII - manter na vida privada e profissional conduta compatível com a dignidade do cargo, emprego ou função ocupado e com a reputação do quadro de pessoal;

IX - zelar e atender por todas as normas de segurança, evitando acidente próprio e/ou com outras pessoas;

X - comparecer a cursos ou reuniões de instrução sobre normas ocupacionais;

XI - usar a cozinha de modo moderado e somente se necessário;

XII - informar ao Departamento de Recursos Humanos qualquer modificação em seus dados pessoais, tais como estado civil, aumento ou redução de pessoas na família ou dependentes, mudança de residência, etc.;

XIII - cumprir rigorosamente o horário de trabalho; evitando atrasos, entradas e saídas antecipadas, salvo autorização da chefia imediata ou de superior;

XIV - vestir-se adequadamente no ambiente de trabalho, vedando-se o uso de peças sumárias, tais como shorts e suas variações, bermuda, miniblusa, blusas excessivamente decotadas, minissaia, trajes de banho, trajes de ginástica, roupas com transparências que exponham partes do corpo e camiseta sem manga;

XV - zelar pela moral e bons costumes;

XVI - O servidor que estiver com veículo oficial e for autuado por ato de infração de trânsito estará sujeito ao procedimento administrativo para apuração de responsabilidade e ressarcimento ao Erário;

XVII - o servidor que utilizar veículo oficial deverá preencher e assinar todo e qualquer formulário, que mostre o trajeto, horário e finalidade da condução.

#### CAPÍTULO III

##### DAS VEDAÇÕES

Art. 3º. É obrigação inalienável de cada um cumprir as regras de interesse comum, aqui estabelecidas, ficando vedado:

I - manter a janela aberta quando a refrigeração automatizada do ambiente estiver em funcionamento;

II - instalar aparelhos ou equipamentos diversos, sem autorização da autoridade competente;

III - utilizar aparelhos sonoros ou musicais, bem como notebooks e tablets pessoais em horário de expediente;

IV - se utilizar de veículo oficial para uso particular, bem como estar em lugares indevidos com o mesmo.

#### CAPÍTULO IV

##### PENALIDADES

Art. 4º. A infringência a qualquer um dos dispositivos deste Código de Conduta importa sanções disciplinares a serem aplicadas pela



Administração, nos termos do Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei Complementar n. 004/99 e da legislação aplicável.  
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Passos Maia – SC, 08 de novembro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal.

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - TP 10/2019 - PL 65/2019

Publicação Nº 2224306

#### AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2019

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor preço global. Objeto: Contratação por empreitada global, para a Revitalização das ruas Benevenuto Guilherme Januário, Vidal da Rosa e Manoel Elizandro da Silveira, localizadas no bairro Penha, no município de Paulo Lopes/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e demais anexos do edital. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “DOCUMENTAÇÃO” e nº. 2 – “PROPOSTA” deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, centro, Paulo Lopes/SC, até as 09h55min do dia 05/12/2019. A sessão se dará no mesmo dia a partir das 10h00min, no endereço acima especificado. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site <http://www.paulolopes.sc.gov.br>.

Paulo Lopes, 11 de novembro de 2019.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

# Penha

## PREFEITURA

### CONTRATO 148/2019 PMP

Publicação Nº 2223896

Termo de Contrato Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para que seja feita a Confecção de Sistema de Drenagem e Pavimentação em Lajota Sextavada, Calçadas e Sinalização Viária na Rua Pedro José Gomes – Centro – Penha/SC, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PENHA e a EMPRESA, KUHRA PRESTADORA DE SERVIÇOS E TERRAPLANAGEM EIRELI EPP na forma abaixo:

CONTRATO Nº 148 de 10/10/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2019

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 002/2019

HOMOLOGADA EM 10/10/2019

O MUNICÍPIO DE PENHA/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa KUHRA PRESTADORA DE SERVIÇOS E TERRAPLANAGEM EIRELI EPP, estabelecida à Angeoleti João de Freitas nº 3117, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.180.557/0001-54, representada, neste ato pelo Sr. Cristiano João Batista Idalina, CPF sob o nº 051.554.259-80, Cargo/Função Representante Legal, denominado simplesmente CONTRATANTE, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada em pelo Processo Licitatório nº 070/2019, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2019, e que se regerá pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei nº 8.078/93 – Código do Consumidor, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo de contrato tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para que seja feita a Confecção de Sistema de Drenagem e Pavimentação em Lajota Sextavada, Calçadas e Sinalização Viária na Rua Pedro José Gomes – Centro – Penha/SC, de acordo com Contrato de Repasse OGU nº 862361/2017 – Operação 1041400-31 – Programa de Planejamento Urbano – Pavimentação de Via Urbana no Município de Penha entabulado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Penha, conforme Projeto e Memorial Descritivo, constantes no Anexo VIII.

1.2 Integram e complementam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando-se as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Licitação modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2019, seus anexos, juntamente com a Proposta de Preço da CONTRATADA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA QUE SEJA FEITO O SISTEMA DE DRENAGENS, PAVIMENTAÇÃO DA RUA EM LAJOTA SINALIZAÇÃO VIARIA DA RUA: PEDRO JOSÉ GOMES BAIRRO:CENTRO.	UNID	2.000	R\$ 269.005,53	R\$ 269.005,53
TOTAL R\$ 269.005,53					

1.3 Todos os equipamentos e materiais utilizados na prestação dos serviços/fornecimento dos materiais deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade Industrial atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90(Código de Defesa do Consumidor).

#### CLAUSULA SEGUNDA – DA FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1 A CONTRATADA obriga-se a entregar a obra, objeto desta licitação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data de assinatura da ordem de serviço, de acordo com o cronograma constante no Anexo “VIII” do edital.

2.1.2. A execução da Obra deverá ser iniciada imediatamente após a data de assinatura da Ordem de Serviço, sob pena de notificação.

2.2 A obra, objeto desta licitação, deverá ser prestada na Comunidade da Prainha de São Miguel, Bairro Gravatá, neste Município.

2.3. O Departamento de Engenharia efetuará o acompanhamento e a fiscalização do objeto desta licitação, sendo que a mesma terá também a incumbência de medir suas etapas com a finalidade de expedir relatórios de medição das obras, os quais serão tidos como pré-requisitos para os pagamentos da empresa contratada.

2.4. A execução do objeto desta licitação deverá seguir as orientações especificadas no Projeto Básico e Memorial Descritivo constante no “Anexo “VIII” do Edital.

2.5. A empresa contratada deverá apresentar, quando exigido pela fiscalização, todos os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto do contrato.

2.5.1. O custo do exigido no item 2.5 correrá por conta da contratada, conforme disposto no artigo 75 da Lei Federal nº 8.666/1993.

2.6. A comunicação da secretaria solicitante do objeto desta licitação poderá ser feita através de forma eletrônica, valendo-se para tanto do e-mail do preposto indicado na Proposta de Preços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DO CONTRATO E EXECUÇÃO

3.1 O presente Contrato terá validade até 31 de Dezembro de 2019.

O prazo poderá ser prorrogado, a critério das partes, considerando-se a ocorrência em caso fortuito ou de força maior, mediante termo aditivo escrito e consensual.

3.2 O prazo para execução da Obra será de 90 (noventa) dias após a emissão e assinatura da Ordem de Serviço.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL E PAGAMENTO

4.1 Pela execução da Obra prevista na cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 300.000,00 ( Trezentos mil reais).

4.2 A licitante vencedora fica obrigada, após a assinatura do contrato a apresentação dos seguintes documentos:

4.2.1 ART de Execução da Obra

4.2.2 Matrícula da Obra junto ao INSS/CEI.

4.3 As etapas mensais do objeto deste Contrato serão consideradas executadas mediante a emissão de relatório de medição relativos à execução de cada uma delas, pela Secretaria Municipal de Serviços Urbano.

4.4 - A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço, o qual terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da apresentação para atestar o cumprimento pela empresa das obrigações contratuais.

4.5 O pagamento será efetuado em até 30 dias, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

4.5.1. - A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável em atestar o recebimento do bem ou serviço.

4.5.2 – Quando se tratar de projetos e serviços para realização de obras referentes a captação de recursos e convênios a nota fiscal/fatura somente poderá ser emitida após a completa aprovação dos projetos pelos órgãos competentes (BNDES, BADESC, Caixa Econômica Federal, Ministérios, Secretarias de Estado, etc.).

4.5.3 - Os pagamentos serão efetuados em no máximo 10 (dez) dias a contar do recebimento da nota fiscal/fatura.

4.5.4 - O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital.

4.6 As notas fiscais/notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas conforme informações constantes na(s) ordem(ns) de compra(s), devendo constar ainda nas informações complementares:

Proc. Licitatório nº 070/2019 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2019, Contrato Administrativo nº XXX/2019. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação correrão da dotação.

4.6.1 Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser de outra instituição bancária, as tarifas decorrentes da transferência, serão descontados dos valores devidos ao fornecedor.

4.7- O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

4.8 - A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº. 480, de 15/12/2004, substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB nº 791, de 10 de dezembro de 2007. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

4.9 - A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado de 05 dias úteis para o responsável pelo recebimento atestar, que recomeçará a ser contado integralmente a partir da data de sua reapresentação.

4.10 - A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

4.11 - Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia

de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.

4.12 - A empresa deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e consequentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, número da Nota de Empenho, à fim de acelerar o trâmite de recebimento do produto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.13 - Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLAUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1 A Contratada poderá, com a prévia permissão do Município de Penha, subcontratar até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da obra, objeto deste certame, mas não pode assinar o(s) contrato(s) com terceiros sem que haja aprovação, por escrito, do Município de Penha.

A subcontratação não altera as obrigações contratuais do Contrato decorrente desta licitação, conforme disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93 ou nas condições previstas o art. 48 incisos II e III da Lei Complementar 147/2017.

5.2 A empresa deverá apresentar o contrato firmado com a subcontratada com as suas respectivas certidões de regularidade fiscal, CNDT e Alvará de funcionamento.

5.2.1. É responsabilidade da CONTRATADA manter atualizadas, durante toda a execução do serviço da subcontratada, documentação indicada no item 16.3. 16.4. Juntamente com a Nota Fiscal a CONTRATADA deverá encaminhar as GFIP's da subcontratada referente aos colaboradores desta.

5.3 A subcontratada deverá recolher os impostos referente ao Instituto Nacional de Seguro Social sobre a matrícula da obra executada pela CONTRATADA, devendo apresentar os comprovantes do mesmo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

6.1. São obrigações da CONTRATADA:

6.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

6.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do artigo 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

6.1.1.2. Cumprir integralmente com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

6.1.2 Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

6.1.3 Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

6.1.4 Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, durante a execução das obras, objeto do presente Contrato.

6.1.5. Manter, durante todo o período de execução do objeto deste Contrato, equipe técnica para atuação constante no local da obra e composta, no mínimo, por 01 (um) engenheiro civil e 01 (um) mestre de obras, devendo a CONTRATADA apresentar à CONTRATANTE, no ato da assinatura da Ordem de Serviço, relação contendo nome, profissão e tempo de experiência dos referidos profissionais.

6.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

6.1.7 É responsabilidade da empresa CONTRATADA apresentar junto ao Engenheiro do Município fiscalizador da obra, o apontador de obras que irá atuar junto do apontador de obras indicado pelo Município.

6.1.8 Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de execução, devidamente quitada, no início da execução do objeto deste Contrato, devendo fazer menção as metas aprovadas no Plano de Trabalho, pela Sedec/MI, no âmbito do processo em curso.

6.1.9 Requerer a matrícula da obra objeto deste Contrato junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, antes do início da execução da mesma, a qual deverá estar vinculada ao alvará de construção emitido pelo Município.

6.1.10 Registrar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor da mão de obra, para recolhimento ao INSS, quando da apresentação da nota fiscal/fatura à CONTRATANTE, a qual deverá discriminar o quantitativo e os valores do material e da mão de obra empregados na execução do objeto deste Contrato, conforme a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, encaminhando, juntamente com a nota fiscal/fatura, a GRPS devidamente preenchida.

6.1.11 Apresentar as guias de recolhimento do FGTS e do INSS, relativas ao CNPJ da CONTRATADA e/ou ao CEI da obra, devidamente quitadas referentes aos colaboradores vinculados a execução contratual, para o recebimento do pagamento de cada parcela, e declaração contendo, no mínimo, o nome e a assinatura dos funcionários e ciente da empresa, comprovando que os salários do período compreendido entre a data de assinatura da Ordem de Serviço e da data de Recebimento Provisório da Obra foram pagos, para recebimento do pagamento da última parcela, podendo esta última ser substituída por Certidão Negativa de Débito Salarial expedida pela Delegacia ou Subdelegacia Regional do Trabalho.

6.1.11.1 Apresentar as Certidões do CRF do FGTS, a CDN do INSS e CNDT da Justiça do Trabalho;

6.1.12 Providenciar a sinalização de segurança de trânsito para o canteiro de obras e/ou rua(s) envolvida(s) na execução do objeto deste Contrato.

6.1.13 confeccionar e colocar placa de identificação da obra e do valor deste Contrato, de acordo com modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE.

6.1.14 Permitir o acesso integral da fiscalização da CONTRATANTE, que realizará vistoria in loco (no pátio de execução da(s) obra(s)) registrando e certificando os empregados que estiverem trabalhando no local, mediante a anotação do nome e respectiva função, cujo relatório

deverá ser confrontado com as informações prestadas pela CONTRATADA quando do pagamento mensal. A fiscalização terá acesso à todos documentos pertinentes às obras e sua execução.

6.1.15 A CONTRATADA fica responsável pela solicitação nos órgãos pertinentes e recolhimento de taxas referentes ao Habite-se da obra objeto deste contrato.

6.1.16 A CONTRATADA fica obrigada a fornecer antes da emissão do termo definitivo de obra "AS BUILT".

6.1.17 É de responsabilidade da contratada a emissão, quando exigido pela fiscalização, de todos os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto do contrato, correndo por sua conta os custos advindos destes.

6.2. São obrigações da CONTRATANTE:

6.2.1. Entregar os relatórios de medição das etapas de execução da obra objeto deste Contrato no prazo estabelecido na Cláusula Quinta.

6.2.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor designado.

6.2.3. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no subitem 4.5, cumprido o disposto na Cláusula Quinta.

6.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

#### CLAUSULA SETIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 Nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial do estabelecido neste edital de Licitação, este Município poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I – ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução deste instrumento, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros;

II – MULTAS: serão aplicadas por infrações que obstaculizem a concretização do objeto licitado e compreenderão:

a) 30% (trinta por cento) sobre o valor total da nota de empenho pela não entrega do(s) produto(s)/serviço(s) nas quantidades, prazos e especificações estabelecidas no contrato;

b) 30% (trinta por cento) sobre o valor total da nota de empenho pelo atraso na entrega do(s) serviço(s)/produto(s) discriminados neste edital;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho pela locação de espaço com especificações não apropriadas para a execução do serviço;

d) 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, pelo descumprimento de quaisquer das obrigações contidas no edital, ressalvadas aquelas para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas;

e) Quando o valor da multa extrapolar os limites previstos nas alíneas anteriores e constatado o prejuízo ao interesse público, o MUNICÍPIO DE PENHA poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de rescisão do instrumento contratual e de cancelamento do Contrato Administrativo;

f) Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

g) Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente;

h) Caso não seja possível à retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA; neste caso, o MUNICÍPIO DE PENHA encaminhará, no primeiro dia útil, após vencidos os prazos estipulados neste contrato, NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

h.1) as multas previstas no inciso II são cumulativas, ou seja, incidem umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

h.2) na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA, o MUNICÍPIO DE PENHA inscreverá o valor em dívida ativa;

III – A licitante será sancionada com a pena de impedimento de licitar e contratar com este Município e será descredenciada do seu Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de 10% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

a) fizer(em) declaração falsa;

b) deixar(em) de entregar documentação ou apresentar(em) documentação falsa;

c) ensejar(em) o retardamento da execução do objeto;

d) não mantiver(em) a proposta;

e) falhar(em) injustificadamente ou fraudar(em) a execução do contrato;

f) comportar(em)-se de modo inidôneo ou cometer(em) fraude fiscal; g) fornecer(em) os produtos em desconformidade com o especificado;

h) não substituir(em) no prazo estipulado os produtos recusados por este Município; e/ou

i) descumprir(em) os prazos e as condições previstas nesta licitação; e

IV – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei



8.666/1993.

8.1 Além das penalidades citadas, a(s) LICITANTE(S) e a(s) CONTRATADA ficar(ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição(ões) no Cadastro de Fornecedores deste Município e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

8.3 A não retirada da Nota de Empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da comunicação por escrito, implicará a inexecução contratual, com aplicação das penalidades previstas no item 16 deste edital.

8.2 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração deste Município, a(s) licitante(s) ou a(s) CONTRATADA, conforme o caso, ficará(ão) isentas das penalidades mencionadas.

8.3 As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos da lei.

8.4 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

8.5 A penalidade de multa, prevista no item 20.1 deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7º, do mesmo diploma legal.

8.6 O Município de Penha, poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

#### CLAUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

9.2 É responsabilidade da CONTRATADA, apresentar à CONTRATANTE, todas as certidões exigidas para fins de habilitação quando da celebração do Termo Aditivo.

#### CLAUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização e o acompanhamento da entrega e execução desta Obra será realizada pela Secretário Ajunto da Secretaria de Serviços Urbanos Sr. ORLI CARLOS FERREIRA JUNIOR, registro CREA 154582-4.

10.2 A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, pelos servidores citados no item 10.1, a qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

10.3 As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DAS OBRAS

11.1. A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança das obras objeto da presente licitação, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão da mesma, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

11.2 É de responsabilidade da CONTRATADA a qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado e exercer a fiscalização sobre o CTEF.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DA(S) OBRA(S)

12.1. As obras, objeto deste Contrato, deverão ser recebidas provisoriamente, mediante emissão, pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, de Termo de Recebimento Provisório das mesmas, nos termos da alínea "a", inciso I, artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/1993.

12.2. Decorrido o prazo máximo de 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, conforme previsto no §3º do artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/1993, a CONTRATANTE formalizará o recebimento definitivo das obras, objeto deste Contrato, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo das mesmas, nos termos da alínea "b", inciso I, artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Piçarras - SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Penha (SC), em 10 de outubro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO  
ORDENADOR DE DESPESA  
PORTARIA Nº 1230/2018  
CONTRATANTE

KUHRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E  
TERRRAPLANAGEM EIRELI EPP  
CRISTIANO JOÃO BATISTA IDALINA  
CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS

Nome Completo: \_\_\_\_\_  
CPF nº.: \_\_\_\_\_

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI  
Controle Interno  
Portaria nº 739/2019



**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 313º**

Publicação Nº 2223701

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 12/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 13/11/2019, das 12:00 às 17:30 hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

313º. 110 MICHELE SONIA FERREIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO
3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.



( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_, de \_\_, de \_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 314º**

Publicação Nº 2223702

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 12/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 13/11/2019, das 12:00 às 17:30 hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

314º. 211 BEATRIZ DAS NEVES FORTUNATO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos,

sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 315º**

Publicação Nº 2223704

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 12/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 13/11/2019, das 12:00 às 17:30 hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

315º. 184 CAMILA SUELENE CIPRIANO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de

Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);

o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

## Entrada

- ( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura



**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 316º**

Publicação Nº 2223706

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 12/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 13/11/2019, das 12:00 às 17:30 hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

316º. 287 ANDRESSA LACAVAL

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO



3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

#### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

##### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_, de \_\_, de \_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_, de 2019.

Assinatura

## CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 317º

Publicação Nº 2223708

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 12/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 13/11/2019, das 12:00 às 17:30 hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

317º. 189 GABRIEL VANDERLEY SEVERINO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos,



sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 318º**

Publicação Nº 2223710

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 12/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 13/11/2019, das 12:00 às 17:30 hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

318º. 265 RAISSA DA SILVA GALDINO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);

- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO



## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE CIÊNCIAS (HABILITADO) 6º**

Publicação Nº 2223712

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 12/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 13/11/2019, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.





Cargo: PROFESSOR DE CIÊNCIAS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

06º. 730912 KELISON VENICIO BRITO ALVES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº.

\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de

\_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou

federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

## CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 10º

Publicação Nº 2223720

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 12/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 13/11/2019, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

10º. 697141 JUCILEIDE GALINDO SOUZA DE PAULA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.  
( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 7º

Publicação Nº 2223715

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 12/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 13/11/2019, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

07º. 733008 JANE HOSPODARSCH LOPES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**



DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
RENDAnUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 8º**

Publicação Nº 2223716

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 12/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 13/11/2019, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

08º. 741361 ANA CLEIA BONFIM WALDERRAMOS POLI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;



- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
 ( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
 CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,  
 Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
 Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 9º**

Publicação Nº 2223719

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 12/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 13/11/2019, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

09º. 704180 ELIZARA ANACLETO RHENIUS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 11 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.



( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_, de \_\_, de \_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sou demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_, de 2019.

Assinatura

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019 PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA**

Publicação Nº 2223218

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019  
PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

O Município de Penha/SC, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei 3.096/2019, de 21 de agosto de 2019, vem tornar público o processo de inscrição e seleção de famílias para formação de cadastro reserva no Serviço de Acolhimento, modalidade Família Acolhedora.

**1- DO OBJETIVO:**

1.1 Selecionar nos termos do presente Edital e das disposições legais anexas, famílias do município de Penha interessadas em participar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

A seleção das famílias destina-se a formação de cadastro reserva para o acolhimento de crianças e/ou adolescentes de ambos os sexos que foram afastadas do convívio familiar sob medida protetiva e por determinação judicial, por estarem em situação de risco pessoal e social, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90.

**2- DA FAMÍLIA ACOLHEDORA:**

2.1 É o Serviço que organiza o acolhimento de crianças ou adolescentes afastados da família de origem temporariamente em residência de famílias acolhedoras, respeitando o seu direito a convivência em ambiente familiar, conforme previsto no art.19, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

**3 – DA INSCRIÇÃO**

3.1 Período: O início das inscrições será no dia 11 de novembro de 2019 e poderão ser realizadas toda segunda-feira das 12h às 18h pela Equipe Técnica do Serviço da Família Acolhedora.

3.2 Local: Secretaria da Assistência Social, localizada na Avenida Nereu Ramos, 190 Centro - Penha /SC. TEL.: (47) 3345.3914.

3.3 A inscrição é isenta de custos para os candidatos ao cadastro reserva na modalidade Família Acolhedora.

**4 – DOS REQUISITOS PARA O CADASTRO DE FAMÍLIAS INTERESSADAS**

4.1 O(s) responsável(is) deve ter idade entre 21 (vinte e um) e 65 (sessenta e cinco) anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil.

4.2 Ser(em) residente(s) no município de Penha há no mínimo 12 (doze) meses.

4.3 Não estar(em) respondendo a processo judicial criminal.

4.4 Obter a concordância de todos os membros do núcleo familiar.

4.5 Não estarem inscritas no Cadastro Nacional de Adoção e não manifestarem interesse por adoção de criança ou adolescente participante do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras.

4.6 Apresentar atestado de Aptidão física e mental.

4.7 Possuir disponibilidade de tempo e interesse em oferecer proteção e afeto às crianças e adolescentes.

4.8 Ter disponibilidade para participar do processo de habilitação e capacitação das atividades do serviço.

4.9 Apresentar parecer psicossocial favorável expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

**5 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

I. Carteira de Identidade;

II. Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

III. Certidão de Nascimento ou Casamento;

IV. Comprovante de residência (conta de luz ou água e/ou contrato de locação de imóvel);

V. Atestado de aptidão física e mental do(s) responsável(is);

VI. Certidão Negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família maiores de 18 anos;

VII. Comprovante ou Declaração de rendimento da família;

VIII. Declaração de concordância de todos os membros do núcleo familiar;

**IX. Declaração de desinteresse na adoção.****6 – DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO**

6.1 Caberá ao município de Penha através da Secretaria Municipal de Assistência Social e por meio da Equipe Técnica designada, composta por um Assistente Social e uma Psicóloga.

6.1.1 Realizar processo de inscrição, seleção, capacitação e acompanhamento das famílias interessadas para formação de cadastro reserva.

6.1.2 Realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente e sua família nos seguintes aspectos:

I. Preparar e acompanhar as crianças no processo de transição entre a família de origem e a família acolhedora;

II. Inserir a família de origem conforme o caso, em programas da rede de proteção e nas demais Secretarias afins e em recursos da comunidade, com vistas à reintegração social e familiar;

6.1.3 Repassar para a Família Acolhedora o subsídio financeiro destinado ao suprimento das necessidades básicas dos acolhidos, conforme Art. 22, Art. 23, Art. 24, Art. 25 e Art. 26 da Lei Nº 3.096/2019, de 21 de agosto de 2019. Os valores previstos somente serão repassados após encaminhamento da criança e/ou adolescente para acolhimento em família selecionada.

**7 – DAS COMPETÊNCIAS**

7.1 São de competência da Família Acolhedora.

7.2.1 Executar o serviço de acolhimento em sua residência.

7.2.2 Todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, obrigando-se à prestação de assistência material, de saúde, moral e educacional à criança e ao adolescente nos termos do Art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.2.3 Participar do processo de preparação, formação e acompanhamento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

7.2.4 Prestar informações sobre a situação da criança e do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento.

7.2.5 Contribuir na preparação da criança ou adolescente para retorno à família de origem ou adoção, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

7.2.6 Nos casos de inadaptação, a família acolhedora deverá proceder à desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados da criança ou adolescente acolhido, até novo encaminhamento, o qual será indicado pela equipe técnica e determinado pela autoridade do Poder Judiciário.

**8 – DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO**

8.1 A avaliação da inscrição será realizada pela Equipe Técnica do Serviço Família Acolhedora no período de até 30 dias após o cadastro da família, observadas as seguintes etapas:

I. Avaliação documental;

II. Preenchimento da Ficha de Cadastro;

III. Avaliação Técnica (Psicossocial);

IV. Preenchimento do Termo de Adesão;

V. Divulgação da relação de famílias selecionadas para formação de cadastro reserva para o Poder Judiciário e Ministério Público.

8.2 A aprovação em todas as etapas não assegura ao pretendente o acolhimento imediato, e sim a habilitação, a qual o tornará apto para efetivar o acolhimento segundo disponibilidade e necessidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

8.3 Não haverá ordem de classificação para as famílias aprovadas. A colocação da criança e/ou adolescente dependerá do perfil mais adequado para ambos.

Penha/SC, 22 de outubro de 2019.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

**ERRATA REFERENTE A CHAMADA PÚBLICA 003/2017 - LEILÃO**

Publicação Nº 2224093

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2017-PMP

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

PARA CREDENCIAMENTO N. 03/2017-PMP

ERRATA 01

O MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.102.327/0001-01, por intermédio da Secretaria de Administração, torna pública a seguinte errata:

Onde se lê:

LOTE 004: Micro-ônibus, marca Iveco, modelo CITYCLASS, ano/modelo 2013/2014 cor AMARELA/ESCOLAR, placa MLL-5339, potência 170 cv, chassi Nº 93ZL68C01E8456628, RENAVAL Nº 1027570175, combustível DIESEL. Veículo encontra-se no Pátio Municipal situado à Av. Nereu Ramos nº 190, Centro – Penha/SC. Valor da Avaliação: Lance Inicial R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Leia-se:

LOTE 004: Micro-ônibus, marca Iveco, modelo CITYCLASS, ano/modelo 2012/2013 cor AMARELA/ESCOLAR, placa MKW-6616, potência 170 cv, chassi Nº 93ZL68C01D8442882, RENAVAL Nº 492517916, combustível DIESEL. Veículo encontra-se no Pátio Municipal situado à Av. Nereu Ramos nº 190, Centro – Penha/SC. Valor da Avaliação: Lance Inicial R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Penha, 11 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração



**RESOLUÇÃO Nº 17, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA - SC**

Publicação Nº 2224183

RESOLUÇÃO Nº 17, de 29 de outubro de 2019, do  
Conselho Municipal de Saúde do Município de Penha - SC

DISPÕE SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROGRAMAS VINCULADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2019

O Conselho Municipal de Saúde de Penha, em reunião ordinária realizada em 29 de outubro de 2019, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Complementar Municipal nº 57/2013, de 21 de janeiro de 2013;

Considerando a Lei 8.142/90, de 28 de dezembro de 1990, que determina competência ao Conselho Municipal de Saúde para atuar na formulação de estratégias e no controle da política municipal de saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos programas vinculados ao Fundo Municipal de Saúde de Penha referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2019.

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha, 29 de outubro de 2019  
Henrique Elias Bruch  
Presidente do Conselho Municipal da Saúde

HOMOLOGO em 29/10/2019, publique-se.

Aquiles Schneider da Costa  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 18, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA - SC**

Publicação Nº 2224184

RESOLUÇÃO Nº 18, de 29 de outubro de 2019, do  
Conselho Municipal de Saúde do Município de Penha - SC

DISPÕE SOBRE SIOPS – SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM SAÚDE REFERENTE AO 4º BIMESTRE DE 2019.

O Conselho Municipal de Saúde de Penha, em reunião ordinária realizada em 29 de outubro de 2019, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Complementar Municipal nº 57/2013, de 21 de janeiro de 2013;

Considerando a Lei 8.142/90, de 28 de dezembro de 1990, que determina competência ao Conselho Municipal de Saúde para atuar na formulação de estratégias e no controle da política municipal de saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o SIOPS – Sistema de Informação sobre os Orçamentos Públicos em Saúde referente ao Quarto Bimestre de 2019, apresentando a Carta elaborada pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha, 29 de outubro de 2019  
Henrique Elias Bruch  
Presidente do Conselho Municipal da Saúde

HOMOLOGO em 29/10/2019, publique-se.

Aquiles Schneider da Costa  
Prefeito Municipal



# Peritiba

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 22/2019, PREGÃO PRESENCIAL 08/2019 - FMS

Publicação Nº 2223921

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Para Registro de Preços, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 22/2019 – Pregão Presencial nº 08/2019 – FMS.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica e enfermagem do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba e para atendimento das ordens judiciais no decorrer do ano de 2020, conforme relação de itens constantes no Anexo I do edital.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15 do dia 29/11/2019.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30 do dia 29/11/2019.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Peritiba SC., 11 de novembro de 2019

GRACIELI DENISE WUADEN  
Secretária de Saúde e Bem Estar Social

### EXTRATO DE CONTRATO 159/2019

Publicação Nº 2222741

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 120/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 55/2019.

Objeto: O presente contrato tem por objeto contratação de empresa especializada para realizar serviços de chapeação e pintura da carroceria basculante do caminhão placas MER 1428 pertencente a Secretaria de Serviços Municipais.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2019

Contratada: SCHNEIDER OFICINA AGRÍCOLA LTDA

CNPJ nº: 26.192.069/0001-58.



Valor: R\$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais).

Data de Vigência: 08/11/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 08 de novembro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

<div><div><div><div><div>Município de Peritiba</div><div>Rua Frei Bonifácio, 63 - Centro - 89.750-000 - Peritiba/ SC CNPJ: 82.815.085/0001-20 Fone: (49) 3453-1122 <a href="mailto:prefeitura@peritiba.sc.gov.br">prefeitura@peritiba.sc.gov.br</a> <a href="http://www.peritiba.sc.gov.br">http://www.peritiba.sc.gov.br</a></div></div></div></div><div><div></div><div><div>Usuário: Gabriel Guilherme</div><div>Chave de Autenticação Digital 1513-7502-669</div><div>Página 1 / 1</div></div></div></div>	
<div>Resultado do julgamento</div>	
<div><div><div>Licitação: PR54/2019</div><div>Data de abertura: 06/11/2019</div><div>Modalidade: Pregão</div><div>Valor total estimado: R\$ 214.236,00</div></div><div><div>Forma de julgamento: Lote</div><div>Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação de serviços de carpinteiro, pintor, pedreiro e servente do tipo homem/dia para serviços a serem realizados no Município, de acordo com a demanda, conforme relação de itens constantes no Anexo I deste edital.</div></div></div>	
<div><div><div><div><div>Lote</div><div>Tratamento</div><div>Denominação</div></div><div>1NormalLote 01</div><div><div>Colocação</div><div>Credor /Fornecedor</div></div><div>14818 - EDERSON TERRAS DE OLIVEIRA</div><div>24558 - AZUL PRESTADORA DE SERVICOS LTDA</div><div>32091 - DIMO CONSTRUCOES LTDA</div></div><div><div>Valor estimado (R\$)</div><div>40.890,00</div><div>Valor Total (R\$)</div><div>34.500,00</div><div>40.500,00</div><div>40.800,00</div></div></div><div><div><div><div>Lote</div><div>Tratamento</div><div>Denominação</div></div><div>2NormalLote 02</div><div><div>Colocação</div><div>Credor /Fornecedor</div></div><div>14818 - EDERSON TERRAS DE OLIVEIRA</div><div>22091 - DIMO CONSTRUCOES LTDA</div><div>34558 - AZUL PRESTADORA DE SERVICOS LTDA</div></div><div><div>Valor estimado (R\$)</div><div>136.791,00</div><div>Valor Total (R\$)</div><div>111.300,00</div><div>126.492,50</div><div>132.500,00</div></div></div><div><div><div><div>Lote</div><div>Tratamento</div><div>Denominação</div></div><div>3NormalLote 03</div><div><div>Colocação</div><div>Credor /Fornecedor</div></div><div>14818 - EDERSON TERRAS DE OLIVEIRA</div><div>24558 - AZUL PRESTADORA DE SERVICOS LTDA</div><div>32091 - DIMO CONSTRUCOES LTDA</div></div><div><div>Valor estimado (R\$)</div><div>36.555,00</div><div>Valor Total (R\$)</div><div>30.000,00</div><div>36.000,00</div><div>36.555,00</div></div></div></div>	
<div>Resumo dos licitantes vencedores</div>	
<div><div><div>Credor /Fornecedor</div><div>4818 - EDERSON TERRAS DE OLIVEIRA</div><div>Lote</div><div>1, 2, 3</div><div>Valor Total (R\$)</div><div>175.800,00</div></div><div><div>Total Geral</div><div>175.800,00</div></div></div>	

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 478, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224326

DECRETO Nº 478, de 11 de Novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO À VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto nos termos do Inciso I do Artigo 9, Lei nº 274, de 27 de dezembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 86.681,61 (oitenta e seis mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e um centavos), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	08	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	06	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção básica
RECURSO	5038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS União
PROJETO/ATIVIDADE	1.013	Investimentos em Ações de Melhoria da Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	3	

Valor R\$: R\$ 86.681,61 (oitenta e seis mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e um centavos)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se provável excesso de arrecadação de recursos no valor de R\$ 86.681,61 (Cem e Cinco Mil Reais), conforme Artigo 9º e Artigo 12, da Lei nº 274, de 27 de dezembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava/SC, 11 de Novembro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

### EDITAL Nº 008/2019 REMOÇÃO E ALTERAÇÃO DE CH

Publicação Nº 2222880

EDITAL Nº 008/2019

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE REMOÇÃO E/OU ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO, DESTINADO AOS OCUPANTES DOS CARGOS DE PROFESSOR, ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MERENDEIRA E SECRETÁRIO DE ESCOLA COM ATUAÇÃO NA REDE DE ENSINO DE PESCARIA BRAVA – SC.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura do Edital de REMOÇÃO e/ou ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO de Professores, Especialistas em Assuntos Educacionais, Auxiliares de Serviços Gerais, Merendeiras e Secretários de Escola, considerando o disposto nos artigos 40, 41, 42, 43 e 44 da LEI COMPLEMENTAR Nº 65 de 09 de março de 2018, com atuação na Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2020.

#### 1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 REMOÇÃO é o ato pelo qual, dentro do mesmo quadro, desloca-se o profissional efetivo da educação de uma para outra unidade educacional, sem modificação de sua situação funcional.

1.2 ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO é o aumento ou redução da jornada de trabalho do servidor.

1.3 Poderão participar do Edital de REMOÇÃO e/ou ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO os ocupantes do Cargo de Professor, Especialista em Assuntos Educacionais, Auxiliar de Serviços Gerais, Merendeira e Secretário de Escola, lotados nas Unidades Escolares da rede municipal.

1.4 No ato da inscrição, os servidores acima mencionados poderão optar por até 03 (três) Unidades Escolares, registrando-as em ordem de preferência.

1.5 As opções do Professor devem ser correspondentes ao seu regime de trabalho, considerando a sua carga horaria funcional.

1.6 O Professor com regime de trabalho de 40 horas semanais poderá optar somente por unidades escolares que funcionem em dois turnos.

1.7 Ficam impedidos de reduzir a carga horária os Especialistas em Assuntos Educacionais, Auxiliares de Serviços Gerais, Merendeiras e Secretários de Escola lotados por 40 (quarenta) horas nas Unidades Escolares.

1.8 As opções do Especialista em Assuntos Educacionais e Secretário de Escola devem ser correspondentes ao seu regime de trabalho, considerando a sua carga horária funcional e o disposto no Art. 3º da Lei Complementar nº 65/2018.

## 2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas no período de 25 a 29/11/2019 das 07h às 13h no Setor de protocolo da Prefeitura de Pescaria Brava - SC, situada à Rodovia SC - 437 - KM 08 - Centro, Pescaria Brava/SC.

2.2 A solicitação de REMOÇÃO ou de ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO deverá ser feita pelo servidor diretamente no Setor de protocolo da Prefeitura de Pescaria Brava - SC, por meio de requerimento próprio, conforme Anexo I e II, respectivamente, acompanhado dos documentos descritos no item 4.

2.3 É vedada a inscrição ao servidor que:

- a. Esteja em gozo de licença para tratar de interesses particulares;
- b. Esteve ou esteja em licença para tratamento de saúde por período igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias;
- c. Esteja em processo de aposentadoria;
- d. Esteve ou esteja readaptado por período igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias;
- e. Esteja à disposição de outros órgãos não pertencentes à estrutura da Secretaria de Educação de Pescaria Brava/SC, exceto os que cumpram mandato classista.

## 3 DOS CRITÉRIOS:

3.1 Para a REMOÇÃO, a classificação obedecerá aos seguintes critérios de desempate, na ordem:

- I - maior tempo de serviço efetivo no magistério público municipal;
- II - maior tempo de serviço no magistério;
- III - maior grau de formação na área de atuação;
- IV - mais idoso;
- V - maior número de filhos menores;
- VI - residência mais próxima da respectiva unidade escolar;
- VII - Sorteio público.

3.2 Havendo mais de um professor que manifeste interesse pela ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO serão observados os seguintes critérios:

- I - maior tempo de serviço efetivo ininterrupto na Unidade Escolar onde há vaga;
- II - maior tempo no magistério público municipal;
- III - maior tempo de serviço no magistério;
- IV - maior grau de formação na área de atuação;
- V - mais idoso;
- VI - maior número de filhos menores;
- VII - residência mais próxima da respectiva unidade escolar;
- VIII - Sorteio público.

## 4 DOS DOCUMENTOS:

4.1 Para inscrição na modalidade REMOÇÃO, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) cópia da carteira de identidade;
- b) cópia da portaria de nomeação;
- c) requerimento devidamente preenchido e assinado;
- d) cópia do diploma de maior grau de formação na área de atuação;
- e) atestado de tempo de serviço público municipal contado até 31/10/2019;
- f) atestado de tempo de serviço no magistério contado até 31/10/2019;
- g) cópia das certidões de nascimento dos filhos menores;
- h) cópia do comprovante de residência.

4.2 Para ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos no ato de inscrição:

- a) cópia da carteira de identidade;
- b) cópia da portaria de nomeação;
- c) requerimento devidamente preenchido e assinado;
- d) cópia do diploma de maior grau de formação na área de atuação;
- e) atestado de tempo de serviço efetivo ininterrupto na Unidade Escolar até 31/10/2019;
- f) atestado de tempo de serviço no magistério público municipal até 31/10/2019;
- f) atestado de tempo de serviço no magistério contado até 31/10/2019;
- g) cópia das certidões de nascimento dos filhos menores;
- h) cópia docomprovente de residência.

#### 5 DO RESULTADO:

5.1 O resultado do processo será homologado e divulgado no site da Prefeitura e também estará disponível no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) até o dia 18/12/2019.

#### 6 DA EXPEDIÇÃO DE PORTARIA:

6.1 A portaria será expedida pelo Departamento de Recursos Humanos por ato do Poder Executivo em conjunto com a Secretaria de Educação.

#### 7 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

7.1 Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, das normas constantes deste Edital.

7.2 O processo de REMOÇÃO E/OU ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO produzirá efeitos legais a partir de 03 (três) de fevereiro de 2020.

7.3 O descumprimento do prazo determinado para assumir a nova lotação e/ou jornada de trabalho implicará no cancelamento do mesmo.

7.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretária de Educação e homologados pelo Poder Executivo do Município de Pescaria Brava/SC.

7.5 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava, 25 de novembro de 2019.

Perpétua Guimarães Prudêncio

Secretária de Educação

ANEXO I

REQUERIMENTO DE REMOÇÃO – EDITAL Nº 008/2019

NOME DO(A) SERVIDOR(A): \_\_\_\_\_

TELEFONE FIXO: \_\_\_\_\_ CELULAR: \_\_\_\_\_

MATRÍCULA Nº \_\_\_\_\_ DATA INGRESSO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CARGO/DISCIPLINA: \_\_\_\_\_

LOTAÇÃO/LOCAL: \_\_\_\_\_

CARGA HORÁRIA: \_\_\_\_\_

TURNO: \_\_\_\_\_

UNIDADE PRETENDIDA PARA REMOÇÃO:

• 1ª OPÇÃO: \_\_\_\_\_

• 2ª OPÇÃO: \_\_\_\_\_

• 3ª OPÇÃO: \_\_\_\_\_

Pescaria Brava/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Candidato

Protocolo Nº: \_\_\_\_\_ Nº Folhas Recebidas: \_\_\_\_\_

Conferência dos documentos (uso exclusivo pelo setor competente da Secretaria de Educação):

- ( ) cópia da carteira de identidade;
- ( ) cópia da portaria de nomeação;
- ( ) requerimento devidamente preenchido e assinado;
- ( ) cópia do diploma de maior grau de formação na área de atuação;
- ( ) atestado de tempo de serviço público municipal contado até 31/10/2019;
- ( ) atestado de tempo de serviço no magistério contado até 31/10/2019;
- ( ) cópia das certidões de nascimento dos filhos menores;
- ( ) cópia do comprovante de residência.

ANEXO II  
REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO  
EDITAL Nº 008/2019

NOME DO(A) SERVIDOR(A): \_\_\_\_\_

TELEFONE FIXO: \_\_\_\_\_ CELULAR: \_\_\_\_\_

MATRÍCULA Nº \_\_\_\_\_ DATA INGRESSO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CARGO/DISCIPLINA: \_\_\_\_\_

LOTAÇÃO/LOCAL: \_\_\_\_\_

CARGA HORÁRIA ATUAL: \_\_\_\_\_

TURNO: \_\_\_\_\_

1 -CARGA HORÁRIA PRETENDIDA PARA AUMENTO: \_\_\_\_\_ HORAS SEMANAIS

TURNO PRETENDIDO: \_\_\_\_\_ UNIDADE ESCOLAR: \_\_\_\_\_

2 - CARGA HORÁRIA PRETENDIDA PARA REDUÇÃO: \_\_\_\_\_ HORAS SEMANAIS

TURNO PRETENDIDO: \_\_\_\_\_ UNIDADE ESCOLAR: \_\_\_\_\_

Pescaria Brava, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Candidato

Protocolo Nº: \_\_\_\_\_ Nº Folhas Recebidas: \_\_\_\_\_

Conferência dos documentos(uso exclusivo pelo setor competente da Secretaria de Educação):

- ( ) cópia da carteira de identidade;
- ( ) cópia da portaria de nomeação;
- ( ) requerimento devidamente preenchido e assinado;
- ( ) cópia do diploma de maior grau de formação na área de atuação;
- ( ) atestado de tempo de serviço efetivo ininterrupto na Unidade Escolar até 31/10/2019;
- ( ) atestado de tempo de serviço no magistério público municipal até 31/10/2019;
- ( ) atestado de tempo de serviço no magistério contado até 31/10/2019;
- ( ) cópia das certidões de nascimento dos filhos menores;
- ( ) cópia do comprovante de residência.

**EDITAL Nº 009/2019 LICENÇA PRÊMIO 2020**

Publicação Nº 2222894

EDITAL Nº 009/2019

CONVOCAÇÃO PARA HABILITAÇÃO À CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS E MERENDEIRAS QUE PRESTAM SERVIÇOS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PESCARIA BRAVA/SC.

O PREFEITO DE PESCARIA BRAVA, no uso de suas atribuições legais, torna pública aos profissionais estáveis que prestam serviços à Secretaria de Educação de Pescaria Brava, dentre estes, os ocupantes dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Especialista em Assuntos Educacionais, Merendeira, Professor e Secretário de Escola, a abertura do processo de habilitação para a concessão da LICENÇA PRÊMIO, considerando o disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 67/2018, de 26 de abril de 2018.

Art. 1º Os profissionais estáveis que prestam serviços à Secretaria de Educação do Município de Pescaria Brava, interessados em gozar de licença prêmio, que possuírem o período aquisitivo completo de que trata a LC nº 67/2018, poderão inscrever-se no presente processo.

Parágrafo único – Ao inscrever-se, o servidor estável deverá optar por gozar da licença prêmio no período que compreende o dia 03 de

fevereiro de 2020 ao dia 02 de maio de 2020 ou o período compreendido entre os dias 02 de outubro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º As disposições e o regulamento para a concessão da licença prêmio observarão os ditames contidos na LCnº 67/2018.

Art. 3º O servidor deverá, no ato da inscrição, apresentar o formulário de requerimento padrão e cópia dos documentos pessoais, nos termos do Anexo I, no prazo compreendido entre 25 a 29/11/2019.

Art. 4º Encerrado o prazo de inscrição, sem que o servidor tenha promovido a regular inscrição, não será admitido pedido retardatário, devendo o mesmo ser formulado no ano subsequente.

Art. 5º A Secretaria de Educação fará uma escala dos profissionais que têm interesse em usufruir Licença Prêmio, podendo conceder, simultaneamente, licença prêmio ao seguinte número de servidores por cargo ocupado:

I - Entre o dia 03 de fevereiro de 2020 ao dia 02 de maio de 2020:

- a) Auxiliar de Serviços Gerais: até 04 (quatro)
- b) Especialista em Assuntos Educacionais: 01 (um)
- c) Merendeira: 01 (um)
- d) Professor: até 06 (seis)
- e) Secretário de Escola: até 01 (um)

II - Entre o dia 02 de outubro de 2019 e 31 de dezembro de 2020:

- f) Auxiliar de Serviços Gerais: até 04 (quatro)
- g) Especialista em Assuntos Educacionais: 01 (um)
- h) Merendeira: 01 (um)
- i) Professor: até 06 (seis)
- j) Secretário de Escola: até 01 (um)

Art. 6º Não se concederá licença prêmio ao servidor que, no período aquisitivo:

I – sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II – afastar-se do cargo em virtude de:

- a) licença para tratar de interesses particulares superior a 30 (trinta) dias;
- b) condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
- c) afastamento para servir a outro órgão da administração de Municípios, dos Estados, do Distrito Federal, da União, sem ônus para o Município de Pescaria Brava;
- d) afastamento para exercício de mandato eletivo, nas hipóteses previstas no art. 133, incisos I, II e inciso III, alínea 'b'.

Parágrafo Único – Competirá à Secretaria de Educação, conjuntamente com o Departamento de Recursos Humanos, analisar o Cadastro Funcional dos Servidores inscritos, para fins de apuração da ocorrência de qualquer uma das hipóteses elencadas nas alíneas "a" a "d".

Art. 7º Encerradas as inscrições, a Secretaria de Educação analisará, juntamente com o Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, os pedidos no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do encerramento das inscrições, publicando o resultado no site oficial do município e no Diário Oficial.

Art. 8º O prazo para recurso daqueles que tiverem pedido indeferido será de 05 (cinco) dias contados da data da publicação do resultado final.

Pescaria Brava, 18 de novembro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DA SOUZA

PREFEITO DE PESCARIA BRAVA

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO - LICENÇA PRÊMIO 2020

EDITAL 009/2019

Nome do Servidor: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Local de Lotação: \_\_\_\_\_

Carga horária: \_\_\_\_\_

Euservidor(a) estável da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava/SC, em atendimento ao que dispõe o Edital Nº 009/2019 de inscrição de Licença Prêmio, por meio desta, venho requerer a inscrição, avaliação e deferimento da licença prêmio no período de:

( ) 03 de fevereiro de 2020 ao dia 02 de maio de 2020;

( ) 02 de outubro de 2019 e 31 de dezembro de 2020;

( ) \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (Preenchimento exclusivo para servidoras em período de lactação e/ou aposentadoria).

Servidor (a)

Pescaria Brava, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.



**EDITAL Nº007/2019 PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

Publicação Nº 2222872

**EDITAL Nº 007/2019 PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

ABRE INSCRIÇÕES E DEFINE NORMAS E CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO NA PREFEITURA DE PESCARIA BRAVA PARA O ANO DE 2020.

A PREFEITURA DE PESCARIA BRAVA torna pública a inscrição para compor cadastro de reserva de vagas de estágio para candidatos interessados que cursam o Ensino Médio, a Educação Especial, a Educação Profissional/Magistério e/ou Ensino Superior/Pedagogia.

**1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O presente edital tem por finalidade a seleção e composição de cadastro de reserva de estágio, dentro das necessidades e limites legais, para candidatos interessados que cursam o Ensino Médio, a Educação Especial, a Educação Profissional/Magistério e/ou Ensino Superior/Pedagogia para atuação nas Unidades Escolares que compõem à Secretaria de Educação.

**2 DAS INSCRIÇÕES**

2.1 As inscrições serão realizadas na Secretaria de Educação, localizada na Rodovia SC437, KM 08 - Centro – Pescaria Brava, no período de 18/11/2019 a 29/11/2019, no horário das 07h às 13h.

**3 CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO/CONTRATAÇÃO**

3.1 No ato da inscrição, os candidatos interessados deverão apresentar cópia dos seguintes documentos:

- a) cópia do RG;
- b) cópia do CPF;
- c) cópia do comprovante de residência;
- d) cópia do título de eleitor;
- e) Comprovante de matrícula escolar de 2020;
- f) Ficha cadastral devidamente preenchida (conforme modelo anexado à última página deste edital).

**4 DA CLASSIFICAÇÃO**

4.1 Os candidatos serão classificados de acordo com o curso/escolaridade, em 4 (quatro) categorias, sendo estas:

- a) listagem de candidatos que cursam o Ensino Superior/Pedagogia;
- b) listagem de candidatos que cursam a Educação Profissional/Magistério;
- c) listagem de candidatos que cursam a Educação Especial;
- d) listagem de candidatos que cursam o Ensino Médio.

4.2 O critério de classificação para cada categoria será:

- a) Nível Superior/Pedagogia – Maior fase, semestre ou equivalente;
- b) Nível Profissional/Técnico – Maior série ou equivalente;
- c) Educação Especial – Maior série;
- d) Nível Médio – Maior série.

4.3 Será utilizada a Maior Idade como critério para desempate.

4.4 A chamada respeitará as necessidades da PREFEITURA DE PESCARIA BRAVA no que se refere às diferentes listagens classificatórias quanto ao nível de escolaridade exigido para o desenvolvimento das atividades do estagiário, bem como o número de vagas para cada modalidade, bem como a área de atuação.

**5 DA DIVULGAÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS**

5.1 As listagens classificatórias serão publicadas no site da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava - <https://www.pescariabrava.sc.gov.br> e no site do CIEE - [www.cieesc.org.br](http://www.cieesc.org.br), no dia 11/12/2019, após às 18 horas.

5.2 A escolha de vagas acontecerá na Secretaria de Educação no dia 20/01/2020, às 08h, devendo os classificados comparecer na Secretaria, situada na Rodovia SC437, KM 08 - Centro – Pescaria Brava/SC, munidos de um documento com foto, sob pena de perda da escolha das vagas conforme a ordem de classificação.

5.3 Reposições e contratações ao longo do ano de 2020 serão feitas conforme disposto no item 6 deste edital.

**6 DAS REPOSIÇÕES DAS VAGAS**

6.1 Em caso de desistências, rescisões ou novas contratações ao longo do ano de 2020, as vagas serão abertas pela Prefeitura e caberá aos candidatos selecionados manifestar seu interesse pela vaga, em local, data e hora a serem informados pela Prefeitura, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizadas as suas informações de contato.

6.2 A seleção das vagas de reposições será feita pela Prefeitura de Pescaria Brava. Sendo assim, os candidatos selecionados precisarão ter o cadastro sempre atualizado no site [www.cieesc.org.br](http://www.cieesc.org.br).

6.3 É de responsabilidade dos candidatos selecionados acompanharem o quadro de vagas, que será atualizado de acordo com a necessidade da Prefeitura de Pescaria Brava, no site <https://www.pescariabrava.sc.gov.br>.

**7. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

7.1 Todas as informações prestadas pelos candidatos por ocasião da inscrição são-lhes de inteira responsabilidade.

7.2 A inscrição dos candidatos importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas presentes.

7.3 Poderão inscrever-se estudantes que estejam devidamente matriculados e frequentando o ensino regular médio, educação especial, profissionalizante/magistério e superior em instituições de ensino oficial reconhecida pelo Ministério da Educação;

7.4 A jornada de atividades será de:

- a) 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais para os educandos de educação profissionalizante/magistério e de educação superior;  
b) 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais para os educandos de educação especial e de ensino médio.

7.5 A Prefeitura Municipal de Pescaria Brava fornecerá Bolsa Auxílio nos seguintes valores:

NÍVEL DE ENSINO	CARGA HORÁRIA	BOLSA AUXÍLIO
Nível Médio	04 horas diárias (20 HORAS SEMANAIS)	R\$ 400,00
Nível Técnico	04 horas diárias (20 HORAS SEMANAIS)	R\$ 400,00
Nível Superior	06 horas diárias (30 HORAS SEMANAIS)	R\$ 500,00

7.6 Somente será permitida a inscrição de estudantes com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos completos.

7.7 Fica vedado a inscrição de estudante que já prestou 02 (dois) anos de estágio na Prefeitura de Pescaria Brava.

7.8 A duração do estágio não excederá 02 (dois) anos.

7.9 O estágio não gerará vínculo empregatício de qualquer natureza.

7.10 O Termo de Compromisso de Estágio poderá ser rescindido a qualquer momento, quando houver insatisfação por parte da concedente quanto a comportamentos indevidos e/ou faltas do estudante no local de estágio.

7.11 Os casos omissos serão resolvidos baseados na Lei Federal nº 11.788/2008 e Lei Municipal 1813/2018.

Pescaria Brava/SC, 18 de novembro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DA SOUZA

PREFEITO DE PESCARIA BRAVA

FICHA CADASTRAL – PROCESSO SELETIVO – EDITAL 007/2020

PREFEITURA DE PESCARIA BRAVA

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

NOME DO PAI: \_\_\_\_\_

NOME DA MÃE: \_\_\_\_\_

TELEFONE: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ CELULAR: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

NÚMERO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: \_\_\_\_\_

CURSO: \_\_\_\_\_

CÓDIGO DE MATRÍCULA: \_\_\_\_\_

HORÁRIO DE AULA: \_\_\_\_\_

ANO/SÉRIE/SEMESTRE: \_\_\_\_\_

RENDAMENTO MENSAL FAMILIAR

- ( ) Abaixo de 1 salário mínimo  
( ) Até 3 salários mínimos  
( ) Entre 3 e 5 salários mínimos  
( ) Entre 5 e 10 salários mínimos  
( ) Entre 10 e 20 salários mínimos  
( ) Mais de 20 salários mínimos

Nº MORADORES NA CASA: \_\_\_\_\_

POSSUI DECLARAÇÃO PCD (Pessoa com deficiência): ( ) SIM ( ) NÃO

IMPORTANTE: Todos os campos são obrigatórios.

**ERRATA QUANTO AO EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 22/2017 PL Nº. 35/2017 PR Nº. 15/2017 – REAJUSTE CONTRATUAL**

Publicação Nº 2222651

ERRATA QUANTO AO EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 22/2017 PL Nº. 35/2017 PR Nº. 15/2017 – REAJUSTE CONTRATUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 22/2017 – REAJUSTE CONTRATUAL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA - CNPJ Nº. 16.780.795/0001-38

CONTRATADA: A &amp; G CONSTRUTORA LTDA ME – CNPJ Nº. 03.546.940/0001-79

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 35/2017 PMPB

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 15/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA TERCERIZADA, NAS FUNÇÕES ESPECIFICADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ÓRGÃO: 99

Unidade: 05.01

Proj/Ativ: 2.016

Despesa: 99.05.2.016.3.3.90.00.00.00.5000

Fica retificada a publicação do extrato do quarto termo aditivo ao contrato nº 22/2017, nos termos que segue:

Onde se lê:

VALOR: R\$ 6.875,38 (SEIS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS), CORRESPONDENTE AO PERCENTUAL DE 6,24%.

Leia-se:

REAJUSTE CONTRATUAL: Fica reajustado o presente contrato, no percentual de 6,24% (seis virgula vinte e quatro por cento).

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/ 2019 – PMPB PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019 – PMPB**

Publicação Nº 2223213

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/ 2019 – PMPB

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019 – PMPB

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, informa que será realizada licitação na modalidade Pregão Presencial, para registro de preços, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA POR REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, BEM COMO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL. Quantidades e especificações nos anexos do Edital. Tipo de licitação: Menor Preço Por Item. Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/06. Data de Abertura: 26/11/2019 às 08:00 horas. Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3647-6312 no Setor de Licitações, e-mail: licitacao@pescaria-brava.sc.gov.br, esta licitação encontra-se publicada no site: www.pescariabrava.sc.gov.br, Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.

Pescaria Brava, 11 de novembro de 2019.

Deyvisonn da Silva de Souza

PREFEITO MUNICIPAL.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/ 2019 – PMPB PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019 – PMPB**

Publicação Nº 2224335

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/ 2019 – PMPB  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019 – PMPB

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, informa que será realizada licitação na modalidade Pregão Presencial, para registro de preços, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA POR REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, BEM COMO, OS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Quantidades e especificações nos anexos do Edital. Tipo de licitação: Menor Preço Por Item. Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/06. Data de Abertura: 27/11/2019 às 08:00 horas. Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3647-6312 no Setor de Licitações, e-mail: [licitacao@pescariabrava.sc.gov.br](mailto:licitacao@pescariabrava.sc.gov.br), esta licitação encontra-se publicada no site: [www.pescariabrava.sc.gov.br](http://www.pescariabrava.sc.gov.br), Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.  
Pescaria Brava, 12 de novembro de 2019.  
Deyvisonn da Silva de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL.

# Pinhalzinho

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO PREGÃO 02-2019 CVP

Publicação Nº 2224092

EXTRATO CONTRATUAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA DE VEREADORES DE PINHALZINHO

Contrato Nº: 06/2019  
Contratante: CAMARA DE VEREADORES PINHALZINHO  
Contratada: IPM SISTEMAS LTDA  
Valor Estimado: R\$ 57.960,00(Cinquenta sete mil novecentos e sessenta reais)  
Prazo: Inicio: 12/11/2019 Termina: 11/11/2020  
Licitação: EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 02/2019  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA

Pinhalzinho-SC, 12 de novembro de 2019

Claudecir Jose Corradi - Presidente

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 265/2019.

Publicação Nº 2224300

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 265/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 001/2019 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Helena ZAgo Neis  
CPF n.º 941.922.199-72  
Endereço: Rua Paulino Nora – Pinheiro Preto - SC

#### PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Helena ZAgo Neis, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 001/2019.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA Saúde e Bem Estar Social função de "Servente", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 001/2019, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.448,58 (Hum mil quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

3.2. O contrato vigorará da data de 11 de novembro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

A contratada executará as seguintes funções:

- Receber, orientar, encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas em dependências do órgão; - Montar, reparar e ajustar máquinas e ferramentas; - Efetuar limpeza das dependências internas e externas das instalações dos órgãos da Administração Pública; - Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndio ou quaisquer outros relativos à segurança do órgão; - Executar serviços internos de entrega de documentos e mensagens; - Realizar serviços relacionados com cozinha e copa do órgão; - Executar ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente; - Verificar instalações hidráulicas elétricas e sanitárias durante o seu turno a fim de detectar possíveis irregularidades e providenciar, a tempo, as medidas recomendáveis; - Controlar a movimentação de veículos, a entrada e saída de volumes, bens móveis e pessoas; - Registrar sua passagem pelos postos de controle, acionando o relógio especial de ponto para comprovar a regularidade de sua ronda, quando necessário; - Solicitar socorro às autoridades competentes, imediatamente nos casos de incêndio, enchentes, ameaças de desabamentos, vendavais, atentados contra a integridade física o contra a vida, comunicando o fato à chefia imediata; - Relatar

as anormalidades verificadas no seu turno de trabalho; - Executar outras atividades compatíveis com o cargo; - Realizar reparos, compatíveis com seu conhecimento; - Auxiliar nas atividades de correspondência interna, deslocamento de móveis, equipamentos, materiais de expediente; - Auxiliar no controle e organização do almoxarifado; - Instalar equipamentos para os quais não se exige conhecimento técnico; - Auxiliar em todas as atividades internas para as quais se exige trabalho braçal; - Controlar o uso e consumo de energia elétrica e outros bens da administração, a fim de evitar desperdício; - Executar outras atividades compatíveis com o cargo e similares as suas atribuições.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

##### 4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades a CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

##### 4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que a Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 11 de novembro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 11 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Helena ZAgo Neis

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome: Nome:

CPF: CPF



**EDITAL 001/2019 - CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO DE PROCESSO ELEITORAL**

Publicação Nº 2223380

SIMASPP - Sistema de Assistência Médico Hospitalar dos Servidores Públicos do Município de pinheiro Preto.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO DE PROCESSO ELEITORAL**

Art. 1º - Informamos a todos os servidores ativos e inativos que fazem parte do SIMASPP, que encontram-se abertas as inscrições, para eleição do Conselho Diretor do Sistema de Assistência Médico Hospitalar dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto – SIMASPP.

Art. 2º - Todos os servidores que preencherem os requisitos especificados no artigo anterior poderão candidatar-se, sendo que os 03 (três) mais votados farão parte dos conselhos, conforme determina art. 36, inciso II, da lei Complementar 208/2014 09 de dezembro de 2014.

Art. 3º - O período de inscrição é de: 05 de novembro a 26 de novembro de 2019, no setor de RH com Eloiza Felchilcher ou Maria Helena Mattana Mariani, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:00 a 17:00 hrs.

Art. 4º - A eleição será dia 03 de dezembro de 2019 (terça -feira) no horário de 07:30 as 11:30 e das 13:00 a 15:00 horas, no setor de RH, na Sede da prefeitura. Após o encerramento da votação será feita a contagem dos votos.

Nada mais havendo a tratar.

Publique-se  
Registre-se.

Pinheiro Preto, 05 de Novembro de 2019.

SIMASPP - Sistema de Assistência Médico Hospitalar dos Servidores Públicos do Município de pinheiro Preto.

**FICHA DE INSCRIÇÃO PARA CANDIDATO A MEMBRO DO CONSELHO DIRETOR**  
(Art. 36 inciso II da lei complementar 208/2014)

NOME: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_\_

DATA DE ADMISSÃO : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

SECRETARIA: \_\_\_\_\_

IDENTIDADE: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Declaro que todas as informações aqui prestadas são verdadeiras, pelas quais assumo total responsabilidade. E ainda que conheço o inteiro teor do Edital a que se refere esta eleição, bem como a legislação que a rege.

Pinheiro Preto, ...../ ..... /2019.

Assinatura do candidato

**EDITAL Nº.001/19 - PROCESSO ELEITORAL IPREPI**

Publicação Nº 2223375

Edital nº.001/19 - De 11 de novembro de 2019.

"Abre Processo Eleitoral Para Escolha de Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, para a diretoria do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto - SC."

ROSANA DOS SANTOS, na qualidade de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto-SC-IPREPI, de acordo com o disposto nos artigos 72 e 78 da Lei nº. 081/99 de 12/11/99, com suas alterações posteriores, e demais normas legais aplicável à matéria, que fará realizar no dia 03/12/2019 das 07h30min às 11h00min horas, a eleição para a escolha de 03(três) conselheiros administrativos e 02(dois) conselheiros para o conselho Fiscal, para a nova diretoria do Instituto, cujo processo eleitoral se regerá pelo disposto em Lei e pelo presente Edital.

I - Do objeto

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto-SC - IPREPI comunica a todos os servidores efetivos e contribuintes de mesmo, que a eleição para a escolha dos 05 (cinco) conselheiros de que trata o art. 73 e art. 75 da Lei nº 81/99 de 12/11/99, será realizada no dia 03/12/2019, no horário das 07h30min às 11h00min, na sala do Instituto, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, na Rua Arthur Costa e Silva nº. 111.

## II - Dos Conselheiros a serem eleitos

### 01) Conselho Administrativo 03 vagas

#### Requisitos:

Ser servidor efetivo, ativo ou inativo do serviço público municipal;  
Se for servidor ativo, estar no serviço público municipal há três anos.

### 02) Conselho Fiscal 02 vagas

Requisitos previstos no Art.8º da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998:

I - não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar; (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

II - possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais; (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

III - possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

IV - ter formação superior; (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

V - ser servidor efetivo ativo ou inativo;

Pela natureza dos cargos, não existe remuneração para os mesmos.

## III - Do Processo Eleitoral

Todos os servidores ativos e inativos que preencheram os requisitos de que trata o inciso II. poderão se candidatar.

Poderão votar todos os servidores ativos e inativos do Município de Pinheiro Preto-SC, filiados ao Instituto de Previdência Social Municipal - IPREPI.

De acordo com o disposto no 16º do art. 73 e 14º do art. 75, da Lei nº. 81/99 de 12/11/99, o mandato dos conselheiros, será de 02 (dois) anos. Permitida a reeleição por igual período.

O voto será secreto e direto.

A eleição será válida se votarem, no mínimo metade dos filiados no Instituto em dia com suas obrigações, mais 1 (um).

Não sendo apurado o número necessário, para convalidar o presente processo eleitoral, o atual presidente, permanecerá no cargo, e convocará novas eleições, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Os interessados em candidatar-se aos cargos neste Edital, deverão preencher ficha de inscrição na Diretoria Executiva do IPREPI no horário de expediente, até o dia 29/11/2019.

## IV - Da Votação

O processo de votação iniciará, às 07h30min do dia 3 de dezembro de 2019 e terminará às 11h00min.

No local de votação, será afixado listas com o nome de todos os inscritos e para qual cargo estarão concorrendo.

Cada votante receberá uma cédula, onde contará o nome dos inscritos e o cargo que disputa sendo que assumirá lista de comparecimento.

Após votar, o votante depositará seu voto em urna lacrada.

O votante escolherá dentre os inscritos três nomes para o Conselho de Administração e dois nomes para o Conselho Fiscal.

Será considerado nulo, votos que tiverem rasuras, ou que sejam assinalados mais nomes que o disposto acima.

## V - Da Apuração

A apuração será realizada logo após o término das eleições, por junta apuradora, devidamente nomeada para este fim.

A posse se dará de acordo com o disposto, na legislação em vigor.

## VI - Disposições legais

No prazo de 10(dez) dias de apuração deste edital, a atual Diretora do IPREPI, nomeará, comissão eleitoral por meio de resolução, a qual conduzirá todo o Processo Eleitoral.

## VII - Das dúvidas

As dúvidas que possam advir de interpretação do presente Edital serão resolvidas de acordo com a Lei Complementar nº. 81/99 de

12/11/99, com suas alterações posteriores e demais normas legais aplicáveis à matéria.

#### VIII - Do encerramento do processo Eleitoral

O presente Processo Eleitoral encerra-se com a divulgação final do resultado e publicação do mesmo, na forma da Lei.

Pinheiro Preto, 11 de novembro de 2019.  
Rosana dos Santos Édina Volpato Mariani  
Presidente Diretora Executiva

### PORTARIA 553/2019

Publicação Nº 2224294

PORTARIA Nº 553, DE 11 de novembro DE 2019.

Contrata Helena Zago Neis PARA OCUPAR a função temporária DE Servente.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando, o atestado médico que declarou Helena Zago Neis apta para exercer a função de servente;

#### RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 11 de novembro de 2019, Helena Zago Neis, brasileira, portadora CPF nº 941.922.199-72, residente e domiciliada na Rua Paulino Nora, São José, neste município de Pinheiro Preto -SC, para ocupar a função de Servente, nível de vencimento SEG-01, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, e filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 11 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 554/2019

Publicação Nº 2224295

PORTARIA Nº 554, DE 11 de novembro DE 2019.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Tania ZAnella.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Tania ZAnella, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga (CRAS), 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 03/02/2018 a 02/02/2019, que será gozado de 29/10/2019 a 12/11/2019, devendo retornar a suas atividades em 13/11/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29/10/2019

Centro Administrativo Municipal, 11 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 555/2019

Publicação Nº 2224298

PORTARIA Nº 555, DE 11 de novembro DE 2019.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS Ao servidor Enori Friebel.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor Enori Friebel, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/06/2017 a 01/06/2019, cujo gozo dar-se-á no período de 18 de novembro de 2019 a 02 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 11 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 556/2019**

Publicação Nº 2224299

PORTARIA Nº 556, DE 11 de novembro DE 2019.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A servidora VIVIANE MELLO DA VEIGA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora VIVIANE MELLO DA VEIGA, ocupante do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE, 10 (dez) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/11/2018 a 31/10/2019, cujo gozo dar-se-á no período de 11 de novembro de 2019 a 20 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 11 novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

# Piratuba

## PREFEITURA

### COMUNICADO CC Nº 006/2019

Publicação Nº 2223485

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC  
CONCORRÊNCIA Nº 006/2019

#### COMUNICADO

A Comissão Permanente de Licitações do Município de Piratuba vem por meio desta, comunicar a licitante: SANTASUL- PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, à comparecer na Sala de Licitações do Município, sito à Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, às 14h00 do dia 14 de novembro de 2019, para participar da sessão de julgamento de sua Proposta de Preço.

KARLA RIFFEL DA SILVA  
Presidente da CPL

# Pomerode

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 186 / 2019

Publicação Nº 2222878

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 186 / 2019

Processo Administrativo n.º 107 / 2019. Pregão Presencial n.º 064 / 2019 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: COMERCIAL VITÓRIA LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DECORAÇÃO NATALINA DOS PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS, PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS CENTRAIS, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 24/10/2020. Valor total registrado: R\$38.895,00 (trinta e oito mil e oitocentos e noventa e cinco reais) / Itens 02, 03, 04, 06 e 08.

Pomerode / SC, 25 de Outubro de 2019.  
ÉRCIO KRIEK  
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 187 / 2019

Publicação Nº 2222932

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 187 / 2019

Processo Administrativo n.º 107 / 2019. Pregão Presencial n.º 064 / 2019 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: JOCIMAR FIGUEIREDO. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DECORAÇÃO NATALINA DOS PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS, PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS CENTRAIS, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 24/10/2020. Valor total registrado: R\$12.840,00 (doze mil e oitocentos e quarenta reais) / Item 05.

Pomerode / SC, 25 de Outubro de 2019.  
ÉRCIO KRIEK  
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

### EDITAL Nº 073/2019 PARA CONCURSO INTERNO DE TÍTULOS AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) PADRA (PROJETO DIFERENTES RITMOS DE APRENDIZAGEM)

Publicação Nº 2223863

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
CNPJ 83.102.251/0001-04  
Fone (47) 3387-7277  
e-mail: educacao@pomerode.sc.gov.br - sed@pomerode.sc.gov.br  
Rua XV de Novembro, 525 – Bairro Centro  
89107-000 - POMERODE - SANTA CATARINA

EDITAL Nº 073/2019 PARA CONCURSO INTERNO DE TÍTULOS  
AEE (Atendimento Educacional Especializado) PADRA (Projeto Diferentes Ritmos de Aprendizagem)

Abre inscrições e normatiza o CONCURSO INTERNO DE TÍTULOS para atuar nas salas de AEE E PADRA da rede municipal de ensino.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, com base nas disposições da legislação vigente, faz saber através do presente Edital, que ficam abertas as inscrições para o CONCURSO INTERNO DE TÍTULOS de acordo com a regulamentação do presente Edital.

#### 1 - DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

**1.1 - DO PERÍODO**

As inscrições serão realizadas mediante Ficha de Inscrição (Anexo I - Modelo Padrão) preenchido e protocolado no Protocolo Geral da Secretaria da Educação e Formação Empreendedora de Pomerode nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 2019, no horário das 7:30h -11:30h e das 13 às 17h.

**1.2 – DOS REQUISITOS**

I - Ser professor efetivo na Rede Municipal de Ensino de Pomerode;

II – Não ter sofrido pena de advertência ou suspensão, nos últimos dois anos, bem como não estar respondendo a sindicância ou processo administrativo disciplinar;

III – Possuir habilitação em nível de graduação, especialização em Neuropedagogia, e ou Psicopedagogia e ou Educação Especial ou cursos, devidamente registrados na área da Educação Especial, que possibilitem a sua classificação.

**1.3 – DA DOCUMENTAÇÃO (Anexar a ficha de inscrição)**

I – Fotocópia do Diploma/Certificado e Histórico Escolar de comprovação de conclusão de GRADUAÇÃO em EDUCAÇÃO ESPECIAL e/ou fotocópia do Diploma/Certificado e Histórico Escolar de comprovação de conclusão de ESPECIALIZAÇÃO nos cursos de: NEUROPEDAGOGIA, e ou PSICOPEDAGOGIA e ou EDUCAÇÃO ESPECIAL e/ou fotocópia do Diploma/Certificado de cursos específicos na área da Educação Especial. Serão válidos aqueles com data de emissão do certificado posterior a data de 11 de novembro de 2013 e com carga horária mínima de 20 horas;

II- Tempo de trabalho no cargo de Professor na Rede Municipal de Ensino de Pomerode que será computado até o dia 30 de outubro de 2019. O tempo de trabalho será solicitado automaticamente ao setor de Recursos Humanos pelo Setor Administrativo da SEFE;

III – Fotocópia da Carteira de Identidade;

IV – Fotocópia da Certidão de Nascimento dos Filhos, conforme o caso;

V – Fotocópia da Certidão de Casamento, conforme o caso.

**1.4 – DA PONTUAÇÃO PARA A CLASSIFICAÇÃO**

I – A pontuação para a classificação será obtida tomando por base:

TÍTULO	PONTUAÇÃO
Graduação ou Especialização	5,0
Cursos Específicos na área da Educação Especial, com somatório de duração dos cursos superior a 200 horas	3,0
Cursos Específicos na área da Educação Especial, com somatório de duração dos cursos de 101 a 200 horas	2,0
Cursos Específicos na área da Educação Especial, com somatório de duração dos cursos de 20 a 100 horas	1,0

**2 – DA CLASSIFICAÇÃO**

I - Somente será considerado classificado o candidato cuja inscrição atender os requisitos exigidos neste Edital;

II - A divulgação da classificação provisória será publicada na Secretaria da Educação e Formação Empreendedora no dia 21 de novembro de 2019;

III – O prazo para o candidato impetrar recurso será no dia 22 de novembro de 2019, via requerimento protocolado na Secretaria da Educação e Formação Empreendedora de Pomerode, no horário das 7:30h -11:30h e das 13 às 16h.

**3 – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

I – Maior tempo de serviço no cargo de professor prestado à Rede Municipal de Ensino de Pomerode;

II – O mais idoso;

III – Aquele que possuir maior número de filhos;

IV – Aquele que for casado.

**4 – DA HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO**

A classificação final será homologada em 25 de novembro de 2019.

**5 – DAS VAGAS**

I – A vaga disponível para escolha segue conforme quadro abaixo, não sendo possível o seu desdobramento:

UNIDADE ESCOLAR	AEE	PADRA
EBM Almirante Barroso	1 vaga de 40h	1 vaga de 40h
EBM Dr. Amadeu da Luz	1 vaga de 40h	1 vaga de 40h
EBM Olavo Bilac	1 vaga de 40h	1 vaga de 40h
EBM Olavo Bilac	1 vaga de 20h	-----
EEBM Prof. Curt Brandes	1 vaga de 40h	1 vaga de 40h
EEBM Prof. Curt Brandes	1 vaga de 20h	-----
EEBM Duque de Caxias	1 vaga de 20h	1 vaga de 20h
EEBM Prof. Vidal Ferreira	1 vaga de 20h	1 vaga de 20h
EBM Hermann Guenther	1 vaga de 40h	1 vaga de 40h
EEBM Profª Noemi V. C. Schroeder	1 vaga de 20h	1 vaga de 20h



II - A escolha de vagas acontece no dia 27 de novembro de 2019, às 9h, na Secretaria da Educação e Formação Empreendedora, com a presença dos classificados.

III – O candidato iniciará suas atividades na vaga escolhida em 03 de fevereiro de 2020.

#### 6 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - O concurso de que trata o referido Edital terá validade de 01 (um) ano, não podendo ultrapassar o ano letivo de 2020.

II – A atuação do professor para a vaga escolhida não poderá ultrapassar o ano letivo de 2020.

III – Para permanência na vaga escolhida o servidor será avaliado bimestralmente pelo Diretor e Orientador Educacional da unidade escolar, que encaminhará à avaliação a coordenação pedagógica da Secretaria da Educação e Formação Empreendedora sob pena de destituição da função.

#### 7 - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pela comissão composta por:

Jorge Luiz Buerger – Secretário da Educação e Formação Empreendedora;

Aneli Klotz Rothbarth – Diretora da Educação Básica;

Jaqueline Beatriz Rahn – Administrativo da SEFE;

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 11 de novembro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito de Pomerode

#### ANEXO I

EDITAL nº 73/2019 - CONCURSO INTERNO DE TÍTULOS – AEE/PADRA

#### FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Carga horária: \_\_\_\_\_ horas semanais

Cargo: \_\_\_\_\_

Lotação na UE: \_\_\_\_\_

Pomerode/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Para uso do Setor Administrativo e da Comissão

Tempo de Serviço: _____ anos _____ meses _____ dias
Graduação ou Especialização: pontos
Cursos (+ 200 horas): pontos
Cursos (de 101 a 200 horas): pontos
Cursos (de 20 a 100 horas): pontos
Total de pontos:
Idade: Nº de filhos: Estado Civil:
DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( )
Observações:

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

### FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL / PREGÃO PRESENCIAL N.º 005 / 2019 - FUNPEEL

Publicação Nº 2224101

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER - FUNPEEL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 005 / 2019 – FUNPEEL

Processo Administrativo n.º 010 / 2019 - FUNPEEL.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BILHETERIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E MANUTENÇÃO OPERACIONAL PARA A 37ª FESTA POMERANA – EDIÇÃO 2020, A REALIZAR-SE DE 15 A 26 DE JANEIRO DE 2020, CONFORME

**DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.**

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 26/11/2019.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min. do dia 26/11/2019.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 11 de Novembro de 2019.

ARLINDO EWALD

Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode - FUNPEEL

**FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL / PREGÃO PRESENCIAL N.º 006 / 2019 - FUNPEEL**

Publicação Nº 2224107

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER - FUNPEEL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 006 / 2019 – FUNPEEL

Processo Administrativo n.º 011 / 2019 - FUNPEEL.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E GESTÃO DE ESTACIONAMENTO PARA A 37ª FESTA POMERANA - EDIÇÃO 2020, A REALIZAR-SE DE 15 A 26 DE JANEIRO DE 2020, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14h00min. do dia 26/11/2019.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14h00min. do dia 26/11/2019.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 11 de Novembro de 2019.

ARLINDO EWALD

Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode - FUNPEEL

**PORTARIA 25.830**

Publicação Nº 2223814

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

**PORTARIA Nº 25.830**

EXONERA A PEDIDO SIRIO JANDRE DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR A PEDIDO SIRIO JANDRE do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, a partir de 11 de novembro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de novembro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 045/2019/CMDCA**

Publicação Nº 2223872

**RESOLUÇÃO Nº 045/2019/CMDCA**

Dispõe sobre a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração de denúncia recebida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode, em face de Conselheira Tutelar.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Municipal nº 3.039 de 03 de abril de 2019, em seu artigo 8º, inciso XXI, e em conformidade com a deliberação da reunião ordinária, realizada no dia 18 de outubro de 2019,

Resolve:

Art. 1º - Determinar a instauração de procedimento administrativo disciplinar, para proceder à apuração de denúncia recebida, de suposta irregularidade praticada pela Conselheira Tutelar, Irenilde dos Santos Vilbrantz, no exercício de sua função, dos atos trazidos a este Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

De acordo com o Ofício 0272/2019/01PJ/POM do Ministério Público de Santa Catarina, Comarca de Pomerode e documentos anexos, dando conta de que a Conselheira Tutelar Irenilde dos Santos Vilbrantz, teria, supostamente descumprido o dever funcional disposto no artigo 136, parágrafo único, da Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

E, de acordo com o Ofício nº 63/2019 da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, dando conta de que a Conselheira Tutelar Irenilde dos Santos Vilbrantz, teria supostamente praticado irregularidade no desempenho de suas funções, previsto no Artigo 98, inciso XX da Lei 3039/2019,

Art. 2º - Designar os membros abaixo relacionados para compor a comissão destinada a apurar os fatos mencionados no artigo 1º desta Resolução:

Márcia Laureth Philippi – representando o Grupo Escoteiro Pomerano.

Anete Schroeder - representando a Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer – FUNPEEL;

Deiseleia Nitzke Resner - representando a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora;

Jonas Lieskow - representando a Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais - PEAL

Art. 4º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 11 de novembro de 2019.

Rudi Voigt

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
de Pomerode

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 188 / 2019

Publicação Nº 2222968

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODERua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro | Pomerode / SC | CEP 89.107-000  
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-04  
e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br)PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 107 / 2019  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 064 / 2019 – REGISTRO DE PREÇOS

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 188 / 2019

## VALIDADE: 01 ANO

Ao vigésimo quinto dia do mês de Outubro de dois mil e dezenove (25/10/2019), o **MUNICÍPIO DE POMERODE**, Pessoa Jurídica de Direito Público com sede na Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro, Pomerode / SC – CEP 89.107-000 inscrito no CNPJ n.º 83.102.251/0001-04, por intermédio da **Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária**, nos termos do Artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial n.º 064 / 2019 – Registro de Preços**, conforme Ata de julgamento de preços, homologada em (25/10/2019) pelo Prefeito Municipal de Pomerode **SR. ÉRCIO KRIEK**, **RESOLVE** registrar os valores para a contratação dos serviços abaixo relacionados, que passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presentes as empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ
MG LIGHT COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, neste ato representado por ANDERSON DA COSTA LEITE.	12.147.139/0001-41

## 1 – DO OBJETO

1.1 – Registro de preço para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DECORAÇÃO NATALINA DOS PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS, PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS CENTRAIS, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.**

Fornecedor: 612162 - MG LIGHT COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
7	CONJUNTO DE 06 A 09 TUBOS SNOWFALL, CADA UM MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,30M DE COMPRIMENTO E CONTENDO 17 LEDS BRANCOS, FIO ELÉTRICO CRISTAL 2 X 0,10MM² POR APROXIMADAMENTE 3,40M DE COMPRIMENTO, COM SEQUENCIAL QUE POSSIBILITA AO CONJUNTO EFEITOS DE LUZ CORRENTE, CONSUMO MÉDIO DE 25W DE POTÊNCIA, NA TENSÃO DE 220V.	PEÇA	V8	100	R\$48,10	R\$4.810,00
Total do Fornecedor:						R\$4.810,00
Total Geral dos Itens:						R\$4.810,00

1.2 - **CONSUMO MÉDIO:** valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de **R\$4.810,00 (quatro mil e oitocentos e dez reais).**

## 2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, até 24/10/2020.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE POMERODE**

Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro | Pomerode / SC | CEP 89.107-000  
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-04  
e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br)

**2.2** – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Pomerode não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

### **3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1** – A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária.

**3.2** – O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 064 / 2019 – Registro de Preços.

**3.3** – Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial n.º 064 / 2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

**3.4** – O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

**3.5** – No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

### **4 – DO PAGAMENTO**

**4.1** – Os pagamentos serão efetuados mediante depósito bancário pela Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso em até 30 (trinta) dias.

### **5 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**5.1** – A **CONTRATADA** ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

**5.2** – Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Compra pelo órgão solicitante.

**5.3** – A **CONTRATADA**, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega nos locais e condições estipuladas na mesma.

**5.4** – A entrega do objeto será parcelada conforme necessidade do Município de Pomerode, mediante solicitação e deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de Compra.

### **6 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1** – Responder pela qualidade dos produtos oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam, bem como pelo fornecimento ou eventuais atrasos;

**6.2** – Executar o objeto desta Licitação de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, dentro do prazo estabelecido;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE POMERODE**

Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro | Pomerode / SC | CEP 89.107-000  
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-04  
e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br)

**6.3** – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO;

**6.4** – Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATANTE**, atendendo prontamente a todas as reclamações;

**6.5** – Cumprir integralmente todas as normas, métodos e especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), bem como do fabricante dos produtos;

**6.6** – Deverão ser substituídos, no prazo de 03 (três) dias úteis, os materiais não aprovados pela Fiscalização, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Termo de Referência ou às normas pertinentes, ficando o MUNICÍPIO DE POMERODE isento de despesas;

**6.7** – A aplicação dos materiais industrializados e os de emprego especial obedecerá sempre às recomendações dos fabricantes, cabendo à **CONTRATADA**, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e o ônus decorrente da má aplicação dos mesmos;

**6.8** – A **CONTRATADA** deverá enviar seus técnicos devidamente identificados, com crachá e/ou uniformizados, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, responsabilizando-se pelo seu uso;

**6.9** – Manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

**6.10** – Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

**6.11** – Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais até o local de entrega.

## **7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1** – Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar as normas do edital de licitação e seus anexos;

**7.2** – Exercer a fiscalização do serviço por servidor especialmente designado e documentar as ocorrências havidas;

**7.3** – Comunicar à **CONTRATADA** quaisquer irregularidades observadas na entrega dos materiais adquiridos;

**7.4** – Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, a fim de proporcionar o cumprimento das obrigações geradas;

**7.5** – Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

**7.6** – Efetuar o pagamento dos materiais entregues pela **CONTRATADA** no prazo estabelecido no Contrato;

**7.7** – Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

**7.8** – Comunicar à **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE POMERODE**

Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro | Pomerode / SC | CEP 89.107-000  
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-04  
e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br)

## **8 – DAS PENALIDADES**

**8.1 –** A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, ao critério da Administração.

**8.2 –** A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Compra no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

**8.3 –** Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Compra, a Administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- I. ADVERTÊNCIA:** sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;
- II. MULTA MORATÓRIA:** no percentual diário de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a **CONTRATADA**, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;
- III. MULTA COMPENSATÓRIA:** pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o **CONTRATADO**, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;
- IV. SUSPENSÃO:** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- V. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**8.3.1 –** Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

**8.3.2 –** As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

**8.3.3 –** A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o Artigo 77 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**8.3.4 –** As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

**8.3.5 –** As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE POMERODE**

Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro | Pomerode / SC | CEP 89.107-000  
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-04  
e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br)

**8.3.6** – Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

- a) Greves;
- b) Epidemias;
- c) Enchentes;
- d) Escassez, falta de materiais e/ou mão de obra no mercado.

## **9 – DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

**9.1** – Considerando o prazo de validade estabelecido no item 1 da Cláusula II desta Ata de Registro de Preços, e, em atendimento ao §1º do Artigo 28 da Lei Federal n.º 9.069 / 1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços antes do prazo de quatro meses da apresentação da proposta, nos termos do §1º do Artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192 / 2001, que regulamenta o plano real.

**9.2** – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

## **10 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1** – O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no Artigo 73 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

**10.2** – A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do Artigo 73, Inciso II, Alínea “b”, da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

## **11 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1** – A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

**11.1.1** – Pela Administração, quando:

**11.1.1.1** – A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

**11.1.1.2** – A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

**11.1.1.3** – A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

**11.1.1.4** – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços.

**11.1.2** – Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**11.1.3** – Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**11.2** – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

**11.3** – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE POMERODE**

Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro | Pomerode / SC | CEP 89.107-000  
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-04  
e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br)

**11.4** – Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

**11.5** – A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

**12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1** – Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial n.º 064 / 2019 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

**12.2** – Fica eleito o foro da Comarca de Pomerode/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

**12.3** – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações e demais normas aplicáveis.

Pomerode / SC, 25 de Outubro de 2019.

\_\_\_\_\_  
ÉRCIO KRIEK  
PREFEITO DE POMERODE  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
ANDERSON DA COSTA LEITE  
MG LIGHT COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI  
CONTRATADA

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 646/2019

Publicação Nº 2223233

DECRETO Nº 646/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“PRORROGA LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde do Funcionário Público Municipal Sr. ARILDO ANTONIO AMADORI, ocupante do cargo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do benefício nº 6287179272 foi concedido até dia 31/10/2021.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 080/2019 - PMPB

Publicação Nº 2222724

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço – Nº 080/2019 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de lixeiras e carrinhos de gari para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 09h30min do dia 25/11/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 10h00min do dia 25/11/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail [licitacao2@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao2@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 11 de Novembro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2259, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223065

DECRETO Nº 2259, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Regulamenta os procedimentos a serem adotados durante a Temporada de Receptivos de Navios de Cruzeiros no Município de Porto Belo e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a necessidade de controle, disciplina e adequação para o atendimento do Receptivo de Navios de Cruzeiros no Município de Porto Belo;

Considerando que o serviço de atendimento ao turista deve ser priorizado, DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos a serem adotados durante a temporada de receptivo de Navios de Cruzeiros no Município de Porto Belo, na Instalação Portuária de Turismo - IPTur Porto Belo.

Art. 2º Os procedimentos a serem adotados referem-se aos serviços desenvolvidos no Píer, por agências de turismo, transportadores turísticos e associações constituídas com sede no Município de Porto Belo, credenciadas pelo Município, através da Fundação Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Porto Belo.

Parágrafo Único. É proibida a participação de servidores públicos ativos de Porto Belo ou de parentes até 1º grau em linha reta ou colateral direta ou por afinidade, como proprietários de agências credenciadas, ou de vans que vierem a prestar o serviço como transportadores turísticos.

Art. 3º Os serviços a serem desenvolvidos no Píer são:

I - serviços de táxi;

II - serviços de transportes turísticos em "vans".

Parágrafo Único. As "vans" poderão disponibilizar até 15 (quinze) lugares para passageiros, as quais não poderão ter mais de quinze anos de uso.

Art. 4º Os serviços de transportes turísticos elencados no art. 3º somente poderão ser prestados por táxis emplacados no Município de Porto Belo, por agências de turismo ou por Associação de Proprietários de Vans com sede no Município de Porto Belo, tendo seus veículos emplacados no Município de Porto Belo e/ou Bombinhas.

Art. 5º Fica estabelecido o número de 12 (doze) vagas de veículos tipo "vans" para prestação de serviços dispostos no art. 3º, inciso II.

Art. 6º Cada agência de turismo credenciada poderá disponibilizar no máximo 1 (um) veículo tipo "van" para passeio turístico, desde que:

- I - atendam todas as exigências das legislações federal, estadual e municipal, concernente à sua utilização em transporte turístico;
- II - portem selo adesivo de identificação fornecido pela Fundação Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Porto Belo;
- III - portem bloco de notas fiscais/recibos e lista de passageiros, conforme exigido pela legislação vigente.

§ 1º Os condutores dos veículos de transporte turístico deverão estar convenientemente trajados, com uniforme que identifiquem a agência de turismo à qual pertençam, devendo tratar os turistas com educação e urbanidade.

§ 2º Não atingindo o número total para o atendimento de 12 (doze) vans, as vagas de vans remanescentes serão distribuídas por sorteio, entre as empresas/associação cadastradas previamente.

§ 3º Caso ocorra o credenciamento de mais de 12 (doze) veículos, proceder-se-á o sorteio entre as credenciadas até atingir o total das vagas disponibilizadas, que terão o direito de explorar o serviço.

§ 4º O credenciamento será aberto anualmente, podendo ocorrer à inscrição de novas agências.

Art. 7º O transporte turístico em ônibus ou micro-ônibus somente será permitido se contratado pelas empresas proprietárias dos Navios de Cruzeiros, através das agências marítimas que as representa ou seus agentes turísticos designados.

Art. 8º O transporte turístico em "vans" poderão ser contratados em terra, nas proximidades do píer, pelos passageiros/cruzeiristas ou pelas agências marítimas que representa a empresa do navio ou seus agentes turísticos designados, negociando diretamente com os veículos credenciados pelo edital, respeitando o local de embarque e desembarque designado pela Fundação Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

Art. 9º Consideram-se também participantes do receptivo de Navios de Cruzeiros, os táxis que possuem autorização no Município de Porto Belo - SC, desde que estejam cadastrados na Fundação Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico e utilizarem o selo fornecido pela mesma.

Parágrafo Único. Todos os veículos credenciados em edital deverão estar em dia com seus tributos municipais, especificamente o ISS, que será exigido em função de Lei Tributária Municipal.

Art. 10. Somente poderão ser vendidos os transportes turísticos mediante a expedição das notas fiscais/recibos, que deverá permanecer em posse dos usuários do transporte turístico, devendo as empresas manterem em local visível roteiros e valores dos mesmos.

Art. 11. Todas as atividades oferecidas durante o receptivo de Navios de Cruzeiros deverão atender as normas técnicas da ABNT NBR, transversais e específicas.

Art. 12. É terminantemente proibido assediar os turistas visando oferecer outros serviços que não os dispostos neste Decreto.

Parágrafo Único. O assédio aos turistas, nos termos do caput deste artigo, implicará na aplicação da pena prevista pelo art. 14 deste Decreto.

Art. 13. O descumprimento a qualquer norma estabelecida neste Decreto implicará a suspensão imediata da agência de turismo, seus veículos de transporte turístico no restante do dia da ocorrência e nas próximas duas escalas de Navios de Cruzeiros agendadas pelo Município de Porto Belo.

§ 1º Em caso de reincidência na mesma temporada, a agência de turismo ficará suspensa de toda esta temporada, perdendo o seu credenciamento, sendo convocado o próximo da lista.

§ 2º Será assegurado o direito do contraditório e da ampla defesa, contudo, ficará suspenso o credenciamento enquanto durar o processo que tramitará no Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

Art. 14. Ficam proibidos de exercer as atividades regulamentadas por este Decreto as agências de turismo ou profissionais autônomos que não estiverem credenciados, conforme edital de credenciamento.

Parágrafo Único. Em caso de descumprimento do caput deste artigo será lavrada multa administrativa de quinhentas Unidades Fiscais Municipais de Porto Belo, UFM-PB (500 UFM-PB), dobrando este valor no caso de reincidência; com a apreensão do veículo.

Art. 15. Todos os veículos terão, obrigatoriamente, como base para suas atividades o ponto situado a Rua Manoel Felipe da Silva, no âmbito da Praça da Bandeira "Mário José Serpa", em local designado pela Fundação Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico, não sendo permitidos estacionamentos e/ou agenciamentos de passeios em outros locais.

Art. 16. Os casos omissos neste Decreto serão dirimidos pelo corpo técnico da Fundação Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

Art. 17. Fica revogado o Decreto Municipal nº 1156, de 7 de novembro de 2013.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de novembro de 2019.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO 008/2018 - FMS**

Publicação Nº 2223246

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 008/2018 – FMS – 4º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra de elétrica, pintura, pedreiro/carpinteiro e serviços gerais para manutenção predial preventiva e corretiva, no atendimento da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Porto Belo/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital de licitação.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: AGENTSERV SERVIÇOS GERAIS E ADMINISTRAÇÃO EIRELI

ADITIVO DE PRAZO: POR MAIS 02 (dois) MESES

Vigência: 11/11/2019 a 10/01/2020

Valor: R\$ 72.749,70 (Setenta e dois mil setecentos e quarenta e nove reais e setenta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 07/11/2019

Porto Belo, 07 de Novembro de 2019.  
Emerson Luciano Stein  
Prefeito Municipal

#### **LEI MUNICIPAL Nº 2835, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223286

LEI MUNICIPAL Nº 2835, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui o Casamento Coletivo Comunitário no Município de Porto Belo e dá outras providências.

Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído no Calendário de Festividades do Município, em comemoração ao aniversário da cidade de Porto Belo, o "CASAMENTO COLETIVO COMUNITÁRIO".

Art. 2º O Casamento Comunitário, para os efeitos desta Lei, é aquele celebrado conforme as normas do Código Civil Brasileiro, entre pessoas comprovadamente hipossuficientes, observado o disposto Lei Estadual nº 13.671, de 28 de dezembro de 2005, e residentes no Município de Porto Belo.

§ 1º A residência no Município pode ser comprovada mediante apresentação de contas de energia elétrica, de água ou de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a hipossuficiência por meio de declaração, sob as penas da lei, podendo o Cartório de Registro Civil solicitar documentos adicionais a fim de comprovar as informações prestadas.

§ 2º Terão preferência para inscrição os casais que comprovem união estável para conversão em casamento.

§ 3º A habilitação para o casamento deve se seguir o Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça de Santa Catarina.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Assistência Social será o órgão responsável pela organização do Casamento Comunitário por meio de lançamento de inscrição dos interessados.

Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo a firmar parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, na forma da legislação vigente, para o fomento do objetivo desta Lei, criando acesso gratuito ou subsidiando os custos com a produção do casal, registro em vídeo e foto, música, recepção aos nubentes e convidados, e demais gastos pertinentes com o evento, podendo inclusive criar incentivos fiscais mediante parcerias público/privadas.

Art. 5º O casamento comunitário poderá ser realizado em prédios públicos municipais sem o pagamento de qualquer taxa ou preço pela ocupação, desde que realizado nos termos desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de novembro de 2019.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## **LEI MUNICIPAL Nº 2836, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223304

LEI MUNICIPAL Nº 2836, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Proíbe a realização de feiras itinerantes de veículos no Município de Porto Belo e á outras providências.

Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica terminantemente proibida à realização de feiras itinerantes para comercialização de veículos no Município de Porto Belo.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica aos comércios regularmente sediados e cadastrados no Município de Porto Belo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de novembro de 2019.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO



# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 870/2019

Publicação Nº 2222820

DECRETO Nº 870, de 04 de novembro de 2019.

Dispõe sobre o "Calendário de Feriados e Dias Santificados do Exercício de 2020", no Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.464, de 22 de outubro de 1999,

#### DECRETA:

Art. 1º O Calendário de Feriados e Dias Santificados do Município de Porto União para o exercício de 2020 é o seguinte:

#### JANEIRO – 2020

Dia 1º (Quarta-feira) Dia de Confraternização Universal - Feriado Nacional

#### FEVEREIRO – 2020

Dia 25 (Terça-feira) Carnaval - Ponto Facultativo

Dia 26 (Quarta-feira) Cinzas - Ponto Facultativo até às 12 horas

#### ABRIL – 2020

Dia 10 (Sexta-feira) Paixão de Cristo - Feriado Religioso Municipal

Dia 21 (Terça-feira) Tiradentes - Feriado Nacional

#### MAIO – 2020

Dia 1º (Sexta-feira) Dia Mundial do Trabalho - Feriado Nacional

#### JUNHO – 2020

Dia 11 (Quinta-feira) Corpus Christi - Feriado Religioso Municipal

#### SETEMBRO – 2020

Dia 05 (Sábado) Emancipação do Município - Feriado Municipal

Dia 07 (Segunda-feira) Independência do Brasil - Feriado Nacional

#### OUTUBRO – 2020

Dia 07 (Quarta-feira) Nossa Senhora das Vitórias - Ponto Facultativo  
Padroeira do Município

Dia 12 (Segunda-feira) Nossa Senhora Aparecida - Feriado Nacional  
Padroeira do Brasil

Dia 28 (Quarta-feira) Dia do Funcionário Público - Ponto Facultativo

#### NOVEMBRO – 2020

Dia 02 (Segunda-feira) Finados - Feriado Nacional

Dia 15 (Domingo) Proclamação da República - Feriado Nacional

#### DEZEMBRO – 2020

Dia 25 (Sexta-feira) Natal - Feriado Nacional

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 871/2019**

Publicação Nº 2222821

DECRETO Nº 871, de 05 de novembro de 2019.  
Dispõe sobre Crédito Suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.534, de 07 de junho de 2018 (LDO) e 4.566, de 29 de novembro de 2018 (LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 404.000,00 (quatrocentos e quatro mil reais), conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC.MUN.TRANSP.OBRAS E SERV. PÚBLICOS		
PROJETO	1008 – Construção Ginásios, Campos/Canchas Esportivas		
MODALIDADE	4490 – 3100 – Aplicações Diretas	209	77.000,00
MODALIDADE	4490 – 3175 – Aplicações Diretas	208	327.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		404.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro ocorrido em exercícios anteriores, na respectiva Fonte de Recurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 05 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL  
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

**DECRETO Nº 872/2019**

Publicação Nº 2222822

DECRETO Nº 872, de 05 de novembro de 2019.  
Dispõe sobre Crédito Suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.534, de 07 de junho de 2018 (LDO) e 4.566, de 29 de novembro de 2018 (LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 51.992,50 (cinquenta e um mil, novecentos e noventa e dois reais, cinquenta centavos), conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0208 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
PROJETO	1034 – Programa de Incentivo à Produção Agrícola		
MODALIDADE	4490 – 171 – Aplicações Diretas	91	51.992,50
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		51.992,50

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do Convênio 2017TR001782 celebrado com o Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 05 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

**DECRETO Nº 873/2019**

Publicação Nº 2222824

DECRETO Nº 873, de 05 de novembro de 2019.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.534, de 07 de junho de 2018 (LDO) e 4.566, de 29 de novembro de 2018 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, o valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2117 – Pré Escola		
MODALIDADE	3390 – 3104 – Aplicações Diretas	65	30.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3390 – 3104 – Aplicações Diretas	71	50.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		80.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro ocorrido em exercícios anteriores, na respectiva Fonte de Recurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 05 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 169/2019**

Publicação Nº 2222788

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 169/2019**

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 12/11/2019 a 18/11/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
- Certidões Negativas Cíveis do 1º Grau de Jurisdição expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;

- Certidão Negativa Criminal do 1º Grau de Jurisdição expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
  - Certidão Negativa Cível e Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
  - Comprovante de residência atualizado;
  - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
  - Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia);
  - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
  - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
  - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH\*);
  - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH\*);
  - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH\*);
  - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH\*);
  - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH\*);
  - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH\*);
- \* Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

#### CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 02

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
NEREU ROBERTO DE MIRANDA	57º		

Porto União (SC), 11 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 170/2019

Publicação Nº 2222790

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 170/2019

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 12/11/2019 a 18/11/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
  - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
  - Carteira de Identidade;
  - Carteira de Trabalho;
  - Comprovante do PIS/PASEP
  - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
  - Título de Eleitor;
  - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
  - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
  - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
  - Certidões Negativas Cíveis do 1º Grau de Jurisdição expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
  - Certidão Negativa Criminal do 1º Grau de Jurisdição expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
  - Certidão Negativa Cível e Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
  - Comprovante de residência atualizado;
  - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
  - Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia);
  - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
  - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
  - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH\*);
  - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH\*);
  - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH\*);
  - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH\*);
  - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH\*);
  - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH\*);
- \* Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

Cargo: PSICÓLOGO

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
RAFAEL PAVLAK	10º		

Porto União (SC), 11 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

## EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 020/2019

Publicação Nº 2223062

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 239/2019.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 020/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por lote, do tipo Eletrônico, para a AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIO INDUSTRIAL PARA PROCESSAMENTO DE MEL NO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 28 de novembro de 2019, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

## EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 021/2019

Publicação Nº 2223067

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 240/2019.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 021/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para a AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS E MASTROS, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 29 de novembro de 2019, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

## EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 173/2019

Publicação Nº 2223071

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 241/2019.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 173/2019 – Exclusivo ME – EPP – MEI.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 27 de novembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 174/2019**

Publicação Nº 2223072

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 242/2019.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 174/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 28 de novembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 053/2019**

Publicação Nº 2222827

PORTARIA Nº 053, de 08 de novembro de 2019.

Nomeia Comissão de Inquérito Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar fatos imputados ao Servidor VALDECIR CALISTRO – Matrícula nº 2021201, constantes do Processo Disciplinar Investigativo nº 009/2019, de 26 de setembro de 2019, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, caso comprovado, pelo fato acima mencionado.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, cientificar, desde logo, o Servidor VALDECIR CALISTRO, para que, se assim desejar, acompanhe pessoalmente ou por intermédio de procurador todos os atos do presente processo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão, nos termos do que dispõe o Artigo 246 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994:

I- Laureci Freisleben – Matrícula 853902 – Presidente;

II- Édino Andrioli – Matrícula 2139401 – Secretário;

III- Thiago Borini – Matrícula 2126101 – Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 055/2019**

Publicação Nº 2224115

PORTARIA Nº 055, de 11 de novembro de 2019.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Avaliação de Documentos da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pela Portaria nº 039, de 18 de junho de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

**DETERMINA:**

Art. 1º PRORROGA por mais 90 (noventa) dias, sem ônus para o Município, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Avaliação de Documentos da Secretaria Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 039, de 18 de junho de 2019.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.339/2019 - RH**

Publicação Nº 2223868

PORTARIA Nº 1.339, de 15 de outubro de 2019.

Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a escala de férias dos servidores do Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, no período de 15 de outubro de 2019 a 31 de janeiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de outubro de 2019 a 31 de janeiro de 2020, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, VERACI APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para substituir os servidores que se encontram em férias programadas junto ao Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.341/2019 - RH**

Publicação Nº 2223873

PORTARIA Nº 1.341, de 15 de outubro de 2019.

Dispõe sobre Prorrogação de Contrato nº 174/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 174/2019, no período de 15 de outubro de 2019 a 11 de fevereiro de 2020, de MOACIR VIDAL DE SOUZA, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor Joel Fabiano Guimarães Pinto, que se encontra em gozo de férias.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, junto ao Departamento de Urbanismo, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte



**PORTARIA Nº 1.375/2019 - RH**

Publicação Nº 2223881

PORTARIA Nº 1.375, de 28 de outubro de 2019.  
Nomear através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, ELEILIANE GRACIELI ULINIKI, matrícula 2057005, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada em 10º lugar, para o emprego público de Enfermeira do PSF, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008 e suas alterações.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.378/2019 - RH**

Publicação Nº 2223884

PORTARIA Nº 1.378, de 29 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre prorrogação do Contrato de Trabalho nº 179/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 179/2018, no período de 25 de outubro a 25 de novembro de 2019, de PEDRO MARTINS, que exerce as funções do cargo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, e suas alterações, em substituição ao servidor Edson Daniel Fraitay, que se encontra afastado para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de outubro de 2019.

Porto União (SC), 29 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.379/2019 - RH**

Publicação Nº 2223887

PORTARIA Nº 1.379, de 29 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 29 de outubro a 13 de dezembro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, GENI FALK WALEK, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Maristela Souza que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.380/2019 - RH**

Publicação Nº 2223239

PORTARIA Nº 1.380, de 29 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

Considerando que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Médico (Clínico Geral) se esgotou;

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado ELSON FERNANDO MONTEIRO CARNEIRO DA CUNHA BANISKI, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, no período de 28 de outubro de 2019 a 06 de agosto de 2020, ou até a realização de concurso público municipal ou teste seletivo, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para atender a demanda junto as Unidades Básicas de Saúde e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 1.189, de 03 de setembro de 2019.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 28 de outubro de 2019.

Porto União (SC), em 29 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.382/2019 - RH**

Publicação Nº 2223888

PORTARIA Nº 1.382, de 30 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato de Trabalho nº 169/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 169/2019, no período de 30 de outubro de 2019 a 28 de novembro de 2019, de ROSINEIDE VEZARO, que exerce as funções do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Janete Aparecida Valperes, matrícula 1997502, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Central, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.389/2019 - RH**

Publicação Nº 2223240

PORTARIA Nº 1.389, de 31 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de DERCIO LUIS KLIEMANN, das funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos 17 de abril de 2019.

Porto União (SC), 31 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.390/2019 - RH**

Publicação Nº 2223241

PORTARIA Nº 1.390, de 1º de novembro de 2019.  
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de ELSON FERNANDO MONTEIRO CARNEIRO DA CUNHA BANISKIE, das funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.391/2019 - RH**

Publicação Nº 2223242

PORTARIA Nº 1.391, de 1º de novembro de 2019.

Exonerar a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, ALLAN RODRIGO HOLOVATY, matrícula 2215301, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.392/2019 - RH**

Publicação Nº 2223243

PORTARIA Nº 1.392, de 1º de novembro de 2019.  
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de JAQUELINE KORMANN, das funções do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.393/2019 - RH**

Publicação Nº 2223891

PORTARIA Nº 1.393, de 1º de novembro de 2019.  
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato nº 139/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 139/2019, no período de 1º de novembro a 27 de dezembro de 2019, de NEUSA GONCALVES DOS SANTOS, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição a servidora Vanessa Josiane Pacheco, que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.394/2019 - RH**

Publicação Nº 2223893

PORTARIA Nº 1.394, de 1º de novembro de 2019.

Dispõe sobre Prorrogação de Contrato de Trabalho nº 189/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 189/2019, no período de 1º a 29 de novembro de 2019, de SIGLE MARIA OLINQUEVICZ, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Eliane Regina Gontarski de Lima, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedida GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional da Lança, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.395/2019 - RH**

Publicação Nº 2223245

PORTARIA Nº 1.395, de 1º de novembro de 2019.

Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

Considerando que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Médico Plantonista se esgotou;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 1º de novembro de 2019 a 30 de novembro de 2020, ou até realização de concurso público municipal ou teste seletivo, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, NELSON DOS SANTOS MENDES, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda junto ao Pronto Atendimento Municipal – PAM e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Pronto Atendimento Municipal - PAM, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.396/2019 - RH**

Publicação Nº 2223247

PORTARIA Nº 1.396, 1º de novembro de 2019.  
Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a partir de 28 de outubro de 2019, a carga horária do servidor efetivo DERCIO LUIS KLIEMANN, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 25 (vinte e cinco) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para atender a demanda junto à Unidade de Saúde Central.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 764, de 30 de outubro de 2015.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 28 de outubro de 2019.

Porto União (SC), em 1º de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.400/2019 - RH**

Publicação Nº 2223894

PORTARIA Nº 1.400, de 1º de novembro de 2019.

Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 1º de novembro de 2019 a 30 de outubro de 2020, ou até realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, TEREZINHA ELIANE DA CRUZ RABUSKE, para exercer as funções do cargo de Agente Esportivo, com vencimentos na Classe "11", referência "A", previstos da Lei Municipal 4.622, de 17 de outubro de 2019, que altera os Anexos da Lei nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atuar junto ao Departamento Municipal de Esportes, conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, que institui o "Programa Municipal de Esporte e Lazer".

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.401/2019 - RH**

Publicação Nº 2223895

PORTARIA Nº 1.401, de 1º de novembro de 2019.

Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 1º de novembro de 2019 a 30 de outubro de 2020, ou até realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, TIAGO UBERNA GIACOMINI, para exercer as funções do cargo de Agente Esportivo, com vencimentos na Classe "11", referência "A", previstos da Lei Municipal 4.622, de 17 de outubro de 2019, que altera os Anexos da Lei nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atuar junto ao Departamento Municipal de Esportes, conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, que institui o "Programa Municipal de Esporte e Lazer".

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 1.402/2019 - RH**

Publicação Nº 2223307

PORTARIA Nº 1.402, de 04 de novembro de 2019.

Nomear através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, GILVANI PEDRO DA ROSA, aprovado em 48º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio (GA), do Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 1.403/2019 - RH**

Publicação Nº 2223248

PORTARIA Nº 1.403, de 04 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 04 de novembro de 2019, referente ao período aquisitivo de outubro/2014 a outubro/2019, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor DIRCEU WITIUK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 1.404/2019 - RH**

Publicação Nº 2223250

PORTARIA Nº 1.404, de 04 de novembro de 2019.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 04 de novembro de 2019, referente ao período aquisitivo de novembro/2011 a novembro/2016, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora CLEUSA BREXI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, quitando assim o respectivo período.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.



Porto União (SC), 04 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.407/2019 - RH**

Publicação Nº 2223318

PORTARIA Nº 1.407, de 04 de novembro de 2019.

Exonerar a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, GILVANI PEDRO DA ROSA, matrícula 2216401, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.408/2019 - RH**

Publicação Nº 2223321

PORTARIA Nº 1.408, de 04 de novembro de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de MARGARETH APARECIDA MARQUES DE OLIVEIRA, das funções do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2019.

Porto União (SC), 04 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.409/2019 - RH**

Publicação Nº 2223326

PORTARIA Nº 1.409, de 04 de novembro de 2019.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 04 de novembro de 2019, referente ao período aquisitivo de novembro/2013 a novembro/2018, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora CLARICE MARISA BUDKA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, quitando assim o respectivo período.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte



**PORTARIA Nº 1.410/2019 - RH**

Publicação Nº 2223913

PORTARIA Nº 1.410, de 05 de novembro de 2019.  
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de JUSSARA NEPPEL, das funções do cargo de Médico Clínico Geral, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 05 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.411/2019 - RH**

Publicação Nº 2223915

PORTARIA Nº 1.411, de 06 de novembro de 2019.  
Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 06 a 21 de novembro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, ANAIR DO ROCIO SERAFIN para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, em substituição à servidora Marize Fatima de Souza que se encontra em gozo de férias.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto a Casa de Passagem, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2019 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019**

Publicação Nº 2218589

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato nº 50/2019 - Modalidade Pregão Presencial nº 005/2019

Contratante: Câmara de Vereadores de Porto União (CNPJ sob nº 83.529.933/0001-06).

Contratada: Stefhak e Stoeberl Viagens e Turismo Ltda. (CNPJ sob nº 25.041.991/0001-26).

Objeto: Contratada empresa para aquisição de Passagens Aéreas.

Valores: Percentual de desconto no valor total da passagem aérea (14% - quatorze por cento).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01- Câmara de Vereadores de Porto União

Atividade – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade- 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento – 3.3.90.33.01.00.00.00 – Passagens para o País

Vigência: Terá vigência até a data de 11/11/2020, desde que não atinja o valor superior de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Carlos Roderlei Pinto  
Presidente

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### 128 2019 - GÁS DE COZINHA

Publicação Nº 2223546

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº128/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, a partir das 09:00 horas do dia 25 de novembro de 2019, o edital para registro de preço para aquisição de gás de cozinha para uso de todas as secretarias do município. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou e-mail:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, 11 de novembro de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

### 129 2019 DIESEL

Publicação Nº 2223550

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº129/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, a partir das 14:00 horas do dia 25 de novembro de 2019, o edital para registro de preços para aquisição de combustíveis (Diesel S500 e Diesel S10) para uso dos veículos da Frota das Secretarias de Administração, Educação, Agricultura, Assistência Social, DMER, CME, Defesa Civil, Serviços Urbanos e Fundo Municipal de Saúde e Corpo de Bombeiros. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou e-mail:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, 11 de novembro de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### DECRETO N. D/4.386/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2222626

Decreto nº D/4.386/2019, de 08 de novembro de 2019.

Homologa as Resoluções de nºs 04/2019 e 05/2019, ambas de 28 de outubro de 2019, do Conselho Municipal de Educação de Presidente Castello Branco.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X, XII e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:

Art. 1º. Ficam homologadas as Resoluções do Conselho Municipal de Educação de Presidente Castello Branco, conforme segue:

I – Resolução n. 04/2019, de 28 de outubro de 2019, do Conselho Municipal de Educação, que regulamenta as normas para Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Município de Presidente Castello Branco, Santa Catarina, em substituição à Resolução n. 01, de 31 de janeiro de 2019, conforme Ata n. 03/2019;

II – Resolução n. 05/2019, de 28 de outubro de 2019, do Conselho Municipal de Educação, que aprova as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil do Município de Presidente Castello Branco, SC e dá outras providências, conforme Ata n. 03/2019.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 08 de novembro de 2019.

Ademir Domingos Miotto  
Prefeito Municipal

]

Publicado o presente Decreto em 08/11/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella  
Secretária Municipal de Administração,  
Planejamento e Finanças

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2019

Publicação Nº 2223684

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NR. 34/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2019

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MÓVEIS ANDRUSIAK LTDA
OBJETO:	O objeto da presente dispensa de licitação, consiste na contratação de empresa para confecção e instalação de móveis planejados, destinados a equipar a sala da coordenadoria escolar e a lavanderia da Escola Municipal Centro Educacional de Ensino de 1º grau, situada no Loteamento Floresta do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O valor a ser pago à contratada pela confecção e instalação dos móveis é a importância de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), sendo o pagamento efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.
FUNDAMENTO:	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.
HOMOLOGAÇÃO:	11/11/2019
VIGÊNCIA:	31/12/2019

**PORTARIA N. P/0675/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223849

Portaria nº P/0675/2019, de 11 de Novembro de 2019.

Aplica penalidades à Empresa Osmar Orlandi Junior – ME, em decorrência do Processo Administrativo nº 002/2019, e em consonância com a Portaria nº P/0649/2019, de 07 de outubro de 2019.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, usando as atribuições que a Lei lhe confere, e na forma do artigo 78 e 87 da Lei 8.666/93 e disposições contratuais em vigor que faz menção o relatório final e termo de julgamento do Processo Administrativo nº 002/2019 e em consonância com a Portaria nº P/0649/2019, de 07 de outubro de 2019.

Resolve:

Art. 1º. Ficam aplicadas as seguintes penalidades à empresa OSMAR ORLANDI JUNIOR ME, inscrita no CNPJ sob o nº 22.417.394/0001-10, em decorrência do Processo Administrativo 002/2019:

I – declarar rescindido o contrato administrativo nº084/2019 (artigo 78 da lei 8.666/93 e cláusula 13.2 “I” do Contrato nº084/2019);

II – aplicar multa no importe de 20% do valor da proposta (cláusula 8.1 “b” – Contrato 084/2019 e artigo 87, II da Lei 8.666/93), perfazendo o valor de R\$ 3.205,40.

III – declarar a suspensão do direito de licitar junto ao Município de Presidente Castello Branco por (dois) anos (Cláusula 8.1 “c”- Contrato 084/2019 e artigo 87, III da lei 8.666/93).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco, SC, em 11 de Novembro de 2019.

Ademir Domingos Miotto  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11/11/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella  
Secretária Municipal de Administração,  
Planejamento e Finanças

# Presidente Getúlio

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 197/2019

Publicação Nº 2224016

DECRETO Nº. 197/2019

ALTERA O ARTIGO 1º. DO DECRETO Nº. 150/2017, QUE NOMEIA CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.557/95, de 06/11/95,

DECRETA:

Art. 1º. O Art. 1º. do Decreto Nº. 150/2017, que nomeia Conselho de Alimentação Escolar, passa a vigor com a seguinte redação:

“ Art. 1º. - .....:

ENTIDADE	CONSELHEIROS	SUPLENTE
Poder Executivo	Greice Krieger	Andrei Ideker
Professores	Rosani Vissovati Censi	Jéssica Reblin Kloth
Professores	Schirlei Heuser Dietrich	Alini Schmitt
Associação de Pais	Anete Kloth	Juliete Debarba Becker
Associação de Pais	Cristiane Zago Kuhn	Luciana Loch Beltrame
Sociedade Civil Organizada	Adriane dos Santos	Vitor Paulo Bogo
Sociedade Civil Organizada	Valdecir Gamba	Silvana Nunes da Silva Kubrack ”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, mantidas as demais disposições do Decreto Nº. 150/2017, de 23 de outubro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Em Exercício

### DECRETO Nº. 198/2019

Publicação Nº 2224018

DECRETO Nº. 198/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO – e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por conta do provável excesso de arrecadação, sob a codificação 100000 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais):

ÓRGÃO	02.01	Gabinete do Prefeito e Vice
FUNÇÃO	004	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	010	Gestão Administrativa Superior
ATIVIDADE	2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
DESPESA	3.1.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 35.000,00
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 30.000,00
TOTAL		65.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Em Exercício

## DECRETO Nº. 199/2019

Publicação Nº 2224023

DECRETO Nº. 199/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO – e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por conta do provável excesso de arrecadação, sob a codificação 100000 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

ÓRGÃO	03.01	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
FUNÇÃO	28	Encargos Especiais
SUBFUNÇÃO	843	Serviço da Dívida Interna
PROGRAMA	030	Encargos Especiais
PROJETO	0001	Amortização e Encargos da Dívida Pública
DESPESA	3.4.60	Amortização da Dívida
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 150.000,00
TOTAL		150.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Em Exercício

## DECRETO Nº. 200/2019

Publicação Nº 2224028

DECRETO Nº. 200/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº. 3.247/18, de 27 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a dotação orçamentária do orçamento vigente, a seguir discriminada:

ÓRGÃO	05.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário
PROGRAMA	040	Desporto Amador
ATIVIDADE	2008	Manutenção do Desporto Amador
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 10.000,00
TOTAL		10.000,00

Art. 2º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	05.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário

PROGRAMA	040	Desporto Amador
ATIVIDADE	2008	Manutenção do Desporto Amador
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 10.000,00
TOTAL		10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Em Exercício

## DECRETO Nº. 201/2019

Publicação Nº 2224032

DECRETO Nº. 201/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada, por conta do provável excesso de arrecadação, a destinação de recursos sob a codificação 10200 – Receita de Impostos - Saúde, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	090	Saúde para todos
ATIVIDADE	2025	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10200	Receita de Impostos - Saúde 60.000,00
TOTAL		60.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Em Exercício

## DECRETO Nº. 204/2019

Publicação Nº 2224040

DECRETO Nº. 204/2019

ANULA EDITAIS QUE MENCIONA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79 e 80, V da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o que consta do processo administrativo 2172/2018, em especial o parecer 16/2019 e a decisão final exarada em 16 de outubro de 2019,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Disposição inicial

Art. 1º. Ficam anulados os seguintes editais de contribuição de melhoria, bem como todos os atos administrativos deles decorrentes:

I - Edital nº 06/2011, da Rua Antônio Winter;

II - Edital nº 08/2011, da Rua Rudolfo Fey e Oswaldo Fey;

III - Edital nº 02/2012, da Rua das Missões;

IV - Edital nº 03/2012, da Rua Avelino Rocha e Rua Anderson Lange;



V -Edital nº 13/2014, da Rua Arthur Geisler;  
VI -Edital nº 02/2016, da Rua Manoel E. dos Santos, Carlos Tilch e Rua D.;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.  
NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº. 205/2019

Publicação Nº 2224045

DECRETO Nº. 205/2019

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NOMEIA SEUS MEMBROS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79 e 80, V da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 2º. do Decreto 215/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

I – .....

II – .....

III – um representante da Secretaria de Administração e Finanças;

IV – um representante do órgão ambiental;

V – dois representantes do setor de planejamento do Município;

VI – três representantes da Procuradoria Geral do Município;

VII – um representante escolhido entre os fiscais de tributos, obras e postura;

VIII – um representante do órgão municipal de Defesa Civil.

Parágrafo único ..... ”

Art. 2º. Ficam designados os seguintes agentes públicos para comporem a Comissão de Regularização Fundiária a que se refere o Decreto 215/2018, de 13 de novembro de 2018:

I – Vanderlei José Poffo, como representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – José Adálcio Krieger, como representante do gabinete do Prefeito;

III – Rafael Carlos Wilhelm, como representante da Secretaria de Administração e Finanças;

IV – Márcio Roberto Vanderlinde, como representante do órgão ambiental do Município;

V – Clóvis Wolnei Pauli e Gabriela Wollinger Arns, como representantes do setor de planejamento do Município;

VI – Taina Julyne de Oliveira Pereira, Keli Claudete Pokrewieski e Rafael da Silva, como representantes da procuradoria geral do Município;

VII – Fábio Kertzendorff, como representante dos fiscais de tributos, obras e posturas;

VIII – Lúcio Adelar Bittencourt, representante do órgão municipal de Defesa Civil.

Parágrafo único. Ficará a cargo do representante indicado no inciso I, a coordenação dos trabalhos da Comissão.

Art. 3º. A distribuição dos processos e a definição das atribuições de cada membro, será definida em ato da própria comissão.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto 032/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.  
NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

## EXTRATO CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2019

Publicação Nº 2224062

O Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao Concurso Público nº 01/2019, para ingresso no quadro permanente, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares Municipais nº 2.287/2008, 2.288/2008 e 2.289/2008 e demais legislações pertinentes, todas considerando suas alterações posteriores, e de acordo com as disposições deste Edital. Dos Cargos: Professor de Artes; Professor de Informática; Professor de Inglês; Professor de Educação Especial; Fiscal Sanitário. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 14 de novembro até 13 de dezembro de 2019 exclusivamente via internet, através do site eletrônico [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Das provas: As provas serão aplicadas no dia 22 de dezembro de 2019 (prova escrita). O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Presidente Getúlio (SC), no site [www.presidentegetulio.sc.gov.br](http://www.presidentegetulio.sc.gov.br), bem como no site da empresa organizadora [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Presidente Getúlio (SC), 12 de novembro de 2019. Sr. NELSON VIRTUOSO. Prefeito Municipal.

**EXTRATO PROCESSO SELETIVO Nº. 01/2019**

Publicação Nº 2224068

O Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao Processo Seletivo nº 01/2019, para preenchimento de vagas temporárias para o ano letivo de 2020, constantes no quadros de pessoal da Administração Municipal e vagas temporárias para o período de férias do Magistério Público Municipal, conforme dispõe o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, demais legislações relacionadas e de acordo com as disposições deste Edital. Dos Cargos: Professor de Artes; Professor de Ciências; Professor de Educação Física; Professor de Educação Infantil; Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais; Professor de Ensino Religioso; Professor de Geografia; Professor de História; Professor de Inglês; Professor de Língua Portuguesa; Professor de Matemática; Professor de Educação Especial; Professor de Artesanato; Professor de Capoeira; Professor de Dança; Professor de Informática; Professor de Música; Professor de Teatro; Agente de Serviços Gerais – Cozinha; Agente de Serviços Gerais – Limpeza. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 14 de novembro até 13 de dezembro de 2019 exclusivamente via internet, através do sítio eletrônico [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Das provas: As provas serão aplicadas no dia 22 de dezembro de 2019 (prova escrita). O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Presidente Getúlio (SC), no site [www.presidentegetulio.sc.gov.br](http://www.presidentegetulio.sc.gov.br), bem como no site da empresa organizadora [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Presidente Getúlio (SC), 12 de novembro de 2019. Sr. NELSON VIRTUOSO. Prefeito Municipal.

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DECRETO 83/2019

Publicação Nº 2223046

DECRETO N.º 83/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ESTABELECE HORÁRIO DE ATENDIMENTO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE PRESIDENTE NEREU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido horário diferenciado de atendimento junto a Secretaria Municipal de Agricultura de Presidente Nereu, das 07:00 horas às 12:00 horas, de segunda a sexta feira, a partir do dia 12 de novembro de 2019.

Art. 3º - Havendo interesse público e a critério da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, qualquer servidor poderá ser convocado para cumprir as atividades inerentes ao seu cargo ou função, fora do horário do turno único definido no artigo 1.º do presente Decreto.

Art. 4º - Somente serão consideradas, para fins de pagamento de horas extras ou regime banco de horas, as atividades excepcionais que forem realizadas além da carga horária normal do cargo ou grupo ocupacional de cada servidor municipal, que deverão ser previamente autorizadas pela Chefia Imediata.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 11 de novembro de 2019.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI COMPLEMENTAR 70/2019

Publicação Nº 2222624

LEI COMPLEMENTAR Nº 70/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

REVOGA OS ARTIGOS 252, 253, 254, 255 E 256 DA LEI COMPLEMENTAR 03/2004 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2004 COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Ficam revogados os artigos 252, 253, 254, 255 e 256 da Lei Complementar 03/2004 de 01 de dezembro de 2004.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 11 de novembro de 2019.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 352, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2222625

DECRETO Nº 352 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.306.0059.2.059 – Manutenção Programa Merenda Escolar Creche

MODALIDADE:	(79) 3.3.90.00.0.1.0023.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0023 – Recurso PNAE- Creche				
TOTAL			R\$	1.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Princesa/SC, 11 de Novembro de 2019.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti

Contadora

CRC/SC 026787/O-2

### EXTRATO CONTRATO 01 ADT 16.2019 - PAGNUSSATI

Publicação Nº 2223673

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 01 ADT 16/2019 - Contrato Nº: 16/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORACAO EIRELI

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 14/11/2019 Término: 13/05/2020

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2019 Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Primeiro Termo Aditivo referente a Contratação de pessoa jurídica especializada, para realizar a pavimentação em Pedras irregulares de basalto(calçamento) sobre camada de argila, drenagem pluvial e sinalização viária em trechos da Av.XV de Novembro, Av. Santa Rosa, Av Santo Cristo, no Município de Princesa/SC.

Princesa, 11 de Novembro de 2019

### EXTRATO CONTRATO 44.2019 - PM

Publicação Nº 2223779

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 44/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA Contratada...: DECIO SCHNEIDER 29617618915

Valor ..... : 850,00 (oitocentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 13/11/2019 Término: 12/11/2020

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 46/2019

Recursos ..... : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (230) Objeto ..... : Contratação de assinaturas anuais de jornal de circulação local e regional para as diversas secretarias do Município de Princesa/SC Princesa, 11 de Novembro de 2019

### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 149.2019, DL 45.2019 - RETIFICA MOTOR MICRO**

Publicação Nº 2222783

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/19

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/19

HOMOLOGAÇÃO: 11/11/19

CONTRATADO: DINI E CIA LTDA

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

OBJETO: Contratação de mão de obra especializada em retificação de motores para o conserto do motor do veículo MICRO ÔNIBUS PLACAS MII0287, PM 3324, da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Princesa/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.455,00 (três mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 11/11/19 - EDILSON MIGUEL VOLKWEIS - Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 150.2019, DL 46.2019 - ASSINATURA JORNAL**

Publicação Nº 2223543

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/19

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/19

HOMOLOGAÇÃO: 11/11/19

CONTRATADO: DECIO SCHNEIDER 29617618915

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

OBJETO: Contratação de assinaturas anuais de jornal de circulação local e regional para as diversas secretarias do Município de Princesa/SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 11/11/19 - EDILSON MIGUEL VOLKWEIS - Prefeito Municipal

### **INFORMAÇÃO PL 146.2019, PR 67.2019 - GRADES**

Publicação Nº 2224026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2019-PM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2019-PM

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de telas de proteção para janelas, portão/grade de proteção interna para a porta, prateleiras e cobertura para acesso ao educandário, a serem instalados no Centro Municipal de Educação Infantil Pequenos Anjos do Município de Princesa/SC.

INFORMAÇÃO

O Departamento de Compras e Licitações do Município de Princesa – SC, neste ato representada pela Pregoeira Michele Cristiane Kunzler, nomeada pela Portaria Nº 49 de 19 de abril de 2018, e pela Equipe de Apoio ao Pregão, nomeada pelo Decreto Nº 65 de 28 de fevereiro de 2019, torna público aos interessados as informações elencadas abaixo, referentes ao Edital de Licitação do processo em epígrafe.

Com relação a data da sessão pública, a mesma ocorrerá no dia 20 de novembro de 2019, às 08h00min, conforme consta nas publicações oficiais (Diário Oficial dos Municípios e site do Município de Princesa). A sessão pública será realizada no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC.

Salienta-se que o item 2.1 do edital está com erro de digitação.

A Pregoeira e Equipe de apoio informam ainda, que as demais normativas referentes ao Edital de Licitação – PREGÃO PRESENCIAL nº 67/2019- PM permanecem inalteradas.

Princesa, 11 de novembro de 2019.

### **PORTARIA Nº. 194, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222595

PORTARIA Nº. 194, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 110 da Lei Complementar Nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER férias ao Servidor, Senhor Claudemir Norberto Wohlmuth, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de

Princesa/SC, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, pelo período de 19 (dezenove) dias, considerando o período aquisitivo de 01 de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 18 de novembro de 2019 a 06 de dezembro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),

em 11 de novembro de 2019.

EDILSON MIGUEL WOLKWEIS

Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E

PUBLICADA NA FORMA DA LEI

PRINCESA/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2019

LIZIANE FÁTIMA PELLEZ

## **PORTARIA Nº. 195, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223236

PORTARIA Nº. 195, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 110 da Lei Complementar Nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER férias ao Servidor, Senhor Rudi Kober, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Princesa/SC, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 15 (quinze) dias, considerando o período aquisitivo de 02 de janeiro de 2018 a 01 de janeiro de 2019. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 18 de novembro de 2019 a 02 de dezembro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),

em 11 de novembro de 2019.

EDILSON MIGUEL WOLKWEIS

Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E

PUBLICADA NA FORMA DA LEI

PRINCESA/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2019

LIZIANE FÁTIMA PELLEZ

## **PORTARIA Nº. 196, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223376

PORTARIA Nº. 196, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 110 da Lei Complementar Nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER férias à Servidora, Senhora Mariele Cristina Bruder, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Linha Vista Alta, município de Princesa/SC, portadora do CPF nº. 059.424.159-60, ocupante do cargo de Tesoureira, pelo período de 10 (dez) dias, considerando o período aquisitivo de 18 de junho de 2018 a 17 de junho de 2019. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 18 de novembro de 2019 a 27 de novembro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),

em 11 de novembro de 2019.

EDILSON MIGUEL WOLKWEIS

Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E  
PUBLICADA NA FORMA DA LEI  
PRINCESA/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2019  
LIZIANE FÁTIMA PELLENZ

**PROCESSO LICITATÓRIO 149.2019-PM - DISPENSA 45.2019 - RETÍFICA MOTOR MICRO**

Publicação Nº 2222782

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 149/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 45/2019-PM

**OBJETO**

Contratação de mão de obra especializa em retifica de motores para o conserto do motor do veículo MICRO ÔNIBUS PLACAS MII0287, PM 3324, da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Princesa/SC.

**JUSTIFICATIVA**

A aquisição é necessária pois o motor do veículo fundiu e para que possa voltar a realizar as atividades de transporte escolar aos alunos matriculados no Município de Princesa/SC necessita do reparo.

A aquisição por dispensa de licitação é devido ao fornecedor de peças contratado através de licitação não dispor das peças necessárias para a substituição, e devido a licitação para mão de obra mecânica não dispor de item específico para retificação de motores, portanto foi realizada pesquisa do mercado na região para a aquisição de peças novas e para mão de obra de retifica de motores para o conserto do motor, optando-se então pela realização do conserto do motor por retificação devido a proposta ser mais vantajosa para a municipalidade.

Princesa, 11 de novembro de 2019.

Angélica Nós Secretária de Educação e Cultura	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T da Silveira Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	------------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 149/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 45/2019-PM

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Para fundamentar e justificar o presente pedido de dispensa de licitação é possível basear-se no disposto no artigo 24, II, da Lei 8.666/93 que dispõem:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Princesa, 11 de novembro de 2019.

Angélica Nós Secretária de Educação e Cultura	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÕES**



Michele C. Kunzler  
Presidente

Luciane M. T da Silveira  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 149/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 45/2019-PM

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O fornecedor escolhido foi a empresa DINI E CIA LTDA, CNPJ 78.632.0007/0001-13, com sede na Rua Guanabara, Nº 798, Bairro Centro, São Miguel do Oeste.

O município encaminhou cotação de preços para várias empresas do segmento, sendo que a empresa escolhida, foi a que apresentou menor cotação para o objeto contratado.

Os serviços/itens deverão ser prestados/entregues conforme abaixo especificados:

Valor Total: R\$ 3.455,00 (Três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 11 de novembro de 2019.

Angélica Nós  
Secretária de Educação e Cultura

**COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

Michele C. Kunzler  
Presidente

Luciane M. T da Silveira  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 149/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 45/2019-PM

**ENCAMINHAMENTO**

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal, para ratificação, sendo contratado para o fornecimento dos itens relacionados no objeto do presente termo a empresa DINI E CIA LTDA, CNPJ 78.632.0007/0001-13, com sede na Rua Guanabara, Nº 798, Bairro Centro, São Miguel do Oeste.

Os serviços/itens deverão ser prestados/entregues conforme abaixo especificados:

Valor Total: R\$ 3.455,00 (Três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 11 de novembro de 2019.

Angélica Nós  
Secretária de Educação e Cultura

**COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

Michele C. Kunzler  
Presidente

Luciane M. T da Silveira  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 149/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 45/2019-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 149/2019-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 45/2019-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 11 de novembro de 2019.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal	
---	--

#### PROCESSO LICITATÓRIO 150.2019-PM - DISPENSA 46.2019 - ASSINATURA JORNAIS

Publicação Nº 2223540

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 150/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2019-PM

#### OBJETO

Contratação de assinaturas anuais de jornal de circulação local e regional para as diversas secretarias do Município de Princesa/SC.

#### JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Dispensa de Licitação, em razão que essas assinaturas serão utilizadas nos trabalhos da Secretaria Municipal de Administração e na Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Sendo que a Secretaria de administração disponibiliza os jornais para público que acessa o gabinete prefeito, os setores de tributação, obras e recepção promovem a atualização do constante do conhecimento do público interno e externo. Além da assessoria de comunicação utilizar os exemplares para a clipagem de notícias locais, relativas a matéria da Administração Municipal.

Com relação a Secretaria de Educação os jornais são disponibilizados aos alunos da rede municipal, com a finalidade de atualizar as informações locais e regionais, proporcionando a diversidade de informações e comparativos de opiniões jornalísticas, servindo de suporte para as aulas de leitura, como complemento pedagógico. Os mesmos serão utilizados por todos os professores com os alunos nas diversas escolas da Rede Municipal de Ensino e para o público em geral que busca atendimentos no Centro Administrativo Municipal.

Princesa, 11 de novembro de 2019.

Claudinei P. Morsch Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento	
--	--

#### COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Alessandra dos Santos Membro	Luciane M. T. da Silveira Membro
----------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 150/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2019-PM

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para fundamentar e justificar o presente pedido de dispensa de licitação é possível basear-se no disposto no artigo 24, II, da Lei 8.666/93 que dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Princesa, 11 de novembro de 2019.

Claudinei P. Morsch Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento	
--	--

#### COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Alessandra dos Santos Membro	Luciane M. T. da Silveira Membro
----------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 150/2019-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2019-PM

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O fornecedor escolhido foi a empresa DECIO SCHNEIDER 29617618915, CNPJ 25.682.415/0001-13, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 1100, sala 06, Centro, São José do Cedro. O fornecedor é editor do "Jornal Cedro" e justifica-se a contratação tendo em vista ser um jornal que circula semanalmente e tem cobertura local e regional trazendo informações da região.

Realizou-se pesquisa de mercado com fornecedores regionais, sendo que a empresa DECIO SCHNEIDER 29617618915 foi a que apresentou o menor preço. Dessa forma, como o proponente é do ramo pertinente e os preços praticados na presente contratação estão compatíveis com os praticados na região para objeto assemelhado justifica-se a contratação direta da mesma.

Salienta-se que o município tem contrato nº 16/2018-PM, com a empresa RCO COMUNICAÇÕES - EIRELI ME porem o objeto do mesmo é "Contratação de ESPAÇO EM JORNAL IMPRESSO, para publicação de atos oficiais e legais referentes às atividades da Administração Municipal."

Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser prestados conforme abaixo especificados:

Item	Descrição	UN	Qtdade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
5	AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL	un	5	170,00	850,00
Total (R\$)					850,00

Valor Total: R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais)

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 11 de novembro de 2019.

Claudinei P. Morsch Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento	
--	--

#### COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Alessandra dos Santos Membro	Luciane M. T. da Silveira Membro
----------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 150/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2019-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal, para ratificação, sendo contratado para o fornecimento dos itens relacionados no objeto do presente termo a empresa DECIO SCHNEIDER 29617618915, CNPJ 25.682.415/0001-13, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 1100, sala 06, Centro, São José do Cedro

Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser prestados conforme abaixo especificados:

Item	Descrição	UN	Qtidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
5	AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL	un	5	170,00	850,00
Total (R\$)					850,00

Valor Total: R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais)

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 11 de novembro de 2019.

Claudinei P. Morsch Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento	
--	--

#### COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Alessandra dos Santos Membro	Luciane M. T. da Silveira Membro
----------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 150/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2019-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 150/2019-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2019-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 11 de novembro de 2019.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal	
---	--

# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO ALTERAÇÃO 93/2019

Publicação Nº 2222778

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE QUILOMBO

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2019.

O MUNICIPIO DE QUILOMBO-SC, leva ao conhecimento dos interessados a alteração promovida no Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 93/2019, nos seguintes termos:

1. Fica alterado o Aviso do Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 93/2019, DA LICITAÇÃO: onde se lê: "....do tipo Menor Preço/Por LOTE,...." lê-se: "....do tipo Menor Preço/Por ITEM,....".
2. A data de entrega e abertura dos envelopes permanece inalterada, por não trazer prejuízo aos licitantes interessados.

Quilombo, 11 de Novembro de 2019.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

### AVISO DE ANULAÇÃO RDC 61/2019

Publicação Nº 2223818

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE QUILOMBO

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO –LICITAÇÃO NA MODALIDADE RDC 61/2019, NOS TERMOS DO DECRETO 286/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Considerando o teor do Decreto nº 286/2019, de 07 de Novembro de 2019, fica anulado o Processo Licitatório Regime Diferenciado de Contratações-RDC nº 61/2019 do Município de Quilombo/SC.

Justifica-se a presente anulação de acordo com os fundamentos do Decreto nº 286/2019, de 07 de Novembro de 2019.

Quilombo, 07 de Novembro de 2019.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 287/2019 - DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2223060

DECRETO Nº 287/2019 - DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 138/2019, DE 13 DE JUNHO DE 2019, QUE NOMEOU TAIRONE PADILHA DOS SANTOS, PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Inciso I do Artigo 32 da Lei Complementar nº 32, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001,

DECRETA:

Art.1º Fica revogado o Decreto Municipal nº 138/2019, de 13 de junho de 2019, que nomeou Tairone Padilha Dos Santos, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de novembro de 2019.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Em \_\_\_\_/11/2019  
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS VINCULADAS AO PROCESSO LICITATÓRIO 79/2019, PREGÃO PRESENCIAL R.P 33/2019 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO/SC

Publicação Nº 2223021

EXTRATO DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS VINCULADAS AO PROCESSO LICITATÓRIO 79/2019, PREGÃO PRESENCIAL R.P 33/2019 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO/SC – OBJETO: eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos, máquinas e utilitários da frota oficial do Município de Rancho/SC, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui Prestação de Serviços de manutenção preventiva, corretiva e obrigatória de veículos e máquinas do município. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Contratante: O MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO -SC. Contratado: RUBENS DA SILVA MECANICA, Inscrição no CNPJ/MF sob n.º 08.967.152/0001-70. O valor total para eventual contratação R\$ 29.114,20 (vinte e nove mil cento e quatorze reais e vinte centavos). EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Contratante: O MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO -SC. Contratado: RUBENS DA SILVA MECANICA, Inscrição no CNPJ/MF sob n.º 08.967.152/0001-70. O valor total para eventual contratação R\$ 7.648,80 (sete mil seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos). EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO – MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO/SC - Contratante: O MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO -SC. Contratado: RUBENS DA SILVA MECANICA, Inscrição no CNPJ/MF sob n.º 08.967.152/0001-70. O valor total para eventual contratação R\$ 92.970,50 (noventa e dois mil novecentos e setenta reais e cinquenta centavos). EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2019 - Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: RUBENS DA SILVA MECANICA, Inscrição no CNPJ/MF sob n.º 08.967.152/0001-70. O valor total para eventual contratação R\$ 29.114,20 (vinte e nove mil cento e quatorze reais e vinte centavos). Data de assinatura: 05 de novembro de 2019. EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2019 - Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RANCHO QUEIMADO -SC. Contratado: RUBENS DA SILVA MECANICA, Inscrição no CNPJ/MF sob n.º 08.967.152/0001-70. O valor total para eventual contratação R\$ 7.648,80 (sete mil seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos). EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2019 - Contratante: O MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO -SC. Contratado: RUBENS DA SILVA MECANICA, Inscrição no CNPJ/MF sob n.º 08.967.152/0001-70. O valor total para eventual contratação R\$ 92.970,50 (noventa e dois mil novecentos e setenta reais e cinquenta centavos). Data da Assinatura: 05 de novembro de 2019. Rancho Queimado, 11 de novembro de 2019. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO IV-43/2019

Publicação Nº 2223029

EXTRATO DO TERMO ADITIVO IV-43/2019 — Contratante: Município de Rancho Queimado. Contratada AZIMUTE PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 28.435.911/0001-60. O aditivo de prazo de 20 (dias) dias para a conclusão da obra, conforme parecer técnico do engenheiro fiscal da obra da Administração. O Contrato fica prorrogado até 24/11/2019, a contar de 05/11/2019. Ficam ratificadas todas demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, naquilo que não conflitam com o presente Aditamento. Data de assinatura: 04 de novembro de 2019. Rancho Queimado, 11 de novembro de 2019. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 01 2019 AO CONTRATO 04/2019 LABORCENTER

Publicação Nº 2223812

Contrato Nº : 04/2019

Aditivo Nº : 01/2019

Tipo Aditivo : Objeto/Valor

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO CAMPO

Contratada : LABORCENTER LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS

Licitação : Dispensa de Licitação 2/2019

Objeto : O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de aproximadamente 21.43% ao valor do contrato nº 04/2019, firmado entre as partes na data de 21/02/2019, nos termos previstos em sua Cláusula Segunda.

Vigência : Início: 11/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 11/11/2019

Valor R\$: 30.000,00 (Trinta Mil Reais )

### CONVÊNIO – Nº 004/2018 - 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO

Publicação Nº 2223577

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO – CONVÊNIO – Nº 004/2018

“Termo Aditivo ao Convênio nº004/2018 que entre si celebram o Município de Rio do Campo, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando à realização de policiamento ostensivo motorizado, por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar.”

O MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, doravante denominado - Município, situado à Rua 29 de Dezembro, nº 70, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.707/0001-36, neste ato representado pelo Exmo Sr Rodrigo Preis, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 039.027.009-12, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR, resolvem aditar a vigência do termo de Convênio nº 004/2018, com base na Lei Municipal nº 2.226, de 28 de agosto de 2018.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Quinta do Convênio nº 004/2018, decidem prorrogar o prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 14/11/2019, com término em 13/11/2020.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificados em todos os seus termos e condições os demais itens e cláusulas do Termo de Convênio nº 004/2018.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Rio do Campo - SC, em 11 de novembro de 2019.

RODRIGO PREIS CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR

Prefeito Municipal Cel PM Comandante Geral da PMSC

#### Testemunhas:

Nome: Lenoir Menegazzi Nome: David Rafael Nunes Silva Mariano

CPF: 009.082.509-83 CPF: 494.861.109-30



**DECRETO Nº 4.099**

Publicação Nº 2223867

**DECRETO Nº 4.099, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

*“Abre Crédito Adicional Suplementar, através do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores e dá outras providências”.*

**RODRIGO PREIS**, prefeito do município de Rio do Campo, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município e autorização contida na lei orçamentária 2.242 de 28 de novembro de 2018:

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

<b>Crédito Adicional</b>			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Administração do Rioprev	12.001.0009.0272.0015.2096.333900000 0000000000.06750607	8.000,00
Suplementar	Administração do Rioprev	12.001.0009.0272.0015.2096.333900000 0000000000.06750604	6.000,00

**Art. 2º.** Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit financeiro, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

<b>Fonte de Recurso</b>			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		06750604	6.000,00
Superávit		06750607	8.000,00

**Art. 3º.** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, em 11 de novembro de 2019.

**Rodrigo Preis**  
Prefeito Municipal

**Lenoir Menegazzi**  
Resp. Secretaria de Administração e Finanças

Rua 29 de Dezembro, 70 - Centro  
89198-000 - Rio do Campo/SC  
[www.riodocampo.sc.gov.br](http://www.riodocampo.sc.gov.br)  
[prefeitura@riodocampo.sc.gov.br](mailto:prefeitura@riodocampo.sc.gov.br)

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8600, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223520

DECRETO Nº 8600, de 07 de novembro de 2019.

“RETIFICA O DECRETO Nº 8548, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A PENSÃO Á KARINE ORIANA ANDRADE BACHMANN E AGNES ANDRADE BACHMANN”.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica Municipal, retifica o Decreto nos seguintes termos:

DECRETA:

Art. 1º - O Decreto de Nº 8548, de 24 de Outubro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

DECRETO Nº 8600, de 07 de novembro de 2019.

“CONCEDE PENSÃO Á KARINE ORIANA ANDRADE BACHMANN E AGNES ANDRADE BACHMANN”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 251 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º, II, “a” da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e artigo 40 § 7º, inciso II da CF de 1988.

DECRETA:

Art. 1ª Fica concedido a partir de 02 de outubro de 2019, pensão por morte a Sra. KARINE ORIANA ANDRADE BACHMANN, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade n. 2.620.397 e inscrita no CPF n. 890.037.309-97 e AGNES ANDRADE BACHMANN, brasileira, solteira, portadora da cédula de Identidade n. 6.646.399 e inscrita no CPF n. 050.116.299-29, ambas residentes e domiciliadas na Rua Estrada Blumenau, 3546, Bairro Bela Aliança, cidade e comarca de Rio do Sul, SC., na qualidade de cônjuge e descendente do servidor público municipal aposentado Sr. ODILSON CESAR BACHMANN, falecido em 02/10/2019.

Art. 2º - Mantidas as demais cominações do Decreto de Nº 8548, de 24 de Outubro de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

07 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

### DECRETO Nº 8601, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2222964

DECRETO Nº 8601, de 07 de novembro de 2019.

“SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS”.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Municipal nº 413 de 21 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º- Ficam reorganizados, em titularidade e suplência, os representantes da Política Municipal de Assistência Social, atuais membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, devidamente indicados por sua Secretaria:

I – Representantes do Poder Público, sendo:

a) Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES:

Titular: Fernanda Mabel Feltrin Odebrecht;

Suplente: Ricardo Pinheiro substitui Jéssita Maria Eyng;

Titular: Jéssita Maria Eyng substitui Sandra Maria do Nascimento;

Suplente: Sandra Maria do Nascimento substitui Ricardo Pinheiro.

GABINETE DO PREFEITO  
07 de novembro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOME  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8602**

Publicação Nº 2222966

DECRETO Nº 8602, de 08 de novembro de 2019.

“FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM, PARA O EXERCÍCIO DE 2020”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 53/2000, de 06 de dezembro de 2000, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 85/2002, de 31 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º – Fica determinado o valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM, para o exercício de 2020 em R\$ 3,5945 (três reais e cinco mil novecentos e quarenta e cinco milésimos de real).

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
08 de novembro de 2019  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
/

**DECRETO Nº 8603, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223001

DECRETO Nº 8603, de 08 de novembro de 2019.

"DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO, DE CARÁTER GRATUITO, A TÍTULO PRECÁRIO, ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA LANCHONETE MINISTER LTDA EPP".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o § 2º, do artigo 89, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a permissão de uso a título precário à empresa LANCHONETE MINISTER LTDA EPP, de área total de 61,37 m² (sessenta e um metros quadrados e trinta e sete décimos quadrados), conforme descrito no projeto arquitetônico em anexo ao Protocolo 178201/2019, situado no Calçadão Osni José Gonçalves.

Parágrafo único. A área referida no caput deste artigo destina-se a instalação de um deck de madeira destinado à acomodação de mobiliário, para atendimento da clientela da empresa e ao público em geral.

Art. 2º - A presente permissão de uso será formalizada através de hábil e competente Termo de Permissão de Uso, conforme minuta constante no Anexo do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
08 de novembro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul.

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 8603/2019

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 007/2019.

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA LANCHONETE

**MINISTER LTDA EPP.**

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 – Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, inscrito no CPF sob o nº 054.215.249-57, doravante denominado PERMITENTE, e de outro lado a empresa LANCHONETE MINISTER LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.360.650/0001-00, com estabelecimento comercial situado no Calçadão Osni José Gonçalves, nº 62 – Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representada pela Sr. MILTON GOETTEN DE LIMA, inscrito no CPF sob o nº 046.893.789-75, doravante denominada PERMISSSIONÁRIA, resolvem firmar o presente Termo de Permissão de Uso, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

É objeto do presente Termo de Cessão de Uso, a permissão de uso, onerosa e a título precário, de área especificada no projeto anexo às fls. 16 do protocolo 178201/2019, situado no Calçadão Osni José Gonçalves, imóvel de propriedade do PERMITENTE, localizado em frente ao imóvel da PERMISSSIONÁRIA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE**

O presente instrumento destina-se a instalação de um deck de madeira com estrutura sobreposta destinado à acomodação de mobiliário, para atendimento da clientela da PERMISSSIONÁRIA e ao público em geral, conforme projeto constante às fls. 16 do Protocolo 178201/2019.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA PERMISSSIONÁRIA**

A PERMISSSIONÁRIA deverá utilizar única e exclusivamente o bem objeto deste Termo de Permissão de Uso para as finalidades descritas.

Fica estabelecido que todas as despesas concernentes à execução e manutenção do projeto constante às fls. 16 do Protocolo n. 178201/2019 correrão por conta da PERMISSSIONÁRIA.

A PERMISSSIONÁRIA compromete-se em não apresentar qualquer tipo de propaganda ou apologia a alguma marca na área objeto do Termo de Permissão de Uso, nem nos mobiliários instalados.

A PERMISSSIONÁRIA é responsável pela manutenção, colocação e retirada dos mobiliários.

**CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRA PRESTAÇÃO**

A PERMISSSIONÁRIA, pagará mensalmente à PERMITENTE, a título da presente permissão o valor de R\$ 350.00 (trezentos e cinquenta reais) mensais, cujos pagamentos deverão ocorrer até o dia 05 (cinco) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal, cujo valor será reajustado em conformidade com a variação que vier a sofrer a UFM, ou outra sigla que venha à substituí-la;

Os pagamentos realizados extemporaneamente pelo PERMISSSIONÁRIO sofrerão, além da correção monetária (pelo índice acima mencionado), multa moratória de 10% (dez por cento), acrescidos de juros legais de 1% (um por cento) ao mês.

A PERMISSSIONÁRIA deverá disponibilizar a população em geral o uso dos seus banheiros, devendo para isso colocar placas visíveis comunicando que o acesso é ao público em geral.

A PERMISSSIONÁRIA deverá ainda, efetuar a doação de um playground, de reforma de um canteiro e das lixeiras do calçadão Osni José Gonçalves, de acordo com os projetos de fls. 13, 14 e 15 do Protocolo n. 178201/2019, os quais somente poderão ser iniciados após autorização da PERMITENTE, em razão da finalização das obras de reforma do calçadão. As obras doadas, após a autorização de início pela PERMITENTE, deverão ser concluídas em até 90 (noventa) dias, e a PERMISSSIONÁRIA ficará responsável pela sua manutenção durante o prazo de validade do presente termo. Essas obras deverão ser executadas sob supervisão da PERMITENTE.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este Termo de Permissão de Uso, tem como fundamento legal o § 2º, do artigo 89, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Permissão de Uso tem seu prazo determinado, com início na data de publicação do respectivo no Diário Oficial dos Municípios e término após 10 (dez) anos, ou até eventual rescisão, ou mesmo por denúncia de qualquer das partes, sendo a posse do bem transferida na mesma data ao PERMITENTE, ficando revogado o Termo de Permissão de Uso n. 006/2019.

O presente Termo de Permissão de Uso pode ser prorrogado no interesse comum das partes, a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo final do Termo, por intermédio de aditivo e pelo prazo que vierem a ajustar PERMITENTE e PERMISSSIONÁRIA.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RESTITUIÇÃO**

Terminado o prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso, o bem cedido deverá ser devolvido ao PERMITENTE no mesmo estado que lhe foi entregue, mediante Termo de Recebimento depois da retirada do deck e dos mobiliários.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

O presente Termo de Permissão de Uso poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observado o disposto nas cláusulas do Termo de Permissão de Uso.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Permissão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes, e respeitado seu prazo de vigência.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo de Permissão de Uso, podendo, os casos omissos, serem resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo de Permissão de Uso, acompanhado de suas testemunhas adiante firmadas.

Rio do Sul (SC), 08 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ Prefeito do Município de Rio do Sul	MILTON GOETTEN DE LIMA SOBRINHO Lanchonete Minister Ltda EPP
---	---

#### TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

### DECRETO Nº 8607, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223879

DECRETO Nº 8607, de 08 de novembro de 2019.

"EXONERA E NOMEIA MARCIO LUIS MANTOVANI".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015 e 208, de 28/10/2010.

#### DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 10/11/2019, o servidor MARCIO LUIS MANTOVANI, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Obras na Secretaria Municipal de Obras. E nomeado, para a partir de 11/11/2019 para exercer o cargo de Diretor de Departamento de Serviços Urbanos, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, nos termos do artigo 2º, inciso V, e artigo 39 § 4º da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015 e do artigo 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

### DECRETO Nº 8608, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2222989

DECRETO Nº 8606, de 08 de novembro de 2019.

"CONCESSÃO DE MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO – FMD, POR PRAZO DETERMINADO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, inciso VI da Lei

Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desportos - FMD, por tempo determinado o motorista Cacildo João Furlani, matrícula nº 99392, no dia 11 de novembro de 2019, para levar e buscar atletas da modalidade futsal, que irão participar do evento: "Última rodada do campeonato catarinense de futsal, categoria sub 17 masculino", categoria sub 16 masculino na cidade de Luzerna.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão dos servidores da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

## DECRETO Nº 8609, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2222998

DECRETO Nº 8609, de 08 de novembro de 2019.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 6.004 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

86.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
86.03	DIRETORIA EXECUTIVA DE OBRAS		
2.048	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03080000	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP	R\$	200.000,00
	TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

08 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

## DECRETO Nº 8610, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2222937

DECRETO Nº 8610, de 08 de novembro de 2019.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 6.004 de 17/12/2018.

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
-------	--------------------------	--	--

87.02	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.063	Blmac – Manutenção da Gestão Plena		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01381200	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$	2.000.000,00
	TOTAL	R\$	2.000.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.063	Blmac – Manutenção da Gestão Plena		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
01381200	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$	1.900.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01381200	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$	100.000,00
	TOTAL	R\$	2.000.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO  
08 de novembro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## DECRETO Nº 8611, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2223088

DECRETO Nº 8611, de 11 de novembro de 2019.

"DECLARA INSERVÍVEL BENS MÓVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis os bens móveis do patrimônio público municipal,

- 01 FIAT PALIO WEEK HLX FLEX, ano 2006 e modelo 2007, Placa MDF 9463, RENAVAM 885233565, cor vermelha, Álcool-Gasolina.
- 01 CHEVROLET KADETT IPANEMA GL, ano 1996 e modelo 1997, Placa LYG 1662, RENAVAM 670306584, cor branca, Álcool-Gasolina.
- LOTE DE SUCATA DE MOTORES ESTACIONÁRIOS.
- LOTE DE SUCATA EM GERAL, contendo bombas de veneno, correntes e outros.
- SUCATA DE CARGADORES DE BATERIA.
- 01 CHEVROLET CELTA 4P LIFE, ano 2007 e modelo 2008, Placa MGB 2738, RENAVAM 944023843, cor branca, Álcool-Gasolina.
- 01 CHEVROLET CELTA 4P LIFE, ano 2007 e modelo 2008, Placa MGB 2848, RENAVAM 944026389, cor branca, Álcool-Gasolina.
- 01 VAM IVECO 4912 RONTAN AMBULÂNCIA, ano/modelo 2004, Placa MEH 0988, RENAVAM 880147660, cor branca, diesel.
- 01 VAM I HYUNDAI H100 GLS, ano/modelo 2003, Placa MDZ 1851, RENAVAM 822994577, cor branca, diesel.
- 01 FIAT PALIO FIRE ECONOM, ano 2009 e modelo 2010, Placa MHC 0064, RENAVAM 144395959, cor branca, Álcool-Gasolina.
- LOTE DE BICICLETAS ELÉTRICA.
- LOTE DE SUCATAS DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS, contendo, macas, balanças, autoclaves, cadeiras de dentista e outros.



13. LOTE DE SUCATAS DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, contendo mesas, cadeiras armários, gaveteiros e outros.
14. LOTE DE SUCATAS DE MATERIAIS DOMÉSTICOS, contendo geladeiras, fogões, freezers, ar condicionados e outros.
15. LOTE DE SUCATAS DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, contendo gabinetes, impressoras, mouses, teclados, estabilizadores e outros.
16. LOTE DE SUCATAS DE PNEUS.
17. 01 MICROTRATOR TOBATA COM CARRETINHA, diesel.
18. 01 MOTO SERRA.
19. 01 MOTOR POPA JOHNSON 25 HP.
20. 01 MOTOR POPA YAMAHA 25 HP
21. 01 MOTOR POPA YAMAHA 25 HP.
22. 01 MOTOR POPA YAMAHA 40 HP.
23. 01 MOTOR POPA YAMAHA 40 HP.
24. 01 MOTOR POPA YAMAHA 40 HP.
25. 01 MOTOR POPA EVERUDY 15 HP.
26. 06 BARCOS DE ALUMINIO.
27. 05 BARCOS DE MADEIRA (BATEIRAS).
28. LOTE DE SUCATAS CONTENDO, FORNOS ELÉTRICOS, MICROONDAS E OUTROS.
29. LOTE DE SUCATAS EM GERAL, contendo mesas escolares, cadeiras, fogões, geladeiras berços de madeira, louça sanitária, armários e outros.
30. LOTE DE SUCATAS EM GERAL, contendo mesas escolares, cadeiras, geladeira, ventilador, ar condicionado, caixa de som e outros.
31. LOTE DE SUCATAS EM GERAL, contendo mesas, cadeiras material de informática, eletrônicos, estabilizadores, balança, fax, ventilador e outros.
32. 01 FORD FIESTA 1.6 FLEX, ano 2012 e modelo 2013, Placa MJX 3266, RENAVAL 484165062, cor branca, Álcool-Gasolina.
33. 01 MOTOCICLETA YAMAHA LANDER XTZ 250, ano e modelo 2010 Placa MGP 8798, RENAVAL 234838728, cor branca, Gasolina.
34. 01 MOTOCICLETA YAMAHA LANDER XTZ 250, ano e modelo 2010 Placa MGP 8618, RENAVAL 234836229, cor branca, Gasolina.
35. 01 MOTOCICLETA HONDA NXR 150 BROS ES, ano e modelo 2009, Placa MGW 4454, RENAVAL 143212168, cor amarela, Gasolina.
36. 01 MOTOCICLETA HONDA NXR 150 BROS ES, ano e modelo 2009, Placa MGW 4874, RENAVAL 143214063, cor amarela, Gasolina.
37. 01 MOTOCICLETA HONDA NXR 150 BROS ES, ano e modelo 2009, Placa MGW 4494, RENAVAL143209752, cor amarela, Gasolina.
38. 01 MOTOCICLETA YAMAHA XT 225, ano e modelo 2002, Placa MCM 1172, RENAVAL 778010520, cor vermelha, Gasolina.
39. LOTE DE SUCATAS EM GERAL, contendo mesas, cadeiras tvs, bebedouro e outros.
40. LOTE DE SUCATAS EM INFORMÁTICA, contendo mouses, teclados, gabinetes, estabilizadores, monitores e outros.
41. LOTE DE SUCATAS DE ELETRÔNICOS, contendo microsystem, tvs ventilador e outros.
42. LOTE DE SUCATAS EM GERAL, contendo mesas, cadeiras tvs, bebedouro, gabinetes, monitores, ventiladores e outros.
43. LOTE DE SUCATAS, contendo, fornos elétricos.
44. LOTE DE SUCATAS contendo, forno elétrico, mesa, cadeira, armário e outros.
45. LOTE DE SUCATAS contendo tv, máquina de lavar, pneus e outros.
46. LOTE DE SUCATAS EM GERAL, contendo forno elétrico, monitores, computadores, ar condicionado e outros.
47. 01 FOGÃO INDUSTRIAL.
48. LOTE CONTENDO MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS, VÍDEO-CASSETTE, FAX, SCANNER
49. LOTE DE SUCATAS DE INFORMÁTICA, contendo, monitores, teclados, mouses, gabinetes, estabilizadores, ar-condicionado e outros.
50. LOTE DE SUCATAS EM GERAL, contendo sucatas ferrosas, material elétrico, informática e outros.
51. 01 VW GOL 1.0, ano /modelo 2005 Placa MDH 6286, RENAVAL 862443849, cor branca, Álcool-Gasolina.
52. 01 VAM I/FORD TRANSIT TCA AMB, ano/modelo 2010 Placa MHR 6478, RENAVAL 255235364, cor branca, diesel.
53. 01 FIAT LINEA LX 1.9, ano/modelo 2010 Placa MHL 9996, RENAVAL 214356426, cor preta, álcool, gasolina.
54. LOTE DE SUCATAS CONTENDO INFORMÁTICA, TVS, ARMÁRIO E OUTROS.
55. LOTE CONTENDO CILINDROS DE OXIGÊNIO
56. 01 FORD FIESTA 1.6 FLEX, ano 2012 e modelo 2013, Placa MJX 4126, RENAVAL 484158236, cor branca, Álcool-Gasolina.
57. 01 LOTE DE PNEUS.
58. 01 VW SPACEFOX TREND GII, ano 2012 e modelo 2013, placa MKB0536, RENAVAL 485165376, cor branca, Álcool-Gasolina.
59. 01 VW NOVO GOL 1.6, ano 2012 e modelo 2013, placa MKB0596, RENAVAL 485167000, cor branca, Álcool-Gasolina.

Art. 2º Ficam nomeados os Senhores Jailson Roberto de Oliveira, Rodrigo Fronza e Jean de Jesus, para em comissão avaliarem os bens declarados inservíveis no artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

11 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8612, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223535

DECRETO Nº 8612, de 11 de novembro de 2019.

“ANULA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 194/2019, de 22.10.2019.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Artigo 49, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica anulado o processo licitatório representado pelo Edital de Pregão Presencial nº 194/2019, de 22 de outubro de 2019.  
Parágrafo único – Atendendo aos interesses do Município, declaro anulado o Edital de Pregão Presencial nº 194/2019, de 22.10.2019, com base no despacho anexo ao processo, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49, da Lei 8.666/93, em sua atual redação. Ato motivado pela ausência de publicação legal nos termos do Inciso V, Art 4º da Lei 10.520/2002, restando o certame anulado.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 24/2019**

Publicação Nº 2222887

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC  
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 024/2019

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DAS RESPECTIVAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTES CIENTIFICADOS QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 700, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS), PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº	DATA	PROTOCOLO Nº	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
8451	13/08/19	176194/2018	VOLMAR FERRARI BONALDO	452.197.100-87
8615	30/09/19	121261/2010	REGINA MARIA KNEIPP DE OLIVEIRA	920.245.999-15
8637	08/10/19	156871/2015	JOSÉ SÉRGIO LEHMKUHL	552.205.099-34

Rio do Sul, 11 de novembro de 2019.

Alexandre Matos Pereira Secretário Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Diretor do Departamento de Fiscalização
--	--

**LEI N. 6076, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223605

LEI Nº 6076, de 01 de novembro de 2019.

Dispõe sobre as posturas, organização e compartilhamento de infraestrutura pelos agentes que exploram os serviços de energia elétrica e de telecomunicações, e dá outras providências.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A concessão, permissão ou autorização de serviço de distribuição de energia elétrica ou de serviço telecomunicações não isenta a prestadora do atendimento às normas de engenharia, às leis municipais e outras exigências legais pertinentes à construção civil e à instalação de cabos e equipamentos em logradouros públicos.

Parágrafo único. Caberá à prestadora quando da instalação observar as posturas municipais e outras exigências legais pertinentes, quanto a edificações, torres e antenas, bem como a instalação de linhas físicas em logradouros públicos.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Infraestrutura: são as servidões administrativas, dutos, condutos, postes e torres, de propriedade, utilizados ou controlados, direta ou indiretamente, pelos agentes que exploram os serviços públicos de energia elétrica, os serviços de telecomunicações de interesse coletivo, bem como cabos metálicos, coaxiais e fibras ópticas não ativados;

II - Detentor: agente que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura;

III - Ocupante: agente detentor de concessão, autorização ou permissão para explorar serviços públicos, de interesse coletivo ou restrito, que utiliza a infraestrutura do Detentor mediante contrato celebrado entre as partes;

IV - Ponto de Fixação: ponto de instalação do suporte de sustentação mecânica de cabo do Ocupante dentro da faixa de ocupação destinada ao compartilhamento, no poste do Detentor.

Art. 3º Ficam os Detentores e Ocupantes de concessão, permissão ou autorização de serviço de distribuição de energia elétrica ou de serviço telecomunicações obrigados a:

I - realizar o alinhamento e retirada dos fios que estiverem fora de operação nos postes;

II - fazer a manutenção, conservação, remoção, substituição de postes, de concreto ou de madeira, que encontrem-se em estado precário, tortos, inclinados ou em desuso.

§1º Os gastos incorridos no cumprimento deste artigo não gerarão qualquer ônus para a administração pública municipal.

§2º Cabe ao Detentor centralizar os procedimentos para a execução dos serviços e negociação com os Ocupantes, bem como os de cobrança das modificações e adequações que se fizerem necessárias.

Art. 4º A ocupação do poste deverá ser feita de forma ordenada e uniforme, de modo que a instalação de um Ocupante não utilize pontos de fixação e nem invada a área destinada a outros, bem como o espaço de uso exclusivo da iluminação pública.

Art. 5º Os cabos das ocupantes devem ter identificação legível, por meio de plaqueta de material não metálico resistente às intempéries, contendo a descrição do tipo de cabo, contato para emergência vinte e quatro horas, nome do ocupante, que deve ser fixada, no cabo, a uma distância de 20,00 à 60,00 centímetros do ponto de fixação em todos os vãos por onde passar.

Parágrafo único. O descumprimento a este artigo acarretará na retirada do respectivo cabo independentemente de prévia comunicação sem prejuízo das sanções previstas no art. 12 desta Lei

Art. 6º As distâncias mínimas entre os condutores da rede de distribuição de energia elétrica não isolada e os da rede dos serviços de telecomunicações, nas condições mais desfavoráveis serão as seguintes:

I - tensão máxima de até 1000 V (mil volts), 60,00 centímetros;

II - tensão máxima acima de 1000 V (mil volts) até 15.000 V (quinze mil volts), 150,00 centímetros;

III - tensão máxima acima de 15.000 V (quinze mil volts) até 35.000 V (trinta e cinco mil volts), 180,00 centímetros.

Art. 7º As distâncias mínimas entre o cabeamento aéreo e a base da via, nas condições mais desfavoráveis, serão as seguintes:

I - sobre locais acessíveis, exclusivamente, a pedestres: 3,00 metros;

II - sobre entradas de prédios e demais locais de uso restrito a veículos: 4,50 metros;

III - sobre locais onde haja tráfego normal de pedestres, passagem particular de veículos e travessias sobre estradas particulares na área rural: 4,50 metros;

IV - sobre ruas e avenidas: 5,00 metros;

V - sobre locais acessíveis a máquinas e equipamentos agrícolas na área rural: 6,00 metros.

Parágrafo único. Nos casos em que a altura do ponto de fixação não atenda às necessidades e não houver a possibilidade técnica de substituição do poste existente, deverá optar por instalações alternativas como travessias subterrâneas a fim de atender as condições de segurança da via.

Art. 8º Não é permitido o cruzamento de cabos ou fios em diagonal sobre os entroncamentos de vias públicas.

Art. 9º Nas ruas arborizadas e perto de sacadas, os fios condutores de energia elétrica, telefônicos e demais ocupantes dos postes, deverão ser estendidos a uma distância segura das árvores e sacadas, ou convenientemente isolados.

Art. 10. As redes e equipamentos de telecomunicação devem possuir aterramentos e proteções, para que contatos acidentais dos condutores de energia elétrica não transfiram tensão para as instalações dos usuários.

Parágrafo único. Os cabos de descida dos aterramentos devem ser protegidos com eletroduto de material resistente de forma a impedir quaisquer danos aos mesmos.

Art. 11. A partir do registro da solicitação pelo cliente ou da notificação pela Prefeitura, os Detentores e Ocupantes terão os seguintes prazos:

I - de imediato para a desobstrução das vias e manutenção da segurança;

II - 24 (vinte e quatro) horas para reestabelecer o serviço;

III - 72 (setenta e duas) horas para adequação das instalações e equipamentos e remoção dos materiais em desuso.

Art. 12. Sem prejuízo das demais sanções, o descumprimento de qualquer dispositivo da presente Lei acarretará multa no valor de 1.425 UFM's e em caso de reincidência no mesmo local a multa será aplicada em dobro.

Parágrafo único. Nos casos de impossibilidade da imputação da pena ao Ocupante, respondem solidariamente com este o Detentor.

Art. 13. O Prefeito, por meio de decreto, regulamentará os procedimentos necessários a fiel execução desta Lei, devendo a fiscalização ser realizada pelo Fiscal de Postura municipal.

Parágrafo único. Após a regulamentação, os Detentores e Ocupantes terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para adequarem-se às exigências.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
01 de novembro de 2019  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## **LEI N. 6077, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223732

LEI Nº 6077, de 01 de novembro de 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar acordo judicial nos autos da ação judicial nº 5001373-09.2019.8.24.0054 que tramitava na Vara da Fazenda Pública, acidentes do trabalho e registros públicos da comarca de Rio do Sul.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo judicial nos autos da ação nº 5001373-09.2019.8.24.0054, oriunda da Vara da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e Registros Públicos da Comarca de Rio do Sul, a qual visa a anulação de ato jurídico, concernente na doação de imóvel, registrado sob a matrícula nº 39.940, ao Município de Rio do Sul, pela Sra. Benilde Batisti, no ano de 2008.

Parágrafo único. O objeto do acordo judicial mencionado no caput deste artigo é a concordância com o pleito contido na referida ação judicial, possibilitando o retorno do mencionado imóvel ao patrimônio da anteriormente doadora, vez que, não mais presente a finalidade imposta no momento da doação.

Art. 2º Fazem parte integrante desta Lei, os seguintes documentos:

I – Escritura de doação do imóvel;

II – Matrículas do imóvel (28.072 e 39.940);

III – Avaliação do imóvel.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
01 de novembro de 2019  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## **LEI N. 6081, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223742

LEI Nº 6081, de 08 de novembro de 2019.

Altera a Ementa e o art. 2º da Lei nº 5.838, de 21 de julho de 2017, que denomina “Aloisius Peyerl” e “Alfonso Pedro Schneider” as ruas sem denominação localizadas no Bairro Santana

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 2º da Lei nº 5.838, de 21 de julho de 2017, que denomina “Aloisius Peyerl” e “Alfonso Pedro Schneider” as ruas sem denominação localizadas no Bairro Santana, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica denominada “Alfonso Pedro Schneider” a rua sem denominação que inicia na Estrada São José e termina na Rua Aloisius Peyerl, medindo 615,00 metros de extensão e 13,00 metros de largura, no Bairro Taboão, conforme levantamento topográfico, parte integrante da presente Lei.” (NR).

Art. 2º Fica alterada a ementa da Lei nº 5.838, de 21 de julho de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Denomina “Aloisius Peyerl” e “Alfonso Pedro Schneider” as ruas sem denominação localizadas nos Bairros Santana e Taboão” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
08 de novembro de 2019  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**LEI N. 6082, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2224086

LEI Nº 6082, de 08 de novembro de 2019.

Institui o Programa de Prevenção do Abuso Sexual em Transportes Públicos Coletivos no município de Rio do Sul, e dá outras providências.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no município de Rio do Sul o Programa de Prevenção do Abuso Sexual em Transportes Públicos Coletivos, que tem como objetivo reduzir a sua incidência.

Art. 2º Como forma de prevenção, as empresas prestadoras de transporte público ficarão obrigadas a inserir cartazes informativos, no interior dos veículos e nos locais de espera de passageiros, referindo a ilegalidade de abuso sexual e incentivando a vítima a denunciar o fato às autoridades locais.

§1º Os cartazes deverão informar o número da Polícia Militar (190), da Polícia Civil (181), e da Central de Atendimento à Mulher (180).

§2º Os cartazes deverão trazer informações para a vítima memorizar as características do criminoso, o horário do acontecimento, linha de ônibus, ou horário do embarque.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

08 de novembro de 2019

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**PORTARIA Nº 1749/DGP**

Publicação Nº 2222598

PORTARIA N. 1749/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6.070 de 06 de março de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, a servidora Rejane Rosa da Silva, matrícula n. 31565549, ocupante do cargo de provimento efetivo Monitor Escolar, para realizar Estágio Curricular Obrigatório em Pedagogia, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, por meio do Protocolo n. 182115/2019.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Arop

**PORTARIA Nº. 1628/DGP**

Publicação Nº 2223237

PORTARIA Nº. 1628/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1574/DGP de 18/10/2019, a qual nomeia Fabio Correa Didone, para exercer o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Florestal, 40 horas semanais, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 29 de Outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1630/DGP**

Publicação Nº 2223273

PORTARIA Nº. 1630/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Carla Moro Bitencourt, para exercer o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Florestal, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 29 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1638/DGP**

Publicação Nº 2223316

PORTARIA N.1638/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 14/10/2019, o servidor VALDENIR BORGES RIBEIRO, do cargo em comissão de Diretor do Departamento Previdenciário e NOMEAR, a partir de 15/10/2019, para o cargo em comissão de Diretor Executivo Previdenciário, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Rio do Sul – Rio do sul PREV, com opção pela remuneração do cargo a ser ocupado e com base nos Artigos 11 e 13, da Lei Complementar n. 401, de 22 de agosto de 2018, Artigo 56, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015 e artigo 6º da Lei Complementar n. 434, de 09 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Sadj

**PORTARIA Nº. 1639/DGP**

Publicação Nº 2223440

PORTARIA Nº. 1639/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, DAIANE MAURICIO, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2019.



Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 30 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

## **PORTARIA Nº. 1640/DGP**

Publicação Nº 2223456

PORTARIA Nº. 1640/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, MARJANE NARCISO DE FREITAS BARCELLOS, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 30 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

## **PORTARIA Nº. 1641/DGP**

Publicação Nº 2223486

PORTARIA Nº. 1641/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1518/DGP de 08/10/2019, a qual nomeia FERNANDO KRAMBECK, para exercer o cargo de provimento efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO, 40 horas, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 31 de Outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

## **PORTARIA Nº. 1642/DGP**

Publicação Nº 2223539

PORTARIA Nº. 1642/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, DAIANE CRISTINA FELDMANN HEINZ, para exercer o cargo de provimento efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Rio Do Sul, 31 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1649/DGP**

Publicação Nº 2223552

PORTARIA Nº. 1649/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1451/DGP de 18/09/2019, a qual nomeia Jeison Balbino, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 31 de Outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1650/DGP**

Publicação Nº 2223579

PORTARIA Nº. 1650/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Julia Polini, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 31 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1651/DGP**

Publicação Nº 2223598

PORTARIA Nº. 1651/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1449/DGP de 18/09/2019, a qual nomeia NADINE CHRIST BEULKE para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 31 de Outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1652/DGP**

Publicação Nº 2223609

PORTARIA Nº. 1652/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Andreia Marchi Da Paz Coradelli, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 31 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1662/DGP**

Publicação Nº 2223628

PORTARIA N. 1662/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º REMOVER DE OFÍCIO, para a Secretaria Municipal Infraestrutura, a partir de 04/11/2019, o servidor Rodrigo Fronza, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal Gestão de Governo, em conformidade com o Artigo 41, inciso II, paragrafo 2º da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1663/DGP**

Publicação Nº 2223229

PORTARIA Nº. 1663/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, LUCAS MILES, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 04 de Novembro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1673/DGP**

Publicação Nº 2223679

PORTARIA Nº. 1673/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1624/DGP de 29/10/2019, a qual nomeia Macarte Silveira Rodrigues Gutz para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 04 de Novembro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1674/DGP**

Publicação Nº 2223691

PORTARIA Nº. 1674/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Karina dos S. Varela Belli, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 04 de Novembro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1675/DGP**

Publicação Nº 2223735

PORTARIA Nº. 1675/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Bruna Moraes Bilk, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 04 de Novembro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1717/DGP**

Publicação Nº 2224196

PORTARIA Nº. 1717/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1452/DGP de 18/09/2019, a qual nomeia ALINE MAURICIO, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 06 de Novembro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1719/DGP**

Publicação Nº 2224207

PORTARIA Nº. 1719/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Giseli Duarte, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 06 de Novembro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1743/DGP**

Publicação Nº 2224186

PORTARIA Nº. 1743/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1540/DGP de 10/10/2019, a qual nomeia JHON LUCAS SILVA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 06 de Novembro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1744/DGP**

Publicação Nº 2224191

PORTARIA Nº. 1744/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Gisela Laubenstein, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 06 de Novembro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1745/GP**

Publicação Nº 2224193

PORTARIA Nº. 1745/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1516/DGP de 08/10/2019, a qual nomeia Bruna Pereira, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 06 de Novembro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1746/DGP**

Publicação Nº 2224212

PORTARIA Nº. 1746/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Eloisa Lucia Sabino, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 06 de Novembro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**PORTARIA Nº. 1751/DGP**

Publicação Nº 2223036

PORTARIA N. 1751/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º – REMOVER, POR PERMUTA, a partir de 01/01/2020, as servidoras ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor, 40 horas semanais, Aucely Maria Otto Roberti, Lotada no CEPLAS e, Ana Paula Rosa Costa, lotada no CEI Titio Karan, conforme requerimento protocolado sob o número 183152/2019, e em conformidade com o parágrafo 3º, do artigo 41 da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e alterações.

Art. 2º – As servidoras passam a ter a seguinte lotação: Aucely Maria Otto Roberti no CEI Titio Karan e Ana Paula Rosa Costa no CEPLAS.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

**RESOLUÇÃO Nº 49/2019/CMDCA**

Publicação Nº 2223497

RESOLUÇÃO Nº 49/2019/CMDCA

Dispõe sobre pagamento de coffee break para o Encontro Regional das Organizações Não Governamentais dos Membros dos CMDCA do Alto Vale do Itajaí, realizado no dia 12/11/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere as Leis Complementares nº 287/2014, 361/2017 e 418/2019;

CONSIDERANDO a meta um do plano de ação e aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA para o ano de 2019 que visa capacitar continuamente a Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente;

CONSIDERANDO que a realização deste evento regional proporcionará a implantação do fórum municipal das entidades não governamentais, ligadas à política de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a meta treze do plano de ação e aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA para o ano de 2019, que visa à criação do fórum de entidades não governamentais.

RESOLVE:

Art. 1º- Efetuar pagamento através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA para coffee break que será oferecido para os participantes do Encontro Regional das Organizações Não Governamentais dos Membros dos CMDCA do Alto Vale do Itajaí, que será realizado na sala magna da UNIDAVI no dia 12 de novembro de 2019, das 8h30 às 16h30min. Correspondente ao valor de R\$ 750,00.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2019.

KARISE ROSETTI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

**RESUMO DO ENDOSSO DA APÓLICE Nº 01.31.39750.0.10**

Publicação Nº 2223964

RESUMO DO ENDOSSO DA APÓLICE Nº 01.31.39750.0.10

Pregão Presencial Nº 150/2018

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Gente Seguradora S.A.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE SEGURO PATRIMONIAL (FROTA E EDIFICAÇÕES) DA MUNICIPALIDADE, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, CONFORME DISCRIMINADO NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

Valor do Endosso – Lote 01 Frota (05 equipamentos): R\$ 336,75 (trezentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos);

Vigência: Até 06 de dezembro de 2019.

Recurso: Orçamento Vigente

Fundamento Legal: Art. 65 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 11 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

## TERMO DE CONVOCAÇÃO ANDREIA MARCHI DA PAZ CORADELLI

Publicação Nº 2223610

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANDREIA MARCHI DA PAZ CORADELLI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1652/DGP de 31/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 12/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUMNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 11 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## TERMO DE CONVOCAÇÃO BRUNA MORAIS BILK

Publicação Nº 2223737

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) BRUNA MORAIS BILK, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.



Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1675/DGP de 04/11/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 12/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 11 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## TERMO DE CONVOCAÇÃO CARLA MORO BITENCOURT

Publicação Nº 2223274

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CARLA MORO BITENCOURT, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de Engenheiro Florestal, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2015, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1630/DGP de 29/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 12/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
---------------	--------------------

Todos os cargos

1. HEMOGRAMA COMPLETO;  
2. GLICEMIA;  
3. VDRL;  
4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;  
5. RX DE BACIA;  
6. ECG (acima 40 anos) – com laudo;  
7. CREATININA (acima 40 anos);  
8. LAUDO DO PSIQUIATRA;  
9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 11 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO DAIANE CRISTINA FELDMANN HEINZ**

Publicação Nº 2223541

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) DAIANE CRISTINA FELDMANN HEINZ, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2015, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1642/DGP de 31/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 12/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 11 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO DAIANE MAURICIO**

Publicação Nº 2223441

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) DAIANE MAURICIO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2019, homologado através do Decreto nº 8502 de 07/10/2019. e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 1639/DGP de 30/10/2019, publicada em 12/11/2019. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA;

Rio do Sul, 11 de Novembro de 2019.

Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO ELOISA SABINO**

Publicação Nº 2224213

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ELOISA LUCIA SABINO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1746/DGP de 06/11/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 12/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
---------------	--------------------

Todos os cargos

1. HEMOGRAMA COMPLETO;  
2. GLICEMIA;  
3. VDRL;  
4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;  
5. RX DE BACIA;  
6. ECG (acima 40 anos) – com laudo;  
7. CREATININA (acima 40 anos);  
8. LAUDO DO PSQUIATRA;  
9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA  
ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 11 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO GISELA LAUBENSTEIN**

Publicação Nº 2224192

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) GISELA LAUBENSTEIN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2015, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1744/DGP de 06/11/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 12/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 11 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO GISELI DUARTE**

Publicação Nº 2224208

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) GISELI DUARTE, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1719/DGP de 06/11/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 12/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 11 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO JULIA POLINI**

Publicação Nº 2223580

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) JULIA POLINI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1650/DGP de 31/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 12/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
---------------	--------------------

Todos os cargos

1. HEMOGRAMA COMPLETO;
2. GLICEMIA;
3. VDRL;
4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
5. RX DE BACIA;
6. ECG (acima 40 anos) – com laudo;
7. CREATININA (acima 40 anos);
8. LAUDO DO PSQUIATRA;
9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 11 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO KARINA DOS S VARELA BELLI**

Publicação Nº 2223692

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) KARINA DOS S. VARELA BELLI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1674/DGP de 04/11/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 12/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	<ol style="list-style-type: none"><li>1. HEMOGRAMA COMPLETO;</li><li>2. GLICEMIA;</li><li>3. VDRL;</li><li>4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;</li><li>5. RX DE BACIA;</li><li>6. ECG (acima 40 anos) – com laudo;</li><li>7. CREATININA (acima 40 anos);</li><li>8. LAUDO DO PSQUIATRA;</li><li>9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.</li></ol>

Rio do Sul, 11 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO LUCAS MILES**

Publicação Nº 2223230

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) LUCAS MILES é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II (PNE), 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2017, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0210/DGP de 28/01/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 08/02/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 08 de fevereiro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO MARJANE NARCISO DE FREITAS BARCELLOS**

Publicação Nº 2223457

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) MARJANE NARCISO DE FREITAS BARCELLOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2019, homologado através do Decreto nº 8502 de 07/10/2019. e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 1640/DGP de 30/10/2019, publicada em 12/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:



Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSQUIATRA;

Rio do Sul, 11 de Novembro de 2019.

Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO KARINE PIRES

Publicação Nº 2224218

### TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no artigo 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 15, parágrafo 1º, inciso "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) KARINE PIRES, nomeado (a) pela Portaria n. 1453/DGP, de 18/09/2019, publicada no DOM na data de 11/10/2019, para exercer o cargo efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2018.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no artigo 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/11/2019. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 07 de Novembro de 2019.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
En

## TERMO DE POSSE LEOCLIDES DOLZAN - 1ª RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2224219

### RETIFICAÇÃO DE TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no artigo 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 15, parágrafo 1º, inciso "I", da Lei Complementar supracitada, RETIFICA nesta data o Termo de Posse datado de 07 de fevereiro de 2019 d(a) servidor(a) LEOCLIDES DOLZAN, nomeado (a) pela Portaria n. 1493/DGP, de 30/09/2019, publicada no DOM na data de 14/10/2019, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2017, sendo que:

Aonde se lê:

"Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/11/2019."

Leia-se:

"Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 12/11/2019."

Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Retificação do Termo de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Rio do Sul, 08 de Novembro de 2019.

Assinatura do(a) Empossado(a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2019**

Publicação Nº 2223593

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2019 (ARP)  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2019

Aos 24 dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, a CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, com sede à Praça 25 de Julho, nº 01 – 2º andar, Centro Administrativo Municipal Prefeito Helmut Baumgarten, Bairro Centro, no Município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ nº 83.622.985/0001-14, representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, SR. MARCOS NORBERTO ZANIS, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, em razão da classificação por esta alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e suas alterações e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das demais normas legais aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

**DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO da estrutura física da sede do Poder Legislativo de Rio do Sul, especificado nos Itens 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 30, 34, 36, 42, 43, 44, 46, 48 e 56 do Termo de Referência constante do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 9/2019.

MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO					
PRESTADOR BENEFICIÁRIO:					
Eletronema Ltda Epp, CNPJ nº 01.793.573/0001-82, com sede no Município de Rio do Sul, Rodovia Carlos Probst, nº 5225 - Albertina. Contato: (47) 3521-1320. E-mail: eletronema@outlook.com.					
ITEM	QTDE REGISTRADA	UNID.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	VALOR REGISTRADO (UNIT.)	VALOR REGISTRADO (TOTAL)
3	150	unidade	Bucha 5 mm	R\$ 0,05	R\$ 7,50
4	150	unidade	Bucha 6 mm	R\$ 0,08	R\$ 12,00
7	100	metros	Cabo flex 1,5 mm² azul	R\$ 0,68	R\$ 68,00
8	100	metros	Cabo flex 1,5 mm² branco	R\$ 0,68	R\$ 68,00
9	100	metros	Cabo flex 1,5 mm² preto	R\$ 0,68	R\$ 68,00
10	100	metros	Cabo flex 1,5 mm² verde	R\$ 0,68	R\$ 68,00
11	100	metros	Cabo flex 2,5 mm² azul	R\$ 1,08	R\$ 108,00
12	100	metros	Cabo flex 2,5 mm² preto	R\$ 1,08	R\$ 108,00
13	100	metros	Cabo flex 2,5 mm² verde	R\$ 1,08	R\$ 108,00
14	50	metros	Cabo flex 4,0 mm² azul	R\$ 1,89	R\$ 94,50
15	50	metros	Cabo flex 4,0 mm² preto	R\$ 1,89	R\$ 94,50

16	50	metros	Cabo flex 4,0 mm <sup>2</sup> verde	R\$ 1,89	R\$ 94,50
19	30	unidade	Canaleta 30x30	R\$ 16,97	R\$ 509,10
30	10	unidade	Fita Isolante 20 mts	R\$ 6,95	R\$ 69,50
34	100	unidade	Parafuso 3/16" x 2"	R\$ 0,20	R\$ 20,00
36	100	unidade	Parafuso 4.0x25	R\$ 0,12	R\$ 12,00
42	10	unidade	Plugue 2P 10A Macho	R\$ 3,90	R\$ 39,00
43	10	unidade	Plugue 2P 10A Fêmea	R\$ 3,90	R\$ 39,00
44	10	unidade	Plugue 2P+T 10A	R\$ 3,90	R\$ 39,00
46	4	unidade	Sensor de Presença	R\$ 34,80	R\$ 139,20
48	40	unidade	Soquete para lâmpada fluorescente	R\$ 1,65	R\$ 66,00
56	10	unidade	Tomada SX RJ 11 + RJ 45	R\$ 6,00	R\$ 60,00

VALIDADE DA ATA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir da data da sua assinatura.

MARCOS NORBERTO ZANIS  
Presid. Câm. Mun. Rio do Sul

FLAVIO NAZARIO JUNIOR  
Eletronema Ltda EPP  
CNPJ: 01.793.573/0001-82

# Rio Negrinho

## PREFEITURA

### EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 111/2019

Publicação Nº 2223214



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019 TOMADA DE PREÇOS

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei nº 8.666/93, COMUNICA que se acha aberto até as **09:00 horas do dia 28 de novembro de 2019**, Processo Licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, para execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS LUIZ GRAFF (TRECHO II) E ILDEFONSO GROSSL, localizadas nas divisas entre os Bairros Vila Nova, Alegre e Industrial Sul, em Rio Negrinho/SC com extensão total a ser pavimentada de 1.344,42 metros lineares, contemplando os serviços de limpeza de terreno, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e serviços complementares. O contrato e ordem de serviço com a vencedora da licitação só serão assinados após a assinatura do contrato do financiamento FINISA, celebrado entre o município de Rio Negrinho e a Caixa Econômica Federal. As propostas e documentação habilitadora deverão ser protocoladas no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal, sito à Av. Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico, até o horário acima, para abertura a partir do mesmo horário, tendo por local a sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, no mesmo endereço. O Edital e seus anexos (memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos) estão disponíveis no link <http://rionegrinho.atende.net> (Licitações). Demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos, Setor de Licitações (endereço acima) ou pelo fone 47-3646-3648/3646-3636.

Rio Negrinho, 11 de Novembro de 2019.

JULIO CESAR RONCONI  
Prefeito Municipal



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019 TOMADA DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto até as **09:00 horas do dia 28 de novembro de 2019**, Processo Licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com o objetivo de receber propostas para execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de pavimentação asfáltica das Ruas Luiz Graff (trecho II) e Ildefonso Grossl, localizadas nas divisas entre os Bairros Vila Nova, Alegre e Industrial Sul, em Rio Negrinho/SC, conforme memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos anexos.

A Licitação se realizará nos termos do presente e no que preceitua a Lei nº 8.666/93 e alterações, devendo as propostas e documentação habilitadora serem protocoladas e entregues no Departamento de Protocolos da Prefeitura, sito à Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico, até a data e horário acima, para abertura a partir das 09:00 horas do mesmo dia, tendo por local a sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, no mesmo endereço.

a) Não serão aceitas nem recebidas, em hipótese alguma, documentações e propostas após a data e hora aprazadas para esta Licitação, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e/ou enviadas por qualquer meio, anteriormente a data de vencimento. Também não serão aceitas, nem levadas em consideração, propostas encaminhadas por telexogramas, telegramas, radiogramas, aerogramas, e-mail ou fax.

b) Ocorrendo a decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a Licitação fica automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação, no mesmo local e horário.

c) Os esclarecimentos de dúvidas de caráter técnico ou legal sobre o presente Edital deverão ser objeto de consulta escrita e protocolada, endereçada à Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho em até 2 (dois) dias antes da data de abertura da Licitação. A Comissão Permanente de Licitações responderá às questões formuladas através de e-mail, dirigido a todos os interessados que tenham retirado os anexos do edital no Departamento de Suprimentos, apresentando a pergunta formulada e sua respectiva resposta, antes da data marcada para a entrega dos envelopes.

#### 1.0 - DO OBJETO E DO VALOR MÁXIMO

1.1 – O presente edital tem por objetivo receber propostas para execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS LUIZ GRAFF (TRECHO II) E ILDEFONSO GROSSL, localizadas nas divisas entre os Bairros Vila Nova, Alegre e Industrial Sul, em Rio Negrinho/SC com extensão total a ser pavimentada de 1.344,42 metros lineares, contemplando os serviços de limpeza de terreno, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e serviços complementares, conforme memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos anexos a este edital, de acordo com as informações abaixo:

1.1.1 - RUA LUIZ GRAFF (TRECHO II)  
Divisa dos Bairros Vila Nova e Indústria Sul  
Área: 11.411,95 m²

1.1.2 – RUA ILDEFONSO GROSSL  
Divisa dos Bairros Vila Nova e Alegre  
Área: 3.052,94 m²

**1.2 – O valor global MÁXIMO admitido para contratação é de R\$ 2.301.560,89 (dois milhões, trezentos e um mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e nove centavos).**



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

1.3 - O contrato e ordem de serviço com a vencedora da licitação só serão assinados após a assinatura do contrato do financiamento FINISA, celebrado entre o município de Rio Negrinho e a Caixa Econômica Federal

### 2.0 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar da presente Licitação somente empresas:

a) Cadastradas em qualquer órgão público ou que venham a se cadastrar na Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, dentro do prazo previsto no item 3.3 do presente Edital ou ainda em outro órgão público;

b) que satisfaçam às condições deste Edital e apresentem os documentos de habilitação e da proposta, em envelopes distintos, sendo: ENVELOPE I – Documentação e ENVELOPE II – Proposta de Preços, no local, data e horário indicados neste Edital.

c) que não estejam enquadradas nos impedimentos previstos no Artigo 9º da Lei Federal 8.666/93 de 21 de Junho de 1993.

2.2 – A participação na licitação importa total e restrita submissão dos proponentes às condições deste Edital e seus anexos.

2.3 – Cada licitante poderá apresentar-se com um representante legal, que após ser credenciado, será único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada;

2.4 – A manifestação durante as fases do certame será permitida apenas a participantes que tenham efetuado o credenciamento prévio, na forma do item 2.5 e 2.5.1 deste edital.

2.5 – O credenciamento far-se-á, por meio do Termo de Credenciamento acompanhado do Contrato Social ou documento equivalente, conforme Modelo IV deste edital ou de instrumento público de procuração ou instrumento particular de procuração com firma reconhecida, com poderes para assinar propostas, formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, titular, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social ou Declaração de Firma Individual ou Requerimento de Empresário, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos de assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.5.1 – O credenciamento será entregue à Comissão Permanente de Licitações antes da abertura da sessão de abertura de envelopes e fora do envelope de habilitação.

### 3.0 - DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 – Poderão participar da presente Licitação, quaisquer empresas do ramo, desde que apresentem os documentos a seguir descritos, em original, por qualquer processo de cópia previamente autenticada por cartório ou servidor designado pela Administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis); em única via:

#### 3.1.1 Habilitação Jurídica (art.28)

##### Para Microempreendedores Individuais – MEI

a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

##### Para Empresas Individuais:

a) Declaração de Firma Individual ou Requerimento de Empresário Individual registrado na Junta Comercial do Estado sede da proponente.

##### Para Sociedades por Quotas de Responsabilidade:

a) Contrato Social e última Alteração contratual, registrados na Junta Comercial do Estado sede da proponente.

##### Para Sociedades Anônimas:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

- a) Ato Constitutivo, Estatutos em vigor e Ata da Eleição da atual Diretoria, registrada e/ou publicados.  
**Obs.: Caso um dos documentos acima tenha sido apresentado no credenciamento (subitens 2.5 e 2.5.1), fica DISPENSADA sua inserção no envelope de Habilitação.**

**3.1.2 Habilitação Fiscal (art.29)**

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF.

- b) Certidão Conjunta Negativa Quanto a Dívida Ativa da União e de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Previdenciários, administrados pela Secretaria da Receita Federal.

- c) Certidão Negativa Estadual (do Estado sede da proponente);

- d) Certidão Negativa Municipal (do município sede da proponente) e, caso a licitante possua filial estabelecida no Município de Rio Negrinho, deverá apresentar também a Negativa Municipal da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho.

- e) Certidão Negativa de Débito do "FGTS"

- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

**3.1.3 Qualificação Técnica (art.30)**

- a) Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU do Estado da sede da proponente, através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica.

- b) Registro do profissional responsável técnico da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU do Estado da Sede da proponente, através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Física.

- c) Comprovação de capacidade técnico-operacional através de Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, comprovando que a empresa proponente já executou obras ou serviços de complexidade equivalente ou superior ao objeto da licitação, no mínimo de 50% (cinquenta por cento) da quantidade total prevista nas planilhas orçamentárias/quantitativas, dos itens de maior relevância conforme indicado abaixo, ou seja, que atenda as quantidades mínimas descritas a seguir:

**- Concreto Betuminoso Usinado a Quente com Borracha – 361,62 m³.**

- d) Certidão de Acervo Técnico específico (Documento emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU que transcreve as experiências do profissional das anotações de responsabilidade técnicas compatíveis com o objeto da licitação.

- e) Comprovação de vínculo do profissional detentor do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica e da(s) Certidões de Acervo Técnico (CAT) com a empresa licitante se dará através da apresentação de um dos seguintes documentos:

- Contrato Social da Empresa

- Certidão de Pessoa Jurídica e/ou **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica**, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU referente a atribuição de **Cargo e Função**;

- **Ficha de Registro de Empregados**, autenticada junto a Delegacia Regional do Trabalho – DRT, ou **cópia da Carteira de Trabalho**, ou **Contrato de Prestação dos Serviços** contendo as respectivas anotações do contrato de trabalho.

**3.1.4 Qualificação Econômica: (art.31)**

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.

**Observação importante:** Considerando a implantação do sistema Eproc no Poder Judiciário, quando a Certidão “Cível” e “Falência, Concordata e Recuperação Judicial” possuir a seguinte observação: “ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

registros cadastrados no sistema Eproc..." deverão ser solicitadas tanto no sistema eproc, quanto do SAJ e apresentadas conjuntamente.

b) Comprovante de prestação de Garantia de 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, conforme inciso III do artigo 31 da Lei 8.666/93, substanciada através de Caução em dinheiro, provado por cópia autenticada ou original do comprovante de depósito efetuado em conta específica entre a empresa e a Prefeitura, ou Títulos da Dívida Pública, devendo estes ter sido emitidos sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda ou Seguro Garantia, ou Fiança Bancária, que poderão ser retirados após o julgamento das propostas e conclusão ou julgamento da presente licitação. A garantia, através de caução em dinheiro, deverá ser prestada em horário bancário, até o último dia útil anterior à data de abertura da licitação.

b-1) - A garantia deve ter prazo mínimo de 60 (sessenta) dias contados da sua efetivação e serão devolvidas às Licitantes na data da adjudicação do objeto da Licitação, exceto à Licitante à qual for adjudicado o objeto da licitação, a qual será devolvida na data da celebração do contrato de execução

b-2) - Se a empresa optar por Título da Dívida Pública, Fiança Bancária ou Seguro Garantia, a mesma deverá ser colocada no envelope documentação, não sendo necessário caucionar antes na Prefeitura.

**b-3) - Se a empresa optar por depósito bancário deverá efetuar com identificação da empresa junto ao Banco do Brasil – Agência 1394-3 - Conta Corrente nº 171714-6 da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho até o anterior à data de abertura das propostas, durante o horário de atendimento bancário.**

### **3.1.5 Documentação Complementar:**

a) Certificado de Registro Cadastral (CRC) da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, ou de qualquer outro órgão público (em vigor).

b) Declaração de visita, assinada pelo Representante Legal da empresa afirmando que visitou o local das obras, e de que tomou conhecimento de todos os serviços a serem realizados e de que conhece as condições do terreno onde serão executadas as obras, isentando o Município de qualquer responsabilidade por eventuais erros na composição da proposta de preços ou pela falta de informações, sendo este motivo não reconhecido para solicitação futura de reequilíbrio contratual em caso de contratação.

c) Declaração da proponente, sob as penas da Lei, de que atende ao inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93, sendo que este se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7 da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos perigosos e insalubres e de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

d) Declaração de superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme Modelo I.

e) Declaração expressa de que se sujeita às normas do presente edital em todas as fases da licitação, conforme Modelo II.

f) Declaração de que a licitante não possui débitos com o Município de Rio Negrinho, conforme Modelo III deste edital. (Exigência obrigatória somente para as licitantes não sediadas no município de Rio Negrinho).

g) Declaração em atendimento à vedação disposta no Art. 18, XII, da Lei 13.408/2016, conforme Modelo V deste edital, de que entre os sócios dirigentes e responsáveis técnicos, não há servidor desta Prefeitura.

### **3.1.6 Participação de MEI, ME e EPP**

- Poderão participar deste certame pessoas jurídicas sob a condição de Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Para usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, as empresas deverão apresentar, na fase de credenciamento, a Certidão expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura da licitação, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, comprovando a condição de ME ou EPP.

– A certidão acima é dispensada no caso de MEI – Microempreendedor Individual.



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

- As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta esteja vencida ou apresente alguma restrição.

3.2 – A Comissão de Licitação poderá fazer consulta ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela INTERNET, ficando as licitantes somente neste caso, dispensadas de autenticá-las;

3.3 – Se a licitante optar por apresentar o Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, constante da letra "a" do item 3.1, deverá efetuar a inscrição até o dia 25/11/2019, no Departamento de Suprimentos, apresentando para isto a documentação, cuja relação está disponível no site [www.rionegrinho.sc.gov.br](http://www.rionegrinho.sc.gov.br) – “link licitações”.

3.4 – Para os documentos sem prazo de validade especificado no corpo do mesmo, será considerada a validade de 180 dias, exceto para aqueles cuja renovação seja impossível ou não seja exigida;

3.5 – As licitantes que não apresentarem em forma legal e em perfeitas condições a documentação exigida neste item serão consideradas inabilitadas e excluídas das fases subsequentes da Licitação, sem direito a qualquer reclamação ou indenização;

3.6 – Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação perante a Administração a licitante que os tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.7 – A impugnação de que trata o item acima, se houver, deverá ser apresentada de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 41 da Lei 8.666/93;

3.7.1 - Não serão acolhidas as impugnações apresentadas *por e-mail* ou fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

3.7.2 - As impugnações deverão ser protocoladas no Depto. de Protocolos junto à Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, durante o horário de expediente.

3.8 – Os documentos exigidos deverão ser acondicionados e apresentados envelope lacrado e/ou fechado, devendo o mesmo ser timbrado ou identificado com os dados da Licitante (razão social, endereço, etc.) e a expressão "DOCUMENTOS", devendo ser entregue juntamente com a proposta até o dia, horário e local em que se acha aberto.

3.9 - É reservado à Comissão de Licitação o direito de exigir a apresentação dos documentos originais, caso julgue necessário.

### 4.0 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 – No envelope II, a PROPOSTA DE PREÇOS, deverá ser apresentada no original ou em fotocópia autenticada, legível, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, em língua portuguesa, em papel timbrado ou identificado com o carimbo padronizado do (CNPJ) da licitante, indicando o número deste Edital, bem como, datada e assinada pelo representante legal da empresa, especificando claramente:

a) **Carta-Proposta** contendo o **valor global da proposta, sendo respeitado o valor máximo estabelecido**, em moeda corrente do país (R\$), fixo e irrevogável; contendo também **condições de pagamento; prazo de execução; prazo de validade da proposta**. O valor máximo admitido para a proposta consta no item 1.2 do objeto da presente licitação. **Para facilitar a elaboração da proposta poderá ser utilizado o modelo VI deste edital** e à esta deverão ser anexados os demais documentos exigidos (planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, BDI, etc).

b) Quadros de Quantidades e Custos da licitante, preenchidos e assinados pelo representante legal da licitante, em conformidade com os modelos das planilhas fornecidas com o edital.

c) Cronogramas físico-financeiro da obra, preenchido em conformidade com o prazo de execução e as condições de pagamento.

d) Prazo de execução: 06 (seis) meses;



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

e) Condições de pagamento: 06 (seis) parcelas, de acordo com as etapas executadas, os cronogramas físico-financeiros da obra e cronograma de desembolso da Caixa Econômica Federal.

e-1) A liberação dos pagamentos fica condicionada à comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas da empresa principalmente o pagamento de salários, recolhimento do FGTS e da contribuição previdenciária dos trabalhadores. A última parcela somente será liberada mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos do INSS referente a obra.

e-2) A licitante contratada deverá apresentar, ao servidor e/ou comissão designada para fiscalização da obra, a matrícula da mesma no cadastro específico do INSS – CEI, em no máximo 30 (trinta) dias após a data de assinatura da ordem de serviço.

f) Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias da abertura, sendo este o prazo considerado em caso de omissão;

g) A proponente deverá informar o percentual BDI da obra.

h) O faturamento deverá ser global, por item, da Licitante direto à Prefeitura, não se admitindo a subcontratação.

**i) A proposta deverá conter, também, o valor total da mão de obra e do material a serem aplicados em cada item da proposta.**

**4.3 - Conforme dispõe os itens 31 e 33 do anexo I da Tabela para cobrança de Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, especificados na Lei Municipal 736 de 7/12/1994, ficam as empresas que contratarem com a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, obrigadas a recolher o ISSQN sobre o valor total da obra contratada (material e mão de obra), exceto para o fornecimento de materiais produzidos pelo prestador de serviços, os quais ficam sujeitos ao ICMS.**

4.4 - A proposta uma vez aberta é irrevogável e irrenunciável, e à licitante inadimplente serão aplicadas as penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, respeitando o disposto no seu artigo 43, parágrafo 6º.

4.5 – Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital;

4.6 - A proposta de preços deverá ser acondicionada e apresentada em envelope lacrado e/ou fechado, devendo o mesmo ser timbrado ou identificado com os dados da Licitante (razão social, endereço, etc.) e a expressão PROPOSTA, devendo ser entregue juntamente com a documentação até o dia, horário e local estabelecidos.

4.7 - Serão excluídas as propostas apresentadas em desacordo com o disposto no presente Edital.

### **5.0 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS**

5.1 – No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a Comissão Permanente de Licitações, em sessão pública, processará a análise e julgamento dos documentos e propostas de preços da seguinte forma:

5.2 – Serão abertos primeiramente os envelopes contendo a documentação de habilitação, sendo os mesmos rubricados pelos presentes a todas as folhas da documentação;

5.3 - Caso a Comissão julgue conveniente, a seu critério, poderá suspender a reunião, afim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data ou horário em que voltará a se reunir com os interessados, ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação;

5.4 - Ocorrendo o caso previsto no item 5.3 a Comissão e participantes deverão rubricar os envelopes das propostas devidamente lacrados, que ficarão em poder da Comissão, até julgada a fase de habilitação;



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

5.5 - O não comparecimento de qualquer um dos participantes às novas reuniões marcadas, não impedirá que se realizem;

5.6 - Do resultado da habilitação caberá recurso ou desistência na forma da Lei.

5.7 – Da reunião para recebimento e abertura dos documentos de habilitação e proposta serão lavradas Atas circunstanciadas e distintas que mencionarão todas as licitantes, os documentos e as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas, bem como as demais ocorrências que interessem ao julgamento da Licitação, cujas Atas, serão assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e por todos os representantes das Licitantes presentes;

5.7.1 – Não serão levadas em consideração as declarações feitas posteriormente;

5.8 – Não havendo licitante inabilitada ou se todas as inabilitadas manifestarem desistência, expressamente, em interpor recurso, intenção essa que deverá constar na Ata assinada por todas as licitantes presentes, proceder-se-á a imediata abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas habilitadas, sendo as mesmas rubricadas folha por folha por todos os representantes, na presença da Comissão Permanente de Licitação, que, igualmente, as rubricará.

5.9 – O não comparecimento da licitante ao ato de abertura da proposta ou falta de sua assinatura na respectiva Ata, implicará em aceitação das decisões da Comissão Permanente de Licitação.

5.10 - Decidida a fase de habilitação, somente serão abertos os envelopes contendo as propostas dos concorrentes declarados habilitados.

5.11 - As propostas dos concorrentes não habilitados permanecerão em poder da Comissão, com os envelopes devidamente lacrados, até a homologação da licitação.

5.12 - Abertos os envelopes das propostas, serão as mesmas rubricadas pela Comissão e por um representante de cada concorrente presente, à todas as folhas da proposta.

5.13 - Caso a Comissão julgue necessário, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião, afim de que tenha melhores condições de apreciar as propostas, marcando, na oportunidade, nova data e/ou horário em que voltará a reunir-se publicamente para apresentação do resultado do julgamento das propostas.

### 6.0 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO

6.1 – Será considerada vencedora, a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital e seus Anexos, e conceder o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6.1.1 - Atendidas as condições de julgamento, a adjudicação será feita a uma única empresa.

6.2 – Serão desclassificadas as propostas que não atendam às especificações e às exigências contidas neste Edital ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.3 – No caso de todos os licitantes serem inabilitados ou todas as propostas desclassificadas, a Comissão poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de novas ofertas, respeitando o disposto no parágrafo 3º do artigo 48 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

6.4 – No caso de absoluta igualdade de condições entre 2 (duas) ou mais propostas e preços, a decisão será por sorteio, em ato público, na presença das licitantes interessadas, obedecido o parágrafo 2º do Artigo 3º e parágrafo 2º do Artigo 45 da Lei 8.666/93;.

6.5 – Caberá a Comissão Permanente de Licitação proceder ao julgamento da presente Licitação, submetendo o seu resultado a consideração do Prefeito Municipal, com vistas a homologação da adjudicação.

6.6 – A Administração, até a assinatura do “Termo de Contrato”, ou a qualquer tempo, poderá desclassificar a licitante vencedora, mediante despacho fundamentado, sem que caiba direitos a indenização ou



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso tenha conhecimento de qualquer circunstância anterior ou posterior ao julgamento da Licitação, que desabone sua idoneidade financeira, técnica ou administrativa;

6.7 – A decisão da Comissão Permanente de Licitação somente será considerada definitiva, após a homologação realizada pelo Prefeito Municipal.

6.8 - Em caso de desistência da primeira classificada, antes ou após a adjudicação, A Comissão Julgadora poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para substituí-la nas mesmas condições estabelecidas, inclusive quanto aos preços ou revogar a Licitação.

6.9 – Poderão também ser desclassificadas quaisquer propostas por critério de ordem técnica, administrativa ou jurídica, devidamente fundamentado sempre ao amparo do disposto nas leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

### 7.0 DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1 – Se a participante do certame for microempreendedor individual, empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, a documentação de regularidade fiscal poderá ser apresentada após ser declarada a vencedora, ou seja, para a homologação e posterior elaboração de contrato, conforme estabelece a Lei complementar nº 123/2006.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor de certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas e positivas, com efeito, de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2 – Nas Licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas de pequeno porte.

a) Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10 % (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.3 – Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. Para exercer esse direito, a beneficiária deverá contar com representante presente à seção de abertura e julgamento das propostas.

b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

d) Na hipótese da não contratação, nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

### 8.0 - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

8.1 - De conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993, a licitante adjudicada que descumprir as condições previstas neste Edital de Licitação, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

8.1.1 – Advertência Escrita;

8.1.2 – Multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor global da proposta, para o caso de ocorrer desistência da mesma, bem como recusa injustificada ou desinteresse na assinatura do contrato.

8.1.3 – No caso de atraso ou negligência na prestação dos serviços, será aplicada multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) calculado sobre o valor global do contrato, até o 30º (trigésimo) dia.

8.1.4 – Multa de 30% ao mês sobre o valor do global no caso de atraso ou paralisação superior a trinta dias dos serviços.

8.2 – Em caso de inexecução parcial ou total do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

8.2.1 – Multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

8.2.2 – Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 2 (dois) anos;

8.2.3 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

8.3 – Os valores das multas poderão ser descontados da caução contratual ou, caso ultrapassem o valor retido, de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, não se efetuando qualquer pagamento de fatura, enquanto referida multa não houver sido paga ou relevada a penalidade aplicada ou ainda, cobradas judicialmente.

8.4 – Não serão aplicadas as multas decorrentes de “casos fortuitos” ou “força maior”, devidamente comprovados.

### 9.0 - DA CAUÇÃO

9.1 - A Proponente vencedora da Licitação, na qualidade de CONTRATADA, prestará garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado no primeiro dia posterior ao da assinatura do contrato, junto ao Departamento de Tesouraria da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, comprovadamente em uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança-bancária, de acordo com o Artigo 56 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

9.2 - O valor da garantia contratual, só será restituído à CONTRATADA depois de liquidados os compromissos que assume neste contrato e obtido o Termo de Recebimento Definitivo.

**9.3 – A garantia, independentemente da modalidade escolhida, deverá ter validade até a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da Obra. Caso haja aditamento de prazo de vigência contratual, a garantia deverá, obrigatoriamente, ser estendida até o recebimento definitivo do objeto do contrato, sob pena de aplicação de penalidade por descumprimento do contrato.**

9.4 - A caução será liberada em até 15 (quinze) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra, juntamente com os rendimentos correspondentes.

9.5 - A CONTRATADA estará sujeita a perda da caução, se na execução do objeto, descumprir o contrato.





## ESTADO DE SANTA CATARINA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

9.6 - Na hipótese de a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer compromisso fica o Município de Rio Negrinho, autorizado a sacar em seu favor, total ou parcialmente, os valores depositados a título de caução.

### 10.0 – DOS RECURSOS

10.1. – Dos atos praticados pela Administração decorrentes da presente licitação, cabem:

10.1.1. – Recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação da licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;
- e) rescisão do contrato.

10.1.2. – Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

10.2. – A intimação dos atos referidos no subitem 10.1.1. alíneas “a” e “b”, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e anulação ou revogação, será feita mediante publicação no mural da Prefeitura Municipal, salvo nos casos previstos nas alíneas “a” e “b”, se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotado a decisão, que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados, mencionando-se o fato na respectiva Ata;

10.3. – Os recursos previstos nas alíneas “a” e “b” do subitem 10.1.1. terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente razões de interesse público, atribuir aos demais eficácia suspensiva;

10.4. – Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

10.5. – Os recursos deverão ser propostos por escrito e dirigidos ao Prefeito Municipal, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado a autoridade superior, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade;

10.6. – É vedada a licitante a utilização de recurso ou de impugnações como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da licitação. Identificado tal comportamento, poderá a Comissão Permanente de Licitação arquivar sumariamente os expedientes ou, se for o caso, propor a aplicação ao autor das sanções cabíveis;

10.7. – Os recursos interpostos fora do prazo legal, não serão levados em consideração.

### 11.0 – DO CONTRATO E DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

11.1 – Será firmado contrato, minuta anexa, que constitui parte integrante do presente Edital, cujas cláusulas e condições são reguladas pela Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações decorrentes da Lei 8.883, de 8 de junho de 1994.

11.2 – Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base para o julgamento da Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, independentemente de transcrição;

11.3 – O Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, convocará a licitante vencedora para assinar o “Termo de Contrato”, no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a contar do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93;





## **ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

11.4 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o “Termo de Contrato”, conforme estabelecido no subitem anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades a que se refere a Lei 8.666/93;

11.5 – É facultada a Administração, quando o convocado não assumir o “Termo de Contrato” no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação independente da cominação prevista no artigo 81, da Lei 8.666/93;

11.6 – O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que seja apresentado motivo devidamente justificado;

11.7 – Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com o Município de Rio Negrinho, o adjudicatário que, nos termos do parágrafo 3º do Art. 195 da Constituição Federal, comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa de Débito – CND e do CRF/FGTS, em vigor.

11.8 – As obrigações contratuais são as descritas nas respectivas cláusulas da minuta contratual anexa, que independentemente de transcrição fazem parte deste Edital.

### **12.0 – DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelos art. 58, inciso II, e art. 77 a 80, seus parágrafos e inciso da Lei 8.666/93.

12.2 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

### **13.0 – DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

13.1 – Por razões de interesse público, ou em decorrência de fato superveniente, a Administração poderá revogar ou anular a presente licitação, sem que tal ato possa gerar obrigação de indenização, ressalvando o disposto no parágrafo único, do artigo 59, da Lei 8.666/93;

13.2 – A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59, da Lei 8.666/93;

13.3 – No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **14 – DAS DESPESAS**

14.1 – Para cobertura das despesas da licitação serão utilizados recursos da dotação: 697/11.01.01.134.0026.0782.011.4.4.90.00.00.00.00 – Pavimentação de Vias e Passeios, do orçamento vigente, do Departamento Rodoviário da Secretaria de Infraestrutura.

### **15.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1 – O Município de Rio Negrinho poderá tolerar o não cumprimento de alguma exigência de caráter eminentemente burocrático, descrito no presente edital, desde que tal tolerância venha em defesa dos interesses do Município e não se constitua num desvio substancial da proposta.

15.2 – Nenhuma indenização será devida as licitantes em razão da elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

15.3 – A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando-se a licitante as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei 8.666/93;



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

15.4 – A apresentação da proposta de preços será considerada como evidência de que a Licitante examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, e obteve informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la, e considerou que os elementos desta licitação lhe permitam a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

15.5 – A licitante vencedora assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que por ventura venham a incidir sobre o objeto do presente Edital.

15.6 – A licitante vencedora deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável pela execução da obra junto ao CREA/SC ou RRT (CAU) em, no máximo, 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

15.7 – O Município de Rio Negrinho efetuará a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo em nome da Licitante CONTRATADA, em conformidade com as disposições contidas na OS/INSS/DAF nº 209/99.

15.8 – Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões de que trata o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

15.9 – No caso de necessidade de alteração deste Edital, antes do dia e hora marcados para abertura das propostas, poderá ocorrer prorrogação, respeitando-se o número de dias decorridos a partir do último aviso publicado e utilizando-se dos meios anteriormente adotados para a nova divulgação.

15.10 – É facultada a Comissão Permanente de Licitação em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

15.11 – A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente Licitação.

**15.12 – Caso as licitantes queiram autenticar os documentos através de Servidor designado pela Administração Municipal, deverão apresentar as fotocópias e originais dos mesmos, com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência da entrega dos envelopes, ficando o servidor desobrigado da autenticação dos documentos após este prazo.**

15.13 – Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, reservando-se ainda ao Município de Rio Negrinho, o direito de revogar no todo ou em parte o presente Edital, sem que dessa sua decisão possa resultar, em qualquer caso, reclamação ou indenização por parte das licitantes.

15.14 - Os interessados poderão obter cópia do presente edital e minuta do contrato no link <http://rionegrinho.atende.net> em "licitações" – "edital" e dos anexos (memorial descritivo, quantitativo, cronogramas e projetos) em "anexos". Demais informações poderão ser obtidas pelo fone 047-3646.3636/3646-3648 ou diretamente no Departamento de Suprimentos junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, durante o horário de expediente da prefeitura.

E para que ninguém possa alegar ignorância é o presente edital afixado no Mural da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial dos Municípios, Jornal A Notícia e no site [www.rionegrinho.sc.gov.br](http://www.rionegrinho.sc.gov.br).

Rio Negrinho, 1º de novembro de 2019.

JULIO CESAR RONCONI  
Prefeito Municipal

WAGNER ALBUQUERQUE  
OAB/SC 31433 - Consultor Jurídico



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

(PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019 - MODELO I)

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

DECLARAMOS, para todos os fins de direito do Processo Licitatório nº 111/2019, que a empresa \_\_\_\_\_, não foi declarada inidônea em nenhum órgão público Federal, Estadual ou Municipal, não existindo nenhum fato superveniente impeditivo de participação em Licitações nos termos do artigo 32 parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Data/Local:

Nome/Assinatura:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

(PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019 - MODELO II)

**D E C L A R A Ç ã O**

O signatário da presente, em nome da empresa \_\_\_\_\_, DECLARA concordar com os termos do Processo Licitatório nº 111/2019, dos respectivos documentos, e que a empresa acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pela Prefeitura, quanto à habilitação, apenas dos proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de proceder à entrega do objeto, tudo de acordo com os trabalhos da Comissão de Julgamento. Concorde também com o prosseguimento do certame somente com as empresas habilitadas, não havendo intenção de recorrer contra essas habilitações. DECLARA também, total concordância com a decisão que venha a ser tomada quanto à adjudicação e homologação do objeto do presente Edital, tudo de acordo com os trabalhos da Comissão de Julgamento.

DATA/LOCAL:

NOME/ASSINATURA:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

(PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019 - MODELO III)

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS COM O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data, inexistem débitos com a Fazenda do Município de Rio Negrinho, relativos a tributos municipais.

Data/Local:

Nome/Assinatura:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

(PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019 - MODELO IV)

**MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

A empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, CREDENCIA o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ (cargo), portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, para representá-la perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO, na Licitação realizada sob a modalidade de Tomada de Preços nº 111/2019, podendo praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases do procedimento licitatório em questão.

(localidade) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_  
(Representante Legal)

\_\_\_\_\_  
RG

\_\_\_\_\_  
CARGO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019**

**MODELO V**

(Papel timbrado da licitante)

**DECLARAÇÃO LEI 13.408/2016**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_\_**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, sediada à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ bairro \_\_\_\_\_, (cidade) \_\_\_\_\_, **DECLARA** que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no Art. 18, XII, da Lei 13.408/2016.

\_\_\_\_\_, ( ), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa  
Nome do proprietário ou sócio responsável





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019 – TOMADA DE PREÇOS**  
**MODELO VI - PROPOSTA**

À Prefeitura Municipal de Rio Negrinho

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta para execução do objeto do Edital de Tomada de Preços nº 111/2019, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MATERIAIS	VALOR MÃO DE OBRA	VALOR TOTAL
1.1.1	Execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA LUIZ GRAFF (TRECHO II), localizada na divisa entre os Bairros Vila Nova e Industrial Sul, em Rio Negrinho/SC com extensão a ser pavimentada de 11.411,95 m², contemplando os serviços de limpeza de terreno, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e serviços complementares, através do financiamento FINISA.			
1.1.2	Execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ILDEFONSO GROSSL, localizada na divisa entre os Bairros Vila Nova e Alegre, em Rio Negrinho/SC com extensão a ser pavimentada de 3.052,94 m², contemplando os serviços de limpeza de terreno, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e serviços complementares, através do financiamento FINISA.			

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$. (extenso)**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

**RAZÃO SOCIAL:**

**CNPJ:**

**REPRESENTANTE LEGAL E CARGO:**

**CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

**E-MAIL:**

**BANCO, AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA**

**2. CONDIÇÕES GERAIS:**

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura da licitação.

Condições de Pagamento: 06 (seis) parcelas, de acordo com o cronograma físico-financeiro e cronograma de desembolso da Caixa Econômica Federal.

Prazo de Execução: 06 (seis) meses.

**2.1.-** A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**2.2 -** Declaro para fins de participação na Tomada de Preços nº 111/2019 – Objeto: execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS LUIZ GRAFF (TRECHO II) E ILDEFONSO GROSSL, localizadas nas divisas entre os Bairros Vila Nova, Alegre e Industrial Sul, em Rio Negrinho/SC, conforme memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos, que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, embalagens, transporte e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da presente Licitação.

Declaro também, que a licitante proponente se compromete a conceder as garantias legais, a



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

cumprir as quantidades e prazo de entrega constantes do edital.

**3. ANEXOS DE PROPOSTA:**

Em anexo, apresentamos **as planilhas orçamentárias** devidamente **preenchidas e assinadas**, contendo os valores correspondentes à proposta em epígrafe, bem como os **cronogramas físico-financeiros** e percentual adotado de **BDI**.

LOCAL E DATA  
assinatura e carimbo do proponente



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019 TOMADA DE PREÇOS MINUTA DO CONTRATO

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, com endereço na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.756/0001-79, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. Julio Cesar Ronconi, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a empresa ....., com sede na ....., Bairro..... na cidade de ....., registrada no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada por seu ..... Sr. .... inscrito no CPF sob o nº....., doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório modalidade Tomada de Preços nº 111/2019, homologado em .... de..... de 2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666 de 21/06/93, ao edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato consiste na execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS LUIZ GRAFF (TRECHO II) E ILDEFONSO GROSSL, localizadas nas divisas entre os Bairros Vila Nova, Alegre e Industrial Sul, em Rio Negrinho/SC com extensão total a ser pavimentada de 1.344,42 metros lineares, contemplando os serviços de limpeza de terreno, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e serviços complementares, conforme memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos anexos ao Edital de Tomada de Preços nº 111/2019, de acordo com as informações abaixo:

##### 1.1.1 - RUA LUIZ GRAFF (TRECHO II)

Divisa dos Bairros Vila Nova e Industria Sul

Área: 11.411,95 m²

##### 1.1.2 – RUA ILDEFONSO GROSSL

Divisa dos Bairros Vila Nova e Alegre

Área: 3.052,94 m²

1.2 – A obra será executada com recursos oriundos do financiamento FINISA, através de contrato celebrado entre o Município de Rio Negrinho e a Caixa Econômica Federal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2. - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Normas e Especificações da ABNT, proposta da CONTRATADA, Processo Licitatório nº 111/2019, memoriais descritivos, orçamentos, quantitativos, projetos e especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3. - O objeto do presente contrato será realizado sob a forma de empreitada global.

3.1 – Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**3.2 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.**

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço global do objeto é de R\$ ..... (.....), compreendendo: mão de obra R\$ ..... (.....), e materiais aplicados R\$ ..... (.....).

4.2 – O pagamento será efetuado de acordo com as etapas executadas, o cronograma físico-financeiro da obra e o cronograma de desembolso do convênio, mediante termo de vistoria dos serviços, elaborado por profissional designado.

4.3 – As notas fiscais deverão ser emitidas em separado para cada item do contrato tendo em vista tratem-se de convênios distintos.



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

4.4 - A liberação dos pagamentos fica condicionada à comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas da empresa principalmente o pagamento de salários, recolhimento do FGTS e da contribuição previdenciária dos trabalhadores. A última parcela somente será liberada mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos do INSS referente a obra.

4.5 - A CONTRATANTE efetuará a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo em nome da CONTRATADA, em conformidade com as disposições contidas na OS/INSS/DAF nº 209/99.

**4.6 - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a solicitação de vistoria, livro-registro de empregados, relação de folha de pagamento dos empregados da obra e o devido recolhimento do INSS (guia GRPS), cuja relação, deverá coincidir com a do relatório de visita à obra conforme disposto no item 9.2 da cláusula nona do presente contrato, sendo vinculada a condição de pagamento da parcela objeto de medição.**

**4.6.1 - Em caso da CONTRATADA utilizar-se de profissionais autônomos para realização de algumas tarefas, deverá apresentar também o respectivo alvará desses, e o contrato específico.**

**4.7 - Conforme dispõe a Tabela para cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, especificados na Lei Municipal 736 de 7/12/1994, ficam as empresas que contratarem com a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho obrigadas a recolher o ISSQN sobre o total da obra contratada (material e mão de obra), exceto para o fornecimento de materiais produzidos pelo prestador de serviços, os quais ficam sujeitos ao ICMS.**

4.8 - O pagamento ocorrerá conforme medições e cronograma de desembolso, mediante apresentação das Notas Fiscais devidamente acompanhadas do termo de vistoria, mediante depósito em conta corrente da empresa.

4.9 - As vistorias serão elaboradas com base nas etapas constantes no cronograma físico financeiro da obra.

4.10 - A parcela fonte da obra considerada incompleta, defeituosa ou fora das especificações do projeto, assim como das normas técnicas, não será objeto de vistoria;

4.11 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.12 - É vedada à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas, de acordo com o parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO**

5.1 - O custo apresentado caracterizando o preço global para a execução do objeto será fixo e irrevogável.

### **CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

6.1 - O prazo de vigência do presente contrato inicia-se na data de sua assinatura para vigorar até 31 de julho de 2020.

6.2 - O prazo de execução da obra é de 06 (seis) meses a contar da data da assinatura da ordem de serviço.

6.3 - A vistoria se dará a cada 30 (trinta) dias do início da obra.

6.4 - Concluída a obra, em até 5 (cinco) dias, após a comunicação escrita da CONTRATADA, será firmado pelas partes o termo de recebimento provisório.

6.5 - O recebimento definitivo ocorrerá, no prazo de até 90 (noventa) dias, após a comprovação de que o objeto foi executado na forma estipulada neste contrato e constatação de que a CONTRATADA cumpriu o disposto na cláusula segunda, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS**

7.1 - Para cobertura das despesas da licitação serão utilizados recursos da dotação 697/11.01.01.134.4.4.90.00.00.00.00 - Pavimentação de Vias e Passeios, do orçamento vigente, do Departamento Rodoviário da Secretaria de Infraestrutura.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

8.1 - A CONTRATADA, prestará garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no valor de R\$ ....., correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado no primeiro dia posterior ao da assinatura do contrato, junto ao Departamento de Tesouraria da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, comprovadamente em uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança-bancária, de acordo com o Artigo 56 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

8.2 - O valor da garantia contratual, só será restituído à CONTRATADA depois de liquidados os compromissos que assume neste contrato e obtido o Termo de Recebimento Definitivo.

**8.3 – A garantia, independentemente da modalidade escolhida, deverá ter validade até a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da Obra. Caso haja aditamento de prazo de vigência contratual, a garantia deverá, obrigatoriamente, ser estendida até o recebimento definitivo do objeto do contrato, sob pena de aplicação de penalidade por descumprimento do contrato.**

8.4 - A caução será liberada em até 15 (quinze) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra, juntamente com os rendimentos correspondentes.

8.5 - A CONTRATADA estará sujeita a perda da caução, se na execução do objeto, descumprir o contrato.

8.6 - Na hipótese de a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer compromisso fica o Município de Rio Negrinho, autorizado a sacar em seu favor, total ou parcialmente, os valores depositados a título de caução.

### **CLÁUSULA NONA - DOS EMPREGADOS DA CONTRATADA E DAS NORMAS DE SEGURANÇA**

**9.1 – A CONTRATANTE realizará visitas ao local da obra, relacionando os funcionários que lá encontrar trabalhando, para efeitos das obrigações constantes do item 4.3 da cláusula Quarta, que se não cumpridas implicarão também na rescisão do presente.**

9.2 - As multas ou outras penalidades impostas à CONTRATADA pela Delegacia Regional do Trabalho deverão ser pagas pela mesma.

9.3 - Atrasos no andamento dos serviços, decorrentes de penalidades impostas por infração, não serão considerados, em hipótese alguma, motivo de força maior.

9.4 - A CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer empregado cuja atuação ou permanência no serviço prejudique a execução do objeto, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigada a declarar os motivos desta decisão.

9.5 - A CONTRATADA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado no objeto de que trata este Contrato, a legislação pertinente, especialmente, quanto às obrigações previdenciárias e trabalhistas e de segurança.

9.6 - É de total responsabilidade da CONTRATADA a observância das normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, que deverão estar em efetivo funcionamento, durante a execução do objeto deste contrato. Dentre elas:

9.6.1 – A realização da Análise Prévia de Risco – AR e, quando aplicável, a emissão de Permissão de Trabalho – PT;

9.6.2 – O desenvolvimento de procedimento operacional para atividades rotineiras de trabalho em altura;

9.6.3 – O acompanhamento do cumprimento das medidas expedidas pelo Ministério do Trabalho pelo setor responsável do município Compromissário;

9.6.4 – A garantia aos trabalhadores de informações atualizadas sobre os riscos e medidas de controle adotadas;

9.6.5 – A garantia de que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas na Norma Regulamentadora 35 do Ministério do Trabalho;

9.6.6 – A garantia de suspensão imediata dos trabalhos em altura quando verificada situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização não seja possível;

9.6.7 – O estabelecimento de uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;

9.6.8 – Assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, de acordo com as peculiaridades da atividade, conforme definido na análise prévia de riscos;

9.6.9 – Não permitir a execução de trabalho em altura por servidor ou trabalhador contratado por empresa interposta que não comprove capacitação na forma do item 35.3 e subitens na Norma Regulamentadora 35 do Ministério do Trabalho;

9.6.10 – Não permitir a execução de trabalho em altura por servidor ou trabalhador contratado por empresa interposta que não comprove aptidão para o trabalho em atestado de saúde ocupacional, após avaliação médica, na forma do item 35.4.1.1. da Norma Regulamentadora 35 do Ministério do Trabalho;

9.6.11 – Não permitir a execução de trabalho em altura por servidor ou trabalhador contratado por empresa interposta sem a utilização de equipamentos de proteção individual, acessórios e sistemas de ancoragem definidos para execução segura do trabalho, de forma a atender aos itens 35.5 e subitens da Norma Regulamentadora 35 do Ministério do Trabalho;

9.6.12 – Fornecer aos trabalhadores os equipamentos de proteção individual necessários ao desempenho de suas atividades, quando realizadas diretamente, bem como exigir e fiscalizar o fornecimento dos equipamentos de proteção individual aos empregados das empresas porventura contratadas para a realização dos serviços.



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

10.1 - A CONTRATADA colocará à disposição dos serviços todo o equipamento necessário e em bom estado de conservação, em qualidade e espécie, para manter o bom andamento dos mesmos.

10.2 - Os materiais de construção necessários a execução do objeto, deste contrato, serão fornecidos pela CONTRATADA de acordo com as exigências técnicas e principalmente de qualidade.

### DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

11.1 A CONTRATADA se obriga a tomar conhecimento do local de construção e consultar todos os projetos, memoriais e especificações antes e durante a execução de quaisquer serviços, sendo que deverá ser feita uma visita ao local, juntamente com o responsável pela fiscalização e/ou projeto;

11.2 Em caso de dúvida quanto à interpretação dos projetos, memorial descritivo e dos detalhes, deverão ser consultados os responsáveis;

11.3 A obra terá início imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE, salvo impedimentos devidamente justificados por escrito pela CONTRATADA;

11.4 A empresa CONTRATADA deverá atender todas as normas regulamentadas do Ministério do Trabalho e Emprego, publicadas pela portaria MTB 3.214 de 08/06/1978 e suas atualizações. Entre elas a NR-3 - Embargo e interdição; NR-6 - Equipamento de projeção individual - EPI; NR-10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade; NR-12 - Máquinas e equipamentos e NR-18 - Condições e meio-ambiente de trabalho na indústria da construção;

11.5 Deverá ser mantido no local um diário de obras, fornecido pela Prefeitura, a fim de relatar o andamento dos serviços e as vistorias dos engenheiros responsáveis pela execução e pela fiscalização. A vistoria do responsável pela execução deverá ser de no mínimo 1 (uma) por semana;

11.6 Deverão ser mantidos no local de obra os projetos e memoriais aprovados, as ART's de projeto, execução e fiscalização, bem como todo documento relevante à execução da edificação;

11.7 No local, deverão ser colocadas as placas de obra e placa da Prefeitura, cuja confecção é de responsabilidade da CONTRATADA, conforme modelos fornecidos pelo CONTRATANTE, de forma que fique visível e não cause transtornos aos transeuntes. Também deverá ser colocada a placa do responsável técnico da empresa CONTRATADA, conforme instruções do CREA/CAU;

11.8 Todo o material empregado na obra deverá ser de boa qualidade. No caso da CONTRATADA querer substituir materiais e/ou serviços que constam nestas especificações, deverá apresentar memorial descritivo, memorial justificativo, orçamento completo, catálogos e receber aprovação da fiscalização;

11.9 A obra será feita rigorosamente de acordo com o projeto. Toda e qualquer modificação que se faça necessária, visando melhorias, deverá ser realizada com autorização por escrito do profissional responsável da Prefeitura, devendo ser alterada no projeto, no memorial e anotada no diário de obras, e o Contrato ser alterado, mediante Termo Aditivo;

11.10 Fica a cargo da CONTRATADA todas as providências e despesas correspondentes ao transporte de mão-de-obra, de aparelhamentos, maquinário e ferramentas necessários à execução dos serviços contratados, bem como à instalação; Também fica a cargo da Empresa taxas relativas a ART's, ISS e outros encargos inerentes a construção;

11.11 A CONTRATADA deverá assumir inteiramente a responsabilidade técnica pelos projetos complementares e pela execução de toda a obra, não só quanto aos acabamentos, mas também com relação a sua estabilidade, emitindo ART de execução;

11.12 A mão-de-obra contratada deverá ser corretamente dimensionada para atender ao cronograma de execução, além de tecnicamente qualificada e especializada sempre que for necessário;

11.13 À fiscalização é assegurado o direito de suspender as obras e serviços sempre que estes estiverem em desacordo com o memorial de especificações, projetos ou detalhes;

11.14 A empresa CONTRATADA é responsável pela contribuição previdenciária e pela inscrição da obra perante a Receita Federal, tendo um prazo máximo de 30 dias a partir do início da obra, conforme IN 971/2009;

11.15 A CONTRATADA, antes da comunicação do término da obra, deverá efetuar a vistoria final da mesma, acompanhada da fiscalização. Serão verificadas todas as partes aparentes, que constituem o acabamento final da obra, bem como as instalações, para emissão do documento de recebimento provisório da obra, verificando-se os termos do Contrato devidamente executados;

11.16 Todas as medições realizadas pelo fiscal da Prefeitura deverão ser acompanhadas pelo responsável técnico da CONTRATADA;

11.17 A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados;





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

11.18 Os serviços não aprovados ou que apresentarem defeitos na sua execução, serão refeitos por conta exclusiva da CONTRATADA;

11.19 Após 30 dias da data de recebimento provisório será realizada nova vistoria, para emissão do termo de recebimento definitivo pela fiscalização, devendo-se para tanto a CONTRATADA apresentar toda a documentação exigida no Contrato;

11.20 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Contrato;

11.21 A CONTRATADA deverá fornecer à Prefeitura, prova de quitação junto aos órgãos competentes e a Certidão Negativa de Débito (CND) da obra perante o INSS, conforme determinação da Receita Federal;

**11.22 - A CONTRATADA deverá apresentar, ao servidor e/ou comissão designada para fiscalização da obra, a matrícula da mesma no cadastro específico do INSS – CEI, em no máximo 30 (trinta) dias após a data de assinatura da ordem de serviço.**

11.23 A CONTRATADA é obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, conforme prevê o artigo 65, parágrafo primeiro, da Lei Federal nº 8.666/93;

11.24 A CONTRATADA deverá dar garantia dos serviços executados por no mínimo 5 anos, ficando responsável por quaisquer problemas que possam ocorrer;

11.25 A CONTRATADA deverá seguir as demais especificações descritas no memorial descritivo, como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito.

11.26 A CONTRATADA deverá responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto executado, nos termos do Art. 618 do Código Civil, mesmo após a emissão do termo de Recebimento Definitivo;

11.27 A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a CONTRATANTE de quaisquer reclamações resultantes de atos de seus prepostos ou pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução, do objeto.

11.28 – Deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local de execução do objeto para representá-la durante a execução e respectivo diário de obras, no qual deverão ser registradas todas as ocorrências relacionadas à obra.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

12.1 - Unilateralmente, pela CONTRATANTE:

12.1.1 - Quando houver modificações do projeto ou das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;

12.1.2 - Quando necessárias a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial ou, excepcionalmente, de acordo com o disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, até o limite de 50% para os seus acréscimos.

12.2 - Por acordo das partes:

12.2.1 - Quando necessária a modificação de regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

12.2.2 - Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente contra prestação de execução do objeto.

12.3 - Ocorrendo supressão do objeto, caso em que se o contratado já houver realizado a execução do objeto, a CONTRATANTE deverá pagá-los pelos custos regularmente comprovados.

12.4 - As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste contrato poderão ser alterados, mediante prévia concordância da CONTRATADA.

12.5 - Na hipótese de modificação unilateral deste contrato, as suas cláusulas econômico-financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

12.6 - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação deste contrato, o cronograma de execução será prorrogado por igual prazo.

**12.7 – Os atrasos na execução das obras/serviços, nos prazos e início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade da CONTRATANTE, desde que comprovados na época oportuna;**

**12.8 – Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação, referentes ao prazo inicial, serão encaminhados por escrito ao servidor designado pela CONTRATANTE para fiscalização da obra, um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser**





## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias úteis antes de findar o prazo e, em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análises e justificativa da fiscalização.

**12.9 – Caso haja aditamento de prazo de vigência contratual, a garantia (caução) deverá, obrigatoriamente, ser estendida até o recebimento definitivo do objeto do contrato, sob pena de aplicação de penalidade por descumprimento do contrato.**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES À CONTRATADA**

13.1 - Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

13.1.1 – Advertência Escrita.

13.1.2 – Multa de 10% sobre o valor global do objeto na recusa ou atraso na assinatura do contrato.

13.1.2.1 - Pelo atraso injustificado, inferior a 30 (trinta) dias, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do objeto não realizado;

13.1.2.2 - Pelo atraso injustificado, superior a 30 (trinta) dias, 30% (trinta por cento) sobre o valor do objeto do contrato não realizado, além de ser o atraso entendido como recusa à execução do contrato e permitir a sua rescisão;

13.2 – Em caso de inexecução parcial ou total do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

13.2.1 - Multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

13.2.2 - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até dois anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

13.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de dois anos.

13.3 - A multa não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

13.4 - As multas serão descontadas dos pagamentos a que o CONTRATADO fizer jus, ou recolhidas diretamente à tesouraria do CONTRATANTE, no prazo de 15(quinze) dias corridos, contadas a partir da data de sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

13.5 - Para a aplicação das penalidades aqui previstas, o CONTRATADO será notificado para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação.

13.6 - As penalidades previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.7 - As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

13.8 - Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres municipais no prazo de dez dias úteis.

13.9 - Nenhum pagamento de etapa será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE**

14 - Neste contrato, são conferidas à CONTRATANTE as prerrogativas de:

14.1 - Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

14.2 - Rescindir-lo, unilateralmente, nas hipóteses do item 15.2;

14.3 - Fiscalizar a sua execução, diretamente, através de profissional designado;

14.4 - Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado;

14.5 – Efetuar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto dos serviços contidos na nota fiscal, fatura ou recibo em nome da CONTRATADA em conformidade com as disposições contidas na OS/INSS/DAF Nº 209/99.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15 - O presente Contrato poderá ser rescindido:

15.1 - De forma amigável, por acordo entre as partes, reduzido o termo no processo de licitação, desde que haja, com precedência, autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal e conveniência para a CONTRATANTE.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

15.2 - Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, desde que motivado, assegurado o contraditório e ampla defesa, precedido de autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal e com base nos seguintes motivos:

15.2.1 - O não cumprimento pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

15.2.2 - O cumprimento irregular pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

15.2.3 - A lentidão da CONTRATADA no seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra nos prazos estipulados;

15.2.4 - O atraso injustificado da CONTRATADA no início da obra.

15.2.5 - Paralisação pela CONTRATADA da obra, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

15.2.6 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos neste contrato;

15.2.7 - O desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares do servidor designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

15.2.8 - O cometimento reiterado pela CONTRATADA de faltas na sua execução, anotados pelo servidor designado pela CONTRATANTE;

15.2.9 - A decretação de falência da CONTRATADA;

15.2.10 - A dissolução da CONTRATADA;

15.2.11 - A alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste contrato;

15.2.12 - Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exauridas no processo administrativo a que se refere este contrato;

15.2.13 - A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução deste contrato.

15.2.14 - Quando não efetuada a caução prevista na cláusula oitava deste contrato.

15.3 - A rescisão com fundamento no item anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo de outras, previstas na Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

15.3.1 - Assunção imediata pela CONTRATANTE do objeto deste contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE e execução direta ou indireta;

15.3.2 - Ocupação e utilização pela CONTRATANTE de instalações, equipamentos, material e pessoal empregados, precedida de autorização do Prefeito, podendo a CONTRATANTE dar continuidade à execução direta ou indiretamente;

15.3.3 - Saque pela CONTRATANTE dos valores retidos em caução, bem como dos seus acréscimos, para ressarcimento de eventuais prejuízos e despesas havidas com a rescisão;

15.4 - Por ato da CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para a rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa, quando a CONTRATANTE:

15.4.1 - Não cumprir cláusulas deste contrato;

15.4.2 - Cumprir irregularmente cláusulas contratuais;

15.4.3 - Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial, superior a 25% (vinte e cinco por cento);

15.4.4 - Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Prefeito Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte dias), salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou, ainda, repetir suspensões que totalizem o mesmo prazo;

15.4.5 - Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou guerra, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação;

15.4.6 - Não liberar a área ou o local para a execução do contrato, nos prazos pactuados;

15.4.7 - Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada a que impeça a execução deste contrato;

15.4.8 - Alegar razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal;

15.5 - A CONTRATANTE rejeitará no todo ou em parte, o objeto ou parcela dele, cuja execução tenha sido realizada em desacordo com este contrato.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO**

16.1 - A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os atos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

16.2 - A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à CONTRATANTE promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

17 - À CONTRATADA cabe:

17.1 - Recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos casos de:

17.1.1 - Rescisão do contrato pela CONTRATANTE, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

17.1.2 - Aplicação pela CONTRATANTE das penalidades de advertência, suspensão temporária ou de multa.

17.2 - Representação ao Prefeito Municipal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação relacionada com o objeto deste contrato, de que não caiba recurso.

17.3 - A intimação, na hipótese do item 17.1 será feita mediante publicação na imprensa oficial, nos demais casos, pessoalmente.

17.4 - O Prefeito Municipal, justificadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.

17.5 - O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal que proferirá a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.6 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada à CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA**

18 - Este contrato vincula as partes ao Processo Licitatório nº 111/2019 e à proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

19 - As partes elegem o foro da Comarca de Rio Negrinho, Santa Catarina, para dirimir qualquer questão contratual com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

20 - Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei Nº 8.666, de 21/6/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Rio Negrinho, .....de ..... de 2019

CONTRATANTE

CONTRATADA

CONSULTORIA JURÍDICA



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019 - TOMADA DE PREÇOS

CONTRATO Nº ...../2019

#### ORDEM DE SERVIÇO

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, na forma da Lei nº 8.666/93. e item 6.1 do contrato nº ...../2019, ORDENA que a empresa ....., CNPJ nº ....., estabelecida à ..... na cidade de ....., INICIE a execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS LUIZ GRAFF (TRECHO II) E ILDEFONSO GROSSL, localizadas nas divisas entre os Bairros Vila Nova, Alegre e Industrial Sul, em Rio Negrinho/SC com extensão total a ser pavimentada de 1.344,42 metros lineares, contemplando os serviços de limpeza de terreno, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e serviços complementares, conforme memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos anexos ao Processo Licitatório modalidade de Tomada de Preços nº 111/2019, de acordo com as informações abaixo:

##### 1.1.1 - RUA LUIZ GRAFF (TRECHO II)

Divisa dos Bairros Vila Nova e Industria Sul

Área: 11.411,95 m<sup>2</sup>

##### 1.1.2 – RUA ILDEFONSO GROSSL

Divisa dos Bairros Vila Nova e Alegre

Área: 3.052,94 m<sup>2</sup>

O prazo de execução é de 06 (seis) meses consecutivos a contar da assinatura desta ordem de serviço.

O preço global é de R\$. .... (.....) fixo e irrevogável.

Para cobertura das despesas da licitação serão utilizados recursos da dotação 697 11.01.01.134.4.4.90.00.00.00.00.00 – Pavimentação de Vias e Passeios, do orçamento vigente, do Departamento Rodoviário da Secretaria de Infraestrutura.

Rio Negrinho, ..... de ..... de 2019.

CONTRATANTE

CONTRATADA

CONSULTORIA JURÍDICA

**TERMO DE RESCISÃO Nº 11/2019 EPAGRI**

Publicação Nº 2223231

**TERMO DE RESCISÃO N.º 11/2019**

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 038/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, DECORRENTE DO PROCESSO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2014 E CONTRATO 038/2014.

O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 83.102.756/0001-79, estabelecido na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, centro, Município de Rio Negrinho – SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal e de outro lado a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, resolvem celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL do Contrato nº 038/2014.

Pelo presente instrumento, fica rescindido amigavelmente o Contrato nº 038/2014, em razão da baixa da Gerência Regional da Epagri de Mafra - SC.

O objeto do contrato consiste na prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural conforme plano anual de trabalho apresentado em todos os contratos aditivos.

Diante da conveniência para o Município e a inexistência de prejuízo à empresa contratada, bem como ressaltada a possibilidade de rescisão amigável, opera-se a rescisão do contrato anteriormente celebrado entre as partes a partir do dia 05/11/2019.

Destarte, o presente procedimento tem fulcro no artigo 79, II, da Lei nº 8.666/93 e cláusula décima do Contrato nº 038/2014, pactuado entre o Município de Rio Negrinho e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, assinado na data de 08 de abril de 2014.

Rio Negrinho - SC, 05 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

Representado pelo Prefeito Municipal

JULIO CÉSAR RONCONI

---

**SAMAE - RIO NEGRINHO**

---

**PREGÃO 2019**

Publicação Nº 2223099

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO NOVO TIPO PICK-UP ANO/MODELO 2019 ou superior, CONFORME DESCRITIVO ANEXO I DESTE EDITAL

O SAMAE DE RIO NEGRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE (LANÇE)", a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 1.785 de 19/12/2018, conforme condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520/2002, conforme condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520/2002, ao Decreto nº 3.555/2000, a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Municipal nº 8733/2005, à Lei Complementar nº 123/2006, e, subsidiariamente, aos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações posteriores e legislação complementar vigente e pertinente à matéria, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

PROTOCOLO DOS ENVELOPES: Os envelopes deverão ser protocolados e entregues no setor de protocolo do SAMAE de Rio Negrinho até às 08h55min do dia 25/11/2019.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: As propostas serão abertas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio às 09h00 do dia 25/11/2019.

INÍCIO DA DISPUTA DAS PROPOSTAS CLASSIFICADAS: O credenciamento dos representantes e em seguida o início da disputa dos preços se darão a partir das 09h00 do dia 25/11/2019, na sala de reuniões do SAMAE de Rio Negrinho.

LICITANTES NÃO CREDENCIADOS: Caso a proponente não tenha interesse em dar lances ou se fazer presente na sessão, poderá participar da licitação protocolando os envelopes no prazo supra citado, ficando apenas excluído da fase de lances e do direito da manifestação de recurso.

O Edital e seus anexos estão disponíveis no site [www.samaerne.com.br/publicacoes/licitacoes](http://www.samaerne.com.br/publicacoes/licitacoes). Demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras do SAMAE de Rio Negrinho, no horário das 8h às 13h ou pelo fone 47-3644-2237.

Rio Negrinho, 12 de novembro de 2019.

GILSON JOSÉ RECKZIEGEL - Diretor Geral

# Rodeio

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 54/2019

Publicação Nº 2223786

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 2º termo aditivo ao contrato Nº 54/2018 ref. Tomada de preço Nº 02/2018. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: Rcpa Empreiteira Ltda Epp. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato original. Vigência: 29/10/2019 a 29/01/2020. Rodeio 28 de outubro de 2019. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### PORTARIA 9581/2019

Publicação Nº 2223865

PORTARIA Nº 9581/2019

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal Sra. ALESSANDRA PULITA HEIMBURG, cargo em comissão de SUB DIRETOR, 40 horas semanais, Licença Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 07 de novembro de 2019, conforme Lei vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir 07 de novembro de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 11 de novembro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

### PORTARIA 9582/2019

Publicação Nº 2223649

PORTARIA Nº 9582/2019

NOMEAR SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

CONSIDERANDO que o Município realizou Teste Seletivo para Professor de Ensino Fundamental, conforme Teste Seletivo nº 001/2019; CONSIDERANDO que durante o ano letivo já foi realizada a segunda chamada do Teste Seletivo nº 001/2019, da qual todos os classificados desistiram da vaga;

CONSIDERANDO a necessidade de um Professor para a vaga remanescente da Professora Silvania Tessaro que se encontra em tratamento de saúde;

CONSIDERANDO a urgência e necessidade do Professor regente para administrar as aulas até o encerramento deste ano letivo;

O Prefeito Municipal de Romelândia/SC, Sr. Valdir Bugs, no uso de suas atribuições nos termos do art. 37 da Constituição Federal, e inciso VI, do art. 2º, e §4º, do art.4º, da Lei Municipal Complementar nº 007/2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear SOELY MARIA BASTIAN AGNES, para exercer as funções de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, 20 horas semanais, com vencimento previsto no quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Romelândia.

Art. 2º - O prazo de contratação será até o fim do auxílio doença da servidora pública municipal acima referida.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 11 de novembro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.



# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATOS 172,173 - FMS

Publicação Nº 2222975

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 172/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

Contratada.: RAFAEL BARBOSA FERRAGENS EIRELI

Valor ..... : 15.055,00 (quinze mil e cinquenta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 11/11/2019 Término: 11/11/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços e fornecimento de materiais de funilaria, seralheria e vidraçaria para manutenção das secretarias municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 11 de Novembro de 2019

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 173/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

Contratada.: SERRALHERIA LEMOS LTDA - ME

Valor ..... : 34.695,00 (trinta e quatro mil seiscientos e noventa e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 11/11/2019 Término: 11/11/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços e fornecimento de materiais de funilaria, seralheria e vidraçaria para manutenção das secretarias municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 11 de Novembro de 2019

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

### EXTRATO CONTRATOS 172,173 - PMSC

Publicação Nº 2222971

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 172/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA  
Contratada.: RAFAEL BARBOSA FERRAGENS EIRELI  
Valor ..... : 27.310,00 (vinte e sete mil trezentos e dez reais)  
Vigência ..... : Início: 11/11/2019 Término: 11/11/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2019  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços e fornecimento de materiais de funilaria, serralheria e vidraçaria para manutenção das secretarias municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 11 de Novembro de 2019

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 173/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA  
Contratada.: SERRALHERIA LEMOS LTDA - ME  
Valor ..... : 67.840,00 (sessenta e sete mil oitocentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 11/11/2019 Término: 11/11/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2019  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços e fornecimento de materiais de funilaria, serralheria e vidraçaria para manutenção das secretarias municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 11 de Novembro de 2019

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

# Santa Helena

## CÂMARA MUNICIPAL

### DEMOSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2223795

Município de SANTA HELENA - SC

#### DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial			0,00
Previsão Atualizada			0,00
Receitas Realizadas			0,00
Déficit Orçamentário			569.829,13
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial			868.786,95
Créditos Adicionais			0,00
Dotação Atualizada			868.786,95
Despesas Empenhadas			580.501,65
Despesas Liquidadas			569.829,13
Despesas pagas			568.304,58
Superavit Orçamentário			0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			580.501,65
Despesas Liquidadas			569.829,13
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			0,00
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre	
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00
Resultado Previdenciário			0,00
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00
Resultado Previdenciário			0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-568.304,58
Resultado Primário		0,00	-568.304,58
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		13.496,00	66.504,00

Continua 1/2

Município de SANTA HELENA - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário					
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro					
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE ENVELOPE 02 PL 123-2019 TP 10-2019

Publicação Nº 2224002

COMUNICADO – CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA REFERENTE AO PROCESSO Nº 123/2019 – TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2019 – Contratação de serviços especializados para realização de Teste Seletivo no município de Santa Terezinha do Progresso/SC, compreendendo as fases: elaboração do edital, coordenar e receber as inscrições, elaborar todas as provas escritas com questões inéditas, aplicação e correção das provas escritas e práticas, recrutamento e treinamento dos fiscais de sala no dia da prova, classificação dos candidatos, divulgação dos resultados e demais atividades afins.

#### COMUNICADO

REFERENTE: CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE PROPOSTA  
PROCESSO Nº 123/2019 – TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2019

Objeto: Contratação de serviços especializados para realização de Teste Seletivo no município de Santa Terezinha do Progresso/SC, compreendendo as fases: elaboração do edital, coordenar e receber as inscrições, elaborar todas as provas escritas com questões inéditas, aplicação e correção das provas escritas e práticas, recrutamento e treinamento dos fiscais de sala no dia da prova, classificação dos candidatos, divulgação dos resultados e demais atividades afins.

A Comissão Municipal de Licitações comunica a todos os interessados que, após transcorrido o prazo recursal sem a apresentação de recurso e/ou impugnações pelos licitantes, fica marcada a data de abertura das propostas para o dia 18/11/2019 às 08h, sendo desde já convocados os licitantes para a sessão de abertura dos envelopes de nº 02 – Proposta.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 11 de novembro de 2019

ELENICE ELEICIR PORSCHE

PRESIDENTE DA CPL

### EXTRATO CONTRATO 100/2019 PL 134/2019 DL 34/2019

Publicação Nº 2223777

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 100/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

Processo Licitatório: 134/2019

Dispensa de Licitação: 34/2019

Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.

Contratado: CLUBE DE PATINAÇÃO DANUBIO AZUL.

0.1. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW DE PATINAÇÃO COM TEMAS REFERENTE O NATAL, PARA ABERTURA NATALINA, QUE ACONTECERÁ NO DIA 30/11/2019 NO GINÁSIO MUNICIPAL FLÁVIO ROQUE DE SOUZA COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 01H:30MM. ESTE EVENTO VISA PROPORCIONAR UM MOMENTO DE DESCONTRAÇÃO E ALEGRIA BEM COMO A SOCIALIZAÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS.

Assinatura: 05 de novembro de 2019.

Vigência: 05/11/2019 até 31/12/2019.

Valor: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO CONTRATO 101/2019 PL 135/2019 DL 35/2019

Publicação Nº 2223806

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 101/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

Processo Licitatório: 135/2019

Dispensa de Licitação: 35/2019

Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.

Contratado: JOAO AUTO PEÇAS LTDA.

0.1. Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA CABINA COMPLETA, COM TODAS AS PEÇAS NECESSÁRIAS PARA SEU FUNCIONAMENTO, PARA O CAMINHÃO CARGO 2422, QUE FOI ATINGIDO POR INCÊNDIO E PRECISA SER CONSERTADO, PARA TRANSPORTE DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

E TAMBÉM A RETROESCAVADEIRA, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA.

Assinatura: 07 de novembro de 2019.

Vigência: 07/11/2019 até 31/12/2019.

Valor: R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

## ARP PL 112-2019 PP 70-2019

Publicação Nº 2223220

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Processo Nº.: 112/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 70/2019

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2019

No dia 30 do mês de Setembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, bairro Centro, CEP nº. 89983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DERLI FURTADO, inscrito no CPF sob o nº. 219.982.219-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 70/2019, Processo Licitatório nº. 112/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO, PARA ATENDIMENTO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÃO NO EDITAL E SEUS ANEXOS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
350	LIGA CAMPOERENSE DE FUTEBOL	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LIGA CAMPOERENSE DE FUTEBOL	83.217.539/0001-24	JOSE LUIZ FEDELIS	047.477.259-46

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO, PARA ATENDIMENTO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÃO NO EDITAL E SEUS ANEXOS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 350 - LIGA CAMPOERENSE DE FUTEBOL						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM POR PARTIDA DE FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA ADULTO, COM 02 (DOIS) ÁRBITROS, 01 (UM) MESÁRIO E JULGAMENTO DOS RELATÓRIOS DE ARBITRAGEM	SVS		50,000	343,0000	17.150,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

Página: 2/7

**Processo Nº.: 112/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 70/2019**

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 112/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 70/2019

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

Página: 4/7

**Processo Nº.: 112/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 70/2019**

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 112/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 70/2019

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 112/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 70/2019

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 112/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 70/2019

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 30 de Setembro de 2019.

\_\_\_\_\_  
**DERLI FURTADO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

LIGA CAMPOERENSE DE FUTEBOL

CNPJ: 83.217.539/0001-24 \_\_\_\_\_

## ARP PL 118-2019 PP 76-2019

Publicação Nº 2223783

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 1/8  
Processo Nº.: 118/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 59/2019

No dia 6 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, bairro Centro, CEP nº. 89983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DERLI FURTADO, inscrito no CPF sob o nº. 219.982.219-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 76/2019, Processo Licitatório nº. 118/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PORTADORA DE CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) NA CELESC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS COM HOMOLOGAÇÃO TÉCNICA ATRAVÉS DE ENSAIOS NA CELESC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
715	ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA - ME	1, 2, 4, 6, 7, 13, 14, 15, 18, 19, 20
194	LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENCAO LTDA	3, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 17, 21, 22, 23

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA - ME	12.572.403/0001-94	FABIO PROVENCE	020.282.019-08
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENCAO LTDA	14.419.210/0001-23	MIGUEL ANGELO FREY	017.818.069-69

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PORTADORA DE CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) NA CELESC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS COM HOMOLOGAÇÃO TÉCNICA ATRAVÉS DE ENSAIOS NA CELESC  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 194 - LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENCAO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	LAMPADA VAPOR SODIO 250 W - PADRÃO CELESC	UND	EMPALUX	80,000	27,0000	2.160,00
5	REATOR GALVENIZADOR VAPOR SODIO 250 W - PADRÃO CELESC	UND	DEMAPE	30,000	70,0000	2.100,00
8	BASE PARA RELÊ FOTOELÉTRICO - PADRÃO CELESC	Und	EXATRON	100,000	9,0000	900,00
9	SUPORTE PORCELANA E27 - PADRÃO CELESC	Und	DECORLUX	35,000	4,8000	168,00
10	SUPORTE PORCELANA E40 - PADRÃO CELESC	Und	DECORLUX	35,000	7,5000	262,50
11	FIO FLEXÍVEL 1,5 MM - 750 VOLTS - PADRÃO CELESC	Und	RCM	300,000	1,0000	300,00
12	CONECTOR CUNHA TIPO I - PADRÃO CELESC	Und	INTELLI	35,000	7,5000	262,50
16	CONECTOR PERFURANTE 16-70/1,5 10 PADRÃO CELESC	Und	INTELLI	35,000	9,0000	315,00
17	CHAVE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1X50A - PADRÃO CELESC	Und	DREI K	20,000	149,0000	2.980,00
21	LUMINARIA IP E 27 80W	UND	LUX FORT	35,000	73,0000	2.555,00



## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

## MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Processo Nº.: 118/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019

**Fornecedor: 194 - LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENCAO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
22	Luminária iluminação publica E40 400 w	Und	LUX FORT	35,000	104,5000	3.657,50
23	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA URBANA E RURAL, COM SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS, LUMINÁRIAS, REATORES, RELÉS, BRAÇOS E DEMAIS ACESSÓRIOS	Und	LIGHT NIGHT	300,000	47,0000	14.100,00

**Fornecedor: 715 - ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1		UND	OUROLUX	200,000	21,0000	4.200,00
2	LAMPADA VAPOR SODIO 150W - PADRÃO CELESC	UND	OUROLUX	80,000	23,0000	1.840,00
4	REATOR GALVENIZADO VAPOR SODIO 70 W PADRÃO CELESC	UND	LUXFORT	100,000	50,0000	5.000,00
6	REATOR VAPOR DE SÓDIO 150W - PADRÃO CELESC	Und	LUXFORT	30,000	60,0000	1.800,00
7	RELE FOTO ELETRICO - PADRÃO CELESC	Und	EXATRON	200,000	14,0000	2.800,00
13	CONECTOR CUNHA TIPO II - PADRÃO CELESC	Und	JOARP	35,000	5,0000	175,00
14	CONECTOR CUNHA TIPO III - PADRÃO CELESC	Und	JOARP	100,000	4,0000	400,00
15	FITA ISOLANTE	Und	MANPLEX	30,000	4,5000	135,00
18	PARAFUSO GALVANIZADO 16X250MM - PADRÃO CELESC	Und	ROMAGNOLL	60,000	9,0000	540,00
19	BRAÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1M GALVANIZADO 1X38MM - PADRÃO CELESC	Und	OLIVO	35,000	33,0000	1.155,00
20	BRAÇO ILUMINAÇÃO PÚBLICA 3M GALVANIZADO - PADRÃO CELESC	Und	OLIVO	35,000	111,0000	3.885,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 3/8

**MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO****Processo Nº.: 118/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

Página: 4/8  
Processo Nº.: 118/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

Página: 5/8  
Processo Nº.: 118/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

Página: 6/8

**Processo Nº.: 118/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019**

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

Página: 7/8  
Processo Nº.: 118/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 8/8

**MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO****Processo Nº.: 118/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2019**

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 6 de Novembro de 2019.

\_\_\_\_\_  
DERLI FURTADO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA - ME

CNPJ: 12.572.403/0001-94

LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENCAO LTDA

CNPJ: 14.419.210/0001-23



## ATA DA SESSÃO PÚBLICA PL 118-2019 PP 76-2019

Publicação Nº 2223800

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</b></p> <p>CNPJ: 01.612.847/0001-90  Avenida Tancredo Neves, 337  C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 76/2019 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo:  Processo de Licitação: 118/2019  Data do Processo: 08/10/2019</p>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PORTADORA DE CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) NA CELESC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS COM HOMOLOGAÇÃO TÉCNICA ATRAVÉS DE ENSAIOS NA CELESC

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 6 de Novembro de 2019, às 14:05 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 118/2019, Licitação nº 76/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Finalizada a etapa de lances pelos participantes, as duas empresas participantes foram vencedoras nos lances, sendo aberto o envelope de habilitação das mesmas. Conforme solicitado no edital, as duas empresas apresentaram toda documentação exigida na habilitação, consagrando-se vencedoras no certame. Toda a documentação foi analisada e assinada por todos os presentes. Questionados sobre a fase recursal, nenhum dos presentes manifestou interesse de interpor recursos do que foi decidido na sessão pública. Sendo assim, encerramos a presente ata que vai assinada por todos e encaminhada a autoridade superior para apreciação e deliberação. Santa Terezinha do Progresso - SC, de novembro de 2019.

**Participante: 194 - LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENCAO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	LAMPADA VAPOR SODIO 250 W - PADRÃO CELESC	UND	80,00	EMPALUX	0,0000	27,00	2.160,00
5	REATOR GALVENIZADOR VAPOR SODIO 250 W - PADRÃO CELESC	UND	30,00	DEMAPE	0,0000	70,00	2.100,00
8	BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO - PADRÃO CELESC	Und	100,00	EXATRON	0,0000	9,00	900,00
9	SUPORTE PORCELANA E27 - PADRÃO CELESC	Und	35,00	DECORLUX	0,0000	4,80	168,00
10	SUPORTE PORCELANA E40 - PADRÃO CELESC	Und	35,00	DECORLUX	0,0000	7,50	262,50
11	FIO FLEXÍVEL 1,5 MM - 750 VOLTS - PADRÃO CELESC	Und	300,00	RCM	0,0000	1,00	300,00
12	CONECTOR CUNHA TIPO I - PADRÃO CELESC	Und	35,00	INTELLI	0,0000	7,50	262,50
16	CONECTOR PERFURANTE 16-70/1,5 10 PADRÃO CELESC	Und	35,00	INTELLI	0,0000	9,00	315,00
17	CHAVE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1X50A - PADRÃO CELESC	Und	20,00	DREI K	0,0000	149,00	2.980,00
21	LUMINÁRIA IP E 27 80W	UND	35,00	LUX FORT	0,0000	73,00	2.555,00
22	Luminária iluminação pública E40 400 w	Und	35,00	LUX FORT	0,0000	104,50	3.657,50
23	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA URBANA E RURAL, COM SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS, LUMINÁRIAS, REATORES, RELES, BRAÇOS E DEMAIS ACESSÓRIOS	Und	300,00	LIGHT NIGHT	0,0000	47,00	14.100,00

Total do Participante -----> 29.760,50

**Participante: 715 - ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1		UND	200,00	OUROLUX	0,0000	21,00	4.200,00
2	LAMPADA VAPOR SODIO 150W - PADRÃO CELESC	UND	80,00	OUROLUX	0,0000	23,00	1.840,00
4	REATOR GALVENIZADO VAPOR SODIO 70 W PADRÃO CELESC	UND	100,00	LUXFORT	0,0000	50,00	5.000,00
6	REATOR VAPOR DE SÓDIO 150W - PADRÃO CELESC	Und	30,00	LUXFORT	0,0000	60,00	1.800,00
7	RELE FOTO ELÉTRICO - PADRÃO CELESC	Und	200,00	EXATRON	0,0000	14,00	2.800,00
13	CONECTOR CUNHA TIPO II - PADRÃO CELESC	Und	35,00	JOARP	0,0000	5,00	175,00
14	CONECTOR CUNHA TIPO III - PADRÃO CELESC	Und	100,00	JOARP	0,0000	4,00	400,00
15	FITA ISOLANTE	Und	30,00	MANPLEX	0,0000	4,50	135,00
18	PARAFUSO GALVANIZADO 16X250MM - PADRÃO CELESC	Und	60,00	ROMAGNOLLE	0,0000	9,00	540,00
19	BRAÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1M GALVANIZADO 1X38MM - PADRÃO CELESC	Und	35,00	OLIVO	0,0000	33,00	1.155,00
20	BRAÇO ILUMINAÇÃO PÚBLICA 3M GALVANIZADO - PADRÃO CELESC	Und	35,00	OLIVO	0,0000	111,00	3.885,00

Total do Participante -----> 21.930,00

Total Geral -----> 51.690,50



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO****CNPJ:** 01.612.847/0001-90  
**Avenida Tancredo Neves, 337**  
**C.E.P.:** 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 76/2019 - PR****Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 118/2019  
**Data do Processo:** 08/10/2019

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 6 de Novembro de 2019

**COMISSÃO:**

ELENICE ELECIR PORSCHE - ..... - Pregoeiro(a)  
ERONI ALLEBRANDT - ..... - SECRETÁRIO  
MARGARETE ROSA ALVES - ..... - MEMBRO  
MARCIANE ELENI PINNO - ..... - MEMBRO  
SELMAR MAGRO - ..... - MEMBRO  
NOELI TEREZINHA VANIN - ..... - MEMBRO  
SOLANGE BRAGA - ..... - MEMBRO

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MIGUEL ANGELO FREY - ..... - Representante  
FABIO PROVENCE - ..... - Representante

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA PL 112-2019 PP 70-2019**

Publicação Nº 2223227

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</b>  CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 70/2019 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 112/2019 <b>Data do Processo:</b> 11/09/2019
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO, PARA ATENDIMENTO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÃO NO EDITAL E SEUS ANEXOS

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 30 de Setembro de 2019, às 08:24 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 112/2019, Licitação nº 70/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Conforme histórico do Pregão em anexo, e negociação direta com as licitantes, obteve-se o resultado acima descrito. Dando-se continuidade ao certame licitatório foi solicitado à empresa participante e considerada vencedora: LIGA CAMPOERENSE DE FUTEBOL, em conformidade com o constante acima, conforme critérios estabelecidos no Edital para apresentar os envelopes de nº 02 (dois) - contendo os documentos de Habilitação. Que após terem sido rubricados pela pregoeira, equipe de apoio e licitantes participantes, foi constatado que os mesmos estavam em consonância com o estabelecido no Edital deste procedimento licitatório e por consequência, a referida empresa foi considerada HABILITADA. Sendo assim, encerramos a presente sessão pública lavrando a presente ata que será assinada pelos presentes e encaminhada a autoridade superior para apreciação e deliberação.

**Participante:** 350 - LIGA CAMPOERENSE DE FUTEBOL

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM POR PARTIDA DE FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA ADULTO, COM 02 (DOIS) ÁRBITROS, 01 (UM) MESÁRIO E JULGAMENTO DOS RELATÓRIOS DE ARBITRAGEM	SVS	50,00		0,0000	343,00	17.150,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>17.150,00</b>
<b>Total Geral -----&gt;</b>							<b>17.150,00</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 30 de Setembro de 2019

**COMISSÃO:**

ELENICE ELECIR PORSCHE - ..... - Pregoeiro(a)  
ERONI ALLEBRANDT - ..... - SECRETÁRIO  
MARGARETE ROSA ALVES - ..... - MEMBRO  
MARCIANE ELENI PINNO - ..... - MEMBRO  
SELMAR MAGRO - ..... - MEMBRO  
NOELI TEREZINHA VANIN - ..... - MEMBRO  
SOLANGE BRAGA - ..... - MEMBRO

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

JOSE LUIZ FEDELIS - ..... - Representante

## PL 112-2019 PP 70-2019

Publicação Nº 2223219

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</b>  CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 70/2019 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 112/2019 Data do Processo: 11/09/2019

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 112/2019  
b ) Licitação Nr.: 70/2019-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 30/10/2019  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO, PARA ATENDIMENTO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÃO NO EDITAL E SEUS ANEXOS

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 000350 - LIGA CAMPOERENSE DE FUTEBOL	1	0,0000	17.150,00
	1		17.150,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

DERLI FURTADO  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE HOM E ADJ PL 118-2019 PP 76-2019**

Publicação Nº 2223793

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</b>  CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 76/2019 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 118/2019 Data do Processo: 08/10/2019

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 118/2019  
b ) Licitação Nr.: 76/2019-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 08/11/2019  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PORTADORA DE CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) NA CELESC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS COM HOMOLOGAÇÃO TÉCNICA ATRAVÉS DE ENSAIOS NA CELESC

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$)
			Total dos Itens
- 000715 - ELETRO LIGHT PROVINCE LTDA - ME	11	0,0000	21.930,00
- 000194 - LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENCAO	12	0,0000	29.760,50
	23		51.690,50

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

DERLI FURTADO  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE HOM E ADJ PL 120-2019 PP 77-2019**

Publicação Nº 2223652

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</b>  CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 63/2019 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 101/2019 Data do Processo: 19/08/2019
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 101/2019  
b) Licitação Nr.: 63/2019-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 24/10/2019  
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E VÍDEO MONITORAMENTO, COM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, EM REGIME DE COMODATO, COM ATENDIMENTO PRESENCIAL DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	(em Reais R\$)
			<u>Total dos Itens</u>
- 001590 - MARAVILHA SISTEMAS DE SEGURANCA EIRELI	11	0.0000	8.554.00
	11		8.554.00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (5), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (10), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (70), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (72), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (79), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (103), 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 (110), 2.038.3.3.90.00.00.00.00.00 (122)

DERLI FURTADO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº364/2019 – DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2222903

DECRETO Nº364/2019 – DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO Nº001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso III, do Art. 137, do mesmo diploma legal e de conformidade com a Lei Complementar nº009/01, de 07 de novembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público nº001/2017, cujo resultado foi homologado pelo Decreto nº360/2017, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de outubro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

### DECRETO Nº366/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2222909

DECRETO Nº366/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo a Secretaria de Saúde e Assistência Social e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

CONSIDERANDO a necessidade de utilização pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para transporte de pacientes.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização, pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, o veículo CHEVROLET SPIN, Placas QJS-2554, de propriedade do Município, a partir das 08:00h do dia 04 de novembro de 2019 até as 18:00 do dia 04 de novembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.



**DECRETO Nº363/2019 – DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222901

DECRETO Nº363/2019 – DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.923/2018, de 28 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.923/2018 de 28/11/2018, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.028 – Manutenção Atividades Unidade Sanitária

Atividade: 2.028 – Manutenção Atividades Unidade Sanitária

Natureza da Despesa: 3.3.90.00-DR 0.3.38 - Aplicações Diretas .....R\$ 250,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - Transferências Advindas de Emendas Coletivas: Grupo: Atenção Básica; Ação: Apoio a manutenção de Unidades de Saúde; Ação detalhada: Incremento Temporário do Piso da Atenção Básica, disponíveis na Conta Corrente Nº.33.586-X Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,

Estado de Santa Catarina, em 31 de outubro de 2019.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo

Coord.de Depto.Sec.Administração

**DECRETO Nº365/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222905

DECRETO Nº365/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.923/2018, de 28 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.923/2018 de 28/11/2018, no valor de R\$ 444,88 (Quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA A CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.016 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

Atividade: 2.016 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - D.R.0.3.37 - Aplicações Diretas.(60).....R\$ 444,88

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do excesso de arrecadação, na rubrica da receita 4.1.3.2.1.00.1.1.01.06.00 Rem.Dep.Recursos Vinculados - FNDE, na fonte de recursos 0.1.37 – relativo aos rendimentos de Outras Transferências do FNDE (Recursos AFM Lei nº.13.633 de 12 de março de 2018, Resolução FNDE/CD nº.11, de 18 de maio de 2018 e Resolução FNDE/CD nº.26, de 24 de dezembro de 2018), disponíveis na conta bancária do Bco.Brasil S/A Ag.1.393-5 nº.34.072-3.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo  
Coord.de Depto.Sec.Administração

## **DECRETO Nº367/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222912

DECRETO Nº367/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.  
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.923/2018, de 28 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.923/2018 de 28/11/2018, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função: 04 – Administração  
Subfunção: 122 – Administração Geral  
Programa: 0004 – Administração Geral  
Ação: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Atividade: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas.(205) ..... R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários/Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo  
Coord.de Depto.Sec.Administração

## **PORTARIA Nº315/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222928

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº315/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora ROSELI NUNES NOVAIS CHITOLINA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora ROSELI NUNES NOVAIS CHITOLINA, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE INGLÊS (HABILITADA), Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 25 de outubro de 2019, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 25 de outubro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

#### **PORTARIA Nº316/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222947

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº316/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

REVOGA PORTARIA Nº311/2019 – DE 25 DE OUTUBRO DE 2019 - CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR FABIANO BOTTEGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

CONSIDERANDO, que houve erro na edição da Portaria nº311/2019 – de 25 de outubro de 2019, que ao invés de conceder afastamento para tratamento de saúde a Servidora Roseli Nunes Novais Chitolina, foi concedido para o Servidor Fabiano Bottega.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a pedido, a PORTARIA Nº311/2019 – DE 25 DE OUTUBRO DE 2019, concede licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal FABIANO BOTTEGA, ocupante do Cargo de MOTORISTA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

#### **PORTARIA Nº317/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222950

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº317/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor SILVANO GRASEL e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal SILVANO GRASEL, ocupante do Cargo de assessor de PLANEJAMENTO, Lotado no Gabinete do Prefeito, pelo período de 15 (quinze) dias, ou seja, do dia 04 de novembro de 2019 a 18 de novembro de 2019, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

#### **PORTARIA Nº318/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222953

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº318/2019 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispensa do serviço público o Servidor abaixo mencionado, nos termos do art. 98 da Lei Federal n. 9.504 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Art. 98 da Lei Federal n. 9.504,

RESOLVE:

Art. 1º Nos termos do art. 98 da Lei Federal n. 9.504, que “Estabelece normas para as eleições”, DISPENSA o Servidor TIAGO DE PARIS do serviço público no dia 05 de novembro de 2019, durante todo o dia, conforme Declaração da Comissão Especial Eleitoral – Eleições 2019 – Conselho Tutelar anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

#### **PORTARIA Nº319/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222957

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº319/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Complementa Férias Interrompidas da Servidora Pública Municipal MONICLEIA DE CESARO GUEDES e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS da Servidora Pública Municipal MONICLEIA DE CESARO GUEDES, ocupante do Cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 02 (dois) dias, a contar a partir do dia 07 de novembro de 2019 a 08 de novembro de 2019.

Parágrafo Único. Fica a servidora autorizada a gozar 02 (dois) Dias consecutivo de férias, interrompidas pela PORTARIA Nº183/2019 – DE 09 DE JULHO DE 2019, sem perceber remuneração das mesmas por já ter sido pagas na época.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

#### **PORTARIA Nº320/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222960

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº320/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispensa do serviço público a Servidora abaixo mencionada, nos termos do art. 98 da Lei Federal n. 9.504 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Art. 98 da Lei Federal n. 9.504,

RESOLVE:

Art. 1º Nos termos do art. 98 da Lei Federal n. 9.504, que “Estabelece normas para as eleições”, DISPENSA a Servidora CARMEM FACHIN GENTILINI do serviço público no dia 08 de novembro de 2019, durante todo o dia, conforme Declaração da Comissão Especial Eleitoral – Eleições 2019 – Conselho Tutelar anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

#### **PORTARIA Nº321/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222963

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº321/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispensa do serviço público a Servidora abaixo mencionada, nos termos do art. 98 da Lei Federal n. 9.504 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Art. 98 da Lei Federal n. 9.504,

RESOLVE:

Art. 1º Nos termos do art. 98 da Lei Federal n. 9.504, que “Estabelece normas para as eleições”, DISPENSA a Servidora JANETE MOLLOSSI MILAN do serviço público no dia 08 de novembro de 2019, durante todo o dia, conforme Declaração da Comissão Especial Eleitoral – Eleições 2019 – Conselho Tutelar anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 05 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

#### **PORTARIA Nº322/2019 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222972

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº322/2019 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede férias ao Servidor Público Municipal VALDECIR JOSÉ LORENZETTI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal VALDECIR JOSÉ LORENZETTI, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS I, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 20 de outubro de 2018 à 19 de outubro de 2019 à serem Gozadas no período de 11 de novembro de 2019 à 10 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 07 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

#### **PORTARIA Nº323/2019 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222980

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº323/2019 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Coloca Servidor à Disposição da INCRA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º COLOCAR o Servidor Público Municipal ODAIR JOSÉ PRATI, Técnico em Agropecuária, nomeado por Concurso Público para Cargo Efetivo, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, à disposição do INCRA, como responsável pela emissão de guias do ITR, CCIR e demais atividades disponibilizadas pelo órgão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 07 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

#### **PORTARIA Nº324/2019 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222985

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº324/2019 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Coloca Servidor como Responsável pela Emissão de Notas Fiscais de Produtor Rural – Bloco Rural e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º COLOCAR o Servidor Público Municipal ODAIR JOSÉ PRATI, Técnico em Agropecuária, nomeado por Concurso Público para Cargo Efetivo, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, como responsável pela Emissão de Notas Fiscais de Produtor Rural – Bloco Rural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 07 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

#### **PORTARIA Nº325/2019 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222990

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº325/2019 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispensa do serviço público o Servidor abaixo mencionado, nos termos do art. 98 da Lei Federal n. 9.504 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Art. 98 da Lei Federal n. 9.504,

RESOLVE:

Art. 1º Nos termos do art. 98 da Lei Federal n. 9.504, que “Estabelece normas para as eleições”, DISPENSA o Servidor WAGNER DOUGLAS FRANZOSI do serviço público no dia 08 de novembro de 2019, no período vespertino das 13:00 as 17:00 horas, conforme Declaração da Comissão Especial Eleitoral – Eleições 2019 – Conselho Tutelar anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 07 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**PORTARIA Nº326/2019 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222999

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº326/2019 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor CEZAR ANTONIO FOPPA e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal CEZAR ANTONIO FOPPA, ocupante do Cargo de ASSESSOR DE IMPRENSA, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 04 de novembro de 2019, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 04 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 07 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

# Santo Amaro da Imperatriz

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 99, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224134

CONTRATO Nº 99, de 08 de novembro de 2019.

1º aditivo ao Contrato 33/2019 que entre si celebram o Município de Santo Amaro da Imperatriz e a empresa Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas- NURREVI.

#### 1. Partes:

Município de Santo Amaro da Imperatriz, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Praça Governador Ivo Silveira, nº 306, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.892.324/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas- NURREVI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.448.121/0001-99, com sede na Rua Caetano José Ferreira, nº 398 – Kobrasol – São José – SC., neste ato representada por seu Presidente, Sr. Roberto Ramos da Silva, brasileiro, casado, pastor, portador do CPF nº 634.646.917-72, residente e domiciliado na Rua Caetano José Ferreira, nº 398 – Kobrasol – São José – SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, em decorrência do Processo nº 01/2017, homologado em 11/09/2017, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, têm justo e contratado:

#### 2. Cláusula segunda – Da Vigência

O prazo de execução dos serviços e fornecimentos objeto desse contrato será de 08/11/2019 a 31/12/2019.

#### 3. Cláusula Terceira - Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 08 de novembro de 2019.

Edésio Justen

Município de Santo Amaro da Imperatriz

Roberto Ramos da Silva

Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas

Testemunhas:

CPF:

CPF:

### DECRETO Nº 6669, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2223244

DECRETO Nº 6669, de 06 de novembro de 2019.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2019.

EDESIO JUSTEN, Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, em atenção ao artigo 32 da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2019,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar em ação do orçamento vigente no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado:

#### SUPLEMENTAÇÃO

1101	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
1101.08.244.0005.2050	Proteção Especial de Média Complexidade	7.500,00
4.4.90.00/0.2.02.000069	Investimentos	7.500,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		7.500,00

#### ANULAÇÃO

1101	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
1101.08.244.0005.2050	Proteção Especial de Média Complexidade	7.500,00
3.3.90.00/0.2.02.000069	Outras Despesas Correntes	7.500,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		7.500,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 06 de novembro de 2019.  
EDESIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.772, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2224122

LEI Nº 2.772, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Declara de Utilidade Pública o Instituto Vó Maria - IVM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública o INSTITUTO VÓ MARIA, inscrito no CNPJ nº 14.587.665/0001-58, estabelecida na Rua Odair José Gonçalves, Vargem do Braço, cidade de Santo Amaro da Imperatriz.

Art.2º A entidade mencionada no artigo anterior fica assegurada de todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art.3º Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz, 11 de novembro de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS  
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

**LEI Nº 2.773, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2224126

LEI Nº 2.773, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Denomina Rua Gilberto Antônio de Abreu e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Gilberto Antônio de Abreu, a via cadastrada sob o código nº 554, localizada no Bairro Vila Becker, do Loteamento Jardins das Imperatriz, com 150,00 metros de comprimento e 13,00 metros de largura, com medidas internas de 3,00 metros de passeio + 7,00m de Via + 3,00 metros de passeio, conforme o Parcelamento Regular de Solo, com início perpendicularmente à Rua Major Teófilo Hüntemann (rua projetada "A" – Loteamento Jardins da Imperatriz), e autorizando o Prefeito Municipal, caso ainda não formalizado, a receber em doação o referido logradouro de seus eventuais proprietários.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Santo Amaro da Imperatriz, 11 de novembro de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS  
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

**PORTARIA Nº 15.312/2019**

Publicação Nº 2224022

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-43PORTARIA Nº 15.312, de 08 de Novembro de 2019.  
HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATORIO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar nº 060/09, considerando as avaliações realizadas para cada servidor em específico,

**RESOLVE :**

- Homologar as avaliações realizadas no presente ano da seguinte servidora:

NOME	CARGO	MAT.
Amanda Gouvea Alcantara	Médica Veterinária	6019

- Tornar estáveis, diante do período de efetivo exercício e da avaliação periódica de desempenho, a servidora abaixo:

NOME	CARGO	MAT.
Amanda Gouvea Alcantara	Médica Veterinária	6019

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 08 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.313/2019**

Publicação Nº 2224014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.313, de 08 de Novembro de 2019.  
CONCEDE LICENÇA PARA  
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

**RESOLVE :**

Conceder licença de 10 (dez) dias para tratamento de saúde a servidora FRANCINE SANTANA, matrícula nº 6495, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a partir de 27/10/2019 à 05/11/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 08 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.314/2019**

Publicação Nº 2224039

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.314, de 08 de Novembro de 2019.  
CONCEDE LICENÇA PARA  
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

**RESOLVE :**

Conceder licença de 10 (dez) dias para tratamento de saúde a servidora FRANCIELE MACIEL SILVA, matrícula nº 3087, ocupante do cargo de Enfermeiro, com efeitos retroativos a partir de 01/11/2019 à 10/11/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 08 de Novembro de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 15.315/2019**

Publicação Nº 2224043

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.315, de 11 de Novembro de 2019.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 45 (quarenta e cinco) dias para tratamento de saúde a servidora ROSEMIRA MATOS COSTA, matrícula nº 1425, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, com efeitos retroativos a partir de 10/11/2019 a 24/12/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 11 de Novembro de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 15.316/2019**

Publicação Nº 2224047

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.316, de 11 de Novembro de 2019.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença Tratamento de Saúde concedida à servidora ROSEMIRA MATOS COSTA

RESOLVE :

Prorrogar até 19/12/2019 a designação da servidora MARIA ELIZABETE MOLINETE, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica (Portaria nº 15.116/19).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 11 de Novembro de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 15.317/2019**

Publicação Nº 2224051

PORTARIA Nº 15.317, de 11 de Novembro de 2019.

DESIGNA BOLSISTAS

O Prefeito Municipal do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.170, de 12 de Dezembro de 1996, resolve

D E S I G N A R:

LAIZA BECKER MARTINS e MARIA CLARA SOUZA KRAUS, brasileiras, estudantes, para desempenharem atividades ligadas ao Programa de Bolsa de Trabalho junto a Secretaria da Educação e Esportes, com jornada de Trabalho/Estágio igual a quatro horas diárias e vencimento previsto em lei, a partir de 11/11/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 11 de Novembro de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 15.318/2019**

Publicação Nº 2224052

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.318, de 11 de Novembro de 2019.  
CONCEDE LICENÇA PARA  
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 90 (noventa) dias para tratamento de saúde ao servidor ANDRÉ MARTINS, matrícula nº 1462, ocupante do cargo de Artífice, com efeitos retroativos a partir de 09/11/2019 à 06/02/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 11 de Novembro de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**DECRETO 6.670/2019**

Publicação Nº 2224276



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

**DECRETO Nº 6.670, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

**Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor ativo DANIEL RACHADEL, em caráter integral, nos termos do inciso II do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Complementar nº 002/2000, à dependente Sra. MARIA GERALDA RACHADEL (esposa), com efeitos a partir de 06/10/2019, e dá outras providências.**

O Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**DECRETA:**

**Art.1º** Conceder, Pensão por Morte, em face do óbito do servidor ativo **DANIEL RACHADEL**, brasileiro, ex-portador do RG nº 707.020, SSP-SC, e do CPF nº 246.296.859-87, em caráter integral, nos termos do inciso II do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Complementar nº 002/2000, à dependente presumida **MARIA GERALDA RACHADEL (esposa)**.

**Art. 2º** Autorizar o pagamento dos proventos de Pensão por Morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 1.365,61 (um mil trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta e um centavos) que serão pagos mensalmente pelo IPRESANTOAMARO.

**Parágrafo único.** O valor dos proventos de pensão por morte serão revisados nos termos da Lei Federal nº 10.887/2004, observada a aplicação da decisão cautelar proferida pelo STF na ADIn 4582.

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 06/10/2019 – data do óbito do servidor ativo.

**Art. 4º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz, 11 de novembro de 2019.

**Edésio Justen**  
**Prefeito Municipal**



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1544/2019

Publicação Nº 2223614

DECRETO Nº 1544, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS NO PERÍODO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 A 17 DE JANEIRO DE 2020, DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 24 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 84, VI, "a", da Constituição da República, em razão do princípio da simetria, além das disposições da Lei Orgânica Municipal e do que preceitua o § 2º do artigo 89 da Lei Municipal nº 228/2001,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas, do dia 19 de dezembro de 2019 ao dia 17 de janeiro de 2020, inclusive, férias coletivas aos Servidores Públicos municipais, ressalvadas as necessidades de serviço da Administração Pública Direta e Indireta e os serviços essenciais que deverão ser mantidos, observadas as escalas de plantões de cada unidade administrativa.

§ 1º Os Servidores em gozo de férias coletivas terão os dias deduzidos do respectivo período aquisitivo de férias.

§ 2º As demais unidades administrativas deverão encaminhar à Secretaria Municipal de Administração, até o dia 06/12/2019, a escala dos servidores que atuarão para a manutenção dos serviços essenciais e operacionais de cada secretaria, em benefício do interesse público, durante o período de férias coletivas.

Art. 2º Os Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação deverão observar as disposições do Calendário Escolar e a escala própria de férias, formalizada por ato expedido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Os Servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde deverão observar as disposições e escalas de revezamento implantadas por ato a ser expedido pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 4º Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de serviço público, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2019.

Parágrafo único. Estende-se o Ponto Facultativo à Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos e à Central de Medicamentos.

Art. 5º Ficam suspensos os prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos, inclusive os administrativos/sindicâncias, em trâmite, bem como as atividades relacionadas ao fornecimento de cópias, certidões e demais documentos públicos durante o período de férias coletivas.

Parágrafo único. A suspensão de que trata o caput não se aplica à formalização de procedimentos, pedidos de cópias e certidões que, em razão da natureza da atividade e diante da urgência justificada, não possam aguardar o retorno das atividades e aos prazos administrativos internos e externos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1545/2019

Publicação Nº 2223630

DECRETO Nº 1545, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 3986/18, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) no orçamento vigente do SAMAE e suplementará a seguinte dotação:

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 004 - Saneamento Geral

Atividade: 1004 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

4490510000 - Obras e Instalações (06060600) R\$ 500.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Crédito Suplementar abertos, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, na Fonte de Recursos:06060600 - Superávit Recursos Diretamente Arrecadados p/Administração Indireta e Fundos, no valor de R\$ 500.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1546/2019

Publicação Nº 2223633

DECRETO Nº 1546, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 3986/18, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Unidade: 001 - Câmara de Vereadores

Atividade: 2001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3391390000 – Outros Serviços de Terceiros PJ (01000100) R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Unidade: 001 - Câmara de Vereadores

Atividade: 2001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

4490520000 – Equipamentos e Material Permanente (01000100) R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1547/2019

Publicação Nº 2223636

DECRETO Nº 1547, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 3986/18, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.303,00 (oito mil, trezentos e três reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 001 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2057 – Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

3390320000 – Material de distribuição gratuita (01000100) R\$ 1.240,00

Atividade: 2058 – Desporto de Iniciação e Rendimento

3390360000 – Outros serviços de terceiros – PF (01000100) R\$ 3.063,00

Atividade: 1029 – Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para Práticas Esportivas

4490520000 – Equipamentos e material permanente (01000100) R\$ 4.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Suplementares abertos, será utilizado recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 001 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2057 – Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

3390140000 - Diárias (01000100) R\$ 1.240,00

Atividade: 2058 – Desporto de Iniciação e Rendimento

3390300000 – Material de consumo (01000100) R\$ 3.063,00

Atividade: 1029 – Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para Práticas Esportivas

4490510000 – Obras e Instalações (01000100) R\$ 2.000,00

3390300000 – Material de consumo (01000100) R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1548/2019**

Publicação Nº 2223638

DECRETO Nº 1548, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 3986/18, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.509.775,00 (um milhão, quinhentos e nove mil e setecentos e setenta e cinco reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3191130000 - Obrigações patronais (01010001) R\$ 490.000,00

3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil (01010001) R\$ 30.000,00

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3191130000 - Obrigações patronais (01010001) R\$ 75.000,00

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01010001) R\$ 85.000,00

3390180000 - Auxílio financeiro a estudantes (01010001) R\$ 2.000,00

Unidade: 002 - FUNDEB

Atividade: 4023 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01190019) R\$ 825.000,00

Atividade: 4026 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01180018) R\$ 2.775,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01010001) R\$ 520.000,00

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3390460000 - Auxílio-alimentação (01010001) R\$ 2.000,00

3390460000 - Auxílio-alimentação (01010001) R\$ 85.000,00

3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil (01010001) R\$ 75.000,00

Unidade: 002 - FUNDEB

Atividade: 4023 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

3190130000 - Obrigações patronais (01180018) R\$ 390.000,00

3190940000 - Indenizações e restituições trabalhista (01180018) R\$ 375.000,00

3190130000 - Obrigações patronais (01190019) R\$ 30.000,00

3190940000 - Indenizações e restituições trabalhista (01190019) R\$ 30.000,00

Atividade: 4026 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01190019) R\$ 2.775,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1549/2019

Publicação Nº 2223642

DECRETO Nº 1549, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 3986/18, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 1053 - Melhorias na Mobilidade Urbana

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 1053 - Melhorias na Mobilidade Urbana

4490510000 - Obras e instalações (01000100) R\$ 150.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1550/2019

Publicação Nº 2223645

DECRETO Nº 1550, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA HORÁRIO NATALINO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 742/1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, conforme Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2020 celebrado entre o Sindicato do Comércio Varejista de São Bento do Sul e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Bento do Sul, o seguinte Horário Natalino para os meses de novembro e dezembro de 2019 e janeiro de 2020:

DIA	SEMANA	Lojas em geral	Supermercados	Lojas no Shopping
		HORÁRIO	HORÁRIO	HORÁRIO
30/11	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal	Normal
01/12	Domingo	Fechado	Até às 20:00 horas	Normal
02	Segunda-feira	Até às 19:00 horas	Normal	Normal
03	Terça-feira	Até às 19:00 horas	Normal	Normal
04	Quarta-feira	Até às 19:00 horas	Normal	Normal
05	Quinta-feira	Até às 19:00 horas	Normal	Normal
06	Sexta-feira	Até às 19:00 horas	Normal	Normal
07	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal	Normal
08	Domingo	14:30 às 19:30 horas	Até às 20:00 horas	Normal
09	Segunda-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
10	Terça-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
11	Quarta-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
12	Quinta-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
13	Sexta-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
14	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal	Normal
15	Domingo	14:30 às 19:30 horas	Até às 20:00 horas	Normal
16	Segunda-feira	Até às 19:30 horas	Até às 21:00 horas	Normal
17	Terça-feira	Até às 19:30 horas	Até às 21:00 horas	Normal
18	Quarta-feira	Até às 19:30 horas	Até às 21:00 horas	Normal
19	Quinta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas	Normal
20	Sexta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas	Normal
21	Sábado	Até às 17:00 horas	Até às 21:00 horas	Normal

22	Domingo	14:30 às 19:30 horas	Até às 21:00 horas	Normal
23	Segunda-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas	Normal
24	Terça-feira	Até às 13:00 horas	Até às 19:00 horas	Normal
25	Quarta-feira NATAL	FECHADO	FECHADO	FECHADO
26	Quinta-feira	Normal	Normal	Normal
27	Sexta-feira	Normal	Normal	Normal
28	Sábado	Normal	Normal	Normal
29	Domingo	FECHADO	Normal	Normal
30	Segunda-feira	Normal	Normal	Normal
31	Terça-feira	Até às 13:00 horas	Até às 18:00 horas	Normal
01/01	Quarta-feira ANO NOVO	FECHADO	FECHADO	FECHADO
02/01	Quarta-feira	Normal	Normal	Normal

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

## LEI Nº 4168/2019

Publicação Nº 2223495

LEI Nº 4168, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01020002) R\$ 580.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2555 - CAPS AD II

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01020002) R\$ 190.000,00

3390300000 - Material de consumo (01020002) R\$ 100.000,00

Atividade: 2556 - CAPS i II

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01020002) R\$ 190.000,00

3390300000 - Material de consumo (01020002) R\$ 100.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 4169/2019**

Publicação Nº 2223499

LEI Nº 4169, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte Dotação:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 002 - Encargos Especiais

Atividade: 0050 - Contribuição ao PASEP

3390470000 - Obrigações tributárias e contributivas (03390145) R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2030 - Manutenção Melhorias em Vias Urbanas e Rurais

3390300000 - Material de consumo (03390145) R\$ 2.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.  
São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 4170/2019**

Publicação Nº 2223503

LEI Nº 4170, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3390300000 - Material de consumo (01010001) R\$ 270.000,00

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3390300000 - Material de consumo (01010001) R\$ 500.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:



Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 1054 - Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal do Setor Público

4490390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 770.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4171/2019

Publicação Nº 2223509

LEI Nº 4171, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3390300000 - Material de consumo (01010001) R\$ 200.000,00

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3390300000 - Material de consumo (01010001) R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 – Empresa Municipal de Habitação

Unidade: 001 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 1018 - Urbanização Vila Schwarz, preservação do Morro da Mariquinha e instalação do Loteamento Boa Esperança

4490510000 – Obras e Instalações (01000100) R\$ 400.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4172/2019

Publicação Nº 2223514

LEI Nº 4172, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3390300000 - Material de consumo (01010001) R\$ 180.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 – Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 001 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2057 – Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

339030 – Passagens e despesas com locomoção (01000100) R\$ 400,00 339036 – Outros serviços de terceiros – PF (01000100) R\$ 400,00

339032 – Material de distribuição gratuita (01000100) R\$ 20.000,00

319094 – Indenizações e Restituições (01000100) R\$ 300,00

339046 – Auxílio alimentação (01000100) R\$ 16.000,00

319011 – Vencimentos e vantagens fixas (01000100) R\$ 60.000,00

339047 – Obrigações tributárias contributivas (01000100) R\$ 15.000,00

339091 – Sentenças judiciais (01000100) R\$ 900,00

319113 – Obrigações patronais (01000100) R\$ 5.000,00

339030 – Material de consumo (01000100) R\$ 5.000,00

339037 – Locação de mão de obra (01000100) R\$ 5.000,00

339014 – Diárias (01000100) R\$ 2.000,00

Atividade: 2059 – Desporto de Iniciação e Rendimento

339036 – Outros serviços de terceiros – PF (01000100) R\$ 30.000,00

Atividade: 2058 – Desporto Comunitário

339031 – Premiações culturais, Art., Científicas Esportivas (01000100) R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## **PORTARIAS Nº 8744/2019 A 8772/2019**

Publicação Nº 2223651

PORTARIA Nº 8744, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de ALINE WORNEM DA SILVA, no cargo de Atendente Educativo, do Concurso Público nº 009/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 20951/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 8 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8745, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de ROSANA KOMAR, no cargo de Fiscal de Posturas, do Concurso Público nº 05/2019, de acordo com

a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 20993/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 8 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8746, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 8 de novembro de 2019, GIOVANE KATI RUDNIK VEIGA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 007/2016, homologado em 01 de julho de 2016, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 8 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8747, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 1º de novembro de 2019, ADRIANA NECZYPOR, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 8 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8748, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 1º de novembro de 2019, MARCIA SEMPTICOWSKI OGLIARI, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 8 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8749, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 6 de novembro de 2019, JULIANO RICARDO MIRANDA, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 8 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8750, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 5 de novembro de 2019, JEFERSON BAUER, do cargo de Mecânico, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 8 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8751, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de novembro de 2019, o cargo de Secretária de Escola, ocupado pela servidora MARISA ANITA PFUETZENREUTER RIBEIRO.

São Bento do Sul, 8 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8752, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de novembro de 2019, o cargo de Professor Anos Finais, ocupado pela servidora NEIVA MARIA ROSA.

São Bento do Sul, 8 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8753, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar ALANA CRISTINE CABRAL, ocupante do cargo de Assessor de Imprensa e Comunicação, no Gabinete do Prefeito, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Celta, placa MEC 2288.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 8 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8754, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

## NOMEAR:

A partir de 8 de novembro de 2019, DANIELA SALDANHA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 007/2016, homologado em 01 de julho de 2016, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 8 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8755, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

## RESOLVE:

Promover, a partir de 2 de maio de 2019, ADRIANA RITA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8756, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

## RESOLVE:

Promover, a partir de 3 de setembro de 2019, LUIZ CARLOS ADÃO, ocupante do cargo efetivo de Motorista II - Extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8757, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

## RESOLVE:

Promover, a partir de 14 de setembro de 2019, LUIS CARLOS ANTON, ocupante do cargo efetivo de Fiscal em Vigilância em Saúde, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe H para Classe I.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8758, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

## RESOLVE:

Promover, a partir de 20 de setembro de 2019, JAIME ROPKE, ocupante do cargo efetivo de Soldador, Grupo Ocupacional 02, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8759, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 1º de outubro de 2019, ANA MARCIA MOROSCKO ROHRBACHER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8760, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 10 de outubro de 2019, KELI CRISTIANE PEREIRA FERNANDES, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8761, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 14 de outubro de 2019, ANDREZZA DA SILVA ANDRADE, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8762, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 16 de outubro de 2019, LUCIA MARTENDAL, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8763, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 18 de outubro de 2019, KEILA TATIANA DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Fundação Cultural, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8764, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 25 de outubro de 2019, CRISTINA APARECIDA DOMINSKI DE LIMA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, Grupo Ocupacional 05, Nível I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8765, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 9 de abril de 2019, ANA PAULA WAGNER, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Magistério, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8766, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 16 de junho de 2019, CLARECILDA BOLGENHAGEM AZE LARA, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Magistério, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8767, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei



nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 26 de junho de 2019, TATIANE DOS SANTOS VAZ, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Ensino Médio, Nível I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8768, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 17 de agosto de 2019, JESSICA MONIKE STIEGLER, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Magistério, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8769, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 15 de setembro de 2019, GISLAINE MARIA WEDDERHOFF, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Ensino Médio, Nível I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8770, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 19 de setembro de 2019, ANDREA CRISTINA WALTRICKI HERMES, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8771, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 29 de setembro de 2019, SIMONE WEISS DOS PASSOS, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8772, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 30 de setembro de 2019, FABIANE DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Magistério, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4167/2019

Publicação Nº 2223491



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
AL1 - Receita(Fonte) Despesa(Função)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 2

Art. 2º, Par 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Receita			Despesa	
Especificação	Fonte	Total	Especificação	Cat. Econômica
Receitas correntes		377.260.415,10	Administração	28.853.550,50
Impostos, taxas e contribuições de me	70.783.260,00		Agricultura	2.601.190,00
Contribuições	14.545.411,00		Assistência Social	10.335.900,00
Receita patrimonial	54.433.762,43		Comércio e Serviços	1.830.216,00
Receita agropecuária	0,00		Cultura	3.426.820,00
Receita industrial	0,00		Desporto e Lazer	6.298.229,68
Receita de serviços	33.117.696,43		Direitos da Cidadania	1.455.200,00
Transferências correntes	197.632.521,24		Educação	84.184.355,00
Outras receitas correntes	6.747.764,00		Encargos Especiais	8.005.030,00
Receitas de capital		59.858.824,00	Energia	4.695.611,00
Operações de crédito	33.467.883,00		Essencial à Justiça	2.213.000,00
Alienação de bens	1.273.573,00		Gestão Ambiental	465.250,00
Amortização de empréstimos	892.850,00		Habitação	6.026.991,12
Transferências de capital	24.224.518,00		Indústria	3.254.350,70
Outras receitas de capital	0,00		Legislativa	4.950.000,00
Receitas correntes intraorçamentárias		28.733.833,84	Previdência Social	41.060.809,43
Impostos, taxas e contribuições de me	75.257,00		Reserva de Contingência	52.526.639,69
Contribuições	17.124.130,96		Saneamento	41.260.620,58
Receita patrimonial	0,00		Saúde	77.511.770,24
Receita agropecuária	0,00		Segurança Pública	2.348.586,00
Receita industrial	0,00		Trabalho	6.000,00
Receita de serviços	2.135.937,15		Urbanismo	61.678.476,00
Transferências correntes	0,00			
Outras receitas correntes	9.398.508,73			
Receitas de capital intraorçamentárias		0,00		
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			
Amortização de empréstimos	0,00			
Transferências de capital	0,00			
Outras receitas capital	0,00			
Outras receitas de capital	0,00			
Receitas correntes	(20.864.477,00)			
Impostos, taxas e contribuições de me	0,00			
Contribuições	0,00			
Receita patrimonial	0,00			
Receita agropecuária	0,00			
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	0,00			
Transferências correntes	(20.864.477,00)			
Outras receitas correntes	0,00			
Receitas de capital	0,00			
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			
Amortização de empréstimos	0,00			
Transferências de capital	0,00			
Outras receitas de capital	0,00			
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00			
Impostos, taxas e contribuições de me	0,00			
Contribuições	0,00			
Receita patrimonial	0,00			
Receita agropecuária	0,00			
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	0,00			
Transferências correntes	0,00			
Outras receitas correntes	0,00			
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00			
Operações de crédito	0,00			

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:24:03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: HTTPS://C/ATENDE.NET/PSD9A9E7E44E6FC.



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
AL1 - Receita(Fonte) Despesa(Função)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 2 / 2

Art. 2º, Par 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Receita			Despesa	
Especificação	Fonte	Total	Especificação	Cat. Econômica
Alienação de bens	0,00			
Amortização de empréstimos	0,00			
Transferências de capital	0,00			
Outras receitas capital	0,00			
Outras receitas de capital	0,00			
Recursos Arrecadados em Exercícios Ar	0,00			
Recursos Arrecadados em Exercícios	0,00			
<b>Subtotal</b>		444.988.595,94	<b>Subtotal</b>	444.988.595,94
<b>Transferências Financeiras</b>		0,00	<b>Transferências Financeiras</b>	0,00
<b>Total</b>		444.988.595,94	<b>Total</b>	444.988.595,94

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE [HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A7E44E8FC](https://c.atende.net/PSDA9A7E44E8FC).



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

Pág 1 / 9

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade: 001 - Câmara de Vereadores

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			4.817.257,52
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		3.625.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	3.515.000,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	110.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.192.257,52	
339000000000000000	Aplicações diretas	1.141.000,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	51.257,52		
400000000000000000	Despesas de capital			132.742,48
440000000000000000	Investimentos		132.742,48	
449000000000000000	Aplicações diretas	132.742,48		

**Total Unidade** 4.950.000,00**Total Órgão** 4.950.000,00

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			4.655.900,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.916.300,00	
317100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato c	111.300,00		
319000000000000000	Aplicações diretas	2.715.300,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	89.700,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.739.600,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	835.050,00		
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos	217.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	687.550,00		
400000000000000000	Despesas de capital			15.900,00
440000000000000000	Investimentos		15.900,00	
447100000000000000	Transferências a consórcios públicos	15.400,00		
449000000000000000	Aplicações diretas	500,00		

**Total Unidade** 4.671.800,00

Unidade: 002 - Bombeiros

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			588.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		588.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	588.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			882.000,00
440000000000000000	Investimentos		882.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	882.000,00		

**Total Unidade** 1.470.000,00

Unidade: 003 - Polícia Militar

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			157.700,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		157.700,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	157.700,00		
400000000000000000	Despesas de capital			220.500,00
440000000000000000	Investimentos		220.500,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	220.500,00		

**Total Unidade** 378.200,00**Total Órgão** 6.520.000,00

Órgão: 03 - Procuradoria

Unidade: 001 - Assessoria Jurídica

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			2.212.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		970.800,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	927.300,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	43.500,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.241.200,00	

IPM Sistemas Ltda

Atende Net - WPI v. 2013.01

Identificador: WPL181101-252-YBQEH1-309086612 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:23:32 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOMADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7E60EBF0.




**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

Pág 2 / 9

<b>Órgão: 03 - Procuradoria</b>				
<b>Unidade: 001 - Assessoria Jurídica</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
339000000000000000	Aplicações diretas	1.241.200,00		
400000000000000000	Despesas de capital			1.000,00
440000000000000000	Investimentos		1.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	1.000,00		
<b>Total Unidade</b>				2.213.000,00
<b>Total Órgão</b>				2.213.000,00
<b>Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração</b>				
<b>Unidade: 001 - Administração Geral</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			20.091.749,50
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		6.284.300,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	5.575.300,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	709.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		13.807.449,50	
339000000000000000	Aplicações diretas	5.089.122,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	8.688.327,50		
339300000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos	30.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			379.573,00
440000000000000000	Investimentos		379.573,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	379.573,00		
<b>Total Unidade</b>				20.471.322,50
<b>Unidade: 002 - Encargos Especiais</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			2.042.300,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		35.300,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	35.300,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		2.007.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	2.007.000,00		
900000000000000000	Reserva de contingência			300.000,00
990000000000000000	Reserva de contingência		300.000,00	
999900000000000000	Reserva de contingência	300.000,00		
<b>Total Unidade</b>				2.342.300,00
<b>Total Órgão</b>				22.813.622,50
<b>Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Finanças</b>				
<b>Unidade: 001 - Administração Financeira</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			3.899.178,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.856.790,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	2.556.790,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	300.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.042.388,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	1.004.888,00		
339300000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos	37.500,00		
400000000000000000	Despesas de capital			570.000,00
440000000000000000	Investimentos		570.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	570.000,00		
<b>Total Unidade</b>				4.469.178,00
<b>Unidade: 002 - Serviços da Dívida Pública</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			2.986.648,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.640.000,00	
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	1.640.000,00		
320000000000000000	Juros e encargos da dívida		1.346.648,00	
329000000000000000	Aplicações diretas	1.346.648,00		
400000000000000000	Despesas de capital			2.147.332,00
460000000000000000	Amortização da dívida		2.147.332,00	





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

Pág 3 / 9

<b>Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Finanças</b>				
<b>Unidade: 002 - Serviços da Dívida Pública</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
469000000000000000	Aplicações diretas	2.147.332,00		
<b>Total Unidade</b>				5.133.980,00
<b>Total Órgão</b>				9.603.158,00
<b>Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação</b>				
<b>Unidade: 001 - Secretaria de Educação</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			25.824.686,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		10.516.587,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	3.795.487,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órg	6.721.100,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		15.308.099,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	227.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	13.284.299,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	1.796.800,00		
400000000000000000	Despesas de capital			6.100.528,00
440000000000000000	Investimentos		6.100.528,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	6.100.528,00		
<b>Total Unidade</b>				31.925.214,00
<b>Unidade: 002 - FUNDEB</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			52.259.141,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		52.259.141,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	52.259.141,00		
<b>Total Unidade</b>				52.259.141,00
<b>Total Órgão</b>				84.184.355,00
<b>Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo</b>				
<b>Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			4.923.293,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		4.134.500,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	3.754.500,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órg	380.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		788.793,00	
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos	41.793,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	747.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			33.539.255,00
440000000000000000	Investimentos		33.539.255,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	33.539.255,00		
<b>Total Unidade</b>				38.462.548,00
<b>Unidade: 002 - DETRUSBS</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			1.680.571,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.680.571,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	1.675.571,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	5.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			204.800,00
440000000000000000	Investimentos		204.800,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	204.800,00		
<b>Total Unidade</b>				1.885.371,00
<b>Unidade: 003 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			157.593,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		157.593,00	
333000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	157.593,00		
<b>Total Unidade</b>				157.593,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A7E60EBF0.







**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

Pág 4 / 9

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo				
Unidade: 004 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			120.293,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		120.293,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	120.293,00		
400000000000000000	Despesas de capital			40.500,00
440000000000000000	Investimentos		40.500,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	40.500,00		
<b>Total Unidade</b>				160.793,00
<b>Total Órgão</b>				40.666.305,00
Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos				
Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			15.206.087,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		6.458.078,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	5.890.678,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	567.400,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		8.748.009,00	
333000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	500,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	8.716.509,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	31.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			403.500,00
440000000000000000	Investimentos		403.500,00	
443000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	500,00		
449000000000000000	Aplicacoes diretas	403.000,00		
<b>Total Unidade</b>				15.609.587,00
<b>Total Órgão</b>				15.609.587,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
Unidade: 001 - Assistência Social				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			8.778.250,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		5.719.900,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	5.131.900,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	588.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		3.058.350,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	3.030.350,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	28.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			28.000,00
440000000000000000	Investimentos		28.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	28.000,00		
<b>Total Unidade</b>				8.806.250,00
Unidade: 002 - Fundo de Assistência Social				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			987.792,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		173.950,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	150.000,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	23.950,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		813.842,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	20.792,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	793.050,00		
400000000000000000	Despesas de capital			119.400,00
440000000000000000	Investimentos		119.400,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	119.400,00		
<b>Total Unidade</b>				1.107.192,00
Unidade: 003 - Fundo da Infância e Adolescência				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			361.060,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		361.060,00	





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

Pág 5 / 9

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
Unidade: 003 - Fundo da Infância e Adolescência				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	101.630,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	259.430,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			36.398,00
44000000000000000000	Investimentos		36.398,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	36.398,00		
<b>Total Unidade</b>				397.458,00
Unidade: 004 - Fundo Municipal do Idoso				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			25.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes		25.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas	25.000,00		
<b>Total Unidade</b>				25.000,00
<b>Total Órgão</b>				10.335.900,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo				
Unidade: 001 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			1.419.267,70
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.148.800,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	1.060.800,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	88.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		270.467,70	
33900000000000000000	Aplicações diretas	270.467,70		
40000000000000000000	Despesas de capital			1.662.833,00
44000000000000000000	Investimentos		1.662.833,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	1.662.833,00		
<b>Total Unidade</b>				3.082.100,70
Unidade: 002 - Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			185.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes		185.000,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	185.000,00		
<b>Total Unidade</b>				185.000,00
Unidade: 003 - Turismo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			547.038,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		215.200,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	206.700,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	8.500,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		331.838,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	1.250,00		
33710000000000000000	Transferências a consórcios públicos	7.000,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	322.088,00		
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	1.500,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			1.276.428,00
44000000000000000000	Investimentos		1.276.428,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	1.276.428,00		
<b>Total Unidade</b>				1.823.466,00
Unidade: 005 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			145.200,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes		145.200,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas	144.100,00		
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	1.100,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			1.310.000,00
44000000000000000000	Investimentos		1.310.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	1.310.000,00		

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL181101-252-YBQEH1-309086612 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:23:32 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7E60EBF0.




**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

Pág 6 / 9

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo				
Unidade: 005 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
<b>Total Unidade</b>				1.455.200,00
<b>Total Órgão</b>				6.545.766,70
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura				
Unidade: 001 - Agricultura				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			2.466.090,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.848.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	1.724.000,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	124.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		618.090,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	612.090,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	6.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			107.100,00
440000000000000000	Investimentos		107.100,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	107.100,00		
<b>Total Unidade</b>				2.573.190,00
Unidade: 002 - Meio Ambiente				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			383.850,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		301.900,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	272.300,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	29.600,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		81.950,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	80.950,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	1.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			65.150,00
440000000000000000	Investimentos		65.150,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	65.150,00		
<b>Total Unidade</b>				449.000,00
Unidade: 003 - Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			43.250,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		43.250,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	43.250,00		
400000000000000000	Despesas de capital			1.000,00
440000000000000000	Investimentos		1.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	1.000,00		
<b>Total Unidade</b>				44.250,00
<b>Total Órgão</b>				3.066.440,00
Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos				
Unidade: 001 - Fundação Municipal de Desportos				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			3.474.429,68
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.382.760,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	1.336.000,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	46.760,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		2.091.669,68	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	60.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	1.992.019,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	39.650,68		
400000000000000000	Despesas de capital			2.823.800,00
440000000000000000	Investimentos		2.823.800,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	2.823.800,00		
<b>Total Unidade</b>				6.298.229,68
<b>Total Órgão</b>				6.298.229,68

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 - 03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E60EBF0.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

Pág 7 / 9

<b>Órgão: 16 - Empresa Municipal de Habitação</b>				
<b>Unidade: 001 - Empresa Municipal de Habitação</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			1.798.853,12
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.194.295,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	1.135.360,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	58.935,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		604.558,12	
339000000000000000	Aplicações diretas	548.446,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	56.112,12		
400000000000000000	Despesas de capital			2.404.606,00
440000000000000000	Investimentos		2.404.606,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	2.404.606,00		
<b>Total Unidade</b>				<b>4.203.459,12</b>
<b>Unidade: 002 - Fundo Rotativo Habitacional</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			95.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		95.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	95.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			1.728.532,00
440000000000000000	Investimentos		1.020.424,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	1.020.424,00		
450000000000000000	Inversões financeiras		708.108,00	
459000000000000000	Aplicações diretas	708.108,00		
<b>Total Unidade</b>				<b>1.823.532,00</b>
<b>Total Órgão</b>				<b>6.026.991,12</b>
<b>Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde</b>				
<b>Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			71.638.945,24
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		31.222.774,83	
319000000000000000	Aplicações diretas	26.737.774,83		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	4.485.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		40.416.170,41	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	1.311.420,00		
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos	780.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	38.281.650,41		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	43.100,00		
400000000000000000	Despesas de capital			5.872.825,00
440000000000000000	Investimentos		5.872.825,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	5.872.825,00		
<b>Total Unidade</b>				<b>77.511.770,24</b>
<b>Total Órgão</b>				<b>77.511.770,24</b>
<b>Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul</b>				
<b>Unidade: 001 - Fundação Cultural de São Bento do Sul</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			2.983.320,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.247.137,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	2.042.037,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	205.100,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		736.183,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	586.939,90		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	149.243,10		
400000000000000000	Despesas de capital			228.000,00
440000000000000000	Investimentos		208.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	208.000,00		
450000000000000000	Inversões financeiras		20.000,00	
459000000000000000	Aplicações diretas	20.000,00		
<b>Total Unidade</b>				<b>3.211.320,00</b>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:23:32 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7E60EBF0.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

Pág 8 / 9

Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul				
Unidade: 002 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			214.500,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		214.500,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	100.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	114.500,00		
400000000000000000	Despesas de capital			1.000,00
440000000000000000	Investimentos		1.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	1.000,00		
<b>Total Unidade</b>				215.500,00
<b>Total Órgão</b>				3.426.820,00
Órgão: 19 - IPRESBS				
Unidade: 001 - IPRESBS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			40.110.809,43
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		38.493.000,00	
312000000000000000	Compensações ao RGPS	600.000,00		
319000000000000000	Aplicações diretas	37.818.000,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órg	75.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.617.809,43	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	1.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	1.564.000,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	52.809,43		
400000000000000000	Despesas de capital			950.000,00
440000000000000000	Investimentos		950.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	950.000,00		
900000000000000000	Reserva de contingência			52.226.639,69
990000000000000000	Reserva de contingência		52.226.639,69	
999900000000000000	Reserva de contingência	52.226.639,69		
<b>Total Unidade</b>				93.287.449,12
<b>Total Órgão</b>				93.287.449,12
Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto				
Unidade: 001 - Serviços Administrativos				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			5.562.497,69
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.799.168,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	2.517.000,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órg	282.168,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		2.763.329,69	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	41.870,00		
337000000000000000	Transferências a instituições multigovernamentais	104.600,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	2.463.639,32		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	153.220,37		
400000000000000000	Despesas de capital			142.000,00
440000000000000000	Investimentos		142.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	142.000,00		
<b>Total Unidade</b>				5.704.497,69
Unidade: 002 - Abastecimento de Água				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			9.944.050,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		3.907.300,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	3.582.300,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órg	325.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		6.036.750,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	5.819.250,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	217.500,00		
400000000000000000	Despesas de capital			2.649.792,89
440000000000000000	Investimentos		2.649.792,89	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	2.649.792,89		

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL181101-252-YBQEH1-309086612 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:23:32 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7E60EBF0.




**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

Pág 9 / 9

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto				
Unidade: 002 - Abastecimento de Água				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
<b>Total Unidade</b>				12.593.842,89
Unidade: 003 - Sistema de Esgoto Sanitário				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			3.665.550,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.639.200,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	1.484.200,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	155.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		2.026.350,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	1.914.350,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	112.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			11.577.030,00
440000000000000000	Investimentos		11.517.030,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	11.517.030,00		
450000000000000000	Inversões financeiras		60.000,00	
459000000000000000	Aplicações diretas	60.000,00		
<b>Total Unidade</b>				15.242.580,00
Unidade: 004 - Sanearneto Geral				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			1.166.700,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.166.700,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	1.043.700,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	6.000,00		
339300000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fund	117.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			6.420.000,00
440000000000000000	Investimentos		6.420.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	6.420.000,00		
<b>Total Unidade</b>				7.586.700,00
Unidade: 005 - Sistema de Resíduos Sólidos				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			6.664.581,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		197.600,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	174.600,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	23.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		6.466.981,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	6.452.981,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	14.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			4.004.000,00
440000000000000000	Investimentos		4.004.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	4.004.000,00		
<b>Total Unidade</b>				10.668.581,00
Unidade: 006 - Programa Munic. de Pagamentos por Serv. Ambientais				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			123.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		123.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	123.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			10.000,00
440000000000000000	Investimentos		10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	10.000,00		
<b>Total Unidade</b>				133.000,00
<b>Total Órgão</b>				51.929.201,58
<b>Total</b>				444.988.595,94



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 1 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF nº 8 de 04/02/1985 - Adendo III.

Órgão: 1 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade: 1 - Câmara de Vereadores

0001.0031.0001.2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores.

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				4.767.257,52
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.625.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		3.515.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	3.000.000,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	500.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	15.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		110.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	110.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.142.257,52	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.091.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	30.000,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	2.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	100.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	40.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	300.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	550.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	25.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	40.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		51.257,52		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	3.000,00			
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
339197000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	46.257,52			
400000000000000000	Despesas de capital				132.742,48
440000000000000000	Investimentos			132.742,48	
449000000000000000	Aplicações diretas		132.742,48		
449051000000000000	Obras e instalações	63.742,48			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	69.000,00			
<b>Total Ação</b>					4.900.000,00

0001.0031.0001.2010 - Câmara Mirim

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				50.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			50.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	25.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	25.000,00			
<b>Total Ação</b>					50.000,00
<b>Total Unidade</b>					4.950.000,00
<b>Total Órgão</b>					4.950.000,00

Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 - Gabinete do Prefeito

0004.0122.0002.2002 - Gestão do Gabinete do Prefeito

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.957.050,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.805.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		2.715.300,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.363.900,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	341.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	8.400,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54 -03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.






## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 2 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	2.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		89.700,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	89.700,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			152.050,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		152.050,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	15.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	28.750,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	20.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	12.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	38.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	33.300,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					2.957.050,00
0004.0125.0002.2011 - Departamento de Controle Interno - DECIN					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				25.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			25.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		25.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	2.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	22.000,00			
<b>Total Ação</b>					25.000,00
0004.0131.0002.4002 - Departamento de Comunicação Social - DECS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				510.500,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			510.500,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		510.500,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	3.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	6.500,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	500.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				500,00
44000000000000000000	Investimentos			500,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		500,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	500,00			
<b>Total Ação</b>					511.000,00
0004.0242.0002.0092 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				350.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			350.000,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		350.000,00		
33504100000000000000	Contribuições	350.000,00			
<b>Total Ação</b>					350.000,00
0028.0845.0002.0049 - Repasses Financeiro para Organizações da Sociedade Civil					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				485.050,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			485.050,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		485.050,00		
33504100000000000000	Contribuições	485.050,00			
<b>Total Ação</b>					485.050,00
0028.0845.0002.0094 - Consórcio Quiriri					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				328.300,00





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 3 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			111.300,00	111.300,00	
31710000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio			111.300,00		
31717000000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	111.300,00				
33000000000000000000	Outras despesas correntes				217.000,00	
33710000000000000000	Transferências a consórcios públicos			217.000,00		
33717000000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	217.000,00				
40000000000000000000	Despesas de capital					15.400,00
44000000000000000000	Investimentos				15.400,00	
44710000000000000000	Transferências a consórcios públicos			15.400,00		
44717000000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	15.400,00				
<b>Total Ação</b>						343.700,00
<b>Total Unidade</b>						4.671.800,00

Unidade: 2 - Bombeiros

0004.0302.0002.4004 - Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				41.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			41.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		41.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	22.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	500,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	18.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				29.000,00
44000000000000000000	Investimentos			29.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		29.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	29.000,00			
<b>Total Ação</b>					70.000,00

0006.0182.0002.2004 - Manutenção e Conservação da OBM

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				547.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			547.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		547.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	250.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	2.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	40.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	240.000,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	12.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				853.000,00
44000000000000000000	Investimentos			853.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		853.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	53.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	800.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.400.000,00
<b>Total Unidade</b>					1.470.000,00

Unidade: 3 - Polícia Militar

0006.0181.0002.2005 - Serviços Especiais - Polícia Militar

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				137.700,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			137.700,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		137.700,00		
33903000000000000000	Material de consumo	80.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	51.700,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 4 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

40000000000000000000	Despesas de capital				220.000,00
44000000000000000000	Investimentos			220.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		220.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	60.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	160.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>357.700,00</b>
0006.0182.0002.2003 - Departamento da Defesa Civil					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				20.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			20.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	500,00			
33903000000000000000	Material de consumo	11.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	2.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	500,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	500,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	5.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				500,00
44000000000000000000	Investimentos			500,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		500,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	500,00			
<b>Total Ação</b>					<b>20.500,00</b>
<b>Total Unidade</b>					<b>378.200,00</b>
<b>Total Órgão</b>					<b>6.520.000,00</b>
Órgão: 3 - Procuradoria					
Unidade: 1 - Assessoria Jurídica					
0003.0092.0003.2006 - Gestão da Assessoria Jurídica					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				2.212.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			970.800,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		927.300,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	786.700,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	99.600,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	40.000,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	1.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		43.500,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	43.500,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			1.241.200,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		1.241.200,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	1.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	22.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	93.500,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	22.700,00			
33909100000000000000	Sentenças judiciais	1.100.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
44000000000000000000	Investimentos			1.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>2.213.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>					<b>2.213.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>					<b>2.213.000,00</b>
Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Administração					
Unidade: 1 - Administração Geral					
0004.0122.0005.2008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração					





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 5 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				7.383.200,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			6.284.300,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		5.575.300,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	5.008.600,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	63.300,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	455.600,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	47.800,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		709.000,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	709.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			1.098.900,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		1.098.900,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	3.500,00			
33901800000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	32.200,00			
33903000000000000000	Material de consumo	100.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	140.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	415.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	405.700,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital			1.000,00	1.000,00
44000000000000000000	Investimentos				
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>7.384.200,00</b>

## 0004.0122.0005.2051 - Gestão dos Serviços Públicos

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				11.674.549,50
33000000000000000000	Outras despesas correntes			11.674.549,50	
33900000000000000000	Aplicações diretas		2.986.222,00		
33900800000000000000	Outros benefícios assistenciais	25.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	253.722,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.700.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
33909200000000000000	Despesas de exercícios anteriores	500,00			
33909300000000000000	Indenizações e restituições	5.000,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		8.688.327,50		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	63.000,00			
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	11.930,00			
33919700000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	8.613.397,50			
40000000000000000000	Despesas de capital				378.573,00
44000000000000000000	Investimentos			378.573,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		378.573,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	50.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	328.573,00			
<b>Total Ação</b>					<b>12.053.122,50</b>

## 0004.0126.0005.2012 - Gestão do Departamento de Tecnologia e Informação

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				1.004.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			1.004.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		1.004.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v. 2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9ATE95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 6 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	1.000.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.004.000,00
0004.0131.0005.2048 - Publicações Oficiais e Divulgações do Município					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				30.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			30.000,00	
33930000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe		30.000,00		
33933900000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	30.000,00			
<b>Total Ação</b>					30.000,00
<b>Total Unidade</b>					20.471.322,50
Unidade: 2 - Encargos Especiais					
0028.0846.0005.0050 - Contribuição ao PASEP					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				2.007.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			2.007.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		2.007.000,00		
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.007.000,00			
<b>Total Ação</b>					2.007.000,00
0028.0846.0005.0086 - Pagamento Pensionistas					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				35.300,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			35.300,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		35.300,00		
31900100000000000000	Aposentadorias e reformas	16.000,00			
31900300000000000000	Pensões	19.300,00			
<b>Total Ação</b>					35.300,00
0099.9999.9999.9999 - Reserva de Contingência					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
90000000000000000000	Reserva de contingência				300.000,00
99000000000000000000	Reserva de contingência			300.000,00	
99990000000000000000	Reserva de contingência		300.000,00		
99999900000000000000	Reserva de contingência	300.000,00			
<b>Total Ação</b>					300.000,00
<b>Total Unidade</b>					2.342.300,00
<b>Total Órgão</b>					22.813.622,50
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Finanças					
Unidade: 1 - Administração Financeira					
0004.0123.0006.1052 - Modernização da Administração Tributária.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				200.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			200.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		200.000,00		
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	200.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				420.000,00
44000000000000000000	Investimentos			420.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		420.000,00		
44903000000000000000	Material de consumo	100.000,00			
44903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	120.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	200.000,00			
<b>Total Ação</b>					620.000,00
0004.0123.0006.2007 - Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 7 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

30000000000000000000	Despesas correntes				3.152.790,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.856.790,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		2.556.790,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.500.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	9.200,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	32.590,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	15.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		300.000,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	300.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			296.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		296.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	2.000,00			
33901800000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	1.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	3.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	51.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	135.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	100.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>3.152.790,00</b>

## 0004.0129.0006.4007 - Departamento de Receitas - DERECA

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				546.388,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			546.388,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		508.888,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	10.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	495.388,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
33930000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe		37.500,00		
33933900000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	37.500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				150.000,00
44000000000000000000	Investimentos			150.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		150.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	100.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>696.388,00</b>
<b>Total Unidade</b>					<b>4.469.178,00</b>

## Unidade: 2 - Serviços da Dívida Pública

## 0028.0843.0006.0047 - Amortização e Juros da Dívida Pública

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				2.986.648,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.640.000,00	
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		1.640.000,00		
31919200000000000000	Despesas de exercícios anteriores	1.640.000,00			
32000000000000000000	Juros e encargos da dívida			1.346.648,00	
32900000000000000000	Aplicações diretas		1.346.648,00		
32902100000000000000	Juros sobre a dívida por contrato	1.262.648,00			
32902200000000000000	Outros encargos sobre a dívida por contrato	84.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				2.147.332,00
46000000000000000000	Amortização da dívida			2.147.332,00	
46900000000000000000	Aplicações diretas		2.147.332,00		
46907100000000000000	Principal dívida contratual resgatado	2.147.332,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v. 2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:24:48 -03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9ATE95BD9A.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 8 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado

Ano LOA: 2020

					<b>Total Ação</b>	5.133.980,00
					<b>Total Unidade</b>	5.133.980,00
					<b>Total Órgão</b>	9.603.158,00
Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Educação						
Unidade: 1 - Secretaria de Educação						
0012.0306.0007.2000 - Alimentação Escolar						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
300000000000000000	Despesas correntes				2.401.641,00	
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.401.641,00		
339000000000000000	Aplicações diretas		2.401.641,00			
339030000000000000	Material de consumo	2.399.641,00				
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00				
					<b>Total Ação</b>	2.401.641,00
0012.0361.0007.2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
300000000000000000	Despesas correntes				12.501.503,00	
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			4.916.487,00		
319000000000000000	Aplicações diretas		1.576.487,00			
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.396.787,00				
319013000000000000	Obrigações patronais	79.900,00				
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	73.000,00				
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	26.800,00				
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		3.340.000,00			
319113000000000000	Obrigações patronais	3.340.000,00				
330000000000000000	Outras despesas correntes			7.585.016,00		
339000000000000000	Aplicações diretas		5.971.216,00			
339014000000000000	Diárias - civil	5.000,00				
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	5.300,00				
339030000000000000	Material de consumo	727.671,00				
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	501.000,00				
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	2.500,00				
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00				
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	365.000,00				
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.910.645,00				
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	96.000,00				
339046000000000000	Auxílio-alimentação	2.302.100,00				
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	10.000,00				
339048000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	45.000,00				
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		1.613.800,00			
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.608.800,00				
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00				
400000000000000000	Despesas de capital				3.390.169,00	
440000000000000000	Investimentos			3.390.169,00		
449000000000000000	Aplicações diretas		3.390.169,00			
449051000000000000	Obras e instalações	2.793.919,00				
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	596.250,00				
					<b>Total Ação</b>	15.891.672,00
0012.0361.0007.2024 - Transporte Escolar						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
300000000000000000	Despesas correntes				868.681,00	
330000000000000000	Outras despesas correntes			868.681,00		
339000000000000000	Aplicações diretas		868.681,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00				
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	867.681,00				
					<b>Total Ação</b>	868.681,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:48 -03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 9 / 41

Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

0012.0362.0007.8024 - Transporte Escolar - Ensino Médio					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				7.600,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			7.600,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		7.600,00		
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	6.600,00			
<b>Total Ação</b>					7.600,00
0012.0364.0007.6025 - Subvenção ao Ensino Superior					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				265.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			265.000,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		227.000,00		
335041000000000000	Contribuições	227.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		38.000,00		
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	38.000,00			
<b>Total Ação</b>					265.000,00
0012.0365.0007.2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				9.519.450,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			5.600.100,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		2.219.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.995.600,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	10.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	208.400,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	5.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		3.381.100,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	3.381.100,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			3.919.350,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		3.736.350,00		
339014000000000000	Diárias - civil	2.500,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	27.300,00			
339030000000000000	Material de consumo	800.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	161.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.250,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	46.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	30.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	912.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	77.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	1.659.300,00			
339048000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	20.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		183.000,00		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	180.000,00			
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	3.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.815.186,00
440000000000000000	Investimentos			1.815.186,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		1.815.186,00		
449051000000000000	Obras e instalações	1.665.186,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	150.000,00			
<b>Total Ação</b>					11.334.636,00
0012.0365.0007.2027 - Convênios com Empresas					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				22.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			22.000,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v. 2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 10 / 41

Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33900000000000000000	Aplicações diretas		22.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	20.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				554.533,00
44000000000000000000	Investimentos			554.533,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		554.533,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	275.533,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	279.000,00			
<b>Total Ação</b>					576.533,00
0012.0365.0007.4024 - Transporte Escolar - Educação Infantil					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				5.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			5.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		5.000,00		
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	3.500,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.500,00			
<b>Total Ação</b>					5.000,00
0012.0365.0007.4027 - Recursos do FNDE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				233.811,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			233.811,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		233.811,00		
33903000000000000000	Material de consumo	102.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	131.811,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				340.640,00
44000000000000000000	Investimentos			340.640,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		340.640,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	306.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	34.640,00			
<b>Total Ação</b>					574.451,00
<b>Total Unidade</b>					31.925.214,00
Unidade: 2 - FUNDEB					
0012.0361.0007.4026 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				28.527.888,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			28.527.888,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		28.527.888,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	25.868.055,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	2.546.937,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	112.896,00			
<b>Total Ação</b>					28.527.888,00
0012.0365.0007.4023 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				23.731.253,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			23.731.253,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		23.731.253,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	20.598.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	2.044.672,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	1.088.581,00			
<b>Total Ação</b>					23.731.253,00
<b>Total Unidade</b>					52.259.141,00
<b>Total Órgão</b>					84.184.355,00
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo					
Unidade: 1 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano					
0015.0122.0008.2014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo					

ESTE DOCUMENTO FOTOCOPIADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 11 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				4.669.500,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			4.134.500,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		3.754.500,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	3.500.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	136.500,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	68.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		380.000,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	380.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			535.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		535.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	5.000,00			
33901800000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	1.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	12.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	3.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	16.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	80.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	180.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	230.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	8.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				2.000,00
44000000000000000000	Investimentos			2.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		2.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>4.671.500,00</b>

## 0015.0451.0008.1040 - Programa Mais Asfalto

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				89.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			89.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		89.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	19.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	70.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				25.184.755,00
44000000000000000000	Investimentos			25.184.755,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		25.184.755,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	25.184.755,00			
<b>Total Ação</b>					<b>25.273.755,00</b>

## 0015.0451.0008.2042 - Departamento de Projetos - DEPRO

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				49.793,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			49.793,00	
33710000000000000000	Transferências a consórcios públicos		41.793,00		
33717000000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	41.793,00			
33900000000000000000	Aplicações diretas		8.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	2.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	4.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.500,00
44000000000000000000	Investimentos			1.500,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		1.500,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	1.500,00			
<b>Total Ação</b>					<b>51.293,00</b>

## 0015.0452.0008.1053 - Melhorias na Mobilidade Urbana

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------------	-------------------------	------------------	---------------------





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 12 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

30000000000000000000	Despesas correntes				115.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			115.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		115.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	15.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	100.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				300.000,00
44000000000000000000	Investimentos			300.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		300.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	300.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>415.000,00</b>
0015.0452.0008.1054 - Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal do Setor Público					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
40000000000000000000	Despesas de capital				7.301.000,00
44000000000000000000	Investimentos			7.301.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		7.301.000,00		
44903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	7.301.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>7.301.000,00</b>
0015.0813.0008.3000 - Parques Municipais					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
40000000000000000000	Despesas de capital				750.000,00
44000000000000000000	Investimentos			750.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		750.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	750.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>750.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>					<b>38.462.548,00</b>
Unidade: 2 - DETRUSBS					
0015.0451.0008.2015 - Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				1.680.571,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			1.680.571,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		1.675.571,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	2.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	241.000,00			
33903100000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	1.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	140.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	2.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.283.571,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		5.000,00		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	3.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				204.800,00
44000000000000000000	Investimentos			204.800,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		204.800,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	204.800,00			
<b>Total Ação</b>					<b>1.885.371,00</b>
<b>Total Unidade</b>					<b>1.885.371,00</b>
Unidade: 3 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR					
0006.0181.0008.2035 - Convênio SSP/Trânsito - Polícia Militar					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				157.593,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			157.593,00	
33300000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		157.593,00		
33308100000000000000	Distribuição Constitucional ou Legal de Receita	157.593,00			
<b>Total Ação</b>					<b>157.593,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:24:48 -03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9ATE95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 13 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

					Total Unidade	157.593,00
Unidade: 4 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL						
0006.0181.0008.2036 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
300000000000000000	Despesas correntes				120.293,00	
330000000000000000	Outras despesas correntes			120.293,00		
339000000000000000	Aplicações diretas		120.293,00			
339030000000000000	Material de consumo	46.800,00				
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00				
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	32.000,00				
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	32.493,00				
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	5.000,00				
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00				
400000000000000000	Despesas de capital				40.500,00	
440000000000000000	Investimentos			40.500,00		
449000000000000000	Aplicacoes diretas		40.500,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	40.500,00				
Total Ação					160.793,00	
Total Unidade					160.793,00	
Total Órgão					40.666.305,00	
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos						
Unidade: 1 - Obras e Serviços Urbanos						
0006.0181.0009.2034 - Rádio Patrulha						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
300000000000000000	Despesas correntes				122.500,00	
330000000000000000	Outras despesas correntes			122.500,00		
333000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		500,00			
333041000000000000	Contribuições	500,00				
339000000000000000	Aplicações diretas		122.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	60.500,00				
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	500,00				
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	1.000,00				
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	40.000,00				
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	20.000,00				
400000000000000000	Despesas de capital				129.500,00	
440000000000000000	Investimentos			129.500,00		
443000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		500,00			
443042000000000000	Auxílios	500,00				
449000000000000000	Aplicacoes diretas		129.000,00			
449051000000000000	Obras e instalações	1.000,00				
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	128.000,00				
Total Ação					252.000,00	
0015.0451.0009.2030 - Manutenção Melhorias em Vias Urbanas e Rurais						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
300000000000000000	Despesas correntes				1.921.684,00	
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.921.684,00		
339000000000000000	Aplicações diretas		1.921.684,00			
339030000000000000	Material de consumo	1.620.684,00				
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00				
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	300.000,00				
400000000000000000	Despesas de capital				51.000,00	
440000000000000000	Investimentos			51.000,00		
449000000000000000	Aplicacoes diretas		51.000,00			
449051000000000000	Obras e instalações	50.000,00				
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00				
Total Ação					1.972.684,00	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:24:48 -03:00 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 14 / 41

Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

0015.0452.0009.2013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.079.494,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.079.494,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.079.494,00		
339030000000000000	Material de consumo	899.494,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	180.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				2.000,00
440000000000000000	Investimentos			2.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		2.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>1.081.494,00</b>
0015.0452.0009.2029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				7.382.798,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			6.349.678,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		5.793.478,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	5.263.978,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	322.500,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	150.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	57.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		556.200,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	556.200,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.033.120,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.002.120,00		
339014000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	10.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	150.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	70.820,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	60.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	270.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	435.300,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		31.000,00		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	30.000,00			
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				3.000,00
440000000000000000	Investimentos			3.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		3.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	1.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>7.385.798,00</b>
0015.0452.0009.2032 - Administração, Manutenção e Melhorias em Cemitérios e Capelas Mortuárias.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				14.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			14.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		14.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	10.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				208.000,00
440000000000000000	Investimentos			208.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		208.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	200.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	8.000,00			







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 15 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

					Total Ação	222.000,00
0025.0452.0009.2031 - Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
300000000000000000	Despesas correntes				4.685.611,00	
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			108.400,00		
319000000000000000	Aplicações diretas		97.200,00			
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	86.000,00				
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	11.200,00				
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		11.200,00			
319113000000000000	Obrigações patronais	11.200,00				
330000000000000000	Outras despesas correntes			4.577.211,00		
339000000000000000	Aplicações diretas		4.577.211,00			
339030000000000000	Material de consumo	160.000,00				
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	42.000,00				
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	4.359.667,00				
339046000000000000	Auxílio-alimentação	12.544,00				
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	3.000,00				
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00	
440000000000000000	Investimentos			10.000,00		
449000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00			
449051000000000000	Obras e instalações	5.000,00				
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00				
					Total Ação	4.695.611,00
					Total Unidade	15.609.587,00
					Total Órgão	15.609.587,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social						
Unidade: 1 - Assistência Social						
0008.0122.0010.2037 - Gestão Administrativa da SEMAS						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
300000000000000000	Despesas correntes				7.120.550,00	
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			5.719.900,00		
319000000000000000	Aplicações diretas		5.131.900,00			
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	4.798.100,00				
319013000000000000	Obrigações patronais	221.300,00				
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	100.000,00				
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	12.500,00				
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		588.000,00			
319113000000000000	Obrigações patronais	588.000,00				
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.400.650,00		
339000000000000000	Aplicações diretas		1.372.650,00			
339014000000000000	Diárias - civil	5.000,00				
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	1.250,00				
339030000000000000	Material de consumo	50.000,00				
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	30.000,00				
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	2.000,00				
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00				
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	72.000,00				
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	779.300,00				
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	80.000,00				
339046000000000000	Auxílio-alimentação	316.100,00				
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00				
339048000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	35.000,00				
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		28.000,00			
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	25.000,00				
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	3.000,00				
400000000000000000	Despesas de capital				5.000,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v. 2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:24:48 -03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.






## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 16 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

44000000000000000000	Investimentos			5.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		5.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
				<b>Total Ação</b>	7.125.550,00
0008.0122.0010.2095 - Benefícios Eventuais					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				344.700,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			344.700,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		344.700,00		
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	336.700,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	6.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
				<b>Total Ação</b>	344.700,00
0008.0243.0010.2039 - Ações Voltadas a Criança e ao Adolescente					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				180.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			180.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		180.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	5.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	3.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	4.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
33904800000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	165.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				13.000,00
44000000000000000000	Investimentos			13.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		13.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	10.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	3.000,00			
				<b>Total Ação</b>	193.000,00
0008.0243.0010.2082 - Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional da Criança e Adolescente					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				1.053.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			1.053.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		1.053.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	5.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	36.400,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.010.600,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				7.000,00
44000000000000000000	Investimentos			7.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		7.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	5.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
				<b>Total Ação</b>	1.060.000,00
0008.0244.0010.1030 - Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpestre					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				27.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			27.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		27.000,00		
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	27.000,00			
				<b>Total Ação</b>	27.000,00
0008.0244.0010.1041 - Horta Comunitária					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOTOCOPIADO EM: 18/10/2019 08:54:03 -03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 17 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

30000000000000000000	Despesas correntes				7.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			7.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		7.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	7.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
44000000000000000000	Investimentos			1.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>8.000,00</b>
0008.0244.0010.2092 - Gestão dos Conselhos Municipais de Assistência Social					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Elemento da Despesa</b>	<b>Modalidade de Aplicação</b>	<b>Grupo de Despesa</b>	<b>Categoria Econômica</b>
30000000000000000000	Despesas correntes				5.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			5.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		5.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	3.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>5.000,00</b>
0008.0244.0010.2094 - Conselho Tutelar					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Elemento da Despesa</b>	<b>Modalidade de Aplicação</b>	<b>Grupo de Despesa</b>	<b>Categoria Econômica</b>
30000000000000000000	Despesas correntes				41.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			41.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		41.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	3.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	3.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	32.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				2.000,00
44000000000000000000	Investimentos			2.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		2.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>43.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>					<b>8.806.250,00</b>
Unidade: 2 - Fundo de Assistência Social					
0008.0244.0010.2071 - FNAS - Gestão - IGD do SUAS					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Elemento da Despesa</b>	<b>Modalidade de Aplicação</b>	<b>Grupo de Despesa</b>	<b>Categoria Econômica</b>
30000000000000000000	Despesas correntes				25.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			25.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		25.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	9.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	1.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	10.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.500,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
44000000000000000000	Investimentos			1.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>26.000,00</b>
0008.0244.0010.2072 - FNAS - Gestão - ACESSUAS					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Elemento da Despesa</b>	<b>Modalidade de Aplicação</b>	<b>Grupo de Despesa</b>	<b>Categoria Econômica</b>
30000000000000000000	Despesas correntes				20.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			20.000,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 18 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33900000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	5.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	10.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					20.000,00
0008.0244.0010.2079 - Gestão do SPS Especial de Média Complexidade - Estado					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				70.400,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			70.400,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		70.400,00		
33903000000000000000	Material de consumo	18.719,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	20.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	11.681,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	11.000,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	5.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	4.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
44000000000000000000	Investimentos			1.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		1.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					71.400,00
0008.0244.0010.2080 - Gestão dos SPS Especial de Alta Complexidade.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				190.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			190.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		190.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	25.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	25.000,00			
33904800000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	140.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				50.000,00
44000000000000000000	Investimentos			50.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
<b>Total Ação</b>					240.000,00
0008.0244.0010.2081 - Gestão dos SPS - PBF - Estado					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				26.600,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			26.600,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		26.600,00		
33903000000000000000	Material de consumo	3.300,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	3.300,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	15.000,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	5.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				57.400,00
44000000000000000000	Investimentos			57.400,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		57.400,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	57.400,00			
<b>Total Ação</b>					84.000,00
0008.0244.0010.2091 - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV - União					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				120.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			120.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		120.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	4.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	25.000,00			





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 19 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	9.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	80.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					120.000,00
0008.0244.0010.4079 - Gestão dos SPS Especial de Média Complexidade					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				177.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			177.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		177.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	50.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	31.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.500,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	78.000,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	15.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
<b>Total Ação</b>					177.000,00
0008.0244.0010.4080 - Gestão dos Serviços de Proteção Básica - União.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				288.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			173.950,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		150.000,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	150.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		23.950,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	23.950,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			114.050,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		114.050,00		
33903000000000000000	Material de consumo	20.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	35.050,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	51.500,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	5.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
<b>Total Ação</b>					288.000,00
0008.0244.0010.4081 - Gestão do IGD - Bolsa Família.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				50.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			50.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	2.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	15.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	500,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	25.500,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	5.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
44000000000000000000	Investimentos			10.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
<b>Total Ação</b>					60.000,00
0008.0244.0010.6041 - Gestão do FMAS - Portadores de Deficiência					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				20.792,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			20.792,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E96BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 20 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		20.792,00		
33504300000000000000	Subvenções sociais	20.792,00			
<b>Total Ação</b>					20.792,00
<b>Total Unidade</b>					1.107.192,00
Unidade: 3 - Fundo da Infância e Adolescência					
0008.0243.0010.0090 - Auxílios Financeiros à Diversas Entidades - FIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				101.630,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			101.630,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		101.630,00		
33504300000000000000	Subvenções sociais	101.630,00			
<b>Total Ação</b>					101.630,00
0008.0244.0010.2044 - Gestão do Fundo da Infância e Adolescência - FIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				259.430,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			259.430,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		259.430,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	5.750,00			
33903000000000000000	Material de consumo	4.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	8.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	3.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	227.680,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	600,00			
33904800000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	10.400,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				36.398,00
44000000000000000000	Investimentos			36.398,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		36.398,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	36.398,00			
<b>Total Ação</b>					295.828,00
<b>Total Unidade</b>					397.458,00
Unidade: 4 - Fundo Municipal do Idoso					
0008.0241.0010.2040 - Programa do Idoso					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				25.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			25.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		25.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	500,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	3.500,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	20.000,00			
<b>Total Ação</b>					25.000,00
<b>Total Unidade</b>					25.000,00
<b>Total Órgão</b>					10.335.900,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo					
Unidade: 1 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico					
0011.0334.0011.2605 - Inclusão, Desenvolvimento do Trabalhador e Empregador					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				3.500,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			3.500,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		3.500,00		
33903000000000000000	Material de consumo	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				2.500,00
44000000000000000000	Investimentos			2.500,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		2.500,00		

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03-03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 21 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	2.500,00			
<b>Total Ação</b>					6.000,00
0022.0661.0011.2016 - Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				1.327.767,70
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.148.800,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		1.060.800,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	993.300,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	66.000,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	500,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		88.000,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	88.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			178.967,70	
33900000000000000000	Aplicações diretas		178.967,70		
33901400000000000000	Diárias - civil	2.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	26.067,70			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.800,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.500,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	50.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	50.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	47.100,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				500,00
44000000000000000000	Investimentos			500,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		500,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	500,00			
<b>Total Ação</b>					1.328.267,70
0022.0661.0011.2070 - Departamento de Indústria e Comércio - DEICO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				83.500,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			83.500,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		83.500,00		
33903000000000000000	Material de consumo	2.500,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	81.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.657.583,00
44000000000000000000	Investimentos			1.657.583,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		1.657.583,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	1.655.583,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.741.083,00
0023.0661.0011.2607 - Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica e da Cultura de Inovação					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				2.500,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			2.500,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		2.500,00		
33903000000000000000	Material de consumo	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
44000000000000000000	Investimentos			1.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					3.500,00
0023.0691.0011.2606 - Empreendedorismo e Sala do Empreendedor					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				2.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v. 2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:24:48 -03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.






## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 22 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33000000000000000000	Outras despesas correntes			2.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas			2.000,00	
33903000000000000000	Material de consumo	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.250,00
44000000000000000000	Investimentos				1.250,00
44900000000000000000	Aplicacoes diretas			1.250,00	
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	1.250,00			
<b>Total Ação</b>					3.250,00
<b>Total Unidade</b>					3.082.100,70
Unidade: 2 - Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS					
0022.0661.0011.2078 - Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				185.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			185.000,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos				
33504100000000000000	Contribuições	185.000,00			
<b>Total Ação</b>					185.000,00
<b>Total Unidade</b>					185.000,00
Unidade: 3 - Turismo					
0023.0695.0011.1016 - Projeto Acolhida na Colônia					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				7.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			7.000,00	
33710000000000000000	Transferências a consórcios públicos		7.000,00		
33717000000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	7.000,00			
<b>Total Ação</b>					7.000,00
0023.0695.0011.1019 - Projeto Incubadora Turística					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				11.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			11.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		11.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
44000000000000000000	Investimentos			10.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		10.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
<b>Total Ação</b>					21.000,00
0023.0695.0011.1021 - Projeto Regionalização do Turismo					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				6.250,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			6.250,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		6.250,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.250,00			
33903000000000000000	Material de consumo	2.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					6.250,00
0023.0695.0011.1023 - Embelezamento dos acessos ao Município.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				34.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			34.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		34.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	2.000,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:24:48 -03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.






## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 23 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	2.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	30.000,00			
<b>Total Ação</b>					34.000,00
0023.0695.0011.2019 - Departamento de Turismo - DETUR					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				488.788,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			215.200,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		206.700,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	172.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	23.700,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	1.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		8.500,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	8.500,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			273.588,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		1.250,00		
33504100000000000000	Contribuições	1.250,00			
33900000000000000000	Aplicações diretas		270.838,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.300,00			
33903000000000000000	Material de consumo	170.438,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.700,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	88.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	7.900,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		1.500,00		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.266.428,00
44000000000000000000	Investimentos			1.266.428,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		1.266.428,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	854.091,83			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	412.336,17			
<b>Total Ação</b>					1.755.216,00
<b>Total Unidade</b>					1.823.466,00
Unidade: 5 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor					
0014.0422.0011.2087 - Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				145.200,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			145.200,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		144.100,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	5.500,00			
33903000000000000000	Material de consumo	22.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	5.500,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	55.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	55.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.100,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		1.100,00		
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.100,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.310.000,00
44000000000000000000	Investimentos			1.310.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		1.310.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	500.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	110.000,00			
44906100000000000000	Aquisição de imóveis	700.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.455.200,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 24 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

					<b>Total Unidade</b>	1.455.200,00
					<b>Total Órgão</b>	6.545.766,70
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura						
Unidade: 1 - Agricultura						
0020.0542.0013.2998 - Unidade de Controle de Zoonoses - UCZ						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
300000000000000000	Despesas correntes				94.000,00	
330000000000000000	Outras despesas correntes			94.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas		94.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	25.000,00				
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	69.000,00				
					<b>Total Ação</b>	94.000,00
0020.0606.0013.2017 - Gestão do Departamento de Agricultura -						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
300000000000000000	Despesas correntes				2.357.090,00	
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.848.000,00		
319000000000000000	Aplicações diretas		1.724.000,00			
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.552.400,00				
319013000000000000	Obrigações patronais	104.100,00				
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	56.300,00				
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	11.200,00				
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		124.000,00			
319113000000000000	Obrigações patronais	124.000,00				
330000000000000000	Outras despesas correntes			509.090,00		
339000000000000000	Aplicações diretas		503.090,00			
339014000000000000	Diárias - civil	2.000,00				
339030000000000000	Material de consumo	115.890,00				
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00				
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00				
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	20.000,00				
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	289.700,00				
339046000000000000	Auxílio-alimentação	72.500,00				
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00				
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		6.000,00			
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	5.000,00				
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00				
400000000000000000	Despesas de capital				106.100,00	
440000000000000000	Investimentos			106.100,00		
449000000000000000	Aplicações diretas		106.100,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	106.100,00				
					<b>Total Ação</b>	2.463.190,00
0020.0606.0013.2018 - Departamento de Pecuária						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
300000000000000000	Despesas correntes				15.000,00	
330000000000000000	Outras despesas correntes			15.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas		15.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	12.000,00				
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	3.000,00				
400000000000000000	Despesas de capital				1.000,00	
440000000000000000	Investimentos			1.000,00		
449000000000000000	Aplicações diretas		1.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00				
					<b>Total Ação</b>	16.000,00
					<b>Total Unidade</b>	2.573.190,00
Unidade: 2 - Meio Ambiente						
0018.0541.0013.2612 - Ampliação do Museu Natural Entomológico Ornith Bollmann						

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:24:48 -03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 25 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				3.350,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			3.350,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		3.350,00		
33903000000000000000	Material de consumo	2.100,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.250,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				14.150,00
44000000000000000000	Investimentos			14.150,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		14.150,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	14.150,00			
<b>Total Ação</b>					<b>17.500,00</b>
0018.0541.0013.2618 - Compra de espécies vegetais nativas e exóticas para arborização e paisagismo urbano					
30000000000000000000	Despesas correntes				8.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			8.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		8.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	8.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>8.000,00</b>
0018.0541.0013.2620 - Criação do Jardim Botânico Municipal					
30000000000000000000	Despesas correntes				37.500,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			37.500,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		37.500,00		
33903000000000000000	Material de consumo	25.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	12.500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				50.000,00
44000000000000000000	Investimentos			50.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>87.500,00</b>
0018.0541.0013.4003 - Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente					
30000000000000000000	Despesas correntes				335.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			301.900,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		272.300,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	219.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	19.400,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	32.900,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	1.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		29.600,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	29.600,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			33.100,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		32.100,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
33901800000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	1.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	1.200,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	500,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	500,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	500,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	15.400,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		1.000,00		
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 26 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

40000000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
44000000000000000000	Investimentos			1.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					336.000,00
<b>Total Unidade</b>					449.000,00
Unidade: 3 - Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento					
0018.0541.0013.2616 - Revisão do Plano de Manejo da APA Rio Vermelho Humboldt					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				16.250,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			16.250,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		16.250,00		
33903000000000000000	Material de consumo	16.250,00			
<b>Total Ação</b>					16.250,00
0020.0606.0013.4017 - Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrário					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				27.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			27.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		27.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	8.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	18.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
44000000000000000000	Investimentos			1.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					28.000,00
<b>Total Unidade</b>					44.250,00
<b>Total Órgão</b>					3.066.440,00
Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos					
Unidade: 1 - Fundação Municipal de Desportos					
0027.0122.0015.2057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				2.090.429,68
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.382.760,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		1.336.000,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.200.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	115.000,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	16.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		46.760,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	46.760,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			707.669,68	
33900000000000000000	Aplicações diretas		668.019,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	7.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	90.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	100.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	55.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	260.000,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	30.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	38.019,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	85.000,00			
33909100000000000000	Sentenças judiciais	1.000,00			

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:24:48 -03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 27 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		39.650,68		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	19.000,00			
33919700000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	20.650,68			
40000000000000000000	Despesas de capital				31.000,00
44000000000000000000	Investimentos			31.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		31.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	31.000,00			
<b>Total Ação</b>					2.121.429,68

## 0027.0811.0015.2058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				1.315.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			1.315.000,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		60.000,00		
33504100000000000000	Contribuições	60.000,00			
33900000000000000000	Aplicações diretas		1.255.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	80.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	25.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	250.000,00			
33904800000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	900.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.315.000,00

## 0027.0812.0015.1029 - Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para Práticas Esportivas

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				2.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			2.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		2.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	2.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				2.792.800,00
44000000000000000000	Investimentos			2.792.800,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		2.792.800,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	2.328.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	464.800,00			
<b>Total Ação</b>					2.794.800,00

## 0027.0812.0015.2059 - Desporto Comunitário

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				67.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			67.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		67.000,00		
33903100000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	65.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					67.000,00

**Total Unidade** 6.298.229,68**Total Órgão** 6.298.229,68

## Órgão: 16 - Empresa Municipal de Habitação

## Unidade: 1 - Empresa Municipal de Habitação

## 0016.0122.0016.1018 - Urbanização Vila Schwarz, preservação do Morro da Mariquinha e instalação do Loteamento Boa Esperança

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				3.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			3.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		3.000,00		
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	3.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				2.398.251,00
44000000000000000000	Investimentos			2.398.251,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		2.398.251,00		

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 28 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

44905100000000000000	Obras e instalações	2.395.251,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	3.000,00			
<b>Total Ação</b>					2.401.251,00
0016.0122.0016.2055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				1.491.853,12
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.194.295,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		1.135.360,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.069.492,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	54.891,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.400,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	577,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		58.935,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	58.935,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			297.558,12	
33900000000000000000	Aplicações diretas		241.446,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.155,00			
33903000000000000000	Material de consumo	24.067,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	50.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	577,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	9.244,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	3.466,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	69.336,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	22.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	40.446,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	20.000,00			
33909100000000000000	Sentenças judiciais	1.155,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		56.112,12		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.155,00			
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	577,00			
33919700000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	54.380,12			
40000000000000000000	Despesas de capital				6.355,00
44000000000000000000	Investimentos			6.355,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		6.355,00		
44903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	577,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	5.778,00			
<b>Total Ação</b>					1.498.208,12
0016.0482.0016.1050 - Trabalho Técnico Social					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				304.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			304.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		304.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	2.500,00			
33903400000000000000	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	300.500,00			
<b>Total Ação</b>					304.000,00
<b>Total Unidade</b>					4.203.459,12
Unidade: 2 - Fundo Rotativo Habitacional					
0016.0482.0016.1017 - Investindo em Programas Habitacionais					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				60.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			60.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		60.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	20.000,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03-03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.






## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 29 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	30.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	9.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.725.532,00
44000000000000000000	Investimentos			1.017.424,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		1.017.424,00		
44903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	20.000,00			
44904700000000000000	Obrigações Tributárias e Contributivas	10.000,00			
44905100000000000000	Obras e instalações	987.424,00			
45000000000000000000	Inversões financeiras			708.108,00	
45900000000000000000	Aplicações diretas		708.108,00		
45906100000000000000	Aquisição de imóveis	558.108,00			
45906600000000000000	Concessão de empréstimos e financiamentos	150.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>1.785.532,00</b>

## 0016.0482.0016.2056 - Regularização Fundiária Habitacional

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				35.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			35.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		35.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	5.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
33909300000000000000	Indenizações e restituições	20.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				3.000,00
44000000000000000000	Investimentos			3.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		3.000,00		
44903000000000000000	Material de consumo	1.000,00			
44903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
44909300000000000000	Indenizações e restituições	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>38.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>					<b>1.823.532,00</b>
<b>Total Órgão</b>					<b>6.026.991,12</b>

## Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

## Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde

## 0010.0301.0017.1024 - Ampliação da Rede Física da Saúde

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
40000000000000000000	Despesas de capital				360.000,00
44000000000000000000	Investimentos			360.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		360.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	105.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	255.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>360.000,00</b>

## 0010.0301.0017.2054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				25.578.120,16
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			19.730.819,16	
31900000000000000000	Aplicações diretas		16.577.819,16		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	15.815.819,16			
31901300000000000000	Obrigações patronais	195.000,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	517.000,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	50.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		3.153.000,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	3.153.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			5.847.301,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		5.834.301,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	100.000,00			
33901800000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	10.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	1.245.000,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v. 2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 18/10/2019 08:54:03-03 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 30 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	404.217,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	600.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	25.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	70.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	850.500,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	160.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	1.552.584,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	12.000,00			
33909100000000000000	Sentenças judiciais	800.000,00			
33909200000000000000	Despesas de exercícios anteriores	5.000,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		13.000,00		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	13.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				74.000,00
44000000000000000000	Investimentos			74.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		74.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	74.000,00			
<b>Total Ação</b>					25.652.120,16

## 0010.0301.0017.2101 - Estratégias Saúde da Família

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				10.744.541,56
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			10.122.005,67	
31900000000000000000	Aplicações diretas		8.966.005,67		
31900400000000000000	Contratação por tempo determinado	1.873.198,00			
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	6.488.807,67			
31901300000000000000	Obrigações patronais	525.000,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	79.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		1.156.000,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	1.156.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			622.535,89	
33900000000000000000	Aplicações diretas		620.535,89		
33901400000000000000	Diárias - civil	10.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	245.535,89			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	48.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	5.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	300.000,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	10.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		2.000,00		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				24.000,00
44000000000000000000	Investimentos			24.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		24.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	24.000,00			
<b>Total Ação</b>					10.768.541,56

## 0010.0301.0017.2102 - Gestão do SUS

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				1.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			1.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		1.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				9.825,00
44000000000000000000	Investimentos			9.825,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		9.825,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	9.825,00			
<b>Total Ação</b>					10.825,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9ATE95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 31 / 41

Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

0010.0301.0017.2203 - Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				547.080,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			80.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		80.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	80.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			467.080,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		460.080,00		
339014000000000000	Diárias - civil	5.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	199.580,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	40.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	204.300,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	5.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.200,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		7.000,00		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	7.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital			50.000,00	50.000,00
440000000000000000	Investimentos				
449000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>597.080,00</b>
0010.0301.0017.2401 - Atenção Farmacêutica Básica					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.680.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.680.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.680.000,00		
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	1.680.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>1.680.000,00</b>
0010.0302.0017.1025 - Ampliação da Rede Física da Saúde - Média e Alta Complexidade					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
400000000000000000	Despesas de capital				5.305.000,00
440000000000000000	Investimentos			5.305.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		5.305.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	5.150.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	155.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>5.305.000,00</b>
0010.0302.0017.2020 - CAPS III					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.059.608,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			200.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		175.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	150.000,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	25.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		25.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	25.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			859.608,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		854.608,00		
339014000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	405.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	77.360,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	60.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	30.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	261.248,00			

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:24:48-03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 32 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	20.000,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		5.000,00		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	5.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				25.000,00
44000000000000000000	Investimentos			25.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		25.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	25.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.084.608,00

## 0010.0302.0017.2201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				30.540.328,16
33000000000000000000	Outras despesas correntes			30.540.328,16	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		1.311.420,00		
33504100000000000000	Contribuições	1.311.420,00			
33710000000000000000	Transferências a consórcios públicos		780.000,00		
33717000000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	780.000,00			
33900000000000000000	Aplicações diretas		28.448.908,16		
33903000000000000000	Material de consumo	140.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.140.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	27.168.908,16			
40000000000000000000	Despesas de capital				5.000,00
44000000000000000000	Investimentos			5.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		5.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					30.545.328,16

## 0010.0302.0017.2202 - Operação e Manutenção do SAMU

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				414.500,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			403.400,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		337.100,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	315.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	2.000,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	20.000,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	100,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		66.300,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	66.300,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			11.100,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		10.100,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	3.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	500,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	5.000,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	500,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	100,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		1.000,00		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				5.000,00
44000000000000000000	Investimentos			5.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		5.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					419.500,00

## 0010.0302.0017.2501 - Ações Voltadas à Manutenção do CAPS

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------------	-------------------------	------------------	---------------------





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 33 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

30000000000000000000	Despesas correntes				690.135,84
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			575.300,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		490.600,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	477.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	13.500,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	100,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		84.700,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	84.700,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			114.835,84	
33900000000000000000	Aplicações diretas		112.735,84		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	3.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	11.035,84			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	9.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	77.600,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	1.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	100,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		2.100,00		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.100,00			

Total Ação 690.135,84

## 0010.0304.0017.2301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				49.135,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			10.000,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			39.135,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		37.135,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	4.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	14.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	4.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.135,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	2.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	3.000,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		2.000,00		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				5.000,00
44000000000000000000	Investimentos			5.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		5.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			

Total Ação 54.135,00

## 0010.0305.0017.2302 - Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				258.496,52
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			101.250,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		101.250,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	81.250,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	10.000,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			157.246,52	
33900000000000000000	Aplicações diretas		147.246,52		
33901400000000000000	Diárias - civil	10.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	15.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	31.548,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 34 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	5.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	71.698,52			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	10.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		10.000,00		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				5.000,00
44000000000000000000	Investimentos			5.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		5.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>263.496,52</b>

## 0010.0305.0017.2303 - Ações Voltadas ao Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				76.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			76.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		75.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	40.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	10.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.500,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	20.000,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	1.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		1.000,00		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				5.000,00
44000000000000000000	Investimentos			5.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		5.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>81.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>					<b>77.511.770,24</b>
<b>Total Órgão</b>					<b>77.511.770,24</b>

Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Unidade: 1 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

## 0013.0391.0018.1031 - Investindo na Cultura

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				57.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			57.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		57.000,00		
33903100000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	20.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	30.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				220.000,00
44000000000000000000	Investimentos			200.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		200.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	100.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	100.000,00			
45000000000000000000	Inversões financeiras			20.000,00	
45900000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
45906100000000000000	Aquisição de imóveis	20.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>277.000,00</b>

## 0013.0391.0018.2061 - Preservação da Memória e Patrimônio Histórico

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------------	-------------------------	------------------	---------------------

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 35 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

30000000000000000000	Despesas correntes				97.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			97.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		97.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	9.000,00			
33903100000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	1.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	40.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	45.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				5.000,00
44000000000000000000	Investimentos			5.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		5.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>102.000,00</b>

## 0013.0392.0018.2060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				2.829.320,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.247.137,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		2.042.037,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.921.537,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	90.000,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	26.000,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	4.500,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		205.100,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	205.100,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			582.183,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		432.939,90		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	48.000,00			
33903100000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	8.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	30.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	176.939,90			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	31.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	117.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	18.000,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		149.243,10		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
33919700000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	145.243,10			
40000000000000000000	Despesas de capital				3.000,00
44000000000000000000	Investimentos			3.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		3.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	1.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>2.832.320,00</b>
<b>Total Unidade</b>					<b>3.211.320,00</b>

## Unidade: 2 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

## 0013.0392.0018.2076 - Manutenção do Fundo Municipal da Cultura

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				214.500,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			214.500,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		100.000,00		
33504100000000000000	Contribuições	100.000,00			
33900000000000000000	Aplicações diretas		114.500,00		

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v. 2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03-03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.






## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 36 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33903000000000000000	Material de consumo	3.000,00			
33903100000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	100.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
44000000000000000000	Investimentos			1.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					215.500,00
<b>Total Unidade</b>					215.500,00
<b>Total Órgão</b>					3.426.820,00
Órgão: 19 - IPRESBS					
Unidade: 1 - IPRESBS					
0009.0122.0019.4062 - Administração e Funcionamento do IPRESBS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				2.137.809,43
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.040.000,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		965.000,00		
31900500000000000000	Outros benefícios previdenciários	100.000,00			
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	750.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	60.000,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	50.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		75.000,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	75.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			1.097.809,43	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		1.000,00		
33504100000000000000	Contribuições	1.000,00			
33900000000000000000	Aplicações diretas		1.044.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	30.000,00			
33901800000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	1.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	70.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	30.000,00			
33903500000000000000	Serviços de consultoria	100.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	300.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	60.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	300.000,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	100.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	50.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
33909300000000000000	Indenizações e restituições	2.000,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		52.809,43		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
33919700000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	49.809,43			
40000000000000000000	Despesas de capital				950.000,00
44000000000000000000	Investimentos			950.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		950.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	800.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	150.000,00			
<b>Total Ação</b>					3.087.809,43
0009.0272.0019.2062 - Manutenção e Funcionamento do IPRESBS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				37.973.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			37.453.000,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v. 2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54 -03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.






## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 37 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

31200000000000000000	Compensações ao RGPS		600.000,00		
31209800000000000000	Compensações ao RGPS	600.000,00			
31900000000000000000	Aplicações diretas		36.853.000,00		
31900100000000000000	Aposentadorias e reformas	28.530.000,00			
31900300000000000000	Pensões	5.322.000,00			
31900500000000000000	Outros benefícios previdenciários	3.001.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			520.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		520.000,00		
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	10.000,00			
33909100000000000000	Sentenças judiciais	500.000,00			
33909300000000000000	Indenizações e restituições	10.000,00			
<b>Total Ação</b>					37.973.000,00

## 0099.0997.9999.9997 - Reserva do RPPS

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
90000000000000000000	Reserva de contingência				52.226.639,69
99000000000000000000	Reserva de contingência			52.226.639,69	
99990000000000000000	Reserva de contingência		52.226.639,69		
99999900000000000000	Reserva de contingência	52.226.639,69			
<b>Total Ação</b>					52.226.639,69
<b>Total Unidade</b>					93.287.449,12
<b>Total Órgão</b>					93.287.449,12

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 1 - Serviços Administrativos

0017.0122.0023.2063 - Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				5.202.497,69
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.799.168,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		2.517.000,00		
31900400000000000000	Contratação por tempo determinado	40.000,00			
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.798.850,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	36.150,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	70.000,00			
31903400000000000000	Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	480.000,00			
31909200000000000000	Despesas de exercícios anteriores	12.000,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	80.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		282.168,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	282.168,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			2.403.329,69	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		41.870,00		
33504100000000000000	Contribuições	41.870,00			
33700000000000000000	Transferências a instituições multigovernamentais		104.600,00		
33704100000000000000	Contribuições	104.600,00			
33900000000000000000	Aplicações diretas		2.103.639,32		
33901400000000000000	Diárias - civil	21.730,00			
33901800000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	8.500,00			
33903000000000000000	Material de consumo	220.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	15.950,00			
33903500000000000000	Serviços de consultoria	50.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	300.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.164.259,32			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	103.200,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	185.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	15.000,00			
33909300000000000000	Indenizações e restituições	20.000,00			





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 38 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		153.220,37		
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00			
33919700000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	148.220,37			
40000000000000000000	Despesas de capital				142.000,00
44000000000000000000	Investimentos			142.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		142.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	142.000,00			
<b>Total Ação</b>					5.344.497,69
0017.0122.0023.2067 - Contribuição ao PASEP					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				360.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			360.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		360.000,00		
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	360.000,00			
<b>Total Ação</b>					360.000,00
<b>Total Unidade</b>					5.704.497,69
Unidade: 2 - Abastecimento de Água					
0017.0512.0023.1001 - Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
40000000000000000000	Despesas de capital				474.540,00
44000000000000000000	Investimentos			474.540,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		474.540,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	424.540,00			
44906100000000000000	Aquisição de imóveis	50.000,00			
<b>Total Ação</b>					474.540,00
0017.0512.0023.1002 - Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Abastecimento de Água					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
40000000000000000000	Despesas de capital				900.000,00
44000000000000000000	Investimentos			900.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		900.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	600.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	300.000,00			
<b>Total Ação</b>					900.000,00
0017.0512.0023.2064 - Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				9.944.050,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.907.300,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		3.582.300,00		
31900400000000000000	Contratação por tempo determinado	55.000,00			
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.550.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	25.300,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	455.000,00			
31903400000000000000	Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	350.000,00			
31909200000000000000	Despesas de exercícios anteriores	12.000,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	135.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		325.000,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	325.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			6.036.750,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		5.819.250,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	20.500,00			
33901800000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	6.500,00			
33903000000000000000	Material de consumo	762.500,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	20.000,00			
33903500000000000000	Serviços de consultoria	70.000,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 39 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	398.950,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	4.215.500,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	18.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	262.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	20.000,00			
33909300000000000000	Indenizações e restituições	25.300,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		217.500,00		
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	8.000,00			
33919700000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	209.500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.275.252,89
44000000000000000000	Investimentos			1.275.252,89	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		1.275.252,89		
44903000000000000000	Material de consumo	940.252,89			
44905100000000000000	Obras e instalações	100.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	235.000,00			
<b>Total Ação</b>					11.219.302,89
<b>Total Unidade</b>					12.593.842,89
Unidade: 3 - Sistema de Esgoto Sanitário					
0017.0512.0023.1003 - Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
40000000000000000000	Despesas de capital				10.897.030,00
44000000000000000000	Investimentos			10.837.030,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		10.837.030,00		
44903000000000000000	Material de consumo	250.000,00			
44903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	500.000,00			
44905100000000000000	Obras e instalações	10.087.030,00			
45000000000000000000	Inversões financeiras			60.000,00	
45900000000000000000	Aplicações diretas		60.000,00		
45906100000000000000	Aquisição de imóveis	60.000,00			
<b>Total Ação</b>					10.897.030,00
0017.0512.0023.2065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				3.665.550,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.639.200,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		1.484.200,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	980.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	3.000,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	146.200,00			
31903400000000000000	Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	285.000,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	70.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		155.000,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	155.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			2.026.350,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		1.914.350,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	7.000,00			
33901800000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	3.400,00			
33903000000000000000	Material de consumo	500.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	7.500,00			
33903500000000000000	Serviços de consultoria	10.600,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	2.500,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.200.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	110.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	17.500,00			
33905900000000000000	Pensões Especiais	42.350,00			
33909300000000000000	Indenizações e restituições	13.500,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:43 -03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 40 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		112.000,00		
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	14.950,00			
33919700000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	97.050,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				680.000,00
44000000000000000000	Investimentos			680.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		680.000,00		
44903000000000000000	Material de consumo	400.000,00			
44905100000000000000	Obras e instalações	120.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	160.000,00			
<b>Total Ação</b>					4.345.550,00
<b>Total Unidade</b>					15.242.580,00
Unidade: 4 - Sanamento Geral					
0017.0512.0023.1004 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
40000000000000000000	Despesas de capital				170.000,00
44000000000000000000	Investimentos			170.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		170.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	120.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
<b>Total Ação</b>					170.000,00
0017.0512.0023.1056 - Construção da Sede Administrativa/Técnica					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
40000000000000000000	Despesas de capital				6.200.000,00
44000000000000000000	Investimentos			6.200.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		6.200.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	6.200.000,00			
<b>Total Ação</b>					6.200.000,00
0017.0512.0023.2066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				1.166.700,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			1.166.700,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		1.043.700,00		
33903000000000000000	Material de consumo	212.000,00			
33903100000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	13.700,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	15.000,00			
33903500000000000000	Serviços de consultoria	175.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	12.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	450.000,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	115.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	11.000,00			
33909100000000000000	Sentenças judiciais	40.000,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		6.000,00		
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	6.000,00			
33930000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe		117.000,00		
33934700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	117.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				50.000,00
44000000000000000000	Investimentos			50.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.216.700,00
<b>Total Unidade</b>					7.586.700,00
Unidade: 5 - Sistema de Resíduos Sólidos					
0015.0452.0023.2069 - Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos					

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v. 2013.01

Identificador: WPL191101-252-ITNHYC-309086688 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:24:48 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOTOCOPIADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7E95BD9A.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 41 / 41

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				6.664.581,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			197.600,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		174.600,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	155.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	14.300,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.300,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		23.000,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	23.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			6.466.981,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		6.452.981,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	4.000,00			
33901800000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	6.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	69.586,00			
33903100000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	10.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	20.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	6.321.395,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	10.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	12.000,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		14.000,00		
33919700000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	14.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				4.004.000,00
44000000000000000000	Investimentos			4.004.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		4.004.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	3.903.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	100.000,00			
44906100000000000000	Aquisição de imóveis	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					10.668.581,00
<b>Total Unidade</b>					10.668.581,00
Unidade: 6 - Programa Munic. de Pagamentos por Serv. Ambientais					
0017.0541.0023.2028 - Programa Municipal de Pagamentos por Serviços Ambientais - PMPSA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				123.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			123.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		123.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	5.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	5.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	3.500,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	8.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.500,00			
33909300000000000000	Indenizações e restituições	100.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
44000000000000000000	Investimentos			10.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
<b>Total Ação</b>					133.000,00
<b>Total Unidade</b>					133.000,00
<b>Total Órgão</b>					51.929.201,58
<b>Total</b>					444.988.595,94

Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zelia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

Pág 1 / 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			304.406.430,88
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			184.187.780,83
312000000000000000	Compensações ao RGPS		600.000,00	
317100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de r		111.300,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		166.397.767,83	
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		17.078.713,00	
320000000000000000	Juros e encargos da dívida			1.346.648,00
329000000000000000	Aplicações diretas		1.346.648,00	
330000000000000000	Outras despesas correntes			118.872.002,05
333000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		158.093,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		2.885.012,00	
337000000000000000	Transferências a instituições multigovernamentais		104.600,00	
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos		1.045.793,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		103.040.383,33	
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgaos		11.453.620,72	
339300000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e		184.500,00	
400000000000000000	Despesas de capital			88.055.525,37
440000000000000000	Investimentos			85.120.085,37
443000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		500,00	
447100000000000000	Transferências a consórcios públicos		15.400,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		85.104.185,37	
450000000000000000	Inversões financeiras			788.108,00
459000000000000000	Aplicações diretas		788.108,00	
460000000000000000	Amortização da dívida			2.147.332,00
469000000000000000	Aplicações diretas		2.147.332,00	
900000000000000000	Reserva de contingência			52.526.639,69
990000000000000000	Reserva de contingência			52.526.639,69
999000000000000000	Reserva de contingência		52.526.639,69	
<b>Total</b>				<b>444.988.595,94</b>

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7F216DE.



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa por Unidade Orçamentária Segundo Cat. Econômica  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 3

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS CORRENTES			
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	TOTAL
01.01 - Câmara de Vereadores	3.625.000,00		1.192.257,52	4.817.257,52
02.01 - Gabinete do Prefeito	2.916.300,00		1.739.600,00	4.655.900,00
02.02 - Bombeiros			588.000,00	588.000,00
02.03 - Polícia Militar			157.700,00	157.700,00
03.01 - Assessoria Jurídica	970.800,00		1.241.200,00	2.212.000,00
05.01 - Administração Geral	6.284.300,00		13.807.449,50	20.091.749,50
05.02 - Encargos Especiais	35.300,00		2.007.000,00	2.042.300,00
06.01 - Administração Financeira	2.856.790,00		1.042.388,00	3.899.178,00
06.02 - Serviços da Dívida Pública	1.640.000,00	1.346.648,00		2.986.648,00
07.01 - Secretaria de Educação	10.516.587,00		15.308.099,00	25.824.686,00
07.02 - FUNDEB	52.259.141,00			52.259.141,00
08.01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano	4.134.500,00		788.793,00	4.923.293,00
08.02 - DETRUSBS			1.680.571,00	1.680.571,00
08.03 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR			157.593,00	157.593,00
08.04 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL			120.293,00	120.293,00
09.01 - Obras e Serviços Urbanos	6.458.078,00		8.748.009,00	15.206.087,00
10.01 - Assistência Social	5.719.900,00		3.058.350,00	8.778.250,00
10.02 - Fundo de Assistência Social	173.950,00		813.842,00	987.792,00
10.03 - Fundo da Infância e Adolescência			361.060,00	361.060,00
10.04 - Fundo Municipal do Idoso			25.000,00	25.000,00
11.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico	1.148.800,00		270.467,70	1.419.267,70
11.02 - Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS			185.000,00	185.000,00
11.03 - Turismo	215.200,00		331.838,00	547.038,00
11.05 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor			145.200,00	145.200,00
13.01 - Agricultura	1.848.000,00		618.090,00	2.466.090,00
13.02 - Meio Ambiente	301.900,00		81.950,00	383.850,00
13.03 - Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento			43.250,00	43.250,00
15.01 - Fundação Municipal de Desportos	1.382.760,00		2.091.669,68	3.474.429,68
16.01 - Empresa Municipal de Habitação	1.194.295,00		604.558,12	1.798.853,12
16.02 - Fundo Rotativo Habitacional			95.000,00	95.000,00
17.01 - Fundo Municipal de Saúde	31.222.774,83		40.416.170,41	71.638.945,24
18.01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul	2.247.137,00		736.183,00	2.983.320,00
18.02 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura			214.500,00	214.500,00
19.01 - IPRESBS	38.493.000,00		1.617.809,43	40.110.809,43
23.01 - Serviços Administrativos	2.799.168,00		2.763.329,69	5.562.497,69
23.02 - Abastecimento de Água	3.907.300,00		6.036.750,00	9.944.050,00
23.03 - Sistema de Esgoto Sanitário	1.639.200,00		2.026.350,00	3.665.550,00
23.04 - Sanemaneto Geral			1.166.700,00	1.166.700,00
23.05 - Sistema de Resíduos Sólidos	197.600,00		6.466.981,00	6.664.581,00
23.06 - Programa Munic. de Pagamentos por Serv. Ambientais			123.000,00	123.000,00
<b>Total</b>	<b>184.187.780,83</b>	<b>1.346.648,00</b>	<b>118.872.002,05</b>	<b>304.406.430,88</b>

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE CAPITAL			
	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	TOTAL
01.01 - Câmara de Vereadores	132.742,48			132.742,48
02.01 - Gabinete do Prefeito	15.900,00			15.900,00
02.02 - Bombeiros	882.000,00			882.000,00
02.03 - Polícia Militar	220.500,00			220.500,00
03.01 - Assessoria Jurídica	1.000,00			1.000,00
05.01 - Administração Geral	379.573,00			379.573,00
06.01 - Administração Financeira	570.000,00			570.000,00
06.02 - Serviços da Dívida Pública			2.147.332,00	2.147.332,00
07.01 - Secretaria de Educação	6.100.528,00			6.100.528,00
08.01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano	33.539.255,00			33.539.255,00
08.02 - DETRUSBS	204.800,00			204.800,00
08.04 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL	40.500,00			40.500,00
09.01 - Obras e Serviços Urbanos	403.500,00			403.500,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL221101-252-MWUMXB-309086878 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:27:58 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOTOCOPIADO EM 18/10/2019 08:54:03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7F376CCA






**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa por Unidade Orçamentária Segundo Cat. Econômica  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 2 / 3

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE CAPITAL			
	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	TOTAL
10.01 - Assistência Social	28.000,00			28.000,00
10.02 - Fundo de Assistência Social	119.400,00			119.400,00
10.03 - Fundo da Infância e Adolescência	36.398,00			36.398,00
11.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico	1.662.833,00			1.662.833,00
11.03 - Turismo	1.276.428,00			1.276.428,00
11.05 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	1.310.000,00			1.310.000,00
13.01 - Agricultura	107.100,00			107.100,00
13.02 - Meio Ambiente	65.150,00			65.150,00
13.03 - Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento	1.000,00			1.000,00
15.01 - Fundação Municipal de Desportos	2.823.800,00			2.823.800,00
16.01 - Empresa Municipal de Habitação	2.404.606,00			2.404.606,00
16.02 - Fundo Rotativo Habitacional	1.020.424,00	708.108,00		1.728.532,00
17.01 - Fundo Municipal de Saúde	5.872.825,00			5.872.825,00
18.01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul	208.000,00	20.000,00		228.000,00
18.02 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura	1.000,00			1.000,00
19.01 - IPRESBS	950.000,00			950.000,00
23.01 - Serviços Administrativos	142.000,00			142.000,00
23.02 - Abastecimento de Água	2.649.792,89			2.649.792,89
23.03 - Sistema de Esgoto Sanitário	11.517.030,00	60.000,00		11.577.030,00
23.04 - Sanemaneto Geral	6.420.000,00			6.420.000,00
23.05 - Sistema de Resíduos Sólidos	4.004.000,00			4.004.000,00
23.06 - Programa Munic. de Pagamentos por Serv. Ambientais	10.000,00			10.000,00
<b>Total</b>	<b>85.120.085,37</b>	<b>788.108,00</b>	<b>2.147.332,00</b>	<b>88.055.525,37</b>

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	RESERVAS		
	Orçamentária do RPPS	Contingência	TOTAL
05.02 - Encargos Especiais		300.000,00	300.000,00
19.01 - IPRESBS		52.226.639,69	52.226.639,69
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>52.526.639,69</b>	<b>52.526.639,69</b>

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	TOTAL GERAL
01.01 - Câmara de Vereadores	4.950.000,00
02.01 - Gabinete do Prefeito	4.671.800,00
02.02 - Bombeiros	1.470.000,00
02.03 - Polícia Militar	378.200,00
03.01 - Assessoria Jurídica	2.213.000,00
05.01 - Administração Geral	20.471.322,50
05.02 - Encargos Especiais	2.342.300,00
06.01 - Administração Financeira	4.469.178,00
06.02 - Serviços da Dívida Pública	5.133.980,00
07.01 - Secretaria de Educação	31.925.214,00
07.02 - FUNDEB	52.259.141,00
08.01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano	38.462.548,00
08.02 - DETRUSBS	1.885.371,00
08.03 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR	157.593,00
08.04 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL	160.793,00
09.01 - Obras e Serviços Urbanos	15.609.587,00
10.01 - Assistência Social	8.806.250,00
10.02 - Fundo de Assistência Social	1.107.192,00
10.03 - Fundo da Infância e Adolescência	397.458,00
10.04 - Fundo Municipal do Idoso	25.000,00
11.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico	3.082.100,70
11.02 - Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS	185.000,00
11.03 - Turismo	1.823.466,00
11.05 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	1.455.200,00
13.01 - Agricultura	2.573.190,00
13.02 - Meio Ambiente	449.000,00





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa por Unidade Orçamentária Segundo Cat. Econômica  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 3 / 3

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	TOTAL GERAL
13.03 - Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento	44.250,00
15.01 - Fundação Municipal de Desportos	6.298.229,68
16.01 - Empresa Municipal de Habitação	4.203.459,12
16.02 - Fundo Rotativo Habitacional	1.823.532,00
17.01 - Fundo Municipal de Saúde	77.511.770,24
18.01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul	3.211.320,00
18.02 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura	215.500,00
19.01 - IPRESBS	93.287.449,12
23.01 - Serviços Administrativos	5.704.497,69
23.02 - Abastecimento de Água	12.593.842,89
23.03 - Sistema de Esgoto Sanitário	15.242.580,00
23.04 - Sanemaneto Geral	7.586.700,00
23.05 - Sistema de Resíduos Sólidos	10.668.581,00
23.06 - Programa Munic. de Pagamentos por Serv. Ambientais	133.000,00
<b>Total</b>	<b>444.988.595,94</b>

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7F376CCA.



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000000000	Receitas correntes			377.260.415,10
11000000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria		70.783.260,00	
11100000000000000000	Impostos		61.752.720,00	
11200000000000000000	Taxas		8.794.540,00	
11300000000000000000	Contribuição de melhoria		236.000,00	
12000000000000000000	Contribuições		14.545.411,00	
12100000000000000000	Contribuições sociais		9.854.000,00	
12400000000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública		4.691.411,00	
13000000000000000000	Receita patrimonial		54.433.762,43	
13100000000000000000	Exploração do patrimônio imobiliário do estado		1.074.000,00	
13200000000000000000	Valores mobiliários		53.359.762,43	
16000000000000000000	Receita de serviços		33.117.696,43	
16100000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais		20.769.754,03	
16200000000000000000	Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte		100.000,00	
16900000000000000000	Outros serviços		12.247.942,40	
17000000000000000000	Transferências correntes		197.632.521,24	
17100000000000000000	Transferências da união e de suas entidades		73.517.545,32	
17200000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades		71.542.576,92	
17400000000000000000	Transferências de instituições privadas		57.800,00	
17500000000000000000	Transferências de outras instituições públicas		52.179.141,00	
17700000000000000000	Transferências de pessoas físicas		335.458,00	
19000000000000000000	Outras receitas correntes		6.747.764,00	
19100000000000000000	Multas administrativas, contratuais e judiciais		4.216.957,00	
19200000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos		233.507,00	
19900000000000000000	Demais receitas correntes		2.297.300,00	
20000000000000000000	Receitas de capital			59.858.824,00
21000000000000000000	Operações de crédito		33.467.883,00	
21100000000000000000	Operações de crédito - mercado interno		33.467.883,00	
22000000000000000000	Alienação de bens		1.273.573,00	
22100000000000000000	Alienação de bens móveis		415.573,00	
22200000000000000000	Alienação de bens imóveis		858.000,00	
23000000000000000000	Amortização de empréstimos		892.850,00	
24000000000000000000	Transferências de capital		24.224.518,00	
24100000000000000000	Transferências da união e de suas entidades		17.206.335,00	
24200000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades		7.018.183,00	
70000000000000000000	Receitas correntes intraorçamentárias			28.733.833,84
71000000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria		75.257,00	
71100000000000000000	Impostos		5.000,00	
71200000000000000000	Taxas		70.257,00	
72000000000000000000	Contribuições		17.124.130,96	
72100000000000000000	Contribuições sociais		17.124.130,96	
76000000000000000000	Receita de serviços		2.135.937,15	
76100000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais		2.135.937,15	
79000000000000000000	Outras receitas correntes		9.398.508,73	
79900000000000000000	Demais receitas correntes		9.398.508,73	
91000000000000000000	Receitas correntes			(20.864.477,00)
91700000000000000000	Transferências correntes		(20.864.477,00)	
91710000000000000000	Transferências da união e de suas entidades		(7.192.000,00)	
91720000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades		(13.672.477,00)	
<b>Total</b>				<b>444.988.595,94</b>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7F4B9A57.



MAGNO BOLLMANN  
Prefeito

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 9

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**01 - Câmara Municipal de Vereadores****001 - Câmara de Vereadores**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	4.950.000,00	4.950.000,00
01.031	Acao Legislativa	0,00	0,00	4.950.000,00	4.950.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	0,00	0,00	4.950.000,00	4.950.000,00
01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores.	0,00	0,00	4.900.000,00	4.900.000,00
01.031.0001.2010	Câmara Mirim	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.950.000,00</b>	<b>4.950.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.950.000,00</b>	<b>4.950.000,00</b>

**02 - Gabinete do Prefeito****001 - Gabinete do Prefeito**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	350.000,00	0,00	3.493.050,00	3.843.050,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	2.957.050,00	2.957.050,00
04.122.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	2.957.050,00	2.957.050,00
04.122.0002.2002	Gestão do Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	2.957.050,00	2.957.050,00
04.125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
04.125.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
04.125.0002.2011	Departamento de Controle Interno - DECIN	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
04.131	Comunicação Social	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
04.131.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
04.131.0002.4002	Departamento de Comunicação Social - DECS	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
04.242	Assistência ao Portador de Deficiência	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
04.242.0002	GABINETE DO PREFEITO	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
04.242.0002.0092	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
28	Encargos Especiais	828.750,00	0,00	0,00	828.750,00
28.845	Outras Transferências	828.750,00	0,00	0,00	828.750,00
28.845.0002	GABINETE DO PREFEITO	828.750,00	0,00	0,00	828.750,00
28.845.0002.0049	Repasse Financeiro para Organizações da Sociedade Civil	485.050,00	0,00	0,00	485.050,00
28.845.0002.0094	Consórcio Quiriri	343.700,00	0,00	0,00	343.700,00
<b>Total Unidade</b>		<b>1.178.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.493.050,00</b>	<b>4.671.800,00</b>

**002 - Bombeiros**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
04.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
04.302.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
04.302.0002.4004	Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
06	Segurança Pública	0,00	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00
06.182.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00
06.182.0002.2004	Manutenção e Conservação da OBM	0,00	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.470.000,00</b>	<b>1.470.000,00</b>

**003 - Polícia Militar**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	0,00	378.200,00	378.200,00
06.181	Policimento	0,00	0,00	357.700,00	357.700,00
06.181.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	357.700,00	357.700,00
06.181.0002.2005	Serviços Especiais - Polícia Militar	0,00	0,00	357.700,00	357.700,00
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	20.500,00	20.500,00
06.182.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	20.500,00	20.500,00
06.182.0002.2003	Departamento da Defesa Civil	0,00	0,00	20.500,00	20.500,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>378.200,00</b>	<b>378.200,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>1.178.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.341.250,00</b>	<b>6.520.000,00</b>

**03 - Procuradoria****001 - Assessoria Jurídica**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
03	Essencial à Justiça	0,00	0,00	2.213.000,00	2.213.000,00
03.092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	2.213.000,00	2.213.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL281101-252-HZUGAW-309087248 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:34:08 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:34:03-03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7F5D6B0D




**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 2 / 9

<b>03 - Procuradoria</b>					
<b>001 - Assessoria Jurídica</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
03.092.0003	PROCURADORIA	0,00	0,00	2.213.000,00	2.213.000,00
03.092.0003.2006	Gestão da Assessoria Jurídica	0,00	0,00	2.213.000,00	2.213.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.213.000,00</b>	<b>2.213.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.213.000,00</b>	<b>2.213.000,00</b>
<b>05 - Secretaria Municipal de Administração</b>					
<b>001 - Administração Geral</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	20.471.322,50	20.471.322,50
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	19.437.322,50	19.437.322,50
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	19.437.322,50	19.437.322,50
04.122.0005.2008	Gestão da Secretaria Municipal de Administração	0,00	0,00	7.384.200,00	7.384.200,00
04.122.0005.2051	Gestão dos Serviços Públicos	0,00	0,00	12.053.122,50	12.053.122,50
04.126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	1.004.000,00	1.004.000,00
04.126.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	1.004.000,00	1.004.000,00
04.126.0005.2012	Gestão do Departamento de Tecnologia e Informação	0,00	0,00	1.004.000,00	1.004.000,00
04.131	Comunicação Social	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
04.131.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
04.131.0005.2048	Publicações Oficiais e Divulgações do Município	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.471.322,50</b>	<b>20.471.322,50</b>
<b>002 - Encargos Especiais</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais	2.042.300,00	0,00	0,00	2.042.300,00
28.846	Outros encargos Especiais	2.042.300,00	0,00	0,00	2.042.300,00
28.846.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.042.300,00	0,00	0,00	2.042.300,00
28.846.0005.0050	Contribuição ao PASEP	2.007.000,00	0,00	0,00	2.007.000,00
28.846.0005.0086	Pagamento Pensionistas	35.300,00	0,00	0,00	35.300,00
99	Reserva de Contingência	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
99.999	Reserva de contingência	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
99.999.9999	Reserva de Contingência/RPPS	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
99.999.9999.9999	Reserva de Contingência	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>2.342.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.342.300,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>2.342.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.471.322,50</b>	<b>22.813.622,50</b>
<b>06 - Secretaria Municipal de Finanças</b>					
<b>001 - Administração Financeira</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	620.000,00	3.849.178,00	4.469.178,00
04.123	Administração Financeira	0,00	620.000,00	3.152.790,00	3.772.790,00
04.123.0006	GESTÃO RESPONSÁVEL	0,00	620.000,00	3.152.790,00	3.772.790,00
04.123.0006.1052	Modernização da Administração Tributária.	0,00	620.000,00	0,00	620.000,00
04.123.0006.2007	Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN	0,00	0,00	3.152.790,00	3.152.790,00
04.129	Administração de Receitas	0,00	0,00	696.388,00	696.388,00
04.129.0006	GESTÃO RESPONSÁVEL	0,00	0,00	696.388,00	696.388,00
04.129.0006.4007	Departamento de Receitas - DERECE	0,00	0,00	696.388,00	696.388,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>620.000,00</b>	<b>3.849.178,00</b>	<b>4.469.178,00</b>
<b>002 - Serviços da Dívida Pública</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais	5.133.980,00	0,00	0,00	5.133.980,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	5.133.980,00	0,00	0,00	5.133.980,00
28.843.0006	GESTÃO RESPONSÁVEL	5.133.980,00	0,00	0,00	5.133.980,00
28.843.0006.0047	Amortização e Juros da Dívida Pública	5.133.980,00	0,00	0,00	5.133.980,00
<b>Total Unidade</b>		<b>5.133.980,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.133.980,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>5.133.980,00</b>	<b>620.000,00</b>	<b>3.849.178,00</b>	<b>9.603.158,00</b>
<b>07 - Secretaria Municipal de Educação</b>					
<b>001 - Secretaria de Educação</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação	0,00	0,00	31.925.214,00	31.925.214,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL281101-252-HZUGAW-309087248 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:34:08 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 18/10/2019 08:34:08 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7F5D6B0D





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 3 / 9

<b>07 - Secretaria Municipal de Educação</b>					
<b>001 - Secretaria de Educação</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	2.401.641,00	2.401.641,00
12.306.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	0,00	2.401.641,00	2.401.641,00
12.306.0007.2000	Alimentação Escolar	0,00	0,00	2.401.641,00	2.401.641,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	16.760.353,00	16.760.353,00
12.361.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	0,00	16.760.353,00	16.760.353,00
12.361.0007.2023	Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundame	0,00	0,00	15.891.672,00	15.891.672,00
12.361.0007.2024	Transporte Escolar	0,00	0,00	868.681,00	868.681,00
12.362	Ensino Médio	0,00	0,00	7.600,00	7.600,00
12.362.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	0,00	7.600,00	7.600,00
12.362.0007.8024	Transporte Escolar - Ensino Médio	0,00	0,00	7.600,00	7.600,00
12.364	Ensino Superior	0,00	0,00	265.000,00	265.000,00
12.364.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	0,00	265.000,00	265.000,00
12.364.0007.6025	Subvenção ao Ensino Superior	0,00	0,00	265.000,00	265.000,00
12.365	Educação Infantil	0,00	0,00	12.490.620,00	12.490.620,00
12.365.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	0,00	12.490.620,00	12.490.620,00
12.365.0007.2022	Coordenação, manutenção e ampliação da educação infant	0,00	0,00	11.334.636,00	11.334.636,00
12.365.0007.2027	Convênios com Empresas	0,00	0,00	576.533,00	576.533,00
12.365.0007.4024	Transporte Escolar - Educação Infantil	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
12.365.0007.4027	Recursos do FNDE	0,00	0,00	574.451,00	574.451,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31.925.214,00</b>	<b>31.925.214,00</b>
<b>002 - FUNDEB</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
12	Educação	0,00	0,00	52.259.141,00	52.259.141,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	28.527.888,00	28.527.888,00
12.361.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	0,00	28.527.888,00	28.527.888,00
12.361.0007.4026	Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundam	0,00	0,00	28.527.888,00	28.527.888,00
12.365	Educação Infantil	0,00	0,00	23.731.253,00	23.731.253,00
12.365.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	0,00	23.731.253,00	23.731.253,00
12.365.0007.4023	Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infan	0,00	0,00	23.731.253,00	23.731.253,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.259.141,00</b>	<b>52.259.141,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>84.184.355,00</b>	<b>84.184.355,00</b>
<b>08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo</b>					
<b>001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
15	Urbanismo	0,00	33.739.755,00	4.722.793,00	38.462.548,00
15.122	Administracao Geral	0,00	0,00	4.671.500,00	4.671.500,00
15.122.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	0,00	4.671.500,00	4.671.500,00
15.122.0008.2014	Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo	0,00	0,00	4.671.500,00	4.671.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	25.273.755,00	51.293,00	25.325.048,00
15.451.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	25.273.755,00	51.293,00	25.325.048,00
15.451.0008.1040	Programa Mais Asfalto	0,00	25.273.755,00	0,00	25.273.755,00
15.451.0008.2042	Departamento de Projetos - DEPRO	0,00	0,00	51.293,00	51.293,00
15.452	Servicos Urbanos	0,00	7.716.000,00	0,00	7.716.000,00
15.452.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	7.716.000,00	0,00	7.716.000,00
15.452.0008.1053	Melhorias na Mobilidade Urbana	0,00	415.000,00	0,00	415.000,00
15.452.0008.1054	Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal do Setor P	0,00	7.301.000,00	0,00	7.301.000,00
15.813	Lazer	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
15.813.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
15.813.0008.3000	Parques Municipais	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>33.739.755,00</b>	<b>4.722.793,00</b>	<b>38.462.548,00</b>
<b>002 - DETRUSBS</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
15	Urbanismo	0,00	0,00	1.885.371,00	1.885.371,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	1.885.371,00	1.885.371,00
15.451.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	0,00	1.885.371,00	1.885.371,00
15.451.0008.2015	Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA	0,00	0,00	1.885.371,00	1.885.371,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.885.371,00</b>	<b>1.885.371,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL281101-252-HZUGAW-309087248 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:34:08 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOTOCOPIADO EM 18/10/2019 08:34:08 -03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7F5D6B0D




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 4 / 9

Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

<b>08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo</b>					
<b>003 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	0,00	157.593,00	157.593,00
06.181	Policiamento	0,00	0,00	157.593,00	157.593,00
06.181.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	0,00	157.593,00	157.593,00
06.181.0008.2035	Convênio SSP/Trânsito - Polícia Militar	0,00	0,00	157.593,00	157.593,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>157.593,00</b>	<b>157.593,00</b>
<b>004 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	0,00	160.793,00	160.793,00
06.181	Policiamento	0,00	0,00	160.793,00	160.793,00
06.181.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	0,00	160.793,00	160.793,00
06.181.0008.2036	Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL	0,00	0,00	160.793,00	160.793,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>160.793,00</b>	<b>160.793,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>33.739.755,00</b>	<b>6.926.550,00</b>	<b>40.666.305,00</b>
<b>09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos</b>					
<b>001 - Obras e Serviços Urbanos</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	0,00	252.000,00	252.000,00
06.181	Policiamento	0,00	0,00	252.000,00	252.000,00
06.181.0009	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	252.000,00	252.000,00
06.181.0009.2034	Rádio Patrulha	0,00	0,00	252.000,00	252.000,00
15	Urbanismo	0,00	0,00	10.661.976,00	10.661.976,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	1.972.684,00	1.972.684,00
15.451.0009	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	1.972.684,00	1.972.684,00
15.451.0009.2030	Manutenção Melhorias em Vias Urbanas e Rurais	0,00	0,00	1.972.684,00	1.972.684,00
15.452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	8.689.292,00	8.689.292,00
15.452.0009	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	8.689.292,00	8.689.292,00
15.452.0009.2013	Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB	0,00	0,00	1.081.494,00	1.081.494,00
15.452.0009.2029	Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	0,00	7.385.798,00	7.385.798,00
15.452.0009.2032	Administração, Manutenção e Melhorias em Cemitérios e C	0,00	0,00	222.000,00	222.000,00
25	Energia	0,00	0,00	4.695.611,00	4.695.611,00
25.452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	4.695.611,00	4.695.611,00
25.452.0009	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	4.695.611,00	4.695.611,00
25.452.0009.2031	Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública	0,00	0,00	4.695.611,00	4.695.611,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.609.587,00</b>	<b>15.609.587,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.609.587,00</b>	<b>15.609.587,00</b>
<b>10 - Secretaria Municipal de Assistência Social</b>					
<b>001 - Assistência Social</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	35.000,00	8.771.250,00	8.806.250,00
08.122	Administração Geral	0,00	0,00	7.470.250,00	7.470.250,00
08.122.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	7.470.250,00	7.470.250,00
08.122.0010.2037	Gestão Administrativa da SEMAS	0,00	0,00	7.125.550,00	7.125.550,00
08.122.0010.2095	Benefícios Eventuais	0,00	0,00	344.700,00	344.700,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	1.253.000,00	1.253.000,00
08.243.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	1.253.000,00	1.253.000,00
08.243.0010.2039	Ações Voltadas a Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	193.000,00	193.000,00
08.243.0010.2082	Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional da Criança	0,00	0,00	1.060.000,00	1.060.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	35.000,00	48.000,00	83.000,00
08.244.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	35.000,00	48.000,00	83.000,00
08.244.0010.1030	Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpestre	0,00	27.000,00	0,00	27.000,00
08.244.0010.1041	Horta Comunitária	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
08.244.0010.2092	Gestão dos Conselhos Municipais de Assistência Social	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
08.244.0010.2094	Conselho Tutelar	0,00	0,00	43.000,00	43.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>8.771.250,00</b>	<b>8.806.250,00</b>

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 18/10/2019 08:34:08 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7F5D6B0D.







**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 5 / 9

<b>10 - Secretaria Municipal de Assistência Social</b>					
<b>002 - Fundo de Assistência Social</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
08	Assistência Social	0,00	0,00	1.107.192,00	1.107.192,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	1.107.192,00	1.107.192,00
08.244.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	1.107.192,00	1.107.192,00
08.244.0010.2071	FNAS - Gestão - IGD do SUAS	0,00	0,00	26.000,00	26.000,00
08.244.0010.2072	FNAS - Gestão - ACESSUAS	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
08.244.0010.2079	Gestão do SPS Especial de Média Complexidade - Estado	0,00	0,00	71.400,00	71.400,00
08.244.0010.2080	Gestão dos SPS Especial de Alta Complexidade.	0,00	0,00	240.000,00	240.000,00
08.244.0010.2081	Gestão dos SPS - PBF - Estado	0,00	0,00	84.000,00	84.000,00
08.244.0010.2091	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SC	0,00	0,00	120.000,00	120.000,00
08.244.0010.4079	Gestão dos SPS Especial de Média Complexidade	0,00	0,00	177.000,00	177.000,00
08.244.0010.4080	Gestão dos Serviços de Proteção Básica - União.	0,00	0,00	288.000,00	288.000,00
08.244.0010.4081	Gestão do IGD - Bolsa Família.	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
08.244.0010.6041	Gestão do FMAS - Portadores de Deficiência	0,00	0,00	20.792,00	20.792,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.107.192,00</b>	<b>1.107.192,00</b>
<b>003 - Fundo da Infância e Adolescência</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
08	Assistência Social	101.630,00	0,00	295.828,00	397.458,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	101.630,00	0,00	0,00	101.630,00
08.243.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	101.630,00	0,00	0,00	101.630,00
08.243.0010.0090	Auxílios Financeiros à Diversas Entidades - FIA	101.630,00	0,00	0,00	101.630,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	295.828,00	295.828,00
08.244.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	295.828,00	295.828,00
08.244.0010.2044	Gestão do Fundo da Infância e Adolescência - FIA	0,00	0,00	295.828,00	295.828,00
<b>Total Unidade</b>		<b>101.630,00</b>	<b>0,00</b>	<b>295.828,00</b>	<b>397.458,00</b>
<b>004 - Fundo Municipal do Idoso</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
08	Assistência Social	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
08.241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
08.241.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
08.241.0010.2040	Programa do Idoso	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>25.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>101.630,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>10.199.270,00</b>	<b>10.335.900,00</b>
<b>11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo</b>					
<b>001 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
11	Trabalho	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
11.334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
11.334.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
11.334.0011.2605	Inclusão, Desenvolvimento do Trabalhador e Empregador	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
22	Indústria	0,00	0,00	3.069.350,70	3.069.350,70
22.661	Promoção Industrial	0,00	0,00	3.069.350,70	3.069.350,70
22.661.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	0,00	0,00	3.069.350,70	3.069.350,70
22.661.0011.2016	Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.	0,00	0,00	1.328.267,70	1.328.267,70
22.661.0011.2070	Departamento de Indústria e Comércio - DEICO	0,00	0,00	1.741.083,00	1.741.083,00
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	6.750,00	6.750,00
23.661	Promoção Industrial	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
23.661.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
23.661.0011.2607	Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnol	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
23.691	Promoção Comercial	0,00	0,00	3.250,00	3.250,00
23.691.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	0,00	0,00	3.250,00	3.250,00
23.691.0011.2606	Empreendedorismo e Sala do Empreendedor	0,00	0,00	3.250,00	3.250,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.082.100,70</b>	<b>3.082.100,70</b>
<b>002 - Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
22	Indústria	0,00	0,00	185.000,00	185.000,00
22.661	Promoção Industrial	0,00	0,00	185.000,00	185.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL281101-252-HZUGAW-309087248 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:34:08 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOTOCOPIADO EM: 18/10/2019 08:34:03-03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7F5D6B0D




**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 6 / 9

<b>11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo</b>					
<b>002 - Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
22.661.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	0,00	0,00	185.000,00	185.000,00
22.661.0011.2078	Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	185.000,00	185.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>185.000,00</b>	<b>185.000,00</b>
<b>003 - Turismo</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
23	Comércio e Serviços	0,00	68.250,00	1.755.216,00	1.823.466,00
23.695	Turismo	0,00	68.250,00	1.755.216,00	1.823.466,00
23.695.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	0,00	68.250,00	1.755.216,00	1.823.466,00
23.695.0011.1016	Projeto Acolhida na Colônia	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
23.695.0011.1019	Projeto Incubadora Turística	0,00	21.000,00	0,00	21.000,00
23.695.0011.1021	Projeto Regionalização do Turismo	0,00	6.250,00	0,00	6.250,00
23.695.0011.1023	Embelezamento dos acessos ao Município.	0,00	34.000,00	0,00	34.000,00
23.695.0011.2019	Departamento de Turismo - DETUR	0,00	0,00	1.755.216,00	1.755.216,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>68.250,00</b>	<b>1.755.216,00</b>	<b>1.823.466,00</b>
<b>005 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
14	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	1.455.200,00	1.455.200,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	1.455.200,00	1.455.200,00
14.422.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	0,00	0,00	1.455.200,00	1.455.200,00
14.422.0011.2087	Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON	0,00	0,00	1.455.200,00	1.455.200,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.455.200,00</b>	<b>1.455.200,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>68.250,00</b>	<b>6.477.516,70</b>	<b>6.545.766,70</b>
<b>13 - Secretaria Municipal de Agricultura</b>					
<b>001 - Agricultura</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
20	Agricultura	0,00	0,00	2.573.190,00	2.573.190,00
20.542	Controle Ambiental	0,00	0,00	94.000,00	94.000,00
20.542.0013	Gestão das Políticas de Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	94.000,00	94.000,00
20.542.0013.2998	Unidade de Controle de Zoonoses - UCZ	0,00	0,00	94.000,00	94.000,00
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	2.479.190,00	2.479.190,00
20.606.0013	Gestão das Políticas de Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	2.479.190,00	2.479.190,00
20.606.0013.2017	Gestão do Departamento de Agricultura -	0,00	0,00	2.463.190,00	2.463.190,00
20.606.0013.2018	Departamento de Pecuária	0,00	0,00	16.000,00	16.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.573.190,00</b>	<b>2.573.190,00</b>
<b>002 - Meio Ambiente</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	449.000,00	449.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	449.000,00	449.000,00
18.541.0013	Gestão das Políticas de Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	449.000,00	449.000,00
18.541.0013.2612	Ampliação do Museu Natural Entomológico Ornith Bollmann	0,00	0,00	17.500,00	17.500,00
18.541.0013.2618	Compra de espécies vegetais nativas e exóticas para arborização	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00
18.541.0013.2620	Criação do Jardim Botânico Municipal	0,00	0,00	87.500,00	87.500,00
18.541.0013.4003	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	336.000,00	336.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>449.000,00</b>	<b>449.000,00</b>
<b>003 - Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	16.250,00	16.250,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	16.250,00	16.250,00
18.541.0013	Gestão das Políticas de Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	16.250,00	16.250,00
18.541.0013.2616	Revisão do Plano de Manejo da APA Rio Vermelho Humboldt	0,00	0,00	16.250,00	16.250,00
20	Agricultura	0,00	0,00	28.000,00	28.000,00
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	28.000,00	28.000,00
20.606.0013	Gestão das Políticas de Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	28.000,00	28.000,00
20.606.0013.4017	Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrário	0,00	0,00	28.000,00	28.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>44.250,00</b>	<b>44.250,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.066.440,00</b>	<b>3.066.440,00</b>

 ESTE DOCUMENTO FOMASSADO EM: 18/10/2019 08:34:08-03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A7F5D6B0D




**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 7 / 9

<b>15 - Fundação Municipal de Desportos</b>					
<b>001 - Fundação Municipal de Desportos</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
27	Desporto e Lazer	0,00	2.794.800,00	3.503.429,68	6.298.229,68
27.122	Administracao Geral	0,00	0,00	2.121.429,68	2.121.429,68
27.122.0015	ESPORTE E CIDADANIA	0,00	0,00	2.121.429,68	2.121.429,68
27.122.0015.2057	Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Des	0,00	0,00	2.121.429,68	2.121.429,68
27.811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	1.315.000,00	1.315.000,00
27.811.0015	ESPORTE E CIDADANIA	0,00	0,00	1.315.000,00	1.315.000,00
27.811.0015.2058	Desporto de Iniciação e Rendimento	0,00	0,00	1.315.000,00	1.315.000,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	2.794.800,00	67.000,00	2.861.800,00
27.812.0015	ESPORTE E CIDADANIA	0,00	2.794.800,00	67.000,00	2.861.800,00
27.812.0015.1029	Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para	0,00	2.794.800,00	0,00	2.794.800,00
27.812.0015.2059	Desporto Comunitário	0,00	0,00	67.000,00	67.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>2.794.800,00</b>	<b>3.503.429,68</b>	<b>6.298.229,68</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>2.794.800,00</b>	<b>3.503.429,68</b>	<b>6.298.229,68</b>
<b>16 - Empresa Municipal de Habitação</b>					
<b>001 - Empresa Municipal de Habitação</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
16	Habitação	0,00	2.705.251,00	1.498.208,12	4.203.459,12
16.122	Administracao Geral	0,00	2.401.251,00	1.498.208,12	3.899.459,12
16.122.0016	INVESTINDO EM PROGRAMAS HABITACIONAIS	0,00	2.401.251,00	1.498.208,12	3.899.459,12
16.122.0016.1018	Urbanização Vila Schwarz, preservação do Morro da Mariqu	0,00	2.401.251,00	0,00	2.401.251,00
16.122.0016.2055	Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB	0,00	0,00	1.498.208,12	1.498.208,12
16.482	Habitacao Urbana	0,00	304.000,00	0,00	304.000,00
16.482.0016	INVESTINDO EM PROGRAMAS HABITACIONAIS	0,00	304.000,00	0,00	304.000,00
16.482.0016.1050	Trabalho Técnico Social	0,00	304.000,00	0,00	304.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>2.705.251,00</b>	<b>1.498.208,12</b>	<b>4.203.459,12</b>
<b>002 - Fundo Rotativo Habitacional</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
16	Habitação	0,00	1.785.532,00	38.000,00	1.823.532,00
16.482	Habitacao Urbana	0,00	1.785.532,00	38.000,00	1.823.532,00
16.482.0016	INVESTINDO EM PROGRAMAS HABITACIONAIS	0,00	1.785.532,00	38.000,00	1.823.532,00
16.482.0016.1017	Investindo em Programas Habitacionais	0,00	1.785.532,00	0,00	1.785.532,00
16.482.0016.2056	Regularização Fundiária Habitacional	0,00	0,00	38.000,00	38.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>1.785.532,00</b>	<b>38.000,00</b>	<b>1.823.532,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>4.490.783,00</b>	<b>1.536.208,12</b>	<b>6.026.991,12</b>
<b>17 - Fundo Municipal de Saúde</b>					
<b>001 - Fundo Municipal de Saúde</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
10	Saúde	0,00	5.665.000,00	71.846.770,24	77.511.770,24
10.301	Atenção Básica	0,00	360.000,00	38.708.566,72	39.068.566,72
10.301.0017	SAÚDE, DIFERENTE E MELHOR	0,00	360.000,00	38.708.566,72	39.068.566,72
10.301.0017.1024	Ampliação da Rede Física da Saúde	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
10.301.0017.2054	Ações Voltadas à Atenção Básica	0,00	0,00	25.652.120,16	25.652.120,16
10.301.0017.2101	Estratégias Saúde da Família	0,00	0,00	10.768.541,56	10.768.541,56
10.301.0017.2102	Gestão do SUS	0,00	0,00	10.825,00	10.825,00
10.301.0017.2203	Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico	0,00	0,00	597.080,00	597.080,00
10.301.0017.2401	Atenção Farmacêutica Básica	0,00	0,00	1.680.000,00	1.680.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	5.305.000,00	32.739.572,00	38.044.572,00
10.302.0017	SAÚDE, DIFERENTE E MELHOR	0,00	5.305.000,00	32.739.572,00	38.044.572,00
10.302.0017.1025	Ampliação da Rede Fisca da Saúde - Média e Alta Comple	0,00	5.305.000,00	0,00	5.305.000,00
10.302.0017.2020	CAPS III	0,00	0,00	1.084.608,00	1.084.608,00
10.302.0017.2201	Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	30.545.328,16	30.545.328,16
10.302.0017.2202	Operação e Manutenção do SAMU	0,00	0,00	419.500,00	419.500,00
10.302.0017.2501	Ações Voltadas à Manutenção do CAPS	0,00	0,00	690.135,84	690.135,84
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	54.135,00	54.135,00
10.304.0017	SAÚDE, DIFERENTE E MELHOR	0,00	0,00	54.135,00	54.135,00
10.304.0017.2301	Ações Voltadas à Vigilância Sanitária	0,00	0,00	54.135,00	54.135,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	344.496,52	344.496,52

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL281101-252-HZUGAW-309087248 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:34:08 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOTOCOPIADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7F5D6B0D




**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 8 / 9

<b>17 - Fundo Municipal de Saúde</b>					
<b>001 - Fundo Municipal de Saúde</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10.305.0017	SAÚDE, DIFERENTE E MELHOR	0,00	0,00	344.496,52	344.496,52
10.305.0017.2302	Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	263.496,52	263.496,52
10.305.0017.2303	Ações Voltadas ao Programa Nacional de HIV/AIDS e outra	0,00	0,00	81.000,00	81.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>5.665.000,00</b>	<b>71.846.770,24</b>	<b>77.511.770,24</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>5.665.000,00</b>	<b>71.846.770,24</b>	<b>77.511.770,24</b>
<b>18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul</b>					
<b>001 - Fundação Cultural de São Bento do Sul</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura	0,00	277.000,00	2.934.320,00	3.211.320,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	277.000,00	102.000,00	379.000,00
13.391.0018	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FUNDAÇÃO (	0,00	277.000,00	102.000,00	379.000,00
13.391.0018.1031	Investindo na Cultura	0,00	277.000,00	0,00	277.000,00
13.391.0018.2061	Preservação da Memória e Patrimônio Histórico	0,00	0,00	102.000,00	102.000,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	2.832.320,00	2.832.320,00
13.392.0018	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FUNDAÇÃO (	0,00	0,00	2.832.320,00	2.832.320,00
13.392.0018.2060	Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades	0,00	0,00	2.832.320,00	2.832.320,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>277.000,00</b>	<b>2.934.320,00</b>	<b>3.211.320,00</b>
<b>002 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura	0,00	0,00	215.500,00	215.500,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	215.500,00	215.500,00
13.392.0018	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FUNDAÇÃO (	0,00	0,00	215.500,00	215.500,00
13.392.0018.2076	Manutenção do Fundo Municipal da Cultura	0,00	0,00	215.500,00	215.500,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>215.500,00</b>	<b>215.500,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>277.000,00</b>	<b>3.149.820,00</b>	<b>3.426.820,00</b>
<b>19 - IPRESBS</b>					
<b>001 - IPRESBS</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
09	Previdência Social	0,00	0,00	41.060.809,43	41.060.809,43
09.122	Administracao Geral	0,00	0,00	3.087.809,43	3.087.809,43
09.122.0019	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	0,00	0,00	3.087.809,43	3.087.809,43
09.122.0019.4062	Administração e Funcionamento do IPRESBS	0,00	0,00	3.087.809,43	3.087.809,43
09.272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	37.973.000,00	37.973.000,00
09.272.0019	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	0,00	0,00	37.973.000,00	37.973.000,00
09.272.0019.2062	Manutenção e Funcionamento do IPRESBS	0,00	0,00	37.973.000,00	37.973.000,00
99	Reserva de Contingência	52.226.639,69	0,00	0,00	52.226.639,69
99.997	Reserva do RPPS	52.226.639,69	0,00	0,00	52.226.639,69
99.997.9999	Reserva de Contingência/RPPS	52.226.639,69	0,00	0,00	52.226.639,69
99.997.9999.9997	Reserva do RPPS	52.226.639,69	0,00	0,00	52.226.639,69
<b>Total Unidade</b>		<b>52.226.639,69</b>	<b>0,00</b>	<b>41.060.809,43</b>	<b>93.287.449,12</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>52.226.639,69</b>	<b>0,00</b>	<b>41.060.809,43</b>	<b>93.287.449,12</b>
<b>23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</b>					
<b>001 - Serviços Administrativos</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	Saneamento	0,00	0,00	5.704.497,69	5.704.497,69
17.122	Administracao Geral	0,00	0,00	5.704.497,69	5.704.497,69
17.122.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGO	0,00	0,00	5.704.497,69	5.704.497,69
17.122.0023.2063	Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos	0,00	0,00	5.344.497,69	5.344.497,69
17.122.0023.2067	Contribuição ao PASEP	0,00	0,00	360.000,00	360.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.704.497,69</b>	<b>5.704.497,69</b>
<b>002 - Abastecimento de Água</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	Saneamento	0,00	1.374.540,00	11.219.302,89	12.593.842,89
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	1.374.540,00	11.219.302,89	12.593.842,89
17.512.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGO	0,00	1.374.540,00	11.219.302,89	12.593.842,89
17.512.0023.1001	Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada	0,00	474.540,00	0,00	474.540,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL281101-252-HZUGAW-309087248 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:34:08 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:34:03-03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7F5D6B0D




**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 9 / 9

<b>23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</b>					
<b>002 - Abastecimento de Água</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17.512.0023.1002	Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Ab	0,00	900.000,00	0,00	900.000,00
17.512.0023.2064	Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de	0,00	0,00	11.219.302,89	11.219.302,89
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>1.374.540,00</b>	<b>11.219.302,89</b>	<b>12.593.842,89</b>
<b>003 - Sistema de Esgoto Sanitário</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	Saneamento	0,00	10.897.030,00	4.345.550,00	15.242.580,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	10.897.030,00	4.345.550,00	15.242.580,00
17.512.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGO	0,00	10.897.030,00	4.345.550,00	15.242.580,00
17.512.0023.1003	Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento	0,00	10.897.030,00	0,00	10.897.030,00
17.512.0023.2065	Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sani	0,00	0,00	4.345.550,00	4.345.550,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>10.897.030,00</b>	<b>4.345.550,00</b>	<b>15.242.580,00</b>
<b>004 - Sanemaneto Geral</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	Saneamento	0,00	6.370.000,00	1.216.700,00	7.586.700,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	6.370.000,00	1.216.700,00	7.586.700,00
17.512.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGO	0,00	6.370.000,00	1.216.700,00	7.586.700,00
17.512.0023.1004	Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia	0,00	170.000,00	0,00	170.000,00
17.512.0023.1056	Construção da Sede Administrativa/Técnica	0,00	6.200.000,00	0,00	6.200.000,00
17.512.0023.2066	Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia	0,00	0,00	1.216.700,00	1.216.700,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>6.370.000,00</b>	<b>1.216.700,00</b>	<b>7.586.700,00</b>
<b>005 - Sistema de Resíduos Sólidos</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	10.668.581,00	10.668.581,00
15.452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	10.668.581,00	10.668.581,00
15.452.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGO	0,00	0,00	10.668.581,00	10.668.581,00
15.452.0023.2069	Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos	0,00	0,00	10.668.581,00	10.668.581,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.668.581,00</b>	<b>10.668.581,00</b>
<b>006 - Programa Munic. de Pagamentos por Serv. Ambientais</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	Saneamento	0,00	0,00	133.000,00	133.000,00
17.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	133.000,00	133.000,00
17.541.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGO	0,00	0,00	133.000,00	133.000,00
17.541.0023.2028	Programa Municipal de Pagamentos por Serviços Ambie	0,00	0,00	133.000,00	133.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>133.000,00</b>	<b>133.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>18.641.570,00</b>	<b>33.287.631,58</b>	<b>51.929.201,58</b>
<b>Total Geral</b>		<b>60.983.299,69</b>	<b>66.332.158,00</b>	<b>317.673.138,25</b>	<b>444.988.595,94</b>

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: HTTPS://C ATENDE.NET/PSD9A97F5D6B0D


MAGNO BOLLMANN  
Prefeito

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças



Assinado digitalmente por:  
Rosilane Zélia dos Santos  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
Magno Bollmann  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 6

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	4.950.000,00	4.950.000,00
01.031	Acao Legislativa	0,00	0,00	4.950.000,00	4.950.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	0,00	0,00	4.950.000,00	4.950.000,00
01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores.	0,00	0,00	4.900.000,00	4.900.000,00
01.031.0001.2010	Câmara Mirim	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
03	Essencial à Justiça	0,00	0,00	2.213.000,00	2.213.000,00
03.092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	2.213.000,00	2.213.000,00
03.092.0003	PROCURADORIA	0,00	0,00	2.213.000,00	2.213.000,00
03.092.0003.2006	Gestão da Assessoria Jurídica	0,00	0,00	2.213.000,00	2.213.000,00
04	Administração	350.000,00	620.000,00	27.883.550,50	28.853.550,50
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	22.394.372,50	22.394.372,50
04.122.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	2.957.050,00	2.957.050,00
04.122.0002.2002	Gestão do Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	2.957.050,00	2.957.050,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	19.437.322,50	19.437.322,50
04.122.0005.2008	Gestão da Secretaria Municipal de Administração	0,00	0,00	7.384.200,00	7.384.200,00
04.122.0005.2051	Gestão dos Serviços Públicos	0,00	0,00	12.053.122,50	12.053.122,50
04.123	Administração Financeira	0,00	620.000,00	3.152.790,00	3.772.790,00
04.123.0006	GESTÃO RESPONSÁVEL	0,00	620.000,00	3.152.790,00	3.772.790,00
04.123.0006.1052	Modernização da Administração Tributária.	0,00	620.000,00	0,00	620.000,00
04.123.0006.2007	Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN	0,00	0,00	3.152.790,00	3.152.790,00
04.125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
04.125.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
04.125.0002.2011	Departamento de Controle Interno - DECIN	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
04.126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	1.004.000,00	1.004.000,00
04.126.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	1.004.000,00	1.004.000,00
04.126.0005.2012	Gestão do Departamento de Tecnologia e Informação	0,00	0,00	1.004.000,00	1.004.000,00
04.129	Administração de Receitas	0,00	0,00	696.388,00	696.388,00
04.129.0006	GESTÃO RESPONSÁVEL	0,00	0,00	696.388,00	696.388,00
04.129.0006.4007	Departamento de Receitas - DERE	0,00	0,00	696.388,00	696.388,00
04.131	Comunicação Social	0,00	0,00	541.000,00	541.000,00
04.131.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
04.131.0002.4002	Departamento de Comunicação Social - DECS	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
04.131.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
04.131.0005.2048	Publicações Oficiais e Divulgações do Município	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
04.242	Assistência ao Portador de Deficiência	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
04.242.0002	GABINETE DO PREFEITO	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
04.242.0002.0092	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
04.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
04.302.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
04.302.0002.4004	Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
06	Segurança Pública	0,00	0,00	2.348.586,00	2.348.586,00
06.181	Policiamento	0,00	0,00	928.086,00	928.086,00
06.181.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	357.700,00	357.700,00
06.181.0002.2005	Serviços Especiais - Polícia Militar	0,00	0,00	357.700,00	357.700,00
06.181.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	0,00	318.386,00	318.386,00
06.181.0008.2035	Convênio SSP/Trânsito - Polícia Militar	0,00	0,00	157.593,00	157.593,00
06.181.0008.2036	Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL	0,00	0,00	160.793,00	160.793,00
06.181.0009	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	252.000,00	252.000,00
06.181.0009.2034	Rádio Patrulha	0,00	0,00	252.000,00	252.000,00
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	1.420.500,00	1.420.500,00
06.182.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	1.420.500,00	1.420.500,00
06.182.0002.2003	Departamento da Defesa Civil	0,00	0,00	20.500,00	20.500,00
06.182.0002.2004	Manutenção e Conservação da OBM	0,00	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00
08	Assistência Social	101.630,00	35.000,00	10.199.270,00	10.335.900,00
08.122	Administracao Geral	0,00	0,00	7.470.250,00	7.470.250,00
08.122.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	7.470.250,00	7.470.250,00
08.122.0010.2037	Gestão Administrativa da SEMAS	0,00	0,00	7.125.550,00	7.125.550,00
08.122.0010.2095	Benefícios Eventuais	0,00	0,00	344.700,00	344.700,00
08.241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL291101-252-GHCKAU-309087293 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:34:54 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 18/10/2019 08:34:54 -03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE.NET/PSDA9A7F85679C.






**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 2 / 6

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08.241.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
08.241.0010.2040	Programa do Idoso	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	101.630,00	0,00	1.253.000,00	1.354.630,00
08.243.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	101.630,00	0,00	1.253.000,00	1.354.630,00
08.243.0010.0090	Auxílios Financeiros à Diversas Entidades - FIA	101.630,00	0,00	0,00	101.630,00
08.243.0010.2039	Ações Voltadas a Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	193.000,00	193.000,00
08.243.0010.2082	Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional da Criança e Adolescente	0,00	0,00	1.060.000,00	1.060.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	35.000,00	1.451.020,00	1.486.020,00
08.244.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	35.000,00	1.451.020,00	1.486.020,00
08.244.0010.1030	Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpestre	0,00	27.000,00	0,00	27.000,00
08.244.0010.1041	Horta Comunitária	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
08.244.0010.2044	Gestão do Fundo da Infância e Adolescência - FIA	0,00	0,00	295.828,00	295.828,00
08.244.0010.2071	FNAS - Gestão - IGD do SUAS	0,00	0,00	26.000,00	26.000,00
08.244.0010.2072	FNAS - Gestão - ACESSUAS	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
08.244.0010.2079	Gestão do SPS Especial de Média Complexidade - Estado	0,00	0,00	71.400,00	71.400,00
08.244.0010.2080	Gestão dos SPS Especial de Alta Complexidade.	0,00	0,00	240.000,00	240.000,00
08.244.0010.2081	Gestão dos SPS - PBF - Estado	0,00	0,00	84.000,00	84.000,00
08.244.0010.2091	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV - União	0,00	0,00	120.000,00	120.000,00
08.244.0010.2092	Gestão dos Conselhos Municipais de Assistência Social	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
08.244.0010.2094	Conselho Tutelar	0,00	0,00	43.000,00	43.000,00
08.244.0010.4079	Gestão dos SPS Especial de Média Complexidade	0,00	0,00	177.000,00	177.000,00
08.244.0010.4080	Gestão dos Serviços de Proteção Básica - União.	0,00	0,00	288.000,00	288.000,00
08.244.0010.4081	Gestão do IGD - Bolsa Família.	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
08.244.0010.6041	Gestão do FMAS - Portadores de Deficiência	0,00	0,00	20.792,00	20.792,00
09	Previdência Social	0,00	0,00	41.060.809,43	41.060.809,43
09.122	Administracao Geral	0,00	0,00	3.087.809,43	3.087.809,43
09.122.0019	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	0,00	0,00	3.087.809,43	3.087.809,43
09.122.0019.4062	Administração e Funcionamento do IPRESBS	0,00	0,00	3.087.809,43	3.087.809,43
09.272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	37.973.000,00	37.973.000,00
09.272.0019	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	0,00	0,00	37.973.000,00	37.973.000,00
09.272.0019.2062	Manutenção e Funcionamento do IPRESBS	0,00	0,00	37.973.000,00	37.973.000,00
10	Saúde	0,00	5.665.000,00	71.846.770,24	77.511.770,24
10.301	Atenção Básica	0,00	360.000,00	38.708.566,72	39.068.566,72
10.301.0017	SAÚDE, DIFERENTE E MELHOR	0,00	360.000,00	38.708.566,72	39.068.566,72
10.301.0017.1024	Ampliação da Rede Física da Saúde	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
10.301.0017.2054	Ações Voltadas à Atenção Básica	0,00	0,00	25.652.120,16	25.652.120,16
10.301.0017.2101	Estratégias Saúde da Família	0,00	0,00	10.768.541,56	10.768.541,56
10.301.0017.2102	Gestão do SUS	0,00	0,00	10.825,00	10.825,00
10.301.0017.2203	Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico	0,00	0,00	597.080,00	597.080,00
10.301.0017.2401	Atenção Farmacêutica Básica	0,00	0,00	1.680.000,00	1.680.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	5.305.000,00	32.739.572,00	38.044.572,00
10.302.0017	SAÚDE, DIFERENTE E MELHOR	0,00	5.305.000,00	32.739.572,00	38.044.572,00
10.302.0017.1025	Ampliação da Rede Fisca da Saúde - Média e Alta Complexidade	0,00	5.305.000,00	0,00	5.305.000,00
10.302.0017.2020	CAPS III	0,00	0,00	1.084.608,00	1.084.608,00
10.302.0017.2201	Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	30.545.328,16	30.545.328,16
10.302.0017.2202	Operação e Manutenção do SAMU	0,00	0,00	419.500,00	419.500,00
10.302.0017.2501	Ações Voltadas à Manutenção do CAPS	0,00	0,00	690.135,84	690.135,84
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	54.135,00	54.135,00
10.304.0017	SAÚDE, DIFERENTE E MELHOR	0,00	0,00	54.135,00	54.135,00
10.304.0017.2301	Ações Voltadas à Vigilância Sanitária	0,00	0,00	54.135,00	54.135,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	344.496,52	344.496,52
10.305.0017	SAÚDE, DIFERENTE E MELHOR	0,00	0,00	344.496,52	344.496,52
10.305.0017.2302	Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	263.496,52	263.496,52
10.305.0017.2303	Ações Voltadas ao Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST	0,00	0,00	81.000,00	81.000,00
11	Trabalho	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
11.334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL291101-252-GHCKAU-309087293 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:34:54 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 18/10/2019 08:34:54 -03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/IPSDA9A7F85679C.






**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 3 / 6

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
11.334.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
11.334.0011.2605	Inclusão, Desenvolvimento do Trabalhador e Empregador	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
12	Educação	0,00	0,00	84.184.355,00	84.184.355,00
12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	2.401.641,00	2.401.641,00
12.306.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	0,00	2.401.641,00	2.401.641,00
12.306.0007.2000	Alimentação Escolar	0,00	0,00	2.401.641,00	2.401.641,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	45.288.241,00	45.288.241,00
12.361.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	0,00	45.288.241,00	45.288.241,00
12.361.0007.2023	Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental	0,00	0,00	15.891.672,00	15.891.672,00
12.361.0007.2024	Transporte Escolar	0,00	0,00	868.681,00	868.681,00
12.361.0007.4026	Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB	0,00	0,00	28.527.888,00	28.527.888,00
12.362	Ensino Médio	0,00	0,00	7.600,00	7.600,00
12.362.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	0,00	7.600,00	7.600,00
12.362.0007.8024	Transporte Escolar - Ensino Médio	0,00	0,00	7.600,00	7.600,00
12.364	Ensino Superior	0,00	0,00	265.000,00	265.000,00
12.364.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	0,00	265.000,00	265.000,00
12.364.0007.6025	Subvenção ao Ensino Superior	0,00	0,00	265.000,00	265.000,00
12.365	Educação Infantil	0,00	0,00	36.221.873,00	36.221.873,00
12.365.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	0,00	36.221.873,00	36.221.873,00
12.365.0007.2022	Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil	0,00	0,00	11.334.636,00	11.334.636,00
12.365.0007.2027	Convênios com Empresas	0,00	0,00	576.533,00	576.533,00
12.365.0007.4023	Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB	0,00	0,00	23.731.253,00	23.731.253,00
12.365.0007.4024	Transporte Escolar - Educação Infantil	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
12.365.0007.4027	Recursos do FNDE	0,00	0,00	574.451,00	574.451,00
13	Cultura	0,00	277.000,00	3.149.820,00	3.426.820,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	277.000,00	102.000,00	379.000,00
13.391.0018	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FUNDAÇÃO (	0,00	277.000,00	102.000,00	379.000,00
13.391.0018.1031	Investindo na Cultura	0,00	277.000,00	0,00	277.000,00
13.391.0018.2061	Preservação da Memória e Patrimônio Histórico	0,00	0,00	102.000,00	102.000,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	3.047.820,00	3.047.820,00
13.392.0018	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FUNDAÇÃO (	0,00	0,00	3.047.820,00	3.047.820,00
13.392.0018.2060	Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades	0,00	0,00	2.832.320,00	2.832.320,00
13.392.0018.2076	Manutenção do Fundo Municipal da Cultura	0,00	0,00	215.500,00	215.500,00
14	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	1.455.200,00	1.455.200,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	1.455.200,00	1.455.200,00
14.422.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	0,00	0,00	1.455.200,00	1.455.200,00
14.422.0011.2087	Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON	0,00	0,00	1.455.200,00	1.455.200,00
15	Urbanismo	0,00	33.739.755,00	27.938.721,00	61.678.476,00
15.122	Administracao Geral	0,00	0,00	4.671.500,00	4.671.500,00
15.122.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	0,00	4.671.500,00	4.671.500,00
15.122.0008.2014	Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo	0,00	0,00	4.671.500,00	4.671.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	25.273.755,00	3.909.348,00	29.183.103,00
15.451.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	25.273.755,00	1.936.664,00	27.210.419,00
15.451.0008.1040	Programa Mais Asfalto	0,00	25.273.755,00	0,00	25.273.755,00
15.451.0008.2015	Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA	0,00	0,00	1.885.371,00	1.885.371,00
15.451.0008.2042	Departamento de Projetos - DEPRO	0,00	0,00	51.293,00	51.293,00
15.451.0009	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	1.972.684,00	1.972.684,00
15.451.0009.2030	Manutenção Melhorias em Vias Urbanas e Rurais	0,00	0,00	1.972.684,00	1.972.684,00
15.452	Servicos Urbanos	0,00	7.716.000,00	19.357.873,00	27.073.873,00
15.452.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	7.716.000,00	0,00	7.716.000,00
15.452.0008.1053	Melhorias na Mobilidade Urbana	0,00	415.000,00	0,00	415.000,00
15.452.0008.1054	Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal do Setor Público	0,00	7.301.000,00	0,00	7.301.000,00
15.452.0009	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	8.689.292,00	8.689.292,00
15.452.0009.2013	Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB	0,00	0,00	1.081.494,00	1.081.494,00
15.452.0009.2029	Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	0,00	7.385.798,00	7.385.798,00

SISTEMA DE CONTABILIZAÇÃO EM: 18/10/2019 08:34:54 -03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9ATF85679C.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 4 / 6

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15.452.0009.2032	Administração, Manutenção e Melhorias em Cemitérios e Capelas Mortuárias.	0,00	0,00	222.000,00	222.000,00
15.452.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	10.668.581,00	10.668.581,00
15.452.0023.2069	Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos	0,00	0,00	10.668.581,00	10.668.581,00
15.813	Lazer	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
15.813.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
15.813.0008.3000	Parques Municipais	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
16	Habitação	0,00	4.490.783,00	1.536.208,12	6.026.991,12
16.122	Administracao Geral	0,00	2.401.251,00	1.498.208,12	3.899.459,12
16.122.0016	INVESTINDO EM PROGRAMAS HABITACIONAIS	0,00	2.401.251,00	1.498.208,12	3.899.459,12
16.122.0016.1018	Urbanização Vila Schwarz, preservação do Morro da Mariquinha e instalação do Loteamento Boa Esperança	0,00	2.401.251,00	0,00	2.401.251,00
16.122.0016.2055	Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB	0,00	0,00	1.498.208,12	1.498.208,12
16.482	Habitacao Urbana	0,00	2.089.532,00	38.000,00	2.127.532,00
16.482.0016	INVESTINDO EM PROGRAMAS HABITACIONAIS	0,00	2.089.532,00	38.000,00	2.127.532,00
16.482.0016.1017	Investindo em Programas Habitacionais	0,00	1.785.532,00	0,00	1.785.532,00
16.482.0016.1050	Trabalho Técnico Social	0,00	304.000,00	0,00	304.000,00
16.482.0016.2056	Regularização Fundiária Habitacional	0,00	0,00	38.000,00	38.000,00
17	Saneamento	0,00	18.641.570,00	22.619.050,58	41.260.620,58
17.122	Administracao Geral	0,00	0,00	5.704.497,69	5.704.497,69
17.122.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	5.704.497,69	5.704.497,69
17.122.0023.2063	Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos	0,00	0,00	5.344.497,69	5.344.497,69
17.122.0023.2067	Contribuição ao PASEP	0,00	0,00	360.000,00	360.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	18.641.570,00	16.781.552,89	35.423.122,89
17.512.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	18.641.570,00	16.781.552,89	35.423.122,89
17.512.0023.1001	Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada	0,00	474.540,00	0,00	474.540,00
17.512.0023.1002	Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Abastecimento de Água	0,00	900.000,00	0,00	900.000,00
17.512.0023.1003	Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto	0,00	10.897.030,00	0,00	10.897.030,00
17.512.0023.1004	Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia	0,00	170.000,00	0,00	170.000,00
17.512.0023.1056	Construção da Sede Administrativa/Técnica	0,00	6.200.000,00	0,00	6.200.000,00
17.512.0023.2064	Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água	0,00	0,00	11.219.302,89	11.219.302,89
17.512.0023.2065	Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário.	0,00	0,00	4.345.550,00	4.345.550,00
17.512.0023.2066	Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia	0,00	0,00	1.216.700,00	1.216.700,00
17.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	133.000,00	133.000,00
17.541.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	133.000,00	133.000,00
17.541.0023.2028	Programa Municipal de Pagamentos por Serviços Ambientais - PMPSA	0,00	0,00	133.000,00	133.000,00
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	465.250,00	465.250,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	465.250,00	465.250,00
18.541.0013	Gestão das Políticas de Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	465.250,00	465.250,00
18.541.0013.2612	Ampliação do Museu Natural Entomológico Ornith Bollmann	0,00	0,00	17.500,00	17.500,00
18.541.0013.2616	Revisão do Plano de Manejo da APA Rio Vermelho Humboldt	0,00	0,00	16.250,00	16.250,00
18.541.0013.2618	Compra de espécies vegetais nativas e exóticas para arborização e paisagismo urbano	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00
18.541.0013.2620	Criação do Jardim Botânico Municipal	0,00	0,00	87.500,00	87.500,00
18.541.0013.4003	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	336.000,00	336.000,00
20	Agricultura	0,00	0,00	2.601.190,00	2.601.190,00
20.542	Controle Ambiental	0,00	0,00	94.000,00	94.000,00
20.542.0013	Gestão das Políticas de Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	94.000,00	94.000,00
20.542.0013.2998	Unidade de Controle de Zoonoses - UCZ	0,00	0,00	94.000,00	94.000,00
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	2.507.190,00	2.507.190,00
20.606.0013	Gestão das Políticas de Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	2.507.190,00	2.507.190,00
20.606.0013.2017	Gestão do Departamento de Agricultura -	0,00	0,00	2.463.190,00	2.463.190,00
20.606.0013.2018	Departamento de Pecuária	0,00	0,00	16.000,00	16.000,00
20.606.0013.4017	Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrário	0,00	0,00	28.000,00	28.000,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 18/10/2019 08:54:03:00-03 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE.NET/PSDA9A7F85679C.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 5 / 6

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
22	Indústria	0,00	0,00	3.254.350,70	3.254.350,70
22.661	Promoção Industrial	0,00	0,00	3.254.350,70	3.254.350,70
22.661.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	0,00	0,00	3.254.350,70	3.254.350,70
22.661.0011.2016	Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.	0,00	0,00	1.328.267,70	1.328.267,70
22.661.0011.2070	Departamento de Indústria e Comércio - DEICO	0,00	0,00	1.741.083,00	1.741.083,00
22.661.0011.2078	Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	185.000,00	185.000,00
23	Comércio e Serviços	0,00	68.250,00	1.761.966,00	1.830.216,00
23.661	Promoção Industrial	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
23.661.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
23.661.0011.2607	Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica e da Cultura de Inovação	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
23.691	Promoção Comercial	0,00	0,00	3.250,00	3.250,00
23.691.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	0,00	0,00	3.250,00	3.250,00
23.691.0011.2606	Empreendedorismo e Sala do Empreendedor	0,00	0,00	3.250,00	3.250,00
23.695	Turismo	0,00	68.250,00	1.755.216,00	1.823.466,00
23.695.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	0,00	68.250,00	1.755.216,00	1.823.466,00
23.695.0011.1016	Projeto Acolhida na Colônia	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
23.695.0011.1019	Projeto Incubadora Turística	0,00	21.000,00	0,00	21.000,00
23.695.0011.1021	Projeto Regionalização do Turismo	0,00	6.250,00	0,00	6.250,00
23.695.0011.1023	Embelezamento dos acessos ao Município.	0,00	34.000,00	0,00	34.000,00
23.695.0011.2019	Departamento de Turismo - DETUR	0,00	0,00	1.755.216,00	1.755.216,00
25	Energia	0,00	0,00	4.695.611,00	4.695.611,00
25.452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	4.695.611,00	4.695.611,00
25.452.0009	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	4.695.611,00	4.695.611,00
25.452.0009.2031	Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública	0,00	0,00	4.695.611,00	4.695.611,00
27	Desporto e Lazer	0,00	2.794.800,00	3.503.429,68	6.298.229,68
27.122	Administracao Geral	0,00	0,00	2.121.429,68	2.121.429,68
27.122.0015	ESPORTE E CIDADANIA	0,00	0,00	2.121.429,68	2.121.429,68
27.122.0015.2057	Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos	0,00	0,00	2.121.429,68	2.121.429,68
27.811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	1.315.000,00	1.315.000,00
27.811.0015	ESPORTE E CIDADANIA	0,00	0,00	1.315.000,00	1.315.000,00
27.811.0015.2058	Desporto de Iniciação e Rendimento	0,00	0,00	1.315.000,00	1.315.000,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	2.794.800,00	67.000,00	2.861.800,00
27.812.0015	ESPORTE E CIDADANIA	0,00	2.794.800,00	67.000,00	2.861.800,00
27.812.0015.1029	Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para Práticas Esportivas	0,00	2.794.800,00	0,00	2.794.800,00
27.812.0015.2059	Desporto Comunitário	0,00	0,00	67.000,00	67.000,00
28	Encargos Especiais	8.005.030,00	0,00	0,00	8.005.030,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	5.133.980,00	0,00	0,00	5.133.980,00
28.843.0006	GESTÃO RESPONSÁVEL	5.133.980,00	0,00	0,00	5.133.980,00
28.843.0006.0047	Amortização e Juros da Dívida Pública	5.133.980,00	0,00	0,00	5.133.980,00
28.845	Outras Transferências	828.750,00	0,00	0,00	828.750,00
28.845.0002	GABINETE DO PREFEITO	828.750,00	0,00	0,00	828.750,00
28.845.0002.0049	Repasse Financeiro para Organizações da Sociedade Civil	485.050,00	0,00	0,00	485.050,00
28.845.0002.0094	Consórcio Quiriri	343.700,00	0,00	0,00	343.700,00
28.846	Outros encargos Especiais	2.042.300,00	0,00	0,00	2.042.300,00
28.846.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.042.300,00	0,00	0,00	2.042.300,00
28.846.0005.0050	Contribuição ao PASEP	2.007.000,00	0,00	0,00	2.007.000,00
28.846.0005.0086	Pagamento Pensionistas	35.300,00	0,00	0,00	35.300,00
99	Reserva de Contingência	52.226.639,69	0,00	0,00	52.226.639,69
99.997	Reserva do RPPS	52.226.639,69	0,00	0,00	52.226.639,69
99.997.9999	Reserva de Contingência/RPPS	52.226.639,69	0,00	0,00	52.226.639,69
99.997.9999.9997	Reserva do RPPS	52.226.639,69	0,00	0,00	52.226.639,69
99.999	Reserva de contingência	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
99.999.9999	Reserva de Contingência/RPPS	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
99.999.9999.9999	Reserva de Contingência	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>60.983.299,69</b>	<b>66.332.158,00</b>	<b>317.673.138,25</b>	<b>444.988.595,94</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL291101-252-GHCKAU-309087293 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:34:54 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 18/10/2019 08:34:54 -03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A7F85679C.




**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 6 / 6

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE [HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9ATF86679C](https://c.atende.net/PSDA9ATF86679C).



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14



## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 1 / 3

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	4.950.000,00	0,00	4.950.000,00
01.031	Acao Legislativa	4.950.000,00	0,00	4.950.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	4.950.000,00	0,00	4.950.000,00
03	Essencial à Justiça	2.213.000,00	0,00	2.213.000,00
03.092	Representação Judicial e Extrajudicial	2.213.000,00	0,00	2.213.000,00
03.092.0003	PROCURADORIA	2.213.000,00	0,00	2.213.000,00
04	Administração	28.037.977,50	815.573,00	28.853.550,50
04.122	Administracao Geral	22.068.799,50	325.573,00	22.394.372,50
04.122.0002	GABINETE DO PREFEITO	2.957.050,00	0,00	2.957.050,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	19.111.749,50	325.573,00	19.437.322,50
04.123	Administração Financeira	3.352.790,00	420.000,00	3.772.790,00
04.123.0006	GESTÃO RESPONSÁVEL	3.352.790,00	420.000,00	3.772.790,00
04.125	Normatização e Fiscalização	25.000,00	0,00	25.000,00
04.125.0002	GABINETE DO PREFEITO	25.000,00	0,00	25.000,00
04.126	Tecnologia da Informação	1.004.000,00	0,00	1.004.000,00
04.126.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.004.000,00	0,00	1.004.000,00
04.129	Administração de Receitas	696.388,00	0,00	696.388,00
04.129.0006	GESTÃO RESPONSÁVEL	696.388,00	0,00	696.388,00
04.131	Comunicação Social	541.000,00	0,00	541.000,00
04.131.0002	GABINETE DO PREFEITO	511.000,00	0,00	511.000,00
04.131.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	30.000,00	0,00	30.000,00
04.242	Assistência ao Portador de Deficiência	350.000,00	0,00	350.000,00
04.242.0002	GABINETE DO PREFEITO	350.000,00	0,00	350.000,00
04.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	70.000,00	70.000,00
04.302.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	70.000,00	70.000,00
06	Segurança Pública	272.500,00	2.076.086,00	2.348.586,00
06.181	Policamento	252.000,00	676.086,00	928.086,00
06.181.0002	GABINETE DO PREFEITO	0,00	357.700,00	357.700,00
06.181.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	318.386,00	318.386,00
06.181.0009	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	252.000,00	0,00	252.000,00
06.182	Defesa Civil	20.500,00	1.400.000,00	1.420.500,00
06.182.0002	GABINETE DO PREFEITO	20.500,00	1.400.000,00	1.420.500,00
08	Assistência Social	8.822.250,00	1.513.650,00	10.335.900,00
08.122	Administracao Geral	7.455.250,00	15.000,00	7.470.250,00
08.122.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.455.250,00	15.000,00	7.470.250,00
08.241	Assistência ao Idoso	25.000,00	0,00	25.000,00
08.241.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.000,00	0,00	25.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.253.000,00	101.630,00	1.354.630,00
08.243.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.253.000,00	101.630,00	1.354.630,00
08.244	Assistência Comunitária	89.000,00	1.397.020,00	1.486.020,00
08.244.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	89.000,00	1.397.020,00	1.486.020,00
09	Previdência Social	3.981.000,00	37.079.809,43	41.060.809,43
09.122	Administracao Geral	0,00	3.087.809,43	3.087.809,43
09.122.0019	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	0,00	3.087.809,43	3.087.809,43
09.272	Previdência do Regime Estatutário	3.981.000,00	33.992.000,00	37.973.000,00
09.272.0019	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	3.981.000,00	33.992.000,00	37.973.000,00
10	Saúde	467.500,00	77.044.270,24	77.511.770,24
10.301	Atenção Básica	467.500,00	38.601.066,72	39.068.566,72
10.301.0017	SAÚDE, DIFERENTE E MELHOR	467.500,00	38.601.066,72	39.068.566,72
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	38.044.572,00	38.044.572,00
10.302.0017	SAÚDE, DIFERENTE E MELHOR	0,00	38.044.572,00	38.044.572,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	54.135,00	54.135,00
10.304.0017	SAÚDE, DIFERENTE E MELHOR	0,00	54.135,00	54.135,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	344.496,52	344.496,52
10.305.0017	SAÚDE, DIFERENTE E MELHOR	0,00	344.496,52	344.496,52
11	Trabalho	6.000,00	0,00	6.000,00
11.334	Fomento ao Trabalho	6.000,00	0,00	6.000,00
11.334.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	6.000,00	0,00	6.000,00

ESTE DOCUMENTO FOTOCOPIADO EM 18/10/2019 08:35:30-03 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A/FASCBF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 2 / 3

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.267.000,00	82.917.355,00	84.184.355,00
12.306	Alimentação e Nutrição	1.002.000,00	1.399.641,00	2.401.641,00
12.306.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	1.002.000,00	1.399.641,00	2.401.641,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	45.288.241,00	45.288.241,00
12.361.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	45.288.241,00	45.288.241,00
12.362	Ensino Médio	0,00	7.600,00	7.600,00
12.362.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	7.600,00	7.600,00
12.364	Ensino Superior	265.000,00	0,00	265.000,00
12.364.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	265.000,00	0,00	265.000,00
12.365	Educação Infantil	0,00	36.221.873,00	36.221.873,00
12.365.0007	EDUCAÇÃO COM RESPONSABILIDADE	0,00	36.221.873,00	36.221.873,00
13	Cultura	3.119.820,00	307.000,00	3.426.820,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	102.000,00	277.000,00	379.000,00
13.391.0018	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	102.000,00	277.000,00	379.000,00
13.392	Difusão Cultural	3.017.820,00	30.000,00	3.047.820,00
13.392.0018	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	3.017.820,00	30.000,00	3.047.820,00
14	Direitos da Cidadania	1.455.200,00	0,00	1.455.200,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.455.200,00	0,00	1.455.200,00
14.422.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	1.455.200,00	0,00	1.455.200,00
15	Urbanismo	16.860.891,00	44.817.585,00	61.678.476,00
15.122	Administracao Geral	4.671.500,00	0,00	4.671.500,00
15.122.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	4.671.500,00	0,00	4.671.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.083.593,00	27.099.510,00	29.183.103,00
15.451.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	531.593,00	26.678.826,00	27.210.419,00
15.451.0009	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	1.552.000,00	420.684,00	1.972.684,00
15.452	Servicos Urbanos	10.105.798,00	16.968.075,00	27.073.873,00
15.452.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	1.616.000,00	6.100.000,00	7.716.000,00
15.452.0009	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	8.489.798,00	199.494,00	8.689.292,00
15.452.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	10.668.581,00	10.668.581,00
15.813	Lazer	0,00	750.000,00	750.000,00
15.813.0008	PROGRESSO E QUALIDADE	0,00	750.000,00	750.000,00
16	Habitação	2.861.816,12	3.165.175,00	6.026.991,12
16.122	Administracao Geral	2.000.208,12	1.899.251,00	3.899.459,12
16.122.0016	INVESTINDO EM PROGRAMAS HABITACIONAIS	2.000.208,12	1.899.251,00	3.899.459,12
16.482	Habitacao Urbana	861.608,00	1.265.924,00	2.127.532,00
16.482.0016	INVESTINDO EM PROGRAMAS HABITACIONAIS	861.608,00	1.265.924,00	2.127.532,00
17	Saneamento	0,00	41.260.620,58	41.260.620,58
17.122	Administracao Geral	0,00	5.704.497,69	5.704.497,69
17.122.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	5.704.497,69	5.704.497,69
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	35.423.122,89	35.423.122,89
17.512.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	35.423.122,89	35.423.122,89
17.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	133.000,00	133.000,00
17.541.0023	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	133.000,00	133.000,00
18	Gestão Ambiental	465.250,00	0,00	465.250,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	465.250,00	0,00	465.250,00
18.541.0013	Gestão das Políticas de Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente	465.250,00	0,00	465.250,00
20	Agricultura	2.513.090,00	88.100,00	2.601.190,00
20.542	Controle Ambiental	94.000,00	0,00	94.000,00
20.542.0013	Gestão das Políticas de Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente	94.000,00	0,00	94.000,00
20.606	Extensão Rural	2.419.090,00	88.100,00	2.507.190,00
20.606.0013	Gestão das Políticas de Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente	2.419.090,00	88.100,00	2.507.190,00
22	Indústria	1.608.767,70	1.645.583,00	3.254.350,70
22.661	Promoção Industrial	1.608.767,70	1.645.583,00	3.254.350,70
22.661.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	1.608.767,70	1.645.583,00	3.254.350,70
23	Comércio e Serviços	571.100,00	1.259.116,00	1.830.216,00
23.661	Promoção Industrial	3.500,00	0,00	3.500,00
23.661.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	3.500,00	0,00	3.500,00
23.691	Promoção Comercial	3.250,00	0,00	3.250,00
23.691.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	3.250,00	0,00	3.250,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 18/10/2019 08:35:30 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.A.TENDE.NET/PSDA9A7FA5CBEF.







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Pág 3 / 3

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos

Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
23	Comércio e Serviços	571.100,00	1.259.116,00	1.830.216,00
23.695	Turismo	564.350,00	1.259.116,00	1.823.466,00
23.695.0011	SÃO BENTO DO SUL COMPETITIVO	564.350,00	1.259.116,00	1.823.466,00
25	Energia	0,00	4.695.611,00	4.695.611,00
25.452	Servicos Urbanos	0,00	4.695.611,00	4.695.611,00
25.452.0009	OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	0,00	4.695.611,00	4.695.611,00
27	Desporto e Lazer	3.423.229,68	2.875.000,00	6.298.229,68
27.122	Administracao Geral	1.932.429,68	189.000,00	2.121.429,68
27.122.0015	ESPORTE E CIDADANIA	1.932.429,68	189.000,00	2.121.429,68
27.811	Desporto de Rendimento	1.315.000,00	0,00	1.315.000,00
27.811.0015	ESPORTE E CIDADANIA	1.315.000,00	0,00	1.315.000,00
27.812	Desporto Comunitário	175.800,00	2.686.000,00	2.861.800,00
27.812.0015	ESPORTE E CIDADANIA	175.800,00	2.686.000,00	2.861.800,00
28	Encargos Especiais	7.998.030,00	7.000,00	8.005.030,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	5.133.980,00	0,00	5.133.980,00
28.843.0006	GESTÃO RESPONSÁVEL	5.133.980,00	0,00	5.133.980,00
28.845	Outras Transferências	828.750,00	0,00	828.750,00
28.845.0002	GABINETE DO PREFEITO	828.750,00	0,00	828.750,00
28.846	Outros encargos Especiais	2.035.300,00	7.000,00	2.042.300,00
28.846.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.035.300,00	7.000,00	2.042.300,00
99	Reserva de Contingência	300.000,00	52.226.639,69	52.526.639,69
99.997	Reserva do RPPS	0,00	52.226.639,69	52.226.639,69
99.997.9999	Reserva de Contingência/RPPS	0,00	52.226.639,69	52.226.639,69
99.999	Reserva de contingência	300.000,00	0,00	300.000,00
99.999.9999	Reserva de Contingência/RPPS	300.000,00	0,00	300.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>91.194.422,00</b>	<b>353.794.173,94</b>	<b>444.988.595,94</b>

MAGNO BOLLMANN  
PrefeitoROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças
 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A7FA5CBEF.
Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 5

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01 - Câmara Municipal de Vereadores	4.950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 - Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	0,00	3.913.050,00	0,00	1.778.200,00
03 - Procuradoria	0,00	0,00	2.213.000,00	0,00	0,00	0,00
04 - Secretaria de Controle Interno, Tecnol. e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 - Secretaria Municipal de Administração	0,00	0,00	0,00	20.471.322,50	0,00	0,00
06 - Secretaria Municipal de Finanças	0,00	0,00	0,00	4.469.178,00	0,00	0,00
07 - Secretaria Municipal de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	318.386,00
09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.000,00
10 - Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - Encargos Gerais do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 - Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Secretaria de Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 - Fundação Municipal de Desportos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - Empresa Municipal de Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 - IPRESBS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 - Secretaria de Desenvolvimento Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.950.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.213.000,00</b>	<b>28.853.550,50</b>	<b>0,00</b>	<b>2.348.586,00</b>



PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A7FC0EEB8.

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL201101-252-PWQVQN-309087365 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:36:05 -03:00



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 2 / 5

Órgão	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01 - Câmara Municipal de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 - Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 - Procuradoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 - Secretaria de Controle Interno, Tecnol. e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 - Secretaria Municipal de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 - Secretaria Municipal de Finanças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 - Secretaria Municipal de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.184.355,00
08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 - Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	10.335.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
12 - Encargos Gerais do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 - Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Secretaria de Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 - Fundação Municipal de Desportos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - Empresa Municipal de Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00	0,00	77.511.770,24	0,00	0,00
18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 - IPRESBS	0,00	0,00	41.060.809,43	0,00	0,00	0,00
21 - Secretaria de Desenvolvimento Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>10.335.900,00</b>	<b>41.060.809,43</b>	<b>77.511.770,24</b>	<b>6.000,00</b>	<b>84.184.355,00</b>

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/P5DA9A7FC0EEB8>





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 3 / 5

Órgão	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01 - Câmara Municipal de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 - Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 - Procuradoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 - Secretaria de Controle Interno, Tecnol. e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 - Secretaria Municipal de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 - Secretaria Municipal de Finanças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 - Secretaria Municipal de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	0,00	40.347.919,00	0,00	0,00	0,00
09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	0,00	10.661.976,00	0,00	0,00	0,00
10 - Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	1.455.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - Encargos Gerais do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 - Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	465.250,00
14 - Secretaria de Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 - Fundação Municipal de Desportos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - Empresa Municipal de Habitação	0,00	0,00	0,00	6.026.991,12	0,00	0,00
17 - Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul	3.426.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 - IPRESBS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 - Secretaria de Desenvolvimento Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	0,00	0,00	10.668.581,00	0,00	41.260.620,58	0,00
24 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3.426.820,00</b>	<b>1.455.200,00</b>	<b>61.678.476,00</b>	<b>6.026.991,12</b>	<b>41.260.620,58</b>	<b>465.250,00</b>

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A7FC0EEB8.



IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL201101-252-PWQVQN-309087365 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:36:05 -03:00



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 4 / 5

Órgão	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01 - Câmara Municipal de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 - Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 - Procuradoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 - Secretaria de Controle Interno, Tecnol. e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 - Secretaria Municipal de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 - Secretaria Municipal de Finanças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 - Secretaria Municipal de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 - Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	0,00	0,00	3.254.350,70	1.830.216,00	0,00
12 - Encargos Gerais do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 - Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	2.601.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Secretaria de Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 - Fundação Municipal de Desportos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - Empresa Municipal de Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 - IPRESBS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 - Secretaria de Desenvolvimento Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>2.601.190,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.254.350,70</b>	<b>1.830.216,00</b>	<b>0,00</b>

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A7FC0EEB8.



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020



Órgão	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	Total
01 - Câmara Municipal de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.950.000,00
02 - Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	0,00	828.750,00	0,00	6.520.000,00
03 - Procuradoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.213.000,00
04 - Secretaria de Controle Interno, Tecnol. e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 - Secretaria Municipal de Administração	0,00	0,00	0,00	2.042.300,00	300.000,00	22.813.622,50
06 - Secretaria Municipal de Finanças	0,00	0,00	0,00	5.133.980,00	0,00	9.603.158,00
07 - Secretaria Municipal de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.184.355,00
08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.666.305,00
09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	4.695.611,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.609.587,00
10 - Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.335.900,00
11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.545.766,70
12 - Encargos Gerais do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 - Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.066.440,00
14 - Secretaria de Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 - Fundação Municipal de Desportos	0,00	0,00	6.298.229,68	0,00	0,00	6.298.229,68
16 - Empresa Municipal de Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.026.991,12
17 - Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.511.770,24
18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.426.820,00
19 - IPRESBS	0,00	0,00	0,00	0,00	52.226.639,69	93.287.449,12
21 - Secretaria de Desenvolvimento Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.929.201,58
24 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.695.611,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.298.229,68</b>	<b>8.005.030,00</b>	<b>52.526.639,69</b>	<b>444.988.595,94</b>

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças

Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10

Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): Consolidado

Ano LOA: 2020

Pág 1 / 2

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes	377.260.415,10	Despesas correntes	304.406.430,88
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	70.783.260,00	Pessoal e encargos sociais	184.187.780,83
Contribuições	14.545.411,00	Juros e encargos da dívida	1.346.648,00
Receita patrimonial	54.433.762,43	Outras despesas correntes	118.872.002,05
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	33.117.696,43		
Transferências correntes	197.632.521,24		
Outras receitas correntes	6.747.764,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	28.733.833,84		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	75.257,00		
Contribuições	17.124.130,96		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	2.135.937,15		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	9.398.508,73		
Deduções da receita	(20.864.477,00)		
Receitas correntes	(20.864.477,00)		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	(20.864.477,00)		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>385.129.771,94</b>	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>304.406.430,88</b>
<b>Déficit</b>	<b>0,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>80.723.341,06</b>
<b>Soma</b>	<b>385.129.771,94</b>	<b>Soma</b>	<b>385.129.771,94</b>
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>80.723.341,06</b>	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	<b>0,00</b>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54 -03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A/FDTEA29.



## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): Consolidado

Ano LOA: 2020

Pág 2 / 2

Receitas de capital	59.858.824,00	Despesas de capital	88.055.525,37
Operações de crédito	33.467.883,00	Investimentos	85.120.085,37
Alienação de bens	1.273.573,00	Inversões financeiras	788.108,00
Amortização de empréstimos	892.850,00	Amortização da dívida	2.147.332,00
Transferências de capital	24.224.518,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>59.858.824,00</b>	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>88.055.525,37</b>
		<b>-(Reserva de contingência</b>	<b>300.000,00</b>
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	<b>52.226.639,69</b>
<b>Déficit</b>	<b>28.196.701,37</b>	<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	385.129.771,94	Despesas Correntes	304.406.430,88
Receitas de Capital	59.858.824,00	Despesas de Capital	88.055.525,37
		Reserva de Contingência	300.000,00
		Reserva do RPPS	52.226.639,69
<b>Subtotal</b>	<b>444.988.595,94</b>	<b>Subtotal</b>	<b>444.988.595,94</b>
<b>Déficit</b>	<b>0,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>444.988.595,94</b>	<b>Total</b>	<b>444.988.595,94</b>

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54 -03:00 -03  
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A7FD7EA29.



Assinado digitalmente por:  
Rosilane Zélia dos Santos  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
Magno Bollmann  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo  
Ano: 2020  
Entidade: Consolidado

Pág 1 / 1

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
0001	Legislativa	0031	Acao Legislativa
0003	Essencial à Justiça	0092	Representação Judicial e Extrajudicial
0004	Administração	0122	Administracao Geral
		0123	Administração Financeira
		0125	Normatização e Fiscalização
		0126	Tecnologia da Informação
		0129	Administração de Receitas
		0131	Comunicação Social
		0242	Assistência ao Portador de Deficiência
		0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
0006	Segurança Pública	0181	Policiamento
		0182	Defesa Civil
0008	Assistência Social	0122	Administracao Geral
		0241	Assistência ao Idoso
		0243	Assistência à Criança e ao Adolescente
		0244	Assistência Comunitária
0009	Previdência Social	0122	Administracao Geral
		0272	Previdência do Regime Estatutário
0010	Saúde	0301	Atenção Básica
		0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
		0304	Vigilância Sanitária
		0305	Vigilância Epidemiológica
0011	Trabalho	0334	Fomento ao Trabalho
0012	Educação	0306	Alimentação e Nutrição
		0361	Ensino Fundamental
		0362	Ensino Médio
		0364	Ensino Superior
		0365	Educação Infantil
0013	Cultura	0391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
		0392	Difusão Cultural
0014	Direitos da Cidadania	0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
0015	Urbanismo	0122	Administracao Geral
		0451	Infra-Estrutura Urbana
		0452	Servicos Urbanos
		0813	Lazer
0016	Habitação	0122	Administracao Geral
		0482	Habitacao Urbana
0017	Saneamento	0122	Administracao Geral
		0512	Saneamento Básico Urbano
		0541	Preservação e Conservação Ambiental
0018	Gestão Ambiental	0541	Preservação e Conservação Ambiental
0020	Agricultura	0542	Controle Ambiental
		0606	Extensão Rural
0022	Indústria	0661	Promoção Industrial
0023	Comércio e Serviços	0661	Promoção Industrial
		0691	Promoção Comercial
		0695	Turismo
0025	Energia	0452	Servicos Urbanos
0027	Desporto e Lazer	0122	Administracao Geral
		0811	Desporto de Rendimento
		0812	Desporto Comunitário
		0843	Serviço da Dívida Interna
		0845	Outras Transferências
		0846	Outros encargos Especiais
0099	Reserva de Contingência	0997	Reserva do RPPS
		0999	Reserva de contingência

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A7FF02525.



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zelia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
**Prestação de Contas**  
**Demonstrativo de Despesas com Educação**  
 Entidade(s): Consolidado  
 Atualizado: Não Período de Referência: Janeiro / 2020

Pág 1 / 2

RECEITAS DO ENSINO	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	
<b>1 - RECEITA DE IMPOSTOS</b>	61.700.720,00
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	29.832.840,00
1.1.1 - IPTU	25.000.000,00
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	32.840,00
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	4.100.000,00
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	700.000,00
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.794.580,00
1.2.1 - ITBI	3.784.300,00
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	10.280,00
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	17.973.300,00
1.3.1 - ISS	16.972.500,00
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	226.750,00
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	598.725,00
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	175.325,00
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.100.000,00
1.4.1 - IRRF	10.100.000,00
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	0,00
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00
1.5.1 - ITR	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00
<b>2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	106.715.935,00
2.1 - Cota-Parte FPM	38.060.000,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	35.960.000,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	2.100.000,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	54.538.385,00
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	217.700,00
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	774.000,00
2.5 - Cota-Parte ITR	75.850,00
2.6 - Cota-Parte IPVA	13.050.000,00
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
<b>3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	168.416.655,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	
<b>4 - EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	33.195.889,00
4.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	23.731.253,00
4.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	9.464.636,00
<b>5 - ENSINO FUNDAMENTAL</b>	41.257.115,00
5.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	28.527.888,00
5.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	12.729.227,00
<b>6 - ENSINO MÉDIO</b>	7.600,00
<b>7 - ENSINO SUPERIOR</b>	265.000,00
<b>8 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR</b>	0,00
<b>9 - OUTRAS</b>	0,00





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
 Prestação de Contas  
 Demonstrativo de Despesas com Educação  
 Entidade(s): Consolidado  
 Atualizado: Não Período de Referência: Janeiro / 2020

Pág 2 / 2

RECEITAS DO ENSINO	
<b>10 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (4 + 5 + 6 + 7 + 8 + 9)</b>	<b>74.725.604,00</b>
CÁLCULO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
<b>1 - 11 - Receitas destinadas ao FUNDEB</b>	20.864.477,00
<b>2 - 12 - Transferências de recursos do FUNDEB</b>	52.179.141,00
<b>3 - 13 - Total</b>	(31.314.664,00)
<b>4 - Despesas do MDE</b>	74.453.004,00
4.1 - 14.1 - Despesas do FUNDEB	52.259.141,00
4.2 - 14.2 - Despesas com Outros Recursos de Impostos	22.193.863,00
<b>5 - 15 (-) Deduções consideradas para o limite</b>	31.314.664,00
<b>6 - 16 (-) Deduções rendimentos para o limite</b>	0,00
<b>7 - 17 - Total das despesas para fins de limite</b>	43.138.340,00
<b>8 - 18 - Cálculo do índice de aplicação em educação</b>	25.61%

NOTA:

\_\_\_\_\_  
 MAGNO BOLLMANN  
 Prefeito

\_\_\_\_\_  
 ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
 Secretária de Finanças

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE [HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8004A736/](https://c.atende.net/PSDA9A8004A736/).



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
 660.652.759-72  
 Secretária de Finanças  
 18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
 019.658.839-15  
 Prefeito Municipal  
 18/10/2019 08:59:14

**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL****Prestação de Contas**

**Demonstrativo da Despesa com Pessoal**  
Atualizado: Não Período de Referência: Janeiro / 2020

Pág 1 / 1

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>Valor</b>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	184.188.780,83
Pessoal Ativo	147.199.480,83
Pessoal Inativo e Pensionistas	36.988.300,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.000,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	36.320.554,00
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.856.554,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.664.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	32.800.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	147.868.226,83
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a - III b)	147.868.226,83
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>Valor</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	354.495.938,10
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	41,71
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - (60%)	212.697.562,86
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (57%)	202.062.684,72

NOTA:

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE [HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A80183AAD](https://c.atende.net/PSDA9A80183AAD).



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14



## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Prestação de Contas

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Entidade: Consolidado

Atualizado: Não Período de Referência: Janeiro / 2020

Pág 1 / 1

RECEITAS	Orçado
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)</b>	166.316.655,00
Impostos	56.126.670,00
Multas, Juros de Mora e Dívida ativa dos Impostos	5.574.050,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	104.615.935,00
Da União	36.253.550,00
Do Estado	68.362.385,00
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)</b>	28.746.850,24
Da União para o Município	26.417.039,32
Do Estado para o Município	2.329.810,92
Demais Municípios para o Município	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)</b>	4.800.000,00
<b>OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	261.789.209,62
<b>(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB</b>	20.864.477,00
<b>TOTAL</b>	440.788.237,86
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Orçado
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	71.638.945,24
Pessoal e Encargos Sociais	31.222.774,83
Juros e Encargos da Dívida	0,00
Outras Despesas Correntes	40.416.170,41
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	5.872.825,00
Investimentos	5.872.825,00
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida	0,00
<b>TOTAL (IV)</b>	77.511.770,24
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Orçado
<b>DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)</b>	77.511.770,24
<b>(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS</b>	0,00
<b>(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE</b>	33.956.770,24
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	28.689.270,24
Recursos de Operações de Crédito	4.800.000,00
Outros Recursos	467.500,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)</b>	43.555.000,00
<b>Previsão do % mínimo de aplicação em Saúde</b>	26,19
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Orçado
Atenção Básica	39.068.566,72
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	38.044.572,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
Vigilância Sanitária	54.135,00
Vigilância Epidemiológica	344.496,52
Alimentação e Nutrição	0,00
Outras Subfunções	(0,00)
<b>TOTAL</b>	77.511.770,24

NOTA:



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
 660.652.759-72  
 Secretária de Finanças  
 18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
 019.658.839-15  
 Prefeito Municipal  
 18/10/2019 08:59:14

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
 Secretária de Finanças

**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Demonstrativo da Despesa por Funções e Categoria Econômica  
Entidade(s): Consolidado  
Exercício: 2020



ANEXO V da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Função	Despesas Correntes				Total	Despesas de Capital				Reserva de Contingência	Total Geral
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida / Refinanciamento da Dívida	Total		
01 - Legislativa	3.625.000,00	0,00	1.192.257,52	4.817.257,52	132.742,48	0,00	0,00	132.742,48	0,00	4.950.000,00	
03 - Essencial à Justiça	970.800,00	0,00	1.241.200,00	2.212.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	2.213.000,00	
04 - Administração	11.946.090,00	0,00	15.928.387,50	27.874.477,50	979.073,00	0,00	0,00	979.073,00	0,00	28.853.550,50	
06 - Segurança Pública	0,00	0,00	1.105.086,00	1.105.086,00	1.243.500,00	0,00	0,00	1.243.500,00	0,00	2.348.586,00	
08 - Assistência Social	5.893.850,00	0,00	4.258.252,00	10.152.102,00	183.798,00	0,00	0,00	183.798,00	0,00	10.335.900,00	
09 - Previdência Social	38.493.000,00	0,00	1.617.809,43	40.110.809,43	950.000,00	0,00	0,00	950.000,00	0,00	41.060.809,43	
10 - Saúde	31.222.774,83	0,00	40.416.170,41	71.638.945,24	5.872.825,00	0,00	0,00	5.872.825,00	0,00	77.511.770,24	
11 - Trabalho	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	6.000,00	
12 - Educação	62.775.728,00	0,00	15.308.099,00	78.083.827,00	6.100.528,00	0,00	0,00	6.100.528,00	0,00	84.184.355,00	
13 - Cultura	2.247.137,00	0,00	950.683,00	3.197.820,00	209.000,00	20.000,00	0,00	229.000,00	0,00	3.426.820,00	
14 - Direitos da Cidadania	0,00	0,00	145.200,00	145.200,00	1.310.000,00	0,00	0,00	1.310.000,00	0,00	1.455.200,00	
15 - Urbanismo	10.681.778,00	0,00	12.984.643,00	23.666.421,00	38.012.055,00	0,00	0,00	38.012.055,00	0,00	61.678.476,00	
16 - Habitação	1.194.295,00	0,00	699.558,12	1.893.853,12	3.425.030,00	708.108,00	0,00	4.133.138,00	0,00	6.026.991,12	
17 - Saneamento	8.345.668,00	0,00	12.116.129,69	20.461.797,69	20.738.822,89	60.000,00	0,00	20.798.822,89	0,00	41.260.620,58	
18 - Gestão Ambiental	301.900,00	0,00	98.200,00	400.100,00	65.150,00	0,00	0,00	65.150,00	0,00	465.250,00	
20 - Agricultura	1.848.000,00	0,00	645.090,00	2.493.090,00	108.100,00	0,00	0,00	108.100,00	0,00	2.601.190,00	
22 - Indústria	1.148.800,00	0,00	447.467,70	1.596.267,70	1.658.083,00	0,00	0,00	1.658.083,00	0,00	3.254.350,70	
23 - Comércio e Serviços	215.200,00	0,00	336.338,00	551.538,00	1.278.678,00	0,00	0,00	1.278.678,00	0,00	1.830.216,00	
25 - Energia	108.400,00	0,00	4.577.211,00	4.685.611,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	4.695.611,00	
27 - Desporto e Lazer	1.382.760,00	0,00	2.091.669,68	3.474.429,68	2.823.800,00	0,00	0,00	2.823.800,00	0,00	6.298.229,68	
28 - Encargos Especiais	1.786.600,00	1.346.648,00	2.709.050,00	5.842.298,00	15.400,00	0,00	2.147.332,00	2.162.732,00	0,00	8.005.030,00	
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.526.639,69	52.526.639,69	
Total	184.187.780,83	1.346.648,00	118.872.002,05	304.406.430,88	85.120.085,37	788.108,00	2.147.332,00	88.055.525,37	52.526.639,69	444.988.595,94	

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 18/10/2019, às 08:33:01.



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10

Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 08:59:14

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL1091101-252-ERVST-309087180 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:33:00 -03:00



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida da LOA  
Entidade(s): Consolidado  
Período de Referência: Janeiro / 2020

Pág 1 / 1

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	377.260.415,10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	70.783.260,00
IPTU	29.832.840,00
ISS	17.973.300,00
ITBI	3.794.580,00
IRRF	9.800.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.382.540,00
Contribuições	14.545.411,00
Receita Patrimonial	54.433.762,43
Rendimentos de Aplicação Financeira	53.359.462,43
Outras Receitas Patrimoniais	1.074.300,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	33.117.696,43
Transferências Correntes	197.632.521,24
Cota-Parte do FPM	38.060.000,00
Cota-Parte do ICMS	54.538.385,00
Cota-Parte do IPVA	13.050.000,00
Cota-Parte do ITR	75.850,00
Transferências da LC 87/1996	217.700,00
Transferências da LC 61/1989	774.000,00
Transferências do FUNDEB	52.179.141,00
Outras Transferências Correntes	38.737.445,24
Outras Receitas Correntes	6.747.764,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	32.618.477,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	9.854.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	1.900.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	20.864.477,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	344.641.938,10

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 18/10/2019, às 08:38:18.

NOTA:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A804D8698.



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 09:18:05





# MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

## Lei Orçamentária Anual

Demonstrativo dos Efeitos sobre Receita e Despesa e das Medidas de Compensação à Renúncia de Receita e ao Aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Ano: 2020

LRF, art 5º, inciso II

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA	EFEITO SOBRE A RECEITA E DESPESA	COMPENSAÇÃO
			2020		
IMPOSTO TERRITORIAL	Remissão	Aposentados e Pensionistas conforme legislação municipal.	22.000,00		Concede isenção de IPTU aos aposentados e pensionistas conforme legislação municipal.
IMPOSTO TERRITORIAL	Remissão	Pessoas em situação de vulnerabilidade.	7.000,00		Concede isenção de IPTU aos contribuintes em situação de vulnerabilidade
IMPOSTO TERRITORIAL	Remissão	Pacientes portadores de neoplasias malignas.	36.000,00		Concede isenção de IPTU aos pacientes portadores de câncer, conforme legislação municipal.
IMPOSTO TERRITORIAL	Outros Benefícios	Projetos de impacto social.	200.000,00		Concede desconto de IPTU (até o limite de 80%), aos contribuintes que apresentarem projetos de impacto social, conforme legislação municipal.
IMPOSTO SOB. TRANS. DE BENS IMOVEIS	Remissão	Programa Minha Casa Minha Vida	60.000,00		Concede isenção de ITBI aos contribuintes inscritos no Programa Minha Casa Minha Vida, conforme legislação municipal.
<b>TOTAL</b>			<b>325.000,00</b>		
<b>DESPESAS OBRIGATÓRIAS COM CARATER OBRIGATÓRIO</b>					

**Nota Explicativa:**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 18/10/2019, às 08:39:07.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO [HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A80641A97](https://c.atende.net/p5da9a80641a97).



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 09:18:05



## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 1 / 43

Anexo 4 da Lei 4.320/64 - Natureza da Despesa

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade: 001 - Câmara de Vereadores

0001.0031.0001.2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores.

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				4.767.257,52
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.625.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		3.515.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	3.000.000,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	500.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	15.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		110.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	110.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.142.257,52	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.091.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	30.000,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	2.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	100.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	40.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	300.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	550.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	25.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	40.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		51.257,52		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	3.000,00			
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
339197000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	46.257,52			
400000000000000000	Despesas de capital				132.742,48
440000000000000000	Investimentos			132.742,48	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		132.742,48		
449051000000000000	Obras e instalações	63.742,48			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	69.000,00			
<b>Total Ação</b>					4.900.000,00

0001.0031.0001.2010 - Câmara Mirim

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				50.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			50.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	25.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	25.000,00			
<b>Total Ação</b>					50.000,00
<b>Total Unidade</b>					4.950.000,00
<b>Total Órgão</b>					4.950.000,00

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito

0004.0122.0002.2002 - Gestão do Gabinete do Prefeito

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.957.050,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.805.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		2.715.300,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.363.900,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	341.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	8.400,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	2.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		89.700,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	89.700,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVVO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 2 / 43

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito					
Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito					
0004.0122.0002.2002 - Gestão do Gabinete do Prefeito					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
330000000000000000	Outras despesas correntes			152.050,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		152.050,00		
339014000000000000	Diárias - civil	15.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	28.750,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	20.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	12.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	38.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	33.300,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					2.957.050,00
0004.0125.0002.2011 - Departamento de Controle Interno - DECI					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			25.000,00	25.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			25.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		25.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	2.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	22.000,00			
<b>Total Ação</b>					25.000,00
0004.0131.0002.4002 - Departamento de Comunicação Social - DECS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			510.500,00	510.500,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			510.500,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		510.500,00		
339014000000000000	Diárias - civil	3.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	6.500,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	500.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital			500,00	500,00
440000000000000000	Investimentos			500,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		500,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	500,00			
<b>Total Ação</b>					511.000,00
0004.0242.0002.0092 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			350.000,00	350.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			350.000,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativ		350.000,00		
335041000000000000	Contribuições	350.000,00			
<b>Total Ação</b>					350.000,00
0028.0845.0002.0049 - Repasses Financeiro para Organizações da Sociedade Civil					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			485.050,00	485.050,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			485.050,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativ		485.050,00		
335041000000000000	Contribuições	485.050,00			
<b>Total Ação</b>					485.050,00
0028.0845.0002.0094 - Consórcio Quiriri					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			111.300,00	328.300,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			111.300,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVVO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:34:03 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 3 / 43

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito					
Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito					
0028.0845.0002.0094 - Consórcio Quiriri					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
31710000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante cont		111.300,00		
31717000000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	111.300,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			217.000,00	
33710000000000000000	Transferências a consórcios públicos		217.000,00		
33717000000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	217.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				15.400,00
44000000000000000000	Investimentos			15.400,00	
44710000000000000000	Transferências a consórcios públicos		15.400,00		
44717000000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	15.400,00			
<b>Total Ação</b>					343.700,00
<b>Total Unidade</b>					4.671.800,00
Unidade: 002 - Bombeiros					
0004.0302.0002.4004 - Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				41.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			41.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		41.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	22.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	500,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	18.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				29.000,00
44000000000000000000	Investimentos			29.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		29.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	29.000,00			
<b>Total Ação</b>					70.000,00
0006.0182.0002.2004 - Manutenção e Conservação da OBM					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				547.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			547.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		547.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	250.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	2.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	40.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	240.000,00			
33904000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	12.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				853.000,00
44000000000000000000	Investimentos			853.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		853.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	53.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	800.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.400.000,00
<b>Total Unidade</b>					1.470.000,00
Unidade: 003 - Polícia Militar					
0006.0181.0002.2005 - Serviços Especiais - Polícia Militar					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				137.700,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			137.700,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		137.700,00		
33903000000000000000	Material de consumo	80.000,00			





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 4 / 43

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito								
Unidade: 003 - Polícia Militar								
0006.0181.0002.2005 - Serviços Especiais - Polícia Militar								
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00	220.000,00	220.000,00	220.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	51.700,00						
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00						
400000000000000000	Despesas de capital							
440000000000000000	Investimentos							
449000000000000000	Aplicacoes diretas							
449051000000000000	Obras e instalações	60.000,00						
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	160.000,00						
Total Ação					357.700,00			
0006.0182.0002.2003 - Departamento da Defesa Civil								
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica			
300000000000000000	Despesas correntes		20.000,00	20.000,00	20.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes							
339000000000000000	Aplicações diretas							
339014000000000000	Diárias - civil	500,00						
339030000000000000	Material de consumo	11.000,00						
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	2.000,00						
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	500,00						
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	500,00						
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	5.000,00						
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00						
400000000000000000	Despesas de capital					500,00	500,00	500,00
440000000000000000	Investimentos							
449000000000000000	Aplicacoes diretas							
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	500,00						
Total Ação					20.500,00			
Total Unidade					378.200,00			
Total Órgão					6.520.000,00			
Órgão: 03 - Procuradoria								
Unidade: 001 - Assessoria Jurídica								
0003.0092.0003.2006 - Gestão da Assessoria Jurídica								
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica			
300000000000000000	Despesas correntes		927.300,00	970.800,00	2.212.000,00			
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais							
319000000000000000	Aplicações diretas							
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	786.700,00						
319013000000000000	Obrigações patronais	99.600,00						
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	40.000,00						
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	1.000,00						
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		43.500,00	1.241.200,00	1.000,00			
319113000000000000	Obrigações patronais	43.500,00						
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.241.200,00					
339000000000000000	Aplicações diretas							
339014000000000000	Diárias - civil	1.000,00						
339030000000000000	Material de consumo	1.000,00						
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00						
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	22.000,00	1.000,00					
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	93.500,00						
339046000000000000	Auxilio-alimentação	22.700,00						
339091000000000000	Sentenças judiciais	1.100.000,00						
400000000000000000	Despesas de capital							
440000000000000000	Investimentos							
449000000000000000	Aplicacoes diretas							





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 5 / 43

Órgão: 03 - Procuradoria					
Unidade: 001 - Assessoria Jurídica					
0003.0092.0003.2006 - Gestão da Assessoria Jurídica					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					2.213.000,00
<b>Total Unidade</b>					2.213.000,00
<b>Total Órgão</b>					2.213.000,00
Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração					
Unidade: 001 - Administração Geral					
0004.0122.0005.2008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				7.383.200,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			6.284.300,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		5.575.300,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	5.008.600,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	63.300,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	455.600,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	47.800,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre		709.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	709.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.098.900,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.098.900,00		
339014000000000000	Diárias - civil	3.500,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	32.200,00			
339030000000000000	Material de consumo	100.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	140.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	415.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	405.700,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
400000000000000000	Despesas de capital			1.000,00	1.000,00
440000000000000000	Investimentos				
449000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					7.384.200,00
0004.0122.0005.2051 - Gestão dos Serviços Públicos					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				11.674.549,50
330000000000000000	Outras despesas correntes			11.674.549,50	
339000000000000000	Aplicações diretas		2.986.222,00		
339008000000000000	Outros benefícios assistenciais	25.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	253.722,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.700.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
339092000000000000	Despesas de exercícios anteriores	500,00			
339093000000000000	Indenizações e restituições	5.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		8.688.327,50		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	63.000,00			
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	11.930,00			
339197000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	8.613.397,50			
400000000000000000	Despesas de capital			378.573,00	378.573,00
440000000000000000	Investimentos				
449000000000000000	Aplicacoes diretas		378.573,00		
449051000000000000	Obras e instalações	50.000,00			

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 6 / 43

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração					
Unidade: 001 - Administração Geral					
0004.0122.0005.2051 - Gestão dos Serviços Públicos					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	328.573,00			
<b>Total Ação</b>					12.053.122,50
0004.0126.0005.2012 - Gestão do Departamento de Tecnologia e Informação					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.004.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.004.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.004.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	1.000.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.004.000,00
0004.0131.0005.2048 - Publicações Oficiais e Divulgações do Município					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				30.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			30.000,00	
339300000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos,		30.000,00		
339339000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	30.000,00			
<b>Total Ação</b>					30.000,00
<b>Total Unidade</b>					20.471.322,50
Unidade: 002 - Encargos Especiais					
0028.0846.0005.0050 - Contribuição ao PASEP					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.007.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.007.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		2.007.000,00		
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.007.000,00			
<b>Total Ação</b>					2.007.000,00
0028.0846.0005.0086 - Pagamento Pensionistas					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				35.300,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			35.300,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		35.300,00		
319001000000000000	Aposentadorias e reformas	16.000,00			
319003000000000000	Pensões	19.300,00			
<b>Total Ação</b>					35.300,00
0099.9999.9999.9999 - Reserva de Contingência					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
900000000000000000	Reserva de contingência				300.000,00
990000000000000000	Reserva de contingência			300.000,00	
999900000000000000	Reserva de contingência		300.000,00		
999999000000000000	Reserva de contingência	300.000,00			
<b>Total Ação</b>					300.000,00
<b>Total Unidade</b>					2.342.300,00
<b>Total Órgão</b>					22.813.622,50

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 7 / 43

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Finanças					
Unidade: 001 - Administração Financeira					
0004.0123.0006.1052 - Modernização da Administração Tributária.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				200.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			200.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		200.000,00		
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	200.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				420.000,00
440000000000000000	Investimentos			420.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		420.000,00		
449030000000000000	Material de consumo	100.000,00			
449039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	120.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	200.000,00			
<b>Total Ação</b>					620.000,00
0004.0123.0006.2007 - Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				3.152.790,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.856.790,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		2.556.790,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.500.000,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	9.200,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	32.590,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	15.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		300.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	300.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			296.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		296.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	2.000,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	1.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	3.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	51.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	135.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	100.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					3.152.790,00
0004.0129.0006.4007 - Departamento de Receitas - DERECA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				546.388,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			546.388,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		508.888,00		
339014000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	10.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	495.388,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
339300000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos,		37.500,00		
339339000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	37.500,00			
400000000000000000	Despesas de capital				150.000,00
440000000000000000	Investimentos			150.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		150.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	100.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
<b>Total Ação</b>					696.388,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 8 / 43

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Finanças					
Unidade: 001 - Administração Financeira					
Total Unidade					4.469.178,00
Unidade: 002 - Serviços da Dívida Pública					
0028.0843.0006.0047 - Amortização e Juros da Dívida Pública					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.986.648,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.640.000,00	
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		1.640.000,00		
319192000000000000	Despesas de exercícios anteriores	1.640.000,00			
320000000000000000	Juros e encargos da dívida			1.346.648,00	
329000000000000000	Aplicações diretas		1.346.648,00		
329021000000000000	Juros sobre a dívida por contrato	1.262.648,00			
329022000000000000	Outros encargos sobre a dívida por contrato	84.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				2.147.332,00
460000000000000000	Amortização da dívida			2.147.332,00	
469000000000000000	Aplicações diretas		2.147.332,00		
469071000000000000	Principal dívida contratual resgatado	2.147.332,00			
Total Ação					5.133.980,00
Total Unidade					5.133.980,00
Total Órgão					9.603.158,00
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação					
Unidade: 001 - Secretaria de Educação					
0012.0306.0007.2000 - Alimentação Escolar					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.401.641,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.401.641,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		2.401.641,00		
339030000000000000	Material de consumo	2.399.641,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
Total Ação					2.401.641,00
0012.0361.0007.2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				12.501.503,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			4.916.487,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.576.487,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.396.787,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	79.900,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	73.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	26.800,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		3.340.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	3.340.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			7.585.016,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		5.971.216,00		
339014000000000000	Diárias - civil	5.000,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	5.300,00			
339030000000000000	Material de consumo	727.671,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	501.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	2.500,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	365.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.910.645,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	96.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	2.302.100,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	10.000,00			
339048000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	45.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		1.613.800,00		





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 9 / 43

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação						
Unidade: 001 - Secretaria de Educação						
0012.0361.0007.2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.608.800,00	3.390.169,00	3.390.169,00	3.390.169,00	
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00				
40000000000000000000	Despesas de capital					
44000000000000000000	Investimentos					
44900000000000000000	Aplicacoes diretas					
44905100000000000000	Obras e instalações	2.793.919,00				
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	596.250,00				
Total Ação					15.891.672,00	
0012.0361.0007.2024 - Transporte Escolar						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
30000000000000000000	Despesas correntes		868.681,00	868.681,00	868.681,00	
33000000000000000000	Outras despesas correntes					
33900000000000000000	Aplicações diretas					
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita					1.000,00
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica					867.681,00
Total Ação					868.681,00	
0012.0362.0007.8024 - Transporte Escolar - Ensino Médio						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
30000000000000000000	Despesas correntes		7.600,00	7.600,00	7.600,00	
33000000000000000000	Outras despesas correntes					
33900000000000000000	Aplicações diretas					
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita					1.000,00
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica					6.600,00
Total Ação					7.600,00	
0012.0364.0007.6025 - Subvenção ao Ensino Superior						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
30000000000000000000	Despesas correntes	227.000,00	227.000,00	265.000,00	265.000,00	
33000000000000000000	Outras despesas correntes					
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativ					
33504100000000000000	Contribuições					
33900000000000000000	Aplicações diretas					38.000,00
33901800000000000000	Auxílio financeiro a estudantes					38.000,00
Total Ação					265.000,00	
0012.0365.0007.2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil						
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
30000000000000000000	Despesas correntes	1.995.600,00	2.219.000,00	5.600.100,00	9.519.450,00	
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais					
31900000000000000000	Aplicações diretas					
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil					
31901300000000000000	Obrigações patronais					10.000,00
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil					208.400,00
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	5.000,00	3.381.100,00	3.919.350,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr					
31911300000000000000	Obrigações patronais	3.381.100,00				
33000000000000000000	Outras despesas correntes					
33900000000000000000	Aplicações diretas					
33901400000000000000	Diárias - civil	2.500,00				
33901800000000000000	Auxilio financeiro a estudantes	27.300,00	3.736.350,00			
33903000000000000000	Material de consumo	800.000,00				
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	161.000,00				
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.250,00				
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	46.000,00				

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVVO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOTOCOPIADO EM: 18/10/2019 08:34:03-03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 10 / 43

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação					
Unidade: 001 - Secretaria de Educação					
0012.0365.0007.2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	30.000,00	183.000,00	1.815.186,00	1.815.186,00
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	912.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	77.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	1.659.300,00			
339048000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	20.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos				
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	180.000,00			
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	3.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				
440000000000000000	Investimentos				
449000000000000000	Aplicacoes diretas		1.815.186,00		
449051000000000000	Obras e instalações	1.665.186,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	150.000,00			
Total Ação					11.334.636,00
0012.0365.0007.2027 - Convênios com Empresas					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes		22.000,00	22.000,00	22.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes				
339000000000000000	Aplicações diretas				
339030000000000000	Material de consumo	20.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				
440000000000000000	Investimentos				
449000000000000000	Aplicacoes diretas		554.533,00	554.533,00	554.533,00
449051000000000000	Obras e instalações	275.533,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	279.000,00			
Total Ação					576.533,00
0012.0365.0007.4024 - Transporte Escolar - Educação Infantil					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes		5.000,00	5.000,00	5.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes				
339000000000000000	Aplicações diretas				
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	3.500,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.500,00			
Total Ação					5.000,00
0012.0365.0007.4027 - Recursos do FNDE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes		233.811,00	233.811,00	233.811,00
330000000000000000	Outras despesas correntes				
339000000000000000	Aplicações diretas				
339030000000000000	Material de consumo	102.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	131.811,00			
400000000000000000	Despesas de capital				
440000000000000000	Investimentos				
449000000000000000	Aplicacoes diretas		340.640,00	340.640,00	340.640,00
449051000000000000	Obras e instalações	306.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	34.640,00			
Total Ação					574.451,00
Total Unidade					31.925.214,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 11 / 43

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação					
Unidade: 002 - FUNDEB					
0012.0361.0007.4026 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				28.527.888,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			28.527.888,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		28.527.888,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	25.868.055,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	2.546.937,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	112.896,00			
<b>Total Ação</b>					28.527.888,00
0012.0365.0007.4023 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				23.731.253,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			23.731.253,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		23.731.253,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	20.598.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	2.044.672,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	1.088.581,00			
<b>Total Ação</b>					23.731.253,00
<b>Total Unidade</b>					52.259.141,00
<b>Total Órgão</b>					84.184.355,00
Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo					
Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano					
0015.0122.0008.2014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				4.669.500,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			4.134.500,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		3.754.500,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	3.500.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	136.500,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	68.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		380.000,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	380.000,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			535.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		535.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	5.000,00			
33901800000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	1.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	12.000,00			
33903300000000000000	Passagens e despesas com locomoção	3.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	16.000,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	80.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	180.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	230.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	8.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				2.000,00
44000000000000000000	Investimentos			2.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		2.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					4.671.500,00
0015.0451.0008.1040 - Programa Mais Asfalto					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				89.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			89.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		89.000,00		





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 12 / 43

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo					
Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano					
0015.0451.0008.1040 - Programa Mais Asfalto					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
33903000000000000000	Material de consumo	19.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	70.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				25.184.755,00
44000000000000000000	Investimentos			25.184.755,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		25.184.755,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	25.184.755,00			
<b>Total Ação</b>					25.273.755,00
0015.0451.0008.2042 - Departamento de Projetos - DEPRO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				49.793,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			49.793,00	
33710000000000000000	Transferências a consórcios públicos		41.793,00		
33717000000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	41.793,00			
33900000000000000000	Aplicações diretas		8.000,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	2.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	4.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.500,00
44000000000000000000	Investimentos			1.500,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		1.500,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	1.500,00			
<b>Total Ação</b>					51.293,00
0015.0452.0008.1053 - Melhorias na Mobilidade Urbana					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				115.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			115.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		115.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	15.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	100.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				300.000,00
44000000000000000000	Investimentos			300.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		300.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	300.000,00			
<b>Total Ação</b>					415.000,00
0015.0452.0008.1054 - Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal do Setor Público					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
40000000000000000000	Despesas de capital				7.301.000,00
44000000000000000000	Investimentos			7.301.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		7.301.000,00		
44903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	7.301.000,00			
<b>Total Ação</b>					7.301.000,00
0015.0813.0008.3000 - Parques Municipais					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
40000000000000000000	Despesas de capital				750.000,00
44000000000000000000	Investimentos			750.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		750.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	750.000,00			
<b>Total Ação</b>					750.000,00
<b>Total Unidade</b>					38.462.548,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 13 / 43

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo					
Unidade: 002 - DETRUSBS					
0015.0451.0008.2015 - Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.680.571,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.680.571,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.675.571,00		
339014000000000000	Diárias - civil	2.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	241.000,00			
339031000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	1.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	140.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	2.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.283.571,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg.		5.000,00		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	3.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				204.800,00
440000000000000000	Investimentos			204.800,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		204.800,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	204.800,00			
Total Ação					1.885.371,00
Total Unidade					1.885.371,00
Unidade: 003 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR					
0006.0181.0008.2035 - Convênio SSP/Trânsito - Polícia Militar					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				157.593,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			157.593,00	
333000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		157.593,00		
333081000000000000	Distribuição Constitucional ou Legal de Receita	157.593,00			
Total Ação					157.593,00
Total Unidade					157.593,00
Unidade: 004 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL					
0006.0181.0008.2036 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				120.293,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			120.293,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		120.293,00		
339030000000000000	Material de consumo	46.800,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	32.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	32.493,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	5.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				40.500,00
440000000000000000	Investimentos			40.500,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		40.500,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	40.500,00			
Total Ação					160.793,00
Total Unidade					160.793,00
Total Órgão					40.666.305,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 14 / 43

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos

0006.0181.0009.2034 - Rádio Patrulha

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				122.500,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			122.500,00	
333000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		500,00		
333041000000000000	Contribuições	500,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		122.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	60.500,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	500,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	40.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	20.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				129.500,00
440000000000000000	Investimentos			129.500,00	
443000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		500,00		
443042000000000000	Auxílios	500,00			
449000000000000000	Aplicações diretas		129.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	1.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	128.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>252.000,00</b>

0015.0451.0009.2030 - Manutenção Melhorias em Vias Urbanas e Rurais

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.921.684,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.921.684,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.921.684,00		
339030000000000000	Material de consumo	1.620.684,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	300.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				51.000,00
440000000000000000	Investimentos			51.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		51.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	50.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>1.972.684,00</b>

0015.0452.0009.2013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.079.494,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.079.494,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.079.494,00		
339030000000000000	Material de consumo	899.494,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	180.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				2.000,00
440000000000000000	Investimentos			2.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		2.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>1.081.494,00</b>

0015.0452.0009.2029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				7.382.798,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			6.349.678,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		5.793.478,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	5.263.978,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	322.500,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	150.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	57.000,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVVO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 15 / 43

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos					
Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos					
0015.0452.0009.2029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		556.200,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	556.200,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			1.033.120,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		1.002.120,00		
33901400000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
33901800000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	10.000,00			
33903000000000000000	Material de consumo	150.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	70.820,00			
33903700000000000000	Locação de mão-de-obra	60.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	270.000,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	435.300,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00			
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		31.000,00		
33913900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	30.000,00			
33914700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				3.000,00
44000000000000000000	Investimentos			3.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		3.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	1.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>7.385.798,00</b>

0015.0452.0009.2032 - Administração, Manutenção e Melhorias em Cemitérios e Capelas Mortuárias.

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				14.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			14.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		14.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	10.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				208.000,00
44000000000000000000	Investimentos			208.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		208.000,00		
44905100000000000000	Obras e instalações	200.000,00			
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	8.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>222.000,00</b>

0025.0452.0009.2031 - Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				4.685.611,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			108.400,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		97.200,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	86.000,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	11.200,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		11.200,00		
31911300000000000000	Obrigações patronais	11.200,00			
33000000000000000000	Outras despesas correntes			4.577.211,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		4.577.211,00		
33903000000000000000	Material de consumo	160.000,00			
33903600000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	42.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	4.359.667,00			
33904600000000000000	Auxílio-alimentação	12.544,00			
33904700000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	3.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
44000000000000000000	Investimentos			10.000,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVVO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.




## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 16 / 43

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos					
Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos					
0025.0452.0009.2031 - Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
449000000000000000	Aplicacoes diretas		10.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	5.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					4.695.611,00
<b>Total Unidade</b>					15.609.587,00
<b>Total Órgão</b>					15.609.587,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
Unidade: 001 - Assistência Social					
0008.0122.0010.2037 - Gestão Administrativa da SEMAS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				7.120.550,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			5.719.900,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		5.131.900,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	4.798.100,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	221.300,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	100.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	12.500,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		588.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	588.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.400.650,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.372.650,00		
339014000000000000	Diárias - civil	5.000,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	1.250,00			
339030000000000000	Material de consumo	50.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	30.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	2.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	72.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	779.300,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	80.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	316.100,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
339048000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	35.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		28.000,00		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	25.000,00			
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	3.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				5.000,00
440000000000000000	Investimentos			5.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		5.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					7.125.550,00
0008.0122.0010.2095 - Benefícios Eventuais					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				344.700,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			344.700,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		344.700,00		
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	336.700,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	6.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					344.700,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 17 / 43

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
Unidade: 001 - Assistência Social					
0008.0243.0010.2039 - Ações Voltadas a Criança e ao Adolescente					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				180.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			180.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		180.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	5.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	3.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	4.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
339048000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	165.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				13.000,00
440000000000000000	Investimentos			13.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		13.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	10.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	3.000,00			
<b>Total Ação</b>					193.000,00
0008.0243.0010.2082 - Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional da Criança e Adolescente					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.053.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.053.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.053.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	5.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	36.400,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.010.600,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				7.000,00
440000000000000000	Investimentos			7.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		7.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	5.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.060.000,00
0008.0244.0010.1030 - Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpestre					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				27.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			27.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		27.000,00		
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	27.000,00			
<b>Total Ação</b>					27.000,00
0008.0244.0010.1041 - Horta Comunitária					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				7.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			7.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		7.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	7.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
440000000000000000	Investimentos			1.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		1.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					8.000,00
0008.0244.0010.2092 - Gestão dos Conselhos Municipais de Assistência Social					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				5.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVVO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 18 / 43

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
Unidade: 001 - Assistência Social					
0008.0244.0010.2092 - Gestão dos Conselhos Municipais de Assistência Social					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
330000000000000000	Outras despesas correntes			5.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		5.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	3.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					5.000,00
0008.0244.0010.2094 - Conselho Tutelar					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				41.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			41.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		41.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	3.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	3.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	32.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				2.000,00
440000000000000000	Investimentos			2.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		2.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					43.000,00
<b>Total Unidade</b>					8.806.250,00
Unidade: 002 - Fundo de Assistência Social					
0008.0244.0010.2071 - FNAS - Gestão - IGD do SUAS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				25.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			25.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		25.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	9.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	1.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	10.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.500,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
440000000000000000	Investimentos			1.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					26.000,00
0008.0244.0010.2072 - FNAS - Gestão - ACESSUAS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				20.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			20.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	5.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	10.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					20.000,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 19 / 43

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
Unidade: 002 - Fundo de Assistência Social					
0008.0244.0010.2079 - Gestão do SPS Especial de Média Complexidade - Estado					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				70.400,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			70.400,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		70.400,00		
339030000000000000	Material de consumo	18.719,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	20.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	11.681,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	11.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	5.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	4.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
440000000000000000	Investimentos			1.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>71.400,00</b>
0008.0244.0010.2080 - Gestão dos SPS Especial de Alta Complexidade.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				190.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			190.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		190.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	25.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	25.000,00			
339048000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	140.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				50.000,00
440000000000000000	Investimentos			50.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		50.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>240.000,00</b>
0008.0244.0010.2081 - Gestão dos SPS - PBF - Estado					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				26.600,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			26.600,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		26.600,00		
339030000000000000	Material de consumo	3.300,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	3.300,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	15.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	5.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				57.400,00
440000000000000000	Investimentos			57.400,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		57.400,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	57.400,00			
<b>Total Ação</b>					<b>84.000,00</b>
0008.0244.0010.2091 - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV - União					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				120.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			120.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		120.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	4.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	25.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	9.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	80.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>120.000,00</b>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 20 / 43

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
Unidade: 002 - Fundo de Assistência Social					
0008.0244.0010.4079 - Gestão dos SPS Especial de Média Complexidade					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				177.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			177.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		177.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	50.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	31.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.500,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	78.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	15.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
<b>Total Ação</b>					177.000,00
0008.0244.0010.4080 - Gestão dos Serviços de Proteção Básica - União.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				288.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			173.950,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		150.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	150.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		23.950,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	23.950,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			114.050,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		114.050,00		
339030000000000000	Material de consumo	20.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	35.050,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	51.500,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	5.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
<b>Total Ação</b>					288.000,00
0008.0244.0010.4081 - Gestão do IGD - Bolsa Família.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				50.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			50.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	2.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	15.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	500,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	25.500,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	5.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		10.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
<b>Total Ação</b>					60.000,00
0008.0244.0010.6041 - Gestão do FMAS - Portadores de Deficiência					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				20.792,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			20.792,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativ		20.792,00		
335043000000000000	Subvenções sociais	20.792,00			
<b>Total Ação</b>					20.792,00
<b>Total Unidade</b>					1.107.192,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 21 / 43

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
Unidade: 003 - Fundo da Infância e Adolescência					
0008.0243.0010.0090 - Auxílios Financeiros à Diversas Entidades - FIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				101.630,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			101.630,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativ		101.630,00		
335043000000000000	Subvenções sociais	101.630,00			
<b>Total Ação</b>					101.630,00
0008.0244.0010.2044 - Gestão do Fundo da Infância e Adolescência - FIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				259.430,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			259.430,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		259.430,00		
339014000000000000	Diárias - civil	5.750,00			
339030000000000000	Material de consumo	4.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	8.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	3.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	227.680,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	600,00			
339048000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	10.400,00			
400000000000000000	Despesas de capital				36.398,00
440000000000000000	Investimentos			36.398,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		36.398,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	36.398,00			
<b>Total Ação</b>					295.828,00
<b>Total Unidade</b>					397.458,00
Unidade: 004 - Fundo Municipal do Idoso					
0008.0241.0010.2040 - Programa do Idoso					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				25.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			25.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		25.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	500,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	3.500,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	20.000,00			
<b>Total Ação</b>					25.000,00
<b>Total Unidade</b>					25.000,00
<b>Total Órgão</b>					10.335.900,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo					
Unidade: 001 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico					
0011.0334.0011.2605 - Inclusão, Desenvolvimento do Trabalhador e Empregador					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				3.500,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			3.500,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		3.500,00		
339030000000000000	Material de consumo	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.500,00			
400000000000000000	Despesas de capital				2.500,00
440000000000000000	Investimentos			2.500,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		2.500,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	2.500,00			
<b>Total Ação</b>					6.000,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF



## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 22 / 43

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo					
Unidade: 001 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico					
0022.0661.0011.2016 - Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.327.767,70
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.148.800,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.060.800,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	993.300,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	66.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	500,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		88.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	88.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			178.967,70	
339000000000000000	Aplicações diretas		178.967,70		
339014000000000000	Diárias - civil	2.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	26.067,70			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.800,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.500,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	50.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	50.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	47.100,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
400000000000000000	Despesas de capital				500,00
440000000000000000	Investimentos			500,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		500,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	500,00			
<b>Total Ação</b>					<b>1.328.267,70</b>
0022.0661.0011.2070 - Departamento de Indústria e Comércio - DEICO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				83.500,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			83.500,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		83.500,00		
339030000000000000	Material de consumo	2.500,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	81.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.657.583,00
440000000000000000	Investimentos			1.657.583,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		1.657.583,00		
449051000000000000	Obras e instalações	1.655.583,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>1.741.083,00</b>
0023.0661.0011.2607 - Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica e da Cultura de Inovação					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.500,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.500,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		2.500,00		
339030000000000000	Material de consumo	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.500,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
440000000000000000	Investimentos			1.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					<b>3.500,00</b>
0023.0691.0011.2606 - Empreendedorismo e Sala do Empreendedor					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.000,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVVO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 23 / 43

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo					
Unidade: 001 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico					
0023.0691.0011.2606 - Empreendedorismo e Sala do Empreendedor					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
339000000000000000	Aplicações diretas		2.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.250,00
440000000000000000	Investimentos			1.250,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		1.250,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.250,00			
<b>Total Ação</b>					3.250,00
<b>Total Unidade</b>					3.082.100,70
Unidade: 002 - Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS					
0022.0661.0011.2078 - Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				185.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			185.000,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativ		185.000,00		
335041000000000000	Contribuições	185.000,00			
<b>Total Ação</b>					185.000,00
<b>Total Unidade</b>					185.000,00
Unidade: 003 - Turismo					
0023.0695.0011.1016 - Projeto Acolhida na Colônia					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				7.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			7.000,00	
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos		7.000,00		
337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	7.000,00			
<b>Total Ação</b>					7.000,00
0023.0695.0011.1019 - Projeto Incubadora Turística					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				11.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			11.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		11.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		10.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
<b>Total Ação</b>					21.000,00
0023.0695.0011.1021 - Projeto Regionalização do Turismo					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				6.250,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			6.250,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		6.250,00		
339014000000000000	Diárias - civil	1.250,00			
339030000000000000	Material de consumo	2.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					6.250,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:43:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 24 / 43

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo					
Unidade: 003 - Turismo					
0023.0695.0011.1023 - Embelezamento dos acessos ao Município.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				34.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			34.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		34.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	2.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	2.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	30.000,00			
<b>Total Ação</b>					34.000,00
0023.0695.0011.2019 - Departamento de Turismo - DETUR					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				488.788,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			215.200,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		206.700,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	172.000,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	23.700,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	1.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre		8.500,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	8.500,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			273.588,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativ		1.250,00		
335041000000000000	Contribuições	1.250,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		270.838,00		
339014000000000000	Diárias - civil	1.300,00			
339030000000000000	Material de consumo	170.438,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.700,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	88.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	7.900,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		1.500,00		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.266.428,00
440000000000000000	Investimentos			1.266.428,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		1.266.428,00		
449051000000000000	Obras e instalações	854.091,83			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	412.336,17			
<b>Total Ação</b>					1.755.216,00
<b>Total Unidade</b>					1.823.466,00
Unidade: 005 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor					
0014.0422.0011.2087 - Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				145.200,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			145.200,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		144.100,00		
339014000000000000	Diárias - civil	5.500,00			
339030000000000000	Material de consumo	22.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	5.500,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	55.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	55.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.100,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		1.100,00		
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.100,00			

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: [HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF](https://ic.atende.net/psda9a8076a9cf)





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 25 / 43

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo					
Unidade: 005 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor					
0014.0422.0011.2087 - Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
400000000000000000	Despesas de capital				1.310.000,00
440000000000000000	Investimentos			1.310.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		1.310.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	500.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	110.000,00			
449061000000000000	Aquisição de imóveis	700.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.455.200,00
<b>Total Unidade</b>					1.455.200,00
<b>Total Órgão</b>					6.545.766,70
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura					
Unidade: 001 - Agricultura					
0020.0542.0013.2998 - Unidade de Controle de Zoonoses - UCZ					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				94.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			94.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		94.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	25.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	69.000,00			
<b>Total Ação</b>					94.000,00
0020.0606.0013.2017 - Gestão do Departamento de Agricultura -					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.357.090,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.848.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.724.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.552.400,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	104.100,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	56.300,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	11.200,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre		124.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	124.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			509.090,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		503.090,00		
339014000000000000	Diárias - civil	2.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	115.890,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	20.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	289.700,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	72.500,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		6.000,00		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	5.000,00			
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				106.100,00
440000000000000000	Investimentos			106.100,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		106.100,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	106.100,00			
<b>Total Ação</b>					2.463.190,00
0020.0606.0013.2018 - Departamento de Pecuária					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				15.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			15.000,00	





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 26 / 43

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura					
Unidade: 001 - Agricultura					
0020.0606.0013.2018 - Departamento de Pecuária					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
33900000000000000000	Aplicações diretas		15.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	12.000,00			
33903200000000000000	Material de distribuição gratuita	3.000,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
44000000000000000000	Investimentos			1.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		1.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					16.000,00
<b>Total Unidade</b>					2.573.190,00
Unidade: 002 - Meio Ambiente					
0018.0541.0013.2612 - Ampliação do Museu Natural Entomológico Ornith Bollmann					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				3.350,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			3.350,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		3.350,00		
33903000000000000000	Material de consumo	2.100,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.250,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				14.150,00
44000000000000000000	Investimentos			14.150,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		14.150,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	14.150,00			
<b>Total Ação</b>					17.500,00
0018.0541.0013.2618 - Compra de espécies vegetais nativas e exóticas para arborização e paisagismo urbano					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				8.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			8.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		8.000,00		
33903000000000000000	Material de consumo	8.000,00			
<b>Total Ação</b>					8.000,00
0018.0541.0013.2620 - Criação do Jardim Botânico Municipal					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				37.500,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			37.500,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		37.500,00		
33903000000000000000	Material de consumo	25.000,00			
33903900000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	12.500,00			
40000000000000000000	Despesas de capital				50.000,00
44000000000000000000	Investimentos			50.000,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
44905200000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
<b>Total Ação</b>					87.500,00
0018.0541.0013.4003 - Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				335.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			301.900,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		272.300,00		
31901100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	219.000,00			
31901300000000000000	Obrigações patronais	19.400,00			
31901600000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	32.900,00			
31909400000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	1.000,00			
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		29.600,00		







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 27 / 43

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura					
Unidade: 002 - Meio Ambiente					
0018.0541.0013.4003 - Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
319113000000000000	Obrigações patronais	29.600,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			33.100,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		32.100,00		
339014000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	1.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	1.200,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	500,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	500,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	500,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	15.400,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		1.000,00		
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
440000000000000000	Investimentos			1.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					336.000,00
<b>Total Unidade</b>					449.000,00
Unidade: 003 - Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento					
0018.0541.0013.2616 - Revisão do Plano de Manejo da APA Rio Vermelho Humboldt					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				16.250,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			16.250,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		16.250,00		
339030000000000000	Material de consumo	16.250,00			
<b>Total Ação</b>					16.250,00
0020.0606.0013.4017 - Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrário					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				27.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			27.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		27.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	8.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	18.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
440000000000000000	Investimentos			1.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					28.000,00
<b>Total Unidade</b>					44.250,00
<b>Total Órgão</b>					3.066.440,00
Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos					
Unidade: 001 - Fundação Municipal de Desportos					
0027.0122.0015.2057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.090.429,68
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.382.760,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.336.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.200.000,00			







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 28 / 43

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos					
Unidade: 001 - Fundação Municipal de Desportos					
0027.0122.0015.2057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
319013000000000000	Obrigações patronais	115.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	16.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		46.760,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	46.760,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			707.669,68	
339000000000000000	Aplicações diretas		668.019,00		
339014000000000000	Diárias - civil	7.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	90.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	100.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	55.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	260.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	30.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	38.019,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	85.000,00			
339091000000000000	Sentenças judiciais	1.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		39.650,68		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	19.000,00			
339197000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	20.650,68			
400000000000000000	Despesas de capital				31.000,00
440000000000000000	Investimentos			31.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		31.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	31.000,00			
<b>Total Ação</b>					2.121.429,68
0027.0811.0015.2058 - Desporto de Iniciação e Rendimento					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.315.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.315.000,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativ		60.000,00		
335041000000000000	Contribuições	60.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		1.255.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	80.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	25.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	250.000,00			
339048000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	900.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.315.000,00
0027.0812.0015.1029 - Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para Práticas Esportivas					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		2.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	2.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				2.792.800,00
440000000000000000	Investimentos			2.792.800,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		2.792.800,00		
449051000000000000	Obras e instalações	2.328.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	464.800,00			
<b>Total Ação</b>					2.794.800,00
0027.0812.0015.2059 - Desporto Comunitário					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				67.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVWO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOTOCOPIADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 29 / 43

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos					
Unidade: 001 - Fundação Municipal de Desportos					
0027.0812.0015.2059 - Desporto Comunitário					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
330000000000000000	Outras despesas correntes			67.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		67.000,00		
339031000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	65.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
<b>Total Ação</b>				67.000,00	
<b>Total Unidade</b>				6.298.229,68	
<b>Total Órgão</b>				6.298.229,68	
Órgão: 16 - Empresa Municipal de Habitação					
Unidade: 001 - Empresa Municipal de Habitação					
0016.0122.0016.1018 - Urbanização Vila Schwarz, preservação do Morro da Mariquinha e instalação do Loteamento Boa Esperança					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				3.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			3.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		3.000,00		
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	3.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				2.398.251,00
440000000000000000	Investimentos			2.398.251,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		2.398.251,00		
449051000000000000	Obras e instalações	2.395.251,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	3.000,00			
<b>Total Ação</b>				2.401.251,00	
0016.0122.0016.2055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.491.853,12
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.194.295,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.135.360,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.069.492,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	54.891,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.400,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	577,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órg		58.935,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	58.935,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			297.558,12	
339000000000000000	Aplicações diretas		241.446,00		
339014000000000000	Diárias - civil	1.155,00			
339030000000000000	Material de consumo	24.067,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	50.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	577,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	9.244,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	3.466,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	69.336,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	22.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	40.446,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	20.000,00			
339091000000000000	Sentenças judiciais	1.155,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		56.112,12		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.155,00			
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	577,00			
339197000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	54.380,12			
400000000000000000	Despesas de capital				6.355,00
440000000000000000	Investimentos			6.355,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		6.355,00		





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 30 / 43

Órgão: 16 - Empresa Municipal de Habitação					
Unidade: 001 - Empresa Municipal de Habitação					
0016.0122.0016.2055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
449039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	577,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.778,00			
<b>Total Ação</b>					1.498.208,12
0016.0482.0016.1050 - Trabalho Técnico Social					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				304.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			304.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		304.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	2.500,00			
339034000000000000	Outras despesas de pessoal decorrentes de contrat	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	300.500,00			
<b>Total Ação</b>					304.000,00
<b>Total Unidade</b>					4.203.459,12
Unidade: 002 - Fundo Rotativo Habitacional					
0016.0482.0016.1017 - Investindo em Programas Habitacionais					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				60.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			60.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		60.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	20.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	30.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	9.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.725.532,00
440000000000000000	Investimentos			1.017.424,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		1.017.424,00		
449039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	20.000,00			
449047000000000000	Obrigações Tributárias e Contributivas	10.000,00			
449051000000000000	Obras e instalações	987.424,00			
450000000000000000	Inversões financeiras			708.108,00	
459000000000000000	Aplicações diretas		708.108,00		
459061000000000000	Aquisição de imóveis	558.108,00			
459066000000000000	Concessão de empréstimos e financiamentos	150.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.785.532,00
0016.0482.0016.2056 - Regularização Fundiária Habitacional					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				35.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			35.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		35.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
339093000000000000	Indenizações e restituições	20.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				3.000,00
440000000000000000	Investimentos			3.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		3.000,00		
449030000000000000	Material de consumo	1.000,00			
449039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
449093000000000000	Indenizações e restituições	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					38.000,00
<b>Total Unidade</b>					1.823.532,00
<b>Total Órgão</b>					6.026.991,12

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 - 03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 31 / 43

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde					
0010.0301.0017.1024 - Ampliação da Rede Física da Saúde					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
400000000000000000	Despesas de capital				360.000,00
440000000000000000	Investimentos			360.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		360.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	105.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	255.000,00			
<b>Total Ação</b>					360.000,00
0010.0301.0017.2054 - Ações Voltadas à Atenção Básica					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				25.578.120,16
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			19.730.819,16	
319000000000000000	Aplicações diretas		16.577.819,16		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	15.815.819,16			
319013000000000000	Obrigações patronais	195.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	517.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	50.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		3.153.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	3.153.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			5.847.301,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		5.834.301,00		
339014000000000000	Diárias - civil	100.000,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	10.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	1.245.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	404.217,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	600.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	25.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	70.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	850.500,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	160.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	1.552.584,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	12.000,00			
339091000000000000	Sentenças judiciais	800.000,00			
339092000000000000	Despesas de exercícios anteriores	5.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		13.000,00		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	13.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				74.000,00
440000000000000000	Investimentos			74.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		74.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	74.000,00			
<b>Total Ação</b>					25.652.120,16
0010.0301.0017.2101 - Estratégias Saúde da Família					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				10.744.541,56
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			10.122.005,67	
319000000000000000	Aplicações diretas		8.966.005,67		
319004000000000000	Contratação por tempo determinado	1.873.198,00			
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	6.488.807,67			
319013000000000000	Obrigações patronais	525.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	79.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		1.156.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	1.156.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			622.535,89	
339000000000000000	Aplicações diretas		620.535,89		
339014000000000000	Diárias - civil	10.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	245.535,89			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v. 2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVVO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 32 / 43

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde					
0010.0301.0017.2101 - Estratégias Saúde da Família					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	48.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	300.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	10.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		2.000,00		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				24.000,00
440000000000000000	Investimentos			24.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		24.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	24.000,00			
<b>Total Ação</b>					10.768.541,56
0010.0301.0017.2102 - Gestão do SUS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				9.825,00
440000000000000000	Investimentos			9.825,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		9.825,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	9.825,00			
<b>Total Ação</b>					10.825,00
0010.0301.0017.2203 - Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				547.080,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			80.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		80.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	80.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			467.080,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		460.080,00		
339014000000000000	Diárias - civil	5.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	199.580,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	40.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	204.300,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	5.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.200,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		7.000,00		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	7.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				50.000,00
440000000000000000	Investimentos			50.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		50.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
<b>Total Ação</b>					597.080,00
0010.0301.0017.2401 - Atenção Farmacêutica Básica					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.680.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.680.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.680.000,00		
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	1.680.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.680.000,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 33 / 43

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde					
0010.0302.0017.1025 - Ampliação da Rede Física da Saúde - Média e Alta Complexidade					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
400000000000000000	Despesas de capital				5.305.000,00
440000000000000000	Investimentos			5.305.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		5.305.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	5.150.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	155.000,00			
<b>Total Ação</b>					5.305.000,00
0010.0302.0017.2020 - CAPS III					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.059.608,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			200.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		175.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	150.000,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	25.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		25.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	25.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			859.608,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		854.608,00		
339014000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	405.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	77.360,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	60.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	30.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	261.248,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	20.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		5.000,00		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	5.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				25.000,00
440000000000000000	Investimentos			25.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		25.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	25.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.084.608,00
0010.0302.0017.2201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				30.540.328,16
330000000000000000	Outras despesas correntes			30.540.328,16	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativ		1.311.420,00		
335041000000000000	Contribuições	1.311.420,00			
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos		780.000,00		
337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	780.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		28.448.908,16		
339030000000000000	Material de consumo	140.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.140.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	27.168.908,16			
400000000000000000	Despesas de capital				5.000,00
440000000000000000	Investimentos			5.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		5.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					30.545.328,16
0010.0302.0017.2202 - Operação e Manutenção do SAMU					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				414.500,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			403.400,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		337.100,00		

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVVO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:43 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 34 / 43

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde					
0010.0302.0017.2202 - Operação e Manutenção do SAMU					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	315.000,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	2.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	20.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	100,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre		66.300,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	66.300,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			11.100,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		10.100,00		
339014000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	3.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	500,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	5.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	500,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	100,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		1.000,00		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				5.000,00
440000000000000000	Investimentos			5.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		5.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					419.500,00
0010.0302.0017.2501 - Ações Voltadas à Manutenção do CAPS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				690.135,84
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			575.300,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		490.600,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	477.000,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	13.500,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	100,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre		84.700,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	84.700,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			114.835,84	
339000000000000000	Aplicações diretas		112.735,84		
339014000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	3.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	11.035,84			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	9.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	77.600,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	1.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	100,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		2.100,00		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.100,00			
<b>Total Ação</b>					690.135,84
0010.0304.0017.2301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				49.135,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			10.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			39.135,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		37.135,00		
339014000000000000	Diárias - civil	4.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	14.000,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVVO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 35 / 43

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde					
0010.0304.0017.2301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	4.000,00	2.000,00	5.000,00	5.000,00
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.135,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	2.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	3.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg				
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				
440000000000000000	Investimentos		5.000,00	5.000,00	5.000,00
449000000000000000	Aplicacoes diretas				
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
Total Ação					54.135,00
0010.0305.0017.2302 - Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes		101.250,00	101.250,00	258.496,52
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais				
319000000000000000	Aplicações diretas				
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	81.250,00	147.246,52	157.246,52	5.000,00
319013000000000000	Obrigações patronais	10.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes				
339000000000000000	Aplicações diretas				
339014000000000000	Diárias - civil	10.000,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00
339030000000000000	Material de consumo	15.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	31.548,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	5.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	71.698,52	5.000,00	5.000,00	5.000,00
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	10.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg				
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				
440000000000000000	Investimentos				
449000000000000000	Aplicacoes diretas		5.000,00	5.000,00	5.000,00
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
Total Ação					263.496,52
0010.0305.0017.2303 - Ações Voltadas ao Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes		75.000,00	76.000,00	76.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes				
339000000000000000	Aplicações diretas				
339014000000000000	Diárias - civil	1.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	40.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	10.000,00	1.000,00	5.000,00	5.000,00
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.500,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	20.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	1.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	500,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg				
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				
440000000000000000	Investimentos		5.000,00	5.000,00	5.000,00
449000000000000000	Aplicacoes diretas				
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVVO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 36 / 43

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde					
0010.0305.0017.2303 - Ações Voltadas ao Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Total Ação</b>					81.000,00
<b>Total Unidade</b>					77.511.770,24
<b>Total Órgão</b>					77.511.770,24
Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul					
Unidade: 001 - Fundação Cultural de São Bento do Sul					
0013.0391.0018.1031 - Investindo na Cultura					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				57.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			57.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		57.000,00		
339031000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	20.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	30.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				220.000,00
440000000000000000	Investimentos			200.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		200.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	100.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	100.000,00			
450000000000000000	Inversões financeiras			20.000,00	
459000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
459061000000000000	Aquisição de imóveis	20.000,00			
<b>Total Ação</b>					277.000,00
0013.0391.0018.2061 - Preservação da Memória e Patrimônio Histórico					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				97.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			97.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		97.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	9.000,00			
339031000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	1.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	40.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	45.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				5.000,00
440000000000000000	Investimentos			5.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		5.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
<b>Total Ação</b>					102.000,00
0013.0392.0018.2060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.829.320,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.247.137,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		2.042.037,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.921.537,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	90.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	26.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	4.500,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		205.100,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	205.100,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			582.183,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		432.939,90		
339014000000000000	Diárias - civil	1.000,00			

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 37 / 43

Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul					
Unidade: 001 - Fundação Cultural de São Bento do Sul					
0013.0392.0018.2060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
339030000000000000	Material de consumo	48.000,00			
339031000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	8.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	2.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	30.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	176.939,90			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	31.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	117.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	18.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg.		149.243,10		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.000,00			
339197000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	145.243,10			
400000000000000000	Despesas de capital				3.000,00
440000000000000000	Investimentos			3.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		3.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	1.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
<b>Total Ação</b>					2.832.320,00
<b>Total Unidade</b>					3.211.320,00
Unidade: 002 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura					
0013.0392.0018.2076 - Manutenção do Fundo Municipal da Cultura					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				214.500,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			214.500,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativ		100.000,00		
335041000000000000	Contribuições	100.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		114.500,00		
339030000000000000	Material de consumo	3.000,00			
339031000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	100.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	10.500,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
440000000000000000	Investimentos			1.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					215.500,00
<b>Total Unidade</b>					215.500,00
<b>Total Órgão</b>					3.426.820,00
Órgão: 19 - IPRESBS					
Unidade: 001 - IPRESBS					
0009.0122.0019.4062 - Administração e Funcionamento do IPRESBS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.137.809,43
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.040.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		965.000,00		
319005000000000000	Outros benefícios previdenciários	100.000,00			
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	750.000,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	60.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	50.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		75.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	75.000,00			



## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 38 / 43

Órgão: 19 - IPRESBS					
Unidade: 001 - IPRESBS					
0009.0122.0019.4062 - Administração e Funcionamento do IPRESBS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.097.809,43	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativ		1.000,00		
335041000000000000	Contribuições	1.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		1.044.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	30.000,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	1.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	70.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	30.000,00			
339035000000000000	Serviços de consultoria	100.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	300.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	60.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	300.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	100.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	50.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
339093000000000000	Indenizações e restituições	2.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		52.809,43		
339139000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00			
339197000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	49.809,43			
400000000000000000	Despesas de capital				950.000,00
440000000000000000	Investimentos			950.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		950.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	800.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	150.000,00			
<b>Total Ação</b>					3.087.809,43
0009.0272.0019.2062 - Manutenção e Funcionamento do IPRESBS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				37.973.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			37.453.000,00	
312000000000000000	Compensações ao RGPS		600.000,00		
312098000000000000	Compensações ao RGPS	600.000,00			
319000000000000000	Aplicações diretas		36.853.000,00		
319001000000000000	Aposentadorias e reformas	28.530.000,00			
319003000000000000	Pensões	5.322.000,00			
319005000000000000	Outros benefícios previdenciários	3.001.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			520.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		520.000,00		
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	10.000,00			
339091000000000000	Sentenças judiciais	500.000,00			
339093000000000000	Indenizações e restituições	10.000,00			
<b>Total Ação</b>					37.973.000,00
0099.0997.9999.9997 - Reserva do RPPS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
900000000000000000	Reserva de contingência				52.226.639,69
990000000000000000	Reserva de contingência			52.226.639,69	
999900000000000000	Reserva de contingência		52.226.639,69		
999999000000000000	Reserva de contingência	52.226.639,69			
<b>Total Ação</b>					52.226.639,69
<b>Total Unidade</b>					93.287.449,12
<b>Total Órgão</b>					93.287.449,12

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 18/10/2019 08:34:03:00 - 03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://IC.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 39 / 43

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto					
Unidade: 001 - Serviços Administrativos					
0017.0122.0023.2063 - Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				5.202.497,69
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.799.168,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		2.517.000,00		
319004000000000000	Contratação por tempo determinado	40.000,00			
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.798.850,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	36.150,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	70.000,00			
319034000000000000	Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos d	480.000,00			
319092000000000000	Despesas de exercícios anteriores	12.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	80.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		282.168,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	282.168,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.403.329,69	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativ		41.870,00		
335041000000000000	Contribuições	41.870,00			
337000000000000000	Transferências a instituições multigovernamentais		104.600,00		
337041000000000000	Contribuições	104.600,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		2.103.639,32		
339014000000000000	Diárias - civil	21.730,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	8.500,00			
339030000000000000	Material de consumo	220.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	15.950,00			
339035000000000000	Serviços de consultoria	50.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	300.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.164.259,32			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	103.200,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	185.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	15.000,00			
339093000000000000	Indenizações e restituições	20.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		153.220,37		
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	5.000,00			
339197000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	148.220,37			
400000000000000000	Despesas de capital				142.000,00
440000000000000000	Investimentos			142.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		142.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	142.000,00			
<b>Total Ação</b>					5.344.497,69
0017.0122.0023.2067 - Contribuição ao PASEP					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				360.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			360.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		360.000,00		
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	360.000,00			
<b>Total Ação</b>					360.000,00
<b>Total Unidade</b>					5.704.497,69
Unidade: 002 - Abastecimento de Água					
0017.0512.0023.1001 - Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
400000000000000000	Despesas de capital				474.540,00
440000000000000000	Investimentos			474.540,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		474.540,00		
449051000000000000	Obras e instalações	424.540,00			
449061000000000000	Aquisição de imóveis	50.000,00			

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:30:30 -03:00  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.



## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 40 / 43

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto					
Unidade: 002 - Abastecimento de Água					
0017.0512.0023.1001 - Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Total Ação</b>					474.540,00
0017.0512.0023.1002 - Ampliação, Reforma e Reparelhamento do Sistema de Abastecimento de Água					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
400000000000000000	Despesas de capital				900.000,00
440000000000000000	Investimentos			900.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		900.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	600.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	300.000,00			
<b>Total Ação</b>					900.000,00
0017.0512.0023.2064 - Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				9.944.050,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.907.300,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		3.582.300,00		
319004000000000000	Contratação por tempo determinado	55.000,00			
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.550.000,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	25.300,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	455.000,00			
319034000000000000	Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos d	350.000,00			
319092000000000000	Despesas de exercícios anteriores	12.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	135.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr		325.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	325.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			6.036.750,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		5.819.250,00		
339014000000000000	Diárias - civil	20.500,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	6.500,00			
339030000000000000	Material de consumo	762.500,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	20.000,00			
339035000000000000	Serviços de consultoria	70.000,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	398.950,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	4.215.500,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	18.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	262.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	20.000,00			
339093000000000000	Indenizações e restituições	25.300,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg		217.500,00		
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	8.000,00			
339197000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	209.500,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.275.252,89
440000000000000000	Investimentos			1.275.252,89	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		1.275.252,89		
449030000000000000	Material de consumo	940.252,89			
449051000000000000	Obras e instalações	100.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	235.000,00			
<b>Total Ação</b>					11.219.302,89
<b>Total Unidade</b>					12.593.842,89
Unidade: 003 - Sistema de Esgoto Sanitário					
0017.0512.0023.1003 - Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
400000000000000000	Despesas de capital				10.897.030,00
440000000000000000	Investimentos			10.837.030,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		10.837.030,00		

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVVO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 41 / 43

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto					
Unidade: 003 - Sistema de Esgoto Sanitário					
0017.0512.0023.1003 - Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
449030000000000000	Material de consumo	250.000,00	60.000,00	60.000,00	
449039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	500.000,00			
449051000000000000	Obras e instalações	10.087.030,00			
450000000000000000	Inversões financeiras				
459000000000000000	Aplicações diretas				
459061000000000000	Aquisição de imóveis	60.000,00			
Total Ação					10.897.030,00
0017.0512.0023.2065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes		1.484.200,00	1.639.200,00	3.665.550,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais				
319000000000000000	Aplicações diretas				
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	980.000,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	3.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	146.200,00	155.000,00	2.026.350,00	
319034000000000000	Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos d	285.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	70.000,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entr				
319113000000000000	Obrigações patronais	155.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.914.350,00		
339000000000000000	Aplicações diretas				
339014000000000000	Diárias - civil	7.000,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	3.400,00			
339030000000000000	Material de consumo	500.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	7.500,00	112.000,00	680.000,00	680.000,00
339035000000000000	Serviços de consultoria	10.600,00			
339037000000000000	Locação de mão-de-obra	2.500,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.200.000,00			
339046000000000000	Auxílio-alimentação	110.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	17.500,00	680.000,00		
339059000000000000	Pensões Especiais	42.350,00			
339093000000000000	Indenizações e restituições	13.500,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órg				
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	14.950,00			
339197000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	97.050,00			
400000000000000000	Despesas de capital		680.000,00	680.000,00	680.000,00
440000000000000000	Investimentos				
449000000000000000	Aplicacoes diretas				
449030000000000000	Material de consumo	400.000,00			
449051000000000000	Obras e instalações	120.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	160.000,00			
Total Ação					4.345.550,00
Total Unidade					15.242.580,00
Unidade: 004 - Sanemaneto Geral					
0017.0512.0023.1004 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
400000000000000000	Despesas de capital		170.000,00	170.000,00	170.000,00
440000000000000000	Investimentos				
449000000000000000	Aplicacoes diretas				
449051000000000000	Obras e instalações	120.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
Total Ação					170.000,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54 - 03:00 - 03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDAO9A8076A9CF.







## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 42 / 43

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto					
Unidade: 004 - Sanemaneto Geral					
0017.0512.0023.1056 - Construção da Sede Administrativa/Técnica					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
400000000000000000	Despesas de capital				6.200.000,00
440000000000000000	Investimentos			6.200.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		6.200.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	6.200.000,00			
<b>Total Ação</b>					6.200.000,00

0017.0512.0023.2066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.166.700,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.166.700,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.043.700,00		
339030000000000000	Material de consumo	212.000,00			
339031000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	13.700,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	15.000,00			
339035000000000000	Serviços de consultoria	175.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	12.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	450.000,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	115.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	11.000,00			
339091000000000000	Sentenças judiciais	40.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		6.000,00		
339147000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	6.000,00			
339300000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos,		117.000,00		
339347000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	117.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				50.000,00
440000000000000000	Investimentos			50.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		50.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
<b>Total Ação</b>					1.216.700,00
<b>Total Unidade</b>					7.586.700,00

Unidade: 005 - Sistema de Resíduos Sólidos

0015.0452.0023.2069 - Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				6.664.581,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			197.600,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		174.600,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	155.000,00			
319013000000000000	Obrigações patronais	14.300,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.300,00			
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		23.000,00		
319113000000000000	Obrigações patronais	23.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			6.466.981,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		6.452.981,00		
339014000000000000	Diárias - civil	4.000,00			
339018000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	6.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	69.586,00			
339031000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	10.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	20.000,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	6.321.395,00			
339040000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	10.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	12.000,00			
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		14.000,00		
339197000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	14.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				4.004.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1321101-252-MQVVO-309087030 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:30:30 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A8076A9CF.





## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Despesas por Natureza da despesa  
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Pág 43 / 43

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto					
Unidade: 005 - Sistema de Resíduos Sólidos					
0015.0452.0023.2069 - Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
440000000000000000	Investimentos			4.004.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		4.004.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	3.903.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	100.000,00			
449061000000000000	Aquisição de imóveis	1.000,00			
<b>Total Ação</b>					10.668.581,00
<b>Total Unidade</b>					10.668.581,00
Unidade: 006 - Programa Munic. de Pagamentos por Serv. Ambientais					
0017.0541.0023.2028 - Programa Municipal de Pagamentos por Serviços Ambientais - PMPSA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				123.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			123.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		123.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	5.000,00			
339032000000000000	Material de distribuição gratuita	5.000,00			
339036000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	3.500,00			
339039000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	8.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	1.500,00			
339093000000000000	Indenizações e restituições	100.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		10.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
<b>Total Ação</b>					133.000,00
<b>Total Unidade</b>					133.000,00
<b>Total Órgão</b>					51.929.201,58
<b>Total</b>					444.988.595,94

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Emissão: 18/10/2019, às 08:30:31.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: HTTPS://C ATENDE.NET/PSDA9A8076A9CF.



Assinado digitalmente por:  
Rosilane Zélia dos Santos  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10



Assinado digitalmente por:  
Magno Bollmann  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 09:18:05



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Categoria Econômica (Órgão)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 5

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão: 1 - Câmara Municipal de Vereadores				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			4.817.257,52
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		3.625.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	3.515.000,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	110.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.192.257,52	
339000000000000000	Aplicações diretas	1.141.000,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	51.257,52		
400000000000000000	Despesas de capital			132.742,48
440000000000000000	Investimentos		132.742,48	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	132.742,48		
<b>Total Órgão</b>				<b>4.950.000,00</b>
Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			5.401.600,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.916.300,00	
317100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	111.300,00		
319000000000000000	Aplicações diretas	2.715.300,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	89.700,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		2.485.300,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	835.050,00		
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos	217.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	1.433.250,00		
400000000000000000	Despesas de capital			1.118.400,00
440000000000000000	Investimentos		1.118.400,00	
447100000000000000	Transferências a consórcios públicos	15.400,00		
449000000000000000	Aplicacoes diretas	1.103.000,00		
<b>Total Órgão</b>				<b>6.520.000,00</b>
Órgão: 3 - Procuradoria				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			2.212.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		970.800,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	927.300,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	43.500,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.241.200,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	1.241.200,00		
400000000000000000	Despesas de capital			1.000,00
440000000000000000	Investimentos		1.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	1.000,00		
<b>Total Órgão</b>				<b>2.213.000,00</b>
Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Administração				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			22.134.049,50
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		6.319.600,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	5.610.600,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	709.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		15.814.449,50	
339000000000000000	Aplicações diretas	7.096.122,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	8.688.327,50		
339300000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	30.000,00		

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL171101-252-MUSILA-309086580 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:23:00 -03:00

 ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54 -03:00 -03  
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C ATENDE NET/PSDA9A812AF64C.




**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Categoria Econômica (Órgão)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 2 / 5

40000000000000000000	Despesas de capital			379.573,00
44000000000000000000	Investimentos		379.573,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	379.573,00		
90000000000000000000	Reserva de contingência			300.000,00
99000000000000000000	Reserva de contingência		300.000,00	
99900000000000000000	Reserva de contingência	300.000,00		

**Total Órgão** 22.813.622,50

**Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Finanças**

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			6.885.826,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		4.496.790,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	2.556.790,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	1.940.000,00		
32000000000000000000	Juros e encargos da dívida		1.346.648,00	
32900000000000000000	Aplicações diretas	1.346.648,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		1.042.388,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas	1.004.888,00		
33930000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	37.500,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			2.717.332,00
44000000000000000000	Investimentos		570.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	570.000,00		
46000000000000000000	Amortização da dívida		2.147.332,00	
46900000000000000000	Aplicações diretas	2.147.332,00		

**Total Órgão** 9.603.158,00

**Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Educação**

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			78.083.827,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		62.775.728,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	56.054.628,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	6.721.100,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		15.308.099,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	227.000,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	13.284.299,00		
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	1.796.800,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			6.100.528,00
44000000000000000000	Investimentos		6.100.528,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	6.100.528,00		

**Total Órgão** 84.184.355,00

**Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo**

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			6.881.750,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		4.134.500,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	3.754.500,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	380.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		2.747.250,00	
33300000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	157.593,00		
33710000000000000000	Transferências a consórcios públicos	41.793,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	2.542.864,00		
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	5.000,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			33.784.555,00
44000000000000000000	Investimentos		33.784.555,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	33.784.555,00		

**Total Órgão** 40.666.305,00

**Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**

--	--	--	--	--

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v. 2013.01

Identificador: WPL171101-252-MUSILA-309086580 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:23:00 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A812AF64C.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Categoria Econômica (Órgão)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 3 / 5

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			15.206.087,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		6.458.078,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	5.890.678,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	567.400,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		8.748.009,00	
333000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	500,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	8.716.509,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	31.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			403.500,00
440000000000000000	Investimentos		403.500,00	
443000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	500,00		
449000000000000000	Aplicacoes diretas	403.000,00		
<b>Total Órgão</b>				<b>15.609.587,00</b>
<b>Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			10.152.102,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		5.893.850,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	5.281.900,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	611.950,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		4.258.252,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	122.422,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	4.107.830,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	28.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			183.798,00
440000000000000000	Investimentos		183.798,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	183.798,00		
<b>Total Órgão</b>				<b>10.335.900,00</b>
<b>Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			2.296.505,70
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.364.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	1.267.500,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	96.500,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		932.505,70	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	186.250,00		
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos	7.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	736.655,70		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	2.600,00		
400000000000000000	Despesas de capital			4.249.261,00
440000000000000000	Investimentos		4.249.261,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	4.249.261,00		
<b>Total Órgão</b>				<b>6.545.766,70</b>
<b>Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura</b>				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			2.893.190,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.149.900,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	1.996.300,00		
319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	153.600,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		743.290,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	736.290,00		
339100000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	7.000,00		

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/10/2019 08:54:03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/PSDA9A812AF64C.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Categoria Econômica (Órgão)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 4 / 5

40000000000000000000	Despesas de capital			173.250,00
44000000000000000000	Investimentos		173.250,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	173.250,00		
<b>Total Órgão</b>				<b>3.066.440,00</b>

**Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos**

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			3.474.429,68
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.382.760,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	1.336.000,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	46.760,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		2.091.669,68	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	60.000,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	1.992.019,00		
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	39.650,68		
40000000000000000000	Despesas de capital			2.823.800,00
44000000000000000000	Investimentos		2.823.800,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	2.823.800,00		
<b>Total Órgão</b>				<b>6.298.229,68</b>

**Órgão: 16 - Empresa Municipal de Habitação**

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			1.893.853,12
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.194.295,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	1.135.360,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	58.935,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		699.558,12	
33900000000000000000	Aplicações diretas	643.446,00		
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	56.112,12		
40000000000000000000	Despesas de capital			4.133.138,00
44000000000000000000	Investimentos		3.425.030,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	3.425.030,00		
45000000000000000000	Inversões financeiras		708.108,00	
45900000000000000000	Aplicações diretas	708.108,00		
<b>Total Órgão</b>				<b>6.026.991,12</b>

**Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde**

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			71.638.945,24
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		31.222.774,83	
31900000000000000000	Aplicações diretas	26.737.774,83		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	4.485.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		40.416.170,41	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	1.311.420,00		
33710000000000000000	Transferências a consórcios públicos	780.000,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	38.281.650,41		
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	43.100,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			5.872.825,00
44000000000000000000	Investimentos		5.872.825,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	5.872.825,00		
<b>Total Órgão</b>				<b>77.511.770,24</b>

**Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul**

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			3.197.820,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.247.137,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	2.042.037,00		





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Categoria Econômica (Órgão)  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 5 / 5

31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	205.100,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		950.683,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	100.000,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	701.439,90		
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	149.243,10		
40000000000000000000	Despesas de capital			229.000,00
44000000000000000000	Investimentos		209.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	209.000,00		
45000000000000000000	Inversões financeiras		20.000,00	
45900000000000000000	Aplicações diretas	20.000,00		
<b>Total Órgão</b>				<b>3.426.820,00</b>

**Órgão: 19 - IPRESBS**

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			40.110.809,43
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		38.493.000,00	
31200000000000000000	Compensações ao RGPS	600.000,00		
31900000000000000000	Aplicações diretas	37.818.000,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	75.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		1.617.809,43	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	1.000,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	1.564.000,00		
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	52.809,43		
40000000000000000000	Despesas de capital			950.000,00
44000000000000000000	Investimentos		950.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	950.000,00		
90000000000000000000	Reserva de contingência			52.226.639,69
99000000000000000000	Reserva de contingência		52.226.639,69	
99990000000000000000	Reserva de contingência	52.226.639,69		
<b>Total Órgão</b>				<b>93.287.449,12</b>

**Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto**

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			27.126.378,69
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		8.543.268,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	7.758.100,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	785.168,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		18.583.110,69	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	41.870,00		
33700000000000000000	Transferências a instituições multigovernamentais	104.600,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	17.816.920,32		
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	502.720,37		
33930000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	117.000,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			24.802.822,89
44000000000000000000	Investimentos		24.742.822,89	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	24.742.822,89		
45000000000000000000	Inversões financeiras		60.000,00	
45900000000000000000	Aplicações diretas	60.000,00		

Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10

Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 09:18:05

**Total Órgão** 51.929.201,58**Total** 444.988.595,94

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Secretária de Finanças





LEI Nº 4167/2019 1

**LEI Nº 4167, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.**

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, PARA  
O EXERCÍCIO DE 2020.

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo  
a seguinte Lei:

**“do Orçamento do Município”**

**Art. 1º.** O Orçamento Geral do Município de São Bento do Sul, para o exercício de 2020, estima a Receita R\$ 444.988.595,94 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e oito mil, quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos), sendo R\$ 355.754.146,82 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e seis reais e oitenta e dois centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 89.234.449,12 (oitenta e nove milhões, duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e doze centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

**dos Orçamentos das Unidades Gestoras, da Prefeitura e Câmara Municipal**

**Art. 2º.** O Orçamento Geral do Município de São Bento do Sul, para o exercício de 2020, estima a Receita em R\$ 444.988.595,94 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e oito mil, quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 4.950.000,00 (quatro milhões e novecentos e cinquenta mil reais), para a Prefeitura Municipal em R\$ 201.558.134,20 (duzentos e um milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, cento e trinta e quatro reais e vinte centavos), para as Unidades Gestoras em R\$ 238.480.461,74 (duzentos e trinta e oito milhões, quatrocentos e oitenta mil, quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e quatro centavos).

§ 1º - A Receita do Poder Executivo será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

<b>4. RECEITA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
<b>4.1 Receitas Correntes</b>	<b>377.260.415,10</b>
4.1.1 Receita Tributária	70.783.260,00
4.1.2 Receita de Contribuições	14.545.411,00
4.1.3 Receita Patrimonial	54.433.762,43
4.1.6 Receita de Serviços	33.117.696,43
4.1.7 Transferências Correntes	197.632.521,24
4.1.9 Outras Receitas Correntes	6.747.764,00

LEI Nº 4167/2019 2

<b>4.2 Receitas de Capital</b>	<b>59.858.824,00</b>
4.2.1 Operações de Crédito	33.467.883,00
4.2.2 Alienação de Bens	1.273.573,00
4.2.3 Amortização de Empréstimos	892.850,00
4.2.4 Transferências de Capital	24.224.518,00
<b>4.7 Receitas Correntes Intra-orçamentárias</b>	<b>28.733.833,84</b>
<b>9. Deduções da Receita</b>	<b>(20.864.477,00)</b>
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>444.988.595,94</b>

§ 2º - A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

### I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

<b>3. DESPESA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
<b>3.3 Despesas Correntes</b>	<b>304.406.430,88</b>
3.3.1 Pessoal e Encargos Sociais	184.187.780,83
3.3.2 Juros e Encargos da Dívida	1.346.648,00
3.3.3 Outras Despesas Correntes	118.872.002,05
<b>3.4 Despesas de Capital</b>	<b>88.055.525,37</b>
3.4.4 Investimentos	85.120.085,37
3.4.5 Inversões Financeiras	788.108,00
3.4.6 Amortização da Dívida	2.147.332,00
<b>3.9 Reserva de Contingência</b>	<b>300.000,00</b>
<b>3.9 Reserva do RPPS</b>	<b>52.226.639,69</b>
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>444.988.595,94</b>

### II – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

<b>ÓRGÃO/UNIDADE GESTORA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
01.00 – Câmara de Vereadores	4.950.000,00
02.00 – Gabinete do Prefeito	6.520.000,00
03.00 – Procuradoria	2.213.000,00
05.00 – Secretaria de Administração	22.813.622,50
06.00 – Secretaria de Finanças	9.603.158,00
07.00 – Secretaria de Educação	84.184.355,00
08.00 – Secretaria de Planejamento e Urbanismo	40.666.305,00
09.00 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	15.609.587,00
10.00 – Secretaria de Assistência Social	10.335.900,00

LEI Nº 4167/2019 3

11.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico	6.545.766,70
13.00 – Secretaria de Agricultura	3.066.440,00
15.00 – Fundação Municipal de Desportos	6.298.229,58
16.00 – Empresa Municipal de Habitação	6.026.991,12
18.00 – Fundação Cultural de São Bento do Sul	3.426.820,00
19.00 – IPRESBS	93.287.449,12
23.00 – Serviço Aut. Mun. de Água e Esgoto - SAMAE	51.929.201,58
17.00 – Fundo Municipal de Saúde	77.511.770,24
<b>TOTAL</b>	<b>444.988.595,84</b>

**Art. 3º.** Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme abaixo:

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10 de dezembro de 2020 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, conforme definido no § 2º deste artigo.

**Art. 4º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada fonte de recursos, projeto, atividade ou operações especiais.

**Art. 5º.** O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I. o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II. a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III. superávit financeiro do exercício anterior; e

LEI Nº 4167/2019 4

- IV. o valor do cancelamento de Restos a Pagar no exercício em curso, equiparando-se ao superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada especificação de Disponibilidade por Destinação de Recursos, comprovada a disponibilidade financeira.

Parágrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

**Art. 6º.** As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

**Art. 7º.** Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

**Art. 8º.** As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

**Art. 9º.** Durante o exercício de 2020 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

**Art. 10.** Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

**Art. 11.** Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

**Art. 12.** Ficam alterados os anexos da Lei nº 4.129, de 2 de setembro de 2019 – Plano Plurianual e a Lei nº. 4.154, de 10 de outubro de 2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020.

**Art. 13.** A presente Lei vigorará durante o exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

**MAGNO BOLLMANN**  
Prefeito Municipal



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 52

**1 - Câmara Municipal de Vereadores**

**1 - Câmara de Vereadores**

**0001.0031.0001.2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores.**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	3.000.000,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	500.000,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	15.000,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	110.000,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	30.000,00
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	100.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	40.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	300.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	550.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	01000100 - Recursos Ordinários	25.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	40.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	3339197000000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atual do RPPS	01000100 - Recursos Ordinários	46.257,52
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	63.742,48
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	69.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>4.900.000,00</b>

**0001.0031.0001.2010 - Câmara Mirim**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	25.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	25.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>50.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>4.950.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>				<b>4.950.000,00</b>

**2 - Gabinete do Prefeito**

**1 - Gabinete do Prefeito**

**0004.0122.0002.2002 - Gestão do Gabinete do Prefeito**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	2.363.900,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	341.000,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	8.400,00
	3319094000000000000000	Indenizações e substituições trabalhista	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL23101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 2 / 52

2 - Gabinete do Prefeito				
1 - Gabinete do Prefeito				
0004.0122.0002.2002 - Gestão do Gabinete do Prefeito				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33191130000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	89.700,00
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	15.000,00
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	28.750,00
	33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	20.000,00
	33390370000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	12.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	38.000,00
	33390460000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	33.300,00
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>2.957.050,00</b>
0004.0125.0002.2011 - Departamento de Controle Interno - DECIN				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	22.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>25.000,00</b>
0004.0131.0002.4002 - Departamento de Comunicação Social - DECS				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	6.500,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	500.000,00
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
<b>Total Ação</b>				<b>511.000,00</b>
0004.0242.0002.0092 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33350410000000000000	Contribuições	01000100 - Recursos Ordinários	350.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>350.000,00</b>
0028.0845.0002.0049 - Repasses Financeiro para Organizações da Sociedade Civil				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33350410000000000000	Contribuições	01000100 - Recursos Ordinários	485.050,00
<b>Total Ação</b>				<b>485.050,00</b>
0028.0845.0002.0094 - Consórcio Quiriri				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33171700000000000000	Ratelo pela participação em consórcio público	01000100 - Recursos Ordinários	111.300,00
	33371700000000000000	Ratelo pela participação em consórcio público	01000100 - Recursos Ordinários	217.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>328.300,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL23101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870.



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 3 / 52

<b>2 - Gabinete do Prefeito</b>					
<b>1 - Gabinete do Prefeito</b>					
<b>0028.0845.0002.0094 - Consórcio Quiriri</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Total Ação</b>	<b>Valor Orçado</b>
	34471700000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01000100 - Recursos Ordinários	343.700,00	15.400,00
				<b>Total Unidade</b>	<b>343.700,00</b>
<b>2 - Bombeiros</b>					
<b>0004.0302.0002.4004 - Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Total Ação</b>	<b>Valor Orçado</b>
	33390300000000000000	Material de consumo	02380265 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	22.000,00	22.000,00
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	02380265 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	500,00	500,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380265 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	18.000,00	18.000,00
	33390460000000000000	Auxílio-alimentação	02380265 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	500,00	500,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	02380265 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	29.000,00	29.000,00
				<b>Total Ação</b>	<b>70.000,00</b>
<b>0006.0182.0002.2004 - Manutenção e Conservação da OBM</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Total Ação</b>	<b>Valor Orçado</b>
	33390300000000000000	Material de consumo	01000105 - Funrecom - Bombeiros	250.000,00	250.000,00
	33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	01000105 - Funrecom - Bombeiros	2.000,00	2.000,00
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000105 - Funrecom - Bombeiros	2.000,00	2.000,00
	33390370000000000000	Locação de mão-de-obra	01000105 - Funrecom - Bombeiros	40.000,00	40.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000105 - Funrecom - Bombeiros	240.000,00	240.000,00
	33390400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	01000105 - Funrecom - Bombeiros	12.000,00	12.000,00
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000105 - Funrecom - Bombeiros	1.000,00	1.000,00
	33390470000000000000	Obras e instalações	01000105 - Funrecom - Bombeiros	53.000,00	53.000,00
	34490510000000000000	Equipamentos e material permanente	01000105 - Funrecom - Bombeiros	800.000,00	800.000,00
				<b>Total Ação</b>	<b>1.400.000,00</b>
				<b>Total Unidade</b>	<b>1.470.000,00</b>
<b>3 - Polícia Militar</b>					
<b>0006.0181.0002.2005 - Serviços Especiais - Polícia Militar</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Total Ação</b>	<b>Valor Orçado</b>
	33390300000000000000	Material de consumo	01000106 - Serviços Especiais Facultativos Polícia Militar	80.000,00	80.000,00
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000106 - Serviços Especiais Facultativos Polícia Militar	1.000,00	1.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000106 - Serviços Especiais Facultativos Polícia Militar	51.700,00	51.700,00
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000106 - Serviços Especiais Facultativos Polícia Militar	5.000,00	5.000,00
	34490510000000000000	Obras e instalações	01000106 - Serviços Especiais Facultativos Polícia Militar	60.000,00	60.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000106 - Serviços Especiais Facultativos Polícia Militar	160.000,00	160.000,00
				<b>Total Ação</b>	<b>357.700,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/p5da9a81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 4 / 52

<b>2 - Gabinete do Prefeito</b>					
<b>3 - Polícia Militar</b>					
<b>0006.0182.0002.2003 - Departamento da Defesa Civil</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado	
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	500,00	
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	11.000,00	
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00	
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	500,00	
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	500,00	
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00	
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	500,00	
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	500,00	
<b>Total Ação</b>				<b>20.500,00</b>	
<b>Total Unidade</b>				<b>378.200,00</b>	
<b>Total Órgão</b>				<b>6.520.000,00</b>	
<b>3 - Procuradoria</b>					
<b>1 - Assessoria Jurídica</b>					
<b>0003.0092.0003.2006 - Gestão da Assessoria Jurídica</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado	
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	786.700,00	
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	99.600,00	
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	40.000,00	
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	43.500,00	
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	22.000,00	
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	93.500,00	
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	22.700,00	
	3339091000000000000000	Sentenças judiciais	01000100 - Recursos Ordinários	1.100.000,00	
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
<b>Total Ação</b>				<b>2.213.000,00</b>	
<b>Total Unidade</b>				<b>2.213.000,00</b>	
<b>Total Órgão</b>				<b>2.213.000,00</b>	



PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P/5DA9A81485870.



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 5 / 52

5 - Secretaria Municipal de Administração				
1 - Administração Geral				
0004.0122.0005.2008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	5.008.600,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	63.300,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	455.600,00
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01000100 - Recursos Ordinários	47.800,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	709.000,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	3.500,00
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	01000100 - Recursos Ordinários	32.200,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	100.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	140.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	415.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	405.700,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>7.384.200,00</b>
0004.0122.0005.2051 - Gestão dos Serviços Públicos				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339008000000000000000	Outros benefícios assistenciais	01000100 - Recursos Ordinários	25.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	253.722,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	2.700.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339092000000000000000	Despesas de exercícios anteriores	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	3339093000000000000000	Indenizações e restituições	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	63.000,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	11.930,00
	3339197000000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atual do RPPS	01000100 - Recursos Ordinários	8.613.397,50
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	50.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01890189 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas	325.573,00
<b>Total Ação</b>				<b>12.053.122,50</b>
0004.0126.0005.2012 - Gestão do Departamento de Tecnologia e Informação				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 6 / 52

**5 - Secretaria Municipal de Administração**

**1 - Administração Geral**

**0004.0126.0005.2012 - Gestão do Departamento de Tecnologia e Informação**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TH)	01000100 - Recursos Ordinários	1.000.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>1.004.000,00</b>

**0004.0131.0005.2048 - Publicações Oficiais e Divulgações do Município**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339339000000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	30.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>30.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>20.471.322,50</b>

**2 - Encargos Especiais**

**0028.0846.0005.0050 - Contribuição ao PASEP**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	2.000.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01070016 - Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE	2.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01390145 - Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	5.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>2.007.000,00</b>

**0028.0846.0005.0086 - Pagamento Pensionistas**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319001000000000000000	Aposentadorias e reformas	01000100 - Recursos Ordinários	16.000,00
	3319003000000000000000	Pensões	01000100 - Recursos Ordinários	19.300,00
<b>Total Ação</b>				<b>35.300,00</b>

**0099.9999.9999.9999 - Reserva de Contingência**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal, Seg. Social	3999999000000000000000	Reserva de contingência	01000100 - Recursos Ordinários	300.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>300.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>2.342.300,00</b>
<b>Total Órgão</b>				<b>22.813.622,50</b>

**6 - Secretaria Municipal de Finanças**

**1 - Administração Financeira**

**0004.0123.0006.1052 - Modernização da Administração Tributária.**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	200.000,00
	3449030000000000000000	Material de consumo	01830183 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas	100.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 7 / 52

**6 - Secretaria Municipal de Finanças**

**1 - Administração Financeira**

**0004.0123.0006.1052 - Modernização da Administração Tributária.**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	34490390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01830183 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas	120.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01830183 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas	200.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>620.000,00</b>

**0004.0123.0006.2007 - Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	2.500.000,00
	33190130000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	9.200,00
	33190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	32.590,00
	33190940000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01000100 - Recursos Ordinários	15.000,00
	33191130000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	300.000,00
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	33390180000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00
	33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	33390370000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	51.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	135.000,00
	33390460000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	100.000,00
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>3.152.790,00</b>

**0004.0129.0006.4007 - Departamento de Receitas - DREC**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	10.000,00
	33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	495.388,00
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	33393390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	37.500,00
	34490510000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	100.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	50.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>696.388,00</b>
			<b>Total Unidade</b>	<b>4.469.178,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 8 / 52

6 - Secretaria Municipal de Finanças					
2 - Serviços da Divida Pública					
0028.0843.0006.0047 - Amortização e Juros da Divida Pública					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	33191920000000000000	Despesas de exercícios anteriores	01000100 - Recursos Ordinários	1.640.000,00	
	33290210000000000000	Juros sobre a divida por contrato	01000100 - Recursos Ordinários	1.262.648,00	
	33290220000000000000	Outros encargos sobre a divida por contrato	01000100 - Recursos Ordinários	84.000,00	
	34690710000000000000	Principal divida contratual resgatado	01000100 - Recursos Ordinários	2.147.332,00	
Total Ação				5.133.980,00	
Total Unidade				5.133.980,00	
Total Órgão				9.603.158,00	
7 - Secretaria Municipal de Educação					
1 - Secretaria de Educação					
0012.0306.0007.2000 - Alimentação Escolar					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	1.000.000,00	
	33390300000000000000	Material de consumo	01370160 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	1.399.641,00	
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00	
Total Ação				2.401.641,00	
0012.0361.0007.2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	1.396.787,00	
	33190130000000000000	Obrigações patronais	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	79.900,00	
	33190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	73.000,00	
	33190940000000000000	Indenizações e restituições trabalhistas	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	26.800,00	
	33191130000000000000	Obrigações patronais	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	3.340.000,00	
	33390140000000000000	Diárias - civil	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	5.000,00	
	33390180000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	5.300,00	
	33390300000000000000	Material de consumo	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	260.171,00	
	33390300000000000000	Material de consumo	01360158 - Salário Educação	467.500,00	
	33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	1.000,00	
	33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	2.500,00	
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	1.000,00	
	33390370000000000000	Locação de mão-de-obra	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	365.000,00	
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	260.000,00	
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01360158 - Salário Educação	1.650.645,00	
	33390400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	01360158 - Salário Educação	96.000,00	
	33390460000000000000	Auxílio-alimentação	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	2.302.100,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 9 / 52

**7 - Secretaria Municipal de Educação**

**1 - Secretaria de Educação**

**0012.0361.0007.2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	10.000,00
	3339048000000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	45.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	1.410.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01360158 - Salário Educação	198.800,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	5.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	2.641.919,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01360158 - Salário Educação	152.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	496.250,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01360158 - Salário Educação	100.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>15.891.672,00</b>

**0012.0361.0007.2024 - Transporte Escolar**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	500.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01370161 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	500.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	2.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01370161 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	865.681,00
<b>Total Ação</b>				<b>868.681,00</b>

**0012.0362.0007.8024 - Transporte Escolar - Ensino Médio**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01370161 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	5.600,00
<b>Total Ação</b>				<b>7.600,00</b>

**0012.0364.0007.6025 - Subvenção ao Ensino Superior**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3335041000000000000000	Contribuições	01000100 - Recursos Ordinários	227.000,00
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	01000100 - Recursos Ordinários	38.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>265.000,00</b>

**0012.0365.0007.2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	1.995.600,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	10.000,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	208.400,00
<b>Total Ação</b>				<b>2.214.000,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 10 / 52

**7 - Secretaria Municipal de Educação**

**1 - Secretaria de Educação**

**0012.0365.0007.2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	5.000,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	3.381.100,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	2.500,00
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	27.300,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	300.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01360158 - Salário Educação	500.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	1.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01360158 - Salário Educação	160.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	1.250.000,00
	3339033000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	46.000,00
	3339036000000000000000	Locação de mão-de-obra	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	30.000,00
	3339037000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	344.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	568.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	01360158 - Salário Educação	77.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	1.659.300,00
	3339048000000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	20.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	10.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01360158 - Salário Educação	170.000,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	3.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	1.465.186,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01360158 - Salário Educação	200.000,00
Total Ação				11.334.636,00

**0012.0365.0007.2027 - Convênios com Empresas**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
01320022 - Transferências de Convênios - Educação	3339030000000000000000	Material de consumo	01320022 - Transferências de Convênios - Educação	20.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01320022 - Transferências de Convênios - Educação	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01320022 - Transferências de Convênios - Educação	1.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01320022 - Transferências de Convênios - Educação	275.533,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01320022 - Transferências de Convênios - Educação	279.000,00
Total Ação				576.533,00

**0012.0365.0007.4024 - Transporte Escolar - Educação Infantil**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01010001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação	1.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01370161 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2.500,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870.







**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 11 / 52

7 - Secretaria Municipal de Educação					
1 - Secretaria de Educação					
0012.0365.0007.4024 - Transporte Escolar - Educação Infantil					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado	
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01370161 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	1.500,00	
Total Ação				5.000,00	
0012.0365.0007.4027 - Recursos do FNDE					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado	
	33390300000000000000	Material de consumo	01370162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	102.000,00	
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01370162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	131.811,00	
	34490510000000000000	Obras e instalações	01370162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	306.000,00	
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01370162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	34.640,00	
Total Ação				574.451,00	
Total Unidade				31.925.214,00	
2 - FUNDEB					
0012.0361.0007.4026 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado	
	33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01180018 - Transferências do FUNDEB - (Aplic. na Remun. dos Prof. Magis. da EB em Efetivo Exercício)	16.117.456,00	
	33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01190019 - Transferências do FUNDEB (Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica)	9.750.599,00	
	33190130000000000000	Obrigações patronais	01180018 - Transferências do FUNDEB - (Aplic. na Remun. dos Prof. Magis. da EB em Efetivo Exercício)	1.995.000,00	
	33190130000000000000	Obrigações patronais	01190019 - Transferências do FUNDEB (Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica)	551.937,00	
	33190940000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01180018 - Transferências do FUNDEB - (Aplic. na Remun. dos Prof. Magis. da EB em Efetivo Exercício)	100.352,00	
	33190940000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01190019 - Transferências do FUNDEB (Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica)	12.544,00	
Total Ação				28.527.888,00	
0012.0365.0007.4023 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado	
	33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01180018 - Transferências do FUNDEB - (Aplic. na Remun. dos Prof. Magis. da EB em Efetivo Exercício)	15.643.000,00	
	33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01190019 - Transferências do FUNDEB (Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica)	4.955.000,00	





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 12 / 52

**7 - Secretaria Municipal de Educação**

**2 - FUNDEB**

**0012.0365.0007.4023 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01180018 - Transferências do FUNDEB - (Aplic. na Remun. dos Prof. Magis. da EB em Efetivo Exercício)	1.379.840,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01190019 - Transferências do FUNDEB (Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica)	664.832,00
	3319094000000000000000	Indenizações e substituições trabalhista	01180018 - Transferências do FUNDEB - (Aplic. na Remun. dos Prof. Magis. da EB em Efetivo Exercício)	903.893,00
	3319094000000000000000	Indenizações e substituições trabalhista	01190019 - Transferências do FUNDEB (Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica)	184.688,00
<b>Total Ação</b>				23.731.253,00
<b>Total Unidade</b>				52.259.141,00
<b>Total Órgão</b>				84.184.355,00

**8 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo**

**1 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano**

**0015.0122.0008.2014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	3.500.000,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	136.500,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	50.000,00
	3319094000000000000000	Indenizações e substituições trabalhista	01000100 - Recursos Ordinários	68.000,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	380.000,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	12.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	16.000,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	80.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	180.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	230.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	8.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
<b>Total Ação</b>				4.671.500,00

**0015.0451.0008.1040 - Programa Mais Asfalto**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	19.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	70.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	391.300,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://atende.net/P5DA9A81485870>





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 13 / 52

8 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo					
1 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano					
0015.0451.0008.1040 - Programa Mais Asfalto					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01340024 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	8.162.572,00	
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01640025 - Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados a educação/saúde/assistência social)	5.009.600,00	
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01830183 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas	11.621.283,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>25.273.755,00</b>	
0015.0451.0008.2042 - Departamento de Projetos - DEPRO					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	3337170000000000000000	Ratelo pela participação em consórcio público	01000100 - Recursos Ordinários	41.793,00	
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00	
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	4.000,00	
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	1.500,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>51.293,00</b>	
0015.0452.0008.1053 - Melhorias na Mobilidade Urbana					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	15.000,00	
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	100.000,00	
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	300.000,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>415.000,00</b>	
0015.0452.0008.1054 - Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal do Setor Público					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	3449039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	1.201.000,00	
	3449039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01830183 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas	6.100.000,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>7.301.000,00</b>	
0015.0813.0008.3000 - Parques Municipais					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01830183 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas	750.000,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>750.000,00</b>	
			<b>Total Unidade</b>	<b>38.462.548,00</b>	
2 - DETRUBS					
0015.0451.0008.2015 - Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01120156 - Convênio Trânsito - Prefeitura	2.000,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.A.TENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 14 / 52

**8 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo**

**2 - DETRUBS**

**0015.0451.0008.2015 - Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33390300000000000000	Material de consumo	01120156 - Convênio Trânsito - Prefeitura	241.000,00
	33390310000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	01120156 - Convênio Trânsito - Prefeitura	1.000,00
	33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01120156 - Convênio Trânsito - Prefeitura	1.000,00
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01120156 - Convênio Trânsito - Prefeitura	140.000,00
	33390370000000000000	Locação de mão-de-obra	01120156 - Convênio Trânsito - Prefeitura	2.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01120156 - Convênio Trânsito - Prefeitura	1.283.571,00
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01120156 - Convênio Trânsito - Prefeitura	5.000,00
	33391390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01120156 - Convênio Trânsito - Prefeitura	2.000,00
	33391470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01120156 - Convênio Trânsito - Prefeitura	3.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01120156 - Convênio Trânsito - Prefeitura	204.800,00
<b>Total Ação</b>				<b>1.885.371,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>1.885.371,00</b>

**3 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR**

**0006.0181.0008.2035 - Convênio SSP/Trânsito - Polícia Militar**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33330810000000000000	Distribuição Constitucional ou Legal de Receita	01100154 - Convênio de Trânsito - Militar	157.593,00
<b>Total Ação</b>				<b>157.593,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>157.593,00</b>

**4 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL**

**0006.0181.0008.2036 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33390300000000000000	Material de consumo	01110155 - Convênio de Trânsito - Polícia Civil	46.800,00
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01110155 - Convênio de Trânsito - Polícia Civil	2.000,00
	33390370000000000000	Locação de mão-de-obra	01110155 - Convênio de Trânsito - Polícia Civil	32.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01110155 - Convênio de Trânsito - Polícia Civil	32.493,00
	33390400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TH)	01110155 - Convênio de Trânsito - Polícia Civil	5.000,00
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01110155 - Convênio de Trânsito - Polícia Civil	2.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01110155 - Convênio de Trânsito - Polícia Civil	40.500,00
<b>Total Ação</b>				<b>160.793,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>160.793,00</b>
<b>Total Órgão</b>				<b>40.666.305,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P/5DA9A81485870.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 15 / 52

**9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**

**1 - Obras e Serviços Urbanos**

**0006.0181.0009.2034 - Rádio Patrulha**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3333041000000000000000	Contribuições	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	60.500,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	40.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TH)	01000100 - Recursos Ordinários	20.000,00
	3443042000000000000000	Auxílios	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	128.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>252.000,00</b>

**0015.0451.0009.2030 - Manutenção Melhorias em Vias Urbanas e Rurais**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	1.200.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01390145 - Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	420.684,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	300.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	50.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>1.972.684,00</b>

**0015.0452.0009.2013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	700.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01070016 - Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE	199.494,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	180.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>1.081.494,00</b>

**0015.0452.0009.2029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	5.263.978,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	322.500,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	150.000,00
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01000100 - Recursos Ordinários	57.000,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	556.200,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 16 / 52

9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos				
1 - Obras e Serviços Urbanos				
0015.0452.0009.2029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	01000100 - Recursos Ordinários	10.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	150.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	70.820,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	60.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	270.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	435.300,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	30.000,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>7.385.798,00</b>
0015.0452.0009.2032 - Administração, Manutenção e Melhorias em Cemitérios e Capelas Mortuárias.				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	10.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	200.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	8.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>222.000,00</b>
0025.0452.0009.2031 - Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01080017 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	86.000,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01080017 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	11.200,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01080017 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	11.200,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01080017 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	160.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01080017 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	42.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01080017 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	4.359.667,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	01080017 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	12.544,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.A.TENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 17 / 52

9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos				
1 - Obras e Serviços Urbanos				
0025.0452.0009.2031 - Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01080017 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	3.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01080017 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	5.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01080017 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	5.000,00
Total Ação				4.695.611,00
Total Unidade				15.609.587,00
Total Órgão				15.609.587,00
10 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
1 - Assistência Social				
0008.0122.0010.2037 - Gestão Administrativa da SEMAS				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	4.798.100,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	221.300,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	100.000,00
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01000100 - Recursos Ordinários	12.500,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	588.000,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	01000100 - Recursos Ordinários	1.250,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	50.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01000100 - Recursos Ordinários	30.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	72.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	779.300,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	01000100 - Recursos Ordinários	80.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	316.100,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339048000000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	01000100 - Recursos Ordinários	35.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	25.000,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00
Total Ação				7.125.550,00







**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 18 / 52

10 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
1 - Assistência Social					
0008.0122.0010.2095 - Benefícios Eventuais					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado	
	33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	01000100 - Recursos Ordinários	326.700,00	
	33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	10.000,00	
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	5.000,00	
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>344.700,00</b>	
0008.0243.0010.2039 - Ações Voltadas a Criança e ao Adolescente					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado	
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00	
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00	
	33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	4.000,00	
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	33390480000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	01000100 - Recursos Ordinários	165.000,00	
	34490510000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	10.000,00	
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>193.000,00</b>	
0008.0243.0010.2082 - Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional da Criança e Adolescente					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado	
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00	
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	36.400,00	
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	1.010.600,00	
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	34490510000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00	
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>1.060.000,00</b>	
0008.0244.0010.1030 - Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpestre					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado	
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	27.000,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>27.000,00</b>	

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: <https://c.atende.net/P5DA9A81485870>





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 19 / 52

10 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
1 - Assistência Social					
0008.0244.0010.1041 - Horta Comunitária					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	7.000,00	
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
<b>Total Ação</b>				<b>8.000,00</b>	
0008.0244.0010.2092 - Gestão dos Conselhos Municipais de Assistência Social					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00	
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
<b>Total Ação</b>				<b>5.000,00</b>	
0008.0244.0010.2094 - Conselho Tutelar					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00	
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00	
	33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	32.000,00	
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00	
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00	
<b>Total Ação</b>				<b>43.000,00</b>	
<b>Total Unidade</b>				<b>8.806.250,00</b>	
2 - Fundo de Assistência Social					
0008.0244.0010.2071 - FNAS - Gestão - IGD do SUAS					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	33390140000000000000	Diárias - civil	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	9.000,00	
	33390300000000000000	Material de consumo	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	1.000,00	
	33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	10.000,00	
	33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	1.000,00	
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	1.000,00	
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	2.500,00	
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	500,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P/5DA9A81485870.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 20 / 52

<b>10 - Secretaria Municipal de Assistência Social</b>					
<b>2 - Fundo de Assistência Social</b>					
<b>0008.0244.0010.2071 - FNAS - Gestão - IGD do SUAS</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>	
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	1.000,00	
<b>Total Ação</b>				<b>26.000,00</b>	
<b>0008.0244.0010.2072 - FNAS - Gestão - ACESSUAS</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>	
	3339030000000000000000	Material de consumo	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	5.000,00	
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	10.000,00	
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	5.000,00	
<b>Total Ação</b>				<b>20.000,00</b>	
<b>0008.0244.0010.2079 - Gestão do SPS Especial de Média Complexidade - Estado</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>	
	3339030000000000000000	Material de consumo	01610152 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	18.719,00	
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01610152 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	20.000,00	
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01610152 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	11.681,00	
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01610152 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	11.000,00	
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TH)	01610152 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	5.000,00	
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01610152 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	4.000,00	
<b>Total Ação</b>				<b>71.400,00</b>	
<b>0008.0244.0010.2080 - Gestão dos SPS Especial de Alta Complexidade.</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>	
	3339030000000000000000	Material de consumo	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	25.000,00	
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	25.000,00	
	3339048000000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	01350148 - Programa de Atenção à Criança - PAC	140.000,00	
<b>Total Ação</b>				<b>50.000,00</b>	
<b>0008.0244.0010.2081 - Gestão dos SPS - PBF - Estado</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>	
	3339030000000000000000	Material de consumo	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	3.300,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 21 / 52

10 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
2 - Fundo de Assistência Social				
0008.0244.0010.2081 - Gestão dos SPS - PBF - Estado				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	3.300,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	15.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	5.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	57.400,00
<b>Total Ação</b>				<b>84.000,00</b>
0008.0244.0010.2091 - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV - União				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339030000000000000000	Material de consumo	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	4.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	25.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	9.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	80.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	2.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>120.000,00</b>
0008.0244.0010.4079 - Gestão dos SPS Especial de Média Complexidade				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339030000000000000000	Material de consumo	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	50.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	31.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	2.500,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	78.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	15.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	500,00
<b>Total Ação</b>				<b>177.000,00</b>



PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://ATENDE.NET/P/5DA9A81485870](https://atende.net/p/5DA9A81485870)



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 22 / 52

10 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
2 - Fundo de Assistência Social				
0008.0244.0010.4080 - Gestão dos Serviços de Proteção Básica - União.				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	150.000,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	23.950,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	20.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	35.050,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	2.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	51.500,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TH)	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	5.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01350152 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	500,00
<b>Total Ação</b>				<b>288.000,00</b>
0008.0244.0010.4081 - Gestão do IGD - Bolsa Família.				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01350163 - Bolsa Família	2.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01350163 - Bolsa Família	15.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01350163 - Bolsa Família	1.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01350163 - Bolsa Família	500,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01350163 - Bolsa Família	25.500,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TH)	01350163 - Bolsa Família	5.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01350163 - Bolsa Família	1.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01350163 - Bolsa Família	10.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>60.000,00</b>
0008.0244.0010.6041 - Gestão do FMAS - Portadores de Deficiência				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	3335043000000000000000	Subvenções sociais	01000100 - Recursos Ordinários	6.000,00
	3335043000000000000000	Subvenções sociais	01350149 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	14.792,00
<b>Total Ação</b>				<b>20.792,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>1.107.192,00</b>

0008.0244.0010.6041 - Gestão do FMAS - Portadores de Deficiência

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://ATENDE.NET/P/5DA9A81485870](https://atende.net/p/5DA9A81485870)

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

IPM Sistemas Ltda

Atende.Net - WPL v2013.01



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 23 / 52

10 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
3 - Fundo da Infância e Adolescência					
0008.0243.0010.0090 - Auxílios Financeiros à Diversas Entidades - FIA					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	3335043000000000000000	Subvenções sociais	01090177 - FIA Imposto de Renda		101.630,00
Total Ação					101.630,00
0008.0244.0010.2044 - Gestão do Fundo da Infância e Adolescência - FIA					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01090177 - FIA Imposto de Renda		5.750,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01090177 - FIA Imposto de Renda		4.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01090177 - FIA Imposto de Renda		8.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01090177 - FIA Imposto de Renda		3.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01090177 - FIA Imposto de Renda		227.680,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01090177 - FIA Imposto de Renda		600,00
	3339048000000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	01090177 - FIA Imposto de Renda		10.400,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01090177 - FIA Imposto de Renda		36.398,00
	Total Ação				295.828,00
	Total Unidade				397.458,00
4 - Fundo Municipal do Idoso					
0008.0241.0010.2040 - Programa do Idoso					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários		1.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários		500,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01000100 - Recursos Ordinários		3.500,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários		20.000,00
Total Ação				25.000,00	
Total Unidade				25.000,00	
Total Órgão				10.335.900,00	
11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo					
1 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico					
0011.0334.0011.2605 - Inclusão, Desenvolvimento do Trabalhador e Empregador					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários		1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários		2.500,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários		2.500,00
Total Ação				6.000,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/p5da9a81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 24 / 52

**11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo**

**1 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico**

**0022.0661.0011.2016 - Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	993.300,00
	33190130000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	66.000,00
	33190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33190940000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	33191130000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	88.000,00
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	26.067,70
	33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	1.800,00
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.500,00
	33390370000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	50.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	50.000,00
	33390460000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	47.100,00
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
<b>Total Ação</b>				<b>1.328.267,70</b>

**0022.0661.0011.2070 - Departamento de Indústria e Comércio - DEICO**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	2.500,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	81.000,00
	34490510000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	10.000,00
	34490510000000000000	Obras e instalações	01640025 - Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.645.583,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>1.741.083,00</b>

**0023.0661.0011.2607 - Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica e da Cultura de Inovação**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	1.500,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>3.500,00</b>

**0023.0691.0011.2606 - Empreendedorismo e Sala do Empreendedor**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	1.250,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C/ATENDE NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)







**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 25 / 52

<b>11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo</b>					
<b>1 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico</b>					
<b>0023.0691.0011.2606 - Empreendedorismo e Sala do Empreendedor</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Total Ação</b>	<b>Valor Orçado</b>
				<b>Total Unidade</b>	3.250,00
					3.082.100,70
<b>2 - Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS</b>					
<b>0022.0661.0011.2078 - Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Total Ação</b>	<b>Valor Orçado</b>
	33350410000000000000	Contribuições	01000100 - Recursos Ordinários	<b>Total Ação</b>	185.000,00
				<b>Total Unidade</b>	185.000,00
					185.000,00
<b>3 - Turismo</b>					
<b>0023.0695.0011.1016 - Projeto Acolhida na Colônia</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Total Ação</b>	<b>Valor Orçado</b>
	33371700000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01000100 - Recursos Ordinários	<b>Total Ação</b>	7.000,00
					7.000,00
<b>0023.0695.0011.1019 - Projeto Incubadora Turística</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Total Ação</b>	<b>Valor Orçado</b>
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários		1.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários		10.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	<b>Total Ação</b>	10.000,00
					21.000,00
<b>0023.0695.0011.1021 - Projeto Regionalização do Turismo</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Total Ação</b>	<b>Valor Orçado</b>
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários		1.250,00
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários		2.000,00
	33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	01000100 - Recursos Ordinários		1.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	<b>Total Ação</b>	2.000,00
					6.250,00
<b>0023.0695.0011.1023 - Embelezamento dos acessos ao Município.</b>					
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Total Ação</b>	<b>Valor Orçado</b>
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários		2.000,00
	33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	01000100 - Recursos Ordinários		2.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	<b>Total Ação</b>	30.000,00
					34.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: <https://c.atende.net/P5DA9A81485870>



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 26 / 52

**11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo**

**3 - Turismo**

**0023.0695.0011.2019 - Departamento de Turismo - DETUR**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	172.000,00
	33190130000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	23.700,00
	33190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	10.000,00
	33190940000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33191130000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	8.500,00
	33350410000000000000	Contribuições	01000110 - Fundo Municipal de Turismo	1.250,00
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	1.300,00
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	17.000,00
	33390300000000000000	Material de consumo	01000110 - Fundo Municipal de Turismo	1.438,00
	33390300000000000000	Material de consumo	01340024 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	152.000,00
	33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	1.700,00
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	83.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000110 - Fundo Municipal de Turismo	5.000,00
	33390460000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	7.900,00
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	33391390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33391470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	34490510000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	80.326,83
	34490510000000000000	Obras e instalações	01340024 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	473.765,00
	34490510000000000000	Obras e instalações	01640025 - Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados a educação/saúde/assistência social)	300.000,00
	34490510000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	86.673,17
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01340024 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	325.663,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente		
<b>Total Ação</b>				<b>1.755.216,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>1.823.466,00</b>

**5 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor**

**0014.0422.0011.2087 - Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	5.500,00
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	22.000,00
	33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	5.500,00
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	55.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 27 / 52

<b>11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo</b>				
<b>5 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor</b>				
<b>0014.0422.0011.2087 - Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON</b>				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	55.000,00
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.100,00
	33391470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.100,00
	34490510000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	500.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	110.000,00
	34490610000000000000	Aquisição de imóveis	01000100 - Recursos Ordinários	700.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>1.455.200,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>1.455.200,00</b>
<b>Total Órgão</b>				<b>6.545.766,70</b>
<b>13 - Secretaria Municipal de Agricultura</b>				
<b>1 - Agricultura</b>				
<b>0020.0542.0013.2998 - Unidade de Controle de Zoonoses - UCZ</b>				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	25.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	69.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>94.000,00</b>
<b>0020.0606.0013.2017 - Gestão do Departamento de Agricultura -</b>				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	1.552.400,00
	33190130000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	104.100,00
	33190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	56.300,00
	33190940000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01000100 - Recursos Ordinários	11.200,00
	33191130000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	124.000,00
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	115.890,00
	33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	20.000,00
	33390370000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	289.700,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	72.500,00
	33390460000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00
	33391390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33391470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	18.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://atende.net/P5DA9A81485870>





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 28 / 52

**13 - Secretaria Municipal de Agricultura**

**1 - Agricultura**

**0020.0606.0013.2017 - Gestão do Departamento de Agricultura -**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01340024 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	88.100,00
<b>Total Ação</b>				<b>2.463.190,00</b>

**0020.0606.0013.2018 - Departamento de Pecuária**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	12.000,00
	33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>16.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>2.573.190,00</b>

**2 - Meio Ambiente**

**0018.0541.0013.2612 - Ampliação do Museu Natural Entomológico Omith Bollmann**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	2.100,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	1.250,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	14.150,00
<b>Total Ação</b>				<b>17.500,00</b>

**0018.0541.0013.2618 - Compra de espécies vegetais nativas e exóticas para arborização e paisagismo urbano**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	8.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>8.000,00</b>

**0018.0541.0013.2620 - Criação do Jardim Botânico Municipal**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33390300000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	25.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	12.500,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	50.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>87.500,00</b>

**0018.0541.0013.4003 - Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	219.000,00
	33190130000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	19.400,00
	33190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	32.900,00
	33190940000000000000	Indenizações e restituições trabalhistas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	33191130000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	29.600,00
	33390140000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 29 / 52

**13 - Secretaria Municipal de Agricultura**

**2 - Meio Ambiente**

**0018.0541.0013.4003 - Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	1.200,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	500,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	10.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	15.400,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>336.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>449.000,00</b>

**3 - Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento**

**0018.0541.0013.2616 - Revisão do Plano de Manejo da APA Rio Vermelho Humboldt**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	16.250,00
<b>Total Ação</b>				<b>16.250,00</b>

**0020.0606.0013.4017 - Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrário**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	8.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	18.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>28.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>44.250,00</b>
<b>Total Órgão</b>				<b>3.066.440,00</b>

**15 - Fundação Municipal de Desportos**

**1 - Fundação Municipal de Desportos**

**0027.0122.0015.2057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	1.200.000,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	115.000,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P/5DA9A81485870.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 30 / 52

**15 - Fundação Municipal de Desportos**

**1 - Fundação Municipal de Desportos**

**0027.0122.0015.2057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	15.000,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	46.760,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	7.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	90.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01000100 - Recursos Ordinários	100.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	55.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	86.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	174.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	01000100 - Recursos Ordinários	30.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	38.019,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	85.000,00
	3339091000000000000000	Sentenças judiciais	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	19.000,00
	3339197000000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	01000100 - Recursos Ordinários	20.650,68
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	31.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>2.121.429,68</b>

**0027.0811.0015.2058 - Desporto de Iniciação e Rendimento**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3335041000000000000000	Contribuições	01000100 - Recursos Ordinários	60.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	80.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	25.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	250.000,00
	3339048000000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	01000100 - Recursos Ordinários	900.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>1.315.000,00</b>

**0027.0812.0015.1029 - Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para Práticas Esportivas**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01830183 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas	675.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	02340224 - Transferências de Convênios - Outros	1.651.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	104.800,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01830183 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas	360.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 31 / 52

**15 - Fundação Municipal de Desportos****1 - Fundação Municipal de Desportos****0027.0812.0015.1029 - Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para Práticas Esportivas**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado
<b>0027.0812.0015.2059 - Desporto Comunitário</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
	3339031000000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	01000100 - Recursos Ordinários		65.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários		1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários		1.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>Total Ação</b>	<b>67.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>Total Unidade</b>	<b>6.298.229,68</b>
<b>Total Órgão</b>				<b>Total Órgão</b>	<b>6.298.229,68</b>

**16 - Empresa Municipal de Habitação****1 - Empresa Municipal de Habitação****0016.0122.0016.1018 - Urbanização Vila Schwarz, preservação do Morro da Mariquinha e instalação do Loteamento Boa Esperanç**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fonte de Financiamento	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01340024 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	1.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	500.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01340024 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	1.894.251,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	1.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01340024 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	1.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	1.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>2.401.251,00</b>

**0016.0122.0016.2055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fonte de Financiamento	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	1.069.492,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	54.891,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários	10.400,00
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01000100 - Recursos Ordinários	577,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários	58.935,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 32 / 52

**16 - Empresa Municipal de Habitação**

**1 - Empresa Municipal de Habitação**

**0016.0122.0016.2055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários	1.155,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	24.087,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01000100 - Recursos Ordinários	50.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	577,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	9.244,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	3.466,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	69.336,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TH)	01000100 - Recursos Ordinários	22.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	40.446,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	20.000,00
	3339091000000000000000	Sentenças judiciais	01000100 - Recursos Ordinários	1.155,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	1.155,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	577,00
	3339197000000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atual do RPPS	01000100 - Recursos Ordinários	54.380,12
	3449039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	577,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	5.778,00
<b>Total Ação</b>				<b>1.498.208,12</b>

**0016.0482.0016.1050 - Trabalho Técnico Social**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01340024 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	1.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	500,00
	3339034000000000000000	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de	01340024 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01340024 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	299.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	500,00
<b>Total Ação</b>				<b>304.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>4.203.459,12</b>



PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870.



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 33 / 52

**16 - Empresa Municipal de Habitação**

**2 - Fundo Rotativo Habitacional**

**0016.0482.0016.1017 - Investindo em Programas Habitacionais**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	3339030000000000000000	Material de consumo	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	20.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	30.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	9.000,00
	3449039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	20.000,00
	3449047000000000000000	Obrigações Tributárias e Contributivas	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	10.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	485.924,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	501.500,00
	3459061000000000000000	Aquisição de imóveis	02890905 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	200.000,00
	3459061000000000000000	Aquisição de imóveis	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	358.108,00
	3459066000000000000000	Concessão de empréstimos e financiamentos	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	150.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>1.785.532,00</b>

**0016.0482.0016.2056 - Regularização Fundiária Habitacional**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	3339030000000000000000	Material de consumo	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	5.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	10.000,00
	3339093000000000000000	Indenizações e restituições	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	20.000,00
	3449030000000000000000	Material de consumo	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	1.000,00
	3449039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	1.000,00
	3449093000000000000000	Indenizações e restituições	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	1.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>38.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>1.823.532,00</b>
<b>Total Órgão</b>				<b>6.026.991,12</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: https://atende.net/P5DA9A81485870





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 34 / 52

**17 - Fundo Municipal de Saúde**

**1 - Fundo Municipal de Saúde**

**0010.0301.0017.1024 - Ampliação da Rede Física da Saúde**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	5.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01630023 - Transferências de Convênios - Saúde - Estado	100.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	5.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01630023 - Transferências de Convênios - Saúde - Estado	250.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>360.000,00</b>
<b>0010.0301.0017.2054 - Ações Voltadas à Atenção Básica</b>				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	15.815.819,16
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	195.000,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	517.000,00
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhistas	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	50.000,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	3.153.000,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	100.000,00
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	10.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	200.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01630023 - Transferências de Convênios - Saúde - Estado	100.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02000200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCÍCIO CORRENTE	250.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02380264 - Atenção Básica	695.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	60.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	02380264 - Atenção Básica	344.217,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	600.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	25.000,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	70.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	150.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01630023 - Transferências de Convênios - Saúde - Estado	50.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02000200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCÍCIO CORRENTE	150.500,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380264 - Atenção Básica	500.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	20.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	02380264 - Atenção Básica	140.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	1.552.584,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	12.000,00
	3339091000000000000000	Sentenças judiciais	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	800.000,00
	3339092000000000000000	Despesas de exercícios anteriores	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	5.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	8.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 35 / 52

17 - Fundo Municipal de Saúde				
1 - Fundo Municipal de Saúde				
0010.0301.0017.2054 - Ações Voltadas à Atenção Básica				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33391390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380264 - Atenção Básica	5.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	2.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	02000200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCÍCIO CORRENTE	50.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	02380264 - Atenção Básica	5.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	02890905 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	17.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>25.652.120,16</b>
0010.0301.0017.2101 - Estratégias Saúde da Família				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	33190040000000000000	Contratação por tempo determinado	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	700.000,00
	33190040000000000000	Contratação por tempo determinado	02380261 - Agentes - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	1.173.198,00
	33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	4.908.000,00
	33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	02380260 - PMAQ - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	725.207,67
	33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	02380263 - Atenção Básica - ESF - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	855.600,00
	33190130000000000000	Obrigações patronais	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	525.000,00
	33190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	79.000,00
	33191130000000000000	Obrigações patronais	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	1.156.000,00
	33390140000000000000	Diárias - civil	02670263 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	10.000,00
	33390300000000000000	Material de consumo	02380260 - PMAQ - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	116.735,89
	33390300000000000000	Material de consumo	02670263 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	128.800,00
	33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	02380260 - PMAQ - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	18.000,00
	33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	02670263 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	30.000,00
	33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	02670263 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	5.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380260 - PMAQ - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	100.000,00
	33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02670263 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	200.000,00
	33390400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	02380260 - PMAQ - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	5.000,00
	33390400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	02670263 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	5.000,00
	33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02670263 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	2.000,00
	33391390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	2.000,00
	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	2.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/P5DA9A81485870>





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 36 / 52

**17 - Fundo Municipal de Saúde**

**1 - Fundo Municipal de Saúde**

**0010.0301.0017.2101 - Estratégias Saúde da Família**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02380260 - PMAQ - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	2.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02670263 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	20.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>10.768.541,56</b>

**0010.0301.0017.2102 - Gestão do SUS**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339014000000000000000	Diárias - civil	02380270 - Gestão do SUS	1.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02380270 - Gestão do SUS	9.825,00
<b>Total Ação</b>				<b>10.825,00</b>

**0010.0301.0017.2203 - Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	02380251 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	80.000,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	02380262 - Saúde Bucal - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	5.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02380060 - Ceo - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	83.800,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02380251 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	11.200,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02380262 - Saúde Bucal - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	90.080,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02670060 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	14.500,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	02380262 - Saúde Bucal - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	30.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	02670060 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	10.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	02380262 - Saúde Bucal - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	5.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380060 - Ceo - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	35.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380251 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	7.800,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380262 - Saúde Bucal - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	120.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02670060 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	41.500,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	02380262 - Saúde Bucal - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	5.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02380262 - Saúde Bucal - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	1.200,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380262 - Saúde Bucal - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	7.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 37 / 52

17 - Fundo Municipal de Saúde						
1 - Fundo Municipal de Saúde						
0010.0301.0017.2203 - Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico						
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado		
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02380262 - Saúde Bucal - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	50.000,00		
<b>Total Ação</b>				<b>597.080,00</b>		
0010.0301.0017.2401 - Atenção Farmacêutica Básica						
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado		
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	426.724,00		
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	02380264 - Atenção Básica	450.000,00		
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	02380267 - Assistência Farmacêutica Básica	458.963,00		
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	02670267 - Atenção Farmacêutica - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	344.313,00		
<b>Total Ação</b>				<b>1.680.000,00</b>		
0010.0302.0017.1025 - Ampliação da Rede Fisca da Saúde - Média e Alta Complexidade						
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado		
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	200.000,00		
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01630023 - Transferências de Convênios - Saúde - Estado	150.000,00		
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01820184 - Operações de Crédito Interna - Saúde	4.800.000,00		
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	5.000,00		
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01630023 - Transferências de Convênios - Saúde - Estado	150.000,00		
<b>Total Ação</b>				<b>5.305.000,00</b>		
0010.0302.0017.2020 - CAPS III						
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado		
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	50.000,00		
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	100.000,00		
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	10.000,00		
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	15.000,00		
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	5.000,00		
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	20.000,00		
	3339014000000000000000	Diárias - civil	Sistema Único de Saúde - SUS/União	1.000,00		
	3339030000000000000000	Material de consumo	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	5.000,00		
	3339030000000000000000	Material de consumo	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	400.000,00		
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	77.360,00		

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://ATENDE.NET/P/5DA9A81485870](https://atende.net/p/5DA9A81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 38 / 52

**17 - Fundo Municipal de Saúde**

**1 - Fundo Municipal de Saúde**

**0010.0302.0017.2020 - CAPS III**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	60.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	30.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	261.248,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	20.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	5.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	5.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	20.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>1.084.608,00</b>

**0010.0302.0017.2201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3335041000000000000000	Contribuições	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	1.311.420,00
	3337170000000000000000	Ratão pela participação em consórcio público	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	580.000,00
	3337170000000000000000	Ratão pela participação em consórcio público	02380065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	200.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	30.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01630023 - Transferências de Convênios - Saúde - Estado	100.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02380065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	940.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	02380065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	200.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	8.810.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01630023 - Transferências de Convênios - Saúde - Estado	50.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380061 - Média e Alta Complexidade - TRS - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	3.684.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	13.106.210,20
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02670065 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	1.434.697,95
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02670068 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	84.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02380065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	5.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>30.545.328,16</b>

**0010.0302.0017.2202 - Operação e Manutenção do SAMU**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	66.852,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://ATENDE.NET/P/5DA9A81485870](https://atende.net/P/5DA9A81485870)







**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 39 / 52

**17 - Fundo Municipal de Saúde**

**1 - Fundo Municipal de Saúde**

**0010.0302.0017.2202 - Operação e Manutenção do SAMU**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	02380257 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência - SAMU	248.148,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	2.000,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	20.000,00
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	100,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	56.300,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	02380257 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência - SAMU	10.000,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	1.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	2.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02380257 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência - SAMU	1.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	500,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380257 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência - SAMU	4.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TH)	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	500,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	100,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	1.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	5.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>419.500,00</b>

**0010.0302.0017.2501 - Ações Voltadas à Manutenção do CAPS**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	189.600,84
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	287.399,16
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	3.500,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	10.000,00
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	100,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	24.700,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	60.000,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	1.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	3.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	5.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P/5DA9A81485870.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 40 / 52

**17 - Fundo Municipal de Saúde**

**1 - Fundo Municipal de Saúde**

**0010.0302.0017.2501 - Ações Voltadas à Manutenção do CAPS**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	6.035,84
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	5.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	4.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	58.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	19.600,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	5.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	5.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	1.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	100,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01020002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde	1.100,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380062 - Média e Alta Complexidade - Caps - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	1.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>690.135,84</b>

**0010.0304.0017.2301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	02380266 - Vigilância em Saúde	10.000,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	02380266 - Vigilância em Saúde	4.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02380266 - Vigilância em Saúde	14.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	02380266 - Vigilância em Saúde	4.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380266 - Vigilância em Saúde	10.135,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	02380266 - Vigilância em Saúde	2.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02380266 - Vigilância em Saúde	3.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380266 - Vigilância em Saúde	2.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02380266 - Vigilância em Saúde	5.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>54.135,00</b>

**0010.0305.0017.2302 - Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	02380266 - Epidemiologia - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	81.250,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	02380266 - Epidemiologia - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	10.000,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	02380266 - Epidemiologia - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	10.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: https://atende.net/p5da9a81485870





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 41 / 52

**17 - Fundo Municipal de Saúde**

**1 - Fundo Municipal de Saúde**

**0010.0305.0017.2302 - Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339014000000000000000	Diárias - civil	02380286 - Epidemiologia - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	10.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02380286 - Epidemiologia - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	15.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	02380286 - Epidemiologia - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	31.548,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	02380286 - Epidemiologia - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	5.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	02380286 - Epidemiologia - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	2.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380286 - Epidemiologia - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	71.698,52
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TH)	02380286 - Epidemiologia - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	10.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02380286 - Epidemiologia - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	2.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380286 - Epidemiologia - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	10.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02380286 - Epidemiologia - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	5.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>263.496,52</b>

**0010.0305.0017.2303 - Ações Voltadas ao Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339014000000000000000	Diárias - civil	02380276 - AIDS/DST - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	1.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02380276 - AIDS/DST - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	40.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	02380276 - AIDS/DST - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	10.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	02380276 - AIDS/DST - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	2.500,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380276 - AIDS/DST - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	20.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TH)	02380276 - AIDS/DST - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	1.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02380276 - AIDS/DST - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	500,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02380276 - AIDS/DST - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	1.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: https://atende.net/p/5DA9A81485870





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 42 / 52

<b>17 - Fundo Municipal de Saúde</b>			
<b>1 - Fundo Municipal de Saúde</b>			
<b>0010.0305.0017.2303 - Ações Voltadas ao Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST</b>			
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02380276 - AIDS/DST - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União
<b>Total Ação</b>			<b>81.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>			<b>77.511.770,24</b>
<b>Total Órgão</b>			<b>77.511.770,24</b>
<b>18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul</b>			
<b>1 - Fundação Cultural de São Bento do Sul</b>			
<b>0013.0391.0018.1031 - Investindo na Cultura</b>			
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte
	3339031000000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	02340224 - Transferências de Convênios - Outros
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	02340224 - Transferências de Convênios - Outros
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02340224 - Transferências de Convênios - Outros
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02340224 - Transferências de Convênios - Outros
	3449051000000000000000	Obras e instalações	02340224 - Transferências de Convênios - Outros
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02340224 - Transferências de Convênios - Outros
	3459061000000000000000	Aquisição de imóveis	02340224 - Transferências de Convênios - Outros
<b>Total Ação</b>			<b>20.000,00</b>
			<b>2.000,00</b>
			<b>30.000,00</b>
			<b>5.000,00</b>
			<b>100.000,00</b>
			<b>100.000,00</b>
			<b>20.000,00</b>
<b>Total Ação</b>			<b>277.000,00</b>
<b>0013.0391.0018.2061 - Preservação da Memória e Patrimônio Histórico</b>			
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários
	3339031000000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	01000100 - Recursos Ordinários
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários
<b>Total Ação</b>			<b>102.000,00</b>
<b>0013.0392.0018.2060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades</b>			
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000100 - Recursos Ordinários
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	01000100 - Recursos Ordinários
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	01000100 - Recursos Ordinários
	3339014000000000000000	Diárias - civil	01000100 - Recursos Ordinários
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários
<b>Total Ação</b>			<b>1.921.537,00</b>
			<b>90.000,00</b>
			<b>26.000,00</b>
			<b>4.500,00</b>
			<b>205.100,00</b>
			<b>1.000,00</b>
			<b>20.000,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P/5DA9A81485870.



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 43 / 52

**18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul**

**1 - Fundação Cultural de São Bento do Sul**

**0013.0392.0018.2060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339030000000000000000	Material de consumo	02060200 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	28.000,00
	3339031000000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	01000100 - Recursos Ordinários	8.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	01000100 - Recursos Ordinários	30.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	174.939,90
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02060200 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	2.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	01000100 - Recursos Ordinários	31.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	01000100 - Recursos Ordinários	117.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	18.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
	3339197000000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atual do RPPS	01000100 - Recursos Ordinários	145.243,10
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	01000100 - Recursos Ordinários	2.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>2.832.320,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>3.211.320,00</b>

**2 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura**

**0013.0392.0018.2076 - Manutenção do Fundo Municipal da Cultura**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3335041000000000000000	Contribuições	01000100 - Recursos Ordinários	100.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00
	3339031000000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	01000100 - Recursos Ordinários	100.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01000100 - Recursos Ordinários	10.500,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>215.500,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>215.500,00</b>
<b>Total Órgão</b>				<b>3.426.820,00</b>



PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: <https://atende.net/P5DA9A81485870>



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 44 / 52

**19 - IPRESBS**

**1 - IPRESBS**

**0009.0122.0019.4062 - Administração e Funcionamento do IPRESBS**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319005000000000000000	Outros benefícios previdenciários	02750000 - Taxa de Administração RPPS	100.000,00
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	02750000 - Taxa de Administração RPPS	750.000,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	02750000 - Taxa de Administração RPPS	60.000,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	02750000 - Taxa de Administração RPPS	5.000,00
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	02750000 - Taxa de Administração RPPS	50.000,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	02750000 - Taxa de Administração RPPS	75.000,00
	3335041000000000000000	Contribuições	02750000 - Taxa de Administração RPPS	1.000,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	02750000 - Taxa de Administração RPPS	30.000,00
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	02750000 - Taxa de Administração RPPS	1.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02750000 - Taxa de Administração RPPS	70.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	02750000 - Taxa de Administração RPPS	30.000,00
	3339035000000000000000	Serviços de consultoria	02750000 - Taxa de Administração RPPS	100.000,00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	02750000 - Taxa de Administração RPPS	300.000,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	02750000 - Taxa de Administração RPPS	60.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02750000 - Taxa de Administração RPPS	300.000,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TH)	02750000 - Taxa de Administração RPPS	100.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	02750000 - Taxa de Administração RPPS	50.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02750000 - Taxa de Administração RPPS	1.000,00
	3339093000000000000000	Indenizações e restituições	02750000 - Taxa de Administração RPPS	2.000,00
	3339139000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02750000 - Taxa de Administração RPPS	2.000,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02750000 - Taxa de Administração RPPS	1.000,00
	3339197000000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atual do RPPS	02750000 - Taxa de Administração RPPS	49.809,43
	3449051000000000000000	Obras e instalações	02750000 - Taxa de Administração RPPS	800.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02750000 - Taxa de Administração RPPS	150.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>3.087.809,43</b>

**0009.0272.0019.2062 - Manutenção e Funcionamento do IPRESBS**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3312098000000000000000	Compensações ao RGPS	02030203 - Contribuição para o Fundo Previdenciário do RPPS	600.000,00
	3319001000000000000000	Aposentadorias e reformas	01000100 - Recursos Ordinários	2.480.000,00
	3319001000000000000000	Aposentadorias e reformas	02030203 - Contribuição para o Fundo Previdenciário do RPPS	26.000.000,00
	3319001000000000000000	Aposentadorias e reformas	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	50.000,00
	3319003000000000000000	Pensões	01000100 - Recursos Ordinários	1.500.000,00
	3319003000000000000000	Pensões	02030203 - Contribuição para o Fundo Previdenciário do RPPS	3.800.000,00
	3319003000000000000000	Pensões	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	22.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 45 / 52

**19 - IPRESBS**

**1 - IPRESBS**

**0009.0272.0019.2062 - Manutenção e Funcionamento do IPRESBS**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319005000000000000000	Outros benefícios previdenciários	01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00
	3319005000000000000000	Outros benefícios previdenciários	02030203 - Contribuição para o Fundo Previdenciário do RPPS	3.000.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02030203 - Contribuição para o Fundo Previdenciário do RPPS	10.000,00
	3339091000000000000000	Sentenças judiciais	02030203 - Contribuição para o Fundo Previdenciário do RPPS	500.000,00
	3339093000000000000000	Indenizações e restituições	02030203 - Contribuição para o Fundo Previdenciário do RPPS	10.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>37.973.000,00</b>

**0099.0997.9999.9997 - Reserva do RPPS**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal, Seg. Social	3999999000000000000000	Reserva de contingência	02030203 - Contribuição para o Fundo Previdenciário do RPPS	42.828.130,96
Fiscal, Seg. Social	3999999000000000000000	Reserva de contingência	02050000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	9.398.508,73
<b>Total Ação</b>				<b>52.226.639,69</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>93.287.449,12</b>
<b>Total Órgão</b>				<b>93.287.449,12</b>

**23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto**

**1 - Serviços Administrativos**

**0017.0122.0023.2063 - Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319004000000000000000	Contratação por tempo determinado	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	40.000,00
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	1.798.850,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	36.150,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	70.000,00
	3319034000000000000000	Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	480.000,00
	3319092000000000000000	Despesas de exercícios anteriores	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	12.000,00
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	80.000,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	282.168,00
	3335041000000000000000	Contribuições	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	41.870,00
	3337041000000000000000	Contribuições	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	104.600,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)







**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 46 / 52

**23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto**

**1 - Serviços Administrativos**

**0017.0122.0023.2063 - Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339014000000000000000	Diárias - civil	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	21.730,00
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	8.500,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	220.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	15.950,00
	3339035000000000000000	Serviços de consultoria	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	50.000,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	300.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	1.164.259,32
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	103.200,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	185.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	15.000,00
	3339093000000000000000	Indenizações e restituições	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	20.000,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	5.000,00
	3339197000000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atual do RPPS	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	148.220,37
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	142.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>5.344.497,69</b>
<b>0017.0122.0023.2067 - Contribuição ao PASEP</b>				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	360.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>360.000,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>5.704.497,69</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://atende.net/P5DA9A81485870>



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 47 / 52

**23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto**

**2 - Abastecimento de Água**

**0017.0512.0023.1001 - Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3449051000000000000000	Obras e instalações	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	424.540,00
	3449061000000000000000	Aquisição de imóveis	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	50.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>474.540,00</b>

**0017.0512.0023.1002 - Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Abastecimento de Água**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3449051000000000000000	Obras e instalações	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	600.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	300.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>900.000,00</b>

**0017.0512.0023.2064 - Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319004000000000000000	Contratação por tempo determinado	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	55.000,00
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	2.550.000,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	25.300,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	455.000,00
	3319034000000000000000	Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	350.000,00
	3319092000000000000000	Despesas de exercícios anteriores	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	12.000,00
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	135.000,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	325.000,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	20.500,00
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	6.500,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	762.500,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	20.000,00
	3339035000000000000000	Serviços de consultoria	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	70.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL23101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.ATENDE.NET/P5DA9A81485870](https://atende.net/P5DA9A81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 48 / 52

**23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto**

**2 - Abastecimento de Água**

**0017.0512.0023.2064 - Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	398.950,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	4.215.500,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	18.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	262.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	20.000,00
	3339093000000000000000	Indenizações e restituições	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	25.300,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	8.000,00
	3339197000000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atual do RPPS	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	209.500,00
	3449030000000000000000	Material de consumo	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	940.252,89
	3449051000000000000000	Obras e instalações	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	100.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	155.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02890000 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	80.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>11.219.302,89</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>12.593.842,89</b>

**3 - Sistema de Esgoto Sanitário**

**0017.0512.0023.1003 - Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3449030000000000000000	Material de consumo	01830183 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas	250.000,00
	3449039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	01830183 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas	500.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01340134 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	3.500.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01830183 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas	3.000.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	3.587.030,00
	3459061000000000000000	Aquisição de imóveis	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	60.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>10.897.030,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO HTTPS://C.ATENDE.NET/P/5DA9A81485870





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 49 / 52

**23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto**

**3 - Sistema de Esgoto Sanitário**

**0017.0512.0023.2065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário.**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	980.000,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	3.000,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	146.200,00
	3319034000000000000000	Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	285.000,00
	3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	70.000,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	155.000,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	7.000,00
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	3.400,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	500.000,00
	3339033000000000000000	Passagens e despesas com locomoção	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	7.500,00
	3339035000000000000000	Serviços de consultoria	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	10.600,00
	3339037000000000000000	Locação de mão-de-obra	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	2.500,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	1.200.000,00
	3339046000000000000000	Auxílio-alimentação	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	110.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	17.500,00
	3339059000000000000000	Pensões Especiais	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	42.350,00
	3339093000000000000000	Indenizações e restituições	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	13.500,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	14.950,00
	3339197000000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atual do RPPS	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	97.050,00
	3449030000000000000000	Material de consumo	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	400.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: https://atende.net/P5DA9A81485870





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 50 / 52

23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto					
3 - Sistema de Esgoto Sanitário					
0017.0512.0023.2065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário.					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado	
	3449051000000000000000	Obras e instalações	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	120.000,00	
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	160.000,00	
<b>Total Ação</b>				<b>4.345.550,00</b>	
<b>Total Unidade</b>				<b>15.242.580,00</b>	
4 - Sanemaneto Geral					
0017.0512.0023.1004 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado	
	3449051000000000000000	Obras e instalações	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	120.000,00	
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	50.000,00	
<b>Total Ação</b>				<b>170.000,00</b>	
0017.0512.0023.1056 - Construção da Sede Administrativa/Técnica					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado	
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01830183 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas	1.300.000,00	
	3449051000000000000000	Obras e instalações	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	4.900.000,00	
<b>Total Ação</b>				<b>6.200.000,00</b>	
0017.0512.0023.2066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado	
	3339030000000000000000	Material de consumo	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	212.000,00	
	3339031000000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	13.700,00	
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	15.000,00	
	3339035000000000000000	Serviços de consultoria	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	175.000,00	
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	12.000,00	
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	450.000,00	
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	115.000,00	
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	020600000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	11.000,00	

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 - 03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P/5DA9A81485870.





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 51 / 52

**23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto**

**4 - Sanemaneto Geral**

**0017.0512.0023.2066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	3339091000000000000000	Sentenças judiciais	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	40.000,00
	3339147000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	6.000,00
	3339347000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	117.000,00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	50.000,00
<b>Total Ação</b>				<b>1.216.700,00</b>
<b>Total Unidade</b>				<b>7.586.700,00</b>

**5 - Sistema de Resíduos Sólidos**

**0015.0452.0023.2069 - Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos**

Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Oçado
	3319011000000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	155.000,00
	3319013000000000000000	Obrigações patronais	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	14.300,00
	3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	5.300,00
	3319113000000000000000	Obrigações patronais	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	23.000,00
	3339014000000000000000	Diárias - civil	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	4.000,00
	3339018000000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	6.000,00
	3339030000000000000000	Material de consumo	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	69.586,00
	3339031000000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	10.000,00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	20.000,00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	6.321.395,00
	3339040000000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI)	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	10.000,00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	12.000,00
	3339197000000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atual do RPPS	02060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	14.000,00
	3449051000000000000000	Obras e instalações	01830183 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas	3.700.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

Identificador: WPL23101-252-KADJZT-309087588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -03:00

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: [HTTPS://C.ATENDE.NET/P/5DA9A81485870](https://atende.net/P/5DA9A81485870)





**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Ano LOA: 2020

Pág 52 / 52

23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto				
5 - Sistema de Resíduos Sólidos				
0015.0452.0023.2069 - Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado
	3449051000000000000000	Obras e instalações	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	203.000.00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	100.000.00
	3449061000000000000000	Aquisição de imóveis	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	1.000.00
<b>Total Ação</b>				10.668.581.00
<b>Total Unidade</b>				10.668.581.00
6 - Programa Munic. de Pagamentos por Serv. Ambientais				
0017.0541.0023.2028 - Programa Municipal de Pagamentos por Serviços Ambientais - PMPSA				
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orcado
	3339030000000000000000	Material de consumo	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	5.000.00
	3339032000000000000000	Material de distribuição gratuita	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	5.000.00
	3339036000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	3.500.00
	3339039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	8.000.00
	3339047000000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	1.500.00
	3339093000000000000000	Indenizações e restituições	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	100.000.00
	3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	02060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	10.000.00
<b>Total Ação</b>				133.000.00
<b>Total Unidade</b>				133.000.00
<b>Total Órgão</b>				51.929.201.58
<b>Total Geral</b>				444.988.595.94

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P/5DA9A81485870.



Assinado digitalmente por:  
**Rosilane Zélia dos Santos**  
660.652.759-72  
Secretária de Finanças  
18/10/2019 08:54:10

Assinado digitalmente por:  
**Magno Bollmann**  
019.658.839-15  
Prefeito Municipal  
18/10/2019 09:18:05

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI, v.2013.01

Identificador: WPL231101-252-KADJZT-309067588 - Emitido por: ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

18/10/2019 08:39:48 -0300



**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 188, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222869

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 188, de 8 de novembro de 2019.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul – SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alteradas pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE:**

Art. 1º - HOMOLOGAR a análise feita pela Comissão Permanente de Danos Causados Pelo Ente da Administração Pública Municipal de São Bento do Sul – SAMAE, nomeada pela Portaria nº 121, de 04 de julho de 2017, conforme Lei nº 3435, de 08 de outubro de 2014, ao Processo de solicitação de ressarcimento a seguir mencionado:

Nome	Nº do Proc.	Cód. Verificador	Deferido/Indeferido
Jonathas Mohamed Bakkar	17986/2019	84T4	Processo Deferido

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

# São Bernardino

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCES.76/2019

Publicação Nº 2223916

ESTADO DE SANTA CATARINA,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2019  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2019.

O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item para aquisição de óleo diesel S-10. Estará recebendo as propostas até as 09:00 hs, do dia 26/11/2019. A íntegra deste Edital estará disponível no site [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), no menu Licitações/Pregão, no DOM/SC e junto ao setor de licitações do município, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 11/11/2019 – ADELI JOSÉ RIFFEL - Prefeito Municipal.

### CONTRATO Nº 201/2019

Publicação Nº 2224344

CONTRATO Nº 201/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO- SC E A EMPRESA SUPERBID WEBSERVICES LTDA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB.

O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 01.612.812/0001/50, com sede na Rua Verônica Scheid, n. 1008, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL inscrito no CPF/MF sob o nº 565.819.809-78, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa SUPERBID WEBSERVICES LTDA, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a AV. ENGENHEIRO LUIS CARLOS BERRINI, 105,, na cidade de São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob nº 04428204000189, representada neste ato, pelo, Sr. PAULO SÉRGIO SCAFF DE NAPOLI, inscrito no CPF-MF sob o nº 093.159.808-75, e o Sr. RICARDO ZANI SANTORO, inscrito no CPF-MF sob nº 129.154.448-89, doravante denominados simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 71/2019 modalidade Tomada de Preços nº 10/2019, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços, pela CONTRATADA, na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, visando à alienação de ativos inservíveis do CONTRATANTE, inclusive no que se refere à divulgação e/ou promoção desses leilões através de seu site específico da rede Internet ([www.superbid.net](http://www.superbid.net)).

1.2 - Os leilões sempre serão realizados por servidores do município de SÃO BERNARDINO SC, especialmente designados para este fim conforme dispõem o art. 53 da Lei Federal nomeado por Decreto, sob a assessoria e a utilização das ferramentas tecnológicas da Contratada.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS LEILÕES

2.1 - Independente da exposição virtual dos bens a serem apregoados, os leilões públicos serão realizados na Prefeitura Municipal de SÃO BERNARDINO-SC, situada na Rua Verônica Scheid, n. 1008, Centro, sem prejuízo do posto avançado a ser instalado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nas dependências da CONTRATADA, na AV. ENGENHEIRO LUIS CARLOS BERRINI, 105, na cidade de São Paulo - SP, em auditório próprio para tal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO BEM

3.1 - Os bens deverão ser vendidos por preços não inferiores aos preços mínimos estipulados pelo CONTRATANTE em relação a ser encaminhada à CONTRATADA, antes da realização de cada leilão, sem prejuízo de serem aceitos lances inferiores ao mínimo estabelecido pelo CONTRATANTE, desde que condicionados à posterior e oportuna aprovação deste, a ser dada por escrito, no prazo de 07 (sete) dias úteis, após ser consultado sobre a oferta existente, através de e-mail, fax ou qualquer outro meio de comunicação eletrônica de dados.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DEVIDO À CONTRATADA

4.1 - Pelos serviços a serem prestados a CONTRATADA fará jus ao recebimento do valor correspondente a 10% (dez por cento) do preço de arrematação dos bens.

4.2 - O valor devido à CONTRATADA não está incluso no preço de arrematação dos bens, devendo ser pago pelos arrematantes diretamente à CONTRATADA.

4.3 - A Nota Fiscal referente à prestação dos serviços da CONTRATADA será emitida em nome do arrematante e enviada ao mesmo via email.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

- Promover os leilões a serem realizados no âmbito do presente Contrato, cadastrando e divulgando os lotes/itens a serem apregoados em seu site da rede Internet;
- Elaborar a especificação técnica dos bens a serem apregoados, sugerindo valores mínimos de venda a serem aprovados pelo CONTRATANTE;
- Fotografar os bens a serem apregoados, separando-os em lotes identificados;

- d) Prestar assistência aos interessados, inclusive através de serviço de call-center;
- e) Certificar os cadastros dos interessados através de análises eletrônicas junto aos principais órgãos de proteção ao crédito;
- f) Disponibilizar o seu site da rede Internet para captação de propostas e acompanhamento on line dos leilões a serem realizados, estabelecendo um ambiente competitivo, com interatividade entre os lances recebidos de "viva voz" e os recebidos via web, permitindo uma perfeita visualização e acompanhamento remoto e in loco;
- g) Organizar os leilões físicos, incluindo aluguel de espaço, se necessário, pessoal técnico necessário à montagem dos eventos, instalação de posto avançado e confecção de catálogos contendo as especificações técnicas dos bens a serem apregoados;
- h) Coordenar a liquidação financeira dos lotes/itens arrematados, disponibilizando em seu site da rede Internet os boletos bancários para pagamento do preço do bem arrematado e do valor devido à CONTRATADA, conforme a cláusula quarta, do presente Contrato;
- i) Enviar ao CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o apregoamento dos bens, relatório discriminando os bens apregoados e arrematados, os lances vencedores e a qualificação dos respectivos arrematantes, para emissão das competentes Cartas de Arrematação e assinatura dos Documentos Únicos de Transferência – DUT's, nos casos de veículos;
- j) Em até 05 (cinco) dias úteis após receber dos arrematantes o valor das arrematações, fazer o repasse do valor dos bens arrematados ao CONTRATANTE;
- k) Desenvolver estratégia de vendas, buscando um plano de marketing, de forma a atingir o potencial mercado comprador;
- l) Providenciar, por meio de mídia eletrônica, a divulgação pública dos leilões;
- m) Envidar todos os esforços para que os leilões transcorram com normalidade e segurança, dentro das disposições previstas no Edital, de forma a serem evitados danos e/ou prejuízos ao CONTRATANTE e/ou aos participantes, e
- n) Participar da reunião de encerramento do leilão imediatamente após a realização do evento.

5.2 - A CONTRATADA não se responsabiliza por prejuízos ou danos advindos das transações efetuadas entre o CONTRATANTE e os arrematantes, limitando a sua atuação à prestação dos serviços pelos quais expressamente se obriga.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

##### 6.1 - São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Designar servidor para a realização dos leilões públicos, conforme dispõe o artigo 53, da Lei 8.666/1.993;
- b) Fornecer à CONTRATADA e ao servidor designado, com antecedência de no mínimo 10 (dez) dias da data de realização do leilão, relação com descrição detalhada dos bens a serem apregoados, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, respectivos Valores Mínimos de Venda – VMV e a localização dos mesmos;
- c) Ceder suas instalações para fins de realização/acompanhamento dos leilões;
- d) Dar condições de acesso aos interessados para visita dos bens a serem apregoados;
- e) Após 07 (sete) dias úteis a contar da data do pagamento do preço do(s) bem(ns) arrematado(s) e do valor devido à CONTRATADA, entregar ao(s) arrematante(s)/procurador(es) o(s) bem(ns) vendido(s), nas condições ofertadas (conforme demonstrado em fotografias e na vistoria in loco), bem como as respectivas Cartas de Arrematação e Documentos Únicos de Transferência – DUT's, nos casos de veículos, sempre mediante a apresentação do boleto de pagamento do valor do bem arrematado, devidamente quitado, da Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA e relativa ao valor de que trata a cláusula quarta do presente Contrato, bem como mediante a apresentação do pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito e IPVA relativos ao(s) veículo(s) arrematado(s), e
- f) Providenciar as publicações obrigatórias (editais) dos leilões a serem realizados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA PROPAGANDA

7.1 - A CONTRATADA se obriga a promover a demonstração on-line dos bens a serem apregoados, permanecendo o CONTRATANTE como único responsável pela veracidade das informações fornecidas e inseridas no site relativas aos bens ofertados, como também pela eventual veiculação de propaganda enganosa e violação de direitos de propriedade intelectual de qualquer natureza.

7.2 - O CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a veicular, a seu exclusivo critério e através de qualquer meio de comunicação, desde que não sejam atentatórias aos princípios públicos, todas as informações que estiverem inseridas no site, com o objetivo exclusivo de promover o evento e a venda dos bens.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ORIGEM DOS BENS

8.1 - O CONTRATANTE se responsabiliza pela qualidade, origem, existência, legitimidade, autenticidade e segurança dos bens ofertados.

8.2 - Caso a CONTRATADA seja obrigada a responder perante terceiros por questões relacionadas à qualidade, origem, existência, legitimidade, autenticidade ou segurança dos bens ofertados, bem como por questões decorrentes de veiculação de propaganda enganosa, violação de direitos de propriedade intelectual de qualquer natureza com relação às informações fornecidas pelo CONTRATANTE e, ainda, por eventual atraso ou não entrega aos arrematantes dos bens vendidos nas condições ofertadas e respectiva documentação, fica estabelecido que este assume, desde já e para todos os fins e efeitos de direito – em especial o de eventual regresso, a obrigação de responder sempre, perante a CONTRATADA (independentemente de eventual solidariedade prevista na legislação de proteção ao consumidor), por todos e quaisquer danos ou prejuízos a cuja indenização esta vier a ser condenada.

#### CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A execução deste Contrato será fiscalizada e acompanhada pela Administração do Município de SÃO BERNARDINO-SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS TRIBUTOS

10.1 - Os tributos e demais encargos fiscais que sejam devidos em razão deste Contrato, ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte correspondente, conforme definido na legislação tributária em vigor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO VÍNCULO

11.1 - As partes contratantes não mantêm, uma com a outra, qualquer vínculo de representação ou mandato. Nenhuma das partes terá qualquer direito, poder ou autoridade para celebrar qualquer acordo no lugar ou em nome da outra, nem ainda para vincular essa outra parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO

12.1 - Fica vedado a qualquer das partes contratantes, sem a expressa anuência da outra, transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos neste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 meses contados a partir da data de sua assinatura.

13.2 - O prazo acima descrito poderá ter sua duração prorrogada de acordo com o Artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

14.1 - O CONTRATANTE poderá declarar rescindido o Contrato nos termos dos Artigos 78 e 79, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes casos:

- a) Inexecução total ou parcial do Contrato, ensejando as consequências contratuais e as previstas em lei;
- b) Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) Lentidão no cumprimento do Contrato, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços nos prazos estipulados;
- d) Atraso injustificado no início dos serviços;
- e) Paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao órgão fiscalizador;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Contrato;
- g) Desatendimento das determinações regulares do órgão fiscalizador, assim como as de seus superiores;
- h) Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas pelo órgão fiscalizador;
- i) Decretação de falência ou instauração de insolvência civil e dissolução da sociedade;
- j) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato, e
- l) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

14.2 - A rescisão do Contrato poderá, ainda, ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE devidamente fundamentada, após comunicação por escrito à CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES**

15.1 - Pela inexecução total ou parcial dos serviços, não se considerando a inexistência de lances para qualquer lote ofertado, o CONTRATANTE poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos, e

III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.2 - A CONTRATADA não incorrerá em falta quando o descumprimento dos prazos estabelecidos resultar de força maior devidamente comprovada ou de instruções do CONTRATANTE.

15.3 - A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como a declaração de inidoneidade serão aplicadas em função da natureza e da gravidade da falta cometida.

15.4 - A sanção prevista no inciso III, do item 15.1 é da competência exclusiva da CONTRATANTE, facultada a defesa da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUCESSÃO**

16 - O presente Contrato obriga as partes de início nomeadas e qualificadas, bem como seus sucessores a qualquer título e em qualquer tempo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO**

17 - Para dirimir quaisquer dúvidas atinentes a este contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Campo-Ere do Estado Santa Catarina. E, para firmeza, e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

SÃO BERNARDINO, SC, 11 de novembro de 2019.

\_\_\_\_\_  
ADELI JOSÉ RIFFEL PAULO SÉRGIO SCAFF DE NAPOLI  
Prefeito Municipal CONTRATADA  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
RICARDO ZANI SANTORO  
CONTRATADA

Rudimar Borcioni  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 15411

Testemunhas:

CPF:

CPF:

**DECRETO Nº 201/2019**

Publicação Nº 2222679

DECRETO Nº 201/2019 DE 06/11/2019

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2018 E NO ORÇAMENTO 2019 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso I do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso III da letra “C”, do Art. 5º da Lei nº 1.258/2018 de 04/12/2018.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Administração e Planejamento  
 AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção da Administração Geral  
 VALOR ==>>>>>>> R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

PROGRAMA ==> Assistência ao Produtor Rural  
 AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção da Agricultura  
 VALOR ==>>>>>>> R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais  
 AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção da Infraestrutura  
 VALOR ==>>>>>>> R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2018 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Administração e Planejamento  
 AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção da Administração Geral  
 VALOR ==>>>>>>> R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

PROGRAMA ==> Assistência ao Produtor Rural  
 AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção da Agricultura  
 VALOR ==>>>>>>> R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais  
 AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção da Infraestrutura  
 VALOR ==>>>>>>> R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2018 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 03.00 – Secretaria da Administração e Fazenda  
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.01 – Departamento de Administração  
 04.000.0000.0.000.000 – Administração  
 04.122.0000.0.000.000 – Administração Geral  
 04.122.0003.0.000.000 – Administração e Planejamento  
 04.122.0003.2.003.000 – Manutenção da Administração Geral  
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta - F 3000 Rec. Prop. Sup. Exerc. Anterior ..... R\$ 6.000,00

ÓRGÃO: 07.00 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente  
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.01 – Departamento da Agricultura e Meio Ambiente  
 20.000.0000.0.000.000 – Agricultura



20.606.0000.0.000.000 – Extensão Rural  
 20.606.0020.0.000.000 – Assistência ao Produtor Rural  
 20.606.0020.2.037.000 – Manutenção da Agricultura  
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta - F 3000 Rec. Prop. Sup. Exerc. Anterior ..... R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura  
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01 – Departamento de Estradas e Rodagens

26.000.0000.0.000.000 – Transporte  
 26.782.0000.0.000.000 – Transporte Rodoviário  
 26.782.0017.0.000.000 – Estradas Vicinais  
 26.782.0017.2.036.000 – Manutenção da Infraestrutura  
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta - F 3000 Rec. Prop. Sup. Exerc. Anterior ..... R\$ 40.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, na ordem de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2018 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina  
 em 06 de Novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
 Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER  
 Sec. Adm. e Fazenda

## DECRETO Nº 202/2019

Publicação Nº 2222955

DECRETO Nº 202/2019 DE 08/11/2019

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2018 E NO ORÇAMENTO 2019 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso I do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso III da letra "C", do Art. 5º da Lei nº 1.258/2018 de 04/12/2018.

### DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Criança na Escola  
 AÇÃO ==> Manutenção da do Transporte Escolar do Ensino Fundamental  
 VALOR ==> R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação previsto para o exercício financeiro de 2019 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Criança na Escola  
 AÇÃO ==> Manutenção da do Transporte Escolar do Ensino Fundamental  
 VALOR ==> R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação previsto para o exercício financeiro de 2019 do Município

de São Bernardino - SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – Departamento da Educação

12.000.0000.0.000.000 – Educação

12.361.0000.0.000.000 – Ensino Fundamental

12.361.0008.0.000.000 – Criança na Escola

12.361.0008.2.017.000 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta - F 1001 – Rec. do Imp. e Transf. p/ Educ. 25% ..... R\$ 30.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, na ordem de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação previsto para o exercício financeiro de 2019 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina  
em 08 de novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Sec. Adm. e Fazenda

## EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N. 76/2019 PREGÃO N. 51/2019

Publicação Nº 2223917

EDITAL DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 76/2019  
PREGÃO No 51/2019

### 01. PREÂMBULO

1.1 - O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela portaria n. 35/2019 e n. 88/2019, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º 51/2019, na Modalidade Pregão, do tipo menor preço por item e Presencial, cujo setor interessado é a Secretaria Municipal de Educação, Agricultura e Infraestrutura, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 17/2006 de 02 de Janeiro de 2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012, decreto n. 09/2018, decreto n. 145/2019, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

1.2 - JUSTIFICATIVA, em atendimento ao Decreto 5.504 de 05/08/2005 Art. 1º parágrafo 2º, tendo em vista a ineficiência da estrutura do município de São Bernardino fica inviável a utilização do pregão na forma eletrônica, adotando-se assim o pregão na forma presencial.

1.3 – Os documentos referente o credenciamento, envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) do Município no ato do CREDENCIAMENTO que emitirá o respectivo Protocolo de Entrega, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Verônica Scheid, S/N– Centro, São Bernardino -SC, CEP 89982-000, até às 09:00 horas do dia 26/11/2019, iniciando-se a Sessão Pública às 09:15 horas do mesmo dia e local.

1.4– Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos pelo Pregoeiro(a), e se não houver requerimento solicitando a devolução, os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

1.5 - Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a licitante, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

### 02. OBJETO

2.1 - O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S - 10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE ÔNIBUS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E EQUIPAMENTOS E CAMINHÕES DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.



**ITENS E SEUS RESPECTIVOS VALORES MÁXIMOS DESTE EDITAL**

Os itens são exclusivos para MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, em conformidade com o Inciso I do artigo 48 da Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, somente para empresas que comprovar esta condição mediante documento hábil no ato do Credenciamento, apresentando obrigatoriamente: ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura.

Em conformidade com o Decreto Federal n. 8538 de 06/10/2015, artigo 13, § 1º o licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	OLEO DIESEL S-10	Lt	21.233,00	3,75	79623,75
			Total		79.623,75

Os itens que ultrapassarem o valor máximo unitário e ou não apresentar a marca serão desclassificados, como também será desclassificada a proposta das empresas que não comprovar a situação MEI/ME/EPPS com documento hábil.

**03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO**

3.1 - A presente licitação é destinada exclusivamente à contratação de microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP e micro empreendedor individual - MEI, na forma do disposto no art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.1.2 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- Estrangeiras que não funcionem no País.

**04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO**

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

A) PREGÃO PRESENCIAL Nº51/2019  
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO  
ENVELOPE N.º 01 – Proposta  
Empresa: Nome/Razão Social:  
B) PREGÃO PRESENCIAL Nº51/2019  
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO  
ENVELOPE N.º 02 – Documentação  
Empresa: Nome/Razão Social:

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

**DO CREDENCIAMENTO**

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 – O documento de credenciamento nos termos da alínea "b", do item 1, poderá ser conforme modelo constante no Anexo I- Carta de Credenciamento, o qual deverá ser entregue juntamente com o respectivo documento oficial de identificação.

2.1. – Fica dispensado da apresentação do Anexo II, o representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações, nos termos do item 1."a".

3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5 - A ausência do Credenciado, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, porém não é motivo para exclusão do certame, desde que atenda as exigências do Credenciamento 1 – a e 7.1).

Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo I do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

No ato do Credenciamento, apresentar obrigatoriamente: para Micro Empresas/Empresas de pequeno Porte ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura. Não feita esta comprovação no momento oportuno, a proposta será desclassificada.

## 05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

a) emitida, de preferência por computador, ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando a marca que está sendo cotada, bem como o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos. Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de até três casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;

d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital; e

e) conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

Parágrafo único — Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo sugestivo constante do Anexo III do Edital.

## 06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

6.1. Habilitação Jurídica:

6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta de tributos e contribuições federais, quanto à dívida ativa da união e contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal.

c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

6.3. Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Considerando as alterações no sistema do TJ-SC, a certidão exigida deverá ser emitida nos dois sistemas:

- SAJ (<https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/sco/abrirCadastro.do>) e;

- eproc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br>)

As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

6.4 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante do Anexo IV do Edital).

6.5 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante (conforme modelo constante do Anexo V do Edital).

6.6 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de São Bernardino -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio se julgar necessário poderão fazer a consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante responsável pela veracidade das informações. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

6.7 – Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet, poderá ser consultado de forma imediata via internet durante a sessão e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

#### 07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Quando não forem verificados, no mínimo, 03(três) propostas comerciais nas condições mencionadas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta comercial, ou o uso de mais de três casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.9.1 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o art. 43 § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, as ME e EPP, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ficando a Sessão Pública em suspenso, quando será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma Lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso

apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria, o recurso se interposto, deverá ser protocolado fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigidos ao pregoeiro. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

#### 08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Publica do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Publica acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 – O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

#### 09. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 – Os combustíveis deverão ser entregues diariamente conforme solicitado no perímetro urbano do município de São Bernardino-SC, mediante autorização da Secretaria responsável.

9.2 – A Municipalidade, se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2019, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

#### 10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores](s) serão efetuados em até 10(dez) dias após a entrega e efetiva apresentação da nota fiscal. Ressaltando de que é exigido emissão de nota fiscal eletrônica nas vendas destinadas às administrações públicas de acordo com o parágrafo § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense. Deverá constar no documento fiscal o numero da licitação, numero do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agencia bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações. Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

10.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

a) Poderá sofrer reajustes o combustível (óleo diesel-S-10), quando comprovar aumento de no mínimo 5%, mediante comprovação com nota fiscal por parte do fornecedor, os períodos que o acréscimo for inferior, serão acumulados.

#### 11. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - Os recursos financeiros serão a cargo do orçamento vigente.

11.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019:

2.024.3390.00 - 1001 - 76/2019 - Manutenção do Transp.Escolar - Pré-Escolar 2.036.3390.00 - 3000 - 188/2019 - Manutenção da Infra-Estrutura 2.017.3390.00 - 1001 - 47/2019 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundame 2.037.3390.00 - 1039 - 120/2019 - Manutenção da Agricultura 2.037.3390.00 - 3000 - 175/2019 - Manutenção da Agricultura

#### 12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município de São Bernardino - SC, convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 3 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o

Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.2- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

### 13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

### 14. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

15.2 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

15.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

15.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.



## 16. PENALIDADES

16.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

## 17 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

17.1 – Além das atribuições já evidenciadas neste Edital de Licitação e as previstas em Lei, o Pregoeiro poderá ainda:

- 17.1.1 – Advertir os representantes das empresas proponentes, bem como qualquer pessoa presente a sessão pública, em virtude de comportamento ou expressões inadequadas para o momento.
- 17.1.2 – Estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.
- 17.1.3 – Interromper o processo, para qualquer situação adversa que possa ocorrer durante a sessão pública.
- 17.1.4 – Baixar diligências para dirimir qualquer dúvida em relação ao processo e/ou documentação, inclusive para que havendo algum valor de lance ofertado sendo considerado inexequível, para que o autor comprove que a mesma pode ser executada.
- 17.1.5 – Permitir aos credenciados, contato com terceiros para formular lances.
- 17.1.6 – Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação.(se for o caso).
- 17.1.7- Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital (se for o caso)

## 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

18.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 17/2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012, decreto n. 09/2018 e decreto n. 145/2019.

18.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- § ANEXO I – Modelo de Carta de Credenciamento;
- § ANEXO II – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;
- § ANEXO III – Modelo de Proposta
- § ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- § ANEXO V - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante
- § ANEXO VI – Minuta de Contrato.

18.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer

comunicação.

18.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. A impugnação deverá ser protocolada fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigido ao chefe do poder executivo.

18.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão preferencialmente ser dirigidas por escrito à Administração Municipal no endereço eletrônico [compras@saobernardino.sc.gov.br](mailto:compras@saobernardino.sc.gov.br) ou, pelo telefone (49) 36540054/0014 até 72 (setenta e duas) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

18.14- Editais de Licitação, prazos recursais, recursos, contra razões, decisões, atas, adjudicações e homologações, serão publicadas no site [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), no menu Licitações no devido processo. É de inteira responsabilidade da empresa participante estar acompanhando o andamento.

São Bernardino – SC 11/11/2019

Prefeito Municipal  
Adeli José Riffel

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica  
RUDIMAR BORCIONI  
OAB-SC 15411  
ASSESSOR(A) JURÍDICO

ANEXO I  
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 76/2019  
PREGÃO No 51/2019

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF sob n.º \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ..... -SC, na modalidade Pregão n.º ....., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Carimbo Nome e Assinatura do Credenciante

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 76/2019  
PREGÃO No 51/2019

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º ..... do município de .....-SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO II



## DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 76/2019  
PREGÃO No 51/2019

A Empresa ..... ,com sede na ..... , inscrita no CNPJ nº ..... ,vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ..... , portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ..... , DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório, e que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

....., em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ 2019

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

## ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 76/2019  
PREGÃO No 51/2019

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 51/2019, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S - 10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE ÔNIBUS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E EQUIPAMENTOS E CAMINHÕES DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	OLEO DIESEL S-10	Lt	21.233,00			
Total						

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: \_\_\_\_\_ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO APÓS A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.

DATA:

\_\_\_\_\_  
NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV  
MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 76/2019  
PREGÃO No 51/2019

..... inscrita no CNPJ n.º ..... , por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) ..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º ..... CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz( ).

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 76/2019  
PREGÃO No 51/2019

DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa \_\_\_\_\_

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
- b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

\_\_\_\_\_  
(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

CONTRATO Nº NumContrato

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa NomeContratado, inscrita no CNPJ nº CNPJContratado, localizada na EnderecoContratado, na Cidade CidadeContratado, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pelo seu proprietário o Sr. NomeRespContratado, brasileiro, casado, residente e domiciliado na EnderecoContratado, na Cidade de EnderecoContratado, inscrito no CPF sob nº CPFContratado, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ObjetoContrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire ObjetoContrato, do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor do item " ..... ", do Processo Licitatório 76/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 76/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II – Da forma de execução e do valor:

Os materiais/produtos contratados, deverão ser fornecidos parceladamente, conforme necessidade do Município, sendo, que o valor dos mesmos, obedecerá à tabela abaixo:

O valor total do contrato é de R\$ ValorContrato ValorContratoExtenso, vinculado às Secretarias Municipais, conforme constante no 76/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e emissão de autorização de fornecimento emitido pelo Município.

III - Da forma de pagamento:  
A VISTA.

IV - Da vigência:

A vigência do presente Contrato é a partir desta data, ou seja, DataAssinatura até o dia DataVencimento, ficando sua eficácia condicionada a publicação no Mural Público Municipal. O presente Contrato poderá ser aditado mediante realização de aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

O valor do presente contrato poderá sofrer as variações de preços a maior e/ou a menor, mediante comprovação da variação através de nota fiscal de compra, por parte do Fornecedor, devendo-se obedecer ao índice de variação, quando a maior, não poderá ser inferior a 03% (três por cento).

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1,0 % (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Entregar o produto nas quantidades diariamente solicitadas, durante os prazos de contratação.

II - Efetuar as entregas e abastecimento no perímetro urbano do Município e de acordo com as necessidades do Município.

III - Fornecer produtos de primeira qualidade, entregues parceladamente, mediante a requisição por parte do MUNICÍPIO, onde constará o veículo, quilometragem e quantitativo.

IV - Assumir todos os custos operacionais, encargos sociais, impostos, trabalhistas, transporte, seguro, inclusive a segurança da área na hora do abastecimento.

V - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.

VI - Permitir que preposto do Município inspecione o local de abastecimento, a fim de verificar a segurança para o abastecimento, equipamento utilizado para abastecimento e o que achar necessário.

VII - Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

VIII - O Fornecedor declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo.

XI - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

X - Cumprir as condições de pagamento na forma deste contrato e Processo Licitatório nº 76/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar a entrega do produto contratado.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 76/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos alocados no Orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, no Projeto Atividade 2.024.3390.00 - 1001 - 76/2019 - Manutenção do Transp.Escolar - Pré-Escolar 2.036.3390.00 - 3000 - 188/2019 - Manutenção da Infra-Estrutura 2.017.3390.00 - 1001 - 47/2019 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundame 2.037.3390.00 - 1039 - 120/2019 - Manutenção da Agricultura 2.037.3390.00 - 3000 - 175/2019 - Manutenção da Agricultura .

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 76/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

III - O Município unilateralmente poderá modificar o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, além de promover a sua rescisão nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

IV - O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

V - Fica por desde já, designado o Sr. xxxxxxxxxxxx, Secretário da xxxxxxxxxxxx, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, DataExtensoAssinatura.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

NomeRespContratado  
Fornecedor Município

RUDIMAR BORCIONI  
Assessor Jurídico  
OAB-SC 15.411

Testemunhas: \_\_\_\_\_

## Publicação Nº 2224317

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)						R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			SALDO (c) = (a-b)		
<b>RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)</b>					-424,45		
Receita de Alienação De Bens Móveis	0,00				0,00		
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00				0,00		
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00				-424,45		
<b>DESPESAS</b>							
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)</b>							
Despesas de Capital	38.581,92	33.746,72	33.746,72	33.050,72	0,00	34.077,00	4.835,20
Investimentos	38.581,92	33.746,72	33.746,72	33.050,72	0,00	34.077,00	4.835,20
	38.581,92	33.746,72	33.746,72	33.050,72	0,00	34.077,00	4.835,20
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (lb - (llf + llg))				SALDO ATUAL (k) = (lli + llii)	
<b>Valor(III)</b>	71.538,47					-66.703,27	4.835,20

FONTE:

ADELI JOSÉ RIFFEL	EDILAINE GOMES WERNER	VOLMIR GREGOLIN
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIA DA ADM. E FAZENDA	CONTADOR CRC 015.916/O-3

**BALFINMANCEIRO 5º BIMESTRE**

Publicação Nº 2224318

Betha Sistemas  
Exercício de 2019  
Período: Outubro  
Página: 1

**Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.060.418,51</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>952.324,82</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	41.654,50	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>952.324,82</b>
Contribuições	3.555,54	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	609.734,16
Receita Patrimonial	4.234,43	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	236.039,16
Receita de Serviços	28.662,09	INVESTIMENTOS	106.551,50
Transferências Correntes	977.534,96		
Outras Receitas Correntes	4.776,99		
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>245.848,96</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>245.848,96</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	245.848,96	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	245.848,96
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.475.774,57</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.818.755,55</b>
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.352,19	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.352,19
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	93.186,11	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	93.590,31
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.015.358,82	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.392.678,41
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	29.459,80	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	27.568,16
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.334.417,65	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.300.493,54
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	1.072,94
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>2.574.217,20</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>2.339.329,91</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	355.882,93	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	318.053,30
BANCO C/ MOVIMENTO	1.905.162,03	BANCO C/ MOVIMENTO	1.732.928,89
BANCOS C/ VINCULADAS	312.585,21	BANCOS C/ VINCULADAS	287.925,90
TESOURARIA GERAL	587,03	TESOURARIA GERAL	421,82

SÃO BERNARDINO, 07/11/2019

ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL

VOLMIR GREGOLIN  
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

**BALORÇAMENTARIO**

Publicação Nº 2224319

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>							
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.840.240,00</b>	<b>14.840.240,00</b>	<b>2.271.096,88</b>	<b>15,30</b>	<b>11.836.977,68</b>	<b>79,76</b>	<b>3.003.262,32</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.840.240,00	14.840.240,00	2.271.096,88	15,30	11.836.977,68	79,76	3.003.262,32
IMPOSTOS	484.775,00	484.775,00	75.805,82	15,64	437.723,84	90,29	47.051,16
TAXAS	447.615,00	447.615,00	73.906,51	16,51	405.454,91	90,58	42.160,09
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	36.720,00	36.720,00	1.899,31	5,17	32.268,93	87,88	4.451,07
CONTRIBUIÇÕES	440,00	440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	40.000,00	40.000,00	3.555,54	8,89	32.711,86	81,78	7.288,14
RECEITA PATRIMONIAL	40.000,00	40.000,00	3.555,54	8,89	32.711,86	81,78	7.288,14
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	53.205,00	53.205,00	7.952,66	14,95	56.637,95	106,45	-3.432,95
VALORES MOBILIÁRIOS	355,00	355,00	0,00	0,00	8.522,11	2.400,59	-8.167,11
RECEITA DE SERVIÇOS	52.850,00	52.850,00	7.952,66	15,05	48.115,84	91,04	4.734,16
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	115.700,00	115.700,00	40.592,93	35,08	145.273,31	125,56	-29.573,31
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	3.500,00	3.500,00	2.981,22	85,18	14.700,18	420,01	-11.200,18
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	1.100,00	1.100,00	1.511,17	137,38	7.887,38	698,85	-6.587,38
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	795,00	0,00	993,75	0,00	-993,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	111.100,00	111.100,00	35.305,54	31,78	121.892,00	109,71	-10.792,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	14.146.560,00	14.146.560,00	2.138.362,21	15,12	10.897.763,98	77,03	3.248.796,02
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	8.581.360,00	8.581.360,00	1.161.603,38	13,54	6.190.488,29	72,14	2.390.871,71
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	3.865.200,00	3.865.200,00	742.624,38	19,21	3.539.120,29	91,56	326.079,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.700.000,00	1.700.000,00	234.134,45	13,77	1.168.155,40	68,72	531.844,60
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	0,00	4.827,72	0,00	6.899,03	0,00	-6.899,03
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	2.033,97	0,00	-2.033,97
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>259.967,71</b>	<b>0,00</b>	<b>-259.967,71</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	259.967,71	0,00	-259.967,71
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	259.967,71	0,00	-259.967,71
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>14.840.240,00</b>	<b>14.840.240,00</b>	<b>2.271.096,88</b>	<b>15,30</b>	<b>11.836.977,68</b>	<b>79,76</b>	<b>3.003.262,32</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>							
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>14.840.240,00</b>	<b>14.840.240,00</b>	<b>2.271.096,88</b>	<b>15,30</b>	<b>11.836.977,68</b>	<b>79,76</b>	<b>3.003.262,32</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	389.690,80	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.840.240,00	14.840.240,00	2.271.096,88	15,30	12.226.668,48	82,39	2.613.571,52
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>2.213.404,34</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.213.404,34</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	2.213.404,34	—	—	2.213.404,34	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>14.840.240,00</b>	<b>17.896.971,76</b>	<b>2.171.672,40</b>	<b>14.042.244,41</b>	<b>3.854.727,35</b>	<b>2.762.453,06</b>	<b>12.226.668,48</b>	<b>5.670.303,28</b>	<b>12.036.037,03</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>14.217.030,00</b>	<b>15.599.090,90</b>	<b>1.729.953,00</b>	<b>12.256.680,32</b>	<b>3.342.410,58</b>	<b>2.401.996,19</b>	<b>11.114.635,19</b>	<b>4.484.455,71</b>	<b>10.954.288,34</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.290.723,30	7.925.114,12	1.181.802,10	5.851.644,52	2.073.469,60	1.177.643,28	5.822.984,96	2.102.129,16	5.821.990,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.926.306,70	7.673.976,78	548.150,90	6.405.035,80	1.268.940,98	1.224.352,91	5.291.650,23	2.382.326,55	5.132.298,08
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>548.210,00</b>	<b>2.222.880,86</b>	<b>441.719,40</b>	<b>1.785.564,09</b>	<b>437.316,77</b>	<b>360.456,87</b>	<b>1.112.033,29</b>	<b>1.110.847,57</b>	<b>1.081.748,69</b>
INVESTIMENTOS	548.210,00	2.222.880,86	441.719,40	1.785.564,09	437.316,77	360.456,87	1.112.033,29	1.110.847,57	1.081.748,69
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>75.000,00</b>	<b>75.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>75.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>75.000,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>14.840.240,00</b>	<b>17.896.971,76</b>	<b>2.171.672,40</b>	<b>14.042.244,41</b>	<b>3.854.727,35</b>	<b>2.762.453,06</b>	<b>12.226.668,48</b>	<b>5.670.303,28</b>	<b>12.036.037,03</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continúa 2/3



Continuação 3/3

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>14.840.240,00</b>	<b>17.896.971,76</b>	<b>2.171.672,40</b>	<b>14.042.244,41</b>	<b>3.854.727,35</b>	<b>2.762.453,06</b>	<b>12.226.668,48</b>	<b>5.670.303,28</b>	<b>12.036.037,03</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>14.840.240,00</b>	<b>17.896.971,76</b>	<b>2.171.672,40</b>	<b>14.042.244,41</b>	<b>—</b>	<b>2.762.453,06</b>	<b>12.226.668,48</b>	<b>—</b>	<b>12.036.037,03</b>
RESERVADO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 07/11/2019

ADELI JOSÉ RIFFEL	EDILAINE GOMES WERNER	VOLMIR GREGOLIN
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIA DA ADM. E FAZENDA	CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

## DEMDESPESAS 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2224321

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	14.840.240,00	17.896.971,76	2.171.672,40	14.042.244,41	100,00	2.762.453,06	12.226.688,48	5.670.303,28
Ação Legislativa	720.000,00	720.000,00	110.212,55	530.983,36	3,78	115.567,10	517.225,18	202.774,82
Administração	720.000,00	720.000,00	110.212,55	530.983,36	3,78	115.567,10	517.225,18	202.774,82
Administração Geral	2.328.000,00	1.933.000,00	247.783,76	1.522.226,47	10,84	314.794,87	1.439.187,98	483.812,02
Administração Financeira	1.503.000,00	1.148.000,00	151.164,69	927.498,75	6,61	194.625,90	868.010,16	279.989,84
Tecnologia da Informatização	630.000,00	630.000,00	91.245,43	463.334,80	3,30	95.583,33	459.986,90	171.003,10
Defesa Civil	160.000,00	120.000,00	0,00	115.272,00	0,82	19.212,00	96.060,00	23.940,00
Segurança Pública	35.000,00	35.000,00	5.373,64	16.120,92	0,11	5.373,64	16.120,92	18.879,08
Policimento	77.350,00	125.169,98	13.339,22	86.088,98	0,61	14.373,42	73.230,97	51.939,01
Habituação Rural	60.350,00	100.169,98	6.380,45	63.592,87	0,45	6.380,45	51.166,21	49.003,77
Assistência Social	17.000,00	25.000,00	6.958,77	22.496,11	0,16	7.992,97	22.064,76	2.935,24
Assistência ao Idoso	1.197.770,00	1.188.698,11	120.240,28	856.454,38	6,10	171.088,57	769.161,02	419.537,09
Assistência Comunitária	34.000,00	34.000,00	-246,12	26.599,16	0,19	6.499,36	22.608,33	11.391,67
Saúde	1.163.770,00	1.154.698,11	120.486,40	829.855,22	5,91	164.589,21	746.562,69	408.145,42
Atenção Básica	3.323.726,70	4.315.249,55	429.116,19	3.303.820,02	23,53	639.927,96	2.966.269,21	1.328.980,34
Vigilância Sanitária	2.473.126,70	3.362.491,34	351.764,49	2.507.105,84	17,85	506.701,37	2.332.881,89	1.029.609,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	805.440,00	870.351,91	74.984,50	765.296,20	5,45	127.682,95	624.460,65	245.901,26
Educação	45.160,00	82.406,30	2.367,20	31.417,98	0,22	5.543,64	28.936,67	53.469,63
Alimentação e Nutrição	3.280.590,05	3.775.749,86	426.628,28	2.690.561,08	19,16	579.157,82	2.534.141,10	1.241.608,76
Ensino Fundamental	73.330,00	109.423,48	2.089,66	100.495,75	0,72	27.895,62	90.703,19	18.720,29
Ensino Médio	2.447.250,05	2.561.185,76	291.155,36	1.724.419,00	12,28	343.986,50	1.636.296,64	925.889,12
Ensino Superior	78.000,00	60.000,00	259,75	58.091,69	0,41	26.899,50	50.640,79	9.359,21
Educação Infantil	55.000,00	40.000,00	0,00	37.275,00	0,27	7.100,00	31.960,00	8.060,00
Educação Especial	596.000,00	990.140,62	131.903,21	760.271,51	5,41	171.300,90	715.811,35	274.329,27
Cultura	31.000,00	15.000,00	1.220,30	10.008,13	0,07	1.975,30	9.739,13	5.260,87
Difusão Cultural	355.000,00	135.000,00	8.872,79	94.157,70	0,67	9.437,51	93.738,58	41.261,42
Direitos da Cidadania	355.000,00	135.000,00	8.872,79	94.157,70	0,67	9.437,51	93.738,58	41.261,42
Assistência à Criança e ao Adolescente	45.000,00	35.000,00	0,00	4.480,00	0,03	0,00	4.480,00	30.520,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	35.000,00	35.000,00	0,00	4.480,00	0,03	0,00	4.480,00	30.520,00
Urbanismo	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	269.713,25	1.457.567,07	345.474,53	1.343.883,92	9,57	37.212,17	486.034,95	972.532,12
Serviços Urbanos	13.000,00	814.000,00	277.289,00	779.813,90	5,55	1.274,80	259.366,48	595.633,52
	256.713,25	643.557,07	68.205,53	564.070,02	4,02	35.937,37	226.688,47	416.898,60

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.840.240,00	17.896.971,76	2.171.672,40	14.042.244,41	100,00	2.762.453,06	12.226.668,48	100,00
Habituação	17.000,00	17.000,00	598,00	11.805,50	0,08	2.035,90	4.193,10	0,03
Habituação Urbana	17.000,00	17.000,00	598,00	11.805,50	0,08	2.035,90	4.193,10	0,03
Saneamento	136.000,00	40.000,00	0,00	6.600,00	0,05	746,60	6.190,87	0,05
Saneamento Básico Urbano	116.000,00	40.000,00	0,00	6.600,00	0,05	746,60	6.190,87	0,05
Defesa Agropecuária	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.236.100,00	2.183.114,06	286.873,14	2.000.891,65	14,25	507.120,16	1.877.498,31	15,36
Extensão Rural	1.236.100,00	2.183.114,06	286.873,14	2.000.891,65	14,25	507.120,16	1.877.498,31	15,36
Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	9.000,00	4.000,00	214,00	1.701,89	0,01	214,00	1.701,89	0,01
Telecomunicações	9.000,00	4.000,00	214,00	1.701,89	0,01	214,00	1.701,89	0,01
Energia	90.000,00	77.000,00	8.351,09	51.059,03	0,36	8.351,09	51.059,03	0,42
Energia Elétrica	90.000,00	77.000,00	8.351,09	51.059,03	0,36	8.351,09	51.059,03	0,42
Transporte	1.220.000,00	1.453.423,13	150.224,20	1.292.142,61	9,20	304.659,82	1.164.600,00	9,53
Transporte Rodoviário	1.220.000,00	1.453.423,13	150.224,20	1.292.142,61	9,20	304.659,82	1.164.600,00	9,53
Desporto e Lazer	250.000,00	167.000,00	5.572,36	142.080,02	1,01	39.594,06	115.448,49	0,94
Desporto Comunitário	250.000,00	167.000,00	5.572,36	142.080,02	1,01	39.594,06	115.448,49	0,94
Encargos Especiais	200.000,00	185.000,00	18.172,01	103.507,80	0,74	18.172,01	103.507,80	0,85
Administração Geral	35.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	165.000,00	165.000,00	18.172,01	103.507,80	0,74	18.172,01	103.507,80	0,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>14.840.240,00</b>	<b>17.896.971,76</b>	<b>2.171.672,40</b>	<b>14.042.244,41</b>	<b>100,00</b>	<b>2.762.453,06</b>	<b>12.226.668,48</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 07/11/2019

ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL

EDILAINE GOMES WERNER  
SECRETARIA DA ADM. E FAZENDA

VOLMIR GREGOLIN  
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**DEMSIMPLRREO 5º BIMESTRE**

Publicação Nº 2224323

Município de SÃO BERNARDINO - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		14.840.240,00		
Previsão Atualizada		14.840.240,00		
Receitas Realizadas		11.836.977,68		
Déficit Orçamentário		389.690,80		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.213.404,34		
DESPESAS				
Dotação Inicial		14.840.240,00		
Créditos Adicionais		3.056.731,76		
Dotação Atualizada		17.896.971,76		
Despesas Empenhadas		14.042.244,41		
Despesas Liquidadas		12.226.668,48		
Despesas pagas		12.036.037,03		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		14.042.244,41		
Despesas Liquidadas		12.226.668,48		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		14.509.432,45		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.025.466,08	0,00
Resultado Primário		0,00	-1.073.331,92	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	317.607,58	0,00	298.685,13	18.922,45
EXECUTIVO	317.607,58	0,00	298.685,13	18.922,45
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	532.971,60	0,00	527.471,60	5.500,00
EXECUTIVO	532.971,60	0,00	527.471,60	5.500,00
TOTAL:	850.579,18	0,00	826.156,73	24.422,45
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.850.334,18	25%	26,53
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		838.934,28	60%	69,70

Continua 1/2

Município de SÃO BERNARDINO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			1.112.033,29	1.110.847,57
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			33.746,72	4.835,20
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		2.247.847,42	15,00	21,55
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO BERNARDINO, 07/11/2019

ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL

EDILAINE GOMES WERNER  
SECRETARIA DA ADM. E FAZENDA

VOLMIR GREGOLIN  
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

**GASTOSEDUCA 5º BIMESTRE**

Publicação Nº 2224325

**MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	447.615,00	447.615,00	405.454,91	90,58
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	73.195,00	73.195,00	47.183,11	64,46
1.1.1- IPTU	65.000,00	65.000,00	37.313,75	57,41
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	8.195,00	8.195,00	9.869,36	120,43
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	45.000,00	45.000,00	73.896,19	164,21
1.2.1- ITBI	45.000,00	45.000,00	73.896,19	164,21
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	92.420,00	92.420,00	48.777,86	52,78
1.3.1- ISS	90.000,00	90.000,00	48.773,89	54,19
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	2.420,00	2.420,00	3,97	0,16
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	237.000,00	237.000,00	235.597,75	99,41
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	13.564.200,00	13.564.200,00	10.339.091,31	76,22
2.1- Cota-Parte FPM	9.080.000,00	9.080.000,00	6.320.985,23	69,61
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.500.000,00	8.500.000,00	6.005.844,50	70,66
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	250.000,00	250.000,00	315.140,73	126,06
2.2- Cota-Parte ICMS	4.200.000,00	4.200.000,00	3.781.801,79	90,04
2.3- ICMS-Desoneração – L. C. nº87/1996	18.700,00	18.700,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	75.000,00	75.000,00	48.598,69	64,80
2.5- Cota-Parte ITR	5.500,00	5.500,00	12.647,05	229,95
2.6- Cota-Parte IPVA	185.000,00	185.000,00	175.058,55	94,63
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>14.011.815,00</b>	<b>14.011.815,00</b>	<b>10.744.546,22</b>	<b>76,68</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	231.500,00	231.500,00	173.322,87	74,87
5.1- Transferências do Salário-Educação	165.000,00	165.000,00	119.066,78	72,16
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	33.000,00	33.000,00	29.523,60	89,47
5.4- Transferências Diretas - PNATE	27.000,00	27.000,00	21.954,59	81,31
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	6.500,00	6.500,00	2.777,90	42,74
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	170.000,00	170.000,00	146.888,00	86,40
6.1- Transferências de Convênios	170.000,00	170.000,00	146.888,00	86,40
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	147.100,00	147.100,00	168.142,93	114,31
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>548.600,00</b>	<b>548.600,00</b>	<b>488.353,80</b>	<b>89,02</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.589.700,00	2.589.700,00	2.004.788,17	77,41
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.700.000,00	1.700.000,00	1.201.168,62	70,66
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	840.000,00	840.000,00	756.359,49	90,04
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.600,00	11.600,00	9.719,74	83,79
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.100,00	1.100,00	2.529,36	229,94
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	37.000,00	37.000,00	35.010,96	94,62
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.706.500,00	1.706.500,00	1.168.621,19	68,48
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.700.000,00	1.700.000,00	1.168.155,40	68,72
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.500,00	6.500,00	465,79	7,17
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-889.700,00</b>	<b>-889.700,00</b>	<b>-836.632,77</b>	<b>94,04</b>

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	(h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.111.500,00	1.135.907,54	838.934,28	73,86	838.934,28	73,86
13.1- Com Educação Infantil	245.000,00	245.000,00	226.157,06	92,31	226.157,06	92,31
13.2- Com Ensino Fundamental	866.500,00	890.907,54	612.777,22	68,78	612.777,22	68,78
14- OUTRAS DESPESAS	595.000,00	595.000,00	340.868,25	57,29	340.868,25	57,29
14.1- Com Educação Infantil	140.000,00	190.000,00	151.285,98	79,62	151.285,98	79,62
14.2- Com Ensino Fundamental	455.000,00	405.000,00	189.582,27	46,81	189.582,27	46,81
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.706.500,00	1.730.907,54	1.179.802,53	68,16	1.179.802,53	68,16
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-	
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					24.407,54	
17.1 - FUNDEB 60%					24.407,54	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					24.407,54	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.155.394,99	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					69,70	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					29,17	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					1,13	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²					24.407,54	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	(h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	507.000,00	805.000,00	624.893,07	77,63	595.012,51	73,91
22.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.232.650,05	2.293.057,59	1.479.144,83	64,51	1.443.096,44	62,93
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.321.500,00	1.295.907,54	802.359,49	61,91	802.359,49	61,91
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	911.150,05	997.150,05	676.785,34	67,87	640.736,95	64,26
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.739.650,05	3.098.057,59	2.104.037,90	67,91	2.038.108,95	65,79
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-836.632,77	
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					24.407,54	
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					-	
34 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)					-	
35-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)					-812.225,23	
36-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))					2.850.334,18	
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%					26,53	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	(h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	171.500,00	218.290,62	156.628,99	71,75	146.401,99	67,07
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	231.430,00	269.975,93	249.846,37	92,54	196.130,46	72,65
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	402.930,00	488.266,55	406.475,36	83,25	342.532,45	70,15
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.142.580,05	3.586.324,14	2.510.513,26	70,00	2.380.641,40	66,38
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)		
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		

44.4 - Restos a Pagar de Despesas Vinculadas ao Ensino



Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	24.407,54	34.790,62
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.168.155,40	119.066,78
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.179.802,53	154.401,99
47.1 Orçamento do Exercício	1.179.802,53	146.401,99
47.2 Restos a Pagar	0,00	8.000,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	465,79	577,54
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	13.226,20	32,95
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	13.226,20	32,95

SÃO BERNARDINO, 07/11/2019

ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL

EDILAINE GOMES WERNER  
SECRETARIA DA ADM. E FAZENDA

VOLMIR GREGOLIN  
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 71/2019**

Publicação Nº 2223439

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 10/2019 - TP</b>
CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	Processo Administrativo: 71/2019 Processo de Licitação: 71/2019 Data do Processo: 02/10/2019
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 71/2019  
b ) Licitação Nr.: 10/2019-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 11/11/2019  
e ) Data da Adjudicação: 11/11/2019 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

**SUPERBID WEBSERVICES LTDA (5346)**

1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICO ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB, ONDE COBRARÁ DOS ARREMATANTES UM PERCENTUAL SOBRE CADA LOTE/ITEM ARREMATADO NOS LEILÕES A SEREM REALIZADOS.	%	1	-	10,00	10,00
---	---	---	---	-------	-------

**Total do Fornecedor: 10,00**

**Total Geral: 10,00**

São Bernardino, 11 de Novembro de 2019.

-----  
ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO**

CNPJ: 01.612.812/0001-50  
RUA VERÔNICA SCHEID, 1008  
C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC

**TOMADA DE PREÇO****Nr.: 10/2019 - TP**

Processo Administrativo: 71/2019  
Processo de Licitação: 71/2019  
Data do Processo: 02/10/2019

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

São Bernardino, 11 de Novembro de 2019.

-----  
ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO</b>  CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 10/2019 - TP</b>  Processo Administrativo: 71/2019 Processo de Licitação: 71/2019 Data do Processo: 02/10/2019
	Folha: 1/2

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 71/2019  
b ) Licitação Nr.: 10/2019-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 11/11/2019  
e ) Data da Adjudicação: 11/11/2019 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

#### SUPERBID WEBSERVICES LTDA (5346)

1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICO ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB, ONDE COBRARÁ DOS ARREMATANTES UM PERCENTUAL SOBRE CADA LOTE/ITEM ARREMATADO NOS LEILÕES A SEREM REALIZADOS.	%	1	-	10,00	10,00
---	---	---	---	-------	-------

Total do Fornecedor: 10,00

Total Geral: 10,00

São Bernardino, 11 de Novembro de 2019.

-----  
ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO**

CNPJ: 01.612.812/0001-50  
RUA VERÔNICA SCHEID, 1008  
C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC

**TOMADA DE PREÇO****Nr.: 10/2019 - TP**

Processo Administrativo: 71/2019  
Processo de Licitação: 71/2019  
Data do Processo: 02/10/2019

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

São Bernardino, 11 de Novembro de 2019.

-----  
ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL

## OPERCREDITO 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2224329

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.222.880,86	1.785.564,09	437.316,77
Investimentos	2.222.880,86	1.785.564,09	437.316,77
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>2.222.880,86</b>	<b>1.785.564,09</b>	<b>437.316,77</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>2.222.880,86</b>	<b>1.785.564,09</b>	<b>437.316,77</b>

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 07/11/2019

ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPALEDILANE GOMES WERNER  
SECRETARIA DA ADM. E FAZENDAVOLMIR GREGOLIN  
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3





PARCERIAS 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2224330

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO TOTAL	
		REGISTROS EFETUADOS EM 2019	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)
		(c) = (a + b)	

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 07/11/2019

ADELI JOSÉ RIFFEL PREFEITO MUNICIPAL	EDILAINE GOMES WERNER SECRETARIA DAADM. E FAZENDA	VOLMIR GREGOLIN CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3
---	--	--

RCL 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2224332

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Maio/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (ÚLT. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.555.947,80</b>	<b>1.823.187,84</b>	<b>1.376.173,08</b>	<b>1.492.141,17</b>	<b>1.284.555,03</b>	<b>1.293.576,40</b>	<b>1.461.256,69</b>	<b>1.244.795,82</b>	<b>1.529.501,25</b>	<b>1.246.454,36</b>	<b>1.395.338,47</b>	<b>1.233.152,01</b>	<b>16.529.221,92</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	37.172,76	53.950,04	37.403,03	40.578,01	42.864,21	55.944,79	69.047,85	37.239,06	43.740,57	31.810,50	34.151,32	41.654,50	484.775,00
I.P.T.U.	2.390,43	1.435,78	1.434,47	0,00	2.873,57	3.640,33	25.174,38	1.497,14	9.330,22	2.103,15	950,45	677,40	73.195,00
I.S.S.	11.892,75	8.376,27	5.196,93	3.608,90	8.806,69	2.620,80	4.856,20	7.596,72	3.886,81	3.476,45	3.890,43	4.854,93	69.016,88
I.T.B.I.	3.346,00	6.224,00	2.890,00	1.140,00	2.340,00	26.315,55	7.722,00	5.927,20	5.908,80	3.316,80	7.298,84	11.067,00	45.000,00
I.R.R.F.	18.488,39	36.253,19	27.833,87	24.634,47	27.116,89	24.135,49	22.169,91	20.498,98	21.740,39	22.292,29	21.546,91	23.630,55	237.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.085,19	1.300,80	87,76	11.194,64	2.227,06	2.230,82	9.125,36	2.008,02	2.874,35	6.21,81	474,69	1.424,52	34.894,92
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Patrimonial	6.555,01	4.012,24	7.756,88	5.574,95	6.146,69	6.171,63	5.250,95	5.357,61	8.486,40	3.937,18	3.718,23	4.234,43	53.205,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	5.594,41	2.971,94	6.638,07	4.534,65	5.079,09	5.131,33	5.250,95	4.287,01	5.304,90	3.937,18	3.718,23	4.234,43	52.850,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.070,60	1.040,30	1.118,81	1.040,30	1.070,60	1.040,30	0,00	1.070,60	3.181,50	0,00	0,00	0,00	355,00
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	17.594,18	16.432,06	21.822,78	18.579,62	11.498,39	15.324,43	5.637,77	10.798,21	10.516,68	10.298,50	11.530,84	28.662,09	179.269,55
Transferências Correntes	1.494.555,85	1.745.053,56	1.311.190,39	1.416.554,53	1.223.461,80	1.212.645,58	1.381.120,12	1.191.074,60	1.466.754,60	1.200.438,18	1.345.488,35	1.153.824,00	16.740.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	576.972,19	1.008.705,25	712.854,55	763.028,06	586.286,84	571.987,33	739.046,07	576.206,50	790.695,22	577.153,58	513.751,82	472.975,26	7.907.662,57
Cota-Parte do I.C.M.S.	367.823,43	396.973,50	402.836,07	391.248,45	377.703,47	377.160,45	21.374,12	362.538,04	366.924,15	369.499,19	384.794,16	387.887,21	4.200.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	8.953,72	1.669,90	10.519,22	14.811,32	19.760,64	19.150,41	6,20	21.36,22	20.944,17	19.597,28	18.704,59	9.070,28	185.000,00
Cota-Parte do I.T.R.	237,40	86,10	1.581,49	99,60	50,12	6,20	3.404,72	6,57	155,76	64,11	601,27	6.677,21	5.500,00
Outras Transferências Correntes	414.823,44	197.640,20	56.171,02	97.600,76	131.371,25	123.805,59	124.984,13	113.553,73	171.707,92	115.895,90	303.524,98	156.900,16	1.475.800,00
Transferências da LC 61/1989	5.042,08	6.075,53	4.648,73	4.920,86	4.752,57	4.818,19	4.717,93	4.947,76	5.098,73	4.482,86	5.464,74	4.836,22	59.716,30
Transferências da LC 87/1996	1.082,20	1.062,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.700,00
Transferências do FUNDEB	119.611,39	131.821,88	122.593,31	124.825,38	113.536,91	115.717,41	121.352,55	110.885,78	111.316,65	113.794,86	118.856,79	115.477,66	1.700.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	4.089,94	0,00	854,06	589,94	589,97	0,00	37,34	0,00	0,00	50,73	4.776,99	10.998,97
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>191.758,13</b>	<b>222.243,17</b>	<b>226.455,86</b>	<b>238.821,51</b>	<b>195.710,55</b>	<b>194.624,33</b>	<b>226.956,46</b>	<b>193.366,84</b>	<b>173.717,25</b>	<b>194.155,23</b>	<b>194.861,10</b>	<b>176.289,04</b>	<b>2.589.700,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	191.758,13	222.243,17	226.455,86	238.821,51	195.710,55	194.624,33	226.956,46	193.366,84	173.717,25	194.155,23	194.861,10	176.289,04	2.589.700,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.364.189,67</b>	<b>1.600.944,67</b>	<b>1.151.687,22</b>	<b>1.263.319,66</b>	<b>1.088.854,48</b>	<b>1.099.052,07</b>	<b>1.234.300,23</b>	<b>1.051.428,98</b>	<b>1.355.784,00</b>	<b>1.052.329,13</b>	<b>1.210.878,37</b>	<b>1.056.862,97</b>	<b>14.509.432,45</b>

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 07/11/2019

ADELI JOSE RIFFEL PREFEITO MUNICIPAL	EDILANE GOMES WERNER SECRETARIA DA ADM. E FAZENDA	VOLMIR GREGOLIN CONTADOR CRC/SC 0159160-3
---	--	--



RESTOSAPAGAR 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2224336

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+k)
		Inscritos		Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (hg) - (hj)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)			Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	EXECUTIVO	5.500,00	527.471,60	-	5.500,00	-	317.607,58	298.685,13	298.685,13	-	18.922,45
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.500,00	527.471,60	0,00	5.500,00	0,00	317.607,58	298.685,13	298.685,13	0,00	18.922,45
	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	5.500,00	527.471,60	0,00	5.500,00	0,00	317.607,58	298.685,13	298.685,13	0,00	18.922,45
	SEC. DA ADM. E FAZENDA	0,00	8.517,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111,00	111,00	111,00	0,00	0,00
	SEC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	467.500,00	0,00	5.500,00	0,00	219.500,00	219.500,00	219.500,00	0,00	5.500,00
	SEC. DA INFRA-ESTRUTURA	0,00	38.691,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SEC. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	12.290,00	0,00	0,00	0,00	32.306,83	32.306,83	32.306,83	0,00	0,00
	SECRETARIA DA SAÚDE	0,00	472,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SECRETARIA DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.689,75	46.767,30	46.767,30	0,00	18.922,45
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):		5.500,00	527.471,60	0,00	5.500,00	0,00	317.607,58	298.685,13	298.685,13	0,00	18.922,45
FONTE:											

SÃO BERNARDINO, 07/11/2019

ADELI JOSÉ RIFFEL PREFEITO MUNICIPAL	EDILAINÉ GOMES WERNER SECRETARIA DA ADM. E FAZENDA	VOLMIR GREGOLIN CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3
---	---	--

RESULTADO PRIMARIO 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2224334

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DALINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	14.840.240,00	11.577.009,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	484.775,00	437.723,84
I.P.T.U.	73.195,00	47.183,11
I.S.S.	92.420,00	48.777,86
I.T.B.I.	45.000,00	73.896,19
I.R.R.F.	237.000,00	235.597,75
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	37.160,00	32.268,93
Contribuições	40.000,00	32.711,86
Receita Patrimonial	53.205,00	56.637,95
Aplicações Financeiras (II)	52.850,00	48.115,84
Outras Receitas Patrimoniais	355,00	8.522,11
Transferências Correntes	14.146.560,00	10.897.763,98
Cota-Parte do FPM	7.380.000,00	5.119.816,61
Cota-Parte do ICMS	3.360.000,00	3.025.442,30
Cota-Parte do IPVA	148.000,00	140.047,59
Cota-Parte do ITR	4.400,00	10.117,69
Transferências da LC 87/1996	14.960,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	63.400,00	38.878,95
Transferências do FUNDEB	1.700.000,00	1.168.155,40
Outras Transferências Correntes	1.475.800,00	1.395.305,44
Demais Receitas Correntes	115.700,00	152.172,34
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	115.700,00	152.172,34
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-III)	14.787.390,00	11.528.894,13
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	259.967,71
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre 2019			
<u>RECEITAS PRIMÁRIAS</u>	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)			
Transferências de Capital	0,00	259.967,71			
Convênios	0,00	0,00			
Outras Transferências de Capital	0,00	259.967,71			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	259.967,71			
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)</b>	<b>14.787.390,00</b>	<b>11.788.861,84</b>			

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2019				RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	15.599.090,90	12.256.680,32	11.114.635,19	10.954.288,34	59.971,60	46.878,30	46.878,30
Pessoal e Encargos Sociais	7.925.114,12	5.851.644,52	5.822.984,96	5.821.990,26	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.673.976,78	6.405.035,80	5.291.650,23	5.132.298,08	59.971,60	46.878,30	46.878,30
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	7.673.976,78	6.405.035,80	5.291.650,23	5.132.298,08	59.971,60	46.878,30	46.878,30
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	15.599.090,90	12.256.680,32	11.114.635,19	10.954.288,34	59.971,60	46.878,30	46.878,30
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.222.880,86	1.785.564,09	1.112.033,29	1.081.748,69	467.500,00	251.806,83	251.806,83
Investimentos	2.222.880,86	1.785.564,09	1.112.033,29	1.081.748,69	467.500,00	251.806,83	251.806,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XIX - XX)	2.222.880,86	1.785.564,09	1.112.033,29	1.081.748,69	467.500,00	251.806,83	251.806,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	17.896.971,76	14.042.244,41	12.226.668,48	12.036.037,03	527.471,60	298.685,13	298.685,13	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIa - (XXIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		-1.073.331,92						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		48.115,84						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-1.025.466,08						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
ABAIXO DA LINHA		SALDO						
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31 Dez 2018(a)		Até o Bimestre/2019(b)				
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00		0,00				
DEDUÇÕES (XXIX)		2.829.637,36		2.143.198,46				
Disponibilidade de Caixa		2.829.637,36		2.143.198,46				
Disponibilidade de Caixa Bruta		3.362.608,96		2.339.329,91				
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		532.971,60		196.131,45				
Demais Haveres Financeiros		0,00		0,00				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXX)		-2.829.637,36		-2.143.198,46				
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-686.438,90						

Continua 3/4

Município de SÃO BERNARDINO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	336.840,15
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	-1.023.279,05
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-1.071.144,89
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.213.404,34
Recursos Alocados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.213.404,34
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

SÃO BERNARDINO, 07/11/2019

ADELI JOSÉ RIFFEL PREFEITO MUNICIPAL	EDILAINE GOMES WERNER SECRETARIA DA ADM. E FAZENDA	VOLMIR GREGOLIN CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3
---	---	--



## RESULTADONOMINAL 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2224333

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.829.637,36	2.658.472,72	2.143.198,46
Disponibilidade de Caixa	2.829.637,36	2.658.472,72	2.143.198,46
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.362.608,96	2.876.370,62	2.339.329,91
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	532.971,60	217.897,90	196.131,45
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
<b>RESULTADO NOMINAL</b>		
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 07/11/2019

ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPALEDILAINE GOMES WERNER  
SECRETARIA DA ADM. E FAZENDAVOLMIR GREGOLIN  
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

## SAUDE 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2224337

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	447.615,00	447.615,00	405.454,91	90,58	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	65.000,00	65.000,00	37.313,75	57,41	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	45.000,00	45.000,00	73.896,19	164,21	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	90.000,00	90.000,00	48.773,89	54,19	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	237.000,00	237.000,00	235.597,75	99,41	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.200,00	2.200,00	199,33	9,06	
Dívida Ativa dos Impostos	6.600,00	6.600,00	7.483,21	113,38	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.815,00	1.815,00	2.190,79	120,70	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.984.200,00	12.984.200,00	10.023.950,58	77,20	
Cota-Parte FPM	8.500.000,00	8.500.000,00	6.005.844,50	70,66	
Cota-Parte ITR	5.500,00	5.500,00	12.647,05	229,95	
Cota-Parte IPVA	185.000,00	185.000,00	175.058,55	94,63	
Cota-Parte ICMS	4.200.000,00	4.200.000,00	3.781.801,79	90,04	
Cota-Parte IPI-Exportação	75.000,00	75.000,00	48.598,69	64,80	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	18.700,00	18.700,00	0,00	0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	18.700,00	18.700,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>13.431.815,00</b>	<b>13.431.815,00</b>	<b>10.429.405,49</b>		<b>77,65</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	719.000,00	719.000,00	836.423,26	116,33	
Provenientes da União	719.000,00	719.000,00	746.501,22	103,82	
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	89.922,04		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	678,60		
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>719.000,00</b>	<b>719.000,00</b>	<b>837.101,86</b>		<b>116,43</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.264.726,70	4.176.948,55	3.182.137,27	76,18	2.882.044,46	69,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.664.360,00	1.939.523,28	1.401.091,93	72,24	1.383.754,53	71,35
Outras Despesas Correntes	1.600.366,70	2.237.425,27	1.781.045,34	79,60	1.498.289,93	66,96
DESPESAS DE CAPITAL	59.000,00	138.301,00	121.682,75	87,98	104.224,75	75,36
Investimentos	59.000,00	138.301,00	121.682,75	87,98	104.224,75	75,36

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	59.000,00	138.301,00	121.682,75	87,98	104.224,75	75,36
Investimentos	59.000,00	138.301,00	121.682,75	87,98	104.224,75	75,36
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	3.323.726,70	4.315.249,55	3.303.820,02	76,56	2.986.269,21	69,20
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	776.000,00	1.331.859,85	774.324,18	23,44	737.758,79	24,71
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	776.000,00	1.331.859,85	774.324,18	23,44	737.758,79	24,71
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	663,00	0,02	663,00	0,02
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	776.000,00	1.331.859,85	774.987,18	23,46	738.421,79	24,73
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	2.547.726,70	2.983.389,70	2.528.832,84	76,54	2.247.847,42	75,27
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						
683.436,60						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SÃO BERNARDINO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
Inscritos em 2018	8.260,00	0,00	8.260,00	0,00	0,00	
TOTAL	8.260,00	0,00	8.260,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
0,00		0,00		0,00		
0,00		0,00		0,00		
TOTAL (VIII)						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2018						
0,00		0,00		0,00		
0,00		0,00		0,00		
TOTAL (VIII)						
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
-		-		-		
-						
DESPESAS COM SAUDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica	2.473.126,70	3.362.491,34				78,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	805.440,00	870.351,91	75,89	2.332.881,89	624.450,65	20,91
Vigilância Sanitária	45.160,00	82.406,30	23,16	28.936,67	20,91	0,97
TOTAL	3.323.726,70	4.315.249,55	0,95	2.986.269,21	100,00	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V/(h+r) - (15 \times IIIb)/100$

Continuação 4/4

Município de SÃO BERNARDINO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

SÃO BERNARDINO, 07/11/2019

ADELI JOSÉ RIFFEL PREFEITO MUNICIPAL	EDILANE GOMES WERNER SECRETARIA DA ADM. E FAZENDA	VOLMIR GREGOLIN CONTADOR CRC/SC 015.91
---	--	---

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECRETO CTB Nº 61/2019

Publicação Nº 2224194

Decreto CTB Nº 061/2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1469/2018, de 12 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos oriundos um Crédito Suplementar no montante de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01 – Secretaria Municipal da Educação

10.306.0002.2.009– 3.3.90.00.00.00.00.0707 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de novembro de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

# São Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO 134/2019

Publicação Nº 2222917

DECRETO Nº. 134/2019 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso I da Lei Municipal n.º 1837/2018 de 03 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$- 227.000,00 (Duzentos e vinte e sete mil reais) nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7
Unidade	Departamento de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, MODERNIDADE E VALORIZAÇÃO	12
ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	2.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(133)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.18 – Transferências do FUNDEB – 60%
Valor Total R\$:		185.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	4
Unidade	Departamento de Obras e Serviços Públicos	1
Função	Urbanismo	15
Sub-função	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa	INFRAESTRUTURA E URBANISMO GERANDO CRESCIMENTO	5
PROJETO	EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DIVERSOS – DOSU	1.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(215)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.89 – Alienações de Bens destinados a Outros Programas.
Valor Total R\$:		42.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do provável excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2019, na destinação de Recursos DR nº 01.18 – Transferências do FUNDEB – 60% no valor de R\$ 185.000,00 e DR nº 01.89 Alienações de Bens destinados a Outros Programas no valor de R\$42.0000. Perfazendo o valor total de R\$- 227.000,00 (Duzentos e vinte e sete mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 11 de Novembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

### DECRETO 135/2019

Publicação Nº 2223215

DECRETO Nº. 135/2019 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade



com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso I da Lei Municipal n.º 1837/2018 de 03 de Dezembro de 2018;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Programa Consolidado do Município de São Carlos – SC, no valor de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais), para as dotações orçamentárias a seguir relacionadas:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.	3
Unidade	Departamento de Administração e Finanças	2
Função	Encargos Especiais	28
Sub-função	Serviço da Dívida Interna	843
Programa	OPERAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS	0
ATIVIDADE	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0.001
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(9)	4.6.90 – Aplicações diretas.	01.00 – Recursos Ordinários.
Valor Total R\$:		14.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7
Unidade	Departamento de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, MODERNIDADE E VALORIZAÇÃO	12
ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	2.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(133)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.18 – Transferências do FUNDEB – 60%
Valor Total R\$:		82.000,00

Art. 2º Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, na dotação a seguir relacionada:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.	3
Unidade	Departamento de Administração e Finanças	2
Função	Encargos Especiais	28
Sub-função	Serviço da Dívida Interna	843
Programa	OPERAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS	0
ATIVIDADE	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0.001
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(8)	3.2.90 – Aplicações diretas.	01.00 – Recursos Ordinários.
Valor Total R\$:		14.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7
Unidade	Departamento de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, MODERNIDADE E VALORIZAÇÃO	12
ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	2.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(135)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.19 – Transferências do FUNDEB – 40%
Valor Total R\$:		82.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos, em 11 de Novembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal

# São Cristóvão do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 26/2019

Publicação Nº 2224170

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019 DISPENSA Nº 9/2019

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 9/2019, Processo de Licitação nº 26/2019 para contrato de cessão de uso de software, destinado a implantação, consolidação de atos oficiais do município, em favor de LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35. São Cristóvão do Sul (SC), 08 de novembro de 2019. SISI BLIND – Prefeita Municipal

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 883, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2222594

DECRETO Nº 883, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia servidor aprovado em concurso público para serviço público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada;

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2018, de 17 de outubro de 2018;
- Considerando o Edital nº 012, de 27 de dezembro de 2018, que publicou a classificação final do Concurso Público edital nº 001/2018;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Jonas Angeli, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

§ 1º O servidor integrará o Quadro Próprio dos Servidores Públicos Municipais, enquadrado no Quadro Geral de Cargos Efetivos, Código 31.01 Grupo 3- da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada, com 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do Anexo I, Quadro de Vagas da Lei Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada.

§ 2º Este cargo será regido pelo Regime Jurídico Estatutário, enquadrado nas Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; e nº 0045, de 06/11/2012, atualizada e nº 0042, de 04/04/2012, atualizada no que couber e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de novembro de 2019.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Nata Camachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 884, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2222596

DECRETO Nº 884, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para serviço público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada e 043 de 26 de julho de 2012;

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes;
- Considerando o comprometimento do Governo Municipal através da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, em garantir a manutenção e limpeza dos espaços escolares;
- Considerando que há quatro servidoras titulares da Secretaria de Educação Cultura e Esportes, ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com afastamentos para tratamento de saúde e licença maternidade;
- Considerando o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, de 07 de junho de 2019;
- Considerando o Edital nº 013, de 30 de julho de 2019, que publicou a classificação final do Processo Seletivo Simplificado, edital nº 001/2019;
- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica Admitida para o Serviço Público Municipal a Senhora, Sidiane Aparecida Rodrigues, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima irá, até o término do ano letivo, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012;

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de novembro de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## **PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 144/2019**

Publicação Nº 2222993

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 144/2019

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 053/2019

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 26 de novembro de 2019, estará recebendo as propostas dos interessados para eventual futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTO DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. O edital na íntegra encontra-se no site do município ([www.saodomingos.sc.gov.br](http://www.saodomingos.sc.gov.br)). Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: [licitacao@saodomingos.sc.gov.br](mailto:licitacao@saodomingos.sc.gov.br) São Domingos, SC, 11 de novembro de 2019.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO CONT. 013.1-19 ZILMAR ZAMY

Publicação Nº 2222949

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 013.1-19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: ZILMAR SAMY ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Altera o valor inicial do Contrato, acrescentando em 25% sobre o valor contratual da prestação de serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva de máquinas, caminhões e tratores de várias marcas, incluindo o fornecimento de peças, para a frota da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - Lote 03 – Veículos leves.

VALOR: R\$ 11.125,00 (Onze mil, cento e vinte e cinco reais)

DATA: São Francisco do Sul, 17 de Outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO CONT. 022.6-16 CC. 131-2015 ARKA

Publicação Nº 2222853

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 022.6-16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA

PROCESSO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA - LICITAÇÃO Nº 131/2015, homologado e adjudicado em 03/03/2016.

OBJETO: Prorroga o prazo de execução em 178(Cento e setenta e oito) dias (05/09/2019 à 29/02/2020), sendo a vigência prorrogada por 209(duzentos e nove dias) dias (01/11/2019 findando em 27/05/2020) a Construção da Escola Municipal João Germano Machado, localizada na Rodovia Duque de Caxias, SC – 415, S/N, no bairro Iperoba com área a construir de 3.228,08 m<sup>2</sup> em alvenaria.

DATA: São Francisco do Sul, 16 de Outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO CONT. 075.3-18 UNIMED

Publicação Nº 2223007

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 075.3-18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: UNIMED DE JOINVILLE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2018 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em 10/05/2018.

OBJETO: prorroga o prazo de vigência do Contrato supracitado, pelo período de 06 (seis) meses, de 11/11/2019 à 10/05/2020 a contratação de operadora de Planos ou Seguros Privado de Assistência à Saúde Suplementar, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial e obstétrico, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapia e internações, na modalidade COLETIVO, DO TIPO PLANO BÁSICO EM ENFERMARIA – COBERTURA ESTADUAL, aos servidores da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e respectivos dependentes,

VALOR: R\$ 2.216.776,56 (Dois milhões, duzentos e dezesseis mil, setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)

DATA: São Francisco do Sul, 24 de Outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO CONT. 088.4-16 ORCALI

Publicação Nº 2222793

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 088.4-16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2016, homologado em 10/10/2016.

OBJETO: Prorroga por mais 12 (doze) meses à partir da data de vencimento, ou seja, de 11 de Outubro de 2019 até o dia 10 de Outubro de 2020 a prestação de serviços de monitoramento de sistema eletrônico de segurança, com locação e instalação dos equipamentos, assistência técnica e atendimento 24 horas, com duas vias de comunicação (GPRS) e Seguro de Bens, para as 16 Escolas Municipais, Escola Integral, Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (NAES), Depósito da Secretaria de Educação e 18 Centros Municipais de Educação Infantil", VALOR: R\$ 370.783,56 (Trezentos e setenta mil, setecentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos)

DATA: São Francisco do Sul, 09 de Outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

## **EXTRATO CONT. 119.2-18 CP. 124-2018 QUANTUM**

Publicação Nº 2222850

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 119.2-18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: CONSÓRCIO SQE LUZ

PROCESSO: CP 124-2018.

OBJETO: prorroga o prazo da vigência em 12(DOZE) meses, ou seja, de 16 de Outubro de 2019 à 16 de Outubro de 2020 o contrato referente a execução da Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Iluminação Pública, composto de 12.425 unidades de iluminação pública, de forma continuada, incluindo o fornecimento de materiais.

VALOR: R\$ 2.977.946,54 (Dois milhões, novecentos e setenta e sete mil, novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)

DATA: São Francisco do Sul, 14 de Outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

## **EXTRATO CONT. 120.4-18 ADRIMAR**

Publicação Nº 2222814

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 120.4-18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR

PROCESSO: Edital de TOMADA DE PREÇO - LICITAÇÃO Nº 140/2018.

OBJETO: prorroga o prazo da vigência em 02(dois) meses (08/01/2020 à 07/03/2020), e execução também em mais 02(dois) meses (11/10/2019 até 09/12/2019) a execução de obra de drenagem pluvial, pavimentação e sinalização vertical e horizontal da Av. Inácio Espíndola, bairro Praia Grande, neste município, com extensão de 1.185,75 metros

DATA :São Francisco do Sul, 09 de Outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

## **EXTRATO CONT. 124.4-18 CCT**

Publicação Nº 2222952

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 124.4-18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: CCT CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

PROCESSO: Nº 145/2018, Modalidade: TOMADA DE PREÇOS.

OBJETO: Prorroga o prazo de execução em 60 (sessenta) dias, de 19/10/2019 à 17/12/2019 e vigência em 60 (sessenta) dias, de 16/12/2019 até 13/02/2020 a execução das obras de pavimentação, drenagem pluvial, sinalização vertical e horizontal da rua Professora Maria Stella Martins - ETAPA 3, no bairro Iperoba, neste Município.

São Francisco do Sul, 18 de Outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. ATA SRP 155-2019 CAMINHOES**

Publicação Nº 2222791

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: SAVANA COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA

PROCESSO: LICITAÇÃO Nº 155-2019 – PREGÃO PRESENCIAL – SRP.

OBJETO: Aquisição de 04 (quatro) caminhões (caçamba) para serem utilizadas pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

VALOR: 1.436.000,00 (Hum milhão, quatrocentos e trinta e seis mil reais)

DATA: São Francisco do Sul, 01 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. ATA SRP PP. 156-2019 BONA GENTE**

Publicação Nº 2222819

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: BONA GENTE COMERCIAL LTDA – EPP

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2019

OBJETO: Aquisição de utensílios domésticos, pelo sistema de registro de preços, para atender ao 2 pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de São Francisco do Sul.

VALOR: R\$ 12.889,69 (Doze mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e nove centavos)

DATA: São Francisco do Sul, 10 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. ATA SRP PP. 156-2019 TEMPERCLIMA**

Publicação Nº 2222823

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI

PROCESSO: EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 156/2019 – PREGÃO PRESENCIAL – SRP

OBJETO: aquisição de utensílios domésticos, pelo sistema de registro de preços, para atender ao 2 pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de São Francisco do Sul.

VALOR: R\$ 16.050,00 (Dezesseis mil e cinquenta reais)

DATA: São Francisco do Sul, 10 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. DL. 186-2019 SANAUTICA**

Publicação Nº 2223026

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 144-2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: SANÁUTICA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA

PROCESSO: DISPENSA Nº 186/2019, datada de 31/10/2019.

OBJETO: Contratação de 180(cento e oitenta horas) de serviço de manutenção preventiva e corretiva de embarcações com motores de popa, motos aquáticas e quadriciclos da frota do corpo de bombeiros militar, com aquisição de peças necessárias, pelo período de 12(doze) meses.

VALOR: R\$ 86.000,00 (Oitenta e seis mil reais)

DATA: São Francisco do Sul, 31 de Outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITO MUNICIPAL



**EXTRATO CONT. IL. 174-2019 VERDES MARES**

Publicação Nº 2222863

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 135-2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: VIAÇÃO VERDES MARES LTDA

PROCESSO: Inexigibilidade de Licitação nº 174/2019, de 16.10.2019.

OBJETO: Fornece 118.283 vales transporte (passagens municipais) para uso de 528 alunos do ensino fundamental estadual, para o período de 03 (três) meses.

VALOR: R\$ 397.430,88 (Trezentos e noventa e sete mil, quatrocentos e trinta reais e oitenta e oito centavos), sendo 118.283 passes ao preço unitário de R\$ 3,36 (Três reais e trinta e seis centavos)

DATA: São Francisco do Sul, 16 de Outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. PP. 136-2019 CR ARTEFATOS**

Publicação Nº 2222736

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 118.2-18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2018 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em 01/10/2018)

OBJETO: Prorroga o prazo da vigência em 12 (DOZE) meses, ou seja, de 02 de Outubro de 2019 à 01 de Outubro de 2020 o contrato referente a execução de serviços de 6.300 m<sup>2</sup> recalçamento com paralelepípedo e 5.730 m<sup>2</sup> em lajotas sextavadas, em diversas ruas dos bairros Acaraí, Água Branca, Centro, Paulas, Rocio Grande e Rocio Pequeno, no município de São Francisco do Sul.

VALOR: R\$ 267.157,50 (Duzentos e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

DATA: São Francisco do Sul, 01 de Outubro de 2019

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. PP. 164-2019 ODIMAR**

Publicação Nº 2222836

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 134-2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: ODIMAR GOMES DA SILVA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em 09/10/2019.

OBJETO: Locação de estrutura metálica com lona, em forma de tenda, para ser utilizada como pátio de convivência da unidade ampliada escolar João Germano Machado, para um período de 12 (doze) meses

VALOR: R\$ 23.184,00 (vinte e três mil centos e oitenta e quatro reais)

DATA: São Francisco do Sul, 11 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. PP. 165-2019 REIS DOS REIS**

Publicação Nº 2222832

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 133-2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: REIS DOS REIS COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA – ME

PROCESSO: Licitação n.º 165/2019 – PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de 02 computadores completos, com CPU/MONITOR e ESTABILIZADOR, para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

VALOR: R\$ 15.970,00 (quinze mil novecentos e setenta reais).

DATA: São Francisco do Sul, 10 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. PP. 167-2019 G2W**

Publicação Nº 2223018

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 143-2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: G2W ENGENHARIA LTDA-ME

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2019.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e instalação de ar condicionado, com fornecimento de peças e acessórios originais.

VALOR: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) sendo R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para serviços de manutenção e instalação e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em peças e acessórios para manutenção.

DATA: São Francisco do Sul, 29 de Outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. PP. 170-2019 LOT METAIS**

Publicação Nº 2223013

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: LOT METAIS EIRELI

PROCESSO: EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 170/2019 – PREGÃO PRESENCIAL – SRP.

OBJETO: Aquisição de hidrantes e componentes para serem instalados em vários logradouros da cidade.

VALOR: R\$ 66.250,00 (Sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais)

DATA: São Francisco do Sul, 24 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. PP. 171-2019 GOLDEN CLEN**

Publicação Nº 2223020

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: GOLDEN CLEN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME

PROCESSO: EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 171/2019 – PREGÃO PRESENCIAL – SRP

OBJETO: Aquisição de protetores solares, para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em São Francisco do Sul.

VALOR: R\$ 5.825,00 (Cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais)

DATA: São Francisco do Sul, 31 de Outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. SRP PP. 155-2019 SAVANA**

Publicação Nº 2223000

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 141-2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: SAVANA COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2019.

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) caminhões (caçamba) para serem utilizadas pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

VALOR: R\$ 718.000,00 (setecentos e dezoito mil reais)

DATA: São Francisco do Sul, 22 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. TP. 153-2019 EMPREIT. FORTUNATO**

Publicação Nº 2222936

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 136-2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 153/2019.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Execução de Drenagem Pluvial, Pavimentação e Sinalização da Estrada Eduardo Ledoux, conforme especificações constantes nos Projetos, Planilhas e Relatório Técnico, com extensão de 1350,45mts, neste Município.

VALOR: R\$ 1.587.139,59 (um milhão quinhentos e oitenta e sete mil cento e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 16 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. TP. 154-2019 EMPREIT. FORTUNATO**

Publicação Nº 2222938

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 137-2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 154-2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Execução de Drenagem Pluvial, Pavimentação e Sinalização das Ruas Maria Hilda Leite com Osvaldo Kruger.

VALOR: R\$ 1.179.674,61 (um milhão cento e setenta e nove mil seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 16 de outubro de 2019

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. TP. 160-2019 ADRIMAR**

Publicação Nº 2222940

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 138-2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR EIRELI

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 160/2019.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação rodoviária asfáltica, execução de drenagem e adequações dos passeios, conforme relatório técnico, com extensão de 569,70, contemplando a rua Joinville, no bairro Rocío Grande.

VALOR: R\$ 662.540,73 (seiscentos e sessenta e dois mil quinhentos e quarenta reais e setenta e três centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 16 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. TP. 161-2019 ADRIMAR**

Publicação Nº 2222941

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 139-2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR EIRELI

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 161/2019.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação rodoviária asfáltica, execução de drenagem e adequações dos passeios, conforme relatório técnico, com extensão de 1.287,569 metros, contemplando as ruas Joinville e Manoel Gomes Rittes, no bairro Acaraí, neste Município.

VALOR: 1.462.605,75 (um milhão quatrocentos e sessenta e dois mil seiscentos e cinco reais e setenta e cinco centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 16 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. TP. 162-2019 ADRIMAR**

Publicação Nº 2222944

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 140-2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR EIRELI

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 162/2019.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação rodoviária asfáltica, execução de drenagem e adequações dos passeios, conforme relatório técnico, com extensão de 678,23m, contemplando a Avenida das Dunas, neste Município.

VALOR: R\$ 1.193.841,91 (Hum milhão cento e noventa e três mil oitocentos e quarenta e um reais e noventa e um centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 16 de Outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. TP. 163-2019 ADRIMAR**

Publicação Nº 2223016

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 142-2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR EIRELI

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 163/2019.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação rodoviária asfáltica, execução de drenagem e adequações dos passeios, conforme relatório técnico, com extensão de 788,00 metros, contemplando as Estradas da Ribeira e Pedreira, neste Município.

VALOR: R\$ 907.580,59 (novecentos e sete mil quinhentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 29 de outubro de 2019

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 2.269/2019**

Publicação Nº 2223193

LEI Nº 2.269, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA A LEI Nº 2.239, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019, QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR COMO COTA PATROCÍNIO À RLJ SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI, PARA SUBSIDIAR A REALIZAÇÃO DOS CIRCUITOS II ETAPA CBSURF JUNIOR TOUR, E CBS PRO SURF TOUR.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, submete à deliberação da Egrégia Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul o seguinte Projeto de Lei:

Art.1º Ficam alterados o Elemento de Despesa e a descrição da Fonte de Recursos constates no art. 2º da Lei nº 2.239, de 2 de setembro de 2019, que autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a repassar como Cota Patrocínio à RLJ Soluções Ambientais - EIRELI, para subsidiar a realização dos Circuitos II Etapa CBSURF JUNIOR TOUR, e CBS PRO SURF TOUR, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º As despesas com a presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

15.00 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

15.01 – Fundo Municipal de Meio Ambiente

2096 – Fundo Municipal de Meio Ambiente

3000000.000 – Despesas Correntes

3335000000 Transferências à Instituições Privadas s/ fins lucrativos (NR)

Fonte de Recurso – 018009 – Outras Especificações Taxas Ambientais” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 11 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo.  
Visto. Publique-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.099/2019**

Publicação Nº 2223356

PORTARIA nº 16.099, de 11 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências, e de acordo com o requerido no Processo nº 25369/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, DINORÁ RAMOS CORRÊA DE MIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 036.924.579-28, do cargo em comissão de Diretora de Administração, nível CC01, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 11 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 16.091, de 6 de novembro de 2019, que designou a servidora para o exercício INTERINO do cargo em comissão de Gerente de Licitações e Contratos, nível CC02, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.

São Francisco do Sul - SC, 11 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PP 069-2019 FMS**

Publicação Nº 2223256

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
LICITAÇÃO Nº 069/2019**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o(a) Pregoeiro(a) designado(a) pela Portaria nº. 15.836 de 05 de julho de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09:00 (nove) horas do dia 25 de novembro de 2019, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01 - Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 48, INCISO I E ART. 49 INCISO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E ALTERAÇÕES POSTERIORES E O DECRETO FEDERAL Nº 8.538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

**1. DA LICITAÇÃO****1.1 – DO OBJETO**

1.1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem completa dos carros que compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência Anexo I - parte integrante deste Edital.

1.1.2. O prazo para execução dos serviços será pelo período de 06 (seis) meses.

**2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.**

2.1. Local: Praça Getúlio Vargas, nº 01 – Centro – São Francisco do Sul

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se a via postal) para o(a) Pregoeiro(a) impreterivelmente até às 08:30 (oito e trinta) horas do dia 25 de novembro de 2019.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES às 09:00 (nove) horas do dia 25 de novembro de 2019., ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

**3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO**

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: 06 (seis) meses;

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por LOTE, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro.

3.4. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1901 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2114 – Manutenção de Piso de Atenção Básica Fixo 2115 – Manutenção da Vigilância Sanitária 2123 – Manutenção Centro de Assistência Psicossocial – CAPS 2118 – Manutenção Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar 2125 – Manutenção da Vigilância Sanitária
Elemento de Despesa	333903015 – Limpeza de veículos
Vínculo do Recurso	10200 – Rec. De impostos e de transf. Imp. Saúde 20601 – Recurso Ordinário Saúde 13816 – Transf. SUS/CAPS 16703 – Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado – ESF 13814 – Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF

3.6. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após entrega do objeto do contrato, condicionado a apresentação de atestado de recebimento dos mesmos pelo fiscal do contrato e Secretaria.

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Recibo de Retirada de Edital pela Internet

Anexo VII. Minuta do Contrato

#### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08:00hs às 14h min, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site> no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

#### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail [licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site> ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;



- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso, com firma do outorgante reconhecida.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 069/2019  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 069/2019  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE



**CNPJ**

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

**10. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

10.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.4. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.5. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

**11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO**

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para

a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexeqüíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Item a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;

b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;

c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexeqüíveis;

d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

#### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

##### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.

g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

##### 14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

b.3. As empresas deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

b.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG =  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG =  $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC =  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

##### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

b) Apresentar Alvará de localização e funcionamento da empresa licitante, devidamente autenticado e na validade

14.4. Os documentos acima poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por cartório

competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

14.5. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.6. A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.7. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.8. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.9. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.10. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.11. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.12. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.12.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.12.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.12.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

## 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das

Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

#### 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

#### 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

#### 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus

representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e o respectivo comprovante de abastecimento.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.



**23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul 11 de novembro de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.0 OBJETIVO**

Autorização para abertura de processo licitatório modalidade tipo pregão, para lavagem completa dos carros que compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde, para um período de 06 (seis) meses.

**2.0 JUSTIFICATIVA**

Os serviços são necessários e imprescindíveis para garantir a higienização dos veículos, assim como preservar a vida útil dos mesmos, deixando-os em perfeito estado de conservação, bem como o bem-estar aos pacientes que o utilizam; justifica-se, também, a necessidade da contratação de empresa especializada por não possuímos em nosso quadro funcional servidores e local adequado para realização de tais serviços.

**3.0 LOTE ÚNICO:**

ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Lavação completa Carros pequenos PAB, BEF2777, QJS6863, QJH5323, MMF9634, QIX5634, MKH6195, MKH5305, MKH6135, BCM4723, BCN1182, BCM4571, BCM4572, BCM4575, BCO7918, MKA4936	UNID	180	R\$ 53,33	R\$ 9.599,40
2	Lavação completa Carros pequenos Vigilância Sanitária, QJV2177, QHO1206	UNID	24	R\$ 53,33	R\$ 1.279,92
3	Lavação completa Carros pequenos CAPS, QJM8167	UNID	12	R\$ 53,33	R\$ 639,96
4	Lavação completa Carros pequenos ESF QJS0149, QJS3289, QJS 3359	UNID	36	R\$ 53,33	R\$ 1.918,88
5	Lavação completa Carros pequenos NASF, BDQ2177	Unid	12	R\$ 53,33	R\$ 639,96
6	Lavação completa Carro grande, BDL2777	Unid	12	R\$ 78,33	R\$ 939,96

Valor Total do Lote: 15.018,08

3.1. Os serviços compreenderão: higienização completa do veículo, limpeza externa e interna, aspiração e pulverização e eventualmente lavagem do motor;

3.2. Os serviços serão realizados nos veículos pertencentes à frota da Secretaria da Saúde quinzenalmente em cada veículo, mediante autorização da Secretaria da Saúde;

3.3. A prestação do serviço de lavagem de veículos da frota da Secretaria da Saúde ocorrerá permanentemente nas dependências da Contratada.

**4.0- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**



- 4.1. Cumprir fielmente o que estabelecem as cláusulas e condições deste Termo de Referência, de forma a garantir a qualidade dos serviços a serem executados;
- 4.2. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da Secretaria da Saúde, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a secretaria reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito;
- 4.3. Fornecer o material necessário à execução dos serviços e dispor de todas as ferramentas e equipamentos ao tipo de serviço a ser realizado;
- 4.4. Garantir a qualidade dos serviços executados pelos seus empregados de modo que estes estejam de acordo com o exigido neste Termo quando do cumprimento das obrigações;
- 4.5. Responder pelos danos causados aos veículos e/ou bens da secretaria, quanto resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados;
- 4.6. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

## 5.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e a execução de serviços, através de um servidor designado, fazendo as anotações e registros de todas as ocorrências e determinando o que for necessário a regularização das falhas ou defeitos observados, e ainda propor aplicações de penalidades e a rescisão do contrato, caso a empresa desobedeça qualquer das cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência;
- 5.2. Efetuar o pagamento na forma e prazo pactuados;
- 5.3. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste Termo de Referência;

## 6.0 – FISCALIZAÇÃO

- 6.1. A fiscalização do fornecimento dos materiais será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC, por meio do servidor designado conforme segue:

Coordenadoria do Setor de Transportes

A fiscalização reserva-se ao direito de recusar o serviço que não atenda as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.

## 7.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento do Município, sendo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	2114
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Rec. de Impostos e Trans. Imp-Saúde	10200

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Vigilância Sanitária	2125
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Recurso Ordinário Saúde	20601

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Centro de Assistência Psicossocial - CAPS	2123
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15

VÍNCULO DE RECURSO Transf. SUS/CAPS	13816
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Saúde da Família	2115
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - ESF	16703
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Saúde da Família	2115
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	13814
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	2118
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Rec.de impostos e Trans. Imp - Saúde	10200

## 08. – FORMA DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA

//www.saofranciscodosul.sc.gov.br

8.1. Os serviços serão executados de forma contínua pelo período de 06 (seis) meses, a qual poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, conforme previsto no art. 57 II, da Lei 8.666/93, onde o índice de reajuste a ser aplicado será o IPCA.

## 09. NOTA FISCAL

9.1. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as Ordens de Compra Global, obedecendo a ordem de uma nota fiscal para cada Ordem de Compra para facilidade de empenhamento das mesmas em duas dotações específicas.

9.2. A Nota deverá ser entregue no seguinte endereço:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC / Setor Compras  
Rua: Manoel A. Bueno, 387 (fundos do Hospital Nossa Senhora da Graça)  
Bairro: Rocio Grande Cidade: São Francisco do Sul – SC  
Horário de entrega: De 2ª à 6ª feira, das 08h30min às 13h30min  
E-mail: comprassaude@saofranciscodosul.sc.gov.br

## 10. PAGAMENTO

a) O pagamento dar-se-á ao Fornecedor no prazo de 30 (trinta dias) após a entrega do pedido, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente vista pelo Fiscal do Contrato, atestando o recebimento dos materiais pelo Fundo Municipal de Saúde.

José Carlos da Silva  
Coordenação de Transporte  
ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ....., representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ....., e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ....., portador (a) da Cédula de Identidade RG nº .....e CPF nº ....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº 069/2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital. Com reconhecimento de firma  
ANEXO III

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 069/2019

Pelo presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2019\_\_\_\_, cujo objeto é a Aquisição de ....., de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº. 069/2019

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO V

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 069/2019

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 069/2019 que a Proponente .....  
..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de .....  
....., Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não  
mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos  
ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz,  
a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO VI

Pregão Presencial nº 069/2019

## RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e  
remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br).

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem  
como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: \_\_\_\_\_

C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura

## ANEXO VII

## MINUTA DE CONTRATO

## PREGÃO Nº 069/2019

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO  
MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Aos 00 dias do mês de ----- do ano de 2019, o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do FUNDO MUNICIPAL  
DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ. Sob o nº 03.264.792/0001-08, neste  
ato representado por seu Gestor, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_  
, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ. sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, na rua  
\_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado \_\_\_\_\_, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em de-  
corrência do processo licitatório – PREGÃO Nº 069/2019, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e conformidade com a Lei nº 10.520/2002, o  
Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, aplicar-se-ão  
subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações, têm entre si justo e acertado o seguinte

CLÁUSULA PRIMEIRA



1 Contratação de empresa para prestação de serviços de lavação completa dos carros que compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência Anexo I - parte integrante deste Edital.

#### 1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Lavação completa Carros pequenos PAB, BEF2777, QJS6863, QJH5323, MMF9634, QIX5634, MKH6195, MKH5305, MKH6135, BCM4723, BCN1182, BCM4571, BCM4572, BCM4575, BCO7918, MKA4936	UNID	180		
2	Lavação completa Carros pequenos Vigilância Sanitária, QJV2177, QHO1206	UNID	24		
3	Lavação completa Carros pequenos CAPS, QJM8167	UNID	12		
4	Lavação completa Carros pequenos ESF QJS0149, QJS3289, QJS 3359	UNID	36		
5	Lavação completa Carros pequenos NASF, BDQ2177	Unid	12		
6	Lavação completa Carro grande, BDL2777	Unid	12		

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de sua assinatura pelo período de 06 (seis) meses, prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por rescrito e previamente autorizada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa do contratado bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo termo aditivo.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ xxxxxxxx (-----).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	1901 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2114 – Manutenção de Piso de Atenção Básica Fixo 2115 – Manutenção da Vigilância Sanitária 2123 – Manutenção Centro de Assistência Psicossocial – CAPS 2118 – Manutenção Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar 2125 – Manutenção da Vigilância Sanitária
Elemento de Despesa	333903015 – Limpeza de veículos
Vínculo do Recurso	10200 – Rec. De impostos e de transf. Imp. Saúde 20601 – Recurso Ordinário Saúde 13816 – Transf. SUS/CAPS 16703 – Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado – ESF 13814 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (índice de Preços ao Consumidor) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os serviços serão recebidos após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

## 8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela Secretaria Municipal de Saude, designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

## 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber os serviços de acordo com as especificações;
- b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- c) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços realizados;

- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços. Este dever implica na obrigação de, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços que não atendem as especificações;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Saúde, inerentes ao objeto da presente licitação;
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- h) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- j) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:



11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente normas e princípios gerais dos contratos.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONTRATANTE		CONTRATADA
--	--	------------

Testemunhas:

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

# São João Batista

## PREFEITURA

### ATA 01 - TOMADA DE PREÇOS 1/FUBE/2019

Publicação Nº 2223947

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 1/FUBE/2019

Processo Licitatório nº. 003/Fube/2019 - Ata nº 1/2019 (Sequencia: 1). Às 9h do dia 8 de novembro de 2019, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de São João Batista/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 3.500/2018, para a abertura dos envelopes de habilitação do Processo Licitatório 003/Fube/2019 - Tomada de Preços 001/Fube/2019. Protocolaram, tempestivamente, os envelopes de "habilitação" e "proposta de preço", seis empresas: Açú Construtora e Incorporadora Eireli, Construtora de Angelo Eireli, Construtora Wdd Ltda, Estruturar Construção Civil Ltda, Poli Construções Eireli e Rodrigues & Camargo Ltda. Presente à sessão, o seguinte representante: Sergio Luciano Kuehl - Construtora Wdd Ltda. Dando início à sessão, o Presidente solicitou aos membros da Comissão De Licitação e ao representante presente que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. E, em seguida, não havendo manifestações, passou à abertura dos envelopes "habilitação", colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, os documentos neles contidos. Ressalva-se que, da conferência da documentação da Construtora de Angelo Eireli, a Comissão verificou a ausência de duas páginas - as de número 30 e 57 - conforme ordenamento numérico registrado no conjunto de folhas. Aberta a palavra, o representante da Construtora Wdd Ltda argumentou que as empresas Açú Construtora e Incorporadora Eireli, Construtora de Angelo Eireli, Estruturar Construção Civil Ltda, Poli Construções Eireli e Rodrigues & Camargo Ltda não teriam atendido aos requisitos de capacitação técnica. E, ainda, que as empresas Açú Construtora e Incorporadora Eireli, Poli Construções Eireli e Rodrigues & Camargo Ltda não teriam apresentado apólice de seguro com validade suficiente para execução da obra, assim como as empresas Rodrigues & Camargo Ltda e Construtora de Angelo Eireli não teriam apresentado as certidões enviadas via sistema e-proc. Na sequência, o Presidente suspendeu os trabalhos para consultas aos setores jurídico, de contabilidade e de engenharia. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e representante presente. Registre-se, publique-se.

Gabriel Zunino Duarte  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

### ATA 02 - TOMADA DE PREÇOS 1/FUBE/2019

Publicação Nº 2223949

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 1/FUBE/2019

Processo Licitatório nº. 003/Fube/2019 - Ata nº 2/2019 (Sequencia: 2). Às 15h30 do dia 11 de novembro de 2019, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de São João Batista/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pelo decreto nº 3.500/2018, para a retomada dos trabalhos relativos ao processo licitatório 003/Fube/2019 - tomada de preços 001/Fube/2019. Após análise dos documentos, a comissão resolveu: inabilitar a Açú Construtora e Incorporadora Eireli: por não apresentar seguro garantia com validade de acordo com o prazo de execução da obra (item 8.6, II); e pela não qualificação de cada um dos membros da equipe técnica (item 13.1.6.1, "f"). Inabilitar a Construtora de Angelo Eireli: pela não apresentação de certidão emitida via sistema e-proc (item 13.1.4, "c"); pela não apresentação das certidões de pessoa física e de vínculo com a empresa do profissional apontado como responsável técnico pelas áreas de engenharia civil e elétrica (item 13.1.5, letra "a", e item 13.1.5, letra "d"); pela não demonstração das capacitações técnico-operacional (item 13.1.5, "b5") e técnico-profissional (item 13.1.5, "c5"); e pela não qualificação de cada um dos membros da equipe técnica (item 13.1.6.1, letra "f") (13.1.4, "c"). Habilitar a Construtora Wdd Ltda pelo cumprimento de todos os requisitos do edital. Inabilitar a Estruturar Construção Civil Ltda: pela não demonstração da capacitação técnico-operacional (item 13.1.5, "b5"); pela não apresentação da declaração que o ato constitutivo é vigente (item 13.1.6.1, "c"); e pela não qualificação de cada um dos membros da equipe técnica (item 13.1.6.1, "f"). Inabilitar a Poli Construções Eireli: por não apresentar seguro garantia com validade de acordo com o prazo de execução da obra (item 8.6, II); e pela não qualificação de cada um dos membros da equipe técnica (item 13.1.6.1, "f"). Inabilitar a Rodrigues & Camargo Ltda: por não apresentar seguro garantia com validade de acordo com o prazo de execução da obra (item 8.6, II); pela apresentação de certidão emitida via sistema e-proc com data expirada (item 13.1.4, "c"); pela não demonstração das capacitações técnico-operacional (item 13.1.5, "b4") e técnico-profissional (item 13.1.5, "c4"); pela não apresentação da declaração que o ato constitutivo é vigente (item 13.1.6.1, "c"); e pela não qualificação de cada um dos membros da equipe técnica (item 13.1.6.1, "f"). Em prosseguimento, o presidente abriu o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a fruição do prazo recursal previsto no art. 109, I, "a", da Lei Federal 8.666/93. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e representantes presentes. Registre-se, publique-se, intimem-se.

GABRIEL ZUNINO DUARTE  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**DECRETO FUNCIONAL Nº 283/2019**

Publicação Nº 2223808

DECRETO FUNCIONAL Nº 283, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei nº 2.341/2003, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida a Lei Federal nº 10.887/04, declara a vacância do cargo público da servidora LUCIANI BERNARDO DE ANDRADE, a partir de 11/11/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei nº 2.341/2003, à servidora LUCIANI BERNARDO DE ANDRADE, detentora da matrícula funcional nº 4044, inscrita no CPF nº 864.054.709-20 e no PASEP nº 10814165254, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 hs, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 35,97% (trinta e cinco vírgula noventa e sete por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), que será paga mensalmente pelo IPRESJB.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 001/2003 - Estatuto dos Servidores do Município de São João Batista

Art. 4º Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 11/11/2019.

Gabinete do Prefeito, em 11 de novembro de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 025/SISAM/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/SISAM/2019**

Publicação Nº 2222787

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 025/SISAM/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/SISAM/2019

LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA COM RESERVA DE COTA DE 25% PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICRO-EMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

O SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede à Rua José Antônio Soares nº 2533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO 025/SISAM/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/SISAM/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS NOVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL - SISAM DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 27/11/2019. Abertura dos envelopes: 09h do dia 27/11/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, ou pelos e-mails: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br) ou [licita02@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita02@sjbatista.sc.gov.br), no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 11 de novembro de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 73/2019

Publicação Nº 2223419

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 1/12  
Processo Nº.: 106/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 73/2019

No dia 11 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 90/2019, Processo Licitatório nº. 106/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES, ESCOLAS E NÚCLEOS INFANTIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11920	ADB- COMÉRCIO E SERVICOS LTDA	2, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 20, 26, 53, 57
16929	ANGELINA VOLPATO BAGIO ME	1
11917	GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP	8, 25, 32, 33, 37, 38, 39, 47, 49, 52
11618	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA	
16927	J.M. ESPORTES LTDA	
16928	JOÃO CARLOS LOPES OKUYAMA ME	21
16932	JOSÉ PAULO BITTENCOURT	31, 42
12371	JUNKES DISTRIBUIDORA LTDA	
11919	KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA	23, 34, 51
11862	L. MOHR EIRELI	3, 6, 9, 19, 24, 27, 28, 35, 41, 44, 48, 54
16931	MAGNUM INDÚSTRIAE COMÉRCIO DE REDES ESPORTIVAS EIR	45, 46, 50, 55, 56
12278	MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA	7, 40, 43
13590	PUBLICITI DISTRIBUIDORA LTDA	
16826	RAFAELA OLIMPIO MACHADO	
12179	REGENSY COMERCIO LTDA	14, 22
16890	S. SCHNEIDER	
12282	SONHOS COLCHÕES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP	
16930	TIAGO DANIEL IZOLAN	4, 5, 15, 16, 29, 30, 36
12276	TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ADB- COMÉRCIO E SERVICOS LTDA	20.191.734/0001-02	DILNEI BITTENCOURT	464.520.959-00
ANGELINA VOLPATO BAGIO ME	27.382.228/0001-40	EDSON BAGIO	714.898.869-15
GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP	20.257.784/0001-45	AGNALDO MARTINS DE SOUZA	421.385.829-49
IGOR CORREIA DE SIQUEIRA	20.525.422/0001-98	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO	053.001.379-79
J.M. ESPORTES LTDA	10.892.922/0001-04	JOSEMAR SAOM	037.946.659-70
JOÃO CARLOS LOPES OKUYAMA ME	14.037.880/0001-85	VILMAR FERNANDES NERY	447.753.509-00
JOSÉ PAULO BITTENCOURT	08.272.612/0001-45	JOSE PAULO BITTENCOURT	246.232.299-04
JUNKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	THIAGO SIMÃO WEISS	077.403.769-57
KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA	02.150.800/0001-14	VOLNEI PEDRO KALINOVSKI	706.489.050-04
L. MOHR EIRELI	07.261.562/0001-38	HERCULANO DE CARVALHO JUNIOR	634.582.509-30
MAGNUM INDÚSTRIAE COMÉRCIO DE REDES ESPORTIVAS	11.358.329/0001-45	LEANDRO RODRIGUES PADOVANI	024.323.949-17
MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA	02.459.406/0001-62	EDISON LUÍS MAYRER	021.464.530-44
PUBLICITI DISTRIBUIDORA LTDA	01.098.455/0001-54	CARLOS ROBERTO GONÇALVES DE	1086.332.529-70
RAFAELA OLIMPIO MACHADO	34.268.429/0001-86	HERIVELTO HERMENEGILDO	501.365.189-15
REGENSY COMERCIO LTDA	03.970.005/0001-35	DORIVAL RESCAROLI	465.718.929-87
S. SCHNEIDER	28.629.492/0001-06	ALAN J. SOARES MACHADO	008.356.180-30
SONHOS COLCHÕES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP	00.967.676/0001-59	ALBERTO LEVY	591.009.748-20
TIAGO DANIEL IZOLAN	32.076.501/0001-48	GRABIEL DE LIMA SOUTO	026.559.320-48
TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI	73.710.394/0001-45	JOCELI MANOEL PEREIRA	682.798.849-04

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 2/12  
 Processo Nº.: 106/2019  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES, ESCOLAS E NÚCLEOS INFANTIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Fornecedor: 11862 - L. MOHR EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	BAMBOLÊ 50 CM MATERIAL EM PLÁSTICO RÍGIDO, CERTIFICADO PELO INMETRO, DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (CM): 50 CM (DIÂMETRO), 20 MM ESPESSURA, CORES VARIADAS, ARCO DE ALTA QUALIDADE.	UN	CM	400,000	1,3400	536,00
6	BAMBOLÊ 75CM MATERIAL EM PLÁSTICO RÍGIDO, CERTIFICADO PELO INMETRO, CORES VARIADAS, ARCO DE ALTA QUALIDADE.	UM	CM	400,000	1,7400	696,00
9	BOLA DE BORRACHA - BOLA PARA INICIAÇÃO ESPORTIVA Nº 8, NAS CORES AMARELA, AZUL, VERDE E VERMELHA, EM BORRACHA MIOLO DE VALVULA REMOVÍVEL	UN	SM	500,000	8,0000	4.000,00
19	BOMBA DE ENCHER BOLA, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO, DUPLA AÇÃO IDEAL PARA ENCHER BOLAS, ACOMPANHADA COM MANGUEIRA FLEXÍVEL ROSQUEÁVEL E BICO (AGULHA).	UN	MGS	70,000	15,8900	1.112,30
24	CONE DE PLÁSTICO MEDINDO 50CM DE ALTURA, NAS CORES: AMARELO, AZUL, VERMELHO E VERDE.	UN	KTL	300,000	6,1000	1.830,00
27	CORDA EM SISAL - CORDA DE PULAR DE SISAL COM 05 METROS.	UN	PG	200,000	7,6000	1.520,00
28	CRONÔMETRO DIGITAL, COM FUNÇÃO HORA E CALENDÁRIO; A PROVA D'ÁGUA; FUNÇÕES ALARME, BÚSSOLA E CRONOMETRAGEM DE TEMPO, ALIMENTAÇÃO EM BATERIA DE LÍTIO. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (CM) - AXLXP, 2,0X6,0X7,5CM, COR: PRETO, COMPOSIÇÃO/MATERIAL: CAIXA DE PLÁSTICO ABS; PESO LÍQ. APROXIMADO DO PRODUTO (KG): 250G.	UN	VOLLO	80,000	21,0000	1.680,00
35	JOGO DE DAMA JOGO ESPORTIVO OFICIAL DE DAMA/TRIA, COM TABULEIRO CONFECCIONADO EM MADEIRA, MEDINDO: 300X300-MM, E CASAS ALTERNADAS DE 32X32MM, COM ABERTURA EM UMA DAS LATERAIS, PARA GUARDAR E RETIRAR AS PEÇAS DO JOGO, AS PEÇAS DEVEM SER CONFECCIONADAS EM PLÁSTICO COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 26MM E ALTURA DE 5MM, A EMBALAGEM DEVERÁ TER SELO DO INMETRO	UN	PG	200,000	17,0000	3.400,00
41	MESA DE FUTEBOL DE MESA (PEBOLIM) EM PADRÕES OFICIAIS. ESPECIFICAÇÕES DETALHADA: MESA DE PEBOLIM, COM ESTRUTURA EM MADEIRA DE LEI MACIÇA; ACABAMENTO EM MADEIRA (COM VERNIZ TINGIDO DE ALTA QUALIDADE, OU ESMALTE APROPRIADO PARA MADEIRA) OU FÓRMICA; VARÕES PASSANTES EMBUTIDOS E ZINCADO OU CROMADOS; COMPO NA COR VERDE OU AZUL, COM DETALHES EM BRANCO (MARCAÇÕES), OU BRANCO COM DETALHES EM VERMELHO; ACOMPANHA ACESSÓRIOS (KIT DE MESA) COM 7 (SETE) BOLAS MACIÇAS; COM CONTADOR DE PONTOS; BONECOS EM POLIPROPILENO OU ALUMÍNIO FUNDIDO COM PINTURA EPÓXI (EM CORES ALTERNADAS PARA CADA "TIME" COLETOR DE BOLAS EM BANDEJA EMBUTIDA; DISPOSIÇÃO DOS JOGADORES: GOLEIRO - 2 DEFENSORES - 5 MEIO CAMPISTA - 3 ATACANTES; GIRO DE 360° DO GOLEIRO. DIMENSÕES: (MÍNIMAS PARA COMPRIMENTO X LARGURA): 1,37M X 0,78M E ATÉ 0,90M (ALTURA).	UN	KLOPF	20,000	720,0000	14.400,00
44	MINI CONE DE PLÁSTICO MEDINDO 23CM DE ALTURA. NA COR LARANJA COM LISTRA BRANCA.	UN	CM	300,000	3,6400	1.092,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 3/12

Processo Nº.: 106/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

**Fornecedor: 11862 - L. MOHR EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
48	PETECA ARTESANAL E REFORÇADA. COM BASE EM COURINO, PRODUZIDA COM PENAS MACIAS E FLEXÍVEIS - COM PENAS DE BOA QUALIDADE FIXADAS POR COLAGEM E PRESILHA PLÁSTICA TORNANDO A PETECA MUITO RESISTENTE. - PENAS COLORIDAS, MACIAS E FLEXÍVEIS PARA NÃO CAUSAR FERIMENTOS. - ENCHIMENTO COM SERRAGEM DE MADEIRA EM MÁQUINA APROPRIADA PROPORCIONANDO FIRMEZA E RESISTÊNCIA NA ESTRUTURA DA PETECA. - EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO - CORES SORTIDAS - ORIGEM NACIONAL	UM	PG	300,000	4,2000	1.260,00
54	TATAME DE EVA TAMANHO 050X050 INFANTIL	UN	HT	400,000	4,3000	1.720,00

**Fornecedor: 11917 - GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	BOLA DE BASQUETE- MATRIZADA BORRACHA 72 - 74 CM 450 - 500 G CÂMARA AIRBILITY - MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO	UN	MAGUSSY	50,000	28,2000	1.410,00
25	CONE DE PLÁSTICO MEDINDO 50CM DE ALTURA, NA COR LARANJA COM LISTRA NA COR BRANCA.	UN	KTELI	300,000	5,8500	1.755,00
32	JOGO DE DOMINÓ - JOGO ESPORTIVO OFICIAL DE DOMINÓ COM 28 PEÇAS CONFECCIONADO EM POLIETILENO COR BRANCA COM PINGOS PRETOS MEDINDO: 25 MM DE ALTURA X 50 MM DE COMPRIMENTO E 10 MM DE ESPESSURA COM SELO DO INMETRO.	UN	DOUBLE SIX	250,000	14,8600	3.715,00
33	JOGO DE XADREZ - JOGO ESPORTIVO DE XADREZ OFICIAL PARA COMPETIÇÃO COM TABULEIRO DOBRÁVEL, EM COURO SINTÉTICO MEDINDO: 50 X 50 CM, JOGO DE PEÇAS, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIETILENO INJETADO, SENDO QUE A REFERÊNCIA DE TAMANHO SEJA O REI, COM NO MÍNIMO 10CM DE ALTURA, O MESMO DEVERÁ ACOMPANHAR MANUAL DE APRENDIZAGEM DO JOGO E SELO INMETRO.	UN	BOTTICELLI	50,000	47,5800	2.379,00
37	KIT BOLA PEBOLIN COM 06 UNIDADES, MATERIAL: TERMO PLÁSTICO (MATERIAL UTILIZADO DE ALTO IMPACTO) MEDIDA DA BOLINHA: 35MM, QUANTIDADE: 6, COR: BRANCO, PESO APROX.: 40G, MEDIDAS DO PRODUTO: 20 CM X 11 CM (C X L) CUBAGEM: 0,085M³, PESO APROXIMADO: 240 GR.	KIT	PANGUE	100,000	9,1400	914,00
38	KIT BOLA PING PONG LARANJA 6 UNIDADES, KIT ACOMPANHA 6 BOLAS, CONFECCIONADA EM ACETATO DE CELULOSE, COR: ALARANJADA, DIÂMETRO: 4 CM, PESO: 4G.	KIT	VOLLO	300,000	5,1200	1.536,00
39	KIT DE BADMINTON COM 4 RAQUETES, 3 PETECAS, REDE, GANCHOS E SUPORTES PARA FIXAÇÃO ACOMPANHA CAPA COM ALÇA PARA O TRANSPORTE DO KIT. COMPOSIÇÃO: EM TITANÍUM E POLIAMIDA DIMENSÕES DA RAQUETE (C X L X A): 66 CM X 20 CM X 1,2 CM PESO APROXIMADO DO KIT: 960 G. GARANTIA: 12 MESES.	KIT	HYPER	60,000	124,4400	7.466,40
47	PEGA VARETA, MATERIAL EM PLÁSTICO, COM 21 VARETAS, PALITOS FABRICADO COM POLIESTIRENO E PIGMENTOS DE ALTA PUREZA E RESISTÊNCIA, PRODUTO COM SELO DO INMETRO.	UN	MINITOYS	250,000	4,3900	1.097,50
49	REDE DE VÔLEI - REDE COMPLETA (FITA, CABO DE AÇO, ANTENA DE FIBRA DE VIDRO). MATERIAL: POLIETILENO COM 4 LONAS SINTÉTICAS DE FIO 2,5 MM. SUPORTE PLÁSTICO NAS PONTAS SUPERIORES QUE IMPEDEM A AÇÃO CORTANTE DO CABO. QUADRO ESTRUTURAL EM CORDA DE NYLON 6MM. MEDIDAS: 10 M X 1 M. MALHA 10, RESISTENTE A RAIOS.	UN	PANGUE	25,000	158,0000	3.950,00
52	TABELA DE BASQUETE PARA FIXAÇÃO. TABELA DE BASQUETE CONFECCIONADA EM MDF 9MM COM ILUSTRAÇÕES TIPO AMERICANA. POSSUI ARO DE FERRO 36CM DE DIÂMETRO TRELIFADO E REDE DE NYLON.	UN	KLOPF	30,000	79,0000	2.370,00

**Fornecedor: 11919 - KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	COLETE INFANTIL, MEDINDO 69X38 CMS, DUPLA FACE, COLORIDO NAS CORES: AMARELO, VERDE, VERMELHO E AZUL, ELÁSTICO NAS LATERAIS 100% POLIESTER	UN	KANGA	400,000	11,9500	4.780,00
34	JOGO DE XADREZ OFICIAL CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO, CONTÉM 32 PEÇAS, 01 TABULEIRO EM NAPA IMPRESSO EM SILK-SCREEN, COM 04 PONTEIRAS EM ALUMÍNIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 450 X 450 MM. A PEÇA DO REI MEDE APROXIMADAMENTE 100 MM. ACONDICIONADO EM SACOLA DE TECIDO. E SELO INMETRO.	UM	SONHO DE C	150,000	39,4000	5.910,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 4/12

Processo Nº.: 106/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

**Fornecedor: 11919 - KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
51	SLACKLINE - ESPECIFICAÇÕES: COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, FITA COM 15 M DE COMPRIMENTO, CATRACA RESISTENTE E PRECISA. SUPORTA ATÉ 3000KG	UN	PIATA	50,000	105,0000	5.250,00

**Fornecedor: 11920 - ADBX- COMÉRCIO E SERVICOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	APITO PROFISSIONAL POTENTE COM 90DB, O APITO AX PROFISSIONAL POSSUI 2 ORIFÍCIOS E VEM COM CORDÃO PARA PENDURAR NO PESCOÇO.NÍVEL DE SOM: 90DB APROXIMADAMENTE. COMPOSIÇÃO : PLÁSTICO ATÓXICO.CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 APITO PROFISSIONAL E 1 CORDÃO PARA PENDURAR NO PESCOÇO.ORIFÍCIOS SAÍDA DE AR: 2 ORIFÍCIOS, SEM BOLINHA. AS CORES VARIADAS	UN	ROCT	100,000	10,3000	1.030,00
10	BOLA DE FUTEBOL RXR2 410-450 G. CIRCUNFERENCIA 68-70 CM 32 GOMOS ULTRAFUSION GARANTIA DO FABRICANTE: 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	UM	MAGUSSI	50,000	49,0000	2.450,00
11	BOLA DE FUTSAL BRASIL 70 R2 MATRIZADA COSTURADA A MÁQUINA COM 32 GOMOS, CAMARA 6D MIOLO REMOVIVEL 62-64 CM	UM	MAGUSSI	100,000	45,0000	4.500,00
12	BOLA DE FUTSAL TAMANHO INFANTIL PU 8 GOMOS 55 - 59 CM MIOLO SLIP REMOVÍVEL	UN	MAGUSSI	140,000	49,0000	6.860,00
13	BOLA DE HANDEBOL H1L 50-52 CM ULTRAFUSION 290-330 G.	UM	MAGUSSI	50,000	60,0000	3.000,00
17	BOLA FUTEBOL CAMPO, ULTRA FUSION PVC 32 GOMOS 68 - 70 CM 410 - 450 G CÂMARA AIRBILITY MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	UN	MAGUSSI	120,000	55,7000	6.684,00
18	BOLA HANDEBOL ULTRA FUSION PVC 32 GOMOS 49 - 51 CM 230 - 270 G CÂMARA AIRBILITY MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO - MOD. HAND H1 L	UN	MAGUSSI	50,000	59,8000	2.990,00
20	CAMISA DE GOLEIRO MANGA LONGA ALMOFADADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER DRY GRAMATURA 130G;	UN	FANATC	100,000	27,0000	2.700,00
26	CORDA EM SISAL- CORDA DE PULAR DE SISAL COM 02 METROS; CABOS DE MADEIRA TORNEADOS E COLORIDOS TIPO INFANTIL.	UN	RAICHER	200,000	4,3000	860,00
53	TATAME DE EVA (ETILENO VINIL ACETADO), PRODUTO FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA ESPECIAL PARA TATAMI, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO CONTRA QUEDAS, TEM A SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, ATÓXICO; DIVERSAS CORES; TAMANHO: 1M X 1M; ESPESSURA: 15MM; ACOMPANHA BORDAS PARA ACABAMENTO RETO PELÍCULA SILICONIZADA COM TEXTURA ESPECIAL COMPOSIÇÃO: E.V.A COPOLÍMERO, ATILENO ACETATO DE VINILA ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA IMPACTOS; ENCAIXE DE 4 LADOS.	UN	PORTO	350,000	22,0000	7.700,00
57	TUBO COM 3 PETECAS DE BADMINTON, CONFECCIONADAS EM NYLON COM BASE DE CORTIÇA.	KIT	VOLVO	100,000	18,0000	1.800,00

**Fornecedor: 12179 - REGENSY COMERCIO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14		01	classe	50,000	19,6000	980,00
22	COLETE ADULTO, MEDINDO 71X40 CMS, DUPLA FACE, COLORIDO NAS CORES: AMARELO, VERDE, VERMELHO E AZUL, ELÁSTICO NAS LATERAIS 100% POLIÉSTER	UN	trb	400,000	11,8000	4.720,00

**Fornecedor: 12278 - MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	BOLA DE BASQUETE- 100% BORRACHA MEDINDO 75-78 CM 650-650 G	UM	Convoy	100,000	23,4000	2.340,00
40	KIT PING- PONG- COMPOSTO POR REDE DE TÊNIS, 02 SUPORTES PARA REDE, 3 BOLINHAS E DUAS RAQUETES.	KIT	Convoy	200,000	23,4000	4.680,00
43	MINI CONE DE PLÁSTICO MEDINDO 23CM DE ALTURA. NAS CORES: AMARELO, AZUL, VERMELHO E VERDE.MINI CONE DE PLÁSTICO MEDINDO 23CM DE ALTURA. NAS CORES: AMARELO, AZUL, VERMELHO E VERDE.	UN	Plastcor	300,000	3,2500	975,00

**Fornecedor: 16928 - JOÃO CARLOS LOPES OKUYAMA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
21	COLCHONETE PARA PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E GINÁSTICA C/ REVESTIMENTO IMPERMEÁVEL REVESTIDO COM NAPA OU COURVIN, MEDINDO 1,00 X 0,60 X 0,04, COR: AZUL ROYAL. DENSIDADE DA ESPUMA D26. PESO APROXIMADO: 330 G	UN	VITTAFLX	600,000	28,9000	17.340,00



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 5/12

Processo Nº.: 106/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

**Fornecedor: 16929 - ANGELINA VOLPATO BAGIO ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ANTENA PARA VÔLEI ANTENAS CONFECCIONADAS EM FIBRAS DE VIDRO COM AJUSTES EM PVC E FITA COM SISTEMA DE AJUSTE POR VELCRO. O PAR.	PAR	PANGUE	245,000	20,0000	4.900,00

**Fornecedor: 16930 - TIAGO DANIEL IZOLAN**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	BAMBOLÊ 63CM MATERIAL EM PLÁSTICO RÍGIDO, CERTIFICADO PELO INMETRO, CORES VARIADAS, ARCO DE ALTA QUALIDADE.	UN	CEMAR/CM50	15,000	1,5000	22,50
5	BAMBOLÊ 64 CM, MATERIAL EM PLÁSTICO RÍGIDO, CERTIFICADO PELO INMETRO, DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (CM): 64 CM (DIÂMETRO), 20 MM ESPESSURA, CORES VARIADAS, ARCO DE ALTA QUALIDADE.	UN	CEMAR/CM50	400,000	1,5000	600,00
15	BOLA DE VOLEI- MATRIZADA PU 18 GOMOS 65 - 67 CM 260 - 280 G CÂMARA AIRBILITY MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO	UN	MAGUSSY/10	40,000	39,0200	1.560,80
16	BOLA DE VOLEI-7.0, MEDINDO 65 - 67 CENTÍMETROS DE DIÂMETRO, MATRIZADA COM 18 GOMOS EM PU ULTRA MACIA.	UM	MAGUSSY/10	80,000	39,0200	3.121,60
29	DISCO DE FRISBEE CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE. MEDIDAS: 24CM DE ALTURA X 24CM DE LARGURA. DIÂMETRO: 75CM PESO: 125G" CORES VARIADAS.	UN	MINITOYS/30	300,000	2,5900	777,00
30	FITA/FAIXA DE DEMARCAÇÃO COM 5CM DE LARGURA, COR: PRETO; FEITA DE MATERIAL SINTÉTICO IMPERMEÁVEL, DESENVOLVIDA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA CBAT/ IAAF. INCLUI ILHOSAS NAS PONTAS E PRESILHAS DE FIXAÇÃO. PODE SER USADA TAMBÉM NA MARCAÇÃO DE QUADRAS DE VOLEI DE PRAIA, FUTEVÔLEI, BADMINTON DENTRE OUTROS ESPORTES. PREÇO POR METRO.	MT	CDC/CDC-5	600,000	1,3500	810,00
36	JOGO UNO (JOGO DE MESA) COMPOSIÇÃO/MATERIAL: CARTÃO COUCHÉ, CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 144 CARTAS, DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM DO PRODUTO (CM) - AXLXP: 14X9X2CM, PESO APROXIMADO DA EMBALAGEM C/ PRODUTO (KG): 173G	UN	COPAG/98190	210,000	9,9900	2.097,90

**Fornecedor: 16931 - MAGNUM INDÚSTRIAS E COMÉRCIO DE REDES ESPORTIVAS EIR**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
45	PAR DE POSTES PARA VÔLEI DE QUADRA OFICIAL COM AJUSTE DE ALTURA E CATRACA, CONFECCIONADO EM TUBO REDONDO EM AÇO GALVANIZADO DIÂMETRO DE 5" POLEGADAS ALTURA OFICIAL 2,55 MTS, PREPARADO COM RAMERIT E FUNDO CONTRA FERRUGEM E PINTADO NA COR BRANCA. CARACTERÍSTICAS CONJUNTO (PAR) DE POSTES. DIÂMETRO EXTERNO: 5" POLEGADAS ESPESSURA: 5MM PINTURA EM PRIMER E ACABAMENTO NA COR BRANCA. DIMENSÕES 2,80 MTS (0,25 CMS P/CHUMBAR CHÃO) X 15CM X 7,5CM - 40 KG (PAR) ACESSÓRIO INCLUSO POSSUI CATRACA E AJUSTE DE ALTURA DO CABO DE AÇO. ACESSÓRIO INCLUSO LUVAS DE CHUMBAMENTO DE CHÃO EM PVC PARA ENCAIXE DO POSTE.	PAR	MAGNUM	20,000	380,0000	7.600,00
46	PAR REDE GOL FUTSAL FIO 8 MALHA 12 MODELO VÊU FUTEBOL DE SALÃO FIO 4MM MALHA 12 X 12, MEDIDAS DE 3,00 X 2,20 X 0,40 X 0,80 METROS, FIOS TRANÇADOS FORMANDO A CORDA CONFECCIONADA EM MONOFILAMENTOS NO MATERIAL DE POLIETILENO (NYLON)100% VIRGEM COM TRATAMENTO UV CONTRA A AÇÃO DOS RAIOS ULTRAVIOLETAS E AÇÕES CLIMÁTICAS. GARANTIA DE DEFEITO DE FABRICAÇÃO. GARANTIA DO FABRICANTE DE 5 ANOS EM CONDIÇÕES NORMAIS DE USO.	PAR	MAGNUM	30,000	99,9000	2.997,00
50	REDE ESPORTIVA PARA PROTEÇÃO LATERAL E FUNDO DE QUADRA E CAMPO DE FUTEBOL QUADRA DE FUTSAL, QUADRA DE VÔLEI ENTRE OUTROS, CONFECCIONADA NO FIO 4 MM NA MALHA 12 X 12 COM MALHAS NO FORMATO QUADRADO, COM MATERIAL EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE 100% VIRGEM, ESTABILIZADO CONTRA A AÇÃO DOS RAIOS ULTRAVIOLETA (U.V.A), TRANÇADO FORMANDO A CORDA CONFECCIONADA EM MONO FILAMENTOS. DISPONÍVEL NAS CORES (AZUL, VERDE, BRANCA, VERMELHA) OU EM DUAS CORES DA SUA PREFERÊNCIA, COM MALHAS NO FORMATO QUADRADO. GARANTIA DO FABRICANTE DE 5 ANOS EM CONDIÇÕES NORMAIS DE USO. VALOR POR METRO.	MT	MAGNUM	300,000	3,9000	1.170,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/12

## PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 106/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

**Fornecedor: 16931 - MAGNUM INDÚSTRIAE COMÉRCIO DE REDES ESPORTIVAS EIR**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
55	TRAVE DE FUTSAL COM BUCHA DE ESPERA PARA PISO MEDINDO 5,00M X 2,20M COM REDE EM FIO 4MM 100% NYLON COM PROTEÇÃO UV. TRAVE PROFISSIONAL, CONFECCIONADAS EM TUBOS DE AÇO CARBONO COM 5" COM REQUADRO EM TUBO DE 1" POLEGADA, PINTADA NA COR BRANCA. REDE RESISTENTE EM FIO 100% NYLON COM PROTEÇÃO UV. PESO APROXIMADO DO PRODUTO 30KG. GARANTIA DO FORNECEDOR 12 MESES.	UN	MAGNUM	20,000	1.170,0000	23.400,00
56	TRAVE DE FUTSAL COM BUCHA DE ESPERA PARA PISO MEDINDO 5,00M X 2,20M COM REDE EM FIO 4MM 100% NYLON COM PROTEÇÃO UV. TRAVE PROFISSIONAL, CONFECCIONADAS EM TUBOS DE AÇO CARBONO COM 5" COM REQUADRO EM TUBO DE 1" POLEGADA, PINTADA NA COR BRANCA. REDE RESISTENTE EM FIO 100% NYLON COM PROTEÇÃO UV. PESO APROXIMADO DO PRODUTO 30KG. GARANTIA DO FORNECEDOR 12 MESES.	UN	MAGNUM	15,000	1.160,0000	17.400,00

**Fornecedor: 16932 - JOSÉ PAULO BITTENCOURT**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
31	JOGO DE CAMISAS COMPLETO, CONTENDO: 14 UNIDADES DE CAMISA DE LINHA EM TECIDO 100% POLIÉSTER DRY GRAMATURA 130G COM ESTAMPA TOTAL EM TRANSFER;	JG	LANCE	100,000	349,9000	34.990,00
42	MESA DE TÊNIS DE MESA. COM ESTRUTURA EM MADEIRA MDP, TEM 15MM DE ESPESSURA E POSSUI MEDIDAS E DEMARCAÇÕES DE ACORDO COM OS PADRÕES DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DO TÊNIS DE MESA (ITTF - INTERNATIONAL TABLE TENNIS FEDERATION). COM 2,74M DE COMPRIMENTO, MESA DOBRÁVEL, MESA COM RODINHA.	UN	KLOPF	20,000	789,0000	15.780,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 7/12  
**Processo Nº.: 106/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 8/12  
Processo Nº.: 106/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 9/12  
Processo Nº.: 106/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 10/12  
Processo Nº.: 106/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**Página: 11/12  
Processo Nº.: 106/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 11 de Novembro de 2019.

Assinatura do Responsável

**Empresas Participantes:**

ADBX- COMÉRCIO E SERVICOS LTDA

CNPJ: 20.191.734/0001-02 \_\_\_\_\_

ANGELINA VOLPATO BAGIO ME

CNPJ: 27.382.228/0001-40 \_\_\_\_\_

GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP

CNPJ: 20.257.784/0001-45 \_\_\_\_\_

IGOR CORREIA DE SIQUEIRA

CNPJ: 20.525.422/0001-98 \_\_\_\_\_



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**Página: 12/12  
Processo Nº.: 106/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 11 de Novembro de 2019.

---

**Assinatura do Responsável****Empresas Participantes:**

J.M. ESPORTES LTDA	CNPJ: 10.892.922/0001-04	_____
JOÃO CARLOS LOPES OKUYAMA ME	CNPJ: 14.037.880/0001-85	_____
JOSÉ PAULO BITTENCOURT	CNPJ: 08.272.612/0001-45	_____
JUNKES DISTRIBUIDORA LTDA	CNPJ: 25.267.561/0001-82	_____
KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA	CNPJ: 02.150.800/0001-14	_____
L. MOHR EIRELI	CNPJ: 07.261.562/0001-38	_____
MAGNUM INDÚSTRIAE COMÉRCIO DE REDES ESPORTIVAS E	CNPJ: 11.358.329/0001-45	_____
MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA	CNPJ: 02.459.406/0001-62	_____
PUBLICITI DISTRIBUIDORA LTDA	CNPJ: 01.098.455/0001-54	_____
RAFAELA OLÍMPIO MACHADO	CNPJ: 34.268.429/0001-86	_____
REGENSY COMERCIO LTDA	CNPJ: 03.970.005/0001-35	_____
S. SCHNEIDER	CNPJ: 28.629.492/0001-06	_____
SONHOS COLCHÕES INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA EPP	CNPJ: 00.967.676/0001-59	_____
TIAGO DANIEL IZOLAN	CNPJ: 32.076.501/0001-48	_____
TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI	CNPJ: 73.710.394/0001-45	_____

# São João do Sul

## PREFEITURA

### CONT. Nº 74\_2019\_PREF-ERRATA

Publicação Nº 2223370

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

ERRATA EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2019

Na página nº 1582 da Edição nº 2964 do dia 25/10/2019

DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

ONDE SE LÊ:

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 35/2019 [...].

LEIA-SE:

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 36/2019 [...].

São João do Sul/SC, 11 de novembro de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

### DECRETO N.º 085 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2223682

DECRETO N.º 085 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Estabelece o Calendário de Vencimento dos Tributos Municipais para o exercício financeiro de 2020 e, dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos Arts. 235 e 329 da Lei Municipal nº. 629, de 17 de dezembro de 1990 c/c o Art. 24, II, da Lei Complementar nº. 002, de 17 de dezembro de 2003;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Calendário de Vencimentos dos Tributos Municipais, para o exercício financeiro de 2020, conforme segue:

#### a) Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU):

Quota Única .....	13/04/2020	(Com 20% de desconto)
1ª Parcela .....	13/04/2020	
2ª Parcela .....	11/05/2020	
3ª Parcela .....	10/06/2020	

#### b) Taxa de Licenciamento para Funcionamento (Alvará)

Quota Única .....	28/02/2020	
1ª Parcela .....	28/02/2020	
2ª Parcela .....	31/03/2020	

#### c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - Fixo

Quota Única .....	28/02/2020	
1ª Parcela .....	28/02/2020	
2ª Parcela .....	31/03/2020	
d) Alvará Vigilância Sanitária		
Quota Única .....	10/03/2020	

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
11 de novembro de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 086 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223683

DECRETO N.º 086 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Reajusta valores dos Tributos Municipais para o exercício financeiro de 2020 e, dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o dispositivo da Lei Municipal nº. 344 de 11 de novembro de 1977 c/c o art. 421, Parágrafo Único, da Lei Municipal n.º 629, de 17 de dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal);

**DECRETA:**

Art. 1º - Os valores dos Tributos Municipais para o exercício financeiro de 2020, ficam reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, conforme alíquota apurada nos últimos doze meses, período de novembro de 2018 a outubro de 2019, em 2,55% (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento).

Art. 2º - Fica estabelecido o valor da Unidade Fiscal Monetária – UFM, instituída pela Lei Municipal n.º 344, de 11 de novembro de 1977, para o ano fiscal de 2020, em R\$ 74,36 (setenta e quatro reais e trinta e seis centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2020, revogando-se o Decreto nº 116, de 19 de dezembro de 2018, em conformidade com a Súmula n.º 160, do STJ.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
11 de novembro de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 087 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2223799

DECRETO Nº 087 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1847 de 12 de dezembro 2018 (Lei Orçamentária);

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS  
26.782.0017.2042 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL.

3.3.90.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

TOTAL ..... R\$ 25.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado excesso de arrecadação de recurso vinculado do FEP - Fundo Especial do Petróleo, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
11 de novembro de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 46-2019**

Publicação Nº 2223934

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL – EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2019 – O Prefeito Municipal torna público que foi homologado o Processo de Licitação nº 46/2019, no dia 08/11/2019, que tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa p/contratação de empresa especializada, p/ pavimentação asfáltica, terraplanagem, drenagem pluvial e sinalização da Rodovia Municipal SJS-124, entre as comunidades de Encruzo e Campestre, com extensão de 1.000m, conforme localização, condições, especificações, quantitativos, dados técnicos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, projetos, edital e anexos. Após julgamento da habilitação e proposta de preços restou vencedora a empresa BCL EMPREENDIMENTOS LTDA com o valor global de R\$ 621.638,85 (seiscentos e vinte e um mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos). Sendo o objeto homologado e adjudicado a empresa vencedora logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontra-se apenso ao processo licitatório à disposição dos interessados. São João do Sul – SC, 08 de novembro de 2019. Moacir Francisco Teixeira - Prefeito Municipal.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 422/2019

Publicação Nº 2223847

DECRETO Nº 422/2019

"QUE CONCEDE INCENTIVO SALARIAL A SERVIDORA MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Conforme C.I. nº 005/2019, datada de 08/11/2019, emitida pela Diretoria de Administração de Pessoal e de acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Joaquim e Estabelece Outras Providências, e em conformidade com o Art. 19, § 1º; fica concedido incentivo salarial de Nível Superior – Pós Graduação á servidora CRISIANE VENSON, ocupante do cargo de Fonoaudióloga de 8% (oito por cento) de seus vencimentos base. O referido incentivo retroage ao dia 01/10/2019, sendo que a referida servidora exonerou-se em 04/11/2019.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de outubro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 423/2019

Publicação Nº 2223850

DECRETO Nº 423/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Conforme Requerimento Protocolado sob o Nº 141/2019, datado de 26/09/2019 e de acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Joaquim e Estabelece Outras Providências, e em conformidade com o Art. 19, § 1º; Fica concedido incentivo salarial de Nível Superior - Graduação ao servidor DIOGO XAVIER, ocupante do cargo de Técnico Administrativo de 20% (vinte por cento) de seus vencimentos base. O referido incentivo é a contar do dia 01/10/2019.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01/10/2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 424/2019

Publicação Nº 2223854

DECRETO Nº 424/2019

"QUE CONCEDE INCENTIVO SALARIAL A SERVIDOR MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Conforme Requerimento Protocolado sob o Nº 141/2019, datado de 26/09/2019 e de acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Joaquim e Estabelece Outras Providências, e em conformidade com o Art. 19, § 1º; Fica concedido incentivo salarial de Nível Superior – Pós Graduação ao servidor DIOGO XAVIER, ocupante do cargo de Técnico Administrativo de 8% (oito por cento) de seus vencimentos base. O referido incentivo retroage ao dia 01/10/2019.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de outubro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 425/2019

Publicação Nº 2223855

DECRETO Nº 425/2019  
"QUE NOMEIA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor: – ARISTEU DA SILVA RAMOS, para ocupar o Cargo Comissionado de CHEFE DA SECRETARIA PARTICULAR – CC-1, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 426/2019

Publicação Nº 2223857

DECRETO Nº 426/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Art. 20 e 21, ficam concedidas PROGRESSÕES FUNCIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO aos seguintes servidores:

- JULIO CESAR LAURINDO DE OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
- NÍVEL VII COM VENCIMENTOS DE R\$ 2.883,14; PARA OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NÍVEL VIII COM VENCIMENTOS DE R\$ 3.010,34.
- JAIR RODRIGUES DOS SANTOS DE OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NÍVEL VII COM VENCIMENTOS DE R\$ 2.883,14; PARA OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NÍVEL VIII COM VENCIMENTOS DE R\$ 3.010,34.
- MARGARIDA ALCIDIA SILVERIO VELHO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL IV COM VENCIMENTOS DE R\$ 883,23; PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL V COM VENCIMENTOS DE R\$ 928,14.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de setembro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 427/2019

Publicação Nº 2223903

DECRETO Nº 427/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Art. 54 á 58, ficam concedidas PROGRESSÕES POR TEMPO DE SERVIÇO aos seguintes funcionários:

- LUIZ AGUINALDO NUNES DE PROFESSOR I PLENA 30H NÍVEL D1 COM VENCIMENTOS DE R\$ 2.270,94; PARA PROFESSOR I PLENA 30H NÍVEL E1 COM VENCIMENTOS DE R\$ 2.304,99.
- LUCIA DE FATIMA FURTADO DOS SANTOS MARTINS DE PROFESSOR II PÓS 20H NÍVEL J1 COM VENCIMENTOS DE R\$ 1.771,88; PARA PROFESSOR II PÓS 20H NÍVEL A2 COM VENCIMENTOS DE R\$ 1.798,46.
- ANA MARIA TORTELI COSTA DE PROFESSOR II PÓS 20H NÍVEL B1 COM VENCIMENTOS DE R\$ 1.572,94; PARA PROFESSOR II PÓS 20H NÍVEL C1 COM VENCIMENTOS DE R\$ 1.596,56.
- CLEUMARA DA ROSA DE PROFESSOR II PÓS 20H NÍVEL B1 COM VENCIMENTOS DE R\$ 1.572,94; PARA PROFESSOR II PÓS 20H NÍVEL C1 COM VENCIMENTOS DE R\$ 1.596,56.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de setembro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 428/2019

Publicação Nº 2223905

DECRETO Nº 428/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Art. 20 e 21, fica concedido PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO ao servidor:

- EUGÊNIO HUGEN PAGANI DE ADVOGADO NÍVEL IV COM VENCIMENTOS DE R\$ 8.400,47; PARA ADVOGADO NÍVEL V COM VENCIMENTOS DE R\$ 8.595,80.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de outubro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 429/2019

Publicação Nº 2223907

DECRETO Nº 429/2019

“QUE CONCEDE PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Art. 54 a 58, fica concedido PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO a seguinte professora:

- RENALDA CANDIDO ANSELMO DE PROFESSOR II PÓS 20H NÍVEL J1 COM VENCIMENTOS DE R\$ 1.771,88; PARA PROFESSOR II PÓS 20H NÍVEL A2 COM VENCIMENTOS DE R\$ 1.798,46.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de outubro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.



**DECRETO Nº 430/2019**

Publicação Nº 2223910

DECRETO Nº 430/2019  
"QUE CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Art. 53, fica concedido PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO a seguinte professora:

- CRISTIANE DE FATIMA RODRIGUES DE PROFESSOR I PLENA 20H NÍVEL B1 COM VENCIMENTOS DE R\$ 1.469,56; PARA PROFESSOR II PÓS 20H NÍVEL B1 COM VENCIMENTOS DE R\$ 1.572,94.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de outubro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 431/2019**

Publicação Nº 2223912

DECRETO Nº 431/2019  
"QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A NOVA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 362/2018, DE 01/11/2018 "

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA A NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, integrada pelos seguintes MEMBROS:

01 – ADRIANA BAESSO – PREGOEIRA,  
02 – ADRIANA BAESSO – PRESIDENTE,  
03 – JAISON COMIN LIMA – SECRETÁRIO,  
04 – CLEO RODRIGO NEZI – MEMBRO,  
05 – ANA DAS GRAÇAS DUTRA HACKEL - MEMBRO,  
06 – JOSÉ TEODORO DE SENA AMARAL – MEMBRO,  
07 – AMARILDO NUNES DA SILVEIRA – SUPLENTE,  
08 – CLAUDIO MATOS GOULART – SUPLENTE.

Parágrafo Único - A servidora ADRIANA BAESSO exercerá, cumulativamente, as funções de PREGOEIRA.

Art. 2º - Fica determinado que o secretário substituirá a Presidente e Pregoeira em suas funções, no caso de ausências e impedimentos legais da mesma.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 362/2018, de 01/11/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**ERRATA PROCESSO 23/2019 FMS**

Publicação Nº 2223574

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO

Edição nº 2974 do dia 08/11/2019 página 1451

Processo Nº 23/2019

Pregão Presencial 10/2019

Objeto: Aquisição de EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS para suprir as necessidades das unidades de saúde de São Joaquim.

No Termo de Referência – Anexo II

Onde lê-se:

Item 24 – "... Limas de níquel-titânio tipo K-file #15-40 21mm: kit de limas tipo K-file com 21mm..."

Leia-se:

Item 24 – "... Limas de níquel-titânio tipo K-file #15-40 25mm: kit de limas tipo K-file com 25mm..."

São Joaquim, 11 de novembro de 2019.

A Comissão

## **PORTARIA Nº 722/2019**

Publicação Nº 2223830

PORTARIANº 722/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.323/2015, de 15/05/2015, art. 72, e em atenção ao Requerimento Protocolado sob o Nº 150/2019, datado de 17/10/2019, com apresentação de atestado médico, fica concedida Licença de 30 (trinta) dias, sem vencimentos para tratamento de saúde de pessoa da família, á servidora ADRIANA BAESSO, ocupante do cargo comissionado de Diretora de Arrecadação, Fiscalização e Tributação, a contar do dia 01/11/2019 até o dia 30/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de novembro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

## **PORTARIA Nº 723/2019**

Publicação Nº 2223834

PORTARIANº 723/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – RENATA COLLAÇO CASSOL, ocupante do cargo de Médica, por 03 (três) dias, a contar do dia 04/11/2019. – HILDA MARA NUNES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 06/11/2019. – SABRINA AGUIAR VIEIRA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, por 03 (três) dias, a contar do dia 06/11/2019. – CLAUDIA DA SILVA FLORES, ocupante do cargo de Professora, por 01 (um) dia no dia 06/11/2019. – MARIA ADRIANA DA SILVA, ocupante da função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 06/11/2019. – JULIANA VIEIRA RABELLO PEREIRA, ocupante do cargo de Enfermeira, por 01 (um) dia, no dia 06/11/2019. – LUCIANA ZANDONADI DA ROSA, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 06/11/2019, para tratamento de saúde de seu filho. – JAQUELINE CUSTODIO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 07/11/2019. – RAFAELA SAMARA FARIAS SILVA, ocupante da função de Técnica em Enfermagem - ESF, por 01 (um) dia, no dia 08/11/2019. – ELOIZA NUNES DEMESSIANO, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 08/11/2019. – NAIANE DE SOUZA GODINHO NUNES, ocupante do cargo comissionado de Chefe da Secretaria Particular da Secretaria Municipal da Saúde – CC-1, por 02 (dois) dias, a contar do dia 07/11/2019. – MICHELI ROSANI DA SILVA, ocupante do cargo de Professora, por ½ (um) dia, no período vespertino do dia 07/11/2019. – SUZANA NAZARE ATAIDE DE LIMA, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 08/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 724/2019**

Publicação Nº 2223838

PORTARIANº 724/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a servidora DAURA IVONE NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 11/11/2019 à 25/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

# São José

## PREFEITURA

### CONTRATO CT Nº 170/2019

Publicação Nº 2224020

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 170/2019 – TP 016/2019 – Processo 339/2019 – Proc. Adm. 4729/2019 - Contratado: MARCELO DOS REIS ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA ESCOLA DO MAR, DE SÃO JOSÉ/SC. Valor do Contrato: R\$ 149.569,02 (cento e quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta e nove reais e dois centavos). Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 6 (seis) meses, contados da data de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 29 de outubro de 2019.

### CONTRATO CT Nº 172/2019

Publicação Nº 2223678

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 172/2019 – PE 016/2019 – Processo 041/2019 – Proc. Adm. 1085/2019 - Contratado: ZEFERINA PAULINA AMALIA MULLER SCHERER - ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE COLCHÕES DESTINADOS AOS ATLETAS PARA UTILIZAÇÃO NAS COMPETIÇÕES OFICIAIS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor do Contrato: R\$ 18.480,00 (dezoito mil e quatrocentos e oitenta reais). Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (seis) meses, contados da data de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 31 de outubro de 2019.

### DECRETO Nº 12388/2019

Publicação Nº 2224223

DECRETO Nº 12388/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.719 de 27 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

19.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

19.01.18.541.0109.2.235 – Manutenção dos Parques – FMMADS

1006 – 4.4.90.52.00.00.0040 – Equipamentos e Material Permanente

Recursos Diretamente Arrecadados ..... R\$ 280.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 280.000,00

19.01.18.541.0109.2.236 – Preservação Ambiental, Revitalização e Ampliação de  
Praças e Jardins – FMMADS

1017– 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente

Recursos Próprios ..... R\$ 214.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 214.000,00

19.01.18.541.0109.2.411 – Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento de  
Projetos Sustentáveis

1027 – 3.3.90.33.00.00.0040 – Passagens e Despesa com Locomoção,  
Recursos Diretamente Arrecadados ..... R\$ 5.000,00  
1023 – 3.3.90.14.00.00.0040 – Diárias Civil,  
Recursos Diretamente Arrecadados ..... R\$ 5.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 10.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 504.000,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 504.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL  
19.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

19.01.18.541.0109.2.235 – Manutenção dos Parques – FMMADS

1000 – 3.3.90.39.00.00.0040 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,  
Recursos Diretamente Arrecadados ..... R\$ 210.000,00  
998 – 3.3.90.30.00.00.0040 – Material de Consumo,  
Recursos Diretamente Arrecadados ..... R\$ 50.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 260.000,00

19.01.18.541.0109.2.236 – Preservação Ambiental, Revitalização e Ampliação de  
Praças e Jardins – FMMADS

1011 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 214.000,00  
1010 – 3.3.90.39.00.00.0040 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,  
Recursos Diretamente Arrecadados ..... R\$ 30.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 244.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 504.000,00  
Total da Anulação ..... R\$ 504.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de outubro de 2019.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 12507/2019

Publicação Nº 2223820

DECRETO Nº 12507/2019

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 12403/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 12403/2019;  
DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 12403/2019, que nomeou a Sra. ANDESSANDRA FURTADO GADELHA ALVES para exercer o cargo de Assessor Administrativo V – CCM-5, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de outubro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de novembro de 2019.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12508/2019**

Publicação Nº 2223825

DECRETO Nº 12508/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ANGÉLICA BEZERRA DA SILVA para exercer o cargo de Assessor Administrativo V – CCM-5, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 031/2019/FUNESJ**

Publicação Nº 2224224

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 031/2019/FUNESJ

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de 2019, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de seu Superintendente, Sr. João David Garcia, celebra o Termo de Colaboração de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Colaboração nº 31/2019/FUNESJ

Edital: 29/2018-219/FUNESJ

Número: 31/2019/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 3.771,00 (três mil setecentos e setenta e um real)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Entidade: Associação Esportiva, Cultural e Social Arte Suave, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 11.801.368/0002-56, com sede na Rua PROFESSOR EGIDIO FERREIRA, nº 1119, Bairro Monte Cristo, Florianópolis (SC), CEP 88.090-500

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto COMUNITÁRIO da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante custeio dos trabalhos do Projeto de JIU JITSU, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.511

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 05/11/2019 e término em 15/12/2019.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 05 de novembro de 2019.

JOÃO DAVID GARCIA

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

**PORTARIA Nº 045/2019/SMS/SJ**

Publicação Nº 2224225

PORTARIA Nº 045/2019/SMS/SJ

OUTORGA CRITÉRIOS, AVALIAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOBRE O VALE CASTRAÇÃO.

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/90, no parágrafo único do art. 66, II, RESOLVE:

Art. 1º. Atribuir a gestão integral sobre os critérios e avaliação do vale castração ao Diretor-Geral da Vigilância em Saúde e à Diretoria de Bem Estar Animal (DIBEA).

Parágrafo único. O vale castração fica sob inteira responsabilidade dos órgãos indicados no art. 1º.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 07 de novembro de 2019

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária Municipal da Saúde

## **PORTARIA SME/PMSJ Nº1458/2019**

Publicação Nº 2224030

PORTARIA SME/PMSJ nº 1458, de 31 de outubro de 2019.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A Secretária Municipal de Educação, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

### **RESOLVE:**

Art. 1º – Designar o Servidor Roberto Ramos Bonassi, matrícula nº 22993, para efetuar a fiscalização do Contrato nº 170/2019 decorrente da Tomada de Preços nº 016/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o servidor Diego Vicente, matrícula nº 39697, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Milton Bley Júnior  
Secretário de Infraestrutura

Lilian Sandin Boeing  
Secretária Municipal de Educação

## **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2017-06**

Publicação Nº 2223743

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 063/2017-06 – Proc. Adm. 9189/2019 – Contratado: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÃO LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO QUANTITATIVO, nos termos previstos no Contrato nº 063/2017 e nos demais documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe. DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO: Conforme solicitação e justificativa, firmados no Memorando nº 394/2019/DIS, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde, o contrato terá acrescido 01 (um) ponto de acesso com velocidade de 20 mb, no percentual de 0,59% (cinquenta e nove centésimos por cento), o que equivale ao montante anual de R\$ 4200,00 ( quatro mil e duzentos reais). Com acréscimo, o valor do contrato passará de R\$ 708.309,28 (setecentos e oito mil, trezentos e nove reais e vinte e oito centavos), para o valor de R\$ 712.509,28 (setecentos e doze mil, quinhentos e nove reais e vinte e oito centavos). Data da assinatura: 24 de outubro de 2019.



**CÂMARA MUNICIPAL****DECISÃO ADMINISTRATIVA - PP N 017/2019 - EMPRESA SOFTCAM**

Publicação Nº 2223404

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 190/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA PARA PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO E DIGITAL EM PLATAFORMA WEB, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, EVOLUTIVA E ADAPTATIVA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE CONTROLE DAS FUNÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ E O ENVIO DAS INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL PARA O SITE DA CASA LEGISLATIVA; PORTAL ELETRÔNICO QUE POSSUA INTEGRAÇÃO COM AS INFORMAÇÕES DO SISTEMA; APLICATIVO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS INTEGRADO AO SISTEMA LEGISLATIVO; HOSPEDAGEM DO APLICATIVO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS; SOFTWARE PARA TRANSMISSÕES AO VIVO DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EM ÁUDIO E VÍDEO; SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA E CERTIFICAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA, MIGRAÇÃO E CONVERSÃO DE DADOS; SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO E TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO; INTEGRAÇÃO DE TODOS PRODUTOS FORNECIDOS EM CONFORMIDADE COM AS CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÕES (ANEXOS I E II).

ASSUNTO: Trata-se de Decisão Administrativa da avaliação de desempenho da Empresa SOFTCAM SOLUÇÕES PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL que teve como base os relatórios técnicos elaborados pelos setores Legislativo, Tecnologia da Informação e Comunicação Social, bem como manifestação jurídica da Procuradoria desta Casa.

Lembrando que a avaliação de desempenho mencionada foi devidamente gravada, em 02 (duas) partes, e publicada no canal da Câmara Municipal no Youtube, podendo ser acessadas pelos seguintes links:

[VÍDEO 1] "Avaliação de desempenho PP nº 017/2019 - 05/11/2019 - parte 1"  
(Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TQgIxsHlnok>)

[VÍDEO 2] "Avaliação de desempenho PP nº 017/2019 - 05/11/2019 - parte 2"  
(Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MKTNFOC6lgs>)

Assim, o Pregoeiro, efetuando a análise dos relatórios e a manifestação jurídica, bem como a gravação da avaliação de desempenho, resolve o seguinte:

CONSIDERANDO que Administração Pública, conforme se evidencia do Edital do Pregão Presencial n 017/2019, estipulou no edital publicado, mais especificamente no item 12.1, "o pregoeiro solicitará da licitante que apresentar menor preço que submeta seu produto/serviço à(s) avaliação(ões) de conformidade(s) no intuito de verificar a adequação às especificações exigidas para análise de desempenho, que terá como base o Termo de Referência e Especificações – anexo deste Edital";

CONSIDERANDO o princípio da vinculação ao Instrumento Convocatório - que é corolário do princípio da legalidade e da objetividade - onde se impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva;

CONSIDERANDO o art. 3º. da Lei 8.666/93, que traz em seu escopo os princípios constitucionais básicos da isonomia e o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e também sintetiza que nos processos licitatórios, a Administração Pública deve atender aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do JULGAMENTO OBJETIVO;

CONSIDERANDO, as anotações doutrinárias de nossos mestres em Direito Administrativo, cuja citação abaixo transcrevemos:

"A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica. (Marçal Justen Filho, 2005, p.309);"

CONSIDERANDO que a licitação deve ser processada e julgada com base na verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital, bem como julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação do edital;

CONSIDERANDO que a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação, a Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada;

CONSIDERANDO o Relatório de avaliação de desempenho elaborado pelo Setor Legislativo, os itens/requisitos relacionados ao seu setor atendem às especificações do Edital:

CONSIDERANDO o Relatório de avaliação de desempenho elaborado pelo Setor de Tecnologia da Informação, os itens/requisitos relacionados ao seu setor atendem às especificações do Edital:

CONSIDERANDO o Relatório de avaliação de desempenho elaborado pelo Setor de Comunicação Social, itens/requisitos relacionados ao seu

setor atendem às especificações do Edital:

Desta forma, após a devida análise jurídica, assim como dos relatórios técnicos dos setores que utilizarão os sistemas solicitados, objeto do Pregão Presencial, considerando os termos e fundamentos ora expostos, observadas todas as formalidades dos princípios da isonomia, competitividade, vinculação ao instrumento convocatório e ao julgamento objetivo, DECIDO POR HABILITAR A EMPRESA SOFTCAM SOLUÇÕES PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, no Pregão Presencial nº 017/2019, por ter logrado êxito na comprovação de capacidade técnica. Por fim, em observância ao Princípio do Contraditório e Ampla Defesa, bem como em cumprimento ao item 11.1 do Edital, concede-se o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recurso e, findo o prazo, concede-se também o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de contrarrazões pelos interessados.

São José/SC, 11 de novembro de 2019.

Bruno Gabriel Mello Machado  
Pregoeiro da CMSJ

## PORTARIA Nº 250/2019

Publicação Nº 2223557

PORTARIA Nº 250/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar o servidor Luciano Alves, matrícula 1379, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar CCV-2, vinculado ao gabinete do vereador Michel da Silva Schlemper.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de novembro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## PORTARIA Nº 251/2019

Publicação Nº 2223560

PORTARIA Nº 251/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear o senhor Luciano Alves para o cargo em comissão de Diretor da Administração DAS-1.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de novembro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.167/2019

Publicação Nº 2223098

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº167/2019  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove o Processo Licitatório nº167/2019, Edital de Pregão Nº167/2019, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA, GENÊROS ALIMENTÍCIOS e LÂMPADAS, PARA USO E MANUTENÇÃO DO 4º PELOTÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Desta forma, o recebimento, abertura e julgamento fica marcado para às 09:00 horas do dia 25/11/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), maiores informações pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plínio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 028/2019 - FÉRIAS (FUNCIONÁRIO PAULO I. LORENCINI)

Publicação Nº 2223617

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

Portaria nº 028/2019.

ISOLDI WILL, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXXIV do artigo 23 da Resolução 01/2010 (Regimento Interno);

CONSIDERANDO,

QUE o servidor, Paulo Isidoro Lorencini matrícula 176, foi nomeada através da portaria 31/2017 em 02 de outubro de 2017 para o cargo de Controlador Interno ;

QUE tomou posse no cargo e entrou em exercício na mesma data, completando em 02 de outubro de 2018 o primeiro período aquisitivo de férias;

QUE de acordo com o disposto no artigo 101, inciso X da Lei Orgânica Municipal c/c artigo 67 da Lei Municipal 2.020/1993 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais) as férias anuais de 30 dias é direito do funcionário público;

REQUERIMENTO do funcionário de que deseja usufruir de férias no período de 12 de novembro;

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor Paulo Isidoro Lorencini, matrícula 176, nomeada através da Portaria 31/2017 em 02 de outubro de 2017 para o cargo de Controlador Interno, 15 (quinze) dias de gozo de férias remuneradas com adicional de um terço, de acordo com o artigo 7º, XVII da Constituição Federal, c/c Art. 101, X da Lei Orgânica Municipal e art. 66 da Lei Municipal 2.020/1993 no período compreendido entre 12 de novembro de 2019 à 26 de novembro de 2019, acrescido do pagamento do adicional de 1/3 sobre as férias .

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, em 11 de novembro de 2019.

ISOLDI WILL Marlene Salete Albert  
Presidente da Câmara de Vereadores Secretária

A presente portaria foi publicada no átrio da Secretaria da Câmara de Vereadores, local destinado às publicações oficiais, na data supra.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.490, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2223076

DECRETO Nº 6.490, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Permite o uso oneroso do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea 'g', da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.677, de 31 de maio de 2017;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso oneroso do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste, para a realização do evento "6º Espetáculo de Dança do Studio de Dança Luana Lima", a ser promovido na data de 13 de dezembro de 2019, pela microempresa individual Luana Maria Pandolfi Lima 07058219940, inscrita no CNPJ sob o nº 22.304.933/0001-05. Parágrafo único. Pela utilização a que se refere o caput, a permissionária deverá efetuar o recolhimento do montante fixado em 9,35 UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, correspondente a quantia de R\$ 1.106,38 (um mil cento e seis reais e trinta e oito centavos), conforme disposto no art. 3º, inciso III, alínea "a", e anexo único, do Decreto nº 5.677, de 31 de maio de 2017.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a permissionária que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 6.491, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2223909

DECRETO Nº 6.491, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais) na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	18	Aplicação Direta	R\$ 43.500,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 09.1/2019.**

Publicação Nº 2223063

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 09.1/2019.**

Homologa as inscrições de Estagiários cursando Ensino Superior ou Pós-Graduação, e pessoal em caráter temporário (ACT) para atuação como Instrutor de Violino, Yoga, Robótica Educacional, Esportes e Educação Emocional, no Programa de Educação de Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX, da Lei Orgânica do Município; de acordo com o §3º do art. 4º e art. 5º, ambos da Lei Municipal nº 2.373, de 20 de dezembro de 2017; Decreto nº 5.865, de 13 de março de 2018; Lei nº 1.742 de 09 de abril de 2008; Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro 2008 e Lei Municipal nº 2.316, de 27 de março de 2017; com suas alterações posteriores, e demais disposições legais aplicáveis à espécie, resolve tornar pública a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS dos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 09/2019, de 18 de outubro de 2019, visando à admissão e formação de cadastro de reserva de Estagiários cursando Ensino Superior ou Pós-Graduação, na modalidade de estágio não obrigatório, bem como pessoal em caráter temporário (ACT) para atuação como Instrutor de Violino, Yoga, Robótica Educacional, Esportes e Educação Emocional, no ano letivo de 2020, nas Oficinas Pedagógicas no Programa de Educação de Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino, conforme os quadros constantes a seguir:

**1. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

1.1. Ficam homologadas as seguintes inscrições deferidas, realizadas no Processo Seletivo nº 09/2019, à admissão e formação de cadastro de reserva de Estagiários cursando Ensino Superior ou Pós-Graduação, na modalidade de estágio não obrigatório, bem como pessoal em caráter temporário (ACT) para atuação como Instrutor de Violino, Yoga, Robótica Educacional, Esportes e Educação Emocional, no ano letivo de 2020, nas Oficinas Pedagógicas no Programa de Educação de Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino, conforme segue:

**ESTAGIÁRIO DE ENSINO SUPERIOR**

OFICINA	NOME	INSC.	SITUAÇÃO
Língua Portuguesa	Graziela Thaís Somariva Soares da Silva	15	DEFERIDA
Brincar	Ivone Lisiak Corona	3	DEFERIDA

**ESTAGIÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

OFICINA	NOME	INSC.	SITUAÇÃO
Artes Visuais	Fabiana Massola	10	DEFERIDA
Artes Visuais	Graciela Tedesco	5	DEFERIDA
Artes Visuais	Paula Luccheta Camargo de Oliveira	7	DEFERIDA
Atletismo	Daiane Cristina Pontes	4	DEFERIDA
Atletismo	Ivete Fátima Pérego	34	DEFERIDA
Brincar	Fabiana Massola	20	DEFERIDA
Brincar	Marinêz Brisida	24	DEFERIDA
Brincar	Vanusa Francielli Boelter Muller	33	DEFERIDA
Comunicação e Expressão	Cassiane dos Santos	28	DEFERIDA
Comunicação e Expressão	Elisangela De Bona	27	DEFERIDA
Educação Emocional	Andressa Bevilacqua	19	DEFERIDA
Esportes	Daiane Cristina Pontes	23	DEFERIDA
Esportes	Ivete Fátima Pérego	35	DEFERIDA
Esportes	Luciane da Silva	26	DEFERIDA
Língua Portuguesa	Cassiane dos Santos	30	DEFERIDA
Língua Portuguesa	Elisangela De Bona	29	DEFERIDA
Língua Portuguesa	Juvilde José Maria Fortunato	31	DEFERIDA
Matemática Financeira	Manoel Estrapassão	17	DEFERIDA
Práticas de Cidadania	Marinêz Brisida	2	DEFERIDA
Práticas de Cidadania	Patrícia Binsfeld Brambilla	12	DEFERIDA
Teatro	Graciela Tedesco	22	DEFERIDA
Teatro	Paula Luccheta Camargo de Oliveira	21	DEFERIDA
Yoga	Claudete de Mello Cezar	37	DEFERIDA

**INSTRUTOR DE VIOLINO**

OFICINA	NOME	INSC.	SITUAÇÃO
---------	------	-------	----------

Violino	Endryk Casagrande	13	DEFERIDA
Violino	Laura Frezza Luz	25	DEFERIDA

**INSTRUTOR DE YOGA**

OFICINA	NOME	INSC.	SITUAÇÃO
Yoga	Ana Paula Previdi	14	DEFERIDA
Yoga	Beatriz Valandro da Silva	06	DEFERIDA

**INSTRUTOR DE ROBÓTICA EDUCACIONAL**

OFICINA	NOME	INSC.	SITUAÇÃO
Robótica Educacional	Francieli Ribas	32	DEFERIDA
Robótica Educacional	Micheli de Freitas Pessenti	1	DEFERIDA

**INSTRUTOR DE ESPORTES**

OFICINA	NOME	INSC.	SITUAÇÃO
Esportes	Ana Paula Previdi	18	DEFERIDA

**INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO EMOCIONAL**

OFICINA	NOME	INSC.	SITUAÇÃO
Educação Emocional	Andressa Bevilacqua	11	DEFERIDA
Educação Emocional	Odete Moura da Silva	8	DEFERIDA
Educação Emocional	Uiara Geovana Thibes Zeni	26	DEFERIDA
Educação Emocional	Vanesa Francielli Boelter	9	DEFERIDA

**2. DO INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES**

2.1. Fica indeferida a seguinte inscrição realizada no Processo Seletivo nº 09/2019:

Inscrição	NOME	CARGO	MOTIVO
16	Claudete de Mello Cezar	Instrutor de Yoga	NÃO POSSUI GRADUAÇÃO EXIGIDA (Pedagogia ou Educação Física)

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 031, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223898

PORTARIA Nº 031, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, VI da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, com suas alterações posteriores e, de acordo com o item 8.3 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2019 e Portaria de homologação nº 014 de 22 de fevereiro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir de 29 de novembro de 2019, a servidora LUANA MARIA PANDOLFI LIMA, ocupante do cargo de Instrutor De Artes Cênicas II, matrícula nº 10/12, carga horária 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de Novembro de 2019.

RENNÃ HIGOR FEDRIGO  
Presidente da Autarquia

Publicado no DOM em:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019

**PORTARIA Nº 032, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223900

PORTARIA Nº 032, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, VI da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, com suas alterações posteriores e, de acordo com o item 8.3 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2019 e Portaria de homologação nº 014 de 22 de fevereiro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir de 29 de novembro de 2019, a servidora CAROLINI TODERO DA SILVA, ocupante do cargo de Instrutor De Música, matrícula nº 47/01, carga horária 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de Novembro de 2019.

RENNÂ HIGOR FEDRIGO  
Presidente da Autarquia

Publicado no DOM em:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019

**PORTARIA Nº 033, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223902

PORTARIA Nº 033, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, VI da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, com suas alterações posteriores e, de acordo com o item 8.3 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2019 e Portaria de homologação nº 014 de 22 de fevereiro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir de 29 de novembro de 2019, o servidor PAULO ROBERTO PELUSO, ocupante do cargo de Instrutor De Música, matrícula nº 46/01, carga horária 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de Novembro de 2019.

RENNÂ HIGOR FEDRIGO  
Presidente da Autarquia

Publicado no DOM em:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019

**PORTARIA Nº 1.289, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2222996

PORTARIA Nº 1.289, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde para pessoa da família, a Servidora Pública Municipal ROZELI SALETTE RITER RANZAN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3000/37, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 11 a 14 de outubro de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.



Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a data de 11 de outubro de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

### **PORTARIA Nº 1.290, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223077

PORTARIA Nº 1.290, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO deferimento favorável do Protocolo do Sistema 1DOC nº

104/2019.

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CRISTIANE VICENTE, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3495/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 a 16 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

### **PORTARIA Nº 1.291, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223408

PORTARIA Nº 1.291, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO deferimento favorável do Protocolo do Sistema 1DOC nº

110/2019.

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal JOÃO EDUARDO LINHARES, ocupante do cargo de Controlador Geral do Município, matrícula nº 222/03, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 06 a 20 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

**PORTARIA Nº 1.292, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223462

PORTARIA Nº 1.292, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 232, da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e na Lei Complementar;

CONSIDERANDO, o deferimento do Protocolo nº 078/2019, do Sistema 1Doc;

**RESOLVE:**

Art.1º Revogar, a partir de 26 de novembro de 2019 a portaria Nº 426, de 11 de Abril de 2018, que concedeu Licença Sem Remuneração, para Tratamento de Assuntos Particulares, a servidora pública municipal CAMILA SCHUBERT, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3250/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de novembro de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

**PORTARIA Nº 1.293, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2223733

PORTARIA Nº 1.293, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Designa servidores públicos municipais para comporem a Comissão de Avaliação de Bens Móveis Para Fins de Leilão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Avaliação de Bens Móveis Para Fins de Leilão, que irá avaliar e expedir o competente Laudo de Avaliação acerca de bens móveis de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste/SC:

I - Zonir Rampanelli Junior, servidor público municipal, ocupante do cargo de Diretor de Administração Urbana, matrícula nº 3443/02;

II - Yan Carlos Pieta, servidor público municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3243/01;

III - Jader Gabriel Ioris, servidor público municipal, ocupante do cargo de Gerente de Controle Patrimonial, matrícula nº 1676/01.

Parágrafo único. Os membros da Comissão nomearão, entre seus representantes, um Presidente, que será o responsável pela apresentação do Laudo de Avaliação.

Art. 2º A Comissão deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 3º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Parágrafo único. Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão nomeados por esta Portaria não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados.

Art. 4º Ficam revogadas as Portarias nº 796, de 23 de agosto de 2018 e nº 809, de 28 de agosto de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO 9.208 REGULAMENTA O PROJETO JURO ZERO

Publicação Nº 2224112

DECRETO Nº 9.208/2019

REGULAMENTA O PROJETO JURO ZERO INSTITUÍDO NO PROGRAMA AGORA É CRESCER, CRIADO PELA LEI Nº 7.660, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do Projeto Juro Zero instituído no Programa Agora é Crescer, criado pela lei nº 7.660, de 10 de setembro de 2019;

#### DECRETA:

Art. 1º O primeiro empréstimo por meio do Projeto Juro Zero de São Miguel do Oeste será regido pela Lei Municipal nº 7.660/2019, por este Decreto e demais normas jurídicas federais, estaduais e municipais aplicáveis à espécie.

Art. 2º O Projeto de que trata este Decreto tem por objetivo possibilitar o acesso ao crédito, incentivar a geração de emprego, renda, investimento produtivo e a promoção da inclusão social, por intermédio da concessão de subsídio financeiro pelo Município aos Microempreendedores Individuais – MEI, aos Empreendedores de Microempresas – ME e aos Agricultores Pessoas Físicas.

§ 1º O subsídio financeiro de que trata o Projeto Juro Zero destina-se exclusivamente ao custeio dos valores correspondentes aos juros remuneratórios das operações de crédito realizadas no âmbito do Projeto Juro Zero de São Miguel do Oeste, os quais serão repassados diretamente às instituições financeiras cadastradas.

§ 2º Para a operacionalização do Projeto Juro Zero, o Município de São Miguel do Oeste está autorizado a reter os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio, nos seguintes limites:

I - R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por exercício financeiro, para Microempreendedores Individuais – MEI e Empreendedores de Microempresas – ME;

II - R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) por exercício financeiro, para Agricultores Pessoa Física.

Art. 3º O valor máximo para os juros aplicados pelas operações de crédito realizadas no âmbito do Projeto Juro Zero de São Miguel do Oeste será de até 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) mensal para os perfis do Micro Empreendedor Individual e da Micro Empresa e de até 4,60% (quatro vírgula sessenta por cento) anual, nos moldes do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, para os perfis dos Agricultores Pessoas Físicas.

§ 1º Serão credenciadas, por meio de procedimento administrativo de credenciamento, todas as Cooperativas de Crédito, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e/ou Bancos Públicos ou Privados que apresentarem ao Município proposta de taxa de juros até o limite fixado neste artigo.

§ 2º O Município firmará contrato com as instituições financeiras credenciadas, no qual definirão os direitos e deveres das partes no que tange à operacionalização do Projeto Juro Zero.

Art. 4º Para aderir ao Projeto Juro Zero o interessado deverá apresentar requerimento em conjunto com os seguintes documentos:

I - Microempreendedores Individuais – MEI e Empreendedores de Microempresas – ME:

- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ);
- Contrato Social e suas alterações;
- Comprovante de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- Cópia do Alvará de Localização e Permanência no Município;
- Declaração do objeto e finalidade de aplicação do recurso financeiro a ser captado.

II - Agricultores Pessoas Físicas:

- Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
- Comprovante de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- Bloco de Produtor Rural junto ao Município;
- Comprovante de cadastro em um dos programas/projetos da Agricultura do Município;
- Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (DAP);
- Declaração do objeto e finalidade de aplicação do recurso financeiro a ser captado;
- Projeto técnico, no caso do recurso financeiro ser aplicado em obras/construções.

Parágrafo único. A apresentação dos documentos de que trata este artigo não impede que a instituição financeira os solicite novamente e/ou requeira outros.

Art. 5º O requerimento e os documentos serão encaminhados ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, ao qual caberá proceder a análise das solicitações do benefício.

§ 1º O Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável poderá solicitar auxílio do Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Piscicultura para análise das solicitações do benefício realizadas por Agricultores Pessoas Físicas, o qual emitirá parecer favorável ou não acerca da sua concessão.

§ 2º Os interessados que tiverem seus requerimentos aprovados receberão uma Certidão de Aptidão, documento este que habilitará a operação de crédito a ter os respectivos juros remuneratórios subsidiados pelo Município e que será encaminhada à instituição financeira cadastrada e escolhida pelo interessado para que faça a análise da concessão do crédito nos moldes deste Projeto.

Art. 6º A decisão final quanto à concessão do crédito, caso a caso, caberá às instituições financeiras.

Art. 7º O subsídio financeiro do Projeto Juro Zero fica limitado em uma operação de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) para Microempreendedores Individuais (MEI), uma operação de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para Micro Empresas (ME) e uma operação de crédito de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para os Agricultores Pessoas Físicas.

Parágrafo único. O valor contratado será liberado numa única parcela.

Art. 8º Os créditos/empréstimos serão quitados da seguinte forma:

I - em até 12 (doze) parcelas, com pagamento mensal, no caso dos Microempreendedores Individuais – MEI e Empreendedores de Microempresas – ME;

II – em até 8 (oito) parcelas, com pagamento anual, nos moldes do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no caso dos Agricultores Pessoas Físicas.

§ 1º No caso do inciso I, a última parcela, que na medida do possível corresponderá ao valor total dos juros remuneratórios das operações de crédito, será paga pela Prefeitura de São Miguel do Oeste, desde que haja quitação de todas as parcelas anteriores pelo beneficiário, as quais dizem respeito ao capital.

§ 2º No caso do inciso II, a Prefeitura de São Miguel do Oeste pagará anualmente os juros remuneratórios para a instituição financeira, desde que haja o pagamento da parcela anual pelo beneficiário, que corresponderá ao capital.

§ 3º Caso não seja possível formalizar parcela somente com o valor dos juros remuneratórios, a instituição financeira deverá adotar algum método operacional para individualizar o capital remanescente e cobrá-lo unicamente do beneficiário do microcrédito e os juros remuneratórios somente da Prefeitura de São Miguel do Oeste.

Art. 9º Será de total responsabilidade dos beneficiados a quitação do capital financiado, bem como possíveis juros e multas decorrentes de atrasos no pagamento das parcelas.

Parágrafo único. No caso de inadimplemento, o beneficiário perderá o benefício de que trata o Projeto Juro Zero e passará a ser responsável pelo pagamento de todos os encargos.

Art. 10 Os recursos subsidiados pelo Município não poderão ser utilizados para o pagamento de:

I - multas e os juros moratórios devidos pelos beneficiários aos agentes financeiros, por atraso no cumprimento das obrigações contratuais;

II - subsídios financeiros de operações de crédito inadimplidas ou em inadimplemento;

III - subsídios financeiros de operações de crédito renegociadas ou refinanciadas, bem como as que a estas sucederem; e

IV - subsídios financeiros de operações de crédito que prevejam a incidência de tarifa de abertura de crédito - TAC, tarifa de cobrança, tarifa de boleto ou quaisquer outras taxas ou tarifas.

Art. 11 Para fins de acompanhamento e fiscalização do valor correspondente aos juros subsidiados pelo Município, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável encaminhará à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, semestralmente, relatório pormenorizado dos financiamentos concedidos no âmbito do Projeto Juro Zero, que detalhará:

I - o número e a data do contrato;

II - o valor do crédito concedido;

III - o valor dos juros remuneratórios subsidiados;

IV - a data do pagamento do subsídio;

V - a instituição financeira concedente; e

VI – a indicação do CNPJ ou CPF e nome dos beneficiários.

Art. 12 Fica revogado o Decreto nº 9.194/2019, de 29 de outubro de 2019.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC.

Em, 11 de novembro de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

SISSE ABDALLA DIAS VELOZO

Secretária Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1431/2019**

Publicação Nº 2224163

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1431/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor público municipal efetivo REGINALDO DE PADUA ROCHA, ocupante do cargo de Médico, 40 horas semanais, para exercer suas funções junto ao ESF do Bairro São Sebastião, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06 de novembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 06 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1432/2019**

Publicação Nº 2224164

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1432/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Edital 001/2019;

CONSIDERANDO o óbito da servidora Eliane Fatima Reolon;

CONSIDERANDO que não há concurso público vigente, e que a previsão de realização, segundo a AMEOSC, é fevereiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. SOLANGE BATTISTI, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 07 de novembro de 2019 até 06 de maio de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 07 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 1433/2019**

Publicação Nº 2224165

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1433/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR ANTONIO CARLOS GONÇALVES BRAGA, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Médico, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com Lotação junto a Secretaria de Municipal de Saúde, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2017, homologado em 16 de março de 2018, com vencimento referente ao Cargo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 07 de novembro de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 1434/2019**

Publicação Nº 2224166

PORTARIA GPT/DDP 1434/2019

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO EDITAL 02/2019, NOS TERMOS DO ART.9º E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA E O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013; torna público o resultado final e homologação do Edital 002/2019, o qual dispõe sobre a concessão de licença prêmio para os servidores da Secretaria Municipal de Educação, ano de 2020.

Art. 1º- Ficam classificados os seguintes servidores, conforme estipulado no Art. 7º do Edital Nº 02, de 11 de outubro de 2019:



## Cargo: Agente de Limpeza e Serviços Gerais

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Juliana Elwanger Pinho	131 dias	11 anos 8 meses e 20 dias	04/01/1989
2º	Claudia Adriana Dias	120 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	18/05/1973
3º	Jurema de Fátima Vitcoski	90 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	05/06/1969
4º	Marineusa Adriana de Oliveira	90 dias	15 anos 8 meses e 29 dias	01/12/1977
5º	Roseli de Fátima Chaves	90 dias	13 anos 8 meses e 23 dias	20/03/1965
6º	Eunice Bergamini	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	14/12/1978
7º	Marlene Ceratti Dewes	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	24/07/1969
8º	Miriam Leticia Weber	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	28/07/1977
9º	Estelamar Brisola Rodrigues	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	12/04/1978
10º	Viviane Bonatto	60 dias	17 anos 3 meses e 1 dia	13/04/1979
11º	Elisabete Kornoski	60 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	29/07/1965
12º	Sandra Maria Dall Agnol Echer	60 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	18/03/1978
13º	Marlene Fátima Jacoboski	60 dias	11 anos 8 meses e 21 dias	27/09/1958
14º	Lindanir Salete Magnaguagno	60 dias	7 anos 11 meses e 1 dia	13/05/1983
15º	Vanilce Antonia Sirtolli Dapper	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	13/02/1984
16º	Silvane Boaro Hoecheler	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	24/04/1985
17º	Jackeline Carla Portela Poletto	60 dias	6 anos 6 meses e 18 dias	29/10/1983
18º	Eliane Bedin	60 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	18/09/1979
19º	Marilene Ramos	42 dias	7 anos 8 meses e 27 dias	03/07/1991
20º	Mirian Isabel Da Nunciação Rech	30 dias	13 anos 8 meses e 25 dias	23/05/1972
21º	Salete Fátima Simon Klein	30 dias	13 anos 8 meses e 23 dias	13/04/1967
22º	Alceni de Lourdes Chaves Alves	30 dias	13 anos 8 meses e 20 dias	29/11/1960
23º	Lucilene Gabbiatti	30 dias	12 anos 8 meses e 12 dias	14/04/1980
24º	Mariza Inês Manto	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	04/06/1963
25º	Gabriela Regina Forchesatto Czarnowski	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	31/08/1988
26º	Elisabete Mateus	30 dias	7 anos 1 mês e 16 dias	26/04/1976
27º	Catarina Fátima Guth	Sem direito a licença prêmio		

## Cargo: Auxiliar de Creche

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Maria Helena Dalchiavon Gasparin	105 dias	16 anos e 2 meses	04/10/1969
2º	Inês Lucia Dal Magro	90 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	30/01/1968
3º	Verenice Bandeira Balbinot	90 dias	12 anos e 4 meses	12/06/1980
4º	Margarete Wommer Schraegle	80 dias	9 anos 3 meses e 13 dias	29/04/1984
5º	Eni de Ros	67 dias	13 anos e 9 meses	24/04/1965
6º	Ilse Terezinha Steffens Gnatta	60 dias	16 anos e 2 meses	04/11/1975
7º	Rosane Carolina Baumgratz	60 dias	16 anos e 2 meses	01/06/1983
8º	Elis Regina Bach Dutra de Campos	30 dias	9 anos 8 meses e 29 dias	23/08/1968

## Cargo: Coordenador Pedagógico

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Maria de Fátima Costeira Hernandes	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	15/04/1966
2º	Adriana Gregolon	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	15/09/1972
3º	Patricia Gabiatti	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	08/09/1988
4º	Franciele Bernardon	60 dias	5 anos 5 meses e 28 dias	11/01/1982
5º	Normélia Reeckziegel	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	12/03/1960

## Cargo: Merendeira

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Elizabeth Rubia da Rosa	99 dias	12 anos 1 mês e 23 dias	18/02/1970
2º	Rosileile Allebrandt Strapasson	90 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	03/08/1982
3º	Nádia Kissmann	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	23/06/1976
4º	Rúbia Rovania Cantú	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	19/08/1985
5º	Genivalda Neri	60 dias	6 anos 6 meses e 24 dias	16/02/1969
6º	Oliva Bif Demarch	30 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	11/06/1969
7º	Nilce Fátima Braitenbach	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	28/06/1976
8º	Micheli Anschau Thomaz	30 dias	7 anos e 7 meses	14/12/1987
9º	Marli Margarete da Silva Raffel	30 dias	7 anos 5 meses e 1 dia	30/07/1967



**Cargo: Professor de Artes**

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Osméri Fátima Gonzatti Schneider	90 dias	15 anos e 9 meses	06/03/1977
2º	Diana Terezinha Zanetti	90 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	12/07/1981
3º	Janete Carniel da Silva	90 dias	5 anos 1 mês e 10 dias	03/09/1980

**Cargo: Professor de Educação Física**

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Marli Terezinha Fabiani	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	05/09/1963
2º	Roberto Guilherme Christmann	60 dias	14 anos 3 meses e 28 dias	27/02/1965
3º	Sérgio Luiz Nardi	60 dias	12 anos 9 meses e 21 dias	11/09/1966
4º	Katiane Fraporti	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	28/01/1987

**Cargo: Professor de Língua Espanhola**

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Vanessa Miola	82 dias	7 anos e 11 dias	18/11/1986

**Cargo: Professor de Língua Inglesa**

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Solange Frigeri	90 dias	5 anos 1 mês e 22 dias	29/07/1971

**Cargo: Professor de Matemática**

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Ariane Angelita de Oliveira	Sem direito a licença prêmio.		

**Cargo: Professor de Educação Infantil**

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Leandra Ines Pelle Delpino	210 dias 27 anos 9 meses 08/06/1972		
2º	Saete Merlini	150 dias	11 anos 8 meses e 22 dias	17/01/1982
3º	Delcilene Bianchi	120 dias	15 anos 9 meses e 1 dia	09/06/1966
4º	Neide Renz Cadore	105 dias	15 anos 8 meses e 19 dias	29/08/1974
5º	Ana Lúcia Bencke	90 dias	23 anos 8 meses e 29 dias	21/12/1970
6º	Liana Cecilia Wronski Ghizzi	90 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	15/03/1967
7º	Márcia Both Winter	90 dias	12 anos 3 meses e 2 dias	28/01/1983
8º	Kassiana Ziemniczak	90 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	16/11/1983
9º	Carla Adriane Ritter	90 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	22/11/1985
10º	Daiane Taís Dalsotto	90 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	05/01/1989
11º	Marisa Rosa Mendonça	90 dias	7 anos 6 meses e 27 dias	27/03/1979
12º	Izaida Veronica Skunieczni Perotto	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	09/04/1966
13º	Ione da Graças Pinheiro Cantú	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	06/05/1970
14º	Rosani Cescon	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	18/07/1974
15º	Sirlei Pastore	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	23/09/1976
16º	Claudia Riva Schemmer	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	19/02/1987
17º	Cristina Fernandes Posser	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	19/01/1990
18º	Rosilei Jeziur	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	13/11/1975
19º	Madalena Paula Fronzza	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	29/06/1980
20º	Geizibel Grassi	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	19/11/1982
21º	Daniele Casagrande Dalpiaz	90 dias	5 anos e 5 meses	10/07/1982
22º	Elizandra Toldo	90 dias	5 anos e 5 meses	12/01/1983
23º	Angelita Gusmão Tarouco	80 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	25/03/1969
24º	Ledi Carla Bedin Soares de Lima	78 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	29/08/1975
25º	Marili Leão	73 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	22/06/1985
26º	Ronise Britto Schwengber	72 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	01/02/1985
27º	Renate Beatriz Graebner	67 dias	23 anos 8 meses e 28 dias	22/08/1969
28º	Adriane Gisele Marcante	67 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	26/06/1980
29º	Leda Arcari Barb	67 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	25/04/1979
30º	Aglimone Bernardi Chittó	60 dias	23 anos 8 meses e 28 dias	09/01/1976
31º	Isabel Cristina Rauber	60 dias	15 anos e 9 meses	24/06/1977

32°	Sonia Silvia Andreolla	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	26/06/1975
33°	Ana Rita Skunieczni	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	09/03/1979
34°	Elisangela Irma Machado Greggio	60 dias	7 anos 8 meses e 27 dias	03/08/1977
35°	Maristela Alberti	60 dias	7 anos 3 meses e 3 dias	11/02/1984
36°	Eduarda Arcari Heinen	60 dias	6 anos 9 meses e 2 dias	19/02/1976
37°	Iloí de Fátima Massignani	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	08/01/1961
38°	Gesmari Terezinha Franzone Rodrigues	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	10/12/1965
39°	Saete Biazutti	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	16/05/1967
40°	Saionara Vanderleia Matana	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	29/01/1974
41°	Geneci Rosa Herbstreith	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	13/12/1974
42°	Catia Stuaní	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	21/04/1983
43°	Maria Tressoldi	30 dias	23 anos 8 meses e 28 dias	04/01/1965
44°	Ivania Barbieri	30 dias	14 anos 8 meses e 24 dias	28/09/1971
45°	Gereci Scapin Gehlen	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	09/07/1972
46°	Juliane Tânia Simioni	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	22/10/1979
47°	Rosane Maria Schwengber Rolhano	Sem direito a licença prêmio.		
48°	Claudia Regina Floriano Dalmagro	Sem direito a licença prêmio.		

## Cargo: Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Colocação	Servidor	Dias de Licença Prêmio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1°	Celói Terezinha Vichroski	270 dias	23 anos 8 meses e 1 dia	18/10/1969
2°	Tatiane Cristina Coppini de Lima	150 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	29/06/1973
3°	Maristela Rautta Bernardi	119 dias	15 anos 9 meses	06/09/1975
4°	Jane Maria Rodigheri	90 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	01/07/1973
5°	Eliane Sandra Fantinel	60 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	17/10/1978
6°	Cleusa Schneider Vormá	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	21/07/1966
7°	Adelaide Maria Dilli	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	28/09/1968
8°	Rosalina Saete de Oliveira Domingues	30 dias	7 anos 7 meses e 14 dias	02/09/1975

Art. 2º- Ficam convocados, todos os servidores classificados, para comparecer no Auditório da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Sete de Setembro, 2045 – Centro, São Miguel do Oeste, conforme cronograma, para escolha do mês de gozo da licença prêmio e formalização do pedido.

## 1. Professor De Educação Infantil

Dia	Horário
20/11/2019 20/11/2019	18h15min 17h15min

## 2. Coordenador Pedagógico

Dia	Horário
20/11/2019 20/11/2019	18h15min 18h00min

## 3. Merendeira

Dia	Horário
20/11/2019 20/11/2019	18h15min 18h15min

## 4. Ensino Fundamental- Anos Iniciais

Dia	Horário
21/11/2019	18h15min

## 5. Professores de Matérias Específicas

Dia	Horário
20/11/2019 21/11/2019	18h15min 18h30min

## 6. Agente de Limpeza e Serviços Gerais

Dia	Horário
20/11/2019 20/11/2019	18h15min 18h45min

## 7. Auxiliar de Creche

Dia	Horário
-----	---------

20/11/2019 20/11/2019

18h15min 19h15min

São Miguel do Oeste, 7 de novembro de 2019

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

PAULO RICARDO DRUMM

Secretário Municipal de Educação

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1435/2019**

Publicação Nº 2224168

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1435/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR o servidor público municipal efetivo FABIO LUCIO DORNELES, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, para exercer suas funções junto ao Procon, a partir de 18 de novembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 07 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1436/2019**

Publicação Nº 2224169

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1436/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR o servidor público municipal efetivo NILSO CESAR SANDINI, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, para exercer suas funções junto ao TFD, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07 de novembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 07 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 1437/2019**

Publicação Nº 2224171

PORTARIA SGPT/DDP Nº1437/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAIS PARA A REALIZAÇÃO DE PROVA DO CONCURSO CONDER (Edital 01/2019).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando, que no próximo dia 10 de novembro de 2019, será realizado as provas do Concurso Público do Conder.

Considerando que há necessidade de fiscais para a realização das provas.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam nomeados, como fiscais para a realização das provas do Concurso lançado pelo edital n. 01/2019, que se realizará no dia 10 de novembro de 2019, das 07h15min às 12h00min horas os seguintes servidores públicos municipais:

Camila Pires da Silva  
Caroline Bello  
Daiana Schneider  
Daniela Aparecida Menegat  
Débora Gonçalves Altomani Moreira  
Edineia Lorenzet  
Karla Miotto Utzig  
Loreci Cristina Muller Caldato  
Luciana Borsatto Zorzi  
Marialice Brassiani  
Rodrigo Morais  
Sergion Klein

Art. 2º Os fiscais ora nomeados a título de compensação pelos serviços realizados terão o direito a gratificação no valor de R\$100,00 ou dispensa de um dia de trabalho durante o expediente normal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão às custas dos recursos próprio do município de São Miguel do Oeste..

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 07 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta portaria foi publicada na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 1438/2019**

Publicação Nº 2224172

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1438/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

**RESOLVE:**

CONCEDER a 1ª (primeira) Licença Prêmio, de acordo com o parágrafo 5º, do art. 190, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e em conformidade com a Emenda Modificativa nº 001/95, a servidora pública municipal efetiva ASTERIA SCHNEIDER KROETZ, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, a qual deverá constar nos registros funcionais, correspondente ao período de 01 de abril de 2013 a 31 de março de 2018, com direito a 03 (três) meses.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 07 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1439/2019**

Publicação Nº 2224174

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1439/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

### **RESOLVE:**

CONCEDER a 2ª (segunda) Licença Prêmio, de acordo com o parágrafo 5º, do art. 190, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e em conformidade com a Emenda Modificativa nº 001/95, a servidora pública municipal efetiva ARIANE ANGELITA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professor, a qual deverá constar nos registros funcionais, correspondente ao período de 18 de fevereiro de 2014 a 17 de fevereiro de 2019, com direito a 03 (três) meses.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 07 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1440/2019**

Publicação Nº 2224175

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1440/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio a MARLENE DE FATIMA LACERDA DE MATTOS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, concedido o direito conforme Portaria nº 1510/2018 de 26 de novembro de 2018, referente ao período de 20 de novembro de 2013 a 19 de novembro de 2018, a serem gozados de 02 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 07 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 1441/2019**

Publicação Nº 2224177

PORTARIA GPT/DDP N. 1441/2019

CRIA COMISSÃO PARA ANÁLISE, PROCESSAMENTO E CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013; e

Considerando a necessidade da concessão da licença prêmio nos termos do artigo 108 de seguintes da Lei Complementar Municipal 009/2012 e a criação de critérios que atendam a conveniência e a oportunidade.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica constituída Comissão para análise, processamento e concessão de licença prêmio composta pelos seguintes servidores: DANIELA APARECIDA MENEGAT, ocupante do cargo de técnico administrativo, INES CARLA PERSCH THEOBALD, ocupante do cargo técnico em segurança do trabalho e MARIALICE BRASSIANI, ocupante do cargo de técnico administrativo.

Art. 2º Os membros ora nomeados, quando reunidos para efetuar os trabalhos da comissão, ficam dispensados de suas funções normais de trabalho.

Art. 3º A comissão utilizará como critério para concessão de licenças aqueles estabelecidos pelo Edital 002/2019 e artigo 108 da LCM 009/2012.

Art. 4º A comissão ora designada fará jus a gratificação contida no Artigo 88 da Lei Complementar nº 009 de 02/04/2012, combinada com o anexo IV da Lei Complementar nº 025 de 10/10/2013.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2020 com término de vigência em 31 de dezembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.  
Em 07 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 1442/2019**

Publicação Nº 2224178

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1442/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

**RESOLVE:**

CONVERTER, em pecúnia 30(trinta) dias da 2ª Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 30 de julho de 2012 a 29 de julho de 2017, concedida conforme Portaria nº 0965/2019 de 19 de junho de 2019, a servidora LIANA CECILIA WRONSKI GHIZZI, ocupante do cargo de Professor, com base no Art. 108, §5º da Lei Complementar Municipal 009/2012 de 02 de abril de 2012, concessão concedida por necessidade imperiosa dos serviços públicos.

Registre-se, publique-se e comunique-se.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 07 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019



Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1446/2019**

Publicação Nº 2224182

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1446/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO

Art. 1º FABIANA RUDINEIA DO VIRGEM, ocupante do cargo de Atendente Social, 40 horas semanais, junto a Secretária Municipal de Assistência Social, a partir de 11 de novembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 11 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

## **PROC 246/2019 - PREFEITURA**

Publicação Nº 2223378

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 246/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2019

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Lote.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de moveis sob medida para serem utilizados nos cartórios e arquivos da 13ª Ciretran/DRP de São Miguel do Oeste/SC, conforme Convênio 2016TN001765 e Lei Municipal nº 4.727/11, de acordo com o Anexo I, Memorial Descritivo e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 25 de novembro de 2019.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199 fones (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 11 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 162/2019**

Publicação Nº 2223238

PORTARIA 162/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ANUAIS A SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e demais legislações;

**RESOLVE CONCEDER FÉRIAS ANUAIS:**

Art. 1º Fica concedido férias anuais ao Servidor da Câmara Municipal, Senhor JOSÉ CIRILO CHITTÓ, brasileiro, ocupante do cargo de Secretário Executivo, a partir de 18 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo de 08 de agosto de 2018 a 07 de agosto de 2019.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta nas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Registre-se, publique-se e comunique-se.

Gabinete do Presidente do Câmara de São Miguel do Oeste, SC,

Em 08 de novembro de 2019.

Vereador Everaldo Di Berti

Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,  
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó  
Secretário Executivo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### CONTRATO N.º 070/2019

Publicação Nº 2223324

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE  
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 070/2019

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora DANIELA FREITAS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº 854.072.329-87, residente e domiciliada a Rua Pedro Cunha, nº. 826 – Estreito – Florianópolis/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito a Lei Complementar nº 160/2019, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de ASSISTENTE SOCIAL - PNAISP, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 12/11/2019, findando no dia 11/11/2020, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a dois (02) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
- 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
- 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

DANIELA FREITAS  
CONTRATADA  
Testemunhas:

#### DECRETO Nº189/2019

Publicação Nº 2223085

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO Nº189/2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.204 de 11 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por conta do Excesso de Arrecadação de recursos do Convênio Trânsito/Militar na dotação abaixo identificada:

**07- SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇO PÚBLICOS**

07.01.06.182.0010-2.076 – Segurança no Trânsito R\$ 2.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0767 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 04 de novembro de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 316/2019**

Publicação Nº 2223329

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 316/2019

Admite em Caráter Temporário DANIELA FREITAS para o cargo de Assistente Social - PNAISP.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, DANIELA FREITAS para o cargo de Assistente Social - PNAISP, contrato de trabalho nº. 070/2019.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de novembro de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.910/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224328

DECRETO Nº 4.910/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.302,85 (um mil trezentos e dois reais e oitenta e cinco centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.064 - Gestão SUAS

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0063 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.302,85

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 4 de Novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 4.918/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224331

DECRETO Nº 4.918/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 978,00 (novecentos e setenta e oito reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.064 - Gestão SUAS

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0063 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 810,00

09.02.08.244.0015.2.065 - Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Material de Consumo R\$ 168,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 6 de Novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 8.079/2019, DE 11 DE NOVENBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2224322

PORTARIA Nº 8.079/2019, DE 11 DE NOVENBRO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a decisão do Processo Administrativo nº 05/2019 que determina a suspensão da servidora M. L. N;

**RESOLVE:**

Art. 1º SUSPENDER a servidora Sra. M. L. N. no Período de 15 (quinze) dias, a partir de 11/11/2019 até 25/11/2019, com prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**RETIFICAÇÃO N. 01 – COMDES E CMAS**

Publicação Nº 2224320

Retificação n. 01 – COMDES e CMAS

Edital 001/2019 - Convocação da pessoa com deficiência e representantes de pais ou responsáveis por pessoa com deficiência para Escolha de Conselheiros Municipais as vagas em vacância.

A Secretaria de Assistência Social e o Conselho Municipal dos direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Schroeder - COMDES, no uso de suas atribuições, retifica os itens abaixo elencados:

O item 1, onde se lê:

A assembleia de escolha será realizada no dia 21/11 de novembro do corrente ano às 13h30min, sob a coordenação da Secretaria de Assistência Social, na sala de reunião do CREAS, situado na Rua Guilherme Piske, 151, Centro Norte – Schroeder/SC.

Leia-se:

A assembleia de escolha será realizada no dia 28/11 de novembro do corrente ano às 15h, sob a coordenação da Secretaria de Assistência Social, na sala de reunião do CREAS, situado na Rua Guilherme Piske, 151, Centro Norte – Schroeder/SC.

O item 3, onde se lê:

Poderão participar com direito a voto e ser votado pessoa com deficiência e pais ou responsáveis por pessoa com deficiência que se credenciarem até às 15h do dia 21/11/2019, no mesmo local da assembleia, apresentando os seguintes documentos:

Leia-se:

Poderão participar com direito a voto e ser votado pessoa com deficiência e pais ou responsáveis por pessoa com deficiência que se credenciarem até às 15h do dia 28/11/2019, no mesmo local da assembleia, apresentando os seguintes documentos:

Os demais itens do Edital 001/2019 permanecem inalterados.

Schroeder, 11 de novembro de 2019.

Ercílio Silvio Ramos	Daiane Regina Azevedo Wolf
Presidente do COMDES	Diretora da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS

**ANULAÇÃO PR 18/2019-FMS**

Publicação Nº 2223083

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 18/2019 - PR****Processo Administrativo:****Processo de Licitação:** 47/2019**Data do Processo:** 26/09/2019

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em consulta médica em atenção especializada em oftalmologia (adulto e infantil) e correção cirúrgica de estrabismo (adulto, incluso consulta pré-operatório e pós-operatório) para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 2 / 2019**

**Motivo:** Devido a tentativa de abertura frustrada

Schroeder, 11 de Novembro de 2019

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



## ATA PREGÃO PRESENCIAL 18/2019-FMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2223073

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b></p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09  RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 18/2019 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: 47/2019  Processo de Licitação:  Data do Processo: 26/09/2019</p>
	Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 44/2019 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em consulta médica em atenção especializada em oftalmologia (adulto e infantil) e correção cirúrgica de estrabismo (adulto, incluso consulta pré-operatório e pós-operatório) para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para recebimento do envelope de habilitação da empresa BANCO DE OLHOS DE JOINVILLE, o qual foi protocolado dentro do prazo estipulado em ata anteriormente. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa BANCO DE OLHOS DE JOINVILLE, constatando que a empresa BANCO DE OLHOS DE JOINVILLE protocolou novo envelope de habilitação em 08/11/2019 às 13h31min, e apresentou CND municipal vencida em 03/11/2019, sendo assim a empresa BANCO DE OLHOS DE JOINVILLE não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata à empresa.

Schroeder, 11 de Novembro de 2019

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Natália Kersten Brumuller	- ..... - Equipe de Apoio

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 78/2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)**

Publicação Nº 2223695

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 78/2019 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 144/2019 Data do Processo: 17/10/2019
Folha: 1/2	

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 163/2019 (Sequência: 3)**

Ao(s) 11 de Novembro de 2019, às 15:30 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7916/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 144/2019, Licitação nº 78/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para recebimento do envelope de habilitação da empresa MAIOCHI COMÉRCIO DE TRATORES LTDA. - EPP, o qual foi protocolado dentro do prazo estipulado em ata anteriormente. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa MAIOCHI COMÉRCIO DE TRATORES LTDA. - EPP, constatando que a empresa MAIOCHI COMÉRCIO DE TRATORES LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata participante.

**Participante:** 13310 - MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Pontas de arado espessura 3/8", altura 6.1/2", comprimento 21", com dureza mínima de 400 a 500 HB - Lado direito (para arado tatu aah).	PC	12,00	TATU	0,0000	248,00	2.976,00
2	Folhas de arado TATU AAH, espessura 1/4", altura 13.1/2", comprimento 33", com dureza mínima de 400 a 500 HB - Lado direito	PC	2,00	TATU	0,0000	191,00	382,00
3	Faca para rotativa, tipo C, aço sae/5160 espessura 1/4x3" com tratamento termico, dureza 42 a 44 - Facas lado direito/esquerdo (para rotativa mec rull)	PC	500,00	AB	0,0000	14,95	7.475,00
4	Disco recortado 20" furo universal p/ grade, aço sae1060/70 dureza mínima 360, máxima 440 c/ tratamento térmico e 4,0mm de espessura	PC	30,00	METISA	0,0000	109,00	3.270,00
5	Parafuso para faca rotativa MEC RULL, 1/2" x 1.1/2" rosca parcial 8.8 mb, com porca dupla.	PC	1.500,00	REX	0,0000	1,65	2.475,00
6	Parafuso sextavado MA 8.8, 16x60	PC	100,00	REX	0,0000	4,48	448,00
7	Parafuso sextavado MB. 1/2" X 3.3/4" Rosca Parcial Polido - Completo: parafuso e porca.	PC	100,00	REX	0,0000	4,90	490,00
8	Parafuso para lamina de trator 12.9, dimensão 1/2" x 1. 1/2" , com porca e arruela de pressão.	PC	200,00	ZM	0,0000	1,85	370,00
9	Mancal de atrito para grade niveladora BALDAN completo, fixação braçadeiras p/ eixo redondo 1.1/4"	PC	20,00	MARTINS	0,0000	139,00	2.780,00
10	Eixo quadrado de grade BALDAN c/ porca e 2 arruelas de encosto dos discos de grade, dimensões 1" x 1.250mm	PC	2,00	MARTINS	0,0000	158,00	316,00
11	Disco reto 18" para arado Tatu, expessura 4,5mm, com mancal	PC	12,00	METISA	0,0000	138,00	1.656,00
12	Grampo R 5 x 90mm	PC	30,00	STA FE	0,0000	1,95	58,50
13	Graxeira de aço zincado 10mm x 90°	PC	50,00	STA FE	0,0000	1,50	75,00
14	Pino quebra dedo 8mm	PC	50,00	STA FE	0,0000	3,00	150,00
15	Pino quebra dedo 7/16"	PC	50,00	STA FE	0,0000	3,00	150,00
16	Pino Hidráulico 12mm	PC	50,00	STA FE	0,0000	14,00	700,00
17	Pino elastico 6 x 100mm	PC	50,00	STA FE	0,0000	1,50	75,00
18	Pino elastico 10 x 100mm	PC	50,00	STA FE	0,0000	3,99	199,50
19	Arruela lisa 1/2" x 4,75 mm	PC	60,00	STA FE	0,0000	0,70	42,00

Total do Participante -----> 24.088,00

Total Geral -----> 24.088,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 78/2019 - PR**

Processo Administrativo: 144/2019  
Processo de Licitação:  
Data do Processo: 17/10/2019

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 11 de Novembro de 2019

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- .....	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- .....	- Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- .....	- Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- .....	- Equipe de Apoio
Natália Kersten Brumuller	- .....	- Equipe de Apoio

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 78/2019-PMS

Publicação Nº 2223697

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 71/2019 Data do Registro: 11/11/2019 Válido até: 11/11/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pontas de arado espessura 3/8", altura 6.1/2", comprimento 21", com dureza mínima de 400 a 500 HB - Lado direito (para arado tatu aah).	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	TATU	0	248,0000	1
2	Folhas de arado TATU AAH, espessura 1/4", altura 13.1/2", comprimento 33", com dureza mínima de 400 a 500 HB - Lado direito	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	TATU	0	191,0000	1
3	Faca para rotativa, tipo C, aço sae 5160 espessura 1/4x3" com tratamento térmico, dureza 42 a 44 - Facas lado direito/esquerdo (para rotativa mec null)	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	AB	0	14,9500	1
4	Disco recortado 20" furo universal p/ grade, aço sae 1060/70 dureza mínima 360, máxima 440 c/ tratamento térmico e 4,0mm de espessura	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	METISA	0	109,0000	1
5	Parafuso para faca rotativa MEC RULL, 1/2" x 1.1/2" rosca parcial 8.8 mb, com porca dupla.	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	REX	0	1,6500	1
6	Parafuso sextavado MA 8.8, 16x60	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	REX	0	4,4800	1
7	Parafuso sextavado MB, 1/2" X 3.3/4" Rosca Parcial Polido - Completo: parafuso e porca.	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	REX	0	4,9000	1
8	Parafuso para lamina de trator 12.9, dimensão 1/2" x 1.1/2", com porca e arruela de pressão.	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	ZM	0	1,8500	1
9	Mancal de arito para grade niveladora BALDAN completo, fixação braçadeiras p/ eixo redondo 1.1/4"	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	MARTINS	0	139,0000	1
10	Eixo quadrado de grade BALDAN c/ porca e 2 arruelas de encosto dos discos de grade, dimensões 1" x 1.250mm	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	MARTINS	0	156,0000	1
11	Disco reto 18" para arado Tatu, espessura 4,5mm, com mancal	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	METISA	0	138,0000	1

Página: 2/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 71/2019**

**Número do Registro de Preços: 71/2019      Data do Registro: 11/11/2019      Válido até: 11/11/2020**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Grampo R 5 x 90mm	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	STA FE	0	1,9500	1
13	Graxa de aço zincado 10mm x 90°	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	STA FE	0	1,5000	1
14	Pino quebra dedo 8mm	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	STA FE	0	3,0000	1
15	Pino quebra dedo 7/16"	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	STA FE	0	3,0000	1
16	Pino Hidráulico 12mm	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	STA FE	0	14,0000	1
17	Pino elástico 6 x 100mm	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	STA FE	0	1,5000	1
18	Pino elástico 10 x 100mm	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	STA FE	0	3,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 71/2019

Número do Registro de Preços: 71/2019		Data do Registro: 11/11/2019		Válido até: 11/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Amela lisa 1/2" x 4,75 mm	PC	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA (13310)	STAFE	0	0,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 71/2019

Número do Registro de Preços: 71/2019		Data do Registro: 11/11/2019		Válido até: 11/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2019  
PROCESSO Nº 144/2019  
(13310) - MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA

Schroeder, 11 de Novembro de 2019.



**ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 82/2019-PMS**

Publicação Nº 2222842

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 148/2019  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 82/2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 69/2019**

No dia 11 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com sede administrativa localizada na RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201, bairro CENTRO, CEP nº. 89275-000, nesta cidade de Schroeder/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). OSVALDO JURCK, inscrito no CPF sob o nº. 310.472.469-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 82/2019, Processo Licitatório nº. 148/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6122	G.MAIOCHI E CIA.LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8
12475	JULIO SILVESTRI FILHO - ME	6, 9
7937	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1.838/2008 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
G.MAIOCHI E CIA.LTDA	84.091.974/0001-18	RUBENS MANFRED BIAVATH	296.325.959-04
JULIO SILVESTRI FILHO - ME	15.608.150/0001-50	MARCO ANTONIO SALES DA COSTA	147.719.158-57
TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA	79.905.071/0001-93	VILMAR FORRYTA	381.409.349-68

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6122 - G.MAIOCHI E CIA.LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Parafuso 5/8 X 2,5", com porca 20 mm de altura (lâmina moto niveladora)	UN		300,000	2,3000	690,00
2	Dente para caçamba dianteira - retroescavadeira CAT 416E	UN		16,000	37,5000	600,00
3	Parafuso com porca de aço para dente de retro com rosca 12 X 70 mm	UN		50,000	2,0000	100,00
4	Parafuso com porca de aço 5/8 X 2", para retro, dente caçamba dianteira	UN		100,000	2,3000	230,00
5	Ponta de dente com número 6329 gravado, concha traseira retro	UN		30,000	17,0000	510,00
7	Lâmina 13 furos para moto niveladora 3/4, curva com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN		70,000	420,0000	29.400,00
8	72204481 - Kit pino trava de aço - escavadeira E 215B	UN		60,000	21,5000	1.290,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**Página: 2/7  
Processo Nº.: 148/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 82/2019**Fornecedor: 12475 - JULIO SILVESTRI FILHO - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	A304031 - Faca lateral de aço - escavadeira E 215B	UN	DMX	4,000	225,0000	900,00
9	72205063 - dente de aço p/ caçamba escavadeira E215B	UN	COLINA	60,000	59,0000	3.540,00

2.2. Os preços registrados poderão sofrer reajustes nas hipóteses previstas em Lei.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 148/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 82/2019

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/7

**Processo Nº.: 148/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 82/2019**

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

5.3.10. Entregar/executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de 3 dias após ordem de compra, no Município de Schroeder, de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h00min às 16h:30, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

5.3.11. Vincula-se a este instrumento contratual o edital do Processo Licitatório nº 148/2019, e seus anexos, bem como a ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 148/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 82/2019

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.3. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 15 (quinze) dias consecutivos, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Regularidade Fiscal.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

8.8. O pagamento será efetuado na conta bancária especificada pela licitante na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 148/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 82/2019

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**Página: 7/7  
Processo Nº.: 148/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 82/2019**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no DOM/SC.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Schroeder, 11 de Novembro de 2019.

\_\_\_\_\_  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

G.MAIOCHI E CIA.LTDA	CNPJ: 84.091.974/0001-18	_____
JULIO SILVESTRI FILHO - ME	CNPJ: 15.608.150/0001-50	_____
TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA	CNPJ: 79.905.071/0001-93	_____



**ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 83/2019-PMS**

Publicação Nº 2223567

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/8  
 Processo Nº.: 149/2019  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 70/2019**

No dia 11 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com sede administrativa localizada na RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201, bairro CENTRO, CEP nº. 89275-000, nesta cidade de Schroeder/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). OSVALDO JURCK, inscrito no CPF sob o nº. 310.472.469-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 83/2019, Processo Licitatório nº. 149/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de jardinagem para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Saúde, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
14043	ADRIANO MACIEL 04557309976	1
14298	ECO FLORESTAL JARDINAGEM E SERVICOS LTDA.	
14295	ELI DE QUEVEDO 05282040921	
14296	FINO KONELL 49438492968	
13689	SMART LIMPEZA E JARDINAGEM LTDA. - EPP	
14297	SUZANA WIECZOREK PACHECO 06395327992	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1.838/2008 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ADRIANO MACIEL 04557309976	31.628.685/0001-49	ADRIANO MACIEL	045.573.099-76
ECO FLORESTAL JARDINAGEM E SERVICOS LTDA.	18.836.892/0001-20	ALEXANDER NIEDZWIESCKI	006.943.969-90
ELI DE QUEVEDO 05282040921	35.102.407/0001-04	ELI DE QUEVEDO	052.820.409-21
FINO KONELL 49438492968	35.019.725/0001-06	FINO KONELL	494.384.929-68
SMART LIMPEZA E JARDINAGEM LTDA. - EPP	22.236.977/0001-45	MARCELO ANTONIO NASCIMENTO T	711.803.119-49
SUZANA WIECZOREK PACHECO 06395327992	29.824.008/0001-54	SUZANA WIECZOREK	063.953.279-92

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de jardinagem para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Saúde, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

## MUNICIPIO DE SCHROEDER

Processo Nº.: 149/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2019

**Fornecedor: 14043 - ADRIANO MACIEL 04557309976**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa especializada para serviços (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de jardinagem para conservação e manutenção das áreas de jardinagem sob competência do Município de Schroeder (SC), compreendendo os seguintes serviços: Roçada; adubação; poda; troca de plantas e mudas de flores de época; limpeza de canteiros; limpeza de pátios; destinação de resíduos orgânicos e demais serviços dentro da atividade de jardinagem, sempre que se fizer necessário para manter as áreas indicadas, limpas (sem ervas) e organizadas ou quando solicitado pelas devidas secretarias 1. Trevo de acesso principal-(R. Jaraguá ) 2. Pórtico-(R. Jaraguá); 3. Praça Germano Gustavo Ristow; 4. Praça Cristian Mathias Schroede-(Prefeitura); 5. Cerca Viva-(Junto ao Gin. De Esportes Alfredo Passold ) ; 6. Pátio - Centro de Eventos 20.000 metros quadrados; 7. Rotatória entrada Duas Mamas-(Início R. Joinville/Estr. Duas Mamas); 8. Rotatória próximo Escola Santos Tomaselli; 9. Praça Gerhard Zastrow-(Em frente Mater. De Constr.Santantonio); 10. Praça sede da Prefeitura; 11. Poda de arvores das calçadas-(Ruas pavimentadas); 12. Praça Helmuth Moritz Germano Hertel-(R.Guilherme Zastrow – B. Sossego ) 13. Praça Ayrton Senna-(R: Paulo Jahn – Centro); 14. Praça na Rua :Reinaldo Volles; 15. Praça na Rua Matilde Volles; 16. Atividades Físicas.. (R. Guaramirim); 17. Atividade física (R: 23 de Março); 18. Cras - R: Leipoldo Fiedler. 19. CREAS - R: Germano Muller; 20. ESF I - Rua Guaramirim; 21. ESF II - Rua Cristiane Zerbin; 22. ESF III - Rua Alphons Maria Schmalz; 23. ESF Centro - Rua Paulo Jahn; 24. ESF IV - Rua Marechal C. Branco (Bracinho); 25. ETA (Estação de Tratamento de Água); 26. Reservatório I próx. Ponte Trindade. 27. Reservatório II e almoxarifado - Rua Bela Vista; 28. Ginásio dos Imigrantes Schroeder I; 29. Campo de Futebol Cláudio Tomaselli; 30. Biblioteca Municipal Souza Cruz Rua Paulo Jahn; 31. Setor de Tributação; 32. Caompo de Futebol Loteamento Garcia; 33. Creche - Schroeder I R: Erich Froehner; 34. Creche Girassol; 35. Creche Ezelia Correia Lombardi; 36. Creche Primeiros Passos; 37. Antigo Posto de Saúde Itoupa - Açú. 38. Prédio Procon; 39 - Posto de Saúde Bracinho. 40 Fundos da Sede da Administração (Estacionamento e Pátio do Setor de Obras); 41. Escola nova Emílio da Silva R: Avenida dos Imigrantes.	MÊS		12,000	2.940,0000	35.280,00

2.2. Os preços registrados poderão sofrer reajustes nas hipóteses previstas em Lei.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 3/8

**MUNICÍPIO DE SCHROEDER****Processo Nº.: 149/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2019**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/8  
Processo Nº.: 149/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2019

## **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

### **5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

### **5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

5.3.10. Entregar/executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de 24 horas após ordem de compra, no Município de Schroeder, de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h00min às 16h:30, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

5.3.11. Vincula-se a este instrumento contratual o edital do Processo Licitatório nº 149/2019, e seus anexos, bem como a ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 5/8  
Processo Nº.: 149/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2019

## **CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

## **CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.3. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 6/8  
Processo Nº.: 149/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 15 (quinze) dias consecutivos, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Regularidade Fiscal.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

8.8. O pagamento será efetuado na conta bancária especificada pela licitante na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

## **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**Página: 7/8  
Processo Nº.: 149/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2019**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no DOM/SC.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 8/8

**Processo Nº.: 149/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2019**

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Schroeder, 11 de Novembro de 2019.

\_\_\_\_\_  
**OSVALDO JURCK**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

ADRIANO MACIEL 04557309976	CNPJ: 31.628.685/0001-49	_____
ECO FLORESTAL JARDINAGEM E SERVICOS LTDA.	CNPJ: 18.836.892/0001-20	_____
ELI DE QUEVEDO 05282040921	CNPJ: 35.102.407/0001-04	_____
FINO KONELL 49438492968	CNPJ: 35.019.725/0001-06	_____
SMART LIMPEZA E JARDINAGEM LTDA. - EPP	CNPJ: 22.236.977/0001-45	_____
SUZANA WIECZOREK PACHECO 06395327992	CNPJ: 29.824.008/0001-54	_____

**DISPENSA 35/2019-FMS**

Publicação Nº 2223089

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 35/2019 - DL**

**Processo Nr.: 64/2019**  
**Data: 11/11/2019**

Folha: 1/2

**Fornecedor:** GENESIO A MENDES & CIA LTDA  
**Endereço:** R SAO LUIZ, 127 - GALPAO K  
**Cidade:** TUBARAO - SC  
**CNPJ:** 82.873.068/0001-40

**Código:** 6426**Inscrição Estadual:** 250.064.111

**Objeto da Compra:** Medicamento destinado a atender a Ação Civil Pública nº 5001329-74.2019.8.24.0026, da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	10,00	APIXABANA 2,5MG - CAIXA COM 20 CPR	CX	71,93	719,30

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

**IV** - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

**JUSTIFICATIVA**

Paciente portador de " Fibrilação Atrial - CID 148" necessitando do aludio fármaco para tratamento da enfermidade.

Schroeder, 11 de Novembro de 2019

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 35/2019 - DL

**Processo Nr.:** 64/2019  
**Data:** 11/11/2019

Folha: 2/2

07/11/2019

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 7 de Novembro de 2019

**Valor da Despesa:** 719,30 (setecentos e dezenove reais e trinta centavos)

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

**INEXIGIBILIDADE 04/2019-PMS**

Publicação Nº 2223002

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 4/2019 - IL**

**Processo Nr.: 173/2019**  
**Data: 11/11/2019**

Folha: 1/2

**Fornecedor: SCHROEDER TRANSPORTE LTDA****Código: 14241****Endereço: R 03 DE OUTUBRO, 70****Cidade: Schroeder - SC****CNPJ: 34.446.960/0001-00****Inscrição Estadual:**

**Objeto da Compra:** Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo dentro do Município de Schroeder, para fornecimento de Vale Transporte aos servidores do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	6.738,00	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de Vale Transporte para os servidores do Município de Schroeder. (circular dentro do Município Schroeder)	UN	4,00	26.952,00

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

**CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

**JUSTIFICATIVA**

Solicita-se a contratação da empresa especializada em transporte coletivo para suprir a necessidade de locomoção dos servidores do Município de Schroeder, fornecendo o transporte coletivo "Circular" dentro do Município de Schroeder.

As solicitações serão feitas de acordo com a demanda do Município, abrangendo as seguintes secretarias: Sec. Educação e Cultura; Sec. Esporte, Lazer e Turismo; Sec. Planejamento, Gestão e Finanças; Sec. Saúde; Sec. Assistência Social; Sec. Agricultura, Indústria e Comércio; Sec. de Obras e serviços Urbanos; Sec. de Saneamento e Gestão Ambiental; Gabinete do Prefeito.

Schroeder, 11 de Novembro de 2019

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 4/2019 - IL**

Processo Nr.: 173/2019  
Data: 11/11/2019

Folha: 2/2

14/10/2019

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 14 de Outubro de 2019

**Valor da Despesa:**

26.952,00 (vinte e seis mil novecentos e cinquenta e dois reais)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

# Seara

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 477/2019

Publicação Nº 2224087

Portaria nº. 477/2019. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X, do artigo 2º da Lei Complementar nº 98/2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 60/2018, resolve, Contratar, Oralino Antunes de Lima, em caráter temporário, para exercer a função de Agente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Anexo I – Grupo “A” - Serviços Administrativos, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 57, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, para atender serviços essenciais e emergenciais do município, no período de 12 de novembro de 2019 a 11 de novembro de 2020, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 98/2019, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 11 de novembro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 11 de novembro de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

### PROCESSO LICITATÓRIO 037/2019 - FMS

Publicação Nº 2223853

Processo Licitatório nº 037/2019-FMS - Inexigibilidade de Licitação nº 012/2019-FMS.

Objeto: Credenciamento de profissionais para prestação de serviços especializados na área de saúde pública e Unidades Hospitalares.

Justificativa: O Município de Seara, através do Fundo Municipal de Saúde, lançou Edital de Chamamento Público nº 002/2017, objetivando o credenciamento de profissionais de serviços especializados na área de saúde pública e Unidades Hospitalares. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, a empresa Emso Empresa de Medicina e Segurança Ocupacional Ltda comprovou capacidade para realização de consultas médicas na área de clínica geral.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 11 de novembro de 2019.

Flávio Joel Zolet

Secretário Municipal da Saúde

Gestor do FMS

# Serra Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO PRORROGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 050/2019

Publicação Nº 2223374

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2019

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 050/2019

Tipo: Menor Valor Global.

OBJETO: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, OBRAS DE ARTE CORRENTE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RODOVIA MUNICIPAL DENOMINADA EMSA-010, TRAJETO QUE DA ACESSO A COMUNIDADE DE LINHA NOVA IBIAÇÁ, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO DE 1.906,00M conforme os dados do Projeto de Engenharia.

Entrega dos Envelopes Prorrogada: 08:30 horas do dia 29/11/2019.

Abertura dos Envelopes Prorrogada: 09:00 horas do dia 29/11/2019.

O Edital e anexos se encontram disponíveis no site [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br) ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas/13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 12 de novembro de 2019.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL



# Sombrio

## PREFEITURA

### AVISO DE REVOGAÇÃO - P.P 78-2019

Publicação Nº 2222784

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICIPAL DE SOMBRIO – AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO -  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2019.

O MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC, com sede à Av. Nereu Ramos, nº 31, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.963.216/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE: REVOGAR em todos os seus termos, por interesse da administração, o Processo Licitatório tombado sob o nº 78/2019, e consequentemente a licitação por pregão presencial com o mesmo número, cujo objeto é: registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa(s) para fornecimento(s) de pneus, câmaras de ar e protetores novos, conforme demanda, obedecidos as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos do edital. Sombrio/SC, em 11 de novembro de 2019 – Zênio Cardoso – Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 224/2019

Publicação Nº 2223061

DECRETO Nº 224 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2393, de 11 de dezembro 2018, (Lei Orçamentária).

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 1.142.835,00 (hum milhão, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05.01 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO

1.007 – Reforma e Ampliação da Rede Física, Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.0086(79) Aplicações Diretas ..... R\$ 1.142.835,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 86.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC. 31 de outubro de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

### PUBLICAÇÃO PROCESSO TP 108-2019

Publicação Nº 2222951

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SOMBRIO – AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2019 – TOMADA DE PREÇOS Nº 108/2019 - Objeto: A presente licitação tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para construção de um Centro de Convivência, com área total a ser construída de 671,57m², na Av. Antônio Sant'Helena, no Bairro Parque das Avenidas, município de Sombrio/SC. Conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, projetos, edital e seus anexos. Base Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.406, de 10 janeiro de 2002 e alterações posteriores, e demais legislações complementares. Entrega dos envelopes: Os envelopes deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 29 de novembro de 2019, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 02 de dezembro de 2019. Informações e cópia do edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro, Sombrio/SC, no horário das 07h00 às 13h00min, ou pelo e-mail: licita.sombrio@gmail.com ou pelo Fone (48) 3533-5225. Sombrio – SC, 11 de novembro de 2019. Zênio Cardoso - Prefeito Municipal

# Tangará

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 526, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2.019.  
COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA DE CARGO EM**

Publicação Nº 2223962

PORTARIA Nº. 526, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2.019.

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal, de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município, com combinado com Lei Complementar nº. 57 de 02 de Janeiro de 2012 e Lei Complementar nº. 92 de 04 de Abril de 2017;

Considerando que o servidor requereu exoneração do cargo por motivos particulares.

### RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o servidor ALAN PAULO DOS SANTOS, do cargo em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GABINETE – NÍVEL CC 25, a partir de 11/11/2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta de rubricas consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 11/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Tijucas

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/FME/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 014/FME/2019**

Publicação Nº 2222600

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/FME/2019  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 014/FME/2019

Objeto: Aquisição de material e serviço de montagem e execução de Fogos e Efeitos Especiais, para abertura e encerramento dos Eventos do ano de 2020, da Fundação Municipal de Esporte, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor preço por lote

Data de Abertura: 26 de novembro de 2019, às 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/SAMAE/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/SAMAE/2019**

Publicação Nº 2222673

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 052/SAMAE/2019

Dispensa de Licitação nº 027/SAMAE/19

Objeto: Aquisição 03 (três) aparelhos de AR CONDICIONADO, sendo 01 (um) Tipo Split 55.000BTUs, PISO-TETO, Frio/ 220v, para as salas dos Setores de Atendimento/Recepção/Operacional e 02 (dois) Tipo Split de 9.000BTUs, Inverter - Quente e Frio, 01(um) para a sala do Departamento Jurídico e o outro para o laboratório da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do Município de Tijucas/SC.

Contratado: GKOL ENGENHARIA LTDA.

Valor: R\$. 11.488,00 (Onze mil, quatrocentos e oitenta e oito reais).

Amparo Legal: Art. 24 inciso I e II, Art. 23 inciso I e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 395/2019/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DE INABILITAÇÃO E ABERTURA DE PROPOSTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/PMT/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 023/PMT/2019**

Publicação Nº 2222638

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS  
EXTRATO DE INABILITAÇÃO E ABERTURA DE PROPOSTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/PMT/2019  
TOMADA DE PREÇO Nº 023/PMT/19

Ao décimo primeiro dia do mês de novembro de dois mil e dezenove, às oito horas, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas - SC reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 007/2019 de 07/01/2019, para analisar a Documentação do Processo Licitatório nº 170/PMT/2019 Tomada de Preço nº 023/PMT/19, para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA REFORMA DO PRÉDIO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO "PROFESSOR MANOEL DOS ANJOS, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC. Foi constatado que a empresa EMPREITEIRA JK LTDA, não apresentou CND federal atualizada após dado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da mesma, conforme art. 43 § 1 da Lei complementar 123, ficando esta INABILITADA. Fica marcada para o dia 13 de novembro de 2019 às 08h00 a abertura da proposta. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da CPL encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 050/SAMAE/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/SAMAE/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/SAMAE/2019**

Publicação Nº 2222884

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 050/SAMAE/19 - DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/SAMAE/19 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/SAMAE/19

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

CONTRATADA: GKOL ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO 03 (TRÊS) APARELHOS DE AR CONDICIONADO, SENDO 01 (UM) TIPO SPLIT 55.000BTUS, PISO-TETO, FRIO/ 220V, PARA AS SALAS DOS SETORES DE ATENDIMENTO/RECEPÇÃO/OPERACIONAL E 02 (DOIS) TIPO SPLIT DE 9.000BTUS, INVERTER - QUENTE E FRIO, 01(UM) PARA A SALA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO E O OUTRO PARA O LABORATÓRIO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 11.488,00 (Onze mil, quatrocentos e oitenta e oito reais).

TIJUCAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 186/PMT/2019**

Publicação Nº 2223056

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 186/PMT/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/PMT/19 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/PMT/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS.

CONTRATADA: WILIAN SIENA CORREIA MUSICALIZE ME

OBJETO: CANTAR ESPECIAL DE NATAL E SHOW REGIONAL COM LUANE FARIA MATTIA, DOUGLAS ALLAN ADAMS E ANA PAULA COSTA LEITE ADAMS, AMBOS AGENCIADOS ATRAVÉS DA EMPRESA MUSICALIZE, PARA O SHOW DE REVEILLON, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC

VALOR: R\$. 9.950,00 (Nove mil novecentos e cinquenta reais).

AMPARO LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 393/2019/PGM.

TIJUCAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/PMT/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/PMT/2019**

Publicação Nº 2222650

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme

Processo Licitatório nº 184/PMT/2019

Inexigibilidade de Licitação nº 004/PMT/19

Objeto: CANTAR ESPECIAL DE NATAL E SHOW REGIONAL COM LUANE FARIA MATTIA, DOUGLAS ALLAN ADAMS E ANA PAULA COSTA LEITE ADAMS, AMBOS AGENCIADOS ATRAVÉS DA EMPRESA MUSICALIZE, PARA O SHOW DE REVEILLON, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Contratado: WILIAN SIENA CORREIA MUSICALIZA ME

Valor: R\$. 9.950,00 (Nove mil novecentos e cinquenta reais).

Amparo Legal: Art. 25, inciso I, II e III da Lei 8.666/93, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 393/2019/PGM

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**Timbó****PREFEITURA****ATA ABERTURA ENVELOPES CREDENCIAMENTO N.º 05 2019 FUMTUR**

Publicação Nº 2223914

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº. 05/2019 – FUMTUR

INTERESSADAS: ADEMAR THEILACKER - MEI  
FABIANA MARA MOHR STEIN ME  
FAVIANE HICKMANN PETRY – MEI  
KIFREDO IND. E COM. DE SORVETES LTDA.  
CERVEJARIA BORCK LTDA. – EPP  
CERVEJARIA HERSING LTDA. ME  
BLAUER BERG CERVEJARIA LTDA.  
PONTO FIT LTDA.  
CERVEJARIA ARTESANAL PILLRED BIER LTDA.  
JOÃO AUGUSTO KRIEGER ME  
JAIR ORIBKA MEI  
VALDIR MAY ME  
THAFFAREL LUIS BORGES MEI

Às catorze horas e trinta minutos, do oitavo dia do mês de novembro de dois mil e dezenove (08/11/2019), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083 de 02 de Janeiro de 2019, o Sr. José Felipe Krauchuki – representando a KIFREDO IND. COM. SORVETES LTDA., a Sra. Fabiana M. M. Stein – representando a FABIANA MARA MOHR STEIN ME, o Sr. Luciano Miguel Martins – CERVEJARIA BORCK LTDA. EPP, o Sr. Ricardo Schneiden – CERVEJARIA HERSING LTDA. ME, o Sr. Jair Oribka – JAIR ORIBKA MEI, o Sr. Giovanni Boettger – BLAUER BERG CERVEJARIA LTDA., o Sr. Gilberto Ribeiro Fernandes – CERVEJARIA ARTESANAL PILLRED BIER LTDA., o Sr. João Augusto Krieger – BERGHAIN CERVEJARIA e a Sra. Faviane Hickmann Petry – FAVIANE H. PETRY MEI para abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento no processo licitatório nº. 05/2019 - FCT.

Entregaram tempestivamente os envelopes as empresas interessadas: ADEMAR THEILACKER MEI – CNPJ nº. 26.946.330/0001-68, FABIANA MARA MOHR STEIN ME – CNPJ nº. 07.808.359/0001-39, FAVIANE HICKMANN PETRY MEI – CNPJ nº. 27.651.564/0001-40, KIFREDO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE SORVETES LTDA. – CNPJ nº. 83.546.952/0001-32, CERVEJARIA BORCK LTDA. EPP – CNPJ nº. 00.970.717/0001-66, VALDIR MAY ME – CNPJ nº. 33.329.470/0001-52, CERVEJARIA HERSING LTDA. ME – CNPJ nº. 17.450.774/0001-17, BLAUER BERG CERVEJARIA LTDA. – CNPJ nº. 19.235.526/0001-89, CERVEJARIA ARTESANAL PILLRED BIER LTDA. – CNPJ nº. 33.003.480/0001-01, JOÃO AUGUSTO KRIEGER ME – CNPJ nº. 12.875.048/0001-22, JAIR ORIBKA MEI – CNPJ nº. 33.090.919/0001-72, PONTO FIT LTDA. – CNPJ nº. 21.466.055/0001-61 e THAFFAREL LUIS BORGES MEI – CNPJ nº. 32.952.987/0001-30.

A Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade e na sequência, iniciou-se a abertura dos envelopes, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos neles contidos.

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação das seguintes empresas interessadas:

NOME EMPRESA	ITEM	Nº. ESPAÇOS	VALOR (R\$)
ADEMAR THEILACKER MEI	14	01	500,00
FABIANA MARA MOHR STEIN ME	06	01	500,00
FAVIANE HICKMANN PETRY MEI	03 12	02	500,00 500,00
KIFREDO IND. E COM, DE SORVETES LTDA	01	01	500,00
CERVEJARIA BORCK LTDA. EPP	--	01	1.000,00
JOÃO AUGUSTO KRIEGER ME	--	01	1.000,00
CERVEJARIA ARTESANAL PILLRED BIER LTDA	--	01	1.000,00
BLAUER BERG CERVEJARIA LTDA.	--	01	1.000,00
CERVEJARIA HERSING LTDA. ME	04	01	1.000,00
VALDIR MAY - ME	18	01	300,00

Ato contínuo, a Comissão decide pela inabilitação das seguintes empresas:

JAIR ORIBKA MEI – Interessado no item 16 - Anexo nº. III apresentado, não informa o valor de R\$ 500,00, apenas cita um percentual de 20%, estando em desacordo com o previsto no Edital

PONTO FIT LTDA. – Interessado no item 15 – A redação da descrição foi alterada, não estando em conformidade com o previsto no Edital: "FOOD TRUCK PARA COMERCIALIZAÇÃO EXCLUSIVA DE LANCHES NATURAIS E ACOMPANHAMENTOS";

THAFFAREL LUIS BORGES MEI – Interessado no item 20 – Descrição da atividade pretendida não encontra-se especificada no ramo de atividades do CNPJ da referida Empresa, faltando ainda os seguintes documentos: CND estadual e Certificado do FGTS correspondentes aos subitens 4.3.2 – a, c, conforme Edital.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta ata de julgamento da habilitação, para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou manifestar desistência do mesmo.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão, sendo que os representantes retiraram-se antes da conclusão da presente..

Registre-se, publique-se, intímem-se.

LOURDES MOSER ANGELA PREUSS SILVANA V. ROEPKE  
Presidente Membro Membro Substituto

## **ATA ANÁLISE DOCUMENTOS CREDENCIAMENTO N.º 61. 2019.PMT - RO E SI TOUR**

Publicação Nº 2223920

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ANÁLISE DOCUMENTOS

CREDENCIAMENTO Nº. 61/2019 - MULTIENTIDADES

INTERESSADAS: TRANSPORTE TUR. RO E SI TOUR LTDA.  
STANGE TRANSPORTES EIRELI

Às duas horas, do décimo primeiro dia do mês de novembro de dois mil e dezenove (11/11/2019), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083 de 02/01/2019, para abertura de envelopes de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 61/2019 – MULTIENTIDADES.

Protocolaram tempestivamente os envelopes, as empresas interessadas: TRANSPORTE TURISTICO RO E SI TOUR LTDA. – CNPJ nº. 06.298.016/0001-09 e STANGE TRANSPORTES EIRELI – CNPJ nº. 30.135.300/0001-49.

A Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade e na sequência iniciou-se a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica de todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos recebidos, tendo em vista a necessidade de avaliação da documentação técnica solicitada, conforme subitens 5.4.5 do Edital, a Comissão de Licitações encaminha os documentos para análise e parecer dos documentos da Qualificação Técnica.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intímem-se.

LOURDES MOSER Presidente	ANGELA PREUSS Membro	DAVI BERRI Membro
-----------------------------	-------------------------	----------------------

## **ATA CONVOCAÇÃO SORTEIO - CREDENCIAMENTO N.º 05.2019 FUMTUR**

Publicação Nº 2223928

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DE CONVOCAÇÃO – SORTEIO DOS PONTOS (ESPAÇOS)

CREDENCIAMENTO Nº. 05/2019 - FUMTUR



Às oito horas, do décimo primeiro dia, do mês de novembro de dois mil e dezenove (11/11/2019), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1083, de 02 de janeiro de 2019, com o objetivo de dar continuidade ao procedimento licitatório Credenciamento nº. 05/2019 – FCT.

A Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento dos interessados, que a sessão pública de sorteio dos PONTOS (ESPAÇOS) das empresas habilitadas para a comercialização de chope artesanal, refrigerante, cerveja sem álcool e água realizar-se-á no dia 12 de Novembro de 2019, às 16:00min, na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó/SC.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

LOURDES MOSER Presidente	DAVI BERRI Membro	ANGELA PREUSS Membro
-----------------------------	----------------------	-------------------------

## **AVISO DE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO N.º 22 2019 SAMAE - FINS PUBLICITÁRIOS EM LIXEIRAS URBANAS**

Publicação Nº 2223922

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO Nº 22/2019 SAMAE

OBJETO: concessão de direito de uso de áreas públicas para fornecimento, instalação, manutenção, conservação de lixeiras a serem implantadas nas vias públicas, praças e parques do Município de Timbó, incluindo o direito de veiculação de publicidade, conforme projeto básico anexo com a especificação e dimensionamento das lixeiras e mapas com a localização de onde deverão ser instaladas. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços até às 09h00min do dia 13 de dezembro de 2019. ABERTURA: dia 13 de dezembro 2019 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br), ou através do e-mail [licitacoes@timbo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@timbo.sc.gov.br), e telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 11/11/2019  
WALDEMAR GEBAUER  
Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 016/2019 - REFERENTE AO PROCESSO Nº 0115-000.610-6**

Publicação Nº 2222717

Edital 016/2019 Timbó, 11 de novembro de 2019

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA  
PUBLICAÇÕES LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO Nº 0115-000.610-6  
NOTIFICADO: IVAN LUIS MASTELOTTO ME

O Procon Municipal de Timbó, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA o Reclamado Ivan Luis Mastelotto ME, referente à Decisão Administrativa, cujo documento foi encaminhado por 2 (duas vezes) via AR (aviso de recebimento), porém não se obteve sucesso.

O Reclamado foi notificado no dia 27 de julho de 2015 referente à restituição dos valores pagos para uma cerimônia que havia sido cancelada, em que não havia contrato assinado.

No termo de audiência, informou o Reclamado que em 10 (dez) dias seria efetivada a restituição de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), contudo o acordo não foi cumprido. Sendo assim, o Reclamado recebeu o Ofício 265/2015 tendo 05 (cinco) dias úteis para a resolução do problema, fato este que não ocorreu.

Cientifique-se o Reclamado, informando-o de que o valor da multa estipulada é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), tendo como dispositivos legais infringidos o artigo 12, inc. VI, artigo 13, inc. XVIII e artigo 22, inc. II do Decreto 2.181/97.

O devido boleto para pagamento de multa conforme decisão administrativa foi enviado por 1 (uma) vez via AR, porém não se obteve sucesso. Motivo: Situação cadastral do CNPJ inapta por omissão de declarações.

Maiores informações poderão ser obtidas no Procon Municipal de Timbó, no horário das 09h00 às 16h00.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de novembro de 2019.

Oswaldo Roberto Brodwolf  
Coordenador-Geral do Procon de Timbó/SC



**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 59 2019 PMT - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES**

Publicação Nº 2223925

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Aquisição de materiais diversos inerentes à construção civil, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento dos órgãos e entidades da administração direta e indireta (autarquias e fundações) do Município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: IRMÃOS KREYSSIG LTDA ME, IVO MARIANO NONES ME, ERVIN SCHMIDT & FILHOS LTDA EPP, BERTELLI COM. DE MAT. DE CONSTR. LTDA, SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, 3A MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI – EPP, INOVA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.106.713,31 (dois milhões, cento e seis mil, setecentos e treze reais e trinta e um centavos).

VALIDADE DA ATA: 11/11/2020

Timbó, 12/11/2019  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 83-04.2018 - RÁDIO TIMBÓ**

Publicação Nº 2223926

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL  
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 83-04/2018

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Rádio Timbó Ltda.

OBJETO: Credenciamento de empresas para a execução dos serviços de divulgação das atividades administrativas desenvolvidas no Município de Timbó, por intermédio de inserções de 30 (trinta) e 60 (sessenta) segundos, em atendimento as necessidades do Setor de Comunicação, conforme edital de credenciamento nº 83/2018 - PMT.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

PRAZO: 06/11/2019 a 19/09/2020.

ARÃO JOSINO DA SILVA  
Executivo do Gabinete

**CÂMARA MUNICIPAL****PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2019**

Publicação Nº 2222838

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo: 51/2019

Parecer 62/2019

Matéria: PLC 13/2019

Autor: Vereador Douglas Emanuel Marchetti

Relator: Ver. Martinho de Souza Filho

Conclusão: Favorável

Data: 06/11/2019

Ementa do Projeto: Altera a Lei Complementar nº 364, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Código de Posturas.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de iniciativa do Vereador Douglas Emanuel Marchetti que pretende alterar a Lei Complementar nº 364, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Código de Posturas.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 15 de julho corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 16 de julho, em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 17 de julho, o Relator do projeto solicitou seu envio à Assessoria Jurídica para elaboração de orientação técnica, que não apontou erros quanto à sua forma e conteúdo.

No dia 31 de outubro foi realizada Audiência Pública para discussão do projeto com a comunidade, tendo sido disponibilizado prazo para que a comunidade apresentasse sugestões ao projeto até o dia 4 de novembro. Decorrido o prazo, nenhuma proposta foi apresentada.

No dia 6 de novembro, após a realização audiência pública, esta comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### a) Da Emenda pela Comissão

Acompanha o presente parecer Emenda Supressiva elaborada pela Comissão.

No entender da Comissão, deve ser suprimido, no art. 3º da proposição, a parte final da redação do art. 131 da Lei Complementar nº 364/2008, qual seja, “de modo a impedir eventuais ataques a quem transita fora de sua propriedade”. Isso porque a redação do dispositivo, da maneira como está colocada, poderá trazer eventuais prejuízos aos proprietários de animais que venham a atacar pessoas que transitam próximo à sua propriedade, ainda que aqueles tomem todas as cautelas necessárias para evitar tal ocorrência. Com tal alteração, o proprietário que cercar seu imóvel e avisar aos transeuntes que possui animal bravo em sua propriedade já terá cumprido com o espírito da lei, qual seja, o de evitar que alguém, por omissão de informação, seja vítima de um ataque.

Do mesmo, entende a Comissão ser necessário suprimir do art. 5º da proposição, no inciso II do art. 134 da Lei Complementar nº 364/2008, a expressão “movimentação natural”. Isso porque não há uma definição exata daquilo que seria movimentação natural de um animal, cabendo a mesma a interpretação do fiscal de posturas, que poderia restringi-la ou estendê-la, causando prejuízo à comunidade. Assim, também se faz necessária a exclusão de tal termo, que não trará alterações significativas ao objeto do projeto, no caso, a proteção aos animais.

### b) Da análise do mérito

No que tange aos aspectos redacionais, com a adoção da emenda ora proposta, a proposição está de acordo com o que determina à Lei Complementar Federal nº 95/1998.

Em um primeiro momento, verifica-se que a matéria objeto da presente proposição diz respeito a interesse local, cuja competência para legislar é exclusiva do Município, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal. Nesse sentido, compete à Câmara de Municipal, deliberar sobre assuntos de interesse local, nos termos do inciso I do art. 15 da Lei Orgânica Municipal.

De outra banda, a matéria em análise não está no rol daquelas cuja iniciativa é privativa do Prefeito Municipal, podendo ser apresentada por qualquer vereador, nos termos do caput do art. 30 da Lei Orgânica. Assim, infere-se constitucional e legítima a iniciativa de vereador para a proposição em análise, utilizando-se, para fins de argumentação técnica, orientação técnica da Assessoria Jurídica dessa Casa, juntada nas fls. 15-17 dos autos.

Analisando o mérito da proposição, constata-se que a mesma pretende alterar o Código de Posturas do Município de Timbó, no que diz respeito às normas de proteção aos animais e punição àqueles que praticam atos de maus-tratos sem, contudo, criar qualquer tipo de despesa ou obrigação para a Administração Pública, além daquelas que já são suportadas pelo Município no que diz respeito à fiscalização das posturas públicas e que já vêm sendo realizadas pelo Poder Público.

Assim, não havendo interferência na Administração Municipal, entende este Relator não haver óbices à tramitação do projeto nas demais comissões permanentes.

## III – CONCLUSÃO

### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, com a adoção da emenda ora apresentada, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 13/2019.

Esse é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Haroldo Fiebes

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2019.

Rubens Borchardt

Presidente

Martinho de Souza Filho

Relator

Haroldo Fiebes

Membro

**PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 63/2019**

Publicação Nº 2222846

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS**

Processo: 88/2019

Parecer: 62/2019

Matéria: PLO 63/2019

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Douglas Emanuel Marchetti

Conclusão: Favorável

Data: 07/11/2019

Ementa do Projeto: Retifica dispositivos da Lei nº 3087, de 04 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para 2020.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito que visa retificar dispositivos da Lei nº 3087, de 04 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para 2020.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 1º de novembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 5 de novembro, em Sessão Ordinária.

O Projeto em análise tem por objeto alterar a legislação orçamentária municipal (LDO), razão pela qual é colocado à apreciação desta Comissão, posto ser de sua competência manifestar-se sobre proposições que versem sobre o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária, bem como suas alterações.

No dia 7 de novembro esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

A matéria ora em comento está de acordo com as Leis Federais n.º 4.320/64, que rege a contabilidade pública, e n.º 101/2000, que dispõe acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, vislumbrando-se, desta feita, que a proposição apresenta-se corretamente proposta.

Assim não há óbices, no que tange a competência desta Comissão, a aprovação da proposição nesta Casa Legislativa.

**III – CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº 65/2019.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Carlos Adriano Krüger

Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2019.

Carlos Adriano Krüger

Presidente

Douglas Emanuel Marchetti

Relator

Rubens Borchardt

Membro

# Timbó Grande

## PREFEITURA

**2190 2019**

Publicação Nº 2224078

LEI Nº 2.190, DE 06 de novembro de 2019.

Proíbe a extração e exploração do minério de xisto no território do município de Timbó Grande e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica proibida a concessão de alvará, outorga, autorização e/ou licença de competência municipal a quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, que pretendam utilizar o solo com a finalidade da exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais por qualquer método na extração e mineração do xisto.

Parágrafo único. A proibição é exclusivamente para a finalidade de exploração e comercialização do xisto no município de Timbó Grande -SC.

Art. 2º Fica proibido o tráfego de veículos automotores transportando equipamentos e produtos químicos e radioativos, em especial aqueles destinados à exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, gás metano carbonífero e outros) por qualquer método de extração nas vias públicas municipais, urbanas, rurais e vicinais e respectivas faixas de domínio.

Art. 3º Fica proibida a outorga e o uso de águas de superfície com a finalidade da exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, gás metano carbonífero e outros) por qualquer método da extração e mineração bem como atividades que envolvam metais pesados e radioativos que apresentem riscos de comprometimento dos recursos hídricos.

Art. 4º Fica vedada a concessão da anuência do Município em licenciamentos, alvarás e outorgas de uso de águas de superfície ou subterrâneas e em autorizações ou licenciamentos de atividades, empreendimentos, obras e serviços de exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, gás metano carbonífero e outros) por qualquer outro método de extração e mineração, bem como atividades que envolvam metais pesados e radioativos que apresentem riscos de comprometimento dos recursos hídricos.

Art. 5º Fica proibida a queima de gases derivados da exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, gás metano carbonífero e outros) por qualquer método de extração e mineração do xisto.

Art. 6º Fica proibida a realização de aquisições sísmicas em suas diversas formas, em especial aquelas que utilizam caminhões e estruturas de vibradores do solo e/ou explosivos, bem como quaisquer atividades correlatas que possam, potencial ou efetivamente, oferecer risco à vida, à integridade física e a prédios e construções, públicos ou privados, a estruturas naturais e a monumentos históricos e ainda às atividades agrosilvopastoris e de piscicultura, à fauna silvestre ou de qualquer forma afetar a biodiversidade.

Art. 7º Fica proibida a instalação, a reforma ou a operação de atividades, serviços, empreendimentos e obras de produção, comercialização, transporte, armazenamento, utilização, importação, exportação, destinação final ou temporária de resíduos ou quaisquer outros produtos usados para a extração e mineração, componentes e afins, gás metano carbonífero e similares, metais pesados e radioativos.

Art. 8º O Poder Legislativo e o Poder Executivo do Município de Timbó Grande, no Estado de Santa Catarina, intentarão acordos com os Municípios limítrofes e com os demais, buscando a cooperação no sentido da proteção dos recursos naturais, dos ecossistemas e dos processos ecológicos essenciais, bem como do desenvolvimento sustentável que garanta sadia qualidade de vida, ampliando o território livre de qualquer método de extração e mineração do xisto.

Art. 9º O descumprimento das disposições da presente Lei sujeitará os infratores às sanções administrativas, civis e penais, na forma da legislação vigente, em especial as previstas na Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências e no Decreto federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo para apuração dessas infrações e da outras providências, ambos com alterações posteriores, sem prejuízo da aplicação de outras normas legais.

Art. 10º O descumprimento da proibição prevista no Artigo 6º da presente Lei importará na aplicação de multa diária no valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), além da apreensão dos caminhões vibradores sísmicos e demais equipamentos e instrumentos utilizados na prática da infração, sem prejuízo da aplicação das demais cominações administrativas, civis e penais pertinentes.

§ 1º As despesas decorrentes da apreensão e permanência dos caminhões apreendidos, em valor diário mínimo por caminhão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correrão por conta de seus proprietários, contratantes ou quaisquer outros detentores da responsabilidade pelo seu uso na área do Município.

§ 2º Os valores das multas serão corrigidos pelo maior índice oficial em vigor.

Art. 11 A aplicação e a fiscalização desta Lei são de competência originária dos órgãos municipais do meio ambiente, da agricultura e abastecimento, da saúde e de estradas e de trânsito, que poderão atuar em conjunto com a Defesa Civil, sem prejuízo dos deveres e obrigações legais dos demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais, tanto da Administração direta quanto das Autarquias e demais Instituições da Administração indireta.

Parágrafo único. Os recursos das multas aplicadas pelo descumprimento desta Lei serão destinados preferencialmente ao Fundo Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 12 Os programas de educação e conscientização agrícola, de saúde, de defesa civil, e de mudanças climáticas, formais ou informais, incluirão no seu conteúdo informações sobre os riscos sociais e econômicos da extração e mineração do xisto e suas ameaças à água, ao solo, ao ar e à biodiversidade.

Art. 13 As disposições da presente Lei se aplicam à totalidade do território do Município de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina e devem ser integradas ao Plano Diretor Municipal, para todos os efeitos.

Art. 14 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbó Grande, SC, 06 de novembro de 2019.

Ari José Galeski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande, em 06 de novembro de 2019.

Evandro Carlos de Medeiros  
Secretário de Administração e Finanças

## 2191 2019

Publicação Nº 2224083

LEI Nº 2.191, DE 06 de novembro de 2019.

Altera a Lei 0716/2008 - Regime Próprio de Previdência Social do Município de Timbó Grande e cria o Conselho Fiscal do Fundo Municipal de Previdência, incluindo o parágrafo único no artigo 45 e o artigo 46-A na Lei 0716/2008.

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 45 da Lei Municipal 0716/2008 – Regime Próprio de Previdência Social do Município de Timbó Grande, incluindo o parágrafo primeiro, com a seguinte redação:

“§ 1º Integram a gestão do RPPS do Município os seguintes órgãos:

I – Conselho Municipal de Previdência – CMP

II - Conselho Fiscal do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais de Timbó Grande – Funprev-TG”. “(NR)”;

Art. 2º Fica criado o artigo 46-A, que terá a seguinte redação:

“Art. 46-A Fica criado o Conselho Fiscal do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais de Timbó Grande – Funprev-TG, órgão consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal Administração e Finanças, com a finalidade de fiscalizar, supervisionar, monitorar a gestão e o controle interno do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais de Timbó Grande – Funprev-TG, que será composto de 4 (quatro) membros, titulares e respectivos suplentes, da seguinte forma:

I - 02 (dois) representantes, escolhidos livremente pelo Chefe do Poder Executivo;

II - 02 (dois) representantes, escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo entre os servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

§ 1º Os membros do Conselho e seus suplentes serão nomeados mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º Os representantes citados no inciso I deste artigo poderão ser escolhidos dentre membros de reconhecida notoriedade no tema, da Sociedade Civil, do Poder Público Municipal e/ou do Ambiente Acadêmico.

§ 3º O Presidente do Conselho será indicado, dentre seus membros, pelo Chefe do Poder Executivo, e terá o voto de qualidade.

§ 4º O mandato dos representantes indicados será de 4 anos, vedada a recondução.

§ 5º Como condição para a composição do Conselho, os membros deverão:

I – ter alguma experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

II – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;

III – não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público; e

§ 6º Compete ao Conselho Fiscal:

I - examinar os balancetes e balanços do RPPS, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros;

II - examinar livros e documentos;

III - examinar quaisquer operações ou atos de gestão do RPPS;

IV - emitir parecer sobre os negócios ou as atividades do RPPS;

V - fiscalizar o cumprimento da legislação e das normas vigentes;

VI - requerer ao Conselho Municipal de Previdência - CMP, caso necessário, a contratação de assessoria técnica;

VII - lavrar atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos;

VIII - remeter ao Conselho Municipal de Previdência - CMP parecer sobre as contas anuais do RPPS, bem como dos balancetes;

IX - praticar quaisquer outros atos julgados indispensáveis aos trabalhos de fiscalização;

X - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que comprometam o desempenho das atividades do FUNPREV-TG;

XI - elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno. “(NR)”

Art. 3º O artigo 46 fica renomeado como artigo 46-B, mantendo-se na íntegra sua redação original.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbó Grande, SC, 06 de novembro de 2019.

Ari José Galeski  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande, em 23 de outubro de 2019.

Evandro Carlos de Medeiros  
Secretário de Administração e Finanças

# Três Barras

## PREFEITURA

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 116/2019

Publicação Nº 2223874

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.  
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 116/2019.  
EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 11/2019.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna publico que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 29 de novembro de 2019, Documentação e Propostas para contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra destinadas a Revitalização da Avenida Rigesa, localizada no município de Três Barras, extensão de 1.160,00 metros, com a execução de implantação de novas rede elétrica paralela, pavimentação em paver, cauí e complementos, e arborização, em conformidade com as especificações contidas na pasta técnica.

Recursos Financeiros: próprios do município.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 29 de novembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 - Centro – Telefone: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 11 de novembro de 2019.

LUÍZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 114/2019.

Publicação Nº 2223472

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 114/2019 - Edital Pregão nº. 95/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 26 de novembro de 2019, Propostas para Aquisição 01 (UM) micro-ônibus escolar, com capacidade mínima para 44 passageiros sentados, em conformidade com o edital, destinados ao transporte escolar do município. Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 26 de novembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 11 de novembro de 2019.

LUÍZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 115/2019

Publicação Nº 2223876

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 115/2019 - Edital Pregão nº. 96/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 27 de novembro de 2019, Propostas para "Contratação de Espetáculos Pirotécnicos" destinados as comemorações natalinas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 27 de novembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 11 de novembro de 2019.

LUÍZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.



# Treviso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 607/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2222918

DECRETO Nº 607/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

HOMOLOGA OS NOMES DOS REPRESENTANTES DE ENTIDADES INDICADOS PARA COMPOSIÇÃO DO GRUPO CONSULTIVO E DELIBERATIVO DO SIM - SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe a Lei nº 912/19, de 12 de Junho de 2019, e o Decreto nº 547/19, de 18 de Setembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologados os nomes indicados para composição do Grupo Consultivo e Deliberativo do SIM - SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, deste Município:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura:

Adriana Sangaletti - Titular

Ana Paula João - Suplente

b) Representantes da Fundação Municipal do Meio Ambiente:

Vinicius Pasquali Antunes Pinto - Titular

Manlio João Pagani - Suplente

c) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Sanitária:

Vania da Boit Rampinelli - Titular

Vanessa Vieira Pescador - Suplente

d) Representantes de Empresa de Pesquisa e Extensão Rural – EPAGRI e/ou CIDASC:

Jaldecir Pedro Mazzorana - Titular

Marcelo Silva Pedroso - Suplente

e) Representantes do CIM-AMREC:

Mariah de Freitas Marques - Titular

Ailson Piva - Suplente

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 04 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 608/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2222930

DECRETO Nº 608/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DA EMPREGADA FRANCIANE MARIA BADA INNOCENTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 804/17 de 09 de Janeiro de 2017 e a Portaria nº 238/19 de 15 de Maio de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 11 de Novembro de 2019, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada FRANCIANE MARIA BADA INNOCENTI das funções do emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em virtude do término



de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 11 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 87/2019

Publicação Nº 2224313

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 87/2019 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis e serviços de lavagem destinados à manutenção da frota de veículos e máquinas de propriedade do município de Treze Tílias, durante o exercício financeiro de 2020, conforme especificações do Anexo I

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 07h30 min do dia 20/11/2019, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

### DECRETO 2521

Publicação Nº 2224324

DECRETO Nº 2.521/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizado conforme Lei Orçamentária Anual n.º 1994/2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Treze Tílias, um crédito suplementar no valor de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais), para reforçar as dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO 03- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

Unidade 03- FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto/Atividade: 2.407 – Gestão Social

(7) 3.3.90.00.00.00.00.0000 ..... R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 04- SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade 01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.104 – Manutenção do Fundo de Saúde

(11) 3.3.90.00.00.00.00.0002 ..... R\$ 120.000,00

Art. 2º. Para fazer frente aos recursos do artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação verificado no período.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
aos 08 dias do mês de novembro de 2019.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2223381

#### Edital de convocação

Geovana Gessner, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 40, § 4º, inciso I, da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), visando assegurar a participação da população no processo de implementação do Plano Diretor Participativo, CONVOCA a população em geral, bem como as associações representativas interessadas e demais segmentos da comunidade, para a Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal – Lei Complementar nº 1594 de 05 de junho de 2009, a ser realizada no dia 04 de dezembro de 2019 (quarta-feira), às 19h00min, nas dependências da Auditorio da Prefeitura de Trombudo Central, sito a Praça Arthur Siewerdt, nº 01, Bairro Centro.

A referida audiência será aberta à participação de qualquer munícipe e as manifestações favoráveis e contrárias aos conteúdos em debate, serão devidamente registradas em ata para oportuno encaminhamento ao Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT e, à Câmara Municipal.

Todos os documentos relativos ao objeto da audiência estão disponíveis para consulta dos interessados no site do Município, no endereço: <http://www.trombudocentral.sc.gov.br>, a partir desta publicação.

Maiores informações referentes à Audiência Pública poderão ser obtidos na Prefeitura de Trombudo Central, com o Secretário Municipal de Administração e Finanças Sr. Geziel Balcker, ou através do telefone (47) 3544-0271.

Trombudo Central, 11 de novembro de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

### EDITAL 016/19

Publicação Nº 2223919

EDITAL Nº 016/2019

SUPLEMENTAÇÃO DE CARGA HORÁRIA  
PARA PROFESSORES EFETIVOS

Convoca para prestação de serviço em regime suplementar aos professores efetivos da Rede Municipal de Ensino em exercício na Educação Infantil e Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e dá outras providências.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, comunica que a Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, convoca para prestação de serviço em regime suplementar para professores efetivos da Rede Municipal de Ensino, em exercício na Educação Infantil e Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, conforme previsto nos artigos 15 e 16 da Lei Complementar 1.250/2000 e suas alterações posteriores.

#### 1. DA INSCRIÇÃO

1.1. A inscrição será efetuada no período de 25/11/2019 a 06/12/2019 na Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

1.2. Para a inscrição o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF.
- Diploma de Magistério/Pedagogia ou Licenciatura referente à disciplina de atuação.
- Tempo de serviço na rede municipal de ensino de Trombudo Central até a data de 31 de outubro de 2019.
- Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos.

1.3 O profissional interessado deverá preencher formulário próprio, disponível na Secretaria Municipal da Educação e do Esporte. (Anexo I)

#### 2. DA CLASSIFICAÇÃO

2.1 Os candidatos serão classificados na seguinte ordem:

- Formação profissional.
- Tempo de efetivo serviço na Rede Municipal de Ensino do Município de Trombudo Central.
- Idade.
- Número de filhos.

2.2 Não serão computados como tempo de efetivo serviço na Rede Municipal de Ensino, o período prestado a disposição de outros órgãos da administração municipal e ou a disposição de outras esferas públicas.

### 3. DAS VAGAS

3.1. Para o processo de concessão de vaga para prestação de serviço em regime suplementar serão oferecidas vagas vinculadas motivadas por afastamentos legais dos titulares, por aumento de turmas e demais necessidades do serviço.

3.2. Somente haverá convocação do servidor para prestação de serviços em regime suplementar, quando:

- a) a vaga apresentada for na área de formação/ou atuação do servidor;
- b) o servidor participar formalmente deste Edital;
- c) não haver incompatibilidade de horário, turma e turno;
- d) não haver acumulação remunerada de cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

3.3 A convocação para prestação de serviços em regime suplementar terá vigência enquanto perdurar o afastamento do titular ou o motivo pelo qual suplementou.

3.4 Ao término da prestação de serviço em regime suplementar, o candidato passará ao final da listagem de classificação.

### 4. DA DIVULGAÇÃO E DO RECURSO

4.1. A divulgação provisória da classificação e os procedimentos relativos ao presente processo de seleção dar-se-á no dia 10 de dezembro de 2019 e, será publicado no site da Prefeitura Municipal de Trombudo Central no link Concursos.

4.2. O prazo para recurso será de 02 (dois) dias a partir da data da divulgação.

4.3 O candidato que tiver qualquer discordância em relação a sua classificação, poderá interpor recurso até às 17h00min do dia 12 de dezembro de 2019.

4.4 Para recorrer o candidato deverá entregar na Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, ou encaminhar via e-mail, o requerimento disposto no Anexo II deste edital, para o seguinte endereço: pmtceducar@gmail.com

4.5 Todos os recursos regulares serão analisados e, casos providos serão efetuadas as alterações.

4.6 A resposta ao recurso interposto será encaminhada até o dia 16 de dezembro de 2019, no endereço de e-mail informado no requerimento de recurso.

4.7 A decisão exarada nos recursos pela Secretaria Municipal da Educação e do Esporte é irrecorrível na esfera administrativa.

4.8 O Município de Trombudo Central não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.9 O resultado definitivo e o decreto de homologação será publicado no dia 17 de dezembro de 2019, no site da Prefeitura Municipal de Trombudo Central (<http://www.trombudocentral.sc.gov.br>), no link: Concursos Públicos.

### 5. DA ESCOLHA DE VAGA

5.1. A Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, procederá à chamada dos candidatos mediante convocação para exercer atividade a partir do ano letivo de 2020.

### 6. DO EXERCÍCIO

6.1 A convocação para prestação de serviço em regime suplementar terá vigência a partir do ano letivo de 2020.

### 7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O profissional classificado e que não tiver interesse em assumir vaga para prestação de serviço em regime suplementar, assinará termo de desistência, passando seu nome a integrar o final da listagem de classificação.

7.2 O candidato que escolher vaga e não assumir ou desistir durante o exercício perderá todos os direitos previstos neste edital.

7.3 Na oferta da vaga, havendo incompatibilidade de horário, o candidato manterá a sua classificação para nova escolha.

7.5. A classificação dos candidatos objeto do presente edital terá validade para o ano de 2020, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse e necessidade da administração.

Trombudo Central, 11 de novembro de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

CÁTIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

### ANEXO I

#### FICHA DE INSCRIÇÃO

EDITAL nº 016/2019

SUPLEMENTAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

PARA PROFESSORES EFETIVOS

Nº DA INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

NOME DO PROFESSOR: \_\_\_\_\_

FORMAÇÃO: \_\_\_\_\_

TEMPO DE SERVIÇO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

\_\_\_\_\_ ANOS \_\_\_\_\_ MESES \_\_\_\_\_ DIAS (até 31/10/2019)

IDADE: \_\_\_\_\_

Nº DE FILHOS: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO PROFESSOR \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

Trombudo Central, \_\_\_\_\_ de novembro de 2019.

## ANEXO II

## IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

Ao Senhor(a) Secretário(a) Municipal de Educação e do Esporte

Suplementação de carga horária - Ano Letivo 2020

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

\*Endereço de e-mail para qual será encaminhada resposta deste recurso (OBRIGATÓRIO): \_\_\_\_\_

Motivo do recurso:

☐ Inscrição Indeferida☐ Classificação

Fundamentação e argumentação lógica:

Trombudo Central, \_\_\_\_\_ de dezembro de 2019

Assinatura

# Tunápolis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 5196/2019

Publicação Nº 2223368

PORTARIA Nº.5.196/2019  
Em 11 de Novembro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 013/2006 e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º - READAPTAR, o servidor (a) PATRICIA CARINA SCHOENBERGER, com o cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, cargo este de provimento efetivo, com portaria de nomeação nº4.918/2019, para desenvolver atividades e/ou serviços administrativos internos enquanto perdurar as restrições médicas que necessitam a exposição solar, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social desta municipalidade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis  
Em 11 de Novembro de 2019.  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

# Turvo

## PREFEITURA

### 4º TA AO CONTRATO Nº 76/2017

Publicação Nº 2222809

Estado de Santa Catarina  
Município de Turvo/SC

Extrato do Termo Aditivo

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 76/2017

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Engetom Construção Civil Ltda

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a supressão do valor estabelecido no Contrato nº 76/2017.

Valor: O valor previsto na Clausula Nona do contrato original, de R\$ 317.539,15 (trezentos e dezessete mil quinhentos e trinta e nove reais e quinze centavos), fica suprimido de R\$ 8.110,33 (oito mil, cento e treze reais e trinta e três centavos), totalizando em R\$ 309.428,82 (trezentos e nove mil, quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos). Turvo/SC, 05/11/2019

### AVISO DA LICITAÇÃO Nº 79/2019 TP

Publicação Nº 2223257

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 79/2019 – Tomada de Preço – menor preço global

Objeto: Construção do Museu da Mecanização Agrícola de Turvo/SC.

Data da entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 27 de novembro de 2019.

Abertura da Sessão: a partir das 08h30min do dia 27 de novembro de 2019.

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07h30min as 11h30min e das 13h as 17h, em dias úteis, e/ou pelo e-mail [licitacao@turvo.sc.gov.br](mailto:licitacao@turvo.sc.gov.br). Fone (48) 3525-8100.

Turvo/SC, 11 de Novembro de 2019.

Roberto Carlos Patel

Presidente CJL

### DECRETO 54/2019

Publicação Nº 2223057

DECRETO Nº 054/19, de 05 de Novembro de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.361/18 (Lei Orçamentária Anual), de 13.12.2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 556.190,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, cento e noventa reais e quarenta e oito centavos), assim classificados:

15.01 – SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

13.392.0039.2.015 – Manutenção e Divulgação da Cultura

4.4.90.00.00.00.00.0024 (114) – Aplicações Diretas ..... R\$ 556.190,48

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte de recurso 0024 através do Contrato de Repasse nº 871111-2018-MTUR/CAIXA no valor de R\$ 556.190,48.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 05 de novembro de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças - designado.



# União do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO ADM N. 47/2019

Publicação Nº 2222597

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 47/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA ALEXANDRE DA SILVA SANTOS 90555413904, CNPJ Nº 33.924.406/0001-10.

O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa ALEXANDRE DA SILVA SANTOS 90555413904, inscrita no CNPJ sob nº 33.924.406/0001-10, com sede na R OSVALDO CRUZ, 147 APT 302, BAIRRO BALNEARIO – FLORIANOPOLIS- SC. CEP: 88.075-270. representada neste ato, pelo seu(ua) representante legal, Senhor(a) ALEXANDRE DA SILVA SANTOS, inscrito(a) no CPF sob nº 908.884.139-04, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Que de comum acordo e com o amparo legal na Legislação Vigente, em especial o art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, resolvem contratar o objeto do presente, pelas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA/ACOMPANHAMENTO DE CONVENIOS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC COM O GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E BADESC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATIVIDADES, FORMA E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A contratada desenvolverá as seguintes atividades:

- Acompanhamento dos convênios via sistema da prefeitura municipal com os governos Federal, Estadual e BADESC;
- Prestação de contas,
- Lançamentos nos sistema,
- Organização e sistematização de documentos,
- Elaboração de propostas técnicas,
- Acompanhamentos de novos editais,
- Entrega em Chapecó e/ou envio de documentos oficiais mediante aos projetos/convênios/contratos entre a prefeitura municipal e os referidos órgãos.

2.2 A contratada deverá prestar os serviços na sede da prefeitura Municipal de União do Oeste dois dias por semana (16 horas) semanais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência de 01 de dezembro de 2019 à 31 de maio de 2020.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo(a) fornecimento dos bens/prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE se compromete a efetuar o pagamento em 06 (seis) parcelas que serão pagas até o dia 10 do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Município.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Elemento de Despesa: 174- APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### CLÁUSULA SETIMA - DOS REAJUSTES

7.1. Os preços ora contratados não sofrerão reajustes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. Desenvolver as atividades elencadas na cláusula 2ª, e demais funções correlatas ao objeto deste contrato.

8.1.2. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

8.1.2.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

8.1.2.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

8.1.3. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

8.1.4. Providenciar afastamento imediato, do(s) local(is) de execução do serviço objeto deste Contrato, de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente pela CONTRATANTE.

8.1.5. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

8.1.6. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

#### CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através Sr. PEDRO ANTONIO TRENTIN o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

9.2 - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

10.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

10.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.

10.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

10.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste.

10.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

10.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

10.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes

da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

#### 14. DO FORO

14. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

14.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste, 11 de novembro de 2019.

CELSON MATIELLO  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE DA SILVA SANTOS 90555413904  
CONTRATADA

PEDRO ANTONIO TRENTIN  
FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Andressa G. Donzelli	Giane Smaniotto
CPF 090.534.369-79	CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

### CONTRATO ADM Nº 48/2019

Publicação Nº 2224042

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 48/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA L.A PIOVESAN REITER & CIA LTDA, CNPJ Nº 23.002.151/0001-84. O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSON MATIELLO, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa L.A PIOVESAN REITER & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 23.002.151/0001-84, com sede na Avenida Ernesto Beuter, nº 675, sala 101, bairro Brasília, São Lourenço do Oeste – SC, CEP:89990-000, representada neste ato, pelo seu(ua) sócia/diretora, Senhor(a) LORITA ANGELA PIOVESAN REITER, inscrito(a) no CPF sob nº 014.377.929-01, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 51/2019, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA, PALCO, BANHEIROS QUÍMICOS, GRADIL METÁLICO DE CONTENÇÃO DE PÚBLICO E COBERTURA DE FOTO E FILMAGEM EM COMEMORAÇÃO AO NATAL 2019 E AO 32º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC. DE ACORDO COM A LEI Nº 1.138/2019

## 0.1. Conforme itens abaixo descritos:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	COBERTURA DO EVENTO NATAL FAMÍLIA 2019 COM FOTO E VIDEO. O EVENTO SERÁ REALIZADO NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2019 A PARTIR DAS 18:00 HORAS NA PRAÇA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC. A COBERTURA COMPREENDE: FILMAGENS AÉREAS COM DRONE NO LOCAL E MOMENTO EM QUE ACONTECE O EVENTO. MATERIAL ENTREGUE AO MUNICÍPIO: PRODUÇÃO DE UM VIDEO COM DURAÇÃO MINÍMA DE 5 MINUTOS COM MOMENTOS PRINCIPAIS DO EVENTO. TODAS AS FOTOS E VÍDEO ENTREGUES EM PENDRIVE OU DVD.	UN	1,00	3.050,00	3.050,00
2	COBERTURA DO EVENTO SORTEIO DA NOTA PREMIADA COM FOTO E VIDEO. O EVENTO SERÁ REALIZADO NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2019, A PARTIR DAS 18 HORAS NA PRAÇA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC. A COBERTURA COMPREENDE: FILMAGEM AÉREA COM DRONE DO LOCAL E MOMENTO EM QUE ACONTECE O EVENTO. MATERIAL ENTREGUE AO MUNICÍPIO: PRODUÇÃO DE UM VIDEO COM DURAÇÃO MINÍMA DE 5 MINUTOS COM MOMENTOS PRINCIPAIS DO EVENTO. TODAS AS FOTOS E VIDEO ENTREGUES EM PENDRIVE OU DVD.	UN	1,00	3.050,00	3.050,00

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 51/2019, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA

2.1 – A CONTRATADA deverá prestar os serviços conforme segue:

Item 01 – Cobertura do evento Natal família no dia 07 de dezembro de 2019;

Item 2 – Cobertura do evento Sorteio da nota Premiada no dia 21 de dezembro de 2019;

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1 - O presente contrato terá vigência a contar de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019.

## CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo(a) prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais).

Entidade: Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE  
Órgão – 05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
Unidade – 02 DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES  
Projeto Atividade - 2.016 MANUT. DAS ATIV. E FESTIVIDADES CULTURAIS  
Elemento de Despesa: 175 – 3.3.90.00.00.00.00.00

4.3 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social ou trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de quaisquer natureza, decorrentes deste contrato correrão por conta da Contratada.

## CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, se compromete a efetuar o pagamento integralmente num prazo máximo de 30 dias após a prestação do serviço e entrega do material e apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo responsável.

5.2 Caso a empresa não possua conta no Banco do Brasil, as despesas de transferência DOC/TED serão por conta da mesma.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

7.1. Não haverá reajustes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;
- b) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do mesmo.
- c) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus propositos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do objeto;
- f) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação do objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- h) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- i) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante.

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

9.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.

9.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

9.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste.

9.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

9.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

9.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

10.1 - A fiscalização do CONTRATO será exercida pelo CONTRATANTE, através do Sr. Pedro Antonio Trentin – Chefe de Gabinete os quais poderão, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

10.2 - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

11.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

12.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

**13. DO FORO**

13. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

13.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste, 11 de novembro de 2019.

CELSON MATIELLO  
Prefeito Municipal

L.A PIOVESAN REITER & CIA LTDA  
LORITA ANGEELA PIOVESAN REITER

PEDRO ANTONIO TRENTIN  
FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Andressa G. Donzelli  
CPF: 090.534.369-79

02. \_\_\_\_\_  
Nome: Joel Fernando Capeleto  
CPF: 061.870.909-69

**CONTRATO ADM Nº 49/2019**

Publicação Nº 2224012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 49/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA CHAPECO TENDAS LTDA, CNPJ Nº 23.000.794/0001-99. O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSON MATIELLO, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa CHAPECO TENDAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 23.000.794/0001-99, com sede na Avenida Primo Alberto Bodanese, Ap, 302, n.º 300, centro, Quilombo-SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) WILLIAM FRANCISCO DONZELLI OZECOSKI, inscrito(a) no CPF sob n.º 824.782.870-72, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 51/2019, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:



**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA, PALCO, BANHEIROS QUÍMICOS, GRADIL METÁLICO DE CONTENÇÃO DE PÚBLICO E COBERTURA DE FOTO E FILMAGEM EM COMEMORAÇÃO AO NATAL 2019 E AO 32º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC. DE ACORDO COM A LEI Nº 1.138/2019

**0.1. Conforme itens abaixo descritos:**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
3	LOCAÇÃO E MONTAGEM DE 20 METROS DE GRADIL METÁLICO, EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, COM 1.20M DE ALTURA, MÓDULOS DE 2.00M CADA, SISTEMA DE ENCAIXE DE TRAVAMENTO FORMATO "L", MONTAGEM E DESMONTAGEM.	UNI	1,00	239,4231	239,42
4	LOCAÇÃO E MONTAGEM DE BANHEIROS QUÍMICOS, EM POLIETILENO COM CAIXA DE RESERVATÓRIO COM CAPACIDADE DE 220 LITROS, NAS DIMENSÕES 1.20X1.10X2.20M, COM PORTAS COM SISTEMA DE FECHAMENTO INTERNO, TETOS TRANSLÚCIDO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO.	UN	4,00	249,399	997,60
5	LOCAÇÃO E MONTAGEM DE PALCO COM BASE EM ESTRUTURA METÁLICA MEDINDO 12X8 METROS, COM MÓDULOS INDIVIDUAIS, SISTEMA PARAFUSADO, COM CHAPA NAVAL E ESTRUTURAL DE AÇO DE 4MM, COM ESCADA LATERAL E CORRIMÕES, MEDINDO 1.70M DE ALTURA (PADRÃO SHOW NACIONAL), COM COBERTURA EM ALUMÍNIO Q30, COM ELEVAÇÃO POR SLEEVES INDIVIDUAIS, MEDINDO 14X10 METROS, MODELO DUAS AGUAS, COM FECHAMENTOS DE FUNDOS E LATERAIS EM LONA BLECOUT ANTI-CHUVA, COM PÉS DIREITO DE 7M DE ALTURA, COM PROTEÇÃO FRONTAL PARA PÚBLICO EM GRADIL (14 METROS DE GRADIL GALVANIZADO), COM ART EMITIDA POR ENGENHEIRO PROFISSIONAL REGISTRADO NO CREA EM NOME DA EMPRESA E LAUDO DE ESTABILIDADE.	UN	2,00	6.185,0962	12.370,19
6	LOCAÇÃO E MONTAGEM DE TENDAS MODELO CHAPÉU DE DE BRUXA, MEDINDO 5X5M CADA, EM ESTRUTURA METÁLICA DE AÇO GALVANIZADO, COBERTURA EM LONA P1000 NA COR BRANCA, COM LAUDO DE FLAMABILIDADE (NÃO PROPAGAÇÃO DE FOGO), COM ESTAQUEAMENTO E FIXAÇÃO INDIVIDUAL POR CINTA/CATraca, COM ART EMITIDA POR ENGENHEIRO PROFISSIONAL REGISTRADO NO CREA EM NOME DA EMPRESA E LAUDO DE ESTABILIDADE.	UN	6,00	498,7981	2.992,79

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 51/2019, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA****2.1 – A CONTRATADA deverá prestar os serviços conforme segue:**

Item 03 – Locação de 20 metros de Gradil Metálico para o dia 07 de dezembro de 2019.

Para os itens 04, 05 e 06 do lote 02, serão utilizados nas seguintes quantidades para cada data:

Item 04 – 02 unidades para o dia 07/12 e 02 unidades para o dia 21/12/2019;

Item 05 – 01 unidade para o dia 07/12 e 01 unidade para o dia 21/12/2019;

Item 06 – 03 unidades para o dia 07/12 e 03 unidades para o dia 21/12/2019.

Os serviços deverão ser prestados após o recebimento da autorização de fornecimento expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de União do Oeste.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

3.1 - O presente contrato terá vigência a contar de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL**

4.1. Pelo(a) prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 16.600,00 (dezesesseis mil e seiscentos reais).

Entidade: Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE



Órgão – 05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

Unidade – 02 DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES

Projeto Atividade - 2.016 MANUT. DAS ATIV. E FESTIVIDADES CULTURAIS

Elemento de Despesa: 175 – 3.3.90.00.00.00.00.00

4.3 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social ou trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de quaisquer natureza, decorrentes deste contrato correrão por conta da Contratada.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, se compromete a efetuar o pagamento integralmente num prazo máximo de 30 dias após a prestação do serviço e entrega do material e apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo responsável.

5.2 Caso a empresa não possua conta no Banco do Brasil, as despesas de transferência DOC/TED serão por conta da mesma.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

7.1. Não haverá reajustes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;

b) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do mesmo.

c) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato;

d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus propostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do objeto;

f) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação do objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

h) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

i) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante..

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização

da obrigação não cumprida.

9.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.

9.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

9.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste.

9.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

9.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

9.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - A fiscalização do CONTRATO será exercida pelo CONTRATANTE, através do Sr. Pedro Antonio Trentin – Chefe de Gabinete os quais poderão, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

10.2 - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

#### CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA- DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

#### 13. DO FORO

13. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

13.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste, 11 de novembro de 2019.

CELSONI MATIELLO

Prefeito Municipal

CHAVECO TENDAS LTDA

WILLIAM FRANCISCO DONZELLI OZECOSKI

PEDRO ANTONIO TRENTIN

FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Andressa G. Donzelli  
CPF: 090.534.369-79

02. \_\_\_\_\_  
Nome: Joel Fernando Capeleto  
CPF: 061.870.909-69

# Urussanga

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/2019,63/2019,64/2019,65/2019,66/2019,67/2019

Publicação Nº 2216999

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 02/2019 Pregão Presencial 02/2019 - Ata de Registro de Preços nº 62/2019, 63/2019, 64/2019, 65/2019, 66/2019, 67/2019, visando registrar preço para aquisição parcelada de equipamentos de proteção individual, novos e de boa qualidade, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2753 de 12/02/2019, Pág. 1294, 1295, 1296, 1297 e pelo site [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br)

Vigência: 11/02/2020  
4ª Publicação

# Vargem

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 05/2019

Publicação Nº 2223843

#### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução Nº 05/2019

Dispõe sobre o local de prova para os inscritos ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Vargem/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Vargem/SC, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal nº 008/2019 (que dispõe sobre o Conselho Tutelar) e no seu Regimento Interno,

#### RESOLVE:

Art. 1º A prova que será aplicada ao candidatos a de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Vargem/SC no dia 14 de novembro de 2019.

- a) Local de prova: Escola Padre Alberto Bosing;
- b) Horário de prova: as 7:45 abertura dos portões e fechamento às 08:00 hr;
- c) A prova deverá durar no mínimo uma hora, não excedendo duas horas e trinta minutos de prova;
- d) Acompanhará ao destino da sala, abertura de envelopes e acompanhamento da aplicação da mesma, dois membros da CEE.
- e) Não deixará a sala sem que o envelope esteja novamente lacrado pelo menos dois candidatos ao cargo;
- f) Gabarito será disponibilizado no dia 14 de novembro a partir das 14:00hr no site da prefeitura e mural;

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem/SC, 11 de novembro de 2019.

RITA IZABEL ALVES

Presidente do CMDCA

**CONTRATOS E ADITIVOS-07/2019 PREF**

Publicação Nº 2224216

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM**  
Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
880	II-ADITIVO-AUTO	23/07/2019	31/12/2019	1/2019	Não	0,00		FORNECIMENTO DE COMBUS	AUTO POSTO E MECANICA SAO CRISTOVAO LTDA
Objeto: Aquisição de combustíveis e lubrificantes.									
Total: 1									

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 061/2019

Publicação Nº 2224200

DECRETO N.º 061/2019, de 07 de novembro de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.150/2018 de 04 de dezembro de 2018:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

**ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE****UNIDADE 03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO****PROJETO/ATIVIDADE 1.029 – Construção de Unidades Habitacionais**

Modalidade 449000.00.03.0000.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

**ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA****UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA****PROJETO/ATIVIDADE 1.012 – Construção, Ampliação e Reformas Espaços Esportivos**

Modalidade 449000.00.03.0000.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

**ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS****UNIDADE 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS****PROJETO/ATIVIDADE 1.015 – Pavimentação de Ruas, Passeios e Estradas**

Modalidade 449000.00.03.0000.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 25.802,63

Art. 2º - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 07 de novembro de 2019

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 14/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

## ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2019 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Publicação Nº 2222617

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.355.000,00	1.355.000,00	1.555.898,29	114,83	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	50.000,00	50.000,00	50.325,21	100,65	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	48.000,00	48.000,00	294.909,24	614,39	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	685.000,00	685.000,00	667.624,52	97,46	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	555.000,00	555.000,00	533.120,20	96,06	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	9.000,00	9.000,00	5.087,71	56,53	
Dívida Ativa dos Impostos	6.000,00	6.000,00	3.406,07	56,77	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.000,00	2.000,00	1.425,34	71,27	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.273.000,00	23.273.000,00	20.012.563,73	85,99	
Cota-Parte FPM	7.700.000,00	7.700.000,00	6.005.844,50	78,00	
Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	12.386,21	82,57	
Cota-Parte IPVA	550.000,00	550.000,00	447.011,24	81,27	
Cota-Parte ICMS	14.700.000,00	14.700.000,00	13.375.525,57	90,99	
Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	250.000,00	171.816,21	68,73	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>24.628.000,00</b>	<b>24.628.000,00</b>	<b>21.568.482,02</b>	<b>87,58</b>	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.170.394,60	1.170.394,60	1.481.463,42	126,58	
Provenientes da União	1.170.394,60	1.170.394,60	1.481.463,42	126,58	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	25.370,00	25.370,00	31.518,96	124,24	
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>1.195.764,60</b>	<b>1.195.764,60</b>	<b>1.512.982,38</b>	<b>126,53</b>	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	6.010.764,60	6.753.673,01	5.200.587,75	77,00	
Pessoal e Encargos Sociais	3.956.696,00	4.452.426,00	3.510.790,81	78,85	
Outras Despesas Correntes	2.054.068,60	2.301.247,01	1.689.796,94	73,43	
DESPESAS DE CAPITAL	88.000,00	892.448,37	345.893,00	38,76	
Investimentos	88.000,00	892.448,37	345.893,00	38,76	

Continua 1/4



Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	88.000,00	892.448,37	345.893,00	38,76	345.893,00	38,76
Investimentos	88.000,00	892.448,37	345.893,00	38,76	345.893,00	38,76
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	6.098.764,60	7.646.121,38	5.546.480,75	72,54	5.430.889,64	71,03
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.171.394,60	2.014.870,81	1.637.729,41	29,53	1.613.800,14	29,72
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.171.394,60	2.014.870,81	1.637.729,41	29,53	1.613.800,14	29,72
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	370,00	370,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	1.171.764,60	2.015.240,81	1.637.729,41	29,53	1.613.800,14	29,72
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	4.927.000,00	5.630.880,57	3.908.751,34	70,47	3.817.089,50	70,28
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						
			581.817,20			

Continua 2/4

Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica		6.020.210,32	7.504.498,53	5.456.676,95	98,38	5.343.369,84
Vigilância Sanitária		43.120,00	75.471,00	39.302,73	0,71	39.302,73
Vigilância Epidemiológica		15.434,28	46.151,85	38.651,11	0,70	38.651,11
Alimentação e Nutrição		20.000,00	20.000,00	11.849,96	0,21	9.565,96
TOTAL		6.098.764,60	7.646.121,38	5.546.480,75	100,00	5.430.889,64

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "r" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "r" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V/(h+i) - (15 \times Ilb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

VARGEM BONITA, 08/11/2019

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZINI Prefeita Municipal	SUÉLEN FAVRETTO Sec. de Administração e Finanças	DORNELES ANTONIO PELI CONTADOR CRC/SC - 16.610
--	---	---

**ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2019 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

Publicação Nº 2222615

Município de VARGEM BONITA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

## PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/12/2018 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

VARGEM BONITA, 08/11/2019

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração

## ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2019 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Publicação Nº 2222608

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)	R\$ 1,00	SALDO		
		Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>				
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)		0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)		9.091.706,71	10.157.064,78	8.137.364,40
Disponibilidade de Caixa		9.091.706,71	10.157.064,78	8.137.364,40
Disponibilidade de Caixa Bruta		9.091.706,71	10.638.642,80	8.585.516,23
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)		0,00	481.578,02	448.151,83
Demais Haveres Financeiros		0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)		0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)		0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)		0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>625.000,00</b>

FONTE:

VARGEM BONITA, 08/11/2019

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

**ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2019 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

Publicação Nº 2222611

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.355.000,00	1.355.000,00	1.555.898,29	114,83
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	57.000,00	57.000,00	53.645,02	94,11
1.1.1- IPTU	50.000,00	50.000,00	50.325,21	100,65
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	7.000,00	7.000,00	3.319,81	47,43
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	48.000,00	48.000,00	294.909,24	614,39
1.2.1- ITBI	48.000,00	48.000,00	294.909,24	614,39
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	695.000,00	695.000,00	674.223,83	97,01
1.3.1- ISS	685.000,00	685.000,00	667.624,52	97,46
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	6.599,31	65,99
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	555.000,00	555.000,00	533.120,20	96,06
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	23.953.000,00	23.953.000,00	20.327.724,46	84,87
2.1- Cota-Parte FPM	8.380.000,00	8.380.000,00	6.320.985,23	75,43
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.700.000,00	7.700.000,00	6.005.844,50	78,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	360.000,00	360.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	320.000,00	320.000,00	315.140,73	98,48
2.2- Cota-Parte ICMS	14.700.000,00	14.700.000,00	13.375.525,57	90,99
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	250.000,00	171.816,21	68,73
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	12.386,21	82,57
2.6- Cota-Parte IPVA	550.000,00	550.000,00	447.011,24	81,27
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>25.308.000,00</b>	<b>25.308.000,00</b>	<b>21.883.622,75</b>	<b>86,47</b>

**RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	-	79.066,20	64.707,80	81,84
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	38.516,00	38.516,00	29.662,20	77,01
5.4- Transferências Diretas - PNATE	39.950,20	39.950,20	35.045,60	87,72
5.5- Outras Transferências do FNDE	120,00	120,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	480,00	480,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	162.000,00	162.000,00	179.820,40	111,00
6.1- Transferências de Convênios	162.000,00	162.000,00	179.820,40	111,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	389.474,00	389.474,00	206.321,24	52,97
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>630.540,20</b>	<b>630.540,20</b>	<b>450.849,44</b>	<b>71,50</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.654.600,00	4.654.600,00	4.002.514,71	85,99
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.540.000,00	1.540.000,00	1.201.168,62	78,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.940.000,00	2.940.000,00	2.675.104,19	90,99
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	11.600,00	11.600,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	50.000,00	50.000,00	34.363,24	68,73
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.000,00	3.000,00	2.477,21	82,57
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	110.000,00	110.000,00	89.401,45	81,27
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.160.000,00	2.160.000,00	1.764.219,86	81,68
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.150.000,00	2.150.000,00	1.761.966,42	81,95
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	2.253,44	22,53
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-2.504.600,00</b>	<b>-2.504.600,00</b>	<b>-2.240.548,29</b>	<b>89,46</b>

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.814.400,00	2.010.000,00	1.626.824,23	80,94	1.626.824,23	80,94
13.1- Com Educação Infantil	906.000,00	1.248.000,00	1.010.488,44	80,97	1.010.488,44	80,97
13.2- Com Ensino Fundamental	908.400,00	762.000,00	616.335,79	80,88	616.335,79	80,88
14- OUTRAS DESPESAS	345.600,00	192.907,77	127.815,29	66,26	114.358,29	59,28
14.1- Com Educação Infantil	72.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	273.600,00	192.907,77	127.815,29	66,26	114.358,29	59,28
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.160.000,00	2.202.907,77	1.754.639,52	79,65	1.741.182,52	79,04
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						42.907,77
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						42.907,77
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						42.907,77
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.698.274,75
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						92,21
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						4,05
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						3,74
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						42.907,77
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						42.907,77
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.098.000,00	2.368.000,00	1.757.136,73	74,20	1.747.497,62	73,80
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.107.000,00	2.879.907,77	1.908.358,82	66,26	1.882.277,20	65,36
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.182.000,00	954.907,77	744.151,08	77,93	730.694,08	76,52
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.925.000,00	1.925.000,00	1.164.207,74	60,48	1.151.583,12	59,82
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	5.205.000,00	5.247.907,77	3.665.495,55	69,85	3.629.774,82	69,17
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-2.240.548,29
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						42.907,77
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ¹						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-2.197.640,52
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						5.827.415,34
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						26,63
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	315.120,00	315.120,00	161.654,87	51,30	161.654,87	51,30
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	309.910,20	364.575,71	268.414,25	73,62	267.548,65	73,39
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	625.030,20	679.695,71	430.069,12	63,27	429.203,52	63,15
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	5.830.030,20	5.927.603,48	4.095.564,67	69,09	4.058.978,34	68,48
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	42.907,77	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.761.966,42	0,00
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.691.987,13	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	1.691.987,13	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.253,44	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	115.140,50	0,00
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	115.140,50	0,00

VARGEM BONITA, 08/11/2019

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

## ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2019 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Publicação Nº 2222607

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

## PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2018
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS					
Outros Aportes para o RPPS	0,00					
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00					
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00					
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00					
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
	2019		2018			
	0,00		0,00			
Caixa e equivalentes de caixa	0,00					

Continua 2/3

Município de VARGEM BONITA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:

VARGEMBONITA, 08/11/2019

DORNELES ANTONIO PELICOLI   MELANIA APARECIDA ROMAN ME   SUÉLEN FAVERETTO

CONTADOR CRC/SC - 16.633/O   Prefeita Municipal   Sec. de Administração e Finanças

**ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2019 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

Publicação Nº 2222621

Município de VARGEM BONITA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial			25.855.000,00	
Previsão Atualizada			25.855.000,00	
Receitas Realizadas			22.778.313,94	
Déficit Orçamentário			837.280,38	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			7.140.414,51	
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial			25.855.000,00	
Créditos Adicionais			8.241.107,33	
Dotação Atualizada			34.096.107,33	
Despesas Empenhadas			26.974.148,09	
Despesas Liquidadas			23.615.594,32	
Despesas pagas			23.167.442,49	
Superavit Orçamentário			0,00	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>			<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas			26.974.148,09	
Despesas Liquidadas			23.615.594,32	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>			<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida			28.555.469,71	
<b>RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>			<b>Até o Bimestre</b>	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>	<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>
Resultado Nominal		625.000,00	-646.683,71	-103,47
Resultado Primário		929.689,00	-667.909,90	-71,84
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>	<b>Saldo a Pagar</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	256.709,52	11.407,86	235.151,66	10.150,00
TOTAL:	256.709,52	11.407,86	235.151,66	10.150,00
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>	
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		5.827.415,34	25%	26,63
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.626.824,23	60%	92,21
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>			<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			5.198.260,67	3.783.913,52

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de VARGEM BONITA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00		750,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00		0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					3.817.089,50	15,00	17,70
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00		

Fonte:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

VARGEM BONITA, 08/11/2019

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZINI  
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças



## ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2019 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Publicação Nº 2222609

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	
RECEITAS CORRENTES (I)	25.829.250,00	22.520.301,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.437.000,00	1.637.387,92
I.P.T.U.	57.000,00	53.645,02
I.S.S.	695.000,00	674.223,83
I.T.B.I.	48.000,00	294.909,24
I.R.R.F.	555.000,00	533.120,20
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	82.000,00	81.489,63
Contribuições	210.000,00	215.940,40
Receita Patrimonial	249.080,00	102.753,55
Aplicações Financeiras (II)	184.080,00	42.135,51
Outras Receitas Patrimoniais	65.000,00	60.618,04
Transferências Correntes	23.609.334,80	20.235.966,81
Cota-Parte do FPM	6.840.000,00	5.119.816,61
Cota-Parte do ICMS	11.760.000,00	10.700.421,38
Cota-Parte do IPVA	440.000,00	357.609,79
Cota-Parte do ITR	12.000,00	9.909,00
Transferências da LC 87/1996	46.400,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	200.000,00	137.452,97
Transferências do FUNDEB	2.150.000,00	1.761.966,42
Outras Transferências Correntes	2.160.934,80	2.148.790,64
Demais Receitas Correntes	323.835,20	328.252,64
Outras Receitas Financeiras (III)	25.000,00	1.494,18
Receitas Correntes Restantes	298.835,20	326.758,46
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	25.620.170,00	22.476.671,63
RECEITAS DE CAPITAL (V)	25.750,00	258.012,62
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	750,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	750,00	0,00
Transferências de Capital	25.000,00	258.012,62
Convênios	25.000,00	158.062,62
Outras Transferências de Capital	0,00	99.950,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	25.750,00	258.012,62
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)</b>	<b>25.645.920,00</b>	<b>22.734.684,25</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	25.098.933,14	19.154.145,57	18.417.333,65	18.057.244,44	0,00	50.750,00	50.750,00
Pessoal e Encargos Sociais	14.421.904,30	10.771.325,11	10.769.125,11	10.599.577,75	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.677.028,84	8.382.820,46	7.648.208,54	7.457.666,69	0,00	50.750,00	50.750,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	10.677.028,84	8.382.820,46	7.648.208,54	7.457.666,69	0,00	50.750,00	50.750,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	25.098.933,14	19.154.145,57	18.417.333,65	18.057.244,44	0,00	50.750,00	50.750,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	8.982.174,19	7.820.002,52	5.198.260,67	5.110.198,05	0,00	184.401,66	184.401,66
Investimentos	8.982.174,19	7.820.002,52	5.198.260,67	5.110.198,05	0,00	184.401,66	184.401,66
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	8.982.174,19	7.820.002,52	5.198.260,67	5.110.198,05	0,00	184.401,66	184.401,66

Continuação 2/4

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)		15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)		34.096.107,33	26.974.148,09	23.615.594,32	23.167.442,49	0,00	235.151,66	235.151,66	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]									
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO			VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência			929.689,00						
JUROS NOMINAIS			Até o Bimestre/2019						
			VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)			21.226,19						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)			0,00						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)			-646.683,71						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL			VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência			625.000,00						
ABAIXO DA LINHA									
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL			Em 31 Dez 2018(e)			Até o Bimestre/2019(b)			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)			0,00			0,00			
DEDUÇÕES (XXIX)			9.091.706,71			8.137.364,40			
Disponibilidade de Caixa			9.091.706,71			8.137.364,40			
Disponibilidade de Caixa Bruta			9.091.706,71			8.585.516,23			
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)			0,00			448.151,83			
Demais Haveres Financeiros			0,00			0,00			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)			-9.091.706,71			-8.137.364,40			
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)			-954.342,31						

Continua 3/4

Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	-448.151,83
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	-506.190,48
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-527.416,67
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.140.414,51
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	7.140.414,51
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

VARGEM BONITA, 08/11/2019

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI	SUELEN FAVRETTO	DORNELES ANTONIO PELICOLI
Prefeita Municipal	Sec. de Administração e Finanças	CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

## ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2019 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Publicação Nº 2222602

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>25.855.000,00</b>	<b>25.855.000,00</b>	<b>4.481.554,73</b>	<b>17,33</b>	<b>22.778.313,94</b>	<b>88,10</b>	<b>3.076.686,06</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>25.829.250,00</b>	<b>25.829.250,00</b>	<b>4.381.604,73</b>	<b>16,96</b>	<b>22.520.301,32</b>	<b>87,19</b>	<b>3.308.948,68</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.437.000,00	1.437.000,00	358.528,22	24,95	1.637.387,92	113,94	-200.387,92
IMPOSTOS	1.355.000,00	1.355.000,00	356.946,62	26,34	1.555.898,29	114,83	-200.898,29
TAXAS	82.000,00	82.000,00	1.581,60	1,93	81.489,63	99,38	510,37
CONTRIBUIÇÕES	210.000,00	210.000,00	49.391,66	23,52	215.940,40	102,83	-5.940,40
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	210.000,00	210.000,00	49.391,66	23,52	215.940,40	102,83	-5.940,40
RECEITA PATRIMONIAL	249.080,00	249.080,00	7.210,25	2,89	102.753,55	41,25	146.326,45
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	65.000,00	65.000,00	400,00	0,62	60.618,04	93,26	4.381,96
VALORES MOBILIÁRIOS	184.080,00	184.080,00	6.810,25	3,70	42.135,51	22,89	141.944,49
RECEITA DE SERVIÇOS	175.845,20	175.845,20	35.935,23	20,44	194.421,83	110,56	-18.576,63
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	170.000,00	170.000,00	35.935,23	21,14	191.760,72	112,80	-21.760,72
OUTROS SERVIÇOS	5.845,20	5.845,20	0,00	0,00	2.661,11	45,53	3.184,09
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.609.334,80	23.609.334,80	3.916.691,30	16,59	20.235.966,81	85,71	3.373.367,99
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.690.092,24	8.690.092,24	1.168.094,75	13,44	6.909.640,57	79,51	1.780.451,67
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	12.714.242,56	12.714.242,56	2.382.463,14	18,74	11.522.109,82	90,62	1.192.132,74
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS ENTIDADES	50.000,00	50.000,00	13.000,00	26,00	42.250,00	84,50	7.750,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	2.150.000,00	2.150.000,00	353.133,41	16,42	1.761.966,42	81,95	388.033,58
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	147.990,00	147.990,00	13.848,07	9,36	133.830,81	90,43	14.159,19
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAIS E JUDICIAIS	36.000,00	36.000,00	7.834,90	21,76	26.812,09	74,48	9.187,91
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	28.990,00	28.990,00	632,88	2,18	6.498,98	22,42	22.491,02
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	83.000,00	83.000,00	5.380,29	6,48	100.519,74	121,11	-17.519,74
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>25.750,00</b>	<b>25.750,00</b>	<b>99.950,00</b>	<b>388,16</b>	<b>258.012,62</b>	<b>1.001,99</b>	<b>-232.262,62</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	750,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	750,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	25.000,00	25.000,00	99.950,00	399,80	258.012,62	1.032,05	-233.012,62
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	10.000,00	10.000,00	99.950,00	999,50	258.012,62	2.580,13	-248.012,62
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>25.855.000,00</b>	<b>25.855.000,00</b>	<b>4.481.554,73</b>	<b>17,33</b>	<b>22.778.313,94</b>	<b>88,10</b>	<b>3.076.686,06</b>

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>25.855.000,00</b>	<b>25.855.000,00</b>	<b>4.481.554,73</b>	<b>17,33</b>	<b>22.778.313,94</b>	<b>88,10</b>	<b>3.076.686,06</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	837.280,38	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.855.000,00	25.855.000,00	4.481.554,73	17,33	23.615.594,32	91,34	2.239.405,68
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	7.140.414,51	—	—	7.140.414,51	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	—	—	—
	—	7.140.414,51	—	—	7.140.414,51	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>25.855.000,00</b>	<b>34.096.107,33</b>	<b>3.532.002,07</b>	<b>26.974.148,09</b>	<b>7.121.959,24</b>	<b>6.500.532,83</b>	<b>23.615.594,32</b>	<b>10.480.513,01</b>	<b>23.167.442,49</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>24.609.080,00</b>	<b>25.098.933,14</b>	<b>3.499.445,27</b>	<b>19.154.145,57</b>	<b>5.944.787,57</b>	<b>3.818.225,87</b>	<b>18.417.333,65</b>	<b>6.681.599,49</b>	<b>18.057.244,44</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.498.636,00	14.421.904,30	2.153.512,47	10.771.325,11	3.650.579,19	2.155.712,47	10.769.125,11	3.652.779,19	10.599.577,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.105.444,00	10.677.028,84	1.345.932,80	8.382.820,46	2.294.208,38	1.662.513,40	7.648.208,54	3.028.820,30	7.457.666,69
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.230.920,00</b>	<b>8.982.174,19</b>	<b>32.556,80</b>	<b>7.820.002,52</b>	<b>1.162.171,67</b>	<b>2.682.306,96</b>	<b>5.198.260,67</b>	<b>3.783.913,52</b>	<b>5.110.198,05</b>
INVESTIMENTOS	1.210.920,00	8.982.174,19	32.556,80	7.820.002,52	1.162.171,67	2.682.306,96	5.198.260,67	3.783.913,52	5.110.198,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>25.855.000,00</b>	<b>34.096.107,33</b>	<b>3.532.002,07</b>	<b>26.974.148,09</b>	<b>7.121.959,24</b>	<b>6.500.532,83</b>	<b>23.615.594,32</b>	<b>10.480.513,01</b>	<b>23.167.442,49</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>25.855.000,00</b>	<b>34.096.107,33</b>	<b>3.532.002,07</b>	<b>26.974.148,09</b>	<b>7.121.959,24</b>	<b>6.500.532,83</b>	<b>23.615.594,32</b>	<b>10.480.513,01</b>	<b>23.167.442,49</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>25.855.000,00</b>	<b>34.096.107,33</b>	<b>3.532.002,07</b>	<b>26.974.148,09</b>	—	<b>6.500.532,83</b>	<b>23.615.594,32</b>	—	<b>23.167.442,49</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	—	—	<b>0,00</b>	—	—	<b>0,00</b>	—

FONTE:

VARGEM BONITA, 08/11/2019

DORNELES ANTONIO PELICOLI CONTADOR CRC/SC - 16.633/O	MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZINI Prefeita Municipal	SUÉLEN FAVRETTO Sec. de Administração e Finanças
---	--	---



## ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2019 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Publicação Nº 2222604

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.855.000,00	34.086.107,33	3.532.002,07	26.974.148,09	100,00	6.500.532,83	23.615.594,32	10.480.513,01
Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	170.144,01	899.758,19	3,34	171.657,33	899.618,17	200.381,83
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	170.144,01	899.758,19	3,34	171.657,33	899.618,17	200.381,83
Administração	3.060.985,20	3.512.957,88	379.028,72	3.006.501,03	11,15	488.355,99	2.086.460,41	1.426.497,47
Planejamento e Orçamento	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	3.045.985,20	3.512.957,88	379.028,72	3.006.501,03	11,15	488.355,99	2.086.460,41	1.426.497,47
Segurança Pública	81.360,00	91.160,25	4.291,70	42.530,24	0,16	10.889,95	42.530,24	48.630,01
Policlínico	61.360,00	73.160,25	4.291,70	24.530,24	0,09	4.889,95	24.530,24	48.630,01
Defesa Civil	20.000,00	18.000,00	0,00	18.000,00	0,07	6.000,00	18.000,00	0,00
Assistência Social	988.130,00	1.539.745,70	106.944,39	1.153.960,47	4,28	210.640,48	758.048,85	781.696,85
Assistência ao Idoso	65.000,00	75.000,00	18.361,22	38.656,88	0,14	21.290,22	33.056,88	41.943,12
Assistência à Criança e ao Adolescente	180.000,00	180.000,00	17.423,32	110.631,22	0,41	19.283,82	107.451,72	72.548,28
Assistência Comunitária	753.130,00	1.284.745,70	71.159,85	1.004.672,37	3,72	170.066,44	617.540,25	687.205,45
Saúde	6.098.764,60	7.646.121,38	1.199.096,42	5.546.480,75	20,56	1.255.698,99	5.430.889,64	2.215.231,74
Atenção Básica	6.020.210,32	7.504.498,53	1.152.046,98	5.456.676,95	20,23	1.210.933,55	5.343.369,84	2.161.128,69
Vigilância Sanitária	43.120,00	75.471,00	22.370,78	39.302,73	0,15	22.370,78	39.302,73	36.168,27
Vigilância Epidemiológica	15.434,28	46.151,85	22.394,66	38.651,11	0,14	22.394,66	38.651,11	7.500,74
Alimentação e Nutrição	20.000,00	2.284,00	2.284,00	11.849,96	0,04	0,00	9.565,96	10.434,04
Educação	7.277.030,20	7.047.603,48	1.007.887,89	4.951.607,51	18,36	1.037.990,74	4.915.021,18	2.132.582,30
Alimentação e Nutrição	237.080,00	282.574,00	43.274,92	196.124,70	0,73	42.794,38	195.259,10	67.314,90
E ensino Fundamental	3.674.950,20	3.500.392,77	481.365,07	2.304.434,89	8,54	505.096,07	2.278.353,27	1.222.039,50
E ensino Médio	160.000,00	160.000,00	30.401,49	105.410,34	0,39	30.401,49	105.410,34	54.589,66
E ensino Superior	1.000.000,00	660.000,00	114.120,66	502.264,14	1,86	114.120,66	502.264,14	157.735,86
Educação Infantil	2.068.000,00	2.369.636,71	321.625,75	1.758.773,44	6,52	328.478,14	1.748.134,33	620.502,38
Educação de Jovens e Adultos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	105.000,00	95.000,00	17.100,00	84.600,00	0,31	17.100,00	84.600,00	10.400,00
Cultura	328.000,00	436.510,92	1.013,00	429.271,32	1,59	13.479,00	408.932,32	27.578,60
Difusão Cultural	328.000,00	436.510,92	1.013,00	429.271,32	1,59	13.479,00	408.932,32	27.578,60
Urbanismo	1.100.120,00	1.895.015,42	31.915,84	1.703.362,61	6,31	211.549,43	1.105.962,85	789.052,57
Infra-Estrutura Urbana	110.000,00	894.895,42	0,00	790.770,91	2,93	64.379,63	371.420,91	523.474,51
Serviços Urbanos	990.120,00	1.000.120,00	31.915,84	912.591,70	3,38	147.169,80	734.541,94	285.578,06
Habitação	185.000,00	30.000,00	3.101,40	9.524,28	0,04	3.154,40	8.635,92	21.364,08
Habitação Urbana	185.000,00	30.000,00	3.101,40	9.524,28	0,04	3.154,40	8.635,92	21.364,08

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>25.855.000,00</b>	<b>34.096.107,33</b>	<b>3.532.002,07</b>	<b>26.974.148,09</b>	<b>100,00</b>	<b>6.500.532,83</b>	<b>23.615.594,32</b>	<b>10.480.513,01</b>
Saneamento	85.000,00	826.839,46	0,00	824.425,04	3,06	461.425,64	690.882,69	135.956,77
Saneamento Básico Urbano	55.000,00	826.839,46	0,00	824.425,04	3,06	461.425,64	690.882,69	135.956,77
Recursos Hídricos	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.715.000,00	2.358.254,78	185.001,78	1.729.632,10	6,41	204.327,13	1.706.305,92	651.948,86
Extensão Rural	1.715.000,00	2.358.254,78	185.001,78	1.729.632,10	6,41	204.327,13	1.706.305,92	651.948,86
Indústria	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	2.755.610,00	6.101.898,06	386.381,22	5.481.059,48	20,32	2.279.899,81	4.670.537,53	1.431.360,53
Transporte Rodoviário	2.755.610,00	6.101.898,06	386.381,22	5.481.059,48	20,32	2.279.899,81	4.670.537,53	1.431.360,53
Desporto e Lazer	465.000,00	900.000,00	-30.174,29	725.568,73	2,69	94.093,95	421.302,26	478.697,74
Desporto Comunitário	465.000,00	900.000,00	-30.174,29	725.568,73	2,69	94.093,95	421.302,26	478.697,74
Encargos Especiais	555.000,00	595.000,00	87.369,99	470.466,34	1,74	87.369,99	470.466,34	124.533,66
Outros Encargos Especiais	555.000,00	595.000,00	87.369,99	470.466,34	1,74	87.369,99	470.466,34	124.533,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>25.855.000,00</b>	<b>34.096.107,33</b>	<b>3.532.002,07</b>	<b>26.974.148,09</b>	<b>100,00</b>	<b>6.500.532,83</b>	<b>23.615.594,32</b>	<b>10.480.513,01</b>

FONTE:

VARGEM BONITA, 08/11/2019

DORNELES ANTONIO PELICOLI CONTADOR CRC/SC - 16.633/O	MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZINI Prefeita Municipal	SUÉLEN FAVRETTI Sec. de Administração e Finanças
---	--	---

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Publicação Nº 2222616

RRRO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS					PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			SALDO (c) = (a-b)	R\$ 1,00
<b>RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)</b>										
Receita de Alienação De Bens Móveis					870,00				0,00	870,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis					750,00				0,00	750,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras					0,00				0,00	0,00
					120,00				0,00	120,00
<b>DESPESAS</b>										
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)</b>										
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>					Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (Ib - (IIr + IIg))			SALDO ATUAL (k) = (IIIr + IIIj)	
<b>Valor(III)</b>					0,00	0,00			0,00	0,00

VARGEM BONITA, 08/11/2019

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2019 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Publicação Nº 2222619

Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

VARGEM BONITA, 08/11/2019

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

## ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2019 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Publicação Nº 2222610

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (hg) - (hi)	Saldo Total L = (e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>									
<b>EXECUTIVO</b>									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	60.900,00	195.809,52	235.151,66	235.151,66	11.407,86	10.150,00	10.150,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	60.900,00	195.809,52	235.151,66	235.151,66	11.407,86	10.150,00	10.150,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE	0,00	0,00	0,00	0,00	184.401,66	184.401,66	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>									
	0,00	0,00	0,00	0,00	507.500,00	507.500,00	0,00	10.150,00	10.150,00
<b>TOTAL (II) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>60.900,00</b>	<b>195.809,52</b>	<b>235.151,66</b>	<b>235.151,66</b>	<b>11.407,86</b>	<b>10.150,00</b>	<b>10.150,00</b>

FONTE:

VARGEM BONITA, 08/11/2019

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZINI  
Prefeita Municipal

SUILEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/0

**ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2019 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

Publicação Nº 2222612

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)</b>				<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL	8.982.174,19	7.820.002,52	1.162.171,67	
Investimentos	8.982.174,19	7.820.002,52	1.162.171,67	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>8.982.174,19</b>	<b>7.820.002,52</b>	<b>1.162.171,67</b>	
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>8.982.174,19</b>	<b>7.820.002,52</b>	<b>1.162.171,67</b>	

FONTE:

VARGEM BONITA, 08/11/2019

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZINI  
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

## ANEXOS REF. AO 5º BIMESTRE 2019 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Publicação Nº 2222606

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Maio/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (últ. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>2.703.156,37</b>	<b>4.173.631,83</b>	<b>2.577.784,94</b>	<b>2.784.798,20</b>	<b>2.717.975,21</b>	<b>2.549.544,59</b>	<b>2.702.297,96</b>	<b>2.477.786,87</b>	<b>3.087.153,22</b>	<b>2.472.384,47</b>	<b>2.634.565,49</b>	<b>2.519.032,08</b>	<b>33.399.604,23</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	152.746,35	155.772,95	95.046,82	163.800,28	290.386,14	157.261,02	20.107,86	168.549,08	128.942,20	130.043,55	217.862,82	141.445,40	1.945.507,22
I.P.T.U.	597,38	1.964,70	277,10	290,82	0,00	0,00	23.971,59	2.235,98	3.150,99	730,47	2.848,36	242,05	56.207,10
I.S.S.	66.292,39	63.847,26	58.433,30	53.247,70	49.472,36	75.390,56	59.330,04	63.279,50	67.363,81	73.991,95	86.128,82	87.677,79	804.363,48
I.T.B.I.	39.100,00	6.089,68	0,00	1.100,00	165.165,10	1.789,30	320,00	50.460,00	3.060,00	390,00	72.834,84	0,00	340.048,92
I.R.R.F.	45.002,10	80.096,80	36.246,81	76.141,85	50.131,19	51.551,63	52.781,60	50.732,78	54.132,42	53.783,36	54.559,24	53.056,52	658.221,10
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.754,48	3.822,51	89,81	33.049,91	25.820,49	8.511,87	8.322,38	1.740,82	1.234,98	1.137,77	1.112,56	469,04	87.086,62
Contribuições	18.169,69	17.888,38	18.547,29	17.282,08	19.114,27	18.578,42	19.265,41	19.213,89	25.908,43	28.538,95	25.890,01	23.501,65	210.000,00
Receita Patrimonial	4.761,21	905.391,95	3.729,71	4.754,58	64.691,53	7.178,02	3.905,02	4.468,23	4.046,09	2.770,12	3.865,08	3.345,17	1.012.906,71
Rendimentos de Aplicação Financeira	4.561,21	905.291,95	3.309,71	4.654,58	6.243,49	6.729,02	3.705,02	4.268,23	3.846,09	2.570,12	3.665,08	3.145,17	95.198,67
Outras Receitas Patrimoniais	200,00	100,00	420,00	100,00	58.448,04	450,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	60.918,04
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	17.592,17	17.856,41	8.926,12	21.595,80	31.885,94	27.919,81	15.886,20	17.076,14	7.768,45	27.626,14	13.539,71	21.695,52	175.845,20
Transferências Correntes	2.467.321,84	3.059.846,61	2.443.504,27	2.556.759,86	2.299.125,05	2.330.980,08	2.477.978,58	2.263.295,24	2.900.016,32	2.276.129,98	2.366.533,54	2.321.759,60	29.794.651,97
Cota-Parte do F.P.M.	576.972,19	1.009.705,25	719.854,55	789.028,06	586.286,84	571.987,33	734.046,07	578.206,50	790.695,22	577.153,58	513.751,82	472.975,26	7.907.662,57
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.346.357,78	1.455.414,53	1.426.258,27	1.300.332,61	1.300.332,61	1.333.769,80	1.312.942,69	1.297.076,13	1.297.076,13	1.300.651,62	1.300.725,86	1.371.696,31	16.179.497,98
Cota-Parte do ITR	33.942,66	22.025,47	22.235,22	40.312,36	53.980,56	52.117,59	54.962,30	46.802,03	41.698,16	41.314,78	42.807,38	40.979,37	500.000,00
Outras Transferências Correntes	15.456,38	491,37	0,00	16,52	12,15	5,00	17,50	59,46	178,09	44,75	1.861,02	10.191,72	15.000,00
Transferências da LC 87/1999	318.864,89	345.278,25	80.675,37	143.057,51	170.516,75	181.552,87	176.355,42	170.216,56	587.313,89	163.517,81	249.487,39	226.097,07	2.160.934,80
Transferências da LC 87/1996	18.483,09	22.971,45	16.435,16	17.397,57	16.802,26	17.034,34	16.679,79	17.492,38	17.707,93	15.648,76	19.320,01	17.086,01	212.570,75
Transferências do FUNDEB	4.003,73	4.003,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00
Outras Receitas Correntes	181.061,12	199.658,46	185.044,70	183.359,11	171.213,86	174.521,35	183.074,81	167.182,18	167.239,30	171.598,68	178.980,04	174.153,37	2.142.896,00
Outras Receitas Correntes	12.225,11	17.873,53	8.028,73	21.606,60	12.669,28	7.519,24	40.737,14	4.874,29	17.471,73	7.275,73	6.854,33	6.993,74	163.929,45
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>399.478,97</b>	<b>442.140,84</b>	<b>435.556,67</b>	<b>444.888,62</b>	<b>391.478,69</b>	<b>394.982,56</b>	<b>423.709,46</b>	<b>385.179,12</b>	<b>366.530,52</b>	<b>388.226,24</b>	<b>397.683,00</b>	<b>384.299,84</b>	<b>4.854.600,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	399.478,97	442.140,84	435.556,67	444.888,62	391.478,69	394.982,56	423.709,46	385.179,12	366.530,52	388.226,24	397.683,00	384.299,84	4.854.600,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>2.303.677,40</b>	<b>3.731.490,99</b>	<b>2.142.228,27</b>	<b>2.339.909,58</b>	<b>2.326.496,53</b>	<b>2.154.562,03</b>	<b>2.278.588,50</b>	<b>2.092.607,75</b>	<b>2.720.622,70</b>	<b>2.084.158,23</b>	<b>2.246.872,49</b>	<b>2.134.732,24</b>	<b>25.529.250,00</b>

FONTE:

VARGEM BONITA, 08/11/2019

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZINI  
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTI  
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELDOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE



# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 17.076/19

Publicação Nº 2224069

DECRETO Nº 17.076/19, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Motorista

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUCIVAN STASIAK, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 8 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

### DECRETO Nº 17.077/19

Publicação Nº 2224071

DECRETO Nº 17.077/19, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 14943/18, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos da Prefeitura Municipal de Videira;

Considerando que o Desmembramento aprovado pelo Decreto nº 16.157/2019, resultou em sua caducidade, ou seja, a sua invalidade,

Considerando o pedido de renovação, através do Mem. SPLAN nº 677/2019.

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 2 (duas) áreas distintas, sendo o lote nº 01 com 300,00 m2 (trezentos metros quadrados), o lote nº 02 com 300,00 m2 (trezentos metros quadrados), de propriedade da Prefeitura Municipal de Videira, constante da matrícula 22.660, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, e remanescente na referida matrícula a área de 960,86 m2 (novecentos e sessenta metros e oitenta e seis decímetros quadrados), conforme projeto geométrico e memorial descritivo constante do Processo nº 14943/18.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 8 de novembro de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 387/19

Publicação Nº 2223851

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 387/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 007/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 007/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. ILIANE FATIMA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2. ANGELA SOARES ZANIN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
3. SILMARA FATIMA DA SILVA SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
4. CIBELE MACIEL DA SILVA	AUXILIAR EDUCACIONAL

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 05 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 388/19

Publicação Nº 2223844

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 388/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público

que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. ROSIANI RODRIGUES DA SILVA	AGENTE SOCIAL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 05 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 389/19

Publicação Nº 2223846

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 389/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 003/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. JAQUELINE CARVALHO	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS
2. MICHELE TÁSSILA DE OLIVEIRA SILVA	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;

- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 05 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 390/19

Publicação Nº 2223848

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 390/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 005/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 005/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. GIEDRA REGINA PASQUALIN RIGO	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO INGLÊS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 05 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 391/19

Publicação Nº 2223837

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 391/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 007/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 007/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. LIDIANE SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2. GISELE MORAIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

3. CRISTINA DE ALMEIDA PERES DA LUZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
4. TAMARA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
5. FERNANDA DE SOUZA MACHADO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
6. TATIANE FORTUNATO DUARTE DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 06 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 392/19

Publicação Nº 2223842

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 392/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 005/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 005/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. KELIANE DE ALMEIDA ZANKOSKI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 06 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 393/19**

Publicação Nº 2223829

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 393/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir a função do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. EDINA JUNGES	ENFERMEIRO

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 6 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 394/19**

Publicação Nº 2223832

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 394/19

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeado em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ELAINE KLEIN	AGENTE ADMINISTRATIVO II	17.053/19, DE 30/10/2019

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento,



- Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;  
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);  
h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);  
i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;  
b) Avaliação Neurológica;  
c) RX Tórax;  
d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;  
e) Hemograma;  
f) VDRL;  
g) ABO RH;  
h) Glicemia;  
i) Ex. Quant. Urina;  
j) EPF;  
k) Avaliação Audiométrica;  
l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;  
m) Exame Anti-HBS.

n) Exame toxicológico – de acordo com as exigências da Portaria nº 945/2017, do Ministério do Trabalho. (Para os cargos de Motorista e Operadores de Máquinas)

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 06 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 395/19

Publicação Nº 2223835

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 395/19

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. MARI TERESINHA NERES DONADEL	ENFERMEIRO
2. ANA PAULA MARTINAZZO	ENFERMEIRO
3. LEDIANE DE LIMA	AGENTE SOCIAL

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;  
b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;  
c) 1 (uma) foto 3x4;  
d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;  
e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;  
f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;  
g) Comprovante do tipo sanguíneo;  
h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;  
i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;  
j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;  
k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;  
l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;  
m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;  
n) Declaração de bens;



- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;  
p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 07 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 396/19

Publicação Nº 2223824

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 396/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 005/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 005/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. LUCIANE BALESTIERI MOURA	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO INGLÊS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;  
b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;  
c) 1 (uma) foto 3x4;  
d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;  
e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;  
f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;  
g) Comprovante do tipo sanguíneo;  
h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;  
i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;  
j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;  
k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;  
l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;  
m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;  
n) Declaração de bens;  
o) Certidão negativa de antecedentes criminais;  
p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 07 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA Nº. 25/2019

Publicação Nº 2222696

SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA nº. 25/2019

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições e em conformidade ao previsto na Lei Orgânica no seu artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) no artigo 87, §2º, e no Código Tributário Nacional, artigo 198, §3º, II, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionado da inscrição em Dívida Ativa referente aos créditos tributários e não tributários vencidos, proveniente das Notificação Fiscais e Autos de Infração.

A inscrição em Dívida Ativa será efetuada com os acréscimos previstos na legislação tributária do município, e sua execução fiscal far-se-á independentemente de nova notificação.

Contribuinte: N.M.W. LOCADORA DE MÃO DE OBRA LTDA  
Sócio Administrador: Valdecir Antonio Nunes  
Insc. Municipal: 2093987 CPF/CNPJ: 14.059.358/0001-02

Endereço: Rua Lino Valentin 12 – Bairro Vila Verde - Município de Videira/SC  
Processo Administrativo de baixa de inscrição: 9883/2018.

Auto de Infração nº 068/2018 - Data de emissão: 28/05/2018 Valor: R\$ 165,60

Descrição do fato gerador: NÃO COMUNICAÇÃO DE BAIXA E/OU ALTERAÇÃO INSCRIÇÃO MUNICIPAL NO PRAZO REGULAMENTAR PREVISTO. PEDIDO DE BAIXA FOI COMUNICADO FORA DO PRAZO REGULAMENTAR DE 30 (TRINTA) DIAS

Fundamentação Legal: Infração: Lei 69/1985 de 05/12/1985 Art. 68, Inciso II e Decreto nº 4.118/94 - Regulamento do Imposto Sobre Serviços, Art.16, Inciso I; Art. 18 MULTA: Lei 69/1985 de 05/12/1985, artigo 52, Inciso II item 2 . CORREÇÃO MONETÁRIA: Lei 69/1985 de 05/12/1985 (CTM), Art. 100, Inciso I; Decreto 4691/1996; Decreto 7352/2001

Auto de Infração nº 069/2018 - Data de emissão: 28/05/2018 Valor: R\$ 165,60

Descrição do fato gerador: Omissão na entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme ficha financeira (fls. 04) anexas ao PA 9883/2018 e partes integrantes deste auto de infração.

Fundamentação Legal: Infração: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 37, § 7º; Decreto 8.864/2007, artigo 3º § 1º; artigo 4º; artigo 14 § 1º; artigo 16, Inciso I. Decreto 4.118/94, artigo 26, §1º, Incisos I, II e III, artigo 58, inciso IX. Multa: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 52, Inciso II, alínea a, item 4. Juros: Artigo 100, Inciso II, alínea b. Atualização Monetária: artigo 100, Inciso I, §1º; artigo 191 e artigo 192. Atualização Monetária: Artigo 100, Inciso I, §1º; artigo 191 e artigo 192.

Auto de Infração nº 070/2018 - Data de emissão: 28/05/2018 Valor: R\$ 496,79

Descrição do fato gerador: Omissão na entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2016, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme ficha financeira (fls. 04 a 08) anexas ao PA nº 9883/18 e partes integrantes deste auto de infração.

Fundamentação Legal: Infração: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 37, § 7º; Decreto 8.864/2007, artigo 3º § 1º ; artigo 4º; artigo 14 § 1º; artigo 16, Inciso I. Decreto 4.118/94, artigo 26, §1º, Incisos I, II e III, artigo 58, inciso IX. Multa: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 52, Inciso II, alínea a, item 4. Juros: Artigo 100, Inciso II, alínea b. Atualização Monetária: artigo 100, Inciso I, §1º; artigo 191 e artigo 192. Atualização Monetária: Artigo 100, Inciso I, §1º; artigo 191 e artigo 192.

Auto de Infração nº 071/2018 - Data de emissão: 28/05/2018 Valor: R\$ 331,19

Descrição do fato gerador: Omissão na entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho e julho de 2017, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme ficha financeira (fls. 04 a 08) anexas ao PA nº 9883/18 e partes integrantes deste auto de infração.

Fundamentação Legal: Infração CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 37, § 7º; Decreto 8.864/2007, artigo 3º § 1º ; artigo 4º; artigo 14 § 1º; artigo 16, Inciso I. Decreto 4.118/94, artigo 26, §1º, Incisos I, II e III, artigo 58, inciso IX. Multa: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 52, Inciso II, alínea a, item 4. Juros: Artigo 100, Inciso II, alínea b. Atualização Monetária: artigo 100, Inciso I, §1º; artigo 191 e artigo 192. Atualização Monetária: Artigo 100, Inciso I, §1º; artigo 191 e artigo 192.

Contribuinte: CARLOS HENRIQUE POLENZ

Titular: Carlos Henrique Polenz

Insc. Municipal: 1985132 CPF/CNPJ: 07.886.621/0001-63

Endereço: Rua Angelo Grazziotin, 500 – Bairro Matriz - Município de Videira/SC

Processo Administrativo 18809/2018.

Auto de Infração nº 125/2018 - Data de emissão: 11/08/2018 Valor: R\$ 165,60

Descrição do fato gerador: NÃO COMUNICAÇÃO DE BAIXA E/OU ALTERAÇÃO INSCRIÇÃO MUNICIPAL NO PRAZO REGULAMENTAR PREVISTO. PEDIDO DE BAIXA FOI COMUNICADO FORA DO PRAZO REGULAMENTAR DE 30 (TRINTA) DIAS CONFORME DOCUMENTOS ANEXOS AO PA18809/2018 (EDITAL DECLARATÓRIO 024/2017).

Fundamentação Legal: Infração: Lei 69/1985 de 05/12/1985 Art. 68, Inciso II e Decreto nº 4.118/94 - Regulamento do Imposto Sobre Serviços, Art.16, Inciso I; Art. 18 MULTA: Lei 69/1985 de 05/12/1985, artigo 52, Inciso II item 2 . CORREÇÃO MONETÁRIA: Lei 69/1985 de 05/12/1985 (CTM), Art. 100, Inciso I; Decreto 4691/1996; Decreto 7352/2001

Contribuinte: IVANIR CARLOS DA SILVA

Titular: Ivanir Carlos da Silva

Insc. Municipal: 700975 CPF/CNPJ: 82.837.204/0001-46

Endereço: Rua Adolfo Konder, 341 – Bairro Alvorada - Município de Videira/SC

Processo Administrativo 34597/2017.

Auto de Infração nº 039/2018 - Data de emissão: 03/04/2018 Valor: R\$ 165,60

Descrição do fato gerador: NÃO COMUNICAÇÃO DE BAIXA E/OU ALTERAÇÃO INSCRIÇÃO MUNICIPAL NO PRAZO REGULAMENTAR PREVISTO. PEDIDO DE BAIXA FOI COMUNICADO FORA DO PRAZO REGULAMENTAR DE 30 (TRINTA) DIAS CONFORME DOCUMENTOS ACOSTADOS NO PA34597/2017 E EDITAL DECLARATÓRIO 043/2015.

Fundamentação Legal: Infração: Lei 69/1985 de 05/12/1985 Art. 68, Inciso II e Decreto nº 4.118/94 - Regulamento do Imposto Sobre Serviços, Art.16, Inciso I; Art. 18 MULTA: Lei 69/1985 de 05/12/1985, artigo 52, Inciso II item 2. CORREÇÃO MONETÁRIA: Lei 69/1985 de 05/12/1985 (CTM), Art. 100, Inciso I; Decreto 4691/1996; Decreto 7352/2001

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes.

Após dez (10) dias do presente edital será promovida a inscrição em Dívida Ativa, sendo encaminhada para os procedimentos de cobrança

administrativa através de protesto extrajudicial em cartório nos termos do Decreto 14.005 de 29 de maio de 2017, e/ou posterior Execução Judicial.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de novembro de 2019.

Gentil Gaedke  
Secretário Municipal da Fazenda

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA Nº. 26/2019**

Publicação Nº 2222831

SECRETARIA DA FAZENDA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA nº. 26/2019

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições e em conformidade ao previsto na Lei Orgânica no seu artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) no artigo 87, §2º, e no Código Tributário Nacional, artigo 198, §3º, II, NOTIFICA a contribuinte abaixo relacionada da inscrição em Dívida Ativa referente aos créditos tributários vencidos, proveniente da Notificação de Lançamento de Tributos Municipais.

A inscrição em Dívida Ativa será efetuada com os acréscimos previstos na legislação tributária do município, e sua execução fiscal far-se-á independentemente de nova notificação.

Contribuinte: Lygia de Oliveira  
Profissional Autônoma - Advogada  
CPF: 010.436.449-11

Processo Administrativo Fiscal: 10006/2019.

Notificação de Lançamento de Tributos Municipais nº 100/2019 – Data: 26/06/2019

Valor: R\$ 5.028,26 (cinco mil e vinte e oito reais e vinte e seis centavos)

Endereço Profissional: Rua Saul Brandalise, nº 440 – Sala 31 – Bairro Centro - Município de Videira/SC

Notificação de Lançamento de Tributos Municipais nº 100/2019 - Fato Gerador: Sujeito passivo sem inscrição no cadastro de contribuintes municipais autônomo, exercendo atividade de prestação de serviços na pessoa física como advogada (OAB/SC-44446), subitem 17.14 da lista de serviços, deixando de recolher o Imposto Sobre Serviços – ISS, compreendido no período de fevereiro do ano de 2016 a junho do ano de 2019 identificados através das informações extraídas em fls. 04 a 05 do Cadastro Nacional dos Advogados (<https://cna.oab.org.br/>), fls.20 do Portal de Serviços e- SAJ do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (<https://www.tjsc.jus.br/web/processo-eletronico-saj>) e fls. 06 a 19 das redes sociais. Valores lançados através do Termo de Arbitramento Revisado fls.40 a 46 todas anexas ao PA10006/2019 e partes integrantes desta notificação de lançamento. O lançamento do Imposto Sobre Serviços (ISS) foi efetuado por estimativa fixa nos termos do artigo 24, § 3º constante no item "B" do Anexo I do RISS/Vda-94, com vencimento em cada trimestre do ano civil.

Fundamentação Legal: Arbitramento: art. 33, art. 34, 34A; 34B, 34C, 34E, 34F. (Lei 69/85) Infração: Decreto nº 4118/94, art 1º, 8º, parágrafo único, item II; art's 11; 12; 13, 16 e 23, subitem 17,14, 24 § 3º, Anexo III; 26, inciso V, art. 37, inciso II, alínea "a". Lei nº 69/85 - CTM: art. 20 a 23; art. 26, inciso II; art. 27, § 3º item "B" do Anexo I; art. 36, inciso III, art. 39.

Multa Infracionária: Lei 69/85: art. 52, inciso I, alínea "c". Atualização e acréscimos legais: Lei 69/85, art. 100, inciso I, "b e inciso II, alínea "b".

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes.

Após dez (10) dias do presente edital será promovida a inscrição em Dívida Ativa, sendo encaminhada para os procedimentos de cobrança administrativa através de protesto extrajudicial em cartório nos termos do Decreto 14.005 de 29 de maio de 2017, e/ou posterior Execução Judicial.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de novembro de 2019

Gentil Gaedke  
Secretário Municipal da Fazenda

## **PORTARIA Nº 1239/19**

Publicação Nº 2223366

PORTARIA nº 1239/19

Designa Fiscais de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE**

Art. 1º. Designar FERNANDA COLLAÇO DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 051.746.679-19, nomeado no cargo efetivo de FISCAL DE OBRAS, matrícula nº 18.916 e Eliana Reis Angs, brasileira, inscrita no CPF sob nº 010.973.570-66, nomeada no cargo efetivo de Fiscal de Obras, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Concorrência nº 06/2019-PMV, contrato administrativo nº CT 213/2019, cujo objeto é a contratação de empresa para executar a reforma e ampliação dos ginásios de esportes do Parque da Uva, localizado na Rua Waldemar Kleinubing, Bairro Universitário, incluindo material e mão de obra, com área de reforma de 2.131,52m², área de demolição de 237,45m² e área de ampliação de 634,14m², conforme projeto básico.

Art. 2º. Incumbe as fiscais acima designadas acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 8 de novembro de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1240/19**

Publicação Nº 2223364

PORTARIA nº 1240/19

Designa fiscal de obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE**

Art. 1º. Designar Ernani Couto Marczewski, inscrito no CPF sob o nº 012.720.380-09, admitido em caráter temporário no cargo de Engenheiro Civil, matrícula nº 18.775, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do processo licitatório Tomada de Preços nº 01/2019-FMS, Contrato Administrativo nº CT 205/2019, cujo objeto é a contratação de empresa para executar ampliação de espaço público para academia de saúde e construção de praça, com área de intervenção de 1.485,90 m2, na Rua Luiz Abitante, Bairro de Carli, incluindo material e mão de obra, conforme projeto básico.

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução das obras acima referidas, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 8 de novembro de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1241/19**

Publicação Nº 2224066

PORTARIA nº 1241/19

Designa Fiscais de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE**

Art. 1º. Designar RÔMULO MACHADO DE SOUZA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 010.173.989-33, nomeado no cargo efetivo de Engenheiro Civil, matrícula nº 16.670 e Evandro Ramos de Oliveira, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 066.543.879-61, nomeado no cargo de provimento em comissão de Assessor de Projetos de Arquitetura e Engenharia, matrícula nº 18.387, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Concorrência nº 05/2019-PMV, Contrato Administrativo nº CT 214/2019, cujo objeto é a contratação de empresa para executar a reforma e ampliação do Cemei Irmã Bonavita, localizado na Rua Padres Salvatorianos, Bairro Floresta, incluindo material e mão de obra, com área de reforma de 390,50m<sup>2</sup> e área de ampliação de 3.137,68m<sup>2</sup>, conforme projeto básico.

Art. 2º. Incumbe aos fiscais acima designados acompanharem e fiscalizarem a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 8 de novembro de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1242/19**

Publicação Nº 2224063

PORTARIA nº 1242/19  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 29328/2019,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora BELONI TEREZINHA CORDEIRO, Zeladora, a partir de 1º de dezembro de 2019 até 1º de março de 2020, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2009 até 30 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2019.

Videira, 8 de novembro de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1243/19**

Publicação Nº 2224065

PORTARIA nº 1243/19  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 24992/2019,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora JOANETE MARIA MUCELIN CIVIDINI, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 2 de março de 2020 até 2 de junho de 2020, referente ao quinquênio de 1º de agosto de 2012 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 2 de março de 2020.

Videira, 8 de novembro de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2019 - PMV**

Publicação Nº 2224121

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2019 – PMV  
REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO EXCLUSIVA E COM COTA RESERVADA PARA MEI, ME E EPP

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 135/2019 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até às 09:00:00h do dia 03/12/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 11 de novembro de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 182/2019 - FMS**

Publicação Nº 2222671

Termo Aditivo nº 182/2019  
Contrato/CT nº 01/2016  
Processo: IL 01/2019 - FMS

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 01/2016 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/01/2020 à 31/12/2020.

Valor total: R\$ 329.616,00  
Data: 11/11/2019.



**TERMO ADITIVO Nº 183/2019 - PMV**

Publicação Nº 2223693

Termo Aditivo nº 183/2019

Contrato/CT nº 188/2018

Processo: TP 15/2018-PMV

Contratado: MR CONCRETOS, ARGAMASSAS E PAVIMENTAÇÕES LTDA

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 28.683,92 (vinte e oito mil, seiscentos e oitenta e três reais, noventa e dois centavos) estando o aditivo dentro do permitido em Lei, bem como prorrogar o prazo de execução do Contrato por mais 15 (quinze) dias, com efeitos a partir de 11/11/2019 até 26/11/2019.

Valor: R\$ 28.683,92

Data: 11/11/2019.

**TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2019 - PMV**

Publicação Nº 2223451

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2019 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 32/2019 – PMV para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RODOVIA MUNICIPAL VDR - 070, DISTRITO DE ANTA GORDA, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 14.116,10M² E ÁREA DE EXTENSÃO DE 1.147,67M, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até as 14:00:00h do dia 02 de dezembro de 2019. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Transparência", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras e Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 11 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 076/2019

Publicação Nº 2223751

DECRETO DE N.º 076/2019

ATUALIZA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pelo Inciso VI, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

Art. 1º - De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 401, da Lei Complementar nº 032, de 28 de dezembro de 2007 que Institui o Código Tributário Municipal, que tem por limite a atualização da Unidade Fiscal Municipal – UFM, usando como referencia o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, índice publicado pelo IBGE, tendo como parâmetro 1º de Novembro do exercício anterior a 31 de Outubro do exercício corrente ao da expedição do Decreto de atualização da UFM (Redação dada pela Lei Complementar nº 88/2015), fica reajustado em 2,54% (dois vírgula cinquenta e quatro por cento) o valor da UFM, passando de R\$ 3,73 (três reais e setenta e três centavos) para R\$ 3,83 (três reais e oitenta e três centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, em 08 de Novembro de 2019.

		BENTO FRANCISCO SILVY Prefeito Municipal
--	--	---

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0030/2019

Publicação Nº 2222767

MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Processo nº 0198/2019 – Dispensa de Licitação nº 0030/2019

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Enioivan Marques, justifica a Dispensa de Licitação para a Contratação da Empresa IGM ENGENHARIA LTDA, CNPJ sob nº 13.591.643/0001-07, para a Elaboração de Projetos Básico e Complementares para o Centro de Acolhimento para crianças e adolescentes do Município de Xanxerê-SC, compreendendo aos seguintes serviços: Projeto hidro sanitário; Projeto preventivo contra incêndio completo; Projeto Estrutural; Projeto Elétrico; Projeto de Rede Lógica e TI; Projeto Pluvial; Memorial Descritivo; Memorial de Cálculo; Orçamento e Cronograma, no valor total de 24.885,89 (vinte quatro mil e oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e nove centavos). De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso I. Xanxerê-SC, 11 de novembro de 2019. Enioivan Marques – Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 0112/2019

Publicação Nº 2224304

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0112/2019

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0112/2019, do tipo menor preço por Item, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Confecção de Fardamento Operacional de Inverno e Capas de Chuva, para uso dos Bombeiros Militares, Bombeiros Comunitários e Estagiários que prestam serviços na sede do 14º Batalhão de Xanxerê-SC, na quantidade estimada constante do ANEXO I. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 25 de novembro de 2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e anexos no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br).

Xanxerê-SC, 12 de novembro de 2019. Enioivan Marques – Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0075/2019

Publicação Nº 2222618

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0075/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratada: ENGEOBRA ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA EIRELI

Objeto: Execução e Reforma e Ampliação de Edificação (1º etapa) na Associação Atlética Bavial, Rua Libero Badaró, s/n, Bairro Vista Alegre no Município de Xanxerê, com fornecimento de material e mão de obra.

Fica Suprimido do Contrato Originário, o valor de R\$ 829,32 (oitocentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos), devido a inexecução de serviços complementares apontados no item 9.0, presente no boletim de mediação da Reforma e Ampliação da Associação Atlética Bavial, e Ofício CGM nº 299/2019, em anexo.

Xanxerê-SC, 11 de novembro de 2019. Enioivan Marques – Prefeito Municipal em Exercício.

### EXTRATO DA PORTARIA Nº 038/2019

Publicação Nº 2222590

PORTARIA Nº 038/2019 - O Prefeito do Município de Xanxerê, em exercício, no uso de suas atribuições legais, determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos e a eventual responsabilidade do servidor público municipal J.L.L, ocupante de cargo em provimento em comissão, o qual teria tentado se fazer passar por proprietário de um telefone celular que estava na posse de um apenado que cumpre pena em regime semiaberto e que estaria desempenhando trabalho externo para o Município de Xanxerê A Comissão processante, nomeada pelo Decreto nº AM 117/2018, deverá verificar os fatos, podendo intimar e tomar depoimentos, realizar diligências, colher e juntar provas de qualquer natureza, observando os ditames da lei. Xanxerê, 08 de novembro de 2019. Enioivan Marques – Prefeito Municipal em Exercício.

**PORTARIA Nº 632/2019**

Publicação Nº 2224293

PORTARIA Nº 632/2019

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC., em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. MARLETE DE ALMEIDA BASI, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 3.450.746-9 e inscrita no CPF sob o nº 019.658.949-50, nomeada conforme Decreto nº BLB 057/2012 no cargo de PROFESSOR ESPECIAL 1, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 02.11.2019 até 02.05.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação, atendendo ao protocolo nº 0005488/2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 11 de Novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA Nº 633/2019**

Publicação Nº 2224297

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 633/2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC., em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 09 (nove) dias a partir de 14.11.2019 a 22.11.2019, ao Servidor Público Municipal, o Sr. ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 545.101 e CPF 340.908.439-87, nomeado conforme Decreto nº AM 120/07 no cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0005475/2019 datado de 11.11.2019.

A Licença Prêmio concedida refere-se aos períodos de:

09.06.2009 a 08.06.2012 = 09 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 14.11.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 11 de Novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA Nº 634/2019**

Publicação Nº 2224301

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 634/2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC., em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 12.11.2019 a 26.11.2019 da Servidora Pública Municipal, a Sra. ELIANE ORTIZ CARDOSO, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.842.607 e CPF n.º 008.638.759-63, nomeada conforme Decreto nº AJG 170/2013, no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0005479/2019 datado de 11.11.2019.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

12.04.2013 a 11.04.2016 = 15 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 12.11.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 11 de Novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em exercício

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**LEI ORDINARIA Nº 4121/2019**

Publicação Nº 2223392

Lei nº 4121 /2019

(Origem Projeto de Lei nº 22/2019 (L) )

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE "SEPTIMO FAUSTINO ZAVASCHI", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, Em Exercício, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de "SEPTIMO FAUSTINO ZAVASCHI", o logradouro "Rua Projetada D", do Loteamento Parque das Torres, na cidade de Xanxerê, SC, matriculado no CRI sob nº 30.392.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

6 de Novembro de 2019

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal Em Exercício

# Xavantina

## PREFEITURA

### DECRETO 385/2019

Publicação Nº 2223988

DECRETO Nº 385, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº003/2019, nos termos do Anexo Único que é parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 12 de Dezembro de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO Nº 385, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

ANEXO ÚNICO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2019

CLASSIFICAÇÃO FINAL

ODONTÓLOGO Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	1 – a) Pontuação com certificados, diplomas ou equiva- lentes	1 – b) Pontuação com Tempo de ser- viço na atividade	2 – a, b ou c Pontuação de Títulos (Pós-gradu- ação, Mestrado ou Doutorado)	Total Geral de Pontos
1º	003	LUANA ZANELLA	5,00	2,00		7,00
2º	006	ZILDA CARMEN CORTELINI	5,00	----	1,50	6,50
3º	001	MÔNICA R. MENE- GATTI BRECIANI	5,00	0,95	----	5,95
4º	004	FERNANDA MOTTA	5,00	----	----	5,00
5º	005	CAMILA CRISTINA ARSEGO	2,96	0,40	----	3,36

AUXILIAR DE ODONTÓLOGO Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	1 – a) Pontuação com certificados, diplomas ou equiva- lentes	1 – b) Pontuação com Tempo de ser- viço na atividade	2 – a, b ou c Pontuação de Títu- los (técnico na área de odontologia/saú- de bucal ou curso técnico na área de Saúde pública ou graduação na área da saúde)	Total Geral de Pontos
Desclassificada*	002	MARCIANA DJONA CANEZZO BER- NARDI	----	----	----	----

\* Não apresentou ficha de títulos e títulos.

# Xaxim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 391/2019

Publicação Nº 2223640



#### ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE XAXIM

#### DECRETO Nº 391/19, de 7 de Novembro de 2019

Abre crédito adicional - especial - abertos no Orçamento Programa de 2019.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4370/18 de 11 de Dezembro de 2018,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 120.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - Secretaria da Educação e Cultura

06.01 - Departamento da Educação

06.01 - 12.361.1201 - 1.018 - 129/2019 - 4.5.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0036.000000 120.000,00

Art 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

0.1.0036.000000 - Excesso de arrecadação 120.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 7 de Novembro de 2019

**LIRIO DAGORT**  
Prefeito Municipal

# Associações

## AMREC

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL 039/2019

Publicação Nº 2223564

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº039/2019

Senhores Prefeitos,

Vimos pelo presente, convocá-los a participarem de uma importante reunião ordinária, no dia 19/11/2019 (terça-feira), às 17 horas, no Plenarinho da AMREC, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1. Orçamento 2020 AMREC – Análise e aprovação;
2. Orçamento 2020 CIM-AMREC – Análise e aprovação;
3. Orçamento 2020 CISAMREC – Análise e aprovação;
4. Assuntos gerais.

Sua presença já está confirmada, caso não possa comparecer favor entrar em contato com Assessoria da AMREC.

Atenciosamente,

Vanderlei Alexandre  
Presidente da AMREC Diretor Executivo da AMREC

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL CIM-AMREC 003/2019

Publicação Nº 2223568

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2019

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, Presidente do CIM-AMREC, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto do Consórcio, convoca os Prefeitos dos municípios integrantes do Consórcio para, no dia 19/11/2019 (terça-feira), às 17 horas, na sede da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Orçamento 2020 CIM-AMREC – Análise e aprovação;
2. Assuntos gerais.

Sua presença já está confirmada, caso não possa comparecer favor entrar em contato com Assessoria da AMREC.

Atenciosamente,

Criciúma, 11 de novembro de 2019.  
HELIO ROBERTO CESA  
Presidente



**EGEM****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 0012/2019**

Publicação Nº 2223661

Edital de Convocação nº 0012/2019

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, Senhor JULIO CESAR RONCONI, Prefeito Municipal de Rio Negrinho no uso de suas atribuições estatutárias,

**CONVOCA:**

Os senhores prefeitos, membros do Conselho Fiscal 2018/2019 para assembleia extraordinária com a seguinte ordem do dia:

Data: 25 de novembro de 2019.

Horário: 09:30 (nove horas e trinta minutos)

Local: Sala de Eventos Aris

Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, Canto, CEP: 88070-800, Florianópolis/SC

**Ordem do Dia:**

- 1 – Apresentação do relatório da auditoria referente a prestação de contas ano de 2018.
- 2 – Aprovação Balanço Patrimonial 2018;
- 3 – Apresentação do plano de ação e resultados referente ao ano de 2019.
- 4 – Aprovação diretrizes 2019/2020;

Pedimos a gentileza de confirmar presença com Schirley Franciane Pereira, Assessora Financeira, no e-mail adm@egem.org.br ou pelo telefone (48)3221-8826.

Florianópolis, 04 de novembro de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Presidente EGEM

Prefeito de Rio Negrinho

# Consórcios

## AGIR

### DECISÃO Nº 078/2019 - AGIR

Publicação Nº 2223831

DECISÃO Nº 078/2019

Resposta ao Ofício 149/2018, de 112.09.2018 – BRK

#### 1 - Breve Relatório

Inicialmente ratifico e convalidado o Parecer Jurídico nº 183/2019, emitido pela Assessoria Jurídica da AGIR e que recebeu o nº 183/2019, por suas próprias razões e considerações.

A citada correspondência emitida em setembro de 2018, versa sobre interpretação de cláusula contratual que trata de bens vinculados (inventário e valor justo) destes, conforme previstos nos itens 12.1, 12.9 e 12.9.1 e a obrigatoriedade de se atribuir um valor justo àqueles bens.

A princípio, SMJ, as cláusulas mencionadas, por si só, já dão a solução ao questionamento, quando diz que a Concessionária deverá manter inventário de bens vinculados e este inventário deverá conter informações precisas, e dentre estas, o valor justo dos mesmos.

Sob o meu entendimento, que pode até sofrer contestações, tenho que se trata de um assunto específico que está previsto nos padrões contábeis internacionais (IFRS – International Financial Reporting Standards) e que no Brasil é visto como IFRS 13, segundo Rodrigo Garcia (<https://investorcp.com/gestão-ativo-imobilizado/valor-justo-cpc-46/>) Acesso em: 06.11.2019.

Diz referido autor: “Valor Justo é o preço que seria recebido pela venda de uma ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração”.

Em razão da existência de normas legais para a apuração de VALOR JUSTO dos bens vinculados, e por força das cláusulas contratuais vigentes, a fixação deste valor será sempre uma obrigação da Concessionária, que deverá adotar, os meios legais e contábeis aplicáveis para tanto.

Cabe destacar que, ao fazer a apuração do valor justo, deverá ser declinado, para fins de compreensão e entendimento regulatório, qual o método utilizado e quais as premissas observadas e se também foram observados critérios subjetivos para a obtenção do resultado.

De posse deste trabalho, caberá a regulação, no momento oportuno, comparar e analisar os inputs e assim poder fazer também uma análise das técnicas utilizadas.

#### 2 - Decisão

Por isso, DECIDO, que a apuração do VALOR JUSTO, como previsto no contrato (Cláusulas 12.9 e 12.9.1) devem ser elaborados tão somente pela Concessionária, nos prazos e metodologias pactuadas, e determino:

I – Encaminhe-se cópia desta decisão à Concessionária, na pessoa de representante local, bem como à Concedente, na pessoa de seu Diretor Presidente;

II – Abra-se prazo de 15 (quinze) dias para que as partes se manifestem, em querendo.

III – Publique-se esta decisão no DOM/SC e nos meios de mídias usuais, para todos os efeitos de publicidade e transparência.

IV – Decorrido o prazo acima, em havendo manifestação, volte para a Direção Geral.

V – Não havendo nenhuma manifestação, archive-se a documentação.

Blumenau, 06 de novembro de 2019.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral

**CIGA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 09 - CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 01\_2017**

Publicação Nº 2223676

CONCURSO PÚBLICO CIGA N.º 01/2017  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 09 E DESISTÊNCIA  
ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E ASSUNÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; inciso II do artigo 26 e artigo 27, ambos do Contrato de Consórcio Público do CIGA; artigos 49 e 50 do Estatuto do CIGA; e demais legislação cogente;

Considerando a abertura de Concurso Público regido pelo Edital n.º 01/2017, publicado no órgão oficial de publicações do CIGA, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Edição n.º 2408, em 14 de dezembro de 2017, páginas 1663-1673; e o respectivo Edital n.º 05/2018 de Homologação da Classificação Final, publicado no DOM/SC, Edição n.º 2470, em 07 de março de 2018, páginas 1277-1278, devidamente divulgados nos sites [https://fundatec.org.br/portal/concursos/index\\_concursos.php?concurso=456](https://fundatec.org.br/portal/concursos/index_concursos.php?concurso=456) e <https://ciga.sc.gov.br/concursos/>;

Considerando a necessidade premente de manutenção e evolução dos atuais sistemas de tecnologia da informação e comunicação disponibilizados pelo CIGA, aliada à crescente demanda por novos desenvolvimentos, em consonância inclusive com o preconizado pelo Planejamento Estratégico do Consórcio para o Exercício 2019;

Torna pública a DESISTÊNCIA do candidato aprovado no Concurso Público do CIGA n.º 01/2017, conforme edital de convocação n.º 08 publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, edição 2961, de 22 de outubro de 2019.

**1 DOS CANDIDATOS QUE APRESENTARAM DESISTÊNCIA:**

N.º Inscrição	Nome da Candidato	Classificação Final	Emprego Público
45603964522-4	JHONATAN FEIFARICK SAMAN	2.º	TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

E CONVOCA o candidato classificado em terceiro lugar para o Emprego Público de Técnico em Tecnologia da Informação, do Concurso Público do CIGA n.º 01/2017, relacionados no item “3” do presente Edital, a comparecer, pessoalmente ou por intermédio de procurador, mediante procuração pública ou particular com firma reconhecida em cartório, no prazo constante do item “2” deste Edital, para apresentação e entrega dos documentos e exame médico de saúde pré-admissional exigidos no Edital de Abertura n.º 01/2017 e neste ato convocatório; e

**2 DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**

2.1 Os documentos deverão ser entregues, entre os dias 13 de novembro a 04 de dezembro do ano corrente, das 8h30min às 12h00min e das 13h00min às 17h30min, na sede administrativa do CIGA, situada na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 102, Bairro Canto, CEP 88070-800, nesta cidade e Capital.

2.2 Não serão recebidos documentos fora dos horários estipulados.

2.3 Não serão recebidos documentos de forma parcial, e a falta de qualquer documento exigido acarretará o não cumprimento da exigência do item “2” deste Edital.

**3 DOS CANDIDATOS CONVOCADOS**

N.º Inscrição	Nome da Candidato	Classificação Final	Emprego Público
45603996032-5	FELIPE RODRIGUES PERRONE	3.º	TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**4 DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

4.1 O candidato convocado para admissão em caráter permanente deverá apresentar os seguintes documentos, no prazo fixado no item “2” deste Edital, sob pena de eliminação e convocação do que o suceder:

- Comprovação de idade mínima de 18 (dezoito) anos, mediante apresentação da carteira de identidade;
- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- Comprovante de quitação com o serviço militar, se do sexo masculino;
- Exame médico, constando de inspeção clínica e exames complementares;
- Fotografia recente, tamanho 3x4;
- Prova da escolaridade mínima completa, da habilitação específica e do preenchimento dos demais requisitos exigidos no item 2.1 do Edital de Concurso Público do CIGA n.º 01/2017 para o emprego público pretendido;
- Certidão de nascimento ou casamento, com as respectivas averbações;
- Certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pelos Foros das Justiças Federal e Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos cinco anos; e
- Declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, seja cópia da declaração do imposto de renda ou conforme modelo fornecido pelo CIGA.

4.2 As declarações abaixo serão preenchidas e assinadas pelo candidato na sede do CIGA:

- Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, conforme modelo de declaração fornecido pelo CIGA; e
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do

modelo de declaração fornecido pelo CIGA.

#### 5 DA ASSUNÇÃO DA VAGA DOS EMPREGOS PÚBLICOS

5.1 Atendendo a todos os requisitos exigidos no Edital de Concurso Público do CIGA n.º 01/2017 para a admissão e contratação em caráter permanente, no tocante à documentação (regular) e inspeção médica (aptidão para o trabalho), o candidato convocado deverá entrar em efetivo exercício até o dia 09 de dezembro de 2019.

#### 6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A Carteira de Trabalho e Previdência Social deverá ser entregue ao CIGA na data de admissão, para os devidos registros e assinatura de Contrato de Trabalho.

6.2 NÃO haverá segunda chamada para a entrega de documentos, importando na eliminação automática no Concurso Público.

6.3 NÃO será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.

6.4 O não comparecimento nos prazos legais fixados neste Edital implicará renúncia tácita do classificado e, conseqüentemente, a perda do direito à admissão em caráter permanente no emprego público para o qual foi aprovado, podendo o CIGA convocar o candidato imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

#### 7 DA PUBLICAÇÃO

7.1 O presente Edital de Convocação para entrega de documentação e assunção de emprego público, com a relação do CONVOCADO, estará publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC e divulgado na Internet, no endereço eletrônico [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br).

6.2 É de inteira responsabilidade do candidato a sua omissão quanto ao que for publicado ou divulgado.

6.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 12 de novembro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## CIMVI

### LICITAÇÃO Nº 011/2019 - CERTIDÃO - TRANSCURSO DE PRAZO

Publicação Nº 2223096

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FINALIDADE: CREDENCIAMENTO COMPARTILHADO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAÇÃO

#### CERTIDÃO

A Comissão de Licitações do CIMVI, designada pela Resolução nº 288-19, certifica, para os devidos fins, que o prazo aberto na ata de julgamento de 22/10/2019 (fls. 1532) publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na data de 23/10/2019 – Edição 2962, transcorreu sem a interposição de eventuais recursos.

Timbó, 11 de Novembro de 2019.

PATRICIA BARBARESCO Presidente	ARLETE REGILENE SCOZ Membro	JAMES SCHMITT Membro
-----------------------------------	--------------------------------	-------------------------

### LICITAÇÃO Nº 011/2019 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 2019/012

Publicação Nº 2223108

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 11/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019

O Departamento Administrativo do CIMVI convoca, através do presente, o representante legal da empresa, GTS ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA, CNPJ nº 30.561.269/0001-08 a comparecer para assinatura do respectivo termo de credenciamento, conforme segue:

LOCAL: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, Rua Tupiniquim, n.º 1070, Zona Rural, Timbó/SC - Administrativo;

PRAZO: 05 (cinco) dias após a publicação desta convocação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

HORÁRIO: das 08hs 12hs e das 13hs às 17hs.

Timbó, 11 de novembro de 2019.

PATRICIA BARBARESCO

Agente Administrativo

**LICITAÇÃO Nº 011/2019 - LISTA DE CREDENCIADOS ATUALIZADA**

Publicação Nº 2223110

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FINALIDADE: CREDENCIAMENTO COMPARTILHADO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAAGEM

## LISTA DE CREDENCIADOS

ITEM 3.1 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM AGRIMENSURA:		
ORDEM DE COLOCAÇÃO	NÚMERO E DATA DO PROTOCOLO	CREDENCIADA
1ª	395/2019 de 29/04/2019	GREIDE ENGENHARIA LTDA. EPP
2ª	488/2019 de 22/05/2019	FERRARI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME
3ª	492/2019 de 22/05/2019	PROJETE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA
4ª	540/2019 de 06/06/2019	GEOMAPA ENGENHARIA LTDA
5ª	560/2019 de 11/06/2019	AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA
6ª	720/2019 de 26/07/2019	GTS ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
7ª	741/2019 de 05/08/2019	FREITAS MELO TOPOGRAFIA LTDA ME

ITEM 3.2 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL:		
ORDEM DE COLOCAÇÃO	NÚMERO E DATA DO PROTOCOLO	CREDENCIADA
1ª	395/2019 de 29/04/2019	GREIDE ENGENHARIA LTDA. EPP
2ª	488/2019 de 22/05/2019	FERRARI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME
3ª	492/2019 de 22/05/2019	PROJETE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA
4ª	540/2019 de 06/06/2019	GEOMAPA ENGENHARIA LTDA
5ª	560/2019 de 11/06/2019	AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA
6ª	720/2019 de 26/07/2019	GTS ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA

ITEM 3.3 - SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:		
ORDEM DE COLOCAÇÃO	NÚMERO E DATA DO PROTOCOLO	CREDENCIADA
1ª	488/2019 de 22/05/2019	FERRARI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME
2ª	492/2019 de 22/05/2019	PROJETE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA
3ª	539/2019 de 04/06/2019	ADOBE ENGENHARIA LTDA
4ª	560/2019 de 11/06/2019	AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA
5ª	565/2019 de 12/06/2019	MARCOS TROJAN ENGENHARIA E GEOTECNIA LTDA
6ª	567/2019 de 13/06/2019	ROMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
7ª	568/2019 de 14/06/2019	PAR PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA ME
8ª	703/2019 de 23/07/2019	HALLA ARQUITETURA EIRELI
9ª	720/2019 de 26/07/2019	GTS ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA

ITEM 3.4 - SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA, URBANISMO, MOBILIÁRIO E PAISAGISMO – PARQUES E PRAÇAS:		
ORDEM DE COLOCAÇÃO	NÚMERO E DATA DO PROTOCOLO	CREDENCIADA
1ª	488/2019 de 22/05/2019	FERRARI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME
2ª	492/2019 de 22/05/2019	PROJETE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA
3ª	560/2019 de 11/06/2019	AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA
4ª	703/2019 de 23/07/2019	HALLA ARQUITETURA EIRELI
5ª	720/2019 de 26/07/2019	GTS ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA

ITEM 3.5 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM INVESTIGAÇÃO GEOTÉCNICA:		
ORDEM DE COLOCAÇÃO	NÚMERO E DATA DO PROTOCOLO	CREDENCIADA
1ª	565/2019 de 12/06/2019	MARCOS TROJAN ENGENHARIA E GEOTECNIA LTDA

ITEM 3.6 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM GEOLOGIA		
ORDEM DE COLOCAÇÃO	NÚMERO E DATA DO PROTOCOLO	CREDENCIADA
1ª	565/2019 de 12/06/2019	MARCOS TROJAN ENGENHARIA E GEOTECNIA LTDA

Timbó, 11 de Novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Presidente



**LICITAÇÃO Nº 011/2019 - TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 2019/012**

Publicação Nº 2223105

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 2019/012**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Presidente, Jean Michel Grundmann, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, neste ato simplesmente denominado "CIMVI", representada pelo seu Presidente, Jean Michel Grundmann doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE, e, do outro lado, GTS ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 30.561.269/0001-08, sediada a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1646, Sala-01, bairro Nações, na cidade de Timbó/SC, CEP 89120-000, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). Samys Marcel Gaulke, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o Nº 074.697.299-76 e no RG sob o Nº 5207422 SSP/SC, doravante chamado simplesmente CREDENCIADO, celebram o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, para prestação de serviços, de acordo com o Edital de Credenciamento nº 011/2019, Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2019, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, a Resolução do CIMVI nº 02/2017 e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente o credenciamento do CREDENCIADO para prestação de serviços de ENGENHARIA EM AGRIMENSURA PARA LEVANTAMENTO TOPOGRAFICOS E AFINS (ITEM 3.1), de ENGENHARIA CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS VIÁRIOS E AFINS (ITEM 3.2), de ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS ARQUITETÔNICOS, COMPLEMENTARES E AFINS (ITEM 3.3) e de ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA, URBANISMO, MOBILIÁRIO E PAISAGISMO – PARQUES E PRAÇAS E AFINS (ITEM 3.4) ao CIMVI, AMMVI e aos Municípios Consorciados ao CREDENCIANTE mencionados no Edital, nos termos previstos neste instrumento e no edital em epígrafe.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

1.3.1. Caberá ao CREDENCIADO a execução, após a formalização de contrato administrativo com a entidade contratante, dos serviços em conformidade com o disposto no Edital, seus anexos e obrigações no Termo de Credenciamento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

0.1. A remuneração dos serviços credenciados se dará de acordo com a Tabela de Preços prevista no Anexo I do Edital de Credenciamento.  
0.2. Mediante a emissão de Nota Fiscal, os pagamentos serão efetuados através de crédito em conta-corrente do CREDENCIADO, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo dos serviços prestados, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias contados da sua entrega.

0.3. O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do serviço contratado.

0.4. A entidade contratante, quando exigível por força da legislação em vigor, efetuará as retenções dos impostos e contribuições devidos em função deste contrato, devendo o CREDENCIADO destacar o valor da retenção na Nota Fiscal, a título de "retenção" para (nome do imposto e ou contribuição), bem como cumprir as determinações contidas em lei.

0.5. Fica a entidade contratante autorizada a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas.

0.6. O pagamento poderá ser susinado pela entidade contratante por inadimplemento das condições estabelecidas para a execução dos serviços.

0.7. Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo o CREDENCIADO adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização das obrigações tributárias para com o contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DISTRIBUIÇÃO DAS DEMANDAS E DA CONTRATAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS:**

3.1. O gerenciamento das demandas apresentadas pelos Municípios Consorciados, AMMVI e CIMVI será realizado pelo CIMVI, na forma de rodízio, a fim de garantir uma distribuição equitativa dos serviços entre os credenciados, de forma que os contratados iniciais, após receberem demandas, aguardem novamente sua vez de serem contratados até que todos os outros credenciados, nas mesmas condições, tenham recebido demandas.

3.2. Observar-se-á para distribuição das demandas o critério cronológico de protocolos no credenciamento formando-se uma lista inicial para futuras contratações, para cada item respectivo.

3.3. Havendo pedido de demanda formulado pelo CIMVI, AMMVI e/ou Municípios Consorciados, o mesmo será registrado e atribuído ao primeiro colocado na lista.

3.4. Após a contratação será distribuído o serviço subsequente, passando o anterior contratado ao final da fila.

3.5. Em caso de recusa na subscrição do contrato o convocado será descredenciado e sujeito as sanções previstas neste Edital.

3.6. Será facultado ao credenciado, desde que justificadamente, solicitar a suspensão de seu credenciamento, desde que o faça anteriormente a sua convocação.

3.7. Ficará a critério do CIMVI o deferimento do pedido de suspensão.

3.8. Uma vez deferido o pedido de suspensão caso haja solicitação de demanda será convocado o próximo colocado passando o suspenso a ocupar o lugar desde.

3.9. O pedido de suspensão não poderá ser formulado por mais de 3 vezes durante nem poderá a soma total da suspensão ultrapassar 60 (sessenta) dias.

3.10. O Município Consorciado participante do Edital de Credenciamento deverá obrigatoriamente respeitar a ordem da lista de credenciados.



**CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO PELO CIMVI, AMMVI e MUNICÍPIOS CONSORCIADOS**

- 4.1. A contratação dos credenciados será realizada diretamente pelo CIMVI, AMMVI e Municípios Consorciados e dar-se-á da seguinte forma:
- 4.1.1. O Município Consorciado solicitará a demanda ao CIMVI que gerenciará as mesmas e formará lista com ordem cronológica de pedidos.
- 4.1.2. Surgida a demanda, o CIMVI convocará o credenciado, por publicação no site, observada a lista de credenciamento e as regras constante do item 8 e seus subitens deste Edital, para que diligencie até a sede da entidade contratante, no prazo de 05 (cinco) dias (do § 1º, do art. 64, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações) e formalize o contrato, passando o credenciado a ser reposicionado no final da lista.
- 4.1.3. Recebida a convocação, o credenciado deverá diligenciar sob pena de perda do direito à contratação e aplicação das penalidades cabíveis previstas neste Edital.
- 4.2. Emitida a Ordem de Serviço, o contratado deverá dar início à sua execução no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 4.3. A entidade contratante será o responsável por acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, realizar o correspondente pagamento diretamente ao contratado e encaminhar pedido de abertura de processo administrativo ao CIMVI para que este aplique as sanções em caso de inexecução contratual, tendo sempre por base a Lei de Licitações e o previsto neste instrumento.
- 4.4. O credenciamento não estabelece nenhuma obrigação do CIMVI, AMMVI ou dos Municípios Consorciados em efetivar a contratação do serviço, o que dependerá da existência de demandas, de orçamento previsto e de interesse público correspondente.
- 4.5. A demanda e a quantidade de serviços a serem contratados variarão conforme a necessidade do CIMVI, AMMVI e dos Municípios Consorciados que fazem parte deste Edital de Credenciamento.
- 4.6. O CIMVI, a AMMVI e o Município Consorciado poderão rescindir a contratação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, caso seja constatada qualquer fraude praticada pelo credenciado no processo de credenciamento ou na execução de serviços, sem que assista ao credenciado qualquer espécie de direito a indenização ou ressarcimento, cabendo a aplicação de penalidades na forma da lei e deste instrumento.
- 4.7. As Ordens de Serviço emitidas pelos Municípios Consorciados compreenderão os instrumentos de contratação, na forma do art. 62 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DOS SERVIÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO:**

- 5.1. Pelos serviços prestados o CIMVI, a AMMVI e os Municípios Consorciados pagarão aos credenciados os valores constantes da Tabela de Preços constante do Anexo I.
- 5.2. Mediante a emissão de Nota Fiscal, os pagamentos serão efetuados através de crédito em conta corrente do CREDENCIADO, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo dos serviços prestados, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias contados da sua entrega.
- 5.3. O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do mesmo.
- 5.4. Será rejeitado, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com este termo, com as normas técnicas ou com o Edital.
- 5.5. Fica o CIMVI, a AMMVI e o Município contratante autorizados a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste instrumento ou em lei, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 5.6. O CIMVI, a AMMVI e o Município contratante, quando exigível por força da legislação em vigor, efetuarão as retenções dos impostos e contribuições devidos em função deste contrato, devendo o CREDENCIADO destacar o valor da retenção na Nota Fiscal, a título de "retenção" para (nome do imposto e ou contribuição), bem como cumprir as determinações contidas em lei.
- 5.7. Incidirá sobre o valor total das notas fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS), na forma do Código Tributário Municipal e legislação suplementar, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária, pela alíquota cabível para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente e caso for o recolhimento do Imposto de Renda – IR.
- 5.8. Os valores serão atualizados anualmente, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pelo indexador que vier a substituí-lo.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CREDENCIADO**

- 6.1 Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que a CREDENCIADA mantenha regulares todas as condições de habilitação e que informe toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, relacionadas às condições de Credenciamento, reapresentando as negativas solicitadas sempre que estiverem com prazo vencido.

**CLÁUSULA OITAVA - DO DESCREDENCIAMENTO**

- 7.1. O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita ao Presidente do CIMVI, cujo deferimento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
- 7.1.1. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de contratações assumidas e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas na Lei de Licitações.
- 7.2. O descredenciamento será efetuado pelo CIMVI nas seguintes hipóteses, assegurado o contraditório e ampla defesa e sem prejuízo de outras sanções cabíveis:
- 7.2.1. Não comparecimento para assinatura do Termo de Credenciamento ou do Contrato Administrativo no prazo previsto neste Edital;
- 7.2.2. Aplicação de penalidade de suspensão do direito de contratação pelo CIMVI, AMMVI ou por um dos Municípios Consorciados;
- 7.2.3. Descumprimento das regras do contrato e do edital, execução dos serviços em desconformidade com as normas técnicas, atraso injustificado no cumprimento das obrigações, paralisação dos serviços ou abandono dos mesmos.
- 7.2.4. Prática de fraude na execução dos serviços.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:**

- 8.1. O descumprimento de obrigações importará na aplicação, por parte do Consórcio, de multa e sanções seguintes:

- a) - Multa de 10% (dez por cento) da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do



artigo 43 da LC nº 123/2006.

b) - Multa de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da contratação ou da estimativa de contratação da licitante vencedora e aplicada a mesma pela recusa na assinatura do termo de credenciamento, contrato, pelo descumprimento das obrigações assumidas, infração aos preceitos legais ou cometimento de fraudes, por qualquer meio, na presente licitação;

8.2. - Poderão ser aplicadas ainda as demais penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou prejuízos causados ao Consórcio Público.

8.3. A entidade contratante poderá rescindir o contrato nas hipóteses dos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

##### 9.1. A empresa credenciada obriga-se:

I - a aceitar acréscimos ou supressões que o a entidade contratante realizar, em conformidade com o disposto no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93;

II – pela qualidade do serviço e pelo fornecimento em conformidade com o Edital, seus anexos, e contrato administrativo;

III - a repor, a suas expensas, todo e qualquer serviço entregue em desconformidade com o Instrumento Convocatório;

IV - a cumprir com as exigências legais para realização dos serviços licitados, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, transporte, licenciamento, responsabilidade técnica, etc.

V - Prestar o serviço deste credenciamento nas especificações contidas neste edital e anexos;

VI - Realizar todos os procedimentos para os quais se credenciou, nos moldes estabelecidos neste edital, termo de referência, e normas gerais e regulamentares aplicáveis ao serviço contratado;

VII - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

VIII - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

IX - Prestar o serviço, no preço, prazo e forma estipulados no Edital;

X - Prestar o serviço com qualidade e dentro dos padrões exigidos neste edital e legislações pertinentes;

XI - Prestar os serviços dentro de um grau elevado de qualidade, através de funcionários devidamente treinados, experientes e aptos para o desempenho das funções para as quais foram designados;

XII - Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas e quaisquer ferramentas e utensílios de segurança, necessários e adequados à execução dos serviços contratados;

XIII - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo município;

XIV - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao município ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo de seus empregados, devendo reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os danos causados;

XV - Manter os profissionais nos horários pré-determinados pela Administração;

XVI - Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, do local próximo às suas residências ao local de trabalho e vice-versa, bem como alimentação e outros benefícios previstos na legislação trabalhista;

XVII - Prever toda a mão de obra necessária para garantir a operação do serviço, no regime contratado, responsabilizando-se por todas as obrigações trabalhistas vigentes, sociais, previdenciárias, tributáveis e as demais previstas na legislação específica;

XVIII - Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender a demanda;

XIX - Atender, de imediato, as solicitações quanto às substituições da mão de obra não qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

XX - Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do município, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

XXI - Relatar a entidade contratante toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços;

XXII - Não permitir a utilização de trabalho do menor.

Parágrafo único – O CREDENCIADO, além das demais obrigações expressamente previstas neste termo e de outras decorrentes da natureza do ajuste, obriga-se a:

9.1.1. Reparar, corrigir, remover ou substituir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções encontrados nos serviços efetuados;

9.1.2. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao CREDENCIANTE, aos Municípios Consorciados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

9.1.3. Quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.1.4. Realizar todos os serviços objeto deste credenciamento, bem como respeitar todas as condições descritas neste instrumento e no Edital.

9.1.5. A inadimplência do CREDENCIADO, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

9.1.6. O CREDENCIADO obriga-se a comunicar ao CREDENCIANTE, todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de força maior, não permitam a correta execução dos serviços.

9.1.7. O CREDENCIADO fica obrigado a cumprir a todas as exigências normativas e legais pertinentes à Segurança e Medicina do Trabalho.

9.1.8. O CREDENCIADO assumirá integral responsabilidade pela boa elaboração e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o Edital e este termo, bem como pelos eventuais danos decorrentes da realização incorreta dos referidos trabalhos.

9.1.9. O CREDENCIADO é obrigado a zelar pelo Patrimônio Público, assumindo responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais danos causados pelos seus funcionários.

9.1.10. Fornecer e obrigar o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva a seus empregados e aplicar a legislação referente à segurança, medicina e higiene no trabalho.

9.1.11. O CREDENCIADO deverá providenciar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) perante o CREA-SC, imediatamente após recebimento da Ordem de Serviço.

9.1.12. Caberá ao CREDENCIADO comunicar e obter a anuência da fiscalização, quando houver necessidade de interação com outros órgãos

públicos ou concessionários de serviços públicos como Celesc Distribuição SA, Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Polícia Rodoviária Federal e Estadual, concessionárias de telefonia e TV a cabo, havendo necessidade de obter autorização ou apoio para o desenvolvimento dos trabalhos. A responsabilidade de solicitar os serviços de apoio será do CREDENCIANTE.

9.1.13. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução dos serviços contratados, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

9.1.14. Responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto.

9.1.15. Realizar o serviço para o qual foi contratado sem cobrança de qualquer valor adicional;

9.1.16. Manter, durante toda a vigência deste termo e para o seu fiel cumprimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento, reencaminhando ao CREDENCIANTE os documentos que tiverem validade expirada durante a vigência deste termo.

9.1.17. Quando solicitado, apresentar imediatamente os documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução dos serviços.

9.1.18. Comunicar ao CREDENCIANTE as alterações de seu contrato social e demais informações cadastrais, assim como eventual alteração do e-mail oficial de comunicação, o qual deverá ser consultado diariamente para verificação de demandas.

9.1.19. É proibida a subcontratação dos serviços objeto do presente contrato, sob pena de sua nulidade e aplicação das sanções cabíveis.

9.1.20. Responsabilizar-se, exclusiva e integralmente, pela disponibilização de pessoal para a execução dos serviços contratados, sendo que os empregados e prepostos seus não terão qualquer vínculo empregatício com o CREDENCIANTE ou com os Municípios Consorciados contratantes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DESCREDENCIAMENTO

10.1. O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita ao Presidente do CIMVI, cujo deferimento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

10.2. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de contratações assumidas e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas na Lei de Licitações.

10.3. O descredenciamento será efetuado pelo CIMVI nas seguintes hipóteses, assegurado o contraditório e ampla defesa e sem prejuízo de outras sanções cabíveis:

10.4. Declaração de impedimento para cumprir demanda por três vezes sem apresentação de justificativa ou não aceitação da mesma pela Comissão de Credenciamento;

10.5. Aplicação de penalidade de suspensão do direito de contratação por um dos Municípios Consorciados;

10.6. Insatisfação dos Municípios Consorciados com a prestação de serviços apurada mediante registro do grau de satisfação no software do CIMVI.

10.7. Prática de fraude na execução dos serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

11.1. O Termo de Credenciamento tem sua vigência condicionada à vigência do respectivo Edital de Credenciamento, cuja vigência é de 12 (doze) meses a contar da publicação do seu extrato na imprensa oficial.

11.2. Havendo interesse do CIMVI e dos Municípios Consorciados, o Edital poderá ter sua vigência prorrogada, o que importará na sua republicação.

11.3. Na republicação o CIMVI atualizará os valores e as condições gerais do Edital e de seus anexos, o que se dará necessariamente nos casos de inclusão ou exclusão de Municípios Consorciados.

11.4. A republicação poderá ocorrer também durante a vigência do Edital, sempre que houver alteração de suas disposições.

11.5. Republicado o Edital, desde que mantidas as condições requeridas para o credenciamento, manter-se-á a Lista de Credenciados em vigor, convocando-se o CREDENCIADO para firmar novo Termo de Credenciamento, dispensando-se a apresentação de novo requerimento de credenciamento, desde que mantidas as condições habilitatórias exigidas.

11.6. Convocado para firmar novo Termo de Credenciamento, sob pena de descredenciamento, o CREDENCIADO deverá comparecer na sede do Consórcio em até 5 (cinco) dias após a publicação da Convocação no sítio eletrônico do CIMVI, que será também enviada por e-mail.

#### CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1. As despesas com a execução do presente termo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes dos orçamentos vigentes nos Municípios Consorciados, conforme Edital de Credenciamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO

13.1. O presente Termo de Credenciamento é realizado com fulcro no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, mediante procedimento de inexigibilidade de licitação.

13.2. O presente Termo de Credenciamento é firmado com fulcro no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, mediante procedimento de inexigibilidade de licitação e no art. 112, § 1º da mesma lei, bem como nos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da economicidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da celeridade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fica eleito o foro da comarca de Timbó/SC, com exclusão de qualquer outro, para a propositura de qualquer ação referente ao presente termo e para as contratações decorrentes do mesmo fica eleito o foro do Município Contratante.

14.2. O CREDENCIANTE se reserva o direito de, a qualquer tempo, revogar ou anular o presente termo, total ou parcialmente.

E, para firmeza e como prova de assim haverem ajustado, o presente termo é lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que após lido e achado conforme é firmado pelas partes.

Timbó, 11 de Novembro de 2019.

CREDENCIANTE  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
Presidente: Jean Michel Grundmann

CREDENCIADO  
GTS ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA  
Representante legal: Samys Marcel Gaulke

TESTEMUNHAS:

FERNANDO TOMASELLI ALLAN EDUARDO STARK  
CPF/MF: 016.637.969-71 CPF/MF: 902.410.619-20

**LICITAÇÃO Nº 011/2019 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIADA: GTS ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**

Publicação Nº 2223102

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FINALIDADE: CREDENCIAMENTO COMPARTILHADO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAÇÃO

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão de Licitações, designada através da Resolução nº 288-19

**HOMOLOGO**

Nesta data a referida decisão é constante das atas em anexo, considerando credenciado(s) na licitação, objeto do processo licitatório nº 011/2019, o(s) licitante(s):

Credenciado(s)

GTS ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA (Itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4)

Timbó, 11 de Novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Presidente

**LICITAÇÃO Nº 028/2019 - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Publicação Nº 2223770

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI**

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Ata do Pregão

Sequencia - Ata de Licitação: 1 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação - Ata de  
 Licitação: 11486 Ano - Minuta - Licitação - Ata de Licitação: 2019 Número - Minuta - Licitação - Ata de  
 Licitação: 28 codigoCliente: 11486 anoMinuta: 2019 nroMinuta: 28 usaPregaoCoeficiente: Não

**ATA Nº. 1 Do Pregão Nº 28/2019**

No dia 11/11/2019, na sala de licitações, o Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pelo(a) Resolução 289/2019, reuniram-se com a finalidade de realizar a sessão de lances deste Pregão Presencial, recebendo propostas e lances, bem como, analisando e julgando as propostas das empresas participantes e a documentação dos licitantes detentores das melhores ofertas.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAL HIDRATADA PARA TRATAMENTO DO LÍQUIDO PERCOLADO (CHORUME) GERADO NO ATERRO SANITÁRIO DA CENTRAL DE RESÍDUOS DO CIMVI, conforme especificações constantes no edital de Pregão Nº 28/2019

Aberta a sessão, procederam-se ao exame dos documentos oferecidos pelos interessados presentes, visando à comprovação de existência de poderes para a formulação de propostas e prática para os demais atos pertinentes ao certame. O referido credenciamento foi realizado e se obteve o seguinte resultado:

Empresa	Representante
AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	JOSE COSTA TEDESCO JUNIOR

Em seguida foram recebidas as Declarações dos Licitantes de que atendem plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidas no Edital e os dois Envelopes contendo as Propostas e os Documentos de Habilitação estabelecidos no Edital, respectivamente. Verificou-se que as empresas estavam de acordo com as exigências do Edital, e ato contínuo, foram abertos o Envelope de nº 1 (Proposta) das empresas participantes e com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento, verificando-se que:

Itens Desclassificados
Nenhum item foi desclassificado.

Obtendo assim, a seguinte classificação provisória:

Item	Produto	Fornecedor com Melhor Proposta	Qtde.	Unidade	Valor	Total
1	CAL HIDRATADA (20KG/SC)	30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	300.000	KG	R\$0,89	R\$267.000,00

Em sequência, o Pregoeiro convidou os presentes a formular lances de forma sequencial, conforme mapeamento abaixo:

Item: 1 Produto: 991 - CAL HIDRATADA (20KG/SC) Unidade: QUILOGRAMA					
Rodada	Fornecedor	Desconto (%)	Valor Unitário	Situação	Valor Negociado
0	30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	0	R\$0,89	Proposta	R\$0,84

Em razão disso, o Pregoeiro declarou como vencedor do presente Pregão, os licitantes nos itens:

30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA			
Item	Produto	Unidade	Valor
1	991 - CAL HIDRATADA (20KG/SC)	QUILOGRAMA	R\$0,84

Nada mais havendo tratar, foi encerrada a sessão, cuja presente ata vai rubricada e assinada pelo Pregoeiro, pelos Membros da Equipe de Apoio e pelos representantes das empresas presentes ao final relacionados.

**JAMES SCHMITT**  
Equipe de Apoio

**PATRICIA BARBARESCO**  
Pregoeiro

**ARLETE REGILENE SCOZ**  
Equipe de Apoio

**AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**  
JOSE COSTA TEDESCO JUNIOR

**CINCATARINA****AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0061/2019 - INSTALAÇÃO E/OU RETIRADA DE ENFEITES LUMINOSOS DE DATAS FESTIVAS/COMEMORATIVAS**

Publicação Nº 2223877

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0061/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0075/2019

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de serviços de instalação e/ou retirada de enfeites luminosos de datas festivas/comemorativas, especialmente Natal, nos municípios do CINCATARINA, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, parte integrante deste Edital e que se constitui no ANEXO I.

JULGAMENTO: Menor Preço Global por LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 12/11/2019 até às 09:00 horas do dia 26/11/2019. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 26/11/2019. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 26/11/2019. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Sede do CINCATARINA, localizado na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Fone (48) 3380-1620.Site: www.cincatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 11 de novembro de 2019.

Elói Rönna - Diretor Executivo do CINCATARINA

**RESOLUÇÃO 0088\_2019**

Publicação Nº 2223982

Resolução n. 0088/2019

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Presidente do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, Sr. Moisés Diersmann, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 0062 de 13 de novembro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA para o exercício de 2019, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), na seguinte dotação:

01.00 – Consórcio Público		
01.01 – Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA		
004.0122.0001.2.004 Desenvolvimento e Gestão de Energia		
3.3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.0314 (29)	R\$	120.000,00
Total	R\$	120.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução, correrão à conta do provável excesso de arrecadação nas rubricas abaixo relacionadas.

4173802110602000000 – Ações Conjuntas – Instalação/Retirada de Enfeites Luminosos	R\$	60.000,00
4173802110605000000 – Ações Conjuntas – Projetos	R\$	60.000,00
Total	R\$	120.000,00

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 11 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Presidente do CINCATARINA

**CIS/AMAUC****TERMO ADITIVO Nº01 - TC01\_2019**

Publicação Nº 2222754

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2018****1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TC 01/2019**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, associação pública com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 07.654.807/0001-97, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772 – 12º andar – Edifício Mirage Offices, CEP 89.700-905, Município de Concórdia – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor GENIR LOLI, Prefeito de Lindóia do Sul -SC, nos termos do Edital de Chamamento Público 01/2018, e a empresa CLINICA INTEGRADA OESTE LTDA, CNPJ 06.261.557/0001-62, instalada na Rua Florianópolis 1565 – E, Bairro Santa Maria, Município de Chapecó-SC, CEP 89812-505, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor ANDRÉ JOÃO TELÖCKEN, Administrador, CPF 579.357.429-8, RG 2.030.041- SSP-SC, credenciada para a prestação de serviços especializados em Fonoaudiologia com realização de Exames Audiológicos, fornecimento, adaptação, assistência técnica de Aparelhos de Amplificação Sonora Individual - AASI e acompanhamento, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS dos municípios consorciados ao CIS AMAUC, de acordo com o que segue abaixo:

**CAPÍTULO PRIMEIRO****DO OBJETO**

Art. 1º O objeto do presente Termo Aditivo ao Credenciamento e Contrato de Prestação de Serviços é a **INCLUSÃO** da profissional Fonoaudióloga Evilene Luiza Assunção Sbardeloto, CPF 056.265.923-42, registro no CRFa 3-11855-8, no rol de profissionais para a prestação de serviços especializados em Fonoaudiologia com realização de Exames Audiológicos, fornecimento, adaptação, assistência técnica de Aparelhos de Amplificação Sonora Individual - AASI e acompanhamento, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS dos municípios consorciados ao CIS AMAUC, aos usuários do CIS Amauc conforme Solicitação de Credenciamento de 10 de outubro de 2019.

**CAPÍTULO SEGUNDO****DO PREÇO**

Art. 2º O preço ajustado entre as partes e os procedimentos credenciados serão de acordo com a Tabela de Serviços e Valores CIS AMAUC – Anexo I do Edital de Chamamento Público 1/2018, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala, e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

Art. 3º É vedado qualquer tipo de cobrança das Secretarias Municipais de Saúde ou do usuário.

Art. 4º O reajuste dos valores da Tabela de Serviços e Valores - Anexo I será de acordo com índice aprovado em Assembleia Geral do CIS Amauc.

**CAPÍTULO TERCEIRO****DA VIGÊNCIA**

Art. 5º O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/CIS AMAUC.

**CAPÍTULO QUARTO****DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Art. 6º São obrigações do CIS Amauc:

- I. Fornecer login e senha para acesso ao sistema de gerenciamento dos atendimentos;
- II. Efetuar o pagamento ao credenciado dos procedimentos de acordo com a Tabela de Serviços e Valores CIS AMAUC – Anexo I;
- III. Efetuar conferência técnica e administrativa das Guias e Relatório de serviços apresentados;
- IV. Efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal de Serviços;
- V. Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas.

Art. 7º São obrigações do credenciado:

- I. Atender aos encaminhamentos dos municípios credenciados ao CIS AMAUC em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, através de agendamento;
- II. Atender aos pacientes encaminhados mediante a apresentação da Guia de Autorização CIS AMAUC emitida pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de origem, com assinatura do paciente;
- III. Entregar AASI novos, não sendo aceitos produtos reconicionados ou usados;
- IV. Oferecer garantia e assistência técnica de 01(um) ano, contado da data de expedição da Nota Fiscal de Serviços;
- V. Disponibilizar a clínica, uma vez por mês, para atendimento das necessidades dos pacientes referentes a ajustes e consertos, enquanto o objeto fornecido estiver dentro do prazo de garantia;
- VI. Apresentar relatório mensal e Nota Fiscal de Serviços com a devida comprovação dos encaminhamentos (guias), até no 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;
- VII. Fornecer laudo técnico de todos os exames realizados, os quais serão entregues ao usuário para repassar à Secretaria de Saúde do município de origem;
- VIII. Comunicar com antecedência mínima de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços por motivos particulares, definindo o período de não atendimento;
- IX. Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, com vínculo ao SUS do serviço prestado;
- X. Comunicar ao CIS Amauc caso haja substituição do responsável técnico e apresentar a documentação do vínculo do novo responsável técnico antes do início de sua atuação.

**CAPÍTULO QUINTO****DO PAGAMENTO**



Art. 8º O pagamento mensal da prestação do serviço será mediante apresentação dos documentos abaixo:

I. Relatório de produção mensal assinado e carimbado, conforme item VI do Art.7º;

II. Guias de autorização emitidas pelo município de origem devidamente assinadas pelo paciente e pelo prestador, conforme item VI do Art.7º;

III. Nota Fiscal de Prestação de Serviço, conforme item VI do Art.7º;

IV. Atualização da Certidão Negativa de Débito Municipal e Federal;

V. Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS – CRF

Art. 9º Em caso de atraso na entrega dos Relatórios, Guias e Notas Fiscais de Serviço pelo credenciado, o pagamento efetuado pelo CIS AMAUC poderá ser retardado proporcionalmente.

Art. 10. O CIS AMAUC reserva-se o direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados, dos relatórios, guias e NFS apresentadas, solicitar perícia e informações adicionais e, justificando, glosar despesas e procedimentos.

## CAPÍTULO SEXTO

### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 11. O Consórcio reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos contratados e o direito de ter acesso aos laudos técnicos dos exames realizados.

Parágrafo Único. A fiscalização de que trata o caput deste artigo em nenhuma hipótese eximirá o prestador das responsabilidades contratuais e legais, bem como dos danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros por imperícia, dolo ou omissão, seja por seus atos ou atos de seus funcionários ou prepostos.

Art. 12. O prestador encontra-se submetido à fiscalização do Consórcio em todos os aspectos pertinentes ao uso ora permitido, obrigando-se ao acatamento de todas as recomendações procedidas no intuito da regularização ou melhoria do atendimento aos usuários.

## CAPÍTULO SÉTIMO

### DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 13. O credenciado autoriza o CIS AMAUC a incluir no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES como atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, todos os procedimentos constantes no credenciamento e realizados aos municípios consorciados, para fins de apresentação da produção no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA, para formação de série histórica.

Art. 14. Este credenciamento será formalizado pelo Presidente do CIS AMAUC sendo de caráter precário e “intuito personae”, podendo ser revogado a qualquer momento a juízo de conveniência e oportunidade pelo CIS AMAUC.

Art. 15. O credenciado poderá descredenciar-se desde que comunique oficialmente por escrito e com antecedência mínima de 30(trinta) dias.

Art. 16. É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte os serviços previstos neste termo.

Art. 17. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CIS AMAUC, sobre os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

Concórdia - SC, 21 de outubro de 2019.

GENIR LOLI ANDRÉ JOÃO TELÖCKEN

Presidente CIS AMAUC Clínica Integrada Oeste Ltda - Otiouve

Testemunhas:

## TERMO ADITIVO Nº55 - TC42

Publicação Nº 2222709

### TERMO ADITIVO 55

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – TC 42

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772 – 12º andar – Centro, CEP 89.700-905, Município de Concórdia – SC, CNPJ 07.654.807/0001-97 neste ato representado pelo seu Presidente Senhor GENIR LOLI – Prefeito de Lindóia do Sul, nos termos do Edital de Chamamento nº 1/2013 e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL- HOSPITAL SÃO PEDRO, inscrita no CNPJ 83.506.030/0018-40, registro no CNES nº 2691566 estabelecida na Rua 38, nº 3, Centro, CEP 89760-000, Município de Itá SC, neste ato representada pelas procuradoras Claudete Aguiar Frantz, CPF 047.399.779-74, Diretora-Administrativa e Vandra Teresinha Foschiera Maraschin - Assistente de Escritório, CPF 863.823.739-15, com procuração válida até 15 de outubro de 2020, ADITAM ao Contrato de Prestação de Serviço –TC 42 serviços especializados de saúde aos usuários do CIS AMAUC, com as seguintes condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Art. 1º A credenciada prestará serviços especializados de ULTRASSONOGRRAFIA, aos usuários do Consórcio, de acordo com a Solicitação de Credenciamento de 29 de outubro de 2019, procedimentos: Ultrassonografia de Bolsa Escrotal 02.05.02.007-0, Ultrassonografia de Próstata Via Transretal 02.05.02.011-9, Ultrassonografia Obstétrica 02.05.02.014-3, Ultrassonografia Transvaginal 02.05.02.018-6, Ecodoppler Transcraniano 02.05.02.001-1, Ecodoppler de Carótidas, Ecodoppler Bilateral, Ecodoppler Unilateral, Ecodoppler de Tireoide, Ecodoppler de Bolsa Escrotal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala, e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA



Art. 3º As partes ratificam as demais cláusulas do Termo de Credenciamento 42/2019, naquilo que não colidir com o presente instrumento.

E, para constar, lavrou-se o presente Termo Aditivo que, lido e conforme, vai assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Concórdia - SC, 31 de outubro de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito de Lindóia do Sul e Presidente do CIS Amauc

BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO PEDRO

Claudete Aguiar Frantz Vandra T Foschiera Maraschin

Diretora-Administrativa Assistente de Escritório

TESTEMUNHAS:

CIS AMAUC/Termo Aditivo55/ TC42 Hosp São Pedro Ita

## CIS/AMVI

### PREGÃO ELETRÔNICO 07/2019 - ATA DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Publicação Nº 2223432

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

ATA II DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 07/2019

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove reuniram-se, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, Pregoeira e Equipe de Apoio designados pelo Diretor Executivo deste consórcio público para condução do processo licitatório em epígrafe, para análise e decisão dos documentos encaminhados face ao prazo concedido para regularização das pendências constatadas no momento habilitação, e dos documentos encaminhados em virtude das convocações realizadas na ocasião, conforme segue:

Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos LTDA. (CNPJ 44.734.671/0001-51)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento do item 15.

- Mediton Farmacêutica LTDA. (CNPJ 29.614.830/0001-90)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento do item 05.

S & R Distribuidora LTDA. (CNPJ 04.889.315/0001-92)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento do item 18.

Soma/SC Produtos Hospitalares LTDA. (CNPJ 05.531.725/0001-20)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento do item 13.

Os itens 07, 08, 11, 12 e 16 são declarados CANCELADO, visto que os menores valores auferidos restaram superiores ao estabelecido na Lista de Preços Máximos definida pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos/CMED (item 3.5 do Anexo I do Edital de Licitação). Nada mais havendo a Pregoeira encerrou a sessão, lavrando-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada também pelos membros da Equipe de Apoio.

Pregoeira Daniella Martins Tarouco

Equipe de Apoio Lucinéia Vendramini

Equipe de Apoio Wesley Hendrik Macedo

### RESOLUÇÃO Nº 330-19 - SUPLEMENTA ORÇAMENTO 2019 - ASCURRA - ERRATA

Publicação Nº 2223827

ERRATA - RESOLUÇÃO Nº 330, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Suplementa por conta de provável excesso de arrecadação o orçamento vigente do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público; RETIFICA a publicação da Resolução nº 330, de 1º de novembro de 2019, veiculada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – DOM/SC, Edição 2970, de 1º de novembro de 2019, página nº 2970, nos seguintes termos:

Onde se lê:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí

Unidade: 003 – Manutenção Medicamentos

Função: 010 - Saúde

SubFunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0016 – Gestão de Medicamentos e Insumos	
Projeto/Atividade: 2019 – Gestão de Medicamentos e Insumos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 48.206,33
Vínculo: 1000602 – Apiúna - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2019	

Leia-se:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 003 – Manutenção Medicamentos	
Função: 010 - Saúde	
SubFunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0016 – Gestão de Medicamentos e Insumos	
Projeto/Atividade: 2019 – Gestão de Medicamentos e Insumos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 48.206,33
Vínculo: 1000602 – Ascurra - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2019	

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, 08 de novembro de 2019.

ERCIO KRIEK

Presidente do Conselho Administrativo

## RESOLUÇÃO Nº 332-19 - SUPLEMENTA ORÇAMENTO 2019 - BRUSQUE - ERRATA

Publicação Nº 2223833

ERRATA - RESOLUÇÃO Nº 332, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Suplementa por conta de provável excesso de arrecadação o orçamento vigente do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público; RETIFICA a publicação da Resolução nº 332, de 07 de novembro de 2019, veiculada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – DOM/SC, Edição 2974, de 08 de novembro de 2019, página nº 1708, nos seguintes termos:

Onde se lê:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 003 – Manutenção Medicamentos	
Função: 010 - Saúde	
SubFunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0016 – Gestão de Medicamentos e Insumos	
Projeto/Atividade: 2019 – Gestão de Medicamentos e Insumos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 68.635,32
Vínculo: 01000606 – Luiz Alves - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2019	

Leia-se:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 003 – Manutenção Medicamentos	
Função: 010 - Saúde	
SubFunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0016 – Gestão de Medicamentos e Insumos	
Projeto/Atividade: 2019 – Gestão de Medicamentos e Insumos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 68.635,32
Vínculo: 01000606 – Brusque - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2019	

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, 08 de novembro de 2019.

ERCIO KRIEK

Presidente do Conselho Administrativo

**CISAM****ATA 07.11.2019 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CISAM MEIO OESTE COM ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES**

Publicação Nº 2223345

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL  
CISAM MEIO-OESTE

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às quinze horas e trinta minutos, reuniram-se na sede do CISAM Meio Oeste, sita à Rua Lourenço Côas Netto, nº 140, Loteamento Universitário, município de Capinzal/SC, para realização da Assembleia Geral Extraordinária, convocada através de edital devidamente publicado, representantes dos seguintes municípios consorciados ao CISAM Meio Oeste:; ALTO BELA VISTA, representado pelo Sr. José Luis Rettore, CAPINZAL, representado pelo Sr. Nilvo Dorini, Prefeito Municipal; CAMPOS NOVOS, representado pelo Sr. Alexandre Kunen Diretor do Samae; FREI ROGÉRIO, representado pelo Sr. Rogério Machry, Vice - Prefeito Municipal; HERVAL D'OESTE, representado pelo Sr. Aluir Flemming; JOAÇABA, representado pelo Sr. Jucelino Jorge Ferraz, Prefeito Municipal; LUZERNA, representado pelo Sr. Raimundo Antônio Pascotto, Fiscal Técnico Sanitarista; OURO, representado pelo Sr. Jose Camilo Pastore, Vice-Prefeito Municipal; e VIDEIRA representado pelo Sr. Sandro Caragnato, Diretor da Visan, representando o Prefeito Municipal, futuro integrante do Consórcio Cisam MO. Dando início aos trabalhos, o Sr. Sidnei Penzo, Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste, fez sua saudação e agradeceu a presença de todos, esclareceu sobre a obrigação da realização da assembleia extraordinária, passando em seguida à verificação do quorum. Constatou-se a participação de representantes de 8 entes, dentre os 12 (doze) municípios consorciados. Havendo quórum, declarou aberta a assembleia e passou à leitura do Edital de Convocação e Pauta da mesma. Em seguida, submeteu a pauta à aprovação dos presentes, sendo aprovada por unanimidade, não havendo nenhuma moção de censura a apreciar. Na sequência, o Sr. Sidnei comentou que em decorrência da Assembleia Ordinária recém concluída, dispensava os ritos de abertura, passando diretamente a apresentação da proposta da 2ª alteração do Protocolo de Intenções/Contrato de consórcio público, informando que a proposta foi elaborada pela Diretoria executiva e encaminhada juntamente com o Edital de convocação da assembleia, para análise prévia dos entes consorciados. Assim, apresentou a proposta supracitada, destacando as alterações proposta ao protocolo de Intenções e apresentando ainda a minuta do projeto de lei que cada ente consorciado deverá submeter à aprovação de suas Câmaras de Vereadores e a minuta de resolução que torna público o Protocolo alterado. Após apresentação e algumas discussões, tanto a 2ª alteração do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio, como as Minuta do projeto de lei que o aprova nas Câmaras de Vereadores e Resolução que publica a 2ª alteração foram aprovadas por unanimidade. Sendo que a 2ª alteração será assinada ao final da assembleia, bem como fica registrado a subscrição do protocolo pelo representante do município de Videira. Cópia da 2ª alteração do novo Protocolo de Intenções, da minuta de projeto de lei que ratifica as alterações e da Resolução de publicação, integram a presente ata. Não havendo mais nada a tratar e esgotados os assuntos da pauta, Sr. Sidnei fez os agradecimentos aos presentes. Após foi efetuada a leitura da ata, a qual foi aprovada por todos os presentes e segue assinada pelos representantes dos municípios consorciados, ficando assim encerrada a presente assembleia geral extraordinária. Em seguida o Sr Nilvo Dorini Presidente do Consorcio agradeceu a presença de todos e convidou para a festa do município que será realizado nos dias 14, 15, 16 e 17 de novembro.

Luzerna Raimundo Antônio Pascotto	Alto Bela Vista José Luis Rettore	Ouro Jose Camilo Pastore
Capinzal Nilvo Dorini	Herival d'Oeste Aluir Flemming	Joaçaba Jucelino Jorge Ferraz
Campos Novos Alexandre Kunen	Frei Rogério Rogério Machry	Videira Sandro Caragnato

**2ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.**

(Aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 07/11/2019)

**PREÂMBULO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE é um Consórcio Público, constituído sob a forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 08.484.353/0001-16, e com sede no Bairro Universitário, no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, por intermédio dos Municípios consorciados: ABDON BATISTA, ALTO BELA VISTA, BRUNÓPOLIS, CAMPOS NOVOS, CAPINZAL, FREI ROGÉRIO, HERVAL D'OESTE, JOAÇABA, LUZERNA, OURO, VARGEM, VIDEIRA E ZORTEA de comum acordo, firmam a SEGUNDA ALTERAÇÃO e CONSOLIDAÇÃO do PROTOCOLO DE INTENÇÕES, na forma da Lei nº 11.107/2005, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/2007) e dos demais normativos legais aplicáveis à espécie, tendo como justas e acordadas as alterações, que passam a integrar o Protocolo nas condições abaixo estabelecidas:

**PROTOCOLO DE INTENÇÕES****TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS****CAPÍTULO I  
DO CONSORCIAMENTO**

CLÁUSULA PRIMEIRA. (Dos subscritores). São subscritores do Protocolo de Intenções:

I – o MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 78.511.052/0001-10, com sede à Rua João Santin, 30, CEP 89636-000, Fone (49)3545-1133, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Lucimar Antônio Salmória;

II – o MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 01.614.374/0001-60, com sede à Rua do Comércio, 1015, CEP 89730-000, Fone (49)3455-9022, representado por sua Prefeita Municipal, a Sra. Catia Tessmann Reichert;

III – o MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 01.613.853/0001-61, com sede à Rua Armindo Leobet, 441, CEP 89634-000, Fone (49)3556-0020, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Ademil Antônio da Rosa;

IV – o MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.939.232/0001-74, com sede à Rua Expedicionário J. B. de Almeida, 323, CEP 89620-000, Fone (49) 3541-6200, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Silvio Alexandre Zancanaro;

V – o MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.939.406/0001-07, com sede à Rua Carmelo Zócolli, 155, CEP 89665-000, Fone (49) 3555-2222, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Nilvo Dorini;

VI – o MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 01.616.039/0001-09, com sede à Rua Adolfo Soletti, 750, CEP 89530-000, Fone (49)3257-0000, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Jair da Silva Ribeiro;

VII – o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.939.430/0001-38, com sede à Rua Nereu Ramos, 389, CEP 89610-000, Fone (49) 3554-0922, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Américo Lorini;

VIII – o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, CEP 89600-000, Fone (49) 3527-8800, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Dioclésio Ragnini;

IX – o MUNICÍPIO DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede à Avenida 16 de Fevereiro, 151, CEP 89609-000, Fone (49)3551-4700, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Moisés Diersmann;

X – o MUNICÍPIO DE OURO, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.777.228/0001-57, com sede à Rua Gov. Jorge Lacerda 1.209, CEP 89663-000, Fone (49)3555-7000, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Neri Luiz Miqueloto;

XI – o MUNICÍPIO DE VARGEM, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 95.995.130/0001-18, com sede à Rua Benjamin Margott, 214, CEP 89638-000, Fone (49)3549-0068, representado por sua Prefeita Municipal, a Sra. Milena Andersen Lopes Becher;

XII – o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 83.039.842/0001-84, com sede à Avenida Manoel Roque, 188 – Bairro Alvorada, CEP 89560-000, Fone (49) 3566-9000, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Dorival Carlos Borge;

XIII – o MUNICÍPIO DE ZORTÉA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 01.612.387/0001-08, com sede à Rua Otaviano Franceschi, 53, CEP 89633-000, Fone (49)3557-2000, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Alcides Mantovani.

PARÁGRAFO ÚNICO. Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do caput desta cláusula, desde que o representante legal do novo Município, formalize anuência ao presente protocolo e o submeta à apreciação do Legislativo Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA. (Da ratificação). O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos três dos Municípios que o subscreveram, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público.

§ 1º Somente será considerado consorciado o ente da Federação subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

§ 2º Será automaticamente admitido no Consórcio o ente da Federação que efetuar ratificação em até dois anos da sua assinatura.

§ 3º A ratificação realizada após dois anos da subscrição somente será válida após homologação da Assembleia Geral do Consórcio.

§ 4º A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo.

§ 5º O ente da Federação não designado no Protocolo de Intenções poderá vir a subscreve-lo e ingressar no Consórcio a qualquer momento, sendo que o Município não subscritor fará o pedido formal ao Presidente do Consórcio, o qual, uma vez aprovado na Assembleia Geral, comunicará formalmente ao Município interessado para que adote as providências legais.

§ 6º Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções, a inclusão da dotação orçamentária para destinação de recursos financeiros ao Consórcio, a subscrição do contrato de programa e a celebração do contrato de rateio.

§ 7º A lei de ratificação poderá prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, sendo que, nessa hipótese, o consorciamento dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes da Federação subscritores do Protocolo.

§ 8º Os demais procedimentos administrativos para o ingresso no Consórcio serão definidos em Assembleia Geral.

## CAPÍTULO II

### DOS CONCEITOS

CLÁUSULA TERCEIRA. (Dos conceitos). Para os efeitos deste Protocolo de Intenções e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou ente consorciado, consideram-se:

I - saneamento ambiental: O conjunto de ações técnicas e socioeconômicas, entendidas fundamentalmente como de saúde pública, que tem por objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural;

II - saneamento básico: o conjunto de serviços e ações com o objetivo de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, compreendendo o abastecimento de água, a coleta, o tratamento e a disposição dos esgotos; manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana, drenagem e manejo de águas pluviais - nas condições que maximizem a promoção - e a melhoria das condições de vida;

III - salubridade ambiental: qualidade das condições em que vivem populações urbanas e rurais no que diz respeito à sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças relacionadas com o meio ambiente, bem como de favorecer o pleno gozo da saúde e o bem-estar;

IV - plano de saneamento ambiental: no que se refere a um determinado âmbito territorial, o conjunto de estudos, diretrizes, programas, prioridades, metas, atos normativos e procedimentos que, com fundamento em avaliação do estado de salubridade ambiental, inclusive da prestação dos serviços públicos a ela referentes, define a programação das ações e dos investimentos necessários para a prestação universal, integral e atualizada dos serviços públicos de saneamento básico, bem como, quando relevantes, das demais soluções para a concretização de níveis crescentemente melhores de salubridade ambiental;

V - serviços públicos de saneamento básico: os serviços públicos cuja natureza sejam o abastecimento de água e o esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana, drenagem e manejo de águas pluviais;

VI - serviços públicos de abastecimento de água: a captação, a adução de água bruta, o tratamento, a adução, a reservação, a distribuição e o controle de qualidade da água tratada;

VII - serviços públicos de esgotamento sanitário: a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de esgotos sanitários, incluindo os efluentes industriais compatíveis, bem como de lodos e de outros resíduos do processo de tratamento;

VIII - manejo de resíduos sólidos de limpeza urbana: coleta e transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e sua disposição final;

IX - drenagem e manejo de águas pluviais: coleta e transporte; detenção ou retenção – para amortecimento de vazão de cheias – e tratamento e disposição final de águas pluviais urbanas;

X - serviços públicos de saneamento básico integrados: os serviços públicos de saneamento básico não-qualificados como de interesse local;

XI - planejamento: as atividades de identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada em determinado período para o alcance das metas e resultados pretendidos;

XII - regulação: todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impactos socioambientais, os direitos e obrigações dos cidadãos, dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação, a política e sistema de cobrança, inclusive a fixação, reajuste e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos;

XIII - fiscalização: as atividades de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação, exercidas pelo titular do serviço público, inclusive por entidades de sua administração indireta ou por entidades conveniadas ou delegadas, e pelos cidadãos e usuários, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

XIV - prestação de serviço público: a execução de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir o acesso a um serviço público com características e padrão de qualidade determinados;

XV - titular: o Município consorciado;

XVI - projetos associados aos serviços públicos de saneamento básico: os desenvolvidos em caráter acessório ou correlato à prestação dos serviços, capazes de gerar benefícios sociais, ambientais ou econômicos adicionais, dentre eles:

a) a utilização de água bruta para outros usos, comprovado o não prejuízo aos serviços públicos de abastecimento de água;

b) o aproveitamento de água de reutilização;

c) o aproveitamento do lodo resultante de tratamento de água ou de esgoto sanitário;

d) o aproveitamento de energia de qualquer fonte potencial vinculada aos serviços, inclusive do biogás resultante de tratamento de esgoto sanitário e do processamento de resíduos sólidos da limpeza urbana;

XVII - subsídios simples: aqueles que se processam mediante receitas que não se originam de remuneração pela prestação de serviços públicos de saneamento básico;

XVIII - subsídios cruzados: aqueles que se processam mediante receitas que se originam de remuneração pela prestação de serviços públicos de saneamento básico;

XIX - subsídios cruzados internos: aqueles que se processam internamente à estrutura de cobrança pela prestação de serviços no território de um só Município ou na área de atuação do Consórcio Público;

XX - subsídios cruzados externos: aqueles que se processam mediante transferências ou compensações de recursos originados de área ou território diverso dos referidos no inciso XIX desta cláusula;

XXI - subsídios diretos: aqueles que se destinam a usuários determinados;

XXII - controle social: mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informação, representação técnica e participação nos processos de decisão do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os corpos d'água não integram os serviços públicos de saneamento básico, exceto os lagos artificiais cuja finalidade principal seja a captação de água para abastecimento público ou o tratamento de efluentes.

## TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA QUARTA. (Da denominação e natureza jurídica). O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE é pessoa jurídica de direito público interno, autarquia do tipo associação pública.

CLÁUSULA QUINTA. (Do prazo de duração). O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA. (Da sede). A sede do Consórcio será no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina podendo haver o desenvolvimento de atividades em escritórios, laboratórios e/ou subsedes localizadas em outros Municípios consorciados.

### CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

CLÁUSULA SÉTIMA. (Dos objetivos). São objetivos do Consórcio:

I – a capacitação técnica do pessoal encarregado da prestação dos serviços de saneamento nos Municípios consorciados;

II – a prestação de assessoramento na execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios



consorciados e destes para com o Consórcio, inclusive a operação de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto, assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica;

III – melhoria do saneamento ambiental;

IV – prestação de serviços aos entes consorciados ou a terceiros, observado o disposto na cláusula nona;

V – realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados pelos consorciados ou entes de sua administração indireta;

VI – aquisição e/ou administração de bens para o uso compartilhado dos municípios consorciados;

VII – implantação de laboratório regional para controle de qualidade da água e monitoramento do esgotamento sanitário;

VIII – a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico desde que delegada pelos municípios consorciados;

IX – estabelecer relações cooperativas com outros consórcios com vistas ao desenvolvimento de ações conjuntas em favor dos entes consorciados;

X – poderá ser criado fundo específico para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de outros entes federados, bem como recursos provenientes do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países;

XI – firmar convênios com entidades públicas e privadas, instituições de ensino, organizações não governamentais, e outras que desenvolvam atividades em área afeta aos objetivos e finalidades do Consórcio;

XII – a realização de concursos públicos e de procedimentos simplificados de seleção para a admissão de pessoal.

**CLÁUSULA OITAVA.** (Da exclusão de objetivo). Não constitui objetivo do Consórcio a gestão, operação ou prestação de serviços públicos de saneamento básico.

**CLÁUSULA NONA.** (Da realização dos objetivos e bens) O Consórcio somente realizará seus objetivos por meio de contrato, onde for estabelecida remuneração compatível e preferencialmente inferior aos valores de mercado, a qual, sob pena de nulidade do contrato, deverá ser previamente comprovada por meio da publicação do extrato do contrato. A Assembleia Geral definirá a remuneração do serviço prestado.

§ 1º Os bens adquiridos ou administrados na forma do inciso VI do caput da cláusula sétima serão de uso preferencialmente dos entes que contribuíram para a sua aquisição ou administração, na forma de regulamento da Assembleia Geral. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até a autorização de que seja extinto mediante ajuste entre os interessados.

§ 2º Não se incluem dentre os mencionados no inciso VI do caput da cláusula sétima os bens utilizados pelo Consórcio para a execução de suas atribuições.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA.** (Dos direitos) – Constituem direitos dos entes consorciados:

I – participar das assembleias gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos entes consorciados e ao aprimoramento do Consórcio;

IV – compor o Conselho Fiscal do Consórcio.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** (Dos deveres) – Constituem deveres dos entes consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e ao repasse de recursos financeiros previstos em contrato;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os entes consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do Consórcio.

### **TÍTULO III**

#### **DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** (Dos Estatutos). O Consórcio será organizado por Estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Protocolo de Intenções.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Os Estatutos poderão dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo, preço público dos serviços prestados aos entes consorciados e a terceiros, política tarifária e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

##### **CAPÍTULO II**

##### **DOS ÓRGÃOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** (Dos órgãos). O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II – Presidência;

III – Diretoria Executiva;

IV – Superintendência;

V - Conselho Fiscal;

VI – Câmara de Regulação e Fiscalização.

§ 1º Os Estatutos do Consórcio poderão criar outros órgãos, temporários ou permanentes e a Diretoria Executiva poderá instituir câmaras técnicas e grupos de trabalho.

§ 2º Os Estatutos do Consórcio definirão a estrutura dos órgãos referidos no caput desta cláusula, bem como a correlação e hierarquia mantidas em relação a esses órgãos pelos empregados do Consórcio.

### CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

#### Seção I Do funcionamento

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. (Natureza e composição). A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos chefes dos poderes executivos ou por diretores de autarquias de saneamento, diretores de departamentos ou equivalentes por aqueles delegados, de todos os entes consorciados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembleia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. (Das reuniões). A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, nos meses de março e setembro, e, extraordinariamente, sempre que convocada.

PARÁGRAFO ÚNICO. A forma de convocação das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias será definida nos Estatutos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. (Dos votos). Cada consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

§ 1º O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

§ 2º O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas para desempatar.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. (Dos quóras). Os Estatutos deliberarão sobre o número de presenças necessárias para a instalação da Assembleia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários à apreciação de determinadas matérias.

#### Seção II Das competências Subseção I Do rol de competências

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. (Das competências). Compete à Assembleia Geral:

I – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição ou de ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III – elaborar os Estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV – eleger ou destituir o Presidente do Consórcio, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição;

V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os membros da Diretoria Executiva;

VI – aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de taxas, tarifas e outros preços públicos do Consórcio;

f) alienação e oneração de bens do Consórcio;

VII – homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VIII – aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX – aprovar planos e regulamentos do Consórcio;

X – apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

§ 1º Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presente pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com consorciado, exigir-se-á, para a aprovação, 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença de 2/3 (dois terços) dos consorciados.

§ 2º As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos Estatutos.

#### Subseção II Da eleição e da destituição do Presidente e Da Escolha dos Membros da Diretoria Executiva

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. (Da eleição). O Presidente será eleito em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado, o qual poderá ser votado por todos os presentes, sejam eles chefes de outros poderes executivos ou agentes por estes delegados.

§ 1º O Presidente será eleito mediante voto público e nominal.



§ 2º Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer a eleição sem a presença de pelo menos metade dos consorciados.

§ 3º Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 4º Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente em exercício.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA.** (Da nomeação e da homologação da Diretoria Executiva).

Proclamado eleito o Presidente, a ele será dada a palavra para que nomeie os restantes membros da Diretoria Executiva, os quais deverão ser ou ter sido servidores de autarquias de saneamento, departamentos ou equivalentes; ser servidores do quadro efetivo do Consórcio; ou ainda, ser servidor público ativo ou inativo pertencente ao quadro da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, e possuir qualificação compatível com a função.

§ 1º Uma vez nomeados, o Presidente da Assembleia indagará, caso presente, se cada um dos indicados aceita a nomeação. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 2º Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova lista de nomeação.

§ 3º Estabelecida lista válida, as nomeações somente produzirão efeito caso aprovadas pela maioria absoluta, presentes 3/5 (três quintos) dos consorciados

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA.** (Da destituição do Presidente e dos membros da Diretoria Executiva). Em Assembleia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente do Consórcio ou membros da Diretoria Executiva, desde que se comprove satisfatoriamente o desvio de finalidade do Consórcio ou ocorrência de falta grave, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos, observado o procedimento previsto no Estatuto.

### Subseção III

#### Da elaboração e alteração dos Estatutos

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA.** (Da Assembleia estatuinte). Será convocada Assembleia Geral específica para a elaboração e/ou modificação dos Estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente documento.

§ 1º Confirmado o quórum de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembleia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto do projeto de Estatutos que norteará os trabalhos;

II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de Estatutos.

§ 2º Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão.

§ 3º Da nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

§ 4º Os Estatutos preverão as formalidades e quórum para a alteração de seus dispositivos.

§ 5º Os Estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial.

### Seção III

#### Das atas

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA.** (Do registro). Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou, por quem presidiu e pelos entes consorciados com direito a voto na Assembleia Geral.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA.** (Da publicação). Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer do povo.

### CAPÍTULO IV

#### DA DIRETORIA EXECUTIVA

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA.** (Do número de membros). A Diretoria Executiva é composta por três membros que exercerão as seguintes funções: Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Técnico Operacional.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O Estatuto disporá a respeito da nomeação dos membros da Diretoria Executiva, procedimentos para posse, bem como da remuneração, ou quaisquer espécies de verba indenizatória.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA. (Das deliberações). A Diretoria deliberará de forma colegiada, exigidos dois votos para a aprovação de qualquer matéria, inclusive da alteração de funções de seus membros.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente mediante a convocação do Diretor Administrativo e Financeiro e/ou do Presidente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA. (Das competências). Além do previsto nos Estatutos, compete à Diretoria Executiva:

I – julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) de impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

II – autorizar que o Consórcio ingresse com ação em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas judiciais que reputar urgentes;

III – autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV – estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos técnicos e operacionais no âmbito do Consórcio, fornecendo, inclusive, subsídios para deliberações e ações do Consórcio, sobremaneira nas áreas de engenharia e química.

V – Indicar nomes para ocupar os cargos em comissão.

## CAPÍTULO V

### DO PRESIDENTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA. (Da competência). Sem prejuízo do que preverem os estatutos do Consórcio incumbe ao Presidente, que deverá, necessariamente, ser Chefe do Poder Executivo de ente da Federação consorciado:

I – representar o consórcio judicial e extrajudicialmente;

II – ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III – convocar as reuniões da Diretoria Executiva;

IV – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.

V – Nomear ocupantes dos cargos em comissão do Consórcio indicados pela Diretoria Executiva.

§ 1º Com exceção da competência prevista no Inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Administrativo e Financeiro.

§ 2º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Administrativo e Financeiro poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

## CAPÍTULO VI

### DOS DIRETORES

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA. (Da competência). Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro, nos termos do § 1º, da cláusula vigésima oitava, todas as competências que lhe forem delegadas pelo Presidente, com exceção da competência prevista no inciso I, do caput daquela cláusula.

§ 1º Compete ao Diretor Técnico Operacional, além de eventuais atribuições que lhe forem conferidas pela Presidência, por meio de Resolução, notadamente as previstas no inciso IV, do caput da cláusula vigésima sétima.

§ 2º Ocorrendo vacância do cargo de Presidente o Diretor Administrativo e Financeiro ocupará interinamente as funções de Presidente até realização de nova eleição, interinidade essa que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

## CAPÍTULO VII

### DO SUPERINTENDENTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA. (Da competência). Compete ao Superintendente:

I – Quando convocado, comparecer às reuniões da Diretoria Executiva;

II – Movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente e/ou Diretoria Administrativa e Financeira, bem como elaborar os boletins diários de caixa e de bancos;

III – Praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa, em conjunto com a Diretoria Administrativa e Financeira, dentre os quais:

- a) promover o lançamento das receitas, inclusive as de taxas, de tarifas e de outros preços públicos;
- b) inscrever em dívida ativa os débitos não adimplidos e promover, por meios próprios ou contratados, a sua cobrança judicial e extrajudicial;
- c) emitir as notas de empenho de despesa;
- d) examinar, conferir e instruir os processos de pagamentos e as requisições de adiantamento, rejeitando-os quando não revestidos das formalidades e do atendimento às prescrições legais ou da boa administração;
- e) preparar a emissão de cheques, de ordem de pagamento e de transferências de recursos;
- f) realizar pagamentos e das quitações;
- g) providenciar a manutenção da escrituração sintética e analítica dos fatos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial;
- h) providenciar, subscrever e, solidariamente com o presidente, responsabilizar-se pelos balancetes, balanços e outros documentos e apuração contábil e de prestação de contas do Consórcio;

IV – Exercer a gestão patrimonial, em conjunto com a Diretoria Administrativa e Financeira, providenciando, dentre outros, os seguintes atos:

- a) a aquisição, o recebimento, o registro, o almoxarifado, a manutenção, a distribuição e a alienação dos bens movimentados pelo Consórcio;
- b) cadastro ou o tombamento, a classificação, a numeração, o controle e o registro dos bens mobiliários e imobiliários;
- c) a baixa de bens alienados ou considerados obsoletos, imprestáveis perdidos ou destruídos;

- d) a manutenção da integridade da posse dos bens imóveis;
  - e) o seguro dos bens patrimoniais;
  - f) a programação e controle do uso de veículos;
  - g) a elaboração de relatórios sobre o uso de combustíveis e lubrificantes, despesas de manutenção e condições de uso dos veículos e equipamentos;
  - h) a limpeza, a conservação, a manutenção e a segurança de áreas e edificações ocupadas pelo Consórcio;
- V – Velar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;
- VI – Praticar atos relativos à administração de pessoal, cumprindo e se responsabilizando pelo cumprimento dos preceitos da legislação trabalhista, inclusive:
- a) providenciar a formalização dos atos necessários à contratação, à dispensa e à punição dos empregos;
  - b) manter os registros e os assentos funcionais;
  - c) elaborar a folha de pagamento do pessoal e das guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e trabalhistas;
  - d) fixar o expediente de trabalho, incluída sua antecipação, prorrogação e turnos de plantões;
  - e) elaborar a escala anual de férias e promover o seu cumprimento;
  - f) propor ao presidente os valores de ajudas de custos e de diárias;
  - g) planejar e promover a capacitação de pessoal, incluído a dos serviços locais;
- VII – promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou nos Estatutos, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.
- § 1º Além das atribuições previstas neste artigo, o Superintendente poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente.
- § 2º A delegação de atribuições do Presidente dependerá de ato escrito e publicado, até um ano após a data de término da delegação, no sítio que o Consórcio manterá na rede mundial de computadores – Internet.

## CAPÍTULO VIII DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA. (Da composição). O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes, dos entes consorciados, eleitos na forma da cláusula trigésima terceira.

§ 1º Poderá candidatar-se ao Conselho Fiscal qualquer representante oficial de ente consorciado, desde que indicado pelo Chefe do Executivo do consorciado.

§ 2º O Conselho Fiscal será eleito e empossado em até 90 (noventa) dias após a posse do Presidente do Consórcio.

§ 3º Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 (três quintos) de entes consorciados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA. (Da eleição do Conselho Fiscal). A Assembleia Geral reunir-se-á, para eleição do Conselho Fiscal, mediante convocação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA. (Do funcionamento). Os Estatutos deliberarão sobre a forma de eleição e o funcionamento do Conselho Fiscal, devendo suas decisões serem submetidas à homologação da Assembleia Geral.

## CAPÍTULO IX DA ATIVIDADE DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA. (Da Regulação). As atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, previstas nos artigos 21 a 27, da Lei nº 11.445/2007, serão desenvolvidas por meio de Câmara de Regulação e Fiscalização específica, com independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA. (Da estruturação, funcionamento e do exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização). A estruturação, funcionamento e o exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico serão determinados através de normativas específicas, aprovadas em Assembleia Geral.

## TÍTULO IV DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

### CAPÍTULO I DOS AGENTES PÚBLICOS

#### Seção I Disposições Gerais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA. (Do exercício de funções remuneradas). Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados e escolhidos e/ou nomeados para ocupar os empregos e funções públicas previstos em cláusula do presente documento, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei.

PARÁGRAFO ÚNICO. A atividade da Presidência do Consórcio, do Conselho Fiscal, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

#### Seção II Dos empregos públicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA. (Do regime jurídico). Os empregados do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O Estatuto deliberará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, especialmente a descrição dos empregos e das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA.** (Do quadro de pessoal). O quadro de pessoal do Consórcio é composto pelos Empregados Públicos, pelos ocupantes de Empregos em Comissão e pelos ocupantes de Funções Adicionais, constantes no Anexo I deste Protocolo de Intenções.

§ 1º Com exceção dos empregos públicos de livre provimento em comissão, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º Os Empregos, a remuneração e a carga horária, estão definidos nos Anexos I e II deste Protocolo de Intenções.

§ 3º Até o limite fixado no orçamento anual do Consórcio a Diretoria Administrativa e Financeira poderá conceder reajustes e revisão anual de remuneração.

§ 4º A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria Administrativa e Financeira.

§ 5º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para consorciados.

§ 6º Fica autorizada à Diretoria Executiva, após aprovação em Assembleia Geral, a contratação de estagiários, nos termos da legislação vigente.

§ 7º A criação de novos empregos e funções adicionais, a abertura de vagas e definições acerca de carga horária, vencimentos, atribuições dos empregos públicos e funções adicionais serão disciplinadas no Estatuto, após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, mediante voto favorável de 2/3 (dois terços) dos entes consorciados.

§ 8º Nos termos do Estatuto, somente os empregados públicos do Consórcio ou servidores a ele cedidos, excetuados os empregos em comissão, poderão perceber, gratificação pelo exercício de funções que sejam consideradas de chefia, direção ou assessoramento e gratificação de cedência para consórcio público.

§ 9º Compete ao Presidente do Consórcio a designação e a destituição das funções de que trata o parágrafo anterior.

### Seção III

#### Das contratações temporárias

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA.** (Hipótese de contratação temporária). Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Na hipótese de afastamento temporário de empregados públicos, a contratação temporária poderá ocorrer durante o período de afastamento, restando dispensado o provimento por concurso.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA.** (Hipótese de contratação de estagiários). Para atender a necessidades temporárias e execução de atividades específicas, o Consórcio poderá firmar convênios com entidades do setor, para a contratação de estagiários por tempo determinado.

### CAPÍTULO II

#### DOS CONTRATOS

#### Seção I

##### Do procedimento de contratação

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA.** (Das contratações). As contratações realizadas pelo Consórcio submetem-se às normas de licitações e contratos administrativos. Sob pena de nulidade, todas as contratações obedecerão às normas de Direito Público, os ditames Constitucionais, dos Tribunais de Contas, bem como da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, bem como de legislações que vierem a substituí-la.

### TÍTULO V

#### DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA.** (Do regime da atividade financeira). A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA.** (Das relações financeiras entre consorciados e o Consórcio). Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I – para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Protocolo de Intenções, devidamente especificados;

II – desde que tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços, respeitados os valores de mercado;

III – quando houver contrato de rateio.

§ 1º Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

§ 2º Quando o Município consorciado prestar serviços de saneamento básico através de autarquia da sua administração indireta, poderá esta assumir, perante o Consórcio, através de contrato de programa ou de contrato de rateio, a entrega dos recursos mencionados no caput.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA.** (Da fiscalização). O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

### CAPÍTULO II

**DA CONTABILIDADE**

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA. (Da Contabilidade). A contabilidade do Consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações.

**CAPÍTULO III  
DOS CONVÊNIOS**

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA (Dos convênios). Fica o Consórcio autorizado a firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas, junto a entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA. (Da interveniência). Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

**TÍTULO VI  
DA SAÍDA DO CONSÓRCIO****CAPÍTULO I  
DA RETIRADA**

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA. (Da retirada). A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA. (Dos efeitos). A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

- I - decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral;
- II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;
- III - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

**CAPÍTULO II  
DA EXCLUSÃO**

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA. (Das hipóteses de exclusão). São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

- I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas aprovadas em Assembleia Geral, assumidas por meio de contrato de rateio;
- II - a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;
- III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 1º A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA. (Do procedimento). Os Estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 1º A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

§ 2º Enquanto não regulamentado procedimento próprio, será observado o rito previsto na Lei Federal nº 9.784/1999 para aplicação das penalidades previstas neste Protocolo.

§ 3º Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

**TÍTULO VII  
DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO**

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA (Da alteração e da extinção) A alteração e a extinção de contrato de consórcio público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Em caso de extinção os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da assembleia geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas proporcionais à equivalência patrimonial de cada consorciado.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

**TÍTULO VIII**



**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA.** (Do regime jurídico). O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e seu regulamento, pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA.** (Da interpretação). A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com os seguintes princípios:

- I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;
- II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;
- III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;
- IV – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;
- V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA.** (Da exigibilidade). Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA.** (Do Vale-alimentação e Outros Auxílios). O Presidente do Consórcio poderá conceder, mediante prévia aprovação em Assembleia Geral, e através de resolução, vale-alimentação e outros auxílios aos seus empregados.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Normativas específicas, com prévia aprovação em Assembleia Geral, definirão os critérios, os valores e a forma de concessão de eventuais auxílios.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA.** (Dos casos omissos). Aos casos omissos, e subsidiariamente, serão aplicados os preceitos previstos nas Leis Federais nºs. 11.107/2005, 11.445/2007, seus regulamentos, normas e princípios de Direito Público.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O Consórcio regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas neste instrumento.

**TÍTULO IX****DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA.** (Da transição). Motivada por incapacidade técnica e material, poderá a Assembleia Geral sobrestar por até cinco anos a aplicação de normas previstas neste Protocolo acerca dos objetivos do Consórcio, previstos no Capítulo II da prestação de serviços públicos e correspondentes direitos dos entes consorciados, por decisão de 2/3 (dois terços), desde que presentes 4/5 (quatro quintos) dos consorciados.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA.** (Da correção). A Diretoria Administrativa e Financeira, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo.

**TÍTULO X****DO FORO**

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA.** (Do foro). Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Capinzal (SC), 07 de novembro de 2019

Município de Abdon Batista Município de Alto Bela Vista

Município de Brunópolis Município de Campos Novos

Município de Capinzal Município de Frei Rogério

Município de Herval d'Oeste Município de Joaçaba

Município de Luzerna Município de Ouro

Município de Videira Município de Vargem

Município de Zortéa

**ANEXO 1****DOS EMPREGOS PÚBLICOS**

Nº de vagas	Denominação do emprego	Carga Horária	Vencimento Inicial
1	Administrador	40	154
1	Advogado	20	137

5	Assistente Administrativo	40	105
5	Auxiliar Administrativo	40	85
2	Auxiliar de Serviços Gerais	40	56
1	Contador	40	137
1	Engenheiro Civil	40	154
1	Engenheiro Sanitarista	40	154
2	Químico	40	137
3	Laboratorista	40	114
2	Técnico em Saneamento/Assistente Técnico	40	114
3	Operador de Máquinas	40	100

## DO EMPREGO PÚBLICO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº de vagas	Denominação do emprego	Carga Horária	Vencimento
1	Superintendente	40	165
1	Assessor Jurídico	16	122
DAS FUNÇÕES ADICIONAIS			
Nº de vagas	Denominação da Função	Carga Horária	Vencimento
1	Diretor Administrativo e Financeiro		
1	Diretor Técnico Operacional		

## ANEXO 2

Tabela de Níveis e Vencimentos de Pessoal  
Vigente a partir de Janeiro de 2019

Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)
1	554,63	46	1.083,87	91	2.118,12	136	4.139,26
2	562,95	47	1.100,13	92	2.149,89	137	4.201,35
3	571,40	48	1.116,63	93	2.182,14	138	4.264,37
4	579,97	49	1.133,38	94	2.214,87	139	4.328,33
5	588,67	50	1.150,38	95	2.248,10	140	4.393,26
6	597,50	51	1.167,64	96	2.281,82	141	4.459,16
7	606,46	52	1.185,15	97	2.316,04	142	4.526,04
8	615,56	53	1.202,93	98	2.350,78	143	4.593,93
9	624,79	54	1.220,98	99	2.386,05	144	4.662,84
10	634,16	55	1.239,29	100	2.421,84	145	4.732,79
11	643,68	56	1.257,88	101	2.458,16	146	4.803,78
12	653,33	57	1.276,75	102	2.495,04	147	4.875,83
13	663,13	58	1.295,90	103	2.532,46	148	4.948,97
14	673,08	59	1.315,34	104	2.570,45	149	5.023,21
15	683,17	60	1.335,07	105	2.609,01	150	5.098,55
16	693,42	61	1.355,09	106	2.648,14	151	5.175,03
17	703,82	62	1.375,42	107	2.687,86	152	5.252,66
18	714,38	63	1.396,05	108	2.728,18	153	5.331,45
19	725,10	64	1.416,99	109	2.769,10	154	5.411,42
20	735,97	65	1.438,25	110	2.810,64	155	5.492,59
21	747,01	66	1.459,82	111	2.852,80	156	5.574,98
22	758,22	67	1.481,72	112	2.895,59	157	5.658,61
23	769,59	68	1.503,94	113	2.939,03	158	5.743,48
24	781,13	69	1.526,50	114	2.983,11	159	5.829,64
25	792,85	70	1.549,40	115	3.027,86	160	5.917,08
26	804,74	71	1.572,64	116	3.073,28	161	6.005,84
27	816,82	72	1.596,23	117	3.119,38	162	6.095,92
28	829,07	73	1.620,17	118	3.166,17	163	6.187,36
29	841,50	74	1.644,48	119	3.213,66	164	6.280,17
30	854,13	75	1.669,14	120	3.261,86	165	6.374,38
31	866,94	76	1.694,18	121	3.310,79	166	6.469,99
32	879,94	77	1.719,59	122	3.360,45	167	6.567,04
33	893,14	78	1.745,39	123	3.410,86	168	6.665,55
34	906,54	79	1.771,57	124	3.462,02	169	6.765,53
35	920,14	80	1.798,14	125	3.513,95	170	6.867,01



36	933,94	81	1.825,11	126	3.566,66	171	6.970,02
37	947,95	82	1.852,49	127	3.620,16	172	7.074,57
38	962,17	83	1.880,28	128	3.674,47	173	7.180,69
39	976,60	84	1.908,48	129	3.729,58	174	7.288,40
40	991,25	85	1.937,11	130	3.785,53	175	7.397,72
41	1.006,12	86	1.966,17	131	3.842,31	176	7.508,69
42	1.021,21	87	1.995,66	132	3.899,94	177	7.621,32
43	1.036,53	88	2.025,59	133	3.958,44	178	7.735,64
44	1.052,07	89	2.055,98	134	4.017,82	179	7.851,68
45	1.067,86	90	2.086,82	135	4.078,09	180	7.969,45

### ANEXO 3

#### DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL - PROGRESSÕES E PROMOÇÕES

##### Disposições gerais

Art. 1º. A Evolução Funcional dar-se-á pela progressão e/ou promoção do empregado, mediante a passagem de um nível para outro(s), dentro do mesmo emprego, observado o Anexo 2 – DOS NÍVEIS E VENCIMENTOS, constante deste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. A Progressão Funcional do empregado, de que trata o caput deste artigo, ocorrerá de forma ascendente, de um nível para outro(s) imediatamente superior.

Art. 2º. A Evolução Funcional ocorrerá através das modalidades de:

I - Progressão por Merecimento;

II - Promoção por Cursos de Formação e/ou Capacitação.

Art. 3º. Não terá direito à evolução funcional o empregado que estiver cumprindo estágio probatório, fazendo jus a sua primeira evolução tão logo adquirida a estabilidade no cargo e preenchidos os requisitos para a obtenção do direito ao primeiro avanço.

Parágrafo único. A primeira evolução funcional corresponderá a passagem do nível no qual o empregado foi contratado, para o nível imediatamente superior, constante do Anexo 2 deste Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consórcio Público.

#### DA PROGRESSÃO POR MERECIMENTO

Art. 4º. Progressão por Merecimento é a passagem de um nível para outro imediatamente superior àquele a que pertence o empregado, pelo critério de merecimento.

Art. 5º. A Progressão por Merecimento, somente será concedida aos empregados para os quais foram realizadas as Avaliações Anuais de Desempenho Funcional e ocorrerá a cada ano, correspondente ao avanço de um nível por progressão, observadas as seguintes exigências:

I - ter o empregado cumprido o estágio probatório de 3 (três) anos, conforme prevê a Constituição Federal;

II - ter o empregado atingido a média 7,0 (sete) na Avaliação Anual de Desempenho Funcional.

Art. 6º. As ausências para tratamento de saúde, ocorridas durante o período da avaliação, e que, somadas, excederem 30 (trinta) dias, automaticamente prorrogam, por igual tempo, a data do direito à progressão.

Art. 7º. Independente da média atingida nas Avaliações Anuais de Desempenho Funcional a que se refere o art. 5º, não fará jus à progressão por merecimento o empregado que:

I - estiver licenciado ou afastado do exercício do emprego, com ou sem remuneração;

II - tiver obtido nota inferior a 7 (sete) no critério Assiduidade na avaliação anual;

III - Tenha sofrido uma penalidade administrativa de suspensão ou duas advertências, no período de avaliação.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no inciso I o caso de licença à empregada gestante.

#### DA PROMOÇÃO POR CURSOS DE FORMAÇÃO E/OU CAPACITAÇÃO

Art. 8º. A Promoção por Cursos de Formação e/ou Capacitação é a passagem de um nível para outro imediatamente superior considerando-se a atualização profissional do empregado.

Art. 9º. Tendo obtido a progressão de que trata o art. 4º, é possível o empregado, no mesmo período, acumular outro avanço, a título de Promoção por Cursos de Formação e/ou de Capacitação, desde que comprove os requisitos necessários.

Art. 10. Os cursos de formação educacional e de capacitação, só serão considerados, para efeitos de concessão de promoção por uma única vez, não podendo ser computados para outras formas de promoção.

#### Da Promoção por Cursos de Formação

Art. 11. A promoção por Cursos de Formação é concedida ao empregado que possuir ou vir a possuir formação superior à exigida no cargo, mediante a conclusão dos seguintes cursos de formação educacionais:

I - ensino médio completo;

II - graduação;

III - especialização, com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas;

IV - mestrado;

V - doutorado;

VI - curso técnico com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas, desde que seja em área correlata à de atuação do cargo que o empregado ocupa no CISAM Meio Oeste.

Parágrafo único. O empregado que possui formação educacional superior ao exigido no cargo, poderá requerer a sua promoção a qualquer momento, desde que já tenha adquirido a estabilidade no seu cargo.

Art. 12. Para a sua validação, o curso de formação deverá estar devidamente registrado na instituição de ensino competente, com reconhecimento do Ministério da Educação (MEC).

Art. 13. A promoção será concedida após a conclusão dos cursos de formação educacional, através do avanço de nível no plano de carreira do emprego, conforme a seguir:

a) Avanço de um nível no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Médio, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;

b) Avanço de dois níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Graduação, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;

c) Avanço de três níveis no empregado, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, correlato com o emprego do empregado;

d) Avanço de quatro níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego do empregado;

e) Avanço de cinco níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego do empregado.

#### Da Promoção por Cursos de Capacitação

Art. 14. A promoção por cursos de capacitação, corresponderá ao avanço de um nível no plano de carreira do emprego e será concedida ao empregado mediante comprovação de sua participação em no mínimo 150 (cento e cinquenta) horas de cursos de capacitação, custeados pelo próprio empregado a serem realizadas após a entrada em vigência deste dispositivo legal, excluindo-se os cursos oferecidos pelo CISAM Meio Oeste.

§ 1º - O curso de capacitação deverá ter relação com a área de atuação do emprego ocupado pelo empregado com aplicabilidade no CISAM Meio Oeste, não sendo permitida uma segunda promoção por cursos de capacitação antes de decorridos 02 (dois) anos.

§ 2º - O empregado interessado deverá requerer a promoção, juntando documentação que comprove a habilitação para a promoção.

Art. 15. Para fazer a análise da correlação do(s) curso(s) realizado(s) e/ou da titulação obtida com o emprego ocupado pelo empregado, quando for o caso, o Diretor Administrativo e Financeiro, nomeará uma comissão de três empregados do Consórcio, que terá um prazo máximo de 10 (dez) dias para emitir um parecer.

Art. 16. O comprovante dos cursos, que habilita o empregado à promoção por curso de capacitação, é o diploma ou certificado, expedido pela instituição formadora ou fornecedora do curso, devidamente reconhecido pelos órgãos públicos competentes ou pelo CISAM Meio Oeste.

#### DA CAPACITAÇÃO PATROCINADA

Art. 17. Observada a disponibilidade orçamentária e financeira, o CISAM Meio Oeste possibilitará aos seus servidores a participação em programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, cursos de capacitação, congressos, seminários, palestras, que visem à modernização, reaparelhamento e racionalização dos seus serviços, através do seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Parágrafo único. Os empregados que se negarem a participar dos programas de capacitação a que se refere este artigo, quando designados pelo Superintendente do CISAM, terão retardada, por um período de 6 (seis) meses, a contagem para a sua Evolução Funcional, salvo justificativa devidamente aceita pela Superintendência.

Art. 18. Caberá ao Superintendente do CISAM Meio Oeste a designação dos empregados, aos quais serão disponibilizados os cursos e/ou capacitações.

#### ANEXO 4

#### DO ESTAGIO PROBATÓRIO

Art. 1º. Os empregados providos, em virtude de aprovação em concurso público, serão submetidos a processo de avaliação especial de desempenho pelo período de 3 (três) anos e somente adquirirão estabilidade se constatada sua aptidão para o exercício do seu emprego.

Parágrafo único. O empregado não aprovado no estágio será exonerado e, se estável, reconduzido ao cargo anterior.

Art. 2º. A avaliação especial de desempenho constitui-se de um conjunto de ações planejadas e coordenadas, com vistas ao acompanhamento contínuo do desempenho do empregado durante o período de estágio probatório, verificando sua aptidão e capacidade para o exercício das atribuições inerentes ao respectivo emprego, por intermédio dos seguintes critérios:

I - assiduidade: relacionada à frequência, à pontualidade e ao cumprimento da carga horária de trabalho;

II - disciplina: relacionada ao cumprimento de obrigações e ao respeito às normas vigentes e à hierarquia funcional;

## III - iniciativa:

- a) relacionada à habilidade de propor ideias, visando à melhoria de procedimentos e rotinas de atividades;
- b) relacionada à proatividade;

## IV - produtividade:

- a) relacionada à capacidade de administrar tarefas no seu cotidiano e priorizá-las, de acordo com os correspondentes graus de relevância;
- b) relacionada à dedicação quanto ao cumprimento de metas e à qualidade do trabalho executado;

V - responsabilidade: relacionada ao comprometimento com seus deveres e atribuições, ao atendimento dos prazos e ao aprimoramento dos resultados dos trabalhos desenvolvidos.

Art. 3º. No processo de avaliação serão observados os critérios do artigo anterior, sendo considerado inapto o empregado que em qualquer avaliação semestral, tiver atribuída nota inferior a 05 (cinco), em dois ou mais desses itens, ou nota inferior a 07 (sete) em 3 (três) ou mais dos itens em duas avaliações consecutivas ou alternadas.

Parágrafo único. Também será considerado inapto o empregado que, em qualquer época do estágio probatório, diante de fatos ocorridos, for submetido à devida perícia médica, constituída pelo Consórcio, e for considerado física ou mentalmente inapto para as funções do emprego.

Art. 4º. As avaliações serão realizadas por Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, designada pelo Presidente do Consórcio, para cada empregado, a qual terá um mandato igual ao do período que compreender o estágio probatório do empregado a ser avaliado, composta por 3 (três) membros.

Parágrafo único. Os membros designados para a Comissão deverão ser servidores e/ou empregados públicos estáveis, integrantes do quadro de pessoal do Consórcio ou dos municípios consorciados.

Art. 5º. Nas avaliações, a Comissão Especial de Avaliação justificará a aplicação de notas inferiores a 7 (sete) em qualquer dos itens.

Art. 6º. O empregado avaliado deverá receber cópia de todas as avaliações, bem como do relatório final da Comissão Especial de Avaliação e, considerando equivocadas as notas que lhe foram atribuídas, poderá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, oferecer defesa e contraditório, apresentando provas de suas alegações, podendo requerer a ouvida de até 3 (três) testemunhas, as quais deverão ser trazidas pelo empregado avaliado para a audiência determinada pela Comissão Especial de Avaliação, independentemente de qualquer intimação ou convocação por parte desta.

Art. 7º. Encerrada a instrução, fica facultado ao empregado avaliado apresentar razões finais por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, a Comissão Especial de Avaliação se reunirá para reavaliar as suas conclusões anteriores à luz das novas provas produzidas e das razões finais do empregado, mantendo ou revendo as notas aplicadas e emitindo relatório definitivo, encaminhando-o ao Presidente para decisão.

Art. 8º. O empregado, durante o seu Estágio Probatório, deverá receber 5 (cinco) avaliações, assim distribuídas:

- I - primeira: ao completar 6 (seis) meses de exercício;
- II - segunda: ao completar 12 (doze) meses de exercício;
- III - terceira: ao completar 18 (dezoito) meses de exercício;
- IV - quarta: ao completar 24 (vinte e quatro) meses de exercício; e
- V - quinta: ao completar 30 (trinta) meses de exercício.

§ 1º - Após a quinta avaliação e antes do findo o estágio probatório, a avaliação de desempenho do empregado será submetida à homologação da autoridade competente.

§ 2º - Mediante evidências de que o empregado não preenche as condições estabelecidas, inclusive quando assim declarado em avaliação médico pericial, o Presidente poderá determinar a antecipação da data de avaliação de que trata este artigo.

Art. 9º. De posse do processo, e após parecer jurídico, o Presidente avaliará a correção formal dos procedimentos e determinará a correção dos atos irregulares ou o suprimento das omissões.

Art. 10. Constatada a regularidade do processo, o Presidente decidirá pela aptidão ou inaptidão do empregado avaliado, determinando a anotação na sua ficha funcional se a conclusão foi pela sua aptidão, ou a expedição do devido ato de exoneração se a conclusão for pela inaptidão.

Art. 11. Normas complementares, relativas às disposições contidas neste Anexo 4 "Do Estágio Probatório" serão regulamentadas no Estatuto, após aprovação em Assembleia Geral, mediante Resolução do Presidente do Consórcio.

## ANEXO 5

## DA AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO FUNCIONAL

Art. 1º. Considerado apto, para o desempenho do emprego público, o empregado continuará sendo avaliado anualmente, obedecidos os mesmos procedimentos e critérios estabelecidos para a avaliação do estágio probatório.

Art. 2º. Normas complementares, relativas às disposições contidas neste Anexo 5 - "Da Avaliação Anual de Desempenho Funcional" serão regulamentadas no Estatuto, após aprovação em Assembleia Geral, mediante Resolução do Presidente do Consórcio.

**ATA 07.11.2019 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CISAM MEIO OESTE**

Publicação Nº 2223234

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL  
CISAM MEIO-OESTE**

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se na sede do CISAM Meio Oeste, sito à Rua Lourenço Côas Netto, nº 140, Loteamento Universitário, município de Capinzal/SC, para realização da Assembleia Geral Ordinária, convocada através de edital devidamente publicado, representantes dos seguintes municípios consorciados ao CISAM Meio Oeste: ALTO BELA VISTA, representado pelo Sr. José Luis Rettore; CAPINZAL, representado pelo Sr. Nilvo Dorini, Prefeito Municipal; CAMPOS NOVOS, representado pelo Sr. Alexandre Kunen Diretor do Samae; FREI ROGÉRIO, representado pelo Sr. Rogério Machry, Vice – Prefeito Municipal; HERVAL D'OESTE, representado pelo Sr. Aluir Flemming ; JOAÇABA, representado pelo Sr. Jucelino Jorge Ferraz, Prefeito Municipal; LUZERNA, representado pelo Sr. Raimundo Antônio Pascotto, Fiscal Técnico Sanitarista; OURO, representado pelo Sr. Jose Camilo Pastori, Vice-Prefeito Municipal; VIDEIRA representado pelo Sr. Sandro Caragnato, Diretor da Visan representando o Prefeito Municipal Dando início aos trabalhos, o Sr. Sidnei Penzo, Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste, saudou e agradeceu a presença de todos. Em seguida passou à verificação do quorum. Constatou-se a participação de representantes de 8 (oito) entes, dentre os 12 (Doze) municípios consorciados. Havendo quórum, declarou aberta a assembleia e passou à leitura do Edital de Convocação e Pauta da mesma, submetendo-a à aprovação dos presentes, A mesma foi aprovada por unanimidade, não havendo nenhuma moção de censura a apreciar. Pelo adiantado da hora o Sr Presidente dispensou a palavra e deu se prosseguimento as explicações pelo Sr Sidnei, apresentando os valores previstos para conclusão da obra e para compra dos equipamentos laboratoriais. Informou que as instalações elétricas devem estar concluídas até metade de novembro e que o prazo final para a empresa Riqueti Vitale entregar a obra concluída é 14/12/2019. Informou ainda que os restantes dos equipamentos laboratoriais foram licitados sendo que o prazo para entrega dos 42 equipamentos adquiridos, vai até dia 04/01/2020; que a Prefeitura já está providenciando, por força do convênio com a FUNASA, a licitação dos 16 equipamentos restantes, que não tiveram cotação na última licitação. Destacou que antes do final do primeiro trimestre de 2020, pretende-se estar com todos os equipamentos laboratoriais em operação e os municípios consorciados poderão se beneficiar com os serviços completos de análises, a um custo inferior ao mercado. Também apresentou os gastos com os vandalismos na parte elétrica e hidráulica da obra o qual o consorcio contratou e utilizando recursos próprios. As informações completas dos valores apresentados encontram-se nos slides apresentados, que seguem anexos à ata. Na sequência o Sr. Sidnei passou a palavra à Sra. Elisabet Sartori, superintendente do CISAM, para apresentação da proposta do Programa Anual de Trabalho para o ano 2020. O programa apresentado segue anexo à ata e foi aprovado por unanimidade pelos presentes. Além da apresentação do programa a Sra Elisabet relembrou aos presentes sobre as receitas do CISAM para o ano de 2020, destacando a necessidade de que todos os municípios empenhem e repassem o rateio aprovado em assembleia anterior e ainda da importância dos municípios consorciados contratarem, com o CISAM, a partir da conclusão dos laboratórios, os serviços de análises completas, pois isto eliminará gradativamente a necessidade de se efetuar o rateio para as despesas, pois passarão a ser cobertas pelas receitas de serviços. O Sr Alexandre questionou quando o consorcio iniciara a realização das análises laboratoriais, a Sra Elisabet sugeriu que seja licitado por registro de preço, e qual provavelmente a partir de março o consorcio deverá estar prestando o serviço, O Sr. Antonio Pascotto questionou quanto a realização de análises dos sistemas rurais alternativos que não fazem parte do sistema municipal, A Sra. Elisabet respondeu que sim, o consorcio poderá realizar as analise mas estes terão uma tabela diferente do ente consorciado. O Sr Nasser químico do Cisam Meio Oeste, fez uma explicação sobre a forma de realização das análises laboratoriais que o consorcio poderá executar com os equipamentos adquiridos, os parâmetros que não puderem ser realizados pelo Cisam Meio Oeste será formalizado um convenio com o Cisam Sul, e também através do Cisam Meio Oeste a sub contratação com laboratórios terceirizados. Também ressaltou a necessidade de o consorcio iniciar a implantação do sistema de gestão da qualidade em laboratório ISO 17025. Também está sendo cadastrado no sistema de convenio da FUNASA o pleito de recursos para aquisição dos equipamentos faltantes.Dando prosseguimento, o Sr. Sidnei retomou a palavra e apresentou a Lei n. 3.708, de 12 de setembro de 2019, do município de Videira, que ratifica o Protocolo de intenções, autorizando a integração do município ao CISAM. Esclareceu que com a exclusão do município de Monte Carlo, retirada do município de Fraiburgo e integração do município de Videira faz-se necessária uma alteração ao Protocolo de Intenções. O Sr. Sidnei informou ainda que o município de Vargem quitou, em 17 de outubro de 2019, as pendências de rateio referentes aos exercícios de 2010 a 2015, no valor de R\$ 14.553,69. Esgotados os assuntos da pauta, o Sr. Sidnei agradeceu a presença de todos. Após foi efetuada a leitura da ata, a qual foi aprovada por todos os presentes e segue assinada pelos representantes dos municípios e demais participantes, ficando assim encerrada a presente assembleia geral ordinária.

Luzerna Raimundo Antônio Pascotto	Alto Bela Vista José Luis Rettore	Ouro Jose Camilo Pastori
Capinzal Nilvo Dorini	Herival d'Oeste Aluir Flemming	Joaçaba Jucelino Jorge Ferraz
Campos Novos Alexandre Kunen	Frei Rogério Rogério Machry	Videira Sandro Caragnato

**EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 14/2019**

Publicação Nº 2222593

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CISAM-MO 16/2016**

CONTRATO CISAM-MO Nº 14/2019

DATA DA ASSINATURA: 11.11.2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 01.614.374/0001-60

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CISAM MO 16/2016, ALTERA O PREÇO PRATICADO E O PRAZO. AS DEMAIS CLÁUSULAS PERMANECEM SEM ALTERAÇÕES AO CONTRATO CISAM MO 16/2016.

VALOR: R\$ 10.714,30 (DEZ MIL SETECENTOS E QUATORZE REAIS E TRINTA CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 16.11.2019 A 15.11.2020

CATIA TESSMANN REICHERT NILVO DORINI

PREFEITA MUNICIPAL – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

## CISAMREC

### CONVOCAÇÃO E PAUTA DA A.G.O. DIA 19.11.2019

Publicação Nº 2224141

#### CONVOCAÇÃO

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CISAMREC

Hélio Roberto Cesa, presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 19, IX do Estatuto do CISAMREC, convoca todos os membros do CISAMREC, conforme disposto no art. 13, caput e §1º do Estatuto, para Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá conforme data, local, horário e pauta abaixo:

Data: 19 / 11 / 2019 – terça-feira.

Local: Plenarinho da AMREC

Horário: 17:00h.

#### Pauta:

01) Apresentação e deliberação do orçamento CISAMREC de 2019:

- Credenciamentos;
- Insumos;
- SVO;
- Manutenção do CISAMREC.

02) Deliberação da mensalidade do contrato de rateio de 2019;

03) Assuntos gerais

Criciúma SC, 11 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Presidente

## CISNORDESTE

### ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 003/2019

Publicação Nº 2223205

ATA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, NA MODALIDADE DE PREGÃO, A QUE SE REFERE O EDITAL Nº 003/2019 – CISNORDESTE/SC - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2019.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de 2019, às 14h20min, reuniram-se na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, tendo como pregoeira a Sra. Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler e sua equipe de apoio de acordo com a Resolução 26/2018 do CISNORDESTE/SC juntamente com o assessor jurídico e membro da equipe de apoio Dr. Guilherme Krieger, tudo em conformidade com o que consta nos autos do processo em epígrafe, para a abertura dos documentos de habilitação do licitante detentor do menor preço ASSESSORE CONSULTORIA EIRELI ME, CNPJ nº 26.453.080/0001-24. Inicialmente o invólucro foi aberto sendo circulado entre os presentes e rubricado pelos mesmos. Os documentos foram verificados, a fim de confrontar com os requisitos editalícios, sendo após a análise pela equipe de apoio e pregoaria, declarada habilitada a empresa ASSESSORE CONSULTORIA EIRELI ME. Quanto a diligência que tem objetivo de constatar que a licitante atente plenamente aos requisitos do edital, o referido procedimento foi suprimido em razão do atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante ser expedido pelo próprio CISNORDESTE/SC. Fora oportunizado a manifestação de intenção de recorrer, não havendo qualquer manifestação dos presentes.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão às 15h:35min, e lavrada esta ata que será assinada pelos presentes.

Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler

Pregoeira



## Equipe de Apoio

Marcia Regina Ebert  
Membro da equipe de apoio

Patrícia Daura de Souza

Guilherme Krieger  
Assessor Jurídico e  
Membro da equipe de apoio

Empresa participante:

ASSESSORE CONSULTORIA EIRELI ME  
Cristiane Alexandre

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS DO PREGÃO PRESENCIAL 003/2019 - CISNORDESTE/SC**

Publicação Nº 2223211

ATA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, NA MODALIDADE DE PREGÃO, A QUE SE REFERE O EDITAL Nº 003/2019 – CISNORDESTE/SC - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2019.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de 2019, às 14h00min, reuniram-se na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, nos termos da convocação de aviso de licitação publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) no dia 14/05/2019, páginas 1723 a 1734, concomitante com a publicação no hotsite: <https://amunesc.org.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/4052>, tendo como pregoeira a Sra. Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler e sua equipe de apoio de acordo com a Resolução 26/2018 do CISNORDESTE/SC juntamente com o assessor jurídico e membro da equipe de apoio, Dr. Guilherme Krieger, tudo em conformidade com o que consta nos autos do processo em epígrafe, para o recebimento e abertura das propostas apresentadas. Antes da abertura da sessão, realizou-se o credenciamento da representante presente, feito a partir da apresentação de CNH, declaração do Anexo IV do edital e ato constitutivo (contrato social). Foi credenciada a seguinte empresa: ASSESSORE CONSULTORIA EIRELI ME, CNPJ nº 26.453.080/0001-24, representado neste ato pelo Sr(a). Cristiane Alexandre, portador(a) da cédula de identidade sob o nº 3838874 SSP/SC, CPF 004.629.829-04, A pregoeira comunicou aos presentes sobre:

a) O objeto desta licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a prestação de serviços técnicos e operacionais especializados de consultoria e execução dos serviços para consórcio público no que tange a contabilidade aplicada ao setor público, acompanhamento e orientação nas áreas financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da entidade, de forma a atender as normas legais que regem a matéria, incluindo a Constituição Federal, Lei Federal 4.320/64, Normas do Conselho Federal de Contabilidade, Portarias Interministeriais e Portarias complementares que dispõem sobre Finanças Públicas e normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados e Municípios, indispensáveis ao bom desempenho das atividades de execução e de gestão de recursos públicos, em regime de Execução Direta, Tipo Menor Preço Global, caracterizando-se em necessidade continuada, podendo tal contratação ser prorrogada até o limite estabelecido no art. 57, inciso II da Lei Federal 8666/93, sendo a execução dos serviços conforme ANEXO I – TERMO REFERÊNCIA, que integra o Edital, independentemente de transcrição.

b) Vedação do uso de telefone celular, notebook ou qualquer outro meio de comunicação no momento da sessão, conforme item 2.9 do edital;

c) Vedação a intervenção dos licitantes fora da ordem definida;

d) A forma como serão feitos os lances;

e) O tempo máximo para cada licitante oferecer o novo lance;

f) Critério para declarar o detentor do menor preço;

g) Momento para a manifestação de recursos.

Dando início a sessão, os envelopes foram separados conforme item 3.1 do edital, aonde o envelope 1 é a Proposta e o envelope 2 a documentação. Os invólucros foram circulados entre os presentes e rubricados pelos mesmos. Procedeu-se a abertura do envelope da proposta, sendo que a pregoeira e os participantes rubricaram todas as vias. A empresa credenciada apresentou a proposta, protocolada no setor responsável até a data e horário determinados no edital. Realizou-se a classificação da única empresa participante, tomando como referência os preços totais cotados no item. Foi classificada para a etapa de lances a empresa ASSESSORE CONSULTORIA EIRELI, que foi convidada a realizar lance. Após a fase de lances, os resultados foram os seguintes:

LICITANTE: ASSESSORE CONSULTORIA EIRELI ME			
Item	Descrição	Valor MENSAL	Valor GLOBAL ANUAL

1	Prestação de serviços técnicos e operacionais especializados de consultoria para consórcio público no que tange a contabilidade Aplicada ao setor público, acompanhamento e orientação nas áreas financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da entidade, de forma a atender as normas legais que regem a matéria, incluindo a Constituição Federal, Lei Federal 4.320/64, Normas do Conselho Federal de Contabilidade, Portarias Interministeriais e Portarias complementares que dispõem sobre Finanças Públicas e normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados e Municípios, indispensáveis ao bom desempenho das atividades de execução e de gestão de recursos públicos.	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00
---	--	--------------	---------------

Dando continuidade ao certame, o detentor do menor preço global foi a empresa ASSESSORE CONSULTORIA EIRELI ME.

A etapa de lances se encerrou as 14h15min, desta forma a abertura do envelope de habilitação da licitante detentora do menor preço global será neste dia 24/05/2019 às 14h20min, estando a licitante presente desde já cientifica de tal ato, restando suspensa a presente sessão, sendo a mesma retomada no horário supra citado.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão e lavrada esta ata que será assinada pelos presentes.

Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler  
Pregoeira

Marcia Regina Ebert  
Membro da equipe de apoio

Patrícia Daura de Souza  
Membro da equipe de apoio

Guilherme Krieger  
Assessor Jurídico e  
Membro da equipe de apoio

Empresa participante:

ASSESSORE CONSULTORIA EIRELI ME  
Cristiane Alexandre

## TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 003/2019 - CISNORDESTE/SC

Publicação Nº 2223200

Termo de Adjudicação do Pregão Presencial Nº 003/2019 – CISNORDESTE/SC  
Edital nº 004/2019 – CISNORDESTE/SC - Processo Administrativo nº 14/2019

Após analisado o resultado do Pregão Presencial nº 003/2019 - CISNORDESTE/SC, referente ao Processo Administrativo nº 14/2019, não tendo havido recursos no prazo legal, a pregoeira, Sra. Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler, ADJUDICA o item objeto do certame ao licitante vencedor, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

Resultado da Adjudicação

LICITANTE:	ASSESSORE CONSULTORIA EIRELI		
Item	Descrição	Valor MENSAL	Valor GLOBAL ANUAL
1	Prestação de serviços técnicos e operacionais especializados de consultoria para consórcio público no que tange a contabilidade Aplicada ao setor público, acompanhamento e orientação nas áreas financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da entidade, de forma a atender as normas legais que regem a matéria, incluindo a Constituição Federal, Lei Federal 4.320/64, Normas do Conselho Federal de Contabilidade, Portarias Interministeriais e Portarias complementares que dispõem sobre Finanças Públicas e normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados e Municípios, indispensáveis ao bom desempenho das atividades de execução e de gestão de recursos públicos.	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00



Joinville, 27 de maio de 2019.

Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler  
Pregoeira

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 003/2019

Publicação Nº 2223195

Termo de Homologação do Pregão Presencial Nº 003/2016 – CISNORDESTE/SC  
Processo Administrativo nº 13/2016

O presidente do CISNORDESTE/SC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA, Sr. CLÉZIO JOSÉ FORTUNATO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:

1º) HOMOLOGAR o objeto da licitação acima mencionada, nos seguintes termos:

Processo Administrativo nº 13/2016-CISNORDESTE/SC

Pregão Presencial nº 003/2016 – CISNORDESTE/SC

Data da Homologação: 16/02/2017

Objeto da Licitação: Registro de preços para eventual e futura contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de processamento de dados, de solução de gestão integrada de saúde pública, para atender ao CISNORDESTE/SC e aos municípios consorciados que o compõem, conforme especificações constantes no Anexo I (Termo de Referência).

LICITANTE: Olos Tecnologia Ltda. EPP				
Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário (3 dígitos)	Valor 12 meses (2 dígitos)
1	Serviços de implantação e treinamento consórcio CISNORDESTE.	Valor por habitante	0,001	1.119,31
2	Serviço opcional de migração de dados do CISNORDESTE conforme item do Projeto Básico.	Parcela Única	300,00	300,00
3	Disponibilização do sistema de gestão de saúde pública, na forma de processamento de dados, incluindo suporte técnico, para o consórcio CISNORDESTE.	Valor por habitante por mês	0,001	13.431,68
4	Serviços de implantação e treinamento para os municípios consorciados do CISNORDESTE.	Valor por habitante	0,010	11.193,07
5	Serviço opcional de migração de dados para municípios consorciados do CISNORDESTE conforme item do Projeto Básico.	Parcela Única	150,000	2.550,00
6	Disponibilização do sistema de gestão de saúde pública, na forma de processamento de dados, incluindo suporte técnico, para os municípios consorciados do CISNORDESTE.	Valor por habitante por mês	0,100	1.343.168,40
Total Global 12 meses				1.371.762,46

2º) Fica o adjudicatário convocado para assinatura do contrato, no prazo fixado no Edital.

Joinville, 16 de fevereiro de 2017.

Clézio José Fortunato  
Presidente CISNORDESTE/SC

**CITMAR****EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019**

Publicação Nº 2222753

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Ver e Mar - CITMAR, Sr. Célio José Bernardino torna público, para o conhecimento dos interessados a realização da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO: Prestação de Serviços para realização de Pesquisa de Demanda Turística e de Fluxo Turístico/População Flutuante na alta temporada de verão 2020 nos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR.

A ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES – CREDENCIAMENTO, PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO deverá ocorrer até o dia 26/11/2019 às 09h00, no setor de compras do CITMAR.

A abertura da PROPOSTA DE PREÇO será às 09h30 do dia 26 de novembro de 2019.

LOCAL PARA INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:  
COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES  
Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 – Sala 02 – Itajaí/SC  
Tel.: (47) 3404-8000  
e-mail: compras@citmar.sc.gov.br

O acesso ao EDITAL e todos os seus ANEXOS poderá ser feito pelo seguinte endereço eletrônico: <https://www.amfri.org.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/9028>, MENU: Transparência – Licitações

**QUIRIRI****RESOLUÇÃO CIQ 060/2019**

Publicação Nº 2223585

RESOLUÇÃO CIQ Nº 060/2019

Estima a Receita e fixa a Despesa do Consórcio Intermunicipal Quiriri para o exercício de 2020.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados e

Considerando a aprovação da proposta orçamentária em Assembleia Geral Ordinária realizada em 07 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal Quiriri (CIQ), para o exercício de 2020, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 989.041,43 (novecentos e oitenta e nove mil, quarenta e um reais e quarenta e três centavos).

§ 1º - A Receita do CIQ será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas correntes	989.041,43
Transferências dos Municípios	983.041,43
Transferências a Consórcio	983.041,43
Transferência município de Campo Alegre	89.083,77
Transferência município de Corupá	94.618,72
Transferência município de Rio Negrinho	333.471,77
Transferência município de São Bento do Sul	465.867,17
Receita patrimonial	6.000,00
TOTAL	989.041,43

§ 2º - As Despesas de custeio do CIQ serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

CATEGORIA ECONÔMICA	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	881.641,43
Pessoal e Encargos	431.465,32
Outras Despesas Correntes	450.176,11
Despesas de Capital	107.400,00
Investimentos	107.400,00
TOTAL	989.041,13

Art. 2º - A Presidência do CIQ fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência do CIQ está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior;

IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 07 de novembro de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito de Rio Negrinho

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

## CIGAMERIOS

### ATA N 05-2019 - ASSEMBLEIA GERAL DO CIGAMERIOS

Publicação Nº 2221000

ATA Nº. 005/2019

Ata da Assembleia Geral Ordinária de Prefeitos do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, com sede na Avenida Euclides da Cunha, 160, Centro, CEP 89874-000, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às dez horas e trinta minutos, no auditório da AMERIOS, em Maravilha/SC, reuniram-se os Prefeitos e a Prefeita para a quinta Assembleia Geral do exercício de 2019, em atendimento ao Edital de Convocação nº 05/2019, do dia 16/10/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM no dia 24/10/2019, tendo como ordem do dia: Abertura da Assembleia Geral e leitura da Ata da Assembleia anterior; Assuntos Administrativos; Programa TratarSAN, licitações em andamento, programa de Ciclo Turismo Regional; apresentação e discussão do Orçamento Anual para o Exercício Financeiro de 2020; Prestação de Contas referente aos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2019 e Assuntos Gerais. Inicialmente o Presidente do CIGAMERIOS, Sr. Daniel Kothe - Prefeito de Saudades, declarou aberta a Assembleia Geral, cumprimentou os presentes e agradeceu a presença de todos. Passando a palavra ao Secretário, que após a leitura do Edital de Convocação e a ordem do dia, devolveu a palavra ao Presidente. Passando a palavra pro Coordenador Técnico-Administrativo para apresentar os assuntos da pauta onde foram amplamente debatidas as seguintes proposições: aprovação da ata da assembleia anterior, relativos ao Programa TratarSAN foram entregues os diagnósticos dos Município de Cunha Porã, Modelo e Saudades, informações que o Pregão Presencial Nº 003/2019 para aquisição de medicamentos e correlatos foi homologado em seis de novembro de 2019, e que na data de hoje estão reunidos com os profissionais de odontologia para revisão da lista para realização de processo licitatório para homologação até o final do ano corrente, nos assuntos administrativos com a presença de dois professores de educação física membros do colegiado de esportes para tratar da viabilização de processo de credenciamento de arbitragem o qual foi aprovado pelos senhores Prefeitos para que seja feito um valor fixo por modalidade em todos os Municípios de abrangência do CIGAMERIOS com a variante de uma taxa de deslocamento com marco inicial no centro da cidade de Maravilha até o centro de cada Município consorciado, também foi aprovado a execução de programa informatizado para controle das licitações compartilhadas integrados com o programa em uso nos município, por unanimidade foi aprovado projeto de Resolução número 009/2019 que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o o Exercício Financeiro do ano de dois mil e vinte no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) . Submetidas os balancetes dos meses de de julho, agosto, setembro e outubro de 2019 ao Conselho fiscal após ser amplamente debatidos foram aprovados por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a Assembleia Geral e mandou lavrar a presente ata, que depois de conferida pelo Assessor jurídico do CIGAMERIOS nos termos da Resolução número 011/2015, foi lida e aprovada por unanimidade da Assembleia Geral, conforme segue assinada pelos presentes. Maravilha/SC, 07 de novembro de 2019.

**RESOLUÇÃO Nº 09- 2019 - ESTIMA ORÇAMENTO PARA 2020 - CIGAMERIOS**

Publicação Nº 2221002

**RESOLUÇÃO Nº 009/2019/ CIGAMERIOS**

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO CIGAMERIOS - CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no Contrato de Consórcio Público e na forma de deliberação adotada pela Assembleia Geral;

**RESOLVE:****DO ORÇAMENTO DO CIGAMERIOS**

Art. 1º - O Orçamento Geral da CIGAMERIOS – Consorcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios, para o exercício de 2020 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Art. 2º - A Receita do Consórcio será realizada mediante contribuições recebidas dos entes consorciados e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	400.000,00
1.1 Receita Patrimonial	5.000,00
1.2 Receita de Serviços	10.000,00
1.3 Transferências Correntes	379.713,60
1.4 Outras Receitas Correntes	5.286,40
T O T A L	400.000,00

Art. 3º - As Despesas do Consórcio serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta resolução, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	399.000,00
02 – OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.000,00
TOTAL	400.000,00

**II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DESPESAS CORRENTES	391.000,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	190.000,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	201.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	9.000,00
4.4.90.00 – Investimentos	9.000,00
TOTAL	400.000,00

Art. 4º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada atividade ou operação especial.

Art. 5º - O Presidente está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos desde que não:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício.

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de resoluções específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º - A Atividade ou Operação Especial não previstos nesta Resolução advindos de recursos vinculados oriundos de transferências voluntárias da União, do Estado, Municípios e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o eu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita de Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LR nº 219/2004F e portaria STN.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e Portaria STN nº 219/2004.

Art. 7º - Fica o Presidente autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 8º - A presente Resolução vigorará durante o exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro.

Maravilha/SC, aos 7 de novembro de 2019.

DANIEL KOTHE

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Saudades

## ORÇAMENTO 2020 - CIGAMERIOS - ANEXO 1 DEM REC E DESP

Publicação Nº 2221005

Página: 1  
07/11/2019 13:38

Estado de Santa Catarina  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RI Exercício de 2020 - Anexo 01, da Lei 4.320/64

Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

Unidade Gestora: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Receita			Despesa		
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
Receita Patrimonial	5.000,00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAL	190.000,00	
Receita de Serviços	10.000,00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	201.000,00	391.000,00
Transferências Correntes	379.713,60				
Outras Receitas Correntes	5.286,40	400.000,00	Superávit		9.000,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias			Despesas Correntes Intra-Orçamentárias		
Totais .....		400.000,00	Totais .....		400.000,00
Receitas de Capital			Despesas de Capital	9.000,00	9.000,00
Déficit		9.000,00	INVESTIMENTOS		
Totais .....		9.000,00	Totais .....		9.000,00

Resumo	Receita	Despesa
Receitas Correntes	400.000,00	Despesas Correntes
Receitas Correntes Intra-Orçamentária	-	Despesas Correntes Intra-Orçamentária
Receitas de Capital	-	Despesas de Capital
Receitas de Capital Intra-Orçamentária	-	Despesas de Capital Intra-Orçamentária
Total .....	400.000,00	Total .....
		400.000,00

PRONIM PL - Emissão: 07/11/2019 às 13h38min - Duração: 0h00m05seg (2)

Página: 2  
07/11/2019 13:38

Estado de Santa Catarina  
Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RI Exercício de 2020 - Anexo 01, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Receita					Despesa				
---------	--	--	--	--	---------	--	--	--	--

DANIEL KOTHE  
Presidente CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

PRONIM PL - Emissão: 07/11/2019 às 13h38min - Duração: 0h00m05seg (2)





Estado de Santa Catarina  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Resumo Geral da Receita#

Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

R e s u m o

Receita Patrimonial	5.000,00
Receita de Servicos	10.000,00
Transferencias Correntes	379.713,60
Outras Receitas Correntes	5.286,40
	-----

Total Receitas Correntes	400.000,00
--------------------------	------------

Total Geral	400.000,00
-------------	------------

DANIEL KOTHE  
Presidente CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h39min - Duracao: 0h00m00seg (2)

**ORÇAMENTO 2020 - CIGAMERIOS - ANEXO 2 DEMONST DESPESA**

Publicação Nº 2221008

Estado de Santa Catarina

Demonstracao da Despesa por Unidades Orcamentarias#

CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Segundo as Categorias Economicas

Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Orgao

----- Despesas Correntes -----

Unidade Orcamentaria

Pessoal Juros e Encargos

Outras Despesas

Total

e Encargos Sociais

da Divida

Correntes

CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS

CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS

190.000,00

201.000,00

391.000,00

Total .....

190.000,00

201.000,00

391.000,00

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h40min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina Demonstracao da Despesa por Unidades Orcamentarias#  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Segundo as Categorias Economicas  
Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Orgao

----- Despesas de Capital -----

Unidade Orcamentaria	Investimentos	Inversoes Financeiras	Amortizacao da Divida	Total
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS				
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS	9.000,00			9.000,00
Total .....	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h40min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina Demonstracao da Despesa por Unidades Orcamentarias#  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Segundo as Categorias Economicas  
Exercicio de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Orgao

Unidade Orcamentaria	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Reserva de Contingencia	Total Geral
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS				
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS	391.000,00	9.000,00		400.000,00
Total .....	391.000,00	9.000,00		400.000,00

DANIEL KOTHE  
Presidente CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/0-4

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h40min - Duracao: 0h00m00seg (2)

**ORÇAMENTO 2020 - CIGAMERIOS - ANEXO 2 DESP SEGUNDO CAT ECON**

Publicação Nº 2221011

Estado de Santa Catarina Natureza da Despesa Segundo as Categorias Economicas#  
 CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Exercício de 2020 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora.....: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi  
 Orgao.....: 01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS  
 Unidade Orcamentaria: 01.01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Grupo de Natureza da Despesa	Natureza da Despesa
3.0.00.00.00.0000	DESPESAS CORRENTES			391.000,00
3.1.00.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		190.000,00	
3.1.90.00.00.0000	APLICACOES DIRETAS		190.000,00	
3.3.00.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		201.000,00	
3.3.90.00.00.0000	APLICACOES DIRETAS		201.000,00	
4.0.00.00.00.0000	DESPESAS DE CAPITAL			9.000,00
4.4.00.00.00.0000	INVESTIMENTOS		9.000,00	
4.4.90.00.00.0000	APLICACOES DIRETAS		9.000,00	
	Total da Unidade Orcamentaria			400.000,00
	Total do Orgao			400.000,00
	Total Geral			400.000,00

\_\_\_\_\_  
 DANIEL KOTHE  
 Presidente CIGAMERIOS

\_\_\_\_\_  
 Francisco Valdeci de Almeida  
 Contador CRC/SC 16887/O-4

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h40min - Duracao: 0h00m00seg (2)

**ORÇAMENTO 2020 - CIGAMERIOS - ANEXO 6 PROGRAMA DE TRABALHO**

Publicação Nº 2221013

Estado de Santa Catarina Programa de Trabalho#  
 CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Exercicio de 2020 - Anexo 6, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora.....: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi  
 Orgao.....: 01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS  
 Unidade Orcamentaria: 01.01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS

Codigo	Especificacao	Projetos	Atividades	Oper. Especiais	Total
04.000.0000.0.000.000	Administracao		399.000,00		399.000,00
04.122.0000.0.000.000	Administracao Geral		399.000,00		399.000,00
04.122.0001.0.000.000	Administracao Geral do CIGAMERIOS		399.000,00		399.000,00
04.122.0001.2.001.000	Administracao Geral do CIGAMERIOS		399.000,00		399.000,00
28.000.0000.0.000.000	Encargos Especiais			1.000,00	1.000,00
28.846.0000.0.000.000	Outros Encargos Especiais			1.000,00	1.000,00
28.846.0001.0.000.000	Administracao Geral do CIGAMERIOS			1.000,00	1.000,00
28.846.0001.0.001.000	Contribuicao para o PASEP			1.000,00	1.000,00
Total Unidade Orcamentaria.....			399.000,00	1.000,00	400.000,00
Total do Orgao .....			399.000,00	1.000,00	400.000,00
Total Geral .....			399.000,00	1.000,00	400.000,00

DANIEL KOTHE  
 Presidente CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
 Contador CRC/SC 16887/O-4

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h41min - Duracao: 0h00m00seg (2)



**ORÇAMENTO 2020 - CIGAMERIOS - ANEXO 7 PROGRAMA DE TRABALHO GOVERNO**

Publicação Nº 2221014

Estado de Santa Catarina

Programa de Trabalho de Governo#

CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Demonstrativo de Funcoes, Subfuncoes e Programas por Projetos, Atividades e O.E.

Exercicio de 2020 - Anexo 7, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Codigo	Especificacao	Projetos	Atividades	Oper. Especiais	Total
04.000.0000	Administracao		399.000,00		399.000,00
04.122.0000	Administracao Geral		399.000,00		399.000,00
04.122.0001	Administracao Geral do CIGAMERIOS		399.000,00		399.000,00
28.000.0000	Encargos Especiais			1.000,00	1.000,00
28.846.0000	Outros Encargos Especiais			1.000,00	1.000,00
28.846.0001	Administracao Geral do CIGAMERIOS			1.000,00	1.000,00
Total .....		0,00	399.000,00	1.000,00	400.000,00

---

DANIEL KOTHE  
Presidente CIGAMERIOS

---

Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h42min - Duracao: 0h00m00seg (2)

**ORÇAMENTO 2020 - CIGAMERIOS - ANEXO 8 DEMONST DESPESA CFE O VINCULO**

Publicação Nº 2221015

Estado de Santa Catarina

Demonstrativo da Despesa por Funcoes, Programas e Subprogramas#

Subfuncoes e Programas

Conforme o Vinculo com os Recursos

CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGA

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Codigo	Especificacao	Ordinario	Vinculado	Total
04.000.0000	Administracao	399.000,00		399.000,00
04.122.0000	Administracao Geral	399.000,00		399.000,00
04.122.0001	Administracao Geral do CIGAMERIOS	399.000,00		399.000,00
28.000.0000	Encargos Especiais	1.000,00		1.000,00
28.846.0000	Outros Encargos Especiais	1.000,00		1.000,00
28.846.0001	Administracao Geral do CIGAMERIOS	1.000,00		1.000,00
Total .....		400.000,00		400.000,00

\_\_\_\_\_  
DANIEL KOTHE  
Presidente CIGAMERIOS

\_\_\_\_\_  
Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/0-4

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h42min - Duracao: 0h00m00seg (2)

**ORÇAMENTO 2020 - CIGAMERIOS - ANEXO 9 DEM DESP POR FUNÇÃO**

Publicação Nº 2221017

Estado de Santa Catarina Demonstrativo da Despesa por Funcoes#  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Exercicio de 2020 - Anexo 9, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Orgao	Funcao	Despesa Fixada	Total
01	CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS		
	04 Administracao	399.000,00	
	28 Encargos Especiais	1.000,00	400.000,00

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h43min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina Demonstrativo da Despesa por Funcoes#  
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Exercicio de 2020 - Anexo 9, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

----- Resumo -----

Funcao	Despesa Fixada
04 Administracao	399.000,00
28 Encargos Especiais	1.000,00
Total Geral .....	400.000,00

\_\_\_\_\_  
DANIEL KOTHE  
Presidente CIGAMERIOS

\_\_\_\_\_  
Francisco Valdeci de Almeida  
Contador CRC/SC 16887/O-4

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h43min - Duracao: 0h00m00seg (2)

**ORÇAMENTO 2020 - CIGAMERIOS - DETALHAM PROG TRABALHO**

Publicação Nº 2221018

Estado de Santa Catarina Detalhamento do Programa de Trabalho#  
 CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Exercício de 2020 - Orcamento

Unidade Gestora : CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

		----- A u t o r i z a d a -----		
Identificacao		Despesas	Despesas	
Codigos	Titulos	Correntes	de Capital	Total
01				
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS		391.000,00	9.000,00	400.000,00
01.01				
CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS		391.000,00	9.000,00	400.000,00
01.01.04				
Administracao		390.000,00	9.000,00	399.000,00
01.01.04122				
Administracao Geral		390.000,00	9.000,00	399.000,00
01.01.041220001				
Administracao Geral do CIGAMERIOS		390.000,00	9.000,00	399.000,00
01.01.0412200012.001				
Administracao Geral do CIGAMERIOS		390.000,00	9.000,00	399.000,00
319000.00.00.00 APLICACOES DIRETAS		190.000,00		190.000,00
339000.00.00.00 APLICACOES DIRETAS		200.000,00		200.000,00
449000.00.00.00 APLICACOES DIRETAS			9.000,00	9.000,00
01.01.28				
Encargos Especiais		1.000,00		1.000,00
01.01.28846				
Outros Encargos Especiais		1.000,00		1.000,00
01.01.288460001				
Administracao Geral do CIGAMERIOS		1.000,00		1.000,00
01.01.2884600010.001				
Contribuicao para o PASEP		1.000,00		1.000,00
339000.00.00.00 APLICACOES DIRETAS		1.000,00		1.000,00
Total Unidade Orcamentaria		391.000,00	9.000,00	400.000,00
Total Orgao		391.000,00	9.000,00	400.000,00
Total Geral		391.000,00	9.000,00	400.000,00

DANIEL KOTHE  
 Presidente CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida  
 Contador CRC/SC 16887/O-4

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h44min - Duracao: 0h00m00seg (2)

**ORÇAMENTO 2020 - CIGAMERIOS - QUADRO DET DA DESPESA**

Publicação Nº 2221022

Estado de Santa Catarina                      Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD  
 CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO    Exercício de 2020

Unidade Gestora.....: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi  
 Orgao.....: 01    CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS  
 Unidade Orcamentaria: 01.01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS

						----- Importancia -----	
Codigo	Especificacao	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada	Total da Aplicacao
04.122.0001.2.001.000	Administracao Geral do CIGAMERIOS						399.000,00
3.1.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1	Fiscal	100	190.000,00		
3.1.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	12	Fiscal	300	0,00		
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	2	Fiscal	100	200.000,00		
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	30	Fiscal	280	0,00		
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	13	Fiscal	300	0,00		
4.4.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	3	Fiscal	100	9.000,00		
28.846.0001.0.001.000	Contribuicao para o PASEP						1.000,00
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	9	Fiscal	100	1.000,00		

	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Divida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortizacao Divida	
Fiscal	190.000,00	0,00	201.000,00	9.000,00	0,00	0,00	
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	190.000,00	0,00	201.000,00	9.000,00	0,00	0,00	
Total dos Projetos		Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital		Total Geral
Fiscal	0,00	399.000,00	1.000,00	391.000,00	9.000,00		400.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Total	0,00	399.000,00	1.000,00	391.000,00	9.000,00		400.000,00

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h45min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina

Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD

CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO Exercício de 2020

DANIEL KOTHE

Presidente CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida

Contador CRC/SC 16887/O-4

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h45min - Duracao: 0h00m00seg (2)



**ORÇAMENTO 2020 - CIGAMERIOS - SUMARIO GERAL REC E DESP**

Publicação Nº 2221024

Estado de Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Sumario Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funcoes do Governo

Exercicio de 2020

**Por Fontes****Por Funcoes de Governo**

## Receitas Correntes

Receita Patrimonial

5.000,00

Administracao

399.000,00

Receita de Servicos

10.000,00

Encargos Especiais

1.000,00

Transferencias Correntes

379.713,60

Outras Receitas Correntes

5.286,40

Total Receitas Correntes

400.000,00

Totais .....

400.000,00

Totais .....

400.000,00

DANIEL KOTHE

Presidente CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida

Contador CRC/SC 16887/O-4

PRONIM PL - Emissao: 07/11/2019 as 13h44min - Duracao: 0h00m00seg (2)